BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

THE ROYAL CANADIAN INSTITUTE

Sci
A

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Letras

BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACTAS E PARECERES
ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

VOLUME V

1911

THE ROYAL CANADIAN INSTITUTE

THE ROYAL CANADIAN INSTITUTE

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1912

607789
16.5.55

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Circumstâncias independentes da nossa vontade, e que derivam dos transtornos trazidos às nossas publicações pela extinção da nossa Tipografia, fizeram com que não aparecesse mais cedo em público esta homenagem que a Academia das Sciências de Lisboa resolveu prestar à eminente escritora a Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Outra mais alta lhe conferiu no entretanto a Segunda Classe elegendo-a sócio, conjuntamente com a Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho, no que não só rendeu uma alta justiça ao reconhecido, incontestável talento e saber, mas rompeu com um preconceito que noutras nações traz as opiniões divididas, com grave lesão dos direitos adquiridos pela inteligência feminina, por vezes em condições de incontestável superioridade em relação a muitos homens.

Mas pelo facto desta nossa homenagem aparecer mais tarde do que era nosso desejo, nem por

isso deixa de ser a primeira pela Academia rendida; — está a atestá-lo a data a que esta publicação corresponde.

Essa homenagem tem por especial intuito significar o nosso reconhecimento pela maneira gentilíssima e pronta por que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis aceitou o convite da Academia para examinar o manuscrito de Sá de Miranda que o arquivo da Biblioteca Nacional de Lisboa religiosamente conservava, e sôbre o qual se levantavam dúvidas que só podiam ser solvidas por quem à vida e à obra do grande poeta português do renascimento consagrara um monumento que honra não só a literatura portuguesa, mas a erudição representada por um dos mais peregrinos espiritos femininos que ainda enobrecem a humanidade.

Desvanece-nos e orgulha-nos o termos tido a idea de fazer acompanhar o preciosíssimo estudo da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos sôbre o referido manuscrito, — estudo que é mais uma prova do profundo saber e inegualável competência da eminente escritora no assunto —, de estudos que dissessem respeito à autora. A Mlle Luisa Ey e aos Srs. Leite de Vasconcelos, Oliveira Ramos e Ricardo Jorge devemos o poder tornar mais cabalmente conhecidas dos leitores portugueses a vida e obra de quem, não só nas letras portuguesas, mas no nosso meio social, é um alto, um nobre, um consolador exemplo.

Do que os leitores vão ler não ressalta apenas a

figura austera da escritora e professora eminente, que meio século de trabalho indefesso, metódico, seguro, profundo, constituíu uma das mais respeitadas individualidades do mundo culto; mas aparece-nos também, em pleno relêvo, o perfil radioso da mãe, da educadora, da chefe de familia, que deve servir de modêlo às mulheres que primam por desempenhar condignamente a sua principal missão na terra, sendo o fiel da disciplina, da ordem, da economia e do trabalho, dentro do lar que criaram, e onde tem de representar a verdadeira fôrça e o principal elemento de equilíbrio. Neste particular, a Mlle Luisa Ey rendemos o preito da nossa gratidão por ter correspondido ao que esperávamos da sua inteligência e sensibilidade feminina na observação e análise do meio familiar donde emerge, com mais prestígio, com mais luz, com mais encanto, a figura admirável da Esposa e da Mãe.

Notas inéditas nos fornece o Sr. Oliveira Ramos; de toda a obra, vastíssima, da Sr.ª D. Carolina Michaëlis nos dá notícia rigorosa o Sr. Leite de Vasconcelos; da erudição, da competência, do alto valor da sua obra literária nos fala o Sr. Ricardo Jorge; faltava-nos ver em acção, no seio carinhoso da família, quem o público geralmente só conhece e admira pelo assombroso cabedal da sua obra, — a essa justa curiosidade corresponde cabalmente Mlle Luisa Ey.

E para completar a consagração, não falta o tri-

buto da arte; — ao exímio professor e artista portuense, o Sr. Marques de Oliveira, devemos a particular fineza dum *crayon*, retrato directamente tirado e que reproduzimos.

A todos, os nossos rendidos agradecimentos.

Christovam Ayres.

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 27 de julho de 1911

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os socios effectivos Srs. Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcellos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Christovam Ayres, secretario da Classe; e os correspondentes Srs. Cunha Gonçalves e David Lopes.

Lida a acta da sessão anterior foi approvada.

O Sr. *Lopes de Mendonça* mandou para a mesa o opusculo do Sr. Jordão de Freitas, *Camões em Macau*, e o Sr. *Pedro de Azevedo* o do Sr. Nogueira de Brito, *A Ordem de Calatrava*.

O *Secretario* apresentou os seguintes livros, tambem offerecidos á Academia: *Notas clinicas de neuropathologia*, do Sr. Virgilio Machado, *El Uruguay através de un siglo*, importante obra offerecida pelo Governo d'aquella Republica.

Foram votados por unanimidade socio correspondente Monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado, e socio correspondente estrangeiro o Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, jurisconsulto brasileiro.

O Sr. *Lopes de Mendonça* disse que, em cumprimento do honroso encargo que lhe foi confiado pela Classe, se tem occupado já na catalogação de documentos da Bibliotecа Nacional, referentes á historia das praças portuguesas na costa de Marrocos. É esse um trabalho moroso e fatigante, para o qual sente que a Academia não tenha actualmente meios de lhe fornecer o concurso de um paleographo.

Todavia, já tem colligido uma boa porção de verbetes com o summario dos documentos que vae encontrando e que são em numero bastante elevado.

A proposito do assunto, e em vista da actualidade que encerra, colligiu dos seus apontamentos uma noticia succinta sobre o porto de Agadir [1], a qual passou a ler á Classe, rogando-lhe a considere apenas como um ligeiro trabalho de vulgarização e não como um estudo de erudição academica.

Comquanto receoso de fatigar os seus collegas, continuou dizendo o Sr. *Lopes de Mendonça*, chamaria a attenção da Classe sobre um interessante codice de Alcobaça, que compulsou occasionalmente na Bibliotecа Nacional, e do qual já dera noticia o illustre academico Sr. Gabriel Pereira. É uma collecção de documentos historicos, na sua maioria do seculo XVI, muitos d'elles de importancia, entre os quaes figura um, que copiou *in extenso* e que se intitula *Carta de novas que se mandou ao capitão-mor da India: Da prospera e adversa fortuna de el-rei D. Manuel.* Esta carta é escrita pouco depois do fallecimento d'este monarcha e occupa-se dos factos culminantes, e alguns particulares, do seu reinado, sob um criterio que parece revelar a profissão ecclesiastica do seu autor. É bastante extenso. Reserva-se para o publicar a seu tempo na inte-

[1] Será publicado no numero seguinte d'este *Boletim*.

gra, acompanhando-o de annotações que lhe parece derramarão certa luz sobre varios episodios da epoca. Por agora resume-se a ler um periodo do codice e a annotação que elle lhe suggeriu.

Esse periodo, que lê, refere-se a Affonso de Albuquerque e dá um pormenor interessante sobre a sua intellectualidade, revelando a predilecção do grande conquistador pelas façanhas do Cid Campeador. A annotação corrobora o contexto do documento confrontando-o com uma clausula do testamento publicado no *Boletim* da Classe pelo Secretario. Por ahi se vê que Albuquerque baptisara uma sua escrava com o nome de Ximena Gomes, a mulher do heroe castelhano, e que a ella dedicava um extremoso affecto paternal. Conclue-se tambem que era seu intento igualar as façanhas do seu modelo e seguir-lhe as pisadas no que respeita á assimilação dos vencidos.

E pareceria que, mais de um seculo passado, a sua imagem fluctuava no cerebro de Corneille, ao escrever estes versos da sua obra prima:

> Les royaumes entiers tomberont sous ses lois,
> J'ose tout entreprendre, et puis tout achever.

O Sr. *Presidente* louva o zêlo com que o Sr. Lopes de Mendonça procurou satisfazer ao compromisso tomado com a Academia de colleccionar nos archivos o que importava á nossa historia em Marrocos.

Os ultimos acontecimentos tornaram palpitante o assunto, e o estudo interessantissimo sobre o Agadir português, que acabava de ser ouvido pela Classe, tinha neste momento um sabor especial.

Interessante era tambem a communicação relativa ao codice de Alcobaça, e mais particularmente a referente a Affonso de Albuquerque.

Todos esses documentos teriam justo cabimento nas

publicações academicas: mas, infelizmente, ellas foram collocadas em circunstancias de não poderem continuar, com grande prejuizo para as letras. Restava, porem, a esperança de poderem vir, nesse ponto, melhores tempos para a Academia.

O *Secretario* felicitou o Sr. Lopes de Mendonça pelos seus achados, e referiu-se especialmente á suggestiva nota em que, a proposito da predilecção de Affonso de Albuquerque pelo grande Cid, se põe em relevo o nome que elle escolhera para a sua escrava Ximena e o carinho que esta lhe merecia, o que, com outras passagens do seu testamento, que tivera a fortuna de poder publicar, punha bem em relevo o reverso da medalha, que, ao par do Albuquerque «terribil», nos apresenta o Albuquerque sentimental, affectuoso, bom português de coração e de raça.

O Sr. *David Lopes* explicou que a palavra «Agadir» era de proveniencia phenicia e tinha a mesma origem que Cadix; a sua significação é realmente «logar fortificado». A proposito, lembra que alguns viajantes attribuem origem portuguesa ás ruinas dos monumentos que se encontram naquella costa africana, o que é assunto para se verificar, não succeda o que succede em Portugal com relação aos mouros, aos quaes se attribuem edificações que nem sempre são d'essa procedencia.

De modo que ao programma da celebração do centenario da tomada de Ceuta, que propusera, e da Classe recebera tão boa acolhida, se poderia acrescentar um numero, que seria de grande interesse: o de uma missão scientifica áquella costa, em visita ao que lá existe ainda, attestando a acção dos portugueses. Essa missão poderia ir num navio do Estado, que decerto o Governo não duvidaria emprestar para esse fim. Quanto ás publicações do referido centenario, entende que, alem dos documentos exhumados dos archivos, se devem publicar estudos

criticos, que dariam á consagração academica uma particular importancia. Esboça apenas estas ideias que, na commissão de que faz parte, discutirá com o seu collega Sr. Lopes de Mendonça, submettendo a commissão á Classe um programma quanto possivel completo.

O Sr. *Lopes de Mendonça* concordando com os alvitres apresentados pelo seu douto collega David Lopes, informa a Classe de que o illustre academico Sr. Carlos Bocage se occupa igualmente do assunto versado, a conquista de Ceuta, andando a colligir subsidios para uma memoria. Propõe, portanto, que elle seja aggregado á commissão, embora pertença á Primeira Classe. Parece-lhe que a recompilação dos documentos deveria estender-se a tudo quanto diga respeito ao nosso dominio na costa marroquina, coordenando-os por ordem chronologica e não os circunscrevendo apenas aos que respeitem a Ceuta, visto que as relações intimas e constantes, que sempre existiram entre as differentes praças portuguesas naquella costa, tornam difficil e porventura inconveniente a especialização. Quanto á missão de caracter scientifico, applaude-a com enthusiasmo, accentuando que ella deve realizar-se em breve prazo, para que os seus resultados possam vir a publico na epoca do centenario.

Recorda ainda que no anno de 1915 coincide com este o centenario da morte de Albuquerque, que não deve passar despercebido á Academia. Assim se conjuga a rememoração de dois factos culminantes da historia portuguesa: o inicio da nossa expansão para fora da nossa estreita faixa continental, e o apogeu do nosso glorioso imperio no Oriente, — o intervallo de um seculo que marca um passo gigantesco na conquista do mundo pelos europeus.

O Sr. *Teixeira de Queiroz* applaude a ideia da missão scientifica á costa marroquina, e é sua opinião que os poderes publicos se honrarão em auxiliar a Academia numa tão louvavel e proveitosa iniciativa.

O *Secretario* associa-se á proposta de ser aggregado á commissão o Sr. Carlos Bocage, que teve a amabilidade de acceder ao seu pedido de publicar no *Boletim* da Classe o seu estudo sobre Ceutá. Officiará ao Sr. Secretario geral communicando-lhe os desejos da Classe, para que S. Ex.ª solicite da Primeira Classe a devida autorização. Lembra que nas suas investigações sobre Ceuta o Sr. Carlos Bocage tem sido auxiliado pelo Sr. Esteves Pereira, e propõe, e é approvado, que este academico seja tambem aggregado á commissão encarregada de formular o programma para a celebração do centenario da tomada de Ceuta e de realizar as necessarias pesquisas e estudos para as publicações academicas d'esse centenario. Já a Classe conta com a contribuição do Sr. Pedro de Azevedo, no que respeita aos documentos da Torre do Tombo, e igual contribuição é louvavelmente offerecida, no que respeita á Biblioteca de Evora, pelo consocio Sr. Cunha Gonçalves, o que em seu nome e da Classe lhe agradece. A commissão dos descobrimentos está sem director e sem paleographo; director, nas condições em que foram collocadas as publicações academicas, não é possivel eleger-se; mas o paleographo que se escolhesse poderia ser encarregado da copia dos documentos relativos ao assunto versado. Em boas mãos está entregue o assunto, e pelas communicações feitas pelo Sr. Lopes de Mendonça, folga de ver o interesse que á commissão elle está merecendo.

O Sr. *Pedro de Azevedo*, fazendo notar a coincidencia do Sr. Lopes de Mendonça se ter referido a Francisco de Camões, deu conhecimento de varios documentos relativos á familia de Camões no seculo XV, ainda ignorados.

O Sr. *Presidente* agradeceu mais esta prova de carinho pela Academia dada pelo Sr. Pedro de Azevedo, e accentuou o valor da contribuição trazida para o estudo do que respeita á individualidade do grande épico português.

A Classe resolveu que este estudo fosse publicado no

numero de junho d'este *Boletim* (o anterior a este) consagrado a Camões.

Por ultimo o Sr. *Cunha Gonçalves* leu uma erudita memoria em que pretende demonstrar que «na organização economica dos romanos se encontram os caracteres essenciaes do capitalismo moderno». Começando por definir os caracteres da economia capitalista, passou a descrever o desenvolvimento d'este regime na sociedade romana, pelo monopolio dos instrumentos de producção, ou seja, do capital e da terra, pela organização de poderosos sindicatos financeiros, companhias de navegação, empresas para a exploração de minas e de variadas industrias, inclusive as empreitadas de obras publicas, fornecimentos ao Estado, publicação de livros, compra e revenda de terras e predios urbanos. De outro lado, mostrou a situação e a organização do operariado, provando que este não era constituido só por escravos, pois houve uma epoca em que a escravidão cessara de facto; alem de que entre o escravo e o operario livre só ha uma differença de ordem juridica e não economica. A luta das classes e a tendencia absorvente dos capitalistas, as leis operarias de Diocleciano e as de outros imperadores protegendo a pequena propriedade e estabelecendo uma especie do moderno «homestead»; a expansão do grande commercio e da grande industria, alimentada pelo deslumbrante luxo dos senadores e cavalleiros, — tudo isto foi a largos traços descrito e demonstrado [1].

O Sr. *Presidente* elogiando o trabalho do Dr. Cunha Gonçalves, tão rico de informações e tão bem deduzido, ponderou quanto as leis economicas são immutaveis e quanto interesse tinham estes estudos do passado para a apreciação do presente.

Não havendo mais de que tratar foi encerrada a sessão.

---

[1] Este estudo será publicado no numero seguinte d'este *Boletim*.

II

ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

Novos Estudos sôbre Sá de Miranda

I

Poesias extraídas de um códice inédito e autógrafo

Em Maio de 1908 recebi, e li com sobressalto, uma carta particular, vinda de Lisboa. Era de Delfim Guimarães, o gentil poeta, empenhado então em apear do pedestal a que o carinho de sucessivas gerações de leitores o havia erguido, o quinhentista Cristóvam Falcão, autor da suavíssima e ingénua *Égloga Crisfal;* tema êste, sôbre o qual estávamos a trocar larga correspondência, sem podermos harmonizar as nossas idéias.

Desta vez dava-me êle, contentíssimo, a boa nova de, dias antes, ao folhear na Biblioteca Nacional papéis do século XVI (por catalogar), haver descoberto, num volume de *Miscelâneas,* um caderno-borrão de Sá de Miranda. Isto é: textos com numerosas emendas, quer entrelinhadas, quer marginais. *Autógrafo,* a seu ver, cuja autenticidade não merecia a menor suspeita, porque ao alto de uma página havia a assinatura do poeta.

Certo de que eu acolheria com grande prazer espiritual comunicações pormenorizadas a êsse respeito, copiou acto contínuo, para mim, alguns trechos, que acompanhava da

pregunta: ¿qual seria a significação da fórmula em que se lia a tal assinatura: «ajudou fr.co de Sá de Miranda»?, a qual me enviava fac-similada.

Claro que examinei, com a lente dos miopes, as pequenas amostras, conferindo-as com os textos e variantes que eu publicara em 1885. Respondendo ao quesito, expliquei que não era a fórmula em si que podia autenticar o códice, porque existia idêntica no lugar correspondente (e em outros semelhantes) em todos os *apógrafos* das *Poesias;* mas que provávelmente o conjunto dos textos e dos retoques autenticaria a «assinatura».

E fiz voto, a mim mesma e ao generoso informador, que exploraria o manuscrito, mal me fôsse dado passar uma temporada em Lisboa; com o intuito, bem se vê, de aproveitar os resultados na segunda edição das *Poesias,* que preparo há muito, desejosa de a mandar para o prelo, logo que a primeira, deficiente e antiquada, estiver exausta.

No mesmo ano ainda puderam todos os admiradores do Horácio português inteirar-se do auspicioso achado, visto que Delfim Guimarães o anunciava no livro de combate, em que atribuía a *Égloga Crisfal,* e mais alguns versos controvertidos, a Bernardim Ribeiro [1], e naturalmente se ocupava também das relações de amizade entre os primeiros tres Bucolistas portugueses.

Outros escritores vieram, durante o inverno, chamar a minha atenção para o assunto, requerendo que me pronunciasse quanto antes sôbre os problemas discutidos. Reconhecendo, porêm, que não me seria dado ir breve à capital, aventei em carta a Edgar Prestage, nosso bom amigo, a idéia de mandar fotografar, à minha custa, o

---

[1] Delfim Guimarães, *Bernardim Ribeiro (O Poeta Crisfal) — Subsídios para a História da literatura portuguesa,* Lisboa 1908. Vid. p. 114.

precioso manuscrito, para assim o salvarmos de qualquer acidente, e para eu o ter à mão em ocasião propícia.

Combinando os seus esforços com os do ilustre anglo-luso é que o Secretário da Secção de Belas-Letras da Academia, e solícito Inspector da sua Livraria, melhorou êsse plano. E sugeriu aos consócios reùnidos a resolução de a própria Academia realizar êsse intento.

Com feliz êxito.

Em 16 de Abril de 1909 Cristóvam Aires já pôde apresentar, em sessão da Segunda Classe, nítidas provas fotográficas, e conseguiu se aprovasse que elas fôssem enviadas oficialmente à editora das *Poesias,* cujo afecto ao carácter e obra de Sá de Miranda não precisava de largos encómios.

Confesso que olhei com alegria comovida, e afaguei com carinho, a reprodução das páginas em que o grande reformador havia documentado o seu nobre afan de subir alto, e de consigo levantar todos os cultores das musas, *ao som da sua lira grave e branda.* Nem ao rei nem ao povo lisonjeiro. Verdadeiro mestre da virtude e mestre da arte.

Agradecendo com sinceridade a homenagem da sábia corporação, prometi torná-la proveitosa, estudando os textos, e expondo em seguida largamente a sua importância.

É o que faço hoje — feliz por poder atestar o valor extraordinário do pequeno manuscrito, de cuja autenticidade gráfica já não duvido. Faço-o relativamente tarde, porque sou também da raça dos que emendam muito, e *vão de ano em ano.* Entusiasmada e activíssima emquanto se trata de juntar materiais, de resolver problemas e de lançar ao papel factos e idéias, como elementos de qualquer estudo, — mas vagarosa em redigir, copiar e tirar a lume as minhas lucubrações.

Porto, Outubro de 1910.

II

Segundo as informações que pedi e prontamente me foram dadas, o volume que contêm as poesias de Miranda é do nucleo antigo da Biblioteca Nacional. Ainda foi encadernado no século XVIII, simultâneamente com outras *Miscelâneas* exteriormente iguais. As pastas (cujas dimensões são 0,320×0.220), cobertas de papel azulado, tem cantos de carneira vulgar. A lombada, tambêm de carneira, tem alguns filetes dourados e o rótulo *Poesias Portuguezas*. A rubrica é n.º 3355. Os opúsculos de que se compõe, reùnidos para fazerem volume, preenchem juntos umas 85 folhas (de 0,305×0,205).

Eis o seu Índice que alguêm definiu no título geral *Poesias Lyricas Latinas e Portuguezas, e hum Elogio Dramático-Bucólico em Castelhano.*

1. «Votum sive *Poeticũ Anathema* pro solemnissima Pompa ac collocatione Reliquiarum Sanctissimi Thomae de Villanova ..... Emmanuel Duarte Societatis Jezu Vigesima Kalendis Februarii anno Domini 1687».—Fl. 2 a 7 *v*.—Letra do sec. XVIII.
2. «Annulum Pyrrhi Epirotarum Regis Qui in digito gessisse refertur Achatem, cujus plena novem signabat pagina musas: Naturae non artis opus Sanctiss.º Thomé de Villa-Nova, Emeritiss.º Valentiæ Archiepiscopo .....».—Fl. 8 a 15, sem nome de autor nem data.—Letra do sec. XVIII.
3. Excerpto de poesias latinas de fl. 16 a 16 *v*, sem título e sem data.—Letra do sec. XVIII.
4. «In Duplici et festivo Principum Lusitanorum et Hispanorum Conjugio Amorem inter et Hymenæum Pax celebrata, Epitalamium».—Fl. 17 a 18 *v*, sem nome de autor nem data.—Letra do sec. XVIII.

5. «Pharmaceutica». Poesia latina, de fl. 19 a 21, sem nome de autor nem data. — Letra do sec. XVII.
6. «Epitalamio. Ao Himineo do Ill.mo e Ex.mo Snor D. João de Almeida, 4.º Conde de Assumar, e da Ill.ma e Ex.ma Snr.ª D. Leonor, filha dos Ill.mos e Ex.mos Snores Marquezes de Tavora. Offerecido e dedicado ao Ill.mo e Ex.mo Snor Marquez de Castello Novo, V.e Rey, e Capitão General deste Est.º da India, por Manoel Antonio de Meyrelles». — Principia por um soneto a fl. 23 e segue o Epitalâmio até fl. 37. — Letra do sec. XVIII.
7. «Na occasião das festas de N. Snr.ª do Cabo, onde se achava Ant.º da Cunha de Souto Mayor, se namorou de hùa Snr.ª q̃ la andava tambem e ultimam.te cazou com ella, e naquella occasião lhe fez estas Decimas». — Vão as decimas de fl. 38 até 41 *v*, a qual principia por «Minha Snr.ª D. Micaella» e termina por «De V. M.ce. O mais dilatado Nariz». — Letra do sec. XVII.
8. «Elogio dramatico en cumplimento de años del Ex.mo Señor D. Rodrigo Xavier Telles Castro y Sylveira, Conde de Unhon, etc. — Poesia dramatica. Personas, etc.:

ENERO — D. Margarita Juliana.
PRIMAVERA — D. Juanna Vicencia Caffen.
ESTIO — D. Antonia M.ª de Menezes.
AURORA — La Ex.ma S.ra D. M.ª Thereza Teles.
EL DIA — D. Josepha Angelica.
EL APPLAUSO — D. M.ª Izabel.
EL AMOR — D. Rosa.
ASTREA — D. Maria de la Cruz.

Fl. 42 a 52. Sem nome de autor nem data, mas terminando pela seguinte nota: «*Representouse en el Palacio de Lagos el año de 1722*».

9. «*Cantico-Benedictus*». Poesia em português, sem nome de autor nem data, a fl. 54. — Letra do sec. XVIII.
10. «Silua, q̃ compos hũ poeta de ordens menores a Sua Mag.de na occasião em q̃ milagrosam.te liurou do perigo q̃ lhe estaua ordenado pello Rey de Castella». — Fl. 56 a 58, sem nome de autor nem data. — Letra do sec. XVIII.
11. «Trovas que se mandaram a El Rey Dom João o 3.º que as lia e conservou m.to tempo, porem em hum dia q̃ veyo da Misericordia as mandou queimar por Manoel de Sampayo q̃ foi trez annos antes do seu falecimento, no anno de 1554, etc. Ficou esta copia de que o ditto S.r nam sabia e menos o autor della, q̃ se afirma ser hum cavalheyro da caza de Sortelha». — Com letra differente, tem a seguir ..... «*alias Damião de Goes, he q.m foy A. tambem se atribuem*» (*sic?*). — Tem uma anotação do P.e D. Manoel Caetano de Sousa C. R.; fl. 60 a 63. — Letra do sec. XVIII.
12. «Compondo o Duque de Cadaval D. Jayme de Mello hũ livro das ultimas acções de seu Pay D. Nuno Alvares Per.a de Mello, e mandando-o p.a rever ao Conde de Tarouca, João Gomes da Sylva, lhe fes em louvor este soneto:». — Soneto a fl. 64, seguido de redondilhas até fl. 66 *v*, sem data. — Letra do sec. XVIII.
13. Sá de Miranda. Poesias authographas, fl. 68 a 84 *v*, sem data. — Letra do sec. XVI.
14. Excerpto de poesia em hespanhol, sem nome de autor, nem data, nem titulo, fl. 85 a 85 *v*. — Letra do sec. XVIII.

Como se vê, doze parcelas são gráficamente do século XVIII. Uma é do século XVII. Apenas o fragmento de Sá de Miranda data do século áureo da literatura portuguesa.

À letra corresponde em geral a idade das composições. O primeiro poemeto é de 1687; o oitavo é de 1722; o sexto é posterior a 1743, ano em que ainda vivia o terceiro Conde de Assumar, emquanto seu filho e herdeiro, o futuro quarto Conde, D. João de Almeida, estudava em Paris[1]. O duodécimo opúsculo diz respeito a uma obra publicada em 1730. Quási todas são anónimas. Dois autores designados com os seus nomes (Manuel Duarte e Manuel António de Meyrelles) são de tam pouca polpa que nem mesmo figuram entre as avultadas legiões de escritores, em parte bem obscuros, que foram catalogados por Barbosa Machado e Innocêncio da Silva. Só D. Jaime de Melo é conhecido como autor das *Ultimas acções do Duque D. Nuno Álvarez Pereira,* seu pai[2].

À era de Miranda pertencem apenas as decantadas *Trovas* satíricas *de D. Maria Pinheiro*[3]. Uma nota que as acompanha documenta que êsse traslado fôra propriedade do benemérito fundador da Academia Real da História, o Padre Manuel Caetano de Sousa. A conjectura que todos derivem do seu espólio, seria todavia falsa, pois faleceu em 1734[4]. Desconhecendo a letra dêle, ignoro se porventura uma nota marginal que há no autógrafo de Mi-

---

[1] Nascido em 1726, êste ainda não tinha idade canónica para casar. Vid. Sousa, *História Genealógica,* vol. x, p. 818.

[2] *Diccionario Bibliographico,* III, p. 256. — De passagem seja dito que o retrato dêste Nuno Álvarez Pereira é que, em mais de uma obra de vulgarização moderna, passou a ser .... o do Grande Condestável!

[3] Vid. C. C. Branco, *Curso de Litteratura Portugueza,* pp. 310–322, e A. Braamcamp Freire, *Brasões de Cintra,* I, 429. Camilo, que extractou dizeres do próprio D. Manuel Caetano de Sousa, atribuíu as *Trovas,* sem prova, a Damião de Góis, do qual ninguêm conhecia ou conhece versos, e classifica o portador de familiar do Conde da *Portella* (lapso evidente por *Sortelha*).

[4] Antes da composição do *Epitalâmio* n.º 8.

randa, e que não sei decifrar[1] — a única alheia que nele se acha —, foi lançada, ou não, pelo fecundo orador.

Abstenho-me por isso de aventar conjecturas a respeito da procedência do volume inteiro, e em especial do caderno, que tanto podia ter vindo com os papéis e livros da Companhia de Jesus[2], como com os da Real Mesa Censória, porque juntos êsses constituíram o núcleo inicial da Biblioteca, como é sabido.

Em todo o caso bemdigo as mãos desconhecidas que salvaram da ruína completa o fragmento deteriorado, quer fôssem as de Ribeiro dos Santos, quer as dalgum empregado subalterno, que de 1796 em diante o auxiliasse na organização e guarda dêsses volumes manuscritos e impressos, que são propriedade nacional.

III

O caderno com poesias de Miranda, penúltima parcela da *Miscelânea* n.º 3355, ocupa dezassete fôlhas (68 a 84) ou 34 páginas, cada uma das quais tem 33 linhas, termo médio[3].

As fôlhas (de quatro páginas) e meias-fôlhas (de duas), muito gastas nas bordas, e ratadas em numerosos sítios, são evidentemente restos avulsos[4] dum manuscrito maior.

O texto ocupa sempre uma coluna; mais ou menos larga,

---

[1] No alto da p. 13 (fl. 74).

[2] Não esqueçamos que foram dois Padres da Companhia que lhe melhoraram a sepultura e compuseram epitáfios, seguramente porque eram admiradores da sua índole austera e das suas obras de moralista exímio. Martim Gonçalves da Câmara favoreceu também a Diogo Bernárdez, em vida, e ao Cantor dos *Lusíadas*, depois de enterrado.

[3] Em geral tem mais. — Duas ou três páginas, em que acabam composições maiores, estão quási vazias.

[4] Se não fôsse assim, o encadernador não os teria baralhado tão descaroávelmente.

conforme a medida dos versos. Creio que originàriamente estaria cercado de margens espaçosas. Hoje estão muito cerceadas. Do lado direito, onde ainda há bastante papel branco, faltam às vezes letras, pertencentes a emendas acrescentadas. Do lado esquerdo o códice está menos danificado, a não ser no canto de baixo duma fôlha[1]. Ignoro, se tem sinais de costura, antigos, e também se o papel tem marca de água. Em cima e em baixo estamos rés-vés com a parte escrita. Acontece mesmo que da carreira inicial permanecem partes tão deminutas que ninguêm pode reconstituir os dizeres, sem recorrer aos textos paralelos impressos[2]. Por isso não resta vestígio da (eventual) paginação primitiva; nem tam pouco de indicações remissivas de uma página a outra. E como as poesias carecem também de numeração, que poderia ter servido de fio de Ariadne no labirinto de versos que as compõem,— o encadernador, ou encarregado da constituição do volume, pegou nas fôlhas a esmo, de sorte que nos apresenta textos não sómente incompletos mas também desconexos.

As emendas, numerosas e fundamentais, como mostrarei em outro capítulo, estão na própria letra do texto. Em geral são acrescentos; ou substituições de vocábulos, frases, ou versos inteiros; ora entrelinhadas, ora marginais. Outras consistem na eliminação de versos ou estrofes: canceladas em cruz, ou riscadas verso a verso com traços horizontais, singelos ou entrelaçados.

A letra, sempre igual, embora menos cuidada nas emendas, é a dos Humanistas, Doutores e Licenciados de 1550. Clara, sóbria; escassa com relação a arabescos decorativos. Clássica. Parecida portanto com a caligrafia formosa

---

[1] P. 6 = 70 *v*.

[2] É o que se dá com a epígrafe da *Sextina*, a fl. 32: *Sextina á italiana* (ou *á maneira italiana*) *na nossa medida*; e com a da *Cantiga-Endecha*, a fl. 31: *A este cantar velho a que ajudaram muitos*.

de Mestre André de Resende[1], de Pero Andrade Caminha[2], do Dr. António Ferreira[3] e também com a menos correcta e cuidada de Diogo Bernárdez[4]: muito superior (segundo o meu gôsto) ao tipo meio-gongórico (*Barock-styl*) que foi fixado de 1572 a 1577 por aquele Manuel Barata[5], cuja *ditosa penna* teve a gloria de ser enaltecida pelo Príncipe dos Poetas Portugueses (talvez por êle ser o primeiro que em Portugal tratava pedagógicamente do assunto)[6].

Nos caracteres há algumas reminiscências medievais; p. ex., nos *rr* iniciais e nos *aa*. Também se empregam, além das abreviaturas usuais (como *q̃*), outras já então antiquadas, p. ex., *v* oblíquamente cancelado, como representante de *ver-* (em *vergonha*, *verdade*); ou *x* como representante de *chris* (*christão, Christovam*). Mas em geral tudo é claro, distinto, bem feito, mesmo a ortografia e a pontuação, de que logo hei-de dizer mais alguma cousa, pela importância relativa que tem para a editora.

---

[1] Conheço-a por numerosas notas marginais em obras dêle, que possuo, e pelo belo fac-símile publicado por A. Braamcamp Freire em *Critica e Historia*.

[2] Vejam os Cancioneiros autógrafos conservados na Biblioteca Nacional de Lisboa (Mss. 6383 e 6384), e J. Priebsch, *Poesias Ineditas de Pero de Andrade Caminha*, Halle 1898 (p. XXII sgs.).

[3] Vid. *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, p. 127, e *Archivo Histórico*, vol. I, pp. 138–148.

[4] *Archivo Histórico*, l. c. As cartas aí fac-similadas de Ferreira e Bernárdez são escritas com pouco esmêro, à pressa.

[5] Os *Exemplos* saíram em 1590; as chapas tem todavia as datas indicadas no texto. Vid. Brito Aranha, *Circulo Camoniano*, I, p. 342, ou *Diccionario Bibliographico*, XVI, p. 129 sgs.

[6] Vid. Soneto 240 da ed. da *Actualidade*: *Ditosa penna, ditosa mão que a guia*. Da arte de escrever do Poeta não temos amostras, infelizmente. O exemplar dos *Lusíadas* que tem a inscrição *Luiz de Camões seu dono 576* não prova nada, emquanto não houver outros documentos autênticos. Nem está em harmonia com a tradição, relativa à entrega, no leito da morte, do seu exemplar de uso a Frei Josepe Indio.

Como fragmento mutilado no princípio, o códice não tem título. *Sá de Miranda* foi escrito recentemente a lápis vermelho na fôlha que ocupa o primeiro pôsto. Não sei por quem.

Nos parágrafos relativos ao conteúdo (e à *soi-disante* assinatura) conto mostrar que ela é plenamente justificada.

IV

As 34 fotografias que me foram confiadas, estão reduzidas a 0,30×0,25. Perfeitamente nítidas deixam distinguir em geral tanto a primeira redacção como as emendas sucessivas. De longe em longe há letras que ficam duvidosas; e como a cancelação ora não abrange todas as letras que o Poeta tinha em mente, ora mais, é preciso ler sempre com grande atenção e critério. Na margem de dentro não se vê senão parte dos nomes dos interlocutores do pequeno drama bucólico que encerra — o suficiente, porêm, para distribuirmos com exactidão as partes do diálogo. No *verso* estão numeradas, no canto superior esquerdo, em harmonia com a colocação das fôlhas no códice. Juntei-lhes logo, entre parênteses, a numeração que aí tem, de 68 a 84. E depois de haver ligado pelo sentido as parcelas do texto, à vista, bem se vê, das redacções que eu havia explorado de 1880 a 1885, inscrevi a numeração legítima no canto inferior direito. Além disso juntei, no reverso, referências à minha edição.

De mão e letra estranha da que traçara o texto, distingo apenas uma nota marginal, ilegível[1]. A p. 3 vêem-se algumas rubricas a lápis: *BB* no canto esquerdo superior;

[1] Na fotografia 13 (= p. 74). Começa *mal q tão*... Refere-se à reflexão de Miranda: que há muitos talentos não cultivados e não aproveitados em Portugal, porque os estragam com mimos e louvores.

e *D 421* no canto oposto: provávelmente marcas bibliotecárias, anteriores à moderna? Talvez mesmo anteriores à entrada do caderno na livraria nacional?

V

Pôr em ordem racional as fôlhas sem nexo era o que importava fazer, antes de tudo. Regulando-me pelo sentido e pela contextura poética, estabeleci que possuímos cinco parcelas desconexas e truncadas. As primeiras duas parcelas perfazem um todo. As outras são avulsas.

A primeira abrange oito fôlhas: pp. 1 a 16 (=11–12, 3–4, 1–2, 21–22, 25–26, 7–8, 5–6, 9–10 da paginação antiga [1]).

A segunda, quatro fôlhas: pp. 17 a 24 (=13 a 20) [2].

A terceira, uma só fôlha: pp. 25 a 26 (=27 a 28) [3].

A quarta, também uma: pp. 27 a 28 (=29 a 32) [4].

A quinta, as últimas três: pp. 29 a 34 (=23–24, 33–34) [5].

Das lacunas interiores, a primeira é calculável, porque interrompe a *Égloga Alexo*. O que lhe falta, corresponde a dezasseis estâncias, de oito versos octonários cada uma, devendo por isso ter preenchido duas fôlhas.

A extensão das outras três lacunas, provávelmente maiores, não se pode medir ao certo, porque as composições incompletas, que atestam a existência delas, são cantigas e vilancetes; isto é, curtas poesias líricas, cuja disposição e número varia de manuscrito em manuscrito.

Entre as fôlhas 30 e 31 talvez haja também lacuna. Não se pode todavia comprovar, porque a 30ª termina

---

[1] Fls. 73, 69, 68, 78, 80, 71, 70, 72, do volume.
[2] Fls. 74, 75, 76, 77.
[3] Fl. 81.
[4] Fl. 82.
[5] Fls. 83, 79, 84

com a conclusão de uma cantiga, e a 31ª começa com a epígrafe de outra.

Com relação ao princípio e ao fim do caderno, é igualmente duvidoso quanto falta, como é duvidosa a colocação das últimas três parcelas, entre si, e para com as duas primeiras. Voltarei a êste ponto quando confrontar o conteúdo com o dos outros manuscritos, que manuseei, e ao formular hipóteses acêrca do cartapácio de que o caderno é fragmento escasso [1].

A fim de facilitar êsses confrontos elaborei quatro *Índices* ou *Tabelas*. Numa (*A*) os algarismos antepostos indicam a sucessão arbitrária das páginas no códice fotografado; os pospostos, a verdadeira. Na segunda (*B*) inverti essa ordem, dando o lugar primacial à transposição por mim realizada, e que adopto na impressão dos textos. Na terceira (*C*) principio com a numeração que dei às poesias; segue-se a que lhe corresponde na minha edição das *Poesias;* depois vem o verso inicial (sem exclusão do das poesias incompletas), indo todavia, como de costume, em itálico e entre parênteses [ ], por ser parte acrescentada; mas sempre o acompanho do verso que, de facto, é hoje o primeiro no manuscrito mutilado. O quarto índice (*D*) [2] é alfabético, e leva a indicação dos apógrafos por mim explorados, e dos impressos antigos em que figura a respectiva composição, acompanhada novamente do número de ordem da edição de 1885. Incluo nele, marcadas com asterisco, as cinco canções com que o poeta engalanou as scenas principais do pequeno drama pastoril [3]. Dêsse modo a *Tabela* consta, não de 18 como as outras, mas sim de 23 quinhões. Treze estão em castelhano, e dez em

---

[1] Nos capítulos I, IX e XII.

[2] Logo explicarei as abreviaturas *D P J E F A B*.

[3] Cinco no autógrafo. Nas páginas perdidas havia provávelmente mais duas.

vernáculo. Por esta razão tive de omitir referências, aliás justas, à vulgarização meritória das *Poesias* de Sá de Miranda, empreendida por Delfim Guimarães [1], pois êle repudia todos os textos castelhanos, sem se lembrar de que, aplicando-se, por exemplo, a Gil Vicente, e a Camões, êsse procedimento pseudo-patriótico, pelo qual se renegam factos históricos, privaríamos a literatura portuguesa, já em si pouco abundante, de numerosas obras-primas.

[1] Sá de Miranda, *Versos Portugueses*, vol. II de uma *Biblioteca Clássica Popular*, Lisboa 1909.

TABELA A		TABELA B		
Paginação antiga	Paginação nova	Paginação nova	Paginação antiga	
1	5	1	11	Dedicatória.
2	6	2	12	
3	3	3	3	
4	4	4	4	
5	13	5	1	
6	14	6	2	
7	11	7	21	
8	12	8	22	
9	15	9	25	Principio da Égloga
10	16	10	26	*Alexo*.
11	1	11	7	
12	2	12	8	
13	17	13	5	
14	18	14	6	
15	19	15	9	
16	20	16	10	
				Lacuna I [1].
17	21	17	13	
18	22	18	14	
19	23	19	15	
20	24	20	16	
21	7	21	17	Fim da Égloga.
22	8	22	18	
23	31	23	19	
24	32	24	20	
				Lacuna II.
25	9	25	27	
26	10	26	28	
				Lacuna III.
27	25	27	29	
28	26	28	30	
				Lacuna IV.
29	27	29	31	
30	28	30	32	
31	29	31	23	
32	30	32	24	
33	33	33	33	
34	34	34	34	

[1] É o principio da Scena VI que nos falta, desde que surge o pastor Toribio até o momento em que êle acaba de cantar o Vilancete: *Mientras yo tanto a los ojos* (v. 544 a 677).

TABELA C

I	145	Estos pastores mios, los primeros	(*Oitava italiana*).
II	102	Yo vengo como pasmado	(*Égloga*[1]).
III	68	[*Tu presencia desseada*], secosse el valle sombrio	(*Vilancete*).
IV	70	Polo bem mal me fezestes	(*Vilancete*).
V	133	De quem me devo queixar	(*Cantiga*).
VI	54	[*Naquella serra*], ao seu passar	(*Vilancete*).
VII	50	Posiera los mis amores	(*Vilancete*).
VIII	53	Secaronme los pesares	(*Vilancete*).
IX	55	En toda la trasmontaña	(*Cantiga*).
X	26	[*Todos vienen de la vela*] Quantos buelven, triste yo	(*Vilancete*).
XI	24	Los agravios que recibo	(*Cantiga*).
XII	28	Nada do que ves he assi	(*Cantiga*).
XIII	30	Coração, onde jouvestes	(*Vilancete*).
XIV	38	Nam vejo o rosto a ninguem	(*Esparsa*).
XV	136	Quien viesse aquel dia	(*Cant.-Endecha*).
XVI	74	Não posso tornar os olhos	(*Sextina*).
XVII	190	Menina fermosa	(*Vilancete*).
XVIII	169	Amor e fortuna são	(*Estança*).

[1] Com cinco Intermezzos liricos:

1	Buelve acá pastor sin tiento	(*Cantiga*)
2	D'Amor bien dizen que es ciego	(*Cantiga*)
3	Amor burlando va, muerto me dexa	(*Oitavas*)
4	Los guisados d'Amor son corazones	(*Oitavas*)
5	Quando tanto alabas, Clara	(*Cantiga*)

TABELA D

II v. 466 *	Amor burlando va, muerto me dexa	(*DEFJAB* 102)
XVIII	Amor e fortuna são	(*E* 169)
II v. 113 *	Buelve acá, pastor sin tiento	(*DEFJAB* 102)
XIII	Coração, onde jouvestes	(*DPEJAB* 30)
II v. 325 *	D'Amor bien dizen que es ciego	(*DEFJAB* 102)
V	De quem me devo queixar	(*JAB* 133)
IX	En toda la trasmontaña	(*DPEJAB* 55)[1]
I	Estos pastores mios, los primeros	(*JB* 145)
XI	Los agravios que recibo	(*DPEAB* 24)[2]
II v. 602 *	Los guisados de Amor son corazones	(*DEFJAB* 102)
XVII	Menina fermosa	(*J* 190)
XII	Nada do que ves é assi	(*DPEFJAB* 28)
VI	Naquela alta serra	(*DPEJAB* 54)
XVI	Não posso tornar os olhos	(*DPJAB* 74)
XIV	Não vejo o rosto a ninguem	(*DPEJAB* 38)
IV	Polo bem mal me fezestes	(*DPEJAB* 55)
VII	Posiera los mis amores	(*DPEJAB* 50)
II v. 658 *	Quando tanto alabas, Clara	(*DEFJAB* 102)
XV	Quien viesse aquel dia	(*JAB* 136)
VIII	Secaronme los pesares	(*DPEJAB* 53)
X	Todos vienen de la vela	(*DPEJAB* 26)
III	Tu presencia desseada	(*DPEJAB* 68)
II	Yo vengo como pasmado	(*DEFJAB* 102)

[1] O *Moto* (alheio) é castelhano, mas as *Voltas* de Miranda são portuguesas.
[2] Falta em *J* porque há nesse manuscrito uma lacuna no lugar respectivo.

Mais abaixo darei ainda outras duas Tabelas complementares, com todas as *estanças* que constituem o principal Intermezzo lírico do drama pastoril, e com as quadras sôltas cantadas por *Alexo*.

VI

Cumpre-me expor aqui a significação das abreviaturas que emprego, e caracterizar os diversos manuscritos a que terei de referir-me repetidas vezes, melhor do que em tempos o fiz [1].

Com a letra *D* designo o códice que serviu de base à minha edição, propriedade outrora do lusitanófilo francês Ferdinand Denis [2], único que ministra as poesias líricas de Miranda, tais como, depois de cuidadosamente polidas, foram enviadas por êle, entre 1550 e 1554, em três remessas sucessivas, ao Príncipe D. João de Portugal que lhas mandara pedir [3]: segundo cálculos fundamentados, em 1551 e 1552. Apógrafo, letra do século XVI, não do exemplar (seguramente caligráfico) destinado ao herdeiro da coroa, mas do borrão original muito emendado, foi escrito por um copista consciencioso, mas pouco experto em lingua castelhana. Cada uma das *Três Partes* é precedida de um Soneto de homenagem.

A Primeira é composta de cem poesias menores (a maior parte da Escola velha). Em teoria são todas quantas o autor achou dignas de serem publicadas [4]: Glosas, Cantigas,

---

[1] Estas notícias são resumo do que escrevi em 1885. Creio todavia que posso evidenciar agora melhor os pontos que são essenciais para a história dos textos.

[2] Este letrado legou os seus livros e manuscritos à Biblioteca de Sainte Geneviève (de Paris), cujo chefe fôra durante longos anos.

[3] Os editores das *Obras* tinham notícia vaga dessa colecção. Domingos Fernández declara expressamente não haver alcançado quais o Poeta mandara de cada vez ao Príncipe.

[4] Na realidade faltam bastantes, tanto nos cadernos ou volumes oferecidos ao filho de D. João III, como nos que mandou a outros personagens, ou legou à família, sendo de notar que em todos são omitidas várias das suas primícias, que foram acolhidas no *Cancioneiro Geral* por Garcia de Rèsende em 1516.

Vilancetes, Esparsas, Trovas, Chistes: mas também Canções e Sonetos, no *dolce stil nuovo*. Por êste motivo êle não lhe quis dar o título impróprio de *Cancioneiro*, preferindo o de LIVRO DE ODAS, *arremedando Horacio*, isto é, o seu *Liber Carminum* [1].

A Parte Segunda abrange seis Cartas e duas Églogas (só a última Carta em tercetos; todo o resto em metro nacional). Também *seguindo a Horacio* foi que pensou em chamar a essa parte *Livro de Sátiras* [2].

Na Terceira há as suas *Bucólicas* artísticas, sendo uma em redondilha; algumas poesias menores omitidas por descuido ou de propósito na parte primeira; e um Diálogo em prosa [3]. Suponho que o título, desta vez vergiliano, seria *Livro de Bucólicas*. —

P simboliza um traslado antigo da Primeira Parte, o qual se conserva na Biblioteca Nacional de Paris [4]. Datado de 1564, pode ser derivasse directamente do original. Igual a *D*, em quási todos os pormenores [5], autentica-o e serve para sanarmos alguns erros daquele exemplar. —

J é outro cancioneiro, precioso, exclusivamente com obras de Sá de Miranda, e que pertenceu ao Visconde de Juromenha [6]. Apógrafo com boa caligrafia, de fins do sé-

---

[1] Vid. C. M. de Vasconcellos, *Poesias de Sá de Miranda*, p. 3.

[2] Vid. ibid., p. 185.

[3] No fim do apógrafo que designo por *D* há umas nove composições de Felipe de Aguilar: acrescento postiço, provávelmente dêsse amigo de Falcão de Rèsende, ou doutro qualquer coleccionador.

[4] A marcação moderna é: *N.º 68 du Fonds Portugais*. A antiga fôra 8294. Dera entrada na Biblioteca com a colecção *Mazarin*, em 1668.—Vid. A. Morel-Fatio, *Cataloyue*, p. 336.

[5] Vid. C. M. de Vasconcellos, *Poesias*, p. LII sgs. A p. 3 registei a divergência relativa à epígrafe inicial.

[6] Ibid., p. LV sgs. A descrição que lá dei é insuficiente. Muito estimaria poder refazê-la, e conferir ao mesmo tempo a letra com a do caderno autógrafo. Ignoro todavia quem arrematou o códice no leilão do espólio, e onde pára actualmente.

culo XVI, foi extraído aparentemente também dum borrão de difícil leitura, mas por um artista hábil e cuidadoso, conquanto naturalmente errasse às vezes [1]. Por desgraça está truncado, no princípio e no fim, tendo além disso pelo menos três falhas no meio. Sem divisão declarada em Livros, contêm, em boa ordem, que não se afasta muito da observada em *D*, parcelas importantes das *Obras* de Miranda, — talvez três quartas partes: de fl. 1 a 25, umas 64 composições menores, algumas das quais não haviam figurado em *D* [2]; de fl. 26 a 36, uns 32 Sonetos, nove dos quais não se conhecem doutra fonte [3], ao passo que outros três, acrescentados à colecção primeira, existem também nas impressões antigas [4]; de 36 *v.* a 111, as 6 Églogas principais [5].

Se com relação às lacunas intermédias [6], e mesmo quanto à do princípio [7], é possível formular conjecturas prováveis, por analogia com *D*, ninguêm pode calcular se no fim estariam, ou não, as *Cartas* (cuja falta é notória); e porventura algumas das composições que o Poeta escreveu

---

[1] Não sabendo decifrar bem um Soneto (n.º 83), apontou êsse facto em nota marginal (vid. p. 685).

[2] *Poesias*, n.os 133 a 137. De algumas hei-de tornar a falar; sobretudo da que, até agora privativa de *J* (190), surgiu no autógrafo *N*, como verifiquei com verdadeira alegria.

[3] N.os 181–189.

[4] N.os 138–140.

[5] *Mondego, Célia, Andrés, Alexo, Basto, Nemoroso.*

[6] As lacunas que há no Livro das Redondilhas (entre fl. 9 e 10, 13 e 14, 16 e 17) privaram-nos, salvo êrro, das Cantigas e dos Vilancetes que são, na minha edição, n.os 7, 12, 13, 16, 17, 19, 22, 24, 33, 34, 39, 40, 42, 65, 68; e talvez das *Trovas* 76, 98, 99. Em outras duas fôlhas, cujo sítio não sei determinar, estariam os Sonetos 2, 101, 87, 95, 98, 99.

[7] No princípio haveria o Soneto Dedicatório I, e a Glosa *No sé porque me fatigo.*

depois de 1552, e também algumas das do 1.º e 2.º período, omitidas por descuido.

A prova que o borrão-original, de que *J* deriva directamente, foi elaborado posteriormente a essa data, temo-la em diversos acrescentos significativos. Entre êles avultam duas composições dirigidas a Pero de Andrade Caminha [1]. São respostas a homenagens dêsse poeta áulico, que seguramente foram suscitadas pelos triunfos obtidos por Miranda na côrte, com a tríplice remessa de suas obras «maravilhosas» [2]. O Soneto *No bañes más tus ojos* [3] imagino-o dirigido a D. Briolanja, sua mulher, inconsolável pela morte do primogénito. Em fins portanto de 1553, ou em 1554. Para a *Epístola-Dedicatória,* anteposta à Égloga *Alexo,* a data mais temporã possível é 1554 (primavera), como adiante se verá. O Soneto que principia *Em pena tam cruel,* e está à frente do respectivo Livro em *D,* tem em *J* a epígrafe *Soneto primeiro.. emendado* [4], e de facto está transformado, pôsto que continue com os defeitos de pesadez e falta de euritmia musical, inerentes nos hendecassílabos mais antigos do Reformador. Outro, também dos primordiais, *Não sei que em vós mais vejo,* o Poeta apresenta-o até em duas redacções; e a que chama *mais antiga* é a que se lê no manuscrito de F. Denis [5].

---

[1] *Poesias,* n.os 135 e 140.

[2] É assim que as chama o próprio Caminha na *Carta a João Rodrigues de Sá e Meneses,* em que se documenta como bom e sincero imitador do grande Sá de Miranda (*Poesias,* ed. 1791, p. 103, Epist. XXII).

[3] N.º 189.

[4] N.º 78 (pp. 67 e 684). Os outros Sonetos não tem numeração no *Cancioneiro* de Juromenha, nem tambem na impressão de 1595.

[5] N.os 89 e 162 (p. 537). Nas outras colecções, o teor do Soneto r ece-se ao de *D.*

Em geral, nas obras comuns a ambas as colecções, os textos de *J* são, como essas duas amostras, refundições dos contidos em *D* [1], ora totais, ora parciais: aperfeiçoamentos quanto às intenções do autor, e em muitos casos superiores realmente não só às poesias que foram enviadas ao Príncipe, mas também às que, por terem sido impressas em 1595 e 1614, são, para certos críticos, a última palavra do Poeta.

Parece-me, contudo, que a derivação de *D* não foi imediata e que houve elos de transição que se perderam. Pelo menos, o borrão com emendas numerosíssimas, do qual se extraiu o traslado limpo de que trato.

Dalguns pormenores podíamos concluir que o Poeta, na firme tenção de legar à posteridade textos definitivos, prontos para o prelo, os destinava, depois do falecimento prematuro do Príncipe [2], a outra *Alteza,* a que costumava tributar obras de arte, quer fôsse o próprio rei, quer seu irmão magnânimo, o Infante D. Luís [3]. Numa nótula, relativa a dois curiosos Diálogos, trocados entre Miranda, Bernardim Ribeiro e D. Leonor Mascarenhas [4], o Poeta dirige-se evidentemente a um personagem da casa reinante, dizendo *E pus isto aqui polo d'ela, porque saiba V. A. que tambem Portugal teve a sua marquesa de Pescara,* ao passo que em *D* há a fórmula impessoal *polo d'ela, que é cousa*

---

[1] Em prova da dependência (indirecta) do *Cancioneiro* de Juromenha, da colecção *D*, podia alegar, além da coordenação, e dalguns textos, diversas epígrafes elucidativas que ocorrem exclusivamente naquelas duas fontes, por exemplo, as relativas às *Poesias* n.os 51 e 52 (pp. 40 e 681).

[2] Jorge Ferreira de Vasconcelos, que havia dedicado tudo quanto escreveu ao mesmo Príncipe D. João, fez depois homenagem das suas obras ao filho, o infeliz D. Sebastião.

[3] N.os 51 e 52.

[4] Nas impressões de 1595 e 1614 não há nada parecido.

rara, pus aqui isto porque se veja, etc. [1] Enviando as suas *Obras* ao Príncipe, já pensava no público em geral. Sem a alocução *Vossa Alteza,* podíamos pensar no Senhor de Basto, seu amigo e vizinho, e seu correligionário (salvo êrro) em tudo quanto se referia a livros divinos e assuntos sagrados. Note-se que numa poesia, que não figura em *D,* Antonio Pereira nos surge inesperadamente (em *J*) como autor de uma *Trova-Ajuda* [2].

Se no seu estado primitivo êsse Cancioneiro, desgraçadamente fragmentado, fôsse uma colecção integral, seria pelas aparências a mais completa [3] e a melhor de todas. Mas não a mais tardia, porque não encerra as composições derradeiras do Poeta que, profundamente abalado pela morte do filho, do Mecenas, do Infante D. Luís e de elrei, e principalmente pela perda da mulher, ia morrendo pouco a pouco para todas as cousas de seu gôsto e antigos exercícios. —

Com *E* designo excerptos do códice CXIV–22 da Biblioteca de Évora [4]: isto é, dum grande *Cancioneiro Geral,* de muitos autores, sobretudo quinhentistas, coligido por algum amador de bons versos [5]. As 76 composições de Miranda que contêm, de todos os géneros, incluindo algumas das compostas antes de 1516, parecem ser cópia de

---

[1] N.º 137, *No pregunteis a mis males* (vid. p. 734). Em *B* (onde está entre os textos acrescentados, recolhidos de várias mãos) não se encontra a aludida estrofe.

[2] Ambos faleceram antes de Miranda. Por isso haveria precisão de substituir novamente o destinatário.

[3] Já disse que no livro, truncado, dos Sonetos há em *J:* 32; em *A:* só 28; em *B:* 31 (com acrescento dos três compostos em 1555 e 1556), e em *D:* 27.

[4] Vid. *Poesias,* p. LXV.

[5] Extractos dêle, com exclusão das obras de Miranda, foram ublicados em 1902 por A. F. Barata, com o título de *Cancioneiro* p*Geral*. Infelizmente, com pouco critério e comentário insuficiente

exemplares avulsos, dedicados pelo autor a personagens eminentes da côrte, como o Infante D. Luís [1]. Embora o traslado não fôsse feito com muito esmêro, há ahi redacções divergentes (talvez primordiais) dignas de toda a atenção [2], e alguns textos raros. Encontrei nele mesmo encorporada uma Trova, como no *Cancioneiro* de Juromenha, inédita até 1885, que só agora é autenticada e valorizada superiormente pelo autógrafo existente na Biblioteca Nacional. —

F é outro cancioneiro de muitos, guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa, coligido de 1557 a 1589 «de papéis da letra dos mesmos» por Luís Franco Correia, que no frontispício se chama companheiro de Luís de Camões na Índia [3]. A maior parte são dêsse Príncipe dos Poetas. Poucas são de Miranda; e essas em parte tam incompletas e deturpadas, que, se realmente derivam directamente de autógrafos, êsses estavam bastante estragados — talvez borrões muito emendados [4]. Das atribuídas a *Fr.co de Saa,* várias me parecem mesmo ser obra não do Poeta-filósofo, mas antes do seu valente imitador *Francisco de Sá e Meneses.* Convêm estabelecer que nenhuma dessas duvidosas se encontra no caderno da Biblioteca Nacional. —

A é a impressão-príncipe das *Obras.* Todos sabem que

---

[1] A Égloga *Célia,* que Miranda dedicou ao vencedor de Túnis em 1536, diverge tanto que a imprimi como composição independente, com o n.º 165 (p. 563).

[2] Além da *Célia,* o *Basto* (n.º 164). Isto é: uma curiosa refundição da *Égloga moral* ou *Égloga-Sátira,* que o preocupou mais intensamente do que qualquer outra, e talvez seja a melhor e mais nacional das suas criações.

[3] Vid. *Poesias,* p. LX.

[4] Estrofes que eram meras variantes (por exemplo, a do *Alexo,* que transcrevi a p. 109 das *Poesias*) entraram como parte do corpo do texto na transcrição de Luís Franco.

ela foi realizada em 1595 à vista do apógrafo tirado directamente dum volume, bastante maltratado, mas de mão e letra do próprio Miranda, conforme foi atestado, perante um juiz de Braga, por testemunhas fidedignas. Pode-se supor *a priori* que êsse original fôra propriedade de pessoas de família, e que por iniciativa dessas se procederia à publicação [1]. As composições que contêm são as mesmas, legítimas, de *D*, em ordem pouco alterada [2], mas em redacções que tanto se afastam dêle como de *J*. Algumas poesias foram omitidas [3].

Outras foram acrescentadas. Várias destas últimas certificam que o manuscrito foi ultimado em 1554 ou depois. Além de duas Églogas artísticas (*Encantamento* e *Epitalâmio*), dedicadas a dois amigos, mas cuja data exacta ignoro ainda, as mais notáveis são duas *Cartas* em tercetos; ambas em resposta a outras que Miranda recebera de dois adeptos eminentes: Jorge de Montemor e o Dr. António Ferreira, admiradores ferventes, como Andrade Ca-

---

[1] Nada seguro apurei todavia acêrca de D. Jerónimo de Castro, promotor da edição, e suas supostas relações de parentesco com os Sás.

[2] À entrada do volume estão os três *Sonetos Dedicatórios* ao Príncipe D. João. Seguem-se a *Canção*, petrarquesca, *à Virgem;* 25 Sonetos; as cinco *Cartas* em Redondilhas, duas em tercetos (primeiro a dirigida a D. Fernando de Meneses, n.º 109, depois a que escreveu a uma senhora muito lida, em nome alheio, n.º 114); e duas novas, digo posteriores a 1552, que são respostas a missivas de Jorge de Montemor e António Ferreira. Após essas vem as Églogas *Mondego, Alexo, Basto, Célia, Andrés, Nemoroso,* seguidas das acrescentadas *Encantamento* e *Epitalâmio,* e por último as Redondilhas, sem serem distribuídas, segundo os géneros; com alguns acrescentos, acompanhadas do *Soneto à Madalena* (já impresso a fl. 5) e das *Trovas a N. S. da Conceição* (n.º 98). Por junto 128 composições.

[3] Vid. *Poesias,* p. LXXVI sgs.

minha, das maravilhas com que, de 1550 a 1552, êle saíra à praça, mercê dos esforços do Príncipe. O capítulo a Jorge de Montemor foi escrito durante a curta estada dêle na côrte portuguesa, de Dezembro de 1552 até Maio de 1554. A *Elegia* ao Dr. António Ferreira, formosa réplica aos pêsames pela morte de seu filho Gonçalo Mendes de Sá [1], julgo-a posterior (muito pouco embora) ao Soneto dirigido à desconsolada mulher, que apontei no *Cancioneiro* de Juromenha. Se uma alusão ao desamparo dos poetas se relacionar com a morte do Príncipe, como é justo supor, ela foi escrita pouco depois de 2 de Janeiro de 1554. Escrita *em puridade,* porque, após esse tristíssimo acontecimento, a primeira obra que Sá de Miranda necessáriamente havia de *publicar* era um pranto aflitivo ao monarca tam duramente ferido.

A tem muitos pontos de contacto com *J* e com *D*, donde deriva, conquanto por outro caminho, sendo elaboração diversa. Comparando o seu conteúdo com os fragmentos de *J* que possuímos, suponho que foi ultimado posteriormente [2], repito-o. —

B é a segunda edição das *Obras* (de 1614), cuja dessemelhança e variedade, ou desconformidade da que em 1595 fôra judicialmente autenticada, tem dado muito que falar, mas ainda não está bem esclarecida. Tão dúbias são as explicações esboçadas pelos editores Manuel de Lyra e Domingos Fernández, e pelo autor da *Vida!*

Ela contêm, em redacções que muitas vezes ficam próximas de *D* e *J,* outras vezes são iguais às de *A,* e freqùentemente se afastam de todas as restantes, mas em

---

[1] Mais abaixo terei de pormenorizar este trágico sucesso.

[2] Mas a suposição pode ser errónea, por desconhecermos o conteúdo das partes que faltam.

ordem modificada um tanto [1], os textos já apontados, e como acrescentos as composições ulteriores a 1553 [2]. Isto é, a *Elegia à morte do Príncipe*, em que por ventura Miranda já trabalhava quando respondia em princípios de 1554 a Ferreira [3]. Em segundo lugar dois formosos Sonetos, inspirados pela perda da inconsolável mulher (1555) [4], e outro a Diogo Bernárdez, que julgo dever colocar em Janeiro de 1556 [5]. Além disso, algumas das miudezas, que positivamente faltavam em *A* [6], mas não na colecção tripartida [7].

Qual seria a fonte ou as fontes de que deriva?

Tratando de justificar as «novidades», dando a razão delas, é que o editor fala, no Prólogo, dum importantíssimo cartapácio-borrão, mas sem a devida clareza. Se o entendo bem, esta relíquia formava parte do dote duma neta do filósofo (isto é, D. Antónia de Meneses, filha de

---

[1] Começa com 31 Sonetos (os três primeiros são os com que preludiara as remessas ao Príncipe); continua com 8 Églogas — *Mondego, Célia, Andrés, Encantamento* (sem indicação dêste título), *Nemoroso, Epitalâmio, Alexo, Basto* —; as 10 Cartas ou Elegias; 3 Canções a Nossa Senhora; a Sextina; e as Redondilhas — ordenadas, segundo os géneros, evidentemente pelo editor. As composições alheias a que Miranda respondia (de Montemor e Ferreira), impressas em *A*, foram excluídas.

[2] N.º 148.

[3] Algumas faltam, pelo contrário. Também os *Diálogos* em que Miranda e Bernardim Ribeiro colaboraram.

[4] N.º 142, *Este retrato vosso;* n.º 143, *Aquele esprito.*

[5] N.º 144, *Neste começo d'ano.*

[6] Os n.os 17, 18, 39, 75, 76, 77 das *Poesias*. Na Tabela, sobrescritada *O que vay acrescentado nesta segunda impressam,* figuram injustificadamente os n.os 45 e 136, *Como no se desespera* e *Quien viesse aquel dia,* pois já saíram em 1595.

[7] Os n.os 137 e 145 encontram-se em *J;* 131 e 132 já andavam desde 1516 no *Cancioneiro Geral*. Exclusivo de *B* são portanto apenas a *Elegia*, os três *Sonetos* e a *Canção: Dia gracioso e claro* (n.º 149).

Jerónimo de Sá e D. Maria de Silva e Meneses) já falecida em 1593, e fôra por ela levado a Salvaterra da Galiza, ao solar de seu marido D. Fernando Osores de Sotomayor [1]. Expressamente o designa como *primeiro original* que continha tantas riscas e emendas, entrelinhadas e marginais, que mal se podia ler, mostrando pela partícula latina *vel vel,* freqùentemente usada, que o próprio poeta duvidava a qual das lições havia de dar a preferência. Quanto mais o editor! Segundo dá a entender, essas emendas eram em grande parte fruto do tempo em que Sá de Miranda ia limando, polindo e purificando as suas obras, a fim de as copiar caligráficamente para o Príncipe; em parte eram fruto de revisão posterior, durante a qual, arrependido, reintroduziu lições rejeitadas, ou substituiu retoques mal sucedidos por outros melhores. A decisão sôbre as duas eventualidades, o editor deixava-a ao juízo dos curiosos.

De modo algum afirma que tal *Livro-mestre* ou *Livro-razão* — que em gérmen continha muitas ou todas as redacções — serviu de base directa à sua impressão. Pelo contrário; pelo que diz e pelo que não diz conhece-se que nem mesmo o vira. A meu ver, só o conhecia de fama, pelas informações do autor da *Vida* [2], ponto que já estabeleci em 1885 [3]. Agora vou todavia mais longe.

---

[1] *Cores,* por êrro, em vez de *Çores:* má ortografia de *Osores, Fernandozores,* que Domingos Fernández encontrara na *Vida.*

[2] Depois de haver falado dos descendentes do Poeta diz, chegado à esposa de *Dom Fernando Cores Sotomayor,* que *vivia em Salvaterra o anno de 1593, já viuvo d'ela: e he rezão que digamos aqui que quando aquelle fidalgo casou com esta neta de Francisco de Sa quis que no dote que lhe deram entrasse em hum grande preço o Livro Original de suas Poesias, o qual tem e estima como ellas merecem.*

[3] *Poesias,* p. LXXV. Do que então assentei, subscreveria hoje apenas os pontos em que toco no texto.

Analisando a fundo cada uma das asserções de Domingos Fernández cheguei a entender que êle estava inteirado, e queria informar o leitor, da identidade dêsse primeiro original guardado em Salvaterra (com ciumes tais que não se mostrava a ninguêm), e do volume já velho, encadernado em pergaminho branco, que D. Jerónimo de Castro conseguira explorar (de 1589 a 1595)[1], *passando de reino a reino*[2], a fim de sempre de novo conferir (em casos duvidosos) a letra do próprio[3] com a impressão (em Lisboa) do traslado que êsse cavalheiro mandara extrair do códice e havia submetido à sentença do tribunal de Braga. O que êle Domingos Fernández diz do estado do códice original parece até destinado, quando não a abalar a fé nos textos da edição-príncipe, pelo menos a robustecer o crédito nos que inseria na segunda impressão.

Quanto a êsses, põe em relêvo o trabalho que teve *em recolhê-los das mãos de vários*[4], em que andavam espalhados. Trata-se portanto de traslados diversos dos originais, segundo êle fidedignos, que o Poeta havia remetido

---

[1] O passo mais sujeito a discussão diz: *Pequena maravilha he logo que diffirão estes papeis que são as copias daquelles, dos que se tresladarão do primeiro original que nem se mostrava a alguem nem ainda se póde bem ler segundo está de riscado, entrelinhado e marginado.* Antes o editor falara dos papéis enviados ao Príncipe. Por isso interpreto-o do modo seguinte: *Não admira que estes papéis (que agora publico ou que mandei imprimir e são cópia daqueles que Miranda dedicou ao Príncipe D. João) difiram dos que D. Jerónimo mandou extrair do primeiro original e deu à luz em 1595.*

[2] A menção da data 1593 na *Vida* é significativa, a meu ver.

[3] São frases de Manuel de Lyra, na *Carta Dedicatória* a D. Jerónimo de Castro (Vid. *Poesias,* p. LXXIII). Pena é que nem êle nem o Juiz de Braga dessem pormenores a respeito do volume que viram.

[4] Amigos contemplados pelo Poeta, como os Pereiras, de Cabeceiras de Basto, os Sás de Meneses, do Pôrto, D. Manuel de Portugal, Diogo Bernardes, Pero de Andrade Caminha. Ou coleccionadores de Florilégios.

ao herdeiro da coroa. De modo algum alude ao trabalho melindroso da escolha que, em vista do cartapácio, teria tido!

Com relação aos Inéditos, não contidos em *A*, parece-me portanto que, no profundo desânimo dos últimos anos, o autor não se havia lembrado de os encorporar no cartapácio grande. Os demais textos, comunicados em 1614, devem ser apreciados não em globo, mas um a um, porque, saindo de fontes várias, tanto podem ser primitivos como tardios, puros ou deturpados. Quanto aos oferecidos em 1595 devemos aplicar-lhes as ponderações críticas aconselhadas até hoje para os de 1614, porque, apesar de todos os cuidados de D. Jerónimo de Castro, a escolha entre as lições divergentes deve ter sido arbitrária. —

N será a sigla com que doravante designarei o caderno truncado da Biblioteca Nacional, cujas relações de parentesco com as já mencionadas tentarei apurar nos capítulos seguintes.

VII

Interpretando os *Índices* assentemos, numa estatística menos sumária, que, da totalidade de 1093 versos que o caderno autógrafo contêm, 845 são castelhanos. As dez composições portuguesas que neles estão registadas, em parte incompletas, dão apenas 148 versos.

Quási todas as poesias, tanto as castelhanas como as portuguesas, estão escritas em octonários ou senários [1]. Não sómente as dezasseis poesias líricas menores, mas também o único poema extenso que o caderno contêm: o drama bucólico *Alexo* (com 801 versos) [2]. As líricas são:

---

[1] Ao todo: 140 versos.

[2] Incompleto, ainda assim, no meio. Na minha edição de 1885 compõe-se de 954; e redacções há que vão muito além disso.

Esparsas ou *Trovas (esparsas),* duas; *Vilancetes,* oito; *Cantigas,* cinco, uma das quais tem feitio de *Endecha* [1].

Todas tem a forma e medida nacional (mais correctamente peninsular) da *redondilha maior* ou *menor.*

Apenas há três excepções: em metro largo de onze sílabas, que é costume chamar hendecassílabo italiano, ou em seu quebrado. E são a *Epístola-dedicatória* a D. António Pereira, senhor de Basto, que acompanha o *Alexo,* e dois dos *Intermezzos* líricos com que êle está engalanado. Por junto 152 versos.

Sobretudo estes *Intermezzos* são de grande importância. Temos neles as primícias do gôsto novo introduzido por Sá de Miranda, quando, de regresso da Itália, tomou sôbre si o dificílimo e melindroso papel de Reformador da arte vigente na côrte, medieval e dessorada. Reformador, porêm, não só da forma, mas também e principalmente da essência, porque alêm dum metro desusado, de estrofes desconhecidas (Oitavas, Sextinas, Tercetos, etc.), e de géneros estrangeiros (Sonetos, Canções, Capítulos, Elegias, Epitáfios, Sextinas, Églogas), Sá de Miranda trouxe comsigo idéias novas e ideais novos. Os ideais do Renascimento clássico, bebidos em Vergílio e Horácio, em Plauto e Terêncio, em Cícero e Platão, mas sobretudo em Sannazzaro e Ariosto, Dante e Petrarca.

Procedendo criteriosamente, começara todavia com tentativas que eram transições do gôsto indígena para o estrangeiro.

O *Alexo* — mesmo se foi precedido, como penso, dalguns diálogos pastoris de Bernardim Ribeiro, ou de todos quantos devemos a essa alma de poeta — o *Alexo* é o primeiro *drama* bucólico que foi composto em Portugal

---

[1] A quási igualdade numérica entre os versos portugueses e os [illegible] : R edon dilha é portanto fortuita.

em *linguagem* [1]. Drama, ou Auto, de muitas figuras, dividido em cinco ou seis scenas, e em metros variados [2]: a primeira Égloga no estilo polido dos grandes mestres neo-latinos que haviam renovado a arte do Mantuano e de Teócrito. Seguido muito de perto da *Fábula do Mondego* [3], êsse *Auto* artístico era a grande novidade que «o homem de bom saber» lançava em desafio e como protesto contra Gil Vicente e os demais representantes da Escola Velha [4]. Mas novidade transitoria, repito-o. Ideada e arquitectada a modo de fora-parte, onde a *Arcádia* já fizera escola [5], o poeta escrevera-a, ainda assim, *na nossa medida,* de acôrdo com o suave autor dos Idílios de *Jano* e *Jano e Franco,* que êle glorifica nesse mesmo Auto. Na *Epístola* explicativa que posteriormente juntou ao *Alexo,* chama aos interlocutores

> estos pastores mios, los primeros
> que por aqui cantaron, bien ó mal,
> a la sampoña versos estrangeros.

---

[1] No idioma de Lácio já existiam as nove *Églogas* de Enrique (Hermígio) Cayado, impressas em 1501.

[2] Bernardim Ribeiro só empregou a usadíssima décima e o nonário.

[3] *Fábula* com forma de Canção, mas de carácter bucólico. Inspirada pelo *Orfeo* de Poliziano, versa sôbre um assunto português: o mesmo tema arqueológico — o brasão de Coimbra — que Gil Vicente tratou, ao seu modo humorístico, na *Comedia sobre a Devisa da Cidade de Coimbra* (1527).

[4] Outrora pensei que a *Fábula* fôra escrita antes do *Alexo* (sem a Dedicatória a D. João III, que é seguramente de 1537, ou posterior, porque alude à Universidade). Em diversas colecções, por exemplo no *Cancioneiro* de Juromenha e na impressão de 1595, o *Mondego* está anteposto ao *Alexo.* Na edição de 1614 todas as Églogas em metro italiano precedem as compostas em metro nacional. Por isso o *Mondego* tem aí o primeiro lugar, e o *Alexo* o sétimo.

[5] A primeira edição da *Arcádia* é de 1504.

Pois bem: dêsses versos estrangeiros, cantados na scena principal, uns, que começam

Amor burlando va, muerto me dexa

são igualmente uma novidade transitoria. A estrutura é a velha das oitavas à castelhana (*abbacddc*), usadíssimas entre os poetas do *Cancioneiro Geral,* sobretudo em poemas narrativos, de alto coturno; mas agora enfeitadas e tornadas dramáticas pela introdução dum quebrado [1], que interrompe a monotonia das metades iguais [2]. Novo era, pelo contrário, o metro: o hendecassílabo à italiana, com acentos na 4.ª, 6.ª e 10.ª sílaba. Nova era também a factura do canto, distribuído por partes simétricas entre dois pastores: João Pastor e Antão, que neste caso personificam os dois amigos João e Franco, ou Bernardim Ribeiro e Francisco de Sá de Miranda, que juntos estiveram longe da pátria, e juntos iam iniciando, de modo individual embora, o género pastoril em diálogos idílicos ou dramas líricos. Canto *alternado* ou *amebeu,* no dizer

---

[1] Miranda introduziu o quebrado também nas oitavas espanholas *de arte menor,* de dois modos diversos: em substituïção do primeiro octonário com a rima *d* (ababc*d*de), por exemplo nos versos 536–725, 758–781 e 831–838 do *Alexo* (*Poesias*, n.º 102); ou como acrescento entre *c* e *d* (abbac*c*d*c*d; ibid., 114–239; vid. p. CXIII).

[2] Como o quebrado se ligue, pela consoante, à primeira metade, temos o esquema *abba*acdd. Do assunto, que tem importância, trato em *Notas Vicentinas,* que estão quási prestes a irem ao prelo. Por ora veja-se M. Menéndez Pelayo, *Bartolomé Torres Naharro y su Propaládia,* Madrid 1900. Aí se demonstra que a nova forma, inventada pelo dramaturgo espanhol em 1512, ou pouco depois, foi imitada por Gil Vicente, no ano de 1527, em dois Autos diversos. Mas não há referência ao *Alexo;* nem se pondera se porventura êle é anterior ao *Auto da Feira* e à *Historia de Deus.*

de Vergílio e Teócrito [1]. Novo era também, relativamente embora, o artifício do *leixa-prem,* que Miranda emprega em algumas estâncias. A repetição do último verso de uma estrofe como primeiro da imediata era moda de origem popular, como a do canto alternado, adoptada pelos trovadores provençais e pelos seus antigos sequazes, incluindo os galaico-portugueses [2]; esquecida contudo, de 1300 em diante, e renovada (em 1500 e tantos) pelo bom velho Sannazzaro, isto é, pelo Vergílio neo-latino, cujas Bucólicas o nosso poeta conhecera na viagem [3], admirava, enaltecia e imitava.

Na segunda tentativa, *Los guisados de Amor son corações,* apresenta, de caso pensado, verdadeiras Oitavas à italiana (*abababcc*): as precursoras primeiras das estâncias maravilhosas dos *Lusíadas.*

A *Epístola-Dedicatória* compõe-se tambem de Oitavas típicas à italiana. Mas essa não é das primeiras amostras da arte nova, como logo hei-de mostrar.

Além das três que apontei, há no caderno truncado mais uma novidade transitoria. Em português. É a Sextina. *Não posso tornar os olhos.* O próprio autor explica neste caso que a fez *à maneira italiana, mas na nossa medida* [4].

O complicado processo, também invenção provençal, realizado magistralmente e amiude pelos corifeus do doce

---

[1] Nas Églogas III e VII Vergílio imitava Teócrito (Idílios V e VIII), o qual, pela sua vez, havia nobilitado um costume popular dos pastores da Sicília. Costume que também vigorava, aparentemente, entre os pastores da Lusitânia (Portugal e Galiza).

[2] Vid. C. M. de Vasconcellos, *O Cancioneiro da Ajuda,* vol. II, pp. 455, 530, 599, 904, 925.

[3] As traduções castelhanas são muito posteriores. De 1547.

[4] Estas palavras são de *J;* a rubrica de *D* está deturpada. Vid. *Poesias,* p. 58.

estilo novo [1], consiste (como todos sabem) em colocar os mesmos seis nomes, indicativos das idéias dominantes, no fim dos seis versos de cada uma das seis estrofes de que consta; mas por engenhosa derivação do sentido, em ordem sempre diversa. O conjunto termina com um remate de três versos, que também acabam com três dêsses vocábulos, livremente escolhidos [2]. O aprêço que Miranda dava a essa forma, por ser «de grande maestria», muito superior, do ponto de vista técnico, às quadras e trovas, conhece-se bem na nota com que a acompanhou no Cancioneiro destinado ao Príncipe: *Esta composição das Seistinas é a de mais artificio de quantas em Italia se usam, e pois que tudo ha de ir* [3]. Entendo: por êste motivo ponho-a (ou deve ir) no fim de todas as composições líricas, menores [4]. Chave de ouro da abóbada gótica das Redondilhas medievais [5].

VIII

O conteúdo do caderno *N* — canções curtas de amor e melancolia, em metro nacional, que constituem a primeira

---

[1] Dante, Petrarca e todos os Petrarquistas dos países românicos. Em Portugal temos Sextinas de Luís de Camões, Diogo Bernárdez, Falcão de Resende, Gonçalo Coutinho, e outros. Em geral nos Quinhentistas clássicos. A de Miranda parece-me ser a melhor de todas; exemplar quanto à forma e quanto ao sentido.

[2] Na *Sextina* de que trato, essas pseudo-rimas são *olhos, razão, vontade, costume, lei, fôrça.* Dessa ordem, que é fundamental, elas passam a ocupar os lugares 6-1, 5-2, 4-3; depois 3-6, 4-1, 2-5; 5-3, 2-6, 1-4; 4-5, 1-3, 6-3; 2-4, 6-5, 3-1; 3, 4, 2.

[3] *Poesias,* p. 60.

[4] Apesar disso, seguem-se-lhe três *Chistes* (omitidos talvez anteriormente, por descuido).

[5] Em *B* a Sextina está também colocada entre os metros italianos dum lado e o ramilhete de versos peninsulares pelo outro.

fase da actividade literária de Miranda, de 1516[1] a 1521[2], e a Égloga *Alexo* da segunda época palaciana, de 1526 a 1534[3], e dentro dessa sua estreia de arte nova alguns trechos de grande ingenuidade — esse conteúdo[4] levou Delfim Guimarães, escritor único que antes de mim se ocupou do assunto, a tratá-lo de cronológicamente temporão, e as redacções dos textos de primitivas; ou de meros rascunhos, por causa das numerosas emendas.

---

[1] Ou: antes de 1516, ano da publicação do *Cancioneiro Geral*, em que há treze composições do *Doutor Francisco de Sá*.

[2] No segundo e terceiro período escreveu só excepcionalmente (por convite de poetas áulicos) Cantigas, Vilancetes e Endechas *como se naquele tempo costumava*, ou *ao costume d'aqueles tempos*, segundo dizeres retrospectivos, que empregou de 1550 em diante. Vid. *Poesias*, p. 7.

[3] A data 1526 para o regresso de Miranda da sua viagem de arte, inferida apenas da fórmula *no tempo de Hespanhoes e de Franceses*, estriba-se em não haver entre as suas obras à italiana nenhuma com indícios de ser anterior a essa data. A ser verdadeira, seria provável que, voltando por Sevilha e Granada, assistisse às festas do casamento de Carlos V com D. Isabel de Portugal, encontrando-se aí de novo com duas damas que venerava: D. Isabel Freire e D. Leonor Mascarenhas. É possível tomasse parte, nos jardins do *Generalife*, nas conversas fecundas do embaixador Navagero com Boscan e Garcilaso. Devo confessar todavia que, desde que se descobriu o documento relativo à nomeação de Bernardim Ribeiro para escrivão da câmara de D. João III, fiquei a duvidar se a data válida para o poeta da *Menina e Moça*, 1524, o seria também para Sá de Miranda. Três anos nos parece pouco, só se os compararmos com os nove que Francisco de Holanda se demorou no estrangeiro. Ainda assim, a dúvida não se transformou em convicção, por não haver prova alguma de que os dois amigos fizessem juntos toda a sua peregrinação.

[4] Por junto 11 composições da *Primeira Parte* (24, 28, 30, 38, 50, 53, 55, 68, 70, 74); 1 da *Segunda* (102); e 4 da *Quarta* (133, 136, 145, 169, 190); isto é, de Poesias que Miranda não mandara ao Príncipe.

Esta interpretação é todavia errónea. Do confronto minucioso dos textos (corpo e emendas) com os das restantes colecções resulta, pelo contrário, que essa ingenuidade é uma feliz maneira artística de caracterizar a índole do portuguesíssimo zagal — doido de amor sem saber de quem — [1], que é o protagonista da Égloga. E resulta também que há no caderno uma composição posterior não só às que o Poeta mandara ao Príncipe, e às que entraram nas Miscelâneas *E* e *F*, mas também às que do cartapácio famigerado de Salvaterra foram extraídas por D. Jerónimo de Castro e serviram de base à impressão de 1595.

Já falei das poesias do último período, frutos que devemos não só ao trato prolongado e intenso com as Musas durante a revisão das obras com que resolvera sair à praça, instigado pelo herdeiro da coroa, mas também ao entusiasmo que estas revelações despertaram na côrte, levando os melhores engenhos a glorificar Miranda em homenagens que exigiam resposta.

Referi-me à Carta gentil a Jorge de Montemor, anterior seguramente à desgraça que depois de 18 de Abril de 1553 envolveu o espírito do Poeta *em nevoa grossa*. Falei da outra a António Ferreira, que tentara consolá-lo da *dôr recente* (impressas ambas em *A* e *B*); do Soneto à mulher profundamente abalada (e que existe únicamente em *J*); da Elegia sôbre a morte de D. João, que é exclusivo de *B*, como igualmente são os Sonetos inspirados pelo rápido definhar de D. Briolanja.

---

[1] Não resisto ao prazer de lembrar o fino epigrama castelhano, sôbre o Português *muerto de puro amor:*

A un Português que lloraba
preguntaron la ocasion;
respondió que *el corazon*
y que enamorado estaba, etc.

De passagem mencionei a Epístola-Dedicatória, anteposta ao *Alexo* em *J* e *B;* e que também existe em *N*[1].

Pelo assunto de que trata, é impossível fôsse escrita antes do verão de 1553. Muito mais provável é contudo ser de 1554 (ou mesmo de 1555); quando a acerba dor que Miranda experimentara com a perda do filho, morto em Ceuta às lançadas dos Mouros, e o profundo desânimo causado em todo o país pelo falecimento do Príncipe, seu Mecenas, já haviam sido acalmados pela acção niveladora do tempo, de modo tal que podia serenamente tomar parte na alegria do amigo e vizinho, cujo primogénito escapara quási milagrosamente do desbarato no monte da Condessa de Ceuta, um só de trezentos moços-fidalgos que serviam Comendas na África[2]. Uma alusão curta ao «milagre», que já reconduzira[3] à cidade do Pôrto (onde Ferreira então se achava) o jovem João Rodríguez Pereira

> —um só que em sangue aberta traz a cruz
> branca por armas—

perfaz o remate da *Carta* a Ferreira[4]. O mesmo milagre é assunto ou motivo principal da Epístola-Dedicatória, que Miranda destinava a ser recitada no dia festivo com que celebravam o seu regresso à casa paterna em Cabe-

---

[1] Vid. *Poesias,* n.º 145. Por ser de metrificação diversa, cronológicamente muito posterior à redacção primeira da *Égloga,* e não se encontrar no códice *D,* tive de lhe dar numeração pròpriamente sua. — Cfr. n.º 152: *Epístola Dedicatória* a João Rodríguez de Sá e Meneses.

[2] A peleja desastrosa deu brado, porque nela pereceram muitos dos rapazes nobres que haviam tomado parte no Torneio de Xabregas. Entre êles o predilecto de Camões, D. António de Noronha.

[3] Fora de tempo, se a Epístola fôr de 1554. Em regra, os que «serviam uma comenda» na África ficavam lá dois anos; quatro, se eram degradados por qualquer delito.

[4] *Poesias,* n.º 147; vid. v. 112.

ceiras de Basto, como prelúdio da representação do *Alexo* (refundido). É justo portanto inferirmos que essas duas composições são coevas, ou quási: a *Dedicatória* um tanto posterior à *Carta*. Em todo o caso, ela obriga-nos a colocar o autógrafo nos últimos cinco anos da vida do solitário da Tapada.

*

Entre as poesias líricas menores, todas as que faltam na colecção tripartida merecem especial atenção [1], conquanto não possam ministrar elementos cronológicos tam positivos. A Tabela *D* mostra quais são as que tenho em mente: o Vilancete da *Menina fermosa,* inédito até eu o haver extraído em 1885 do *Cancioneiro* de Juromenha [2]; a Trova de *Amor e Fortuna,* também desconhecida até eu ter manuseado a Miscelânea eborense; a triste Cantiga *De quem me devo queixar;* e a Endecha *Quien viesse aquel dia.*

O caderno *N,* que autentica o *Vilancete* e a *Trova,* revela-nos com relação a esta uma importante notícia. Segundo a epígrafe, ela é uma *Estamça tirada de uma sua Tragédia intitulada Cleopatra, que anda assi por fóra.*

Que perda tamanha a dêsse drama histórico, que seria o primeiro da literatura portuguesa, anterior à *Inês de Castro* de Ferreira, e, quanto ao assunto, precursor de Shakespeare [3]. Que perda tamanha!

Pode ser que tudo isso seja do último quinquénio tormentoso da vida do Poeta. A *Endecha* — verdadeira

---

[1] Tudo quanto falta em *D* é significativo. Pelo contrário, o que falta em *J* e *N* nada prova, visto ambos estarem truncados.

[2] Das variantes tenho de tratar no capítulo seguinte.

[3] Facto ignorado por todos, mesmo pelo autor da *Vida*, pois lá se fala apenas das duas *Comédias* em prosa, impressas em 1559 e 1561, mercê do Infante-Cardeal D. Henrique.

Canção de amor à Morte — podia mesmo ser o seu canto de cisne [1]. A inexplicada omissão de diversas poesias em todas as colecções não nos permite todavia conclusões seguras [2].

Da coordenação não se podem deduzir conclusões algumas. No estado actual do caderno não há meio de apurar se os Vilancetes e as Cantigas ocupariam o primeiro lugar como na colecção tripartida e em *J* (em harmonia com a evolução poética de Sá de Miranda, pois tinham sido a sua estreia nos Serões Manuelinos), ou o derradeiro lugar, como nas duas impressões [3] antigas; nem tam pouco para determinar com acêrto a sucessão dos quatro grupos de fôlhas em que estão.

É muito possível que *N* se parecesse, quando completo, com *J* (e nesta particularidade também com *D*). Mas mesmo se assim fôsse — tendo nós portanto de conceder o lugar da frente à fôlha que contêm os n.os 26, 24, 28, 30, 38 da minha edição; o segundo, aos n.os 54, 50, 53, 55; o terceiro aos n.os 68, 70, 133; e o quarto aos n.os 136, 74, 169, 190 — a ordem das poesias se conservava diversa, sensívelmente afastada da estabelecida em *D*, como se vê da numeração; e algo diferente da observada em *J*, pois aí as poesias correspondentes [4] estão nas fôlhas 4, 2, 5; 9, 10; 14; 15; 18, 20, 19.

---

[1] Talvez estivesse em alguma das fôlhas de *J* que se perderam. Talvez — porque, apesar da grande semelhança de *N* e *J*, há ainda assim bastantes divergências, como se verá.

[2] Completando o que apontei mais acima, lembrarei que as cinco composições de Miranda, que figuram no *Cancioneiro Geral* (fl. 109 e 110) e faltam em todas as colecções, são os n.os 128–132 da minha edição.

[3] Os editores, dando importância maior às obras *à maneira italiana*, procederiam à transmutação dos Livros, separados por fôlhas brancas, de que se compunha o Cartapácio de Salvaterra.

[4] N.os 24 e 169 faltam em *J*.

Por isso não alterei a ordem das reproduções fotográficas, quanto às Redondilhas.

IX

Continuando com o confronto dos textos, na esperança de ver confirmado o resultado, que colhi, e de talvez se apurarem mais alguns factos cronológicos, a fim de definir mais de perto o grau de parentesco e a autenticidade dos diversos manuscritos, passo às redacções das peças principais.

A *Epístola-Dedicatória* compõe-se de cinco Oitavas, em *N*, e de seis em *J* e *B*. Na estância primeira há no autógrafo um verso que é privativo dêle; de difícil interpretação por ser alusão pessoal. Logo após os três versos iniciais, que já citei no capítulo VII, o Poeta (ou o personagem incumbido da recitação do Prólogo em nome do Poeta) continua com relação aos pastores:

> demandando su puerto principal
> van — que sois vós. De nuevo quieren veros
> del Conde don Emundo el memorial.

Como mais minuciosamente conto expor nas *Anotações* ao texto, há aqui referência a um vetusto acontecimento familial, a que de qualquer forma estava ligado o Conde de Cambridge, Don Edmundo, príncipe inglês e chefe dos que em 1381, na guerra contra Espanha, combateram a favor de Portugal: qualquer acção heróica de um bisdono de D. António Pereira, o *Marramaque*. Acção, a respeito da qual existia um *memorial*, outorgado por aquele Conde. Considerado como monumento e título de glória dos Pereiras de Basto, o chefe da casa só o mostrava aos íntimos em ocasiões solenes, como prémio a novos feitos heróicos. Estando em festa a casa toda no regresso do primogénito de D. António, que escapara ao desbarato fatal no Monte

da Condessa, é que Miranda envia ao amigo a refundição de uma *Égloga,* evidentemente para que, de antemão estudada, fôsse representada por amigos e parentes [1].

Essa alusão, homenagem delicada, comprensível só aos íntimos, era misteriósa para os alheios e indiferentes. Por isso, creio, seria eliminada nas cópias alteradas depois de 1553, que Miranda destinava quer ao público em geral, quer à *Alteza* visada no *Cancioneiro* de Juromenha.

Eis a redacção contida em *J* (com variantes insignificantes em *B*). A emenda anódina *que a ver os vengan en todas maneras* é comum a ambos:

Estas nuestras sampoñas, las primeras
que por aqui cantaron (*a*) bien ó mal
como pudieron (*b*), rimas estrangeras,
envia-os-las (*c*) el nuestro mayoral
que a ver os vengan de todas maneras,
que de mas (*d*) de ser el dia festival [2]
supo por ser venido el mayor hijo
que anda toda esta casa en regozijo.

[*B* (*a*) cantaran — (*b*) pudieran — (*c*) envialas — (*d*) a más].

Nas Oitavas que se lhe seguem, as alusões pessoais, relativas aos filhos do *Marramaque,* são, pelo contrário,

---

[1] Não creio que o *Alexo* fôra positivamente dedicado a António Pereira logo na primeira elaboração. A Dedicatória falta em *D E F* e *A,* e a fórmula *el vuestro Alexo* ocorre exclusivamente em *J*. Certo é, por outro lado, que não sabemos de qualquer destinatário diverso. Na estreia, quando o *Alexo* foi pela primeira vez representado na côrte, entre 1527 e 1534, talvez em 1532, não tinha Dedicatória alguma: a grande novidade era destinada à parte culta da nação, a todos quantos na côrte, ou fora dela, se preocupavam com problemas de arte. Vejam-se as *Anotações* finais.

[2] Um dia que era de festa para todo o mundo (Natal? Páscoa? S. João?) fôra escolhido para celebração do regresso de João Rodríguez Pereira dos campos africanos.

mais exactas em *J* e *B* do que em *N*. A meu ver, porque só posteriormente ao dia festivo o Poeta foi informado dos pormenores não só do milagre de Ceuta, mas também e principalmente da vitória contra os Turcos de Ormuz, em que tomara parte preponderante D. Gonçalo Pereira, filho segundo de António. Se a princípio (em *N*) chamava ao protagonista do sucesso africano *tan cuerdo capitan, tan moço d'años,* referindo-se ao filho segundo apenas com as palavras não menos vagas

> bolved los ojos al hijo segundo,
> vereis vuestros Froais dar vuelta al mundo,

porque apenas sabia que êle, para ganhar as esporas de cavaleiro, fôra às Indias Orientais e lá batalhava, introduziu nas duas refundições posteriores indicações mais explícitas. No *Cancioneiro* de Juromenha diz:

> Tornó (*a*) quien esa casa ha de heredar,
> tan grande capitan, tan moço de años (*b*).
> Los Turcos vencedores por el mundo
> peleando venció el hijo segundo.
> Del qual caso espantoso dicho sea
> solamente de una ave que iba a vuelo
> mientras que ardia la fiera pelea (*c*)
> sin resguardo de daño y sin recelo (*d*)
> acá ni allá no vista tal ralea (*e*)
> todo agua, todo fuego, y todo cielo!
> Seas el buen venido (*f*), hermoso agüero!
> tornan (*g*) nuestros milagros de primero.

[*B* (*a*) bolvio — (*b*) en tiernos años — (*c*) acá y allá por la mortal pelea — (*d*) sin tener de algun mal algun recelo — (*e*) no siendo nunca vista tal relea — (*f*) Seas pues bien venido — (*g*) buelvan].

Gramaticalmente devemos referir a oração, relativa ao milagre, ao filho segundo sem hesitar. A historiografia não regista todavia nenhum milagre de Ormuz [1]. E no

[1] Couto, *Década VI*, livro x, cap. xvi. — Andrade, *Crónica de D. João III*, parte iv, cap. cii.

que aconteceu no solo africano — o estandarte guião da companhia salvo no bôlso da faltriqueira de João Rodríguez Pereira — não entrou, que eu saiba, nenhuma Ave-fenix [1]. Com relação aos positivos feitos, poéticamente enaltecidos nas Oitavas da Epístola, não faltam porêm datas exactas. O primeiro deu-se a 18 de Abril de 1553, e o segundo em Setembro do mesmo ano. Ignoro se João Rodríguez só voltou ao cabo dos dois anos obrigatórios para quantos serviam uma Comenda [2], ou se, por causa do milagre, teve licença de adiantar o regresso à patria e aos penates. E ignoro igualmente se as primeiras cartas, relativas ao sucesso de Ormuz, viriam logo em 1554 com a primeira monção favorável [3], chegando a Lisboa na primavera de 1555. Restrinjo-me por isso ao resultado que a redacção contida em *N* é anterior à de *J* e *B*.

*

Na Trova da *Menina fermosa,* caracterizada como popular pela epígrafe de *cantar de moças,* as relações de dependência de *J* da colecção *N* são ainda mais flagrantes. O poeta escrevera originàriamente:

Em pago de tal vontade
que vistes e espirmentastes,
de todo assi m'os quebrastes
sem algũa piedade.

---

[1] Vid. Storck, *Camões,* § 116; Faria e Sousa, *Rimas de Camões,* I, 34.ª, e *África,* passim; assim como C. M. de Vasconcellos, *Poesias de Sá de Miranda,* pp. 739, 847, 851, e *Zeitschrift,* VII, p. 497.

[2] Neste caso o regresso e os festejos em Cabeceiras de Basto caìriam no verão de 1555.

[3] Das naus de 1553 — ano da partida de Camões — a *S. Bento* perdeu-se na costa do Natal vindo para o reino; a *Santo António* queimou-se estando à carga; duas caravelas arribaram (entre elas a *Ascensão* ou *Santa Cruz*); a *Loreto* (ou *Rosário*), que invernou em Moçambique, ultimou a torna-viagem a 24 de Maio de 1556. Outras naus podem todavia haver levado as notícias.

Depois riscou essa redacção e substituiu-a pela seguinte:

Em pago desta verdade
que estranhais porque n[ão] [se usa],
quebrais-mos; a [alma confusa]
não sabe mudar vontade.

E assim mesmo está, limpa e lisa, no *Cancioneiro* de Juromenha, embora com erros de copista [1] e com algumas leves variantes [2], introduzidas provávelmente no acto de o Poeta passar os versos a outro cartapácio [3].

Na saúdosa Endecha *Quien viesse aquel dia,* o texto quási igual de *J* e *N* parece ser, de facto, rascunho primeiro, mas muito belo, ao passo que em *A* e *B* temos redacção ainda melhorada. Em *J* falta a quadra:

Vistes esperanças,
vientos, vientos, vientos!
Quantas de mudanças!
quantos de tormentos!

Não sei se de propósito ou por descuido do copista.—Na última escrevera:

A la suerte mia
pluguiesse, pluguiesse
que veniesse un dia
que otro no siguiesse!

Finalmente riscou as últimas duas palavras e substituíu-as por *mâs no viesse.* E assim mesmo se lê em *J* [4].

---

[1] *Quebrais mas* é lapso de copista.

[2] *Quebrar,* em vez de *mudar.* No verso 17 está: *cruel sois cada vez mais;* no 20.º *ou de que? d'alma que vive* (preferível à lição deturpada que imprimi a p. 599 das *Poesias*); no 21.º por *cossa.*

[3] Não ao volume do Visconde de Juromenha, pois é apógrafo, mas sim ao original, de que aquele se extraíu posteriormente.

[4] *Aiña,* em vez de *aina,* é lapso de copista. *Lusismo* (influxo de *asinha*, *aginha*). O mesmo vale de *viesse,* em vez de *viniese.*

A *Sextina* é igual em ambos, muito diversa de *D A B*, quási uma composição nova, depurada, sem ter perdido o carácter original austero e sentencioso que o distingue. Só na penúltima parcela há emendas. O poeta dissera no princípio:

Erguidas contra a rezão.

Não satisfeito corrigiu [1]:

A la fé, dorme ha rezão,
adormentava ho costume.

Menos contente ainda, cancelou em seguida as primeiras palavras dos dois versos, emendando:

[Não s]ey que faz ha rezão;
desatinou ho costume.

E assim está no *Cancioneiro* de Juromenha [2].

Para findar tratarei do passo que ministrou a Delfim Guimarães os elementos para a sua concepção errónea acêrca do carácter primordial do autógrafo. É uma das apaixonadas quadras de amor, de forma popular, que o zagal Alexo, doido de amor, entoa em *solilóquio*, e que os companheiros, meio-escondidos, escutam e acompanham de comentários, cheios de piedade e de entusiasmo.

A redacção que afinal prevaleceu em *N*, tem o teor seguinte:

Estes ojos tan sandios
que[me solian ser buenos,
otros eran quando mios,
otros quando son agenos.

---

[1] Esta correcção é uma das que o próprio poeta classificou de más ao confessar que emendando danava muitas vezes.

[2] No último verso da estrofe 6.ª (*Poesias*, p. 684), *sus* é êrro de impressão por *seus*.

O verso segundo é acompanhado da variante *aunque nunca fueron buenos,* teor que passou posteriormente, melhorado ainda, para o original de *J*, pois diz:

Aunque nunca fueron buenos
estos mis ojos sandios,
otros eran quando mios,
otros quando son agenos[1].

Antes de chegar a essa forma, o Poeta tentara todavia várias outras, de ingenuidade tão excessiva, no sentir do próprio, que não as inseriu em mais nenhum traslado. Primeiramente escrevera:

Seanme todos testigos:
soy un coytado zagal
que nunca hizo á nadie mal;
hanme cercado enemigos.

Depois alterou os versos do meio, pondo:

nunqa a moços ni a viejos
hize mal; soy zagalejo.

Não satisfeito, cancelou-os de novo e arrependido voltou à redacção inicial, modificando-a um pouco:

soy me un simple zagal

ou:

soy me tan simple zagal
que nunca hize a nadie mal.

Quanto ao último verso, substituíu-o depois por *tengo cien mil enemigos,* exagêro que reprovou, reintegrando *hanme cercado enemigos.* Finalmente riscou tudo, decididamente, lançando então a quadra *Estos ojos,* que trasladei.

---

[1] Talvez: *otros son quando agenos?*

Creio que estas amostras, que podia multiplicar, serão prova suficiente de que *J*, posterior a *N*, é, de todos os manuscritos devassados até hoje, o que tem maiores semelhanças com o caderno da Biblioteca Nacional — o manuscrito portanto cujos textos já classifiquei em 1885 de refundições muito formosas das redacções limadas e polidas entre 1550 e 1551 para o Príncipe D. João.

Ainda assim há no *Alexo* [1] numerosos trechos em que *J* se afasta de *N*, e *N* ora se aproxima de *D*, ora de *A*, ora de *B* [2], ora fica totalmente isolada. Privativa dêle fôra, por exemplo, a estrofe final da *Égloga*, pronunciada, à maneira de epílogo, pela *Ninfa da Fonte* — digo fôra (e não: é) porque o próprio Miranda tornou a riscá-la, rejeitando-a [3].

Em vista dessas circunstâncias não me é possível determinar com exactidão o grau de parentesco de todos os manuscritos [4].

Contento-me com o dito de Ovídio, tantas vezes aplicado aos idiomas neo-latinos:

facies non omnibus una
nec diversa tamen, qualem decet esse sororum.

---

[1] E na *Epistola Dedicatória*.

[2] Para dar ao leitor idéia aproximada das semelhanças e dessemelhanças das cinco redacções principais que possuímos do *Alexo*, completo este capítulo juntando-lhe em *Apêndice* duas scenas: as estrofes amebeias, cantadas por Antão e João Pastor, e o solilóquio em quadras de Alexo.

[3] Além disso, são-lhe particulares algumas epígrafes, como por exemplo *Esparça ao Tempo*.

[4] Não me atrevo a simbolizar essas relações complicadas numa árvore genealógica (como é costume entre os Romanistas). O melhor será elaborar para a reedição das *Poesias* tabela especial para cada uma das composições maiores.

Isto é: todos de quantos até agora sei, os reconheço como filhos legítimos do mesmo pai[1], constantemente empenhado em aperfeiçoar as obras que ia legar à posteridade — embora alguns (*F E*) tivessem vida tam aventureira que lhes deteriorou a pura fisionomia original.

X

Os exemplos típicos dos processos de Miranda que dei até aqui, trasladando algumas das lições que se acham sobrepostas umas às outras no caderno inédito, autênticaram completamente[2], a meu ver, tanto o texto basilar nele contido, como os retoques ulteriormente acrescentados, porque grandes partes do texto e numerosas variantes se reencontram em outros manuscritos e impressos do Poeta. Sobretudo em *J*.

Estabeleci que possuímos refundições de originais que o próprio autor chama *emendados,* com respeito aos primordiais conservados em *D*[3]. E poderia haver notado que mesmo nessa colecção dedicada ao Príncipe figuram duas redacções diferentes do *Basto,* isto é, da mais significativa e mais nacional das suas Églogas: a segunda com a declaração expressa «que *é a mesma que Francisco de*

---

[1] Com as excepções, naturalmente, que se dão em todos os apógrafos — deturpações involuntárias de copistas, que não percebem o original. Das que notei no *Cancioneiro* de F. Denis e no de Juromenha podia hoje emendar diversas, à vista de *N*.

[2] Queira o leitor meter em linha de conta os passos importantes que constituem o *Apêndice* complementar do capítulo IX.

[3] Além dos que já mencionei, apontarei ainda a refundição do Soneto *Amor tirando va* (*Poesias,* n.º 138), que extraí do *Cancioneiro* de Juromenha (ibid., p. 734); e a de n.º 60 (ibid., p. 681).

Sá mandou a Nuno Alvarez Pereira, mas emendada em muitas partes» [1].

Sendo facto incontestável que Miranda fôra levado pelo pedido do herdeiro da coroa a limar, polir e aperfeiçoar com o máximo cuidado, vagarosamente, as suas obras já meio esquecidas,

encomendadas
á traça e ao pó da aldeia e sua rudeza,
entre teias de aranha sepultadas,

é certo também que já muito antes êle havia documentado a mesma tendência [2], o mesmo desejo de acertar, o mesmo *talant de bien fere* [3], o mesmo respeito das regras horacianas: *nonumque prematur in annum* — guardar durante nove anos! e *limae labor et mora* — dar tempo e melhorar constantemente. Certo também que assim continuou até o fim dos seus dias, retocando sempre de novo os versos encorporados no grande *Livro-Razão*, e modificando cada uma das cópias parciais ou integrais que dêle extraía para os interessados: reis, infantes, cortesãos, amigos e pessoas de família [4].

---

[1] Assim se lê no apógrafo pertencente a F. Denis. Êle contêm, conforme expliquei mais acima, no fim algumas poesias alheias. O n.º 116, a que aqui me refiro, é todavia evidentemente obra legítima de Miranda.

[2] Mesmo as obras da mocidade (cantigas, vilancetes e glosas, do período palaciano) foram por êle refeitas, como se pode verificar nos n.ºs 155 a 165 da minha edição.

[3] Não me conformo com o pensar mesquinho do editor Domingos Fernández «que só o receio das invejas, murmurações e calúnias dos cortesãos o levaram a emendar constantemente as suas criações».

[4] Além dos manuscritos que subsistem e caracterizei no capítulo VI, houve muitos outros. Sabemos, por exemplo, de papéis que existiam no século XVII em poder dos Condes de Penaguião, vindos do espólio dos seus antecessores, os Sás e Meneses, do Pôrto (Foz e Matozinhos): o velho João Rodríguez, e seus filhos Francisco e

Conforme pitorescamente diz numa das poesias, êle as lambia:

> Como ussa os filhos mal proporcionados...
> Eu risco e risco, vou-me de ano em ano...
> Emendo muito, e emendando dano...
> Ando c'os meus papeis em diferenças.

Estas e outras confissões, segredadas nos Sonetos ao Príncipe e em respostas a dedicatórias de imitadores e adeptos, apresentadas como desculpa pelo longo tempo que gastara em cumprir as ordens do novel Mecenas, são testemunhos suficientes da existência de refundições e emendas.

As circunstâncias peculiares da actividade que exerceu reforçam-nos particularmente.

António, todos os três íntimos amigos e correligionários do Poeta em assuntos de arte (vid. *Poesias*, pp. LXXXII e 731). Outros havia no palacete da Condessa de Linhares, D. Beatriz de Sá, filha de seu irmão Mem de Sá (ibid., pp. LXXV, LXXXIX e 729). D. Francisco Manuel de Melo, que tencionava comentar o Poeta, como digo na minha edição e repito neste estudo (vid. pp. CXXXIII e LXXXIV); D. Francisco de Portugal que cita aforismos de Miranda a cada passo, em lições divergentes das que se conhecem; Manuel de Faria e Sousa, que faz o mesmo, guardavam autógrafos de Miranda nas suas livrarias (vid. *Lusíadas Comentados*, ed. 1685, vol. I, p. 37). No século XVIII achava-se um em posse do Cavaleiro de Oliveira com obras nunca impressas, segundo diz (vid. *Mémoires*, La Haie, 1743, vol. I, p. 389). Além dêsses, de que ficaram vestígios, quantos outros circulariam durante os primeiros sessenta anos da sugestão mirandesca, de 1535 a 1595, entre os adeptos da Arte Nova! Todos quantos o enalteciam como *duca signore e maestro* — D. Manuel de Portugal, D. Simão da Silveira, Jorge da Silva, Montemor, Andrade Caminha, Francisco de Andrade, Bernárdez, Falcão de Resende, etc. — precisavam possuir e consultar textos autênticos das suas Poesias. E mesmo depois do aparecimento das duas edições príncipes, tão diversas, e das *Sátiras* (de 1626), a discussão acalorada a respeito da maior ou menor autenticidade dum texto ou outro texto, devia levar os criteriosos a recorrerem sempre de novo aos originais.

Como inovador de idéias e de formas, em duas línguas, a nenhuma das quais era fácil adaptar as leis do gôsto italiano, Sá de Miranda teve de lutar com dificuldades enormes. Era preciso fixar, pelo exemplo, após longas hesitações e experiências, os acentos obrigatórios do hendecassílabo e do septenário, a contagem poética das sílabas gramaticais, o emprêgo da diérese e da elisão, o do hiato e da cesura, o valor das nasais portuguesas, a admissibilidade ou não-admissibilidade de rimas agudas [1].

Quanto à essência (as idéias e sua exteriorização), o firme propósito de evitar temas e fórmulas convencionais, já gastas pelo uso de decénios, o desejo de ser novo e culto, mas conciso e seivoso em tudo, a nobre ambição de condensar o maior número possível de pensamentos, originais ou derivados, no menor número possível de palavras — tudo isso levou naturalmente o Reformador, *homem de alto e heróico entendimento,* em cujo peito o santo fogo ardia, a trabalhar com assiduidade, reiterando os seus esforços de acertar antes de *sair à praça* [2].

Nem devemos esquecer que, quando o Príncipe o persuadiu a finalmente entregar a sua obra ao prelo, sob a sua égide tutelar, as *Rimas* suavíssimas de Garcilaso de la Vega, juntamente com as de Boscan, já estavam divulgadas. E (o que importa mais) em Portugal o sol luminoso da lírica camoniana já ia culminando na côrte, aureolado por uma pléiada brilhante de estrêlas de menor grandeza. Discípulos todos êles de Miranda, mas discípulos que,

---

[1] Vid. *Poesias,* p. XCIX sgs.

[2] A protecção do Príncipe, que outro fim podia ter? E que outro significado havemos de dar à frase *sair à praça?* Para exemplificar, lembrarei que Jorge de Montemor, valido da Princesa D. Joana, mais expedito do que Miranda, deu ao prelo logo em 1553 o seu *Cancioneiro* que dedicava «aos Príncipes».

influídos pelos dióscuros que no país vizinho haviam realizado a reforma, o ultrapassavam naturalmente, quanto à musica e euritmia dos versos e rotundez e elegância da dição [1].

Em teoria não é pois de admirar se, além de variantes numerosíssimas, possuímos refundições completas de tantas obras de Miranda; em especial das mais difíceis [2].

As duas tentativas principais de nacionalizar as Bucólicas clássicas de Teócrito e Sannazzaro, transformando a região de Entre-Douro-e-Minho numa nova *Arcádia* — o *Alexo* (castelhano) e o *Basto* (português), em que tenta aproveitar elementos folclóricos extraindo dêles a quinta-essência de poesia que encerram, e enobrecer a dição popular — ocuparam-no aparentemente durante três a quatro lustros. Do *Alexo* há, pelo menos, cinco redacções; do *Basto* doze, quatro das quais constituem refundições novas, ao passo que as outras são estádios de transição, com variantes autênticas.

Como porêm, na realidade, há em Portugal como alhures retoques apócrifos, modificações arbitrárias de copistas, leitores e editores, dispostos a acomodar ao gôsto da maioria do público do seu tempo textos que julgam imperfeitos

---

[1] Os hendecassílabos dos *primeiros* adeptos (D. Manuel de Portugal, Francisco de Sá e Meneses) e mesmo os de Andrade Caminha e António Ferreira, são duros e ásperos como os do Mestre. Os de Bernárdez e os castelhanos de Montemor rivalizam em suavidade com os de Garcilaso.

[2] *Canções, Sextinas, Églogas.* Todavia ha também redacções diversas de *Cartas* e, repito-o, mesmo de *Glosas* e *Cantigas.* A *Canção à Virgem* e a *Carta a D. João III* (vid. *Poesias,* pp. LXXXII e 537) completam a lista das reelaborações principais de que pouco a pouco fui dando conta neste estudo. Na nova edição que preparo hei-de imprimi-las todas por inteiro, sciente de que o público português não gosta de recorrer a variantes sôltas.

e antiquados[1], e como no caso de Miranda não faltou quem tratasse de «enfeites espúrios de um peralvilho e enramalhetado» as lições impressas por Domingos Fernández em 1614, cumpre-me descartar suspeitas tais a respeito das emendas inscritas no caderno *N* com as seguintes reflexões.

Todas as três eventualidades possíveis de falsificação estão excluídas: materialmente, porque a letra das emendas é do mesmo Quinhentista que traçou o texto basilar; espiritualmente, porque as mais incisivas revelam não só a mão mas também o engenho do poeta-filósofo, e mesmo as mais superficiais apresentam-no empenhado na sua laboriosidade reflexiva de inovador, na luta com as dificuldades que o material lingùístico opunha à realização dos seus ideais.

De mais a mais não sei de nenhum letrado que carinhosamente houvesse pensado a sério em publicar os versos de Miranda, antes ou depois de Manuel de Lyra, de combinação com D. Jerónimo de Castro, e Domingos Fernández talvez com D. Gonçalo Coutinho (suposto autor da *Vida*) e com Martim Gonçálvez da Câmara (autor do epitáfio), haverem publicado as edições de 1595 e 1614[2].

Verdade é que D. Francisco Manuel de Melo tencionava comentar as *Cartas* de Miranda; mas se êste homem, «em tudo grande», houvesse resolvido realmente juntar seus comentários a uma edição nova[3], com as redacções do cartapácio antigo que possuía, não creio que teria constituído eclécticamente o texto fundamental, aformo-

---

[1] Basta lembrar a actividade, muitas vezes benéfica e plausível, mas mais vezes arbitrária, de Faria e Sousa, com relação às *Rimas* de Luís de Camões.

[2] As relações mútuas dessas personagens podem ser documentadas por meio de edições camoneanas.

[3] A *Dedicatória* da edição de 1651 é dêle, conforme indiquei nas *Poesias*. Quanto aos textos, ela não se afasta todavia da impressão de 1632 que, pela sua vez, é reprodução da de 1614.

seando-o ainda com retoques da sua lavra. De resto — a letra dêle não é a do caderno *N*[1], e nesse não ha *Cartas!*

Quanto às emendas, que julgo autógrafas em globo, é possível calcular em numerosos casos qual seria o motivo da alteração[2]. O Poeta elimina estrofes frouxas (como a última do *Alexo*[3]); condensa duas em uma[4], a fim de tornar a exteriorização da sua idéia mais concisa e o nexo mais lógico. Substitue vocábulos arcaicos e plebeus por outros palacianos, ou *vice-versa* onde trata de imitar a linguagem rústica dos pastores. Risca, transfere ou introduz partículas monossilábicas meramente expletivas, ora para melhorar a música dos versos, ora para evitar equívocos (como *ya mas*[5]) ou cacofonias (como *que o, cayo ya*).

Poucas páginas, e só algumas composições curtas estão completamente livres de emendas — o que não quer dizer que essas sejam cópia inalterada de *D* ou de qualquer redacção anterior; mas apenas que a faina do polimento já estava terminada antes de o Poeta as trasladar para o Caderno *N*.

Ao todo registei e numerei cento e tantos retoques[6], alguns em redacção tripla ou quadrupla, como já mostrei.

---

[1] Vid. *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VII.

[2] Claro que não me ponho a conjecturar por que motivo Miranda daria ao zagal Alexo ora a idade de dezassete anos (*A B F*); ora a de dezoito (*N*); ora a de dezanove (*D E*).

[3] E também a 34.ª de *D*.

[4] A estrofe 37.ª e 38.ª de *D* corresponde à 35.ª de *N*; à 55.ª e 56.ª daquela redacção a 52.ª de *N*.

[5] Mais duma vez êle separa na emenda, por meio de partículas, *ya mas* (quando não equivale a *nunca*).

[6] Numerei de 1 a 116 apenas os que são realmente variantes, deixando fora da contagem meras rectificações gráficas de lapsos. Todas se querem lidas com critério. Já disse que mais duma vez aconteceu ao Poeta riscar letras de mais ou de menos. Querendo transformar, por exemplo, *muerome* em *murjiendo* saiu-lhe *muerjiendo*, porque lhe esqueceu substituir *ue* por *u*.

XI

E a assinatura do Poeta?

Não precisamos dela para autenticar o caderno, mas todos os admiradores do estóico de «antes quebrar que torcer» gostarão de certo de que afoitamente podemos juntar ao seu retrato a legenda *fr^co de sa* (ou *sãa) de mjrda.*

Creio que poderemos realizar êste desejo sem receio de errar porque, conquanto a assinatura não exista no caderno-borrão [1] (falho no princípio e no fim), como autenticadora das poesias *todas* nele contidas, ela aí está, como classificadora de duas *Voltas* de Motes alheios que Miranda escreveu em *ajuda* de amigos, a fim de com elas brindar qualquer dama gentil da côrte.

A primeira vez o nome *fr^co de Sa de mjrda* encima as variações da melancólica endecha de amor à Morte *Quien viesse aquel dia,* a que já tive de referir-me repetidamente. A epígrafe geral *A este cantar velho a que ajudaram muitos,* ao alto duma página [2], está contudo tam cerceada que só a decifra quem já a sabe de cor, por a ter lido no *Cancioneiro* de Juromenha, ou na minha reprodução [3].

À segunda vez o nome, precedido do verbo *ajudou,* está [4] por baixo de três versos, a respeito dos quais

---

[1] Por ora não se descobriu em documento algum. Nem mesmo no recibo da cota que do rendimento das suas duas comendas o Poeta tinha de pagar para as obras do convento de Cristo de Tomar, documento publicado por Sousa Viterbo com as preciosas cartas de legitimação de *Os filhos do Conego Gonçalo Mendes,* que êsse benemérito investigador descobrira na Tôrre do Tombo (Coimbra 1895).

[2] P. 31, fotografia 23.

[3] Vid. *Poesias,* n.º 136, pp. 447 e 733. Além da rubrica geral há ainda no *Cancioneiro* de Juromenha o acrescento *Ajuda de* Frco de Sá de Miranda.

[4] P. 25, fotografia 27.

Delfim Guimarães dizia o seguinte quando, jubiloso, me dava conta do achado da assinatura:

«Numa página, após os versos

Secosse el valle sombrio
con la tu triste partida,
zagala desconoçida,

encontra-se escrito na própria letra do códice a palavra *ajudou;* e logo depois a assinatura... Esta palavra *ajudou* intriga-me bastante, mas é natural que para V. Ex.ª não constitua enigma».

Na volta do correio respondi que *ajudou* se relaciona com a estrofe imediata, e não com a antecedente, que é de Sá de Meneses, e apontei a composição n.º 68 da minha edição, por ser a própria do manuscrito [1], assim como mais algumas, do mesmo tipo [2], compostas dum tema (*cabeça de mote*), da paráfrase dum primeiro *glosador* [3] ou *trovador* [4], e duma *ajuda* ou varias *ajudas* doutros vates [5]. Em poucas palavras expliquei que em todas se

[1] Vid. *Poesias,* pp. 53 e 682.

[2] Ibid., n.º 51 (pp. 39 e 680 sgs.); 56 (p. 681); 58, 71, 135 (pp. 733); 136 e 137 (p. 734).

[3] Originàriamente não se distinguiam com rigor *Glosa* (ou *Grosa*), *Trova* e *Volta.* No *Cancioneiro Geral* chamam muitas vezes *Grosa* o que os Quinhentistas denominavam *Volta.* Vejam vol. III, 337, 351, 352, 448, 470, 471; II, 207; I, 134. O opúsculo de W. Storck, *Glosas und Voltas des Luis de Camoens,* 1877, do qual Leite de Vasconcellos se ocupou proficientemente no belo volume que dedicou à memoria do grande Lusitanófilo (*O Doutor Storck e a Litteratura Portuguesa,* Lisboa 1910), não contêm, de modo algum, materiais suficientes para solução do problema.

[4] Temos *Trovas a este Vilancete* no vol. III, 599, 635, 637; *Trova a este Moto,* III, 423.

[5] Ibid., I, 29 (*ajudando o sospirar*); 252, 253, 470, 471 (*ajuda*); II, 154; III, 52, 76, 95, 163, 441 (*pede ajuda*); 441, 460, 557. Nos Cancioneiros, manuscritos e impressos, do século XVI faltam amiude as *ajudas* dos colaboradores, pelo motivo justificado de êles desconhecerem as composições dos colegas.

tratava de empresas galantes como o louvor duma dama[1] muito em voga, tanto entre os Quatrocentistas (reinados de Afonso V e D. João II), como entre os Quinhentistas, nos afamados Serões de D. Manuel, e ainda nos de D. João III e D. Sebastião.

Qualquer cavaleiro-fidalgo, namorado e poeta — e qual dos mancebos nobres do período áureo da literatura não sabia versejar? — enviava um *Moto*[2] significativo à dama cujo servidor era, *Moto* ora inventado *ad hoc,* ora escolhido no vasto repertório musical que a nação inteira sabia de cor: *provérbio* ou sentença proverbial dum só verso; *cantar velho,* de dois; *vilancete,* de tres; *cantiga,* de quatro; ou parcela duma composição maior.

A dama, autorizada em nome da rainha, por um aceno da camareira-mor, lia então em voz alta o tema superiormente aprovado, e passava-o transcrito aos trovadores que desejava distinguir, incitando-os a explicar a «tenção», a dar o «entendimento», isto é, a glosá-lo. O servidor principal improvisava logo, se era repentista, ou apresentava e recitava ou lia, em outro Serão[3], o seu comentário mais ou menos espiritoso (a «explicação de alma», como se dizia no século XVII[4]), conforme convinha à sua pretensão, convidando os amigos a secundá-lo, cada um com uma *ajuda,*

---

[1] Uma parte do *Cancioneiro Geral* compõe-se de tais *Louvores* ou *Receios de louvar.*

[2] Muito de propósito digo *Moto,* e não *Mote,* porque tal era o nome que os antigos davam aos versos que serviam de tema a *Glosas* e *Voltas.* Oportunamente hei-de esboçar a história dos dois vocábulos, que não é tam simples como parece. Por ora baste dizer que o próprio Sá de Miranda se serve de *Moto* nos versos muito citados sôbre os *Serões* (serãos, seraos, saraos) de D. Manuel (n.º 109, v. 126–132); e que *mote* (*motejar, motejador,* etc.) designava versos ou ditos de escárnio e maldizer (sátiras, picuinhas, picardias, etc.).

[3] *Cancioneiro Geral,* III, 265: *vossas trovas foram lidas;* II, 548, *mande Vossa Mercê ler.*

[4] Na *Arte de Galantaria,* de D. Francisco de Portugal.

ou com várias. Quantos mais acudiam a socorrê-lo, tanto mais satisfeita ficava a dama e o empresário [1], mesmo quando havia verdadeiros torneios poéticos, por alguêm se lembrar de o contradizer, defendendo outra interpretação.

As damas pela sua vez, que agradeciam tais homenagens *pondo o Moto*, isto é, colocando ostensivamente o papel do *galan* entre as ondas do seu cabelo [2] ou encorporando-o no seu Cancioneiro de mão [3], inventavam, propunham e enviavam também *Motos*, a sério ou de zombaria. Parece mesmo que no século XV esse costume predominava [4] e que tam bela liberdade só foi cerceada e quási abolida durante o regime, cada vez mais austero, de D. João III e da Rainha D. Catarina, cujas praxes cerimoniáticas se comunicaram à côrte do Senhor D. Duarte, filho do Infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança [5].

---

[1] Tanto no *Cancioneiro Geral* como nos privativos do século XVI, há empresas de louvor e de escárnio em que lemos trinta a quarenta vezes um mesmo estribilho banal; por exemplo: que ninguêm era capaz de louvar condignamente certa dama ou certo feito. Vejam Caminha, *Poesias Inéditas*, n.os 301 (composição cujas estrofes 43 a 45 são de Sá de Miranda), 338 e 351 a 354.

[2] *Na cabeça*, segundo Garcia de Resende. Vid. *Cancioneiro Geral*, II, 118 e 119.

[3] *Escrevendo-o*, segundo o mesmo Garcia. Ibid., II, 176 e 502.

[4] Temos exemplos no *Cancioneiro Geral*, I, 109, 331; II, 23, 64, 118, 310, 501, 502; III, 317, 598, 611 e 615, sobrescritados *Moto d'uma senhora*.

[5] As mais ilustres inspiradoras do tempo de Miranda e dos Mirandistas foram, até 1526, D. Leonor Mascarenhas e D. Isabel Freire; e posteriormente D. Guiomar Henríquez, D. Margarida da Silva, D. Guiomar Blaesfeldt, D. Caterina de Ataíde e D. Francisca de Aragão. (Vid. C. M. de Vasconcellos, *Pero de Andrade Caminha*, p. 84). D. Leonor figura como poetisa nos versos de Miranda (n.º 51); D. Francisca nos de Camões. Antes de 1516 houve muitas. Por exemplo: D. Lianor da Silva (a do *Cuidar e sospirar*, que veio ser a *Bela mal-maridada*); D. Branca Coutinho, D. Beatriz de Sá, D. Guiomar de Meneses, D. Beatriz de Vilhena, D. Joana de Mendoza, D. Joana Manuel.

Solicitar ajudas de poetas ausentes, o que até 1516 fôra rara excepção [1], tornou-se então corrente, em benefício da moda [2] das *Glosas* e *Voltas*, de modo tal que, além da aluvião de semsaborias pêcas e convencionais do *Cancioneiro* de Resende, sazonou nas mãos de Miranda [3], Bernárdez, D. Manuel de Portugal, Luís de Camões e Andrade Caminha, frutos muito saborosos.

Um dos mais perfeitos, se não o melhor de todos, é o cantar velho, anónimo, *Quien viesse aquel dia* [4], tam suavemente musical, que não me admiraria se a pessoa que o apontou aos vates palacianos e extra-palacianos, como tema para variações, tivesse sido alguma dama de delicado gôsto [5]. Além das seis quadras que êle inspirou ao Velho da Tapada [6], há outras de Pedro de Andrade Caminha [7],

---

[1] Há algumas *ajudas mandadas* ou *mandadas de longe*, na colecção de Resende.

[2] Moda que se perpetuou nas *Academias de Singulares, Nocturnos*, etc., e nos *Outeiros* dos abadessados, e ainda subsiste nas províncias entre os cantadores do povo, assim como entre os fadistas da capital.

[3] Declaradamente são *ajudas* dêle apenas os exemplos citados neste capítulo. É todavia possível que, entre as paráfrases de Motos alheios, algumas pertençam à mesma categoria.

[4] Num meu estudo sôbre o Condestável D. Pedro de Portugal aventurei a hipótese que êsse seria autor do *Moto*. Desde então para cá não encontrei todavia pormenores que a validassem.

[5] Se eu fôsse poeta ou músico, já teria nacionalizado as voltas de Miranda e o formosíssimo Moto.

[6] *Variações* ou *voltas livres*, feitas apenas *ao som do Moto*, porque sómente na quadra final se repete a consonância *ia, iesse*. Nas *voltas* quinhentistas, compostas segundo as regras de arte, era uso reproduzir, além do sentido e da consonância, o teor do mote, pouco mais ou menos.

[7] *Poesias Inéditas*, n.º 225 *A mi vida llena* (ao som de *Quien viesse aquel dia*). Vejam ainda o n.º 312 *Vai-se a vida e foge* e n.º 387 *Sin que yo la viesse* (ao som de *Parió-me mi madre*).

Diogo Bernardes [1] e Luís de Camões [2]. Ignoro se só estes são os *muitos* que ajudaram o desconhecido empresário, ou se há mais relíquias em manuscritos escondidos [3].

*

O segundo exemplo, indigitado por Delfim Guimarães, incompleto no caderno *N*, é paráfrase do Vilancete

> Tu presencia desseada,
> zagala desconocida,
> di: porquê la has escondida?

dirigido por D. Simão da Silveira, irmão do Conde D. Luís, e um dos mais afamados dizedores da côrte, à formosa D. Guiomar Henríquez, quando um dia êsse astro da côrte de D. João III se eclipsou [4]. A êle se associaram de perto D. Francisco de Sá e Meneses [5], D. Manuel de Portugal [6] e Pedro de Andrade Caminha [7]; de longe o

---

[1] *Flores do Lima*, p. 147, *En mis esperanças*. Especialmente uma quadra denuncia a derivação:

> Ah si viesse un dia
> si viesse, ah si viesse
> la tristeza mia
> que mia no fuesse!

[2] *Vai o bem fugindo*. Numa das quadras escritas, segundo a edição de Soropita, *por fim do Livro* (?), há os versos:

> Quem já visse o dia
> Que tanto lhe tarda!

[3] Já falei do assunto no opúsculo sôbre *Pedro de Andrade Caminha* (pp. 33 e 55), onde dei a lista dos *Motos*, tratados tanto por Luís de Camões como por seu rival na côrte, o camareiro de D. Duarte.

[4] Não subsiste a *volta* de D. Simão.

[5] Vid. Miranda, *Poesias*, pp. 53, 682 e 748. O que lá digo de Simão da Silveira precisa de retoques.

[6] Vid. *Zeitschrift*, VIII, pp. 439 e 600.

[7] *Poesias Inéditas*, n.º 272. Cfr. n.º 470.

nosso Poeta, e porventura D. Diego de Mendoza que a celebrou na Carta afamada que principia

Doña Guiomar Henriquez sea loada

e termina:

Doña Guiomar,—debria tu deidad
hacer algun regalo a Don Simon
pues lo merece bien su voluntad.

XII

De que espécie seria o volume, autógrafo, cujos magríssimos restos possuímos?

Quanto ao teor dos textos e à coordenação, caracterizei-o como irmão mais velho de *J;* quanto ao seu carácter de borrão emendado, não como esbôço primeiro, mas antes como derivado daquele grande cartapácio ou Livro-Razão que na repartição do espólio coube ao filho, sendo levado a Salvaterra pela neta de Miranda — cartapácio que irmana com o livro muito grande em que Gil Vicente começara de inscrever no fim da sua vida as suas obras joco-sérias. Mas ainda não ventilei a questão de qual seria o seu conteúdo quando completo.

Vejo quatro eventualidades. O traslado autográfico era (como o original em que estavam *in nuce* todos os posteriores, e como as obras enviadas ao Príncipe em três remessas sucessivas) uma colecção teóricamente integral das poesias de Sá de Miranda [1]; ou uma colecção parcial só de poesias francamente líricas, com exclusão das *Sátiras*

[1] Nos capítulos VI e VIII aludi às composições omitidas nas impressões antigas e nos manuscritos. Repetirei aqui que em *D* não faltam apenas as posteriores a 1553, mas também várias da mocidade; por exemplo, cinco das treze que foram encorporadas no *ancio ~eiro Geral*.

(ou *Cartas* e *Églogas Morais*) que, destinadas ao escol dos intelectuais de então, se propagaram aparentemente em numerosos manuscritos separados [1]. Em terceiro lugar podia ter sido apenas um caderno, relativamente volumoso, com obras dedicadas a um só e determinado personagem: ou finalmente um Florilégio, uma Miscelânea, um Cancioneirinho selecto com versos apresentados a êsse alguêm por serem de interêsse particular para êle, por causa dos assuntos tratados, dos ensejos e do lugar da composição e do espírito que os animava [2]. Digamos para um acólito entusiasta da Escola Velha ou peninsular.

A fim de apurar qual dessas eventualidades é mais provável, repensei o que sabemos dos processos de propaganda usados no tempo de Miranda, e dos particulares dêle; e examinei os distintivos do próprio caderno truncado, conferindo-os com os dos autógrafos dedicados ao Príncipe, por êsses serem a base cronológica e textualmente mais segura de todas as investigações mirandescas.

Não cheguei todavia a resultados que satisfaçam, porque os meios são insuficientes.

Apenas estabeleço que a primeira hipótese é a mais verosímil. Além disso só conjecturo que em todos os quatro casos o volume, de que subsistem dezassete fôlhas com a Égloga *Alexo* [3] e umas dezassete composições me-

---

[1] A concluir das citações e imitações de coevos e de seiscentistas essas *Cartas* e a *Égloga moral* são as obras de Miranda que mais agradaram. Tão lidas foram que não subsiste um único manuscrito; nem exemplares acessíveis da impressão de 1626.

[2] Vid. *Poesias*, p. XXXIII. Em geral tais Cancioneiros-Florilégios eram oferecidos a alguma dama. Exemplo, a bela *Selecta* de Caminha para D. Francisca de Aragão, conservada em Londres, conforme foi explicado por J. Priebsch nas *Poesias Inéditas*, e por mim no opúsculo que lhes dediquei.

[3] Uma de nove.

nores [1], seria destinado à familia Pereira Marramaque, vizinhos, amigos e correligionários do Poeta. Com êles conviveu íntimamente durante os largos e fecundos anos do seu isolamento arcádico de Entre-Douro-e-Minho [2]. A êles dirigiu positivamente quatro das suas criações melhores [3], que juntas constituem um caderno razoável, sobretudo se o diálogo pastoril, intitulado *Basto,* entrasse não sómente na redacção primordial, mas também com as refundições principais [4]; ou se Miranda tivesse reùnido para António e Nunálvarez Pereira tudo quanto escrevera de 1534 em diante, no solar dêles, ao pé da fonte da Barroca, e na sua própria quinta da Tapada. Para êles deve ter extraído do grande Inventário um dos primeiros traslados, depois de haver ultimado o caligráfico para o Príncipe D. João — quer completo, quer parcial no sentido exposto. Amigos verdadeiros como êles não podiam tomar a mal que tivesse introduzido emendas numerosas. Muito pelo contrário, elas aumentavam o valor da preciosa homenagem.

Até 1550 parece que Miranda, apesar de haver ultrapassado os sessenta, não havia pensado a sério em preparar para a imprensa uma colecção das obras que desejava legar à posteridade — desejo que naturalmente nutria no

---

[1] De 84, se metermos em conta apenas a Sextina, as Cantigas (38, três das quais subsistem em duas lições), os Vilancetes (32) e as Esparsas (11 ou 13, se dermos êsse nome a uma Décima e uma Sétima), uma delas também refundida. Isto é: géneros de que subsistem amostras no caderno autógrafo. Chegam a 94, se lhes juntarmos os Epitáfios (2), os Epigramas (2), as Trovas ou Redondilhas (4) e as Canções (2), assim como as Glosas (2; uma em duas redacções).

[2] Antes e depois de o chefe da casa Pereira-Marramaque ter passado à côrte, a fim de encarreirar os filhos.

[3] *Poesias,* n.os 102, 103, 108, 115, 145.

[4] Ibid., n.os 116, 145 e pp. 686 a 712, 730, 735.

âmo do seu coração, em especial de 1543 em diante[1]. Emendando embora sempre que relia ou reescrevia uma ou outra composição para a enviar a algum admirador, não havia coleccionado as líricas dispersas, coordenando-as em seguida e fixando definitivamente as redacções que preferia[2]. Apenas as suas estreias juvenis, contribuições para os Serões famigerados do reinado de D. Manuel, saíram impressas no *Cancioneiro Geral,* de par a par com algumas trovas de Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, João Rodríguez de Sá e Meneses, D. João Manuel e D. João de Meneses[3].

As composições posteriores à sua grande viagem de arte e profundos estudos dos mestres italianos e latinos — tanto as primeiras tentativas no estilo Renascença que lançou logo depois do seu regresso de Itália e Espanha (1526 a 1534), como tudo quanto produziu com actividade febril no primeiro decénio do seu Bom-Retiro — a Sextina, os Sonetos, as Canções, a *Fábula do Mondego* e o *Alexo,* os Capítulos e as Elegias, as Sátiras e as Églogas artísticas em estrofes variadas, as duas Comédias em prosa, a Tragédia *Cleopatra,* e o *Poema de S. Maria Egipcíaca* — tudo divulgara, com largueza relativa, em exemplares

---

[1] De 1543 a 1550 Miranda vira sair oito edições das *Obras* de Boscan e Garcilaso de la Vega (duas em Lisboa), das oficinas de Luís Rodríguez.

[2] Se em 1550 houvesse tido à mão tudo quanto escrevera, não tardava três anos com as remessas, nem omitia tantas poesias, nem hesitava quanto aos títulos que havia de dar aos três Livros, como logo se verá. Por junto enviou ao Príncipe apenas 117 composições; e na minha edição ha 190! Mesmo abatendo as que são duvidosas ou seguramente alheias, ainda assim a diferença é grande.

[3] Vol. II, pp. 316–325. Elas foram inspiradas, quanto à forma e quanto à essência sentimental e melancólica, por Garci Sánchez de Badajoz e Jorge Manrique; e quanto ao carácter pastoril, por Juan del Encina.

manuscritos avulsos, no pequeno círculo de iniciados que se deleitavam com a leitura de Sannazzaro, Bembo, Ariosto e Petrarca, Garcilaso e Boscan, Vergílio e Horácio, assim como com livros sagrados. Fiel ao costume medieval, que continuou a vigorar entre a nobreza portuguesa durante todo o século XVI e ainda posteriormente, «comunicava» (como se dizia) manuscritos, fazendo-os circular entre superiores, parentes e amigos [1]. à medida que ia gerando e refazendo as suas criações, dedicando umas a D. João III (*Poesias,* n.os 104 e 109); outras ao Infante D. Luís (ibid., 115, 148, 165); ao Infante Cardeal e a D. Duarte (56, 98, 99 [2]); ao Duque de Aveiro (113), a D. Manuel de Portugal (150, 91, 92); D. António de Sá e Meneses (151, 75, 79); ao venerando João Rodríguez (103); a Pero Carvalho (106 e 77); seu próprio irmão Mem de Sá (107); e aos dois Pereiras: Nunálvarez (103 e 116) e António (108, 116, 145). Só algumas Églogas seriam recitadas ou representadas em ocasiões festivas.

De 1544 a 1550 houve aparentemente [3] um curto período de retraimento e silêncio. Satisfeito por ver nascer e medrar as sementes que lançara, desesperando porventura de

---

[1] Meio perigoso de propaganda. Furtos (inocentes e malvados), plágios, impressões não autorizadas foram a conseqüência em Portugal, em Espanha e na Itália. Cópias fiéis ou deturpadas entravam sem licença nos Cancioneiros de mão de afeiçoados. Por exemplo, no caso de Miranda: na colecção de Luís Franco; na Miscelânea de Juromenha; e no Cancioneiro Eborense.

[2] As relações de Miranda com o Infante Cardeal D. Afonso, o Cardeal Infante D. Henrique, o Infante D. Duarte e o Senhor D. Duarte (filho ilegítimo de D. João III), ainda não estão suficientemente esclarecidas, nem tam pouco outros problemas relativos à Dedicatória das Comédias e das Trovas premiadas em Alcalá.

[3] Digo *aparentemente,* porque ainda não estão bem fixadas as datas dalgumas Églogas e Cartas, nem as das obras dramáticas e do Poema sacro.

igualar Garcilaso e Boscan e os novatos da côrte [1], desculpava-se com as suas ocupações de agricultor e com os seus deveres de esposo e pai de dois moços, cuja educação moral, intelectual e artística dirigia no sossêgo idílico da sua Quinta.

Afastado do centro, duvido que sustentasse relações com impressores. Os materiais góticos de Germão Galhardo, único que florescia em Lisboa antes de 1534, mal serviam para uma edição-Renascença como a devia ambicionar o introdutor da arte nova, habituado a manusear livros italianos e latinos, saídos dos prelos dos Aldos e Manúzios, vindos de Veneza e Roma [2]. Para tratar da impressão havia de ausentar-se forçosamente dos seus, e a idéia de deixar a doce companhia de D. Briolanja de Azevedo não lhe sorriria. Sem a protecção dum Mecenas magnânimo também não se atrevia a sair à praça, dando ao mundo em que falar, quem como êle confessava o seu

> Gram medo ao mau engano
> D'este amor que a nós temos desigual.

Só quando o jovem e precoz Príncipe D. João, sugestionado por dois dos mais sinceros e entusiásticos admi-

---

[1] As estreias geniais de Luís de Camões e as de Jorge de Montemor — para mencionar apenas os mais distintos — recaem no lustre indicado, e mal podiam ficar desconhecidas para quem contava tantos amigos e correspondentes entre os Poetas palacianos. Tambem está para mim fora de dúvida que o autor dos *Lusíadas* estudou as obras de Miranda, como as de Bernardim Ribeiro, Cristóvam Falcão, Francisco de Morais.

[2] Luís Rodríguez começou também (em 1539) com materiais antiquados, góticos (por exemplo, na edição de Boscan de 1543). Os Cónegos de Santa Cruz mal se teriam encarregado da impressão de versos profanos em linguagem. João Álvarez, João da Barreira e André de Burgos (cuja actividade principiou em 1542) ainda eram pouco acreditados.

radores de Sá de Miranda e cultores da arte nova [1], começou a erigir-se em Mecenas dos *seus*, solicitando em primeiro lugar as Obras do Reformador [2], venerado por todos como «antigo pai das Musas» (exactamente por já não fazer concorrência aos novos), êle viu-se obrigado a sacá-las à luz.

De 1550 a 1553 desenterrou as minutas que possuia — fôlhas sôltas, cadernos, volumes desordenados, encomendados *à traça e pó da aldeia e sua baixeza, entre teias de aranhas sepultados*, conforme já ouvimos [3]. Solicitou dos destinatários os papéis que lhes mandara outrora. Releu tudo. Acrescentou epígrafes e notas explicativas; fez a repartição em Livros; compôs Sonetos dedicatórios. E limando, polindo e depurando sempre, inscreveu tudo no grande cartapácio tantas vezes citado, para finalmente extrair dêle o traslado caligráfico, omitindo o que bem lhe parecia [4].

Perda sensível é a das Cartas em prosa, à maneira de Prólogo, com que seguramente acompanhou as remessas,

---

[1] Francisco de Sá e Meneses, seu camareiro-mor desde 1549, e D. Manuel de Portugal, com entrada franca no paço.

[2] Com o fim, bem se vê, de as publicar pela imprensa, torno a afirmá-lo. Embora o herdeiro da coroa honrasse com pedido igual ainda outros poetas, não é de crer pensasse num *Cancioneiro Geral* quinhentista, que saìria monstruoso.

[3] Não há motivo para considerar como grande exagêro poético essas modestas confissões. Cinco anos de prisão numa gaveta ou numa arca são bem suficientes para encherem de pó papeis e livros.

[4] A fim de não tardar excessivamente, não esperaria pela chegada de todos os manuscritos espalhados pelo país fora, de 1510 em diante. Ainda assim haverá quem se admire de que excluísse da primeira remessa várias das composições impressas no *Cancioneiro Geral*. Seguramente não as descartou por querer publicar apenas Inéditos, visto que há em *D* oito das treze Redondilhas que entraram na publicação de Resende. Das cinco excluídas, duas entraram na impressão de 1614, e só três, conservadas no *Cancioneiro Eborense*, não lhe voltaram às mãos, nem cedo, nem tarde.

expondo criteriosamente a história da reforma e suas teorias de arte [1].

A repartição das poesias em Livros não era fácil. Havia poucos modelos. Até 1550 nenhum poeta português, nem mesmo dos que viviam e medravam na Côrte, havia dado ao prelo uma colecção das suas Rimas [2]. Os moldes do *Cancionero General* de 1511, com a colheita do século XV, repartida sensatamente por H. de Castillo em *Obras de devoção, Obras de amor, Obras de burlas* [3], não serviam para Miranda [4], porque, cantando melancólicamente de amor na mocidade e ainda na idade viril, só de longe em longe compusera versos ao divino, e ainda mais espaçadamente inventara algum chiste [5], dedicando, pelo contrário,

---

[1] Quem quiser avaliar devidamente o tamanho da perda, leia a *Carta* de Boscan à Duquesa de Soma que precede o Livro II das suas Obras.

[2] Só uma ou outra *Égloga* de Bernardim Ribeiro e os *Autos* de Gil Vicente e Baltasar Diaz saíram em fôlhas volantes entre 1516 e 1550. As *Obras* de Garcia de Resende, privilegiadas em 1536, dias antes dêle morrer, mas publicadas em 1545, são *Prosas*. As *Trovas Miscelâneas* só entraram na reimpressão de 1551. Do último quartel do século XV há o *Menosprezo do Mundo*, do Condestável D. Pedro. Mas composto em castelhano foi impresso provávelmente no reino vizinho.

[3] No *Cancioneiro Geral* português há igualmente versos de amor, convencionais embora, muitíssimos de folgar e rir, e alguns de devoção; mas não há divisão sistemática em Livros. Coligindo pouco a pouco, Garcia de Resende imprimia os cadernos conforme os ia recebendo, sem os ordenar, cronológica ou genéricamente.

[4] Serviram, isso sim, para Jorge de Montemor. O *Cancioneiro* que dedicava ao Príncipe D. João e à Princesa D. Joana, sua protectora (Anvers 1554), ia dividido em uma metade de amor e outra espiritual.

[5] O termo *chistes* ocorre na edição de 1595 (fl. 148 *v*), com a especificação *ao modo italiano,* que me parece errónea. Os únicos versos a que podemos aplicá-lo, a meu ver, são a Esparsa a Pero Carvalho (n.º 77) e as Redondilhas n.ºs 75 e 76 — três engraçadas bagatelas de ocasião.

de preferência as vigílias de inspiração da sua estóica Musa a assuntos de filosofia moral.

Tam pouco o satisfazia a repartição por línguas [1], nem a genérica — as quais vemos realizadas (ambas) um decénio mais tarde nos manuscritos de Pero de Andrade Caminha [2] — porque como inovador não dera senão poucos exemplos de cada uma das novidades que introduzia.

Outro expediente prático, o de reùnir num Livro todas as composições no metro nacional das *Redondilhas* [3] e em outro todos os hendecassílabos ao modo italiano [4], não podia contentar ao autor das *Cartas* e *Églogas Morais*,

---

[1] Em todas as edições antigas e em todos os manuscritos vão de mistura as poesias portuguesas e castelhanas de Miranda (como as de Bernárdez e Camões). Compreende-se todavia que os leitores de hoje não gostem desta igualdade de direitos que era efectiva na côrte portuguesa de 1490 a 1580, e depois.

[2] Andrade Caminha repartiu as suas composições em nove livros: Églogas (4); Epístolas (23); Elegias (23); Odas (18); Epitalâmios (2); Epitáfios (81); Epigramas (287); Sonetos, Balatas, Sextinas e Canções. Todos estes em português. Só o último Livro, composto de Cantigas, Vilancetes, Glosas, Esparsas, Endechas, Trovas e um Romance, é bipartido, e a parte castelhana talvez seja a mais bela. Essa maneira de dividir foi posteriormente aperfeiçoada por D. Francisco Manuel de Melo, pois (como Quevedo) fez presidir a cada um dos nove géneros consagrados uma das Musas do Parnaso helénico.

[3] Esta denominação, aplicada por Sá de Miranda só às duas Trovas mencionadas acima em nota, fôra inventada pouco antes pelo grande letrado, diplomata e poeta, D. Diego de Mendoza — que também já citei como amigo de D. Simão da Silveira e de D. Guiomar Henríques.

[4] O título *Cancioneiro* para versos da escola velha, e o de *Parnaso* para os da escola nova, é muito da terminologia de Teófilo Braga. Ignoro todavia se êle se baseia em mais algum documento do que o passo conhecido da *Decada VIII*, de Diogo do Couto (capítulo 28), porque êsse refere-se, na minha opinião, a uma colecção integral das *Rimas* de Luís de Camões.

porque o lugar dessas não era junto a Cantigas arcaicas e Vilancetes musicais.

Muito mais lhe devia agradar, por todos os motivos, o exemplo dos reformadores castelhanos Boscan e Garcilaso. O mais velho e único sobrevivente dos dois arbitrara constituir o seu Livro I de poesias menores no estilo antigo (*Coplas hechas á la Castellana*)[1]; o Livro II, mais grave e artístico, de Sonetos e Canções (*Hechas al modo italiano*); o Livro III do poema narrativo de *Hero e Leandro* (em verso sôlto), das Oitavas-Rimas (135) sôbre o reino do Amor, e de alguns Capítulos[2].

O carácter diverso da sua veia não admitia, ainda assim, que se regulasse por essa distribuição[3]. Disposto a documentar dum lado a sua independência, mesmo em tais pormenores, e pelo outro lado o seu parentesco electivo com vultos clássicos como Horácio e Vergílio, Sá de Miranda formou o seu Livro I de todas as suas composições menores, em ambos os estilos, começando em Glosas, Vilancetes, Cantigas, Esparsas e Trovas, e acabando com Sonetos e Canções[4].

---

[1] Décimas, com quebrados, ou sem êles, na maioria dos casos.

[2] O Livro IV das edições comuns contêm as Rimas de Garcilaso.

[3] É justo lembrar que Diogo Bernárdez procedeu também com desassombro — em fins do século — quando a edição-príncipe de Sá de Miranda ia ser «comunicada a todos». Muito mais fecundo, fez dos seus versos, como todos sabem, três volumes independentes: As *Rimas Várias ao Bom-Jesus* (1594) constituem o seu Cancioneiro Espiritual; as *Flores do Lima* (1596) são um Cancioneiro de amor, composto de Sonetos (158), Sextinas (2), Canções (5), Elegias (5), Epigramas (2) e Cantigas (83). — O *Lima* (*Lyma*, 1596) contêm Églogas (20) e Cartas (33) — isto é, as obras mais extensas, mais graves e artísticas.

[4] Por não ser Sonetista fecundo e elegante, fundiu num só Livro os géneros de que Boscan fizera dois. Ha cem composições, curtas na maioria, na remessa inicial ao Príncipe. Propositadamente. Para não exceder esse número omitiu diversas, conforme já está dito.

A êsse resolveu dar o nome de *Livro de Odas*. Hesitou todavia. Pelo menos, é apenas numa Nota, que do original, mandado ao Príncipe, passou ao traslado de 1564 e que se conserva em Paris, que lemos o título: *Cantigas, Vilancetes, Esparsas, Canções e Sonetos, que arremedando Horácio tudo pode passar por Odas* [1].

O Livro II compõe-se das sete Cartas filosóficas [2] e das duas Églogas em octonários. O diálogo pastoril de *Basto*— obra-prima em que o Poeta se desdobra, personificando em Gil e Bieito a parte contemplativa e activa da sua alma—está bem entre as obras a que chamava *Sátiras* no manuscrito que serviu de base à edição de 1626 [3]. Não posso dizer o mesmo do *Alexo*, cujo assunto é de amor apaixonado, conquanto nele faça a reivindicação dos direitos ideais de Bernardim Ribeiro. O mesmo título de *Sátiras* tinha êle em mente quando, em harmonia com a Nota citada, relativa ao Livro I, traçava outra relativa às Cartas que diz: *Estas são as Cartas, tambem seguindo a Oracio* [4].

Para o Livro III reservara as sete Églogas artísticas (e uma Elegia). Não tem título no manuscrito *D*. Suponho todavia que, se Miranda chegasse a imprimir as suas Obras, lhe teria dado o de *Bucólicas seguindo a Vergílio*.

Esta ordem corresponde, mais ou menos, à evolução da arte nova em Portugal. Dentro de cada Livro seguiria igualmente a ordem cronológica, tanto quanto lhe era possível restabelecê-la ao cabo de meio século [5].

Se o Príncipe vivesse, ou se o Poeta alcançasse a

---

[1] *Poesias*, p. 3.

[2] Apenas uma em tercetos.

[3] *Poesias*, p. LXXXIX.

[4] Ibid., p. 185.

[5] Se a ordem cronológica fôsse perfeita, são as treze composições, impressas em 1516, que deviam figurar à frente do Livro I.

maioridade de D. Sebastião [1], é possível que, obedecendo a nova reclamação, tivesse preparado para a imprensa as Comédias [2], a Tragédia [3] e o Poema sacro, e talvez mais algumas poesias espirituais, inspiradas pelos infortúnios que o atormentavam de 1554 a 1558.

Que êsses não apagaram o fogo sagrado em que ardia, como é costume asseverar; que, pelo contrário, êle foi reaceso, parte por tam tristes emoções e parte pelo íntimo trato trienal com as Musas: devemos inferi-lo das composições derradeiras que faltam em *D*, mas existem em outras colecções: umas em *A*, outras em *B*, várias em *J* e algumas mesmo em *N*, se a minha interpretação da Epístola e da Endecha, *Quien viesse aquel dia*, fôr aceitável.

Retido no seu gabinete por lutos sucessivos, creio não procuraria outras distracções do que a dos livros e do doce estudo — *mais certo manjar enfim que tudo* — até a pena lhe cair das mãos em 1558.

*

Voltando de novo ao caderno emendado, torno a registar que vejo nele (como em *J*) um traslado posterior a 1553; traslado purificado do Livro-Razão, cuja ordem e redacção ainda não era definitiva [4], e que o poeta iria completando pouco a pouco com obras antigas que lhe vinham às mãos,

---

[1] Mais uma vez lembro que Jorge Ferreira de Vasconcelos endereçou a D. Sebastião obras que a princípio havia dedicado ao Príncipe.

[2] Compreende-se que as Comédias (*Estrangeiros* e *Vilhalpandos*) constituíssem um cartapácio àparte.

[3] É coincidência curiosa que tanto a *Cleopatra* de Miranda como a *Ifigénia* (?) de Boscan (tradução de Eurípides) se perdessem, sem deixar rasto algum.

[4] O *Alexo* e o *Basto* talvez formassem grupo com as outras Églogas, como em *AB* (?)

e com obras novas cujo teor o contentava momentâneamente. Traslado destinado a seus melhores amigos, se os indícios que passo a relembrar não mentem.

À testa do *Alexo* lê-se o título geral *Églogas,* seguido do especial *Égloga primeira.* Lógicamente se entende que se seguiam mais algumas. Mas quantas e quais? Todas? ou apenas as dedicadas aos Senhores de Cabeceiras de Basto? Entre as duas epígrafes está o enderêço *A Antonio Pereira, Senhor de Basto.*

O conjunto «*Églogas a Antonio Pereira, Senhor do Basto. Égloga primeira. Alexo*» incute a persuasão que após o *Alexo* vinha outra ofertada ao mesmo fidalgo (ou vinham outras). E já sabemos que ela é secundada pela existência de mais duas homenagens bucólicas aos Pereiras: o diálogo pastoril *Basto,* sua obra predilecta, refundida tantas vezes, e o *Nemoroso,* com que em 1537 agradeceu um exemplar manuscrito das Obras deliciosas de Garcilaso. A alusão na Epístola Dedicatória ao Conde D. Edmundo, protector dos ascendentes de António e Nunálvarez, compreensível só a êles, favorece o meu modo de ver.

Mas pelo outro lado, quem nos diz que após o *Basto* e o *Nemoroso* não se seguiam outras Bucólicas, subordinadas ao título geral de *Églogas,* mas especificadas com acrescentos, como: *Ao Infante D. Luís, Ao Duque de Aveiro, A João Rodríguez de Sá e Meneses, A António de Sá e Meneses, A D. Manuel de Portugal, A D. João III;* e se além de Églogas e Redondilhas o códice hoje truncado não continha também Cartas, Canções, Sonetos, etc.? A existência nele de Cantigas, Vilancetes e Esparsas [1],

[1] Entre as Cantigas que se perderam houve porventura o n.º 137 das *Poesias,* com a *Ajuda* de António Pereira, que subsiste em *J* (p. 134). Mas isso reforçaria apenas a conjectura de termos em *N* uma colecção destinada aos Marramaques, mas nada a respeito do seu carácter e tamanho.

compostas em épocas diversas da sua vida, mas sobretudo de 1516 a 1521, antes da viagem de arte, depõe a favor duma colecção integral, fragmentada no decurso dos séculos.

Não pode ser um resto do próprio cartapácio de Salvaterra que no século XVII ou XVIII viesse, inteiro ou mutilado, parar nas mãos dalgum coleccionador de Lisboa, livreiro ou bibliófilo. Pelo menos, não há nele nenhum *Vel vel* que o testemunhasse. Nem ha concordância, senão acidental, com as lições da impressão de 1595, que reputo ser reflexo legítimo do famoso volume.

A prova de que não é borrão primeiro, mas antes traslado autográfico, está nas variantes e emendas que analisei mais acima [1]. Está também no modo como o Poeta inscreveu o corpo dos textos — cingindo-se a um padrão pre-estabelecido, muito embora o alterasse durante o acto de copiar, e na revisão.

As Maiúsculas, com que principiam as estrofes do *Alexo,* e também as da *Sextina,* e das composições menores, ocupam, muito bem traçadas, pontos préviamente fixados

---

[1] As emendas são muito mais numerosas do que as do Cancioneiro de Pedro de Andrade Caminha, que subsiste em Lisboa; e muito menos numerosas do que as do cartapácio de Salvaterra, se não houve exageros na descrição dada por Domingos Fernández no Prólogo da edição de 1614. Quem se admirar da existência de manuscritos com emendas sucessivas (por nunca ter examinado com atenção autógrafos de Heine, Goethe ou qualquer outro Corifeu) lembre-se dos cinco borrões dos Comentários às *Rimas* de Camões — elaborados por Faria e Sousa — fruto dum esfôrço colossal e dum amor às letras como raras vezes se encontra, apesar de todas as gravíssimas pechas que os desfeiam. E pense nas divergências de texto que distinguem essas mesmas *Rimas*, não só na edição que preparou, mas também nas de 1595, 1598, 1616, 1666, assim como nas que apontei na *Zeitschrift* com relação a obras manuscritas e impressas de Diogo Bernárdez.

em carreira perpendicular — processo que ainda hoje seguimos quando desejamos que os nossos textos saiam «vistosos» do enfadonho passatempo de copiar, e também para evitar omissões e facilitar a fiscalização das transcrições.

Também há erros e lapsos emendados acto-contínuo, em linha, antes que Sá de Miranda continuasse com a sua tarefa, conforme já expliquei no Capítulo X.

XIII

No Capítulo III mencionei o feitio antiquado dalgumas letras [1] e de certas abreviaturas [2], usadas no caderno autógrafo.

Alhures [3] caracterizei os modos de escrever do poeta como sóbrios, disciplinados, reflectidos, mais em harmonia com as tendências fonéticas da boa ortografia do que a que lhe foi atribuída em apógrafos e, de 1595 em diante, em impressões, por compositores e copistas que artificiosamente ora aproximavam a língua nacional da latina [4], ora se serviam voluntariosa e anárquicamente de grafias contraditórias [5].

Como aqui reimprimo os textos sem alteração [6], posso

---

[1] *R, v, a.*

[2] Além da representação de sons nasais por til, Miranda emprega as abreviaturas medievais de *que* [q̃]; *pre pri pro* [p̃]; *per por* [ꝑ]; *os* [ꝯ]; e as de *ver* [ỷ] e *cris chris* [X].

[3] Em artigos relativos à reforma da ortografia, que publiquei no *Primeiro de Janeiro* de 14 a 18 de Março de 1911.

[4] *Home*[*m*], *haver, honra, hora* por *ome, aver, onra, ora*; etc.

[5] Quem puder compare, por exemplo, a *Carta* de Camões, publicada por Xavier da Cunha, com os textos autógrafos de Miranda.

[6] Apenas resolvo abreviaturas; substituo *u* consoante por *v* nos raríssimos casos em que Miranda seguia o uso antigo, escrevendo *vn avn;* substituo *ſ* longo por *s* curto; e o circunflexo virado pelo usual.

restringir-me a um breve resumo tanto das qualidades que lingùísticamente os distinguem, como das hesitações e irregularidades tradicionais que Sá de Miranda não soube ou não quis eliminar.

Apesar de êle, infelizmente, haver favorecido o castelhano, por motivos que expliquei, não era amigo de estrangeirismos, neologismos e vozes cultas [1]. Contentava-se com o abundante núcleo herdado, de ambas as línguas, e nobilitou dições populares, arcaicas, pelas idéias às quais as aplicava [2], directa ou figuradamente.

A sua grafia é por isso mesmo tambêm antiquada [3] — reflexo assaz fiel da pronúncia medieval — regularizada, porêm com escrúpulo e tino, embora sem rigor.

As oscilações entre formas e símbolos divergentes, e a conservação de traços tradicionais, justificados outrora, mas já desvalorizados, são indicadoras das evoluções por que os vocábulos passaram, e tentativas de fixar em transcrições adequadas as formas preferíveis [4].

Quanto às poesias em castelhano — o *Alexo* e algumas *Cantigas* — baste lembrar duas cousas: as letras ç (sempre cedilhado, mesmo antes de *e, i* [5]), *sç, ss, s, z, x, jg, b, h,*

---

[1] Na 2.ª edição das *Poesias* terei de publicar a lista dos neologismos de que êle se serviu.

[2] As *Cartas* e as *Églogas Morais* são exemplares, tambêm neste sentido.

[3] Quanto ao castelhano, é usada e suficiente a divisão em um período antigo e outro moderno. Quanto ao português é preciso subdividir o período antigo numa metade arcaica, galego-portuguesa, e outra medieval (de 1385 a 1521). É a esta que me refiro, tal qual é representada pelo *Cancioneiro Geral*.

[4] Reprovo hoje a regularização excessiva que adoptei em 1885.

[5] Não seria mau se hoje renovássemos êsse uso antigo. Em vez de *ce ci, çe çi;* em vez de *ge gi, je ji,* facilitaria enormemente a arte de ler.

tem o seu valor antigo [1]. E não estão isentas de lusismos, muito embora seja possível explicar vários como arcaísmos ou peculiaridades dos dialectos fronteiriços ou de transição, empregados nos diálogos pastoris de Juan del Encina e Lucas Fernández. Em todo o caso êles são tam poucos que claramente se infere a culpabilidade principal nesses pequenos senões (que não devem fazer corar nenhum bom Português, no dizer de D. Francisco Manuel de Melo) de copistas e impressores, e não dos Poetas [2].

A pontuação, auxiliar poderosa na compreensão dos textos, é digna de louvor e muito superior à desacertada que em regra desfigura manuscritos e impressos quinhentistas.

Além de ponto e de virgula, Sá de Miranda emprega sistemáticamente sinais de interrogação, parênteses, traços de suspensão. Utiliza também apóstrofos (a par de *d'amor, d'andar, d'entrar*, há todavia *duna, despuela*) e mesmo acentos. Agudos e circunflexos; e êsses mesmo virados. Não entendo bem para que servem estes últimos, suspeitando apenas, fôsse com o intuito de distinguir sons fechados dos abertos [3].

O circunflexo usual, êsse serve sobretudo para indicar que duas vogais idênticas, que no período arcaico valiam por duas sílabas, eram agora contadas por uma só (tó-

---

[1] O som único do *j* actual não existia; distinguia-se entre *dixe, dexa, abaxa, lexos, Alexo* e *hijo, viejo, vermejo, trabajo, mijor, juego, jurado, aojado; ageno, acoger, recoger, muger, estrangero*; o *h* proveniente de *f* ainda era levemente aspirado; *ç* surdo (*çahareña, çiegos, prinçipal, terçero, braços, fuerças, coraçon*) e *z* sonoro (em *vezes, razon, rezien*) não eram confundidos, etc., etc.

[2] Sem falar de meros lapsos ou usos gráficos (como *ninhos, montanhas, quam, agoa*) registei: *pera* (= *para*) *Bras, Clarença, fazer, Taresa, crego;* o infinitivo *seres;* e *deziocho, dezanueve, leis; huente, huego.*

[3] Se houve essa tendência, ela não se manifesta claramente: temos *fŏr, dŏr, mŏr, milhŏr, mayŏr, jŏrça,* mas também *vŏs, nŏs, apŏs.*

nica) — *âa*, *maâ*, *Sâa*, *vêer*, *ôo* (= *ao*), *moor* [1]. Mas o costume de empregar vogais geminadas nesse sentido levou a usar o mesmo processo também sem base etimológica, por exemplo em *fezêestes*, *dêestes*, *têegora*, *estêe*, *jâa*, *porâa* [2], e de aplicar o acento simplesmente para marcar a tónica, sem consideração do timbre, por exemplo em *nôs*, *vôs*, *fôra* (= *fóra*), *fôsse*, *podêra*, *milhôr*, *mayôr*, *mêdo*, *quêdo*, *mûdo*, *mâs*. Em castelhano, onde não houve proximidade de vogais idênticas em virtude da queda de *-l-*, *-n-*, prefere o agudo; por exemplo em *allá*, *quiçá*, *abrá*, *cayó*, *pedió*.

Quanto às átonas há as hesitações conhecidas, provenientes da pronúncia surda e do influxo das consoantes imediatas, e não meramente gráficas entre *e*, *a* (*rezão*, *razão*; *Taresa*, *Teresa*; *pera*, *para*), *e*, *i* (*mejor*, *mijor*; *dezir*, *dizer*; *destinto*, *distinto*; *letigo*, *litijo*; *desigoal*, *disigoal*; *menina*, *minina*; *divisar*; *adevina*; *Antoneo*, *Antonio*); *o*, *u* (*costume*, *custume*; *sospirar*, *suspirar*; *agua*, *agoa*; *magoa*, *mingoa*) [3].

A vogal *i* é simbolizada de três modos: por *i* curto (sem ponto em casos não contados [4]); em geral por *j* longo, não sómente onde tem funções de semi-consoante em ditongos *qujen*, *qujeren*, mas também onde é tónico, como em *trjste*, *venja*, *mjos*, *mj*; e por *y* grego na conjunção castelhana e nos ditongos decrescentes *ay*, *ey*, *oy*, *uy* (*ay*, *eyslo*, *sey*, *foy*, *soy* (= *solet*), *voy*, *doy*, *muy*, *cuytado*, *mayo*, *rayo*, *mayor*, *queyra*, *pellegey*, *pereyra*, *primeyra*). Finais e mediais, e também iniciais como em *yazia*.

U-vogal é representado só excepcionalmente por *v*.

---

[1] Em *âaborrecer* = *a aborrecer*; *jâassi* = *já assi*; *cadôra* = *cada hora*, o circunflexo também assinala fusão.

[2] Sem acento há duplicação em casos como *corrij*, *abrij*, *vij*, *dij*, *hij*, *allij*.

[3] Há também hesitação entre *nã* e *não*, sem distinção entre funções enclíticas ou independentes.

[4] Pode ser que eu às vezes tomasse por *ee* êsses *ii* sem ponto.

Temo-lo mudo e supérfluo em *-qua -quo, -gua -guo,* por *-ca -co, -ga -go,* não só em formas originàriamente duplas, como *guasajado, gasajado* e em *nunqua, nunca,* mas também em *loquo, fiqua, paguar* (quási sempre na grafia *loq°, fiq*[a] [1]). *U*-consoante é sempre *v* em vocábulos portugueses; nos castelhanos há vacilação entre *v* e *b* (de haste alta). Entre vogais predomina *v;* em inicial, onde é mais enfáticamente explosiva, *b,* sobretudo antes de *ue, ie* (*buelve, buelto, buelo, mueba, nuebo, bivo*). Mas a distinção não é rigorosa: ao lado de *villano, verano, vez, vas, van, vado, vos, vuestro,* ha *abelenado, Azebedo, andaban, abra, bòs, bez, ban,* etc.[2]

Com relação às mais consoantes, já disse que *c* assibilado tem sempre cedilha, mesmo antes de *e, i* (*vençe, vençido*). Há hesitações entre *ç* e *sç.* Como em castelhano haja *padesco, floresco* (transformados posteriormente em *florezco, padezco,* etc.), donde provêm as grafias *floresces, padesces, florescar, nascer, anochesce,* estas influíram talvez na escrita portuguesa, apesar de na pronúncia haver a tendência de confundir numa só as duas sibilantes. Ao lado de *creçer, deçer, aborreçer, pareçer, resprandeçer,* ocorre *nascido, enloquesce;* e em castelhano *escureció.*

H proveniente de *h* latino caíu em regra (*ubimos, ubieron, abrá*); como representante de *f* ainda era levemente aspirado. Por isso encontramos *hazer, fazer; huyendo, fuyendo;* e também *hiel, huego, huerte, huente* e *huessos.* Em português é utilizado, além disso, para dar mais corpo aos monossílabos *ho, ha, hos, has, hum, hũa, hij, hia, hes, hu* (<*ubi*), *he* (<*est*) (assim diferençado de *e* <*et*[3]).

Ora substitue consoantes geminadas por singelas, ora não: ao lado de *sofrer, meter, falar,* há *valles, aballes,*

---

[1] *Vasq*[os], *vosq°, charq*[os], *poq°, aprisq*[os].

[2] Como as duas letras não se diferencem muito, pode ser me enganasse na leitura mais dúma vez.

[3] Com o mesmo fim escrevia *ha, han, hay,* a par de *abrá, ubimos, ubieron.*

attiendo, affatigo, affano, affrenta, appocar, approvechar, etc.

Preposição e artigo, verbo e pronome, etc., ora aparecem unidos, ora separados: *a caso, a tiento, aun que, en quanto*, surgem ao pé de *ala, alos, nolo, eyslo, dixome, lavarte, diessele*.

XIV

Recapitulemos.

O caderno truncado e danificado pela acção do tempo, que figura na Miscelânea 3355 da Biblioteca Nacional, é de grande, de extraordinário valor.

Contêm, inquestionávelmente, versos de Sá de Miranda. Versos emendados pela mão do próprio, no acto de escrever, e posteriormente. De todos os manuscritos das obras dêle, até hoje explorados, é o único autógrafo. Único portanto que nos dá idéia certa da ortografia e pontuação do poeta e dos seus sólidos conhecimentos do idioma castelhano. Nele vemo-lo em plena actividade literária. Não no acto de criar, mas como corrector de criações antigas, que desejava aperfeiçoar, não só depurando a dição e pulindo o ritmo, mas também quanto à exteriorização das idéias.

As numerosas emendas sobrepostas, duas, três, quatro vezes em alguns casos, confirmam as confissões poéticas que êle fez ao Príncipe D. João. *Emendo muito. E emendando dano*. Porque realmente a forma primordial é às vezes superior aos retoques. Por exemplo, nas ingénuas quadras do *Alexo*.

Confirmam também os dizeres dos editores Manuel de Lyra e Domingos Fernández sôbre o estado do cartapácio de Salvaterra que serviu de base à edição-príncipe, ou, se a minha interpretação fôr errónea [1], sobre o estado de dois cartapácios antigos de que êles se serviram.

[1] No *Apêndice* há, nas quadras de *Alexo*, tópicos que podiam ser entendidos assim.

Não autentica as poesias insignificantes que com o nome de Felipe de Aguilar andam no códice *D*[1], nem os versos atribuídos a um Francisco de Sá nas Miscelâneas *E* e *F*, que ainda carecem de legitimação[2]. Autentica contudo duas delas: a *Trova* n.º 169, colhida em *E*, e o *Cantar de Moças* n.º 190, proveniente de *J*. Dá-nos a novidade de a primeira ser tirada duma sua Tragédia, intitulada *Cleopatra*, totalmente desconhecida.

Habilita-nos a corrigir erros cometidos por impressores e copistas[3].

Justifica o alto aprêço que dera e dou ao *Cancioneiro* de Juromenha.

Aumenta o nosso respeito e amor ao admirável poeta-filósofo, autor das *Cartas Morais*, que não tem igual em toda a literatura portuguesa.

Para adiantar e aprofundar mais o conhecimento das suas obras, torna-se necessária a libertação do *Poema*, sequestrado, *de Santa Maria Egipcíaca*, e a edição crítica e comentada das Comédias em prosa.

Para popularizar as belas criações poéticas a que deu trajes castelhanos, é preciso que algum patriota como Afonso Lopes Vieira ou Júlio Dantas — resuscitadores de Gil Vicente — as nacionalize com arte e engenho, tarefa melindrosa, facilitada talvez pelas variantes de texto.

Escolhendo entre as que o velho da Tapada havia marcado com *vel vel*, realizariam o ideal a que aspirava, mas que não atingiu.

---

[1] *Poesias*, n.ºs 118–126.

[2] Ibid., n.ºs 166–189.

[3] Do *Cancioneiro* de Juromenha transcrevi, por exemplo, o verso *Ca e a la mi fé gran fiesta*. Hoje sei que devemos ler: *Cae, a la mi fé, gran siesta*. (*Alexo*, v. 723; *Poesias*, p. 705).

TEXTOS

XV

Eglogas[1]

A Antonio Pereyra, Senhor de Basto

ALEXO

Egloga primeyra

I

Estos pastores mjos, los primeros
que por acá cantaron, bien o mal,
a la sampoña versos estrangeros,
demandando su puerto principal
van — que sois vos — : de nuevo quijeren veros 5
del conde don Emundo el memorial:
como ciegos andaban, poco y a tiento[2];
agora van ya mas[3] cobrando aliento.

El vuestro Alexo mueresse[4] d'amores,
y no sabe de qujen! No os èspanteis! 10
que a mas[5] aconteçio que a los pastores.
Con Amor ni d'Amor nunqua os burleis!
quando nolo pensais, eyslo a mayores,
desobligado de todas las leis:
no ay caso tan dudoso, a poder ser, 15
que ayudado d'Amor no se haga crer.

---

[1] Repito que reproduzo os textos sem alteração. Apenas resolvo as abreviaturas; reúno sílabas separadas sem razão; escrevo nomes próprios com maiúsculas iniciais; completo a pontuação; substituo *u* consoante por *v*; *ſ* longo por *s* curto; e o circunflexo virado pelo usual. As lições riscadas vão como Notas. Assim mesmo, os lapsos que emendei.

[2] como a tiento.

[3] ya van mas.

[4] va murir.

[5] que ya a mas.

Teneys en que, pensando, os emplear
mil bienes; no os andeis siempr'alos daños;
har[t]o es dudoso el vado, es de p[assar];
hazed a vuestros pesare[s en]gaños: 20
pensad qujen essa casa [ha d]e heredar,
tan cuerdo capitan, tan moço d'años;
bolved los ojos al hijo seg[un]do:
vereis vuestros Froais dar v[u]elta al mundo.

El terçero, que está como en el njdo, 25
[antes] su tiempo las sus alas prueba[1];
anda todo en alçarse a buelo erguido[2];
apena lo teneis que no se mueva[3]:
por de dentro se ve todo cumplido,
por de fuera aun[4] la pluma tierna y nueva. 30
Esto vesse a los ojos—no son cuentos;—
abrid el pecho a los contentamientos!

El rayo, quando abaxa, en sus desvios
hiere los altos; de la flaqa gente
suele dizir fortuna «estos son mjos», 35
luego al primer espanto que arrebiente.
Dexeis los lodos y charqos sombrios[5];
buscad aquella clara y biva fuente;
poned con gran confiança[6] todo en dios.
Lo que ha de hazer el tiempo, hazeldo vos. 40

---

[1] alçasse en alto y l. s. a. p.
[2] andasse en tomar buelo cumplido.
[3] que ya n. s. m.
[4] A princípio sem *aun*.
[5] los arroyos dexeis y charqos frios.
[6] con gran, *repetido por engano, está riscado.*

II

Pastores da Egloga

ALEXO — Zagal.
SANCHO — Un vjejo.
LA NINPHA de la fuente.
JOAN — pastor.
ANTON, TURIBIO, PELAYO } pastores.

ALEXO. Yo vengo como pasmado
y no sé lo que me diga[1],
que el mj coraçon litiga[2]
entre cuydado y cuydado.
Valasme Dios! que pecado 45
pudo el mjo ser tamaño!
que no soy el que era antaño,
hanme todo barajado[3].
Dias ha que no me entiendo,
no percundo este mal mjo: 50
al sol hielome[4] de frio,
a la sombra en huego ardiendo;
en njnguna parte attiendo;
no quellotro lo que fuesse[5];
como si dotre fuyesse 55
ansi de mj voy fuyendo!

---

[1] soncas no sé lo que diga.

[2] que el coraçon se affatiga.

[3] como barajado.

[4] Em lugar de *hielome* havia na primeira redacção uma palavra hoje ilegível, que acabava em *rgendo.*

[5] no sé por qual causa fuesse. — Depois riscou as palavras do meio, substituindo-as por *como o porque;* mas tornou a eliminá-las, escrevendo à margem as que vão no texto.

Heme aborrescido el hato,
los apriscos y majadas;
ando apos unos nonadas,
no sé tras ellos que cato. 60
que ganancia y negro tr[ato]!
[mal] el tiempo en porfias,
[m]al las noches, mal los dias,
p[eor] siempre a cada rato[1].
Acaso del tal error 65
que en ley de razon no cabe
la benzedera que sabe
lo quellotrará mijor?
Acudeme un mal temblor,
el coraçon se apressura[2]: 70
quiçá puede ser locura,
quiçá puede ser dolor[3].
Si aquj estobiera mi hermana
(que nos la llevó su esposo)
quiçá que ubiera reposo 75
esta alma mia mal sana;
fantasia loqa e vana[4],
que me passaba tan presto[5]
de la mañana al sol puesto,
del sol puesto a la mañana! 80
No turan las cosas, no!
llevaranla lexos tierra;

---

[1] suspirar noches y dias, loqas de mis fantesias (modificado em *de mis loqas fantesias*) engañado a cada rato. A primeira sílaba das emendas está ratada.

[2] La cabeça al darredor
anda, o que se me affigura.

[3] amor.

[4] que la oya (emendada em *oyala*) de tal gana.

[5] de presto.

por el valle y por la sierra[1]
todo se me escureció;
el coraçon me cayó 85
soncas en tal desamparo[2]
que a pensar ratos me paro[3]
si soy o si no soy yo.
Hablar dotro no sabia.
de dos hermanas contaba. 90
Con que sabor escuchaba
quanto dellas me dizia!
Era como a la porfia
dellas siempre ella contando:
yo no sabia escuchando 95
si era noche, o si era dia.
Soncas si fue ⁻as⁻sombramjento?
destos cuer⁻pos h⁻uidizos?
O me diero⁻n bebe⁻dizos?
que ando assi d⁻e vien⁻to en viento. 100
Acudiome al piensamiento
que en las bodas de Gujomar
quan ledo dixo el cantar[4]
«Buelve acá pastor sin tiento».
Mas po⁻r⁻que assi me acordé 105
de tal fiesta y tal guasajo[5]
quiçá que en el mj trabajo[6]
cantando descansaré[7].

---

[1] «y» foi escrito, riscado, e tornado a escrever.
[2] quedéme a t. d.
[3] que yo mismo a pensar me paro.
[4] Primeiro escrevera *el;* depois riscou-o, pondo *mi*. que traçou novamente, repondo *el*.
[5] fiesta y guasajo.
[6] cantando en e. m. t.
[7] quiçá que descansaré.

Dias ha que no canté,
con el coraçon no puedo. 110
Estonces cantara ledo;
triste [1], como cantaré?

Buelve acá, pastor sin tiento!
buelve! a que peligro vas!
no te engañe el piensamjento. 115
Cata que te perderás!
Porque ansi te acucias, di?
las mentes enagenadas?
cata que a poqas passadas [2]
nj humo no abrá de tj [3]: 120
Buelve, loqo! ah perdimjento!
que si no buelves atrás,
solo en ver tu atrebimjento
de mjedo te morirás.

Aun estonces yo era sano: 125
fue (me acuerdo) por el mayo;
luché, corrij como un rayo,
riame bien [4] del verano.
Despues este mal villano
a poqas muerto me tiene; 130
bien dizen que se nos viene
el mal de suyo a la mano.
Ay que locura he pensado!
quanto aquel yerro me plugo!
aora metido al yugo, 135
tirar! no saltar al prado!

---

[1] *tristrjste,* lapso de pena.
[2] soncas a poqas passadas.
[3] no abrá humo de tj.
[4] *bien bien,* lapso de pena.

Mas que huente aquj me he hallado[1]!
quan fria, clara, y quan fresca!
puede ser que me adormesca,
que me cayo de cansado[2]. 140

(II)

SANCHO, el viejo

En vano el viejo affanó:
soncas, lo que me paresce,
que el mj moço no apparesce,
antes desapareseió.
Quantas vezes[3] esto he hecho 145
sin provecho!
aquj va, por ally va;
desque he buscado[4] un buen trecho,
otro lo vido acullá.
Con el hijo yuntamente 150
te nasce mucha fatiga;
mas ya por costumbre antiga
tras su daño anda la gente.
Que descanso me fue dado,
mal pecado! 155
Ochenta años quando menos!
mal con hijos que he engendrado,
mal con los hijos agenos!
Un lunes por suerte estraña
(aun no me dexa[5] aquel dia) 160
del mal tiempo me acogia

---

[1] aqui he hallado.
[2] que cayo ya de cansado.
[3] *Quãtas est* (riscado), lapso de pena.
[4] corrido.
[5] no dexa.

por el pie de[1] la montaña;
y una cabra çahareña,
de la breña
saliendo, que se perdiera, 165
por el huego duna peña[2]
acoger se me qujsiera.
Doy tras mj cabra; plañja[3]
un njño rezien nascido;
como me toqó el oydo, 170
entro allá[4] como venja.
Que mas me abia d'estar
son entrar
osadamente a ver que era?
Como jva sin embaraços[5], 175
por mijor lo divisar[6]
saquélo fuera en los braços[7].
Cierto es con razon devido
al ganado mucho amor
y que no parta el pastor 180
nunqua dél todo el sentido;
que el su grande entendimjento
es sin cuento!
Digo os[8] de la cabra mja
que con grande atrevimjento 185
defenderme lo queria.

---

[1] *de de,* lapso não emendado.

[2] d'una breña
al encuentro me saliera,
mja, que se me perdiera;

[3] Doy tras ella; allá plañia.

[4] entrome c. v.

[5] Faltava a princípio. A estrofe só tinha nove versos (cujas consonâncias eram *ia, ido, ar, era*).

[6] no pude bien devisar.

[7] saquelo en los braços fuera.

[8] digoos.

Vilo embuelto en tales paños,
el niño gracioso, y tal
que harto allij yazia mal.
Y esto ha bien sus deziocho años! 190
Qujen del tiempo no se vela,
como vuela!
Paresçe que fue esto ayer!
Dandose como despuela
que prissa lleva a correr! 195
Truxelo a la mj Taresa[1],
que podria ser dun mes[2]:
eyslo que anda en quatro pies!
eyslo en dos, alto a la mesa[3]!
luego [a] mayores alcança 200
en criança,
en fuerças, más en saber.
Ved de tamaña[4] esperança
que uvimos de recoger[5]!
Era a pensallo un espanto 205
los sus sesos y donayres;
despues llevanse los ayres,
da les ojado y quebranto!
Sabia más que el jurado
bien jurado; 210
ayudaba a la mjssa al crego;
aunque es un mal muy usado
seres con tu hijo çiego.

---

[1] teresa.

[2] *meis* (lapso não emendado por *mies*, êrro freqüente entre luso-castelhanos).

[3] eyslo que se alça a la mesa.

[4] tamanha.

[5] lo que tobe de r.

En amor harto era hijo[1],
y el amor, esse es el que çiega[2]; 215
pero lo que nadie njega
que es menester más litijo?
No sé lo que diga, no;
triste yo,
que de dias a esta parte 220
del guanado descuydó
y de si no sabe parte[3].
Dixome uno que lo vido
aun aora por aquj.
Que es del? bien diran por mj 225
«perdido tras el perdido».
Ando cansado y soy viejo;
¿que consejo
tomaré de mj camjno?
Veis el mj perro vermejo 230
a la fé, tras mj se vino!
Y tu, hijo, andas huyendo
de mj, de val en collado!
Que mal consejo has tomado!
El porque, yo no lo entiendo; 235
sigues los vientos livianos,
no los sanos
consejos deste tu padre[4];
olvidaste tus hermanos
con la vieja de tu madre. 240
Hame dicho un escolar[5]
que sabe de encantar males,

---

[1] este hes hijo.
[2] esse es que ciega.
[3] A estrofe inteira está riscada de um só traço oblíquo.
[4] del viejo padre.
[5] escollar.

que siete rios cabdales
te conviene de passar,
y nadar por la laguna 245
con la luna
nueva, y buscar siete fuentes
perenales, y en caduna
lavarte, y cobrar las mentes.
Ay qujen tenga otra sospecha, 250
ay qujen otra, y dicho me han
muchas, y muchas diran;
mas sin tj que me approvecha?
La vejez es, çierto, cosa
trabajosa, 255
njñez, sin distinto alguno,
moçedad, tan peligrosa
que de ciento no escapa uno.
Este flaqo cuerpo cansa,
d'andar tanto me despeo, 260
mas puede tanto el desseo
que algo el coraçon descansa.
Qujero dar vuelta all aldea.
Que pelea
tan luenga, en que este amor qujere[1] 265
que todo lo pruebe y vea
antes que me desespere.
Ay Alexo, ay hijo Alexo[2]!
puede ser que te me escondes;
çierto que no me respondes[3]; 270
yo por tj todo atrás dexo.

---

[1] en que Amor quiere.
[2] ay mi h. A.
[3] o fuyes y no respondes (*ou* no me r.).

Matas aquel viejo loqo[1],
a que tan poqo
de consejo y vida avança,
de llamar por ti ya roqo[2], 275
peor es, sin esperança.

(III)

LA NINFA de la fuente

Duerme el hermoso donzel,
no zagal, no pastor, no.
Mjentras al sueño se dió,
mj alma diosele a el. 280
Va el sol alto, y con el
del dia es jdo buen trecho;
no sé que de mj se es hecho!
será lo que fuere del!
Loqa de mj, que a mjrar 285
me puse, y dixe, tal viendo:
«qujen tanto applaze dormjendo
despierto, que es de pensar?»
Qujsierame desviar;
no sé qujen me buelve aquj. 290
Quan[3] tarde me lo entendij
que peligro es començar?
Cruel consejo me ha dado,
sin bien pensallo primero,
Amor, cruel consejero[4], 295
«que lo tenga aqui encantado».

---

[1] Alexo, a. v. l.
[2] ando cansado, ya roqo — ando tan cansado ya roco.
[3] *quam,* lapso não emendado.
[4] Os versos 254 e 255 estavam a princípio invertidos.

Abiame yo sospechado
(nunqua se amó sin sospecha)
que la su via derecha
se jria, el sueño passado; 300
Assi que esta agoa encanté.
Enquanto me la encantaba[1]
qujen las palabras gujaba
(El me es testigo) Amor fue.
Aora[2] que más pensé 305
a la su cuyta mortal,
pudiera sufrir mj mal;
el suyo, como podré?
Y quando el mjo qujçá
no podiera sufrir yo, 310
que pagasse el que peqó,
que la razon ansi va[3].
Qual otra alguna será
que me quite desta culpa?
su beldad no me desculpa 315
antes más culpa me dá.
Ora, los ojos, dexeis
paguar a Amor su tributo;
no quede aquj nada enxuto,
llorad que gelo deveis! 320
Aves que os assi sabeis
qujçá quexando aliviar,
mjentras mj oyerdes quexar
ruegoos que me acompañeis[4]:

---

[1] en quanto ansi la encantaba.

[2] aora.

[3] Entre 271 e 272 o poeta escrevera primeiro *su beldad, que culpa me ha?* que riscou, dando outra expressão às suas idéias.

[4] O poeta escrevera *acompanh;* reconsiderando riscou *nh* e continuou *ñeis.*

Cançion

D'Amor bien dizen que es ciego, 325
niño, liviano, y cruel.
Si en mj fuente açendió fuego,
qujen podrá valerse del?
Poderoso Amor altivo,
qujen darme razon sabria? 330
Si mj vida era agoa fria,
como agora es fuego bivo?
Sordo en todo, en todo çiego,
todo bebrages[1] de hiel,
todo sangre, y todo fuego, 335
tal es el, tal dizen del!

(IV)

ALEXO

Que es esto? soncas durmja?
Andaba por unas breñas[2];
d'una parte y d'otra peñas
do nunqa el sol descubria. 340
Puesto en mortal agonja[3]
no viendo esperança alguna;
quexoso de la fortuna
en lloros me deshazia.
Y entretanto que me quexo 345
solo a la muerte pensando[4],
oya de quando en quando
a gritos llamar *Alexo!*

---

[1] brebages.
[2] soñaba con u. b.
[3] Era puesto en agonia.
[4] sola la muerte esperando.

Si es qujçá que si me alexo,
que lexos me jrá mjjor? 350
En cortesia[1] d'Amor
y de Ventura lo dexo.
Semejaba çiertamente
la voz del buen viejo mjo;
abaxo espumaba un rio 355
que nunqa sufriera puente;
via la muerte presente.
Siendo en tal aprieto puesto
halléme fuera de presto
del sueño y del açidente. 360
Mifé, sea lo que fuere,
mal paresçe y mal será;
el coraçon me lo dá;
haga Dios lo que quisiere!
Huertemente me requiere[2] 365
Soledad, huerte el desseo;
que vida sobre mj veo?
Sofriré lo que pudiere!
La voluntad se meençierra;
afuera, afuera consejos! 370
Adios mj tierra y mjs viejos!
gran mal de vos me destierra.
Si me muero en otra tierra
los huessos acá me trayan!
Que mundos piensas que vayan 375
allá tras aquella sierra?
No cale tiempo perder:
mas del perdido, que es mengoa?
palabras vanas la lengoa,
los ojos, agoas correr. 380

[1] *contesia*, lapso de pena, emendado.
[2] *huerte me requiso*, lapsos logo emendados.

Lo que ha de ser ha de ser;
de que sirve el dilatar?
de los niños[1] es hablar,
de los zagales, hazer.
Matarmehe la sed de nuevo! 385
que gran secura que tengo!
Con que cuyta ora a tj vengo,
fuente que en mj alma llevo!
Si tanto a bevir me atrevo[2]
que aun bolviendo por aquj, 390
beviesse más ledo en tj
de lo que aora en tj bebo![3]

Encantado dize

No veo al bosque salida.
La vista se me esvanesce;
por toda parte anochesce; 395
mal se ordena e[sta p]artida!
ala fé que se m[e olvi]da
lo que queria de[zir!...]
Yo era el pera hu[yr],
vos no pera ser hu[yd]a. 400

(V)

ANTON — JOAN PASTOR[4]

[ANT.] Suspirado has, compañero?
[J]. PAS. No sé como no lloraba!
Sabes porque suspiraba?
porque aquj cantó *Ribero;*

---

[1] ninhos.

[2] Si a bevir t. m. a.

[3] *aora bebia,* lapso logo emendado. Era lição antiga de *D,* a qual o poeta ia modificando.

[4] Por lapso Miranda começara com o nome de *Joan pastor,* que por isso cancelou.

aquj nuestramo escuchaba; 405
rodeabanlo pastores,
colgados de la su boca.
cantando el los sus amores!
Gente de firmeza poca
que le dió tantos loores 410
y agora gelos appoca!

ANT. Esso falta, Joan pastor!
soncas, porque suspirar?
a que se pueden alçar
ya los ojos sin dolor? 415
y a que se pueden baxar?
donde los pornás enxutos?
adelante? o cara atrás?[1]
La tierra njega sus frutos,
el sembralla es por demas. 420
los ayres todos corrutos.
los hombres cada vez más.
A la sombra d'aquel pino,
que a tal dicha se plantó
(no ha pero mucho, no) 425
que todo el campo vezino
de la su rueda assombró,
vineme á *Ribero* ver[2]
como otras vezes solia
(quan presto huye el plazer!): 430
consigo aquj te tenja.
a cantar y a tañer
mjentras la siesta cahia.
Rebuelvo en el piensamjento
lo que cantastes, estando. 435

---

[1] *ao delante*, lapso logo emendado.
[2] vineme Ribero a ver.

La memoria va bolando;
del ton me acuerdo y del cuento,
en busqa del cantar ando.
Ora atinemos al ton,
amjgo, que jure a mj: 440
este era el tiempo y sazon,
el lugar este era aquj.
Las palabras tras el son
ellas se vernan por si.

Jo. Pas. Porqu'esse cantar fue el llanto[1] 445
del cisne, como se cuenta,
en su postrimer affrenta,
qujerote ayudar enquanto[2]
corre tanta y tal tormenta[3].
ya vees que mundos son estos!
nunqua tales fueron, creo, 450
en las mudanças tan prestos;
truecansete a cada oteo:
aquj quantos buenos gestos
vij poqo ha! y uno no veo!
Mas las quexas a departe! 455
a lo que mandas vengamos.
El cantar que aquj cantámos
fue sabes de lexos parte,
do buenos dias passamos.
Yo le llevaba el descante; 460
el començara primero
con aquel triste semblante
suyo, en un modo estrangero[4].

---

[1] fue llanto.
[2] ya quanto *ou* son quanto.
[3] vees que corre tal tormenta.
[4] suyo y m. e.

ANT. Ya, ya, ya, voyme delante
en persona de *Ribero:* 465

Amor burlando va; muerto me dexa;
tiene de que por cierto: a su merced
como de señor [vi]ne; armó la red;
pusome en prisio[n dura], onde me aquexa;
cad'ora más se [alexa] 470
de mj, mucho cr[uel.] Qujen me desmiente?
[Ah] que lo saben tod[os]: qujen gañó [1]
[el] preçio de la lucha, esse perdio.
[Enem]igo señor que tal consiente!

[J. PAS.] [Enemigo se]ñor que tal consiente! 475
[o antes favor]esçe tal maldad! [2]
[Todo se rige] por la voluntad!
Si esto alguna ora fue, eslo al presente!
un pastor [3] inocente
la sampoña tañja en regla estrecha 480
del tañer affinado, y ansi cantaba;
plugo más un zagal que ende silbaba!
Ved Razon ante Amor quanto aprovecha!

ANT. Ved Razon ante Amor quanto approvecha!
moçuelo antojadizo y voluntario, 485
al servidor mayor mayor contrario;
turbado y siempre [4] lleno de sospecha,
uno, porque coecha?
otro, por atrevido y mal criado?
otro, por no sé que — qujen lo adevina? 490
qujen lo piensa enloquesce, y se esmagina.
Sin ventura que hará qujen lo ha provado?

---

[1] ganó.

[2] tanta desigoaldad. Na parte ratada talvez houvesse: [y favor]esce.

[3] O poeta quis pôr *zagal;* escreveu as primeiras duas letras e tornou a riscá-las.

[4] bolando, todo ll. d. s.

Jo. Pas. Sin ventura que hará qujen lo ha provado
y lo prueba cadora? Estraña suerte!
pudo aver qujen assi corra a la muerte, 495
d'otre cuydoso, de si descuydado?
Amor cruel te ha dado,
Zagala hermosa, pero fémentida,
enteramente todos sus poderes,
más jngrata muger de las mugeres 500
qujen el alma llevó[1], lleve la vida!

Ant. Dime, Zagala, y como puedes ver
el sol en paz? y como las estrellas?
de dia, viendolo a el, de noche a ellas,
como puedes dormjr? como come[r]? 505
que piensas al tremer
de tierra como ogaño? o si ar[de el çi]elo
piensas que es juego? o que? n[o pien]ses tal
que si[2] un rayo fue vano, [otro] hizo mal,
y adonde no caye el, caye el reçelo. 510

Jo. Pas. Aquellos ojos tuyos que al passar
no sé lo que callando me dizian,
aquellos qu'esta triste alma[3] embaian,
un tiempo a mj plazer, otro a pesar;
el dulçe mormurar 515
con la tu compañja, y de color
mjl vezes trastrocarse en un momento,
todo soltaste olvidadiza al viento.
y bives; muero yo; sufrelo Amor.

Ant. Hasta quando seré tan loqo yo? hasta 520
quando tan sin juizio y buen sentido?
El tiempo y la Razon piden olbido.

---

[1] levó.
[2] se.
[3] que la mj alma.

Amor solo no qujere; y solo el basta.
Que niebla esta tan basta
entre[1] el triste de mi se pone y el puerto? 525
que viendo lo mijor lo pior sigo,
tambien oydos çerrando al castigo
con mjs cuydados vanos de concierto.

Jo. Pas. Ya sé que has de fazer quanto qujsieres!
Pero díj: que señor nunqua tan bravo 530
fue que dixiesse tal «eres mj esclavo,
yo no tu señor, no, nj sé qujen eres»?
Fiaste en tus poderes
ufana[2] y disigoal. Sobervia es esta
que se pueda sofrir con paçiençia? 535
no basta tanto mal? no la jnnoçencia?
mas al cabo, en fin fin, tal la respuesta?[3]

Ant. Quando luego te vi, vite piedosa;
yendo adelante, sin más lo pensar[4]
supitamente te sentj mudar. 540
Que es esto? es bien querer tan mala cosa?
Ora se vaya el carro ante los bueis!
los pexes a pascer vayanse al prado!
Labren millanos[5], buele el ganado!
Oydo[6] avia [Amor] destas tus leis! 545

Jo. Pas. No prossigujo má[s Ribero]:
antes, (como era c[uydo]so)
alçó los ojos pens[oso]!

---

[1] que entre.
[2] *ufano*, lapso não emendado.
[3] ah que respuesta!
[4] por mj amor sin par.
[5] labren las aves.
[6] Antes de *oydo* está por lapso a primeira sílaba de *sabido*, logo riscada.

Que es de tj, buen compañero?[1]
donde escondido te me has? 550
hablaba a tiempo y lugar
[mas] despaçio.
Pastor bueno, si al palaçio
no dexaraste engañar!

Lacuna 1.ª—Falta o texto correspondente às estrofes 63 a 78 da minha edição. Isto é: a conversa de Toríbio com João Pastor e com Antão, cujos versos alternados êle ouvira, escondido; sendo por êste motivo obrigado a, pela sua vez, cantar uns vilancetes à maneira nacional—composições que os dois elogiam muito.

(VI)

Jo. Pas. [Quantos buenos naturales]
hay a quanto aquj parescen[2]. 555
Mas, delicados zagales
en deleytes se esvanescen![3]
Cuerpo delicado y tierno
se demuda
al trabajo quando suda, 560
al salir fuera, en jnvierno.
A la risa (no digo al[4])
a vezes no sé valerme,
que se qujere hazer jgoal

[1] A lição primitiva «que fue de tj, compañero» teve duas emendas «que es de tj, mi compañero», e «que fue de tj mi compañero». Finalmente riscou tudo, escrevendo à margem apenas «buen compañero», de sorte que é preciso completar o verso com partes, riscadas indevidamente.

[2] hay por aqui si qujsiessen (lição de *A*). Na margem há a nota que não sei decifrar. Já disse que a letra parece do seculo XVII.

[3] se enternescen.

[4] ya no digo al.

el que[1] duerme al que no duerme, 565
y ansi tendido y dormjente
qual se yaze,
dizir «esto [no] me plaze»
le es razon muy suficiente!

ANT. Es ansi çierto, sin falla; 570
mas caduno allá lo vea!
Vengamos a qujen se calla,
y sabe dios que dessea!
De cantares estrangeros
sed nos muestra[2]; 575
seria la debda nuestra
pagar, y mas sin dineros.

JO. PAS. Grande o pequeña que sea,
cosa que Turibio mande,
cuyde por çierto, antes crea, 580
que holgaré más de ser grande[3];
queria en toda manera
el cantar bueno!
no tomára de lo ageno
si de mjo lo tubiera![4] 585

Desseoso de ver tierras,
uve de passar los puertos;
puseme a las altas sierras
por camjnos poqo abiertos;
allá que pastores vij! 590
quan enseñados
a cantar versos rimados!
dirvoshe lo que oij[5].

---

[1] *el q̃ que*, lapso emendado.
[2] gran sed muestra.
[3] *grande* foi mal traçado, riscado e escrito de novo.
[4] começaré por lo ageno,
despues todo quanto el qujera.
[5] d'unos que oyhij.

Vino un dia[1] un viejo cano
allij; acaso, a mj ver; 595
tomó la sampoña en mano
toqó, bolviola a poner;
todos, sobre todos yo
desseando
de oyr más, y porfiando, 600
el buen viejo assi cantó:
Los gujsados d'Amor son coraçones;
los nuestros ojos son sabrosas fuentes
de que beve con sed; son suaves sones
estos nuestros suspiros jnocentes; 605
tratados cruelmente en sus [pri]siones,
del todo enagenados de las mentes,
celos, cuydados, coytas, desto os dá.
Lo que no[2] tiene Amor, como os dará?
No veis que va desnudo? y que no lleva 610
syno con que haga mal; bien no njnguno?[3]
arqo, fuego, saetas con que os prueva
y da tormentos cadora, importuno[4].
Vos uno al otro[5] os hijs dando la nueva
que es falso, que es cruel, no queda alguno[6]. 615
Loqos (aun diré más: loqos perdidos)
ya que ojos no teneis, tened oydos!
Y tu, que enfingimjento es esse tuyo,
njño (verguença nuestra), atado y çiego?
Huyes si voy a ti: sigues quando huyo, 620
vençedor y vençido luego y luego.

---

[1] *un dia* em entrelinha.
[2] Primeiro *no* fôra omitido por lapso.
[3] mal haga y b. n. n.
[4] tormentos disiguales uno a uno.
[5] vos uno a uno.
[6] que es jmportuno.

No veis que Amor no tien nada de suyo?
Nos las flechas le damos, nos el fuego.
Quereis ver[1] su deidad tan espantosa?
Abrid los ojos bien, no vereis cosa. 625
No os pongan mjedos sus espantos vanos.
no las sus[2] truhanarias, que esvanesce
como vee que con el sois alas manos;
alli fuyendo en ligereza cresce
engaño (ah tan comun) de los humanos! 630
encantamjento que nos enloquesce!
niebla que con un soplo se llevanta,
mañoso njño que njños espanta![3]
Cantado que el buen viejo ubo
toda aquella nuestra gente 635
como personage estubo;
yo tambien por consigujente.
En esto liçençia toma
el viejo fino;
paresçia peregrino 640
que jba en romaria a Roma.
Mas no es bien que esto assi passe
y que solo Anton se quede
riendosse si no cantasse;
que sabe, que vale, y puede. 645
Si no que nos quexaremos
al mayoral!
La su sampoña zagal
tomado ha; bien lo tenemos.
ANT. Aveis tan corteses sido 650
uno, y luego otro despues

[1] veer.
[2] no sus truhanarias.
[3] njño que otrosi si njños espanta.

que aunque aya a quedar corrido
sea antes que descortés [1].
La mj sampoña aldeana,
¿que os dirá? 655
Sea un cantar de acá
destos de la tierra llana.

Villanciqo [2]

Quando tanto alabas, Clara,
Bras que a luchar se desnuda,
la mortal [3] de la mj cara 660
que frios sudores suda!
Ora alabas la blancura
del bivo y del blanqo pecho
con toda aquella hermosura
del su cuerpo alto y derecho 665
qujen fuera que tal pensara?
ah la mj suerte sañuda! [4]
verte contra tj [5] tan clara,
verte contra mj tan cruda.
Los sus cabellos — son d'oro, 670
la mansedumbre — suave,
las fuerças — como d'un toro,
la ligereza — d'una ave.
Comjgo el alma no para,
huyendo a la cuyta aguda, 675
quando tal passion dispara
y al gesto sale desnuda.

---

[1] que no descortes.
[2] *Riscado;* mas não substituido por *Cantiga.*
[3] la triste.
[4] *Entre parenteses.*
[5] Por lapso o poeta pusera primeiro *mi,* em logar de *ti.*

Tambien de los mjs cordojos,
de los mjs vasqos y fuegos
son testigos muchos ojos, 680
que lo ven hasta los çiegos.
Las mudanças de mj cara,
el mj pecho que amenuda
muestran la mj passion clara;
la mj lengoa sola es muda. 685
Entre dos males tamaños
que no sé, triste, qual vença [1],
grandes fuegos de mjs daños [2],
grandes de la tu verguença [3].
Si del todo [4] me pasmara 690
(que era de pasmar sin duda),
el mal mucho me ayudara
que en todo me desayuda.

JO. PAS. Turibio, que te paresce
d'Anton, mj buen compañero? 695
No menos loor meresçe [5].
esto tal que lo estrangero.

TUR. Estarseha con qualqujer [6] modo
a la pareja!
Mas... quien viene allá contodo? 700
El llobo es en la conseja!

(VII)

PELAYO. Yo vengo fuera de mj,
mis amigos, y no poqo!
que en el bosque un zagal vij
que yo juzgaria por loqo. 705

[1] ardo que no sé qual vença.
[2] gran fuego de los mis daños.
[3] grandes de la mi verguença.
[4] Por lapso o poeta escrevera primeiro *tomo*.
[5] loor menos no meresce.
[6] *qual* está entre linhas, por haver sido omitido por engano.

Mas porque son muy diversos
los modos de enloqueçer,
deste diria, a mj ver,
que anda componjendo versos.

JO. PAS. Dalo por mal remediado! 710
quantas, si essa es su dolençia,
comerseha como arraviado [1]
sin njnguna paçiençia!
Destempladas las tus venas
que temblan y arden despues, 715
pera todo ay cosas buenas,
esse mal sin remedio es.

PEL. Juro y perjuro a mj fe,
amjgos, si no lo veis,
claramente me lo sé 720
que nunqua me lo crereis.

TÚR. Eya pues, toma la guja;
veamos que es lo que dize [2]

PEL. Siguidme, mj compañia! [3]
alafé yo dixe y fize! 725
Veislo! que anda çahareño
acá y allá, murmurando [4];
en espaçio tan pequeño
tantas vezes suspirando!

(VIII)

ALEX. (1.) Mal aya un mal tan estraño! 730
pienso veros, nunqua os veo!

---

[1] araraviado.

[2] Por engano, o poeta escrevera *la* antes de *toma*, e *dizes* em lugar de *dize*.

[3] Por engano, o poeta antepusera o segundo verso, tendo de riscá-lo em seguida: «alafe y (*sic*) dixe y fize».

[4] acá y allá mjrando.

Quanto que devo al desseo[1],
y quan poqo al desengaño[2].

TOR. O bien de mj! y que bueno!
mjl cosas tales se dexa 735
dizir; qujen tan bien se quexa
no está de si muy ageno!

PEL. Que hermoso y que bien dispuesto!
mas con[3] que ansia que suspira!
Veislo que buelto acá mira; 740
veislo allá, buelto tan presto.

ALEX. (2.) El mj coraçon mal sano
fuesseme, no sé tras qujen;
esso se buscan tambien
mjs loqos ojos en vano! 745

JO. PAS. Segun suenan sus palabras
diria yo del mochacho[4]
que el amor le daba empacho,
ni guardaba aquj otras cabras[5].

ALEX. (3.) Aquel gran golpe, por medio 750
que este mj pecho me abrio,
de quantos males me dio
no me dió soio un remedio.

TUR. Cata, cata, Joan pastor!
aotas bien lo entendiste! 755
luego en lo viendo dexiste
el su mal[6] que era d'amor.

ALEX. (4.) Que la mj alma se vea
en tal aprieto y fatiga!

---

[1] ay que desseo y engaño.
[2] ay quan p. a. d.
[3] *con* faltava a princípio.
[4] diria d'este mochacho.
[5] y el no guarda a. o. c.
[6] que el su m.

pues la fortuna enemiga, 760
pues amor qujere, ansi sea!

ANT. No sé que d'esto creyesse[1]
con el mj seso harto poqo[2];
mas nunqua conocij loqo[3]
que enamorado no fuesse[4]. 765

JO. PAS. Si ya la vista no se embrusqa
fueme[5] alçando el sobrecejo.
y este es *Alexo,* del viejo
Sancho, de qujen anda en busca.

ALEX. (5.) Por estos bosques sombrios[6], 770
por puertos tan mal seguros,
entre enemjgos tan duros
que descuydos son los mjos[7]

ANT. Habló contigo? o con qujen?
digote que este zagal 775
ansi se quexa del mal,
soncas, que paresce bien!

TUR. Ah nora mala ello sea!
Qujen lo puede ver sin duelo!
que tan sesudo moçuelo 780
nunqua viosse[8] en nuestra aldea.

JO. PAS. Moço pera dar consejo
no es cosa de mucha tura;
más assiento haze locura
en la cabeça d'un viejo. 785

---

[1] No (modificado em *no*) sé que desto me crea.
[2] mas con el mi seso poqo.
[3] nunqa, per nunqa vij loqo.
[4] que enamorado no sea.
[5] fuesse.
[6] por un bosque tan sombrio.
[7] que descuydo es este mio?
[8] *vvo,* lapso logo emendado.

ALEX. (6.) Estos ojos tan sandios
que me solian ser buenos,
otros eran quando mjos,
otros son, quando agenos [1].
PEL. Vamos su padre a llamar! [2] 790
JO. PAS. Qual padre? vamos al cura
(que es demonio, no locura [3])
que lo venga a esconjurar.
Amor cruel, y no tal
como a gran tuerto se nombra, 795
nolo dexa a sol nj a sombra;
haze como suele mal.

---

[1] Desta quadra há no manuscrito três ou quatro redacções diversas, entreveradas de tal modo que não sei se cheguei a desenvencilhá-las. Parece-me que o poeta escreveu na primitiva:

Seanme todos testigos:
soy un coytado zagal
que nunqua hizo a nadie mal!
hanme cercado enemigos.

Depois pensou em alterar o primeiro verso; começou a escrever *devian me,* mas reconsiderou e riscou os dois vocábulos. Em seguida substituíu as linhas do meio, pondo:

nunqa a moço ni a viejo
hize mal, soy zagalejo.

Não gostando, tentou:

soy me un simple zagal,
(*ou:* soy me un tan simple zagal)
que nunqa hize a nadie mal.

Quanto ao verso final, ha o ensaio:

tengo çien mjl enemigos.

Logo reintegrou todavia a lição:

han me cercado enemigos.

Afinal renegou todas, pondo à margem a que vai no texto. Mas mesmo nessa hesitou, escrevendo primeiro: «Estos mis ojos sandios», e alterando «Estos ojos tan sandios».

[2] Por engano o poeta escrevera *Vamos a llamar,* vendo-se por isso obrigado a riscar o verbo.

[3] (que esto es demonio o locura).

[ALEX.] (7.) Consejos no me convienen
con mjs vanos piensamjentos:
unos se van con los vientos, 800
otros con ellos se vienen.

PEL. No es tiempo d'otra respuesta
son que a la fuente te espero.

TUR. Como corres tan ligero?
paresçe que es sobre apuesta. 805

JO. PAS. Estos corriendo a que van
uno tras otro a porfia?

ANT. Corren a la fuente fria,
pienso que la beveran[1].

JO. PAS. Todos nos vamos allá, 810
que nunqua tube tal sed;
si no la mato, sabed
que ella a mj me matará.

Encantados dizen:

ANT. Viste jurar Violante,
viste que fue por demás! 815
Como quies, pastor, que cante?
O rios corred atrás
y montes id adelante!

TOR. El monte arde al d'arredor,
tira Amor flechas a pares. 820
Piedad, o piedad, señor!
quando más crueldad pensares,
mjembrate que eres Amor.

PEL. Por estos buenos abrigos
ay que zagala, Clarença! 825
sean los ojos testigos!
Reyne, biva Amor y vença
y mueran sus enemjgos!

---

[1] tan bien de sed tengo afan — tan bien de sed siento afan — pienso que aber (lapso por *beber?*) me la han.

Jo. Pas. Çiega çeguedad humana
que assi a todos nos destruye, 830
vedes que es jncierta y vana,
vedes que la vida fuye
andais os de oy en mañana.

(IX)

LA NINFA de la fuente

Fuente mja dulce y clara,
turbia agora y mudada[1], 835
d'estos no quisiera nada;
solo el primero abastara!
Lavará aquj la su cara,
beviendo, un santo romero.
Bolverás; como primero 840
verán estos a la clara[2].)

f

III

[*Vilancete de D. Simão da Silveira*

Tu presencia desseada,
zagala desconocida,
¿do la tienes escondida?

Ajuda de Francisco de Sá de Meneses

El cielo niega el rocio,
el ganado se nos pierde,
el campo ya no es verde
ni corre tan claro el rio;]

---

[1] turbia agoa, agoa mudada.

[2] Entre «bevan» e «estos» há *y;* entre «estos» e «a» há *veran.* Como tudo esteja riscado, não sei bem se no verso modificado havíamos de eliminar «estos», lendo «Bevan y veran a la clara?». Conforme já expliquei, o poeta rejeitou a estrofe final, pondo o sinal do remate *f* por baixo das últimas palavras de João Pastor.

secósse el valle sombrio
con la tu triste partida,
zagala desconocida.

Ajudou Fr[ancis]co de Sâa de Miranda

Has la tu tierra assolada, 845
siendo tu la su riqueza;
nasçida en ella y criada
podiste hazer tal crueza?
En miseria y en pobreza
la dexaste en tu partida, 850
y a mj coytado en tal vida.
Oidos que ensordecistes
a suspiros y a los ruegos,
que veran los ojos tristes,
aqui dexados tan çiegos? 855
Vasqos y desassossiegos
dexas en lugar de vida,
tras los tus ojos fuida.
Las yerbas, las fuentes frias
y las flores[1] que has pisado 860
quanto te via y tu vias,
todo queda avelenado.
Un triste un çiego, un coytado[2]
un loqo en la tu partida
pasmando pierde la vida. 865

IV

Vilancete d'Ant[oni]o d'Azevedo

Polo bem mal me fezêestes!
mas nunqua eu tenha prazer,
se mal vos posso querer!

---

[1] fuentes (lapso de pena).
[2] un cansado.

Fôr' ela[1] rezão jgoal!
mas vede as leis que amor tem: 870
que em vez de vos querer mal,
assi vos quero mor[2] bem.
E passo tanto jnda alem
do que soy d'aconteçer
que me venh' a aborreçer[3]. 875

V

Cantiga

De quem me devo queyxar?
De vós (que podera ser)?
Nam vos sey, triste, culpar;
fiqa sómente ho sofrer;
se mais fiqa, he suspirar! 880
Hos meus suspiros teegora
casi eram contentamentos.
(tambem de prazer se chora)
Entraram males de fóra
nam hum, nam dez, mas seisçentos; 885
nam lhes abastou entrar
mas jnda sempre creçer.
Honde ha d'ir jsto a parar?
nam fiqa se nam sofrer
e o mudo do suspirar. 890
Mas hos sospiros que são
salvo ar espalhado ôo vento?
Honde brada ho coração,
[nossos ouvidos não vão:
deixam tudo ao entendimento.

---

[1] Fô rêela.
[2] môor.
[3] Acento circunflexo virado sôbre: *for, mas, vos, aaborrescer.*

Que m'eu quisesse queixar,
quem me poderia crer?
Deixai e venha o pesar!
Que pode o pouco empecer?
que pode o muito durar?]

Lacuna 3.ª, cuja extensão é impossível calcular, visto a coordenação ser diversa nos manuscritos subsistentes.

VI

[*A este cantar de moças ao adufe:*

Naquella serra quero ir a morar,
quem me bem quiser, lá me irá buscar.

Nestes povoados
tudo sam requestas [1];
deixaime os cuidados,
que eu vos deixo as festas!
D'aquelas florestas
verei longe o mar:
pôr-me-hei a cuidar.

Responde-lhe outra companheira d'outra opinião:

Sombras e agoas frias,
cantar de aves . . bem!
Quando as tardes vem,
por cá bradarias.
Ves que pressa os dias
levam sem cansar!
nunca hão de tornar!

A primeira:

Não julgue ninguem
nunca outrem por si!

[1] Ou com *J*: «São os povoados — todos de requestas».

mais d'um bem que vi
a vida nam tem.
Não deixa este bem,
onde se ele achar,
mais que desejar.

A outra:

Deixa as vaidades,
que da mão á boca
o sabor se troca,
trocam-se as vontades.
Sam essas suidades
armadas no ar;
nam podem durar.

A primeira:

Naquella espessura
me hei de ir esconder!
venha o que vier,
achar-me-hei segura.
Se tal bem nam dura
ao seu passar
tudo ha d'acabar. 895

VII

A este Vilancete velho

Posiera los[1] mjs amores
en un tan alto lugar
que no los puedo olvidar.
A mj mal, tan mal creyco,
sin cura, sin fin, sin medio, 900
era remedio el olbido,
yo olbidéme del remedio.

[1] Antes de *los* ha *y* riscado. Provávelmente um *yo* interrompido.

Por vós no duelen dolores,
por vós no pesa el pesar:
como os podré olbidar? 905
Por vós el contentamjento
(qujen nunqua tal cosa oyó?)
entre la muerte y tormento
lugar pera si falló;
y en medio de mjs dolores 910
que en fin fin me han de matar
a plazer se puede estar.

VIII

A Estoutro

Secaronme los pesares
los ojos y el coraçon;
que no puedo llorar, no. 915
De quedar ansi[1] qual quedo,
no sé como pudo ser;
otros lloran con plazer,
yo con tristeza no puedo.
Ora, si un coraçon[2] ledo 920
puede llorar, como no
llora un [tr]iste coraçon?

IX

A e[sta ca]ntiga velha:

En toda la trasmontaña[3]
nunqua vij cosa mjjor
que era la esposa de Anton, 925
vaquerizo de Mouraña.

Naquelle longo desterro
que por vontade segui[4],

[1] De quedar qual asi quêdo.
[2] *coracon,* por lapso.
[3] trasmontanha.
[4] que sem força outra seguj.

(quer fosse rezão, quer erro,
quis ho coração assi), 930
vij hùa visão ufana [1]
nam sey ho que era, ou que não [2]:
fosse verdade ou visão,
hia em trajos de serrana.
Nam era ho coração quedo, 935
hia e tornava a mjude:
ora ôo prazer, ora ôo medo
tiveme ho milhor que pude [3].
Maa sorte quantos bens dana?
bradar e queixar em vão! 940
Suspirava por Antão
hum vaqueyro de Mourana.
[Olhos que taes olhos vistes,
vivei bem aventurados!
e porém ouvidos tristes
pera tanto mal guardados!
Que é isto que assi engana
e assi despreza a razão
que sospira por Antão
quem não tem nada de humana?]

Lacuna 4.ª

X

[*A este cantar velho:*

Todos vienen de la vela,
no viene Domenga]

Quantas buelven, triste yo
todas affimencié bien:
una falta; y es por qujen 945
quanto a mj, nadie bolvió!

[1] humana.
[2] aas vezes cuido que não.
[3] Circunflexo virado sobre *quedo, medo, milhor.*

Que haré, desdichado yo[1],
con que la vida sostenga
hasta que mj vida venga?

XI

Cantiga

Los agravios que recibo 950
de qujen yo menos deviera,
dexadme llorar siqujera
ya que pera más no bivo!
Dadme esta amarga salida
al dolor! esto que os cuesta? 955
No deçienda a la otra vida
con tantas mjs[2] quexas d'esta!
Mjentras d'un mal tan esquivo
no qujere más mal que yo muera,
dexadme llorar siqujera! 960
Terné solo esto de bivo.

XII

Cantiga

Nada do que vees he assi!
nam te mudes! nam te aballes!
tudo he «tirem-me d'aquj
matem-me nessoutros valles!» 965
Nam te engane ho que parece!
Isto he sonho e mostra vãa,
que de fora[3] resprandeçe,
dentro nam ha cousa sãa.

---

[1] ah que haré coytado yo.
[2] Talvez *mil*?
[3] *fôra.*

Corrij montes, corrij valles, 970
desatinado após tj.
Dejxa-me acabar ja assi [1]
nam me mandes [2] ver mais males.

XIII

Vilançete
feyto (por outro que diz
Serrana, honde jouvestes, etc.)
casi em sonhos.

Coração, honde jouvestes,
que tam maa noute me deestes? 975
Toda a noute pelegey [3]
eu, que mais já [4] nam podia;
busquey vós, nam vos achey:
sem vós, eu soo que faria?
Deestesme dôres de dia; 980
pollo que assi me fezeestes
de noute dôres me deestes!

XIV

Esparça aos tempos

Nam vejo ho rosto a njnguem;
cuydais que são e nam são:
homens que nam vão nem vem 985
pareçe que avante vão.
antre ho doente e ho são [5]
mente cadora ha espia;
no meo do craro dia
andais antre lobo e cão. 990

[1] *jâasi.*
[2] deixes (lapso, corrigido imediatamente).
[3] ha .. pelegey.
[4] jâa.
[5] Êste verso, omitido por lapso, foi lançado à margem.

XV

Por este cantar velho a que ajudaram muitos:[1]

Qujen viesse aquel dia
quando, quando, quando
saliesse mj vida
de tanto vando!

Francisco de Sá de Miranda

Los mjs tristes ojos, 995
tan tristes, tan tristes,
quantos mjl enojos,
que plazeres vistes!
Vistes esperanças,
vientos, vientos, vientos! 1000
quantas de mudanças,
quantos de tormentos!
Vistes añadidas
a mjs penas, penas;
vistes muchas vidas, 1005
vistes, mas agenas.
Consejos me dieron
tan sanos, tan sanos,
que ayna me uvieron
muerto a las mjs manos! 1010
A las manos mjas;
por çierto, por çierto
manos no sandias
si me ubieron muerto!
A la suerte mja 1015
plugujesse, plugujesse
que venjesse un dia,
que otro mâs no viesse![2]

[1] A fôlha está tam aparada que mal se lêem as palavras.
[2] que otro no sigujesse.

XVI

[*Sextina á italiana, porém na nossa medida*]

Não posso tornar hos olhos
donde hos nam leva ha rezão. 1020
quem porâa ley âa vontade,
ajudada do costume?
vontade que has suas leis
manda defender por força? 1025
Isto que al he senão[1] força
que me fazem estes olhos?
quebrantadores de leis
brada após mi a rezão;
por demais! vence ho costume,
vençe ha vençida vontade. 1030
Aquela jsenta vontade
cahio ante ha mayor força:
segue cativa ho costume.
Nam posso soomente hos olhos
alevantar aa rezão, 1035
que faz e desfaz has leis.
Alçouse Amor e fez leis
como foy sua vontade
a gram mjngoa da rezão.
Queyra, ou nam queyra, he por força 1040
que lá se me vão hos olhos,
honde se vão, por costume.
Nam valem leis sem costume,
val costume contra has leis.
Coytados destes meus olhos 1045
que assi seguem ha vontade
por tiranja e por força!
Nam val, nem ousa, ha rezão[2].

[1] senã

[2] erguida contra a rezão.

[Nam s]ey que faz ha rezão[1],
desatinou ho costume[2]. 1050
Que farei âa mayor força?
ajam piedade has leis
de quem, entregue âa vontade,
vay em poder dos seus olhos!
Olhos, após a vontade, 1055
as leis, após ho costume,
após ha força, ha rezão![3]

XVII

A este cantar de moças:

Minjna fermosa
que nos meus olhos andais,
dizêe, porque m'os quebrais. 1060
Em vos vendo volos dey;
logo vos passastes hij;
nunqua mais olhos abrij,
nunqua mais olhos çarrey.
Vós lhe soes regra, vós ley: 1065
nam fazem menos nem mais
d'aquillo que lhes mandais.
Em pago d'esta verdade
que estranhais porque n[am se usa],
quebraismos; [ha alma confusa] 1070
nam sabe mu[dar] vontade[4].

---

[1] A la fé dorme ha rezão.

[2] adormentoua ho costume.

[3] Circunflexo virado sobre *apos*, *has*, *força*.

[4] Estes quatro versos tiveram primeiro a redacção seguinte:

Em pago de tal vontade
que vistes e espirmentastes
de todo assi m'os quebrastes
sem algua (*sic*) piedade.

Da emenda lançada à margem faltam nas provas fotográficas as letras que vão entre parênteses. Por informação particular sei que estão no manuscrito, onde falta apenas a última letra de *confusa*, cortada quando apararam o papel para a encadernação.

Mjnjna, contra a jdade.
contra todos hos sinais,
cruel de cada vez mais!
Tomais vingança da fé 1075
que sempre comvosqo tive?
ou de que? d'alma que vive
por vossa, honde quer que estêe?
Dizee[1], mjnjna, por que
tam vossos olhos quebrais? 1080
nam volos referto mais.

XVIII

Estança

tirada d'ũa sua Tragedia,
intitulada *Cleopatra*
que anda assi por fóra.

Amor e[2] Fortuna são
dous deoses que hos antigos
ambos hos pintaram çegos.
Ambos nam seguem rezão, 1085
ambos hos mores amjgos
poem em mais desassessegos.
Ambos sam sem piedade
ambos se passam, sem tino,
do querer ôo nam-querer.
Ambos nam tratam verdade:
Amor he çego e mjnjno
Fortuna, çega e molher.

f.

[1] dizêe.

[2] *y*, emendado; o último braço do *e* foi prolongado para cima, de sorte que parece ser *et*.

XVI

Apêndice ao Capitulo IX

Conforme prometi, transcrevo: I) as estrofes *amebeias* cantadas pelos pastores Antão e João, que personificam Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda; II) as quadras improvisadas pelo zagal Alexo, endoidecido de amor, pondo todavia de parte a conversa dos outros pastores que escutam.

I). Para texto basilar escolhi o que fôra enviado ao Príncipe D. João, reproduzindo as estrofes uma a uma a fim de facilitar o confronto. Junto-lhe as variantes de *E* e *F; A* e *B; N* e *J*[1]; e transcrevo no fim as partes que nesse derradeiro e melhor dos manuscritos subsistentes se distanciam sensivelmente.

É notavel que só as primeiras cinco estrofes [sete em *J*] sejam de *leixa-prem,* o que é contra as regras de arte; uma fica sem réplica; e nessa, falta o quebrado que nas outras vai entreposto entre as duas metades — irregularidades que talvez se devam atribuir à falta de experiência ou rotina do Poeta no tempo em que, entre 1526 e 1534, compunha o *Alexo,* sua Égloga Primeira, e como enfeite particular dela as suas primeiras tentativas ao modo estrangeiro.

1. Antão começa, como se Ribeiro fosse:

Amor burlando va, muerto me dexa;
tiene de que por cierto; a su merced
como de señor vine: agora ved
si es justa su razon, si la mi quexa!

---

[1] As de *E* que, como *F*, deriva directamente do original de *D*, são, na sua maior parte, meras alterações dum copista, descuidado de modo tal que bastas vezes deturpou o metro e o sentido.

Y lo que más me aquexa 5
que estás leda, gozosa y aun plaziente,
y aun ufana. Que es esto? El que venció
luchando, pierde? gana el que cayo?
Ciego y cruel Amor que tal consiente!

Variantes: (3) *F* como de amor viene — (4) *A* quanta de razon tengo en la mi quexa (*inteiro,* e não quebrado).— (5–9) *A N J* são iguaes no essencial.

Cada ora más se alexa
de mi, mucho cruel; quien me desmiente?
Ah que lo saben todos: quien ganó
el precio de la lucha, esse perdió!
Enemigo señor que tal consiente!

B afasta-se pouco (de *D*) nos versos 5 a 7, conquanto altere o género dos qualificativos:

Y lo que más me aquexa
Que está ledo, gozoso y aplaziente
Y aun ufano.

No verso 9 (e 10) concorda com *A N J.* — *E F* tem *Ciego y cruel señor que tal consiente.*

2. João Pastor replica:

Ciego y cruel Amor que tal consiente! 10
y ado la razon buena y la verdad?
De-hoy-más traia la noche claridad!
el sol venga a nacer de hacia poniente!
Con un mozo un valiente
y buen pastor cantaba en cuenta estrecha 15
del canto, y la su voz blanda entonaba;
dió-se el precio al mochacho que asilbaba.
Ved Razon ante Amor, de que aprovecha?

(11) *A B J N* mas antes favoresce tal maldad. — Na primeira redacção de *N* havia *tanta desigualdad* — (12) *A B J N* todo se rige por la voluntad — (13) *J N* si esto

alguna ora fue, es lo al presente — *A B* y si esto fue alguna ora, es al presente — (14–15) *A B J N:*

un pastor inocente
la sampoña tañia en regla estrecha.

Em *N* o poeta começara a escrever *za[gal]*, por lapso — (16–17) *A B:*

del cierto y buen tañer y assi cantaba;
plugo más un zagal que alto silbaba.

J N:

del tañer affinado, y ansi cantaba;
plugo más un zagal que ende silbaba.

E F afastam-se de *D* apenas pela variante *silbaba* — (18 e 19) *E* tem (mal, como de costume) Ved razon entre amor que aprovecha — *J N* quanto aprovecha.

3. Antão recomeça:

Ved Razon ante Amor de que aprovecha!
Un ciego, un sospechoso, un voluntario, 20
al mayor servidor mayor contrario,
antojadizo, lleno de sospecha
este porque coecha,
por atrevido estotro y mal mirado,
aquel por no sé que, veislo adelante. 25
Quien se pone a pensar que no se encante?
Sin ventura que hará quien lo ha provado?

(20) *A J N* moçuelo antojadizo y voluntario — (22) *A* volando acá y allá siempre en sospecha — *N J* turbado y siempre lleno de sospecha. — A primeira lição inscrita em *N* fôra *bolando todo lleno de sospecha* — (23) *A N J* uno porque coecha — (24) *A N J* otro por atrevido y mal criado — (25) *A* Otro por no sé qué, quien lo adivina? (26) *A N J* quien lo piensa enloquece y se esmagina — *B*, fiel a *D*, tem só dois retoques: (26) *otro por*, e (27) *no se espante*.

4. Juan Pastor responde:

Sin ventura que hará quien lo ha probado
y lo prueba cada ora? Oh suerte fiera
que biva en el cuerpo dotren y en el suyo muera, 30
de otren cuidoso, de si descuidado!
Todo me han trastornado,
ante de los mis dias viejo y cano.
No dexó en su ser cosa este accidente,
y pienso enternecer una serpiente 35
llamando noche y dia un nombre en vano?

5. Anton ainda não deixa o tema.

Llamando noche y dia un nombre en vano,
con ansia tanta de las mis entrañas,
antes enterneci las alimañas,
passando d'ellas seguro cercano. 40
Ya ya que alzó la mano
zagala hermosa pero fementida
en tantas partes que estos ojos fieres
más ingrata mujer de las mujeres,
quien todo lo llevó lleve la vida! 45

Fica todavia sem a devida resposta de João Pastor.

Nestas duas estrofes, e daí em diante, as divergências são consideráveis.

B conserva também o teor de *D* com leves alterações, *E F* concordam com *D*.

(29) estraña suerte — (30) puede aver quien assi corra a la muerte — (31) cuydoso d'otro, y de si descuydado — (33) antes — (34) No dexa — (35) pudiera — (38) fue tanta el ansia — (39) que enternecidas vilas a. — (40) y cercano — (41–43) Y solo fue liviano (*sic*). Aquella fiera humana y fementida, A quien Amor ha dado sus poderes.

A J N contraem, pelo contrário, ambas as estrofes numa única, atribuída a Juan Pastor. Começando quási como *B*, ela diz:

Sin ventura que hará quien lo ha provado?
y lo prueva cada hora (1) — (estraña suerte)?!

Puede (2) aver quien assi corra á la muerte,
dotro (3) cuidoso, de si descuidado?
Amor cruel te ha dado
(zagala hermosa, pero fementida)
enteramente todos sus poderes,
más ingrata muger de las mugeres.
Quien el alma llevó, lleve la vida.

Na impressão de 1595: — (1) *N* cadora — (2) *N J* pudo — (3) *J* de otro — *N* dotre.

Os papéis dos dois pastores ficam invertidos daí em diante. Em *D B E F* é naturalmente Juan Pastor quem canta:

6.

Dime, zagala, como puedes ver
el sol que has perjurado, y las estrellas,
de dia viendo a el, de noche a ellas?
quando puedes dormir? quando comer?
Que cuidas al tremer 50
de tierra como hogaño? o si arde el cielo?
piensas que es burla? o que? No pienses tal!
que si fue vano un raio, otro hizo mal,
y donde el no cayó, caye el recelo.

Em *A N* é Anton. — (46) *A B N* y como puedes — (47) *A* el sol en paz, en quien juraste, y estrellas? — *N* el sol en paz? y como las estrellas? — *B E* el sol por que has jurado? y las estrellas? — *F* el sol que has perjurado y las estrellas? — (48) *N* viendolo a el — (49) *A N* como puedes dormir? como comer? — (50) *A B N* que piensas — *A* si arde — (52) *N* juego — (53) *N B* que si un rayo fue vano — (54) y adonde no caye el, caye el recelo.

7.

Aquellos ojos tuyos que al passar 55
no sé lo que callados me dezian,
aquellos ojos que el alma embaían,
un tiempo a mi plazer, otro al pesar;

el blando murmurar
con las amigas, mudar la color 60
una y aun otra vez en un momento,
todo has soltado, olvidadiza, al viento!
Y bives. Muero yo. Sufre-lo Amor.

(56) *A B E N* callando — (57) *N* esta triste alma; e em primeira redacção *la mi alma,* como *B* — *E* el alma mia — (58) *B N:*

un tiempo a mi plazer, otro a pesar,
el dulce murmurar
con la tu compañia y de color
mudarte a cada passo en un momento

N:

mil vezes trastrocarte en un momento.

(62) *A N* todo soltaste — *B* soltaste todo.

8.

Hasta quando seré tan ciego yo? hasta
quando tan sin-razon y sin-sentido? 65
(y) el tiempo y la razon piden olvido;
Amor solo no quiere, y solo él basta.
Que ceguedad tan basta!
Viendo tan claramente lo mejor
tomé a la mano ezquierda, y esa sigo, 70
los oidos cerrando al buen castigo,
de amor desengañado y desamor.

(64) *A N* loco — (65) *A N F* sin juizio — *N* y buen sentido — (66) *A B E F N* el tiempo — *A* solo él basta — (68-70) *A B:*

Quien assi me contrasta
que viendo claramente lo mas cierto
tomo el camino aviesso y esse sigo?

N:

Que niebla esta tan basta
entre el triste de mi se pone y el puerto
que viendo lo mejor lo pior sigo?

Cfr. *J.*—(71) *A N* tambien oydos cerrando al castigo—*B* los oidos tambien cierro al castigo—*E F* los oidos cerrados al buen castigo—*A B N* con mis cuidados vanos de concierto.

9.

Zagala, altiva con los tus poderes,
qual fue nunca el señor tan fiero y bravo
que nunca tal dixese: «eres mi esclavo, 75
yo no soy tu señor, ni sé quien te eres?»
Parecen las mugeres
más piedosas.—Di, sobervia es esta
que se pueda sufrir tan desigual?
no basta tanto agravio? y tanto mal? 80
mas tal (aun sobretodo) la respuesta?

(73–76) *N:*

Ya sé que has de hazer quanto quisieres;
pero dí: que señor nunca tan bravo
fue que dixiesse tal «eras mi esclavo,
yo no tu señor, no, no sé quien eres.

A B:

Mas dexadas un poco las peleas,
dí-me qual señor fue nunca tan bravo
que tal dixese «enfin eres mi esclavo,

[*B:*

qual que dixesse ansi «eres mi esclavo],
yo no soy tu señor, ni sé quien seas»

(77–81) *N:*

Fiaste en tus poderes,
ufano y disigoal; sobervia es esta
que se pueda sufrir con paciencia?
no basta tanto mal? no la inocencia?
mas al cabo, enfin fin, tal la respuesta.

retoque da redacção *ay que respuesta!*

A B:

A palabras tan feas
te trae el tu rancor? sobervia es esta
que se pueda sufrir en dicho ó en hecho?
a que somos venidos, tiempo estrecho?
assaz bastaba el mal sin la respuesta!

10.

Quando luego te vi, vi te piedosa;
despues por te querer y te adorar
supitamente te senti mudar.
Que es esto? es bien amar tan mala cosa? 85
quien es que amar osa?
Ora se vaya el carro ante los bueis!
vengan los pexes poblar los currales!
pazca el ganado los rios cabdales!
Oido havia Amor d'estas tus leis. 90

(83) *N* yendo adelante sin mas lo pensar; e em primeira redacção *por mi amor sin par* — *A B* por te adorar — (84) *A B* subitamente — (85) *N A E* bien querer — *B* querer bien — (86) Falta em *N.* — *A B* Ay vida dolorosa — (87) *B* bueyes — (88) *N* los pexes a pascer vayan-se al prado — *A* los peces a pacer los montes vayan — *B* los peces retozar vengan al prado — (89) *N* labren millanos, buele el ganado; em primeira redacção *labren las aves* — *A* los ganados cubiertos d'agua vayan — *B* a los rios pacer vaya el ganado — (90) *B* Ohi ohi d'Amor estas sus leyes — *E F* estas tus leis.

No *Cancioneiro de Juromenha* as cinco estrofes (5–10) são substituídas por quatro oitavas à castelhana, as quais contudo vão à frente, antes de *Amor burlando va* (1–5). Todas são de *leixa-prem*. Além delas há outra, final, sôlta, de nove versos. Nas idéias e em algumas locuções há reminiscências das redacções já transcritas; sobretudo dos versos 70 e 87–90.

ANTÃO. Traspuso-[se?] huyendo mi alegria
bien como un breve sueño sin sentido.
El tiempo y la razon piden olvido;
y no se parte amor d'esta alma mia.
Zagala, aunque estés toda embevida
en amar un zagal que bien ha luchado,
pero que yo ansi soy desechado,
tu siempre eres mi muerte, tu la vida.

JOAN. Tu siempre eres mi muerte, tu la vida,
que ansi lo quiso amor, y no razon.
Lo que hazer deviera el corazon
en viendo que te ve, luego se olvida.
Zagala, bien que el tormento se agrave,
a tuerto otro zagal viendo delante,
no porque mejor baile o mejor cante,
tu la mi prision eres, tu la llave.

ANTÃO. Tu la mi prision eres, tu la llave,
tu la mi tempestad, tu el mi abrigo.
Lo que es mejor viendo, el peor sigo.
qual es el pecho en que tal erro cabe?
qual es el animal que a la su muerte
y al su daño no huya al más correr?
Yo corro tras el mio! y puede ser
desdicha tan estraña y mala suerte?

JOAN. Desdicha tan estraña y mala suerte!
a quien te sigue huyes. y siguiendo
a quien te huye vas; aqui atiendo;
no seré en mi mal tan firme y fuerte.
Ansi vaya el carro ante los bueis,
y los peces vengan pacer al prado!
a los rios y al mar corra el ganado!
Oido havia Amor d'estas tus leis.

Em vez de *ganado* ha *pescado* no manuscrito, com êrro evidente.

Eis a última estância:

ANTON. Con el tiempo perdi lo que se deve
a servir luengo con tan buena fé.
Quien te dirá el porque del sin porqué?
quien terná que no fuya el viento leve?

Hoymas la blanca nieve
se buelva como pez, que no peleo!
que al medio-dia aqui nos anochezca,
por estraño que sea, no os parezca,
que quanto no pensaba agora veo.

Essa refundição parece-me superior às antecedentes; mas não em tudo.

A *Canção do Velho,* entoada por João Pastor [1], — outro *Intermezzo* lírico da Égloga, — não tem variantes tam incisivas que valha a pena apresentá-las aqui. Prefiro dar o Índice das *estâncias* que transcrevi:

Amor burlando va, muerto me dexa (*D E F A B; N* 1 — *J* 5)
Aquellos ojos tuyos que al pesar (*D E F B* 7 — *A N* 6)
Ciego y cruel Amor que tal consiente (*D E F* 2). — Vid. *Enemigo.*
Con el tiempo perdi lo que se deve (*J* 9)
Desdicha tan estraña y mala suerte (*J* 4)
Di-me, zagala, y como puedes ver (*D E F B* 6 — *A N* 5)
Enemigo señor que tal consiente (*A B N* 2 — *J* 6)
Hasta quando seré tan loco yo? hasta (*D E F B* 8 — *A N* 7)
Llamando noche y dia un nombre en vano (*D E F B* 5)
Mas dexadas un poco las peleas (*A* 8 — *B* 9)
Quando luego te vi, vi te piedosa (*D E F B* 10 — *A N* 9)
Sin ventura que hará quien lo ha provado (*D E F B A N* 4 — *J* 8)
Traspuso huyendo mi alegria (*J* 1)
Tu la mi prisión eres, tu la llave (*J* 3)
Tu siempre eres mi muerte, tu mi vida (*J* 2)
Ved razon ante amor que aprovecha (*D E F; A N* 3 — *J* 3)
Ya sé que has de fazer quanto quisieres (*N* 8). — Vid. *Zagala.*
Zagala altiva, con los tus poderes (*D* 9)

---

[1] Vid. *Poesias* 102, 726–757 *v* = v. 602–633 de *N*. Em todos os manuscritos ela compõe-se de quatro estrofes — *estâncias ao modo italiano* — as primeiras em Portugal: 1.ª Los manjares de Amor son corazones, em *D A B E F* — Los guisados d'amor, em *N* — Mantiense de los tristes corazones, em *J*. — 2.ª No veis que va desnudo? — 3.ª Y tu que enfingimiento es este tuyo. — 4.ª No os pongan miedo sus espantos vanos. — As últimas duas invertidas em *J* (*Poesias*, p. 701).

*

II. Quadras improvisadas por Alexo. Na edição de *D*, elas são seis:

1. Los mis desseos sandios
que adrede a su mal se dieron!
Para vós, que nunca vieron
guardan estos ojos mios.
2. Este mi mal tan estraño,
si os viesse, aunque mayor,
nunca seria dolor,
por mucho que fuese el daño.
3. A todas partes, pensando
verte, miro — y no te veo;
si no muere este desseo
morir-me-he yo desseando.
4. El mi corazon liviano
fueseme, no sé tras quien;
van buscando el su bien
trás él los ojos en vano.
5. Aquel cuidado, por medio
que el mi corazon abrió,
de quantos males me dió
no me dió solo un remedio.
6. Por un bosque tan sombrio
y puertos tan mal seguros,
entre enemigos tan duros
que descuido es este mio.

O texto da impressão de 1595 não se afasta muito dessa redacção. Quatro quadras são iguais na essência, embora alteradas na ordem e no teor. A 1.ª de *D* falta. À 2.ª corresponde:

Engaña-me el mal estraño!
pensé coitado que os veia;
mas bien, que no mal seria
a durar solo el engaño (*A* 1).

Seguem-se *D* 3 a 6: A toda parte pensando — El m corazon mal-sano — Aquel gran golpe por medio — Por el bosque tan sombrio.—A última, nova, tem o teor seguinte:

Que la mi alma se vea
en tal aprieto y fatiga!
Pues la Ventura inimiga,
pues Amor quiere, ansi sea!

E concorda, na seqüência e na letra, afastando-se de *D* apenas em miudezas insignificantes, conforme deixei dito nas *Poesias* (p. 146). Em *F* há uma quadra a mais. Entre 4 e 5, a derradeira de *A*, com a variante *en tanta cuita y fatiga,* e no fim a que diz:

Sea pues lo que se fuere,
corazon mio engañado,
que este sobervio cuidado
todo lo que quiere quiere.

No caderno-borrão há igualmente sete. A primeira é substituinte de *D* 2 e *D* 3.

Mal aya un mal tan estraño!
pienso veros, nunqua os veo.
Quanto que devo al desseo,
y quan poqo al desengaño!

(ou, em lição mais antiga, *ay que desseo y engaño*).

Continua com *El mi coraçon malsano* (correspondente a *D* 4 e *A* 3, mas com a variante *mis locos ojos en vano*), *Aquel gran golpe* (*D* 5, *A* 4); *Que la mi alma se vea* (*A* 6). Depois vem a quadra ingénua, reescrita três ou quatro vezes, de que já me ocupei mais acima, *Estos mis ojos sandios;* e finalmente a nova:

Consejos no me convienen
con mis vanos piensamientos (*sic*)
unos se van con los vientos,
otros con ellos se vienen.

J não se destaca com traços particulares. Igual em algumas quadras a *D A,* cinge-se em três a *N,* cujos últimos retoques altera ainda. Quanto à ordem, a 1.ª, 2.ª, 4.ª e 7.ª corresponde à 3.ª, 4.ª, 5.ª e 2.ª de *D;* a 3.ª, 5.ª e 6.ª à 1.ª, 6.ª [1] e 7.ª de *N.* Entre as variantes cumpre notar *Remedios no se convienen A tan vanos pensamientos.*

B, pelo contrário, apresenta divergências muito dignas de consideração: em lugar de 6 ou 7 quadras tem 10, porque entreteceu as substituintes na conversa dos pastores que escutam [2]. Outrora julguei que se tratava de meras variantes do cartapácio de Salvaterra, com os seus *vel vel* marginais. Hoje penso que o original seria uma refundição ofertada, avulsa, a qualquer amigo.

1. Engañó-me el mal estraño (*A* 1)
2. Los mis desseos sandios (*D F* 1)
3. Que remedios se convienen (*J* 7 — *N* 6)
   a tan varios pensamientos
4. A todas partes pensando (*D F* 3)
5. El mi coraçon liviano (*D* 4; 3 este su bien)
6. Este mi mal tan estraño (*D* 2)
   esta mi cuyta, si os viesse
   no puede ser que doliesse,
   por mucho que fuesse el daño.
7. Que la mi vida se vea (*A* 6 — *F* 5)
   en tanta cuyta y fatiga (*N* 4)
8. Por un bosque tan sombrio (*D* 6 — *A* 5)
   por puertos tan mal seguros.
9. Sea pues lo que se fuere (*F* 5)
10. Aquel cuidado que en medio (*D* 5 — *A* 4)
    de mi pecho el alma abrió.

---

[1] Aunque nunca fueron buenos
Estos mis ojos sandios,
Otros eran quando mios,
Otros quando son agenos.

[2] Esta tem também três quadras a mais.

Eis o sumário alfabético de todas:

A toda parte pensando (*A* 2)
A todas partes (*D E F* 3 — *A* 2 — *J* 1 — *B* 4)
Aquel cuidado por medio (*D E* 5 — *F* 6)
Aquel cuidado que en medio (*B* 10)
Aquel gran golpe por medio (*A J* 4 — *N* 3)
Aunque nunca fueran buenos (*J* 5. — Cfr. *Estos ojos*).
Consejos no me convienen (*N* 7. — Cfr. *Remedios* e *Que remedios*)
El mi corazon liviano (*D E F* 4 — *B* 5)
El mi corazon mal sano (*A* 3 — *J N* 2)
Engaña-me el mal estrano (*A* 1)
Engañó-me el mal estraño (*B* 1)
Este mi mal tan estraño (*D E F* 2 — *B* 6 — *J* 7)
Estos ojos tan sandios (*N* 6)
Los mios desseos sandios (*D E F* 1 — *B* 2)
Mal aya un mal tan estraño (*N* 1 — *J* 3)
Por estos bosques sombrios (*N* 5)
Por un bosque tan sombrio (*D E* 6 — *A* 5 — *B* 8)
Que la mi alma se vea (*A* 6 — *N* 4)
Que la mi vida se vea (*F* 5 — *B* 7)
Que remedios se convienen (*B* 3)
Remedios no se convienen (*J* 6)
Sea pues lo que se fuere (*F* 7 — *B* 9)
Sean me todos testigos (*N* 6)

XVII

Algumas Anotações aos Textos

1. D. *Alexo.* — O nome pastoril não é anagrama (como *Narbindel, Bimnarder*), nem criptónomo transparente (como *Crisfal, Franco de Sandovir*), nem forma masculinizada do nome da mulher querida (como *Jano,* amador de *Joana-Aónia*), nem alcunha significativa (como *Amador, Silvestre,* etc.). Miranda não se cingiu portanto a nenhum dos processos internacionais, pomposamente crismados de cabalísticos, empregados por Bernardim Ribeiro nos seus cinco Idílios e na *Menina e moça.* É um simples nome-

próprio greco-latino tirado das *Bucólicas* do Mantuano e do Siciliano (como *Tirse, Melibeu, Coridon, Palemo(n,) Ergasto, Alfesibeo,* etc.), já utilizado de mais a mais por um precursor nacional, como logo mostrarei. Nos versos 349 e 350 Miranda tenta nacionalizá-lo. Ouvindo ao longe os gritos aflitivos do velho Sancho que chama *Alexo! Alexo!*, o zagal pregunta a si próprio:

> Si es quiçá que si me *alexo*
> que *lexos* me irá mejor?

ou, na redacção enviada ao Príncipe D. João:

> Si es quiçá que si me *alexo*
> de aqui, que me irá mejor?

E visto que *Alexo* personifica Miranda, pode ser haja aí uma pontinha de simbolismo — alusão à sua fugida ao ermo, já mentalmente decidida, depois das experiências feitas, durante a estada de D. João III com a sua côrte em Coimbra, em 1527. Vid. *Poesias,* n.os 106 e 111.

O nome *Alexis* (Ἄλεξις) provêm da Égloga II de Vergilio (e da VII). O tema de *Formosum pastor Corydon ardebat Alexim* é a paixão juvenil não correspondida de Corydon pelo fermoso Alexo (VII, 55, *formosus Alexis*); imitação da XXIII de Teócrito (*Erastes*). Na curiosa transposição política de Juan del Encina, o nome do pastor foi obliterado: o próprio trovador é o amante; o amado, el-rei D. Fernando. Miranda conhecia e aproveitou ambos os autores, e provávelmente também o tradutor castelhano. Se o Mantuano lhe proporcionou o nome *Alexo,* e traços para a demência do apaixonado, o grande poeta do Etna inspirou-lhe o canto *amebeu* e os epitáfios poéticos doutros moços infelizes, doidos e mortos de amor, como o seu *Andrés* e o seu *Diego* (*Poesias,* n.os 111 e 113). O verdadeiro entrecho, a urdidura do *Alexo* está todavia no

Idílio XIII, denominado *Hylas,* em que Teócrito épicamente narra um episódio da lenda de Hércules.

O semi-deus, protótipo da fôrça máscula, originàriamente divindade solar, enamora-se da ideal beleza primaveril do rapaz Hilas (*Hylas puer*). Rouba-o (como Júpiter a Ganimedes), educa-lhe a alma e o corpo, e associa-o a todas as suas expedições. Na argonáutica, manda-o, na costa da Mísia, buscar água. O côro das Ninfas aquáticas arrebata-o —*Naiadumque tener crimine raptus Hylas*— (Ovídio. *Ars Amandi*). Hércules, que não o vê voltar, percorre desesperado montes e vales, gritando o seu nome *ut litus Hyla Hyla omne sonaret* (Vergílio. Ecl. VI, 43), scena que os habitantes de Quios renovavam religiosamente todos os anos. Hilas, que bem ouvira os gritos, não pode responder: a água abafa a sua voz.

O zagal *Alexo* (ou antes donzel, nobre), criado e educado pelo velho Sancho, é encantado por uma Ninfa. Desesperado, o velho percorre montes e vales gritando *Alexo, Alexo*. Êste ouve também a voz do velho, mas só entre sonhos, e não responde.

É possível que Miranda, afeito a estudos de filosofia, conhecesse a interpretação alegórica do mito, pelos neo-platónicos, contida no tratado *De Anima,* de Plotino. A alma, dualística ou *anfíbia* como então diziam, espiritual e material, tende, pela lei da gravitação, a transmudar-se da morada celeste à terrestre, atraída pela água, nunca quieta, em movimento constante, símbolo do *devir*. Presa por ela, concretizada, a alma de Hylas não mais pôde acompanhar o seu guia e mestre paternal, Héracles, às regiões solares.

Em todo o caso não a aproveitou, cônscio de que as novidades técnicas e artísticas que ia introduzindo eram mais que suficientes para assombrar os palacianos, ainda assim muito mais afectos às *Trovas* tantas vezes banais e dessoradas do *Cancioneiro* de Resende e às *Farças* e *Representações* tantas vezes rudes do genial mas indisci-

plinado Gil Vicente, embora êles já houvessem escutado e aplaudido os novos acentos pastoris de Ribeiro. Passageiramente.

Claro que, como verdadeiro poeta, Miranda se serviu com liberdade do mito clássico, consagrado por mais de um poeta. A trama do Auto pastoril é obra dêle: os ornatos e recamos, os pensamentos e sentimentos de que o satura, são outras tantas referências a acontecimentos interiores e exteriores da sua vida, e da de amigos e inimigos. Poetizados, bem se vê. Enganam-se os que procuram, nesta e nas outras Églogas do poeta, nada mais do que relatos e retratos, inalterados, do natural — tam fiéis que a crítica os possa utilizar como documentos biográficos.

2. *Epístola Dedicatória.* — As Oitavas à italiana, de que ela consta, compostas entre a primavera de 1553 e o verão de 1555, cinco na redacção do caderno autógrafo, seis na refundição impressa em 1614 e 1885 (conforme expliquei na *Introdução,* Capítulo X), não são nenhum primor de elegância, clareza e inspiração lírica. Mera obra de ocasião, despretenciosa, escrita quando o espírito do Poeta ainda andava envolvido «em névoa grossa», pela perda do filho (e porventura pelo falecimento do Príncipe), elas versam sôbre cousas íntimas, familiais, compreensíveis e caras só ao Destinatário.

3. *António Pereira Marramaque, 6.º Senhor dos Coutos do Lamegal e Lumiares, e 5.º Senhor de Cabeceiras de Basto.* — A respeito dêste, e do irmão Nuno Álvarez, amigos íntimos e vizinhos do Poeta, que os contemplou com quatro das suas melhores criações: — as *Églogas Alexo* (*Poesias,* n.os 102 e 145), *Nemoroso* (n.º 115), *Basto* (n.os 103 e 116), e a *Carta Moral V* (n.º 108) —, urioso encontra informações valiosas, muito mais com-

pletas e exactas do que as que publiquei em 1885 (*Poesias*, pp. 773, 798, 805, 896), num artigo de combate de A. Braamcamp Freire, intitulado *O Marramaque*. Vid. *Crítica e História*, Lisboa 1910, pp. 181–212. Juntando aos factos aí documentados alguns materiais históricos e linguísticos que fui recolhendo pouco a pouco, com destino para a 2.ª edição das *Poesias*, condensei em outro artigo, de título igual, os tópicos que o leitor precisa conhecer. Vid. *Archivo Histórico Português*, vol. XIII.

4. V. 1–2. — O *Alexo* é aqui claramente designado como primeiro Auto pastoril de Miranda e primeira Égloga de arte em Portugal — primeiro drama bucólico, sem partes narrativas (como as que caracterizam os formosíssimos Idílios de Bernardim Ribeiro e o *Crisfal*), e engalanado com *versos estrangeiros — estâncias ao modo italiano*, estrofes trazidas *de estraña parte, de lexos parte, de fóra parte* — como êle mesmo explica, chamando-os até *roubos*, com excessiva modéstia.

Quanto à data da elaboração originária, apenas é certo ser posterior ao seu regresso da Itália, onde se penetrara da excelência tanto da *comédia togata em prosa*, como do metro hendecassilábico, e em especial da formosura do género bucólico, tal como foi cultivado por Jacopo Sannazzaro, que entregou aos pastores da sua *Arcádia* (1504) a *zampoña* de Teócrito e Vergílio. Certo também que é anterior às relações que Miranda travou com a Musa de Garcilaso de la Vega, muito embora não se tivesse resolvido a sacar à luz a sua tentativa a fim de submetê-la à crítica dos cortesãos, senão depois de haver lido a admirável estreia bucólica do cisne de Toledo — a Égloga I de *Nemoroso e Salicio* — num manuscrito adquirido pelo próprio António Pereira. Assim o diz na Epístola-Canção de homenagem ao amigo generoso, que serve de prólogo à glorificação do Castelhano, à qual de propósito deu,

sincero e grato, o mesmo título de *Nemoroso* (*e Salicio*). Depois de se referir à oferta das Obras de Garcilaso continua:

> Luego Alexo que tanto al bosque se escondia
> Perdido el miedo, acometió la gente.

e, com respeito aos anos anteriores:

> No me atrevia a tanto que el son que me aplazia
> Por mi aplazer fiziesse a nuestra gente...
> Aqui cabe esta fuente jogaba solo el juego.
>
> (*Poesias*, p. 352).

Para determinar com segurança a data dêstes acontecimentos, importantes para as letras portuguesas, esperemos pelo vol. XIV da *Antologia,* relativo a Garcilaso, que Menéndez y Pelayo tem no prelo. Em 1885 indiquei 1532 como data provável da representação; e não tive até hoje motivos para mudar de opinião.

5. V. 3.—*Sampoña,* no ms. *J zampoña,* nome castelhano e italiano da flauta pastoril (*Schalmei, Hirtenflöte*); do grego-latim *sinfonia.* Figuradamente: poesia e música pastoril. Vid. *Poesias,* 112, 147. Em Portugal *sanfona* denomina outro instrumento, vulgar e antigo, de música: espécie de alaúde com cordas de tripa, friccionadas por uma roda, posta em movimento por uma manivela (*Leiergeige*); *sanfonina* (masc.), o que toca êsse instrumento; em regra, um cego. Para o sentido castelhano os poetas bucólicos de cá servem-se de *sanfonha.* Sobretudo F. Rodríguez Lobo.

6. V. 4.—A residência dos amigos nos territórios de Cabeceiras de Basto, a casa da Taipa, celebrada por Sá de Miranda com carinhosa amizade, fôra o *pôrto principal* a que haviam arribado, a cabana abrigadora onde, fugindo

do tempo importuno, os pastores nacionais se haviam recolhido (e salvo êrro, também alguns castelhanos), transformando em *Arcádia* portuguesa a amena região de Entre-Douro-e-Minho.

7. V. 5. — Os rapazes que em 1554 ou 1555 representaram na casa da Taipa ou viram representar nela a refundição do *Alexo* deviam ser, além de Jerónimo de Sá, vizinhos e amigos: como os Machados, de Castro; Azevedos, de S. João e Bouro; Limas, de Vila Nova de Cerveira; Abreus, de Pico de Regalados; Cunhas, de Celorico de Basto; Sás e Meneses, da Foz, Matozinhos e Pôrto; Sotomaiores, de Salvaterra; etc., etc. — Vid. *Brasões de Cintra*, II, 303–4; *Critica e Historia*, p. 198.

8. V. 6. — No autógrafo está literalmente *del conde don E mũdo, el memorial*. Não entendi logo à primeira vista. Só depois de conhecer *O Marramaque* de A. Braamcamp Freire interpretei afoitamente *del Conde Don Emundo el memorial*, referindo a alusão ao Conde de Cambridge, posteriormente Duque de York, que, em cumprimento de convenções entre a coroa inglesa e a portuguesa (1373 e 1380), veio, em nome de Ricardo II (1377–99), em 1381 auxiliar-elrei D. Fernando contra Castela, com 600 homens de armas e 400 frecheiros (2:000 por junto, segundo os historiadores peninsulares). Isto é: *Mossé Aymon, Haymon Heymon; de Cantabrígia* (o *Conte de Cantebruge*, de Froissart); filho de Eduardo III (1327–77), irmão do Príncipe Negro, e de João de Gaunt, aquele Duque de Lencastre que em 1387 entreveio, a pedido de D. João I, com a mesma voz e demanda.

Não descobri alusão alguma a feitos ou façanhas de qualquer Pereira (dos do Lamegal e Basto) nos Cronistas que narram os desposórios simbólicos do filhinho do Conde D. Edmundo com a filha única de D. Fernando e Leonor

Telles de Meneses — êsses noivos, efémeros, de seis a sete anos; a pilhagem da soldadesca infrene do príncipe, e a inconstância doentia do reinante português, que fez as pazes com o adversário e tratou doutro casamento (castelhano) da pequenina D. Beatriz, sem se importar com o «fiel aliado» e o desposado D. Duarte.

De pouca importância para a nação e para os reinantes, os sucessos que motivaram o *Memorial* podiam ainda assim ser gloriosos para a linhagem dos Marramaques.

Com respeito a D. Edmundo as únicas fontes que pude consultar são: Rymer, *Foedera,* VII, pp. 16 e 263; Santarêm, *Quadro Elementar,* XIV, pp. 67, 68, 71, 73; Figanière, *Manuscritos,* p. 56; Froissart, *Chroniques,* III, cap. XXIX; Fernam López, *Crónica de D. Fernando,* cap. CXVI, CXXVIII–CXXX, CXLVII, CLIII–CLVI, CLXII–CLXV (sobretudo CXXX); *Crónica de D. João I,* parte II, cap. LXXXVIII; *Crónica de D. Juan Primero,* Año 1381, cap. III–V e Año 1382, cap. II e sgs.; Conde de Villafranca, *D. João I e a Alliança Ingleza,* pp. 59, 61, 68, 107, 111, 171; Oliveira Martins, *Nunalvarez Pereira, O fim da dinastia,* cap. II.

Suponho que os pontos essenciais do *Memorial,* guardado no arquivo da Casa da Taipa, passariam às Notas genealógicas de António Pereira, João Rodríguez de Sá e Meneses, Damião de Góis e D. António de Lima. Oxalá as últimas duas venham à luz qualquer dia!

9. V. 7–8. — Nos dois decénios que decorreram desde a criação e primeira representação do *Alexo* na côrte de D. João III (à sombra do Conde da Castanheira?) até a enscenação na residência dos Pereiras, o número dos adeptos da Escola nova havia aumentado consideràvelmente. Os que não podiam visitar pessoalmente o *maioral,* como Diogo Bernárdez, enviavam-lhe as suas tentativas. Por exemplo: D. Manuel de Portugal, Francisco de Sá e Meneses, Pedro de Andrade Caminha, Jorge de Montemor.

Com relação à qualidade, baste lembrar as obras-primas, dedicadas por Luís de Camões ao falecimento prematuro do Príncipe D. João e ao desastre africano, em que pereceu, com os outros trezentos moços-fidalgos, D. António de Noronha, seu pupilo.

10. V. 9. — *El vuestro Alexo.* — Na Dedicatória do *Nemoroso*, os seis interlocutores são também chamados *vuestros pastores*. Outras vezes Miranda diz *meus pastores*. Entendo: a Égloga que agora vos dedico, e que vos pertence desde o dia em que a protegestes, sem receio, quando os trechos relativos a Bernardim Ribeiro provocaram o antagonismo dum poderoso, em desfavor do qual os palacianos os interpretaram. (Vid. Scena V). O convite do Senhor de Cabeceiras de Basto levaria então o Poeta, resolvido ou mesmo obrigado a afastar-se da côrte, a refugiar-se nas terras do Minho, e não nas que possuía na região conimbricense (na sua comenda de S. Julião de Moronho). Suspeito que com Miranda iria Bernardim Ribeiro, profundamente abalado pela derradeira afronta que sofrera; e também pelo desgôsto de haver atraído o raio da desgraça sôbre o amigo — «como quem os dados lança».

11. V. 9–10. — *Alexo muere-se de amores y no sabe de quien* — ou *Entrar-se-ha aqui un zagal muerto de amores Sin que el lo sepa bien* (em *J* e *B*). — A proverbial paixão amorosa dos Portugueses que «morrem de puro amor», segundo a doce-amarga ironia do epigrama castelhano, ou enloquecem de amor, como acontecera a *Jano*, a *Diego*, *Andrés* e *Alexo*, eis o tema da primeira Égloga de arte em Portugal. (Cfr. p. 45, nota).

12. V. 11. — *A más aconteçio que a los pastores.* — Creio que o poeta pensa no assunto mitológico que resus-

cita, na figura heróica de Hercules, mas também nos seus próprios amores juvenis. Na *Carta* a Jorge de Montemor confessara, pouco antes de redigir a *Epistola:*

tras el ciego
niño que vuela perdi el tiempo andando,
uno de los sus locos, no lo niego.
Y aun aora la memoria quando
buelvo por las pisadas que atrás dexo,
lo que me hago no sé, si ando ó desando!
A tal sazon talvez de Amor me quexo,
(si viste algunos de los mis renglones)!
Triste Andrés, triste Diego, triste Alexo.

Quem poderá negar que aqui se identifica com êsses tres tipos poéticos? sem contar as vezes em que se apostrofa *loco! otra vez loco! otra vez loco! loco sin tino*, etc.

13. V. 17–20. — Nada sei das mágoas de António Pereira — mágoas tam profundas que Miranda, cruelmente ferido pela perda do filho às lançadas dos Mouros, no próprio sucesso de que escapara incólume e glorioso o primogénito do amigo, é quem tenta consolá-lo. Seria a morte da mulher? a do irmão Nunalvarez? ou antes lutas espirituais do pensador erasmista, que pretendia provar que a Bíblia deve correr em linguagem? e scismava sôbre os problemas *De gratia fide et operibus?*

14. V. 21. — O herdeiro da casa, cujo regresso dos campos africanos se festejava num dia já em si de regozijo, quer universal, quer familial, é João Rodríguez (IV), conforme expliquei nas *Poesias* (pp. 847 e 851) e torno a explicar no *Archivo Historico Português* (l. c.). Em Ceuta, onde fôra servir uma comenda (juntamente com Gonçalo Mendes de Sá, D. António de Noronha, Paulo de Beja e outros moços-fidalgos, de nobreza qualificada, que pouco antes haviam em Xabregas cingido armas no Torneio do

Príncipe D. João), o rapaz havia tomado parte no desafio bélico de 18 de Abril de 1553, traiçoeiramente decidido no Monte da Condessa pelo desbarato de 300 Portugueses por 3:000 Mouros de Tetuão, salvando-se *só* ou quasi só:

> um só, que em sangue aberta traz a cruz
> branca por armas.

A essa salvação milagrosa —

> milagre que em sinais claros reluz —

completada pela circunstância de haver guardado no bôlso da faldra (*faltriquera*) o guião do Conde D. Pedro de Meneses, aludem diversos historiadores e poetas. Aos já citados acrescento António Cabedo, *Epicedium in milites ad Septam occisos* (*Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum*), vol. I, p. 459; W. Storck, *Vida de Camões*, §§ 116, 190 e 263; A. Braamcamp Freire, *Brasões de Cintra*, II, 172). As palavras que citei são da Carta com que Miranda respondeu à Consolatória de António Ferreira (*Poesias*, n.º 147, 112–115). Êste parece assistiu no Pôrto, hospedado na casa dos Sás e Meneses, ao regresso de João Rodríguez.

15. V. 22. — Ignoro se depois do combate João Rodríguez foi realmente nomeado *Capitão* de Ceuta. Pela sua pouca idade, e por eu ignorar os feitos valorosos, que talvez praticasse no dia nefasto, duvido se lhe confiariam, ou não, pôsto de tanta responsabilidade. Mas o irmão, mais novo, também já era capitão duma nau grossa.

16. V. 23–24. — Dêsse filho segundo, Gonçalo Pereira Marramaque, ocupei-me nos dois lugares indicados, no último naturalmente com maior precisão do que no primeiro. Encostando-me a Diogo do Couto, que dedicou um capítulo inteiro à notável vitória sôbre os Turcos a que Miranda alude, estabeleci no *Archivo* que essa também se

realizou em 1553 (em Setembro) no mar de Ormuz, da banda da Pérsia. Foi aí que o jóvem Capitão, afastado das outras naus por ventos contrários, teve de debelar-se, só, contra quinze galés turcas. (Vid. Couto, *Decada VI*, livro X, cap. XIII, e Andrade, *Crónica de D. João III*, IV, cap. CII). Os historiadores não consignam porêm outro milagre, a não ser a heroicidade e bravura de Gonçalo e dos cento e vinte homens que comandava, entre êles diversos outros descendentes do Conde D. Mendo (por exemplo, dois filhos do Conde da Feira, D. Leonis e D. Luis, e um Pereira de Berredo). Quanto ao «caso espantoso» e «formoso agouro» a que Miranda se refere na estrofe (3.ª) intercalada na redacção ulterior, conservada no manuscrito *J*, e na que serviu para a impressão *B*, suponho que no ardor da refrega naval o rapaz, e só o rapaz, veria *milagres* onde os outros viam *maravilhas*, e que êsses avultariam, tomando a forma duma ave *toda agua, toda fuego, toda cielo*, que o protegera, quando em casa o irmão João Rodríguez relatava o caso da *faltriqueira*.

Gonçalo fôra à India em 1550, como morador da casa de D. João III, com o Visorei D. Afonso de Noronha (Couto, *Decada VI*, liv. IX, cap. I; e *Ementas da Casa da India*, p. 55). Teve a fortuna de breve tomar parte numa expedição a Ceilão (1551-52, *Decada VI*, liv. IX, cap. XVI), e depois na de Ormuz (*Decada XI*, liv. X, cap. VI, X, XIII). Regressou ao reino, não sei quando, e voltou ao Oriente com o Visorei D. Antão, em 1564, provido na Capitania-mor do mar da India. Morreu, após fortuna vária, miserávelmente em Amboino, ou na viagem para lá, em 1571. (Vid. *Decada VIII-IX*, e em especial *IX*, cap. IX).

17. V. 24. — *Vuestros Froais*. — Vid. *Poesias*, p. 805. — São os ascendentes de António Pereira, cuja genealogia, exposta no *Livro de Linhagens*, do Conde, título XXI, foi extraída e sintetizada em tabela por Aires de Sá, no seu

Frei Gonçalo Velho, vol. II, tábua XVII (entre pp. 214 e 215), e comentada por A. Braamcamp Freire em *Brasões de Cintra,* I, pp. 162–172. Nobilíssima geração, de tronco grosso e ramas que produziram muitas notabilidades; por exemplo, o Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira; o Prior dos Hospitaleiros, Frei D. Álvaro; e o grande Condestável.

18. V. 25. — O terceiro filho é desconhecido. É de crer morresse antes de haver vestido a toga viril.

19. V. 38–39. — A «clara luz» e «viva fonte» deve ser a Bíblia. Tanto Sá de Miranda como António Pereira liam-na com fervorosa veneração, antes e depois dos terrores da Inquisição, estabelecida em 1536.

20. III. V. 40–41. — A lista de figuras, anteposta ao *Alexo*, parece indicar que o Poeta o considerava como drama pastoril, muito embora não o repartisse em scenas. Quem o conferir com outros Autos pastoris [1], dos coevos iniciadores da arte dramática, em especial com os de Gil Vicente, há-de reconhecer seguramente que a acção de amor que se desenrola entre sete pastores em oito ou nove scenas (quatro monólogos, e quatro dialogadas, com dois, três, quatro, cinco interlocutores) justificaria plenamente a classificação. Tendo em conta que Miranda visa provávelmente o poeta cómico na *Carta moral* em que se insurge

[1] I. Alexo, v. 41–140 — II. Sancho, 141–276 — III. Ninfa, 277–336 — IV. Alexo, 337–400 — V. Antão e João Pastor, 401–554 — VI. Falta o princípio, uma fôlha com versos correspondentes a 544–676 de *D;* Toríbio, Antão, João Pastor, 555–701 — VII. Os mesmos e Pelaio, 702–729 — VIII. Os mesmos e ao longe Alexo, 730–833 — Em nossa redacção há o Epílogo (IX, 834–841) pronunciado pela Ninfa. Vejam a Nota correspondente.

contra os Pasquinos que desacatam e maltratam os livros divinos (*Poesias*, n.º 108), e que êste visava provávelmente o reformador, ao falar de homens de bom saber que menoscabavam a musa folgazã que durante três decénios havia divertido a côrte, é que vejo na *Fábula do Mondego* um desafio ideal, lançado contra o autor da *Comédia da Devisa da Cidade de Coimbra*, e na composição do *Alexo* um acto de oposição aberta: réplica crítica a qualquer peça do mesmo, das proibidas e perdidas [1]. Procuro mesmo (mas não encontro) a Gil Vicente no pastor que silvara alto e se rira estrondosamente quando, pouco antes, Bernardim Ribeiro com o seu rosto melancólico, já encanecido, todo lágrimas e suspiros, havia entoado versos idílicos, de ternura inexcedível, versos aplaudidos então frenéticamente pela maior parte dos cortesãos, «colgados da sua boca», mas que aos primeiros embates da desgraça lhe viraram costas (Vid. v. 482).

21. *Alexo e Sancho.* — Com relação às figuras principais do drama pastoril houve e há críticos de arte que, conforme já indiquei, as encaram como personagens determinados e a acção como história real. Em *Alexo* querem reconhecer *Bernardim Ribeiro;* em Sancho seu pai adoptivo; e até nas duas *Teresas*, mulher e filha do velho, só mencionadas de passagem, a mãe (adoptiva) e uma irmã (carnal) dêsse poeta (genealógicamente ignorada).

A motivação tem aparências de verdadeira, se nos restringirmos aos traços essenciais. Desfaz-se contudo logo que se fitem os pormenores com atenção e vagar, despreocupadamente. Alexo, pensam êles, é um enjeitadinho nobre, recolhido e criado por um velho, chamado Sancho,

---

[1] Talvez o *Jubileu de Amor*, totalmente desconhecido em Portugal, embora haja um valioso vestígio dêle, como conto expor nas minhas *Notas Vicentinas*.

em terra montanhosa. Bernardim Ribeiro, órfão desde pequenino, dum pai homiziado, foi recolhido e criado por um Sancho: Sancho Tavares, primeiro em Sintra, depois em Estremoz. Alexo endoidece de amor. A Bernardim Ribeiro coube a mesma sorte infeliz.

Mas logo aqui surgem senões da identificação (a mulher de Sancho Tavares chamava-se Inês Zagalo, etc., etc.). Só falarei do principal. Alexo só endoidece *cum grano salis*, como todos os apaixonados: por exemplo o Coridon de Vergílio (*quae te dementia cepit?*). Miranda, que a cada passo se trata de *louco* a si próprio, nas poesias líricas, e também às figuras das outras Églogas; e pouco mais ou menos todos os Quinhentistas portugueses. Além disso a loucura de Bernardim é, salvo êrro, posterior à composição do *Alexo*. «Nos ultimos anos da sua vida (transcrevo o único documento que subsiste, tardio e pouco explícito) perdeu a luz do entendimento, já fraca desde muito, morrendo numa cela do Hospital de Todos os Santos». Em 1552. Com setenta anos. E *Alexo* é um rapaz [1].

Não nego que no pequeno drama, como no *Andrés*, na *Célia*, no *Mondego* e no *Basto*, tal qual na maior parte das poesias e prosas com *travesti* pastoril, quer nacionais, quer internacionais, haja lembranças de factos positivos e reminiscências sobretudo de sensações, tormentas e devaneios de alma. Mas entendo que elas são em regra pessoais, subjectivas; e em segundo lugar vagas, indeterminadas, misteriosas, como toda a verdadeira poesia lírica.

Repetindo sem insistir o que apontei nas Notas 1, 11 e 12: literáriamente o *Alexo* é, quanto à confabulação,

---

[1] A sua libertação pela morte, então recente, há alusão na refundição do *Basto*, que em 1553 foi enviada ao Príncipe D. João, na Terceira Parte das *Poesias*.—Vid. 116, 297: *O meu bom Ribeiro amigo, Que em melhor parte ora sê.*

um reflexo do conto helénico de Hércules e Hilas, tratado por Teócrito (na Égloga XIII). O tema é a índole apaixonada dos Portugueses, exemplificada num rapaz imberbe, perturbado pelos primeiros assaltos de Amor. Na sua caracterização fantasiosa utilizou o Poeta elementos de várias Églogas de Vergílio e Teócrito e elementos reais, da própria experiência, a fim de lhe dar côr de vida. O citado passo da *Carta* a Montemor, em que o poeta se identifica claramente com três pastores seus, desassisados pelo furor divino, é irrespondível:

Triste Andrés! triste Diego! e triste Alexo!

Portanto Alexo *não* é Bernardim Ribeiro.

Apesar disso há no *Alexo* alusões intencionais, positivas e significativas, a Bernardim Ribeiro; tantas e tais que o seu nome lhe podia servir de subtítulo. A êle, *seu amigo, o de Torrão* (*Poesias*, n.os 103 *v.* 352 e 164 *v.* 402), com quem tivera boa camaradagem tanto na Universidade como nos serões manuelinos (n.º 51), durante a viagem à Itália (vv. 404 e 428) e depois na côrte de D. João III, à qual o sonhador esteve adido como escrivão da câmara, de 1524 em diante—a êle erigiu um monumento na Scena V[1]. Isto é: *no principal Intermezzo lírico da Égloga, independente da história do zagal encantado*. O único nexo com esta está nos pastores *Antão* e *João Pastor* que, tendo assistido à desgraça de Ribeiro, causada ou não por enredos de amor dalguma Circe feiticeira, assistem também aos devaneios de Alexo.

Todo o colóquio dos dois versa sôbre o afastamento, do

---

[1] É sabido que Bernardim Ribeiro, pela sua vez, introduziu a *Franco de Sandovir* na sua *Égloga II*, e que nela se refere à paixão do amigo por *Célia*, e a poesias pastoris que a ausência e perda dela lhe haviam inspirado.

primeiro. da côrte. Da bôca dêles saem louvores do seu espírito gentil. abalado por essa derradeira afronta; louvores também da sua inocência, imprópria para o meio; queixas sôbre a inconstância dos palacianos que há pouco o aplaudiram,

gente de firmeza poca
que le dió tantos loores
y aora gelos apoca.

Com sincera admiração enaltecem a sua veia brandíssima e em especial o último cântico que entoara no mesmo sítio e com o mesmo ensejo em que se apresentou e representou, ou se entendia apresentar o *Alexo*,

porque esse cantar fue llanto
como del cisne se cuenta
quando la su muerte aventa

ou

porque esse cantar fue el llanto
del cisne como se cuenta
en su postrimera afrenta.

Mesmo se esta conversa e a declaração expressa de Miranda não fôssem redondamente contrárias à identificação de Bernardim Ribeiro e Alexo, duvido que um homem como Miranda, delicado e discreto, houvesse exposto em público, como rapaz doido de amor, ora exaltado, ora deprimido e que foge à serra, a um infeliz sonhador, já ancião, caído em desfavor e a tal ponto perturbado que se viam nele prenúncios e ameaças de verdadeira alienação mental. Acho muito mais delicado, discreto e carinhoso o modo como êle toma decididamente o partido do amigo e o defende não só na Scena V do *Alexo*, mas também no *Basto*, e de novo no *Epitalâmio pastoril*, designando-o sempre directamente com o seu nome.

22. *Antão e João Pastor.* — Os dois pastores que falam de Ribeiro e cantam versos dêle ao modo estrangeiro, com alusão ao gôsto pastoril de que êle fôra introdutor

em Portugal, pode ser representem *Antonio Pereirâ Marramaque,* destinatário da refundição de 1554, e *João Rodríguez de Sá e Meneses,* destinatário duma *Carta moral* (*Poesias,* n.º 105) e duma versão de *Basto,* em que também há referências a Bernardim (ibid., n.os 116, 154 e 164). Quanto a João Rodríguez — antigo pai das Musas, espírito culto, admirador da antiguidade clássica e do Renascimento das artes e letras, cujo gôsto trouxe de fora da terra (Vid. *Poesias,* p. 788), isto é, da Itália, onde êle andara — a conjectura já foi enunciada por Delfim Guimarães (p. 59). O *Epitalâmio,* em que há novas referências a Ribeiro — sendo êle próprio introduzido como prisioneiro de amor que canta os seus males — é dedicado a um dos filhos de João Rodríguez. Ao todo temos nas *Poesias* de Miranda seis composições em que êle intervêm: n.os 51, 102, 103, 116, 151, 164 (vid. pp. 39, 116, 169, 391, 510, 553, 603, 680, 694, 697, 709 da minha edição).

Isso baste aqui. Apênas lembrarei que Bernardim Ribeiro (lançador dos dados, quando Miranda ainda hesitava com relação à sua fugida da côrte — *Poesias,* n.os 103, 355) contava 34 anos quando Garcia de Resende acolheu algumas Trovas dêle no *Cancioneiro Geral;* 42 ao voltar da Itália, e 50 quando teve de ausentar-se da côrte. Os seus primeiros amores devem ser portanto de princípios do século, o mais tardar.

23. V. 67-68. — A respeito das alusões a costumes e superstições populares, vejam-se as Notas às *Poesias.* Se a cronologia das diversas redacções do *Alexo* estivesse averiguada, valeria a pena examinar se nas limadas em Cabeceiras de Basto e na Tapada há maior número de elementos folclóricos do que nas anteriores.

24. V. 73. — Não ligo importância a êsses traços fantasiados. Fixemos todavia que Alexo fala duma irmã

sua, casada e levada ao longe pelo esposo (cfr. *J* 89). Mais abaixo Sancho fala de *hermanos* do zagal (v. 239) e da mãe (240). Em outro passo (v. 196) chama Teresa a sua mulher. Só em *J* (v. 161) fala, no trecho correspondente, de duas Teresas, filha e mulher. Salvo êrro, temos: Sancho e Teresa, pais adoptivos: uma filha dêles, solteira quando recolheram o rapaz recemnascido, mas casada quando êle, na puberdade, se namorou; e um ou mais irmãos, sem mais indicações — o que não combina nem com o Sá de Miranda histórico, nem com Bernardim Ribeiro, mesmo se por *irmãos* e *irmã* entendermos *adoptivos*.

25. V. 156. — *Ochenta años quando menos*. Em *J* (183) Sancho é *passado de los setenta*. Quanto ao moço, êle conta dezoito na redacção do caderno autógrafo (v. 190); dezanove em *J E* (155); dezassete em *A B F* (153). Tais variantes mostram à evidência que se trata de criações da fantasia do autor, cópias livres do *puer Hylas* e de *Hercules*. ¿Ou haverá alguêm capaz de sustentar que, escritas em épocas diversas, se cingem à realidade? e que, emquanto o velho dava um salto de 70 a 80, o moço se arrastava apenas de 17 a 18 ou 19? — Talvez, talvez!

26. V. 401–554. — É a Scena principal da Égloga: formalmente, por conter as primeiras tentativas bucólicas em metro italiano; idealmente, como defesa de Ribeiro, crítica à inconstância e injustiça dos palacianos; lamentos piedosos sôbre o desacêrto fatal de o amigo ingénuo e sonhador (inocente pastor) se ter dado a palaciego.

27. V. 404. — *Aqui*. Cfr. 441–42. *Este era el tiempo y sazon, El lugar este era aqui*. — ¿Qual seria o sítio e o ensejo da representação (só planeada, ou de facto realizada?) do *Alexo*, e ao mesmo tempo da festa anterior em que Bernardim Ribeiro havia cantado, em regra estreita, se-

gundo preceitos de arte, o seu último poema, em desafio com um rapaz que, assoviando, improvisava trovas, talvez de folgar? ¿Uma sala no paço de Sintra, donde se avistavam as árvores do parque? ou um terreiro aberto? Nem seria impossível que D. João III, fugido da peste e dos tremores de terra do ano de 1531, que haviam derrocado grandes partes dos paços de Lisboa, Santarêm, Almeirim, Azeitão, etc., se houvesse hospedado em alguma propriedade alheia, e que ahi houvesse festejado duas vezes o seu aniversário. Sei que esteve no Lavradio. Ignoro, porêm, quanto tempo se demorou aí, e tambêm se por acaso lá possuía casas o seu ministro plenipotenciário e valido, D. António de Ataíde. Sei tambêm que em 1 de Novembro estava em Alvito.

28. V. 405. — *Nuestr'amo.* O amo rial, D. João III.

29. V. 414–422. — O ano de 1531 fôra infeliz. Houve cometa, peste, fome, terremotos repetidos, sublevação contra os cristãos novos. No verso 507 há referência especial aos tremores de Janeiro, assinalados gloriosamente pela audaciosa intervenção de Gil Vicente; «os mais temerosos e espaventosos que jamais se houvessem visto», segundo testemunhos de vista, como Garcia de Resende (*Miscelânea,* estrofes 289–99); o depoimento duma freira do Cartaxo; e um anónimo italiano.

30. V. 423–433. — O autor antigo da *Vida de Sá de Miranda* designa o *Alexo* em geral como causador do ostracismo a que o poeta foi votado. Um anotador coevo (dum exemplar de 1614) indica em particular a estrofe 49 *Daquel gran pino a la sombra* como origem do ressentimento dum poderoso, em desfavor do qual ela fôra escrita e era interpretada, ou antes o ressentimento de toda a família *dos Ataídes* (Vid. *Poesias,* p. 766).

Do contexto vê-se claramente que Miranda alude a uma entidade determinada, malfazeja, à qual atribuía a desgraça de Ribeiro, e não à monarquia portuguesa, como entende Delfim Guimarães (*O Poeta Crisfal*, 1908, p. 62), sem se importar com as restantes alusões do *Alexo* que versam exclusivamente sôbre amores infelizes, seus e, na Scena V, do amigo; em desarmonia completa também com as idéias patrióticas do homem de «antes quebrar que torcer», nunca louvaminheiro, nem mesmo na *Carta moral* a elrei, tão cheia de advertências políticas e filosóficas.

31. V. 423. — *O gran pino* — *Pinheiro* em português — plantado pouco antes, era já tam crescido que com a sua rama assombrava (= causava espanto desagradável, e não admiração e aplausos) aos vizinhos, isto é, aos outros cortesãos, pretendentes e aderentes. A meu ver *pino* é alegoria. Simboliza o já mencionado ministro e valido de D. João III: o bisneto de D. Maria *Pinheiro*, D. António de Ataíde, Senhor de *Castanheira*, Povos e Cheleiros, vèdor da fazenda desde 1530, elevado a Conde em 1 de Maio de 1532 (Vid. *Brasões de Cintra*, II, 449), o qual suplantara logo nos princípios do reinado (1522) nas boas graças delrei a D. Luís da Silveira, seu rival, *o de Góis*. Êste, *Conde da Sortelha*, também desde 1532, era gentil poeta, amigo e colaborador de Miranda e aparentado com João Rodríguez de Sá e Meneses.

O caso particular que indispôs o Ataíde contra Ribeiro e Sá de Miranda, provàvelmente mais literário ou pessoal do que político, não se regista nos anais da história portuguesa. Certo é todavia que, além do antagonismo natural dos três palacianos nomeados, êle provocou o de muitos outros, e que a nação em geral lhe atribuía os males e desacertos do govêrno: o casamento da Princesa D. Maria com Felípe II, em lugar de lhe darem por esposo o Infante D. Luís, que a amava, segurando assim a dinastia; o

abandono das praças africanas; suspeições de heresia lançadas contra o Duque de Aveiro, etc., etc. Provam-no aquelas famigeradas 64 quadras virulentas, chamadas em geral *Trovas de D. Maria Pinheira,* cheias de avisos e conselhos sãos, verdades nuas e cruas, mas que descambam em pasquinadas, apoucando a fisionomia e a geração do Conde

por ser parente d'Abrahão
e tambem de Mafamede.

Muito posteriores à 1.ª redacção do *Alexo* (como se vê das alusões históricas que contêm), do último lustro do govêrno de D. João III, segundo tradições literárias, essas *Trovas* (dum género que era costume pôr, em papéis sem nome, onde os reis as vissem) não tem nada com as queixas comedidas de Sá de Miranda. Ainda assim, mesmo estas deviam incomodar o Conde e todos quantos o «adoravam como Deus ou temiam como diabo», se realmente no *pedigree* dêle o nome *Pinheiro* significava mancha, no entender da Nobreza de então. (Vid. *Brasões,* I, 429–30). Estilísticamente as *Trovas* não são inferiores às restantes do mesmo género, dos séculos XV e XVI (Vid. *Poesias,* n.os 153 e 208). A atribuição a Damião de Góis (baseada em que, perto de 1600, havia um traslado no seu *Nobiliário!*) parece-me insustentável por muitos motivos, um dos quais é não conhecermos versos alguns, em linguagem, do grande historiador, em geral franco e justiceiro. Mais razão de ser tem a que se liga à circunstância de as *Trovas* terem sido entregues a D. João III por um familiar da Casa de Sortelha, tam prejudicada por D. António de Ataíde, porque tanto o Conde prejudicado e seu irmão carnal Simão, como seu filho D. Simão, poetavam. (Vid. *Introdução,* cap. II; Delfim Guimarães, *O Poeta Crisfal,* p. 60).

32. V. 425. — *No ha pero mucho, no* — deve aludir à elevação recente de D. António a Conde da Castanheira.

Nas outras redacções não se vê tam claramente que essa oração temporal se refere à plantação do pino (e não à última festa palaciana a que Bernardim Ribeiro assistiu).

33. V. 445. — ¿Qual será êsse pranto de cisne, chorado na côrte? Nas obras de Bernardim Ribeiro não ha indícios suficientes para fixarmos a ordem cronológica das suas poesias. Nem internos, nem extrínsecos. Das fôlhas volantes em que pouco a pouco sairiam as cinco Églogas e os versos menores, uma só subsiste, impressa em 1536, ou depois. Os versos mais traspassados de melancolia são, para mim, o Romance *Ao longo de uma ribeira* e os intercalados nos fragmentos da *Menina e Moça*. Com relação às partes autênticas desta novela — verdadeira mina de formosura, mas singularmente confusas — creio que foram escritas posteriormente, longe da côrte, talvez em Cabeceiras de Basto — quando os sintomas da alienação mental eram intermitentes, e à oração *Veni creator spiritus* a sua delicada Musa já nem sempre acudia. Outros poetas há — por exemplo o nosso Hoelderlin, Lenau e Nietzsche — de que subsistem obras interrompidas e perturbadas pela doença fatal.

34. V. 451. — ¿Quais são as mudanças a que o Poeta alude? quais os bons gestos que debalde procura? Pode ser pensasse em especial nas figuras lindas e simpáticas de D. Luís da Silveira e seu irmão, descritos em verso como

> tam alvos e tam louçãos,
> cujos geytos, pees e mãos
> sam muy doçes de notar.

Como guarda-mor D. Luís devia estar presente, a não ser que já estivesse prostrado pela idade ou pela enfermidade que o levou a 10 de Junho de 1533. Pode ser também que, abrangendo um espaço maior de tempo, Mi-

randa opusesse, em geral, as caras alegres dos Serões manuelinos (com os Silveiras, D. João de Meneses, o Conde de Vimioso, etc.) aos rostos carregados e soturnos da côrte de D. João III; e em particular ao sobrecenho orgulhoso de D. António de Ataíde.

No Capítulo I dêste estudo já se viu que a fama atribuía as *Trovas* ao Conde da Sortelha, ou a alguêm da sua casa

35. V. 457–459:

El cantar que aqui cantámos
Fue, sabes, de lexos parte
Do buenos dias passámos.

Variantes:

Fue sabes de estraña parte
Donde un tiempo ambos andámos

ou

Sabes que traido avemos
Sampoñas de estrañas partes.

Sempre referi essas indicações aos dois introdutores do género pastoril, persuadida de que Ribeiro esteve também na Itália, de 1521 a 1524. E continuo a pensar do mesmo modo, embora deva levantar uma objecção. Quem enuncia os dizeres citados é João Pastor, *el maestro,* como Antão o chama (*Poesias,* n.º 120, v. 640), personificação de João Rodríguez de Sá e Meneses, conforme disse na Nota 21. Êste bom latinista, bom humanista, trovador distinto, amigo de Miranda e de todos os Mirandistas, esteve na Itália exactamente na época da viagem dos dois amigos: no séquito de D. Beatriz (1521)[1]. Talvez também, com muito maior demora, na sua mocidade, como discípulo de Cataldo Sículo, juntamente com Hermigio (ou Henrique)

[1] Vid. Garcia de Resende, *Obras* (p. 324 da ed. de 1788). Vejam agora os que ainda dão fé à mais antiga, mais poética e afinal de contas mais verosímil das lendas relativas aos amores de Bernardim Ribeiro, se da minha interpretação querem tirar novos argumentos.

Cayado. O que não consta, porêm, é que, como êsse, tocasse a flauta pastoril, vergiliana. Por isso creio que, pela bôca de João Pastor e Antão, como pela de Alexo e Sancho, é sempre Miranda quem fala. Tivera todavia o cuidado de escolher como modelos e tambêm para actores do Alexo — *dramatis personae* — amigos que pudessem pronunciar essas e outras alusões, sem provocar sorrisos motejadores.

36. V. 460–461. — Miranda confessa, sem ciumes nem invejas, que Ribeiro foi o que começou a cantar ao som e módo estrangeiros, segundo o exemplo de Sannazzaro, o renovador das cantilenas pastoris sicilianas. Se entendermos que êle foi o primeiro que escreveu, em língua portuguesa e metro nacional, idílios de comoção lírica pessoal, sem dependência qualquer dos Autos do Natal, nada há que replicar. Todavia, não devemos esquecer que todas as dez Églogas de Vergílio já foram nacionalizadas desempenadamente por Juan del Encina (reconhecido de há muito como predecessor de Gil Vicente) antes de 1500. Nem tam pouco devemos esquecer que outro Peninsular, mas êsse Português, havia imitado com igual liberdade o Mantuano — mas em latim, para documentar quanto aprendera na bela Itália, *diis sacra,* perante D. Manuel, ao qual dedicou em 1501 as suas Bucólicas: o já citado Ermigio (ou Henrique) Cayado. (Vid. *Corpus Poetarum Illustrium Lusitanorum,* vol. I). Na IX figura um *Alexis*. Vid. a nota imediata.

37. V. 466–545. — É o terceiro *intermezzo* musical da Égloga. Ao todo há sete (ou oito, se contarmos as quadras sôltas entoadas por Alexo na Scena final): uma por scena e por pessoa. Os que são Cantigas ou Vilancetes em octonários não dão margem a observações de pêso: nem a Cantiga de Alexo: *Buelve acá pastor cansado* (v. 113–141);

nem a da Ninfa: *D'Amor bien dizen que es ciego* (v. 325–336); nem o quarto e o quinto, que faltam no caderno autógrafo: *De mi tormiento vencido* e *Mientras yo tanto a los ojos*, ambos de Toríbio; nem o sétimo: *Quando tanto alabas, Clara* (v. 658–693). Digno de nota é que todas, sobretudo a última, são eflúvios duma alma verdadeiramente apaixonada (muito mais vigorosos do que a maioria das trovas que andam no *Cancioneiro Geral*), correndo parelhas com os versos de Bernardim Ribeiro e Cristóvam Falcão.

Só o sexto *Intermezzo* (v. 602–633) e o terceiro — o canto alternado, bipartido, de Antão, como primeiro violino, e João Pastor que, na *responsio*, lhe leva o descante (no verdadeiro sentido medieval da palavra) — merecem atenção especial. Da novidade técnica das estanças já falei na *Introdução*, advertindo que essa tentativa de criar uma forma nova, pela fusão de elementos nacionais e estrangeiros, não vingou, e que venceu a maior singeleza e perfeição da pura Oitava italiana, tal como a apresentou no sexto *intermezzo*. As numerosas e incisivas variantes dessas estâncias, publiquei-as no *Apêndice* ao Capítulo IX. Tantos e tais retoques afastam por completo a conjectura que Bernardim Ribeiro, cujas palavras e melodias os dois cantores fingem repetir, fôsse seu autor verdadeiro. Neles se vê mui claro que foi Miranda quem, laboriosamente, compôs êsses primeiros hendecassílabos pastoris; êsses primeiros cânticos *amebeus* da literatura portuguesa, primeiras estrofes de arte em que platónicamente idealiza os doce-amargos contrastes de amor que sofrera e viu sofrer ao amigo — a luta árdua entre a sua Razão e a sua Vontade (como costuma denominar os impulsos do seu coração sensibilíssimo de namorado português) que o torturava a êle, e a que ia sucumbindo o menos resistente dos dois amigos. Imperfeitas ainda, elas são o que a poesia nacional havia produzido mais penetrantemente apaixonado até 1532.

O canto alternado da poesia pastoril — *amebeu* na ter-

minologia clássica, de *amoebaeus* (Vergílio, Égloga III, 29), que é o grego ἀμοιβαῖος (Teócrito, VIII, 31), derivado de *amoibe* (*Wechsel,* transmutação, alternação), do verbo *ameibo* — é, a meu ver, fruto culto, saboroso e artístico, duma planta rústica, bem singela: os *duos* com que na realidade, tanto na Sicília como em Portugal e alhures, pastores e pastorinhas se respondiam, de monte a monte, ora com meros sons da débil cana de aveia, ora com versos soltos ou pareados. Irmão, portanto, dos arcaicos cantos paralelísticos, concatenados, do povo e dos trovadores galego-portugueses. Se nesses, pobres de sciência e de arte, a repetição quási literal da mesma idéia envolvia o paralelismo gramatical dos versos, a regra estreita do cantar afinado requer, da parte do que responde e leva o descante, conformidade formal (*concinnitas*) com a estrofe de arte (quanto mais nova, tanto melhor) do que começara, e idéias semelhantes, expressas todavia em dição diversa, superior, sublimada. Em Teócrito e Vergílio é em geral por sortes que se distribuem os papéis. Ambos os contendentes destinam qual prémio darão ao vencedor. Um pastor velho é juiz; mas, contente com ambas as produções, às vezes não assina melhoria a nenhuma. Exemplos típicos, que Miranda estudara a fundo, são os Idílios *Bukoliastai,* de Teócrito (V, *Lakon e Kornalas;* VIII, *Daphnis e Menalkas*); as Églogas, III (*Damoetas e Menalcas*) e VII (*Corydon e Thyrsis*), de Vergílio; e sobretudo I e IX da *Arcádia,* de Sannazzaro (*Montano e Uranio; Ofelia e Elenco*); assim como a IX de Cayado (*Alexis e Polyphemus*). Juan del Encina não guardou a regra na Égloga III, mas sim na VII, onde os dois pastores cantam *en apuesta* ou *à porfia:*

cada qual su vez por si;
que a las musas place assi
cantar el canto a vegadas.

Amant alterna Camoenae.

38. V. 465. — *Como si fuesse Ribero — En persona de Ribero.* — Encina, com respeito à Égloga VII, emprega a fórmula em sentido invertido (*Coridon, en persona del autor de aquesta obra, canta la soledad que Castilla sentia*). Bernardim Ribeiro tambêm havia intercalado numa das suas Églogas (II) versos seus, como obra de Miranda (*Franco de Sandovir*).

39. V. 466.—*Amor burlando va.*— Cfr. *Poesias,* n.os 111, 154.

40. V. 462.—Miranda parece caracterizar bem o amigo e a sua índole melancólica: de semblante triste; encanecido cedo; *lloroso* ou todo lágrimas e suspiros (151, 321); de fala vagarosa, e muito pensar; cuidoso; de brandíssima veia; etc.

41. V. 474. — Claro que esse *Senhor,* inimigo e cruel, é *Amor* (*á su merced como de señor vine*). Referir essa exclamação a D. Manuel ou a D. João III é tão ilusório como a interpretação de *Pino* por Portugal.

42. V. 482.—O *que ende silbaba* ou *asilvava,* motejador das novidades artísticas, apresentadas por pastores platónicamente namorados, devia ser forçosamente adepto acérrimo da Escola velha[1]. Os representantes mais ilustres dela são Gil Vicente e Garcia de Resende, activos ainda em 1532; mas velhos. E Miranda classifica o silvador como *zagal* e *mochacho.* Ignoro qual dos continuadores do Plauto português era do agrado da côrte; protegido do Conde da Castanheira. O Chiado? António Prestes? De

[1] Há ironia tambêm na citação dos *rouxinoes assoviadores pelas hortas d'Enxobregas,* 108, 349. Quanto ao vocábulo *silvar* no *Nemoroso* (115, 73), não percebo a intenção.

quem seria por exemplo o auto, representado em Sintra, em 1543, para despedida da Princesa D. Maria?

43. V. 502. — As estanças de *leixa-prem* acabam aqui. No canto alternado de Daphnis e Menalkas tambêm se empregam duas formas líricas diversas.

44. V. 526:

> Que viendo lo mejor, lo pior sigo.

Variantes:

> Lo que es mejor viendo, el peor sigo.

> Viendo tan claramente lo mejor
> Tomé a la mano ezquierda y esa sigo.

> Que viendo claramente lo mas cierto
> Tomo el camino avieso i ese sigo.

É imitação de Ovídio (*Video meliora proboque, deteriora sequor*), ao qual se encostaram Petrarca (*E veggio 'l meglio e al peggio m'appiglio*), Garcilaso (*Conozco lo mejor, lo peor apruevo*). Posteriormente o verso foi glosado por D. Francisco Manuel de Melo e Luís de Camões, o qual de resto mais duma vez aproveitou pensamentos de Miranda. Na incomparável Canção autobiográfica diz:

> Com ter livre alvedrio não m'o deram,
> qu'eu conheci mil vezes na ventura
> o melhor e o peor segui, forçado.

E novamente na Elegia, inédita até 1902, do *Cancioneiro* de A. F. Thomas:

> fujo do melhor sempre e o peor sigo.

Vid. *Sociedade Nacional Camoniana,* 1902 (p. 47).

45. V. 553–555:

> Pastor bueno, si al palaçio
> No dexáraste engañar!

Variantes:

Pastor bueno, si al palacio
No dexáraste caçar!

Ah buen pastor, en tu mal ciego!
Más en darte a palaciego!

O paço o levou quando a ôlho crescia em tudo, quando colgavam da sua bôca. Não foram portanto os amores juvenis do tempo em que a barba lhe pungia, aos vinte e um anos, conforme conta, mas desgostos tardios que roubaram a luz do entendimento ao homem maduro, mas talvez ainda sensível a encantos feminis: desgostos que lhe sucederam na côrte, emquanto exercia o cargo de escrivão da câmara de D. João III.

46. V. 555-556.—Para preencher a lacuna que aqui há (uma fôlha com setenta e tantos versos) temos, em redacção alargada, os versos 545-681 do manuscrito *D*. Neles há as duas Cantigas ao modo nacional, já citadas. Além disso há menção doutra, real ou fictícia. Toríbio, rogado pelos companheiros, pregunta:

Qual diré?
Amor en que anda?
No! mas la
De mi tormento.

(ou *De mis tormientos*), exactamente como o Montano de Sannazzaro dissera:

Or qual canteró io, che n'ho ben cento?
Quella *del fier tormento?*
O quella che comincia: *alma mia bella?*
Diró quell' altra force: *ahi cruda stella?*

Cfr. Vergílio, Égloga V, 86 e 87.

47. V. 555–569. — Na conversa sôbre os modos pátrios cantados:

a fuer de España
com música aldeana
d'estos de la tierra llana

há elogios da boa disposição dos de cá, e queixas a respeito da omnipotência do costume, da tradição e da preguiça dos que não querendo aprender e desenvolver os seus talentos viçosos, ridicularizam os que nadam contra a veia. *Dezir solo «no me plaze» no es razon suficiente.*

48. V. 602–633. — Falei das *Oitavas* na *Introdução*. Mais abaixo (*D*, v. 835) o poeta trata-as de *roubo*. Como desconheço o modêlo em que por ventura se inspirou, entendo que fala assim como imitador, com probidade e modéstia rara. A cada pouco repete que canta *ao modo estrangeiro, à maneira italiana* (vid. Sextina. *Canção à Virgem*). Com relação às Comédias confessa também expressamente que seguia a Ariosto, e arremedava em lugares a Plauto e Terêncio.

49. V. 641. — Não apurei quem possa ser esse velho poeta, peregrino, com o qual João Pastor (ou Sá de Miranda) se encontrou, caminho de Roma.

50. V. 696. — Novamente se afirma que também em verso de redondilha, à antiga maneira peninsular, se podiam dizer cousas de pêso.

51. V. 700. — *El lobo es en la conseja* — *O lobo na conselha* (no dizer de Jorge Ferreira de Vasconcelos) — *Lupus in fabula.* — Quem avista o lobo, perde a fala de susto, ou enrouquece. Enrouquecemos, emmudecemos, ou pelo menos sustamos conversas quando de repente surge alguma pessoa de respeito. Vid. Vergílio, Égloga IX; Sannazzaro, Égloga VI.

52. V. 708. — Na exposição dramática da loucura de Alexo o traço principal é a sua repentina transformação em poeta. Os pastores que tal vêem e ouvem (*que anda componiendo versos*) declaram logo incurável a sua doença.

53. III). *Tu presencia desseada.* — No autógrafo falta o princípio: o *Moto* e quatro versos da 1.ª Volta, com as epígrafes respectivas. No *Cancioneiro* de Juromenha, cujo texto concorda com o nosso (nesse caso especial e em globo[1]), e também nas edições de 1595 e 1614, o *Moto* é atribuído a D. Simão da Silveira, e a primeira *Ajuda* a Francisco de Sá e Meneses. Suponho por isso que também na fôlha perdida haveria indicações iguais sôbre o empresário e seu colaborador. Como já pudesse revelar mais algumas paráfrases de D. Manuel de Portugal (vid. *Zeitschrift,* VIII, pp. 439 e 600), de Pedro de Andrade Caminha (vid. *Poesias Inéditas,* n.º 272), assim como uma alusão de Jorge de Montemor (ibid.), julgo que todas seriam compostas na mesma ocasião: a pedido de D. Simão da Silveira, que desejava enviar à dama que servia e com a qual casou após longos anos de um cortejo galantíssimo, na ausência dela, êsses suspiros saùdosos ao modo pastoril:

Tu presencia desseada,
Zagala desconocida,
onde la tienes escondida?

D. Simão, servidor de D. Guiomar Henríquez, um dos mais discretos cortesãos do seu tempo, cujos ditos e *practical jokes* são citados na *Arte de Galanteria,* nas colecções de *Apophthegmas,* e nos *Dialogos Apologaes* de D. Francisco Manuel de Melo, era filho do Conde D. Luís da Silveira; relacionado e em correspondência poética não só com os

[1] Duas emendas que eu propusera nas *Poesias,* a p. 682, são confirmadas pelo autógrafo.

Quinhentistas já citados, mas também com Jerónimo de Cortereal, Ferreira, Francisco de Andrade, D. Diego de Mendoza, e mesmo com Luís de Camões. Versos seus subsistem nas *Obras* dêles, e em vários Cancioneiros manuscritos (Luís Franco; Evora, CXIV. 2. 2; CXIV. 1. 17); Cfr. Th. Braga, *Historia de Camões,* II. pp. 295–306, 514 e 566. No *Cancioneiro Geral* figura um Simão da Silveira com diversas «coisinhas» de folgar (III, 32, 57, 68, 256, 260, 279, 294, 301, 321; II, 595; cfr. III, 265, 273, 430. 432). Era seu tio, irmão do 1.º Conde da Sortelha. E, como êsse. filho de Nuno Martins da Silveira. o de Góis. Embora o Conde, Marte e Apolo, segundo os encómios entusiásticos dos amigos, colaborasse de facto com Miranda (na paráfrase do Moto *En mi corazon os tengo*), Barbosa Machado fundiu num só os dois homónimos, o que não mais devemos fazer, porque só ao Conde e seus filhos competia o título de *Dom* (*Brasões,* I, 210). Apesar das recomendações de Ferreira (*Carta X,* do livro II), o amigo e adepto de Miranda não deixou ao vulgo as antigas Trovas de Hespanha. Além do Moto *Tu presencia desseada,* escreveu, por exemplo, *Para que me dan tormento* (*Cancioneiro Geral,* ed. por F. Barata).

54. IV). *Polo bem mal me fezestes.* Vid. *Poesias,* pp. 55 e 682. — Ignoro quem seja António de Azevedo. Suspeito apenas fôsse vizinho, amigo e parente de Sá de Miranda, por sua mulher D. Briolanja de Azevedo; da família dos Senhores de S. João de Rei e Bouro. Vid. *Poesias,* Tabela; e *Brasões de Cintra,* II, 303.

55. V). *De que me devo queixar.* Vid. *Poesias,* n.º 133.— Excluído da colecção enviada ao Príncipe. Porquê? Por ser posterior a 1553?

56. VI). *Naquela serra. Poesias,* pp. 42, 746 e 876.— Frei Agostinbo da Cruz parafraseou o mesmo Cantar de

moças em *Voltas* que principiam *A tra-los-montes*. Vid. *Varias Poesias*, p. 156.—Jorge Ferreira de Vasconcelos cita-o na *Ulysipo*.

57. VII). *Posiera los mis amores. Poesias*, pp. 39 e 680.—No *Cancionero Musical* do tempo dos Reis Católicos, publicado por Barbieri, há o mesmo Vilancete velho, com música de Badajoz. Miranda modificou a letra, transpondo-a de senários em octonários.

58. VIII). *Secaron-me los pesares. Poesias*, pp. 41 e 681; 746 e 876.

59. IX). *En toda la Trasmontaña*. Vid. *Poesias*, pp. 43, 681 e 746, e *Romances Velhos*, p. 247. — Serranilha, que já era velha no tempo do Marquês de Santilhana.

60. X). *Todos vienen de la vela. Poesias*, pp. 24, 679, 743 e 875.

61. XI). *Los agravios que recibo. Poesias*, p. 23. — Bastante alterado. À vista do autógrafo eu modificaria a pontuação, lendo *esto que os cuesta?* e pondo sinal de exclamação aos dois versos imediatos.

62. XII). *Nada do que vês he assi. Poesias*, pp. 25, 680 e 743. — Bastante modificado. Os versos 8 e 9 lembram o provérbio *De fora, cordas de viola; de dentro, pão bolorento*.

63. XIII). *Serrana, onde jouvestes. Poesias*, pp. 27 e 680. — Êste seria o teor velho da Serranilha; e *Coração, onde estivestes*, variante do poeta, que a escreveu numa noite de insónia.

64. XIV). *Não vejo o rosto a ninguem. Poesias*, pp. 31 e 680.

65. XV). *Quien viesse aquel dia. Poesias,* pp. 447, 733, 844. — Falei dêsse lindo Cantar velho, que a meu ver exige música, mais acima, por mais de uma vez. Novamente peço que o traduzam para português. A linda composição musical de Schumann (*Spanisches Liederspiel*, n.º 6. *Melancholie*) bem merece que a cantem em Portugal com *letra* vernácula.

66. XVI). *Não posso tornar os olhos. Poesias,* pp. 58, 683 e 751. — Seis fôrças se combatem na psique do autor. A *vontade* (mais *voluptas* do que *voluntas*) que se estriba no *costume,* mal admite as *leis* ditadas pela *razão.* Prefere governar-se pelas regras e pelos impulsos que individualmente emanam do instinto da vontade. Os *olhos* bandeiam-se com a *vontade,* que emprega a *violência,* cada vez que a razão lhes queira dar ordens. Acima de todas está *Amor. Omnia vincit Amor,* segundo Vergílio, Bucólica X, 69. Vergiliana é também a sentença *Não valem leis sem costume* — *Quid leges sine moribus vanae proficiunt* (Carm. III, 24, 35).

67. XVII). *Menina fermosa. Poesias,* pp. 598 e 869. — De outro Cantar velho de moças, bonito mas vulgar, que principia do mesmo modo, e que Delfim Guimarães atribuiu a Bernardim Ribeiro (p. 255), sem razão nenhuma, conto ocupar-me no estudo crítico do *Crisfal.*

68. XVIII). *Amor e Fortuna são.* Vid. *Poesias,* pp. 584 e 865. — É importantíssimo o facto, até hoje ignorado, de o autor dos *Vilhalpandos* e dos *Estrangeiros* haver composto uma *Tragédia,* de assunto clássico, aparentemente perdida. Como nas duas comédias *togatas,* à maneira de Plauto, Terêncio e Ariosto, e na Pastoril de *Alexo,* deliberadamente se esforçasse por erguer o *Auto* à altura de verdadeiro drama, é de crer não desse o nome de *Tragédia* a uma narrativa em prosa, como a *Mirrha* de Villalon

(1536; vid. *Revue Hispanique,* XIX). Provável é, pelo contrário, que se cingisse à maneira de Séneca ou à dos Gregos, visto que na Itália não havia modelos dignos da atenção de um Sá de Miranda. (O *Timon,* de Bojardo, é *Comédia* ou *Sátira;* o *Aman,* anónimo, representação bíblica). Quanto à cronologia, Miranda precedeu com a sua *Cleopatra* os precursores castelhanos: Juan de Malara, Bermúdez, Juan de la Cueva, Cristóval de Viruês, Argensola, Cervantes. Quanto ao assunto, antecipou-se não sómente a Shakespeare, mas também, e em três decénios, a Diego López de Castro, pois êste acabou a sua *Tragedia de Marco Antonio y Cleopatra* a 7 de Setembro de 1582. (Vid. Hugo A. Rennert, em *Revue Hispanique,* XIX, pp. 184–237 [1]).

---

[1] Não pude consultar os livros, aí citados: Georg Hermann Moeller, *Die Auffassung der Kleopatra in der Tragoedien-literatur der Romanischen und Germanischen Nationen,* Ulm 1888; Horace Howard Furness, *The Tragedie of Anthonie and Cleopatra,* Philadelphia 1907.

Eglogas –

A Antonio pereira, Snor de Buto.

Alexo – Egloga primeira.

Estos pastores mios, los primeros
que por acà cantaron, bien o mal,
ala Sampoña, versos estrangeros,
demandando su puerto principal
van, q̃ sois vos – de nuevo quieren veros –
del Conde don Emulo, el memorial –
como ciegos andavan – ~~como~~ poq. ý a tiento –
agora ~~ya~~ ya, mas, cobrado aliento –
El vuestro Alexo ~~os~~ muerasse d'amores –
ý no sabe de quien, nos os espoteis –
q̃ ~~ya~~, amas acontecio, q̃ alos pastores –
con Amor, nj d'amor, nunqua os burleis –
quãdo nolo pensais – eystlo a mayores –
desobligado de todas las Leis –
no ay caso tan dudoso, a poder ser –
q̃ ayudado d'amor, no se haga creer –
Teneis en q̃, pensando os emplear –
mil bienes, nos andeis siemp alos daños –
harto es dudoso el vado, es de p v –
hazed a vuestros pesares ganos –
pensad quien essa casa de heredar,
~~tan~~ cuerdo capitan, tan noco d'ornos –
bolved los ojos, al hijo segundo –
vereis vuestros frutos dar b elta al mudo –
El tercero q̃ está como enel nido –
po ~~al cabo en alto~~ nj las sus alas prueba –
~~andasse en tomar bueno cumplido~~ anda todo en alcance abuelo ergido –
a pena lo teneis q̃ ~~ya~~ no se mueva –

por de dentro, se vè todo cumplido —
por de fuera la pluma tierna, y nueba —
Esto — vesse alos ojos — nò son cuentos —
abrid el pecho, alos conteramientos —

EL Rayo quãdo abaxa en sus desbios —
hiere dos altos — dela flaq̃ gente —
suele dezir fortuna — Estos son mios —
Luego el primer espãto q̃ arrebiante —
~~los arrojan~~ dexen lo q̃ charijs ~~fuen~~ sombrios
buscad aquella clara, y biba fuente —
poned ~~con gran~~ con gran confiança todo en rios —
Lo q̃ hà de hazer el tiempo, hazeldo vos

J-

53

Pastores da Egloga —

Alexo — zagal —
Sancho — vn viejo —
La Ninpha — dela fuente —
Joan pastor —
Anton —
Turibio, —
Pelayo —
} pastores —

Alex. Y o vengo como pasmado —
~~Y~~ no sé lo q̃ me diga —
q̃ el corazon se ~~affatiga~~ fatiga —
entre cuydado, y cuydado —
valgame Dios que pecado,
pudo el mio ser tamaño —
q̃ no soy el q̃ era antaño —
hanme todo ~~como~~ barajado —
Dias hà que no me entiendo —
no percundo este mal mio —
al Sol, hiélome ~~morgando~~ de frio —
ala sobra, en fuego ardiendo —
en ninguna parte atriendo —
~~como aprisa~~ ~~no se por qual causa fuesse~~, no q̃ lo vio q̃ fuesse.
como si dotra fuyesse,
ansi de mi voy fuyendo —
he me aborrescido el hato —
los apriscos, y majadas —
ando apos unos no nadas
no sé tras ellas, q̃ cato
que ganacia, y negro tr
~~Suspiros noches y dias~~ — r el tiempo en porfias
~~todo~~ ~~de mis fantasias~~ — al las noches, mal las dias
~~engañado, a cada paso~~ — r. siempre a cada trio —
A caso, del tal Error,
q̃ en ley de razon, no cabe,
la benzeiera q̃ sabe,
lo quello vorria mejor —

acudeme vn mal ~~temor~~ / el coracon se apressura -
~~La cabeça al darredor~~
~~anda, o, q̃ se me affigura~~ -
quiçá, puede ser Locura ?
quiçá, puede ser ~~amor~~ dolor ?
Si aqui estobiera mi hermana,
que nos La llevó su esposo -
quiçá q̃ ~ vita Reposo,
esta alma mia, mal sana -
~~que lo sjala de tal gesto~~, fantasía loq̃, z vana -
q̃ me passava ~~de~~ tan presto,
de La mañũa, al sol puesto,
del sol puesto, ala mañũa -
No turan las cosas nó -
llevaranla lexos, ~~tierra~~ -
por el valle, ~~y~~ por La sierra,
todo se me escureció -
el coracon me cayó -
~~quedeme a~~ ~~tal~~ ~~en~~ ~~pensar~~ ~~Raros~~ desamparo -
q̃ ~~yo mismo, a pensar~~ me paro,
si soy, o si no soy yó -
Hablar dotro no sabía -
de dos hermanas contava -
conq̃ sabor, escuchava -
quãto dellas me dizía -
Era como ala porfía -
dellas siempri, ella contãdo -
yo no sabía escuchando -
siera noche, o siera día -
Soncas si fui sobranjento -
destos cuer, ~~nj dizos~~ ?
o me dieron ~~edizos~~ ?
q̃ando assi, de ~~z~~ z, envieto -
acudióme al pẽsamiento,
que enlas bodas de Gujomar,
guanledo dize ~~el~~ el cantar -,
Buelve acá pastor sintiento -
Mas poq̃ assi me acordé
de tal fiesta, y ~~tal~~ ~~guasaja~~ -

quiçá q̃
~~cantando~~ en el mj trabajo,
~~cantando~~
~~quien q~~ descansaré.
dias há que no canté.
con el coracon no puedo.
Estonces cantara ledo.
tristete, como cantaré?

B uelbe acá pastor sin tiento.
buelbe, ag̃ peligro vas!
no te engañe el piensamjento.
cata, que te perderás.

P orque ansi te acucias dij?
Las nueves enagenadas?
~~Sumcas~~ cata q̃, a pog̃s passadas,
~~no abrir humo de tj~~ humo no abra dej
buelbe log̃, ah perdimjeto.
q̃ si no buelves atras.
solo en ber tu atrabimjento,
de mjedo te moriras.

A un estonces yo era sano
fui (me acuerdo) por el mayo.
luché, corrj, como un rayo.
riame bien ~~bien~~ del verano.
despues este mal villano,
a pog̃s muerto me tiene.
bien dizen, q̃ se nos viene
el mal de suyo ala mano.

A ý que locura he pensado.
quanto aquel jerro me plugo?
ahora metido al jugo,
tirar-no saltar al prado.
mas que huete aquj he hallado.
quan fria, clara, ý quan fresca.
puede ser q̃ me adormesca,
que me cayo ya de cansado.

Sancho el viejo

En vano el viejo affanò,
Soncas, lo q̃ me paresçe -
q̃ el mỹ poco, no apparesçe.
antes desaparescio -
quãtas ~~est~~ vezes esto he hecho,
sin provecho!
aquỹ vàa, por allỹ vàa -
desq̃ he ~~buscado~~ ~~estrado~~ vn buen trecho,
otro lo vido acullà -
Con el hijo, ỹuntamẽte,
te nasçe mucha fatiga -
mas ya por costumbre antiga,
tras su daño, anda la gẽte -
q̃ descanso me fue dado,
mal pecado -
ochenta años quãdo menos -
mal con hijos q̃ he engẽdrado -
mal con los hijos agenos -
Vn lunes, por suerte estrañ̃a,
(avn no me dexa aquel dia -)
del mal tiempo me accogia,
por el pie de ~~dela~~ la montañ̃a -
y vna cabra çabarañ̃a,
~~d~~ ella breñ̃a
~~al encuentro me saliera~~
saliendo ~~vaya~~, q̃ se me perdiera -
acoger se me quisiera, por el huej dvna peñ̃a.
Doy tras ~~ella allà~~ mi cabra allà plañ̃a -
vn ỹño, ~~he~~ zien nascido -
como me tog̃ el oydo,
Entro ~~me~~ allà como venja -
q̃ mas me avia destar,
son, entrar!
osada mẽte a ver q̃era - como va sin embaraçe
~~no pude bien adivinar~~ - por mỹ por lo adivinar,
seguielo fuera en los braços ~~fuera~~ -

Cierto es con Razon devido,
al ganado, mucho amor -
y que no parta el pastor,
nunqua del, todo el sentido -
que el su grão entendimento,
es sin cuento -
digoos dela cobra mya -
que con grande atrebimiento,
defender me lo fria —

Vilo embuelto en tales panos,
el niño gracioso, y tal,
q̃ harto allij yazia mal -
y esto ha bien sus dezíocho años -
quien del tiempo no se veia,
como buela?
paresce q̃ fue esto ayer -
dandose como despuela,
q̃ prissa lleva a correr?

Truxelo ala my Tarasa.
que podria ser dun mes.
Eysto q̃ anda en quatro pies -
Eysto q̃ ~~de alcar~~ en dei alto ala mesa -
Luego mayores alcança,
en crianca,
en fuerças - mas en saber -
ved de ~~tamanna~~ vuimy esperança,
lo q̃ ~~tabo~~ de Recoger —

E va a pensallo vn Espan -
Los sus sesos, y donaires -
despues llevanselos ayres -
dales ojado, y quebrato -
Sabia mas q̃ el Jurado -
bien Jurado -
ayudaba ala mysa, al crego -
aun q̃es vn mal muy vsado
seras con tu hijo ciego —

En Amor harto ~~[illegible]~~ hizo -
y el Amor, este es, q̃ ciega -
però le q̃ nadie niega,
que es menester mas listo?
no sé lo que diga no -
triste yo -
q̃ di dias a esta parte,
del guanado descuydo -
y de si no sabe parte -
Díxome uno, q̃ lo vido
aun aora, por aqui -
que es del? bien dicen por mi
perdido, tras el perdido -
ando cansado, y soy viejo -
que consejo,
tomaré, de mi camino?
veis el mi perro vermejo,
a la fé tras mi se vino -
Y tu hijo andas huyendo
de mi, de val encollado -
q̃ mal consejo has tomado -
El porq̃. yo no lo entiendo -
sigues los vientos livianos -
no los sanos
consejos, de ~~[illegible]~~ tu padre -
olvidaste tus hermanos -
con la vieja de tu madre -
Hame dicho un ~~escolar~~, escolar -
q̃ sabe de encantar males,
q̃ siete rios cabdales,
te convienen de passar -
y nadar por la laguna,
con la luna
nueva, y buscar siete fuentes,
perenales, y en cada una
labarse, y cobrar las mentes -
Ay, quien tenga otra sospecha -
ay, quien otra, y dicho me han

muchas, ẽ muchas diran —
mas sintj que me approuecha?
La vejez, es cierto cosa,
trabajosa.
ninẽz, sin destinto alguno —
mocedad tan peligrosa —
q̃ de ciento, no escapa vno —
Este flaq̃ cuerpo cansa —
d'andar tanto, me despeso —
mas puedi tanto el desseo,
q̃ alg̃ el corazon desatasa —
quiero dar buelta allDidea —
que pelea,
tan luẽga, en q̃ este amor quiere
q̃ todo lo prueba, ẽ vea —
antes q̃ me desespere —
A ỹ Dexo, ay hijo Alexo —
puedeser, q̃ se me escondes —
~~o pijes, q̃ no te perpuedes~~ cierto q̃ no me despõdis —
yo portj, todo atras dexo —
Matas ~~Alexo~~, aquel viejo log̃,
a que tan pog̃,
de consejo ẽ vida avãça —
~~antes~~ ~~cansado~~ de llamar portj,
~~cansado~~, ẽ a Rog̃ —
peor es, sin esperança —
La Ninfa - dela
fuente —
Duerme el hermoso donzel,
no zagal, no pastor nõ —
mjentras al sueño se diõ,
mij Alma diossele ael —
và el sol alto, ẽ con el
del dia: es jdo buen trecho —
no sé que d'mj se es hecho —
será, log̃ fuera del —
Log̃ de mj que a mirar
me puse, ẽ dixe, tal viẽdo,
quien tanto applaze dormjendo,
despierto, q̃ es de pensar?
Quisierame desviar,
no se quien me buelve aquj —

quam tarde melo entendi;
q̃ peligro es comẽçar!

Cruel consejo me ha dado
~~Amor cruel consejero~~
sin bien pensallo primero,
q̃ lo tenga agencatado Amor cruel consejero
avia me yo sospechado,
(mung̃ se Amio sin sospecha-)
q̃ la su via derecha,
se fria el sueño passado-

Assi q̃ esta agua encanti-
en quato ~~assi~~ mela ~~ha~~ encatava,
quien las palabras guiaba,
(el me hes testigo) Amor fui-
aora q̃ mas pensi,
ala su cuita mortal-
pudiera sufrir mymal-
el suyo, como podra

Y quando el myo guiçà
no podiera sufrir yo-
q̃ pagasse el q̃ peq̃-
~~su beldad, q̃ culpa me ha~~
q̃ la razon ansi và-
qual otra alguna serà?
q̃ me q̃te desta culpa?
su beldad nome desculpa,
antes mas culpa me dà-

Ora los ojos dexeis-
paguar a Amor su tributo-
no queda aqui nada enxuto-
llorad, q̃ gelo deveis-
Aves, q̃ os assi sabeis,
guiçà quexãdo aliviar,
mientras myoyerdes q̃xar,
Ruegoos q̃ me acompanãdo naïs-

Cançion-

D'Amor bien dizen q̃ es ciego-
ninno, liviano, y cruel-
si en mi fuere acendio fuego-
quien podra valerse del-

Poderoso amor altivo,
quien darme razon sabria?
si mi vida, era agua fria,
como agora, es fuego bivo?
Sordo en todos, en todo ciego -
todo bilagas de hiel -
todo sangre, y todo fuego:
tal es el, tal dizen del -

Alexo -

Que es esto? suenos durmia?
andava por
~~fonaba, con~~ vnas brenas -
d'vna parte, y d'otra penas -
do nunq̃ el sol descubria -
estaa puesto en mortal agonia.
no viendo esperaça alguna -
q̃ xoso de la fortuna,
en lloros me deshazia -
Y entretanto q̃ me quexo,
Soloa La muerte ~~esperaba~~ pesado
oya, de quãdo, en quãdo,
a gros, llamar Alexo -
Si es quexa q̃ si me alexo
q̃ lexos me ira mejor.
en cortesia d'amor,
y de ventura lo dexo -
Semejava ciertamente
La voz, del buen viejo mio -
abaxo espumava vn rio,
que nunq̃ sufriara puente -
via La muerte presente -
siendo en tal aprieto puesto
halleme fuera de presto,
del sueno, y del acidente
Mifo sea lo que fuere -
mal paresçe, y mal sera -
el coraçon melo da -
huega Dios lo q̃ quisiere -
huerte, mente me requiere
Soledad, huerte el desseo -

que vida sobre my veo?
sofriré lo que pudiere —

La voluntad se me encierra.
afuera, afuera, consejos —
a Dios my tierra, y mys viejos —
gran mal de vos me desterra —
se me muero en otra tierra,
los huessos acá me trayan —
que mundos, piensas q̃ vayan,
allá, tras aquella sierra —

No cale tiempo perder,
más del perdido, que es mengua —
palabras vanas la lengua,
los ojos agoas correr —
lo que há de ser, há de ser —
de que sirve, el dilatar —
delos ninhos es hablar —
delos zagales hazer —

Matar me he la sed de nuebo —
que gran secura q̃ tengo —
con q̃ cuyta ora a ty vengo,
fuente q̃ en my alma llevo —
si ~~[illegible]~~ tanto, a ve[illegible] me atrevo,
q̃ aun bolviendo por aquí,
beviesse más ledo en ty.
delo q̃ aora ~~beyja~~ — en ty bebo
encantado dize —

No veo al bos q̃ salida —
la vista, se me esbanesce —
por toda parte ~~[illegible]~~ a nochesce —
mal se ordena, e, [illegible] partida —
a la fé que se [illegible] ida,
lo que quería de
yo era el pera [illegible]
vos no pera ser [illegible] —

~~Juan pastor~~ — —
Anton — Juan pastor —
suspirado has compañero —
no se como no llorava —

Sabes porq̃ suspiraba,
porq̃ aquí cantó Ribero,
aquí nuestramo escuchaba —
Rodeavanlo pastores,
colgados de la su boca —
cantando el los sus amores —
gente de firmeza poca,
q̃ le dió tantos liores,
y agora gelos appoca —

An — Esso falta Joan pastor,
soncas porq̃ suspirar —
o q̃ se pueden alçar
los ojos sin dolor,
y aq̃ se pueden baxar?
donde los pornias enxutos?
adelante, o cara atras?
La tierra niega sus frutos
el sembralla es por demas —
Los ayres todos corruptos —
Los hombres cada vez mas —

A La sombra daquel pino,
que a tal dicha se plantó —
no ha pero mucho nó —
q̃ todo el campo vezino,
de la su Rueda, assombró —
vineme a Rivero a ver —
como otras vezes solia —
(quan presta huye el plazer —)
consigo aquí te tenia —
a cantar y a tañer —
mi enviras la siesta cahia —

R Acuerdo en el piensamiento,
lo q̃ cantastes estando —
La memoria va volando —
del tan me acuerdo, y del cuerpo —
en busq̃ del cantar ando —
ora atinemos al tan —
amigo, q̃ jura a mi.

Este era el tiempo, y sazon.
el lugar este era aquy —
las palabras tras el son,
ellas se vernan por si —
Jo. pas. ℣ orquessa cantar fue el llanto
del Cigne, como se cuenta,
en su postrimer affrenta.
quierote ayudar ~~respuesto~~ sum — en quatro
~~vees q~~ corre tanta tal turmenta —
ya vees q mundos son estos —
nunqua tales fueron creo —
en las mudancas tan prestos —
truecangete a cada oteo —
a quy quatros buenos gestos
vy pogha, y uno no veo —
Mas las quexas a de parte —
alo q mandas vengamos —
el cantar q aquy cantamos,
fue sabes de lexos parte,
do buenos dias passamos —
yo le llevava el descante —
el comencava primero —
con aquel triste semblante —
Snyo, en un modo estrangero —
Ant. ya. ya. ya. voyme delante —
en persona de Ribero —
Amor burlando va, muerto me dexa —
tiene deq por cierto. asu merced —
como de Snor ne armó la Red —
pusome en ysio i. Ende me aquexa —
cadora mias se
de my, mucho cr quien me desmiente?
tu, q lo saben toa quien gano,
precio delalucha, esse perdio —
digo Snor, q tal consiente —
Snor q tal consiente —
esce ~~tirta disgualdad~~ tal maldad —
porla voluntad —

Siesto algunavora fue, esto al presente –
vn ~~tal~~ pastor Jnocente,
La sampoña tanja, en Regla estrecha,
del tañer affinado – y ansi cantava –
plugo más vn zagal q̃ ende silbava –
ved Razon ante Amor ~~//~~ quãto aprovecho –

Ant – ved Razon, ante Amor, quãto approvecha –
mocuelo antojadizo, y voluntario –
al Serbidor mayor – mayor Contrario –
~~bolante~~ turbado y sieg~~ão~~ lleno de sospecha –
vno porq̃ coecha –
otro por atrevido, y mal Criado,
otro por no seguc – quien lo adevina?
quien lo piensa en lo guisc – y se esmagina.
Sin bentura q̃ hará quien lo há probado?

Jo- pas- Sin ventura q̃ hará quien lo há probado –
y lo prueba cadora, Estraña suerte,
pudo aver quien assi corra ala muerte –
dotre Cuydoso – de sí descuydado –
Amor Cruel, te há dado
Zagala hermosa, peró fé metida –
Enteramete todos sus poderes –
más Jngrata muger, delas mugeres –
quien el alma le ñio lleve la vida –

Ant – Dime Zagala, y como puedes ver
el sol en paz – y como las Estrellas –
de dia, viendolo ael, de noche, aellas,
como puedes dormir – como come..
q̃ piensas al tremer
de tierra, como ogaño, o si ara ..lo,
piensas q̃ es Juego o que? ..sestal –
q̃ se vn Rayo fue vano, ..izonal –
y adonde no caye el, caye ..Recelo –

Jo-p- Aquellos ojos tuyos que al passar,
no se lo q̃ callado me dizean –
aquellos que ~~la mi~~ la triste alma embiaan
vn tiempo, a mi plazer, otro a pesar
el dulce marmurar,

con la tu Compania, y de color,
mil —vezes trastrocarte, en vn momento,
todo soltaste olvidadiza, al —viento.
y, bives, muero yo, sufrelo amor —
hasta quando seri tan lõg yo? hasta
quando, tan sin Juizio, y, buen Sentido?
el tiempo, y la Razon, piden olbido —
amor solo no quiere — y solo el basta —
q̃ niebla esta tan basta?
si entre el triste demy se pone, y el puerto —
q̃ —viendo lo mejor, lo pior sigo —
tambien oydos cerrado al castigo —
con mis cuydados —vanos, de concierto —
Y a se que has de fazer quato quisieres —
pero dy, que señor nunqua tan bravo.
fue, q̃ dexiesse tal? eres mi esclavo,
yo no tu señor no; mi se quien eres —
fiaste en tus poderes —
vfano, y desigual — soberbia es esta,
q̃ se pueda sufrir, con paciencia?
no basta tato mal; no la Innocencia?
mas al cabo, en fin, fin, ~~al q̃~~ la respuesta —
Quando luego te vy, —vive piedosa —
yendo a delante ~~porq̃ amor supon~~ sin q̃ mas lo pensar
supitamente te senty mudar —
que es esto; es bien q̃rer tan mala cosa?
Ora q̃ se vaya el carro ante los bueyes —
Los pexes, a pascer —vayanse al prado —
Labren ~~[illegible]~~ Villanos, bueles el ganado —
~~q̃~~ oydo avia mur, de tas tu leis —
no prossiguo mas —
antes, (como era c so)
alco los ojos, pensoso
~~q̃ fue q̃ mi compañero~~ el buen compañero —
hablava a tiempo, y lugar — donde escõdido te mebias
~~mas~~ despacio —
pastor bueno, si al palacio,
no dexaraste engañar —

7

hay a quato aqui paresçen
mas deçeados zagales,
en deleytes, se enbanesçen
cuerpo delicado y tierno
se demuda
al trabajo, quando suda
al salir fuera, en ivierno
A La Risa, no digo al,
a bezes no se valerme
que se quiere hazer gioal
el que duerme, al q̃ no duerme
y ansi tendido, y dormiendo,
qual se yaze
dizir, esto me plaze
Le es Razon muy suficiente
Ant Es ansi cierto sin falla
mas cadvno allá lo vea
vengamos, a quien se calla,
y sabe dios q̃ dessea
de cantares estrangeros,
sed nos muestra
seria La deuda nuestra
pagar - y mas sin dineros
Grande, o pequeña q̃ sea,
cosa q̃ Turibio mande.
cuyde por cierto, antes crea
q̃ holgaria mas de ser grande
queria en toda manera,
el cantar bueno.
no tomara delo ageno
si de mjo lo tubiera
D essecho de ver tierras
vbe de passar los puertos.
puseme alas altas sierras
por Caminos poco abiertos
allá q̃ pastores vi
quan enseñados
a cantar versos Rimados
dirbo he lo q̃ oyrby

vino un dia un viejo cano
allij, acaso, a mj ver —
tomó la sampoña en mano —
toq̃, bolvióla a poner —
todos sobre todos jo —
deseando,
de oír mas, y porfiando —
El buen viejo, assi canti —
Los guisados d'amor, son coraçones —
Los nuestros ojos, son sabrosas fuentes —
de q̃ bebe con sed — son suaves sones
Estos nuestros suspiros, inocentes, y
tratados cruelmente, en sus ocasiones —
del todo, enaçanados, de las mentes —
celos, cuydados, coytas, desto os dá —
Lo q̃ tiene d'amor, como os dará.
No veis q̃ va desnudo: y q̃ no lleva,
si no conq̃ hagamal, bien, no ninguno?
d'rq̃, fuego, sãetas, conq̃ os prueva —
~~vermeyos desiguales~~ — ~~como rayos~~ y dá tormentadores importuno
vos vno al mismo os hijs dando. La nueva,
q̃ es falso, q̃ es cruel, ~~por impiedad~~ no q̃da alguno —
Logs, aun dirè mas — logs perdidos —
ya q̃ ojos no teneis — tened ojos —
y tu, q̃ enfingimiento es esse tuyo —
ninno, (o guaca nuestra) atado, y ciego —
bruyes si voi ai siguis, quado huyo —
vencedor, e vencido luego, y luego —
no veis q̃ amor no tien, nada de suyo?
nos las flechas le damos — nos el fuego —
guerras vestis su deidad, tan espantosa
abred los ojos bien, no vereis cosa —
No os pongan mjados, sus espantos vanos —
no las sus trahanarias — q̃ esvanece,
como vey q̃ cruel sois alas manos —
allij fuyendo, en ligereza crece —
engaño (ah tan comun) dalos humanos —
encantamiento, q̃ nos enlogueçe

niebla q̃ con vn soplo se desvanecia —
~~mjnos mjnos mjnos~~ mjnos q̃ mjnos estraña —
~~mjnos que otro q̃ se~~
Cantado q̃ el bien viejo vbo
toda aquella nuestra gente,
como personage estubo —
yo tambien por consiguiente —
Enesto licencia toma,
el vejo fino —
parescia peregrino —
quesba en Romaria a Roma —
Mas noes bien questo assi passe —
y, q̃ solo Anton se quede —
tiendosse sino cantasse —
q̃ sabe, q̃ vale, y, puede —
sino q̃ nos quexaremos.
al mayoral —
La su sampoña rogal
tomado ha, bien lo tenemos —
Ant. Si veis tan corteses sido,
vno, y luego otro despues —
q̃ aun q̃ aya a quedar corrido,
sea, antes, q̃ descortes —
La mj sampoña aldeana,
que os dira?
sea vn cantar de aca,
destos dela tierra llana —
~~villanesca~~
Quando tanto alabas clara,
tras, q̃ a luchar se desnuda —
La ~~tuerta~~ mortal de la mj cara,
que frios sudores suda?
Ora alabas la blancura
del bivo, y del blanq̃ pecho —
con toda aquella hermosura,
del su cuerpo, alto y derecho —
quien fuera q̃ tal pensara?
(ah la mj suerte sanuda).

verte contra mj tan clara
verse contra mj, tan cruda —
Los sus cabellos, son d'oro —
La mansedumbre, suave —
Las fuerças, como d'un toro —
La ligereza d'una ave —
Comjgo el alma no para —
huyendo ala cuyta aguda —
quando tal passion despara —
y, al gasto sale desnuda —
Tambien delos mjs cordojos,
delos mjs vasgos, y, fuegos,
son testigos muchos ojos —
q lo ven hasta los ciegos —
Las mudanças de mj cara,
el mj pecho q amenudo —
muestran la mj passion clara —
La mj lengua sola es medo —
Entre dos males tamanos
q no sia igual venca —
gran fuegos de mjs danos,
grandes dela vergueça —
Si del todo me pasmara,
q era de pasmar sin duda,
El mal mucho me ajudara —
que en todo me desajuda —

Josias Turribio que se pareça,
d'Sinton, mj buen Companero —
no menos merresca,
esto, q lo estrangero —
Tur — Estargeha cualquier modo,
ala pareja —
mas q en viene alla contodo —
El lobo es enla Consejo —
pelayo — yo vengo fuera de mj
mjs amigos y no hoy —
q en el bosq un zagal vy —
q yo juzgaria por loq —
mas porq son muy diversos,
los modos de elogueçer,
deste diria a mj ver,
q anda Componjendo versos —

Jo. Past. Malo por mal Remediado -
gua tas siessa es su ddencia -
comersehá como aRaffiñado -
sin ninguna paciencia -
destempladas. Las tus venas -
q̃ temblan y ardan despues -
para todo, ay cosas buenas -
Esse mal, sin Remedio es —

Pel. Juro, y perjuro, a mi fe -
amigos, sino lo veis -
clara mente melo sé,
que nunqua me lo creeis -

Tur. Eya pues toma la aguja -
veamos q̃ es lo que hizeis

Pel. ~~ala fe y dize, y fize~~ -
Si gusdme, mi companhia -
ala fe yo dize y fize -
— y esto - q̃ fanda çaharena -
a cá, y allá ~~[illegible]~~ - murmurado
~~en~~ espacio tan pequeño,
tantas — vezes suspirando

Al. mal aya un mal tan estraño -
pienso veros - nunqua os — veo -
~~[illegible]~~
gnato q̃ cerro al desseo -

Tur. Ay, juan pogi al desengaño -
O, bien de mi y que bueno -
mil cosas tales se dexa
dizir, quien tan bien se queixa,

Pel. no esta de si muy agrano -
q̃ hermoso, y que bien dispuesto
mas con q̃ ansia q̃ suspira:
veis lo q̃ buelto aca mira -

Alex. veis lo allá buelto tan presto -
El mi coracon mal sano,
fuessome no se tras quien -
esso se buscan tambien,
mis lo̅s ojos en — vano -

Jo-p. segun suenan sus palabras —
diria del mochacho,
q̃ el amor le daba empacho —
nõ guarda va aqui otras cabras —

Alex- A quel gran golpe, por medio
q̃ este mj pecho me abrio,
de quatos males me dio,
no me dio solo vn Remedio —

Tur - cata, cata Joan pastor,
aotas bien lo entediste —
Luego enlo biendo dexiste —
q̃ el su mal q̃ era d'Amor —

Alex- q ue la mj alma se bea
en tal aprieto ẽ fatiga,
pues la fortuna enemiga,
pues Amor quiere, ansi sea —

Ant, no se que desto ~~me creo~~ — creyesse
~~mal~~ con el mj seso harto poq̃,
~~nunq̃ por ninguna oj tos~~, mas nũ qua conocij los
q̃ enamorado no fuesse —

Jo-pas- S i ya la vista no se embrug,
pues me alçado el sobrecejo —
y, este es Alexo del viejo
Sancho, de quien anda en busca —
por aspros bosques ~~tan~~ sombrios
por puertos tan mal seguros,
Entre enemigos tan duros,
q̃ descuido, son los ~~es~~ mjos —

Ant, h ablo contigo o conquien?
digote q̃ este zagal,
ansi se queja del mal,
Soncas, q̃ paresce bien —

Tur- ah nora mala ello sea
quien lo puede ver sinduelo
que tan sesudo mocuelo
nunqua vo en nuestra aldea —

Jo-p. M oco para dar consejo,
no es cosa de mucha tura

mas asiento, haze locura,
en la cabeça dun viejo — estos ~~mis~~ ojos tan sandios
~~seguro me todos seguros~~ q̃ me solian ser buenos,
~~tor un corrado zagal~~ ~~mas n mos. rompanto~~ otros eran quãdo mios —
~~q̃ ningun hize a nadie mal~~ hize mal — soy zagal ~~otros, quãdo son ãgenos~~
~~han me corçado enemigos~~ ~~soy me un simple zagal~~
~~q̃ nunq̃ hize a nadie mal~~
~~han me corçado enemigos~~ ~~tengo cro mi enemigo~~

— vamos ~~a llamar~~ su padre a llamar
qual padre? — vamos al cura —
(que es ~~otro~~ es demonio, o Locura —)
que lo benga a esconjurar —
Amor cruel, y no tal,
como a gran tuerto se nombra —
no lo dexa a sol, ni a sombra —
haze como suele mal —

Consejos no me convienen —
con mis — vanos pensamientos —
unos se van con los vientos —
otros, con ellos se vienen —
no es tiempo dorra ~~despuesta~~
son, q̃ ala fuente te espero —
como corres tan ligero?
paresçe que es sobre apuesta —

¿Estos corriendo, a que — van?
uno tras otro, a porfia?
corren, ala fuente fria —
~~tan bien~~ ~~Id~~ ~~sed tengo~~ ~~afan~~ piensso q̃ la beveran — aber me la han
todos nos — vamos — allá —
q̃ nunq̃ tube tal sed —
si no la mato sabed,
q̃ ella a mi me matara —
Encantados, dizen —

— viste jurar — violante —
viste q̃ fui por demas —
como ¿es pastor q̃ cante?
o Rios corred a tras —
y montes Id a delante —

Toribio — El monte, arde al d'ernador —
tira d'mor, flechas a pares —
piedad, o, piedad Señor —
quando mas crueldad pensares —
mjembrate q̃ eres d'mor —

pelayo

por estos buenos abrigos —
ay q̃ zagala, clarença!
Sean los ojos testigos —
Reyne, biva d'mor, y benca —
y mueran sus enemigos —

Jo-pastor

Ciega ceguedad, humana,
q̃ assi a todos nos destruje —
vedes, q̃ es Incierta, y vana,
vedes q̃ la vida fuje —
andais ys de oy en mañana —

J-

~~La ninfa de la fuente~~ —

~~fuente mja dulce y clara~~ —
~~turbia agora, y mudada agora mudada~~
~~dastes, no ysiere nada~~
~~solo, el primero abertura~~
~~Inbario aquí la su cavera,~~
~~deviendo, un santo Domingo~~
~~Lebrija, como primero~~
~~tornar~~ y ~~negra~~ el rosa, y ale clara —

J-

secosse el valle sombrio —
Con la tu triste partida,
Ragala desconocida —
afundou fr.º de saa de myra y —

Mas la tu tierra assolada —
siendo tu la su trigueza —
nascida enella, y criada,
podiste hazer tal crueza —
En miseria, y, en pobreza —
La dexaste, en tu partida —
y a mj coytado, en tal vida —

O ydos q̃ ensordecistes —
a suspiros, y, a los ruegos,
que veran los ojos tristes,
agry dexados tan ciegos —
vasgos, y, de sossegos,
dexas en lugar de vida —
tras los tus ojos fuyda —

Las yerbas, las fuentes frias —
y, las ~~flores~~ flores q̃ hás pisado —
quanto te via, y, tu vias,
todo queda abelanado —
vn triste, vn ciego, vn ~~cansado~~ coytado,
vn log, en la tu partida,
pasmando pierde la vida —

vilancete d'amor d'Rezende —

polo bem mal me fezeestes —
mas nũqua eu tenha prazer,
se mal bos posso querer —

S ũ recela ~~tozão~~ Jgoal —
mãs —vede has leis q̃ amor tem,
q̃ em bez de bõs q̃rer mal,
assi bõs quero mõur bem —
E passo tanto Jnda alem,
do q̃ soy d'acontecer —
q̃ me —venh' aaborrecer —

Cantiga —

D e quem me devo queyxar?
de bõs, que podera ser,
nam bj sej triste culpar —
fiq̃ somente ho sofrer —
se mais fiq̃ he suspirar —

H os meus suspiros teugora,
casi eram contetamẽtos —
tambem de prazer se chora —
entraram males de fora
nam hum, nam dez, mãs seiscẽtos —
nam lhes abastou entrar,
mãs Jnda sempre crecer —
honde há dir Jsto, a parar?
nam fiq̃ senã sofrer —
E ho mũdo do suspirar —

M ãs hos sospiros que são?
salvo ser espalhado ao —vento?
honde brada ho coraçaõ

ao seu passar,
tudo hà d'acabar —
a este vilançete velho —

Pesiera y los mis amores,
En vn tan alto lugar,
q̃ nolos puedo olvidar —

A mi mal tan mal creydo —
Sin cura, sin fin, sin medio.
Era remedio el olvido.
Yo, olvidime del remedio —
por los, no duelen dolores,
por los, no pesa el pesar —
como os podre olvidar?

Porlos el contentamiento
(quien nunqua tal cosa oyo?)
Entre la muerte y tormento,
Lugar para si fallo —
y en medio de mis dolores,
q̃ en fin, fin, me han de matar
a, plazer se puede estar —
a este outro —

Secaranmelos pesares,
Los ojos, y el coraçon
q̃ no puedo llorar no —
De quedar ansi, gual tu quedo,
no se como pudo ser,

Otros llorar con plazer,
yo con tristeza no puedo -
ora si un coraçon ledo,
puede llorar como no,
llora un este coraçon?
a E intiga velha -

En toda la trasmontanha,
nunqua vij cosa nijsor,
q̃ era la esposa de Anton,
vaquerizo de Mouraña -

Naquelle longo desterro,
q̃ por vontade ~~sem fuerça alguma~~ seguij,
q̃r fosse tiranno, q̃r erro,
quijs ho coraçaõ assi -
Vij huã visaõ ~~humana~~ vfana
~~ao vezes cuido q̃ não~~ não sey ho q̃ era ou q̃ não
fosse verdade, ou visaõ,
hia em trajos de serrana -

Nam era ho coraçaõ quedo -
hia, e tornava, a mijude -
ora, oo prazer, ora oo medo,
tiveme ho mijlhor que pude -
mãa sorte, quãtos bens dana?
bradar e queixar em vaõ -
suspirava por Antaõ -
hum vaqueiro, de Mouraña -

Q naytas bualhen, triuego,
todas affinencie bien —
una falta, j.es por quien
quatro a mj nadie bolbiu —
dto. q̃ hare desdichado jo,
conque la vida sostenga,
hasta q̃ mj vida venga —

Cantiga —

E Lq agravios q̃ recibo,
de quien jo menos deviera,
dexadme llorar siquiera,
ja q̃ pera mas no bivo —

D adme esta amarga salida,
al dolor, esto q̃ es cuesta —
no deciendo ala otra vida,
con tantas mjs quexas, desta —
mjentras dure mal tan esq̃vo,
no quiere mas mal q̃ eu muera,
dexadme llorar siquiera,
tenrie solo esto de bivo —

Cantiga —

N ada do que vees he assj —
nam te mudes, nam te aballes —
tudo he tireme da quj,
mateme ressontros valles —

Nam te engane ho q̃ parece -
Isto he sonho, & mostra vaã -
q̃ de fóra resprandece,
dentro nam há cousa saã -
corrij montes, corrij valles -
desatinado a possij
deixame acabar Jáasi,
nam me ~~deixes~~ mãdes ver mais males -

vilancete feito por outro.
q̃ diz serrana hõde
Joubestes rij casi em sonho: -

Coração honde Joubestes,
que tam maã noute me deistes.
Toda ha noute pelegej -
eu q̃ mais Jáo nã podia,
busquej vós, nã vos achej -
sem vós eu suo q̃ faria.
deêtesme dores de dia -
pollo q̃ assi me fezêtes,
de noute dores me deistes -
esparça aos tempos -

Nam vejo ho posto a ninguem -
cuydais q̃ são, & nã são -
homẽs q̃ nam vão, nem vem -
parece q̃ avante vão -
antre ho doente & ho sã
mente cadóra ha espia -
no meo do craro dia,
andais antre lobo & cão -

de este cuio — velho — a q ajudara m

Q uien viesse aquel dia,
quãdo, quãdo, quando,
saliesse mj vida,
de tanto vando —
fr.co de Sá de myr —

Los mjs tristes ojos
tan tristes, tan tristes —
quãtos injl enojos,
q̃ plazeres vistes.
vistes esperanças —
vientos, vientos, vientos —
quãtas de mudanças,
quãtos de tormẽtos.
vistes añadidas,
a mjs penas, penas —
vistes muchas vidas —
vistes, mas agenas —
Consejos me dieron,
tan sanos, tan sanos —
q̃ ayna me vbieron
muerto a las mjs manos —
A las manos mjas —
por cierto, por cierto
manos no sandias
si me vbieron muerto —
A la suerte mja,
plugujesse, plugujesse,
q̃ vejesse vn dia,
mãs no viesse
q̃ otro no ~~sugujesse~~ —

Não posso tornar hos olhos -
donde hos nã leva ha Razão -
quem poraã leÿ aã vontade?
ajudada do costume?
vontade, q̃ has suas leis -
manda defender por força -
Isto q̃ al he senão força?
q̃ me fazem estes olhos
q̃brantadores de leis -
brada a pos mÿ ha razão
por de mais - vece ho costume -
vence ha vencida vontade -
Aquella sesta vontade -
cahio ante ha mayor força -
segue cativa ho costume -
nam posso sooměte hos olhos
alevantar aa razão -
q̃ faz, & desfaz has leis -
Alcouse o mor & fez leis,
como foÿ sua vontade -
a gram mÿngoa da razão -
queÿra, ou nã queÿra, he por força
q̃ lá seme vão hos olhos,
honde se vão, por costume -
Nam valem leis sem costume.
val costume contra has leÿs -
costados destes meus olhos.
q̃ assi segue ha vontade -
por tiranja, & por força,
nã val, nem ousa, ha razão -

Esquipda. Dobrastes ~~[illegible]~~ —
A que fez ~~[illegible]~~ ha vezão —
~~[illegible]~~ ho costume —
q̃ fazey aõ mayôr força —
ajam piedade hãs leis —
de que entregue aõ vontade,
hay em poder dos seus olhos —
O olhos, a pôs hã vontade —
hãs leis, a pôs ho costume —
a pôs hã força, hã vezão —
A este cantar de moças —

Minyna fermosa,
q̃ nos meus olhos andais,
dizeõ porq̃ mos quebrais —
Em vos vendo volos dey —
Logo vos passastes hy —
nunqua mais olhos abry,
nunqua mais olhos carrey —
Vos lhe soes ~~vegra~~, vos ley —
nam fazem menos nẽ mais,
daquillo q̃ lhes mandais —
Em pago desta ~~tal vontade~~ vdade —
~~q̃ vistes e experimentastes~~, q̃ estranhais porq̃ nã se vejo —
~~de todo assi mos quebrastes~~ q̃ braymos, ha alma q̃ sey
~~sem alguã piedade~~ — nã sabe mudar vontade
minyna / contra hã vdade,
contra todos hos sinais,
cruel, de cada vez mais —

T omais vingança, da fé
q̃ sempre com vosq̃ ~~ted~~ tive:
ou de que: d'alma q̃ vive,
por vossa honde qr q̃ estee —
Dizee minjna por que,
tam vossos olhos quebrais;
nambolos ~~deferio~~ mais:

Estança, tirada d'hũa sua
Tragedia, intitulada
Cleopatra —
q̃ anda
assi per fóra —

A mor, ~~e~~ fortuna, são
dõus deoses, q̃ hõs antigos,
ambos hõs pintarã cegos
Ambos nã seguẽ Rezão
ambos hõs mõres amjgos,
poem em mais desassessegos —
Ambos sam sem piedade —
ambos se passam sem tino,
do q̃rer, oõ nam querer —
ambos nam tratam verdade.
Amor, hé cego & mjnjno —
fortuna, cega & mollher ——

J -

INDICE ALFABÉTICO DE NOMES E DE COUSAS

A mi vida llena: 68.
A un Português que lloraba: 45, 159.
Abreviaturas no autógrafo de Sá de Miranda: 18, 84.
Academia de Nocturnos: 68.
—— *de Singulares:* 68.
Afonso (D.). *Vid.* Infante-Cardeal.
Africa (serviço militar nas praças da): 46.
Aguilar (Felipe de): 27, 90.
Ah si viesse un dia: 69. Cfr. *Quien viesse aquel dia.*
Aires (Cristovam): 11.
—— de Sá, autor de *Frei Gonçalo Velho:* 162.
ajudas (poéticas), *ajudar:* 17, 31, 64, 65, 67, 68, 82, 182.
Ajuda. *Vid.* Cancioneiro da Ajuda.
Alexis: 152.
Alexo, Égloga de Sá de Miranda, e seu principal protagonista: 33, 35, 38, 39, 40, 41, 44, 46, 47, 50, 61, 80, 81, 82, 138, 148, 151, 152, 153, 155, 158, 163.
Álvarez (João), impressor: 75.
Aman, tragédia anónima italiana de assunto bíblico: 186.
Amant alterna Camoenae: 177.
Amebeu (canto) = alternado: 41, 56, 138, 152, 176 sgs.
Amor burlando va, muerto me dexa: 24, 25, 41, 145, 178.
Amor tirando va por cielo y tierra: 57.
Amor e fortuna são: 24, 25, 47, 185.
Amor em que anda?: 180.
Anagramas: 151.
Andrade (Francisco de): 51, 162, 183.

Andrade Caminha (Pedro de): 18, 29, 37, 59, 67, 68, 69, 71, 78, 83, 158, 182.
Andrés (figura pastoril): 28, 152, 159, 160, 165.
Antão (pastor): 41, 56.
Apophtegmas: 182.
Aquele esprito ja tam bem pagado: 35.
Aragão (D. Francisco de): 67, 71.
Aranha. *Vid.* Brito Aranha.
Arcadia: 40, 61, 155, 177. *Vid.* Sannazzaro.
Argensola (Lupércio Leonardo de): 186.
Archivo Histórico Portuguez: 18, 63, 155, 164.
Ariosto (Ludovico): 181, 185.
Arte de Galantaria: 182. *Vid.* Portugal (D. Francisco).
Arte maior (versos de): 41.
Assumar (Conde de): 13, 15.
Ataíde (D. Antonio de), Conde da Castanheira: 66, 158, 170, 171, 172, 174, 178.
—— (D. Caterina): 67.
Aveiro (Duque de): 74, 82, 172.
Aymon de Cantabrigia: 157.
Azevedo (Antonio de): 29, 31, 52, 183.
—— (D. Briolanja de): 29, 45, 75, 183.
Badajoz (Garci Sánchez de): 73.
Barata (A. F.), publicou um Cancioneiro Geral de vários: 31, 183.
Barata (Manuel), calígrafo quinhentista, louvado por Luís de Camões: 18.
Barbosa Machado: 183.
Barreira (João da), impressor: 75.
Basto (Cabeceiras de): 31, 37, 46, 47, 80, 81, 154, 173. *Vid.* Pereira.
Basto. Égloga de Sá de Miranda, dedicada a um Senhor de Cabeceiras de Basto: 28, 32, 33, 35, 57, 61, 72, 82, 157, 165, 167, 168 *Vid.* Égloga Moral.
Beatriz (Infanta D.) de Saboia: 186.
Beja (Paulo de): 160.
Bela mal-maridada: 67.
Bermúdez (Jerónimo): 186.
Bernárdez (Diogo): 16, 18, 35, 43, 59, 69, 78, 79, 83, 158.
Bernardim. *Vid.* Ribeiro.
Blaesfeldt (D. Guiomar): 67, 71.
Bojardo, autor do drama *Timon:* 186.
Boscan (Juan): 44, 60, 73, 75, 77, 79.

Braamcamp Freire (Anselmo): 157.
—— *Archivo Historico Portuguez:* 18.
—— *Brasões de Cintra:* 15, 157, 161, 163, 171, 172, 183.
—— *Critica e História:* 18, 155, 157.
—— *Ementas da Casa da India:* 162.
Braga (Teófilo), *História de Camões:* 78, 183.
Briolanja (D.). *Vid.* Azevedo.
Bucólicas de Miranda, Sannazzaro, Vergílio, Teócrito: 27, 42, 61, 80, 165, 177.
Burgos (André de), impressor: 75.
Buelve acá, pastor sin tiento: 25, 98, 175.
Brito Aranha, continuador do *Diccionario Bibliographico Portuguez:* 18.
Cabedo (António de): 168.
Câmara (Martim Gonçálvez da): 16, 62.
Cambridge (Conde de): 49, 157.
Camões (Luís de): 16, 18, 22, 32, 43, 46, 52, 75, 78, 83, 84, 159, 179, 183.
Canções à Virgem: 33, 61, 187.
Cancioneiro (colecção de Redondilhas): 78.
Cancioneiro da Ajuda: 18.
—— de Évora (ou Eborense): 31, 76.
—— de Fernandes Thomas: 179.
—— de Luís Franco Correia: 32.
—— de Pedro de Andrade Caminha: 83.
—— do Visconde de Juromenha: 32, 40, 47, 50, 53, 54, 57, 64, 90, 145.
—— Geral, de A. F. Barata: 31, 183.
—— Geral, de Garcia de Resende: 26, 35, 41, 44, 48, 65, 66, 67, 70, 73, 76, 77, 85, 153.
—— General: 77.
Cantigas paralelísticas: 177.
Cartas Morais ou Filosóficas: 80.
—— a D. João III: 33, 61, 170.
—— a António Pereira: 154, 164.
—— a João Rodríguez de Sá e Meneses: 168.
Carvalho (Pero): 74, 77.
Castanheira. *Vid.* Ataíde.
Castelo Branco (Camilo): 15.
Castro (Diego López de): 186.
—— (*Inês de*), do Dr. António Ferreira: 47.
—— (Jerónimo de): 33, 37, 38, 45, 62.
Cataldo Sículo: 174.
Cayado (Hermígio): 40, 174, 175, 177.

Célia, Égloga de Sá de Miranda: 28, 32, 33, 35, 165.
Ceuta: 46. *Vid.* Condessa.
Chiado (António Ribeiro): 178.
Chistes: 43, 77.
Círculo Camoniano: 18.
Cleopatra, tragédia perdida de Sá de Miranda: 47, 73, 81, 90, 185.
Coidar e Sospirar (*Processo do*): 67.
Comendas de Sá de Miranda: 64.
—— ganhas por serviço militar voluntário nas praças africanas: 46, 52.
Como no se desespera: 35.
Condessa (Monte da), peleja desastrosa: 45, 46, 49, 50, 161.
Condestável Nunalvarez Pereira: 163.
Coração, onde jouvestes: 24, 25, 133, 184.
Corpus Illustrium Poetarum: 161, 175.
Correia (Luís Franco): 32.
Cortereal (Jerónimo de): 183.
Coutinho (D. Branca): 67.
—— (Gonçalo), suposto autor da *Vida de Sá de Miranda:* 36, 37 43, 62.
Couto (Diogo do): 51, 78, 161, 162.
Criptónimos: 151.
Crisfal: 9, 10, 151, 155. *Vid.* Falcão (Cristovam) e Guimarães (Delfim).
Cueva (Juan de la): 186.
Cunha (Xavier da): 84.
Dantas (Júlio): 90.
Dante: 39, 43.
D'Amor bien dizen que es ciego: 25, 106, 175.
De mi tormiento vencido: 176, 180.
De que[m] me devo queixar: 24, 25, 47, 127, 183.
Denis (Ferdinand): 26, 29, 57, 58.
Devisa da Cidade de Coimbra: 40, 70, 73, 77, 164.
Dia gracioso e claro: 35.
Diego (figura pastoril): 152, 159, 160, 165.
Diaz (Baltasar): 77.
Ditosa pena, ditosa a mão que a guia: 18.
Doidos de amor na poesia pastoril portuguesa: 45, 54, 152, 160, 165.
Duarte (Senhor D.), filho do Infante D. Duarte: 67, 69, 74.
—— (Manuel): 12, 15.
Edmundo (D.): 49, 82, 157.
Égloga Moral: 32. *Vid. Basto.*

Em pena tam cruel, tal sofrimento: 29.
En mi corazon os tengo: 183.
En toda la Tras-Montaña: 24, 25, 130, 184.
Encantamento (Égloga): 33.
Encina (Juan del): 73, 86, 152, 175, 177, 178.
entendimento de um *Mote:* 66.
Epitalâmio pastoril (Égloga): 15, 33, 167, 168.
Epitafios pastoris: 152.
Epístola Dedicatória: 29, 39, 40, 42, 46, 49, 56, 154. *Vid. Estas nuestras zampoñas.*
Estas nuestras zampoñas, las primeras: 18, 50.
Este retrato vosso é o sinal: 35.
Estos pastores mios los primeros: 24, 25, 40.
Estrangeiros (Os): 79, 81, 185.
Fábula do Mondego: 40. *Vid.* Mondego.
Facies non omnibus una: 56.
Falcão (Cristóvam): 9, 10, 75, 176.
—— de Resende: 27, 43, 59.
Faria e Sousa (Manuel de): 59, 62, 83.
Fernández (Domingos), editor: 26, 34, 36, 37, 58, 62, 83, 89.
—— (Lucas): 86.
Ferreira (Dr. António): 18, 33, 34, 35, 45, 47, 61, 161, 183.
—— de Vasconcelos (Jorge): 30, 81, 187.
Flores do Lima: 69, 79. *Vid.* Bernárdez (Diogo).
Folhas volantes: 152.
Formosum pastor Corydon ardebat: 77, 172.
Franco. *Vid.* Correia.
Freire (D. Isabel): 44, 67.
Froais (antecedentes dos Pereiras): 51, 162.
Galharde (Germão): 75.
Garcilaso de la Vega: 44, 60, 61, 73, 75, 79, 155, 156.
Gil Vicente: 22, 40, 41, 153, 154, 155, 163, 170, 175, 178, 179. *Vid. Devisa.*
Góis, residência dos Silveiras: 183.
—— (Damião de): 14, 15, 158, 172.
Glosas, Grosas: 65, 68.
Guimarães (Delfim): 9, 10, 22, 44, 54, 69, 168, 171, 185.
Hendecassílabos à italiana de Miranda e dos Mirandistas: 29, 41, 60, 61, 78, 79.
Henriques (D. Guiomar): 67, 69, 70, 78, 182.
Hércules, Héracles: 153, 160, 169.
Hero e Leandro, Poema de Boscan: 79.

Hilas, Hylas: 153, 169.
Holanda (Francisco de): 44.
Horácio: 27, 79, 80.
Ifigénia (tragédia perdida de Boscan): 81.
Infanta. *Vid.* D. Beatriz.
—— *Vid.* D. Maria.
—— *Vid.* D. Isabel.
Infante (D. Luís): 30, 31, 32, 74, 82.
—— D. Duarte: 74, 171.
—— Cardeal D. Afonso: 74.
—— D. Henrique: 47, 74.
Intermezzos líricos da Égloga *Alexo:* 39, 175, 176.
Isabel (D.), filha de D. Manuel, mulher de Carlos V: 44.
Jano (figura pastoril): 40, 151, 159.
—— *e Franco* (Égloga de Bernardim Ribeiro): 40.
João Pastor: 41, 56.
—— (D.) III: 30, 31, 40, 67, 74, 82, 152, 170.
—— (D.) Principe: 26, 30, 34, 35, 37, 45, 46, 60, 72, 75, 77, 89, 138, 161, 165.
Josepe Índio (Frei): 18.
Jubileu de Amor: 164.
Juromenha (Visconde de): 27, 32.
Leite de Vasconcellos (Dr. J.): 65.
leixa-prem: 42, 138, 145, 179.
Lima (D. António de), genealogista: 158.
Lima (O): 79.
Limae labor et mora: 58.
Linhares (Condessa de): 59.
Livros de Linhagens: 162.
Lopes Vieira (Afonso): 90.
Los agravios que recibo: 24, 25, 132, 184.
Los guisados de amor son corazones: 25, 42, 116.
Lupus in fabula: 181.
Lusiadas (Os): 18, 42.
Lyra (Manuel de): 34, 37, 62, 89.
Malara (Juan de): 186.
Manuel (D. João): 73.
Manrique (Jorge): 73.
Maria (D.), Infanta de Portugal e Princesa de Castela: 171.
—— (S.) Egipcíaca: 73, 90.
Marramaque: 49, 50, 72, 82, 154, 157. *Vid.* Pereira (António) e (Gonçalo).

Mascarenhas (Leonor de): 30, 44, 67.
Melo (D. Francisco Manuel de): 59, 62, 63, 78, 86, 179, 182.
—— (D. Jaime), *Últimas acções do Duque D. Nuno Álvarez Pereira:* 14, 15.
Mendoza (D. Diego de): 70, 78, 183.
Menéndez y Pelayo (Marcelino): 41, 156.
Meneses (D. Antónia de), neta de Sá de Miranda: 35, 70.
—— (D. Fernando): 33.
—— (D. João de): 73, 174.
—— (D. Pedro), Conde: 161.
Menina e Moça: 151.
—— *fermosa:* 24, 25, 47, 52, 136, 185.
Meyrelles (Manuel António de): 13, 15.
Michaëlis (C. M. de Vasconcellos): 21, 27, 41, 42, 52, 67, 68, 69, 83, 84, etc.
Mientras yo tanto a los ojos: 23, 176.
Mondego (Égloga): 28, 33, 40, 73, 164, 165.
Montemor (Jorge de): 33, 34, 45, 60, 75, 77, 158, 159, 182.
Morais (Francisco de): 75.
Morel-Fatio (Alfred), *Catalogue:* 27.
Mote, Moto: 66, 67, 68.
Nada do que ves é assi: 24, 25, 132, 184.
Naquela serra: 24, 25, 26, 128, 135, 183.
Não posso tornar os olhos: 24, 25, 42, 185.
Não sei que em vós mais vejo: 29.
Não valem leis sem costume: 185.
Não vejo o rosto a ninguem: 24, 184.
Navagero: 44.
Nemoroso (Égloga): 28, 33, 35, 82, 154, 155, 156, 159.
Neste começo d'ano em tam bom dia: 35.
No bañes más tus ojos ni derretiendo: 29, 45.
No pregunteis a mis males: 31.
No sé porque me fatigo: 28, 90.
No tempo de Hespanhoes e de Franceses: 44.
Noronha (D. António de): 46, 159, 160.
—— (D. Antão): 162.
—— (D. Afonso): 162.
Nonumque prematur in annum: 58.
Oitavas à italiana: 42, 154, 169, 176, 181.
—— à castelhana: 41.
Oliveira (Cavaleiro de): 59.
Omnia vincit Amor: 185.

Orfeo (de Poliziano): 40.
Ormuz (vitória portuguesa contra os Turcos de): 51, 52, 162.
Ortografia simplificada: 84.
Outeiros: 68.
Para que me dan tormento: 183.
Parió-me mi madre: 68.
Parnaso, título de colecções de Rimas á italiana: 78.
Paris (Ms. de Sá de Miranda na Bibliothèque Nationale): 27.
Pereiras (familia descendente do Conde D. Mendo): 78, 172.
—— D. Gonçalo, Arcebispo de Braga: 163.
—— Frei D. Alvaro: 163.
—— Marramaques, Senhores de Cabeceiras de Basto: 49, 72.
—— (António): 31, 37, 49, 72, 74, 82, 154, 155, 160, 168.
—— (Gonçalo): 51, 161, 162.
—— (João Rodríguez): 46, 50, 52, 61, 160.
—— (Nunálvares): 58, 72, 74, 82, 154.
Pescara (Marquesa de): 30.
Petrarca: 39, 43, 179.
Pinheiro (D. Maria): 171.
Plauto: 181, 185.
Plotino: 163.
Poliziano: 40.
Polo bem mal me quisestes: 24, 25, 126.
Portela. *Vid.* Sortelha.
Portugal (D. Francisco de): 52, 66. *Vid. Arte de Galantaria.*
—— (D. Manuel de): 37, 59, 61, 69, 74, 76, 82, 158, 182.
—— (D. Pedro, Condestavel): 68, 77.
Posiera los mis amores: 24, 25, 129, 184.
Prestage (Edgar): 10.
Prestes (António): 178.
Priebsch (Dr. Jos.): 18, 71.
Quando tanto alabas, Clara: 25, 118, 176.
Quae te dementia cepit? (Vergilio, Ecl. II, 69 e VI, 97): 165.
Quevedo: 78.
quebrado (verso) na oitava à castelhana: 41.
Quid leges sine moribus vanae proficiunt: 185.
Quien viesse aquel dia: 24, 25, 47, 53, 64, 68, 81, 134, 185.
Redondilhas = nossa medida: 33, 35, 38, 40, 43, 44.
—— *= metro nacional = à castelhana:* 79.
Rennert (Hugo): 186.
Resende (André de): 18.
—— (Garcia de): 77, 168, 170, 174, 178. *Vid.* Cancioneiro Geral.

Revue Hispanique: 186.
Ribeiro (Bernardim): 10, 30, 39, 40, 41, 44, 75, 77, 80, 138, 151, 154, 155, 158, 159, 164, 169, 170, 174, 175, 176, 178, 180.
—— dos Santos: 16.
Rimas Várias ao Bom-Jesus: 79.
Rodrigues (Luís), impressor: 73, 75.
Sá (Mem de): 59, 74.
—— (Gonçalo Mendes de): 34, 46, 160.
—— (Jerónimo de): 36, 157.
—— de Meneses (do Pôrto): 37, 58, 161.
—— (António): 44, 58, 74, 82, 168.
—— Conde de Penaguião: 50.
—— (Francisco de): 32, 58, 61, 69, 76, 82, 158, 168, 182.
—— (João Rodríguez de): 29, 46, 52, 58, 73, 74, 82, 158, 168, 171, 177.
Salício (nome pastoril): 155, 156.
Salvaterra (residência na Galiza da neta de Sá de Miranda, onde se guardava um códice autógrafo das suas *Poesias*): 36, 46, 48, 70, 83.
Sampoña, sanfonha, sanfonina: 156. *Vid.* Zampoña.
Sandovir (Franco de), nome pastoril: 41, 151, 178.
Sannazzaro (Jacopo): 40, 42, 61, 74, 75, 155, 180, 181.
Santillana (Marquês de): 184.
Sátiras de Sá de Miranda: 27, 59, 70, 80.
Schumann musicou uma poesia de Sá de Miranda: 185.
Secaron-me los pesares: 24, 25, 130, 184.
Serrana onde jouvestes: 133, 184.
Sextina: 17, 42, 43, 54. *Vid. Não posso tirar os olhos.*
Shakespeare, *Anthony and Cleopatra:* 47, 186.
Silva (Innocencio da): 15.
—— (Jorge da): 59.
Silveira (Nuno Martins da), Senhor de Góis: 183.
—— (D. Luís): 171, 172, 173, 182, 183. *Vid.* Sortelha.
—— Luís (*senior*): 183.
—— (D. Simão): 51, 69, 72, 78, 172, 182, 183.
Sin que yo la viesse: 68.
Sociedade Nacional Camoniana: 179.
Sortelha (Conde da): 15, 171, 172, 174.
Sotomayor (D. Fernando Osores de): 36.
Sousa (D. Manuel Caetano de): 15.
—— Viterbo: 64.
Storck (Dr. Wilhelm): 52, 65, 161.
Taipa (Casa da) em Cabeceiras de Basto: 156, 157, 158.

tenção de um Mote: 66.
Teócrito: 42, 61, 152, 153, 155, 177.
Terêncio: 181, 185.
Todos vienen de la vela: 24, 131, 184.
Trovas: 32, 65, 153.
Trovas de D. Maria Pinheiro: 14, 15, 172.
Tu presencia desseada: 24, 125, 182, 183.
Ulysipo (de Jorge Ferreira de Vasconcelos): 184.
Um só que em sangue aberta traz a cruz branca: 46.
Vai o bem fugindo: 69.
Vai-se a vida e foge: 68.
Vasconcelos. *Vid.* Ferreira.
—— *Vid.* Michaëlis.
Vergílio: 27, 42, 79, 80, 152, 153, 155, 165, 175, 177, 180, 181, 185.
Vicente. *Vid.* Gil.
Vida de Sá de Miranda: 36, 37, 170. *Vid.* Coutinho (Gonçalo).
Video meliora proboque deteriora sequor: 179.
Vilhalpandos (*Os*): 79, 81.
Villalon, autor do drama *Myrrha:* 185.
Vilanova (Tomé de): 12.
Vimioso (Conde de): 74.
Viruês: 186.
Voltas: 65, 68.
Xabregas (Torneio de): 46, 160.
Yo vengo como pasmado: 24, 25.
Zampoña: 156.

D. Carolina Michaëlis na intimidade

Em cima da minha mesa de escrever está um retrato, ou melhor, um grupo, representando uma senhora sentada, cujos braços enlaçam amorosa e triumphantemente dois interessantes meninos, em pé e meigamente encostados aos joelhos da avósinha, que parece mãe d'elles: —é D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos com os netinhos. É ella tal e qual; é tanto ella que á vista d'este retrato custa-me imaginá-la com o seu capello de doutora, a cabeça inclinada sobre algum manuscripto de passados seculos, o olhar escrutinador investigando a sua autenticidade.

Embora lhe conheça o olhar meditativo e absorto, deslisando, como que a custo, de um mundo ideal para este mundo material, mais amoravelmente familiar me é a expressão radiante e bondosa que caracteriza este retrato. Mas, de mistura com a radiante alegria, ha uma expressão de orgulho e de triumpho no rosto e na atitude, que me encanta e me lembra aquella tarde, já longinqua, em que a vi pela primeira vez...

Recebi este retrato na vespera de Natal do anno passado; agradeci nestes termos: «Parece que a satisfação e o amor de avó lograram o que a justa fama no dominio scientifico e a glorificação de um mundo literario nunca souberam conseguir: torná-la orgulhosa!» E é verdade: ella propria diz que não está bem senão no silencio e sossego do seu lar. Embora lhe seja grato ser estimada, na sua grande modestia aborrece demonstrações, sentindo-se satisfeita só no meio da familia, «*In angello cum libello*» ou com os filhos, isto é, com a familia do seu filho unico.

Foi quando este filho tinha a idade dos netinhos que eu

vi D. Carolina pela primeira vez num quadro vivo muito parecido com o que tenho sobre a minha mesa. Havia eu então acceitado um convite para professora, feito pela direcção do Collegio Von Hafe no Porto, e apresentava á minha illustre compatriota as minhas «credenciaes», isto é, uma carta de recommendação do Dr. Wilhelm Storck que me abria a porta da historica casa na velha Cedofeita, onde desde então eu devia encontrar uma como que segunda *Heimat*. Mas, diga-se entre parenthesis: não é por que nesse cordial e generoso meio, onde se falava quasi exclusivamente alemão, eu tivesse julgado estar na «minha terra», — não!

Logo á entrada, as paredes cheias de quadros representando formosas paisagens ou monumentos architectonicos de Portugal: as escadarias transformadas em bibliotheca onde se lêem nomes e titulos como: Memorias da Academia, Barbosa Machado, Nicolas Antonio, Caetano de Sousa, Bluteau, Frei Domingos Vieira; nos gabinetes de trabalho, tanto da dona da casa como de seu esposo, os armarios transbordantes de livros, tambem na sua maioria portugueses, — tudo lembrava a cada passo que se estava em Portugal; até mesmo o costume bem português de criticar o seu pais, em que o dono de casa era tão português como qualquer outro! Ficava todavia muito satisfeito — como tambem qualquer outro bom português — quando D. Carolina e eu tomavamos calorosamente o partido da «Patria encantada» que, qual outra *Belle au Bois dormant,* precisava de um Principe que a acordasse.

A «segunda *Heimat*», que encontrei na casa da minha compatriota e amiga (pois ha muitos annos que me honra com a sua amizade), foi o querido Portugal.

Em casa d'ella e pela boca de ambos os esposos lhe aprendi a historia, a topographia, os pitorescos costumes, as interessantes tradições, tudo illustrado por gravuras e photographias que o Sr. Joaquim de Vasconcellos não se

cançava de ir buscar e explicar. Conheci-lhe os bellos monumentos muitos antes de os ver. Os nomes dos grandes literatos portuguezes, que ouvi citar com admiração, despertaram em mim o desejo de os ler; e assim fui mansamente introduzida na literatura, arte e natureza portuguesas, tornando-me quasi portuguesa, sem dar por isso.

Mas eu ia falar da minha primeira vista á casa de Cedofeita. Como ainda me lembro d'ella, e já lá vae mais de um quarto de seculo!

Fui introduzida na chamada *Sala amarella,* logo á porta da rua, sala em que, depois, raras vezes entrei, pois é destinada á recepção só de pessoas estranhas e de cerimonia. As mais conhecidas e de amizade são recebidas na *Sala azul*, tambem no rés-do-chão, mas pelo lado do jardim. A esta sala chamava eu o *Museu*, pela linda collecção de azulejos antigos, pintados por mão de mestre, formando um apainelamento em redor da sala; pela formosa amphora no meio da monumental mesa de pernas retorcidas; pelas mil outras muitas coisas de arte antiga portuguesa.

Os intimos da casa tinham, e acho que teem ainda, de subir a escada, a qual, tendo, como disse, assim como o vestibulo, todo o aspecto de biblioteca, — revestidos de livros, como estão, os patamares, do chão ao tecto, — dá accesso aos gabinetes de trabalho dos dois esposos. Durante a minha longa estada no Porto e por occasião da minha ultima visita a Portugal, quando por muitos meses gozei a bizarra e bem portuguesa hospitalidade dos esposos Vasconcellos, subi sempre a esse andar verdadeiramente «nobre», tanto pela riqueza intellectual nelle armazenada, como pela nobreza de sentimento dos seus donos.

Mas da primeira vez fui introduzida na *Sala amarella*, aparecendo-me um instante depois um pequenito de quatro ou cinco annos, encantador no seu traje de velludo

escuro, que com voz argentina pediu licença para me fazer companhia até que a mãe viesse. Quando, minutos depois, a Sr.ª D. Carolina veio, já nós, o «Carlinhos» e eu, eramos amigos. Foi então, encostado o pequeno aos joelhos da mãe, que eu notei pela primeira vez essa impressão de radiante alegria e de orgulho maternal que reconheço agora neste quadro que appelido de «Madona della Sedia» e que representa a D. Carolina com os netos. E a impressão que me ficou, e que ainda hoje guardo, d'essa minha primeira visita foi ainda a de nunca ter visto olhos mais cheios de luz, mais bellos e mais impregnados de bondade do que os da já então afamada escriptora.

*

* *

Receio que muitas vezes eu me tivesse esquecido completamente de que estava tratando com uma sabia de renome universal, a quem — referindo-se apenas ao seu profundo conhecimento de letras portuguesas — Trindade Coelho (elle proprio reconhecido mestre da lingua portuguesa) chamava, em carta dirigida a quem escreve estas linhas, «a nossa grande mestra», e a quem o Dr. Wilhelm Storck e outros literatos alemães designaram como «a mulher mais erudita do nosso tempo». Só me lembrava das suas qualidades de esposa, de mãe, de dona de casa e de amiga. E pode a gente, na verdade, esquecer-se tanto mais facilmente, quanto menos ella fala dos seus trabalhos e merecimentos scientificos, pondo de parte os seus proprios interesses, para unicamente (e com quanta intelligencia e bondade!) escutar e aconselhar os outros.

É a dedicação acrisolada, tanto pelos assuntos que lhe respeitam a ella, como pelos que aos outros tocam. Não obstante a sua amabilidade captivante, é cheia de reservas (haverá até quem a ache reservada demais), fugindo,

como todas as naturezas sensiveis e elevadas, a ser surprehendida no seu sentir.

Nunca vi imperio mais perfeito sobre si mesmo, sobre a propria vontade, sobre o proprio sentir; e isso até em occasiões em que o momentaneo interesse alheio lhe devia parecer bem banal, comparado com as suas proprias occupações e preoccupações. Terão sido innumeras as vezes em que arredei D. Carolina de algum dos seus mais eruditos trabalhos a fim de lhe pedir conselho ou abusar da sua attenção para qualquer coisa insignificante, que ella sempre escutava com o mesmo interesse, como se se tratasse do bem do Estado.

Lembro-me especialmente de uma noite em que, — e creio que foi a unica vez, — estavamos a falar de modas. Precisava eu de um vestido novo, e, alheia como andava aos sagrados mandamentos da moda, recorrera á minha *directora in omnibus* que, acto continuo, desdobrava deante dos meus olhos surprehendidos, figurinos e moldes, entrando na questão do vestuario, como se fosse coisa da primeira importancia.

E diga-se de passagem que um caracteristico muito significativo de D. Carolina é este: não ha assunto, por mais insignificante, que no momento dado não seja tratado por ella com um zelo que o põe no foco do interesse.

No meio do nosso conciliabulo, a minha amiga foi chamada fora da sala...; quando voltou, estava palida e perturbada. Quiz tornar ao nosso assunto, mas o abalo soffrido foi mais forte do que a sua vontade.

Como nella conhecia uma d'essas mulheres raras que, — bem que estejam sempre promptas a aconselhar, a auxiliar, a consolar, — não procuram conselho, auxilio ou consolo senão na propria alma, recolhendo-se (palavras d'ella) «como um animal ferido de morte se occulta no seu covil, para nelle morrer», pretextei qualquer obrigação que me chamava, deixando-a só.

Mas a sua amizade adivinhara o desassocego em que eu estaria. Na manhã seguinte já eu tinha carta d'ella, communicando-me que uma noticia recebida na vespera a fazia tremer pela saude, e quiçá pela vida, do esposo ausente, a quem ia buscar ao Bom-Jesus, onde estava descansando os nervos fatigados por um trabalho violento (tratava-se das Escolas Industriaes para as quaes o consciencioso professor parecia o reformador adequado). Ia acompanhá-lo para as Caldas de Vizella, dedicando-se ali completamente ao seu tratamento.

Um mês depois recebi um convite para Vizella, ao qual immediatamente accedi, tendo d'esta forma o privilegio de observar ainda as ultimas phases de um tratamento tanto mais admiravel quanto o doente fôra considerado sem esperanças pelos medicos assistentes; devendo o seu completo restabelecimento, num tempo relativamente curto, principalmente á intelligencia e desvelada dedicação da esposa que, — num supremo esforço da sua energia rara, — ainda achara vagar e recursos para, ao mesmo tempo, dirigir os trabalhos correntes do expediente, no Museu do Porto de que o Sr. Joaquim de Vasconcellos era director.

Serão grandes, immortaes, os merecimentos adquiridos no dominio da sciencia pela sabia D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos; mas a minha amiga perdôe-me, que eu,— na minha ignorancia—, os tenha a todos elles juntos em menos conta que esse acto sublime com que salvou o esposo. Admiro num arrebatado orgulho a escriptora, gloria de dois paises e do meu sexo; mas curvo-me reverente deante da medica d'alma.

*

* *

Não menos admiração do que a esposa merece a mãe e a educadora na pessoa de D. Carolina. Desde o primeiro dia do nosso conhecimento foi mesmo esta a quali-

dade que mais pude estudar, porque mais accentuada se manifestava.

Se o filho, que — (declinando convites lisongeiros e vantajosos de paises estrangeiros, muito sensata e patrioticamente hoje dedica os seus conhecimentos e talentos á Patria portuguesa) — se distinguiu em gymnasios e universidades da Allemanha, ficando premiado e saindo d'ellas como *Primus*, á mãe o deve; pois foi ella que o ensinou quasi até o exame de Maturidade, inclusivamente as linguas grega e latina. E essa intelligencia tão culta, ao par de um caracter bem formado, é producto da educação da mãe, desde a sua tenra infancia.

Nos nossos longos passeios pelos arrabaldes do Porto, por Leça, Matozinhos, Granja, Vizella, etc., onde, estando a banhos, a minha generosa amiga sempre cuidava em me reservar um quarto de que eu tomava posse sempre que as minhas obrigações o permittiam, — nesses nossos passeios, quanto ensinamento intuitivo, quanta palavra educadora para o *Carlinhos*, que, com os sentidos despertos e bem adextrados, registava tudo para o que a mãe lhe chamava a attenção. Sabia que em casa teria que dar contas de quanto vira e observara. Pelas suas perguntas, que a qualquer outra senhora teriam deixado perplexa, obrigava a mãe, não raras vezes, a uma especie de prelecção improvisada, a qual, bem que se adaptasse á comprehensão infantil, se distinguia da forma da explicação.

Eu professava e educava por oficio; e, tendo exercido essa profissão na Escola superior do «Prinzessin-Wilhelm Stift», Instituto de ensino e de educação para professoras, dirigido por uma senhora que passava por ser um phenomeno de espirito organizador, percebi logo o muito que poderia aprender nos taes passeios, e os aproveitava não menos que o *Carlinhos*. Registava como elle tudo quanto nos ensinava «a nossa grande Mestra», e é natural que a influencia d'ella se tenha reflectido no meu leccionar, e

que, por conseguinte, a ella deva parte do meu exito escolar em Portugal.

Não julguem porém que nesses passeios (e tão pouco em casa) D. Carolina tivesse privado o filho da liberdade do movimento, á laia de qualquer *Mademoiselle* ou *Miss* («Ne faites pas ceci, ne faites pas cela! Allez droit! — Be quiet! Don't run! etc., etc.)! Muito pelo contrario. Não só tinha o *Carlinhos* liberdade de correr tanto e por onde lhe apetecesse, como tambem nós, *gente seria,* corriamos ás vezes como crianças, não nos preoccupando com caminhos ou estradas, mas atravessando alqueives e matos; ora penetrando nos tojaes, ora vencendo altos muros; — aqui passando um ribeiro, alli galgando um monte. Nesses tempos conheci todo o encanto da... vagabundagem —(com perdão da minha illustre amiga, doutora de capello e austero professor da Universidade de Coimbra)! — Tanto que muitas vezes pensava, imitando Alexandre: «Se não fosse mestra de meninas, gostava de ser vadia»!

Lembra-me uma famosa pesca no porto de Leixões, onde D. Carolina apanhou á isca um polvo enorme que ao jantar fez a delicia do esposo.

Lembro-me tambem um passeio nocturno da Granja ao Corvo, onde num palheiro um grupo de amadores representava (e por signal admiravelmente!) o «Auto de S.to Antonio Milagroso». — Fizemos o trajecto a pé pelo mato debaixo de uma chuva torrencial e por um caminho onde corriamos o risco de naufragar a cada passo. Mas como já era noitinha e por conseguinte não viamos as poças, e como o *Carlinhos* na sua mochila levava meias e botas enxutas para todos nós, não faziamos caso dos lamaçaes; iamos rindo e achavamos graça á aventura.

Nem os annos, nem a circumstancia de já ser avó, seccaram na illustre sabia a veia para o bom humor e... a vadiagem. (Entendo por «vadiagem» o andar á toa, sem direcção, sem fim nem prazo, isto é, exactamente

aquillo de que precisa, para descançar o espirito, quem, como a D. Carolina, trabalhando, tem sempre a direcção estabelecida, o fim e o prazo marcados).

Quando ha poucos annos passava com os esposos Vasconcellos e o filho já casado o verão na sua «Casa de Veia» em Aguas Santas, houve uma cheia do rio Leça que inundou as varzeas e os campos todos. Foi na vespera do dia marcado para a minha partida. Logo a minha solicita amiga protestou que nesse dia seria impossivel ir á estação de Ermezinde sem molhar os pés (bem que o caminho é sempre de subir e por conseguinte cada vez mais enxuto). Eu, acostumada a ceder sempre aos argumentos de quem me é tão superior, deixei-me ficar.

Mas mal teria o comboio saido da estação quando a D. Carolina me convidou para um passeio. E eu pronta! Fomos pelos caminhos alagados, atravessámos os campos inundados, investigámos todos os sitios onde a torrente era mais rapida, mettemo-nos onde a cheia era mais extensa, para só, tornados a casa molhados, mas satisfeitos, nos lembrarmos do absurdo que fôra o eu desistir da minha partida por causa de alguns metros de mau caminho, para afinal percorrermos kilometros de poças e pantanos e campos encharcados!

E riamos a bom rir.

*

* *

Outras tardes percorriamos o mato, as estradas e os atalhos escabrosos, geralmente sem chapeu, mas armados de varapaus e de um apparelho photographico com que tiravamos vistas de todos os pontos pitorescos. Os «pontos» que sempre mais pitorescos achavamos eram as creanças dos arrabaldes que em bandos nos seguiam qual outro *Rattenfänger von Hameln,* para logo fugirem, quando eu puxava pelo apparelho; até que conheciam que era uma

arma inoffensiva, e se prestavam a serem «fotografadas». E como o dia era curto para se gozar todo o encanto do mato, de noite illuminava-se o jardim, onde tomavamos o chá; e, se fazia luar, trepavamos o monte até uma clareira no topo, banhada de luz; e no silencio da noite falavamos com saudade dos ausentes que esperavamos tornar a encontrar brevemente, e de outros que já não tornariamos a ver e que a nossa alma costuma procurar alem dos astros...

Santos lugares esses das *Aguas Santas*. Como eu quero bem áquella casa rustica, com a sua vasta e fresca sala de jantar encimada pelo tecto ponteagudo e as traves engrinaldadas por sobre a mesa festivamente posta! E os convivas parecem reunir-se ali, menos por necessidade material do que para ter um gozo esthetico, consistindo este quer na companhia dos outros, quer no aspecto e gosto dos productos da arte culinaria da dona da casa.

Porque á D. Carolina, apesar da sua enorme productividade literaria, ainda lhe sobeja tempo, não só para fazer o *menu*, mas para vigiar e até pessoalmente preparar qualquer prato especial.

Correm parallelamente os seus deveres de Academica com os de *Mater-familias* e de boa *ménagère*. E com tamanha imparcialidade os distribue que, da mesma cadeira, rege ora uma «grammaire portugaise», ora uns sonhos de... bacalhau.

Está essa cadeira (pois falo no sentido literal, e não no figurado) na propria sala de jantar da *Casa de Veia*, diante de uma espaçosa mesa quadrada, ao pé de uma janella largamente aberta pela qual entram a Luz e o Ar, a frescura e o cordial aroma dos pinheiros e das videiras que com os seus ramos quasi que batem nas vidraças.

E a grande escriptora, a trabalhar numa obra scientifica, sempre que eu, defronte, trabalhando na mesma mesa, levanto a cabeça, olha para mim, sorri-se e arti-

cula! «Então?», como que animando-me a fazer-lhe uma pergunta.

E vem lá a cozinheira receber ordens, e a costureira a entregar ou buscar roupas; ou o caseiro para dar uma informação ou fazer umas contas, ou os filhos d'elle a quem a D. Carolina, que possue artes para multiplicar as horas do dia, prepara para o exame de instrucção primaria; ou a mulher que tem uma pequena doente á qual a patroa ministra remedios. Mas como se tudo isso ainda não chegasse a occupar-lhe o tempo, attende ainda ao netinho que brinca aos seus pés, chamando-a para que a avósinha brinque com elle...

Quando eu lá estive a ultima vez, tinha só um, e esse muito pequenino. Agora ambos já estudam com ella.

O bebé trazia um véstidinho branco com bordados feitos em tempos pela mão de D. Carolina para o filho d'ella, e piedosamente guardado, para, com mais coisas do enxoval, e o berço em que o pae do pequenino dormira o seu primeiro somno, fazer uma surpresa á nora.

Quanto empenho, quanto alvoroço em lavar, corar e enfeitar com laços azues essas reliquias de santa recordação! E mais isto... mais aquillo... «pode fazer arranjo»...

Trouxera eu, a rogo da minha amiga, da Allemanha grande parte do enxovalsinho. Pedindo-lhe me disssesse o que devia trazer para ella, e pensando em algum objecto de arte, um livro raro, um chapeu modelo com plumas de avestruz ou um vestido de luxo, tive esta resposta: «Traga-me uma duzia de aventaes de cozinha!»

Nesta resposta está toda ella: — Vestindo como veste, com esmerado bom gosto e elegancia, trajes adequados ao seu corpo franzino, mas erecto, agil e flexivel como o de uma menina de vinte annos, pede — aventaes de cozinha, e logo uma duzia!

*

* *

Muita vez scismei no que estaria mais pronunciado na individualidade de D. Carolina Michaëlis: se a intelligencia, o coração, o caracter ou a alma? Não pude resolver o problema. Acho que todos esses dotes estão nella igualmente e insuperavelmente desenvolvidos. Diz sua irmã D. Henriqueta Michaëlis, bem conhecida no mundo scientifico como autora de importantes trabalhos lexicographicos, entre os quaes ha um «Diccionario português-alemão», que considerando o numero e valor das obras de sua irmã Carolina, algumas escritas quando ainda muito nova, concluir-se-hia que toda ella tem sido trabalho e sabedoria. Mas tal conclusão seria muito errada: pois sempre gostou da viajar, andar por serras, demorar-se á beira mar, divertir-se em companhia alegre.

Como demonstrei, essas inclinações ainda as tem hoje. Já disse que tudo quanto faz, fal-o com toda a alma; e talvez seja essa intensidade que põe em relevo ora a intelligencia, ora o coração, ora o caracter, ora a alma, a qualidade sobrelevante aos demais dotes. E a todos harmoniza, como boa liga, certa dose de fino humor com que acceita e aromatiza factos e situações que a outros embaraçariam ou aborreceriam. Já lá vão muitos annos, mas ainda tenho presente o momento... Fizemos uma excursão ao Bussaco, — D. Carolina, a irmã, o Carlinhos e eu; hospedámo-nos, — visto o hotel da Mata não estar aberto, pois era em março —, numa hospedaria do Luso. Chegando á noitinha e inesperadamente, fomos servidos de um jantar, não opiparo, mas pelo menos regular. Mas o café!! Era impossivel traga-lo. «É uma infusão de rapé com cebolas» dizia uma. — «Nada! é quinino com agua de bacalhau», corrigia outra.

Rimo-nos muito, mas havia no nosso riso uma pontinha de desespero,— pois o café nos fazia muita falta.

Mas ficámos, os tres, boquiabertos, ao ver como a D. Carolina, pegando na chicara, bebia a droga a pequenos golos, como quem saboreia, justificando o que a nós outros parecia suicidio, com a declaração de que, custasse o que custasse, não queria ficar sem café. Inutil é dizer que, em vista de tamanha heroicidade, nós outros tambem emborcámos a beberagem (tanto pode um bom exemplo!); mas desde então senti-me com o direito de me equiparar a Mucio Scevola.

Nunca vi ninguem rir de uma situação comica com mais vontade, nem com mais força contagiosa do que D. Carolina, como tambem nunca vi quem com mais graça e naturalidade se tirasse, e aos outros, de uma situação comica em que fosse surprehendida.

Lembra-me uma noite em que na sua casa de campo em Leça eu estava com o *Carlinhos*, que então já era um rapagão, á janella aberta que dava para um largo espaçoso e deserto, a ensinar-lhe... a piar como um môcho. Os nossos ruidosos estudos atrairam D. Carolina,— sempre interessada em aprender, ainda que sejam apenas travessuras, aliás a unica coisa que eu saberia ensinar lhe.

Enchiamos os tres a noite de gritos de môcho, *à qui mieux mieux*, quando de repente se ouviu uma voz dizer á porta da entrada:—«Não podia eu tambem aprender isso?»

Era o Sr. Dr. Theophilo Braga a quem, calados os «húhús» de môcho, eu fui pela primeira vez apresentada.

*

* *

Para findar darei ainda alguns dados da vida da D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, d'aquelle tempo em que ainda não era «cidadão português», pondo, ao invés de

todos os biographos, no fim aquillo com que se costuma principiar; como quem offerece primeiro a moldura e depois o retrato. É que não tenho de modo algum a ambição de escrever uma biographia, não! Apenas recordações pessoaes de uma ou outra hora passada em companhia da D. Carolina. Mas como sua irmã teve a amabilidade de m'os fornecer, aqui vão alguns pormenores.

Carolina Michaëlis, filha do professor de mathematica Dr. Gustavo Michaëlis, atrahiu desde os seus primeiros annos escolares a attenção dos seus professores pela sua intelligencia e pela sua indole amavel e ajuizada. Quando, com 16 annos de idade, saiu da escola, já se occupava de problemas linguisticos. Influenciada pelo seu professor Dr. Carlos Goldbeck dedicara-se á lingua hespanhola.

Este professor dera-lhe um dia um livro que ella com surpresa viu ser um «nuevo testamento», em castelhano. Como ainda desconhecesse esse idioma, quiz devolver-lh'o suppondo ser engano. Mas elle insistiu: «Estude, estude!» Então estudou... e o resultado das leituras offereceu-lhos, passado algum tempo, em forma de uma pequena grammatica hespanhola, manuscrita.

Na universidade de Berlim procurou frequentar cursos de lingua arabe, mas como o movimento feminista ainda estava em principio e ainda não estavam vencidos certos preconceitos, não obteve licença. Encontrou porém no professor Wetzstein um mestre e amigo altruista e liberal que a iniciou nos misterios do arabe, até lhe declarar um dia que ella lhe passava já adiante.

Entretanto não tinha posto de parte o hespanhol. Pelo contrario, juntara-lhe o português; e tanta fama tinham já obtido os seus conhecimentos d'estas linguas, que foi nomeada interprete official dos tribunaes e do Ministerio do Interior, e como tal teve de ir numerosas vezes á repartição do *Referendar Von Bülow,* mais tarde chanceller do Imperio allemão.

Uma edição do «Cid» (Herder) feita pelo professor Julian Schmidt, acompanhou-a a intelligente menina de explicações historicas, estudo este que constituiu a sua primeira publicação maior.— Com a segunda (*Studien zur romanischen Wortschöpfung*), publicada na afamada casa editorial de *F. A. Brockhaus,* deu entrada na eximia congregação dos Romanistas encartados.

Alguns artigos que publicou sobre litteratura portuguesa foram attraindo a attenção de um grupo de jovens patriotas que, em caloroso enthusiasmo, exprimiram a sua admiração e gratidão á novel auctora. Fazia parte deste grupo Joaquim de Vasconcellos com quem entrou em correspondencia literaria, a qual pouco a pouco foi ligando os corações dos dois, como já lhes ligara os espiritos.

E foi assim que D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos ficou pertencendo a Portugal e ás letras portuguesas.

Luise Ey.

Carolina Michaëlis

Lista dos seus escritos, publicados de 1867 a 1911

Preámbulo

Engenho e arte! Engenho no pôr a claro a linhagem de vocabulos que ninguem entendêra antes, no apurar e completar textos emmaranhados ou mútilos, no descobrir nexos entre ideias, factos e pessoas que na concepção commum se julgavam estranhos uns aos outros; arte que a todos deixa attonitos com a maravilhosa riqueza dos conhecimentos que patenteia, hauridos nas fontes mais reconditas ou mais diversas: essa famosa frase camoniana podia servir bellamente de moto á Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, se aos que batalham na liça das letras fosse permittido, como aos cavalleiros medievaes, usar divisas, e nellas traçar sentenças [1].

---

[1] A frase, comquanto mais conhecida pelos *Lusiadas,* I, 2, não é só d'elles, é tambem de uma egloga de Camões, e já provém da litteratura latina *(ingenium-ars):* vid. Epiphanio Dias, ed. dos *Lusiadas,* vol. I, p. 3, nota. Aos exemplos ahi reunidos accrescentarei passos de Diogo Bernardes e de Sá de Miranda:

> Inda que por desculpa dar podera
> Faltar-me (o que confesso) *engenho, e arte,*
> Que por ser verdadeira, me valera,

no *Lyma,* ed. de 1820, p. 132;

> Dar favor aos *engenhos,* e a toda *arte*
> Das boas, faz os reis aqui immortaes
> Por fama,

nas *Poesias,* Halle 1885, p. 95. E mais estes da litteratura proven-

Da lista que adiante apresento, ver-se-ha que não exaggero no que digo. Desde 1867, quantos livros, quantos opusculos, quantos artigos! E attenda-se a que ás vezes em simples e apparentemente modestas notas se resolvem difficeis problemas, e a que não existe trabalho d'ella, por mais breve que seja, que não dê ao leitor um ensinamento. Chega a gente a pasmar de como ha cérebro que armazene tamanha quantidade de saber, e mesmo de como ha maneira de o assim adquirir e divulgar. Se lemos, por exemplo, o opusculo sobre *Pucaros,* parece-nos que nunca a autora na sua vida tratou de outro assunto que não fosse Ethnographia; se lemos qualquer das dissertações etymologicas, suppomos que a sua especialidade unica é dissecar e interpretar palavras; finalmente, se folheamos

---

çal e da francesa antiga:

> .... et es tant greus
> la gerra davas totas partz
> que no lor ten pro *geins ni artz,*

na *Provençalische Chrestomathie,* de Appel, p. 64;

> Tan es sotils *mos genhs e m'artz,*

em Bertran de Born, ed. de Stimming, 1892, p. 60;

> Or est Chanteclers en peril,
> S'il ne resoit *engin et art,*

no *Roman de Renart* (ap. Constans, *Chrestomathie de l'ancien français,* 1906, p. 109, vv. 128-129). No *Vocabolario* da Crusca, s. v. «arte», encontro como de Boccaccio a expressão *con ogni ingegno e con ogni arte.* Das minhas leituras hespanholas tenho nota apenas de *astucia y arte* numa egloga de Garcilaso (*Las Obras de Boscan y algunas de Garcilasso,* Antuérpia 1554, fl. 252 *v*), onde a palavra correspondente a «engenho» está substituida por um synonymo; mas deve haver exemplos da frase que me occupa. — Fica assim patente que esta tem uso mais ou menos em toda a Romania.

um dos tratados de Historia litteraria, ficamos na persuasão de que só esta a tem attrahido. Sempre por igual em tudo, sempre erudição a rodos, por todos os lados o mesmo espirito a resplandecer: *arte* e *engenho!*

Dividindo a minha lista em seis secções, — Philologia portuguesa, Philologia hespanhola, Philologia hispano-portuguesa, miscellanea de Philologia romanica, Ethnographia portuguesa e hespanhola, e *quaedam varia,* — cuido que logo ao primeiro aspecto dou ideia das materias pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis versadas no seu intenso labor de 44 annos. Os principaes trabalhos (secção 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª) pertencem, e naturalmente, á nossa Philologia e Ethnographia, consideradas ou em si mesmas, ou conjuntas com a Philologia e Ethnographia hespanholas, porque outr'ora as relações historicas entre Portugal e Hespanha eram tão íntimas, que nem sempre o investigador que se occupa de um d'estes paises póde esquivar-se a passar a fronteira, ou para cá, ou para lá: que ha-de dizer-se da *Historia da litteratura portuguesa*, d'esse manual acabadissimo, onde o leitor encontra tudo o que precisa saber, methodicamente disposto? que ha-de dizer-se das edições do *Cancioneiro da Ajuda* e das *Obras* de Sá de Miranda, que em seus commentos fazem resuscitar diante de nós as gèrações litterarias da idade-media e do sec. XVI? que ha-de dizer-se das numerosas e profundas observações criticas aos nossos mais antigos poetas, aos Cancioneiros do sec. XV, a Gil Vicente, ao *Palmeirim de Inglaterra,* a Andrade Caminha? Aqui admiramos a facilidade com que, depois de estudar o *Cid,* passa a discutir a *Celestina,* a *Alveitaria* de Mestre Giraldo, e a descobrir, como se percorrêra caminho chão, arduas etymologias, não raro expostas até em primores de dicção, quer portuguesa, quer allemã; alli arrebatam-nos os prodigios de memoria com que rebusca em dezenas de obras portuguesas dos seculos XV, XVI e XVII os restos dispersos, *membra disiecta,* do Ro-

manceiro peninsular, ou expurga de impertinentes apocryphos as poesias lyricas de Camões. Na 4.ª secção avulta o livro intitulado *Estudos sobre a criação das palavras em romanço:* comquanto publicado em annos juvenis, e de contextura um tanto compacta, logo, pela novidade e abundancia da doutrina que encerra, notabilizou a sua autora entre os philologos [1], e é ainda hoje consultado com proveito, após os enormes progressos da sciencia. Pelo que toca á 6.ª e ultima secção, figuram ahi opusculos e artigos de natureza muito diversa, desde a Pedagogia até o feminismo, o qual não admira que faça que quem tanto tem illustrado o seu sexo, pugne tambem pelos direitos sociaes que elle reclama.

Nascida e educada na Allemanha, a Sr.ª D. Carolina Michaëlis trouxe para Portugal, ao consorciar-se, em 1876, com o nosso compatriota, e conhecido historiador de Arte, o Sr. Joaquim de Vasconcellos, os habitos de estudo que tornam grande o povo teutonico; e embora em país mais propenso a devaneios do que a longas lucubrações, tem resistido heroicamente á influencia do ambiente, e alcançado victorias a cada passo. Ao menos, que de cá e de fóra lhe juncam de flores a estrada triumphal! Não se conhece pessoa, por pouco que das letras alcançasse noticia, que não erga para ella olhos respeitosos, buscando informar-se da actividade de quem tão clara fama dá de si. Além d'isso, uns pedem-lhe prologos para obras que escrevem [2], outros conselho em dúvidas que os assaltam [3].

---

[1] Vid. o Appendice I, nota ao n.º 89.

[2] Vid. a Lista bibliographica, n.ºs 55, 56 e 116.

[3] Por exemplo: Priebsch, para a edição das obras de Caminha; J. J. Nunes, para a *Chrestomathia archaica;* Wannenmaches, para a *Griseldissage,* etc., etc. Pela minha parte confesso que não poucas vezes tambem tenho recorrido ao seu saber e bondade, como nas minhas obras declaro.

Qual lhe esboça a biographia[1], ou lhe transmitte saudações calorosas em artigos e em cartas[2]; qual se orgulha de inscrever o nome d'ella na 1.ª página de livros que lhe dedica[3]. As Sociedades litterario-scientificas e os redactores de periodicos reclamam-lhe memorias. Em 1893 a Universidade de Friburgo, no Grão-Ducado de Baden, fê-la «Doutora»[4]. Em 1901 o Govêrno português concedeu-lhe o officialato da Ordem de S. Tiago[5], e em 1911 nomeou-a — distincção unica entre nós — Professora de Philologia Germanica na Faculdade de Letras da capital[6].

Melhor que a minha singela prosa, falla a extensa Bibliographia que vai ler-se. E muito folgo com que a 2.ª classe da Academia das Sciencias de Lisboa, por zêlo do seu Secretario, que não perde jamais o ensejo de augmentar o renome da corporação a que pertence, resolvesse consagrar um número do *Boletim* á Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Visto que, segundo diz o bom Sá de Miranda, a p. 194 do volume que ella propria editou e annotou:

Pena e galardão igual
O mundo em peso sostém:
É ũa regra geral
Que a pena se deve ao mal,
E o galardão ao bem,

demos effectivamente galardão á illustre Sábia, que, vindo

---

[1] Vid. o Appendice, parte I.
[2] Vid. o Appendice, parte I e parte II.
[3] Vid. o Appendice, parte III.
[4] Vid. *Revista Lusitana*, III, 376.
[5] Decreto de 21 de Fevereiro.
[6] Vid. *Diario do Governo* de 22 de Junho. Tomou posse do seu cargo em 20 de Julho, entre vivos applausos de professores e estudantes da Faculdade: cfr. *Diario de Noticias* de 21 de Julho de 1911.

a receber, por sentimento e pensar, os foros de cidadã portuguesa, é concomitantemente impulsora da nossa civilização, pregoeira das nossas letras, e por conseqüencia orgulho da nossa terra.

Lista bibliographica

I. Philologia portuguesa

1. **Der portugiesische Infinitiv** («Uso syntactico do infinitivo pessoal em português»). — Erlangen 1891, 74 pag., in-8.º — Separata das *Romanische Forschungen*, vol. VII.

2. **Collocação do adjectivo português.** — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, III, 84.

3. «**Dizer d'alguem cobras e lagartos**». — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, VII, 230 sgs.

4. **Achar menos** (estudo d'esta expressão). — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, II, 79.

5. **Tostia.** — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, VIII, 221 (mostra que *Tostia* é má leitura de *Scotia* = *Scocia* «Escocia»).

6. **Etymologias portuguesas.** — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, I, 117 (*consoada, assuada, de consum*) e 298 sgs. (*arvoado, avental, bebera, baforeira, bolsar, brilha*[*s*], *brinco, elo, espanto, fueiro, gronho, ichão, ichó, ilhó*).

7. **Etymologias portuguesas** (*sengo, nanja, em que, êndes endez, meigo*). — Artigos na *Zeitschrift für romanische Philologie*, VII, 102–115.

8. **Taibo.** — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, XII, 133 sgs.

9. **A ortographia nacional.** — Serie de artigos publicados no *Primeiro de Janeiro,* de 15 de Março de 1911 em diante.

*

10. **Sull' antica metrica portoghese,** de Ad. Mussafia.— Critica publicada no *Literaturblatt f. germ. u. rom. Philologie,* vol. XVII, col. 308–318, 1896. — Fez-se separata.

11. **Geschichte der portugiesischen Litteratur** («Historia da Litteratura portuguesa»). — Trabalho publicado (com a collaboração de Th. Braga) no *Grundriss der romanischen Philologie* de G. Gröber, II–2 (1894).— Começou a ser traduzido em português no *Instituto de Coimbra,* vol. XLVII, n.º 4 (Abril de 1900), por Alfonso Hincker, Alsaciano, hoje fallecido, que durante algum tempo viveu em Portugal, onde se dedicára ao ensino da lingoa allemã e da francesa.

12. **La littérature portugaise.** — Artigo inserido na *Grande Encyclopédie,* XXVII, 394–397, 1899.

13. **Cancioneiro da Ajuda.** — Edição critica.

Vol. I. — Texto, com resumos em allemão, notas e eschemas metricos. — Halle 1904, 924 pag. in-8.º gr.

Vol. II. — Investigações bibliographicas, biographicas e historico-litterarias. — Halle 1904, 1001 pag. in-8.º gr.

14. Artigos criticos a respeito da edição de *Das Liederbuch des Königs Denis von Portuyal* («O Cancioneiro d'el-rei D. Denis») feita por Henry R. Lang.—Na *Zeitschrift,* XIX, 578 sgs.

15. **Zum Liederbuch des Königs Denis de Portugal.** — Observações criticas á ed. d'*O Cancioneiro d'el-rei D. Denis* feitas por Lang. — Na *Zeitschrift,* XIX, 513 sgs.

16. **Lais de Bretanha** (poesia medieval). — Artigo publicado na *Rev. Lusitana,* VI, 1 sgs.

17. **Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch** («Cotas ao Cancioneiro medieval português»). Serie de artigos philologicos. — Separatas da *Zeitschrift,* do vol. XX em diante. Dou aqui os titulos dos artigos:

a) I. *Der Ammenstreit* (cantigas de escarnho relativas a *amas*). — Sep. do vol. XX, 145–218, 1896.

b) II. *Ein Mantellied.* — III. *Vom Mittagessen hispanischer Monarchen.* — IV. *Penna-veira.* — Sep. do vol. XXV, 129–174, 1901.

c) V. *Ein Seemann möcht' ich werden.* — VI. *Kriegslieder.* — Sep. do vol. XXV, 278–321, 1901.

d) VII. *Ein Jerusalem-Pilgrim und andre Kreuzfahrer.* — Sep. do vol. XXV, 533–560 e 669–685, 1901.

e) VIII. *Tell' Affonso de Meneses.* — IX. *Wolf Dietrich* (Lopo Diaz). — X. *Das Zwiespaltslied des Bonifazio Calro.* — Sep. do vol. XXVI, 55–75, 1902.

f) XI. *Im Nordosten der Halbinsel.* — XII. *Romanze von Don Fernando.* — Sep. do vol. XXVI, 206–209, 1902.

g) XIII. *Don Arrigo, Infant von Spanien und Senator von Rom.* — Sep. do vol. XXVII, 1–94, 1904.

h) XIV. *Guarvaya: Sancho I.* — Sep. do vol. XXVIII, 1–15, 1904.

i) XV. *Vasco Martinz de Resende e D. Afonso Sanchez.* — Sep. do vol. XXIX, 683–711, 1905.

18. Acêrca do *Tratado de Alveitaria* de Mestre Giraldo, vid. adiante, n.º 79.

19. Artigo sobre o problema litterario do *Amadis de Gaula,* na *Zeitschrift,* IV, 347 sgs.

20. **Zur Salmon-Morolfsage** (a respeito das lendas de Salomão e Markolf na litteratura medieval de Portugal).— Artigo nos *Beiträge zur Geschichte der deutschen Sprache,* VIII, 313 sgs.—Vid. tambem *Romania,* IX, 473, onde vem transcritos uns trechos dos *Portugalia Monumenta Historico,* «Scriptores», I, 180 e 274 (lenda de Gaia), enviados pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis a Gaston Paris.

21. **Les Bibles Portugaises.**—Appendice a um estudo sobre «As Biblias castelhanas», de Samuel Berger.—Na *Romania,* XXVIII, 360 a 408, e 508 a 567, 1899.

22. **Uma obra inedita do Condestavel D. Pedro de Portugal** (*Tragedia de la insigne reyna Doña Isabel*). Edição acompanhada de introducção. Madrid 1899, 96 pag. in-8.º—Separata dos *Estudios de erudición española* (homenagem a Menéndez y Pelayo).

23. **Zum «Cancioneiro Geral».**—Artigo inserido na *Zeitschrift,* V, 80–85, 1881.

24. **Zum «Cancioneiro d'Evora».**—Artigo na *Zeitschrift,* V, 565–571. Novo artigo sobre o assunto do antecedente: ibid., VII, 95 sgs.

25. **Noticias de mss. portugueses** (sobretudo de Cancioneiros do sec. XVI).—Series de artigos publicados na *Zeitschrift,* VIII, 429 sgs. e 598 sgs., e IX, 360.

26. Artigo critico a respeito do *Gil Vicente* do Visconde de Sanches de Baena. Publicado no *Literaturblatt f. germ. u. rom. Philologie*, XVII, col. 87–97, 1896, d'onde se fez separata.

27. **Uma passagem escura do «Chrisfal»**. — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, III, 347.

28. Artigo no *Literaturblatt f. germ. u. rom. Philologie*, 1894, n.º 8, col. 267–277, acêrca da edição que das obras de Christovão Falcão fez Epiphanio Dias, no Porto, em 1893.

29. **Palmeirim de Inglaterra** (estudo historico-litterario acêrca d'este romance de cavallaria. Em allemão). Halle, 1883, 67 pag. in-8.º gr. — Separata da *Zeitschrift*, VI, 37 a 63, e 216 a 255.

30. **A Infanta D. Maria.** — Separata do *Plutarcho Portuguez*, vol. II, fasc. IV, Porto 1880.

31. **A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas** (1521 a 1577), Porto, Typ. de A. Sousa & Irmão, 1902, 123 pag., in-folio.

32. **Publia Hortensia de Castro** (dama letrada do seculo XVI). — Artigo publicado na *Arte Portuguesa*, I, 136–140, Lisboa 1895.

33. **Poesias de Francisco de Sá de Miranda.** — Edição critica, acompanhada de um estudo sobre o Poeta, variantes, notas, glossario, e um retrato. Halle 1885, 949 pag. in-8.º gr.

34. **Pedro de Andrade Caminha** (estudo de Historia litteraria). Em allemão. Paris 1901, 120 pag. in-8.º — Separata da *Revue Hispanique*, t. VIII.

35. **Pedro de Andrade Caminha.** — Poesias ineditas publicadas por J. Priebsch. — Artigo critico inserido na *Deutsche Literatur-Zeitung* de 1898, col. 1124 a 1128.

36. **Poesias apocryphas, attribuidas a Camões.** — Artigos na *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto,* II, 105–125, Porto 1882.

37. **Materiaes para um Indice expurgatorio da Lyrica Camoniana.** — No *Circulo Camoniano,* I, 30 sgs., 1889.

38. **Notas camonianas.** — No *Circulo Camoniano,* I, 199 sgs., 1889.

39. **Contribuições para a Bibliographia Camoniana.** — No *Circulo Camoniano,* I, 19–25, 58–59, 69–71, 165–167, 1889.

40. Artigo critico sobre a *Bibliographia Camoniana* de Th. Braga, e o *Catalogo da Exposição Camoniana do Porto em 1880.* — Na *Zeitschrift,* V, 136 sgs.

41. Artigos a respeito, ou a proposito, dos quatro primeiros volumes das Obras de Camões traduzidas por W. Storck (LUIS DE CAMOENS' *Sämtliche Gedichte).* — Na *Zeitschrift f. rom. Philologie,* lugares seguintes:

IV, 591–609, e V, 101–136, critica do vol. I (*Redondilhas* [1], *e Cartas*) e do vol. II (*Sonetos*);

VII, 131–157, critica do vol. III (*Elegias, Sextinas, Odes e Oitavas* [2], com um appendice in-

---

[1] Storck traduziu em allemão por *Lieder* a palavra «Redondilhas».

[2] Storck subordinou a uma mesma rubríca (*Oitavas*), quer as «Oitavas» propriamente ditas, quer as «Epistolas».

titulado «Camões na Allemanha»), e do vol. IV (*Canções* e *Eglogas*);

VII, 407–453, novas observações ao Livro das Redondilhas e Cartas:

VII, 494–530, e VIII, 1–23, novas observações ao Livro das Elegias.

42. **Parnaso de Luis de Camões.** Edição de Ferreira de Brito, com uma introducção de Theophilo Braga. — Artigo critico, publicado na *Zeitschrift,* V, 393 sgs., 1881.

43. **Notas Camonianas:**

I. Pregão = pregoeiro?

II. Caracter latino do idioma português.

III. Olvidé y aborrecí.

IV. Uma glosa de *Alma Minha.*

V. Elegia inedita de Camões.

(Artigos publicados pela Sociedade Nacional Camoniana, no opusculo intitulado *Homenagem a Camões,* 26–48, Porto 1902).

44. «**Justa fue mi perdicion**». — A respeito de uma Copla camoniana. — Separata do *Circulo Camoniano,* I, 293–299.

45. «**Sette annos de pastor Jacob servia**». Nota ao soneto de Camões que assim começa. Porto, Typographia Elzeviriana, 1889, 15 pag. in-8.º — Separata do *Circulo Camoniano*, vol. I.

46. **Os Lusiadas**, de Camões. — Nova edição, segundo a do Visconde de Juromenha, conforme á segunda publicada em vida do poeta; com as estancias desprezadas e omittidas na primeira impressão do poema e com lições varias e notas. Leipzig 1873.

47. **Os Lusiadas**, de Luis de Camões. — Edição critica, com introducção. Estrasburgo, s. d. (1904).

48. **Vida e Obras de Luis de Camões.** — Versão do original allemão de W. Storck, annotada. Lisboa, Academia das Sciencias, 1898. — Os §§ 21–27 do cap. IV foram tambem publicados no *Circulo Camoniano,* I, 373 sgs., 1898.

49. **Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra «Lusiadas».** — Coimbra, Imp. da Universidade, 1905, in-8.º — Separata do *Instituto,* vol. LII.

50. **Lucius Andreas Resendius Lusitanus.** — Lisboa, Off. Typ., Calçada do Cabra, 7, 1905, 22 pag. in-4.º gr. — Separata do vol. III do *Archivo Historico.*

51. **Pratica de tres pastores.** — Edição de um auto do Natal, do sec. XVI ou XVII, ms. da Bibliotheca de Evora: com introducção e glossario, em allemão. Braunschweig 1881, 52 pag. in-8.º gr. [1].

52. **Neues aus Spanien und Portugal** («Novidades de Hespanha e Portugal»). — Serie de artigos sobre a «Questão do Fausto de Castilho», publicados no *Magazin für die Literatur des Auslandes,* vol. XLII. Berlin 1873.

---

[1] Neste opusculo, pag. 2, citam-se duas edições da *Pratica:* uma, designada por A, e attribuida pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis ao seculo XVI ou XVII (o rosto não tem data, e a folha final, onde ella podia estar, acha-se rôta); outra, designada por B, de 1761. Como illustração do assunto, accrescentarei que no Museu Ethnologico ha duas edições completas: uma, de 1659 (datada na subscripção final); outra, sem data, e de igual número de paginas. A última comprei-a na livraria de Pereira da Silva, Lisboa (vid. *Archivo do bibliographo,* Lisboa 1911, n.º 46, § 9156); a antecedente obtive-a de um amigo meu do Algarve, que indirectamente a havia comprado tambem na mesma livraria.

53. **João de Deus e a Cartilha Maternal.** — Artigos publicados na revista intitulada *O Ensino*. Porto 1877.

54. **Anthero e a Allemanha.** — Artigo publicado no volume intitulado *In Memoriam*. Porto, Typ. Occidental, 1896, in-8.º, 385 sgs.

55. Preambulo ás *Paginas Avulsas*, de J. J. Rodrigues de Freitas, XVI paginas. Porto, Chardron, 1906.

56. Prefacio á *Autobiographia e Cartas de Trindade Coelho*, XXV paginas. Lisboa 1910.

57. **Portugiesische Sprache und Literatur** («Lingoa e litteratura portuguesas»). — Artigos criticos a respeito do movimento philologico em Portugal, publicados:

1) No *Jahresbericht*, de Volmöller, do vol. I em diante.
2) No *Konversations-Lexikon*, de Brockhaus, de 1875 em diante.
3) No de Meyer, de 1880 em diante.
4) Na *Deutsche Encyklopädie*.

58. **As cem melhores poesias (líricas) da lingua portuguesa.** — London-Glasgow 1910, 236 pag.

*

59. Artigo critico a respeito do *Cancioneiro Gallego-Castelhano*, de Henry R. Lang. — Na *Zeitschrift*, XVIII, 200 sgs.

II. Philologia hespanhola

60. **Lautlehre und Grammatisches zur altspanischen Prosadarstellung der Crescentiasage** («Phonetica e notas grammaticaes a respeito da redacção hespanhola da lenda

de Crescencia»).—No *Archiv* de Herrig, vol. XLIII, 1867, Braunschweig.

N. B. A auctora contava a juvenil idade de 16 annos, quando escreveu este artigo.

61. **Etymologies espagnoles**: *zaherir, zabullir, zabucar, zahor.*—Na *Romania,* II, 86–91, 1873.

*

62. **Erläuterungen zu Herder's Cid** («Illustrações ao *Cid* de Herder»).—Leipzig, Brockhaus, 1868.

63. **Romancero del Cid.**—*Nueva edicion añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances.*—Leipzig, 1871, 368 pag. in-16.º

64. **Garci Sanchez de Badajoz.**—Artigo publicada na *Revista Critica de Historia y Literatura,* II, 114–133, 1896.

65. **Zwei Worte zur Celestina-Frage** (Duas palavras acêrca da *Celestina).*—Artigo na *Zeitschrift,* XXI, 405 sgs.

66. Artigo critico a respeito do trabalho de Foulché-Delbosc sobre a *Celestina.*—Separata do *Literaturblatt,* 1901, n.º 1.

67. Artigo critico a respeito da *Celestina,* ed. de Menéndez y Pelayo.—Separata do *Literaturblatt,* 1901, n.º 1.

68. **Zum Cancionero de Modena.**—Erlangen 1899.—Separata das *Romanische Forschungen,* vol. XI, fasc. 1.º

69. **Zum «Cancionero General de Nágera».**—Artigo na *Zeitschrift,* V, 77 sgs.

70. **Notas ao Cancioneiro Inédito.** — New-York, Paris 1909, 13 pag. — Separata da *Revue Hispanique,* vol. XXI.

71. **Zur Cibdáreal-Frage** («Acêrca do autor hespanhol Cibdáreal»). — Separata das *Romanische Forschungen,* VII, Erlangen 1891, 20 pag. in-8.º

72. **Tres flores del teatro antiguo español:** *Las mocedades del Cid, El Conde de Sex, El desden con el desden.* — Leipzig 1870, 348 pag. in-16.º — Vol. XXVII da *Colección de Autores Españoles.*

73. **Nachträge zu «Tres Flores del Teatro Antiguo Español»** («Supplemento ás *Tres Flores,* etc.»). — No *Jahrbuch für Romanische und Englische Literatur,* 37–43, 1871.

74. **Antologia Española.** — Leipzig, Brockhaus, 1875. — Vol. XXXIV da *Colección de Autores Españoles.*

III. Philologia hispano-portuguesa

75. **Studien zur hispanischen Wortdeutung** (52 etymologias hespanholas e portuguesas). — Florença 1885. — Separata da *Miscellanea di Filologia,* 113 sgs.

76. **Fragmentos etymologicos:** estudo etymologico de 51 vocabulos hespanhoes e portugueses. Porto, Typ. de Vasconcellos, 1894, 62 pag. in-8.º — Extrahido da *Rev. Lusitana,* III.

77. **Yengo — Enguedat — Engar:** notas etymologicas. Na *Miscellanea Linguistica in onore* di Graziadio Ascoli, 523–537, Torino 1901. — Cfr. infra o n.º 91.

78. **Contribuições para o futuro Diccionário Etimológico das linguas hispánicas** (1.ª serie). Lisboa, Imprensa Na-

cional, 1908, 62 pag. in-8.º gr. — Separata da *Rev. Lusitana,* XI, n.ºs 1 e 2, 1908.— Cfr. infra o n.º 79.

79. **Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria**: *estudo literário e Contribuições para o futuro Diccionário Etimológico das línguas románicas peninsulares* (2.ª serie). Lisboa, 1911. — Separata da *Rev. Lusitana,* XIII, n.ºs 3-4 (1910). — São dois trabalhos agrupados num volume.— Cfr. supra o n.º 78.

80. «**A maneira do apiahá**» (estudo d'esta moda ou estribilho do seculo XVI). — Artigo publicado na *Rev. Lusitana,* I, 379.

81. «**Hilo português**» (uso d'esta expressão em autores hespanhoes antigos). — Artigo publicado na *Rev. Lusitana,* I, 63.

*

82. **Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesia peninsular**.—Porto, Typ. de A. F. Vasconcellos, 1901, 32 pag. in-8.º — Separata da *Rev. Lusitana,* VII, fasc. 1.

83. **Der Spanische «Cancionero» des Britischen Museums**: estudo sobre um *Cancioneiro Castelhano português,* publicado por H. Rennert. — Separata do *Literaturblatt,* vol. XVIII, col. 127-143, 1897.

84. **Nuevas disquisiciones acerca de Juan Álvarez Gato**.— Artigo publicado na *Rev. Lusitana,* VII, 241 sgs.

85. **Gracian e Sá de Miranda**. — Na *Revista Critica de Historia y Literatura,* II, 212-213, 1896.

86. **«Recuerde el alma dormida».** — Paris 1899. 19 pag. in-8.º — Separata da *Revue Hispanique,* t. VI.

87. **Notas aos «Sonetos anonymos»**[1]. — Separata da *Revue Hispanique,* t. VII. Paris 1900. 23 pag. in-8.º gr.

88. **Investigações a respeito de Sonetos Portuguesas e Castelhanos.** — Separata da *Revue Hispanique,* t. XXII, New-York e Paris 1911.

88-A. Artigos (geraes e especiaes) relativos ás litteraturas e lingoas de Portugal, Brasil, Galliza, Castella, e Catalunha, nas seguintes encyclopedias: Brockhaus' *Grosses Konversations-Lexikon,* 13.ª ed., Leipzig 1882-1887; 14.ª ed., Leipzig 1892-1897; Meyer's *Grosses Konversations-Lexikon,* vol. XXI, ed. 5.ª e 16.ª; Mittleres *Konversations-Lexikon,* 7.ª ed., vol. VI, 1906-1908, n.º 273.

IV. Miscellanea de Philologia romanica

89. **Studien zur romanischen Wortschöpfung** («Estudos acêrca da criação de palavras em romanço»). Leipzig 1876, 300 pag. in-8.º

90. **Etymologisches:** *Guadaña — maraña — esquerp — mojigato — cohete (foguete) — carcoma — guit — feligres (fregues) — carámbano — bizzeffe.* No *Jahrbuch f. rom. u. eng. Literatur,* XIII, 202-217, 1873.

Novo artigo: *Köcher — goldre — couire-tulbe-kumpure — carquois — tarquois — linjavera — buyrach — bisbetico.* Ibid., 308-327.

Addições e correcções: no vol. III, p. 57-64 (1875).

---

[1] Estes sonetos (castelhanos) de poetas portugeses e hespanhoes foram publicados por Delbosc na *Rev. Hispanique,* VI, 328 sgs.

91. Explicação etymologica de *enger* e *inçar*. — Artigo na *Zeitschrift*, XXIX, 608 sgs. — Cfr. supra o n.º 77.

92. **Grammatica Francesa** de Tanty, reformada, de collaboração com Gaston Le Boucher. Heidelberg, J. Groos, 1907.

93. Artigo critico a respeito da 2.ª ed. (1873) do *Dictionnaire d'Étymologie Française* de Auguste Scheler. Na *Bibliographia Critica*. Porto 1875, p. 369–382.

94. **Fiori della Poesia Italiana Antica e Moderna**: vol. XI da *Biblioteca d'Autori Italiani*. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1871, 369 pag.

V. Ethnographia portuguesa e hespanhola

95. **Materiaes para o estudo do Refraneiro português.**— Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, I, 69 sgs.

96. **Tausend portugiesische Sprichwörter** («Mil proverbios portugueses»). Braunschweig 1905, 48 pag. — Separata do volume publicado em honra de Tobler pela *Berliner Gesellschaft für das Studium der neueren Sprachen*.

97. **Zum Sprichwörterschatz des Don Juan Manuel** («Observações ao thesouro de proverbios de D. Juan Manuel»). Halle 1905, 16 pag. in-8.º — Separata dos *Bausteine zur romanischen Philologie*, dedicados a A. Mussafia.

98. **Estudos sobre o Romanceiro popular.** — Artigo publicado na *Rev. Lusitana*, II, 156 sgs. e 193 sgs.

99. **Romanzenstudien** («Estudos do Romanceiro»). N.º 1, Historia de um antigo romance do Cid. Halle

1891. — Separata da *Zeitschrift,* XVI. — Ha n.º 2, sobre o *mal d'amores,* ibid., 397 sgs., mas creio que não se fez separata do artigo.

100. **Estudos sobre o Romanceiro peninsular.** — Separata da *Cultura Española.* Madrid 1907–1909, 368 pag. in-8.º gr.

101. **Spanische Volkspoesie.** — Serie de artigos sobre a poesia popular de Hespanha, publicados no *Magazin für die Literatur des Auslandes,* vol. XLIII, n.os 1, 2 e 3, 1874.

102. **O Judeu errante em Portugal.** — Artigo na *Rev. Lusitana,* I, 34 sgs.

103. **O Judeu errante em Portugal.** — Outro artigo publicado na *Rev. Lusitana,* II, 74.

104. **Estatinga, estantiga?** — Separata da revista ethnographica *A Tradição,* 15 pag. in-8.º gr. Lisboa 1889.

105. **Estantigua.** — Réplica a Menéndez Pidal, na *Revue Hispanique,* VII, 10 sgs. (1900). — Cfr. Appendice, parte I, nota ao n.º 105.

106. **Tangro-mangro.** — Nota publicada na *Rev. Lusitana,* I, 66.

107. **Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal.** — Artigo publicado no *Bulletin Hispanique,* t. VII, n.º 2, Abril–Junho de 1905.

108. Carta-Prefacio sobre «Contos Populares Portugueses», anteposta aos *Contos maravilhosos para a infancia,* de Antonio Pena Junior. Lisboa 1898.

109. **Contos Infantis.** — Preambulo dos *Contos côr de rosa,* traduzidos por Henrique Marques Junior, 36 pag. Lisboa 1906.

VI. Assuntos varios

110. **As capellas imperfeitas e a lenda das divisas gregas.** — Porto 1905, 14 pag. in-4.º gr. Com uma estampa. — Parte d'este opusculo está comprehendido no artigo mencionado no n.º 115, *b*).

111. **Quindecim Signa ante Judicium** (estudo sobre o Antichristo e o Dia de Juizo). — Separata do *Archiv für das Studium der neueren Sprachen* de Herrig. vol. XLVI. Braunschweig, 1870, 36 páginas.

112. **Hamlet in Spanien.** — Separata de um estudo publicado no *Shakespeare-Jahrbuch,* vol. X, Köthen 1875, 46 páginas.

113. **Shakespeare in Portugal.** — Separata de um estudo publicado no *Shakespeare-Jahrbuch,* Köthen 1880, 31 páginas.

114. **Kant e o terremoto de 1755.** — Na *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto,* II, 271–274, 1882.

115. Na **Arte e Natureza em Portugal** sahiram os seguintes volumes:

a) *Coimbra,* no vol. I (1902);
b) *As Capellas Imperfeitas da Batalha,* no vol. V (1905);
c) *Bussaco,* no vol. VI (1906).

116. **Deveres Maternos.** — Prefacio do livro de Ammon assim intitulado, traduzido pelo Dr. Sousa Baptista, 16 pag. Porto 1902.

117. **Frauenbewegung und Frauenunterricht in Spanien und Portugal**, estudo sobre a mulher peninsular, publicado na enciclopedia intitulada *Handbuch der Frauenbewegung*, vol. I, 424–455, Berlin, Moser, 1901. — Traduzido por Duarte Leite, na parte que se refere a Portugal, e publicado no *Primeiro de Janeiro* n.os 215, 216, 217, 218, 219 e 221, de 1902.

118. Relatorio do Congresso Feministico celebrado em Berlim no anno de 1895. — Serie de artigos publicados no *Commercio do Porto* n.os 275, 277, 280, 281 e 282, de 1895 (traduzidos em allemão num jornal de Hamburgo por D. Luisa Ey).

119. **Soror Maria do Divino Coração**, superiora do Bom Pastor do Porto. — No *Commercio do Porto* (folhetim), n.º 151, 1899.

120. **Portugiesischer Sprachführer** (Guia de conversação, portuguesa e allemã). Com a colaboração de Kordgien. — Leipzig 1894.

121. **Manual de conversação, allemão-português.** — Heidelberg, J. Groos, 1906.

122. **Distracciones filológicas.** — Carta particular dirigida a E. S. Dodgson, e por elle publicada num jornal de Huelva, intitulado *El Defensor*, de 11 de Fevereiro de 1897. — Notas autobiographicas.

Appendice

I

Apreciações litterarias, e biographias

Para complemento da precedente lista, que é puramente bibliographica, de certo agradará aos leitores saberem que não só muitos dos trabalhos da Sr.ª D. Carolina Michaëlis hão sido objecto de apreciações litterarias em varias revistas philologicas e em jornaes, mas que tambem alguns escritores a tem biographado; por isso reuno nesta secção as notas que a tal respeito pude colligir.

1. (**Der portugiesische Infinitiv**). — Artigo de H. Schuchardt no *Literaturblatt f. germ. u. rom. Philologie,* 1892, col. 197–206.

13. (**Cancioneiro da Ajuda**):
   a) *Zur Text u. Interpretation des «Cancioneiro da Ajuda»,* opusculo de D. Nobiling, Erlangen 1906, 47 pag. — Separata de *Mélanges Chabaneau,* Erlangen 1907.
   b) Artigo do mesmo no *Archiv,* de Herrig, CXXI, 197–208, e CXXII, 193–206.
   c) Observações philologicas de H. Lang, na *Zeitschrift f. rom. Philologie,* XXXII, 129–160, 290–311, e 385–399.

16. (**Lais de Bretanha**). — Vid. *Romania,* XXIX, 633.

22. (**Condestavel de Portugal**):
   a) Artigo na *Romania,* XXIX, 313.
   b) No *Bulletin Hispanique,* de 1899, pp. 211–230.
   c) De F. Garcia Perez, em hespanhol, num jornal (não sei o titulo nem o número).

31. (**Infanta D. Maria**).—Artigo de José Verissimo (Brasileiro) no *Jornal do Commercio* de 13 de Maio de 1907, reimpresso nos *Homens e couzas estrangeiras,* Rio 1910, pag. 155–172.

33. (**Poesias de Sá de Miranda**):

a) Artigo do Visconde de Juromenha, em *A Nação* de 3 de Março de 1886 e na *Gazeta de Noticias* de 21 de Maio de 1886.

b) De Anthero do Quental, na *Provincia* de 28 de Junho de 1886, n.º 145.—Vid. a alinea seguinte.

c) De Camillo Castello Branco, no *Commercio do Porto* de 1887, n.º 91.—Este artigo e o precedente foram reimpressos num folheto publicado em Lisboa, em 1894, por J. d'Araujo, e intitulado: *Sá de Miranda.*

d) De Rodrigues de Freitas, no *Commercio do Porto* de 19 de Junho de 1886.

e) De Crawford, em *Saturday Review* de 12 de Março de 1887.—Parte foi traduzida no *Commercio do Porto* de 12 de Maio do mesmo anno.

f) Breve noticia de J. L. de V., na *Revista Pedagogica,* Maio de 1886, p. 97.

g) Vid. uma carta de F. Denis no Appendice, parte II, *c*.

41. (Criticas das traducções de Storck):

a) Vid. *O Dr. Storck e a litteratura portuguesa,* Lisboa 1810, pp. 139–140.

b) Vid. Appendice, parte II, *j*, excerptos de cartas de Storck.

48. (**Vida de Camões**).—Longo artigo de José Verissimo no *Jornal do Comercio* (Brasil) de 23 de Julho de 1901.

58. (**As cem melhores poesias**).— Artigo de Ricardo Jorge Junior no *Imparcial* de 23 de Setembro de 1910, com o titulo «Um livro d'oiro».

*

63. (**Romancero del Cid**):

a) Artigo do Dr. Ludwig Lemke, no *Jahrbuch,* XII (1871), 415–417.

b) De A. Morel-Fatio, na *Romania,* I, 123–126.

c) De Theophilo Braga, na *Bibliographia Critica,* n.º 56.

d) Creio que tambem ha um de G. Paris, na *Revue Critique,* mas não pude verificar.

e) Vid. Appendice, parte II, *b*, 2.ª carta de Diez.

71. (**Cibdáreal**):

a) Cf. *Romania,* XXIII, 617.

b) Vid. Appendice, parte II, *b*, 2.ª carta de Diez.

72. (**Tres flores del teatro antiguo español**):

a) Artigo do Dr. Ludwig Lemke, de Giessen, no *Jahrbuch,* XI (1870), 333–334. Termina assim: «Der Fleiss und die Sorgsamkeit, womit »die Herausgeberin der Ausgabe möglichste »Vollendung zu geben gesucht hat, sind ebenso »sehr der höchsten Anerkennung würdig, wie »ihre in den literarisch-kritischen Einleitungen »bewiesene Sprachkenntniss und Belesenheit »unsere Bewunderung erregt».

b) Segundo se lê na *Romania,* I, 268, ha tambem um artigo de G. Paris na *Revue Critique* de 1872 (Janeiro–Março).

c) Cfr. Appendice, parte II, *a*.

74. (**Antologia Española**).— Vid. carta de Mussafia, Appendice, parte II, *g*, 1.ª

77. (**Yengo**).— Artigo de G. Paris, na *Romania,* XXX, 576–577.

78. (**Contribuições para o Diccionario etymologico das linguas hispanicas**). — Notas lexicologicas de Gonçalves Viana, na *Rev. Lusitana,* XI, 238–247.

*

89. (**Studien zur romanischen Wortschöpfung**):
   a) Artigo de K. Vollmöller, na *Zeitschrift f. rom. Philologie,* I, 442–446.
   b) Notas criticas de Paul Foerster, *ibidem,* II, 463–469.
   c) Artigo de E. Stengel, na *Jenaer Literaturzeitung,* 1876 (n.º 49), p. 766.
   d) De Paul Foerster, no *Magazin f. die Literatur des Auslandes,* de 1877.
   e) De J. Le Coultre, no *Göttinger Gelehrte Anzeigen,* de 1877 (Stuck 40).
   f) Notas de N. Caix, no *Giornale di Filologia Romanza,* II, 66.

93. (Crítica do «Dictionnaire» de Scheler):
   a) D'ella diz G. Paris, na *Romania,* IV, 299: «long article.. qui contient plusieurs observations très importantes».
   b) Vid. uma carta do proprio Scheler no Appendice, parte II, *f*.

*

96. (**Tausend portugiesische Sprichwörter**).—Artigo de J. L. de V., na *Rev. Lusitana,* IX, 182–186.

100. (**Romanceiro peninsular**).—Artigo de O. Nobiling, no *Archiv* de Herrig, CXXVI, 261–269.

105. (**Estantiga**):

a) Artigo de Menéndez Pidal, na *Revue Hispanique,* VII, 5–9.—Refere-se a este artigo a Réplica que mencionei no n.º 105.

b) *De algumas tradições de Hispanha e Portugal a proposito de «estantigua»*,—artigo de F. Adolfo Coelho, na *Revue Hispanique,* VII, 390–453.

*

111. (**Quindecim Signa**).—Vid. carta de R. Köhler no Appendice, parte II, *a*).

Artigos e apontamentos de caracter geral, ou biographicos:

a) *Eine deutsche Romanistin* («Uma romanista allemã»), pelo Dr. Eduard Engel, em folhetim da *Norddeutsche Allgemeine Zeitung,* de 17 de Maio de 1877. Dá-se ahi noticia de varios trabalhos da Sr.ª D. Carolina Michaëlis apparecidos até àquella data, e especialmente dos *Estudos acêrca da criação de palavras em romanço* (supra, n.º 89). Artigo muitissimo honroso e justo.

b) Referencia de Sánchez Moguel na *Revista Contemporanea* de 30 de Janeiro de 1880, pp. 200–201, numa memoria intitulada *España y la Filología:* «Maravilla en ex»tremo cómo una señora, y á su edad . . , manifieste apti-

»tudes tan extraordinarias en un órden de estudios tan »árido como el de la filología. Caso es este de los mas »notables que registra la historia».

c) *Eine deutsche Frau und Gelehrte* («Uma senhora allemã e erudita»), por Helene Lange[1], na revista intitulada *Die Frau,* Berlim, anno I (1894), fasc. 11.º, pp. 718–722. Artigo biographico, acompanhado de um retrato.

d) Na *Semana de Lisboa,* de 5 de Novembro, por Theophilo Braga.

e) Na *Educação Nacional,* de 30 de Junho de 1901, por Antonio Figueirinhas.

f) No *Diario Ilustrado,* de 9 de Setembro de 1901.

g) No *Primeiro de Janeiro,* de 13 de Março de 1902, por Alvarenga.

i) Na *Sociedade Futura,* de 1 de Fevereiro de 1903, por D. Olga de Moraes.

j) No *Mundo Elegante,* de 10 de Novembro de 1904, por X. de Carvalho.

k) No *Mundo,* de 7 de Fevereiro de 1907.

l) No *Album Ibero-Americano*, de 30 de Junho de 1907.

m) No *Seculo,* de 1910.

n) Na *Ilustración Artística,* de Março de 1911, por D. Angel Guerra.

o) Nas Encyclopedias de Brockhaus, Meyer, Maximiano Lemos.

p) Nos *Perfis de intellectuaes* de Silva Bastos, Lisboa 1906, p. 227 ss.

q) No *Almanaque Brasileiro* de Garnier, 1912, p. 235 a 240 (artigo de João Ribeiro).

r) Referencias de José Queiroz: *Da minha terra* (figuras gradas), Lisboa 1909. — O mesmo A. tem um livro

---

[1] É ella quem dirige, e notavelmente, o movimento feministico allemão.

intitulado *Versos da mocidade*, Lisboa 1910, em cujo prologo se lê: «O presente livrinho.. foi impresso espe»cialmente para offerecer á illustre escriptora a Senhora »D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos». No fim do prologo vem um trecho de uma carta d'ella.

s) No meu livro intitulado *O Dr. Storck e a litteratura portuguesa* publíco um retrato da Sr.ª D. Carolina Michaëlis, e digo a p. 29 algumas palavras a seu respeito.

II

Cartas de escritores notaveis

São innúmeras as cartas que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis tem recebido de escritores notaveis. A meu pedido ella dignou-se facultar-me o exame de umas tantas (e algumas bellissimas!), e vou transcrevê-las, ou na integra, ou por fragmentos.

a) De Reinhold Köhler[1]

Verehrtestes Fräulein!

Endlich komme ich dazu Ihnen für Ihren Brief, für das werte Geschenk Ihrer Ausgabe der drei Dramen[2] und für die vertrauensvolle Zusendung Ihrer Abhandlung[3] meinen

---

[1] Reinhold Köhler, nascido em Weimar em 1830, e fallecido em 1892, exerceu naquella cidade o lugar de bibliothecario, e deu a lume numerosas e eruditissimas memorias no campo da Historia litteraria, e no da Litteratura popular, especialmente no que toca á Novellistica. Muitas d'essas memorias foram reproduzidas postumas nos seguintes volumes: *Aufsätze über Märchen u. Volkslieder*, Berlim 1894; *Kleinere Schriften*, t. I, Weimar 1898 (devem ter apparecido mais tomos, porém não os vi ainda).

[2] [Vid. Lista bibliographica, n.º 72].

[3] [Ibidem, n.º 111].

herzlichsten Dank auszudrücken. Ich würde Ihnen schon früher geschrieben haben, wenn es mir möglich gewesen, Ihre Abhandlung über die *XV Signa* durchzulesen. Diese Abhandlung sowohl als die Ausgabe der Dramen und der Nachtrag dazu haben von neuem meine Bewunderung Ihrer ausgebreiteten Kenntnisse erregt.

Ihren Brief an Lemcke habe ich ihm sogleich mit einigen begleitenden Worten zugeschickt, das Buch und den Nachtrag etwas später durch einen Giessener Collegen von ihm, der gerade hier war.

Ihre Abhandlung aber schicke ich Ihnen zunächst wieder und erlaube mir auf beiliegenden Blättern Sie noch auf einige Darstellungen der *XV Signa* aufmerksam zu machen, die Sie doch Ihrer Arbeit, möglichster Vollständigkeit wegen, noch einfügen müssen. Ich würde dies gern für Sie thun, aber es mangelt mir gerade jetzt durchaus an Zeit, die betreffenden Texte unter sich und mit den von Ihnen schon besprochenen zu vergleichen. Die von mir citierten Bücher werden Ihnen vielleicht in Berlin zugänglich sein; wo nicht, so schicke ich Ihnen gern die Ihnen mangelnden. Die Einleitung würde ich an Ihrer Stelle weglassen, sie ist als solche unverhältnismässig lang und an sich doch nicht erschöpfend genug. Eine Arbeit, wie die Ihre über die *XV Signa,* die ja doch nur für Fachleute ist, bedarf keiner Einleitung. Sie können sofort *in medias res* gehen, und grade dies wird den gelehrten Lesern imponieren.

Herzlichen Dank für die liebenswürdige Art, mit der Sie mich citiert haben, aber ich bitte Sie doch, an jener Stelle das Citat zu streichen, da ich ja dort keine eigne Meinung ausgesprochen habe, sondern nur auf Grimm und Sommer verweise. Auch Mätzner würde ich dort aus demselben Grund streichen. Wollen Sie dagegen, wenn Sie die Ihnen anbei geschickten Nachträge benützen, gelegentlich in Ihrer Abhandlung sagen, dass Sie auf

einige der Texte erst durch mich aufmerksam gemacht worden sind, so werde ich mich freuen, meinen Namen so mit Ihrer Arbeit verbunden zu sehen.

Wenn Sie die Ihnen dargebotenen Nachträge Ihrer Arbeit einverleibt haben, so schicken Sie dieselbe direkt an Lemcke, dem ich Sie schon im Voraus angekündigt und empfohlen habe. Ob er freilich sogleich Platz haben wird, ist sehr fraglich.

Ihrem versprochenen nächsten Briefe und seiner Erzählung sehe ich mit grösstem Interesse recht bald entgegen. Warhrscheinlich sind Sie inzwischen viel gereist, ich bin diesen Sommer nicht weiter gekommen als Ilmenau, wo ich mich 14 Tage aufgehalten habe. Wir wohnten in demselben Logis, wo wir schon vor zwei Jahren gewohnt haben, und es stellte sich im Gespräch mit unseren Wirtsleuten zufällig heraus, dass Sie im vergangenen Jahre dasselbe Logis bewohnt haben.

Nochmals herzlichst dankend und mit den freundlichsten Grüssen — auch von meiner Schwester —

Ihr Ihnen sehr ergebener

Reinhold Köhler.

Weimar, 2. Nov. 1869.

Ihrem Herrn Vater bitte ich mich bestens zu empfehlen[1].

---

[1] Apesar de serem muitas as cartas que de Köhler possue a Sr.ª D. Carolina Michaëlis, transcreve só esta, para não alongar muito o Appendice.

b) De Friedrich Diez[1]

1.ª

An Fräulein Michaëlis zu Berlin

Herzlichen Dank für den unvergleichlichen Geburtstagsgruss, welchen Sie dem bangen Löwen zu senden die Güte hatten, der leider nicht weiss, wie er seine Gefühle der bezaubernden Maus gegenüber in Worte kleiden soll.

Bonn im April 1875.

Fr. Diez.

2.ª

Bonn 28. Nov. 71.

Hochverehrtes Fräulein!

Empfangen Sie meinen herzlichen Dank für das schöne Buch und den nicht minder schönen Brief. Die Sammlung der Cid-Romanzen[2] interessiert mich um so mehr, als ich in jüngern Jahren mit Benutzung der Göttinger Bibliothek selbst eine solche, freilich weniger vollständige zu Stande gebracht habe, die mir später abhanden gekommen ist[3]. Was ihre Forschung auf dem Gebiete der katalanischen Sprache betrifft, so darf man darin einer willkommenen Bereicherung der romanischen Philologie entgegensehen.

---

[1] A respeito de Friedrich Diez, allemão, patriarcha da Philologia romanica (1794–1876), veja-se o meu livro intitulado *O Dr. Storck e a Litteratura Portuguesa*, p. 178–182, onde publico umas notas biobibliographicas e um retrato.

[2] [Vid. Lista bibliographica, n.º 71].

[3] [Diez occupou-se várias vezes do romanceiro hespanhol: vid. *Kleinere Arbeiten und Recensionen*, ed. de Breymann, Munich 1883, p. x–xi].

Mit vorzüglicher Hochachtung habe ich die Ehre, mich zu nennen.

Ihren ergebensten

Fr. Diez.

c) De Ferdinand Denis[1]

Paris, 5 Juin 1886.

Très honoré[e] Madame,

J'ai reçu la semaine dernière avec une parfaite gratitude l'Edition, hors de ligne, des œuvres poétiques de Sá de Miranda, dont vous venez de faire un cadeau si opportun à votre pays d'adoption[2]. Je ne serai point certainement ici le premier à reconnaître la supériorité de cette collection, sur toutes les précédentes et après un mûr examen qui ne date point d'hier, vous n'avez pu l'oublier, Madame, je ne saurais trop vous féliciter sur la réussite de votre travail si ardu et si constant à la fois, au milieu des innombrables petits détails dont se compose une édition bien faite, telle que celle-ci; de la multiplicité de mille faits, dont le moindre aura exigé souvent plusieurs heures de préoccupation. Je vous sais un gré infini d'avoir pensé que mon ms. du vieux prédécesseur de Camoens, ne vous avait pas été en cette circonstance complètement inutile[3], et je vous prie d'accepter ne fût-ce que pour ce

---

[1] Ferdinand Denis, lusitanophilo francês bem conhecido em Portugal, nasceu em 1798, e falleceu em 1890. Escreveu muitas obras, e entre ellas bastantes a nosso respeito, taes como uma Historia litteraria, uma traducção do *Hyssope*, um romance com o titulo de (*Fr.*) *Luiz de Souza*, estudos camonianos, etc. Vid. *La Grande Encyclopédie*, s. v. «Denis», e um artigo de Jaime Victor n*O Occidente*, XIII (1890), 187–190, com um retrato.

[2] [Vid. Lista bibliographica, n.º 33].

[3] [Acêrca d'este manuscrito vid. o que diz a Sr.ª D. Carolina Michaëlis nas *Obras de Sá de Miranda*, p. XLVI sgs].

fait tous mes remercîments. J'aime à penser surtout que votre excellent travail sera accepté avec reconnaissance par tous les Portugais, amis des vieilles doctrines littéraires que vous professez ainsi que votre cher mari. Dans ces sentiments je vous prie de croire à la respectueuse sympathie que vous offre de grand cœur

Votre serviteur bien dévoué,

Ferdinand Denis.

d) De G. I. Ascoli[1]

1.ª

Milano, 9 marzo 1875.

Gentilissima e ammirabile signorina,

Che avrà Ella mai pensato di me? Quale più aspro rimprovero potrebbe mai parermi soverchio? Confesso di essere arrossito più e più volte, pensando al triste concetto che ben legittimamente Ella doveva farsi di me!

Pure, io avrei non poco da allegare a mia discolpa. Preoccupazioni d'ogni specie, agitazioni gravissime, indisposizioni frequenti, mi hanno fieramente turbato e travagliato dal marzo dell' anno passato in qua; per guisa che

[1] Graziadio Isaia Ascoli (1829–1897), italiano, professor da Academia de Milão, foi notabilissimo glottologo, que, além de cultivar a Philologia romanica, tambem cultivou a indo-europeia geral, e a semitica. Publicou *Studj orientali e linguistici* (2 vols.), *Studj critici* (2 vols.), *Corsi di Glottologia* (vol. I), *Una Lettera glottologica*, etc., e fundou, em 1873, o *Archivio Glottologico Italiano*, que ainda dura.— Os seus discipulos e amigos publicaram em 1901, em Torim, uma *Miscelanea linguistica in onore di G. I Ascoli*.

io fui costretto a interrompere tutte le mie corrispondenze, anche le più urgenti. Avrei nondimeno saputo fare un' eccezione per Lei, gentilissima signorina, se la Sua reputazione mi fosse parsa minacciata dai pericoli ch'Ella temeva. Ma questo non era. L'ammirabile sua modestia si accresceva a dismisura l'entità e le conseguenze di una inesattezza pressochè impercettibile, che ha abondantissimi riscontri nei lavori più pregiati e famosi. In effetto, nessuno se ne accorse, per quanto io ho potuto vedere; e la stima grandissima, che tutti per Lei nutriamo, non n'ebbe di certo alcun detrimento.

Venendo poi al merito, è veramente una *continua sorda* quella gutturale fiorentina che piglia il posto dell' antica dentale in *scusache temucha* ecc. E io credo sempre, che d'altro non si tratti se non d'un *ḥ*, col quale si rimedia all' iato. Dunque: *temuta temu-a temuʿa*.

Con la posta d'oggi mi permetto di mandarle la prima parte degli «Schizzi franco-provenzali», estratta dalla prima puntata del terzo volume dell' *Archivio*. In un' altra puntata, che è sotto il torchio, spero mi avanzi un po' di spazio per alcuni «Cenni bibliografici», tra' quali vorrei che ce n'entrasse uno, in cui mi fosse lecito mostrare quanto io apprezzi i suoi bei lavori.

Finirò col ridomandarle mille scuse, mia buona signorina, e col pregarla di ricorrer sempre a me con ogni libertà e con piena fiducia, malgrado l'esito infelice del suo primo esperimento. Di certo, nulla mi pottrebbe essere più grato che l'avere occasione di mostrarle come io Le sia, con altissima stima,

devotiss.°

G. I. Ascoli.

2.ª

Milano, 1° ottobre 1876.

Mia riverita e brava signora,

Ricevetti, giorni sono, il Suo bel libro[1], e Le mandai súbito un rigo di ringraziamento, dirigendolo a Berlino. Oggi poi m'arriva, per bontà d'un Suo fratello (o non è piuttosto una sorella?)[2], il nuovo suo indirizzo; e io ne profitto immediatamente, per rinnovarle imprima le mie grazie più cordiali, e per aggiungerci poi un fervoroso invito, che ho ferma speranza di veder bene accolto dalla gentilezza sua.

L'invito è questo: ch'Ella si voglia mettere fra gli assidui collaboratori dell' *Archivio glottologico italiano*, somministrandogli in ispecie dei Saggi dialettali portoghesi e spagnuoli. Studj propriamente glottologici, antichi testi illustrati, antologie storiche dei singoli dialetti, testi anche solo moderni di varietà men note; tutto entra opportunissimamente nel nostro programma. C'è poi anche da dire che l'*Archivo* ha forse, pure in tesi generale, qualche titolo che lo deve far preferire per l'inserzione di studj o collezioni di codesta specie; ma s'aggiunge, nel caso particolare, che già gli sono destinate delle cose molto omogenee. Il prof. Teza, dell' Università di Pisa, mi dà ora un'antologia di curazzese, indo-portoghese e creolico. Altre saggi speriamo dal Brasile coll' aiuto di quel dotto Imperatore. Soggiungerò ancora, che l'*Archivio* non avendo precisi limiti di tempo o di spazio, stampa immediatamente tutto quello che gli piace o preme di publicare. La rimunerazione è di franchi trenta per foglio da sedici pagine,

[1] [Deve ser o que tem o n.º 89 na Lista bibliographica].
[2] [Ascoli tinha razão].

e cinquanta esemplari gratuiti. — Ella dunque mi rallegri con la Sua pronta adesione! [1]

Il Suo etimologico ispano-portoghese sarà davvero un bel regalo, e lo aspettiamo con impazienza. Che pensa Lei e che fu detto da altri intorno a *desmazalado?* Io credo per fermo che sia una voce GIUDEESCA. Gli Ebrei usarono *mażżál* «costellazione», «astro», nel significato de «auspicio», «sorte»; e oggi ancora, pure in Italia, introducono questa voce ebraica in certi loro modi: *buon masál* buona fortuna, *mal masál* mala fortuna, uomo sfortunato, uomo da nulla. Da Ebrei veneti ho anche sentito: *s-mażalá (s-masalá)*. sfortunato, «avvilito», «sconsolato». — Anche mi sa di semitico il modo spagnuolo: *dar paz* (com'è p. es. usato in *Don Quijote*, I, XXI, poco dopo la metà). — Ma io non ho più carta, e devo finire col chiederle molte scuse della fretta, e pregarla di gradire i miei rispetti cordialissimi e i sensi della verace mia stima.

Dev.mo Suo

G. I. Ascoli.

e) De Gaston Paris [2]

Paris, le 18 novembre 1871.

Mademoiselle,

Vous avez dû trouver en moi une absence complète, je ne dirai pas de la galanterie française, mais de la plus simple politesse, en ne recevant pas de réponse à votre lettre si gracieuse du 6 mars de l'année dernière. Si

---

[1] [A Sr.ª D. Carolina Michaëlis não chegou a collaborar no *Archivio;* prestou porém uma homenagem a Ascoli: vid. Lista bibliographica, n.º 77]

[2] Gaston Paris, ao mesmo tempo um dos mais eminentes romanistas da actualidade, e um dos melhores escritores da França, nasceu em 1839, e falleceu em 1903. Para não repetir o que escrevi na *Revista Lusitana*, VIII, 306-308, remetto para lá o leitor.

j'avais l'honneur d'être connu personnellement de vous, vous sauriez que, malgré toutes les apparences, je ne mérite pas ces reproches autant que j'en ai l'air, et que mon tort est surtout d'avoir cédé, cette fois encore, à de déplorables habitudes de négligence et de procrastination. Il est vrai que ces deux vices ne m'ont jamais été plus funestes que dans cette occasion, et que je les maudirai plus que je n'ai jamais fait s'ils m'ont causé dans votre opinion un tort irréparable. Quoiqu'il en soit, ils m'avaient paisiblement conduit, bien qu'avec quelques secousses de remords, jusqu'au moment fatal où la guerre a éclaté. Depuis que nous sommes rendus à nous-mêmes, je me suis promis chaque jour de vous écrire, et bien des jours se sont ainsi passés. Enfin j'avais égaré votre lettre et j'ignorais par conséquent votre adresse. En ouvrant votre Herder [1], elle me tombe dans les mains, et je prends la plume sans attendre un instant pour vous présenter en même temps l'expression de mes regrets, le tribut de mes remerciements, et l'hommage de ma sincère admiration.

Où donc avez-vous appris à dix-neuf ans ce que nous autres, après douze ou quinze ans de travail, nous ne savons pas encore? Vous êtes comme la *donzella que vai á guerra* du romance portugais, — qui dès son début l'emporte sur tous les cavaliers. J'ai lu vos deux volumes [2] avec un bien grand plaisir, mais j'ai surtout été surpris de votre dissertation étymologique, qui m'a montré que bien loin de vous restreindre aux langues romanes vous possédez les anciens dialectes germaniques, vous lisez les auteurs grecs dans leur langue, vous avez pénétré dans le domaine mal assuré du celtique et vous avez poussé vos études jusque dans l'Orient. Il ne nous reste, à nous

---

[1] [Vid. Lista bibliographica, n.º 62].

[2] [Creio que se refere ás obras que tem os n.ºs 60 e 62 na Lista biblographica].

autres hommes, qu'à baisser la tête et à nous humilier. J'ai toujours cru que la philologie était un jardin où les femmes se garderaient de jamais mettre les pieds; vous êtes au moins la première qui y ait pénétré, et vous semblez pourtant y être absolument chez vous.

La *Revue Critique* contiendra l'annonce — bien en retard — et l'appréciation de vos excellents travaux, dont vous parlez avec tant de modestie. Je serais heureux de me maintenir en rapport avec vous d'une façon plus directe, et je vous demande la permission de vous en suggérer un moyen. Au mois de janvier 1872 paraîtra, sous le nom de *Romania*, un recueil analogue au *Jahrbuch* [1], dirigé par Paul Meyer et moi. Nous serions heureux si vous vouliez bien nous adresser quelque article [2]; nous ne pouvons malheureusement offrir qu'une rémunération bien insignifiante (60 fr. la feuille, et 35 fr. seulement, si l'article est en allemand, parce qu'il faut le traduire); mais vous maniez si bien l'espagnol, que vous préférerez sans doute cette langue), mais peut-être aurons-nous des chances de trouver dans les pays romans un public plus nombreux que le recueil de Leipzig.

Veuillez croire, Mademoiselle, que rien ne m'a plus flatté et touché que la lettre que vous m'avez écrite; veuillez pardonner à mon impardonnable paresse, et veuillez surtout être persuadée que je suis bien sincèrement, avec un profond respect,

Mademoiselle,

Votre humble et dévoué serviteur,

G. Paris.

7, rue du Regard.

---

[1] [Isto é, *Jahrbuch fur romanische und englische Literatur*, começado a publicar em Berlim em 1859, e continuado em Leipzig até 1876, anno em que terminou].

[2] [Vid. Lista bibliographica, n.os 61 e 21].

f) De A. Scheler[1]

(Coroa real, e por baixo:
BIBLIOTHÈQUE || DE || S. A. R.
LE COMTE DE FLANDRE. ||)

Brüssel, 10. Mai 1875.

Hochgeschätzte Mitforscherin!

Herzlichen Dank für den mir übersandten Ausschnitt der *Bibliographia Critica* und die denselben begleitenden freundlichen Zeilen.

Es gereicht mir zu hoher Ehre und besonderer Genugthuung, mein Werk in ebenso nachsichtsvoller als eingehender Weise von einem Gelehrten beurtheilt zu sehen, der sich als scharf-und feinsinnigen, ein umfangreiches Gebiet in hohem Masse beherrschenden, und die theoretischen wie praktischen Ergebnisse der wissenschaftlichen Forschung mit gleicher Stärke ausnützenden Sprachkundigen schon mehrfach zu erkennen gegeben hat.

Trauen Sie meiner Aufrichtigkeit, wenn ich Ihnen meine Freude über Ihren Aufsatz, meine Uebereinstimmung mit den von Ihnen gemachten Ausstellungen und meinen provisorischen Beifall zu Ihren Lösungsversuchen einzelner Probleme hiermit ausdrücke. *Rincer* = *rechinser* = recentiare scheint mir noch gewagt (über *rechinser* verweise ich auf mein *Glossaire de Froissart,* p. 382 u. 496).

Die Theilnahme, welche mein Wörterbuch unter den deutschen Romanisten gefunden, ist für mich ein reicher

---

[1] Johann August Scheler, humanista e romanista, nascido em 1819, em Ebnat (Suiça), e fallecido em 1890, foi bibliothecario de Leopoldo I e de Leopoldo II da Belgica, e do Conde de Flandres, e alem d'isso professor da Universidade de Bruxellas. Escreveu o *Diccionario* que citei supra, Lista bibliographica, n.º 93, e outras obras philologicas. Vid. o *Konversations-Lexikon* de Brockhaus, s. v. «Scheler».

Ersatz für die Indifferenz der französischen Gelehrten, welche, scheint es, sich das Wort gegeben haben meine Arbeit zu Gunsten des Brachet'schen Schulbuchs[1] todt zu schweigen. Ich sehe darin eine wohlthuende Anerkennung des gewissenhaften Ernstes, womit es im J. 1860 in Angriff genommen und seitdem gefördert worden ist[2].

Nochmals, verehrtestes Fräulein, meinen Dank für das Interesse, das Sie mir beweisen und dazu noch meine Bewunderung über das Phänomen: eine Tochter Eva's auf dem Gebiete der Sprachphysiologie die bärtigsten und geschultesten Fachprofessoren überflügeln zu sehen.

Hochachtungsvoll und ergebenst

Hofrath *Dr. Aug. Scheler.*

66, rue Mercelis.

g) De A. Mussofia[3]

1.ª

Mia riverita Signorina!

Mi permetta di renderle sincere grazie della buona memoria ch'Ella conserva di me, inviandomi i varii, e tutti eccellenti, Suoi lavori; ultimo dei quali in tempo è

---

[1] [Isto é: *Dictionnaire étymologique de la langue française,* Paris 1870].

[2] [O auctor refere-se ao assiduo trabalho que no anno de 1860 lhe deu a primeira redacção do seu *Diccionario,* vinda a lume em 1861].

[3] Adolf Mussafia, nasceu em Spalato, na Dalmacia, em 1835, e falleceu em Florença em 1905. Começando por estudar a Medicina, dedicou-se depois á Philologia romanica, que ensinou durante muitos annos em Viena d'Austria, e na qual foi um dos mestres. No livro que os seus amigos e admiradores lhe consagraram, com

il pregevolissimo primo volume della sua *Antologia Spagnuola*. L'esemplare da Lei favoritomi lo dovetti, a dir vero, per mancanza di luogo nei miei bauli, lasciare a Vienna; ma qui, a S. Remo, trovandomi coll' amico Ascoli, fu lui a prestarmi il suo esemplare; e così potei fin d'ora godere di così piacevole lettura. Ella non s'aspetta da me, che non feci mai studii speciali sulla letteratura spagnuola, un giudizio sul suo lavoro; a me non ispetta che ringraziarla di questo nuovo prodotto dei molteplici e sodi suoi studii.

Se a suo tempo io non adempii al gradito dovere di congratularmi con Lei della sua promessa di sposa, gentilmente communicatami, non voglia attribuirlo a indifferenza o scortesia, ma allo stato veramente doloroso della mia salute, che dal febbrajo di quest' anno m'ha continuamente travagliato. Spero che il soggiorno invernale in Italia varrà, se non a sanarmi perfettamente, a rinvingorirmi almeno così ch'io possa ritornare agli studii amati.

Accolga, riverita mia Signorina, l'espressione della profonda stima del

Suo devotissimo

Ad. Mussafia.

S. Remo (Ligure), Hôtel S. Remo, 1 Dec. 1875.

---

o titulo de *Bausteine zur romanischen Philologie*, e publicado poucos meses antes de elle morrer, vem a lista dos seus trabalhos (p. XI–XLI). Cfr. tambem *Revista Lusitana*, IX, 192, onde lhe dediquei umas linhas.

2.ª

Hochverehrte Frau!

Wenn ich erst jetzt Ihnen meinen herzlichsten Dank ausspreche für das schöne Geschenk, womit Sie mich erfreuten, so mögen Sie dieses Versäumniss nicht meiner Nachlässigkeit zuschreiben. Der Grund war vielmehr ein für mich überaus schmerzlicher; der Verlust nämlich des Sehvermögens am linken Auge, welchen ich im Juli dieses Jahres erlitt und der mir Monate lange unmöglich machte, mich mit irgend einer Lektüre zu beschäftigen. Erst seit einigen Wochen begann ich einige der zahlreichen Novitäten, die sich auf meinem Schreibpulte aufhäuften, anzusehen. Sie können Sich denken, dass eines der ersten Bücher, zu denen ich mit Gier griff, das Ihrige war, dessen Titel schon meine Erwartungen hoch anspannen musste [1].

Ich habe bisher leider das in so vielen Beziehungen überaus anziehende Werk nicht vollständig studiren können; die Abschnitte indessen, welche ich mit stets wachsendem Interesse las, erfüllten mich mit Bewunderung über Ihre so ausgedehnten Sprachkenntnisse auf dem Gebiete aller romanischen Idiome und über Ihren fein ausgebildeten Sinn für alle Fragen der Sprachbildung. Nicht als Gegengabe, sondern als schwaches Zeichen meiner Dankbarkeit möchte ich Ihnen ein Exemplar meines «Beitrages zur Kunde norditalienischer Mundarten» schicken; ersuche Sie jedoch vorerst um genaue Angabe Ihrer Adresse. Auch würden Sie mich verpflichten, wenn Sie mir mittheilen könnten ob Herr Coelho [2] noch in Porto weilt und welches seine Adresse ist.

---

[1] [Mussafia refere-se á obra que tem o n.º 89 na Lista bibliographica].

[2] [Isto é: F. Adolfo Coelho].

Genehmigen Sie, verehrteste Frau, den Ausdruck der Hochachtung.

Wien. 30. 77.

Ihres ergebensten

A. Mussafia.

i) De L. Herrig[1]

Berlin, im Januar 1877.

Hochverehrte Frau.

Mit dem lebhaftesten Interesse haben die Mitglieder der hiesigen «Gesellschaft für das Studium der neueren Sprachen» die Bestrebungen verfolgt, welche Sie der modernen Philologie gewidmet, und wie wir uns einerseits der herrlichen Früchte Ihrer Studien aufrichtig freuten, fühlten sich Viele von uns Ihnen herzlich verpflichtet für die mancherlei dankenswerthe Belehrung, die wir Ihnen, verehrte Frau, schulden. In dem Wunsche, einen Ausdruck dieses Gefühles zu finden, der Ihnen, weil er aus der Heimat kommt, nicht ganz unangenehm sein dürfte, hat unsere Gesellschaft den Beschluss gefasst, Ihnen die Ehrenmitgliedschaft unseres Vereines anzutragen und würde es uns ausserordentliche Freude machen, wenn Sie dieses Zeichen unserer Verehrung geneigtest annehmen wollten.

In hochachtungsvollster Ergebenheit ganz der Ihrige

L. Herrig.

---

[1] Ludwig Herrig, allemão, fallecido em Berlim em 1889, fundou em 1846 o importante *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, conhecido geralmente com o nome de «*Archiv* de Herrig»,— o qual ainda dura, e conta á data presente já 126 volumes, estando em publicação o 127.º

j) Excerptos de cartas de Storck

A p. 140 do meu livro *O Dr. Storck e a litteratura portuguesa* disse eu que Storck, longe de se melindrar com as criticas que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis fizera a trabalhos d'elle (vid. supra, Lista bibliographica, n.º 41), as applaudíra intimamente, o que lhe manifestou em cartas, de que publiquei alguns excerptos. Eis outros agora, e maior número eu apresentaria, se não temesse alongar-me muito, e se, conforme ponderei no citado livro, p. 174, não entendesse que seria melhor que se publicasse um *Corpus* da curiosa correspondencia epistolar de Storck.

1.ª

10. Mai 81.

Ihr überaus liebenswürdiger Brief (17/III) hat mich unendlich beglückt und ich habe ihn, wie Sie meine Oden-Uebersetzung, wieder und wieder gelesen, um Ihre begeisterte Anerkennung — den besten liebsten Lohn für lange mühevolle Arbeit — ganz und voll auszukosten. Haben Sie herzlichsten dauernden Dank! Wer hätte mir so reine, freudige, ungeteilte Anerkennung gezollt? Nur Sie! Und darum Ihnen auch reiner, freudiger, ungeteilter Dank....

Ihre feinsinnige Charakteristik der einzelnen Gedicht-Gruppen.... war für mich von ganz besonderem Interesse, Ich muss gestehen, dass mir die *Lyrica Camoniana*[1] samt und sonders ans Herz gewachsen sind; ich habe ihnen allen — das darf ich ohne Ruhmredigkeit gestehen — alle Pflege und Sorgfalt zugewandt, deren Fleiss und Ausdauer fähig waren. Es geht mir daher mit den Kindern allen wie dem Besitzer der Ringes in Lessings *Nathan* mit seinen drei Söhnen. Freilich pflegen Eltern an den Kindern am meisten zu hangen, welche ihnen die grösste Last

[1] [Plural latino (neutro)].

und Sorge bereitet haben. Und in diesem Sinne haben Sie nicht Unrecht: die Lieder und die Sonette sind ein Stück Arbeit, wie ich es nochmals zu machen mir nicht zumuten möchte. Höchlichst aber freut es mich, dass drei so feine Kenner und begeisterte Verehrer meines Lieblingsdichters —Sie, Herr Delius und Ten Brink[1]—der Eine diese Gruppe, der Andre jene besonders lieb gewonnen und ins Herz geschlossen haben. Sie die Oden, vielleicht auch einige Elegien und wenigstens eine Octave; Delius, wie Sie wissen und in Ihrer prächtigen Recension sagen, die Sonette; Ten Brink, wie aus seiner Recension im *Neuen Reich* hervorzugehen scheint, die Redondilhas. — Ja, wenn ich Briefgeheimnisse verletzen darf: Camoens und mein lieber Freund, welcher zu allererst dem Dichter und seinem Uebersetzer am 13. Juni v. J. herzenswarme Worte widmete, Herr Joaquim de Vasconcellos ist vor Allem ein hochbegeisterter Verehrer der Canzonen. Da hangen also vier Schalen an meiner Wage, deren Balken ein Kreuz bilden. Ein solches Kreuz trage ich gerne und mag die Last nach keiner Seite lüften. Aber so ganz im Stillen will ich Ihnen gestehen, dass Camoens Oden auch in meinen Augen wahre Muster ihrer Gattung sind und an klassischer Einfachheit und ruhiger Grösse ihres Gleichen suchen, aber in den modernen Litteraturen schwerlich finden. — Aber lege ich den 3. Band bei Seite, und greife zum I. u. lese dort No 1, so dünkt es mich ein Juwel, u. manche Perle liegt noch dabei, z. B. 15, 52, 93, 141 u. a. m. Und blättre ich im 2 Bde, da blitzt so mancher Edelstein mir entgegen, dass ich immer wieder auf den Gedanken komme: der Epiker Camoens steht über dem Lyriker C(amoens), wenn ich den grossen Portugiesen vom nationalen Stand-

[1] [Acerca de Delius e Ten Brink vid. o meu citado livro, p. 186 e 227].

punkte aus betrachte, aber der Lyriker überragt den Epiker vom allgemein menschlichen Standpunkte. In beiden Beziehungen aber darf man mit Souza-Botelho das Wort Shakespeares auf ihn anwenden: *He was a man, take him for all in all, I shall not look upon his like again....*

2.ª

24. Oct. 82.

Hochverehrte liebe Freundin,

Könnte dieser Brief Gefühl und Stimmung seines Verfassers sichtbarlich in seinem Aeusseren Ihnen darstellen, so würde er gerötet in Ihren lieben Händen erscheinen. Denn ich bin wirklich beschämt u. mit einiger Zaghaftigkeit schicke ich mich an, für die überreichen äusserst sorgfältigen, bienenfleissigen Bemerkungen zum «Buch der Lieder und Briefe» Ihnen meinen aufrichtigsten herzlichsten Dank zu sagen. Dass ich Ihnen erst heute, mehr als 14 Tage nach dem Empfange, meine Dankbarkeit kundgebe, ist mir höchst peinlich....

..So eingehende und ausgiebige Erörterungen meiner Arbeit, bald bestätigend, bald abweisend, bald aufklärend, bald berichtigend hätte ich selbst dann nicht erwarten können, wenn Sie mir früher den Gegenstand Ihrer Forschung verraten hätten. Sie haben dafür meine uneingeschränkte Bewunderung u. Dankbarkeit. Ich habe die Bogen mehrmals studiert, Original u. Uebersetzung in der Hand, u. bin erstaunt über das reiche, mühsam aufgelesene Material u. die feinfühlige Art, wie Sie es verwendet u. verwertet haben. Solche Leser oder Leserinnen findet nicht manches Buch, u. ich rechne es mir zur höchsten Ehre, dass Sie so viel Zeit, Mühe und Geist darauf verwendet haben, Ihr Pathenkind von Mängeln u. Flecken zu befreien bzw. befreit zu sehen, wofern es ein zweites Mal in die Welt gehen sollte....

3.ª

13. Jan. 1882.

Vor allem freue ich mich auf Ihre Besprechung des 3. u. 4. Bandes. Sie werden begreifen, warum. Unter allen Recensionen — und es sind nicht gerade wenige — die mir zu Gesichte gekommen, ist Ihre Würdigung hervorragend durch Gehalt, Gesamtauffassung und Einzelwssen. Aus allen übrigen habe ich wenig oder gar nichts gelernt: durch Ihre saubere, sorgfältige, ja geradezu bienenfleissige Arbeit aber habe ich bedeutsamste Förderung und Belehrung erfahren.

Wer weiss, vielleicht erlebe ich es noch, dass ich Ihre Funde, Ausstellungen u. Winke in einer neuen Ausgabe verwerten u. Ihnen dafür am rechten Platze meine vollste Anerkennung aussprechen kann.

4.ª

2. Febr. 83.

Ich hatte keine Ahnung davon, dass auch diese Besprechung so umfangreich ausfallen würde.... Mir wird alles willkommen sein: Bestätigung, Zurückweisung, Berichtigung, Erweiterung. Mir ist und bleibt die Kritik die liebste, welche die Sache zu fördern an erster Stelle im Auge hat. In vielen Zeitschriften u. Blättern ist meine Arbeit besprochen u. anerkannt worden; aber gefördert, u. zwar in wesentlichen Punkten gefördert, hat nur das, was Sie veröffentlicht haben. Ich kenne (das darf ich mit Wahrheit sagen) keinen Neid, aber Sie beneide ich doch: ich beneide Sie um die reichhaltigen Quellen, welche Ihnen für Ihre Camoens-Forschungen zu Gebote standen u. stehen. Aber es ist gut u. ich bin von Herzen dankbar dafür, dass gerade Sie über solch mannigfaltiges Material verfügen. In Deutschland kann es sicherlich Niemand gewinnen —

u. in Portugal, o wer hätte dort Mut u. Ausdauer, Kraft u. Zähigkeit genug, um solcher weitschichtigen Arbeit sich zu unterziehen als Sie?

5.ª

28. Febr. 1883.

Hochverehrte Frau und liebe Freundin.

Vor den übrigen Freunden gebührt zuerst Ihnen die freudige Mitteilung, dass die Lusiaden seit gestern Nachmittag in vollständiger Verdeutschung vorliegen .....

Ich hoffe in Allem Ton und Färbung des Originals getroffen zu haben; ausserdem wird den feinhörigen Leser kein unreiner, kein rührender, kein bedeutungsloser Reim stören; und zwar ist es mir .. trotzdem gelungen die Satzstructur so schlicht, einfach und ungezwungen zu gestalten, dass Alles ungesucht sich ergeben zu haben scheint.

III

Livros com dedicatorias

Aqui menciono os de que tenho conhecimento (vão por ordem chronologica):

1) **Luis' de Camoens Buch der Lieder und Briefe**, por Willhelm Storck.—Paderborn 1880.

Herrn Joaquim de Vasconcellos und Frau Carolina Michaëlis de Vasconcellos aus Dankbarkeit und Verehrung zugeeignet.

2) **Jorge de Montemayor, sein Leben und sein Schäferroman Die «Siete Libros de la Diana»**, por Georg Schönherr.—Halle 1886.

Frau C. M. de V. in Oporto in dankbarer Verehrung gwidmet vom Verfasser, Leipzig, im November 1885.

3) **La Tradition d'Eginhard et Emma dans la Poésie Romancesca de la Péninsule Hispanique.** Essai folklorique, por Hans Otto.—Baltimore 1892.

Á Ex.ma e Ill.ma Sr. D. C. de V. no Porto, offerece, como mesquinho tributo de gratidão, o Autor.

4) **Estudos de Philologia Mirandesa**, por J. L. de V. (2 vols.)—Lisboa 1900–1901.

Á Excellentissima Senhora Doutora D. C. M. de V., que embora seja allemã de nascimento, e só portuguesa pelo esposo, pelo filho, e pelo affecto que consagra a Portugal, tem comtudo publicado no campo da nossa Glottologia e Historia litteraria magistraes trabalhos, onde não se sabe que mais se deva admirar, se a vivacidade do engenho que os produziu, se a perfeição do methodo que os fecunda, se o esplendor da erudição que os opulenta,—dedica respeitosamente esta obra o Autor.

5) **Amorinhos** (Da *tradição oral*), por Trindade Coelho.—Paris-Lisboa 1901.—(Parte III d'*Os meus amores*).

A D. C. M. de V.

6) **La Leyenda del Abad Don Juan de Montemayor**, por D. Ramón Menéndez Pidal.—Dresda 1903.—(Vol. II das publicações da *Gesellschaft für Romanische Literatur*).

A la Señora Doctora C. M. de V.: a Usted, señora, debo el texto más interesante que aquí reimprimo, á Usted una porción de materiales utilizados y la particular discusion de los puntos de que trato;

permita, pues, que figure su nombre en la dedicatoria de este librito, ya que no en la portada, como debiera.

7) **Jorge Manrique,** Coplas por la muerte de su padre. Primera edicion critica, por Foulché Delbosc.—Barcelona 1904.—(Vol. XI da *Bibliotheca Hispanica*).

À Madame Carolina M. de V. très respectueux hommage: R. F. D.

8) **Alguns Contos de Grimm,** por D. Anna de Castro Osorio.—Lisboa 1904.

Á Senhora D. C. M. de V.: reconhecimento pelo muito que se interessa pela educação da infancia portuguesa, offerece esta singela traducção dos lindos contos da sua terra Anna de C. O.

9) **Note sul Boccaccio in Ispagna nell' Età Media,** por Arturo Farinelli.—Braunschwerg 1906.

A Ramón Menéndez Pidal e Carolina Michaëlis de Vasconcellos, con stima pari all' affetto.

10) **Apostilas aos Dicionarios Portugueses,** por A. R. Gonçalves Viana (2 vols.).—Lisboa 1906.

Á Excelentíssima Senhora Dona C. M. de V., a quem as Letras Portuguesas tanto devem: como tributo e homenagem da sua admiração e do seu respeito dedica esta obra o Autor.

11) **A Marqueza de Alorna,** por D. Olga de Moraes Sarmento da Silveira.—Lisboa 1907.

.. a D. C. M. de V.

*

Tambem poderia citar poesias (de M. Duarte de Almeida, Luis de Magalhães, Silva Gayo, etc.), igualmente dedicadas á Sr.ª D. Carolina Michaëlis; mas entendo que não é necessario pormenorizar tanto a Bibliographia.

Lisboa, 7 de Julho de 1911.

J. Leite de Vasconcellos.

A Senhora D. Carolina Michaëlis — a Educadora

Não cabe nos limites da minha competencia, nem nos de um pequeno artigo como tem de ser este, ocupar-me da omnimoda personalidade d'esta insigne escritora.

Especialistas eminentes encaram a sua imensa obra de romanista e de filologa. Limito-me pela minha parte a dizer da sua actividade como educadora, e ainda nesta provincia tenho de circunscrever-me aos poucos elementos de que disponho.

Tem a eminente escritora dedicado não pouco da sua laboriosa existencia ao problema feminino e ao da educação infantil. Tenho sobre a minha mesa de trabalho os artigos tão luminosos e tão completos que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis escreveu sobre o congresso feminista de Berlim (1896) e sobre o movimento feminista em Portugal (1902).

Saiu o primeiro d'estes artigos no *Commercio do Porto* a proposito da comunicação feita pela notavel professora Mlle Ey áquele congresso sobre a condição da mulher portuguesa. Esta professora exercera durante alguns anos a sua actividade docente em Portugal (Porto), e por esse motivo fôra convidada pelas organizadoras do congresso a fazer aquela comunicação. Para este fim serviu-se Mlle Ey do seu registo de observações pessoaes e de elementos tão seguros e valiosos como os que bebera em trabalhos de Rodrigues de Freitas, D. Antonio da Costa e nas estatisticas de procedencia oficial. A exactidão de conjunto da nota de Mlle Ey era incontestavel. Mas o quadro, precisamente porque era justo, não era lisonjeiro, e a opinião portuguesa, ou o que se encobre sob aquele nome, alarmou-se e o patriotismo tocou a rebate.

Foi com o manuscrito original de Mlle Ey, foi com as proprias peças do processo na mão que a Sr.ª D. Carolina justificou o procedimento da professora alemã e fê-lo com um tacto e uma discrição verdadeiramente femininos. O patriotismo aquietou-se e a mulher portuguesa ficou como dantes.

O segundo artigo a que nos referimos saiu em versão portuguesa, ampliada, do Sr. Dr. Duarte Leite, no *Primeiro de Janeiro*. O original alemão foi inserto no *Manual do movimento feminista,* de Helena Lange e Gertrudes Baümer, que começou a publicar-se em 1901.

O artigo com que a grande escritora contribuiu para este *Manual* abrangia a condição da mulher em Portugal e Espanha, tendo, no que toca a esta nação, contribuido com elementos valiosos a Sr.ª D. Maria Goyri, a ilustre esposa de Menendez Pidal, um dos maiores nomes da moderna erudição espanhola.

A monografia ocupava-se sucessivamente da condição geral da mulher portuguesa, da caracteristica da mulher hispanica do velho estilo, da condição juridica da mulher, da mulher do novo estilo e das instituições de beneficencia e caridade.

Avultam neste trabalho as paginas consagradas a explicar a condição actual da mulher portuguesa pela integração das heranças historicas e etnicas que pesam sobre ela. A documentação é rica e precisa, e tanto este artigo como o anterior constituem elementos indispensaveis de consulta para os que se dedicam ao estudo d'esta questão sempre grave, sempre urgente e sempre postergada pelos dirigentes.

Com o titulo de *Ensino Secundario do Sexo Feminino*, publicou ainda na primavera d'este ano a Sr.ª D. Carolina Michaëlis um curioso artigo que veio revelar-me a existencia, no Porto, de um foco intelectual feminino de intensidade pouco vulgar, se atendermos ao profundo atraso e apatia mental em que vegetamos.

Uma prova d'este atraso e d'esta apatia, e bem significativa, reside no facto de que a revelação feita no *Primeiro de Janeiro* pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis não teve a menor repercussão na imprensa nem nos meios intelectuais, como deveria ter se os interesses espirituaes ocupassem entre nós o lugar que lhes compete. E contudo trata-se de um alto empreendimento moral e intelectual devido aos esforços de uma senhora austriaca de nascimento, mas portuguesa de coração e de nome, herdeira intellectual de um dos mais nobres espiritos da nossa terra. Falo de Mme Rodrigues de Freitas, a preclara instituidora do cenaculo de meninas portuenses onde ha educandas que lêem reflectidamente Nietszche, Spencer, Gustave Le Bon; outras que estudam os grandes poetas alemães; esta prepara-se para verter em verso português o livro dos *Lieder* de Heine, aquela lê a *Jungfrau* de Schiller comentando a leitura por meio de Anatole France, o mais recente dos grandes historiadores da heroina.

*
* *

É muito vasta na obra da Sr.ª D. Carolina Michaëlis a serie de pequenos estudos, monographias, observações e apreciações criticas que dizem respeito á educação da criança sob o seu triplice aspecto, physico, intellectual e moral. Tenho presente neste momento a tradução e adaptação portuguesa que o Dr. Moreira Baptista fez da obra alemã de Von Amnon, publicada no Porto em 1902. Esta obra é precedida de um pequeno mas substancioso prefacio da Sr.ª D. Carolina Michaëlis, em que num rapido retrospecto se regista a pobreza da nossa literatura na especialidade sujeita, e se consignam as deficiencias da nossa cultura feminina e os preconceitos que desvirtuam a acção da mãe portuguesa, tão excepcionalmente

dotada de dons naturaes. Haveria ainda que lembrar, para completar estas rapidas notas, o que a nossa autora escreveu sobre literatura infantil, sobre psychologia infantil e, mais technicamente, sobre a pedagogia das primeiras idades e methodos de leitura, mormente o que escreveu sobre a cartilha maternal de João de Deus.

Manuel Ramos.

D. Carolina Michaëlis

Há 27 anos — como o tempo se some — apeava-se o Camilo no Hotel América de Entreparedes à chegada do expresso do Minho; entrava já naquele período de inquietação frenética, sempre em incessantes sortidas, cravado no flanco o aguilhão infernal da doença que o não deixava quietar em Seide nem alhures. Entrado no quarto, depois de amesendar na poltrona a carga de ossos e de poisar na banca o arsenal sabido da caixa do rapé, dos charutos e do *bull-dog* com que cinco anos depois havia de estoirar os miolos, sacando da algibeira uma libra, mandava comprar imediatamente o livro recemsaído de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos sôbre Sá de Miranda. Desta feita não foi só a agudez do tabes que o sacudiu do tugúrio minhoto, mas a ansia curiosa de provar esta primícia da eruditíssima escritora.

Quando voltei ao lusque-fusque, Camilo estava embrenhado ainda na leitura do grosso volume. Ao erguer da cabeça, por baixo da enorme pala do boné, luziam-lhe os olhos num clarão alegre:

— «Ó doutor, veja isto. Se de vez em quando esgaravato qualquer cousa de história e literatura, os árgus da crítica olham-me com piedade escarninha... Tudo «pequenas esquírolas» como dizia o lentaço de Coimbra, que não valem um ochavo galego... curiosidades tacanhas de padre-mestre sem alcance nem horizonte, porque me falta a sciência com *S* grande — a dêles e a da estranja. Para estas almas prenhes de sabença não passo dum cesto de papéis velhos... E com esta empada de modernice, sôbretudo germânica, empurram-me para um canto».

«Ora aqui tem V. uma alemã autêntica, criada numa universidade alemã, conhecedora a fundo da filologia, capaz, numa palavra, de escrever um livro dêstes como nunca se escreveu em Portugal nem nunca se escreveria se ela cá não viesse; e esta mulher, sem fazer caso das asneiras que lhe haviam de zunir a meu respeito, escreve isto...»

E mostra-me os tópicos espalhados pela introdução e pelas notas em que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis aceita gostosamente interpretações e opiniões de Camilo, acêrca de Sá de Miranda e Bernardim Ribeiro, unhando com mão trémula o trecho que diz: «Um escritor moderno, fino conhecedor das letras pátrias, disse há pouco que hoje só algumas pessoas extremamente curiosas tem lido três até quatro páginas de Miranda; parece-nos haver nisto algum exagêro, eu pela honra da nação assim o creio».

Sentia-se comovido o alcachinado velho, mas a voz recuperou logo a máscula energia do lutador, ao exaltar em termos vivos a nobreza de carácter da letrada luso-germânica. Sem o saber, a grande erudita com as suas honradas e sinceras linhas liniticou a alma ulcerada do misérrimo e glorioso romancista. Quebraram-se por horas as atormentações, sopitadas na analgesia; naquela noite deixaram de zoar na estreiteza do quarto os queixumes murmurados com angústia aos ouvidos do médico e do amigo que lhe assistia.

Dois anos depois ofereciam-me no Bom Jesus do Monte, onde se estava distribuindo por ocasião da estada da família rial, um livro intitulado *Óbolo às crianças* — oblata à creche do Pôrto, para a qual, a rogo de Joaquim Moutinho, liberalizara artigos o solitário de Seide, e entre êles *Uma sátira de Sá de Miranda.* Com o toque da sua habitual ironia diz êle: «Não sei se é notório em Portugal e nomeadamente no Chiado e Clérigos que uma se-

nhora, nascida e educada na Alemanha e residente não há muitos anos no Pôrto, publicou em 1885 uma edição das *Poesias de Sá de Miranda* impressa em Halle».

Encomiando os «lances penetrantes e intuìtivos de investigação histórica» da «reflexiva escritora» e anotando-os com perspicacíssimos comentos, termina dizendo: «Recompilando as impressões que recebi do livro da ilustrada alemã, a biografia de Sá de Miranda, expurgada de inveterados erros, está primorosamente redigida. A minudenciosa visita de S. Ex.ª ao Castro e à quinta da Tapada revelam o amor com que a autora estava possuída do seu assunto. As reflexões filológicas rescendem um sabor germânico de que em Portugal decerto não achou exemplos. A linguagem, a despeito de quási imperceptíveis incorrecções, parece ter sido estudada nos melhores mestres desde os primeiros alvores da sua educação literária. Desata problemas invencilhados de genealogias; restitui a uns poetas obras atribuídas a outros; gradua o quilate dos diamantes que lapida sob o esmeril da crítica mais esclarecida. Coteja factos contemporâneos dos poemas, para lhes averiguar a idea ou a alegoria. Prodigiosa paciência e rara vocação por tanta maneira divergente da nossa índole superficial em averiguações desta natureza!»

Agora que a insigne professora vem acrescentar outro florão ao monumento erigido a Sá de Miranda, mais uma vez lavrado na pedra preciosa do seu talento e benemerência, acudiu-me à memória essa scena de homenagem íntima, corroborada ao depois no preito escrito. De que no Chiado e nos Clérigos, nos cenáculos e nas gazetas, tantas vezes o silêncio ignaro tenha abafado o eco do seu labutar gigantesco, console-se D. Carolina Michaëlis que ainda a saùdou o último escritor nacional, — a maior envergadura literária e escritural do século XIX português.

*
* *

Êste livro admirável — primícia de novidade na pobre gleba nacional — tomava-o Camilo como esperançoso prenúncio duma carreira que a autora trilharia, «se os seus estudos nos baldios ingratos da arqueologia literária não desanimarem arrefecidos pelo desafecto que os portugueses manifestam pelo arcaísmo».

A temerosa condicional em nada empeceu a evolução radiante da altíssima escritora; que o diga essa série de inapreciáveis trabalhos, desde o monumento do *Cancioneiro* à jóia dos *Romances velhos*. Nem o meio nem o tempo gastaram ou murcharam sequer aquela formidável vocação, desabrochada no torrão germânico e lá enseivada nos anos juvenís. Não resistiu só à transplantação para êste descaroável clima intelectivo, mas revigorou na terra sáfara, como se a hostilidade mesológica lhe servisse de treino tonizante.

À banca sempre, incansável e inabalável, trabalha com pertinácia, esmero e consciência, como um antigo cinzelador de metais nobres; a sua mão austera e pura nunca se maculou com o pechisbeque; não lida senão com quilates de 24 e com gemas preciosas, lavrando e recamando, até á perfeição máxima da beleza e da verdade. Lembra o ourives doutrora, da casta dos Arphes, dos Ruiz ou dos Vicentes, anos e anos curvado sôbre a rica custódia das catedrais, burilando prata e ouro, iriando esmaltes, encastoando cristais e aljôfar — tal o *vieux orfèvre* cantado por Herédia:

Mieux qu'aucun maître inscrit au livre de maîtrise.

Sim, a feitura desta mestra inexcedível passa acima das mestrias mais cotadas.

Quando há pouco se buscava a quem devia caber a herança de Menendez y Pelayo, de direito competia ela,

se raias não houvesse, àquela a quem o mestre chamou um dia — «el hada benefica que Alemania envió á Porto para ilustrar gloriosamente las letras peninsulares» (*Ant.*, t. VII).

Nessa ilustração ninguêm hoje supera o nome da professora Carolina Michaëlis, e os mais dignamente graduados nela, aqui e lá fora, de bom grado se despojarão de preeminências para exaltar a sua indisputada primazia. Na ala dos *hispanizantes,* cultores eruditos e românticos da literatura luso-castelhana, espalhados pelas cátedras, gabinetes e bibliotecas da Alemanha, da Inglaterra, da França e da América, todos se comprazem em reconhecê-la como chefe de fileira, a que já não sabem como tributar mais elogios. Tem de esmaltar-se no livro de ouro do feminismo êste nome que no ramo da filologia e da paleo-literatura atingiu a raia da mais sã e da mais autêntica celebridade, desapossando os homens do apanágio tradicional do *beneditismo*, robustecido pela sciência, pela crítica e pela estética.

¿Como foi acolhido êste labor colossal nas oficinas da fama indígena? As trombetas do anjão jamais retiniram aqueles clangores com que tam comumente se faz arraial barato a qualquer nome pânico de sub-mediocridade. O português do século XX, apenas «besuntado de modernices», como dizia o clássico, não quer saber do passado histórico da sua terra, em feitos ou letras. Antolha se-lhe uma espécie de sebastianismo a ressurreição do Portugal velho. E não sei como se abebéram escolarmente as jóvens gerações, que saem todas avessas à arte e ao saber da sua própria lingua. É uma espécie de fobia suicida, no tocante à mentalidade nacional, que lavra onde menos era de esperar, nas próprias classes diplomadas, formadas nas academias como mesteirais de ofício, sem um laivo sequer do ideal da própria profissão, quanto mais do ideal do conhecimento pátrio. Assim deseducados e desnacionaliza-

dos por propensão e propósito, como há-de florir nesta beócia o portuguesismo culto?! Quem não sabe a arte, não a estima, lá clamava já dorido o épico.

Se os nacionais se possuíssem do amor fervente pela sua tradição e passado intelectual, se fôssem ciosos das glórias da sua belíssima língua, se se irmanassem com os povos pequenos como a Holanda e a Suécia onde o velho sangue das obras e dos homens de memória globuliza o sangue novo do progresso, esta senhora teria tido a seus pés as homenagens cultuais que no meio florentino se renderam às famosas damas ilustradas da Renascença.

Alemã de nascimento, repassou-se de lusismo: na têmpera germânica castiçou-se a alma portuguesa; a sciência teutónica consubstanciou-se ao idioma e à literatura, os traços superlativos dum povo. Sem que escalde a frieza metódica da sciência, o que levaria ao êrro e ao desserviço, como tantas vezes sucede em certos pastíquios indígenas que, em vez de enaltecerem, deprimem como afrontadores da verdade, toda a sua obra vibra no mais puro sentimento patriótico.

E Portugal tem-no ignorado, e o que é mais triste, ignoram-no ou fingem ignorá-lo alguns dos próprios que fazem ou manuseiam livros. *Turris eburnea,* como a santa da ladainha, a sua fronte augusta não assoma à janela da praça onde a turba perpassa e vozeia. Na justa soberba da sua consciência, nunca provocou nem mendigou aplausos; nunca pôs dedo na pacotilha, que só ela carimba a reputação vulgar; não sacrificou a jerarquia refinada ao gôsto corriqueiro dos reclamos de gazeta ou de edições de mercearia. *Sedes sapientiae, mater intemerata.*

*

* *

Um dia o cofre das graças verteu uma condecoração excepcional; era a comenda da Ordem de S. Tiago, agraciada a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, — um crachá roçado pelo peito de muito escrevedor das dúzias e de regentes de solfa. Lembra-me a comenda da Ordem da Rosa, presenteada por D. Pedro II ao Camilo, que servia para adereçar anjinhos nas procissões de Seide e acabou nas mãos buliçosas dos filhos. Que a cruz floreada do santo da mourisma escape ao mesmo fado nas mãos dos amimados netinhos da escritora.

O advento da República com as suas reformas pedagógicas trouxe-lhe o ingresso do professorado. Essa sim, uma distinção séria e justa que honra o punho do então Ministro, o Dr. António José de Almeida. Desde os tempos da meia-idade e renascença que se não via uma mulher a professar da cátedra universitária. Mme Curie em França, D. Carolina Michaëlis em Portugal, impuseram a abolição dêsse ostracismo com o mérito triunfal da sua obra, aquela na sciência experimental, esta na sciência da linguagem e das letras.

A comenda ao menos foi inocente, o professorado é um ónus; veio desfalcar o tempo precioso de quem se lastima de haver tam pouco para levar a cabo trabalhos portentosos que dariam que fazer a uma academia de sábios: «... duas palavras antes de me preparar para a ida a Coimbra — essa Coimbra sem par, flor das cidades — que tanto me agrada e tanto me importuna, roubando-me o que há de mais precioso nesta vida — tempo, tempo, tempo». (Carta a R. J., de 19-v-12). E depois, ingrata tarefa o professar matérias especulativas a esta ingrata escolaridade, cerrada de ideas e de horizontes. *Diem per-*

didi, pensará talvez desconsolada a professora ao cabo da sua faina leccional.

Dêsse tempo estricto sabe ainda repartir pródigamente com a irmandade das letras. Ninguêm bate àquela porta hospitaleira que não seja recebido com agasalho e generosidade. *Pulsate et aperietur vobis.* Dos materiais amassados com infindável paciência e com tacto exemplar, cede com mão larga. É uma espécie de repositório intranacional e internacional onde forrageiam hoje todos quantos versam cousas lusitanas; de dentro e de fora, lhe põem à prova a inestancável liberalidade. Uma verdadeira mestra na enormidade do saber e na sua prodigalização.

Quantos se tem luzido com as suas dádivas — empréstimos que a gloríola e a vaidade tantas vezes escondem infantilmente. Ela é por demais abastada de bens de alma, para se não importar com que a defraudem e desmarquem os que se pavoneiam com as penas que deixou cair na menos escrupulosa mão alheia.

Quisera aqui deixar uma amostra de como a erudita senhora entesoura e dispensa a sua erudição.

No decorrer dum estudo sôbre o grande poeta Francisco Roiz Lobo, quis saber de quem seria um verso castelhano encaixado pelo bucólico no cabo duma elegia: *Quien dixo que l'ausencia causa olvido.* Acudi ao oráculo [1] e eis a resposta:

«Conheço muito bem o verso castelhano citado por F.

---

[1] Não tive nunca a honra de ver e falar a S. Ex.ª, muito embora pelo seu nome sentisse há muito entusiasmo admirativo. Quando em tempos publiquei em espanhol um pequeno estudo sôbre a *Celestina*, ousei enviá-lo a S. Ex.ª, que há anos tinha trazido uma contribuição valiosa à questão do famoso livro. Datam daí relações epistolares que vieram distinguir uma pessoa ignorada e obscura, principalmente em lides literárias, patenteando a galhardia e gentileza da ilustre senhora

R. Lobo no fim duma elegia que está a p. 170 das suas obras — e pelo cantor dos *Lusíadas* na carta a um amigo, por D. Francisco de Portugal em outra carta (p. 45) — glosado por Andrade de Caminha na ode XVI (ed. Acad.) e por diversos poetas castelhanos; imitado por outros, por exemplo Medrano que lhe dedicou o soneto: «Quien te dice que ausencia causa olvido». (*Bibl. de Aut. Cast.*, vol. XLII, 355). O criador do verso alado foi Boscan, o amigo de Garcilasso. Eis o soneto LI (p. 200 da ed. Knapp, Madrid 1875).

Quien dice que el ausencia causa olvido,
Merece ser de todos olvidado, etc. »

V. encontra o texto no *Ensayo* de Gallardo (vol. IV, c. 923) que o trasladou do *Livro de Villancicos y Canciones* de Juan Vasquez (Osuna 1551) que lhe fez uma composição musical. *Nota bene*, sem dizer de quem era. Falei do verso em *Zeitschrift*, VII, p. 439, dando algumas das indicações que aqui proporciono a V.»

Um especime frisante da sua análise severamente microscópica a que não escapa minúcia alguma; e comunicado imediatamente, com todo o requinte de fineza, naquele cursivo singular da sua escrita, nítido e ornado como uma iluminura, símbolo grafológico do seu soberbo espírito onde se ligam sem mácula o método e a lucidez, o talento e o gôsto.

*

* *

Naquele aro saùdoso da cidade do Pôrto, para as bandas da Maia, terra privilegiada onde à beleza da paisagem se casa a beleza da raça, demora a pitoresca aldeia de Aguas Santas, semeada à volta duma igrejícula, deliciosa jóia românica.

Tem aí os esposos Vasconcelos uma estância de verão nos Moinhos da Aveia, à borda da veia preguiçosa do Leça:

Ó rio Leça,
Como corres manso,
Se eu tiver descanso,
Em ti se começa.

«Quando a família toda se reúne aqui na nossa choupana das Águas Santas (nas margens pitorescas do rio Leça, o das águas mansas dos Senhores de Matozinhos), deixo forçadamente de ser literata, para cuidar apenas dos meus, sobretudo da saúde física e psíquica dos netinhos» (carta a R. J., de 8-IX-10). A avózinha poupa os olhos às fôlhas amarelecidas dos alfarrábios para se rever nas faces hematizadas dos pequerruchos em que hoje se concentram os desvelos da sua alma a trasbordar de afectos como de ideas. Quando a criançada dorme o sono dos anjos, «nas raras horas em que há sossêgo», ocupa-se de quê? — daquele Gil Vicente que só das suas mãos receberá emfim uma edição crítica; coteja infindávelmente textos até á reconstituição, num escrúpulo religioso, dos celebrados autos do cómico. Nem o sussurro adormentador do Leça na canícula, nem o chilrear das avezinhas adoradas do seu ninho, lhe fazem esquecer a preocupação desta vida consagrada à ressurreição dos grandes nomes da história literária da nossa terra.

«Os dias de recolhimento acabaram. Vou preparar as malas para no fim da semana mudarmos para a cidade, onde todavia continuarei por algum tempo a cuidar da pequenada. Apesar de tudo, tinha e tenho saudades dos meus livros. Fazendo votos para que o perigo da cólera não o afaste por muito tempo de Rodríguez Lobo...» (carta a R. J., de X-10). Sempre o fito tenso no trabalho próprio e até no alheio.

Esta ultra-rara mulher, hoje um nome mundial, encarna

o génio da investigação e da crítica em terra portuguesa. E essa majestade não a empana nenhuma das deficiências a que está sujeita a pobre fragilidade humana. Na obra escrita ninguêm despontará daquelas mazelas e vícios, sistemáticos ou acidentais, a que verga por vezes o pulso do escritor mais preclaro. O seu processo metódico não tem descaídas, como a sua probidade intelectual não tem quebrantos; faculdades, dispõe de todas as que possam requerer-se, desde o labor da análise à encorporação da síntese.

Esta absoluta pureza de mentalidade supõe um fortalecido substratum moral e afectivo; a obra vigorosa espelha a têmpera do carácter e a elevação do sentimento. Através dos livros, na serenidade e na rectidão dos juízos com que avalia homens e cousas, adivinha-se a alma sã e efusiva, a isenção de paixões que enturvem o critério e a verdade, a direitura de coração do justo antigo. Através das cartas, transluz a paz da alma, a candura emocional, a afectuosidade simples e omnímoda sem o mínimo laivo biliar, o repouso santo na vida de família e no remanso dos livros — fada bemaventurada que em tôrno dela espalha a bemaventurança a todos, desde os que gozam a fortuna de a possuir aos que tem o prazer de a admirar.

Ricardo Jorge.

ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

Inscription tumulaires portugaises aux Pays-Bas

En 1795, les troupes françaises entraient à Amsterdam: elles apportaient aux Juifs l'égalité civile, pour laquelle, pendant deux siècles, ils avaient soupiré en vain dans cette patrie de leur élection, dans ce pays qui leur devait une grande part de la prospérité. Mais cette révolution sapait en même temps à sa base l'édifice religieux, social et politique de la communauté juive: la nationalité juive se fondait dans la nacionalité hollandaise.

Jusque là, les émigrés de la péninsule avaient conservé religieusement la langue de leurs pères, portugaise ou espagnole, et c'était sur la culture latine qu'ils avaient greffé, leur propre culture juive. Mais, bientôt, tout cela ne sera plus qu'un souvenir: de même que le portugais disparaissait des Indes, de même ses jours étaient comptés dans la métropole.

Aujourd'hui l'étranger qui parcourt les rues d'Amsterdam est frappé par la fréquence des noms portugais. S'il fouille les bibliothèques, il trouvera encore, de ci de là, des débris de la littérature, autrefois si florissante, des *Sephardim* [1] hollandais; et les archives synagogales, s'il y est

[1] Une des deux grandes fractions du judaïsme européen: ce sont les descendants des émigrés d'Espagne et de Portugal aux 15e, 16e

admis, lui permettront de reconstituer une partie de la vie des siècles écoulés. Mais cela n'est point donné à tous, et, pour qui veut *voir*, il ne reste qu'à visiter le cimetière de la congrégation portugaise, à Ouderkerk sur l'Amstel.

Ce vaste champ de repos ne saurait manquer de produire une impression profonde. Aussi, ne faut'il pas s'étonner que plus d'un artiste l'ait choisi comme sujet de ses compositions. Célèbre est surtout le tableau de Jacob van Ruysdael dénommé *Der Juden-Kirchhof*[1], qui orne la *Dresdner Gemälde-Galberie*[2], et dont Goethe[3] a donné une description, sans savoir, d'ailleurs, qu'il s'agissait du cimetière des Juifs Amsterdammais.

Le cimetière d'Ouderkerk remonte aux premiers temps de l'établissement des Juifs aux Pays-Bas. D'après Franco Mendes et Graetz, les premiers *maranes* y abordérent en 1593, et la première communauté *Beth Ya'aqob,* se constitua le jour du grand pardon de l'anné 5357 (2 octobre 1596)[4].

---

et 17e siècles. Aujourd'hui encore ils sont particulièrement nombreux aux Balkans et en Turquie, où ils ont conservé leur langue nationale, l'espagnol.

Aux *Sephardim* (littéralement *Espagnols*) s'opposent les *Ashkenazim* (littéralement *Allemands*), dont la liturgie et les coutumes religieuses diffèrent, et qui parlaient autrefois l'allemand corrompu usité aujourd'hui encore, sous le nom de *Jargon,* dans l'Est de l'Europe.

Les *Aschkenazim* sont actuellement beaucoup plus nombreaux à Amsterdam que les *Sephardim;* n'empêche que leur première communauté ne fut fondée qu'en 1635. Leur cimetière, à Muiderberg, fut acquis en 1642.

[1] Le cimetière juif.

[2] Galerie de tableaux de Dresde.

[3] Cfr. ses œuvres complètes, édition Cotta, 1860, 5e volume, p. 389.

[4] Une deuxième communauté, *Neweh Shalom,* se forma en 1608, et une troisième, *Beth Yisrael,* en 1618; mais l'union se fit bientôt

Dès 1602, elle avait acquis, après bien des démarches, un terrain à Groet, près d'Alkmaar, afin d'y enterrer ses morts. Mais il lui fallut attendre jusqu'en 1607 pour en obtenir la délivrance, et ce ne fut qu'en 1611 qu'elle reçut l'autorisation définitive d'y pratiquer des inhumations. Le premier hôte du nouveau cimetière fut Garcia Pimentel, frère de Manuel Pimentel, *alias* Isaac Aben-Yaqar, favori du roi Henri IV.

Mais le transport des cadavres d'Amsterdam à Groet était coûteux et ne se faisait pas sans des difficultés de toute nature. On songea donc, presque aussitôt, à l'acquisition d'un nouveau cimetière, et, en 1614, les deux communautés achetèrent, à frais communs, un terrain à Ouderkerk sur l'Amstel. On renonça, dès lors, au cimetière de Groet, et, de 1626 à 1634, les cadavres furent transportés, un a un, à Ouderkerk; toute trace du cimetière a aujourd'hui disparu à Groet, mais l'emplacement porte encore le nom de *Jodenkerkhof* [1].

La troisième communauté avait adhéré, en 1618, au réglement élaboré, au début, par les deux autres et en 1639 l'administration du cimetière fut confiée à un fonctionaire unique.

Dans le principe, les Juifs avaient eu à lutter avec toutes espèces de difficultés, mais sur l'intervention des Etats-Généraux, elles s'applanirent enfim, et, dès lors, ils eurent la jouissance paisible de leur cimetière. Celui-ci fut agrandi trois fois, en 1663, en 1690 et en 1691 ; et c'est lui encore qui sert aujourd'hui à la *Nederlandsch-Portugeesch-Israëlictisch Genootschap* [2].

---

entre les trois communautés (1638). La nouvelle synagogue, longtemps considérée comme la plus remarquable de l'Europe, fut inaugurée en 1675.

[1] Cimetière des Juifs.

[2] Congrégations des Israélites portugais aux Pays-Bas.

*
* *

En 1883 parut à Leyde un ouvrage en double texte, hollandais et allemand, intitulé : «Choix de pierres tombales du cemitière d'Ouderkerk» [1], par D. Henriques de Castro Mz. L'auteur avait eu la bonne fortune d'exhumer une série de monuments, quelques-uns d'un travail remarquable et, en général, très biens conservés ; son ouvrage étudie spécialement 28 pierres (quelques-unes doubles), et il nous donne, en même temps, une bonne idée d'ensemble du cimetière portugais.

C'est ce qui nous a inspiré la pensée d'en extraire quelques-unes de ces inscriptions, que l'on peut considérer comme les dernières reliques de la culture portugaise aux Pays-Bas. Ne l'oublions pas, dans le champ d'Ouderkerk dorment des générations d'hommes remarquables dans plus d'un domaine, à l'égard desquels la littérature, la philosophie et la culture générale de l'esprit humain ont de sérieuses obligations [2]. Et, par dessus eux, l'hommage s'adresse aussi à la terre latine, qui, dans un moment d'oubli, les rejeta de son sein, mais dont, pendant deux siècles, ils furent, dans les brumes du nord, comme une lumineuse irradiation.

Tout d'abord, quelques remarques de nature générale :

Les pièrres tombales sont, au début, relativement simples; plus tard, le marbre remplace fréquemment la pierre,

---

[1] Voici le titre exact, en hollandais: *Keur van grafsteenen op de Nederl.-Portug.-Israël. begraafplaats te Ouderkerk aan den Amstel;* en allemand: *Auswahl von grabsteinen auf dem Niederl.-Portug.-Israel. Begräbnissplatze zu Ouderkerk an der Amstel.*

[2] Cfr. les œuvres de Kayserling, entre autres La *Biblioteca Española-Portugueza-Judaica* (Strasbourg, 1890).

et des sculptures, parfois de vrais chefs-d'œuvre, viennent comme envelopper l'inscription. Celle-ci, notamment, est fréquemment gravée sur une espèce de drap mortuaire, soutenu par deux anges en pleurs. Les symboles les plus usités sont la tête de mort et la clepsydre, celle-ci, souvent, dominant celle-là.

Beaucoup de pierres portent des écus, quelques-uns même couronnés: les *sephardim* hollandais, dont les ancêtres avaient appartenu à la noblesse — voire la haute noblesse de la péninsule — se sont toujours considérés comme une espèce d'aristocratie juive, avantage que leurs coreligionaires allemands n'hésitérent point, d'ailleurs, à leur reconnaître.

Les inscriptions sont en hébreu, en portugais, en espagnol, en latin.

L'hébreu est plus fréquemment employé à la période ancienne, mais, peu à peu, le portugais prédomine. De même, les pierres doubles — beaucoup sont dans ce cas, la moitié de droite étant réservée au mari, celle de gauche à la femme — la première inscription est en hébreu, la seconde en portugais: comme si l'on avait voulu marquer que la langue sacrée est, jusque dans la mort, le monopole des hommes. Enfin, certaines pierres ont des inscriptions à la fois en hébreu et en portugais; pour ne rien dire des formules — de celle-ci, notamment: ת׳נ׳צ׳ב׳ה [1] — qui se retrouvent couramment dans des inscriptions purement portugaises.

L'espagnol est beaucoup moins employé que le portugais. Mais il faut noter le fait que les textes bibliques sont reproduits de préférence en cette langue, ce que l'on peut attribuer au caractere quasi-officiel de la célèbre version castillane. C'est par la même influence qu'on peut expli-

[1] Pour תהיה נפשו צרורה בצרורהחיים, littéralement *que son âme soit liée au moyen du lien de vie.*

quer, dans beaucoup de cas, l'immixtion d'éléments castillans dans les textes portugais : pour en citer un exemple typique, *el Dio* [1] est le terme employé aujourd'hui encore dans les traductions liturgiques des Juifs espagnols d'Orient.

Le latin semble presque réservé aux médecins : on sait que c'était là la seule profession libérale ouverte aux Juifs de l'époque.

La majorité des inscriptions est donc portugaise. Mais il convient de noter, *a priori,* que l'orthographie n'est pas plus fixe que dans les autres documents contemporains, et que les inscriptions, exécutées par des artisans relativement illettrées, font même de véritables erreurs ; tandis que des abreviations rendent leur interprétation plus difficile encore. Enfin, ajoutons que l'auteur du *Choix de pierres* semble n'avoir possédé qu'une connaissance rudimentaire de la langue : pour les pierres reproduits en photogravure, nous avons pu faire, d'après l'original, plus d'une correction.

Passons maintenant à l'étude détaillé de quelques spécimens.

N.º 1

Dona Mayor Rodrigues (*alias* **Sara Abendana**)

Pierre très simple ; inscriptions :

SA DE SARA ABENDANA
Q SE APEGOV COM EL DIO EM
3 TESERI 5385 [2]

---

[1] Voir plus bas nos pierres 1 et 2.
[2] 16 septembre 1624.

N.º 2

Jacques (*alias* Israël) Belmonte

La partie supérieure est occupée par une inscription hébraïque, dont le sens est identique à celui de la suivante, en portugais :

S^A DE VARAÕ HONRADO PASIFICO
JACOB BELMONTE O KOAL FI CON
EL DIO EM 19 DE KISLEF DO ANNO
DE 5390 [1] SVA ALMA ESTE EM GLORIA

La famille Belmonte était riche et considérée, et elle produisit des hommes d'une haute valeur intellectuelle.

Jacques (*alias* Israël), né à Madère, fut un des premiers à confesser le judaïsme, à Amsterdam, en 1596. En 1614, il aida à la composition des statuts du cimetière d'Ouderkerk. On lui doit une histoire de Job, écrite, selon le goût du temps en vers burlesques, et un poême sur l'Inquisition, dont De Barrios, dans son *Triumpho del Govierno Popular,* cite les vers suivants :

. . . . . .
Que morra vivo quem com liberdade
Dixe, que he hum só o Senhor Bendito,
E que he eterna a Ley immaculada
A meus hirmaõs por Deos en Sinay dada ?

Voici ce qu'en dit encore le même De Barrios, dans son *Triumpho :*

La isla de Madera fue tu Oriente
O Yacob Israël ! o gran Belmonte !

[1] 4 décembre 1629.

Sincha tu esposa en Batavo Horizonte,
Con ceremonia de mosayca gente;
Diez personas congregas diligente
En la oracion, que assombro de Acheronte,
La mansion de Payache halla su monte
Moria, y su ara a tu fervor ardiente.
La comedia de Yob sonoro hazes,
Y ocho prisiones tienes de tu esposa,
En ocho hijos que en la ley rehazes.
El govierno politico introduzes
En Amsterdam de Hebrea nao ansiosa
Sus almas velas, y de Dios sus luzes.

N.º 3

Docteur Joseph Bueno et sa femme

La pierre est partagée en deux parties; dans chacune des deux, une espèce de table de la loi renferme l'inscription.

Á droite

S^A
DO HONRADO E
SAPIENTE VARAO O D^OR
JOSEPH BVENO Q SE
APANHOV A SEVS POVOS
E(M) 2 DE ELVL 5401 [1] SVA
ALMA GOZE DA GLORIA

Puis vient un quatrain :

CONFESSANDO A SANTISSIMA VNIDADE
SOFRENDO A MORTE PENA E ATRO HORROR
JAZ CONVERTIDO EM TERRA AQUI O DOVTOR
PERDAO PEDINDO A SACRA MAGESTADE

[1] 8 août 1641.

A gauche :

S^A
DA BEMAVENTVRADA E
HVMILDE SARRA BVENA
MVLHER DO D^OR JOSEPH
BVENO Q SE APANHOV
A SEVS POVOS E(M) 9 DE SIVAN
5414 [1] SVA ALMA
GOZE DA FOLGANÇA

D'après Koenns [2], Joseph Bueno fut un médicin distingué ; il avait été professeur à l'université de Bordeaux. Ce fut lui qui traita le prince Maurice d'Orange dans sa dernière maladie (1625).

N.° 4

Moïse Juda Bebri (marbre)

La partie supérieure est occupée par un poême en hébreu, puis vient un écu, surmonté d'un homme princier ; enfin la poésie espagnole suivante :

MOSEH BAR YEHVDA BEBRI
DEL GRAN TVRCO EMBAXADOR
EN SVEDIA Y EN SV LOOR
FVE TODO Y YA ES NADA AQVI
YAZE AL FIN COMO LEON
MAS QVIEN LO LEVANTARA
SINO QVIEN LE BOLVERA
LA ALMA EN LA RESVRRECION

Tout en haut, à droite et à gauche, on peut lire sur

[1] 21 mai 1654.
[2] *Geschiedenis der Joden in Nederland*, Utrecht, 1843.

deux petits panneaux, en très petite écriture, à demi effacée :

AQVI YAZE EL
EXC° S^R M. B. Y. B.
EMBAXADOR
DE M. IV
FALECIO
EN 13 DE
SIVAN ANO
DE 5433 [1]

M. J. Bebri était évidement un hôte de passage à Amsterdam; d'après De Barrios, il avait été ambassadeur de Mahomet IV auprès de Charles XI de Suède.

N.° 5

Don Manuel Teixeira (*alias* **Isaac Chaïm Senior Teixeira**)
(marbre)

En haut, un écu surmonté d'un haume de duc ou marquis, le tout entouré de lambrequins; puis l'inscription :

SEPVLTVRA
DE YSHACK HAIM
CEÑOR TEIXEIRA
QVE FOI RECOLHIDO
DESTA PARA MELHOR
VIDA EM 13 DE SIVAN
DO ANNO 5465 [2]
ת׳נ׳צ׳ב׳ה׳

En bas, la clepsydre et la tête de mort.
Don Manuel avait quitté le Portugal pour des motifs

[1] 28 mai 1673.
[2] 15 juin 1705.

religieux, et s'était installé à Hambourg. En 1654, Christine de Suède fit chez lui un séjour prolongé, et, toute sa vie, il fut en grande faveur auprès de la reine. En 1657, nous le voyons demander au roi de Danemark, et obtenir, pour ses correligionaires, de précieux privilèges.

N.º 6

Diogo Teixeira de Mattos
(*alias* **Abraham senior Teixeira de Mattos**) **(marbre)**

Fils ainé du précédent, issu de son premier mariage, noble attaché à la cour de Christine de Suède.

En haut, même écu, surmontant un bas-relief: Abraham recevant les anges.

En bas, l'inscription, flanquée de deux anges pleurant:

SEPVLTVRA
DO BEMAVENTVRADO
ABRAHAM CEÑOR
TEIXEIRA EE MATTOS
QVE FOY RECOLHIDO
PARA MELHOR VIDA
EM 23 DE YIAR DO
ANNO 5461 [1]
ת׳ל׳ע׳ב׳ח׳

N.º 7

Samuel senior Teixeira et sa femme (marbre)

Panneau double: la moitié supérieure de celui de droite présent un bas-relief: Dieu apparait à Samuel dans le temple; la moitié inférieure est occupée par l'inscription, et, tout en bas nous avons une tête de mort, surmontée d'une clepsydre et flanquée de deux anges en pleurs. A gauche, même disposition; le bas-relief représente le décès de Rachel.

---

[1] 31 mai 1701.

Les inscriptions sont:

1.e

SEPVLTVRA
DO BEMAVENTVRADO DE
SAMVEL CENIOR TEIXEIRA
QVE FALECEO EM 23 DE
YIAR ANNO 5477 [1]
ת׳נ׳צ׳ב׳ה׳

2.e

SEPVLTVRA
DA BEMAVENTVRADA
DONA RAQVEL [2] TEIXEIRA
DE MATTOS MVLHER QVE FOY
DE SAMVEL SENIOR TEIXEIRA [3]
FALECEV EM 12 DE ADAR A° 5476
SVA ALMA GOZE DA GLORIA

N.° 8

Abraham, Isaac et Raphaël, fils de Benjamin Senior (marbre)

En haut:

SEPVLTVRA

puis un bas-relief: Abraham immolant son fils; enfin, la suite de l'inscription:

DOS SANTOS ABRAHAM
ISHAC REPHAEL FILHOS DE
BENJAMIN SENIOR
FALLECERAÕ EM 3 E 11
DE TISRY DO ANNO 5488 [4]
S. A. G. D. G.

---

[1] 4 mai 1717.

[2] Il faut évidemment *Raquel;* l'erreur s'explique facilement par le caractère employé dans cette inscription.

[3] 6 mars 1716.

[4] 16 et 24 septembre 1727.

N.º 9

Moïse Mardochú Senior (marbre)

Travail de sculpture remarquable et fort bien conservé. Le panneau central, avec l'inscription, comprend un peu moins d'un tiers de la superficie totale.

Le paneau supérieur contient trois motifs: à droite, David jouant de la harpe, au centre, Moïse avec les deux tables de la loi, à gauche, Abraham quittant sa tente pour entendre la révélation divine.

A la partie inférieure, six autres bas-reliefs reproduisant des scènes bibliques, avec les versets hébreux y relatifs.

Inscription :

SEPVLTVRA
QVE PREPAROV EM
SVA VIDA MOSSEH
DE MORDY SENIOR
F° EM 17 TAMVS
A° 5490 [1]
S. A. G. D. G.

N.º 10

Abraham Roiz Mendes et sa femme (marbre)

En haut :

SEPVLTVRA

puis la clepsydre, et le verset biblique :

NO THEMAS ABRAM
YO AMPARO A TY
GENES CAP 15 [2]

---

[1] 2 juillet 1730.
[2] Genèse, XV, 1.

Deux anges en pleurs soutiennent le drap mortuaire sur lequel est gravé le reste de l'inscription :

DO BEMAVENTVRADO
PIO HONRADO
E HVMILDE VELHO
ABRAHAM ROIZ MENDES
QVE PASSOV DESTA
PARA A ETERNA VIDA
EM 17 DE KISLEF
5470 [1]

En bas, la formule : ת, etc., et, en dessous, un écu surmonté d'une couronne de baron.

Tout en bas : C : 16 — S : 8, ce qui veut dire : allú *(carreira)* 16, sepulture 8.

La disposition de la pierre de gauche est la même, en dehors des inscriptions. Les voici :

SEPVLTVRA
(tête de mort)
MVGER D FONÇADO
QVIEN HALLARA
PRO : CAP. 31 [2]

DA BEMAVENTVRADA
E VIRTVOSA D SARA
MVLHER QVE FOI DE
ABRAHAM ROIZ MENDEZ
QVE PASSOV DESTA
PARA MELHOR VIDA
EM 8 DE TAMVS A° 5466 [3]

---

[1] 20 novembre 1709.
[2] Proverbes, XXXI, 1.
[3] 20 juin 1706.

N.º 11

David da Rocha (marbre)

En haut, un bas-relief: le psalmiste jouant de la harpe, entouré d'instruments de musique.

A la moitié inférieure, un drap mortuaire supporte l'inscription :

S^A
DO INCVRTADO MANCEBO
DAVID DA ROCHA
F^O EM 28 DE KISLEV
A^O 5469 [1]
ת׳נ׳ע׳ב׳ה׳

Un tête de mort, puis le quatrain suivant :

DAVID OFERESE A MEMORIA
DA ROCHA O MAYOR ESPANTO
NA TERRA A GLORIA DO CANTO
NO CEO O CANTO DA GLORIA

Qui était ce grand musicien ? Nous n'en possédons pas d'autre mention : *sic transit gloria mundi!*

N.º 12

Emmanuel Abolais, sa femme et son fils

Dans le cadre supérieur :

AQVI ESTA SEPVLTADO O HONRADO
VARAÕ YMMANVEL ABOLAIS QVE SE
TRANCIV EN 24 DO MES DE NISAN
A^O 5392 [2]

---

[1] 11 décembre 1708.
[2] 15 avril 1632.

et immédiatement au dessous :

E SEV (FIL)HO YMANVEL ABOLAIS F^{O} EM 5 DE YIAR
A^{O} 5421 [1]

Au centre, un écu, surmonté d'un haume de baron, dont surgit un lion, le tout entouré de lambrequins. Tout autour, cette phrase espagnole :

HAZ LO QVE QVIZIERAS AVER HE(C)HO (Q)VANDO MVERAS

À droite, on lit :

YMANVEL
ABOLAIS

À gauche

RACHEL
ABOLAIS

Enfin, le cadre inférieur est occupé par l'inscription suivante :

AQVI YAES A MVY HVMILDE & VERTVOZA
S^{RA} RACHEL ABOLAIS SVA
MVLHER QVE FOY A GOZ(A)R DA GLORIA
(EM) 29 DE SIVAN AN(N)O 5416 [2]

Bruxelles, 20 juin 1910.

Henri Bourgeois.

---

[1] 4 mai 1661.
[2] 23 avril 1656.

Trechos portugueses dos seculos XIV e XV

Textos portugueses antigos que interessam a estudos filologicos ha já impressos muitos nos ramos de historia, literatura, direito; basta lembrar os publicados pela nossa Academia. Todavia ha outras espécies não representados na vasta serie academica. Venho dar noticia de dois manuscritos inéditos pertencentes á Biblioteca Nacional de Lisboa, de natureza diversa entre si, e que se afastam dos impressos conhecidos.

Será o primeiro de polémica biblica, o segundo um humilde regimento em regra de certa dependencia de antigo mosteiro. O codice n.º 47 da colecção dos manuscritos iluminados trata de combater os judeus, de demonstrar que Jesus é o Messias. É escrito no meado do seculo XIV.

Existem na Biblioteca Nacional de Lisboa, outros manuscritos dêste genero, mais modernos e conhecidos: este tem ficado ignorado. Está incompleto o codice, sem principio nem fim, sem rosto, sem nome de autor; e já assim estava quando pertenceu ao bispo de Beja, D. fr. Manuel do Cenaculo, em cuja posse esteve e que o doou á referida biblioteca.

Darei rapida noticia dos outros codices do mesmo genero. Na colecção alcobacense estão os n.os 239, 240 e 241. O erudito fr. Fortunato de S. Boaventura estudou os dois primeiros, publicando o resultado das suas investigações nas Memorias da Academia das Sciencias (Tomo IX, Lisboa, 1825). O n.º 241 é o chamado Dialogo de Pedro Affonso, veneravel codice escripto no seculo XIII, em caracteres goticos. Mas estes codices são em latim.

Mais importante no nosso ponto de vista é o n.º 6.967 do chamado fundo antigo da Biblioteca Nacional de Lisboa: = Livro catolico de mestre antonyo doctor em fisica cerorgiam moor delrey dom Joam o segundo, convertido

em 1486. = É uma cópia terminada em 23 de abril de 1534.

Tem proémio que diz: = Em nome de Jesu Christo deos e homem nosso salvador começa-se ho catolyco livro chamado ajuda. foi copilado per ho prudente doctor em fisica o doctor mestre antonio cerurgiaõ moor del Rey dom joaõ ho segundo de Portugal e ho fez o dito doctor quando se converteo aa fee de Christo o anno de 1486. Catolyco livro como se veraa per a excelencia da fee e cortesaõ fallar e prudente estilo como fyno portuguez, e era natural do Algarve da cidade de Tavila, e ho treladou do proprio original ho bacharel christovaõ rodrigues acenheyro provedor em Evora que o tem fielmente copiado pera ho muito egregio prudente senhor mestre pedro margalho mestre em sacra theologia e pregador del Rey nosso Senhor D. João o terceiro de Portugal, de verbo a verbo he o seguinte. =

Acenheiro é o auctor da Cronica dos Reis, publicada pela Academia. Êste codice é em português; nas primeiras paginas porêm está um documento em latim, interessante; é o: = Testamentum Johannis Parvi, Insulae S. Jacobi in Archipelago Promontorii Viridis, Episcopi. Testamentum istud anno 1545 factum est, cum praedictus Johannes Parvus ad visitandum suam dioecesim se accingeret, ut ipse significat. = Este bispo de Cabo Verde residiu longos anos em Evora onde Nicolau Clenardo, o grande filologo o conheceu e tratou.

O codice 47 é muito mais antigo, e precioso, apezar de truncado.

Francisco Martins d'Andrade escreveu uma nota sobre este códice: = Tratado theologico em que se prova a verdade da religião de Jesu Christo, a falsidade da lei dos judeos, e a vinda do Messias. 4.º NB. Este codice escripto em grosso pergaminho com caracteres portugueses do XIV seculo, não obstante não trazer nome do autor nem

data expressa, reputamo-lo do reinado do senhor rei D. Diniz, e desta opinião era tambem o ex.^{mo} arcebispo de Evora, D. frei Manuel de Cenaculo Villasboas, que o ofereceu a esta Biblioteca como original e inédito. Faltam-lhe algumas fôlhas no principio; não foi acabado, e é encadernado em velludo verde. =

Ainda hoje conserva a sua capa de veludo verde. O códice é efectivamente do seculo XIV. Como já disse não tem fôlha de rosto, nome de autor, data; mas os caracteres são da época, e em certa passagem do texto, falando da vinda de Cristo e dispersão de Israel se diz = ha *mil e trezentos annos* e mais = o que quer dizer 1300 e tantos. Por isto dizendo meado do seculo XIV não se errará muito.

Eu acho este texto extraordinário, é a redacção de um erudito, de um português que conhecia o hebraico e o latim; porque o autor na sua argumentação apresenta o texto hebraico, transcrevendo o hebreu em caracteres vulgares, o que é importante; apresenta depois a versão latina, e por fim a portuguesa. Ao mesmo tempo a redacção portuguesa é muito nitida, expondo muito bem. Eu transcrevo as primeiras paginas do códice; ahi se verá logo no começo uma redacção do *Credo*, que deve ser, me parece, a primeira versão portuguesa do Symbolo.

. . . . . .

aprender assy como se nunca ouuesses de morrer. Mas mentre uiueres arredate dos pecados e guardate de os fazer como se logo ouuesses de morrer. Em outro lugar diz hũu ssabedor q̃ ha nome gatam. em castigando sseu filho. e diz assy. Filho mentre uiueres nõ q̃des daprender de boas cousas. q̃ contado he por neyçio o que nõ q̃r aprender sciencia per que mais valha. E diz ahinda este meesmo ssabedor. filho lee muytos liuros e muytos dictados. mais nom queiras fazer o que mujtos mandam. Ca muytas cousas mandam alguuns sabedores e pooem em sseus liuros

e dictados que nom ssom criudas nem as deuem a fazer. E a mym ssobre esta razam me conuem de fallar pera ssaber quaaes som os sabedores a que deuem creer e quaaes nom. Ca os ssabedores dos Judeus fazem creer aos Judeus de hũa guisa a ssua ley. E os ssabedores dos mouros assua sseyta doutra. E os ssabedores dos christaaõs doutra. Pero como quer que desuairam em creenças conheçem e acordam em hũa. Ca outorgam todollos ssabedores em huum deus. E daqui em diante desuairam e ssom contrairos huuns aos outros em ssuas rrazooẽs. Ca os ssabedores dos christaaõs que foram os XII apostolos depois de nosso senhor ihũ xpõ fezerom e fazem aos christaaõs esta creença a que chamam Credo in deum. E chamamlhe em latim Simbolo. que quer dizer tanto como bocados que cada huum dos apostolos disse. Em que ha artigos que he a nossa ffe conprida. E que conuem que per força fossem XIIII artygos e nom mais nem menos. E os ssete perteençem aa deuindade que he deus. E os ssete perteeçem aa humanidade que he homem. E porem os apostollos todos juntos fezerom em huum bocado huum dizer como cream. E o primeiro foy ssam p.º que disse tres artygos E diz assy o primeiro. Creo em deus. E o ssegundo. padre todo poderoso. E o terçeiro. Criador dos ceeos e da terra. E o quarto disse ssam Joham. em jhũ. xpõ. sseu filho huum nosso S.or. O quinto artigoo disse ssantiago filho de zebedeu. que foy concibido do spũ scto e naçeo de maria uirgem. O ssexto artigoo disse ssantiago. Padeceo sso poder de pillatus e foy cruçifiçado e morto e ssoterrado. O sseptimo artigoo disse ssam philipe. descendeo aos infernos a ssacar os sseus imigos. O oytauo artigoo disse Sam thomas Ao terceiro dia resurgio dantre os mortos. O nono artigoo disse ssam bertholameu. Sobio aos çeeos e ssee aa deestra de deus padre poderoso ssobre todallas cousas. O x.º artigoo he que disse ssam matheus. Vijnra julgar os uiuos e os mortos. que se entende pollos

boos e pollos maaos. O XI.º artigoo disse ssantiago alfeu. Creo en o spũ scto. O II.º (XII) artigoo disse ssam ssimaõ. Creo ena sancta egreja catholica ajuntamento de todos os sanctos. O XIII.º artigoo disse ssam Judas Jacobi que quer dizer Irmaaõ de ssantiago. Remymento dos pecados. O XIIII.º artigoo disse ssam mathia. Remijmento da carne e vida perdurauell pera ssempre. E sse a sancta ffe preegarom e ensinarom os sanctos apostollos e poserom muytas razoões en que estes artigoos deuiam a creer e mostrarom rrazom por que eram XIIII. nom mais nem menos. e diziam assy. que os ssete perteeçiam aa deuijndade que he deus. O primeiro he de creer como he huum deus. E o ssegundo como he padre poderoso. E o terceiro he creer ena pessoa do sseu filho nosso S.or ihũ x.º E o quarto he creer ena pessoa do spiritu sancto. E o quinto he como fez o çeeo e a terra. E o VI.º he como fez a sancta egreia catholica que he a juntamento dos sanctos e remijmento dos pecados. E o VII.º he de creer a Resurreiçom dos corpos e das almas. como aueram os boos gloria perdurauell, e os maaos o fogo do inferno. O VIII.º artigoo da humanidade que perteeçe em quanto he homem som estes. O primeiro he de creer como foy concibido do spiritu sancto. O ssegundo he de creer que naçeo de sancta maria. O III.º he de creer que reçebeo morte e foy ssoterrado. O quarto he de creer que descendeo aos infernos. O quinto he de creer que resurgio da morte aa vida. E o ssexto he de creer que vijnra julgar os uiuos e os mortos. E estes artigoos fezerom os apostollos pello spritu sancto. E preegarom e demonstrarom per toda a terra e per todas as partes do mundo. E poserom as ssuas cabeças por exalçamento da sancta fe de Jhũ x.º que he sancta e uerdadeira. Ca esta he a deuijndade e demanda que nosso S.or Jhũ xpõ demanda a todos nos outros. Primeiramente ffe e creença uerdadeira. E a esperança e boas obras. E esta he a demanda e diueda que elles rogaram a deus. E per

mandado delle leixarom elles a nos exemplo que pagassemos nos a díueda e demanda. Esto negam todos os ssabedores dos Judeus e mouros e dizem assy que he deus. mais he nom padre nem filho nem ha madre. E que nom foy conçebudo nem nado de molher. e que nom morreo. E que nom podìa sseer que deus quisesse naçer e morrer. Eu sobresta razom ey de dizer e mostrar per reposta de boa fama e de ley que estes artigoos que diserom estes apostollos que ssom uerdadeiros. E que a creença que elles preegarom e por que morrerom que he uerdadeira e sancta. E que estes apostolos eram tam sanctos e tam boos e de tam boa uyda que qualquer que elles dissessem que era uerdade e pera creer. E pera esto prouar conuem que tragamos taaes prouas per fama e ley. pera o que estes apostollos diserom sseer uerdade. e sse a creença he uerdadeira. Primeiramente conuem a mym mostrar sua boa fama E primeiramente prouoo com esta razom. Por que dizedes uos outros todos christaãos e judeus e mouros que estes apostollos ssabiam lxxii lingoageẽs. en que dades testimunho que de deus afora que eram estes ssabedores ssobre todos outros ssabedores. Ca nunca nemhuum uyo nem achou escripto em ley nem em outro lugar que fallasse a sancta scriptura de deus que he santa e uerdadeira. E que todos deuemos a creer que nunca outro nem huum ssoubesse tam grande ssabedoria como esta ssaluo adam ante que pecasse Salvo o filho de deus que nom ha comparaçom. Esta foy grande ssabedoria destes apostollos de auerem de ssaber lxxij. lingoageẽs en que dades t.º (testemunho) que des Jhũ xpõ aca nunca forom homeens tam ssabedores. Porque estes ouuerom a graça do spũ scõ per que ouuerom a preegar e demostrar por todallas partes do mundo esta uerdadeira creença de jhũ xpõ. E fezerom tantos milagres como faziam. E porque eram tam boos e tam santos e tam verdadeiros. porem quis deus fazer depois de ssua morte muy grandes milagres e faz ahijnda.

Assy que todos que os ujam e ouujam as suas preegaçoões tijnham nos por sanctos e por uerdadeiros E esta razom trago que ssom de boa fama. E prouoo per uos christaãos e mouros e Judeus. por que todos outorgades que estes apostollos e discipullos de jhũ xpõ eram santos. E pois elles eram sanctos. bem pareçe que ssuas obras e pallauras ssom uerdadeiras. Ca sse elles fossem mentirosos e maaos nom seriam elles sanctos. E a terçeira proua sse boa fama com outras razoões que he certo a todollos christaãos e mouros e judeus que faziam estes apostollos millagres e marauilhas. que ssaauã os cegos e os mancos e os contreitos e os enfermos de quaes quer enfirmidades que ouuessem. e Ressusçitauam os mortos. Pois elles esto faziam que deus alli hu sta da testimunho com uos todos que os dictos delles eram uerdadeiros e sanctos. pois por elles faziam milagres e marauilhas. Pois digo que este testemunho he grande e boo e de boa fama per que deuem a sseer creudos em suas pallauras. E ahijnda he bem que este testemunho. que deus da e uos christaaons e mouros e judeus creedes que ssom de bª fama. quero prouar estes artigos desta creença que elles disserom e preegarom E quero prouar cada huum sobre ssy com prouas da ley dos judeus com quatro ou cinquo provas da sua ley. de deus que enuyou per moyses e pellos prophetas e pellos patriarcas que uos outros judeus creedes que he uerdadeira E nos os christaaons assy o creemos. e os mouros outrossy. Os prophetas que eu digo com que quero prouar ssom prouas e testemunhas da ley de deus que elles dizem que hũa ssoo he a ley de deus E nom ssom tres leis como uos outros dizedes que ssom tres leis. Mais digo que ssom tres creenças per que creem cada huum per ssua creença. Os christaaons a uirgijndade de sancta maria. E a uida e o padicimento. e a morte. e a Resurreiçom. e a ascenssom do ceeo. e a vijnda do dia do Juizo. e a gloria perdurauell de ihũ xpõ. E os judeus creem que nom seria deus que

ssahisse de molher. E nom seria molher conçebida do sprito sancto. nem pariria uirgem. Nem deus nom ha filho, nem vijnria ao mundo. nem padeçeria nem padeceo. nem morreo. nem resurgio. nem he com deus padre. nem vijnra ssaluar as almas ao dia do juizo. E os mouros creem que a uirgem maria conçebeo do spiritu sancto. E foy uìrgem ante o parto e no parto e depois do parto. E que este que parío que he filho de deus e sseu enuijado. E que este nom morreo. Mais que fazia marauilhas como filho de deus. Aquelle que poserom na cruz foy outro homem que poserom em sseu logo. E creem que am todos de rresurgir ao dia do juízo em corpos e em almas pera auer gualardam cada huum do bem e do mall. E creem que os meninos paruoos que morrem ssom Rogadores pollos padres e madres. E creem que todos quantos foram e am de sseer ataa o dia do juizo que todos rresurgiram. E depois que Resurgirem todos seram em huũa ydade. E a mym conuem de tornar ao que ey começado a dizer que a ley de deus he hũa e nom tres. Assy uollo mostra em huum lugar en que diz que disse deus. hũa sera a ley de deus a nos e ao pellegrino. e diz assy na sua ley. Tora abiad hlhẽ laquẽ laguer blezar adiez. Esto quer dizer. da ley. hũa sera anos e ao pellegrino e ao arreigado da terra. Em esto nos demostra que deus começou a dar a ssua ley a moyses em o tempo de moyses. Porque ante deste tempo viuijam ssem ley os homeens des adam ataa moyses. E depois que deus mandou a ley escripta E des que ueyo o pelegrino. os christaaons ouuerom ley de graça per que creessem e en que uiuessem. E o pelegrino tanto quer dizer como estranho. E este foy o filho de deus que foy tam estranho que nom ffoy conheçido dos judeus. Pero que uyuia antre elles nunca o conhoçerom por filho de deus. E que passou pellos perijgos daqueste mundo. que padeçeo tormento e morte na cruz. e nom podia sseer mayor tormento nem perijgo. Este foy o que ajuntou toda a ley em

huma. tambem a ley uedra como a noua. toda he hũa polla uijnda do estranho que he o pellegrino. E que esto seja uerdade que a ley he hũa. assy nollo disse ja moyses ally hu diz. Ley hũa sera a nos e ao pellegrino. E ahijnda pera afirmar mais que a ley he hũa e nom mais. assy o diz dauid em o telim dos judeus a que os christaãos chamam ssalteiro. e diz assy. Assere hais asser lohalach. Resahim uf dech. hataim lo haçad uf. molaf. leçim lo vasaf. E em latim. Beatus uir qui non abiit in consilio ímpiorum et in uia pecatorum non stetit et in cathedra pestilentie non ssedit. Esto quer dizer beento he o barom que nom andou em consselho dos maaos nem na carreira dos pecadores nem esteue em na cadeira da pestilencia. E diz em outro uerso. Qui inbetora layla hasem efco. uf. torato. y hegueh. yomam ua. E em latim diz. Set in lege domini fuit uoluntas ejus et in lege ejus meditabitur die ac nocte. que quer dizer. Mais na ley de deus foy a ssua uoontade delle e em a lley delle penssa o dia e a noite. E assy digo que a ley de deus he hũa. por que diz que de deus foy a ssua uoontade que aquella era. Em outro lugar nos mostra David no telim que diz assy. Assere tome nell darich ha halla im becora al donay assere nocere hedotaf banall lebi drasu. Em latim diz. Beati immacullati in uia qui anbullant domini. Beati qui scrutantur testimonia ejus. in toto corde exquirant eum. Esto quer dizer. bem auenturado he aquelle que escodrinha de todo sseu coraçom e escolhe a elle. En que nos demonstra que todauia a ley de deus he hũa. E ueedes que diz que beento he aquelle que escodrinha em sseus testimunhos e de todo seu coraçom escolhe a ley de deus. Pois conuem agora a mim descodrinhar e descolher os testimunhunhos (sic) da ley de deus pera prouar esta santa creença sse he verdadeira que os apostolos de ihũ xpõ preegarom. E primeiramente deuemos prouar que esta creença sse he verdadeira como elles preegarom e enssinarom. Aagora veede como prouo o artigoo que disse ssam pedro.

Creo em deus padre todo poderoso criador dos ceeos e da terra. O quall negam os uossos nom sabedores de uos outros judeus, que o criador nom he deus mais deo. Primeiramente prouemollo com a ley de deus que assy. In principio creauit deus celum et terram, que quer dizer. E no começo criou deus o ceeo e a terra. E disse deus e nom deo. E porque disse eloim e nom disse adonay. Ca eloym falla por muytos, e adonay falla por hũu. E esto disse eno dia primeiro. E no ssegundo disse, baio mer eloim jehor baior, que quer dizer. Feita sseja a luz, e foy logo luz. E ao terceiro dia disse, baiomir eloim. Em no quarto dia e em no outro esso meesmo. E aos sseis dias afirmou o que antes disera, e disse. baiomer eloim hunaroçe adom delcall bionor que brem matonoph. Em latim diz. faciamus ihominem ad imaginem et ssimillitudinem nostram. Esto quer dizer, façamos homem aa nossa ymagem e ssemelhança. Depois que o homem foy fecto, da testimunho moyses com muytos prophetas e diz assy, Bayomer adonay eloim adom huma que haharet numoni danto bera, que quer dizer, Disse o senhor deus, fecto he homem como cada huum de uos pera saber bem e mal ssegundo a humanidade. Pois toda a ley e todollos prophetas que ssom em ella scriptas dam testemunho que nos sseis dias da domaa en que dizem que he deus e nom deo. Pois bem pareçe que negam a ley de deus e que sse dam por de maa creença porque negam o nome do sseu criador e o fazem mingoado em chamando lhe deo e nom deus, mostrandolhe a ssua ley meesma a uerdade, Como se ora alguum de uos outros que chamam dom çage ou dom moysem, e ao depois lhe tornassem chamar çagilinho ou moysilinho teruoshiees por desonrrados e por mingoados. Pois vos outros que sodes criaturas uos queredes honrar. quanto mais deuedes de honrar o criador.

O códice n.º 151 da collecção de Alcobaça é inédito e

bem interessante. No *Index codicum bibliothecae Alcobatiae* (impresso em Lisboa, 1775) vem metido num grupo de rituaes, de n.os 145 a 151, sem menção ou noticia especial; pois no grupo é ele singular, nada tem com os outros. É o regimento do sacristão mór do mosteiro; é em português, bem escripto, e esteve em uso muito tempo, porque tem notas nas margens, em letras dos secc. XVI e XVII. De que época é este codice? É posterior a 1435 porque nelle se refere certa ordem d'este anno dada pelo abade D. Estevam d'Aguiar.

É texto muito variado, trata nas suas regras e paragraphos de assumptos diversos. Infelizmente faltam-lhe algumas páginas no principio. Apontarei alguns artigos; do ramo do Natal, da marcação do tempo pelo sol, das horas de comida e bebida, das hospedagens de reis, nuncios, prelados; da festa de Corpus; das procissões; da conservação das tapeçarias; do tratamento e limpeza da igreja e do edificio; do regimento das caldeiras do relógio d'agua; das cautelas com os sinos, etc., etc., e termina com um tratado de sangrias e do tratamento dos sangrados.

Neste volume se fala de monjes, frades barbatos, noviços, leigos e moços, e das relações de todos com os estranhos ao mosteiro. Embora escrito no seculo XV é possivel, me parece, que se encontrem aqui transcriptas regras de uma redacção anterior; transcreverei alguns trechos para dar ideia da variedade de termos que se acham no ignorado codice.

Como disse ha notas marginaes no códice; por ex. á palavra *senhos:* = Esta palaura deriuasse da latina singulos =.

Por vezes se encontra a palavra *pel, pelle, pelles.* Á margem: daqui se colige que *pel* significava sinal que se fazia para entrarem as Hores canonicas. Parece palaura deriuada do verbo latino *pello.* E assim *pel* he o mesmo que sinal que se fazia *percutiendo et pulsando certum campanam.*

Outra nota: *pelles* são os sinos e logo por outra letra: certas horas em que os sinos se tangem.

A pag. 13 aparece a palavra *hu,* á margem *onde.* Outras notas aparecem que mostram que nos seculos XVI e XVII o texto já precisava de esclarecimentos, e que certas regras estavam esquecidas.

Do Ramo que se ponha uespera de natal com candeas e tochas e cirvos.

Nota de como has de poer o ramo de natal. s. Em uespera de natal: buscaras hũu grande Ramo de loureiro uerde. e colheras mujtas laranjas uermelhas e poerlhas has metidas pelos ramos q̃ dele procedem spacificadamente segundo ia uiste. E em cada hũa larania: poeras hũa candea. E pendoraras o dicto ramo per hũa corda na polee que ha de star acerca da lampada do altar moor. E as lo de acender: quando compeçarem a missa do galo. e mais. XX. tochas e IIII.º cirios. e candeas que abastem. e todalas riliquías e plata da sancristia.

Da festa do Corpus Christi.

Nota que dom Stevam daguiar abbade ordenou na Era do nascimento de mil e quatrocentos XXXV. annos. que a festa do corpo de deus se nom fezesse aa v.ª f.ª mais ao domingo siguínte. E pera esto mandou comprar a leirea todolos jogos que perteencem aa sobredicta festa: aa custa do m.º s. quatro caras de angeos com sas diademas. e gastoamentos de aas: com seus latigos. e fiuelas. E tres caras de patriarcas com suas diademas e cruzes. Sam Pedro com sua crocha e barua e chaue. E onze cabeladuras de apostolos. com suas barbas e diademas e cada huum com seu tormento com que foram martirizados. E quatro euangelistas pintadas. E hua cara de diaboo com sua uistimenta: e botas e cadea. E outra saya e botas doutro diaboo pequeno. Item hua serpe.

Regi. da procissom da dicta festa.

Nota o Regimento de como ham dhir em na procissom da dicta festa. Primeiramente a gayola ha de seer mui

honestamente corregida com panos convinhauiis e bõos. E com XX patenas darredor: assy como ameas. E duas cruzes hũa deante e outra de tras. E os frades barbatos que a leuem. E quatro homẽes reuestidos com aluas e cintas e amitos e almatigas cada hũu com sua tocha. os dous da hua parte da gayola: e os dous da outra. E dous moços reuistidos per esta guisa: com senhos abanos E ham dhir na meatade dos das tochas. huu dhua parte da gayola: e o outra da outra. E os angeos reuestidos. s. de aluas e cintas e amitos e manipulos e almatigas com sas caras e diademas e aas e encastoamentos delas. e latigos e fiuelas e tacas. Estes ham de leuar senhos alaudes: e ham dhir deante da gayola. E os cantores ham dhir com suas capas: deante dos angeos. E os patriarcas reuestidos de aluas e cintas e amitos e manipulos. E ham de levar stolas lançadas per so o braço directo: assy como o que quer dizer o euangelio. E senhas capas lançadas por cima dos braços seestros com suas caras e diademas. E senhas cruzes nas mãaos. Estes ham dhir deante dos cantores. Sam pedro hira reuistido de todo. como quando quer dizer a missa. e leuara sua crocha e barua. e leuara hua chave na mãao. E todolos outros apostolos reuestidos com aluas e cintas e amitos. e senhos mantos lançados per cima dos braços seestros. leuando os braços derectos descubertos. E uã todos com seus marteiros e barbas e diademas. s. sam paulo com sua spada. Sancto andre com sua aspa fecta como cruz. Sanctiago o mayor com seu bordom e cabaaça e soombreiro. Sam bertolameu com seu cuytelo de sfolar: e huum diaboo com sua cara uistido de preto: preso na sua mãao per hua cadea. Este diaboo leuara outro diaboo pequeno uistido de saya preta e botas pretas huum e outro. E mais leuara o diaboo grande hua maça de coiro em sua mãao. Sam philippe. hira com sua cruz. Sanctiago menor: hira com sua maça. Sam thome: hira com seu punhal. Sam johane euangelista: com hua tauoa pintada em hua

mãao: e hua palma na outra. Sam matheus: com outra cauoa pintada na mãao. Sam marcos com outra. Sam lucas com outra. Estes todos ham dhir deante dos patriarchas. E os orgõos ham dhir na meatade dos apostolos. E os que os leuarem. E o que tanger os foles dos orgõos: todos tres hiram reuestidos: como os das tochas. E todolos monjes e nouiços e frades: hiram deante dos apostolos. E todolos leigos com seus cirios: hyram deante dos monjes. E todalas molheres ham dhir detras da gayola. E as cruzes ham dhir: na meatade da procissom. s. a pequena deante: e a meãa na metade: e a grande mais contra a gayola. E com esta ham dhir dous moços reuistidos com os castiçaaes e com dous cirios. E os que assy leuarem as cruzes: tam bem ham dhir reuistidos com boas aluas e boas almatigas. E a missa seia dicta no altar de sam miguel. O qual deue de star festiualmente corregido com boos panos e com todalas reliquias e plata da sancristia. E por este dia aa onra da dicta festa: entram as molheres dentro a ouuir a dicta misa. e a preegaçom tam soomente e nom mais. Esto stabeleceo o sobre dicto abbade: porque em sancta Maria a uelha se suya a fazer todo o officio perfectamente. e acharom que era assy mais honesto de se fazer no moesteiro dentro. E que dom abbade aia de fazer o dicto officio. E este he o regimento da dicta festa: e mais outros iogos muitos que hi ha que nom som aqui scriptos porque se mudam cada huum anno.

Do sino do pel da prima.

Nota de como has de tanger o pel da prima. Des dia de sam cibrãao ataa dia de todolos sanctos: tangeras aos dias priuados o sino da colaçom: quando compeçarem as oras dos finados. E ao fidelium deus: tangeras o sino das mãaos. E aos dias dos sanctos que nom teverem mais dhũa missa: tangeras o dicto pel ao sino dos laudes. E aa collecta de sam bernardo: tangeras aa prima o dicto sino das mãaos.

De asselhar os panos.

Nota que o samcristam deue a lançar todolos panos da sancristia ao sol ao mais pouco duas vezes no anno. e sacudilos e alimpalos mui bem. e teelos mui limpos. e mais a cortinha que sta sobre o altar mayor. deuea a decer hua vez no anno e lançala ao sol e sacudirla e alimparla mui bem. e tornarla logo a poer hu stava. porque nom he honesto star o altar sem ela. Outrossy manda a todolos que teuerem os altares. que lancem todalas roupas delles ao sol que se nom percam pela humidade. Todalas cousas da egleia. perteencem ao sancristam. que ou as faça. ou as mande fazer que se nom percam por la sua culpa e negligencia.

De uarrer a eglesia.

Nota que o sancristam he obligado a uarrer a sancristia e o altar moor ataa o graao e mais nom. E deue de mandar aos que teuerem os altares que os uarram e que os tenham mui bem limpos. E ao prior. que mande aos monies uarrer e alimpar toda a eglesia que assy foy e he o costume desta casa. de o sancristam teer este cuydado. e dom abbade assy mandou que se fezesse.

De apontar os altares em uespera de pascoa.

Nota que o sancristam em uespera de pascoa. ha de mandar lauar todalas ymagẽes do altar moor e o angeo. e a uirgem Maria do graao com ouos e com uinho branco. o melhor que el poder. E em este dia aa honra da resurrecçom. as deue affectar muy bem. e muy honestamente. Esto. e todalas outras cousas que perteencem aa sancta eglesia. assy o deue a fazer com temor de deus e com guarda da sua alma. e da sua ordem.

Do conto do auro numero.

Nota que se quiseres saber em quanto anda o auro numero. sabe em que anda a nacença de Jesu Christo. e dela tira. v. e XIX. E o mais que fica en aquelo acharas o auro numero. E assy faze cada anno. e chega ataa .XIX. e nom sobe mais. e despois torna a huum.

Item ainda de esso.

Nota ainda se quiseres saber outra regla do auro numero. Sabe em quanto anda a Era de cesar, e acrecenta lhe mais. XIIII. E despois tira todolos XIX. E dos que ficarem. sabe q̃ aly he o auro numero. E compeçase primeiro dia de Janeiro. E a era de cesar anda so(bre) a de Jhũ xpõ. XXXVIII. annos.

Concurrente.

Nota esta regla pera tirares o concurrente. Tomaras os annos do auro numero. e faze de cada hũu anno. XI. annos. e ajuntaos todos e tira todolos. XXX. que hi ouuer. e os que sobeiaram sobre os XXX. aly faze o concurrente. E sabe que em cada huum anno. o dicto concurrente. crece onze annos. e chega ataa. XXX. annos e mais nom. E compeçase primeiro dia de março.

Ainda de esso.

Ora me parece esta regla do auro numero. que he mintireira. porque tu dizes que tirem dos annos da nacença. V. e XIX. Ora ponhamos nos que anda a Era em lXIIII. annos. e nom posso tirar os V. e os XIX. todos iuntos. Ora nota que nunca has de tirar os cinquo. se nom a primeira uez. E os XIX. sempre em quanto os poderes fazer. e acharas sempre a regla uerdadeira.

Como as de fazer aos signos.

Nota que o sancristam ha de hir hũa uez ou duas cada somana a cima da tore dos sinos a ueer os dictos sinos como stam e lancarlhes do azeite e ueer as cordas delles e as das alanpadas e as rodas delas sestam bem e se som saans que a elle conuem ueer todallas coussas e as mandar correger que se nom percam aa sua minga.

Como as de fazer ao mato que nace na egreja.

Nota que o sancristam ha de requerer en cada huum anno hua uez ao abbade ou ao prior que mande cortar todallas figeiras e todalas siluas e todolos e todolos matos que crecem pellas paredes do moesteiro e de todolos lugares

delle asi como pellos telhados e pelos andaimos de cima da egreja. e pera esto ha de ter o dicto sameristam huum cesto grande feetiço em que andem os monges quando cortarem os dictos matos e hua corda e hua ralhada e huum podom todo esto ha de ter na sacristia gardado o dicto sancristam. e mais ha de mandar uarrer muy bem quantas uezes vijr que conpre os andaimos de cima da egreja e da capela moor e da charola e da capela dos rex por que se asi nom fezer quando chouer nom queira ha auga hiir fora e metersea pellas paredes e pellas abobadas que seria grande perda e dano do musteiro.

Gabriel Pereira.

O Capitalismo na sociedade romana

O estudo da organização económica dos romanos data apenas de umas dezenas de anos. Foi Mommsen quem primeiro traçou as linhas gerais dêste aspecto da vida romana; sendo a breve trecho seguido por Marquardt, que estudou especialmente o seu aspecto financeiro; por Deloume, no seu livro *Les manieurs d'argent à Rome;* por Friedländer, pelos eminentes historiadores do direito comercial, Goldschmidt e Carlo Fadda, e principalmente por Eduardo Meyer, no seu belo trabalho *Die Sklaverei in Alterthum.* Todos estes escritores nos fornecem valiosíssimas informações, das quais se pode afoutamente deduzír a existência do regime capitalista durante a República e nos primeiros tempos do Império, enquanto não principiou a decadência dêste, devida a causas internas e externas, decadência que terminou pelo *golpe de misericórdia* dado pelos bárbaros.

É interessantíssimo êste estudo; porque nos leva à con-

clusão de que o capitalismo não é um fenómeno especial e exclusivo das sociedades modernas; nem tão pouco uma organização puramente artificial, garantida por leis havidas como *anti-sociais* e pelo *direito da força;* mas sim um estado social evolutivo, a que chegam todos os povos que saem do comunismo primitivo,—regimen mesquinho, compressor das iniciativas e profundamente estagnante, para adoptarem, quanto possível, a feição particularista ou individualista, que, sob a influência da concorrência, despertando as energias pessoais, o espírito de luta, e o génio das invenções e das adaptações imitativas, é fecundo em progressos de toda a ordem.

A história de todos os povos nos mostra que ao regimen comunitário é sempre inerente a barbárie, ou o atraso da civilização; enquanto que os povos conquistadores, dominadores, progressivos e creadores da grande riqueza social pertencem ao tipo particularista. Ora, não ha particularismo sem capitalismo; como não ha comércio, nem indústria, nem progresso, sem individualismo e capitalismo; e, posto que os abusos dêste mereçam ser reprimidos ou prevenidos, a destruição deste regime será o regresso à estagnação, e o caminho da decadência rápida e desoladora.

Que o capitalismo correspondeu à mais brilhante fase da história da Roma antiga, parece hoje indubitável. Os que negam a existência dêsse sistema na antiguidade fundam-se: ora na falta de caractéres secundários, como a expansão do regime do crédito ou de um proletariado organizado como o de hoje; ora na divisão tripartida da história, em *antiguidade, idade-média* e *idade moderna,* supondo que a evolução social se fez em linha recta, ascendente e contínua, e, que, sendo a idade-média um período de organização atrazada, a antiguidade o era ainda mais, quando é incontestável que a antiguidade greco-romana foi muito mais civilizada do que a idade-média.

Decerto, o capitalismo antigo não era perfeitamente idêntico ao actual, tanto mais que a indústria moderna é caraterizada pela existência de máquinas aperfeiçoadas, movidas a vapor, a gaz ou a electricidade; mas êste caracter não é essencial do capitalismo, senão que de uma época de maior progresso.

Por *economia capitalista* entende-se, a meu ver, o modo de produção que se realiza sob a dominação e a direcção do proprietario do capital. É a apropriação exclusiva dos meios de produção, é a acumulação da mais-valia ou de lucros superiores ao interesse do capital, com escravização económica ou jurídica duma classe, — a classe dos proletários ou trabalhadores, sejam êles escravos ou homens livres.

O capitalismo define-se por três traços, três condições essenciais: *a*) uma classe que tem o monopólio dos meios de produção; *b*) uma classe privada dos meios de produção, com excepção do trabalho; e *c*) um sistema de produção em vista da troca num grande mercado.

Ora, na antiguidade romana, se não havia a grande produção mecánica, havia a grande produção braçal e, sobretudo, o *grande comércio,* que, proporcionalmente ao desenvolvimento da riqueza nesses tempos, se pode considerar superior ao actual. E todos os referidos caractéres essenciais se encontram na organização económica romana.

É claro que não podemos ir buscar o capitalismo aos tempos da fundação de Roma, nem aos tempos obscuros da Realeza, pois é quási no segundo período da República que a economia capitalista principia a desenvolver-se.

Depois das guerras, que abriram á fortuna de Roma a Africa, a Espanha, as Gálias e a Ásia, — essa Ásia brilhante, industriosa e artísta, escola de luxo e de gosto, fonte de tentação incessante e irresistível para os publicanos e os procónsules, — só então é que a riqueza chega ao seu fastígio.

A parcimónia e a abstinência dêsses tenazes agricultores e guerreiros, simples e grosseiros, mal iniciados no comércio, quasi privados de metais preciosos, passaram à história. A ordem do dia foi a conquista do ouro. Catão é o teórico desta tendência geral; segundo êle, «o primeiro dever do homem é ganhar dinheiro». Horacio coloca a posse da riqueza acima da virtude: o dinheiro é tudo; a riqueza é a única cousa necessária. Propércio considera o dinheiro mais poderoso do que os raios de Júpiter.

Como é fácil de supor, ninguêm era surdo a estes sugestivos ensinamentos. Enquanto as classes patrícias vivem abraçadas à terra e aos seus latifúndios, de que a pouco e pouco se vão desfazendo pelas loucas despesas a que se entregam, lançando-se na rapina das cidades vencidas, que era o meio único de refazerem as suas perdidas ou abaladas fortunas, os plebeus organizam-se lentamente, pelo exercício do comércio e da indústria, desenvolvendo e absorvendo toda a riqueza mobiliária.

Para os fornecimentos das tropas em víveres e material, para a cobrança dos impostos e taxas públicas, para os empréstimos aos reis e cidades vencidos, para as grandes empreitadas das obras públicas: abertura das famosas estradas militares, aqueductos, pontes e calçadas, circos e palácios, templos e balneários, etc., formam-se poderosos sindicatos financeiros. Ao mesmo tempo, o pequeno comércio alastra o seu espírito ganancioso por todo o império romano.

«O instinto de comprar para revender com lucro, diz Salvioli, é um sentimento específico da alma plebeia». É a força pela qual os plebeus procuram sacudir o jugo das classes aristocráticas, elevar-se, invadir os meios sociais que, sem a riqueza, lhes são fechados.

Em Roma, como nas cidades italianas medievais, como nos tempos modernos, a acumulação capitalista faz-se nas classes populares e burguesas. É da ordem dos cavaleiros

que saem os iniciadores deste movimento; é nêles que aparecem os primeiros sinais do espírito capitalista, espírito feito de audácia, de previdência, de cálculo e decisão, espírito que não existia nas velhas famílias patrícias, para as quais a terra era a única riqueza e a agricultura a única ocupação digna.

Na época de Cícero, constituíra-se uma classe de *negotiatores* e de *publicani,* cuja absorvente preocupação era á caça da fortuna em todos os países. Para se fazer uma ideia dos capitais com que êles jogavam, bastará saber que um certo Pinnius era crèdor da cidade de Niceia, na Asia Menor, de uma soma de oito milhões de sestércios, equivalente a quatro mil contos de réis. No tempo de Sylla organiza-se a sociedade bancária dos Asiani, com um capital tão importante, que emprestava ao Estado 20.000 talentos de ouro, correspondentes a 25.000 contos de réis. Doze anos depois, êsse crédito subia a 120.000 talentos ou 150.000 contos de réis. Os sátrapas e príncipes asiáticos eram, quasi todos, devedores de cavaleiros romanos. Esta acumulação de capitais fazia-se, não só com os fundos dos ricos, senão tambem com as pequenas economias dos remediados, depositadas nos bancos ou representadas por acções das sociedades comerciais, exactamente como na actualidade.

Nas obras de Cicero encontra-se uma lista assás completa dos banqueiros, especuladores e usurários então mais em evidência: os Verres, Pompeius, Brutus, Rabirius, Plancius, Castricius, e, acima de todos, Atticus, que é a figura mais perfeita do *brasseur d'affaires,* que pode ser comparado aos modernos Rockfeller e Pierpont Morgan, mas por estes não excedido.

Astuto e cauteloso, Atticus toma parte em todas as operações financeiras do seu tempo, quási sempre sob *testas de ferro.* Tendo herdado dois milhões de sestércios dos seus pais, e dez milhões de um tio, vende todos os seus bens imobiliários, situados na península italiana, os quais

estavam sempre arriscados a um confisco, em virtude da prolongada luta política entre Mário e Sylla, e emprega os capitais assim realizados nas *províncias,* isto é, na Grécia, na Macedónia, na Ásia Menor, ora em empréstimos às cidades e aos particulares, com o juro de 48 por cento, ora na compra de vastas propriedades. Todos os negócios lhe servem. É empresário de jogos de gladiadores, tem escolas de escravos, e até empresas de publicação de livros, especulação em que, nesses tempos, se faziam lucros de 100 por cento!... Comprava as terras para as revender com lucro depois de cultivadas; e, persuadido da inferioridade do trabalho servil, dividia os seus *latifundios* por pequenos colonos e parceiros. O seu rendimento anual orçava por 2.400:000 sestércios ou 240 contos, quantia fabulosa para aqueles tempos, pois, pelo valor actual da moeda, representaria uma soma mil vezes superior.

A especulação edilícia não era menos explorada. Já no tempo de Cícero se construíam *ilhas* de 6 e 7 andares. O próprio Cícero possuía muitas ilhas, uma das quais lhe rendia 80.000 sestércios ou 3.300$000 réis. Catão era director duma importante empresa de navegação, além de ser grande proprietário e criador de escravos. Outros exploravam importantes minas, algumas das quais, como as de prata, em Cartagena, ocupavam até 40.000 mineiros.

Para se fazer uma ideia do açambarcamento das terras, bastará ver as variações por que, no decurso dos tempos, passou o conceito da palavra *latifundium.*

Nos primeiros tempos, *latifundium* era qualquer pequena extensão que excedesse um *heredium,* isto é, a terra suficiente para as necessidades duma familia, terra cuja extensão era de 2 *jugera* ou meio hectare. No tempo de Catão chamava-se *latifundium* sómente à extensão de 1000 jugera ou 250 hectares. Um século depois, o agrónomo Columelo fala com desprêzo dessas terras, pois só eram

dignas do nome de *latifundium* terras que não pudessem ser atravessadas a cavalo durante um dia inteiro!

As *leis licínias* tinham sido postas de parte sob a acção de uma oligarquia de capitalistas composta de alguns patrícios (bem poucos, de resto, pois que, após a quéda de Cartago, só havia em Roma 15 famílias patrícias), de muitos libertos e plebeus enriquecidos em negócios. Estes açambarcadores lançavam-se sôbre as terras com uma avidez insaciável, despojando os pequenos proprietários. Assim é que Salústio lamenta a sorte dos pais dos soldados, pois, enquanto estes se batiam nas fronteiras, aqueles eram expulsos das suas terras por vizinhos poderosos. Horácio descreve as usurpações dos ricos, que arrancavam os marcos e se apossavam das terras dos seus clientes e dos cidadãos remediados.

O famoso Trimalcião, celebrado por Petrónio, tinha terras tão extensas, que desejava possuír a ilha da Sicília, cuja superfície é maior do que a do nosso Portugal, afim de poder passar à Africa sem saír dos seus domínios. Só o seu latifúndio de Cumas era cultivado com o auxílio de 500 juntas de bois!

O que nesta matéria sucedia na Itália era, ainda assim, uma sombra do que acontecia na África e nas outras províncias, onde districtos inteiros eram possuídos por uma só pessoa.

Para a exploração do *ager publicus* organizavam-se companhias, como as que hoje exploram as terras coloniais. E, não poucas vezes, as terras do domínio público eram transformadas em propriedades privadas, legalizando-se a expoliação por leis que os próprios espoliadores promulgavam, como a *lex Thoria*.

As leis agrárias, pretendendo estabelecer uma equitativa repartição das terras, denotam à evidência os abusos havidos na fruição exclusiva das pastajens pelos grandes plutocratas; e o grande número de pastores dos rebanhos,

ao serviço de um só indivíduo, mostram a immensidade dessas pastajens.

Mas, ha mais. Além de a distribuìção das terras não ser equitativa, certas propriedades, de grande extensão, eram reservadas a personalidades políticas, sem a obrigação de residência dos proprietários na localidade, admitindo-se assim oficial e legalmente o princípio do *absenteismo,* que é uma das mais inequívocas manifestações do capitalismo moderno.

Uma das causas que mais contribuíu para a extraordinaria concentração da propriedade foi precisamente a que determinou igual concentração nas colónias da América do Norte e na Rússia após a extinção da servidão da gleba.

As terras conquistadas eram distribuídas pelos soldados e plebeus, em pequenas parcelas, de sorte que todos tivessem o seu quinhão; mas, ou essas parcelas eram tão pequenas, que não compensavam o trabalho e as despesas que o seu arroteamento e a sua cultura exigiam; ou eram terras já muito cultivadas, esgotadas, não tendo a produtividade das terras virjens; ou eram terrenos incultos e os proprietários não tinham meios de os cultivar, visto que o Estado não os auxiliava com dinheiro, sementes e instrumentos de lavoura, auxílio que só foi decretado pelo imperador Constâncio.

Resultava daí que os colonos, por absoluta falta de meios, ou por esgotamento dos que possuíam, se viam obrigados a alienó-los a capitalistas, passando êles à categoria de colonos, locatários ou simples operários agrícolas. Assim é que as vastíssimas terras de que o dictador Sylla fizera larga distribuìção entre soldados e plebeus, vinte anos depois estavam nas mãos dos grandes proprietários, que as tinham adquirido aos veteranos, mediante uma pensão vitalícia. As terras distribuídas pelo imperador Augusto tiveram a mesma sorte.

É porisso que alguns imperadores, não só ampliaram a

extensão das terras a distribuir, passando de 7 *jugera* a 15, 20, até 50 *jugera,* senão que também declararam essas concessões inalienáveis durante 20 anos, protegendo-as assim contra a possivel absorção dos capitalistas e contra a imprevidência ou dissipação dos concessionários. Crearam dêste modo uma espécie do moderno *homestead,* ao mesmo tempo que estabeleciam direitos protectores sôbre as importações de cereais, estabeleciam o crédito agrícola, etc. A política imperial nunca perdeu de vista a manutenção e a defesa da classe dos pequenos proprietários, procurando refrear os abusos tão frequentes no tempo da República e nos primeiros tempos do Império.

É, porisso, um êrro supor que a pequena propriedade desaparecêra de todo. Se os latifúndios dominavam em certas regiões, existia em toda a parte, principalmente na Itália, a pequena propriedade.

Os poetas Vergílio, Horácio, Juvenal, Marcial, e os historiadores Tíbulo, Propércio, Catulo, Tito Lívio, etc., freqüentemente se referem às pequenas propriedades, próprias ou alheias, designando as pelos expressivos termos de *villula, agellus, parva rura, breve rus,* etc.

Tanto a grande, como a pequena propriedade, porêm, eram cultivadas por homens livres, salariados, designados por Horácio e outros escritores como *mercenarii, operarii, rustici,* etc. Os escravos, na maioria dos casos, eram simples fiscais da cultura, ou auxiliares dos salariados; e só os ricos os possuíam. O pequeno proprietário não tinha escravos e cultivava os seus campos com a ajuda dos *inopes coloni* e *mercenarii.*

É também um engano, pois, a suposição de que a indústria romana era toda baseada na escravidão, e que os produtores eram simultâneamente consumidores, não havendo uma larga divisão de trabalho, nem especialização de profissões e da produção com o fim de lucrar.

Decerto, o grande proprietário era, ao mesmo tempo,

industrial e comerciante; mas a produção não tinha em vista sómente o consumo do produtor e da sua família, senão que a venda lucrativa num mercado. Ao lado de cada habitação dos proprietários dos latifundios, existia um estabelecimento comercial, onde eram vendidos os produtos agricolas, *in natura* ou transformados.

Além disto, os proprietários das pedreiras e das terras argilosas possuíam verdadeiras fábricas de telhas e tijolos para construções, tijolos magníficos, que ainda hoje se admiram nas ruinas de Pompei e noutros edifícios romanos e cujo fabríco não pôde ser excedido pela indústria moderna. O caracter industrial do latifúndio fôra já posto em evidência pelo economista Rodbertus, o precursor das actuais doutrinas colectivistas.

Mas, além dessas manufacturas e fábricas dos grandes proprietários, havia uma larga industria especializada, destacada da família, para o serviço exclusivo do público. A divisão do trabalho fizéra um grande progresso. Já no século 2.º antes de Cristo todas as profissões manufactureiras eram representadas por uma especificação crescente do trabalho. No século 4.º da nossa era, havia em Roma nada menos de 254 padarias, como havia numerosas hospedarias para os operários, para a população flutuante, e, principalmente, para os estranjeiros.

A indústria do vestuário que, ao princípio, era puramente doméstica, tomára um notável desenvolvimento. Suetónio descreve os *vestiarii* em que se confeccionavam fatos prontos para o público, sendo um dos mais importantes o de Remenius Polemon, que, tendo começado por ser escravo tecelão, acabou, depois de liberto, por ser industrial, comerciante e gramático famoso.

Quási todas as profissões industriais da actualidade já então existiam. Encontrava-se, pois, na Roma antiga tudo o que, nos nossos tempos, carateriza a economia urbana, posto que não em iguais proporções, porque não eram,

nem podiam ser idênticas as necessidades creadas pelas respectivas civilizações.

Enfim, além das indústrias particulares, havia as indústrias do Estado, para o fabríco das armas e a confecção do vestuário das tropas, indústrias exercidas em grandes fábricas, para que as urgências do exercito, em permanentes guerras, não ficassem à mercê das contingências da indústria particular.

Essas indústrias não eram exercidas sómente por escravos, como se supõe, sendo êste mais um êrro em que laboram alguns escritores. Pelo contrário, quer as indústrias do Estado, quer as particulares, eram exercidas por homens livres, fornecendo os escravos um contingente mínimo e insignificante em tais obras. O trabalho livre subsistiu e progrediu mesmo deante da concorrência do trabalho servil. O povo meúdo não era todo constituído por malandragem ociosa, vivendo à custa do Estado ou das esmolas dos ricos. Temos a prova disto na existência das corporações de artistas, como provei no meu livro sobre a *Evolução do movimento operário em Portugal,* refutando as inexactas afirmações do eminente economista italiano, Achille Loria. Igual prova nos dão os impostos que incidíam no trabalho livre. Êste trabalho era até preferido ao trabalho servil nas profissões e artes melhor retribuídas e menos penosas. Mesmo nas épocas de maior abundância do trabalho servil, houve artistas e trabalhadores livres, salariados, pagos em géneros e também em dinheiro. Isto está hoje plenamente demonstrado pelas investigações de Cicotti, no seu erudito livro *Il tramonto della schiavitù* e pelas de Francotte e Guiraud sobre a *Indústria na Grécia antiga.*

Houve, decerto, um período em que os escravos e os libertos tinham na produção uma parte importante; mas isto não contraría a minha tese, antes confirma a existência do capitalismo.

Com efeito, em primeiro lugar, sendo o escravo um capital, é a escravidão uma das formas históricas produtoras do interesse capitalista. O escravo era comprado, vendido e alugado com um fim de lucro. Havia em Roma, como já disse, até rendosas emprezas de criação e educação de escravos, cuja habilidade tecnica era objecto de especulação mercantil.

Em segundo lugar, o escravo difere do salariado sómente sob o ponto de vista jurídico da estreita dependência ao seu senhor, mas não sob o aspecto económico; pois, se o operário moderno recebe um salário, o escravo era alimentado pelo seu senhor, e, além disto, tinha um pecúlio, e a liberdade de exercer um certo comércio ou indústria em seu exclusivo proveito.

Apesar de não ter personalidade jurídica, o escravo romano figurava em relação ao senhor como uma parte num contrato de prestação de serviços, tendo até uma espécie de participação de benefícios, além da alimentação, ao passo que o moderno salariado, às vezes, mal ganha para o seu sustento. O escravo romano, pois, desde os ultimos séculos da República, por uma fórma híbrida, mas que correspondia a uma época de transição, desembaraçado de toda a excessiva sujeição pessoal, exercia a função de trabalhador livre, conservando a origem e a condição jurídica de servo.

Mas, doutro lado, os escravos não eram tão numerosos como se supõe. Beloch fez a êste respeito numerosas e minuciosas investigações, que ficam, definitivamente, fazendo parte da sciência histórica. Ora, segundo êste investigador, no 1.º século antes de Cristo, havia em toda a Italia apenas 1 milhão e 500 mil escravos, mui irregularmente distribuídos, pois só na Sicília, região de latifúndios, existiam 400.000. Mas, a grande maioria da população não tinha escravos, que pudessem ser empregados na indústria ou na agricultura. Êsses escravos só faziam os ser-

viços domésticos, especialmente nas casas dos grandes argentários, sendo raros os que tinham maior capacidade.

O poeta Pisão só tinha um escravo. Horácio tinha três para serviços domésticos e oito para os dos campos, exercendo as funções de feitores ou guardas, pois já vimos que o ilustre autor dos *Odes* recorria aos *mercenarii* para as suas culturas. A classe média, em regra, não tinha escravos; os proletários, a baixa plebe, só era rica de orgulho cívico: — *civis romanus sum!* Os grandes proprietários preferiam o colonato á cultura feita por escravos.

É que mesmo na antiguidade se verificara que o trabalho servil era muito mais dispendioso e menos produtivo do que o trabalho livre. O agrónomo Columelo assim o afirma em relação à agricultura. Mesmo quando alugado, o escravo ficava mais caro do que um operário livre. Storch e Cairnes calcularam que o trabalho do escravo representa um terço do trabalho dum operário livre; e, ao mesmo tempo, verificaram que, num trabalho disperso, o trabalhador livre é mais vantajoso, por diminuir a despesa da fiscalização; sendo porisso que, em todos os Estados esclavagistas, as culturas do trigo eram feitas por homens livres.

A coexistência do trabalho livre e do trabalho servil é, pois, um facto comum a todas as sociedades esclavagistas, visto que a escravidão não é causa, nem efeito duma constituição económica determinada, podendo adaptar-se a todas, inclusivé o socialismo ou o comunismo...

A falta ou raridade do trabalho livre é que tem determinado sempre o trabalho servil. E a prova de que o trabalho servil, na sociedade romana, não fazia grande concorrência ao trabalho livre está em que, apesar de haver uma plebe miserável e faminta, não consta que ela se revoltasse contra essa concorrência, como hoje o fazem os americanos e australianos contra os asiáticos. Nunca a plebe romana pediu a expulsão dos escravos, ou a proi-

bição de estes trabalharem nos serviços industriais ou agrícolas dos seus amos ou senhores. O operario livre não se queixava da falta de trabalho; mas sim de ser obrigado a trabalhar para subsistir, de não ser tão rico como as classes dirigentes, tendo os mesmos gozos, o mesmo luxo desenfreado; enfim, de não ser proprietário ou capitalista, tal qual o moderno operário socialista.

No século IV da nossa era, o bispo católico Ambrósio, ocupando-se da situação económica do seu tempo, fala do *operator, operarius, artifex* e *agricola,* mas não do *servus.* E, referindo-se à exigência da expulsão dos trabalhadores estranjeiros em tempos de crise, exclama: «Como é que se farão as culturas sem êles? Onde existem escravos com que substituí-los?» É que, nesse tempo, são já raras as famílias que possuem um ou dois escravos para serviços domésticos. A concorrência de mão-de-obra realizava-se entre os trabalhadores nacionais e os estranjeiros, que eram a infiltração dessas hordas de bárbaros que, deslocando-se um dia em massa, invadiriam e destruìriam o império romano.

Já nessa época aparecem *leis operarias,* defendendo os libertos contra as extorsões dos antigos senhores, estabelecendo a quantidade de *opera* a que êles são obrigados, etc. O edicto de Díocleciano sôbre os salários, as tarifas de preços para certos produtos, etc., mostram, não só a expansão da economia urbana, se não tambêm que o salário era fixado em moeda, embora fosse total ou parcialmente pago em géneros e alimentos, como aínda hoje acontece, especialmente nos trabalhos agrícolas.

Ha quem conteste a existência do capitalismo na antiguidade fundando-se na ausência da grande indústria e da fábrica, no sentido moderno da palavra. Mas, a grande indústria concentrada numa fábrica não é um caracter essencial do capitalismo. Entre a oficina antiga e a moderna fábrica, há, apenas, uma diferença de grau, pois o artista

era um empresario e tinha ao seu serviço operários salariados.

A subordinação do salariado ao empresário, se não era intensa nas manufacturas, acusava-se plenamente nas construções. O aqueducto de Márcio, em Roma, foi construído pelo Estado, sendo contratados 3.000 pedreiros, que trabalhavam sob a direcção de mestres de obras e engenheiros.

Nem se pode dizer que o industrial moderno fornece a materia prima, ao passo que o antigo só dava a mão-de-obra, pois também na indústria moderna os pequenos industriais, os artistas independentes, fornecem a matéria prima; e ha fábricas que, às vezes, só transformam a matéria prima fornecida pelo comerciante ou exportador.

De resto, se não havia grandes fábricas na capital do império, havia-as em Cartago, em Corinto, em Alexandria. Nesta última cidade, só as fábricas de *papiros* faziam viver um exército de operários. O imperador Adriano, que a visitou no ano 134, ficou pasmado da sua actividade industrial; e um dos seus biógrafos diz que, em Alexandria, até os cegos e aleijados trabalhavam.

Finalmente, o capitalismo romano manifestava-se por uma terceira fórma: a do grande comércio, alimentado pelo extraordinario luxo dos senadores e cavaleiros. Este luxo déra origem a uma desenvolvida indústria de navegação, que dispunha de uma verdadeira frota mercante, havendo grandes depósitos, corretores, comissários, agentes, uma organização comercial completa.

Pelas tarifas aduaneiras póde ver-se que enorme variedade de mercadorias circulavam no império, e como grandes praças de comércio centralizavam os produtos da África e da Ásia: Cartago, os do norte e centro da África; Alexandria, os da Etiópia, Egipto e Arábia; Antioquia, os da Índia, Pérsia e China; Marselha, os das Gálias, da Bretanha, etc. Plínio avalia em 100 milhões de sestércios

as importações asiáticas anuais. Todos os anos, 120 navios iam do Egipto à Índia, pelo Mar Vermelho, fazendo-se um negócio que subia a mais de 20 milhões de sestércios. Certos papiros falam-nos de jogos da Bolsa, e até de reportes. As leis tiveram de proìbir o açambarcamento de cereais e outros géneros alimentícios pelos grandes mercadores, o que é um fenómeno característico da economia capitalista.

Pelo contrário, o pequeno comércio, as vendas a retalho, especialmente as dos produtos hortícolas e outros vulgares géneros alimentícios destinados às classes pobres, eram abandonadas aos libertos, aos plebeus da ínfima camada e aos estranjeiros. Cicero chama-lhes *comércio sórdido* e *salário dos escravos,* ao passo que tem palavras de consideração e louvor para o grande comércio. «É digno de encómios, diz o célebre orador, o comerciante que, depois de ter acumulado grossos lucros, se retira dos negócios e emprega os seus fundos na agricultura». Tal qual alguns grandes comerciantes modernos!

Dr. Luís da Cunha Gonçalves.

A cópia mais antiga do Cancioneiro da Ajuda

No excelente trabalho de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, intitulado *Cancioneiro da Ajuda,* vol. II, pagg. 4 e 5, menciona a douta romanista João da Cunha Taborda como o mais antigo copista daquele nosso monumento. Do referido trabalho aproveito as seguintes notas.

Na sessão pública de 24 de junho de 1816 da Academia Real das Sciências foi relatado que o reitor do Colégio dos Nobres se encarregara de obter a devida licença para a

cópia do códice guardado naquele estabelecimento de ensino, a qual se ia efectuar debaixo da direcção de Joaquim José da Costa de Macedo, servindo-lhe de copista ou paleógrafo o referido acima João da Cunha Taborda. Em 1818 estava efectuada a cópia ou cópias.

Uma dessas cópias, julgo eu, foi parar às mãos de Lord Stuart, que a fez imprimir. Não me parece provável que em tão pequeno lapso, como o que decorre de 1816 a 1823, alguêm que não fosse Taborda tivesse consagrado tempo a semelhante trabalho, a não ser que houvesse cópia anterior, conceito que afasto da realidade.

Parece-me, pois, estabelecido que foi João da Cunha Taborda o copista da infeliz leitura que Stuart estampou.

Nenhuma notícia mais encontro sôbre a personalidade de Cunha Taborda no trabalho de D. Carolina de Vasconcelos, nem em qualquer outra publicação, a não ser no *Dicionário... dos Arquitectos* do meu amigo Dr. Sousa Viterbo, publicado em 1899.

Ora, por via duma série de documentos, estou em medida de revelar um pouco da modesta biografia de Cunha Taborda. Sabemos por êles que em 1812-1813 cursou a aula de Diplomática, da regencia de João Pedro Ribeiro, e que no último dêsses anos lhe foi concedida a carta de perito-paleógrafo, bem como o cargo de escriturário da Tôrre do Tombo. Em 1824, ainda exercia as funcções do mesmo cargo, não parece com grande zêlo.

A notabilidade provêm-lhe apenas de ser sobrinho do pintor Cunha Taborda e da cópia pouco fiel extraída do *Cancioneiro*.

Resta-me ainda explicar como Taborda, possuindo o diploma de perito, foi tão infeliz no seu trabalho. São três as causas:

Primeira. O ensino de João Pedro Ribeiro era preponderantemente da diplomática, sciência a que êle imprimia o fim jurídico de distinguír os documentos verdadeiros dos falsos.

Segunda. A leitura era ministrada sôbre actos ou documentos e não sôbre códices literários.

Terceira. Não havia estudo especial do português antigo.

Qualquer que fosse o aluno de diplomática que se abalançasse à empresa que Taborda levou a cabo, caìria nos mesmos erros.

Hoje na aula de paleografia criada em 1901 os melhores alunos são os que veem preparados com o conhecimento do antigo português e de latim [1]; pois quem estudou filología no Curso Superior de Letras pouca dificuldade encontra em fazer transcrições fieis de monumentos dos séculos XIII e XIV.

Para êste florescimento muito contribuíram as publicações académicas dos *Portugaliae Monumenta Historica* e do *Corpo Diplomático Português,* que pela primeira vez nos ofereceram extensos e bem lidos trechos de prosa antiga.

Em todo o caso não é atenuante para Taborda ser o ensino que lhe foi ministrado na aula insuficiente para a missão que voluntáriamente tomou em si; pois deveria caminhar mais alêm, já pela qualidade de perito, já pela profissão de arquivista.

Documentos

I

Illmo e Exmo Snr. — Diz João da Cunha Taborda, que pela Attestação junta se acha contemplado no Alvará de 21 de Fevereiro de 1801, e portanto a credor de ser admittido para Escriturario do Real Archivo; e assim P. a V. Ex.ª que por Graça e Mercê o defira com o Lugar

[1] Os empregados das Bibliotecas e Arquivos estão dispensados da apresentação de cartas do curso dos liceus para a freqùência da aula.

de Escriturario do dito Real Archivo. E. R. M.ce *João da Cunha Taborda* 9 de Agosto de 1813.

Á margem: Lavre-se Portaria de admissão. Real Archivo 16 de Agosto de 1813. — *Horta* Guarda-Mór, Interino.

Em cumprimento do Aviso expedido pelo Secretario d'Estado dos Negocios do Reino em data do primeiro do corrente: Attesto que João da Cunha Taborda frequentou a Aula de Diplomatica no ano Lectivo de mil oitocentos e doze, a mil oitocentos e treze com distinto aproveitamento. Lisboa dous de Junho de mil oitocentos e treze. — O Lente de Diplomatica João Pedro Ribeiro.

E tresladada a concertei com a propria a que me reporto, e que a tornei a entregar a quem ma aprezentou, a pedimento do qual passei a prezente em publica forma. Lisboa 2 de Junho de 1813. Eu o Tabelliam Proprietario Francisco d'Assis Xavier Veyra Henriques a subescrevi e assignei em o dito dia 2 de Junho de 1813.—*Lugar do sinal publico.* Em testemunho de verdade — *Francisco d'Assis Xavier Vieira Henriques.*

Na conformidade das Reaes Ordens, hei por admittido ao Emprego de Escriturario do Real Archivo a João da Cunha Taborda; e se metta em Folha na forma do Estilo. Real Archivo 16 de Agosto de 1813.—*Francisco José da Horta Machado,* Guarda Mór Interino [1].

II

O Principe Regente Nosso Senhor attendendo a que a molestia de João da Cunha Taborda, Escriturario do Real Archivo foi contrahida no serviço do mesmo Real Archivo, e a outros justos motivos, que lhe forão prezentes, e se fizerão dignos da sua Real Consideráção: Manda que o

[1] Maço 9 de Avisos e Ordens, N.º 5.

Supplicante seja contado na Folha como prezente, pelo tempo de quinze dias. O Guarda-Mór do mesmo Real Archivo o tenha assim entendido, e o faça executar. Palacio do Governo em 21 de Maio de 1814.— *Com tres rubricas* [1].

III

Senhor. — Diz João da Cunha Taborda, Perito Paleógrafo, e Escripturario do Real Archivo, que sendo costume no mesmo Archivo conceder V. Mag.de dispensa a todos os que são encarregados por commissão do qualquer trabalho fóra do dito Archivo, que pertence ao serviço de V. Mag.e ficando percebendo nelle seus ordenados; e elle Supplicante ao prezente se acha encarregado de trabalho Paleografico na Academia Real das Sciencias, cujo serviço V. Mag.e tem contemplado: roga o Suplicante a V. Mag.e lhe conceda a mesma graça, mandando que se pratique assim e da mesma sorte com o Suplicante como he costume já praticado o conceder-se a outros. P. a V. Mag.e seja servido ordenar por seu Real Avizo, que o Guarda-Mór do R. Archivo o mande contar em Folha, considerando aquelle serviço como feito ao mesmo Archivo. E. R. M.cê Como parte *João da Cunha Taborda.*

O Doutor Joze Bonifacio de Andrade e Silva, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Dezembargador na Relação e Caza do Porto, Intendente Geral das Minas e Mathaes do Reino, &.a Attesto e Certefico como Secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que João da Cunha Taborda se acha occupado a rogo da Academia desde Junho do prezente anno em copiar o Cancioneiro Velho do Real Collegio de Nobres, em que se tem empregado com toda a exactidão e perfeição de hum bom Paleografo, sem exigir paga alguma das suas tarefas e trabalhos: o que por ser

[1] Maço 9 de Avisos e Ordens, n.º 46.

verdade lhe passei esta e por me ser pedida. Lisboa 15 de Novembro de 1816. — *Doutor Jozé Bonifacio de Andrade e Silva.*

Senhor. — João da Cunha Taborda, Escriturario do Real Archivo, pede o pagamento de ordenado, que tem nelle, por estar encarregado de trabalho Paleografico na Academia Real das Sciencias, sendo contado na Folha do Real Archivo na forma praticada com outras em semelhantes circunstancias. O supplicante não foi mandado por V. Mag.e para servir a Academia á custa do Real Archivo. Está com licença minha, conseguida com o pretexto de molestias, e urgencias dos seus negocios, desde Maio proximo passado. Agora he que sou informado que dezejando a Academia hũa copia do Cancioneiro velho do Real Collegio dos Nobres se propoz pagalla a quem a fizesse, como está pagando a do livro preto da Sé de Coimbra, e que o Supplicante se offereceu a fazella gratuitamente. O Supplicante não tem ordenado; tem somente vencimentos nas horas em que trabalha no Real Archivo. A folha deste está muito gravada apezar de não ter os Escripturarios necessarios para os grandes trabalhos, de que necessita; e se se pagar a quem serve fora delle ainda será a maior a sua despeza com maior prejuizo. Por tudo me parece que não merece attenção o requerimento do suplicante, ate para não abrir exemplo tão prejudicial ao mesmo Real Archivo, e a economia, que estou observando. V. Mag.e Mandará o que for servido. Lisboa 25 de Novembro de 1816. — O Guarda-Mór do R. Archivo *João Antonio Salter de Mendonça.*

Á margem: P. A. em 3 de Dezembro de 1816 [1].

IV

Senhor. — Diz Jozé da Cunha Taborda, Pintor Historico ao serviço de Vossa Magestade no Real Paço d'Ajuda, que

[1] Archivo do Ministerio do Reino, Maço 495.

para fim de concluir alguns trabalhos sobre a Memoria dos Architectos Portuguezes á semelhança dos que já publicou sobre os Pintores em 1815, necessita que Vossa Magestade lhe mande franquear os subsidios de noticias, e documentos do Real Archivo da Torre do Tombo; e como o Suplicante impedido no seu exercicio não póde por si fazer esta deligencia, supplica a Vossa Magestade seja servido conceder-lhe a licença para que em seu lugar, quando elle não possa, recolha aquellas noticias, e memorias seu sobrinho João da Cunha Taborda, e tambem em razão de ser Perito-Paleografo por Carta Regia de 13 de setembro de 1813 [1], e pode-las extrahir com toda a exação. P. a Vossa Magestade que para serviço do Público e gloria da Nação a quem dirige estes seus trabalhos lhe haja de conceder a licença que implora, mandando expedir Ordem ao Guarda-Mor do mesmo Archivo para este fim. E. R. M.cê Como solicitador João da Cunha Taborda.

Senhor. — Jozé da Cunha Taborda, Pintor Historico do Real Palacio da Ajuda, pede para concluir alguns trabalhos sobre os Architetos Portuguezes, á semelhança do que já publicou sobre os Pintores, que se lhe mande franquear, e, no seu impedimento, a seu sobrinho João da Cunha Taborda, os subsidios de noticias, e documentos, que existem na Torre do Tombo, podendo este extrahilos com exacção por ter carta de Perito-Paleografo. Quando o suplicante se lembrou de publicar a sua primeira memoria pedio, e se lhe deu o que havia no Archivo, sem se devassar o mesmo Archivo, que exige o maior resguardo e de que este não tem conhecimento pratico. Se V. Mag.e attender a supplica bastará que o Suplicante me apresente o projecto dos seus trabalhos para se lhe darem os subsidios, que existirem na Torre do Tombo, relativos ao mesmo

[1] Aliás 18. A carta está registada a fls. 169 v. do Liv. 11 do Reg.to de Mercês do Principe Regente.

projecto. V. Mag.e Mandará o que for servido. Lisboa 20 de Janeiro de 1824. — O Guarda-Mór *Visconde de Azurara* [1].

Pedro A. d'Azevedo.

A feira de Oeiras, em 1776

Procuravamos elementos para a noticia da vila de Oeiras, que está compreendida na fôlha n.º 20-A, uma das vinte e cinco fôlhas descritas no tomo II d'*A Nova Carta Chorographica de Portugal,* quando encontramos, por acaso, na obra notavel de Luz Soriano, *Administração do Marquez de Pombal,* a seguinte curta referência: *na celebre feira de Oeiras, em 1776.*

A referência despertou-nos a curiosidade de saber a razão de ter sido esta feira assim classificada, e por tão conceituado escritor.

Ora a experiência ensinou-nos que a *Gazeta official* é um excelente repositório dos factos, ocorridos nas diferentes épocas da sua publicação. Faltava-nos, porêm, êste recurso; porque, como é sabido, por ordem do Govêrno, isto é, do Marquez de Pombal, foi suspensa, no número de 15 de junho de 1762, a publicação das *Gazetas,* chamadas dos *Officiaes das Secretarias,* e a suspensão durou até 4 de agosto de 1778.

---

[1] Em 28 de janeiro se passou o necessario aviso datado de Salvaterra de Magos e que está no Maço 11, n.º 168. O aviso para a informação de 24 de dezembro de 1823 guarda-se no Maço 11, n.º 162. O documento acima que se encontra no Maço 495 do Arquivo do Ministério do Reino, foi já publicado pelo Dr. Sousa Viterbo no seu copioso *Diccionario... dos Architectos*, pag. XIV do tomo I, mas extraido de um livro de registo da Torre do Tombo.

A circumstância de termos a honra de ser vogal da comissão executiva do monumento ao Marquez de Pombal era tambem incentivo para continuarmos as investigações, que nos podiam levar à recordação de mais algum alto serviço do eminente estadista.

O resultado, a que chegámos, afigura-se-nos de natureza a justificar a liberdade de chamar para êle a atenção da assembleia geral desta muito douta Academia.

Durante a sua missão de ministro de Portugal em Londres, em que havia prestado relevantes serviços, e de que foi exonerado a seu pedido em 1745, Sebastião José de Carvalho e Mello dedicou-se com o maior cuidado ao estudo da história, da constituição e da legislação da Inglaterra, como êle proprio conta em apontamentos escritos por sua mão [1]. Avalia-se facilmente o muito que um homem da sua inteligencia, e na sua situação, devia ter aproveitado com êste estudo, podendo comparar a indústria, as manufacturas e o comercio, tão florescentes naquele país, com o estado verdadeiramente deploravel em que se encontravam em Portugal estes poderosos ramos da riqueza pública.

Dêste atento exame resultou para o futuro ministro de estado o conhecimento das causas desta decadencia, e consequentemente o dos meios para procurar combatê-la.

---

[1] *Historia de Portugal* do dr. Henrique Schaefer — no principio do reinado d'El-Rei D. José. Veja-se tambêm *Memoires of the Marquis of Pombal... by John Smith Esq. Private Secretary to the Marshal Marquis de Saldanha.* Londres, 1843.

Nota — John Smith (ou John Smith Athelstane), Conde da Carnota em Portugal, era irmão da 2.ª Duqueza de Saldanha, D. Carlota Smith, viuva do dr. Binns e casada em 1856, em segundas nupcias de ambos, com o incomparavel Duque de Saldanha. Era John Smith conhecido de Saldanha desde 1826, quando êste emigrou pela primeira vez; foi seu secretario particular e dedicado amigo.

Advertiremos, desde já, que o definhamento da nossa indústria, e o abandono quasi completo da agricultura, não provieram então, como alguns querem, dos tratados com a Inglaterra, de que foi primeiro o Tratado de paz e aliança entre el-Rei D. João IV e Cromwell, Protector da Inglaterra, assinado em Westminster a 10 de julho de 1654.

A falta de funcionamento dos nossos teares e a extinção sucessiva da nossa agricultura, que vinham de longe, receberam impulso fatal com o descobrimento das minas do Brasil, que foi para Portugal de conseqùências profundamente nefastas. A imaginação do povo, exaltada pelas descrições fantasiosas das riquezas que produziam as minas, levava-o a pôr inteiramente de lado os trabalhos rurais e de tecelagem para ir á procura de fortunas quiméricas.

Sejamos justos: a Inglaterra aproveitou-se habilmente das pessimas condições, em que a febre de abandonar tudo pela exploração das minas de ouro tinha deixado o paiz; mas nos tratados, em que se estatuiu que a Inglaterra ministraria os tecidos de lã a Portugal, não se proìbiram os portugueses de lavrar as suas terras, nem de se dedicar a trabalhos indústriais.

No muito louvavel empenho de promover a prosperidade nacional e de engrandecer o seu paiz, tornando-o independente das nações que tinham o monopolio de o fornecer dos artefactos que não produzia, o Marquez de Pombal começou por dedicar às artes e às indústrias especial cuidado e proteção, tendo tambêm procurado remediar os abusos, que se tinham introduzido à sombra do tratado de Methuen [1]. Dêste proposito oferece concludentes argu-

[1] O tratado de comercio entre el-Rei D. Pedro II, e Ana, Rainha de Inglaterra, conhecido vulgarmente por Tratado de Methuen, foi assinado em Lisboa, aos 27 de dezembro de 1703.

mentos a immensa série de leis, decretos e alvarás, que se promulgaram nos primeiros cinco anos do reinado de el-Rei D. José, com o fim de melhorar as finanças, de levantar o comercio e de desenvolver as indústrias.

Num despacho de 27 de setembro de 1768, dirigido ao seu govêrno, M. Simonin (Encarregado de Negócios de França durante a ausencia do respetivo ministro, M. de Saint-Priest) depois de fazer o maior elogio do alvará, que isentou os negociantes estrangeiros da obrigação de receberem em pagamento as apolices das Companhias portuguesas, considerando esta providencia uma prova de politica ilustrada, conclue dizendo «que se não podia deixar de aplaudir os principios administrativos, que empenhavam o Conde de Oeiras a ocupar-se constantemente, como fazia, do cuidado de estabelecer e aprefeiçoar em Portugal todas as artes uteis [1].

Depois das manufacturas de seda, foram principalmente as manufacturas de lã aquelas que mereceram especial atenção ao Marquez de Pombal. Devemos a êste respeito observar, que já em 11 de novembro de 1766, M. de Saint-Priest escrevia ao Duque de Choiseul, que os ingleses se queixavam de que *se fabricava em Portugal o panno sufficiente para o consumo do paiz, vendendo-se por menos preço que os pannos importados de Inglaterra* [2].

No intuito de desenvolver as indústrias, o consumado estadista mandava vir dos países mais adiantados numerosos mecanicos e artifices, fabricantes de lanificios e de sedas, chapeleireiros, etc., mas, como escreveu M. Simonin no seu despacho de 6 de setembro de 1768, *apezar das suas constantes deligencias, de largo dispendio para o Erario, a*

---

[1] Visconde de Santarêm, *Quadro elementar*, vol. VII, pag 352.
[2] Idem, *ob. cit.*, pag. 246.

industria fabril não tinha ainda feito o progresso que era para se desejar [1].

As contrariedades e os malogros não faziam porêm desanimar o abalisado reformador, que não só continuou a favorecer os empreendimentos indústriais com sabias providencias legislativas, mas, seguindo a escola de Colbert, auxiliava os fabricantes nacionais, e ainda os estrangeiros estabelecidos no paiz, com emprestimos gratuitos, habilitando-os assim a fabricar productos, que em qualidade e em preço competissem com os de fóra [2].

Convem advertir que o Marquez de Clermont d'Amboise (que substituiu em março de 1769 M. Simonin, tendo a categoria de Ministro), no seu oficio de 31 de outubro dêste ano trata do progresso, que naquele tempo já havia feito em Portugal o fabrico dos panos e outros lanificios, declarando que o zêlo ardente do Conde de Oeiras por tudo o que dizia respeito aos interesses da sua patria e à gloria de El-Rei seu Amo, lhe tinha feito conceber a ideia de tirar do esquecimento os estabelecimentos indústriais, aos quais dera um novo impulso com os Editos de 11 de agosto e 7 de novembro de 1766 [3].

Dissemos que o Marquez de Pombal, seguindo a escola de Colbert, auxiliava os fabricantes nacionais, e ainda os estrangeiros estabelecidos no paiz, com emprestimos gratuitos.

Apoiamos a nossa opinião também no que sobre o assunto se lê nas *Memorias do Marquez de Pombal,* por John Smith, traduzidas por J. M. da Fonseca e Castro, pag. 277,

---

[1] Visconde de Santarêm, *ob. cit.*, pag. 348.

[2] Veja-se o cap. II do vol. V da *História de Portugal* do dr. Henrique Schaefer, na parte que se intitula—Indústrias, Manufacturas e Fabricas.

[3] Visconde de Santarêm, *ob. cit.*, pag. 386.

onde o autor trata de domonstrar os esforços ampregados pelo insigne estadista para fazer recrescer a prosperidade do reino.

Pombal auxiliava e protegia os começos das artes fabris em Portugal, mas não esquecendo os elevados conceitos de verdadeiro economista; a sua proteção aos fabricantes nacionais não excluia os competidores estrangeiros, para não obrigar a nação inteira a pagar as manufacturas por um preço superior aquele que elas custariam sendo importadas. Os emprestimos eram feitos judiciosamente aos artistas, que se sentiam com saber para fabricar artigos nas desejadas condições de qualidade e de barateza.

Para êstes emprestimos não se atendia á nacionalidade do artista: assim numa lista de quantias abonadas pelo Erario a diferentes fabricas, a que teve maior emprestimo (32:000$000 réis) foi a da Marinha Grande, do inglês Guilherme Stephens [1].

Os inteligentes esforços do Marquez de Pombal foram coroados de notabilissimo e feliz exito, que recebeu solene comprovação na celebre feira de Oeiras.

El-Rei D. José, para ir tomar os banhos do Estoril, então já excelentemente afamados na cura de paralisias, reumatismos e convulsões, foi residir no palacio de Oeiras, nos dois verões de 1775 e 1776. O Marquez de Pombal querendo festejar com grande luzimento a muito subida honra, que el-Rei lhe dispensava e a Oeiras, resolveu oferecer a Sua Magestade um espectáculo, que servisse simultâneamente para os seguintes tres importantes fins:

1.º dar ao Soberano o regosijo de assim vêr, num qua-

---

[1] *Memoria do Marquez de Pombal,* por John Smith, tradução de Fonseca e Castro, pag. 279.

dro de indiscutivel exactidão, o resultado das providencias sabiamente decretadas no seu reinado;

2.º demonstrar praticamente os progressos que tinha feito Portugal, e os recursos da sua indústria;

3.º contrariar, com argumentos convincentes da prosperidade do paiz, as acusações caluniosas propaladas contra êle Marquez de Pombal.

Para a realização dêste pensamento de tão elevado alcance, ordenou que se fizesse na vila de Oeiras, em 1776, uma grande feira á qual concorresse todo o genero de indústrias portuguesas, e mandou expedir circulares às autoridades das provincias, *determinando que fossem intimados todos os donos de fabricas para que viessem ali armar barracas, em logar designado, e nellas exposessem á venda os diversos productos da sua industria.*

Nenhum dos indústriais deixou de cumprir a intimação. As barracas encheram-se de objetos unicamente de fabrico nacional.

Durante tres dias consecutivos a Côrte e todo o Corpo diplomatico visitaram a feira, fazendo aquisição de muitos objectos e fazendas; ao convite do ministro concorreram também os altos funcionarios e as pessoas de notoriedade em Lisboa, que para o lisongear fizeram egualmente avultadas compras.

Era bem justificado o orgulho do Marquez de Pombal, assistindo a este surpreendente resultado da sua grande obra do desenvolvimento e da creação da nossa indústria, resultado que tornava Portugal independente das nações até então exclusivamente productoras de lanificios, sedas, panos, chapeus, etc., entre as quais a Inglaterra tinha o primeiro lugar.

Fechamos as considerações que acabamos de expor com a seguinte importantissima conclusão:

Em Oeiras realizou-se a primeira exposição industrial, que houve em Portugal e em toda a Europa.

As mais notaveis e opulentas cidades do mundo muito desejariam poder inscrever, nos fastos da sua história, este glorioso acontecimento económico.

Em apoio do que levamos dito, citaremos que, no *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve,* par Adrien Balbi, edic. de 1822, tomo II, pag. 181, na descrição de Oeiras e do palacio do Marquez de Pombal, se lê o seguinte [1]:

«Indo o Rei D. José, em 1775 e 1776, habitar o palacio de Oeiras, para fazer uso das aguas do Estoril, o Marquez de Pombal aproveitou a occasião de uma feira, que devia realizar-se na villa, para ostentar aos olhos do Soberano os progressos que, durante o seu reinado, conseguira a indústria nacional; pelo que, as barracas só continham artefactos portugueses, e a Côrte percorreu tres dias a dita feira, adquirindo muitos objectos; a nobreza fez o mesmo com o fim de lisongear o omnipotente ministro. *Foi esta a primeira exposição industrial celebrada na Europa*».

O muito erudito e ilustre dr. Schaefer, perfilhando a asserção de Balbi escreveu no cap. II do vol. V da sua *Historia de Portugal:*

A feira de Oeiras, em 1776, foi a primeira exposição de artigos industriaes, que se realizou na Europa.

---

[1] Le roi Joseph, en 1775 et 1776, venant habiter la maison d'Oeiras pour faire usage des eaux d'Estoril, le marquis de Pombal saisit l'occasion d'une foire qui devait se tenir au village, pour développer sous les yeux du souverain les progrés que l'industrie nationale avait fait sous son regne: aussi les boutiques n'étaient pleines que des objects fabriqués en Portugal, et la cour parcourut cette foire pendant trois jours, y acheta beaucoups d'objets, et les courtisants en firent de même pour flatter le ministre tout puissant.

C'est la première exposition des produits de l'industrie qui ait eu lieu en Europe.

No *Diccionorio abreviado de Chorographia, Topographia e Archeologia das Cidades, Villas e Aldeias de Portugal,* por J. Avelino d'Almeida, lê-se:

«A Côrte, o Corpo diplomatico, os Consules e Funccionarios publicos, convidados pelo Ministro, e Lisboa em pêso, levada de curiosidade, foram vêr e examinar, cheios de admiração, o prodigioso desenvolvimento da nossa industria na immensa variedade de producções, e no singular aperfeiçoamento de muitas dellas».

«*Aquella feira será um eterno brazão para a villa de Oeiras*».

Parece-nos oportuno referir ainda em favor da brilhante iniciativa do Marquez de Pombal, na segunda metade do seculo XVIII, não só havia ainda pouco conhecimento de fabricas, mas era tida em grande desprezo a profissão de fabricante. Julgava-se alêm disto que os estabelecimentos fabris não podiam vingar no nosso paiz, ideia que os estrangeiros, estabelecidos entre nós, sugeriam e propalavam a bem dos seus interesses.

Pessoas que ocupavam elevados cargos participavam tambêm desta opinião. Jacome Ratton conta nas suas *Recordações,* que tendo requerido em 1764 um privilegio para estabelecer uma fabrica de estamparia de chitas, o Conselheiro José Francisco da Cruz, primeiro tesoureiro-mór do Erario, que era seu amigo, não lh'o concedeu... *para o salvar da ruina em que ia precipitar-se.*

Supomos ter demonstrado sucinta mas claramente, que pertence a Oeiras a honra de se ter ali realizado a primeira exposição industrial que houve na Europa.

Marquês de Avila e de Bolama.

As primeiras narrativas do descobrimento do Brasil

A narrativa, escrita em lingua portuguesa, do descobrimento do Brasil, apareceu, pela primeira vez, quasi simultâneamente em dois escritores, que tão notavelmente se ocuparam das nossas emprezas maritimas — Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros.

Fernão Lopes partiu para a India com seu pai em 1528, e ali se entregou ao estudo e averiguação dos feitos praticados no Oriente pelos seus compatriotas. Examinados directamente, pelos proprios olhos, os lugares mais celebres que foram teatro do nosso heroismo, enriquecido com o conhecimento do que vira e ouvira, Castanheda, quando regressou à patria, pôs em ordem os seus apontamentos, ampliou-os e corrigiu-os em face de novas informações, deu-lhes a redacção definitiva e, finalmente, em 1551, deu à estampa em Coímbra o primeiro livro da *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses.*

Nesta obra, referindo-se à armada de Pedro Alvares Cabral, dá conta, ainda que bastante concisamente, do descobrimento do Brasil.

A *Asia* de João de Barros, o eminente historiador, que tanta fama gosou em seu tempo e que ainda hoje é apreciada com merecida justiça, apareceu á luz em Lisboa em 1552. Barros não percorreu as remotas paragens do nosso dominio oriental e apenas esteve na Mina, mas, em compensação, adquiriu largos conhecimentos geográficos, não só pelo estudo proprio, mas pelo contacto intimo com os armadores e mareantes, que freqùentavam a Casa da India. Pelo importante cargo oficial que nela desempenhava, o ilustre escritor estava ao corrente, dia a dia, de tudo o que se passava nas nossas navegações e conquistas. O arquivo daquele estabelecimento devia ser im-

portantissimo, pois ali devia estar registado todo o movimento das nossas armadas, os relatorios dos capitães, os roteiros dos pilotos, os regimentos que uns e outros levavam. Nesta mesma casa havia uma oficina especial, onde se fabricavam instrumentos nauticos, pomas e cartas de marear. Com todos êstes elementos, com a sua elevada e até inventiva inteligencia, com o seu desejo de saber e instruir-se, João de Barros tinha obrigação de ser um historiador de primeira ordem e, se não correspondeu a êste ideal, a culpa não foi inteiramente sua, mas sim das ideias predominantes da época. A imitação do classico atuava sôbre todos os espiritos e Barros, procurando imitar Tito Livio, perdeu em aformosentar retoricamente as suas *Decadas,* quando poderia ter ganho se se limitasse mais á simples exposição dos factos. Êle poderia ter penetrado mais profundamente na intimidade dos acontecimentos e dos homens, fazendo desaparecer muitas duvidas, que hoje se apresentam inexplicaveis aos nossos olhos.

O descobrimento do Brasil não ocupa largo espaço nas *Decadas* de Barros, quando é certo que teriamos direito a exigir mais ampla narrativa, sôbretudo atendendo a êle ter sido um dos donatarios, pelos quais D. João III repartiu as capitanias da Provincia de Santa Cruz. Há todavia uma circunstância que o releva de toda a culpa que neste caso se lhe pudera atribuir. Para outra obra especial reservava a minuciosa e larga descrição, como êle proprio o confessa no capitulo II do Livro quinto da sua primeira *Decada* quando diz:

«E por que em a quarta parte da escriptura da nossa conquista, a qual como no principio dissemos se chama Sancta Cruz, e o principio della começa neste descobrimento: lá fazemos mais particular mençam desta chegada de Pedraluarez e assi do sitio e cousas da terra».

Na mesma *Decada,* no 1.º capitulo do 6.º livro, em que se trata de defender os direitos de soberania da corôa de

Portugal nos seus vastos dominios ultramarinos, refere-se ainda Barros á sua descrição do Brasil por esta forma:

«... e assy na prouincia de Sancta Cruz occidental a estas: a qual ao presente elRey dom Joam o terceiro nosso Senhor repartio em doze capitanias dadas de juro e herdade as pessoas que as tem como particularmente escreuemos em a nossa parte intitulada Sancta Cruz».

Infelizmente esta obra que deveria ser um riquissimo repositorio de informações geograficas e etnograficas e até, sem duvida, de história natural, não chegou até nós ou se existe, ignora-se de todo o seu paradouro.

Apesar da *Decada 1.ª* ter saído alguns meses depois da *Historia da India,* é certo que João de Barros não se aproveitou, nem podia aproveitar-se, de Castanheda, guiando-se um e outro por algumas narrativas particulares e manuscritas, que já circulassem, ou pelos documentos que puderam examinar. Está hoje averiguado que Castanheda se serviu, para a descrição da primeira viagem de Vasco da Gama, do Roteiro que se conservava na livraria do mosteiro de Santa Cruz de Coímbra e que Diogo Kopke deu à publicidade, no Porto, em 1838.

Damião de Goes, para a Composição da sua *Chronica de D. Manuel,* teria presentes não só as obras de Castanheda e de Barros, mas quaisquer outros manuscritos, pois fornece alguns pormenores, extranhos á curiosidade daqueles autores.

Gaspar Correia foi contemporaneo de Castanheda, andando, como êle, nas partes da India, onde todavia o precedeu. A narrativa do autor das *Lendas da India,* no tocante ao descobrimento do Brasil, é das mais curtas e das mais falhas. Gaspar Correia, no meu entender, precisa ser lido com todo o cuidado em tudo o que diz respeito aos primeiros anos do descobrimento da India. Êle só merece absoluta confiança e só começa a ser verdadeiramente Gaspar Correia quando narra os feitos em que tomou

parte, de que foi testimunha ou que ouviu da boca dos seus companheiros e contemporaneos.

Passemos agora em breve revista os pontos em que se acham de acôrdo ou em discordancia as narrativas apontadas.

Emquanto ao número dos navios, que compunham a armada de Pedro Alvares Cabral, há unanimidade completa: todos indicam treze. Sem darem os nomes dos navios, relacionam contudo os nomes dos commandantes, que são os mesmos em Castanheda, Barros e Goes, que os inscrevem, respectivamente, pela seguinte maneira:

Castanheda

Pedro Alvares Cabral, capitão mór.
Sancho de Thoar, q̃ ya na sua subcessam.
Nicolao Coelho.
Aires Gomez da Silva.
Simão de Miranda d'Azevedo.
Vasco d'Ataide.
Pero d'Ataide.
Simão de Pina.
Nuno Leytão,
Bertolameu Diaz.
Diogo Dias, irmão do anterior.
Gaspar de Lemos.
Luys Pirez.

Barros

Pedro Alvarez Cabral, capitã mór.
Sancho de Toar, filho de Martim Fernãdez de Toar.
Simão de Miranda, filho de Diogo d'Azevedo.
Aires Gomez da Silva, filho de Pires da Silva.
Vasco de Taide e Pero de Taide d'Alcunha Inferno.
Nicolao Coelho, que fôra com Vasco da Gamma.

Bartholomeu Diaz o q̃ descobrio o Cabo de Boa Esperança, e seu irmão Pero Dias.
Nuno Leitam.
Gaspar de Lemos.
Luis Pirez e Simão de Pina.

Damião de Goes

Capitania Pedro Alvares Cabral.
Sancho de Thoar, sota-capitão.
Simão de Miranda.
Aires Gomes da Silva.
Nicolao Coelho.
Nuno Leitão.
Vasco d'Ataide.
Bartholomeu Diaz, q̃ descobrio o Cabo de Boa Esperança.
Pero Diaz, seu irmão.
Gaspar de Lemos.
Luiz Pirez.
Simão de Pina.
Pero d'Ataide, o inferno, d'alcunha.

Gaspar Correia

Capitães

Sancho de Toar, fidalgo castelhano.
Simão de Miranda d'Azevedo.
Braz Matoso.
Vasco d'Ataide.
Nuno Leitão da Cunha.
Symão de Pina.
Nicolao Coelho.
Pedro de Figueiró.
Bertholameu Diaz.
Diogo Diaz, seo irmão.

Navios pequenos { Luiz Pires.
Gaspar de Lemos.
André Gonçalves, mestre que viera com Dom Vasco.

Simão de Miranda de Azevedo era capitão da nau capitania e ia para capitão mór, na successão de Pedro Alvares Cabral.

Como se vê, Gaspar Correia aparta-se sensivelmente dos outros historiadores, dando por sucessor do capitão mór, não a Sancho de Toar, mas sim a Simão de Miranda de Azevedo. Aparecem tambêm, entre os capitães, nomes novos, como os de Braz Matoso e Pedro de Figueiró. Emquanto ao dia da partida de Lisboa, uma segunda feira, 9 de março de 1500, tambêm não há discrepancia, autenticando Caminha esta data na sua carta. Gaspar Correia erra consideravelmente, colocando-a em 25 de março, dia de Nossa Senhora.

Castanheda e com êle Goes, estão conformes com Caminha no tocante á chegada da armada á vista das Canarias e das Ilhas de Cabo Verde. Barros só fala nestas últimas, dizendo que foram vistas treze dias depois da partida, isto é, a 22, o que é exacto. Gaspar Correia refere-se vagamente ás *Terceiras*. Emquanto ao navio que desapareceu nestas paragens e que arribou a Lisboa, é que há desencontro. Castanheda, Barros e Goes dizem que fôra a caravela de Luiz Pires; Caminha a nau de Vasco de Ataide; Gaspar Correia a de Pedro de Figueiró.

Emquanto ao rumo que seguiu a armada depois dêste último facto e quais os motivos que a desviaram de proseguir o seu caminho em direitura á India, são muito laconicos e pouco explicitos todos os narradores. Castanheda não se demora um instante sequer em dar a menor explicação. Diz êle:

«Desaparecida a carauela de Luis pirez esperou Pedraluez Cabral por ela dous dias, e aos vinte quatro Dabril

que foy derradeyra oytaua da Pascoa foy vista terra, e que era outra costa oposta á de Africa...».

Goes permite-se igual concisão: «... e aos vintadous com vento prospero passou pela ilha de Sanctiago, auante da qual se apartou da frota com tormenta a nau, de que era capitam Luis Pires, que arribou a Lisboa desbaratada, per cujo respeito andou Pedraluez Cabral ao pairo com toda a armada dous dias, mas vendo que não aparecia, seguio sua viagem e nauegando a loeste aos xxiiij do mes Dabril viram terra...».

João de Barros amplia um pouco, dando a entender que o descobrimento da nova costa, fronteira à de Africa, fôra devido a Cabral se ter metido muito ao mar. Escreve o eminente historiador:

«Junta a frota depois que passou o temporal, por fogir da terra de Guiné onde as calmarias lhe podiã empedir seu caminho: empêgouse muito no mar por lhe ficar seguro poder dobrar o Cabo de Boa Esperança. E auendo já hũ mes que ya naquella gram volta, quando veo â segunda octaua da Pascoa que erão vinte quatro de Abril, foy dar em outra costa de terra firme...».

Êste trecho de João de Barros afasta completamente a ideia emitida por Gandavo e reeditada por Pedro de Mariz, de que fosse a tempestade que levasse Cabral involuntariamente às terras de Santa Cruz, porquanto foi depois que passou o temporal que Pedro Alvares juntou as naus e se engolfou no mar.

A êste proposito convem citar a opinião, que ainda não vimos citada, do auctor do *Tratado dos diversos e desvairados caminhos,* publicado póstumo em 1563. Diz Galvão, com referência ao ano de 1500: «No anno de 1500 e entrada de março, partio Pedraluarez Cabral com treze velas com regimento que se afastasse da costa d'Africa, para encurtar a via. E tendo hũa nao perdida em sua busca perdeo a derrota, e indo fora della, toparã sinaes

da terra, por onde o capitão môr foy em sua busca tantos dias, q'os d'armada lhe requereram que deixasse aquella porfia; mas ao outro dia virão aa costa do Brasil».

Há aqui uma circunstância nova, cujo fundamento histórico ignoro, e vem a ser a resistência que os companheiros de Cabral lhe opuseram no seguimento da nova róta. Convem igualmente evidenciar a particularidade de que o chefe da armada levava ordem, pelo seu Regimento, de se afastar da costa de Africa.

Gaspar Correia é tão obscuro como escasso no seu commentário. Depois de narrar o que se passou com a nau de Pero de Figueiró, que desaparecera e que o capitão mór se obstinava em esperar, diz que o piloto lhe observára que não perdesse caminho, pois se a nau não tivesse sofrido desastre, teria passado avante e haviam de a encontrar. O capitão acedeu e *assi forão seu caminho, que logo veo bom vento, correndo quanto podião pera balrauento, com que correrão passante de hum mez.*

Um reparo essencial se deve aqui fazer. Dizendo todos que a nau de Luiz Pires se apartára por fôrça do temporal, só Caminha é de opinião inteiramente contraria. Diz êle: «e a noute seguinte aa segunda feira lhe amanheçeo se perdeo da frota Vaasco datayde com a sua naao *sem hy auer tempo forte nem contrairo pera poder seer*».

Caminha não é mais expansivo que qualquer dos outros e ainda parece mais remisso ou mais segredeiro em contar o que se passou. A sua penna transmite-nos sómente esta singela frase: «E asy seguimos nosso caminho per este mar de lomgo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxi dias dabril que topamos alguũs synaaes de tera....». Dir-se-hia que para elle tão notavel acontecimento era a coisa mais natural e comesinha deste mundo.

O laconismo que se observa em todos os escritores com relação a êste ponto é na verdade surpreendente, e custa a crer como todos pendessem para uma reserva, que pa-

rece propositada. Tal reserva nem pelas conveniencias politicas se explica, pois a carta de Caminha era particular e Castanheda e Barros escreviam 50 anos depois do sucesso, quando já não havia motivo para desinteligencias entre Portugal e Espanha. Por um lado o silencio de Caminha e dos outros escritores poder-se hia tomar como prova de que o descobrimento não fôra casual, mas sim premeditado, e tão premeditado, que não causára a menor surpresa. Por outro lado, porêm, se tivesse havido similhante premeditação, parece que devia manifestar-se expansivamente a alegria do desejo satisfeito e da esperança convertida em realidade.

Vejamos agora o dia em que está registado o apparecimento da nova terra. Castanheda assignala-o a 24 de abril, derradeira oitava da Pascoa. Goes e Barros a mesma coisa. Gaspar Correia, pouco positivo, fala num domingo. Caminha, mais circumstânciado e como quem observou as coisas com os proprios olhos, declara que no dia 21 começaram a sentir signais de terra e que no dia seguinte, uma quarta feira, às horas de vespera, houveram vista de um monte a que Pedro Alvares pôs o nome de Monte Pascoal. No dia 23 foi a primeira ancoragem, mas como ela não oferecesse segurança, abandonaram-na, correndo ao longo da costa em busca de outra. Foi no dia 24, uma sexta feira, que entraram em Porto Seguro. Daqui se vê que os historiadores sintetisaram num só dia e num só facto o que Caminha pormenorisa em quatro.

Duas foram as solenidades religiosas que Pedro Alvares Cabral celebrou durante os dias que estacionou na terra que descobrira — a missa cantada, em domingo de Paschoela, por frei Henrique, e a erecção, no primeiro de maio, da cruz de madeira, que era ao mesmo tempo insignia da fé e padrão de conquista.

Castanheda designa a Pascoela para o dia da missa mas não especifica o do levantamento da cruz. Barros diz

que a missa foi em dia de Paschoa e o segundo acto religioso no dia trez. Tanto Barros como Castanheda dão a saída de Cabral para a India no dia trez; Goes no dia dois.

O navio que Cabral mandou ao reino com a nova do descobrimento foi o de Gaspar de Lemos, segundo Castanheda, Barros e Goes. Gaspar Correia diz que fôra o de André Gonçalves, o qual, pela recomendação que lhe fez o capitão mór, veio observando detidamente a costa e do seu exame deu minuciosas informações a D. Manuel, pelo que êste ficou muito satisfeito e o mandou dentro em pouco com nova expedição ao Brasil. Esta circumstância, a autenticar-se, seria de grande valor para a história das primeiras viagens exploradoras da America portuguesa.

Goes é um dos que mais individualizam a descrição do Brasil no tocante aos costumes e produções naturais, citando alguns factos, que teve ensejo de observar por seus proprios olhos, quando andava, muito juvenil aínda, na côrte de D. Manuel. Assim a scena que presenciou em 1513, quando el-rei estava em Santos o Velho e lhe foram apresentados por Jorge Lopes Bixorda, contratador do pau-brasil, trez indigenas daquela terra, grandes frecheiros, que ali deram mostras da sua pericia de atiradores.

Apoiando-se em Castanheda, Goes descreve-nos um peixe fenomenal que o mar lançára à praia, na ocasião em que nela estavam os companheiros de Cabral. Caminha não alude a êste facto e apenas se refere a um tubarão monstro, morto por Bartolomeu Dias. Êstes monstros maritimos eram sem duvida lendarios e Gandavo tambêm se faz echo de uma dessas lendas.

Pelo rapido cotejo que fiz se evidencia que os primeiros narradores do descobrimento do Brasil não tiveram em sua mão a preciosa carta de Caminha, servindo-se de outros documentos, que talvez já fossem elaborados um pouco posteriormente. As discordancias, no tocante às coi-

sas essenciais, não são muito sensiveis, mas a carta de Caminha tem todo o direito a ficar em primeiro logar, devendo o seu testemunho prevalecer sôbre qualquer outro. Isto não quer dizer que se não possam aceitar confiadamente quaisquer pormenores omitidos pelo celebrado epistológrafo. Um estudo atentissimo da chancelaria de D. Manuel e dos papéis da época, que se conservam na Torre do Tombo, deve servir para confirmar ou envalidar a autenticidade de certos factos, sôbretudo no que respeita aos individuos que acompanharam Cabral na sua viagem.

7-2-902.

Sousa Viterbo.

Subsidios para a historia das sciencias naturaes em Portugal

O Museu da Ajuda e a invasão francesa

Nota previa apresentada á Academia das Sciencias de Lisboa, em sessão de 6 de junho de 1911

Da invasão de Junot — 1808 — faz-se datar, no conhenhecimento geral, a perda de uns milhares de exemplares, alguns raros e de bastante interesse scientifico, entre mamiferos, aves, reptis, crustáceos, conchas, mineraes e herbarios, que foram enriquecer o Museu de Paris e sabe-se que foi o professor deste estabelecimento, Etienne Geoffroy Saint-Hilaire o encarregado de vir a Lisboa escolher os objectos mais convenientes para completar as colecções francesas, ao tempo consideravelmente escassas de produtos da America do Sul.

Consta porém de documentos e relações inéditas, conservadas nos arquivos do Museu Bocage (secção zoologica do Museu da Escola Polytechnica), que já antes da entrada de Junot haviam sido remettidos para França numerosos exemplares do Museu Real da Ajuda, os quaes constam de varias listas feitas sob a inspecção do dr. Vandelli, ao tempo director do Museu, e com a declaração de terem sido enviadas *por ordem regia* ao general Lannes, embaixador da Republica Francesa, em 1803.

Dessas relações e listas se vê que esses productos foram retirados das colecções recebidas do Brasil, provavelmente da exploração do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, primeiro explorador português naturalista, que durante os annos de 1783 a 1793, percorreu grande parte daquella prospera colonia, fazendo investigações de ordem geographica, zoologica, botanica, mineralogica, ethnographica, ocupando-se ainda de outros assuntos scientificos e questões de interesse politico e administrativo, exercendo tambem a medicina e outras funcções tecnicas, que foram pouco depois olvidadas, restando á historia que ha de fazer-se o encargo de pôr de novo em evidencia e fazer justiça a essa grande figura historica dos seculos que passaram.

Os exemplares em questão foram entregues em diferentes datas, a partir de 19 de agosto de 1803, até 7 de maio de 1804, portanto 4 a 5 annos antes que a invasão francesa viesse desapossar-nos de uma grande parte desse thesouro historico-natural.

Em successivas remessas foram pois, conforme os documentos que temos presentes, enviadas até esta ultima data, 126 aves, 2:185 conchas, ao todo 2:311 exemplares, aos quaes ha a acrescentar os minerios de ouro, cuja nota, encontrada tambem entre aquelas listas, fizemos photographar e que tem a data de 19 de agosto de 1803 (vid. zincogravura junta, com a assignatura de Vandelli).

Se tirou p.ª M.eu Lasnes
Minas de ouro
Folheta — peso ~~[illegible]~~ oitavas 12 ½ e gr. 18
Outra importa — 6$925. q.ª consta da conta da Casa da Moeda.
Pyrites auriferas.
Quatro pequenas pedras com ouro.
Pedra de pedra com ouro dendritico.
Cristalização com algum ouro
Ouro preto huma onça
— cristalizado meia onça.
— em pó — meia onça
em pó — duas oitavas
— — — duas oitavas
— — meia oitava
Rio 19 de Ag.º de 1803 recebi as indicadas amostras. Domingos Vandelli

Este documento diz assim:

Relação dos mineraes que deste Real Museu se remetteram ao General Lannes, Embaixador da Republica Francesa, em 19 de agosto de 1803:

4 pedras pequenas com ouro;
1 pedra com ouro dendritico;
1 cristallização com algum ouro;
1 pyrites auripera;
1 folheta de ouro com o peso de 12 e meio oitavas e 18 grãos;
1 dito com o valor de 6$925, segundo a carta junta da Casa da Moeda;
Ouro preto, 1 onça;
» cristallizado, meia onça;

Ouro em pó, meia onça;
» em pó, 2 oitavas;
» em pó, 2 oit.;
» em pó, meia oit.

Aos 19 de Agº de 1803 receby as indicadas amostras. — *Domingos Vandelli.*

Na relação das aves figuram as seguintes com os seus nomes vulgares e indigenas [1].

Tantalus Ruber (Soarazes)	3
Bamphastos (Arasaris-póca)	2
Rallus (Saracura do Mato)	1
Fulica maritima (Frango de agua rôxo)	1
Crotophaga (Aui)	1
Columbia (Pomba Jaruty)	1
Columbia minuta (Pomba Rola)	1
Alcedo (Martinxé)	1
Lanius sulphuratus (Bentevis)	2
Picus (de crista vermelha)	1
Picus (de crista amarella)	2
Corvus (Pavó)	1
Bucco (Bigode)	1
Bucco Sacurá (Doutor)	1
Merops (Vira folha)	1
Oriolus Hamorrhous (Goaxá)	1
Turdus olivaceus (sabia da larangeira)	1
Cueulus Nœvius (Sasy)	1
Psittacus (periquito pequeno)	1
Psittacus (Chama Coelho)	1
Pipra (Sais papagaio)	4
Tanagra Brasilia (Sahi rôxo)	2
	31

[1] Damos inclusa esta lista com os nomes zoologicos e vulgares

Uma observação apensa a esta lista diz que estas 31 aves se tiraram dos dois armarios grandes que vieram do Rio de Janeiro e se receberam no dia 17 de junho de 1803.

A estas 31 seguiram-se outras e outras, por diferentes vezes, perfazendo a conta das 126 mencionadas na totalidade.

Revela mais outra nota que as aves se achavam acondicionadas em grandes armarios envidraçados, com arvores dentro, onde provavelmente aqueles e outros exemplares da avrifauna esplendida do Brasil fingiam estar empoleirados e assim maravilhavam talvez o publico que concorria a visitar a exposição, que já nessa época, um tanto recuada, se fazia em determinados dias.

Estes documentos contribuem pois para esclarecer um facto historico que se prende intimamente com a vida do nosso primeiro estabelecimento de Historia Natural e mostram até certo ponto o seu engrandecimento de outros tempos e uma das primeiras causas da sua decadencia na época seguinte.

J. Bethencourt Ferreira

Naturalista do Museu Bocage, Socio da Academia, etc., etc

---

tal qual como a encontramos nos mencionados documentos, por nos parecer curiosa e ao mesmo tempo revelar parte da representação dessa passada riqueza em productos do reino animal, procedentes do Brasil, muitos dos quaes eram desconhecidos ainda no começo do seculo passado, ou mal estudados.

Sonetos de Camões

Nova edição, com texto e notas, cuidadosamente estudada e contendo só destes poemas a que logicamente se podem attribuir ao poeta.

(Continuação de pag. 640 do vol. IV)

CXLI

Na desesperação já repousava
O peito longamente magoado,
E, com seu damno eterno concertado,
Já não temia, já não desejava.

Quando uma sombra vãa me assegurava
Que algum bem me podia estar guardado
Em tão formosa imagem, que o traslado
N'alma ficou, que nella se enlevava.

Que credito que dá tão facilmente
O coração áquillo que deseja,
Quando lhe esquece o fero seu destino!

Ah! deixem-me enganar, que eu sou contente;
Que posto que maior meu damno seja,
Fica-me a gloria já do que imagino.

Que em vez de *pois,* no penultimo verso, vem na edição de 1616.

CXLII

Diversos dons reparte o céo benino
E ordena a cada qual que um só possua;
Assim ornou de casto peito a Lua,
Que o primeiro orbe illustra crystallino;

De graça a Mãe formosa do Menino
Que nessa vista tem perdido a sua;
Pallas de discrição não mór que a tua,
Do valor Juno, só de imperio dino.

Mas em ti junto o mesmo céo derrama
Agora o mais que tinha; e foi o menos
Em respeito do Autor da natureza;

Que a seu pezar te dão, formosa dama,
Diana honestidade e graça Venus,
Pallas o aviso seu, Juno a nobreza.

O segundo verso, com esta variante, fica correcto e é muito preferivel ao de Juromenha, como tambem ao da edição de 1616, que não faz sentido. Dessa ultima edição extrahimos o terceiro verso, o oitavo, e os dois ultimos. Quanto ao septimo, preferimos *não mór que a tua* ao cacóphato alli introduzido, *que imite a tua*, por nos parecer intoleravel.

A inversão de palavras entre o nono e o decimo versos pareceo-nos tambem necessaria.

CXLIII

Gentil senhora, se a Fortuna imiga,
Que contra mim com todo o céo conspira,
Os olhos meus de ver os vossos tira
Porque em mais graves casos me persiga,

Comigo levo esta alma, que se obriga
Na mór pressa do mar, do fogo e da ira,
A dar-vos a memoria, que suspira
Só por fazer comvosco eterna liga.

Nesta alma, onde a Fortuna pode pouco,
Tão viva vos terei, que frio e fome
Vos não possam tirar, nem mais perigos.

Antes, com som de voz, trémulo e rouco
Por vós chamando, só com vosso nome
Farei fugir os ventos e os imigos.

No sexto verso, julgamos que deve ler-se *da ira*, e não *d'ira*.

CXLIV

Que modo tão subtil da natureza,
Para fugir ao mundo e seus enganos,
Permitte que se esconda, em tenros annos,
Debaixo de um burel tanta belleza!

Mas não pode esconder-se aquella alteza
E gravidade de olhos soberanos,
A cujo resplandor entre os humanos
Resistencia não sinto ou fortaleza.

Quem quer livre ficar de dôr e pena,
Já vendo-a, já trazendo-a na memoria,
Na mesma razão sua se condemna;

Pois quem mereceo ver tamanha gloria,
Captivo ha de ficar; e Amor ordena
Que de juro tenha ella esta victoria.

Não concordamos com Juromenha na ponctuação da primeira quadra, e seguimos aqui de preferencia a versão de Rodrigues, que é a mais logica. O segundo verso do primeiro terceto não pode deixar de ler-se tal como aqui o reproduzimos, intervertendo simplesmente a ordem das duas primeiras palavras. Para o segundo terceto, é a nossa versão, attenta a ausencia de textos authenticos a mais verosimil.

CXLV

Quando se vir com agua o fogo arder,
Juntar-se ao claro dia a noite escura,
E a terra collocada n'essa altura
Eu que se vêem os Céos prevalecer;

Quando Amor á Razão obedecer
E em todos fôr egual nossa ventura,
Deixarei eu de ver tal formosura,
E de a amar deixarei, depois de a ver.

Porém não sendo vista esta mudança
No mundo, como emfim não pode ver-se,
Ninguem mudar-me queira de querer-vos;

Que basta estar em vós minha esperança
De ganhar-se a minha alma onde perder-se,
Para dos olhos mais nunca perder-vos.

Para o terceiro e quarto versos, bem como para o sexto, inclinámo-nos mais, na nossa versão, para a da edição de 1668; e seguimo-la no duodécimo, mas não no decimo terceiro, que com a nossa variante é mais plausivel, adoptando, para o ultimo, a de Juromenha.

CXLVI

Quando a suprema dôr muito me aperta,
Se digo que desejo esquecimento,
É força que se faz ao pensamento,
De que a ventade livre desconcerta.

E assim de erro tão grave me desperta
A luz do bem regido entendimento,
Mostrando ser engano ou fingimento
Dizer que em tal descanso mais se acerta.

Porque essa propria imagem, que na mente
Me representa o bem de que careço,
Faz-m'o de um certo modo ser presente.

Ditosa é logo a pena que padeço,
Pois que da causa d'ella em mim se sente
Um bem que, inda sem ver-vos, reconheço.

Observe-se, no septimo verso, que *mostrando* (em vez de *que mostra*) vem na edição de Rodrigues; mas em vez de *que é engano,* pusémos *ser engano*, forma esta de que ninguem contestará a superioridade, no caso sujeito.

CXLVII

Na margem de um ribeiro, que fendia
Com liquido crystal um verde prado,
O triste pastor Liso debruçado
Sobre o tronco de um freixo, assim dizia:

«Ah! Natercia cruel, quem te desvia
Esse cuidado tem do meu cuidado?
Se tanto hei de penar desenganado,
Enganado de ti viver queria.

Que foi daquella fé que tu me deste,
D'aquelle puro amor que me mostraste?
Quem tudo trocar poude tão asinha?

Quando esses olhos teus n'outro puzeste,
Como te não lembrou que me juraste,
Por toda a sua luz, que eras só minha?

CXLVIII

Se me vem tanta gloria só de olhar-te,
É pena desigual deixar de ver-te;
Se presumo com obras merecer-te,
Grã paga de um engano é desejar-te.

Se aspiro por quem és a celebrar-te,
Sei certo por quem sou que hei de offender-te;
Se mal me quero a mim por bem querer-te,
Que premio querer posso mais que amar-te?

Porque um tão raro amor não me socorre?
Oh! supremo thesouro! oh! doce gloria!
Ditoso quem á morte por ti corre!

Sempre escripta estarás n'esta memoria,
E esta alma viverá, pois por ti morre,
Porque ao fim da batalha está a victoria!

Supremo em vez de *humano,* evita o hiato desagradavel do decimo verso; como tambem, no ultimo, *está,* pelo mesmo motivo, deve ser preferido a *é.* São liberdades estas que tanto mais se podem tomar n'este soneto, quanto é certo que elle vinha cheio de incorrecções na edição de 1616 e até com os consoantes errados, e que foi Faria e Sousa que o melhorou e o *limpou*, segundo elle proprio confessa.

CXLIX

Sempre a razão vencida foi de amor;
Mas, porque assi o pedia o coração,
Quiz amor ser vencido de razão;
Ora, que caso pode haver maior?

Novo modo de morte e nova dôr!
Estranheza de grande admiração,
Que perde suas forças a affeição,
Porque não perca a pena o seu vigor.

Fraqueza, não a ha nunca no querer,
Mas antes muito mais se esforça assim
Um contrario com outro por vencer.

Mas a razão que a luta vence emfim,
Não creio que é razão, mas ha de ser
Inclinação que eu tenho contra mim.

O septimo verso pertence á edição de 1616, como tambem o decimo terceiro; quanto á phrase no nono, *nunca a houve,* é muito menos acceitavel que *não ha nunca,* e é forma que não julgamos admissivel, por dar um verso manco e inharmonico.

CL

Coitado, que em um tempo chóro e rio,
Espero e temo; quero e já aborreço!
Juntamente me alégro e me entristeço,
De uma causa confio e desconfio.

Sem azas vôo, e cego estando, guio;
Ou no que valho mais, menos mereço;
Fallo melhor até quando emmudeço;
Sem ter contradicção melhor porfio.

Possivel se me faz todo o impossivel,
Intento com mudar ficar-me quedo,
Usar de liberdade e ser captivo.

Queria visto ser, ser invisivel,
Desenredar-me, e mais assim me enredo;
Taes os extremos são em que ora vivo!

Todo este soneto appareceo erradissimo na primeira edição que d'elle foi feita em 1616, e já Faria e Sousa confessa tel-o emendado profundamente. A versão que d'elle aqui damos funda-se principalmente na edição primitiva, que é muito menos cahótica e desequilibrada que a que nos deo Juromenha, servindo-nos porém de transposições e de novas emendas tendentes a restituir equilibrio e harmonia a esta obra tão mutilada do nosso poeta.

CLI

Julga-me a gente toda por perdido,
Vendo-me tão entregue a meu cuidado,
Andar sempre dos homens apartado
E dos tratos humanos esquecido.

Mas eu, que tenho o mundo conhecido
E quasi que sobre elle ando dobrado,
Tenho por baixo, rustico e enganado
Quem não é com meu mal engrandecido.

Vá revolvendo a terra, o mar e o vento,
Honras busque e riquezas a outra gente,
Vencendo ferro, fogo, frio e calma;

Que eu, com humilde estado, me contento
De trazer esculpido eternamente
Vosso formoso gesto dentro n'alma.

O verso quarto é o da edição de 1616; o duodecimo approxima-se, na nossa versão, do da mesma edição, substituindo-se *só em* por *com*, forma mais natural e mais enphonica do que a primeira.

CLII

Olhos adonde o Céo, com luz mais pura
Quiz dar de seu poder claros signaes,
Se quizerdes ver bem quanto possaes,
Vêde-me a mim, que sou vossa feitura.

Pintada em mim vereis vossa figura
Mais clara que em purissimos crystaes,
Porque n'esta alma é certo que vejaes
Melhor que n'um crystal tal formosura.

De meu não quero mais que o meu desejo
(Se acaso por querer-vos mais mereço)
Porque o vosso poder em mim se asselle.

Do mundo outra memoria em mim não vejo;
Com lembrar-me de vós, d'elle me esqueço;
Triumphando vós de mim, triumpharei d'elle.

As formas que adoptámos para o primeiro, o quinto e sexto versos são com muito pouca differença, as do soneto que dá Juromenha sob o n.º CCC, o qual, não é, a bem dizer, senão uma variante d este. No ultimo verso, *Triumphando vós de mim* substitue-o *com triumphardes de mim*, geralmente admittido, mas bastante mais duro e menos harmonico.

CLIII

Creou já a natureza damas bellas,
Que foram de altos plectros celebradas:
D'ellas tomando as partes mais prezadas
A vós, senhora, fez do melhor d'ellas!

Ellas deante vós são as estrellas
Que ficam, com vos ver, logo eclipsadas;
Mas, quando têm por sol essas rosadas
Luzes de sol maior, felizes ellas!

Em perfeição, em graça, em gentileza,
Por um modo entre humanos peregrino,
A todo o bello excede essa belleza.

Oh! quem tivéra partes de divino,
Para vos merecer! Mas se pureza
De amor vale ante vós, de vós sou dino.

A primeira quadra fica mais correcta na forma em que a damos, e a mesma observação se póde applicar aos versos 7 e 9.

CLIV

Que esperais, esperança? — Desespéro.
— Quem d'isso a causa foi? — Uma mudança.
— Vós, vida, como estaes? — Sem esperança.
— Que dizeis, coração? — Que muito quero.

— Que sentís, alma, vós? — Que Amor é fero.
— E emfim, como viveis? — Sem confiança.
— Quem vos sustenta, logo? — Uma lembrança.
— E só nella esperaes? — Só n'ella espero.

— Em que podeis parar? — N'isto em que estou.
— E em que estaes vós? — Em acabar a vida.
— E tendel-o por bem? — Amor o quer.

— Quem vos obriga assim? — Saber quem sou.
— E quem sois? — Quem de todo está rendida.
— A quem rendida estais? — A um só querer.

CLV

Se como em tudo o mais fostes perfeita,
Fôreis de condição menos esquiva,
Fôra a minha fortuna mais altiva,
Fôra a sua altiveza mais sujeita.

Mas quando a vida a vossos pés se deita,
Porque não acceitaes, não quer que eu viva.
Ella propria de si já a mim me priva,
Que porque me engeitaes, tambem me engeita.

Se n'isso contradiz vossa vontade,
Mandae-lhe vós, senhora, que dê fim
A minha profundissima tristeza,

Pois ella não o faz por que piedade
Venha d'este meu mal, mas porque em mim
Possaes assim fartar vossa crueza.

Não o faz, no duodecimo verso, por *não o dá,* vem na edição de 1688, e é muito mais plausivel.

CLVI

Se alguma hora essa vista mais suave
Acaso a mim volveis, em um momento
Me sinto com um tal contentamento,
Que não temo que damno algum me aggrave.

Mas quando com desdem esquivo e grave
O bello rosto me mostraes isento,
Uma dôr provo tal, um tal tormento,
Que muito vem a ser que não me acabe.

Assi está minha vida ou minha morte
No volver d'esses olhos, pois podeis
Dar co'uma volta d'elles morte ou vida.

Ditoso eu, se o Céo quer, ou minha sorte,
Que ou vida, para darvol-a, me deis,
Ou morte, para haver morte querida!

CLVII

Tanto se foram, nympha, costumando
Meus olhos a chorar tua dureza,
Que vão passando já por natureza
O que por accidente iam passando.

No que ao somno se deve estou velando,
E venho a velar só minha tristeza;
O chôro não abranda esta aspereza
E meus olhos estão sempre chorando.

Assim de dôr em dôr, de mágoa em mágoa
Consumindo-se vão inutilmente,
E esta vida tambem vão consumindo.

Sobre o fogo de Amor inutil agua!
Pois eu em chôro estou continuamente
E do que vou chorando, te vás rindo.

Assim nova corrente
Levas de chôro em foro,
Porque de ver-te rir, de novo chóro.

É mais que provavel que o estribilho final não pertença a Camões, visto não figurar na edição de 1668, onde por primeira vez veio publicado este soneto.

CLVIII

Eu me apparto de vós, nymphas do Tejo,
Quando menos temia esta partida,
E, se a minha alma vae entristecida,
Nos olhos o vereis com que vos vejo.

Pequenas esperanças, mal sobejo,
Vontade que a razão leva vencida,
Presto verão o fim á triste vida,
Se vos não torno a ver como desejo.

Nunca a noite entretanto, nunca o dia
Verão partir de mim vossa lembrança;
Amor, que vae comigo, o certifica.

Por mais que no tornar haja tardança,
Me farão sempre triste companhia
As saudades do bem que em vós me fica.

O ultimo verso é, a nosso ver, preferivel com o artigo a preceder a palavra *saudades*.

CLIX

*V*encido está de amor *m*eu pensamento
O mais que pode ser, *v*encida a vida,
*S*ujeita a vos servir e *i*nstituida,
*O*fferecendo tudo *a* vosso intento.

*C*ontente d'este bem, *l*ouva o momento
*O*u a hora em que se vio *t*ão bem perdida,
*M*il vezes desejando, *a*ssim ferida,
*O*utra vez renovar *s*eu perdimento.

*C*om esta pretenção, *e*stá segura
A causa que me guia *n*'esta empreza,
*T*ão sobrenatural *h*onra e tão alta;

*J*urando não querer *o*utra ventura,
*V*otando só por vós *r*ara firmeza,
*O*u ser no vosso amor *a*chado em falta.

Somos de parecer que o sexto verso não pode passar sem o artigo, antes de *hora,* produzindo-se de outro o modo um hiato intoleravel, e precedendo além disso o artigo, no verso anterior, a palavra *momento.* Como o leitor notará, este soneto forma um acrostico ás palavras: *Vosso como cativo mui alta senhora*, mas não sendo o *s* dobrado na primeira. Não temos de modo algum a convicção de que este soneto seja de Camões, a pezar de Faria e Sousa o dar como tal.

A variante do undecimo verso é a que mais se concilia com o bom senso e a correcção do verso.

CLX

Divina companhia, que nos prados
Do claro Eurotas, ou no Olympo monte,
Ou sobre as margens da Catalia fonte,
Vossos estudos tendes mais sagrados;

Pois por destino dos immoveis fados
Quereis que em vosso numero me conte,
No eterno templo de Bellerophonte
Ponde em bronze estes versos entalhados:

«Soliso, porque em seculos futuros
Se veja da belleza o que merece
Quem de sábia doidice a mente inflamma,

Seus escriptos, da sorte já seguros,
A estas aras co' uma das mãos off'rece,
E a alma com a outra a sua bella dama».

Em e *na,* que veem, em vez de *com,* nas differentes edições conhecidas, não pode deixar de ter sido erro antigo de copia ou de interpretação; e outro tanto se poderá dizer de *uma mão,* forma esta que Juromenha transcreve no penultimo verso.

CLXI

Eu já cantei e agora vou chorando
O tempo que cantei tão confiado;
Parece que no canto já passado
Se estavam minhas lagrimas creando.

Cantei, mas, se me alguem pergunta quando,
Não sei; que tambem fui n'isso enganado.
É tão trisie este meu presente estado,
Que o passado por ledo estou julgando.

Fizeram-me cantar manhosamente
Contentamentos não, mas confianças;
E soltava meu pranto ao som dos ferros.

De quem me queixarei, se tudo mente?
Posso eu culpas deitar ás esperanças,
Quando a fortuna injusta é mais que os erros?

O verso final do primeiro terceto fica assim mais logico e mais harmonioso na forma genuinamente camoniana que adoptámos. *Porém que culpa ponho ás esperanças*, é verso tão cacophónico, que preferimos a variante adoptada, substituindo no ultimo *onde* por *quando.*

CLXII

Ah! Inimiga cruel! Que apartamento
Este é que vós fazeis da patria terra?
Quem do paterno ninho vos desterra,
Gloria dos olhos, bem do pensamento?

Is tentar da fortuna o movimento
E dos ventos crueis a dura guerra,
Ver brenhas de ondas, feito o mar em serra,
Levantado de um vento e de outro vento?

Mas já que vos partís, sem vos partirdes,
Parta comvosco o Céo tanta ventura,
Que se avantaje áquella que esperardes;

E só d'esta verdade ide segura,
Que fazeis mais saudades com vos irdes
Do que levais desejo por chegardes.

Ah! imiga cruel! e não, como pretende Juromenha, *Ai amiga cruel!* é o que vem nas edições antigas; sendo porém inutil cortar uma syllaba na palavra *inimiga*, com o unico fim de obter um verso inharmonico e arrevezado. A forma que damos ao segundo é muito mais perfeita que: *É este que fazeis da patria terra?* O terceiro verso é o da edição de 1668. No ultimo, deve sem duvida alguma ler-se *desejo*, e não *desejos*.

CLXIII

Campo, nas syrtes d'este mar da vida,
Em naufragio cruel taboa segura;
Claras bonanças em tormenta escura,
Habitação da paz, de amor guarida;

A ti fujo, e, se vence tal fugida,
E quem mudou logar, mudou ventura,
Cantemos a victoria, e na espessura
A honra tríumphe na ambição vencida.

Em flor e fructo de verão e outomno;
Utilmente murmuram claras aguas;
Alegre me acha aqui, me deixa o dia.

Amantes rouxinoes rompem-me o somno,
Que ata o descanso ; aqui sepulto mágoas
Que já foram sepulchros de alegria.

As variantes que preferimos para os versos segundo e oitavo (modificando este ultimo uma simples transposição) são indispensaveis. No segundo verso, ás palavras *naufragios seus* não fazem sentido. *Naufragio cruel* já vem no soneto LXXX.

CLXIV

Ah ! minha Dynamene, assim deixaste
Quem nunca deixar poude de querer-te !
Ah ! nympha minha, já não posso ver-te,
Pois tão depressa a vida despresaste !

Como assim para sempre te apartaste
De quem tão longe andava de perder-te !
Podéram essas aguas defender-te
Que não visses quem tanto magoaste ?

Nem sómente fallar-te a dura morte
Me deixou, que tão cedo o negro manto
Lançar sobre os teus olhos consentiste.

Ó mar, ó céo, ó minha escura sorte !
Qual vida perderei que valha tanto,
Se inda tenho por pouco o viver triste ?

São o terceiro, o quinto e o decimo versos os da edição de 1668, e o quarto logicamente deduzido do da mesma edição e quasi identico a esse.

CLXV

Guardando em mim a sorte o seu direito,
Em verde me cortou minha alegria.
Oh ! quanto feneceo n'aquelle dia
Cuja triste lembrança arde em meu peito !

Quanto mais o imagino mais suspeito
Que a tal bem tal desconto se devia,
Por não dizer o mundo que podia
Achar-se em seus enganos bem perfeito.

Pois se a fortuna o fez por descontar-me
Aquelle gosto, em cujo sentimento
A memoria não faz senão matar-me,

Que culpas pode dar-me o pensamento,
Se a causa que elle tem de atormentar-me,
Tenho eu de soffrer mal o seu tormento?

É claro que no quinto verso a palavra *bem* deve ser substituida por *mais*, tanto mais que quasi a seguir lemos de novo *bem*, empregado n'outro sentido.

CLXVI

Cantando estava um dia bem seguro,
Quando passava Sylvio e me dizia
(Sylvio, pastor antigo, que sabia
Pelo canto das aves o futuro):

«Liso, quando quizer o fado escuro,
Opprimir-te virão em um só dia
Dois lobos; logo a voz e a melodia
Te fugirão, e o som súave e puro».

Bem foi assim, porque um me degolou
Quanto gado vacum pastando tinha,
De que grandes soldadas esperava.

E o outro por maior damno me matou
A cordeira gentil que eu tanto amava,
Perpetua saúdade da alma minha.

Opprimir-te é melhor, no verso sexto, do que *A opprimir-te.*

A edição de 1616 dá *por meu damno,* no duodecimo, o que seria impossivel acceitar, pois ficaria errado o verso.

CLXVII

O cèo, a terra, o vento socegado,
As ondas que se estendem pela areia,
Os peixes que no mar o somno enfreia,
O nocturno silencio repousado;

O pescador Aonio, que deitado
Onde a agua com o vento se meneia,
Chorando, o nome amado em vão nomeia,
Que não pode ser mais que nomeado:

«Ondas, dizia, antes que amor me mate,
Tornae-me minha Nympha, que tão cedo
Me fizestes á morte estar sujeita».

Ninguem responde; o mar de longe bate,
E brandamente move-se o arvoredo;
Leva-lhe o vento a voz, que ao vento deita.

As simples transposições que introduzimos nos versos 6 e 13 são indispensaveis para a boa construcção e a harmonia d'elles.

CLXVIII

Ah! fortuna cruel, ah! duros fados,
Quão asinha em meu damno vos mudastes!
Com os vossos cuidados me causastes,
E agora descansaes co'os meus cuidados.

Fizestes-me provar gostos passados,
E vossa condição n'elles provastes;
Singelos em uma hora m'os levastes,
Deixando em seu logar males dobrados.

Ah! quanto melhor fôra não vos ver,
Gostos que assim passaes são de corrida,
Que fico duvidoso se vos vi!

Sem vós já me não fica que perder,
Senão se fôr esta cansada vida,
Que por mór perda minha não perdi.

Os tercetos são os da edição de 1668, muito mais acceitaveis, e tanto mais genuinos, que são os que primitivamente se publicáram.

CLXIX

Quanto tempo, olhos meus, com tal lamento
Vos hei de ver tão tristes e aggravados?
Não bastam meus suspiros inflammados
Que sempre em mim renovam seu tormento?

Não basta consentir meu pensamento
Em mágoas, em tristezas e em cuidados,
Senão que haveis de andar tão mal tratados
Que lagrimas tenhaes por mantimento?

Não sei porque tomaes esta vingança,
Mostrando-vos na ausencia tão saudosos,
Se sabeis quanto pode uma esperança.

Olhos, não aggraveis outros formosos,
Tornando um puro amor em esquivança,
Pois ficaes por esquivos desdenhosos.

CLXX

Lembranças que lembraes meu bem passado
Para que eu sinta mais o mal presente,
Deixar-me, se quereis, viver contente,
Morrer não me deixeis em tal estado.

Se de tudo, porém, está ordenado
Que eu morra, de viver tão descontente,
Venha-me todo o bem por accidente
E todo o mal me venha por cuidado.

Que muito melhor é perder-se a vida,
Perdendo-se as lembranças da memoria,
Pois fazem tanto damno ao pensamento.

Assim que nada perde quem perdida
A esperança já traz de tanta gloria,
Se esta vida ha de ter sempre em tormento.

São poucas as differenças que ha, no que diz respeito á primeira parte d'este soneto, entre a versão geralmente acceite e a da edição de 1668. Mas o segundo terceto differe sensivelmente n'esta edição, que n'essa parte seguimos com pouca alteração, por nos parecer mais admissivel a forma alli seguida.

CLXXI

Quando os olhos emprégo no passado,
De quanto passei me acho arrependido,
Vejo que tudo foi sempre perdido,
Que todo o emprego foi mal empregado.

Sempre no mais damnoso mais cuidado ;
Tudo o que mais cumpria, mal cumprido ;
De desenganos menos advertido
Fui, quando de esperanças mais frustrado.

Os castellos que erguia o pensamento,
No ponto que mais altos os erguia,
Por esse chão os via em um momento.

Que erradas contas faz a fantasia !
Pois tudo pára em morte, tudo em vento,
Triste o que espera, triste o que confia !

Figurava este soneto tambem entre as poesias do Conde de Vimioso, porém em lingua hespanhola. Traduzil-o-hia Camões de um original castelhano ?

(Continua)

Conde de Azevedo da Silva.

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 9 de novembro de 1911

Presidente: Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Cristovam Aires, secretário da classe; e os correspondentes srs. Cunha Gonçalves, Elísio de Azevedo e Pedro de Azevedo, sócio correspondente estranjeiro Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foram presentes os livros do bacharel Maximiano Aragão, que a Classe considerou como títulos de candidatura a sócio correspondente.

O sr. Leite de Vasconcelos propôs o seguinte voto:

Trago ao conhecimento da Academia que em 23 de outubro de 1911 faleceu no Pôrto o nosso confrade o sr. Júlio Moreira. Por ocasião de eu aqui lêr há tempos o parecer da sua candidatura a sócio correspondente, — parecer que, pela fatalidade da sórte, êle não chegou a vêr publicado, — enumerei já alguns dos seus méritos scientíficos. Agóra só acrescentarei que, se a Sciência perdeu com a morte de Júlio Moreira um cultor ilustre, a Academia em especial perdeu um colaborador dedicado, como se mostra dos artigos que êle havia enviado para o

Boletim da 2.ª classe, e que lá estão sendo inseridos. Proponho, portanto, que fique consignado na acta da sessão de hôje um voto de sentimento, do qual se dê notícia á desolada família. — Lisbôa, sala das sessões, 9 de novembro de 1911. — *J. Leite de Vasconcelos.*

O mesmo académico leu o parecer favoravel á candidatura a sócio efectivo do sr. Gonçalves Viana.

Foram votados sócios correspondentes estranjeiros, os srs. Silvio Romero, escritôr brazileiro e Leon Poinsard, autor do *Portugal inconnu.*

Foi presente um exemplar da *Memória* do sr. Edgar Prestage com o título de *Cartas de D. Francisco Manuel de Melo,* escritas a António Luís de Azevedo, trabalho a que o sr. presidente consagrou palavras de justo elogio. O sr. Edgar Prestage anunciou um outro seu trabalho, esbôço biográfico de D. Francisco Manuel, com muitos documentos desconhecidos e novos elementos para o estudo do assunto.

O sr. Leite de Vasconcelos leu um interessante estudo acêrca de uma lenda que se conta em vários pontos de Portugal, segundo a qual os Portugueses, andando em guerra com os Mouros, os Hespanhoes, ou os Franceses, ataram de noite archotes ou lampeões aos galhos de gado, para fingirem que era um exército, — o que fez fugir os inimigos. Nesta lenda intervem ás vezes entidades religiosas, como S. Torquato, S. Lourenço, Santa Catarina, e, por influência literária, Viriato, em Viseu, apesar de não haver nenhum motivo sério para crer que êste heroi lusitano era beirão. A mesma lenda aparece na Itália e na França, e já ascende á antiguidade clássica, aplicada, óra a Hannibal, nas suas guerras com Roma, óra aos habitantes de Hyperesia, na Grécia. Relaciona-se com o culto da deusa grega Artemis. Para Portugal veio directamente dos Romanos. Existem, de facto, nas tradições modernas muitos contos que datam da antiguidade, como o do rei

Midas, de Rampsinite, de Amor & Psyche de *Jean de l'Ours*, e outros. As lendas, quando estudadas scientificamente, revelam curiosos factos históricos e demopsychológicos, a que convêm prestar atenção.

O sr. Teixeira de Queiroz elogiando êste estudo, referiu-se a algumas lendas de S. Lourenço, no Minho.

O sr. Edgar Prestage lembrou que a estátua em marmore, de D. Maria I, obra de arte notável que dantes estava na sala reservada de leitura da Biblioteca Nacional, podia ser requisitada para esta Academia, por aquela raínha fundada.

Resolveu-se levar êste assunto para a assembleia geral.

Discreteou-se sôbre a fórma porque se há de realizar a próxima sessão solene da Academia, quanto á contribuição que para ela há de dar a 2.ª classe, ficando resolvido que, nesta sessão, além do elogio histórico de José Sousa Monteiro, falecido secretário da classe, lido pelo sr. Teixeira de Queiroz, se apresentassem outros trabalhos académicos, sendo indigitado para um defes o sr. Lopes de Mendonça.

Parecer acêrca da candidatura do sr. Gonçalves Viana a sócio efectivo

O ilustre filólogo o sr. Gonçalves Viana senta-se ao nosso lado, como sócio correspondente, e dos mais distintos, já há muitos anos; por vezes tem tomado parte, e sempre com brilho, nas discussões académicas; os seus livros andam nas mãos de todos os estudiosos; tornar-se hia, pois, desnecessário elaborar o presente parecer, se não tivéssemos de cumprir o Regulamento da Academia.

Datam de 1882 os seus mais antigos estudos filológicos: referimo-nos a um artigo publicado no *Positivismo*, vol. IV, a respeito de um trabalho do dr. Hugo Schuchardt, artigo que, apesar de não muito extenso, pode dizer-se que inaugura um período na história da Fonologia portuguesa, pois que nele se notam pela primeira vez, scientificamente, certos fenómenos importantes da nossa fala.

No ano seguinte apareceu à luz no tom. XII da *Romania*, donde se fez separata em um livrinho de 70 páginas, o magistral *Éssai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise*, cheio de novidades, que depois se tornaram património comum dos filólogos, mas que só ao apuradíssimo ouvido do sr. Gonçalves Viana se devem, e à sua finura de observação. Êste estudo, sem perder o seu valor primitivo, foi refundido pelo autor, e reeditado com o título de *Exposição de pronúncia normal portuguesa*, Lisboa, 1892.

Além de muitos artigos inseridos em revistas, e de muitos opúsculos, publicou o sr. Gonçalves Viana quatro obras que cumpre aqui especializar:

Ortografia nacional, 1904;

Apostilas aos dicionários portugueses, 2 volumes, 1906;

Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa, 1909;

Palestras filológicas, 1910.

A primeira e a terceira mostram, ao mesmo tempo, quanto o sr. Gonçalves Viana tem sido tenaz na campanha que empreendeu para melhorar a caótica ortografia da língua portuguesa, e quanto êle profundou o problema. As *Apostilas* constituem valioso auxílio aos lexicógrafos. As *Palestras* reúnem artigos vários, antes publicados em periódicos (sôbre vocábulos, pronúncia, lusismos no castelhano de Gil Vicente, etc.).

Da rápida resenha que fizemos, vê-se que a actividade filológica do sr. Gonçalves Viana se tem aplicado principalmente à fonética e ao léxico, e como conseqüência daquela também à reforma ortográfica.

Convêm acrescentar que o nosso colega junta aos méritos de filólogo o de poliglota, pois poucas pessoas haverá em Portugal, se alguma há, que saiba tantas línguas como êle.

Por tudo isto entendemos que muito se honrará a Academia das Sciências de Lisboa admitindo entre os seus sócios efectivos o sr. Gonçalves Viana.

Sala das sessões da Academia das Sciências, 9 de Novembro de 1911.

J. Fernandes Costa.
Gama Barros.
Cristóvão Aires.
António Candido.
José Leite de Vasconcelos, relator.

Sessão de 23 de novembro de 1911

Presidente: Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos e Cristovam Aires, secretário da Classe; os correspondentes Pedro de Azevedo e Vítor Ribeiro; e o correspondente estranjeiro Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. Cristovam Aires referiu-se á carta que tivera de publicar na imprensa restabelecendo a verdade do que na última sessão da Classe se passara com respeito á indicação do sr. Prestage para se adquirir a estátua de D. Maria I, que estava na Biblioteca Nacional. A classe concordou com a forma correcta por que ao incidente se pusera termo, explicando qual fôra a sua atitude neste assunto.

O mesmo académico fazendo o elogio do sr. Adolfo Loureiro, engenheiro distinctíssimo, bibliófilo apaixonado, e um dos mais prestimosos sócios desta Academia, propôs, e foi aprovado que se exarasse na acta um voto de sentimento por uma tão sensível perda, e que á familia fosse êsse voto comunicado.

O sr. Leite de Vasconcelos referiu se em sentidas palavras ao falecimento, em Paris, do sr. Rauanet, erudito francês que ainda há pouco havia trabalhado na Biblioteca da Academia, consultando o manuscrito da *Fastigimia* e que era autor de um importante trabalho sôbre Francisco de Holanda.

O sr. Pedro de Azevedo comunicou que a povoação portuguesa mais ao norte do país, mencionada na secção dos Diplómata dos *Portuguliae Monumenta Histórica* é a vila Lauridelo que se encontra em um documento do ano 1059. Aquele lugar corresponde hoje á freguezia de Lordelo, no concelho de Monção, e faz parte do julgado do Peso da Raínha. A Pêna da Raínha, de que hoje há poucos vestígios, ligam-se algumas lendas curiosas que

merecem a atenção dos entendidos. Além disto deu conta de todos os montes e regatos existentes naquele concelho, procurando identificar neles dois nomes mencionados no mesmo documento. Referiu-se ainda aos nomes de Valença ou Contrasta, vila fundada em frente de Tuy, cidade episcopal que em 701 tinha um delegado especial dos reis visigodos com a missão de manter na ordem os povos do Minho, sempre dispostos a levantarem-se contra o govêrno de Toledo. Havia já então uma certa oposição da parte dos habitantes daquela região, sendo mais intensa nas margens do Douro, contra os seus longíquos dominadores.

O sr. presidente, elogiando tão interessante trabalho, referiu-se a muitas tradições, lendas e factos históricos ligados á região do Minho.

O sr. Leite de Vasconcelos explicou a origem e formação da palavra Lordêlo e outras semelhantes que abundam em Portugal.

A propósito, o sr. presidente lembrou o dito de Rénan: «que hoje tudo se podia explicar pela filologia, visto que na origem e significação das palavras estava a origem e segredo de muitas cousas».

O sr. Edgar Prestage comunicou à Classe que o sr. K. G. Jayne, autor do livro *Vasco da Gama and his successors,* está preparando uma edição inglesa de Fernão Mendes Pinto, como o informou numa carta que recebeu a semana passada. Há muito que se sentia a necessidade duma versão crítica e completa desta obra, que tanta importância tem para a geografia da Ásia, porque a tradução de Henry Cogan (que teve dez edições no século XVII e uma resumida no século XIX), não é mais que uma paráfrase inexata. De mais a mais para não contrariar, ao que parece, os sentimentos anti-católicos então preponderantes em Inglaterra, e que tanto fizeram padecer à raínha D. Catarina, Cogan suprimiu toda a série de capítulos em que se narram as últimas viagens e a morte de S. Fran-

cisco Xavier. Agora que os tempos são outros, um filho do bispo protestante de Cheste vai tornar conhecidas do público inglês estas sentidas páginas de verdadeiro interesse histórico. Reconhecendo a necessidade de ter a colaboração dos orientalistas, o sr. Jayne já entrou em correspondência com o professor Know da Cristiania, e, no que respeita á bibliografia, grato lhe seria que os portugueses se prestassem a fornecer-lhe informações. Parece que o sr. Jayne tenciona fazer, com respeito a Fernão Mendes Pinto, o que Henry Yule fez a respeito de Marco Polo.

O sr. presidente disse que era muito agradável á Academia e decerto a Portugal a notícia que o sr. Prestage acabava de dar. Com o tempo a figura de Fernão Mendes Pinto torna-se maior, e reconhecida a verdade de muitos pontos das suas narrativas, havidas como menos verdadeiras

O secretário disse que era para louvar que a Inglaterra, país onde mais se duvidara da verdade do que as «Peregrinações» contaram, aparecesse quem ao viajante e escritor português viesse prestar a devida homenagem, fazendo uma tradução completa e crítica da sua obra. Pela sua parte, já em duas «Memórias» académicas procurara dar modesta contribuição para o estudo de tão intrincado assunto. Não era a primeira vez que o nome do sr. Jayne era pronunciado nesta Academia, com louvor. Em mais de um ensejo o ilustre académico sr. Lopes de Mendonça se referiu á sua obra *Vasco da Gama e os seus successores,* que nas publicações desta Academia, muito principalmente nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, foi buscar preciosas fontes ao seu estudo. Podia o sr. Prestage afiançar ao sr. Jayne, que a classe e toda a Academia lhe prestará todos os elementos de auxílio que estejam ao seu alcançe, para que êle leve a bom termo o seu tão louvável empreendimento.

Sessão de 14 de dezembro de 1911

Presidente o sr. Teixeira de Queiroz. Presentes os sócios efectivos Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e secretario o sr. Cristovam Aires, e os correspondentes srs. Brito Aranha, David Lopes e Pedro de Azevedo, estando presente o sr. Carlos Bocage que faz parte de uma comissão desta classe.

Foram presentes o último livro do sr. António Correia de Oliveira, *Dizeres do povo,* e o livro do sr. José Cervaens y Rodriguez, *Literaturas mortas,* breves estudos sôbre a literatura galega, eusquera, italiana e catalã, livro apresentado pelo autor como refôrço á sua candidatura a sócio correspondente.

O secretário apresentou tambêm o fascículo VI do volume IV do *Boletim da 2.ª classe,* que acaba de saír do prélo e que contêm os seguintes estudos: de Júlio Moreira, *Conjugação reflexa com valor passivo:* de Pedro de Azevedo, *O cronista Bocarro;* de Esteves Pereira, *Estímulo de amor divino,* descrição bibliográfica da tradução portuguêsa de S. Boaventura, impressa em Lisboa, em 1550, *Stimulus amoris,* tradução que conjectura ter sido feita pelo principe D. Fernando, filho de D. João I.

O sr. Brito Aranha apresentou o tomo XX do *Dicionário bibliográfico,* de que está encarregado ha trinta anos por contracto celebrado com o govêrno. Aproveitou a oportunidade para agradecer as palavras que o ilustre redactor da secção literária do *Diário de Notícias* endereçára á memória onrada do seu erudito antecessor Inocêncio Francisco da Silva, cujos bons serviços ás letras portuguesas todos os estudiosos e trabalhadores reconheciam.

Depois deu ideia do que se encerrava no indicado tomo, notando os nomes nele registados, como os de Gonçálves Crespo, Consiglieri Pedroso, Augusto Fuschini, António José Teixeira, Fonseca Pinto, Simões de Carvalho e

outros. Declarou que já estava no prelo, na Imprensa Nacional, o que destinava á vida e ás obras de Alexandre Herculano, o egrégio escritor do século XIX.

Por último, aproveitando a palavra que lhe fôra concedida, leu uma nota relativa á notícia da naturalidade de Cristovam Colombo como sendo da Galiza, o que, á vista de documentos e das obras já publicadas na Itália, é inexacto e não passará de uma balela. Em prova do que afirmara leu trechos interessantíssimos e cartas que recebera do sr. Prospero Peragalo, escritor, poeta e membro da Academia das Sciências, que passara longos anos da sua laureada existência nos estudos de investigações acêrca da vida de Cristovam Colombo. A obra do sr. Peragalo a êste respeito é muito valiosa e não póde deixar de ser consultada por quem desejar conhecer o grande navegador genovês.

O sr. Brito Aranha apresentou igualmente uma nota relativa ao Instituto histórico do Rio de Janeiro, para ser publicado no *Boletim da 2.ª classe.*

O sr. Teixeira de Queiroz, congratulando-se com a classe pela presença do sr. Brito Aranha, restabelecido da doença que ultimamente o retivera em casa, e aplaudiu os trabalhos apresentados por quem é um digno sucessor de Inocêncio. Apesar dos seus adeantados anos, o sr. Brito Aranha, no seu grande amor ao trabalho, representava uma esplêndida mocidade. Agradecia-lhe a valiosa colaboração trazida ao trabalhos da Academia.

O sr. Pedro de Azevedo refere-se largamente ao cartulário da Sé de Braga, que tem o nome de *Liber Fidei,* onde estão transcritos para mais de 800 documentos, sendo grande número deles dos séculos IX e X, na sua grande totalidade inéditos. Dêsse códice aproveitaram-se, lutando com grandes dificuldades, fr. António Brandão, D. Rodrigo da Cunha, contador Argote, José Anastácio de Figueiredo, João Pedro Ribeiro, Herculano e o abade de Tagilde.

A sua publicação integral lançaria nova luz sôbre a história de Portugal anteriormente á constituição da monarquia portuguêsa e viria completar a publicação académica dos *Portugaliae Monumenta.*

Além disso esclareceria a história medieval dos distritos de Viana e de Braga, sôbre a qual há poucos documentos.

O cartulário que caíu agora em poder do Estado não deveria ser confiado á biblioteca de Braga, estabelecimento onde os funcionários mudam com freqùência conforme as situações politicas, e que também não tem preparação arquivistica nem biblioteconómica; mas ser depositado no Arquivo geral do Estado, como sucede em França e na Baviera, países que guardam os seus cartulários nos arquívos das capitais.

A negligência em centralizar em Lisboa as preciosidades dos arquivos fez com que se perdessem, destruídos por incendios, vários cartórios valiosos da Beira e do Minho, que estavam depositados em edifícios impróprios.

É lamentável que dos três grupos em que se dividem, conforme as circunstâncias nacionais, os que se consagram aos trabalhos históricos, só os escritores populares, na maior parte sectários no gosto de fr. Bernardo de Brito e António Caetano Pereira, tenham influência. A êsse propósito apontou o sr. Azevedo dois trechos modernos de história falsificada. Os outros dois grupos de historiadores críticos como Herculano e Gama Barros, e racionalistas como Oliveira Martins e Teófilo Braga, exercem pouco influxo, especialmente o primeiro, nas classes dirigentes. Foi por isso que a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos tomou a iniciativa de chamar a atenção do govêrno para os cartórios eclesiásticos e vai pedir o auxílio de todas as sociedades sciêntíficas para o efeito de resguardar êsses valiosos depósitos, antecipando-se assim á inspecção dos arquívos.

O sr. Teixeira de Queiroz aplaudiu e agradeceu, em nome da classe, tão interessante comunicação, lembrou as repetidas instâncias por esta Academia feitas a favôr dos arquivos. Agradece ao sr. Pedro de Azevedo o seu zêlo em tornar interessantes e úteis as sessões da classe.

O sr. David Lopes leu uma pequena notícia acêrca do vocabulo *Leziria*. É de origem árabe, e significa primitivamente *ilha*, e secundáriamente *terra de ilha*, á letra, ou seja *terra de aluvião*, que é a que as aguas dos rios arrastam e depositam nas suas margens.

O sr. Lopes de Mendonça refere-se de novo ao documento do códice de Alcobaça, de que há meses fez mensão, anotando-o com uma comunicação sôbre Afonso de Albuquerque. Desta vez chama a atenção da classe sôbre um trecho que lê, alusivo á promessa do cardinalato ao arcebispo de Lisbôa D. Martinho da Costa, que, segundo o autor do documento, fôra contrariada pelo rei D. Manuel, a ponto de ter causado, por desgosto, a morte do arcebispo, e talvês por remorso a do próprio rei. Por documentos do corpo diplomático, póde reconstituír-se a narrativa pregressa de toda esta negociação. Vê-se que o barrete de cardeal fôra em 1512 prometido pelo papa Júlio II a D. Martinho, logo a seguir ao falecimento do seu irmão, o célebre cardeal D. Jorge da Costa. O rei opôs-se a esta pretenção, e tratou de alcançar o barrete para seu filho D. Afonso que então tinha 3 anos. Sucintamente narra o sr. L. de Mendonça todos os episódios dessa campanha, que rematou finalmente em 1517 pela concessão do cardinalato ao infante, que então tinha 9 anos. Em novembro de 1521 o rei escreve para Roma a fim de recomendar a pretensão do arcebispo que se renova. Diz o autor do documento que êle clandestinamente a contrariava, posto que dela se tivesse valido para conseguir que D. Martinho fizesse grandes despesas na viagem da infanta D. Beatriz para Saboia. Seria interessante saber se essa doblez de D. Ma-

nuel estava provada, e se não teria como causa fazer com que o barrete cardinalício assentasse de preferência na cabeça de seu outro filho D. Henrique que, á data da sua morte, sucedida logo a seguir, tinha 10 anos de idade.

O sr. Teixeira de Queiroz acentuou quanto era interessante esta comunicação e incitou o sr. Lopes de Mendonça a reduzí-la a escrita, pois constituiria uma página de história anedocta que projetaria muita luz sôbre a época e as personagens que nela figuram.

Foi apresentado o parecer do sr. Pedro de Azevedo, aprovado pela secção de história, relativo ao sr. dr. Maximiano de Aragão, proposto a sócio correspondente; e pelo sr. Cristovam Aires o parecer favorável á candidatura a sócio correspondente do sr. Constâncio Roque da Costa, e o parecer relativo ao sr. Manuel João Paulo Rocha, proposto para associado provincial.

Parecer o relativo á candidatura a sócio correspondente do dr. Maximiano de Aragão

É Viseu uma das cidades de Portugal à qual mais numerosas lendas estão vinculadas, lendas saídas de preferência das locubrações dos nossos letrados da Renascença, e que não foram criadas pelo vulgo anónimo. Disputa a Évora a primazia neste género de sublime ingenuidade em fazer história quando as fontes de investigação estão mudas, sendo neste conceito tambem superior a Lisboa, a velha Olisipo de Ulysses, a Lixbõa do mártir S. Vicente. Não obstante a fé dêsses letrados, o moderno investigador não encontra no meio daquela vegetação um ponto de apoio que lhe permita tomar como provável qualquer das afirmações dos piedosos glorificadores da terra de que foi duque o infante D. Henrique, o filho mais notável do rei da Boa Memória.

Não há a mínima referência autêntica a esta cidade no período romano, começando só a notabilizar-se na época visigótica, onde a vamos encontrar séde dum bispado. Todavia hoje ainda, junto a ela o archeólogo encontra vestígios dum recinto fortificado que lhe faz supor a existência dum acampamento, que só a energia lusitana poderia erguer.

Êsses restos foram fatais para a elaboração duma lenda que, contaminada pela relação verídica da sorte do último campeão gaulês Vercingetorix abrigado nos muros de Alesia, nos aumentou as noticias sôbre Viriato com um capítulo suspeito. Assim essa terra, da qual não sabemos, nem mesmo suspeitamos a origem do nome, ficou ligada pela ingenuidade dos nossos antigos eruditos ao grande heroi lusitano. Mas isso só não bastava para altear a glória de Viseu com a sua *casa de Viriato,* pois á lenda do defensor da independência das tribus lusitanas veio juntar-se mais a lenda do último rei dos godos que derrotado pelos ismaelitas nesta cidade da Beira encontrou o descanço eterno no sossêgo do tumulo. Hoje para nós estas lendas só teem valor por si próprias, como documentos para o estudo da formação dos produtos da fantasia que caem debaixo da alçada das leis das associações de ideias.

Faltou a Viseu, porêm, até há pouco, quem se abalançasse á empresa de coordenar e criticar todos os elementos da sua história com maior extensão do que tinha feito o dr. Pedro Ferreira. O dr. Maximiano de Aragão, formado em duas faculdades pela Universidade de Coímbra, advogado e professor de filosofia, tomou nos seus hombros essa empresa e em dois tomos publicados em 1894 e 1895, que tem por título *Viseu*, a que juntou modestamente a restrição de *Apontamentos históricos,* empreendeu essa missão voluntáriamente, apesar de não ser filho da cidade. Dois viseenses houve habilitados a fazê-la, como foram o cónego José de Oliveira Berardo, nosso consócio, correspondente do epigrafista Hübner e o dr. António Nunes de Carvalho, guarda-mór da Tôrre do Tombo e fundador da Biblioteca Pública de Viseu, aberta em 1865, onde se encontra o precioso códice da *Virtuosa Bemfeitoria.*

No meio das ocupações e embaraços de que não é o menor a impossibilidade de freqùentar demoradamente as bibliotecas e arqùivos de Lisboa, o dr. Aragão publicou os dois volumes referidos que concluem no reinado de D. João II, tendo já elementos para a composição dum terceiro. Como a educação literária do dr. Aragão e os seus titulos universitários fazem prever, a obra apresentada á Academia é escrita com a sobriedade e elevação que os estudos históricos requerem, acrescendo que no embrenhado e perigoso matagal de lendas e de informações espúrias dadas pelos antigos letrados sôbre os princípios do cristianismo em Viseu o Autor procura sempre atingir a verdade.

Em 1897, publicou uns *Estudos históricos sôbre pintura,* obra de cuidada compilação onde sobreleva a parte relativa a Portugal e que foi como a abertura da via que o conduziria a notáveis desco-

brimentos no campo da história da arte em que se notabilizou Rafael. A figura de Grão Vasco, de quem se duvidava da existência, ficou pelos esfórços do dr. Aragão suficientemente esclarecida, adquirindo-se até a certeza da época em que viveu.

Essa tarefa já a empreendera o cónego Berardo sem resultado, mas o dr. Aragão, como declara no seu trabalho de 1900, que tem por título *Grão Vasco ou Vasco Fernandes Pintor visiense Príncipe dos Pintores Portugueses*, «refletindo depois que, num montão de documentos que os arquivos de Viseu encerram e para cujo exame minucioso um homem precisaria de três ou quatro vidas, podiam têr escapado ao ilustre Académico alguns que dessem notícia do grande pintor português propus-me também a investigar, aínda que com poucas esperanças de lograr o fim desejado».

Enganara-se felizmente nas suas suspeitas, pois os documentos por êle encontrados demonstram a existência do grande pintor de 1512 a 1543, ano em que já era falecido.

Mais ficámos sabendo que sua mulher se chamava Joana Rodrigues e que teve dois filhos chamados Miguel Vaz e Beatriz.

Para confirmar os seus descobrimentos dá o dr. Aragão as cópias dos documentos descobertos, que são feitas com correção, o que nem sempre sucede com os investigadores, que por vezes transcrevem velhos escritos maculados de erros.

Desde a publicação da obra, a pintura portuguesa póde ufanar-se com o nome dum pintor de primeira ordem, deixando de se limitar a apontar como até então para uma figura legendária.

É portanto de toda a justiça que aquele que soube encontrar ocasião para fazer tais descobrimentos na cidade provincial que habita receba o aplauso devido ingressando nesta Academia.

Sala das sessões da Academia das Sciências, 23 de novembro de 1911.

PEDRO DE AZEVEDO.

A secção de história conforma-se com o parecer do sr. Pedro de Azevedo.

Sala das sessões, 23 de novembro de 1911.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS.
JÚLIO DE VILHENA.
JOSÉ RAMOS COELHO.
GAMA BARROS.

Parecer relativo à candidatura a sócio correspondente do sr. Constancio Roque da Costa

A sócio correspondente da Academia das Sciências se propõe o sr. Constancio Roque da Costa, e como título à sua candidatura apresenta os seus livros seguintes: — *O tratado Anglo-Portuguez de 26 de dezembro de 1873.* — *O Senhor João de Andrade Corvo e os povos da India Portugueza.* — *L'evolution du système representatif* e *Problemas da Economia Nacional,* que forneceriam materia mais do que bastante para sua admissão, se um largo passado de jornalista em que afirmou as suas manifestas aptidões profissionais, e uma ascendente carreira de funccionário diplomático, não viessem emprestar mais fôrça e mais direito á sua justa aspiração de penetrar no nosso grémio.

Homem moderno, procurando prestar ao seu país o concurso dos predicados excepcionais de perseverança e de trabalho, em destaque na sua individualidade, o nosso candidato buscou racionalmente, para expansão das suas faculdades literarias, um campo útil e prático, quer ocupando-se dos problemas de economia nacional, da agricultura, comércio e navegação portuguezas, na parte em que elas estão em contacto com o resto do mundo, quer abordando no seu primeiro livro os nossos interesses coloniais, que devem ser os primeiros a ser meditados por todos os bons portuguêses, visto nas colonias residir a nossa melhor razão de ser, com valôr internacional. É ainda nesta ordem de ideias que *Le système representatif,* com a sua intelligente análise das *comunidades* da nossa Índia, e como prólogo a um estudo pormenorisado da colonização portugueza em África, se impõe, ainda mais pela sua utilidade prática que pela notável correcção e riquêsa da sua fórma literária, dignas da mais lisongeira menção.

Encetando a sua carreira literária muito novo, na longínqua colónia portuguesa da Índia, que se honra de o contar entre os seus filhos dilectos, e dos que mais brilho e lustre lhe têm trazido, Constâncio Roque da Costa afirmou imediatamente, álem da sua natural propensão para estudos de direito internacional, que mais tarde o haviam de guindar até à alta posição de nosso ministro plenipotenciário, aquelas qualidades de agudesa na observação, de ardôr na polémica e de facilidade no manejo da pêna, que constituíriam na sua mão, adestrada pelas lutas da vida, as alavancas poderosas com que avançou, a pouco e pouco, na sua carreira, — tanto mais notável quanto a deve inteiramente ao seu esfôrço próprio e aos meritos com que soube impôr-se, num meio para onde viera absolutamente extranho. Na *L'evolution du système representatif,* em

que o autôr se apresenta já na formação completa da sua individualidade, sente-se o seu espírito observador e justo, nos factos anotados sôbre as diferentes instituições políticas, antigas e modernas; manifestam-se as largas qualidades de erudição do autôr, que, com lógica de ferro e conhecimento da causa, nos leva à conclusão de que serão inuteis e frágeis todas as refórmas politicas de que os póvos se utilisem, sem volver os olhos para o passado; indicando-nos, portanto, o melhor caminho que as sociedades modernas terão de trilhar para obter os maximos benesses da organização do seu systêma político. Arejado por todas as ideias modernas e liberais, tendo pelo passado o respeito e a atenção que êle merece, a quem se propõe fazer história filosófica, *L'evolution du système representatif* é só por si documento bastante para garantir o mérito de quem foi capaz de o produzir.

Os problemas da economia nacional, livro de data recente, pois tem apênas 3 anos, mostra-nos outro aspecto interessante do auctor. É já um fruto sazonado de largos anos de vida pública; é o documento de quanto Constancio Roque da Costa, no exercer o seu mistér de funcionário, estudou os recursos económicos do país; é o conselho de uma inteligência lúcida, digna de um estadista moderno, ao serviço da sua patria; são palavras que não pretendem ser côr de rosa, mas em que se encontra toda a fé, todo o patriotismo de um bom cidadão, em excepcionais condições de ser prestavel à sua terra, e aos políticos do seu tempo. Longe de se resumir a um estudo árido de números, vale-se de uma feição literária brilhante e fácil; deixa de ser o livro da estante dos eruditos, para que todos os possam lêr com interesse e amôr; e, pintando-nos na história dos factos mil traços do caracter nacional, com a eloqüência das cifras nos prova que Portugal tem recursos e direito a acompanhar as modernas nacionalidades, no seu desenvolvimento a caminho do progresso, êle que soube distinguír-se no movimento universal desde os inícios da sua constituição.

Problêmas da economia nacional é um livro que todos os portuguêses deviam lêr. Nesta phrase fazemos o seu melhor e mais justo elogio!

De Constancio Roque da Costa, sob o seu brilhante aspecto de jornalista, falam alto factos recentes tão do conhecimento de todos nós, que inútil será frizál-os. Todos sabem o verdadeiro interesse com que o público letrado seguio durante muitos anos as suas crónicas do *Jornal do Comercio,* e como, por virtude delas, os recentes govêrnos o chamaram a uma eficaz colaboração na contextura dos nossos tratados internacionais, mais graves e melindrosos.

Por tudo quanto fica dito, e pelo mais que se poderia dizer, se tanto não bastasse, temos a honra de propôr a 2.ª classe da Academia das Sciências a aprovação da candidatura de Constâncio Roque da Costa como sócio correspondente.

Lisbôa, Sala das sessões, 14 de dezembro de 1911.

António Candido.
J. Fernandes Costa.
Christovam Ayres (relator).

Parecer relativo á candidatura a associado provincial do sr. Manuel João Paulo Rocha

Com quanto as Academias não tenham já aquela sua função antiga de serem o órgão centralizador da actividade do pensamento e do saber, compete-lhes ainda uma alta missão no sentido de estimular o estudo e recolher quanto possível o produto dêsse estudo, nas suas múltiplas manifestações. A creação das classes de socios correspondentes e de associados provinciais obedece a êsse critério e a essa necessidade.

Por todo o país, na metrópole e nas colónias, se manifestam aptidões de estudo e trabalho que á nossa Academia cumpre animar e recompensar. São elas devidas a indivíduos que nos arquivos locais realizam pacientemente as suas pesquisas, e as convertem em curiosas e valiosas monografias que para a história, para as letras, e para as artes servem de luz e de guia.

Está nestas condições a *Monografia* publicada pelo sr. Manuel João Paulo Rocha, secretário da Camara Municipal de Lagos: — «As forças militares de Lagos nas guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade» para celebrar o 1.º centenário da guerra Peninsular. Dá-lhe, ao autor, na nossa opinião, categoria necessária para ser recebido no nosso grémio na qualidade de associado provincial.

Assim se galardoa um trabalho de merecimento e se criam estímulos aos que em todo o país empregam esforços para esclarecer assuntos sôbre os quais teem mais á mão elementos de investigação e estudo.

Sala das sessões, 14 de dezembro de 1911.

António Candido.
J. Fernandes Costa.
Cristovam Aires (relator).

II

ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

Notes sur la langue de la Guinée au XVe siècle

En 1479-1480, un Flamand de Tournay, du nom d'Eustache de la Fosse, accomplit un voyage sur les côtes de Guinée. Dans la relation sommaire qu'il en a laissée [1], il a inséré quelques mots qu'il avait rapporté de la Côte d'Or. Ce sont, je crois, les plus anciens qui aient été recueillis et ils seraient extrêmement intéressants, puisqu'ils nous donnent une idée de la langue de cette région au xve siècle, si, d'une part, ils étaient plus nombreux, et, de l'autre, s'ils n'étaient pas si altérés.

Il faut considérer, en effet, que l'auteur n'a nullement eu dessein de dresser un vocabulaire; que ces mots ont été appris et retenus comme peut le faire un trafiquant, de passage dans le pays; que sa relation a été écrite de mémoire une quarantaine d'années après le voyage, qu'enfin, il ne se piquait pas d'une grande exactitude de transcription; quand on le voit écrire *Bourghes, Toulette, Callaix Maillay* (ou *Maillaix*) et *Calix*, *Sapphir, Cascalaix*, *Setomire* pour *Burgos*, *Tolède*, *Cadiz, Safi*, *Cascaes, Setubal,* on est en droit de suspecter la transcription de mots africains qui lui étaient certainement plus étrangers que les noms des villes par lesquelles il était passé. .

---

[1] Publiée par R. Foulché-Delbosc: *Voyage à la Côte occidentale d'Afrique*, Paris, 1897, in-8.°

Ces réserves faites, nous voyons qu'avant d'être prisonnier des Portugais qui s'étaient réservé exclusivement le commerce de la côte de Guinée, il avait touché à Sierra Leone, à Chama, aujourd'hui Tchama, dans la Côte d'Or anglaise, à l'embouchure du Pra, et à un village voisin qu'il appelle *Laldee duos parts* où M. Foulché-Delbosc a reconnu le nom portugais: *aldeia duas partes* (p. 13, note 2) [*aldea dous portos*]. C'est le point découvert en 1471 par Fernão Gomes, et où le roi D. João II fit construire une forteresse [1]: c'est là qu'il avait acheté de l'or et trafiqué d'esclaves, aussi l'on ne s'étonnera pas de voir diverses langues être représentées dans sa liste.

Après avoir mentionné le «manse» et le «caramanse» qui sont, dit-il, «le roy et le vice-roy», il ajoute (p. 13): «En ce pays-la les marchantz s'appellent *berenbucs;* l'or s'appelle *chocqua;* l'eaue s'appelle *enchou;* vous soyez les biens venus, l'on y dict *berre bene*; et le jeu d'amours, on y dist *chocque chocque; barbero,* c'est ung enffant; *baa,* c'est blanc; *barbero baa,* c'est ung blane enffant; toille, c'est *fouffe; concque roncq,* c'est ung poullet; *concque ronconcq agnio,* ce sont oefz; *bora,* c'est un anneau à bouter au bras de letton; *dede,* c'est bon; *fanionna,* c'est mauvais, etc.».

Je vais reprendre chacune de ces expressions sans me flatter d'en rétablir la forme correcte [2].

---

[1] João de Barros, *Asia,* Décade I, liv. II, ch. II, Lisbonne, 1777-1778, 9 v. in 8.° I. II, p. 144; Ruy de Pina, *Chronica d'el Rey D. João II,* ch. II, ap. J. Correia da Serra, *Colleção de livros ineditos de historia portuguesa,* t. II, Lisbonne, 1792, in 4.°, 1.re partie, p. 13; *Indice chronologico das navegações,* Lisbonne, 1841, in 8.°, p. 60-61; Ellis, *A History of the Gold Coast*, Londres, 1892, in 8.°, p. 18.

[2] Les principaux ouvrages dont je me suis servi, sans parler de ceux qui sont cités plus loin, sont: Christaller, *A Dictionary english, tshi (asante), akra*, Bâle, 1874, pet. in 8.°; id., *A Grammar of the Asante and Fante language,* Bâle, 1875, in 8.°; id., *A Dictionary of*

Manse, le roi. Ce titre paraît avoir été répandu dans toute l'Afrique occidentale, chez les populations les plus diverses. Déjà au XIVe siècle, Ibn Baṭoutah nous apprend que chez les Malli, ce nom signifie *sultan* [1]; Ibn Khaldoun nous donne le même renseignement [2]; Diogo Gomes et Alvisio di Cà da Mosto citent au sud de la Gambie, un chef important du nom de *Batimansa*, où nous retrouvons le même radical comme un second élément du mot [3]. En 1505, Hans Mayer, dans la relation de D. Francisco d'Almeyda, mentionne un roi des Mandingues appelé Mandi-Mansa [4]. Nous trouvons, dans Léon l'Africain, un roi de Tonbouktou du nom de Mensa-Soleiman [5]. Ce mot se rencontre dans un certain nombre de langues mandé: en bambara, *maṇsa;* en mandingue, *mansa*; en vei, *mándsa;*

---

the Asante and Fante language, Bâle, 1881, in 8.°; Delafosse, *Essai de manuel de la langue agni*, Paris, 1901, in 8.°; id., *Vocabulaires comparatifs de plus de 60 langues ou dialectes parlés à la Côte d'Ivoire*, Paris, 1904, in 8.°; id., *Les frontières de la Côte d'Ivoire*, Paris, 1908, in 8.°; Harry Johnston, *Liberia*, Londres, 1906, 2 v. in 8.°, ch. XXII.

[1] *Voyages*, éd. Defrémery et Sanguinetti, t. IV, Paris, 1879, in 8.°, p. 399.

[2] *Histoire des Berbères*, trad. de Slane, t. II, p. 111, Alger, 1854, in 8.° Ce passage manque dans l'édition arabe du *Kitāb el'Iber* (Boulaq, 7 v. in 4.°, 1284 hég., t. VI, p. 200).

[3] Ramusio, *Primo volume delle navigationi*, Venise, 1563, in 4.°, f.° 108, b et c; Zurla, *Di Marco Polo*, Venise, 1818, 2 v. in 4.°, t. II, p. 163; Schmoeller, *Ueber Valentì Fernandez alemã*, Munich, 1847, in 4.°, p. 28; Major, *The discoveries of Prince Henry*, Londres, 1877, in 8.°, p. 164.

[4] Schmoeller, *Ueber Valentì Fernandez alemã*, p. 47; Cf. aussi João de Barros, Décade I, liv. III, ch. XII, *Asia*, t. II, p. 257-259.

[5] *Dell'Africa*, ap. Ramusio, *Primo Volume*, f.° 78, c; Cf. Desborough Cooley, *The Negroland of the Arabs*, Londres, 1841, in 8.°, p. 63, note 10 et mon *Essai sur l'histoire et la langue de Tonbouktou*, Louvain, 1888, in 8.° p. 16-17, note 4.

en sôsô, *mangè;* en mwī, *masa;* en dyoula, *masa-kyè*, chef de tribu; en ga, *mantše* [1].

Caramanse, vice-roi. La traduction n'est peut-être pas très exacte: c'est évidemment le vei *kōro-mándsa* qui désigne dans cette langue, non pas le vice-roi, mais le roi de tout le pays, opposé à *mándsa* qui signifie chef d'une ou plusieurs villes. Quant à *kōro,* ce mot indique une natte ronde faite simplement; elle est gardée soigneusement dans un coffre et peu de personnes peuvent la voir. Comme elle sert à l'installation du roi, on traduit quelquefois *kōro* par «couronne», ce qui est une erreur, car cette natte n'est pas placée sur la tête du roi, mais il s'assied dessus [2]. *Caramansa* est le titre donné par les écrivains portugais au chef qui accueillit Diogo d'Azambuja et ses compagnons sur la côte de la Mina [3]. C'est par erreur que Luciano Cordeiro le nomme *Casamansa* [4], et de même le vicomte de Santarem [5] qui confond le nom du roi qui traita avec Fernão Gomes avec celui du pays signalé par Cà da Mosto et Alvares d'Almeida. L'explication de *Karamansa* par *Kwamiara Ansa,* proposée par Ellis [6] n'est pas acceptable.

Il est à remarquer que ces deux titres de dignités appartiennent à une langue de la famile mandé.

Berenbucs, marchands (?). A décomposer peut-être en

---

[1] Cf. Steinthal, *Die Mande-Neger Sprachen,* Berlin, 1867, in 8.º, p. 252-253.

[2] Koelle, *Outlines of a grammar of the vei language,* Londres, 1854, in 8.º, p. 192-193.

[3] «Senhor do lugar, que se dezia Caramansa, a que os negros chamavam Rey». Ruy de Pina, *Chronica d'el Rei D. João II,* ch. II, p. 11; João de Barros, *Asia,* Décade I, liv. III, ch. I, t. II, p. 158; Ellis, *A History of the Gold Coast,* p. 18-20.

[4] *Diogo d'Azambuja,* Lisbonne, 1892, in 8.º, p. 32.

[5] *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique,* Paris, 1842, in 8.º, pag. 87.

[6] *A History of the Gold Coast,* p. 18.

beren-buc. Ce dernier terme serait une altération graphique de la particule agni *fwe,* homme, qu'on joint au mot indiquant l'outil ou la profession pour former les noms de métier : en fanti, asanti et abron *fo ;* en zema ou apollonien, *fouro.* Toutefois, en agni, marchand se dit *gwa-fwe.*

Chocqua, or. C'est le mot qu'on trouve en ga sous la forme *šika* (= *chika*), et en néouolé, en agni, en fanti et en asanti : *sika ;* en plaoui : *seke ;* en abrioui : *sege.*

Enchou, eau. En tchwi, *nsu ;* en agni, *nzüe, njüe ;* en ga, *nu.*

Berre-bene, soyez les bienvenus. Il y a ici une faute graphique pour *berre-berre.* João de Barros dit que Caramança (kara-mansa) seigneur de la partie de la Guinée où les Portugais établirent le fort de la Mina, accueillit Diogo d'Azambuja en lui prenant la main et en disant «*bere bere,* que quer dizer paz, paz» [1]. En asanti et en fanti : *e-bere,* prospérité, beauté ; *berèbere,* agréable, aimable.

Chocque chocque (?), jeu d'amour.

Barbero, enfant. C'est probablement le kru *brrõ,* mâle, masculin. Ce mot signifierait alors garçon.

Baa, blanc. Nous trouvons en dẽ, *pã* et en gora *fũa,* blanc.

Barbero baa, enfant blanc.

Fouffe, toile. Ce mot paraît être l'adjectif agni *fufwe,* blanc : le substantif «toile» aura été oublié. Cf. *fufwe-eve,* perles blanches. Asanti et fanti : *fufu,* blanc.

Concque roncq, poulet. Il n'y a aucun rapprochement à établir avec l'agni *akõ.* Serait-ce une onomatopée imitant le chant du coq ? Il me paraît impossible d'y voir une altération du tchwi *akokoba* ou du néouolé *kèkwõ.* Peut-être le padebu *kôra-kuka,* poule de Guinée.

Concque ronconcq agnio. Composé du mot précédent

---

[1] *Asia, Déc. I,* liv. III, ch. I, p. 158; Ruy de Pina, *Chronica d'el Rey D. João II,* ch. II, p. 17.

redoublé et de la particule *agnio*. Il ne peut-être question de l'agni *krizüa, krinzüa,* ni du tchwi *kesua*. Le dernier élément est peut-être celui qui existe dans le taoui *nopè-ñyõ*.

Bara, anneau de bras en laiton. Cf. le krao *mbole*. Il n'est pas vraisemblable que l'auteur ait confondu avec l'agni *aforo,afro* qui signifie une grosse ceinture de crin, ni avec *afre* qui, dans cette langue, désigne les perles en verroterie

Dede, bon. En tchwi (asanti et fanti) *dedé,* agréable (au goût).

Fanionna, mauvais. Ce mot semble altéré du ga *afoṅ*.

René Basset

Doyen de la Faculté des Lettres d'Alger,
Membre correspondant de l'Académie
des Sciences de Lisbonne.

O Instituto histórico do Brasil

Alguns esclarecimentos acêrca dêste e de outros institutos literário-scientificos do Brasil e da sua biblioteca nacional. Sua influência no desenvolvimento da cultura intelectual naquela ubérrima nação

I

No seio da sociedade auxiliadora da indústria nacional creada em outubro 1827 nasceu o instituto histórico e geográfico do Brasil. Nessa agremiação sem carácter literário juntavam-se em grato convivio, homens de todas as condições e de todas as classes sociais, incluindo as de maior preponderância na sociedade brasileira daquela época.

Podia citar os nomes de alguns sócios mais em evidência por sua posição, pelo seu carácter e pela sua cultura literária. Ali eram congraçados todos por um ideal que os iluminava. O farol da civilização, o engrandecimento da pátria.

Basta-me citar aqui, chamar á auctoria dois nomes aureolados: o do marechal Raimundo José da Cunha Matos e o do cónego Januário da Cunha Barbosa, ambos conhecidos e registados com aplauso na história das boas letras brasileiras.

Em uma das conversações familiares e não destituídas de interesse a que se entregavam os dois sócios mencionados, versou a palestra sôbre as riquezas bibliográficas com que se fundara a biblioteca nacional do Rio de Janeiro; e naturalmente recaiu sôbre a necessidade de as aproveitar chamando a um grémio os homens mais instruídos e mais dedicados ao progresso da mais elevada educação nacional, citando a propósito os triumfos alcançados por Chateaubriand para dar entrada no Instituto de França.

Boa ideia! Podia ter-se no Brasil um instituto de igual carácter ao que se elevára em França. Cunha Matos e Cunha Barbosa acordaram então em constituír os alicerces e revelaram êsse plano a alguns amigos mais intimos e de valor literário e scientífico.

Pouco tempo depois reuniam-se mais alguns sócios da sociedade nacional e eram lançadas as bases do Instituto histórico e geográfico do Brasil, que teve a sua primeira reunião fundamental, ao que me lembra, em novembro 1837 isto é, há 73 anos que se prefazem agora em 1911.

Nessa primeira reunião do Instituto foram eleitos o presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde de S. Leopoldo, homem conhecido pela sua variada cultura de que tinha dado provas sobejas não só no tempo em que viveu em Lisboa, depois de ter alcançado o seu honroso diploma na Universidade de Coímbra, mas depois do seu regresso ao Brasil, em que manteve relações com os homens

mais eminentes da sua pátria exercendo nela funções da mais alta importância. O vice-presidente foi o marechal Cunha Matos, que infelizmente faleceu pouco tempo depois e segundo presidente foi Cândido José de Araújo Viana, ao qual foi depois dado o título de marquês Sapucahy.

Nestas eleições os votos unanimes para primeiro secretário perpétuo recairam no erudito cónego Januário da Cunha Barbosa, que era realmente o principal fundador do Instituto.

Êste homem tinha com verdade variada cultura e aura bem fundado e gloriosa na república das letras e tanto assim que o seu nome figurou nas principais agremiações scientíficas, não só da América mas da Europa. Deveram-lhe muito as boas letras nacionais e a sua palavra facil, persuasiva e elegante, tinham-lhe dado nome glorioso na tribuna sagrada. Os periódicos literários do seu tempo tiveram sempre o maior empenho em que êle para lá enviasse a sua educativa colaboração.

Foi êste eminente literato eleito redactor da *Revista trimensal*, órgão do Instituto que igualmente começou a sua publicação em 1838.

A estes homens, realmente notaveis que entraram na formação do Instituto histórico, podiam juntar-se outros como Pedro de Alcantara Belegarde, que sendo oficial superior do exército, um dos lentes mais considerados da escóla militar do Rio de Janeiro, exercendo as funções de ministro da guerra e outras públicas, deixou o seu nome vinculado a muitas obras de sciência e especialmente matemática.

D. Pedro II, a quem a história não póde negar o seu amor às letras porque também as cultivou, aceitara de boamente o cargo de presidente honorário do Instituto e combinára com os funcionários desta agremiação, assistir e presidir às sessões. Efectivamente, nas actas das sessões do Instituto, de que tenho presentes muitas, lá figura na presidencia D. Pedro II. Êle interessava-se por todos os

assuntos que levantavam bem alto o nome do Instituto histórico e o glorificavam, e indagava, antes de qualquer eleição, os nomes dos candidatos e as circunstâncias que os recomendavam para a sua aprovação.

O dr. Teixeira de Melo, nas suas *Efemerides nacionais*, a pag. 13 do tômo II, nota as palavras do secretário perpétuo do Instituto de França, Eugénio de Monglave, que saúda a fundação do Instituto histórico brasileiro dêste modo:

«Vê-se que o Brasil começa a sentir toda a sua importância e deseja tomar parte no grande movimento que impele a humanidade a um brilhante futuro, querendo ocupar o lugar que lhe convem em meio das grandes nações. E certamente competia ao único país da América, que possue uma literatura nacional, principiar a exploração de outras partes do immenso campo que se tem patentiado á inteligência humana. Começar pela geografia e história é começar bem, é lançar uma vista de olhos ao passado, para obter esclarecimentos que sirvam de iluminar todos os momentos do tempo presente, é unir o estudo das cousas positivas ao estudo das que lhe dão vida».

O secretário do Instituto de França, que cito acima, Eugénio de Monglave, sabia a lingua portuguesa e, ao que suponho, estava em relações com Januário da Cunha Barbosa. A êsse ilustrádo académico se deveu uma versão da *Marilia de Dirceu*, do malogrado poeta Tomás António Gonzaga, impressa em Paris por 1825. Alegrava-o o progresso das letras no Brasil.

A entrada no Instituto histórico foi sempre demorada e dificil. Na lista dos sócios efectivos, nacionais e correspondentes nacionais e estrangeiros, o número dêstes ultimos foi muito limitado. Nos primeiros anos os literatos portugueses, ali recebidos contavam-se, mas é de justiça plena dizer-se que a sua admissão tanto honrava o Instituto como os eleitos. Lembra-me que um dos primeiros portugueses ilustres, ali admitido com o assentimento unanime

de todos e aprovação entusiastica de D. Pedro II, que lhes dedicava particular estima, como se provou, foi Alexandre Herculano.

Depois, pouco a pouco, pelo decorrer dos anos e pelo aparecimento de trabalhos scientíficos ou literários, que os colocavam em destaque bem saliente, para ali entravam homens da envergadura de Latino Coelho, cuja opulencia scientífica todos reconheciam; os irmãos Castilhos, António e José, êste último vivendo no Rio de Janeiro tivera ameudadas ocasiões de ser julgado e apreciado como homem de letras, crítico e polemista de primeira ordem. Veja-se o modo como êle entrou na celebrada controversia de *bom senso e de bom gosto*, na qual se consumiu tanto papel e tanta retórica.

Depois entraram outros do mesmo vulto, porêm, de apreciáveis serviços às boas letras, como Jorge Cesar de Figanière, que figurava muito bem entre os estudiosos com a sua *Bibliografia histórica*.

II

Como disse, a *Revista trimensal* do Instituto histórico do Brasil começou a sua publicação em 1839 e conta hoje mais de 70 grossos volumes.

Vêr-se há que compreende inumeros documentos acêrca da história do Brasil, que tem sido copiados em diversas bibliotecas e na Tôrre do Tombo em Lisboa, ou adquiridos por compra; muitos relatorios de viagens, roteiros, memorias originais de diversos sócios e outros documentos históricos e literários de importância suma sendo principais colaboradores, nos primeiros anos, Pedro de Alcantara Belegarde, José Silvestre Rebelo, Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel de Araújo Porto Alegre e outros que não é necessário agora

mencionar. Colaboração valiosissima que demonstra o interesse que os academicos ligavam à sua corporação, tornando-a assim digna do aprêço e da consideração de que ía gosando, dentro e fora do Brasil.

Em geral no fim de cada tômo veem transcritas as actas das sessões do Instituto redigidas com minuciosidade; e aí se incluem bons e desenvolvidos discursos nas sessões solenes fazendo-se neles menção, como é do uso, dos factos mais salientes da vida académica e registando-se com palavras sentidas e afectuosas a perda de consócios que a morte roubara ao Instituto e á Pátria.

Alêm do Instituto histórico brasileiro, de que dei resumida conta acima, a grande nação brasileira conta outras agremiações congéneres que tambêm por sua parte tem contribuído para o desenvolvimento das luzes naquela vasta e ubérrima região.

Nos centros intelectuais de S. Paulo e do Recife, onde funcionam com éxito brilhante as faculdades para o desenvolvimento do ensino jurídico e onde a mocidade estudiosa tem provado os seus merecimentos, as suas aptidões e o seu amor ao estudo, em diversas manifestações dignas de aplausos, aí se propagou e desenvolveu a ideia de criar núcleos valiosos de estudo e investigação similhantes ao que se via prosperar no Rio de Janeiro com tão intenso brilho.

A Baía, onde fulgura com esplendor cada vez mais crescente a faculdade de medicina, donde tem saído afamados clínicos, tambêm quís comparticipar das glórias literárias dos demais estados fundando o seu Instituto geográfico e histórico.

Em duas outras regiões do Brasil, Ceará e Pará, quizeram igualmente acompanhar ou outros estados no seu desenvolvimento intelectual, estabelecendo institutos históricos, geográficos e etnógraficos.

Aí ficaram as provas do grande desenvolvimento civili-

zador do Brasil, que o tornaram uma das primeiras nações das Américas.

Essas agremiações teem na imprensa os seus representantes em formosas revistas, que tambêm inserem grande número de documentos contribuição importantíssima para a história geral do Brasil.

O sr. dr. José Carlos Rodrigues, na sua riquíssima *Biblioteca Brasiliense*, referindo-se á creação do Instituto arqueológico pernambucano, escreve a pag. 310 o seguinte:

«O Instituto de Pernambuco foi fundado em 1862 e em 1865 saiu o 1.º número da sua *Revista,* que já é importante repositório de materiais para a história pátria, sobretudo para a de Pernambuco, que mais de perto cultiva.

Sôbre sua inspiração em 1886 empreendeu o dr. José Hígino Duarte Pereira uma viagem à Holanda para dalí levar cópias de documentos importantes à história do Brasil holandês. Aquele competentíssimo professor, depois ministro do suprêmo tribunal federal, achou verdadeiras minas de peças oficiais, desconhecidas de Netschr e de Coetano da Silva, não só no arquívo da companhia das Indias, como no dos tribunais do reino e no particular do rei...».

Na *Revista do Instituto Pernambucano* há com efeito interessantíssimos documentos com relação às lutas com os holandeses e a outros factos históricos que tiveram por teatro aquela bela região.

III

Passarei agora ao que posso registar acêrca da formação da biblioteca nacional e pública do Rio de Janeiro que, pela sua importância, pelo número e valor dos seus códices e livros, é a mais valiosa e copiosa da América do Sul.

Ao entrar no Brasil, depois da sua saída repentina de Portugal fugindo da invasão dos franceses em 1807, o

então Principe regente D. João (depois rei D. João VI), mandou êle ír na sua bagagem uma grande porção de livros da biblioteca da Ajuda e sucedeu que foram dos melhores e mais preciosos que alí existiam.

Constituiam nada menos que um riquíssimo peculio organizado pelo douto abade de Sever para seus estudos particulares e dos quais nasceu a monumental *Biblioteca Luzitana.*

Êsses livros preciosos, como se sabe, ficaram no Rio de Janeiro e não mais voltaram à biblioteca donde tinham saído. Constituíram assim um núcleo da biblioteca nacional no Rio de Janeiro e uma das suas maiores riquezas que, com as doações, com as aquisições várias e importantes por compra e com diversas oferendas, tornaram aquele estabelecimento digno da visita e da admiração de nacionais e de estranhos. Nem existe outra em o novo mundo que possa comparar-se-lhe.

Veja-se pela minuciosa descrição que o dr. José Alexandre Teixeira de Melo, empregado superior da biblioteca do Rio de Janeiro, quando se realizou em 1885 a exposição permanente dos cimelios da mesma biblioteca, a livraria particular do abade de Sever compunha-se de 34 classes com cêrca de 4:300 obras e perto de 6:000 volumes, estando representadas as melhores e mais raras produções dos escritores, assim poetas como prosadores, portugueses e castelhanos, que tiveram o íntimo gôso de ver os seus trabalhos impressos desde o século XVI até a data do falecimento de Barbosa Machado.

Uma cousa foi notada desde logo pelos bibliófilos: o cuidado que o possuidor de tão opulenta colecção puzera no seu arranjo e serviria de modêlo.

Por exemplo, os opusculos de variados formatos e de escasso número de páginas, que muitos julgam de pequena importância, mas que servem aos estudiosos que não podem desprezá-los, o douto coleccionador conseguira organizá-

los em series, segundo os assuntos e os formatos, em 155 volumes contendo riquíssimos subsidios.

Anos depois, o govêrno brasileiro sabendo das riquezas bibliográficas que acumulára por sua índole estudiosa em suas viagens o conde da Barca, o celebrado estadista António de Araújo de Azevedo, a quem as boas letras e as artes muito deveram no Brasil, porque fôra êle quem lançára os alicerces da Academia de Belas Artes em 1816, comprou no seu espólio os livros que êle possuia, que eram nem mais nem menos de 2:300 obras com cêrca de 7:000 volumes e por êles deu 76 contos em moeda fraca.

A Academia das Belas Artes iniciada, como disse, em 1816 só teve a sua constituição definitiva em 1826 e ficou definitivamente organisada em 1831.

Em riquezas bibliográficas, na parte respectiva à história do Brasil, não só da existência de outra biblioteca alí senão a que tem sido acumuladas, ao cabo de anos de enfadonhas e despendiosas investigações e acquisições sem regatear os preços, nos centros mais conhecidos e concorridos da Europa, pelo indefesso, erudito e benemerito, bibliófilo e publicista, sr. dr. José Carlos Rodrigues, que há poucos anos o provou dando a conhecer aos estudiosos essas preciosidades, que em algumas espécies excediam já as da biblioteca nacional.

Refiro-me ao monumental *Catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autógrafos e manuscritos (Biblioteca brasiliense,* parte I. *Descobrimento da América. Brasil colonial.* 8.º máximo de VI-680 páginas. A edição dêste livro foi apenas limitada a 200 exemplares, que o seu ilustre autor destinou para brinde, numerados. Eu fui honrado com o n.º 27. Creio que em Portugal é mui limitado o número das pessoas que o possuem.

Na advertência preliminar escreve o sr. dr. José Carlos Rodrigues:

«... Verá o amador que, modesta e bem incompleta

como seja esta colecção, fórma um bom núcleo para uma Biblioteca Brasiliense. No que toca ás obras do século XVI sôbre a América em geral, creio que em nosso continente não existe outra, tão farta como ela».

Nas 680 páginas dêste livro estão descritas, e anotadas bio-bibliograficamente, nada menos de 2:646 obras, que representam alguns milhares de volumes (1).

Os primeiros directores da biblioteca nacional foram o padre Joaquim Damaso, conhecido pela sua erudição; e o franciscano frei Gregório José Viegas, que foi bispo eleito de Pernambuco; ambos muito apreciados na côrte pelos seus merecimentos. Êste último era poeta.

A biblioteca nacional, como deve supor-se, tem augmentado extraordináriamente; e não será exagerado avaliar a sua opulência actual em cêrca de 150:000 volumes com uma sala em que se encontram mais de 30:000 estampas e outra sala em que a secção dos manuscritos excede o número de 6:000. Aí se nos deparam verdadeiras preciosidades.

Não há muitos anos um estudioso e opulento brasileiro, de apelido Marques, o qual depois de viajar pelas Américas, pela Europa e pela Asia, veio estabelecer-se em Lisboa, onde faleceu, muito antes do seu passamento mandára encaixotar o melhor da sua biblioteca particular, riquíssima em obras portuguesas raras, e ofertou-a à biblioteca nacional do Rio de Janeiro sob a condição de que os livros doados seriam colocados em sala especial com o nome do doador, o que ahi se cumpriu. Como estava relacionado com o falecido Marques vi essa remessa, que representava um brinde de alguns contos de réis fortes.

Tinham, pois, razão os dois beneméritos sócios da socie-

(1) Ácêrca da mudança desta bibliotéca para a nacional, no Rio de Janeiro, por oferta patriótica, vejam-se os interessantes documentos que vão no fim.

dade auxiliadora da indústria nacional quando, ao iniciarem os trabalhos para a fundação do «Instituto histórico» apontavam para a biblioteca nacional como uma fonte inexhaurivel dos estudos a que era necessário proceder para engrandecimento e glória do Brasil.

IV

Não tenho aqui presente, como já notei, as listas dos sócios estrangeiros, porêm lembra-me que entre os portugueses ilustres entrados no Instituto, nos ultimos anos, figurava o nome do sr. dr. Zeferino Cândido, o qual, por ocasião de ser comemorado o quarto centenário do descobrimento do Brasil por Alvares Cabral e então em comércio com os principais centros de esmerada cultura na capital da grande nação, assim na imprensa quotidiana mais acreditada, como no professorado em que tinha conquistado bom lugar pelo seu saber, foi incumbido por essa douta e bem acreditada agremiação scientífica de escrever uma memoria histórica e com efeito deu á luz, com aplauso geral, um grosso volume sob o título *Brasil 1500-1900*, estudo em que demonstrou os seus vastos conhecimentos históricos e no qual fez a prévia declaração de que, tendo visto e examinado os diversos trabalhos publicados relativos a tão importante assunto, preferira a todos, na sua orientação, os de Villegagnon, aplicando-lhe a nova roupagem da verdade, o que lhe deu outro aspecto.

Pouco depois, oferecia-se outro ensejo, por igual levantado e patriótico, para o Instituto histórico entrar em digna cooperação nos interesses da civilização do Brasil. E não poupou esforços. Tratava-se de comemorar, em 1908, o primeiro centenário do estabelecimento da imprensa periódica no Brasil. O Instituto não despensou o primeiro lugar e assumiu-o.

No ano antes, 1907, numa das sessões daquela douta agremiação, foi proposto e aprovado, por iniciativa de dois ilustrados consócios, o sr. dr. Alfredo Ferreira de Carvalho e o sr. dr. Max Fleiuss, que se realizasse, no ano seguinte, 1908, uma exposição comemorativa para a qual deviam concorrer, e concorreram, as bibliotecas dos diversos Estados, os municípios, os particulares e quaisquer bibliófilos, que tivessem em seu poder especimens das primeiras gazetas publicadas nesses Estados. Os iniciadores contavam também com o valioso auxilio, que por sem duvida lhes prestaria o insigne brasileiro, sr. Barão do Rio Branco, que nessa época fôra eleito unanimemente presidente do Instituto. Não se iludiram. Tudo correu bem. As adesões entusiásticas vieram de todos os Estados, como se esperava, e o benemérito Instituto histórico alcançava mais um triumfo. O sr. Max Fleiuss, que era e é o secretário perpetuo do Instituto, foi eleito secretário da comissão organisadora.

A exposição foi acompanhada da publicação de dois tômos da *Revista trimensal,* na qual se coligiram as informações recebidas de varios Estados, que deram esplendida contribuição, tal como se esperava. No primeiro tômo, parte I, (8.º da XIII-89 páginas), destinado á «genese e progressos da imprensa periódica no Brasil», vem, pelos processos modernos da fotografia os «fac-similes» dos primeiros periódicos brasileiros, a contar da *Gazeta do Rio de Janeiro,* cujo primeiro número saiu à luz no sabado, 10 de setembro de 1808, e durou até 1822, sem que o govêrno interviesse nessa publicação porque não passou das mãos de particulares que se empenhavam para que na sua pátria raiasse a luz do progresso representada em tão grandiosa manifestação.

Só em 1823 é que a dita *Gazeta* passou a fôlha oficial sob o título *Diário do Govêrno* e desde então foi tendo varios títulos até o último *Diário* oficial adoptado em 1862.

Em seguida vem, no mesmo tômo, o especimen do periódico *Idade de Ouro do Brasil,* que foi o primeiro impresso na Baía em maio 1811 e que é raríssimo alí.

Os trabalhos da comissão organizadora foram impressos em mais dois tômos, nos quais se vê, muito bem representado, o movimento completo da imprensa periódica em todos os Estados até 1908. Ficaram coligidos os valiosos subsidios mandados para a exposição comemorativa, na qual muitos conspicuos cidadãos demonstraram a sua devoção patriótica.

O *Instituto* não descansou. No ano passado, 1910, recebi o tômo 72.º da *Revista trimensal* e nele se me deparou a *Crónica* do padre Betendorf, jesuita, de grande recursos intelectuais, que estivera em missão da sua companhia no Maranhão, em fins do século XVII, e nesse escrito descreve as gravíssimas ocorrencias de que aquela região fôra teatro. A crónica de Betendorf põe em relêvo, mas com linguagem singela e clara, os periodos mais agitados da missão, na qual teve então papel saliente o célebre padre António Vieira.

Esta crónica era imperfeitamente conhecida e o *Instituto* conseguiu que, dos códices do arquivo da Tôrre do Tombo, em Lisboa, fosse tirada a cópia mais perfeita lá existente para a poder reproduzir na sua *Revista* e nela ocupa 697 páginas, e antecedidas de uma Noticia histórica, (LIII paginas). A êste códice recorreu o eminente estadista, sr. Barão do Rio Branco, em suas notáveis e patrióticas reivindicações diplomáticas no muito grave e prolongado pleito diplomático de Oyapock, a que os portugueses naquele século tinham dado o nome de «Vicente Pinçon».

Parece-me que as informações, que aí ficam postas, darão ideia da importância do Instituto histórico e do espantoso movimento intelectual, sempre crescente, que se tem operado na grande nação que tem hoje, com orgu-

lho legítimo, a denominação dos Estados Unidos do Brasil e lugar primacial nas Américas.

V

Ainda mais duas palavras.

Tem o Instituto empregado todos os seus esforços em manter-se numa linha ascensional de destaque com o nobilíssimo propósito de levantar bem alto o nivel intelectual do Brasil e tem-no conseguido colocando-se em lugar bem saliente e bem luminoso nas Americas. Rareiam no volver dos anos as fileiras dos ilustres academicos e os que entram de novo sentem logo revigorar o ânimo nos mesmos sentimentos patrioticos e entram numa contribuição por modo a tornar cada vez mais cheios de intensa luz os gloriosos anais da agremiação douta a que intelectualmente se ligaram.

Aqui tenho na minha frente a seduzir-me num encanto de leitura mais dois tômos da *Revista* trimensal, o LXIX e o LXX. O primeiro, na sua primeira parte da página 1 a 70, contêm um interessantíssimo estudo — *Da independencia à república.* Só o título atráe e o nome do escritor, que o subscreve, o sr. dr. Euclides da Cunha, inspira confiança pela forma como escreve e pela consciência com que investiga.

Traça em estilo elegante e correcto algumas páginas da história do Brasil desde a chegada do regente D. João (depois D. João VI), que saíra da metrópole com a familia pelo terror que lhe infundiu a invasão do general francês Junot como seu grupo de soldados mais insubordinados e propensos à rapina; regista os trabalhos ásperos e não tranquilos para a separação e independencia com a creação do império; as fases por que êste foi passando na organização de diversos grupos políticos em que depois se

dividiu, preparando assim por vários modos e principalmente pelos desvios e pelos erros da administração pública por modo a incitar as oposições e a apressar ou antecipar a mudança do regimen para a forma republicana, o que se conseguiu com a aprovação, sem incidentes de sério desequilibrio, em todas as provincias, em que então se repartia a vida nacional.

Ora, o autor, nestas fluentes e brilhantes páginas históricas, fez realçar os homens mais notáveis que foram chamados pelo poder moderador para a organização dos differentes ministérios, os seus serviços e a sua orientação nos processos políticos, citando-os nominalmente; dos que influiram na opinião pública pela doutrina difundida nos periódicos em que colaboravam ou nos quais influiram; e até nesses quadros singelos, concretos, elucidativos quís tornar saliente a organização do Instituto histórico, que tão grande lustre havia de trazer às boas letras no Brasil. São estas as palavras do sr. dr. Euclides da Cunha (pag. 50).

«Sob o aspecto intelectual, reduzidos á literatura apressada dos jornais e ás rimas de um ou outro poeta de talento, estariamos áquem da ditadura real e, sem maguar a história, poder-se hía dar a D. João VI o título de Mecenas, se, desde 1838, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a direcção do marechal R. da Cunha Matos e cónego Januario Barbosa, não se erigisse como um centro de convergência das energias, como um centro do espirito nacional».

E cita, em seguida, os nomes dos primeiros sócios dessa agremiação, tão auspiciosamente inaugurada, a alguns dos quais eu já me referi no começo destas notas.

A *Memoria* do sr. dr. Euclides da Cunha termina dizendo que em novembro de 1889 a República estava feita.

Pois sem duvida: tinham visto a alvorada de uma auróra deslumbrante e acariciadora. Agora só tinham de

receber e conservar os frutos do glorioso rejuvenescimento para maior glória mundial da grande pátria brasileira.

No tômo LXX, que citei acima e tem 928 páginas, das quais 641 compreendem um erudito estudo de «Folck-lore pernambucano», que se divide nos capítulos ou trechos seguintes:

Superstições populares.
A poesia popular.
Romanceiro.
Cancioneiro.
Pastoris.
Parlendas e brinquedos infantis.
Miscelanea.
Quadros populares.

O erudito autor desta memória, apresentada e mandada imprimir pelo Instituto, é o sr. dr. F. A. Pereira da Costa, que demonstrou, pelas obras citadas, as investigações que foi obrigado a fazer para o seu estudo, que é brilhante e interessatíssimo nos resultados.

No mesmo tômo se inclue, de páginas 823 a 898, o relatorio da visita que por incumbência do Instituto, fez a Portugal o sr. dr. Norival Soares de Freitas, para procurar nos arquivos nacionaes documentos inéditos que respeitassem principalmente ao Rio de Janeiro, de que havia falta no arquivo do Instituto. O sr. dr. Soares de Freitas refere as investigações que fez na Tôrre do Tombo, nas bibliotécas Nacional, da Ajuda e da Academia das Sciências de Lisboa; nas bibliotecas do Porto, Coímbra e Evora; regista o que poude apurar de aproveitavel, enumerando os documentos encontrados, e elogia os funcionários que nos arquivos portugueses o auxiliaram em tão demorada e enfadonha pesquiza.

O estudo do sr. dr. Soares de Freitas é acompanhado da reprodução litográfica de uma antiga carta topográfica da baía do Rio de Janeiro, que se conservava inédita na

Tôrre do Tombo, da qual se extraíram três pequenas cartas relativas á mesma baía, não podendo contudo averiguar-se o nome do seu autôr nem em qual época fôra executada.

O sr. dr. Norival Soares de Freitas entrou para o Instituto histórico em 5 de outubro de 1908, isto é, depois de apresentar o seu importante relatório que tem a data de 31 de agosto 1907.

Para concluír:

O Instituto histórico tem, alêm de presidentes honorários, eleição que recáe em cidadãos eminentes, ou nacionais ou estrangeiros, como por exemplo modernamente nos srs. Campos Sales e Rodrigues Alves, ambos do estado de S. Paulo; e nos srs. general D. Júlio Roca e D. Miguel Celman, da República Argentina; sócios beneméritos em número de 10; sócios honorários em número de 50; sócios efectivos em número de 50; sócios correspondentes em número de 100; e sócios bemfeitores, sem número limitado.

Nas listas, em geral, o número dos sócios correspondentes não está preenchido, porque as eleições com respeito a escritores estrangeiros, são demoradas. Ali indaga-se e exige-se que às prendas intelectuais dos candidatos se aliem as qualidades morais.

Entre os sócios honorários figuram quatro ilustres portugueses: os srs. Conselheiro Jaime Constantino de Freitas Monis, general Pina Vidal, almirante Augusto de Castilho (1) e almirante Ferreira do Amaral.

A pessoa, que escreveu estas linhas, pertence ao Instituto histórico e geográfico Brasileiro vai para trinta anos. Recebeu a honra da sua eleição patrocinada pelo eminente professor, estadista e historiador, sr. Barão Homem de Melo (dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo),

(1) Faleceu depois de ter mandado para o prélo a presente nota.

o primeiro sócio benemérito desta douta agremiação e foi unanimemente votado em 7 de agosto 1885 e tem na inscrição o número 4. O mais antigo é o sr. Barão de Guaruja, que entrou em 8 de novembro 1866 e tem o número 1; depois segue-se o sr. Vicente G. Quesada, da Argentina, que tem o número 2, entrando em 1883; e o sr. dr. José António de Azevedo Castro, votado em 1883, e tem o número 3. Êste novo sócio vivia então em Inglaterra.

A entrar em concorrência, nos seus intuitos de educação scientífica e no alargamento da sua esféra de acção intelectual em o Instituto histórico do Rio de Janeiro, outras agremiações congéneres forem pouco a pouco e no discorrer dos annos com louvores gerais aparecendo em diversas regiões do grande Brazil, como em Pernambuco, Baía, Alagôas, Rio Grande, e em outras.

De todas tem visto à luz, sucessivamente e vendo-se nelas colaboração notavel e selecta, memorias e relatórios que dão em alta medida o valor dos estudos históricos e arqueológicos ali publicados, frúcto dos trabalhos de quem vivamente se interessa pelo engrandecimento da Pátria!

Lisboa, abril 1911.

Brito Aranha.

Documentos

Peço licença para apresentar os seguintes documentos que pôem em relêvo a importância do que resultou do acôrdo para a venda da riquíssima bibliotéca do sr. dr. José Carlos Rodrigues e do que testemunha verdadeiramente o augmento e esplendor da bibliotéca nacional do Rio de Janeiro. São copiados do *Jornal de Comércio,* da capital federal, dos dias 8, 9 e 10 de julho 1911.

N.º 1

Donativo régio

Demos hontem uma grande e excelente notícia, na edição vespertina, ao público brasileiro: o distinto e conhecido industrial e capitalista, dr. Júlio Ottoni, adquiriu a *Bibliotéca braziliense* do dr. José Carlos Rodrigues e ofereceu à nossa Bibliotéca Nacional, sob a condição de ficar ali guardada, em bloco, como uma colecção à parte, figurando como o nome do imortal brazileiro que se chamou Benedicto Ottoni, pai do generoso doador, cujo belo movimento assegura dessa arte a permanencia no paiz de uma valiosíssima riqueza acumulada durante anos e anos pela paciencia, capacidade, gosto e patriotismo de um bibliófilo excepcional.

O sr. dr. Júlio Ottoni, que herdou de seu gloriôso progenitor aquêle espirito de iniciativa e aquela fé patriótica que fizeram a sua reputação entre os contemporâneos, e constituem a sua glória definitiva na posterioridade, já nos habituou aos seus nobres lances de generosidade e civismo. Vivendo do trabalho e para o trabalho, não considera o capital senão como um instrumento do Bem e como um meio de expandir a felicidade. A sua fortuna ele a desperdiça de contínuo em acções altruísticas, que lhe marcaram, desde muito tempo, um lugar sumamente simpático no nosso meio social.

Mas de todos os actos de benemerencia que tem praticado, nenhum sobreleva a êste que agora noticiamos. É uma verdadeira joia que o inteligente e decidido capitalista adquire por bom prêço para presentear com ela, sob a égide paterna, a Nação Brazileira.

Não ha quem não conheça, aqui e fóra daqui a preciosa *Bibliotéca braziliense* do dr. José Carlos Rodrigues. Os grandes antiquarios da Europa, nos seus catálogos de

venda, indicam frequentemente, para acentuar a raridade de uma obra: «não citada por Rodrigues», e de outras vezes aludem simplesmente ao opulento e erudito catálogo que o nosso director escreveu, citando de quando em quando: «Figura no catálogo de Rodrigues, sob n.º tanto».

Os nossos intelectuais vêem com magua a perspectiva dessa admiravel bibliotéca saír do Brazil. Êsse receio desapparece, agora definitivamente, em conseqùência do belo gesto do ilustrado dr. Júlio Ottoni.

Imaginamos o pezar com que o douto bibliógrafo dr. José Carlos Rodrigues vai separar-se dos seus dilectos amigos de tantos anos, cada um dos quais lhe era uma recordação pelo esfôrço que empregára para descobril-o.

Mas imaginamos tambem o prazer que no íntimo, o nosso director ha de sentir, vendo que a sua vasta e rica colecção vai ficar pertencendo para todo sempre ao país em que êle nasceu e para cuja cultura e progresso tem sempre trabalhado com o maior afinco e civismo.

O nosso abalizado compatriota dr. Oliveira Lima, resumindo numa notícia sintética o que se contêm no volume do catálogo já publicado o que corresponde exactamente à parte mais importante da *Bibliotéca braziliense* coloca e diz o seguinte:

«É mais completo do que o catálogo Garraux de livros francezes e latinos sobre o Brazil, se bem que no tocante a livros alemães do mesmo genero não alcance o repertório de Consttat: é mais verídico do que o dicionário de Blake ou mesmo o de Inocêncio, no que nos diz respeito, porque foi feito sempre sôbre os documentos e não sôbre informações; finalmente é mais restricto e por isto mesmo mais detalhado, alêm de mais copioso na especialidade, do que o catálogo Leclerc ou a relação Tromel. Equivále quási à «Vetustíssima» de Harrisse, trazida no tocante ao Brazil até á Independencia, pois que compreende a mór parte dos folhetos holandezes descritos e alguns não des-

critos por Asher, concernentes à Companhia das Indias Ocidentais e à guerra de Pernambuco; varias das relações originarias reproduzidas por Ternaux-Compans, como os *Comentarios* do adelantado Cabeza de Vaca (Valadolid, 1555), que são a obra mais antiga sôbre o Rio da Prata e a Florida; as primeiras edições dos grandes analistas hespanhoes das Indias Ocidentais, do génio de Herrera ou de Gomara; os raríssimos livros dos viajantes do século XVI — Léry, Thevet, Stade — com suas toscas xylografias; a mór parte dos viajantes francezes e inglezes e bastantes dos alemães da primeira metade do século XIX, com seus magnificos desenhos e esplendidas litografias, muitas delas coloridas, as relações dos cêrcos e tornadas de cidades de batalhas e de naufragios dos séculos XVII e XVIII; as publicações dos jesuitas — Acuna, Acosta, outros mais — primeiros exploradores e naturalistas do nosso continente, ainda que sem o critério scientífico de Piso ou de Maregraf, nas raríssimas edições originais e nas traduções coevas, etc.».

Em matéria de livros primitivos, sôbre a América, a colecção Rodrigues ostenta, entre outras joias de alto prêço, o *Mundus Novus*, de Vespucio (Roma, 1603), uma das primeiras impressões da carta do famoso navegador, e Pier dei Medici sôbre suas viagens, já realizadas á América, e, juntamente com a carta a Soderini, tambem de 1502, uma das provas da veracidade das suas quatro viagens, tão preconizadas por Varnhagen; *Cosmografia* latina de Ilacomilo ou Waldseemuller, de 1507, com as quatro cartas apensas de Vespucio sôbre suas navegações, que é a primeira impressão de St. Dié e o livro no qual se propôs que ao novo mundo descoberto se chamasse América, do nome do seu verdadeiro descobridor na parte pelo menos meridional do continente traçada no mapa que acompanhava o tratado descritivo e que o jesuita Fisher muito recentemente encontrou; a *Copia der Newen Zeytung*

aus Presillg Land, folha volante de que só são conhecidos tres exemplares mais, que é o impresso mais antigo sôbre o Rio da Prata e prova terem sido os portuguezes e não os hespanhoes «os primeiros que navegaram no gôlfo daquêle estuário e foram até mais ao sul; os *Paesi nuovamente vitrovatti,* a compilação na edição original de 1507 — o que faz exemplar unico, na America do Sul — de Fracazio de Montalboddo, na qual pela primeira vez se inclue a narração da viagem de Cabral ao Brazil, composta em Lisboa sob as vistas do diplomata veneziano Cretico e remetida para sua cidade ao Almirante Malipiero, que desejava conhecer e utilizar a notícia dêsse novo descobrimento português.

Essas breves notas dão bem ideia do régio donativo que o ilustre dr. Júlio Ottoni acaba de fazer à Nação.

N.º 2

«Rio de Janeiro, 6 de julho de 1911. — Ex.mo Sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva. — M. D. Bibliotecário da Bibliotéca Nacional. — Rio de Janeiro. — Ex.mo Sr.: É de certo bem conhecida de v. ex.ª a já celebre Bibliotéca Braziliense que o sr. dr. José Carlos Rodrigues ha muitos anos colige com tanta paciencia, cuidado e fino tacto de verdadeiro bibliógrafo. Pelo seu catálogo publicado e que já se destaca hôje como autoridade incontestavel na bibliografia deste continente, vemos que preciosas joias tem o dr. Rodrigues conseguido reunir desde a *Cópia des Neues Zeytung aus Presillg Land,* pela qual deu 12:200$000, e a primeira carta de Colombo, que custou-lhe mais de 6:000$000, até manuscritos raros como os 12 grossos volumes da correspondencia em originais do Capitão-General de Minas Geraes Conde de Valadares, no século atrazado, e pelo que teve de dar mais de 5:000$000 no recente leilão Azambuja em Lisboa.

Solteiro e sem filhos, temia o ilustre biblioófilo que se espalhasse a sua colecção, que conta, além dos seus 2:600 números das obras distintas sôbre o Brazil colónia, mais uns 9:000 ou 10:000 do Brazil independente; e para evitar êsse verdadeiro desastre, que só aproveitaria aos livreiros, pensou o sr. dr. Rodrigues em dispôr da sua bibliotéca num só blóco contanto que fôsse para alguma instituição pública. Tendo sabido disto, e sem solicitação do dono da bibliotéca, o Govêrno do sr. dr. Afonso Pena chegou a pedir um crédito para tal fim, mas que a Camara dos Deputados, não sabendo do que se tratava, não votou. Mais tarde soube eu que o sr. dr. Rodrigues recebera uma proposta dos agentes de uma bibliotéca nacional estrangeira para a acquisição desta preciosa colecção, mencionando um prêço que, apezar de aparentemente elevado, não foi aceito.

Por essa ocasião ofereci-me ao sr. dr. José Carlos Rodrigues arranjar adquirir a sua colecção, inteira e sem reserva, constante dos seus catálogos, impresso e manuscrito, pagando-lhe o prêço que para o fim de conservál-a em blóco fixára áquela bibliotéca. Declarei-lhe logo que o meu intuito era duplo: primeiro, o de proporcionar-se mais meios com que estou certo alargará a utilidade do pequeno hospital que á sua custa fundou nesta Capital, e que tamanhos serviços vai prestando às crianças pobres, e, em segundo logar, o de ter a grande satisfação de vêr sua preciosa colecção recolhida no seu conjunto à nossa própria Bibliotéca Nacional. Ela irá augmentar as riquezas dêsse grande estabelecimento que, se tem merecido a atenção de muitos Govêrnos ao seu edifício e suas instalações, parece estar condenado à culposa negligência no que concerne o principal intuito de tais estabelecimentos, que é acquisição de material de leitura, consulta e estudo.

Assim, pois, desejo saber se v. ex.ª, em nome do Govêrno, aceita a oferta que o meu patriotismo inspira-me

a fazer a essa instituição nacional, e se ela poderá ser aceita sob estas condições imprescindiveis:

1.º A colecção será mantida separadamente, não podendo ser desmembrada para diversas salas da Bibliotéca, exceto as obras valiosas que devem ser guardadas sob chave. Como está toda catalogada especialmente e o sr. dr. Rodrigues se compromete em tres mezes produzir o segundo e último volume do catálogo, impresso á sua custa, creio que não haverá inconveniente em cumprir esta condição, sobretudo quando as obras se referem unicamente ao Brazil, directa ou indirectamente.

2.º A colecção terá o nome *Benedicto Ottoni,* de minha familia. Creia v. ex.ª que não é a vaidade que me leva a fixar êste titulo. Quizera a princípio que a encimasse o nome do seu colecionador que, êle mesmo, recusando-a a pé firme, fez questão de que a colecção ficasse conhecida pelo nome de Brazileiros «que tanto têm abrilhantado as letras, o progresso das ideias políticas, o do magistério, o problema da viação ferrea e o da indústria, em nossa cara Pátria».

É escusado assegurar a v. ex.ª que muito desvanecido ficarei se a oferta fôr aceita, e nessas condições. Será para mim grande honra ligar o meu nome a êsse grande estabelecimento ao lado dos de D. João VI, D. Pedro II, Marques, Salvador de Mendonça e outros que tanto contribuíram para a sua grandeza.

Sou, com muita estima e consideração. De V. Ex.ª Att.º Amg.º e Criado Obr.º — *Júlio B. Ottoni.*

N.º 3

O sr. Director da Bibliotéca Nacional dirigio ao dr. Júlio Ottoni a seguinte carta, em resposta á em que êle communicou a oferta de fazer à Bibliotéca Nacional:

«Bibliotéca Nacional, 8 de julho de 1911. — Ex.mo Sr.

Dr. Júlio Benedicto Ottoni. — Tenho a honra de acusar o recebimento da carta em que v. ex.ª me anuncia que adquiriu e deseja oferecer a êste estabelecimento a Bibliotéca braziliense, do sr. dr. José Carlos Rodrigues, e me pergunta se aceito essa oferta sob a condição de conservar, integra e independente aquela coleção, sob a denominação de *Benedicto Ottoni.*

Em resposta, comunico a v. ex.ª que em nome da Bibliotéca, aceito com o maior reconhecimento a extraordinária doação com que v. ex.ª mais uma vez manifesta a sua elevadíssima compreensão do patriotismo e o modo superior de empregar a fortuna como fautôr de grandes benefícios sociais.

As duas condições únicas a que v. ex.ª subordina o seu generoso oferecimento, são as que a Bibliotéca expontaneamente impôs a si mesma, em relação a presentes dessa natureza: manter, em separado do acervo comum da sua livraria, formando um todo especial, as coleções que lhe são oferecidos e dar-lhes o nome que o doador escolhe.

A restrição feita áquela regra é justamente a que v. ex.ª lembra: guardar, debaixo de chave, obras ou documentos que exigirem essa precaução excepcional. É o que se dará, por exemplo, com os raríssimos manuscritos que aumentam consideravelmente o valôr da *Bibliotéca Braziliense — José Carlos Rodrigues.*

Cumprindo o dever de dar resposta às perguntas de v. ex.ª, só me resta, o que óra faço com a maior satisfação, agradecer, em nome da Bibliotéca, a maneira fóra do comum, por que v. ex.ª manifesta o seu interesse e o seu amôr por ella, o que coloca, com toda a justiça, o nome de v. ex.ª na mesma altura do dos maiores bemfeitôres dessa instituição.

A importância da *Bibliotéca Braziliense José Carlos Rodrigues* é devidamente reconhecida por todos os que se entregam aos estudos de história e de bibliografia do

Brazil, a que se dedica, com admirável solicitude e alta inteligencia aquele nosso eminente compatriota, o que lhe conquistou inegável autoridade nesses assumtos.

Quer pelo número, e pela qualidade dos volumes, muitos dos quais de extrema raridade, quer pelo valor dos manuscritos, como documentos indispensaveis para o conhecimento da nossa história — ela será um tesouro dos mais preciosos para especialistas, que já a conhecem pelo meticuloso catálogo do seu organizador, livro que basta para consagrar a competencia de um bibliógrafo.

Oferecendo essa bibliotéca à Bibliotéca Nacional, não só v. ex.ª a enriquece singularmente, mas tambem presta um serviço sem prêço ao paiz e às letras.

Aos meus agradecimentos se juntarão necessariamente os louvores dos homens que estudam e que lêem, mesmo os que, não sendo favorecidos por êste dom, podem avaliar da benemerencia de quem o fez.

E certamente todos aplaudirão que a êsse grande acervo de livros, que falam do nosso passado, se tenha dado um nome glorioso em nossa história e que nela fulgura como lição de patriotismo, honradez, amôr ao trabalho, talento e espírito liberal.

Atendendo, nêste ponto, à indicação do sr. dr. José Carlos Rodrigues, que queria para a denominação da colecção, não o seu nome, que aliás, é inseparável dessa colecção, mas o «de Brazileiros que tanto têem abrilhantado as letras, o progresso das ideias políticas, o do magistério, o problêma da viação ferrea e o da indústria em nossa cara Pátria» — submeteu-se v. ex.ª a uma imposição justa, a que não poderia desobedecer com a escusa de que o ilustre nome lembrado é o que v. ex.ª herdou e honra, porque êsse nome, embora pertença a v. ex.ª por direito muito especial, faz parte do património nacional, e mereceria de qualquer brazileiro essa homenagem».

Com elevada estima e distincta consideração, tenho a

honra de me subscrever. — De v. ex.ª atencioso amigo, criado obrigado, dr. *Manuel Cicero P. da Silva.*

N.º 4

«Rio de Janeiro, 9 de julho de 1911. — Il.mo Sr. Redator do *Jornal do Comercio.* — Peço o obséquio de um momento de sua atenção para uma reclamação, que tem por mais de um título maior cabida no mais velho orgão de nossa imprensa.

Parece-me que se tem falado mais, do que merece, na doação, e menos no objecto doado.

A *Braziliana* do sr. dr. José Carlos Rodrigues representa não só uma colecção de inestimável valôr para o Brazil, mas ainda largas dezenas de anos de inteligente trabalho e cuidadosa dedicação.

E deixe-me dizer-lhe que a soma por que foi cedida é menor que o seu valôr real, *não contado o trabalho do colecionador,* e o que talvez seja indiscreto dizer: a doação está feita e acabada, os livros em caminho da Bibliotéca Nacional, onde já estão muitos e o sr. dr. José Carlos Rodrigues ainda não recebeu o 1.º ceitil do prêço deles.

Se dei á doação o nome de minha familia foi por a apreciar no seu justo valôr e entender, que os dois pertencem à parte intelectual de minha pátria, de que a colecção faz a história para a qual tem concorrido os meus maiores.

Agradecendo os obsequiosos conceitos a mim tão generosamente dispensados, permita-me dizer que, se a colecção não existisse, a doação seria impossivel; assim, pois, ao brazileiro, que, tão desveladamente cuidou da história de sua terra e inteligentemente coligio os documentos, que o levarão à posteridade, é que cabem todos os elogios e todas as glorias.

Creia-me sr. Redator com minha estima. At. amg. cr. obr. *Júlio B. Ottoni*».

Lezira e Leziria

Na sessão de 29 de novembro da Academia das Sciências de Portugal, o sr. dr. Teófilo Braga disse que o radical *lez-* do vocábulo *Leziria* era de origem ligúrica e significa *ribeirinho*. «O sr. dr. Teófilo Braga... explica a origem da palavra *Leziria,* onde entra o radical *lez,* que significa *ribeirinho,* e que era usado pela raça ligúrica, vindo por isso a constituír a designação dum terreno alagadiço». *Diário de Noticias,* de 30 de novembro de 1911.

Parece-me escusado e aventuroso ir buscar tão longe a explicação deste termo. Todos os dicionarios portugueses, os dicionarios de Vieira, de Morais, de Faria e Lacerda, de Adolfo Coelho, de Cândido de Figueiredo, o *Dicionário Contemporâneo* e as *Apostilas aos dicionarios portugueses* de Gonçalves Viana, dizem ser de origem arabe e significar nesta lingua *ilha,* isto é الجزيرة, *aljazira.* Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana (II, pag. 38) dizem provir do plural الجزائر, *aljazair*, mas ignoro o fundamento.

Mas já Barros, no século XVI, dera igual explicação: «A terra em si é baixa, alagadiça, e retalhada com esteiros e rios, como cá são as terras que por vocábulo arábico chamamos Lezirias». (*Decada* I, fol. 181).

Dizem o mesmo Duarte Nunes do Leão (*Origem da lingua portuguesa,* cap. X: *gizira* e *gizaira,* aliás *gizair,* respectivamente o singular e o plural do mesmo termo), João de Sousa (*Vestigios da lingua arábica em Portugal*) e Eguílaz y Yanguas (*Glosário de las palabras españolas de orígen oriental*); e o mesmo afirmei eu também algures (*Toponimia árabe de Portugal,* pag. 18, e *Arqueólogo português,* VIII, pag. 127), mas Dozy e Engelmann, *Glossaires des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*) não a dão.

Creio ser esta a verdadeira explicação do vacábulo. A forma mais próxima do arabe é *lezira,* mas a mais corrente hoje é *leziria.* De *lizira* se formou o derivado *lizirão, lezirão* e *lizeirão.* Para as fontes veja-se o *Arqueólogo português,* VIII, pag. 128-9.

Lezira deve explicar-se por *alzezira* em vez de *algezira* e dissimilação de *z,* e queda do *a* inicial por confusão com o artigo português *a.* Compare-se com *alzebeira* por *algibeira, zerzelim* por *gergelim* entre o povo. Já no arabe do norte de África se dava essa troca de *z* por *j;* assim o étimo de *gergelim* é *aljoljolin,* mas ocorre também na forma *alzonjolin* (Dozy e Engelmann, *Glozsaire,* pag. 17). Para a queda do *a,* compare-se com *lacrao* por *alacrao, Larache* por *Alarache,* cidade de Marrocos.

Procurei provar algures que a origem do nome de lugar *Aljezur* (Algarve) era a mesma (*Toponímia,* pag. 18 e *Arqueólogo português,* VIII, pag. 127), como é com certeza de *Algeciras* e *Alcira* (compare-se esta forma com a que se quer explicar), cidades de Hespanha, e *Argel* (mas do plural *aljazair),* cidade muito conhecida do norte de África.

Contudo, como eu já disse (*Arqueólogo português,* VIII, pag. 129), não deve ser a significação primitiva de *ilha* que explica a da nossa *leziria.* As lezirias são formadas das terras que arrastam as aguas dos rios e se depositam nas margens dêles, quando se espraiam. Ora em arabe essas terras chamam-se *terras de ilhas,* como diz Alauame no seu tratado de agricultura, ارض الجزائر, *ard aljazair,* ou التراب الجزيريّة, *atturab aljaziría,* que êle define assim: «terra de ilhas é a que as aguas dos grandes rios depositam (nas suas margens)»: ارض الجزائر التى تركبها الامياه من الانهار الكبار. (Citações em Dozy, *Supplément aux dictionnaires arabes*).

De الجزيرة, *aljazira,* os arabes fizeram o adjectivo الجزيريّة *aljaziría,* «de forma ou natureza de ilha, insu-

lar», citado acima, que é exactamente a forma portuguesa *leziria,* mas acentuada diferentemente, isto é, aguda, e não pode por isso explicá-la, a não ser que houvesse uma deslocação de acento.

Leziria e *Lezirão* são também nomes do onomastico nos seguintes concelhos: 1) S. Tiago de Cacêm, Barreiro, Leiria, Alcácer do Sal, Castro Marim, Rio Maior, Santarêm, Aguiar da Beira, Loures, Almeirim e Anadia; — 2) Chamusca e Calheta (Madeira). Silva Lopes, *Dicionário postal.*

David Lopes.

Lordelo, no concelho de Monção em 1059

Dos três elementos que constituem um estado, só a organização do poder é conhecida nos territórios de Portucale e Coímbra com profundidade, regiões essas que vieram depois a formar o reino de Portugal. Do primeiro daqueles, que é o povo, tanto considerado antropológica como etnograficamente, apenas por induções somos levados a conjecturar como seria. O segundo que é o território, é de todos o menos estudado, se bem, que talvez seja de todos três o de que mais materiais há à nossa disposição actualmente.

É da terra onde um povo vive que êle tira, não só o alimento, mas em não menor grau todas as parcelas do seu intelecto, as quais se reflectem na religião, nos costumes, na língua e na administração. Esta impregnação exercida durante séculos modifica inteiramente um povo por mais estranho que êle tivesse sido á terra ao tempo de vir acomodar-se nela.

Com relação ás planícies da beira-mar *a flumine mineo*

usque in tagum (1), como diz um documento de 1097, onde viviam os povos portucalenses e conimbricenses, o cêrca de um milhar de pergaminhos e suas cópias que estão publicadas num corpo pela nossa Academia dão-nos bastas informações sôbre os seus limites, não tantas aínda assim como desejaria a nossa insaciável curiosidade. O lado ocidental limitado naturalmente pelo mar não oferece dúvidas, aínda que a praia, *aula maris* nem sempre fosse povoada; o lado meridional era muito variável em virtude das incursões islamitas, aínda assim, quer estivesse debaixo do domínio cristão quer do musulmano, oferece-nos grandes massas de documentos que nos esclarecem a linha fronteiriça com diversos periodos; o lado septentrional também era estável, pois corria ao longo do Minho. Resta-nos a fronteira oriental, a mais obscura de todas a traçar, em virtude de ser nela muito rara a população. Os portucalenses chamavam a esta fronteira, na parte que ficava ao norte do Douro, *Trans Serram,* isto é, além do Marão, e a que ficava ao sul do rio *Estrematura, in extremis.* Eram regiões perigosas que tinham de receber os embates dos muçulmanos de Zamora e de Badajoz. Também o sul do rio Mondego estava devastado pela incursões dos muçulmanos de Santarêm e de Lisboa.

A população que vivia nos fertilíssimos campos de riba do Douro não tinha emigrado das montanhas das Astúrias para vir estabelecer-se nas dioceses de *Portucale* e *Bracara,* como aínda hoje se diz, mas representava a antiga população lusitano-romana levemente mestiçada com os seus conquistadores germanos. Era um povo irrequieto, como aínda hoje são os minhotos, e que para o domar já era preciso, no tempo dos visigodos, não muito antes da invasão árabe, em 701, haver em Tuy um delegado dos reis de Toledo com um exército.

(1) *Port. Mon. Hist. Dip.,* pag. 504.

Chamava-se êste Witiza e foi o penúltimo rei germano. Êste facto é talvez o primeiro prenúncio da vida do nascente povo português.

Em frente de Tuy ergue-se a vila da Valença, povoação que tinha em tempos remotos o sugestivo nome de *Contrasta*, para indicar que ali se encontrava um baluarte da defesa de Portugal.

O distrito moderno de Viana da Fóz do Lima, que tem por capital a cidade officialmente denominada Viana do Castelo, parece ser mais uma dependência da Galiza do que do território português.

Durante muito tempo também êle dependeu eclesiásticamente da diocese de Tuy. As referências nos nossos documentos até 1100 a lugares colocados entre os rios Minho e Lima são muito escassas. Os nomes que até agora tenho apurados como indubitáveis são Arga, Castanheira, Coura, Lanhelas, Portela de Vez, Prozelo, Rio Frio, Suajo, Tavora e Vilar de Mouros. É bem de ver que vão aqui reproduzidos na sua forma moderna. O pequeno número de nomes localizados e os outros de restituição mais difícil, também em pouco número, mostram que esta região era mal povoada em épocas antigas, ainda que não faltam testemunhos da existência do homem dos períodos préhistóricos.

Entre os nomes que não pude localizar encontram-se dois num documento do ano de 1059 que diz assim: «Et hanc parte minei subtus montis filistin discurrente riuulo boruen villa lauridelo ab integro per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis» (1).

A vila *lauridelo* deve ser hoje a freguesia de Santa Maria de Lordelo, no concelho de Monção. Lordelo chamava-se antigamente Lordêlo do Monte (2), denominação

(1) *Port. Mon. Hist.*, Scriptores.

(2) Baptista, *Corografia*, II, pag. 97.

que reflecte a designação do século XI *lauridelo... subtus montis*. Esta freguesia está em vale baixo, mas fica-lhe eminente uma serra com a cota máxima de 760 metros, a qual deveria ser o *mons filistin* do ano de 1059. Nas faldas desta serra estão tambêm assentes as freguesias de Anhões e Merufe e nelas toma os seguintes nomes: Serra da Anta, Bust'abade, Serra da Costa do Mourinho, Monte das Forcadas e Fial. O nome *Filistin* parece pois ter desaparecido por completo.

A freguesia do Lordelo pertence ao concelho de Monção e por isso procurei saber os nomes de todas as alturas que nele se encontram e que são as seguintes, algumas das quais saem dos limites dela: Boulhosa, Carvalhal, Castelos, Choqueiro, Couto, Cumieira, Escombroeiro, Espinheiro, Fiães, Fonte do Seixo, Gandra Chã, Guinchos, Meadinha, Oural, Outeiro Moço, Pedrinho com sua lagoa, Pogido, Portela de Anta, Portela do Lagarto e Val de Poldros (1).

São montes batidos pela neve. Assim em Barbeita, onde, alêm da Portela de Anta, há «montes asperos e frios, causa das muitas neves que neles pousam».

A Serra do Fial cobre-se de neve, assim como a Boulhosa. Em Ceivães, por 1758, os habitantes da freguesia, segundo diz um contemporaneo, «se recolhem para as brandas que nos mesmos montes fazem para escapar da muita neve». Nestas serras cria-se a carramelha, carrasca, giesta, tojo e urze; e vivem coelhos, lebres, lobos, perdizes, teixugos, raposas, porcos bravos ou gibelins, forma alterada de javalís usada em Merufe. Em 1758 aínda havia cervos em Ceivães e corças em Segude.

Assim como se perdeu o nome Filistin, tambem o nome do rio *Boruen* desapareceu sem vestígios, como vamos

(1) As noticias que dou aqui são tiradas das memórias de 1758 que se guardam na Tôrre do Tombo.

ver. O concelho de Monção é banhado além do Minho pelo rio Mouro, que nasce em Lamas de Mouro (concelho de Melgaço) e acaba em Ceivães e pelo da Gadanha ou Lúzio que nasce em Ucha, freguesia de Anhões e acaba em Troporiz. Um afluente dêste último rio, chamado Fundões, é que deve corresponder ao *Boruen*. Os nomes dos seus pequenos afluentes são estes: Barral, Bom ou Ferronho, Cartes, Fisga, Fundões ou Peteira. O Ermela é afluente do rio Mouro. Outros regatos do concelho são: Alçaperna, corga de Campos Verdes, Forno, Filgueira, Fervença, Lavandeira, Portela de Alvite e Rego do Monte. Êstes cursos de água são em geral orlados de amieiros, choupos, castanheiros, freixos, lagumeiras, olmos e salgueiros.

Em 1758 aquelas águas faziam mover azenhas, lagares de azeite e pisões. Estes rios são povoados de bogas, carpiços, enguías, escalos, lampreias, linguados, muges, relhos, robalos, sabelhas, salmões, sáveis, solhas, taínhas e trutas. Para colher estes peixes trabalham o anzól, cana, chumbeira, covos, redes, tarrafa e varelas.

Num documento do ano de 950 em que veem indicados muitos nomes de povoações galegas e de algumas portucalenses até ao Lima encontram-se notícias de *palatio de boruem* (1). É provavelmente outra localidade.

No concelho de Monção há, como já disse, uma freguesia de nome Anhões que sou levado a identificar com *ueliones*, mencionada num documento de 1059 (2) conjuntamente com *Laureda*, hoje Loureda, e *Monimenta* que talvez não seja Mei, como se tem pretendido, mas sim S. Martinho de Moimenta, da freguezia de Alvora, como se lê numa carta registada a fl. 20 da Chancelaria de D. Afonso IV. Estas povoações ficavam para cá da Portela de Vez «hanc partella de uice».

---

(1) *Port. Mon. Hist. Dip.*, pag. 35.
(2) Id., pag. 227.

Essa identificação tem dificuldades fonéticas e topográficas, como as tem ainda maiores a proposta pelo sr. Figueiredo da Guerra, que localiza *ueliones* e Vascões (1).

No concelho abundam as lendas, essas piedosas recordações do passado, que nós devemos apressar em recolher antes que desapareçam por completo.

As freguesias que compõem o moderno concelho de Monção na sua maior parte pertenciam em 1254 ao julgado de Pêna da Raínha, nome êste que se conserva na freguesia de Abedim sob o nome de Castelo da Raínha. Neste ponto encontram-se aínda vestígios de habitação e a elas ligadas algumas lendas já registadas e aperfeiçoadas no século XVII, como de tudo nos dá conta o sr. Figueiredo da Guerra (2).

Não me parece pois que sofra contestação o identificar a vila Lauridelo do século XI com uma modesta freguesia do concelho de Monção, em face do que dou conta.

Esta vila medieval tem ainda a reùnir em si a singularidade de ser a povoação portuguesa mais septentrional de que nos dão conhecimento os preciosos documentos dos *Portugaliae Monumenta* pacientemente coligidos por Herculano. Não quer isto porêm dizer que aqui terminasse o povoado e que para norte dela já não existissem outras vilar e vilares, apenas quero dizer com estas palavras que os recursos que nos dão os documentos terminam aqui.

Pedro de Azevedo.

---

(1) Alves da Cunha, *Paredes de Coura*, pag. 555.

(2) *O Archeólogo Português*, v, pag. 134.

A naturalidade de Cristovão Colombo

Há tempo li com atenção uma carta da Catalunha escrita por um professor de Barcelona, de mérito comprovado, na qual se registava com elogio o descobrimento da naturalidade do celebre navegador Cristovão Colombo à vista de documentos arquivados pelo ministro da república do Chile.

Alcançára essa notícia o ilustre escritor espanhol D. Ramon del Valle Inclau, que juntando essa informação, a que dera grande pêso, ao resultado de outras pesquizas bem sucedidas, se preparava para dar ao mundo intelectual êsse fruto de seus estudos assim que regressasse á sua patria.

Com efeito, já em terra espanhola o sr. D. Ramon del Valle Inclau comunicou jubiloso êsse descobrimento que o correspondente catalão pôs na carta que citei e que teve larga publicidade.

Um amigo estudioso, conhecido pelo seu acrisolado amor às boas letras e que dia a dia enriquece o seu pecúlio bibliográfico, escreveu-me acêrca dessa notícia perguntando-me: = ¿Que me diz do descobrimento da naturalidade de Cristovão Colombo? ¿Então o grande navegador é natural da Galiza?

Não respondi logo a estas perguntas porque desejava interrogar pessoa = um nosso ilustre e estimavel consócio — que por seus estudos especiais de muitos anos pudesse favorecer-me com resposta conveniente e fundamentada. Todos sabem que o nosso consócio, o cavalheiro Prospero Peragalo, tem longos e aturados estudos sôbre Cristovão Colombo e que a sua informação me daria luz suficiente para apresentar uma nota à classe. Não se fez esperar a resposta. Tenho aqui nada menos de tres cartas do erudito

escritor, académico e poeta, que se apressou em dizer-me o que se lhe oferecia para esclarecimento da verdade (1).

Não apresento estes documentos com o intuito pedantesco de estabelecer controversia de mais a mais se a pudessem julgar ofensiva, mas simplesmente como resultado de averiguação de um estudioso.

Para que não se persuadissem que eu me enfeitava nesta nota com plumagem de pavão, roguei ao meu amigo sr. Peragalo que me permitisse fazer uso do que me respondesse citando o seu honrado nome. Com essa autorização pois é que me sirvo das suas cartas. Na 1.ª eis o que eu leio, sob data de Genova a 18 de novembro último:

«Penhorou-me muito o gentil cuidado de v., que, julgando com fundamento que tudo que diz respeito a Cristovão Colombo, não podia deixar de interessar-me, teve a delicadeza de enviar-me há dias de uma suposta descoberta da naturalidade galega do dito Colombo, e, ainda mais, da sua origem judaica, conforme anunciava uma correspondência da Cataluuha.

«Eu li pois esta correspondência e fiquei surpreendido que o correspondente catalão e mais o seu informador *D. Ramon del Valle Inclau, principe das letras espanholas* ignorassem, ainda em julho dêste ano 1911 que já em 1910 um tal D. Celso Garcia de la Riega tinha feito na sociedade geográfica de Madrid uma conferência em que apresentou a tal fantástica descoberta; e que, pouco tempo depois no n.º 258 do periódico *La españa moderna,* impressa em Madrid em 1 de junho de 1910, apareceu um artigo (desde pág. 5 até 44) assinado por *D. Fernando de Anton del Ohnet,* que sustentava a tal balela apresentada pelo *D. Garcia.*

---

(1) O sr. Próspero Peragalo tem sete ou nove obras, livros e opúsculos, acêrca de Cristovão Colombo e da sua família.

«Era pois já velha a noticia .. E foi exactamente no mês de junho de 1910 que eu deliciei-me lendo na dita *España moderna* a prosa balofa do *sr. Fernando Ohnet,* em a qual observei que, de mistura com a ausência completa de senso critico, se aí navega em um mar de suposições fantásticas, de documentos mudos (isto é, que nada dizem em provas) juntamente com erros históricos; e, o que é mais extraordinário, com citações abertamente falsas, emprestando a autores o que nunca disseram.

«Ouça o meu amigo esta, e pasme! A pág. 14 o *sr. Fernando Ohnet* atreveu-se a escrever o seguinte trecho na *España moderna Antonio Gallo, naturel de Genova, que conocia perssonalmente á los Colon, hablando del futuro adelantado, dice:* «BARTOLOMÉ COLON ERA NASCIDO EM LUSITANIA». *El Obispo Giustiniani, genovés, igualmente contemperaneo de Colon, al hablar de este haciendo su biografia, parafrasea à Antonio Gallo citandole, reproduciendo sus palabras, respecto de la patria de Bartolomé Colon.* Teremos pues, que los historiadores genovezes cotemporaneos de Cristóbal Colón... DECLARAN QUE BARTOLOMÉ COLON ERA NASCIDO EN LUSITANIA!!

«Ora isto é redondamente, abertamente falso, falsissimo. É com escritores desta fôrça e qualidade que se fabricam descobertas. E note, meu caro amigo, que, segundo a tal citação falsa, Bartolomeu Colombo seria então português. Pois não foste! É comico vêr como o sr. Ohnet pretende que, apesar disto, o Bartolomeu Colombo era galego e propriamente natural de Pontevedra! Em suma é um divertimento ler a lenga lenga de D. Fernando Ohnet. Basta...».

Nas duas seguintes cartas, datadas de 1 e 5 dêste mês, o sr. Prospero Peragalo confirma o que escreveu na primeira, dizendo-me que estimava que eu apresentasse na Academia que tambêm o honrára recebendo-o no seu seio. Acrescenta que eu ficaria sem saber onde o sr. Ohnet iria

buscar em Antonio Galo que Bartolomeu Colombo nascera na Lusitania. Estropiando um trecho latino.

Galo afirmára a naturalidade genovesa dos irmãos Colombo. O sr. Ohnet onde viu que Bartolomeu se *estabelecera* na Lusitania pôs *nascera*.

E aqui deixo o meu agradecimento ao erudito consócio, sr. Peragalo, por me oferecer o ensejo de apresentar esta nota, que me parece interessante.

Lisboa, 1911.

Brito Aranha.

O «Liber Fidei» da mitra de Braga

Os nossos historiógraphos podem dividir-se quanto ao critério das fontes em tres grupos: em críticos como Herculano e o sr. Gama Barros, em racionalistas ingénuos como Oliveira Martins e o sr. Teofilo Braga, e em sectários como Fr. Bernardo de Brito, António Caetano Pereira e vários escritores populares modernos.

Os críticos não se abalançam a nenhuma afirmação que não seja confirmada ou deduzida de legítimos documentos, ao contrário dos racionalistas que confiam no poder da razão, processo que êles acham suficiente para interpretar e generalizar os factos ainda que estes sejam contestaveis. Estas duas direcções são scientificas o que já não succede com a terceira.

Aos sectários é completamente indiferente a genuidade das fontes que êles mesmo não se coíbem de perturbar, quando lhes é totalmente impossivel interpretar a seu modo. Ao proceder por esta forma crêem que restabelecem a verdade dos factos alterados adrede pelos seus adversários. São pois fanáticos e não criminosos.

Na lei de 18 de março de 1911 sôbre bibliotecas e arquivos encontra-se um período que denota o modo sectário como são encarados actualmente os arquivos eclesiásticos. Diz-se: «urge recolher, instalar, catalogar, conexar cuidadosamente... os milhares de documentos das extintas casas religiosas, que provam o crime de entenebrecimento do povo, os montões de papeis suspeitos em que permanece o traço da dissipação».

Mais rasgado, posto que mal formulado é o pensamento contido nas palavras que aos Arquivos incumbe «um papel de importancia decisiva e de que depende o passado».

Deverá entender-se aqui o passado pela história do passado.

Um exemplo da história sectária recorto de um discurso pronunciado em 1 de dezembro de 1911 numa associação por um director de um estabelecimento do Estado. Escusado será dizer que muito pouco ha de exacto nelle. Ei-lo:

«A história de Portugal está por fazer; a que para aí anda escrita só fala de reis, de fidalgos e de padres; se ela foi escrita em conventos, nos degraus do trono ou na cosinha dos fidalgos, onde os escritores de cultura iam comer com os servos negros! Daí supôr-se que Portugal só pode ser governado pela força, porque a história só mostra o homem providência, incarnado nos padres e nos reis.

«Não! A história de Portugal é a história do povo e principalmente a do povo de Lisboa, tão injustamente caluniado sempre! Fugiram sempre os reis, os fidalgos, os políticos, os chefes; fugiram sempre os que mandam, os que devoram, os que figuram; fica o povo e só o povo, para marcar, trágicamente, a sangue, a linha da fronteira insuperavel.

«Quando, pela morte de D. Fernando, o rei de Castela se arroja à conquista, vendem-se-lhes os fidalgos, os bispos, os frades, os chefes; defende-se o povo, mas só o povo trabalhador, os operários da Casa dos Vinte e Quatro, que

inventam o Mestre de Avís, porque precisavam de um chefe militar para ir à testa da hoste. Dominam a situação, impedem ao Mestre a traição, a fuga, o desaire do casamento com Leonor Teles esses operários que teem por chefe um alfaiate e um tanoeiro. São êles e outros como êles, a famosa peonagem dos concelhos, esses heroes de Aljubarrota, de que troçava a cavalaria castelhana, porque formavam para a batalha sem capacetes nem couraças, só armados de chuços e que venceram pela fé, pela coragem e pela união.

«Entre a cobardia geral com que é aceite a inquisição, resgata a honra de raça o povo de Lisboa, apedrejando as procissões do auto de fé, tentando destruir as fogueiras, apupando os pérfidos familiares, que injuriam o povo de Lisboa chamando-lhe *a canalha de patifões*» (1).

Sôbre a história ministrada nos modernos compêndios, não farei mais do que apontar a local de um jornal onde se aprecia um delles:

«... o ensino racionalista, que com todo o ardor ha muito preconizamos, não se implanta, numa sociedade ainda eivada de preconceitos como a nossa, com a facilidade com que se bebe um copo de agua — a adoção de compêndios que a docendos e a docentes sirvam de guia para o seu desenvolvimento intelectual. É um mal cuja cura ha de levar seu tempo.

«Enquanto, porém, não chegarem os dias felizes dessa radical cura, temos que ir contemporizando com o meio, aperfeiçoando-o pouco a pouco, conquistando gradualmente o que num momento se não póde adquirir. Mas é preciso que esses livros, narrando factos e não sendo pródigos na apreciação dos mesmos, adaptem essas apreciações à evolução humana e social que tem a sua repercussão na polí-

(1) No jornal *República* de 3 de dezembro de 1911.

tica como em todas as manifestações colectivas da nossa actividade mental e sociológica. Chamar *conquistador* a D. Afonso Henriques e basear esse cognome em meia duzia de linhas em que se não apontam os defeitos do homem nem as qualidades dos que o acompanhavam, não é fazer história: é deturpá-la, como faziam de antes certos cronistas com pretensões a historiadores, e que afinal não passavam de vis mercenários subornados pela côrte para o elogio dos reis. Fazer história é dizer o que lemos no livro dos srs. Nunes da Graça e Correia Pinto: «As lutas de D. Affonso I com os moiros são uma enfiada de victórias para as quais não concorreu pouco o seu espirito nada escrupuloso. Toma Santarem á traição; apossa-se de Lisboa auxiliado por uma armada de cruzados, que saquearam a cidade e nella cometeram os maiores horrores e vergonhas, assenhoreando-se de Almada e Cintra, que os moiros, num momento de susto, abandonaram ao chegar-lhes a notícia da tomada de Lisboa; depois de duas tentativas infructíferas, entra em Alcacer, cuja população passou á ponta de espada, como vingança da sua heroica resistência; tres annos depois entram no domínio português as praças de Evora e Beja, que, em breve, juntamente com Alcacer, foram reconquistadas pelos moiros, após a derrota sofrida por D. Afonso nesta última praça. No ano seguinte, porém, Fernando Gonçalves, à frente de milícias burguesas, retoma Beja, e Geraldo Geraldes, cognominado o *sem pavor,* nobre, fugido à justiça, chefe de bandidos, tomou, por vilíssima traição, em 1166, a cidade de Evora, que entregou a D. Affonso Henriques, em troca do seu perdão» (1).

Procurei descrever até aqui brevemente conforme as circunstâncias nacionaes, os tres grupos no que toca à sua

(1) *O Mundo* de 27 de fevereiro de 1911.

qualidade, agora vou indicar a sua relação quantitativa com as fontes.

Os críticos apreciam em extremo as fontes, os racionalistas admitem-nas contrafeitos, os sectários desprezam-nas quasi por completo, a não ser que satisfaçam as suas paixões.

Se houvessemos de submeter a um *referendum* popular os tres processos essenciais entre nós de escrever história e dado o caso que todos os votantes tivessem nítida compreensão do seu movimento, por certo que seria o último tipo que alcançaria a palma da vitória com grande maioria.

Acho, portanto, que os historiadores críticos constituem no nosso país uma minoria ínfima e que não são compreendidos os seus trabalhos, ainda que seja a elles que se deva todo o avanço no conhecimento do passado. Os seus estudos significam mesmo uma ameaça para os outros dois grupos, porque põe em perigo as conclusões rapidas a uns e o fundamento das suas crenças aos outros.

Com este desprezo em Portugal pelos documentos não admira que só em 1853 se começasse a olhar a sério pelos arquivos, movimento em que se pôs à frente Herculano, commissionado pela Academia. Salvaram-se então grandes massas de documentos que estavam na sua maioria nas repartições de fazenda desde 1834, data da extinção das ordens religiosas, os quais deram entrada no Arquivo Nacional. Em 1862 iniciou-se outra campanha, que trouxe tambêm vantagens para a história, se bem que em 1887, ano em que terminou o subsídio votado pelas câmaras para o recolhimento dos cartórios, se estivesse muito longe do final.

Desde aquele ano até 1910 os cartórios recolhidos com grande morosidade deram entrada no edificio da Biblioteca Nacional, onde ainda se conservam.

Não obstante os sessenta annos de trabalho a grande

maioria de documentos continua em poder da fazenda pública e como se isso não fosse bastante ainda agora vem a acrescer a cargo do estado os cartórios dos cabidos e das igrejas paroquiais.

O destino que êles sofrerão não é facil prever, se bem, que pelo que eu disse a proposito dos cultores dos nossos estudos históricos, seja lícito adivinhar que êle não será muito lisongeiro.

Temos dois cartórios eclesiásticos extremamente ricos e que tendo estado até agora hermeticamente fechados, a recente lei de Separação entregou á Nação. São os do Porto e Braga. No primeiro guardava-se o cartulario intitulado *Censual* e que julgo foi transportado nas duas carroçados de livros que deram entrada recentemente na Biblioteca Municipal do Porto. Foi extractado o codice por José Pedro Ribeiro no tom. v das suas *Dissertações* e portanto não nos oferecerá grandes revelações.

O cartório da Sé de Braga tem sido escassamente franqueado e por isso em volta dêle formou-se a lenda, que julgo justificada, da sua extraordinária importância. Soromenho, comissário nas províncias do norte para o recolhimento dos cartórios, já de lá trouxe alguns documentos que depositou no Arquivo Nacional. Não são, porém, de grande antiguidade.

Recentemente os empregados da Biblioteca Nacional de Braga lá foram recolher livros e algum mobiliário. A competência dêsses novéis funcionarios ainda não ecoou aos nossos ouvidos,sabendo-se só que o seu director fez nas salas do estabelecimento uma conferencia sobre a lei do divorcio.

Um cartulario ali havia ainda ha pouco tempo de altissimo valor. Em 1908 o rev. Abade de Tagilde diz dêle; «Que singular serviço não servia para os estudiosos a publicação de tantos documentos, que, em grandissima parte, jazem inéditos! Pelo menos a publicação do índice, depois

de feita uma cuidadosa revisão, já era um auxiliar nobilíssimo». Esse códice que é chamado o *Liber Fidei* tem o seguinte começo: *Incipit cronica eorum que per magna parte spectare debent ad ecclesiam bracharensem et eius diocesim siue provinciam et vocatur liber fidei id est, cui fides debet adhiberi. uocatus etiam liber testamentorum. In e.ª M.ª 2.ª v.ª, v.º kl. ags.* (1).

Herculano nunca o folheou, mas chamou-lhe *antiquissimo chartulario,* na nota XIII do I vol. da sua história onde dá a transcrição de um registo. Julgo que a cópia lhe foi ministrada pelo paleographo Esmeriz, por ordem de Costa Faria, antigo governador civil de Braga, «cuja urbanidade poderia servir de modelo a muitos», porque a elle mesmo se deve outra cópia existente na nota X do mesmo volume.

João Pedro Ribeiro, que nunca visitou o cartório, nas suas *Dissertações* refere-se-lhe por vezes, bem como a outros documentos da Mitra, principalmente no tom. V; e no tom. I, a pagg. 19, 71, 151, 156, 162, 163; no tom. II, pagg. 207; no tom. III, pagg. 10, 20, 84, 56, 65, 85, 87, 91, 125, 128, 163; no tom. IV, pag. 52 da segunda parte (2).

Em 1800, José Anastasio de Figueiredo tambem se lhe refere na *Nova História da Ordem Militar de Malta,* I, pagg. 41, 107, 110, 188, 240. Esse conhecimento teve-o por intermédio do cónego Bartolomeu da Costa Botelho a quem chamava erudito e elogia a generosa urbanidade; todavia em certo caso não lhe foi «possivel apurar nem liquidar mais com o exacto teor da mesma, que aquelle Cabido difficultou, com a economia ordinária em casos semelhantes».

---

(1) *Vimaranis Monumenta Historica,* pag. 56.

(2) Estas citações são da primeira edição, excepto a do tom. V.

Santa Rosa de Viterbo em 1798 no seu *Elucidário* publica documentos da Mitra de Braga I, pag. 114 e cita a *Gazeta de Noticias Várias,* I, pag. 378 e *Livro dos Documentos confirmados*, II, pag. 351.

D. Jeronimo Contador nas *Memorias,* tom. III, publicadas em 1744 preenche tres capitulos do liv. VI com nomes geográficos tirados na sua maior parte do *Liber Fidei.* Os documentos que cita são todos anteriores ao anno de 1100 e não foram publicados por Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica.*

D. Rodrigo da Cunha na sua *História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga* de 1634 e 1635 cita não só o livro *Fidei* mas tambêm tres volumes *Rerum Memorabilium* frequentemente.

Na *Monarchia Lusitania,* volumes III e IV de 1632, Fr. António Brandão publicou alguns documentos que denotam o conhecimento directo do *Liber Fidei.*

Terminarei esta resenha dos escritores que se referiram aos documentos da mitra de Braga e mais especialmente ao livro *Fidei* com as palavras de Gaspar Estaço a fl. 48 v. das *Varias Antiguidades de Portugal,* publicadas em 1625 e que são as seguintes: «A memória de D. Auzenda esteue hattegora perdida, em hum pedaço de pergaminho, que havia annos estaua en companhia de outros, e de muita e confusa papelada, tudo condenado á traça e ultima perdiçam. A qual eu reuolui por me acontecer algũas vezes achar en papeis velhos o ouro, que Virgilio achava nos versos do antigo Poeta Ennio». Não sei se Gaspar Estaço é exacto neste ponto, mas não há dúvida que o documento se encontra lançado no *Liber Fidei* donde o transcreveu o rev. Abade de Tagilde para os *Monumentos históricos de Guimarãis.*

Em vista das citações que faço não pode caber dúvida a altissima importância que tem para a nossa história o *Liber Fidei*, pela antiguidade dos documentos ali conti-

dos, pelo número deles que deve ser superior a 800 (1) e pelo objecto de que tratam. Parece que além dêste códice ainda ha outros de menos nomeada, mas talvez de não menos valor.

Esses códices, para não falar em todo o cartorio da Mitra (2), deveriam ser guardados em Lisboa no Arquivo Nacional, ficando emparceirados com o *Livro Preto*, o *Livro de D. Mumadora*, o *Livro dos Testamentos de Lorvão*, o *Baio Ferrado* e tantos outros que para ali fez transportar Herculano. Argumenta-se para não proceder de tal modo, com o perigo de uma catastrofe que num só dia poderia fazer perecer esses venerandos monumentos, mas deve ser lembrado que os papeis valiosos da nossa história que se conservam fóra de Lisboa tambem podem ter a sorte que sofreram os que estavam no Seminário de Viseu e num estabelecimento do Porto que foram devorados por um incendio.

Esses códices, nem mesmo devem dar entrada na Biblioteca Nacional de Braga, estabelecimento onde os funcionários mudam em todas as situações políticas, e que não tem a menor noção de arquivística.

Não deverei omitir ainda a circunstância de que em todos os trabalhos feitos para recolher os bens moveis ecclesiásticos não se mencionou até agora o nome de nenhum arquivista, apesar de haver um inspector de arquivos.

Se não fosse a iniciativa da *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos* que pretende congregar numa cruzada de salvação de arquivos todas as associações scientificas de Portugal, por certo que se iriam repetir agora os erros de 1834. O estado não tem obrigação de conhecer o valor

---

(1) Na *Nova Malta*, I, pag. 109 fala-se no doc. 797.

(2) Tambêm aqui havia dois breviários antigos manuscritos, como refere o P. Pereira de Figueiredo nos *Elogios dos Reis de Portugal*, pag. 297. Cf. J. P. Ribeiro, *Diss.*, III, p. 163.

dos monumentos de que se apoderou; essa obrigação porem impende sôbre os escritores de história e sôbre os arquivistas. Eu neste caso apenas me limitei a compilar o que havia escrito sôbre um cartulário de altíssimo valor não só para o extremo norte de Portugal, mas também para a história geral do povo português.

Pedro de Azevedo.

Acêrca do tomo XX do dicionário bibliográfico do sr. Brito Aranha

Apresento hoje, na sessão da segunda classe da Academia das Sciências, o último tomo do *Dicionário bibliográfico português* de que fui encarregado há 30 anos por contrato celebrado com o Govêrno depois da morte do seu fundador, Inocencio Francisco da Silva, que muitos anos antes realizara o primeiro contrato. Companheiro e testamenteiro de tão erudito homem de letras, que tantos serviços prestou à literatura nacional, coube-me a honra de lhe suceder em tão difícil encargo e de o ter desempenhado, não com o brilho que desejava, mas com probidade, com ância de acertar e sem desdouro, ao que se me afigura, para o nome glorioso de seu autor.

Ao anunciar o aparecimento do tômo presente, o ilustre escritor e crítico, incumbido da secção literária do *Diário de Noticias*, homem de sciência e de letras, fê-lo por módo tão lisongeiro para a memória honrada de Inocêncio, que eu, em homenagem áquele erudito, que foi glória e lustre desta Academia; e como tributo de gratidão a êsse amigo intimo, a quem venerei como se fôra meu pai e a quem

tanto devi na minha obscura estrada literária, que aproveito esta oportunidade para deixar aqui o meu agradecimento, porque vejo que não é aínda esquecido o seu nome e o seu alto valor intelectual entre os que estudam e sabem trabalhar e que deu bons exemplos na sua vida de trabalho, de estudo e de amarguras.

Em quási todos os tomos do *Dicionário* tenho consumido mais de dois anos de canceiras e pesquisas, e para que o fiquem sabendo os nossos consócios que não conheçam nem saibam as circunstâncias em que se realiza êste trabalho, nem no tempo do erudito Inocêncio, biblioteca viva como o apelidava o nosso ilustre consócio dr. Tomaz de Carvalho, de saudosa memória, nem pela renovação do contrato para proseguir a impressão, a recompensa monetária não correspondeu nunca ao trabalho da investigação e às despesas extraordinárias que acarreta e para as quais não solicitei nunca nem recebi gratificação extraordinaria de espécie alguma.

Assim, para averiguar factos biográficos de algumas pessoas e escritores, que aliás mereciam bem as fadigas das pequisas, estive em Coímbra em 1909 mais de 3 meses seguidos à minha custa e não recebi cousa alguma do tesouro. E para o ano, se a saúde e o tempo permitirem, irei a outras cidades na minha peregrinação de estudante, ao Pôrto e a Evora, principalmente, para coligir informações bio-bibliográficas e ser útil aos estudiosos.

No tômo XX, aqui presente, posso indicar alguns artigos que alcancei com trabalho demorado e que provam o éxito das minhas pesquisas. Tais são, por exemplo, em relação a escritores já falecidos, os que se referem ao dr. António Augusto da Costa Simões, a Abilio Augusto da Fonseca Pinto, a António Cândido Golçalves Crêspo, ao dr. António Luís de Sousa Henriques Sêco, a António Lopes dos Santos Valente, ao dr. António José Teixeira, a António Ennes, a Augusto Fuschini, a Consiglieri Pe-

droso e a outros, que souberam honrar as sciências e as boas letras.

No tômo de que se trata há cêrca de 500 artigos, sendo 400 de nomes não incluídos nos tomos anteriores e 90 com referências complementares ou de esclarecimentos a artigos já registados.

O tômo XXI, que vai seguir-se e já está no prelo da Imprensa Nacional, será inteiramente dedicado ao egrégio Alexandre Herculano. Êste varão insigne, de privilegiada estatura intelectual no século XIX, ao lado de outras figuras gigânteas, e que tiveram fulgor desusado na república das letras em Portugal, merecia que eu lhe consagrasse um tômo e pêna é que o operário, que trabalha nele, seja de tão minguados recursos. Êle, o egrégio escritor, que tão amorávelmente atendia e considerava os estudiosos, perdoará esta ousadia, pela serenidade e pela boa vontade com que vou contribuír para a sua glorificação.

Sonetos de Camões

Nova edição, com texto e notas, cuidadosamente estudada e contendo só destes poemas a que logicamente se podem attribuir ao poeta.

(Continuação de pag. 398 do vol. v)

CLXXII

Já cantei, já chorei a dura guerra
Por Amor sustentada longos annos;
Vezes mil me vedou dizer seus damnos,
Por não ver quem o segue o muito que erra.

Nymphas por quem Castalia se abre e cerra,
Vós que fazeis á morte mil enganos,
Concedei-me já alentos soberanos,
Para que diga o mal que Amor encerra.

Para que aquelle, que o seguir ardente,
Veja em meus puros versos um exemplo
De quanto em glorias promettidas mente.

Que, inda que em triste estado me contemplo,
Se n'este assumpto me inspiraes, contente
Darei a minha lyra ao vosso templo.

Para a elisão do verso 7, está Camões em contradicção com o que admittio em outras suas poesias, mas devem ser attribuidos muitos erros á imperfeição das copias antigas. Nas linguas latinas é defeso o hiato e bannido de toda a poesia; evitem-se approximações de vogaes e diphtongos, mas como pode ser lido um verso de duas maneiras differentes, tornar-se decassyllabo ou endecassyllabo? Querer, ou não, elidir vogaes entre duas palavras é inadmissivel, bem como o cacóphato, repetições, banalidades, negligencias que desfeiam certos versos da Renascença, mas que mais tarde os Francezes e os Hespanhoes prohibiram na sua versificação, que depois tanto melhorou com o exemplo dos Italianos.

CLXXIII

Os meus alegres, venturosos dias
Passaram como raio, brevemente;
Movem-se os tristes mais pesadamente
Após as fugitivas alegrias.

Ah! falsas pretenções, vãas fantasias,
Que me podeis vós dar que me contente?
Já de meu triste peito a chamma ardente
O tempo reduzio a cinzas frias.

N'ellas revolvo agora erros passados,
Que outro fructo não deo a mocidade,
A quem vergonha e dôr minha alma deve.

Revolvo mais de toda a mais edade,
Desejos vãos, vãos chóros, vãos cuidados,
Para que leve tudo o tempo leve.

Vem tambem este soneto nas obras de Bernardes. No sexto verso preferimos *vós* a *já*, pois se evita assim a repetição d'este adverbio a tão curta distancia.

CLXXIV

Horas breves de meu contentamento,
Nunca me pareceo, quando vos tinha,
Que vos visse mudadas tão asinha
Em tão compridos annos de tormento.

As altas torres que fundei no vento,
As levou logo o vento que as sustinha;
Do mal que em mim guardei a culpa é minha;
Pois sobre coisas vãas puz fundamento.

Amor com brandas mostras apparece,
Tudo possivel faz, tudo assegura,
E logo, no melhor, desapparece.

Eu o quiz, pois o quiz minha ventura,
Que gemendo e chorando, conhecesse
Quão fugitivo elle é, quão pouco dura!

Como o precedente, vem este soneto nas obras de Diogo Bernardes.

As levou logo o vento é forma mais pura que a de *Levou, emfim, o vento,* admittida por Juromenha. O mesmo se pode dizer do verso seguinte, cuja forma é preferivel, assim como a damos, á das outras edições.

E, por *mas*, no undecimo verso, vem na edição de 1668, e é muito mais plausivel. O terceto final é tambem o que figura na referida edição.

Foi este soneto traduzido em hespanhol por Pedro Espinosa.

CLXXV

Onde acharei logar tão apartado
E tão isento em tudo da ventura
Que, não digo de humana criatura,
Mas nem de féras seja frequentado;

Algum bosque medonho e carregado,
Ou selva solitaria, triste e escura,
Sem fonte clara ou placida verdura,
Emfim, logar conforme ao meu cuidado:

Porque alli, nas entranhas dos penedos,
Em vida morto, sepultado em vida,
Me queixe copiosa e livremente?

Que, pois a minha pena é sem medida,
Alli não serei triste em dias ledos,
E dias tristes me farão contente.

No terceiro verso, parece-nos escusado o pronome *eu* que precede as palavras: *de humana criatura,* porque torna sem necessidade o verso pesado e lhe tira toda a harmonia.

CLXXVI

Aqui de longos damnos breve historia
Verão os que se jactam de amadores;
Reparo pode ser das süas dôres
Não apartar as minhas da memoria.

Escrevi, não por fama nem por gloria,
De que outros versos são merecedores:
Por mostrar seus trïumphos, seus rigores,
A quem de mim logrou tanta victoria.

Crescendo foi a dôr, co'o tempo, tanto,
Que em numero me fez, alheio de arte,
Dizer do cego Amor que me venceo.

Se ao canto dei a voz, dei a alma ao pranto,
E, dando a penna á mão, esta só parte
De minhas tristes penas escreveo.

Vem tambem nas *Flores do Lima* de Bernardes. *Por mostrar seus trïumphos;* toda a segunda quadra, tal como a damos, fica mais logica e mais harmonica, sendo a versão de Juromenha muito mais dura, por fazer de *trium* uma unica syllaba.

CLXXVII

Por süa Nympha Céphalo deixava
A Aurora, que por elle se perdia,
Posto que dá principio ao claro dia
Posto que as roxas flores imitava.

Elle, que a bella Prócris tanto amava,
Que só por ella tudo engeitaria,
Deseja de tentar se lhe acharia
Tão firme fé como ella n'elle achava.

Mudado o trajo, tece um duro engano,
Outro se finge, preço põe deante;
Quebra-se a fé mudavel, e consente.

Oh! subtil invenção para seu damno!
Vêde que manhas busca um cego amante
Para que sempre seja descontente!

CLXXVIII

Sentindo-se alcançada a bella esposa
De Céphalo no crime consentido,
Para os montes fugia do marido,
E não sei se de astuta ou vergonhosa.

Porque elle, emfim soffrendo a dôr cïosa,
D'amor cégo e forçoso compellido,
Após ella se vae como perdido,
Já perdoando a culpa criminosa.

Deita-se aos pés da nympha endurecida,
Que do cïoso engano está aggravada;
Já lhe pede perdão, já pede a vida.

Oh! força de affeição desatinada,
Que da culpa contra elle commettida
Perdão pedia á parte que é culpada!

É da edição de 1616 o sexto verso.

Apesar das bellezas que contem este soneto, não podemos deixar de lastimar que o ultimo verso, pela accumulação da consoante *p*, o desfeie algum tanto. Dizia o primeiro editor deste soneto, Domingos Fernandes, em 1616 ao bispo de Portalegre, D. Rodrigo da Cunha: «V. S. me fez mercê de aver a maior parte (d'estas rimas) certificado serem do autor, outras me deram varias pessoas».

Por aqui se vê a pouca certeza em que devemos estar ácerca da authenticidade d'estes poemas, ou pelo menos ácerca da sua redac-

ção exacta, que tão deturpada terá sido pelas multiplas copias que d'ellas se tiraram antes de chegarem os pretendidos originaes ao nosso conhecimento.

CLXXIX

Seguia aquelle fogo que o guiava
Leandro, contra o mar e contra o vento;
E, faltando-lhe já forças e alento,
Amor lh'os refazia e renovava.

E depois, vendo que a alma lhe faltava,
Não esmorece, mas no pensamento,
— Que a lingua já não pode — seu intento,
Ao mar que lh'o cumprisse encommendava:

«Ó mar, dizia o moço só comsigo,
Já te não peço a vida; só queria
Que me salves a de Hero e não me veja.

Este defunto corpo aqui desvia
D'aquella torre; sê-me n'isto amigo,
Pois no meu maior bem me houveste inveja».

Seguimos, com pouca differença, para o final da primeira quadra e para a seguuda, a edição de 1616. O undecimo verso fica, como o transmittimos, em forma mais perfeita, bem como o seguinte.

CLXXX

Os olhos onde o casto Amor ardia,
Ledo de se ver n'elles abrazado;
O rosto, onde com lustre desusado,
Purpurea rosa sobre neve ardia;

O cabello, que inveja ao sol fazia,
Porque fazia o seu menos doirado;
A branca mão o corpo bem talhado,
Tudo aqui se reduz a terra fria.

Perfeita formosura em tenra edade,
Qual flôr que antecipada foi colhida,
Murchada está da mão da morte dura.

Como não morre Amor de piedade,
Não d'ella, que se foi á clara vida,
Mas de si, por ficar em noite escura?

Démos ao ultimo verso mais pura e mais plausivel forma que a das outras edições, onde se lê: *que ficou em noite escura.* A nossa variante tem a grande vantagem de supprimir o hiato, dando ao verso mais harmonia e doçura.

CLXXXI

Ditosa penna, como a mão que a guia
Com tantas perfeições da subtil arte,
Que quando com razão venho a louvar-te,
Em teus louvores perco a fantasia.

Porém Amor, que effeitos varios cria,
De ti cantar me manda em toda a parte,
Não em plectro belligero de Marte,
Mas em süave e branda melodia.

Teu nome, Emmanuel, de um n'outro pólo
Voando se levanta e te pregôa,
Agora que ninguem te alevantava.

E, porque immortal sejas, eis Apollo
Te offerece de flores a corôa,
Que já de longo tempo te guardava.

Fôra este soneto dirigido a Manuel Barata, poeta e gravador em madeira.

CLXXXII

Espanta crescer tanto o crocodilo
Só por seu limitado nascimento,
Que, se maior nascêra, mais isento
Estivera de espanto o patrio Nilo.

Em vão levantará meu baixo estylo
Vosso pontifical novo ornamento,
Pois no ventre o immortal merecimento
Vol-o talhou, para depois vestil-o.

Tardou, mas veio; que a quem mais merece
Vir o premio mais tarde é sempre certo,
Inda que vez alguma venha cedo.

Oh! céos que do primeiro estão mais perto
Mais de vagar se movem. Quem conhece,
Sobre aquelle segredo, este segredo!

Foi este soneto publicado na primeira edição das *Rimas* em 1595, e depois eliminado das que se seguiram a esta, o que faz duvidar muito da authenticidade da sua origem. Vê-se que era dirigido a um bispo tardiamente elevado ás suas altas funcções.

CLXXXIII

Ornou sublime esforço ao grande Atlante
Com que a celeste machina sustenta;
Honrou seu alto engenho esse que intenta
Grecia do quarto céo passal-o ávante.

Coroou puro Amor de amor constante
A Orpheo, claro na paz e na tormenta;
Inspirava a fortuna, em tudo isenta,
A Cesar, de quem fôra um tempo amante;

Tu, Fama, déste já gloria bem alta
A Hercules, lá no monte onde resides;
Mas Castro, em quem o céo seus dons derrama,

Mais orna, honra, corôa, inspira, exalta
Que Atlante, Homero, Orpheo, Cesar e Alcides,
Esforço, engenho, amor, fortuna e fama.

E o terceiro verso o da edição de 1616, mas á segunda quadra démos nós uma forma muito mais natural, mais elegante e mais correcta, do que o fizeram as outras edições, approximando-nos mais no primeiro terceto, da referida edição, que das de Faria e Sousa e de Juromenha..

O Castro de que se trata aqui, diz este ultimo comentador ser D. Alvaro de Castro. Em todo o caso, não é licito concordar neste ponto com Faria e Sousa, que pretende ver o illustre D. João de de Castro no personagem celebrado pelo poeta.

CLXXXIV

Depois que vio Cybele o corpo humano
Do formoso Atys, seu verde pinheiro,
Em pïedade o vão furor primeiro
Convertido, chorou seu grave damno.

E á süa dôr fazendo, illustre engano,
A Jupiter pedio que o verdadeiro
Preço da nobre palma e do loureiro
Ao seu pinheiro désse soberano.

Mais lhe concede o filho poderoso
Que as estrellas, subindo, tocar possa,
Vendo os segredos lá do céo superno.

Oh! ditoso pinheiro! Oh! mais ditoso
Quem se vir coroar da rama vossa,
Cantando á vossa sombra verso eterno!

Vem o quarto verso na edição de 1616, e o decimo na de Rodrigues. Julga Juromenha que este soneto foi feito ao bispo de Vizeu, D. Gonçalo Ribeiro. É opinião até certo ponto admissivel, sem que todavia se funde em provas indiscutiveis.

CLXXXV

Pois torna por seu rei e juntamente
Por Christo a governar aquella parte
Onde se tem mostrado um Numa, um Marte,
O famoso Luiz, justo e valente;

O Tejo espere ver de todo o Oriente,
Onde tão raros dons o céo reparte,
Render a esforços tantos e a tal arte,
Mil palmas, mil tributos novamente.

Os que bebem no Ganges, os que no Indo,
A quem pouco valeram lança e escudo,
O render-se terão por bom partido.

O Euphrates temerá, seu nome ouvindo;
Que, para d'elle ver vencido tudo,
Já vio do braço seu tudo vencido.

Propômos que a forma aqui reproduzida seja adoptada para o septimo verso, por ser a unica elegante e correcta.

O verso nono deve evidentemente admittir-se como o reproduzimos, lendo-se *Ganges*, em vez de *Gange*.

A D. Luiz de Athayde fôra dirigido este soneto pelo nosso poeta, provavelmente quando residia em Goa.

CLXXXVI

Agora toma a espada, agora a penna,
Estacio nosso, em ambas celebrado,
Sendo ou no salso mar de Marte amado,
Ou, na agua doce, amante da Camena.

Cysne sonoro na ribeira amena,
De mim para cantar-te é cobiçado;
Porque não podes tu ser bem cantado
De ruda frauta nem de agreste avena.

Se eu, que a penna tomei, tomei a espada,
Para poder jogar licença tenho
D'esta alta influição de dois planetas;

Co'uma e com outra luz, d'elles lograda,
Tu com pujante braço, ardente engenho,
Serás pharo a soldados e a poetas.

O verso duodecimo fica melhor, seguindo-se a prosodia que indicamos.

Diz Faria e Sousa, que a Estacio de Faria, seu avô, fôra dirigido pelo poeta este soneto.

CLXXXVII

Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuráram;
Os erros e a fortuna sobejáram,
Que para mim bastava amor sómente.

Tudo passei; mas tenho tão presente
A grande dôr das coisas que passáram,
Que as magoadas iras me ensináram
A não querer já nunca ser contente.

Errei todo o dircurso de meus annos;
Dei causa a que a fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.

De amor não vi senão breves enganos;
Oh! quem tanto podesse que fartasse
Este meu duro genio de vinganças!

O final da segunda quadra é o da edição de 1616, em que os versos são muito mais bellos que os das outras edições.

CLXXXVIII

Cá nesta Babylonia, d'onde mana
Materia a quanto mal o mundo cria,
Cá aonde o puro Amor não tem valia,
Que a mãe, que manda mais, tudo profana;

Cá aonde o mal se afina, e o bem se damna,
E mais do que honra pode a tyrannia;
Cá aonde a errada e cega monarchia
Cuida que um nome vão a Deus engana;

Cá n'este labyrintho, onde a nobreza,
O valor e o saber pedindo vão
Ás portas da cubiça e da vileza;

Cá n'este escuro cáos de confusão,
Cumprindo o curso estou da natureza:
Vê se me esquecerei de ti, Sião!

Allude aqui o poeta á corrupção de Goa. A interversão do sexto verso desfaz a frouxidão que lhe imprimem as edições antigas.

CLXXXIX

Correm turvas as aguas d'este rio,
Que as do céo e as do monte as enturbáram;
Os florescidos campos já seccáram;
Intratavel se fez o valle, e frio.

Passou-se finalmente o ardente estio;
Umas coisas por outras se trocáram;
Os fementidos fados já deixáram
Do mundo o regimento ou desvario.

Tem o tempo a ordem süa já sabida;
O mundo não, mas anda tão confuso,
Que parece que d'elle Deus se esquece!

Opiniões, natura, casos e uso
Fazem que nos pareça d'esta vida
Que não ha n'ella mais que o que parece.

Nem no terceiro nem no quinto verso, nem tão pouco absolutamente no nono nos satisfazem as variantes da edição de 1616; mas por ellas se vê que houve grandes duvidas sobre a authenticidade destas versões, que as nossas substituem com mais verosimilhança. Invertendo, como o fizemos, o verso 12, obtem-se um endecassyllabo certo.

CXC

Vós outros que buscaes repouso certo
Na vida, com diversos exercicios,
A quem, vendo do mundo os beneficios,
O regimento seu fica encoberto;

Dedicae, se quereis, ao desconcerto
Novas honras e cegos sacrificios,
Que, por castigo egual de antigos vicios,
Quer Deus que as coisas andem por acerto.

Não cahio n'este modo de castigo
Quem poz culpa á fortuna, quem sómente
Crê que acontecimentos ha no mundo.

A grande experiencia é grão perigo;
Mas o que a Deus é justo, o que é evidente,
Parece injusto aos homens e profundo.

O verso final da segunda quadra ganha muito com a inversão: *que as coisas andem.* No verso decimo terceiro *e evidente,* sem synalepha, é inadmissivel, e por isso repetimos *o que.*

CXCI

Para se namorar do que criou,
Te fez Deus, sacra Phenix, Virgem pura;
Vêde que tal seria esta feitura
Que o seu Feitor só para si guardou!

No seu santo conceito te formou
Primeiro que a primeira criatura,
Para que unica fosse a compostura
Que de tão longo tempo se estudou.

Não sei se direi n'isto quanto baste
Para exprimir as raras qualidades
Que em ti soube criar quem tu criaste.

És Filha, Mãe e Esposa, e se alcançaste
Uma só, trez tão altas dignidades,
Foi porque a Trez de Um só tanto agradaste.

Á conceição da Virgem Nossa Senhora. Vem tambem este soneto nas obras de André Falcão e existem delle muitas variantes. Para o quarto, o quinto e o undecimo versos seguimos versões que entendemos por serem mais logicas do que as já publicadas. O nono verso é o da edição de 1616.

CXCII

— Desce do céo immenso Deus benino,
Para incarnar na Virgem soberana.
— Porque desce o divino a coisa humana?
— Para subir o humano a ser divino.

— Pois como vem tão pobre e tão menino
Rendendo-se ao poder de mão tyranna?
— Porque vem receber morte inhumana,
Para pagar de Adão o desatino.

— Pois como elle e a mulher o fructo comem
Que por seu proprio Deus lhes foi vedado?
— Sim, porque o proprio ser de Deuses tomem.

— Foi por esta razão Christo humanado?
— Sim, porque foi com causa decretado,
Se quiz o homem ser Deus, que Deus fosse homem.

Á Encarnação do Verbo eterno. *De mão* é preferivel, no sexto verso, a *da mão*. O principio do primeiro terceto apoia-se na versão de 1616, sendo a de Juromenha, *É possivel que os dois o fructo comem*, inadmissivel por contradizer não só todas as regras da elegancia, mas tambem as da grammatica. O verso 12 só nesta forma

pode admittir-se, tornando-se indispensavel para o sentido que se volte a alludir a Christo no segundo terceto, para evitar uma confusão que sem isso forçosamente se daria.

CXCIII

Dos céos á terra desce a mór belleza,
Une-se á nossa carne e fal-a nobre;
E, sendo a humanidade d'antes pobre,
Hôje subida fica á mór alteza.

Busca o Senhor mais rico a mór pobreza;
Que, como ao mundo o seu amor descobre,
De palhas vís o corpo tenro cobre,
E por ellas o mesmo céo despreza.

— Como! Deus em probreza á terra desce?
— O que é mais pobre tanto elle sustenta,
Que este sómente rico lhe parece.

Pobreza este Presepio representa,
Mas tanto, por ser pobre, já merece,
Que quanto mais o fôr mais o contenta.

A Christo nosso Senhor no presepio. *E fal-a nobre*, no segundo verso, é sem duvida alguma versão preferivel a *e a faz nobre*. O quarto verso é o da edição de 1616; o decimo carecendo de uma rima a *contenta*, que não seja esta mesma palavra, como no texto se introduziu erradamente, poderá sem inconveniente ler-se como o inserimos, como tambem o ultimo, onde *o é*, sem se fazer a elisão, é intoleravel.

CXCIV

— Porque a tamanhas penas se offerece
Pelo pecado alheio e error insano
O Trino Deus? — Porque o sujeito humano.
Não pode co'o castigo que merece.

— Quem padecêra as penas que padece?
Quem soffrêra deshonra, morte e damno?
— Ninguem, senão se fôr o Soberano
Que reina e manda a servos, e obedece.

E foi a força do homem tão pequena,
Que não poude soster tanta aspereza,
Pois não sosteve a lei que Deus ordena.

Mas soffre-a aquella immensa fortaleza
Por amor puro; que a mortal fraqueza
Foi para o engano, sim; mas não p'ra a pena.

A paixão de Christo nosso Senhor. No segundo verso, é indispensavel substituir *erro* por *error*, sob pena de ficar aquelle verso com uma syllaba a menos que os outros; e, com respeito ao oitavo, ao nono e ao duodecimo, é tambem indispensavel que se acceitem na forma em que os damos, pois estão errados em todas as edições.

CXCV

Depois de haver chorado os meus tormentos,
Quer Amor que lhe cante as süas glorias;
Canto de uma beleza os vencimentos,
De um longo padecer chóro as memorias.

Porém, se as minhas penas são victorias,
Pela causa, a meus altos pensamentos,
Dilatem-se em larguissimas historias
Estes meus gloriosos rendimentos.

Mova-se em todo o mundo unico espanto
De que é pela belleza que eu adoro,
Do que cantado tenho premio o pranto.

Contente offrêço a Amor tão triste fôro,
Que, se chôro não ha como o meu canto,
Não sei canto melhor que este meu chôro.

Soneto frouxo e mal acabado, diz com razão Juromenha. Não estamos longe de pensar que este soneto, e tambem os quatro que o precedem, não sejam de Camões.

CXCVI

Onde é que eu mereci tal pensamento
Nunca de ser humano merecido?
Onde é que eu mereci ficar vencido
De quem tanto me honrou co'o vencimento?

Em gloria se converte o meu tormento,
Quando vendo-me estou tão bem perdido,
Pois não foi tanto mal ser atrevido
Como foi gloria o mesmo atrevimento.

Vivo, senhora, só de contemplar-vos,
E, pois esta alma tenho tão rendida,
Em lagrimas desfeito acabarei;

Porque não me farão deixar de amar-vos
Receios de perder por vós a vida;
Que por vós vezes mil a perderei.

Onde é que eu mereci é muito preferivel a *Onde mereci eu.*

CXCVII

De frescas belvederes rodeadas
Estão as puras aguas d'esta fonte;
Formosas Nymphas lhes estão defronte,
A vencer e a matar acostumadas.

Andam contra Cupido levantadas
As süas graças, que não ha quem conte;
De outro valle esquecidas, de outro monte.
A vida passam n'este socegadas.

O seu poder juntou, süa valia
Amor, já não soffrendo este desprezo,
Sómente por se ver d'ellas vingado;

Mas, vendo-as, entendeo que não podia
De ser morto livrar-se, ou de ser preso,
E ficou-se com ellas desarmado.

É este um dos mais perfeitos sonetos camonianos, tanto na ideia como na forma. Dirigira-o o poeta, segundo se vê, a um grupo de damas da Côrte, por occasião de alguma excursão campestre que elle presenciára, sem talvez tomar parte nella, mas como simples espectador, por mero acaso.

CXCVIII

Nos braços de um Sylvano adormecendo
Se estava aquella nympha que eu adoro,
Pagando com a boca o doce fôro
Com que os meus olhos foi escurecendo.

Oh! bella Venus, porque estás soffrendo
Que a maior formosura do teu côro
Em um poder tão vil perca o decoro
Que o merito maior lhe está devendo?

Eu levarei d'aqui por presupposto
Desta nova estranheza que fizeste,
Que em ti não pode haver coisa segura;

Que, pois o claro lume e bello rosto
Áquelle monstro tão disforme déste,
Não creio que haja amor, senão ventura.

Seria este soneto inspirado ao poeta por algum quadro que representasse o assumpto a que elle allude? Já vimos isto mesmo produzir-se com o soneto CXXVI.

CXCIX

Quem diz que amor é falso ou que é enganoso,
Ligeiro, ingrato, vão, desconhecido,
Sem falta lhe terá bem merecido
Que lhe seja cruel ou rigoroso.

Amor é brando, é doce, é pïedoso:
Quem o contrario diz não seja crido;
Seja por cego e apaixonado tido,
E aos homens, e inda aos deuses, odioso.

Se males faz Amor, em mim se vêm;
Em mim mostrando todo o seu rigor,
Ao mundo quiz mostrar quanto podia.

Mas todas süas iras são de amor;
Todos estes seus males são um bem,
Que eu por todo outro bem não trocaria.

Ou enganoso deve ser substituido, no primeiro verso, por: *ou que é enganoso*, que é evidentemente a forma mais correcta, e conforme ao que o poeta de certo escreveo.

CC

Formosa Beatriz, tendes taes geitos
N'um brando revolver dos olhos bellos,
Que só no contemplal-os, senão vel-os,
Se inflammam corações e humanos peitos.

Em toda perfeição são tão perfeitos,
Que o desengano dão de merecel-os.
Não pode haver quem possa conhecel-os
Sem n'elle Amor fazer grandes effeitos.

Sentiram, por meu mal, tão graves damnos
Os meus, que com os ver, cegos e tristes
Ficaram, sem prazer, co'a luz perdida.

Mas já que vós com elles me feristes,
Tornae-me a ver com elles mais humanos,
E deixareis curada esta ferida.

Modificámos, no primeiro terceto, a pontuação geralmente admittida, a que torna o texto inintelligivel.

CCI

Alegres campos, verdes, deleitosos,
Süaves me serão vossas boninas,
Em quando forem vistas das meninas
Dos olhos de Ignez bella tão formosos,

Dos meus, que vos serão sempre invejosos,
Por não vêrem estrellas tão divinas,
Sereis regados de aguas peregrinas,
Soprados de suspiros amorosos.

E vós, doiradas flores, por ventura
Se Ignez quizer fazer de meus amores
Experiencias na folha derradeira;

Mostrae-lhe, para ver minha fé pura,
O bem que sempre quiz, formosas flores,
Que então não sentirei que mal me queira.

CCII

Ondados fios de oiro, onde enlaçado
Continuamente tenho o pensamento,
Que, quanto mais vos solta o fresco vento,
Mais preso fico então de meu cuidado.

Amor, de uns bellos olhos sempre armado,
Me combate, co'as forças do tormento,
Provando da minha alma o soffrimento
Que á justa lei da paz trago obrigado.

Assim, que em vosso gesto mais que humano
Amo a paz juntamente co'o perigo;
E em amar este co'ella não me engano.

Muitas vezes dizendo estou comigo
Que, pois é tal a causa de meu damno,
É justa a guerra, é justa a paz que sigo.

Damos, no undecimo verso, uma variante que nos parece de mais perfeita forma que a do verso errado das edições antigas. É claro que em todo o soneto a palavra *paz* refere-se ao nome proprio da anonyma a quem o soneto é dirigido.

CCIII

Amor, que em sonhos vãos do pensamento
Paga o zelo maior de seu cuidado,
Em toda a condição, em todo o estado,
Tributario me fez de seu tormento.

Eu sirvo, eu canso, e o grão merecimento
De quanto tenho a amor sacrificado,
Nas mãos da ingratidão despedaçado
Por preza vae do eterno esquecimento.

Mas quando muito, emfim, cresça o perigo
A que perpetuamente me condemna
Amor, que amor não é, mas inimigo,

Tenho um grande descanso em minha pena,
Que a gloria do querer, que tanto sigo,
Não pode ser co'os males mais pequena.

Encontrou-se tambem este soneto entre as poesias de Sorropita.

CCIV

Nem o tremendo estrepito da guerra
Com armas, com incendios espantosos,
Que despacham pelouros perigosos,
Bastantes a abalar uma alta serra,

Podem pôr medo a quem nenhum encerra,
Depois que vio os olhos tão formosos,
Por quem o horror, nos casos pavorosos,
De mim todo se aparta e se desterra.

A vida posso ao fogo e ferro dar,
E perdel-a em qualquer duro perigo,
E nelle, como phenix, renovar.

Não pode mal haver para comigo
De que eu já me não possa bem livrar,
Senão do que me ordena Amor imigo.

CCV

Fiou-se o coração, de muito isento,
De si, cuidando mal que tomaria
Tão illicito amor, tal ousadia,
Tal modo nunca visto de tormento.

Mas os olhos pintaram tão a tento
Outros, que visto têm na fantasia,
Que a razão, temerosa do que via,
Fugio, deixando o campo ao pensamento.

Ó Hippolyto tão casto, que de geito
De Phedra, tua madrasta, foste amado,
Que não sabia ter por si respeito;

Em mim o Amor vingou teu casto peito :
Mas está d'este aggravo tão vingado,
Que se arrepende já do que tem feito.

Nos dois tercetos, adoptámos estas variantes, que mais se conciliam que as outras com a elegancia e o perfeito equilibrio do verso.

CCVI

Quem quizer ver d'amor uma excellencia,
Onde süa fineza mais se apura,
Attente onde me põe minha ventura
Por ter da fé que eu tenho experiencia.

Onde lembranças mata a larga ausencia,
Em temeroso mar, em guerra dura
A saüdade alli está mais segura,
Quanto mais se arriscar a paciencia.

Mas ponha-me a fortuna e o duro fado
Em nojo ou morte ou damno ou perdição,
Ou na sublime e prospera ventura ;

Ponha-me, emfim, em baixo, em alto estado,
Que até na dura morte me acharão
Na lingua o nome, na alma a vista pura.

Para o quarto, como para o oitavo, o undecimo e o duodecimo versos, são as nossas variantes as que, sem alterar o verso, mais correctamente o reproduzem na sua mais perfeita estructura.

Este soneto sôa bastante, pela sua harmonia geral, como alguns outros de Camões tambem attribuidos a Bernardes.

CCVII

Que me quereis, perpétuas saüdades ?
Com que esperança ainda me enganaes ?
O tempo que se vae não torna mais,
E se torna, não tornam as edades.

Razão é já, meus annos, que vos vades,
Porque estes tão ligeiros que passaes
Nem todos para um gosto são eguaes,
Nem sempre são conformes as vontades.

Aquillo a que já quiz é tão mudado
Que outra coisa quasi é, porque os meus dias
Têm o primeiro gosto condemnado.

Esperanças de novas alegrias,
Não m'as deixa a fortuna e o tempo irado,
Que do contentamento são espias.

O pronome *meus* que accrescentamos no quinto e no decimo versos, é indispensavel para a medida do verso; e neste ultimo a inversão impunha-se, para o mesmo fim. *Condemnado* em vez de *já damnado,* tem a vantagem de supprimir um *já*, dando ao verso uma forma mais elegante e menos chocante, pelo dobrado sentido da palavra substituida.

CCVIII

Oh! rigorosa ausencia receada
De mim sempre, mas nunca conhecida,
Saüdade outro tempo tão temida,
Quanto em meu damno agora exprimentada!

Já rigorosamente começada
Tendes vossa aspereza em minha vida
Tanto, que temo já que de opprimida
Sejaes com ella mui cedo acabada.

Os dias mais alegres me entristecem;
As noites com cuidados as desconto,
Em que, sem vós, sem conto me parecem.

Em desejo e esperança as horas conto;
Mas com a vida, em fim, elles fallecem.
Nem basta á carne enferma esprïto prompto.

São da edição de 1668 os versos 1, 6, 7, 8 e 12.

CCIX

Levantae, minhas Tagides, a frente,
Deixando o Tejo ás sombras nemorosas;
Dourae o valle umbroso, as frescas rosas
E o monte com as arvores frondente,

Fique de vós um pouco o rio ausente;
Cessem agora as lyras numerosas;
Cesse vosso lavor, nymphas formosas;
Cesse da fonte vossa a grã corrente.

Vinde vêr a Theodosio grande e claro,
A quem 'stá offerecendo maior canto
Na cithara doirada o loiro Apollo.

Minerva, do saber dá-lhe o dom raro;
Pallas lhe dá o valor, de mais espanto,
E a Fama o leva já de polo a polo.

Ao Duque de Bragança, D. Theodosio. Não serviram muito taes louvores ao poeta que tão largamente os dispensava aos principaes personagens do seu tempo!

CCX

Vós, nymphas da Gangetica espessura,
Cantae süavemente, em voz sonora,
Um grande capitão que a roxa aurora
Dos filhos defendeo da noite escura.

Ajuntou-se a caterva negra e dura,
Que na aurea Chersoneso affoita mora,
Para lançar do caro ninho fóra
Aquelles que mais podem que a ventura.

Mas um forte leão, com pouca gente,
A multidão, tão fera como nescia
Destruïndo, castiga e torna fraca.

Ó nymphas, cantae pois; que claramente
Mais do que Leonidas fez em Grecia
O nobre Leoniz fez em Malaca.

A D. Leoniz Pereira, filho natural do Conde da Feira, que defendeu Malaca em 1568. Não consta que taes encomios fossem recompensados, ou se alguma vantagem Camões obteve de tão elevadas relações, foi tão superficial e passageira, que em breve se converteu em martyrio a sua existencia, já tão atribulada desde a sua ida para Goa.

CCXI

Alma gentil, que á firme eternidade
Subsiste clara e valerosamente,
Cá durará de ti perpetuamente
A fama, a gloria, o nome e a saüdade.

Não sei se é mór espanto em tal edade
Deixar de teu valor inveja á gente,
Se um peito de diamante ou de serpente
Fazeres que se mova á pïedade.

Invejosa da tüa acho mil sortes,
E a minha mais que todas invejosa,
Pois ao teu mal o meu tanto egualaste.

Oh! ditoso morrer! Sorte ditosa!
Pois o que não se alcança com mil mortes,
Tu só co'uma só morte conquistaste.

Ao ultimo verso, tal como elle vem em todas as edições, é um decassyllabo; por isso julgámos indispensavel substituir *alcançaste* por *conquistaste*. *Tu só co'uma só morte*, é forma mais perfeita e mais euphonica.

CCXII

Debaixo d'esta pedra sepultada
Jaz do mundo a mais nobre formosura,
A quem a morte, só de inveja pura,
Sem tempo süa vida tem roubada.

Sem ter respeito áquella assi estremada
Gentileza de luz, que a noite escura
Tornava em claro dia, cuja alvura
Do sol a clara luz tinha eclipsada.

Do sol peitada foste, cruel morte,
Para o livrar de quem o escurecia,
E da lua, que ante ella luz não tinha.

Como de tal poder tiveste sorte?
E se a tiveste, como tão asinha
Tornaste a luz do mundo em terra fria?

CCXIII

Imagens vãas me imprime a fantasia;
Discursos novos acha o pensamento;
Com que dão á minha alma grão tormento
Cuidados de cem annos n'um só dia.

Se fim grande tivessem, bem seria
Responder a esperança ao pensamento;
Mas o fado não corre tão a tento,
Que reserve á razão süa valia.

Caso e Fortuna podem acertar,
Mas, se por accidente dão victoria,
Sempre o louvor da Fama é falsa historia;

Pois excede ao saber, determinar:
Á constancia se deve toda a gloria;
O animo livre é digno de memoria!

Veja-se, para o verso nono, o soneto V, em que vem a palavra *caso* na mesma accepção. A nossa variante do verso duodecimo é a unica correcta. Quanto á versão do Ms. de Luiz Franco, pode dizer-se della que não contem um verso certo.

No undecimo verso, *louvor*, qve vem no manuscripto de Franco em vez de *favor*, sem a vantagem de supprimir um dos tres f que desfeiavam este endecassyllabo, e por isso o adoptámos.

CCXIV

Quanta incerta esperança, quanto engano!
Quanto viver de falsos pensamentos!
Pois todos vão fazer seus fundamentos
Só no mesmo em que está seu proprio damno!

Na incerta vida estribam de um humano,
Dão credito a palavras que são ventos;
Choram depois as horas e os momentos
Que riram com mais gosto em todo um anno.

Não haja em apparencias confianças;
Entendei que o viver é de emprestado,
Que o de que vive o mundo são mudanças,

O sentido mudae pois e o cuidado,
Sómente amando aquellas esperanças
Que duram para sempre com o amado.

Que riram com mais gosto em todo um anno, é a forma que nos parece mais pura, para o verso oitavo. A inversão do duodecimo dá um verso mais perfeito, e julgamol-a de todo necessaria.

CCXV

Mal que de tempo em tempo vaes crescendo,
Quem te visse de um bem acompanhado,
A vida passaria descansado,
Da morte não temêra o rosto horrendo!

Se os vãos cuidados fôra convertendo
Em suspiros que dão outro cuidado,
Oh! quão prudente, oh! quão afortunado
A capella de loiro irá tecendo!

Tempo é já de esquecer contentamentos
Passados, co'a esperança que passou,
E de que triumphem novos pensamentos.

A fé, que viva na alma me ficou,
Dê já fim aos caducos ardimentos
A que o passado bem se condemnou.

A ponctuação da primeira quadra não está exacta em Juromenha. Este soneto parece ter sido attribuido ao infante D. Luiz.

(Continua)

Conde de Azevedo da Silva.

Inscrição de Dario, o Grande, rei da Persia, no rochedo de Bisutun

A inscrição de Dario sôbre o rochedo de Bisutun é certamente obra de um grande rei, e provávelmente *única* no seu género; ela é um testemunho contemporâneo, autêntico e vivo das tempestades que agitáram os primeiros anos do reinado de Dario; completa, confirma ou retifica as notícias dos historiadores gregos, principalmente de Herodoto.

[K. Geldner, *Die altpersische Literatur (Kultur der Gegenwart,* 1906, I, 7, p. 219)]

Na grande estrada existente entre a cidade de Baghdad e Teheran, à distância de 28 kilómetros a E. de Karmanshah e de 128 kilómetros a S.O. de Hamadan, há um grande rochedo, o qual agora é conhecido pelo nome de Bisutun, que lhe proveiu do nome da pequena aldeia de Bisutun, que está perto dêle. Entre os sábios da Europa o mesmo rochedo é conhecido pelo nome de Behistun, ou mais corretamente Bahistun, que foi tomado do geógrafo árabe Yâqût (1), o qual menciona a aldeia e a sua fonte, e descreve o rochedo como sendo de grande altura, e se refere às imagens gravadas nele.

A mais antiga notícia do rochedo é dada por Diodoro Siculo (2), que viveu no primeiro século antes de J. C., que lhe chama τὸ Βαγίστανον ὄρος; dêle tambêm faz menção Isidoro de Charax (3) no seu itinerário, que escreveu no

(1) Yâqût, *Modjem el-boldân,* ed. Wüstenfeld, Leipzig, 1869, t. I, p. 769. Yâqût faleceu em 1229 de J. C.

(2) Diodorus Siculus, *Bibliotheca historica,* liv. II, cap. 13.

(3) Isidorus Characenus, *Mansiones Parthicae,* nos *Geographi graeci minores,* ed. C. Müller, Paris, 1882, § 5. A correção ΒΑΓΙΣΤΑΝΑ, em vez de ΒΑΙΤΑΝΑ, foi proposta por Jackson, *P.*, p. 241, nota 3.

primeiro século de J. C., sob o nome de Βάπτανα (leia-se Βαγίστανα). O nome Βαγίστανα, do qual derivam as formas modernas Bahistun e Behistun, não é senão a transcrição do nome persa antigo *Bāgistana* (de *Bāga,* deus, e *stāna,* estância, morada), e significa estância ou morada de deus (1), referindo-se sem dúvida a Auramazda, deus supremo dos Persas.

Rochedo de Bisutun (2). — O rochedo de Bisutun é o último pico de uma longa e estreita cordilheira, que cinge a planicie de Karmanshah pelo oriente. Indo de Karmanshah para a aldeia de Bisutun, a cordilheira fica a alguma distância à esquerda do viajante; o rochedo levanta-se abrutamente da planicie, elevando-se sôbre ela cêrca de 500^{m}; o seu cume é quebrado em uma série de picos e serranias; os lados são escarpados, e em muitos logares apresenta superfícies acomodadas, sôbre as quais podiam ser gravadas imagens e inscrições; mas não é senão no fim da cordilheira que as superfícies, que se encontram no rochedo, foram aproveitadas para aquele fim. A razão disto é porque no sopé do último pico, que se eleva a uma altura de cêrca $96^{m},50$, brotam numerosas nascentes, cuja límpida água vai juntar-se em uma pequena lagoa, da qual sai a ribeira que corre pela aldeia e depois pela planicie. Ali desde tempos imemoriais as caravanas faziam alto, e davam de beber ás suas bêstas; e todos os exércitos, que da Persia marcharam para o norte de Babylonia, tem bebido nestas famosas nascentes. Além disso, provavelmente por causa das nascentes, o rochedo foi considerado um logar sagrado (3), como o nome de *Bāgistana* indica. A estrada

(1) Tolman, *A. P. L.*, p. 128; Weissbach, *K. I. A.*, p. XI, nota 1.

(2) A descrição do rochêdo de Bisutun, das imagens e inscrições de Dario é extraída das obras de H. Rawlinson, *P. C. I,* de King and Thompson, *S. I. D.*, e de Jackson, *P.*

(3) Diodoro Siculo, *Biblioteca historica*, (liv. II, cap. 3) diz que o

das caravanas passa entre as nascentes e o rochedo de Bisutun; e imediatamente adeante dêle se volta o último contraforte da montanha. O rochedo é constituído por uma massa de calcáreo cristalino (1), cujos planos de stratificação são quási verticais, apresentando grandes superfícies quási planas. No alto do rochedo, do lado esquerdo duma fenda, e cêrca de 125^{m} acima do nível da planice, estão esculpidas as imagens e inscrições de Dario.

Imagens. — As imagens são esculpidas em alto relêvo sôbre a superfície da rocha, e formam um painel, que tem 5^{m},45 de largura e 3^{m},05 de altura; representam o rei Dario, seguido de dois pagens, recebendo a submissão dos chefes, que se revoltaram em diversas províncias do seu império durante os primeiros anos do seu reinado. O rei está de pé com o pé esquerdo apoiado sôbre o corpo de Gaumata, o mago que se intitulava Bardiya, o qual jaz deitado de costas, e tem as mãos levantadas em atitude suplicante para Dario. Deante do rei estão de pé nove chefes revoltosos, ligados uns aos outros por cordas pelos seus pescoços e com as mãos atadas atrás das costas; a última figura, que tem posto sôbre a cabeça um barrête alto e acabando em ponta, parece ter sido acrescentada ao grupo em época posterior.

Por cima das imagens dos chefes vencidos aparece Auramazda, deus supremo, no meio de raios de luz. Auramazda é representado na figura dum homem barbado; na cabeça tem uma touca cilindrica com cornos, encimada pelo disco solar com um pequeno disco duplo no centro,

---

rochêdo era consagrado a Zeus (Jupiter); mas como os Gregos, tratando-se dos deuses estranhos à sua religião, procuravam identificá-los com os da sua, é fóra de dúvida que por aquele nome êle quiz designar o deus supremo dos Persas, isto é, Auramazda. (H. Rawlinson, *P. C. I.*, p. 187).

(1) Rawlinson, *P. C. I.*, p. 193.

do qual irradiam oito feixes luminosos. A mão direita do deus está levantada sustentando uma palma; na mão esquerda suporta um anel; em cada pulso tem um bracelete. O deus está vestido com uma túnica simples, de mangas pendentes, apertada por um cinto. Êle está dentro dum círculo, do qual sáem chamas ou raios de luz; debaixo dêle, de cada lado, há um feixe de raios luminosos e de relampagos tripartidos.

O rei tem na cabeça uma corôa ricamente adornada; está vestido com uma túnica simples, de mangas pendentes, apertada com um cinto, do qual uma das extremidades termina em borla. O rei tem a mão direita levantada para Auramazda, e sustenta na mão esquerda um arco. Os seus cabêlos e barba são anelados com arte. Cada um dos pagens tem na cabeça, apertando o cabêlo, uma fita larga adornada com flôres de oito pétalas; estão vestidos de túnicas semelhantes à do rei; o primeiro pagem trás um arco e uma aljava com setas; e o segundo empunha uma lança.

Inscrições. — Debaixo do painel das imagens está gravada a inscrição em cinco colunas, de escrita cuneiforme, na língua antiga da Persia. Á esquerda da inscrição persa há tres colunas de escrita cuneiforme em caracteres e língua de Susa (elamita), contendo a tradução das primeiras quatro colunas da inscrição persa. Sôbre as duas faces duma parte pendente do rochedo, por cima da inscrição elamita, e à esquerda do painel das imagens, há uma única coluna de escrita cuneiforme em caracteres e língua de Babilónia, contendo a tradução das primeiras quatro colunas da inscrição persa. Á direita do painel das imagens há quatro colunas de escrita cuneiforme, nas quais provavelmente se narravam em parte os acontecimentos referidos na quinta coluna da inscrição persa; mas esta parte da rocha está tão gasta pela acção dos agentes atmosféricos, que sómente se podem lêr algumas palavras, que são em caracteres e língua de Susa (elamita).

O trabalho dispendido para esculpir os paineis e as inscrições foi muito grande. A superfície da rocha foi preparada cuidadosamente, sendo aplanada e alisada com grande perfeição. Onde a rocha tinha fendas, ou dela se destacaram fragmentos, foram embutidos pedaços de pedra de forma regular e chumbados na rocha. A gravura, cavada na rocha, é muito perfeita, e não tem igual, tanto pela sua correção e uniformidade, como pela sua beleza e extensão; a escrita da parte elamita é talvez a mais formosa, podendo conjecturar-se que foi executada por um artista da Media; a escrita da parte persa é também executada com grande perfeição, e superior à das inscrições da mesma escrita que existem em outros logares. Não é fácil conjecturar os meios que os artistas empregaram para fazer a gravura em uma rocha bastante dura, sobretudo em uma época em que o aço era ainda desconhecido. Depois de acabada a gravura a superfície dos paineis parece ter sido coberta com um revestimento de verniz silicioso, muito mais duro do que a rocha, sem dúvida com o fim de dar maior nitidez aõ desenho dos sinais da escrita, e de aumentar a resistência da superfície da rocha à acção dos agentes atmosféricos.

Divulgação. — Dario não se limitou a fazer esculpir no rochedo de Bisutun as imagens e inscrições que recordavam os sucessos dos primeiros anos do seu reinado; êle mesmo diz que fez escrever esta inscrição em outras línguas, e enviou as cópias a todas as províncias do seu império (1). Estas palavras são com efeito confirmadas pelas descobertas recentes; um fragmento da versão babilónica foi encontrado pelo Dr. Koldwey, e publicado por Weissbach (2); e

(1) Veja-se § 70.

(2) Weissbach, *Babylonische Miszellen*, Leipzig, 1903, pl. 9, p. 24 e segs.; A. King and Thompson S. I. D., p. XXIX, nota 2, e p. 179, nota 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. XIII.

fragmentos da versão aramaica foram encontrados em Elefantina, no Egito, entre os papiros pertencentes à comunidade dos Judeus ali estabelecida (1).

Disposição da inscrição persa. — O texto persa da inscrição está disposto em cinco colunas, tendo respectivamente 96, 98, 92, 92 e 36 linhas, ao todo 414 linhas, cada uma dum número variável de 30 a 48 sinais. O texto é dividido em parágrafos em número de 76; cada um dêles começa pelas palavras, a que corresponde a tradução: *Diz Dāraya-vaush Rei.* Os parágrafos são separados por um pequeno intervalo sem sinais.

Escrita da inscrição persa. — A inscrição persa está escrita em caracteres cuneiformes, isto é, por meio de sinais que tem a forma duma cunha ou antes dum cravo de ferradura de cavalo (2).

O sistema de escrita do texto persa (3) é o mais simples dos sistemas de escrita cuneiforme conhecidos, não só pelo que respeita à composição de cada sinal, como também em relação ao número de sinais. Os elementos, que entram na composição dos sinais, são três: a cunha vertical, a cunha horisontal, e a cunha dobrada. A cunha vertical tem a cabeça voltada para a parte superior e o corpo vertical; a cunha horisontal tem a cabeça voltada para a esquerda e o corpo horisontal; e a cunha dobrada é formada por duas cunhas ligadas pelas cabeças, formando ângulo recto proximamente, tendo o vértice voltado para a esquerda, e os corpos fazendo ângulos de 45° com a linha horisontal que passa pelo vértice. Cada sinal não tem menos de dois elementos, nem mais de seis. Os sinais representam as vogais *a, i, u,* e as sílabas formadas por

(1) Sachau, *Aramäische Papyri aus Elephantine*, Berlin, 1911; cf. *Sitzungsberichte d. K. Preuss. Akad. d. Wiss.*, Berlin, 1909, p. 1295.

(2) Jackson, *P.*, p. 171, e fototipia em frente de p. 197.

(3) Weissbach und Bang, *A. P. K. I.*, p. 1.

uma consoante seguida duma das mesmas vogais breves *a, i, u*. As sílabas formadas duma consoante seguida da vogal *a* longa, é representada pelo sinal da mesma sílaba com a vogal *a* breve seguido do sinal de *a* breve; nas sílabas formadas duma consoante seguida da vogal *i* ou *u*, esta vogal pode ser breve ou longa, não havendo sinal especial para fazer a distinção. O sinal, que representa a consoante seguida da vogal *a* breve, serve tambem para representar a consoante sem vogal, sem adjunção de outro sinal correspondente ao *virama* uzado em sanscrito.

As consoantes são em número de 22, as quais combinadas com as vogais *a, i, u*, dão $22 \times 3 = 66$ sílabas, e tres vogais prefazem ao todo o número de 69, e portanto outros tantos sinais; todavia nos textos das inscrições persas, até agora conhecidas, não se encontram senão 36 sinais de sílaba.

Na escrita dêste sistema os sinais são dispostos em linhas horisontais da esquerda para a direita. Cada palavra é precedida dum sinal (cunha dobrada), que a separa das palavras anteriores.

Língua. — A língua, em que está escrito o principal texto da inscrição de Bisutun, é o *persa antigo*.

A lingua antiga dos povos arias, na dispersão dêstes, era já dividida em dialectos, cuja posterior evolução produziu sete línguas: sanscrito, iranio, celta, grêgo, latim, teutónico e slavo. Os povos, que falavam o iranio, fixaram-se na Ásia, como aqueles que falavam o sanscrito; estas duas linguas desenvolveram-se uma a par da outra, e muito antes que as suas irmãs, faladas pelos povos, que se fixaram na Europa, atingissem a sua alta cultura.

Do iranio são conhecidas duas formas: o zend (iranio oriental) e o persa antigo (iranio ocidental). O zend é a língua do Avesta, livro sagrado do Mazdeismo ou religião de Zoroastro; o persa antigo é a língua das inscrições dos reis Achmenidas desde Dario I, o grande, até Artaxerxes III (Ocho).

A literatura do persa antigo é apenas epigráfica; as inscrições escritas nesta língua existem no rochedo de Bisutun, nas ruinas de Persepolis, Naksh-i-Rustem, Alvand, Kerman, Susa, Van, Murghab, no Canal de Suez, e em diversos vasos, pêsos e sinetes.

Sistema fonético. — O sistema fonético do persa antigo compreende vinte e quatro fonemas (1), cuja transcrição no presente estudo é a seguinte:

Vogais	*a*	*i*	*u*
Consoantes: (2)			
Guturais	*k*	*kh* (3)	*g* (4)
Palatais		*ch* (5)	*j*
Dentais	*t*	*th* (6)	*d*
Labiais	*p*	*ph* (7)	*b*
Nasais	*n*	*m*	
Semivogais	*y*	*r*	*v* (8)
Sibilantes	*s* (9)	*sh* (10)	*z*
Aspirada	*h*		
Semivogal	*l* (11)		
Grupo dental-semivogal	*sr*		

Versão aramaica. — Os papiros encontrados em Elefantina, no Egito, que primeiramente foram publicados por

(1) Tolman, *C. S.*, p. XXVI; Weissbach, *K. I. A.* p. L a LII.

(2) Por conveniencia tipográfica, emprega-se o *h* para representar a aspiração das guturais, palatais, dentais, labiais e sibilantes.

(3) Como o χ, ou *ch* alemão.

(4) O *g* gutural duro, como em português antes de *a*, *o*, *u*.

(5) Como o *ch* em inglês em *wich*.

(6) Como θ, ou *th* em inglês,

(7) Como φ, ou *f* em português.

(8) Como *u*. Sôbre a pronúncia desta consoante veja-se Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 162, Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 28.

(9) Como *ç* em português.

(10) Como *sh* em inglês, ou *x* em português em Xisto.

(11) Sòmente empregada na transcrição de nomes estranjeiros.

E. Sachau (1), contem fragmentos de versão aramaica da inscrição de Bisutun, tendo sido reconhecidos, mais ou menos completos, os parágrafos 14, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 60, 61, 63, 64 e 68. A versão aramaica é a tradução do texto assírio gravado no rochedo de Bisutun, porque contem como êle as datas omitidas pelo texto persa e elamita, e os números dos mortos e prisioneiros feitos nas diferentes batalhas. Esta versão foi provavelmente feita na Persia, e trazida para o Egito pelos soldados arameus da Media, que com os mercenários recrutados na Palestina, faziam parte da guarnição do sul do Egito, que pelos anos de 480 antes de J. C. estava encarregada de defender a fronteira (2).

Notícia histórica do reino da Persia, desde a sua origem até Dario o Grande (3). — Para melhor se compreender o conteúdo da inscrição de Bisutun, recordam-se em seguida os sucessos dos reinados dos antecessores de Dario no trono da Pérsia.

Os Iranios, que provavelmente eram oriundos das planícies situadas entre o Araxes e o Kur, emigraram do seu país natal antes do século VIII A. C.; e tendo passado o Caucaso, foram estabelecer-se na Asia, na região que deles tomou o nome de Iran, isto é, na vasta região

---

(1) Eduard Sachau, *Aramäische Papyrus und Ostraka aus Elephantine,* altorientalische Sprachdenkmäler aus einer jüdischen Militärkolonie des 5. Jahrhunderts vor Chr., Leipzig, 1911, p. 187 e segs.; Arthur Ungnad, *Aramäisch Papyrus aus Elephantine,* Leipzig, 1911, p. 83 a 97.

(2) E. Meyer, *Der Papyrusfund von Elephantine,* Leipzig, 1912, p. 98 a 101; F. Nau, *Revue de l'Orient Chrétien,* 1911, p. 344; *Journal Asiatique,* 1911, vol. II, p. 660 a 662; J. Halévy, *Journal Asiatique,* 1911, vol. II, p. 658 a 660.

(3) G. Maspero, *H. A. P. O.,* p. 555 e segs.; Prásek, *G. M. P.,* I e II Band.

limitada ao norte pelo mar Cáspio, ao oriente pelo Helmend, ao sul pelo Oceano índico, e ao poente pelo rio Tigre.

As principais naçõis dos Iranios eram os Medos e os Persas. A nação dos Medos era constituida por seis tribus, entre as quais se contava a dos Magos; os Medos estabeleceram-se na parte norte do Iran, fundaram ou engrandeceram Agbatana, de que fizeram a sua capital. A nação dos Persas era constituída por dez ou doze tribus, das quais a principal era a dos Pasargades; os Persas estabeleceram-se na parte sul do Iran, e fundaram a cidade de Pasargades; os seus reis eram escolhidos na família dum certo Akhemenes, o qual no tempo da imigração para o Iran era o chefe da tribu dos Pasargades, e foi tomado como epónimo dos reis dos Persas.

A genealogia dos reis da Persia, desde Akhemenes até Dario, o grande, é a seguinte:

Akhemenes, Rei epónimo
Teispes I, Rei
Cambises I, Rei
Ciro I, Rei
Teispes II, Rei

Ciro II, Rei	Ariaramnes
Cambises II, Rei	Arsames
Ciro III, o grande, Rei	Histaspes
Cambises III, Rei	Dario I, o grande, Rei

Pelos anos de 558 A. C. subiu ao trono da Persia, com o título de rei de Anshan, Ciro III, descendente da família de Akhemenes, sendo, como os seus antecesssres, vassalo do rei da Media, que então era Astiages, filho de Ciaxares. Em 552 Ciro revoltou-se contra o seu suzerano, e venceu Astiages; depois o exército dos Medos abandonou o seu rei, e o entregou a Ciro; por fim Agbatana, capital do reino da Media, caiu em poder de Ciro em 549. Creso,

rei da Lidia, invadiu a Media em 547; Ciro, primeiramente vencido, foi depois vencedor, e obrigou Creso a retirar-se para Sardes, capital da Lidia, onde Ciro entrou em 546, anexando a Lidia ao seu império.

Submetida e pacificada a Ásia menor, Ciro voltou com o seu exército para a extremidade oriental do seu império. Em seis anos, de 545 a 539, reduziu ao seu domínio a Bactria, a Margiana, a Chorasmia, e a Sogdiana; venceu os Saces, e percorreu como vencedor a Haraiva, a Satagidia, a Arachosia, e a Drangiana, chegando até às margens do rio Indo.

Regressando em seguida à capital do seu império, preparou-se para invadir a Caldeia, cujo rei era então Nabonides. No princípio do mês de Tamuz de 538 Ciro passou o rio Tigre, e venceu o exército dos Caldeus perto da cidade de Rutum; a 14 do mesmo mês os Persas, sob o comando de Gobrias, entraram em Sipar, e a 16 em Babilónia. Nabonides, entregue pelos seus, foi exilado para a Carmania; e seu filho Belsharusur, que tentou um último esfôrço para repelir os invasores, foi vencido por Gobrias a 11 do mês de Marshesvan, e morreu na batalha. Todo o império dos Caldeus caiu então em poder de Ciro.

Ciro era então senhor da Persia, Media, Caldeia e Lidia; os seus dominios estendiam-se desde as montanhas do Hindo-Cush ao oriente, até às costas do Mediterrâneo ao ocidente. Ciro empregou os últimos anos da sua vida em consolidar o seu poder em tão vasto império, e em preparar a guerra contra o Egito; e tendo empreendido uma expedição para a extremidade oriental do seu império, faleceu em 529, dum modo quási misterioso.

A Ciro sucedeu seu filho Cambises III, que estabeleceu em Babilónia a capital do seu vasto império. Um segundo filho de Ciro, irmão de Cambises, chamado Bardia (Smerdis), tinha o govêrno dalgumas províncias; Cambises, provavelmente receando que seu irmão se revoltasse contra

a sua autoridade, mandou-o matar; isto foi feito com tanto segredo, que a morte de Bardia ficou ignorada de quási toda a gente; o povo e a côrte julgavam que fôra exilado e encerrado em algum castelo da Media; esperavam ve-lo reaparecer.

Cambises completou os preparativos começados por Ciro para invadir o Egito, e marchou contra êste país tomando o caminho da Siria. No Egito reinava então Psametico III, que também se dispoz para repelir o invasor; a batalha entre os Persas e os Egípcios deu-se em Pelusa; os Egípcios, depois de tenaz resistência, cederam. Psametico, que com parte do seu exército se refugiou em Tébas, foi morto; e todo o Egito ficou reduzido a uma província em 526.

Cambises seguiu com o seu exército para o sul do Egito, e sujeitou ao seu domínio todo o país até à Nubia; poz em ordem os negócios da nova província, e em 522 tomou o caminho da Siria para voltar à capital do seu império.

Entretanto na Ásia tinham-se dado gravíssimos acontecimentos. Gaumata, um persa, que era mago, e cuja figura muito se parecia com a de Bardia, revoltou-se em Pasargades, dizendo que era Bardia, filho de Ciro; em breve a Persia e a Media se declararam em seu favor, e o reconheceram como rei. A notícia desta revolta chegou a Cambises, quando êste já estava ao norte da Siria de caminho para Babilónia; Cambises morreu ali, ou de morte que se deu a si próprio, ou de desastre, em 522.

Gaumata com o nome de Bardia, aínda que a princípio foi reconhecido rei sómente nas províncias centrais e orientais, depois que se soube a morte de Cambises, foi aceite como rei em todo o império. Durante seis mezes reinou em paz, porque, sendo tido por filho de Ciro e irmão de Cambises, era o legítimo herdeiro do trono. Mas em breve se descobriu e divulgou que êle não era o filho de Ciro. Dario, filho de Histaspes, satrapa da Hircania, da família

real de Akhemenes, conjurou-se com seis dos chefes das famílias nobres dos Persas, surpreendeu Gaumata em Sikhiyauvatis na Media; matou-o a 10 do mês de Bagaiadis de 521, e proclamou-se rei.

O império dos Persas, depois das conquistas de Ciro e de Cambises, não era senão um agregado, sem coesão, de províncias meio independentes, de reinos avassalados, e de tribus mal submetidas; por isso era de esperar que os subditos ultimamente incorporados no império, impacientes do domínio dos Persas, aproveitassem qualquer pretexto para se revoltarem, afim de recobrar a sua antiga independência. Os primeiros anos do reinado de Dario foram gastos nas guerras, que teve de empreender para submeter os revoltosos, que se levantaram por quási todo império: dois na Pérsia, Gaumata e Vahiazadata, que se intitulavam filhos de Ciro; um na Media, Fravastish; outro entre os Sagartias, Chitrantakhma, os quais se diziam da família de Ciaxares; dois em Babilónia, Nidintabel e Arakha, que pretendiam passar por filhos de Nabonides; dois na Suziana, Asrina e Martiya, que se diziam descendentes do último rei do mesmo país; e enfim um na Margiana, Frada, que se intitulava rei da Margiana. Dario venceu todos estes revoltosos, ficando senhor único de todo o império; e para comemorar as suas vitórias, e transmitir à posteridade a memória delas, mandou gravar no rochedo de Bisutun as imagens e inscrições atraz descritas.

Terminadas as guerras, Dario aplicou-se a reorganisar o seu império; para isso dividiu os seus vastos domínios em vinte e três grandes províncias, de que deu a sua designação (§ 6.º) (1); a cada povo deixou usar a sua língua,

(1) Quando Dario morreu (486 A. C.), o seu império era dividido em 29 províncias, cuja enumeração é dada na inscrição do seu túmulo em Naks-i Rustam. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 55; Tolman,

os seus costumes, a sua religião, as suas leis e as suas instituições; a administração e a justiça eram servidas por autoridades locais; sómente fixou o tributo, com que cada província devia contribuir para o tesouro real. Em cada província colocou uma autoridade superior de sua confiança, denominada satrapa, que vigiava pela manutenção da paz e da segurança, pelo cumprimento das ordens do rei, e pelo exacto pagamento do tributo.

Cronologia (1). — A cronologia dos acontecimentos referidos na inscrição de Bisutun é algum tanto obscura. No texto da inscrição, tanto persa antigo, como elamita e babilónico, não são mencionados os anos do reinado de Dario, mas sómente os dias do mês, em que os acontecimentos sucederam. Os sistemas cronológicos, propostos para fixar as datas dos acontecimentos mencionados na inscrição, são baseados sôbre a correspondência dos nomes dos meses do calendário persa antigo com os do calendário babilónico. No texto persa antigo são dados os nomes de oito meses, deduzindo-se da versão elamita o nome doutro mês; e na versão babilónica são dados os nomes correspondentes a cinco meses do calendário persa antigo, faltando portanto os nomes correspondentes aos quatro meses restantes.

É sabido que segundo o computo de Babilónia, o ano normal era composto de doze meses, sete de 30 dias e cinco de 29 dias, perfazendo o total 355 dias; a concordancia dos anos lunares e solares era obtida por meio dum ciclo de 30 anos, em onze dos quais se ajuntava um mês embolismal de 29 dias, ficando o ano de 384 dias. Os Persas

---

A. P. L. T., p. 44-45; Weissbach, *K. I. A.*, p. 87 e segs.; Weissbach, *K. I. G. D.*, p. 21 e segs.; cf. G. Rawlinson, *H. H.*, II, p. 483 e segs.; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 52 e segs.

(1) King and Thompson, *S. I. D.*, p. XXXVI a XXXVIII; Weissbach, *K. I. A.*, p. LXX a LXXII.

antigos adoptaram o computo de Babilónia, mudando sómente os nomes dos meses; os meses do calendário persa antigo correspondiam exatamente aos meses do calendário babilónico; e o ano começava no mesmo dia (1).

Os nomes dos meses do calendário persa antigo, e a sua correspondência com os do calendário babilónico, segundo os trabalhos de Oppert, Marquart, Thompson e King, e Weissbach, são:

Número de ordem	Calendário persa antigo	Calendário babilónico
1	garmapada	nisannu
2	thuravāhara	aiyaru
3	thāigarchish	simannu
4	adukanisha	duzu
5		abu
6		ululu
7	bāgayadish	tishritu
8	[margazāna]	arakhsamna
9	āsriyādiya	kislimu
10	anāmaka	tebetu
11		shabatu
12	viyakhna	addaru

Pela consideração do ano bisexto, que contem um mês *cheio* (plenus), e da duração do govêrno dos reis desde

(1) *Journal Asiatique*, 1910, tom. II, p. 360. Acerca do calendário babilónico veja-se: Mahler, *Zur Chronologie der Babylonier. Vergleichungstabellen der babylonischen and christlichen Zeitrechnung von Nabonnassar (747 v. C.) bis 100 v. C.*, Vienne, 1895. H. Pognon é de parecer, que no tempo dos Achemenidas o calendário babilónico era o calendário oficial de todo o império. (*Journal Asiatique*, 1911, tom. II, p. 338).

Nebukadnezar até Dario, e por meio das luas novas calculadas pelos métodos astronómicos, e de dois eclipses da lua, que, segundo uma inscrição cuneiforme (*Coleção Strassmaier, Cambyses,* n.º 400), foram observados em Babilónia no sétimo ano do reinado de Cambises (1), pôde construir-se um calendário e uma táboa cronológica para o período 565 a 505 A. C., dando a correspondência entre as datas babilónicas e as do computo juliano, com êrro inferior a um dia. Por meio dêste calendário e táboa se sabe que o dia 10 de Bāgayadish (Tishritu), no qual Gaumāta, o mago, que se dizia Bardiya, foi morto, e Dario começou a reinar, corresponde a 29 de setembro de 522 A. C. (2). Prásek (3), fundando-se nas notícias conservadas pelos historiadores gregos, e principalmente no Canon astronómico de Ptolemeu, estabeleceu que o mesmo dia 10 de Bagayadish, em que Gaumata foi morto, corresponde a 27 de outubro de 522 A. C.

Os acontecimentos referidos nos parágrafos 25-53 da inscrição de Bisutun sucederam-se, como diz o próprio Dario, *em um mesmo ano* (4); nisto há sem dúvida alguma exageração, porque os meses mencionados nas datas indicadas nos mesmos parágrafos abrangem um período de ano e meio; tiveram pois lugar nos anos de 522 a 520 A. C. Os acontecimentos referidos nos parágrafos 71 a 76

---

(1) Oppert, *Un annuaire astronomique babylonien,* no *Journal Asiatique,* 1890, tom. II, p. 511-532. Os eclipses da lua foram observados em Babilónia, no sétimo ano do reinado de Cambises, um a 14 de tammus (duzu) e outro a 14 de tebetu (16 de julho de 523 A. C. e 10 de janeiro de 522 A. C., computo juliano). O primeiro dêstes eclipses é mencionado por Ptolemeu (Σύνταξις μαθηματική, liv. V, cap. 14) como tendo sucedido em a noite de 17 para 18 do mês de phamenot do anno 225 da éra de Nabonnassar.

(2) Weissbach, *K. I. A.,* p. 19.

(3) Prásek, *G. M. P.,* I Bd. p. 282, e II Bd. p. 12.

(4) Vej. § 57.

sucederam-se verisimilmente no quarto e quinto ano do reinado de Dario, isto é, nos anos 519 a 517 A. C.

Tradução. — A tradução da inscrição foi feita do texto persa antigo, que é o texto original e principal, tão literalmente, quanto possivel. Na leitura e interpretação do texto seguiram-se os trabalhos de H. Rawlinson, Spiegel, Weissbach e Bang, King e Thompson, Tolman, Hoffman-Kutschke, e Weissbach; as passagens, onde o texto é ilegivel, são indicadas incluindo entre parenteses rectangulares as palavras correspondentes às conjecturas propostas para completar as lacunas, e na sua falta por pontos. Os nomes próprios de pessoas, de gentes, de lugares e de meses foram transcritos da forma do nominativo persa antigo, seguindo a representação dos fonemas da mesma língua atrás indicada.

Indice dos nomes próprios.—Depois da tradução juntou-se o índice dos nomes próprios, que se encontram na inscrição pela ordem das vogais e consoantes indicada no quadro dos fonemas da língua persa antiga, dando-se a forma dos mesmos nomes em arameu, a forma usada pelos escritôres gregos, principalmente por Herodoto, e a forma correspondente em vulgar. Neste índice procurou-se tambêm localisar as cidades mencionadas, e indicar a extensão e confrontações aproximadas das províncias, em que se dividia o império de Dario.

BIBLIOGRAFIA

Sir Henry Creswicke Rawlinson, *The Persian Cuneiform Inscription at Behistun*, no *Journal of the Royal Asiatic Society*, vol. x (1846) e *Appendix* do vol. xii (1849). A transcrição e traducção do texto persa da inscrição foram revistas por H. Rawlinson em 1874, e publicadas na *History of Herodotus*, vers. by George Rawlinson, London, 1875, vol. iii, p. 591-613 (H. Raw., *P. C. I.*).

Kossowicz, *Inscriptiones Palaeo-Persicae Achaemenidarum*, St. Petersburg, 1872.

Fr. Spiegel, *Die Altpersischen Keilinschriften*, 2. Auf. Leipzig, 1881 (Spiegel, *A. P. K. I.*).

Paul Horn, *The Old Persian Inscriptions at Behistan, transliterated with philological annotations*, nos *Avesta, Pahlavi and Ancient Persian Studies in honour of the late Shams-ul-Ulama Dastur Peshotanji Behramji Sanjana*, Strassburg, 1905.

L. W. King and R. C. Thompson, *The Sculptures and Inscription of Darius the great on the rock of Behistûn in Persia*, London, 1907 (King and Thompson, *S. I. D.*).

F. H. Weissbach und W. Bang, *Die Altpersischen Keilinschriften*, Leipzig, 1893 e 1908 (Weissbach und Bang, *A. P. K. I.*).

H. C. Tolman, *The Behistan Inscription of King Darius*, Nashville, 1908 (Tolman, *B. I. D.*).

—— *Ancient Persian Lexicon, and the textes of the Achaemenidan Inscriptions transliterated and translated with special reference to their recent re-examination*, New-York, 1908 (Tolman, *A. P. L.*).

—— *Cuneiform Supplement (autographed) to the author's Ancient Persian Lexicon and texts, with brief historical synopsis of the language*, New-York, 1910 (Tolman, *C. S.*).

A. Hoffmann-Kutschke, *Die altpersischen Keilinschriften des Grosskönigs Dārayawausch des Ersten bei Behistun*, Stuttgart und Berlin, 1909 (Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*).

—— *Die Wahrheit über Kyros, Darius und Zarathuschtra*, Berlin, 1910.

F. H. Weissbach, *Die Keilinschriften der Achämeniden*, Leipzig, 1911 (Weissbach, *K. I. A.*).

—— *Die Keilinschriften am Grabe des Darius Hystaspis*, Leipzig, 1911 (Weissbach, *K. I. G. D.*).

W. Schulze, *Der Tod des Kambyses*, Berlin, 1912 *(Sitzungsberichte der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 1912).

E. Sachau, *Aramäische Papyrus und Ostraka aus Elephantine*, Altorientalische Sprachdenkmäler aus einer jüdischen Militärkolonie des 5. Jahrhunderts vor Chr., Leipzig, 1911.

A. Ungnad, *Aramäische Papyrus aus Elephantine*, kleine Ausgabe, Leipzig, 1911 (Ungnad, *A. P. E.*)..

A. H. Sayce and A. E. Cowley, *Aramaic Papyri discovered at Assuan*, London, 1906.

Staerk, *Jüdisch-aramäische Papyri aus Elephantine*, Bonn, 1912 (Staerk, *J. A. P.*).

E. Meyer, *Der Papyrusfund von Elephantine*, Leipzig, 1912.

Herodoti Historiæ, recognovit Carolus Hude, Oxonii, 1908, 2 vol. (Her., *H.*).

History of Herodotus, a new english version... by canon George Rawlinson, 3 th. edition, London, 1875, 4 vol. (G. Raw., *H. H.*).

G. Maspero, *Histoire ancienne des Peuples de l'Orient,* 8.ª edition, Paris, 1909 (Maspero, *H. A. P. O.*).

J. Prásek, *Geschichte der Meder und Perser bis zur makedonischen Eroberung,* Gotha, 1906 e 1910 (Prásek, *G. M. P.*).

A. V. W. Jackson, *Zoroaster, the Prophet of ancient Iran,* New-York, 1901 (Jackson, *Z.*).

—— *Persia past and present,* New-York, 1906 (Jackson, *P.*).

I. Scheftelowitz, *Arisches in Alten Testament,* Berlin, I, 1901, II, 1903.

G. Hüsing, *Die iranischen Eigennamen in den Achämenideninschriften,* Norden, 1897.

Inscrição de Dario, o Grande, rei da Persia, no rochedo de Bisutun

(Traducção)

1. Eu [sou] Dārayavaush, Rei grande, Rei de reis, Rei em Pārsa, Rei das províncias, filho Vishtāspa, neto de Arshāma, [descendente] de Hakhāmanish.

2. Diz Dārayavaush Rei: Meu pai [foi] Vishtāspa; o pai de Vishtāspa [foi] Arshāma; o pai de Arshāma [foi] Ariyāramna; o pai de Ariyāramna [foi] Chishpish; o pai de Chishpish [foi] Hakhāmanish.

3. Diz Dārayavaush Rei: Por esta causa nós fomos chamados [descendentes] de Hakhāmanish; desde muito tempo somos de linhagem nobre; desde muito tempo a nossa família foi de reis.

4. Diz Dārayavaush Rei: Oito da minha família [são] os que anteriormente foram reis; eu [sou] o nono; nove, em duas linhas, nós fomos reis.

5. Diz Dārayavaush Rei: Por graça de Auramazdā eu sou rei; Auramazdā o reino me outorgou.

6. Diz Dārayavaush Rei: Estas [são] as províncias, que vieram para mim; por graça de Auramazdā eu delas fui rei: Pārsa, Uvaja, Bābirush, Athurā, Arabāya, Mudrāya, os [distritos] que [são] no mar, Sparda, Yaunā, Māda,

Armina, Katpatuka, Parthava, Zarāka, Haraiva, Uvārazmiya, Bākhtrish, Suguda, Gādāra, Saka, Thatagush, Harauvatish, Maka; ao todo XXIII provincias.

7. Diz Dārayavaush Rei: Estas [são] as províncias, que vieram para mim; por graça de Auramazdā foram feitos meus servos; trouxeram meu tributo; o que lhes foi dito por mim, ou de noite ou de dia isso fizeram.

8. Diz Dārayavaush Rei: Dentro destas províncias o homem que foi leal, a êsse estimei bem estimado; o que foi adversário, a êsse castiguei bem castigado. Por graça de Auramazdā aquelas províncias caminharam na minha lei; como lhes foi dito por mim, assim fizeram.

9. Diz Dārayavaush Rei: Auramazdā êste reino me outorgou; Auramazdā trouxe-me socorro, até que êste reino alcancei; por graça de Auramazdā possuo êste reino.

10. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] o que foi feito por mim, depois que fui rei. [Um homem] de nome Kābujiya, filho de Kurush, da nossa família, êle aqui foi rei; dêste Kābujiya um irmão, de nome Bardiya, [houve] da mesma mãe e do mesmo pai de Kābujiya. Depois disso Kābujiya matou êste Bardiya. Quando Kābujiya matou Bardiya, não foi sabido do povo que Bardiya era morto. Depois disso Kābujiya partiu para Mudrāya; quando Kābujiya partiu para Mudrāya, depois disso o povo se fez adversário; depois disso a mentira foi muita na província, e em Pārsa, e em Māda, e nas outras províncias.

11. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso havia um homem mago de nome Gaumāta, o qual se revoltou de Pishiyāuvādā; um monte de nome Arakadrish, dali, XIV dias do mês de Viyakhna eram passados, então se revoltou; êle assim mentiu ao povo: Eu sou Bardiya, o qual [foi] filho de Kurush, irmão de Kābujiya. Depois disso todo o povo foi amotinado; de Kābujiya veiu para êle, e [de] Pārsa, e [de] Māda, e [das] outras províncias. O reino êle tomou;

IX dias do mês de Garmapada eram passados, e então o reino tomou. Depois disso Kãbujiya morreu de sua morte.

12. Diz Dārayavaush Rei: Êste reino, que Gaumāta, que [era] mago, tomou de Kãbujiya, êste reino desde muito tempo foi da nossa família. Depois disso Gaumāta, que [era] mago, tomou de Kãbujiya [e] a Pārsa e a Māda, e as outras províncias; êle tomando [o reino], o fez sua propriedade; êle foi rei.

13. Diz Dārayavaush Rei: Não houve homem, nem de Pārsa, nem de Māda, nem algum de nossa família, que a êste Gaumāta, que [era] mago, o reino houvesse tomado. O povo a êle temeu pela sua tirania; matava a muito povo, que antes tinha conhecido Bardiya; por esta causa mataria o povo: Para que não conheçam a mim, que eu não sou Bardiya, que [era] filho de Kurush. Ninguem ousou dizer cousa alguma contra Gaumāta, que [era] mago, até que eu cheguei. Depois disso eu a Auramazdā implorei; Auramazdā trouxe-me socorro; X dias do mês de Bāgayādish eram passados, quando eu com poucos homens matei ao mesmo Gaumāta, que [era] mago, e àqueles principais homens que eram seus partidários. Um castelo de nome Sikayauvatish, em uma província de nome Nisāya, em Māda, ali matei a êle; o reino eu tomei a êle. Por graça de Auramazdā eu fui rei; Auramazdā o reino me outorgou.

14. Diz Dārayavaush Rei: O reino que da nossa família foi tirado, a êle eu puz seu assento; eu o coloquei em seu lugar; assim como anteriormente isso [era]. Eu fiz o sanctuário, que Gaumāta, que [era] mago, destruiu; eu restitui ao povo os pascigos, e as herdades, e o mercado, e os casais, os quais Gamāta, que [era] mago, lhes tomou; eu ao povo coloquei em seu lugar, e ao de Pārsa, e ao de Māda, e ao das outras províncias, assim como anteriormente isso [era]; eu, o que foi tirado, restitui. Por graça de Auramazdā isto eu fiz. Eu trabalhei, até que a nossa casa coloquei em seu lugar, assim como anteriormente isso [era]; eu trabalhei

por graça de Auramazdā, quando Gaumāta, que [era] mago, a nossa casa nos tinha tirado.

15. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] o que eu fiz depois disso, quando eu fui rei.

16. Diz Dārayavaush Rei: Quando eu a Gaumāta, que [era] mago, matei, depois disso um homem de nome Asrina, filho de Upadarma, êle revoltou-se em Uvaja; ao povo assim disse: Eu sou rei em Uvaja. Depois disso os de Uvaja foram amotinados; para aquele Asrina partiram; êle foi rei em Uvaja. E um homem dos de Bābirush, de nome Nadītabaira, filho de Ainaira, êle revoltou-se em Bābirush; ao povo assim mentiu: Eu sou Nabukudrachara, o qual [foi] filho de Nabunaita. Depois disso o povo, que [era] em Bābirush, foi todo para aquele Nadītabaira; Bābirush foi amotinado; o reino, que era em Bābirush, êle tomou.

17. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu enviei [uma hoste] a Uvaja; aquele Asrina preso foi trazido a mim; eu a êle matei.

18. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu parti para Bābirush contra aquele Nadītabaira, o qual se chamou Nabukudrachara; a hoste, que [era] de Nadītabaira, junto do Tigrā se assentou; ali permaneceu, e por ali estavam os navios. Depois disso eu coloquei a gente sôbre ôdres, outra parte fiz montar em camêlos, e a outra [eu] trouxe cavalos. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā o Tigrā atravessamos; ali áquela hoste, que era de Nadītabaira, eu matei muito; XXVI dias do mês de Asriyādiya eram passados, quando fizemos batalha.

19. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu parti para Bābirush; antes de Bābirush, quando [eu] aínda não tinha chegado, uma cidade de nome Zāzāna, junto do Ufrātu, ali aquele Nadītabaira, o qual se chamou Nabukudrachara, veiu com a hoste contra mim para fazer batalha; depois disso fizemos batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā á hoste, que [era] de Nadītabaira, eu

matei muito; o inimigo para a água foi repelido; a água o arrebatou; 11 dias do mês de Anāmaka eram passados, quando fizemos batalha.

20. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso Nadītabaira com poucos cavaleiros fugiu; foi para Bābirush. Depois disso eu parti para Bābirush; por graça de Auramazdā a Bābirush tomei, e aquele Nadītabaira capturei. Depois disso aquele Nadītabaira matei em Bābirush.

21. Diz Dārayavaush Rei: Em quanto eu estive em Bābirush, estas [são] as provincias que foram revoltadas contra mim: Pārsa, Uvaja, Māda, Athurā, Mudrāya, Parthava, Margush, Thatagush, Saka.

22. Diz Dārayavaush Rei: Um homem de nome Martya, filho de Chichikhrāish, uma cidade de nome Kuganakā, em Pārsa, ali morou; ela revoltou-se em Uvaja; ao povo assim disse: Eu sou Imanish, rei em Uvaja.

23. Diz Dārayavaush Rei: Então eu fui em marcha para Uvaja; depois disso temeram-me os de Uvaja; aquele Martya, que era o maioral dêles, capturaram, e o mataram.

24. Diz Dārayavaush Rei: Um homem de nome Phravartish, dos de Māda, êle revoltou-se em Māda; ao povo assim disse: Eu sou Khshathrita, da familia de Uvakhshatra. Depois disso a hoste dos de Māda, que era no palácio, foi revoltada contra mim; veiu para aquele Phravartish; êle foi rei em Māda.

25. Diz Dārayavaush Rei: A hoste dos de Pārsa e dos de Māda, que foi por mim, ela era pequena; depois disso eu enviei a hoste. [Um homem] de nome Vidarna, dos de Pārsa, meu servo, a êle fiz maioral dêles; eu assim lhes disse: Ide; aquela hoste, que [é] dos de Māda, matai; a qual não me reconhece. Depois disso aquele Vidarna partiu com a hoste. Quando chegou a Māda, uma cidade de nome Mārush, em Māda, ali fez batalha com os de Māda; aquele, que entre os de Māda era o maioral, êle então não estava

ali. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, áquela hoste que [era] revoltada, matou muito; XXVII dias do mês de Anāmaka eram passados, quando a êles foi feita batalha. Depois disso aquela hoste, que [era] minha, uma província de nome Kâpada, em Māda, ali me esperou, até que eu cheguei a Māda.

26. Diz Dārayavaush Rei: [Um homem] de nome Dādarshish, dos de Armina, meu servo, a êle eu enviei para Armina; [eu] assim lhe disse: Vai; a hoste, que revoltada não me reconhece, a ela mata. Depois disso Dādarshish partiu; quando chegou a Armina, então os revoltosos reunidos sairam contra Dādarshish para fazer batalha; uma aldeia de nome Zuzaya, em Armina, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, áquela hoste, que [era] revoltada, matou muito; VIII dias do mês de Thuravāhara eram passados, quando a êles foi feita batalha.

27. Diz Darāyavaush Rei: Pela segunda vez os revoltosos reunidos sairam contra Dādarshish para fazer batalha. Um castelo de nome Tigra, em Armina, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, áquela hoste, que [era] revoltada, matou muito; XVIII dias do mês de Thuravāhara eram passados, quando a êles foi feita batalha.

28. Diz Dārayavaush Rei: Pela terceira vez os revoltosos reunidos sairam contra Dādarshish para fazer batalha. Um castelo de nome Uyamā, em Armina, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, à hoste, que [era] revoltada, matou muito; IX dias do mês de Thāigarchish eram passados, quando a êles foi feita batalha. Depois disso Dādarshish esperou-me tanto [tempo] em Armina, até que eu vim para Māda.

29. Diz Dārayavaush Rei: [Um homem] de nome Vaumisa, dos de Pārsa, meu servo, a êle eu enviei para Armina; assim eu lhe disse: Vai; a hoste, que revoltada não me reconhece, a ela mata. Depois disso Vaumisa partiu; quando chegou a Armina, então os revoltosos reunidos sairam contra Vaumisa para fazer batalha. Uma província de nome Izalā, em Athurā, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, à hoste, que [era] revoltada, matou muito; XV dias do mês de Anāmaka eram passados, quando a êles foi feita batalha.

30. Diz Dārayavaush Rei: Pela segunda vez os revoltosos reunidos sairam contra Vaumisa para fazer batalha. Uma província de nome Autiyāra, em Armina, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, áquela hoste, que [era] revoltada, matou muito; no ultimo [dia] do mês de Thuravāhara, então a êles foi feita batalha. Depois disso Vaumisa esperou-me tanto [tempo] em Armina, até que eu vim para Māda.

31. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu saí de Bābirush, fui para Māda. Quando cheguei a Māda, uma cidade de nome Kūdurush, em Māda, ali aquele Phravartish, que em Māda se intitulou rei, veiu com hoste contra mim para fazer batalha; depois disso fizemos batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā à hoste, que [era] de Phravartish, matei muito; XXV dias do mês de Adukanisha eram passados, quando fizemos batalha.

32. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso aquele Phravartish com poucos cavaleiros fugiu. Uma província de nome Ragā, em Māda, para ali êle foi. Depois disso eu enviei uma hoste após êle. Phravartish capturado foi conduzido para mim; eu cortei-lhe (e) o narís e as orelhas e a língua, e tirei-lhe os olhos; à minha

porta foi posto preso; todo o povo a êle viu. Depois disso em Hagmatāna a êle empalei; e os homens, que foram seus principais partidários, a eles em Hagmatāna lancei dentro do castelo.

33. Diz Dārayavaush Rei: Um homem de nome Chisratakhma, dos de Asagarta, êle foi revoltado contra mim; ao povo assim disse: Eu sou rei em Asagarta, da família de Uvakhshatra. Depois disso eu enviei a hoste dos de Pārsa e dos de Māda. [Um homem] de nome Takhmaspāda, dos de Māda, meu servo, a êle fiz seu maioral; assim a êle [eu] disse: Vai, a hoste revoltada, que não me reconhece, a ela mata. Depois disso Takhmaspāda foi com a hoste; fez batalha com Chisratakhma. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, àquela hoste, que [era] revoltada, matou, e a Chisratakhma capturou; conduziu para mim. Depois disso eu cortei-lhe o nariz e as orelhas, e tirei-lhe os olhos; à minha porta foi posto preso; todo o povo a êle viu. Depois disso em Arbairā a êle empalei.

34. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] que [foi] feito por mim em Māda.

35. Diz Dārayavaush Rei: Os de Parthava e os de Varkāna foram revoltados contra mim; de Phravartish se disseram [partidarios]. Vishtāspa, meu pai, estava em Parthava; o povo deixou a êle, foi revoltado. Depois disso Vishtāspa partiu com a hoste, que era partidária dêle. Uma cidade de nome Vishpauzātish, em Parthava, ali fez batalha com os de Parthava. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā Vishtāspa àquela hoste, que [era] revoltada, matou muito; XXII dias do mês de Viyakhna eram passados, quando a êles foi feita batalha.

36. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu enviei a hoste dos de Parsa para Vishtāspa, de Ragā. Quando aquela hoste chegou a Vishtāspa, então Vishtāspa tomou aquela hoste, e partiu. Uma cidade de nome Patigrabanā, em

Parthava, ali fez batalha com os revoltados. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā Vishtāspa àquela hoste, que [era] revoltada, matou muito; I dia do mês de Garmapada era passado, quando a êles foi feita batalha.

37. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso a província foi minha. Isto [é] o que [foi] feito por mim em Parthava.

38. Diz Dārayavaush Rei: Uma província de nome Margush, ela foi revoltada contra mim. Um homem de nome Phrāda, dos de Margush, a êle fizeram maioral. Depois disso eu enviei [um homem] de nome Dādarshish, dos de Pārsa, meu servo, governador de Bākhtrish, contra êle; eu assim lhe disse: Vai; mata aquela hoste, que não me reconhece. Depois disso Dādarshish partiu com a hoste; fez batalha com os de Margush. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, à hoste, que [era] revoltada, matou muito; XXIII dias do mês de Asriyādiya eram passados, quando a êles foi feita batalha.

39. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso a provincia foi minha. Isto [é] o que [foi] feito por mim em Bākhtrish.

40. Diz Dārayavaush Rei: Um homem de nome Vahyazdāta, uma cidade de nome Tāravā, [em] uma província de nome Yautiyā, em Pārsa, ali permaneceu. Êle pela segunda vez se revoltou em Pārsa; ao povo assim disse: Eu sou Bardiya, o qual [foi] filho de Kurush. Depois disso a hoste dos de Pārsa, que [era] no palácio, da lealdade se apartou; ela foi revoltada contra mim; partiu para aquele Vahyazdāta. Êle foi rei em Pārsa.

41. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu enviei a hoste dos de Pārsa e dos de Māda, que era por mim. [Um homem] de nome Artavardiya, dos de Pārsa, meu servo, a êle fiz seu maioral. Aquela outra hoste dos de Pārsa foi comigo para Māda. Depois disso Artavardiya foi com a hoste para Pārsa. Quando chegou a Pārsa, uma

cidade de nome Rakhā, em Pārsa, ali aquele Vahyazdāta, que se chamava Bardiya, veiu com a hoste contra Artavardiya para fazer batalha. Depois disso fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, àquela hoste, que [era] de Vahyazdāta, matou muito; XII dias do mês de Thuravāhara eram passados, quando a êles foi feita batalha.

42. Diz Darayavaush Rei: Depois disso aquele Vahyazdāta com poucos cavaleiros fugiu, foi para Pishiyāuvādā; dali tomou uma hoste; depois disso partiu contra Artavardiya para fazer batalha. Um monte de nome Parga, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, àquela hoste, que [era] de Vahyazdāta, matou muito; V dias do mês de Garmapada eram passados, quando a êles foi feita batalha; e àquele Vahyazdāta tomaram; e aos seus homens, que foram seus principais partidarios, capturaram.

43. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso eu àquele Vahyazdāta e aos homens, que foram seus principais partidarios, uma cidade de nome Uvādaichaya, em Pārsa, ali a êles empalei.

44. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] o que [foi] feito por mim em Pārsa.

45. Diz Dārayavaush Rei: Aquele Vahyazdāta, que se intitulou Bardiya, êle enviou uma hoste para Harauvatish contra [um homem] de nome Vivāna, dos de Pārsa, meu servo, governador de Harauvatish; e a um homem fez seu maioral; assim lhe disse: Vai; mata a Vivāna e àquela hoste, que reconhece rei a Dārayavaush. Depois disso partiu aquela hoste, que Vahyazdāta enviou contra Vivāna para fazer batalha. Um castelo de nome Kāpishakānish, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era]

minha, à hoste, que [era] revoltada, matou muito; XIII dias do mês de Anāmaka eram passados, quando a êles foi feita batalha.

46. Diz Dārayavaush Rei: De novo depois disso os revoltados reunidos sairam contra Vivāna para fazer batalha. Uma província de nome Gādutava, ali fizeram batalha. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā a hoste, que [era] minha, à hoste, que [foi] revoltada, matou muito; VII dias do mês de Viyakhna eram passados, quando a êles foi feita batalha.

47. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso aquele homem, que era o maioral da hoste, que Vahyazdāta enviou contra Vivāna, êle fugiu com poucos cavaleiros, partiu. Um castelo de nome Arshāda, em Harauvatish, foi para junto dêle. Depois disso Vivāna partiu com a hoste após êle. Ali capturou a êle; e os homens, que foram seus principais partidários, matou.

48. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso a província foi minha. Isto [é] o que [foi] feito por mim em Harauvatish.

49. Diz Dārayavaush Rei: Em quanto eu estive em Pārsa e em Māda, pela segunda vez os de Bābirush foram revoltados contra mim. Um homem de nome Arakha, dos de Armina, filho de Haldita, êle revoltou-se em Bābirush. Uma província de nome Dubāla, dali êle assim mentiu ao povo: Eu sou Nabukudrachara, que [era] filho de Nabunaita. Depois disso a hoste dos de Bābirush se revoltou contra mim; para ela partiu Arakha. A Bābirush êle tomou; foi rei em Bābirush.

50. Diz Dārayavaush Rei: Depois disso enviei uma hoste para Bābirush. [Um homem] de nome Vīdapharnā, dos de Pārsa, meu servo, a êste fiz seu maioral; [eu] assim lhe disse: Vai; mata aquella hoste dos de Bābirush, que não me reconhece. Depois disso Vīdapharnā foi com a hoste para Bābirush. Auramazdā trouxe-me socorro; por graça de Auramazdā Vīdapharnā matou aos de Bā-

birush; e presos trouxe-os a mim; XXII dias do mês de Margazana eram passados, quando capturou aquele Arakha, que se chamou Nabukudrachara, e os homens, que foram seus principais partidários. Depois disso eu ordenei, [e] aquele Arakha e os homens, que foram seus principais partidários, em Bābirush foram empalados.

51. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] o que [foi] feito por mim em Bābirush.

52. Diz Dārayavaush, Rei: Isto [é] o que eu fiz por graça de Auramazdā em um mesmo ano. Depois disso, quando fui rei, fiz XIX batalhas; por graça de Auramazdā eu matei a eles, e IX reis capturei. Um de nome Gaumāta, foi mago; ele mentiu, quando disse: Eu sou Bardiya, o qual [foi] filho de Kurush; êle fez revoltada a Pārsa. Um de nome Asrina, dos de Uvaja; êle mentiu quando disse: Eu sou rei em Uvaja; ele fez revoltada a Uvaja contra mim. Um de nome Nadītabaira, dos de Bābirush; êle mentiu, quando disse: Eu sou Nabukudrachara, que [foi] filho de Nabunaita; ele fez revoltada a Bābirush. Um de nome Martiya, dos de Pārsa; êle mentiu, quando disse: Eu sou Imanish, rei em Uvaja; ele fez revoltada a Uvaja. Um de nome Phrāvartish, dos de Māda; êle mentiu, quando disse: Eu sou Khshathrita, da família de Uvakhshatra; ele fez revoltada a Māda. Um de nome Chisratakhma, dos de Asagarta; êle mentiu, quando disse: Eu sou rei em Asagarta, da família de Uvakhshatra; ele fez revoltada a Asagarta. Um de nome Phrāda, dos de Mārgush; êle mentiu, quando disse: Eu sou rei em Margush; ele fez revoltada a Margush. Um de nome Vahyazdāta, dos de Pārsa; êle mentiu quando disse: Eu sou Bardiya, o qual [foi] filho de Kurush; ele fez revoltada a Pārsa. Um de nome Arakha, dos de Armina; êle mentiu, quando disse: Eu sou Nabukudrachara, o qual [foi] filho de Nabunaita; ele fez revoltada a Bābirush.

53. Diz Dārayavaush Rei: A êstes IX reis eu capturei naquelas batalhas.

54. Diz Dārayavaush Rei: Estas [são] as provincias, que foram revoltadas; a mentira fez revoltadas a elas; assim êles enganaram o povo. Depois disso Auramazdā pôs a êles em minhas mãos; como [foi] minha vontade, assim fiz a êles.

55. Diz Dārayavaush Rei: Tu, que depois disto fôres rei, da mentira defende-te muito; ao homem, que for mentiroso, a êle castiga bem castigado, se pensas assim: A minha terra seja salva.

56. Diz Dārayavaush Rei: Isto, que eu fiz, por graça de Auramazdā em um mesmo ano fiz. Tu, que depois disto lêres esta inscrição, o que [foi] feito por mim, convence-te a ti, [que] isto não é mentira.

57. Diz Dārayavaush Rei: Auramazdā tomo por testemunha, como isto foi verdade, (e) não mentira; eu fiz isto em um mesmo ano.

58. Diz Dārayavaush Rei: Por graça de Auramazdā muitas outras [cousas] foram feitas por mim, que nesta inscrição não foram escritas; por esta causa não foram escritas: para que aquêle, que depois disso lêr esta inscrição, não considere muito aquilo, que foi feito por mim; não se convença disso, [e] julgue que é mentira.

59. Diz Dārayavaush Rei: Os reis anteriores, em quanto existiram, não foi feito por êles, assim como por mim, por graça de Auramazdā, foi feito em um mesmo ano.

60. Diz Dārayavaush Rei: Agora convence-te a ti, do que foi feito por mim; assim ao povo dirás; por esta razão não escondas. Se esta proclamação não esconderes, e ao povo disseres, Auramazdā seja teu amigo, a tua familia seja muita, e longo tempo vivas.

61. Diz Dārayavaush Rei: Se esta proclamação esconderes, não disseres ao povo; Auramazdā seja teu matador, e a tua familia não exista.

62. Diz Dārayavaush Rei: Isto, que eu fiz em um mesmo

ano, por graça de Auramazdā o fiz. Auramazdā trouxe-me socorro, e os outros deuses que existem.

63. Diz Dārayavaush Rei: Por esta causa Auramazdā trouxe-me socorro, e os outros deuses que existem: porque eu não era adversário, não era mentiroso, não era malfeitor, nem eu nem minha familia. Segundo a rectidão caminhei; nem a orfão nem a mesquinho fiz mal; o homem que ajudou a minha casa, a êsse eu trouxe socorro; aquêle que a ofendeu, castiguei bem castigado.

64. Diz Dārayavaush Rei: Tu, que depois disto fôres rei, o homem que fôr mentiroso, ou que fôr malfeitor, dêle não sejas amigo; castiga bem castigado.

65. Diz Dārayavaush Rei: Tu que depois disto vires esta inscrição, a qual eu escrevi, ou estas imagens, não destruas; em quanto fores poderoso, assim protege a elas.

66. Diz Dārayavaush Rei: Se esta inscrição vires, ou estas imagens, [e] não as destruires; e em quanto o teu poderio existir, as protegeres: Auramazdā seja teu amigo, e tua familia seja muita, e longo tempo vivas; e o que faças, isso Auramazdā por ti faça prospero.

67. Diz Dārayavaush Rei: Se esta inscrição ou estas imagens vires, a elas destruires; e tua familia, em quanto existir, não as proteger: teu matador seja Auramazdā, e tua familia não exista; e o que faças, isso Auramazdā por ti aniquile.

68. Diz Dārayavaush Rei: Estes [são] os homens, que então ali eram, quando eu matei a Gaumāta, que [era] mago, o qual se chamava Bardiya; então êstes homens trabalharam como meus partidarios. [Um], de nome Vīdapharnā, filho de Vāyaspāra, dos de Pārsa; [um], de nome Utāna, filho de Tukhra, dos de Pārsa; [um], de nome Gaubaruva, filho de Marduniya, dos de Pārsa; [um], de nome Vidarna, filho de Bagābigna, dos de Pārsa; [um], de nome Bagabukhsha, filho de Dātuhya, dos de Pārsa; [um], de nome Ardumanish, filho de Vahauka, dos de Pārsa.

69. Diz Dārayavaush Rei: Tu, que depois disto fores rei, as familias daquêles homens protege bem estimadas.

70. Diz Dārayavaush Rei: Por graça de Auramazdā, esta inscrição fiz escrever de outros modos com estilete ou com tinta, o que antes não foi feito, sobre ladrilho ou sobre pele; e puz sobre êles o nome e o sêlo; e elas foram copiadas e foram lidas deante de mim; depois disto estas inscrições enviei a todas as provincias; o povo assim as conheceu (1).

71. Diz Dārayavaush Rei: Isto [é] o que eu fiz no quarto e quinto ano depois que fui rei. [Uma] provincia, de nome Uvaja, ela foi revoltada; um homem de nome Atamaita, dos de Uvaja, a êle fizeram maioral. Depois disso eu enviei a hoste para Uvaja; [um homem] de nome Gaubaruva, dos de Pārsa, meu servo, a êle fiz seu maioral. Depois disso Gaubaruva foi com a hoste para Uvaja; fez batalha com os de Uvaja. Depois disso Gaubaruva aos de Uvaja matou; e a êles desbaratou; e ao que era seu maioral, capturou; conduziu para mim; e eu a êle matei; depois disso a provincia foi minha.

---

(1) O texto persa do parágrafo 70 é muito pouco legivel, e a tradução é dada segundo as conjecturas de Tolman, Weissbach e Hoffmann-Kutschke, comparando o texto persa com o elamita (Tolman, *A. P. L.*, p. 29 e 30; Weissbach, *K. I. A.*, p. 70 e 71; Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 16 e 29). A tradução da parte correspondente do texto elamita foi dada por Hoffmann-Kutschke (*Orient. Lit.-Zeitung*, 1906, p. 485 e segs.) e por Bork (*Z. D. M. G.*, 64 Bd., p. 569 e segs. Cf. Weissbach, *K. I. A.*, p. LXXVI).

A palavra, de que no texto persa (c. IV, l. 89) só restam dois sinais ...*ā-ma* (King e Thompson, *S. I. B.*, p. 77), e que tem sido completada *ariyām* por Weissbach e Bang, e por Hoffmann-Kutschke, segundo a palavra *har-ri-ya-ma* do texto elamita, não é provavelmente senão a palavra em persa antigo que corresponde ao hebreu ארמית (Dan. 2,4; Esr. 4,7), *em arameu;* e sabe-se (2 Reg. 18, 26; Is. 36, 11) que os oficiais do rei da Assyria compreendiam o arameu. (Veja-se o que fica dito àcêrca da divulgação da inscrição a p. 501, 502 e 504, 505).

72. Diz Dārayavaush Rei: [Então os de Uvaja temeram; e a êles] Auramazdā [pôs em minhas mãos]; a Auramazdā implorei; por graça de Auramazdā, como foi meu desejo, assim a êles fiz.

73. Diz Dārayavaush Rei: Aquêle que venera a Auramazdā, longo tempo o seu poderio exista; êle em vida seja; e numerosa seja a sua familia.

74. Diz Dārayavaush Rei: Com a hoste dos de Saka parti contra os de Saka, que [são] haumavarga e os que trazem barrete de ponta ..... e fui para o mar; [ali com a hoste, que (era) minha], atravessei em jangadas ..... dos de Saka matei muito; a outros capturaram, e presos conduziram para mim, e a êles matei; e ao seu maioral, de nome Skũkha, a êle capturei; [e a êle empalei]; ali a outro fiz seu maioral, como foi meu desejo; depois disso a provincia foi minha.

75. Diz Dārayavaush Rei: [Então os de Saka temeram]; a êles não trouxe socorro Auramazdā; ..... a Auramazdā implorei; por graça de Auramazdā, como foi meu desejo, assim a êles fiz.

76. Diz Dārayavaush Rei: Aquêle que venera a Auramazdā, longo tempo o seu poderio exista; êle em vida seja; e numerosa seja a sua familia.

EPÍGRAFES DAS IMAGENS

I. Imagem de Dārayavaush

Eu sou Dārayavaush, Rei grande, Rei de reis, Rei em Pārsa, Rei das provincias, filho de Vishtāspa, neto de Arshāma, [descendente] de Hakhāmanish.

Diz Dārayavaush Rei: Meu pai [foi] Vishtāspa; o pai de Vishtāspa [foi] Arshāma; o pai de Arshāma [foi] Ariyāramna; o pai de Ariyāramna [foi] Chishpish; o pai de Chishpish [foi] Hakhāmanish.

Diz Dārayavaush Rei: Por esta causa nós fomos chamados [descendentes] de Hakhāmanish; desde muito tempo somos de linhagem nobre; desde mnito tempo a nossa família foi de reis.

Diz Dārayavaush Rei: Oito de minha família [são] os que anteriormente foram reis; eu sou o nono. Nove, em duas linhas, nós fomos reis.

II. Imagem de Gaumāta

Este Gaumāta, que [era] mago, mentiu; assim disse: Eu sou Bardiya, filho de Kurush; eu sou rei.

III. Imagem de Asrina

Este Asrina mentiu; assim disse: Eu sou rei em Uvaja.

IV. Imagem de Nadītabaira

Este Nadītabaira mentiu; assim disse: Eu sou Nabukudrachara, filho de Nabunaita; eu sou rei em Bābirush.

V. Imagem de Phravartish

Este Phravartish mentiu; assim disse: Eu sou Khshathrita, da família de Uvakhshatra; eu sou rei em Māda.

VI. Imagem de Martya

Este Martya mentiu; assim disse: Eu sou Imanish, rei em Uvaja.

VII. Imagem de Chisratakhma

Este Chisratakhma mentiu; assim disse: Eu sou rei em Asagarta, da família de Uvakhshatra.

VIII. Imagem de Vahyazdāta

Este Vahyazdāta mentiu; assim disse: Eu sou Bardiya, que era filho de Kurush; eu sou rei.

IX. Imagem de Arkha

Este Arakha mentiu; assim disse: Eu sou Nabukudrachara, filho de Nabunaita; eu sou rei em Bābirush.

X. Imagem de Phrāda

Este Phrāda mentíu; assim disse: Eu sou rei em Margush.

XI. Imagem de Skūhka

Este é Skūkha, que [era] Saka.

ÍNDICE DOS NOMES PROPRIOS

Ainaira, n. p., dos de Babilónia, pai de Nadītabaira.

Autiyāra, n. l., distrito da Armenia.

Auramazdā, em zend *Ahuromazdāo,* aram. אהורמזד (Ungnad, *A. P. E.,* 65, l. 2), deus supremo do Mazdeismo. Julga-se que êste nome é composto de *Ahura* (senhor), *maz* (grande), e *dāo* (que sabe), isto é, Senhor grande sábio. Ele é omnipotente e omnisciente. Auramazda é um deus do ceu, à maneira de Varuna, de Zeus, e de Jupiter; tem por corpo e logar a luz infinita. Herodoto (I, 131) diz que os Persas chamavam Zeus, isto é, Auramazda, a toda abóbada celeste. (Cf. Darmesteter, *Le Zend Aveste,* Paris, 1892, I, p. 20 e 21; Harlez, *Manuel de la langue de l'Avesta,* 1882, p. 307; Reichelt, *Awestisches Elementarbuch,* Heidelberg, 1909, p. 24, §§ 25 e 26).

Atamaita, n. p., maioral dos de Uvaja, que se revoltou

contra Dario (§ 71). (Prásek, *G. M. P.*, II, p. 61, nota 3).

Athurā, n. l., bab. *Aššur*, hebr. אַשּׁוּר (Esr. 6,22), aram. אתור (*Tobith*, ed. Neubauer p. 3, l. 7), gr. Ασσυρίη (Her. I, 178), Assyria, quarta província do império; compreendia a parte superior da Mesopotamia desde o Khabur até ao monte Zagros. Confinava ao norte com a Armenia, ao poente com o deserto da Arabia, ao sul com a província de Babilónia, e ao oriente com a Media. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 149, n. 4; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 704; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 203; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 55).

Asrina, n. p., filho de Upadarma, dos de Uvaja, que se revoltou em Uvaja, fazendo-se rei.

Arabāya, n. l., gr. 'Αραβίη (χώρη) (Her. II, 8), Arabia, quinta província do império; compreendia parte da Mesopotamia entre o Khabur e o Eufrates, a Siria, a Fenicia, e a Palestina. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 598 a 600; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 704; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 55).

Arakadrish, n. l., montanha da Persia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 206; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 65; Weissbach, *K. I. A.*, p. 138; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 266).

Arkha, n. p., filho de Haldita, dos da Armenia, que se revoltou na Armenia.

Ariyāramna, n. p., gr. 'Αριάραμνης (Her. VII, 11), Ariaramnes, bisavô de Dario, da família de Akhmenes. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 207; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 66; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 179; Weissbach, *K. I. A.*, p. 138).

Artavardiya, n. p., aram. ארתורדי (Ungnad, *A. P. E.*, 66, I, l. 10), dos da Persia, general de Dario.

Ardumanish, n. p., dos da Persia, sexto dos conjurados de Dario contra Gaumata. Segundo Herodoto (III, 70) o nome deste conjurado era 'Ασπαθίνης, que corresponde ao nome persa antigo Aspakhanā, que se lê na inscrição

Dar. N R, *d,* o qual era pagem do arco e frechas do rei Dario. (G. Rawlinson, *H. H.,* II, p. 468, n. 8; Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 58; Weissbach und Bang, *A. P. K. I.,* p. 36 e 37; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 47 e 48; Prásek, *G. M. P.,* I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.,* p. 139).

Arbaira, n. l., bab. *ar-ba-il,* isto é: [casa] dos quatro deuses; 'Αρβήλων (Arriani, *Exp. Alex.,* III, 8, 7); Arbela, cidade situada no distrito de Sagartia, na provincia da Media; actualmente Erbil. (Spiegel, *A. P K. I.,* p. 207; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 67; Weissbach, *K. I. A.,* p. 138).

Armina, n. l., aram. ארמנ (Ungnad, *A. P. E.,* 65, l. 2), gr. 'Αρμένιη (Her. V, 52), Armenia, undecima província do império. Sôbre os seus limites veja-se G. Rawlinson, *H. H.,* I, p. 593-594, e Prásek, *G. M. P.,* II, p. 57.

Arshādā, n. l., aram. ארשד (Ungnad, 66, II, l. 14), castelo da Arachosia. (Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 208; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 67; Prásek, *G. M. P.,* II, p. 3).

Arshāma, n. p., aram. ארשם (Sachau, *Drei aramäische Papyrusurkunden aus Elephantine,* Berlin, 1908, Urkunde I, l. 4; Ungnad *A. P. E.,* 1, l. 4), gr. 'Αρσάμης (Her. VII, 11); Arsames, avô de Dario. (Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 208; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 68; Prásek, *G. M. P.,* I, p. 179; Weissbach, *K. I. A.,* p. 139).

Asagarta, n. l., Sagartia. Segundo Herodoto (I, 125) os Sagartias eram uma das quatro tribus nomades da nação dos Persas; no tempo de Dario habitavam na decima quarta satrapia (III, 93), e falavam a lingua persa (VII, 85); segundo Ptolemeu (*Geographia,* VI, 2) habitavam a oeste do monte Zagros. A Sagartia era a região, que confinava ao ocidente com o distrito de Arbela, e era limitada ao oriente pelo monte Zagros, e ao norte e sul pelo alto e baixo curso do Zab. (Sayce, *An introduction to the books of Ezra, Nehemiah and Esther,* London, 1894, p. 128, n. 1; G. Rawlinson, *H. H.,* I, p. 700; Prásek, *G. M. P.,*

II, p. 10, n. 2, p. 201; II, p. 57; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153).

Imanish, n. p., nome tomado por Martya, quando se revoltou em Uvaja.

Izalā, n. l., aram. אזלי (Ungnad, *A. P. T.*, 65, l. 10), distrito da Assyria, identificado com Izela (Tur-Abdin), distrito da Siria actual. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 74; Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 26-27; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34; Weissbach, *K. I. A.*, p. 35, § 29 nota a).

Utāna, n. p., gr. Οτάνης (Her. III, 70), Otanes, filho de Tukhra, dos da Persia, quarto dos conjurados de Dario contra Gaumata. Otanes teve um cargo elevado na corte de Dario, como se depreende duma inscrição sôbre tijolo, encontrada em Susa, na qual se lê, além do nome do rei, o de Otanes. (Dieulafoy, *L'Acropole de Suse*, p. 284; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 28, n. 4).

Upadarma, n. p., pai de Asrina, dos de Uvaja. Acêrca da leitura no nome Upadarma, veja-se Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 24; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 31, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 23, § 16, n. *a*.

Uphrātu, n. r., hebr. פְּרָת (Gen. 2, 14), aram. פרת (Ungnad, *A. E. P.*, 68 B, l. 5), gr. Εὐφράτης, (Her. I, 180), Euphrates, rio da Mesopotamia. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 569). Sôbre a significação desta palavra veja-se G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 544; Kiepert, *Lehrbuch der alten Geographie*, p. 136, n. 1; Tolman, *A. P. K. T.*, p. 76 77.

Uyamā, n l., castelo (fortaleza) da Armenia. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 77; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Uvakhshtra, gr. Κυαξάρης (Her. I, 16), Cyaxares, antigo chefe iranio, que os Medos e os Sagartias consideravam como origem das suas dinastias nacionais. (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 96 e 97). Ácerca dêste nome

veja-se: Tolman, *A. P. L. T.*, p. 77; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 97, n. 2; Weissbach, *K. I. A.*, p. 157.

Uvaja, n. l., antiga capital do reino de Elam, e tambem designação da segunda provincia do império. A cidade de Uvaja, chamada em hebreu שׁוּשַׁן (Neh. 1, 1; Esth. 1, 2; Dan. 8, 2), em grego Σοῦσα (Her. I, 188), Susa; era situada entre os dois braços do rio Choaspes, e no sítio da actual povoação Schuster. (G. Rawlinson, *H. II.*, I, p. 590; E. König, *Hebräisches und aramäisches Wörterbuch*, Leipzig, 1910, p. 492). A provincia de Uvaja, em bab. *e-lam-mat*, hebr. עֵילָם (Ezr. 4, 9; Dan. 8, 2), em grego Κισσίη (χώρη) (Her. V, 49. 52) e Σουσιανή (χώρη) (Ptolemeu, *Geographia*, VI, 3; Strab., XV), e em latim Susiane (Plinio, *H. N.*, VI, 27, 31), confinava ao norte com a Assiria e Media, ao oriente com a Persia e Paraetacene, ao sul com o Golfo pérsico, e ao ocidente com o rio Tigris; correspondia aproximadamente ao domínio actualmente chamado Chūsistān. O nome de Uvaja, que deve ler-se Khuadja, foi conservado até agora como designação de provincia no nome de Chūzistān. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 162; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 77-78; Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 28; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 30; Weissbach, *K. I. A.*, p. 143; Nöldeke, *Geschichte der Perser und Araber zur Zeit der Sasaniden*, Leyden, 1879, p. 12, n. 4.).

Uvādaichaya n. l., cidade da Persia, identificada por Oppert com a actual cidade de Auledj. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 27; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 78; Weissbach, *K. I. A.*, p. 157).

Uvrazmya, n. l., gr. Χωρασμία (Her. III, 93), Chorasmia, decima sexta provincia do império; compreendia a região situada ao sul do mar de Aral, entre a embocadura do Amon-Dara e o golfo de Kara-Boghaz, isto é, o país que actualmente tem o nome de Chvarizm (Chiva) (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 657, n. 3; Weissbach, *K. I. A.*, p. 141). A Chorasmia era provavelmente limitada ao sul

pela Hyrcania; ao oriente pela Sattagidia, Bactria, e Soghdiana; ao norte pelo deserto entre o mar Caspio e o Aral; e ao poente pelo mar Caspio. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 194; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 212; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 78; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 58; Weissbach, *K. I. A.*, p. 141).

Katpatuka, gr. Καππαδοκία (Her. I, 71), Capadocia, duodecima provincia do império; compreendia a região central da Ásia menor desde o Taurus até ao Ponto Euxino. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 704). A Capadocia confinava ao norte com o Ponto Euxino, ao poente com o rio Halys, ao oriente com a Armenia, e ao sul com o país dos Matieni, (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 196, n. 2; Prásek, *G M. P.*, II, p. 58). O povo, que no tempo de Dario habitava esta provincia, era de origem irania. (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 149-151).

Kāpada, n. l., cidade e distrito da Media; é identificada com Καμβαδηνή, mencionado por Izidoro de Charax (Isidorus Characenus, *Mansiones Parthicae*, nos *Geographi graeci minores*, ed. C. Müller, Paris, 1882, § 5), a qual segundo Jackson (*P.*, 230, n. 3; e 241, n. 3) é a actual cidade de Kermanshah; segundo Spiegel (*A. P. K. I.*, p. 214) era um distrito situado a nordeste de Agbatana; e segundo Prásek (*G. M. P.*, I, p. 10) correspondia ao distrito actualmente chamado Cambadan.

Kāpishakānish, n. l., castelo (fortaleza) da Arachosia. Kapishakanish é identificada com a cidade de Kaphisa, atualmente Kafsan, situada perto do rio Indo. Kaphisa é mencionada por Megasthenes (fragm. 2, Müller) e por Plinio (*Hist. nat.*, VI, 25). (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 226).

Kābujiya, n. p., aram. כנבוזי (Sachau, *Drei aramäische Papyrusurkunden aus Elephantine*, Berlin, 1908, Urk. I, l. 13, e Urk. III, l. 5, e p. 30; Ungnad, *A. P. E.*, 1, l. 13; 3, l. 5), gr. Καμβύσης (Her. VII, 11), Cambises,

filho de Ciro. Acêrca da significação da palavra Kãbujiya veja-se: G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 543; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 214; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 80; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 242, n. 1.

Kuganakā, n. l., cidade da Persia, situada na fronteira da Susiana. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 215; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 82; Weissbach, *K. I. A.*, p. 148).

Kũdurush, n. l., aram. כנדרר (Ungnad, *A. P. E.*, 65, l. 12), cidade da Media, situada na parte ocidental desta provincia (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 215), na região da Atropatene (Prásek, *G. M. P.*, II, p. 74).

Kurush, n. p., hebr. e aram. כּוֹרֶשׁ (Ezra, 1, 1), gr. Κῦρος (Her. I, 46), Ciro, rei da Persia. Segundo Ctesias (*Pers. Exc.*, § 49) e Plutarcho (*Artax. Vit.*, § 1) o nome Κῦρος significa sol; esta significação porêm é apenas a aproximação do nome Kurush com o nome, pelo qual os antigos Persas designavam o sol, que era provavelmente *uvara*, zend *hvare*, persa moderno *khur*. (G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 544; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 195 e 196 e notas). A etymologia e significação do nome Kurush é desconhecida. (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 195 e 196).

Khshathrita, n. p., nome que tomou Phraortes, quando se revoltou na Media. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 215; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 83; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 33; Weissbach, *K. I. A.*, p. 148).

Gaubaruva, n. p., gr. Γωβρύης (Her. III, 70), Gobrias, filho de Mardonio, dos da Persia, terceiro dos conjurados de Dario contra Gaumata. Na inscrição NR, c é mencionado um Gaubaruva, de Patishvarish, pagem da lança do rei Dario. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 58; Weissbach und Bang, *A. P. K. I.*, p. 36 e 37; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 48; Prásek, *G. M. P.*, p. 29, n. 5; Weissbach, *K. I. A.*, p. 144).

Gaumāta, n. p., aram. גומת (Ungnad, 67, I, l. 10), mago, da Media, que se revoltou contra Cambises em

Paishiyauvada, dizendo que era Bardiya, filho de Ciro, e irmão de Cambises. Herodoto (III, 61-64), que refere esta revolta, designa o rebelde pelo nome de Σμέρδις. Trogus Pompeius (ap. Just. I, 9) é o unico escritor da antiguidade que conservou vestigio do verdadeiro nome do rebelde na palavra *Cometes,* que diz ser o nome, não do usurpador, mas de seu irmão. (G. Rawlinson, *H. H.,* II, p. 460, n. 1; Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 217; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 86; Prásek, *G. M. P.,* I, p. 260-261; Weissbach, *K. I. A.,* p. 144). Ctesias de Charax diz que o usurpador se chamava Sphendadates; mas êste nome não é um nome proprio de pessoa, mas um título, em zend *Spentadāta,* que significa dado ao santissimo (deus). Segundo Herodoto (III, 61) o irmão do usurpador chamava-se Πατιζείθης, Patizeithes; mas tambêm êste nome não é senão um título, *pati khshayathiya,* em persa moderno *padshāh,* o qual corresponde bem ao cargo da corte designado em Herodoto (III, 61) por μελεδανὸς τῶν οἰκίων, *guarda dos paços.* (G. Rawlinson, *H. H.,* II, p. 460; Prásek, *G. M. P.,* p. 262).

Gādāra, n. l., Gandara, décima nona província do império; corresponde a região denominada Gandhara, situada junto do curso superior do rio Indo, na fronteira noroeste da India ingleza, e confinando com Afghanistan. (G. Rawlinson, *H. H.,* I, p. 701, e notas 7 a 12; Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 217; Tolman, *A. P. L. T.,* p. 86; Prásek, *G. M. P.,* II, p. 56). Weissbach (*K. I. A.,* p. 143-144) observa que Gādara é usualmente identificada com o vale do Kabul; e nos textos babilónicos e elamitas o Gandara corresponde a Paropanisos, isto é, ao Hindukush. Herodoto (III, 91; VII, 66) designa os habitantes de Gandara por Γανδάριοι.

Gādutava, n. l., distrito da parte ocidental da Arachosia (Spiegel, *A. P. K. I.,* p. 217); Tolman, *A, P. L. T.,* p. 86). Gādutava é identificado com a região atualmente denomi-

nada Gandumin. (Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 27; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 37 e n. 2; Weissbach, *K. I. A.*, p. 144).

Chichikhrish, n. p., pae de Martiya, que se revoltou na Susiana. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 217; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 88; Weissbach, *K. I. A.*, p. 147).

Chisratakma, n. p., dos de Sagartia, que se revoltou dizendo que era da família de Ciaxares, e se fez rei de Sagartia. A forma grega do nome Chisratakma, dada por Herodoto (I, 92; VII, 82, 121; VIII, 26), é Τριτανταίχμης. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 218; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 33; Weissbach, *K. I. A.* p. 148). Segundo H. C. Rawlinson o nome Chisratakma é persa, e significa *o forte leopardo* (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 413); Tolman porém deriva o mesmo nome de *chisra*, semente, geração, linhagem, e de *takma*, bravo. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 88; Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 25).

Chishpish, n. p., gr. Τείσπης (Her. VII, 11), Teispes, pai de Ciro I e de Ariaramnes, da família de Achemenes. (G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 551, IV, p. 14, n. 3, e 252; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 218; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 89; Tolman and Stevenson, *Herodot and Empires of East*, p. 73-78; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 179 e segs.; Weissbach, *K. I. A.*, p. 155).

Takhmaspāda, n. p., dos da Media, general que Dario mandou contra Chisratakhma, que se havia revoltado em Sagartia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 219-220; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 91; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 36; Weissbach, *K. I. A.*, p. 155). Sôbre a significação deste nome veja-se G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 551; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 219-220; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 91.

Tāravā, n. l., cidade do distrito de Yutiya, na Persia. H. Rawlinson propoz identificar a cidade de Tarava com a de Ταρουάυα, que segundo Ptolemeu era situada na costa

ocidental da Caramania; Oppert identificou-a com a cidade de Tarūn em Kerman; e Justi com a de Târom na Persia, a um dia de marcha ao sul de Forj. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 220). Hoffman-Kutschke (*A. P. K. I.*, p. 27) identifica-a com Tarun, com o que concorda Prásek, (*G. M. P.*, II, p. 36, n. 2).

Tigra, n. l., aram. תגר (Ungnad, *A. P. E.*, 65, l. 2), castelo (fortaleza) da Armenia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 220; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 93; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34; Weissbach, *K. I. A.*, p. 155).

Tigrā, n. r., aram. דִּגְלַת (*Targ. Onk. Gen.* 2,14); gr. Τίγρης (Her. I, 189), Tigre, rio de Mesopotamia (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 571). Os escriptores gregos e romanos conservaram uma tradicção, segundo a qual o nome do mesmo rio significava seta na língua da Media (*Eust. ad Dionys. Perieg.* v. 984; Curcio, III, 36; Plinio, *H. N.*, VI, 27 e 127). Esta tradicção não é senão uma etymologia popular sem valor, fundada na semelhança da palavra *Tigra* com Y. A. u., *tigri*, seta. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 221; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 93; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 29; Weissbach, *K. I. A.*, p. 155).

Thatagush, n. l., vigesima primeira provincia do império. Herodoto (III, 91, VII, 66) designa os habitantes da Satagidia pelo nome de Σατταγύδαι. A Satagidia parece que se estendia desde o Kabul até ao Herat, e desde Sirpul até às margens do Helmend. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 208). Segundo Spiegel (*A. P. K. I.*, p. 22) os Satagidias habitavam a região situada a oeste do Kabulistan e no Paropamiso. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 95; Prásek, *G. M. P.*, II. p. 56; Weissbach, *K. J. A.*, p. 154).

Thukra, n. p., dos da Persia, pai de Otanes. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 223; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 97; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 155).

Dātuhya, n. p., dos da Persia, pai de Megabiso. (Spiegel,

A. P. K. I., p. 225; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 98; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 142).

Dādarshish, n. p., aram. דדרשׁ (Ungnad, *A. P. E.*, 65, l. 4).—1. § 26-28, dos da Armenia, general, que Dario mandou contra os revoltosos da Armenia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 225; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 98; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34; Weissbach, *K. I. A.*, p. 142).—2. § 38, dos da Persia, satrapa da Bactria, que Dario mandou contra Phrada, que se havia revoltado em Margiana. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 225; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 98-99; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 36; Weissbach, *K. I. A.*, p. 142).

Dārayavaush, n. p., hebr. דָּרְיָוֶשׁ (Ezra, 4,5); aram. דריהוש (Sachau, *Drei arämaische Papyrusurkunden aus Elephantine*, Berlin, 1908, Urkunde I, l. 2, 4, 21, 30; Urkunde II, l. 1, 3, 18; e p. 20; Ungnad, 1, l. 2, 4, 21, 30; 2, l. 1, 3, 18; 66, II, l. 5); Δαρεῖος (Her. I, 130; Aeschylus, *Persae*, v. 160, 164, etc.); Dario, filho de Histaspes, rei da Persia. Segundo Herodoto (VI, 98) o nome Δαρεῖος significa ἐρξίης, trabalhador; segundo Hesychio (s. v.) significa φρόνιμος, sábio, prudente; e segundo o *Etymologicum* significa πολεμικός, guerreiro, belicoso. (G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 544). O nome Dārayavaush é composto de *dāraya* (o que possue, possuidor), e de *vahu* (bens, riqueza), significando portanto possuidor de riqueza. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 81; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 100; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 25, n. 2; Weissbach, *K. I. A.*, p. 142).

Dubāla, n. l., distrito da provincia da Babilónia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 226; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 101; Weissbach, *K. I. A.*, p. 143).

Nadītabaira, n. p., bab. *Nidintu-Bel*, filho de Ainaira, que se revoltou em Babilónia, dizendo que era Nebukadnezar, filho de Nebunaid. (Spiegel, *A. P. K. I.*,

p. 227; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 104; Weissbach, *K. I. A.*, p. 151). De Nadītabaira (Nebukadnezar) existem táboas de contractos, datados do período compreendido entre 17 de tishri e 21 kislev do ano da sua usurpação. (Prásek, *G. M. P.*, II, p. 31, n. 5).

Nabukudrachara, n., p., bab. *Nabū-kudurri-usur;* hebr. נְבוּכַדְרֶאצַּר (Jer. 21, 2), נְבוּכַדְנֶצַּר (Ezr. 1, 7); greg. Ναβοκοδρόσορος (Strab. 15, 1,6), Ναβουχοδονοσὸρ (LXX); Nebukadnezar, nome que tomaram os dois rebeldes, Arkha e Nadītabaira, quando se revoltaram em Babilónia, dizendo-se filhos de Nabunaid. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 227; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 105; Weissbach, *K. I. A.*, p. 151). Nebukadnezer era o nome do último rei de Babilónia (605-562 a. C.), que tinha deixado um nome insigne pelas suas conquistas e pelas suas construções. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 625-642).

Nabunaita, n. p.; bab. *Nabū-naid;* greg. Λαβύνητος (Her. I, 74), Ναβόννηδος, Nabunaid, último rei de Babilónia, (556-539 a. C.), que Ciro fez prisioneiro. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 668-669; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 226-230; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 227; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 105; Weissbach, *K. I. A.*, p. 151).

Nisāva, n. l., distrito da provincia da Media. (Spiegel, *A P. K. I.*, p. 228; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 106; Weissbach, *K. I. A.*, p. 151). Herodoto (VII, 40) menciona o campo Nisaio, Νήσαιον πέδιον, na Media, célebre pela boa qualidade dos cavalos, que ali se criavam. Ptolomeu (*Geogr.*, VII, 10,4) menciona a provincia de Νίσαια; e Arriano (*Exp. Alex.*, 7,13) diz que Alexandre a visitou no seu caminho de Opis para Agbatana. G. Rawlinson (*H. H.*, IV, p. 39, n. 6) conjetura que o campo Nisaio era a região produtora de excelentes pastos, situada entre Bisutun e Khorram-abad, como as planícies de Khawah e Alistar. Segundo Maspero (*H. A. P. O.*, p. 558, n. 8) o distrito de Nisaia era situado entre a Bactria e Meru.

Segundo Marquardt (*Untersuchungen zur Geschichte von Eran,* II, p. 160, citado por Prásek, *G. M. P.*, I, p. 281, n. 2) o campo de Nisaia era situado na planície de Marg-al-Kala.

Paishiyāuvādā, n. l., cidade e distrito da Persia, donde se revoltou Gaumata. A situação desta localidade não é indicada na inscrição mais circunstanciadamente; mas a sucessão dos acontecimentos levaram a procura-la na parte oriental da provincia da Persia; por isso Oppert, Spiegel e Justi são de parecer que Paishiyāuvāda designa a cidade denominada pelos escritores gregos Πασαργάδαι. (Jackson, *P.*, p. 205, n. 2; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 228; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 107; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 192 e 261; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153). Herodoto (I, 123) menciona os Πασαργάδαι, Pasargades, como a mais nobre tribu da nação dos Persas; Strabo (*Geogr.*, XV, p. 1035) diz que Πασαργάδαι era o nome da antiga capital dos Persas; e Plinio (*Hist. Nat.*, VI, 23, 26) refere que na cidade de Pasargades estava o túmulo de Ciro. Sôbre a significação da palavra Pasargades veja-se: Jackson, *P.*, p. 294; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 107; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 192, n. 5. A situação da antiga cidade de Pasargades é agora bem conhecida; as suas ruinas veem-se ainda na planície de Murghab, cêrca de 11 kilómetros a sudeste da povoação chamada Meshad-i Murgab. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 249, n. 5; e p. 333 e 334; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 2; Weissbach und Bang, *A. P. K. I.*, p. 9 e 46; Jackson, *P.*, p. 278-293; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 55 e 56; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 37; Weisbach, *K. I. A.*, p. 153).

Patigrabanā, n. l., cidade da provincia da Parthia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 229; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 108; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 35; Weissbach, *K. I. A.*, p. 152).

Parga, n. l., monte da provincia da Persia. O nome de

Parga parece ter sido conservado no da cidade de Forg, no Laristan. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 703, n. 2; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 229; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 109; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 37; Weissbach, *K. I. A.*, p. 152).

Parthava, n. l., aram. פרתו (Ungnad, *A. P. E.*, 66, I, 1); Parthia, décima terceira provincia do império. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 230; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 109; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 201-202, 239, 244; II, 32, 35; Weissbach, *K. I. A.*, p. 152). Herodoto (III, 93), designa os habitantes da mesma provincia sob o nome de Πάρθοι. Os Parthas habitavam na vertente sul da cordilheira de Elburz, e confinavam do lado do poente com o mar Caspio, do norte com os Hyrcanios, do oriente com os Arios, e do sul com o deserto de Khorassan. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 191, 192).

Pārsa, n. l., hebr. פָּרַס (Ezr. 27, 10), aram. פרס (Ungnad, *A. P. E.*, 66, I, 7), gr. Περσίκη (χώρη) (Her. III, 39), Περσὶς (Aeschylus, *Persae*, v. 250); Persia, primeira provincia do império; a Persia propriamente dita, que correspondia aproximadamente a moderna provincia de Fars. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 231; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 110; Weissbach, *K. I. A.*, p. 152). A provincia da Persia confinava ao norte com a Media, ao sul com o golfo Persico, ao nascente com a Carmania, e ao poente com a Susiana. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 595-597; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 564 e 704; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 178 e 185). Segundo Herodoto (I, 125) a nação dos Persas era constituída primitivamente por dez tribus, das quaes a principal era a dos Pasargades. Sobre a proveniencia da nação dos Persas e seu estabelecimento na provincia, veja-se Prásek, *G. M. P.*, I, p. 178 e segs.

Phrāda, n. p., dos da Margiana, que se revoltou contra Dario, dizendo que era rei da Margiana. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 232; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 112; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 36; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153).

Phravartish, n. p., aram. פרורת (Ungnad, *A. P. E.*, 65, 12), gr. Φραόρτης (Her. I, 73, 96, 102, 103); Phraortes, dos da Media, que se revoltou dizendo que era Khshasrita, da familia de Cyaxares, e se fez rei da Media. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 232; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 112; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 32 e 33; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153).

Bākhtrish, n. l., gr. Βάκτρα (Her. VI, 9), Bactria, décima sétima provincia do império. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 233; Tolman, *A. K. L. T.*, p. 112; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 239, 244; Weissbach, *K. I. A.*, p. 141). A Bactria confinava ao norte com o rio Oxus ou Iyhún; ao sul com as montanhas de Paropamisus ou Hazarah; ao poente com a Chorasmia, ou deserto de Kharezm; e ao oriente com a cordilheira dos montes de Bolor, quo liga o Thian-chan e o Hindukush (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 197-200).

Bagābigna. n. p., dos da Persia, pae de Vidarna. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 232; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 113; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 382, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 141).

Bagabukhsha, n. p., gr. Μεγάβυζος (Her. III, 70), Megabyzo, filho de Dātuhya, dos da Persia, quinto conjurado de Dario contra Gaumata. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 232; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 113; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 141).

Bābyrush, n. l., assyr. nos documentos mais antigos *babilu*, porta de deus, e nos mais modernos *babilani*, porta dos deuses; de *babilu*, hebr. e aram. בָּבֶל (Gen. 10, 10); e de *babilani*, gr. Βαβυλών (Her. I, 153); Babylónia, cidade situada junto do rio Euphrates, e terceira provincia do imperio. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 233; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 113; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 56; Weisbach, *K. I. A.*, p. 140). A provincia de Babilónia compreendia não só o território situado entre o curso inferior do rio Tigre e Euphrates abaixo de Hit (Is) sobre

o Euphrates e de Samarah sobre o Tigre, mas também uma faixa de terreno ao longo da margem direita do Euphrates; do lado do mar estendia-se desde a foz do Tigre até a ilha de Bubian, onde pelo sul e poente confinava com o deserto da Arabia. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 591).

Bardiya, n. p., gr. Σμέρδις (Her. III, 61, 62, 65, 68, 69), filho de Cyro, e irmão de Cambises por seu pae e por sua mãe; foi morto por ordem de Cambises, depois que este sucedeu no trono a seu pai. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 233; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 114; Weissbach, *K. I. A.*, p. 154). O nome de Bardiya tem em Aeschylus (*Persae*, v. 765) a fórma Μάρδος; em Herodoto (III, 61) a fórma Σμέρδις com σ prostético, como σμικρός por μικρός, σμίλαξ por μίλαξ. (G. Rawlinson, *H. H.*, II, p. 341, n. 6; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 161; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 114). Ctesias (*Excerp. Pers.*, § 8) chama-lhe Γανυοξάρκης, e Xenophonte Γανυοξάρης; estes nomes porêm, segundo Marquardt, devem ser considerados como titulos. (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 244, n. 2).

Maka, n. g., gr. Μύκοι (Her. III, 94; VII, 68, 80), Μάκαι (Ptol., *Geogr.*, VI, 7). Segundo Hecateu os Μύκοι eram gentes que habitavam junto do rio Araxes na Ásia; segundo Stephanos de Byzancio (s. v.) os Μάκαι eram ἔθνος μεταξὺ Καρμανίας καὶ Ἀραβίας. O nome Μάκαι destas gentes perdura ainda no moderno Mekrān. (G. Rawlinson, *H. H.*, II, p. 487, n. 5.; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 234; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 115; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 57, n. 8, e p. 73 n. 2; Weissbach, *K. I. A.*, p. 149).

Magush, n. g., gr. Μάγος (Her. I, 101), mago, nome dos homens duma tribu dos Medos. Entre os Medos o cerimonial do culto religioso era confiado a uma poderosa classe de sacerdotes, μάγοι, os quais alêm de fazer os sacrificios, também explicavam sonhos, e profetizavam pela observação dos fenómenos naturais. (Her. I, 107, 120, 132, 140; Prásek, *G. M. P.*, I, 276; II, 116).

Māda, n. l., hebr. מָדַי (Gen. 10, 2); aram. מידי (Ungnad, *A. P. E.*, 65, 12) greg. Μῆδοι (Her. I, 16), Μηδικὴ (χώρη) (Her. I, 73), os Medos, e a Media, décima provincia do imperio. Esta provincia confinava pelo norte com o Mar Caspio e o rio Araxes, pelo poente com o monte Zagros, pelo sul com a Persia, e pelo nascente com o grande deserto. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 595). Os Medos diziam ser os mais antigos de todos os Arias. Sobre a origem dos Medos, fundação do seu reino, historia dos seus reis, e conquista do reino, veja-se Prásek, *G. M. P.*, I, p. 80-169.

Mārush, n. l., cidade da Media. (G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 597, n. 10; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 17 n. 22; Weissbach und Bang, *A. P. K. I.*, p. 16; Thompson and King, *S. I. D. B.*, p. 25; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 117; Hoffmann-Kutschke, *A. P. K. I.*, p. 7; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 33; Weissbach, *K. I. A.*, p. 150).

Margush. n. l., aram. מרגו (Ungnad, *A. P. E.*, 66, I, 4) gr. Μάργος, e Μαργιανή (χώρη); Margiana, paiz situado entre a Hircania e a Bactria (Plin., *Hist. nat.*, V, 16, 18), que correspondia ao actual estado, cuja capital é Meru. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 235; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 117 ;Prásek, *G. M. P.*, I, p. 53 e 239; II, p. 57; Nöldeke, *Geschichte der Perser und Araber zur Zeit der Sassaniden*, Leiden, 1879, p. 17 n. 3; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 558, n. 6).

Martiya, n. p., filho de Chichikhrish, dos da Persia, que se revoltou na cidade de Kuganaka, na Susiana, dizendo que era Imanish, rei da Susiana. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 235; Tolman, *A. P. L, T.*, p. 117; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 213, n. 4; Weissbach, *K. I. A.*, p. 149).

Marduniya, n. p., gr. Μαρδονίος (Her. VI, 43); Mardonio, pai de Gobrias, dos da Persia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 236; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 118; Prásek, *G. M. P*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 149).

Mudrāya, n. l., hebr. מִצְרַיִם (Gen. 12,1), aram. מצרין (Sachau, *Drei Aramäische Papyrusurkunden aus Elephantine*, Berlin, 1908, Urkunde I, l. 13, 24; Ungnad, *A. P. E.*, 1, l. 13, 24), gr. Μύσρα (Steph. Byz. s. v.); Egypto, sexta provincia do império. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 236; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 119; Weissbach, *K. I. A.*, p. 136).

Yautiyā, n. l., distrito da Persia. Segundo Prásek (*G. M. P.*, I, p. 263; II, p. 57), Yautiyā era o distrito habitado pelas gentes designadas por Herodoto (III, 93; VII, 68) sob o nome de Οὔτιοι. G. Rawlinson (*H. H.*, II, p. 487, n. 4) diz que os Οὔτιοι (Her. III, 93) eram talvez identicos com os Uxianos mencionados por Strabo (*Geogr.* XI, p. 1032) e por Arriano (*Exp. Alex.* III, 17), que habitavam nas montanhas de Bakhtiyari.

Yauna, n. l., hebr. יָוָן (Gen. 10, 2; Ies. 66, 19), gr. Ἰωύαν, Ἴωνες, Ἰωνίη (Her. I, 6; III, 90); Jonia, oitava provincia do imperio; compreendia os pequenos estados da Ásia menor na costa oriental do Mediterraneo, e os Magnesios, os Carios, os Lycios, os Milyos e os Pamphylios. (Her. III, 90; G. Rawlinson, *H. H.*, II, p. 484; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 237; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 119; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 52; Weissbach, *K. I. A.*, p. 146; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 704).

Rakhā, n. l., cidade da Persia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 238; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 121; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 36; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153).

Ragā, n. l., cidade da Media. A cidade de Raga é mencionada no livro de Tobias (1, 14), em arameu רגש (Neubauer, *The Book of Tobit, a chaldee Text*, Oxford, 1878, p. 4, l. 6), em grego Ῥάγοι, e no Livro de Judith (1, 5) sob a forma de Ῥαγαύ. Segundo Isidoro de Charax (*Mansiones Parthicae*, nos *Geographi graeci minores*, ed. C. Müller, Paris, 1882, § 7), Raga era a maior cidade da Media. As ruinas da cidade de Raga, com o nome de Rei,

encontram-se a 11 kilómetros a sudoeste da cidade de Teheran. (Jackson, *P.*, p. 241, n. 3, e 428-430; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 559, n. 7).

Vaumisa, n. p., aram. ורומיס (Ungnad, *A. P. E.*, 65, 7) dos da Persia, general que Dario mandou contra os rebeldes, que se tinham levantado na Armenia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 238; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 121; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Vāyaspāra, n. p., dos da Persia, pai de Intaphernes (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 239; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 123; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282 n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Varkāna, gr. Ὑρκανία, Hyrcania, décima terceira provincia do imperio; confinava ao norte e poente com o mar Caspio e a Media, ao oriente com a Margiana, e ao sul com a Parthia; correspondia aproximadamente ao paiz denominado actualmente Djordjan. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 190-191; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 239; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 123; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 234, 239; Weissbach, *K. I. A.*, p. 145-146; Nöldeke, *Geschichte der Perser und Araber zur Zeit der Sassaniden*, Leyden, 1879, p. 17, n. 2; Benseler, *Griech-deutsches Schulwörterbuch*, 12 auf., Leipzig, 1904, p. 928). Os habitantes da Hyrcania são designados pelo nome de Ὑρκάνιοι por Herodoto (III, 117), e pelo de *Hyrcani* por Plinio (*Hist. nat.*, VI, 13, 15).

Vahauka, n. p., dos da Persia, pai de Ardumanish. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 240; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 124; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282 n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Vahyazdāta, n. p., aram. ויזדת (Ungnad, *A. P. E.*, 66, I, 17), dos da Persia, que se revoltou contra Dario na cidade de Tarava, no distrito de Yautiya, dizendo que era Bardiya, filho de Ciro, e se fez rei da Persia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 240; Tolman, *A. P. L. T.*,

p. 124; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 36; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Vīdapharnā, n. p., gr. Ἰνταφέρνης (Her. III, 70); Intaphernes, filho de Vayaspara, dos da Persia, primeiro dos conjurados de Dario contra Gaumata. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 241; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 126; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Vidarna, n. p., gr. Ὑδάρνης (Her. III, 70); Hydarnes, filho de Bagabigna, dos da Persia, quarto dos conjurados de Dario contra Gaumata. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 240; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 126; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 282, n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Vivāna. n. p., dos da Persia, satrapa da Arachosia, que Dario mandou contra Vahyazdāta, que se tinha revoltado na Persia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 241; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 126; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 37; Weissbach, *K. I. A.*, p. 157).

Vishtāspa, n. p., gr. Ὑστάσπης (Her. VII, 1); Hystaspes, pai de Dario, da familia de Achemenes, satrapa da Parthia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 241; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 127; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 205; II, p. 25; Weissbach, *K. I. A.*, p. 146).

Vishpauzātish, n. l., cidade da Parthia. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 127; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 35; Weissbach, *K. I. A.*, p. 156).

Saka, n. l., Scythia, vigesima provincia do imperio. Herodoto (VII, 64) diz que os Persas chamavam Σάκαι, Sakas, a todos os Scythas; mas Arriano (*Exp. Alex.*, III, 8,3) diz que os Sacas eram os Scythas, que habitavam na Asia. Parece que na inscrição de Bisutun (col. V, l. 22) são mencionadas as mesmas duas tribus de Sakas, que são nomeados na inscrição do tumulo de Dario em Naksh-i-Rustam, isto é, os *Saka haumavargā*, e os *Saka tigrakhaudā*. (Dar. *N. R. a*, l. 25, 26). Os *Saka haumavargā* tem sido identificados com os Σκύθοι Ἀμυργίοι (Her. VII,

64), Scythas amyrgios; o nome *haumavarga* parece aludir ao costume de empregar folhas de planta sagrada para fazer a bebida *haoma*. Os *Sāka tigrakhaudā* eram provavelmente tribus nomades de Scythas, que habitavam entre o Mar Caspio e o Aral; o nome *tigrakhaudā* significa [*que traz*] *barrete alto terminado em ponta*. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 673; II, p. 487; IV, p. 62 n. 3 e 5, p. 200 n. 10; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 221, 241, 246; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 93, 127, 131; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 74; Weissbach, *K. I. A.*, p. 153-154). Sobre o sacrificio mazdeu veja-se: Harlez, *Manuel de la langue de l'Avesta*, Paris, 1882, p. 449; H. Reichelt, *Awestischer Elementarbuch*, Heidelberg, 1909, p. 506; Jackson, *P.*, p. 369; e Darmesteter, *Le Zend Avesta*, I, intr. p. 72.

Sikayauvatish, n. l., castelo (fortaleza) do distrito de Nisāya, na Media. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 242; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 127; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 265, 281, 282; Weissbach, *K. I. A.*, p. 154).

Suguda, n. l., gr. Σογδιανή (χώρη), Sogdiana, décima oitava provincia do imperio. A Sogdiana confinava ao norte com Scythia, ao sul com a Bactria, ao oriente com a cordilheira de Bolor, e ao ocidente estendia-se até ao mar de Aral; correspondia pois ao paiz compreendido entre os rios Oxus e Iaxartes; a sua capital era Marakanda, que hoje tem o nome de Samarkand. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 195; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 242; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 127; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 58; Weissbach, *K. I. A.*, p. 154, 155). Herodoto (III, 93; VII, 66) designa os habitantes da Sogdiana pelo nome de Σόγδοι.

Skūkha, n. p., chefe dos Sakas, que se revoltou contra Dario. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 242; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 127; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 5, 103, 104 n. 1; Weissbach, *K. I. A.*, p. 154).

Sparda, n. l., Sparda, nona provincia do imperio: Lassen propoz identificar Sparda com Σάρδεις (Her. I,

7), Sardes, capital da Lydia; Spiegel é de parecer que Sparda é o paiz mencionado por Obadias (v. 20) sob o nome de סְפָרַד, onde viviam os Isrealitas deportados. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 242; King and Thompson *S. I. D.*, p. XXXIX; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 128; Weissbach, *K. I. A.*, p. 154; Gesenius, *H. u. A. H. W.*, 14 Aufl., p. 501; König, *H. u. A. Worterbuch*, Leipzig, 1910, p. 306). Shaparda é mencionada nas inscrições de Sargon. (Prásek, *G. M. P.*, I, p. 87). No tempo de Dario a provincia de Sparda compreendia a Lydia e a Mysia. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 704).

Zāzāna, n. l., cidade situada na margem esquerda do Euphrates, perto de Sippara, na provincia de Babilónia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 243; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 130; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 31; Weissbach, *K. I. A.*, p. 158; Oppert, *Les inscriptions du Pseudo-Smerdis et l'usurpateur Nidintabel*, Leyden, 1893, p. 6 e 12).

Zuza, n. l., cidade da Armenia. (Tolman, *A. P. L. T.*, p. 130; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 34: Weissbach, *K. I. A.*, p. 158).

Zarāka, n. l., gr. Δραγγιανή. Drangiana, décima quarta provincia do império. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 243; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 130; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 57; Weissbach, *K. I. A.*, p. 143). A provincia de Drangiana compreendia o paiz situado entre a ribeira do Kabul e o rio Indo; correspondia ao actual estado Kohistan e Kaferistan, ou Seistan. (Maspero, *H. A. P. O.*, p. 658, 704; Benseler, *Griech-deutsches Schulwörterbuch*, p. 216). Herodoto (III, 93) designa os habitantes deste paiz pelo nome de Σαράγγαι. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 205, 206).

Hakhāmanish, n. p., gr. Ἀχαιμένης (Her. III, 75; VII, 11), Achemenes, chefe da tribu dos Pasargades, a principal da nação dos Persas, e que segundo a tradição foi o fundador da dinastia dos Achemenidas. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 14 n. 3, e p. 252 e segs; Spiegel, *A. P. K. I.*,

p. 244; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 131; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 178-194; Weissbach, *K. I. A.*, p. 136; Maspero, *H. A. P. O.*, p. 564).

Hagmatāna, n. l., aram. אַחְמְתָא (Ezr. 6, 2), אגבתנים (Tobith, c. 5, v. 6 e 7; ed. Neubauer, p. 9, l. 4 e 5); gr. Ἀγβάτανα (Her. I, 98; Timotheos, *Die Perser*, v. 171; Aeschylus, *Persae*, v. 961), Βάτανα (Isidorus Characenus, *Mansiones Parthicae*, nos *Geographi graeci minores*, ed. C. Muller, Paris, 1855, § 6), Agbatana, capital do reino, depois provincia, da Media, situada no mesmo logar onde actualmente é a cidade de Hamadan. (G. Rawlinson, *H. H.*, I, p. 226 n. 5; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 244; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 132; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 109, 110; II, p. 124, 125; Weissbach, *K. I. A.*, p. 142; Jackson, *P.*, p. 150).

Haraiva, n. l., gr. Ἀρεία, Haraiva, décima quinta provincia do império; correspondia aproximadamente ao país mencionado em Ptolomeu (*Geogr.*, VI, 17) sob o nome de Ἀρεία, e actualmente chamado Herāt. (G. Rawlinson, *H. H.*, IV, p. 196, 197; Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 245; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 133; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 32, 225, 226; Weissbach, *K. I. A.*, p. 138).

Harauvatish, n. l., aram. הרוחתי (Ungnad, *A. P. E.*, 66, II, 7) gr. Ἀραχωσία, Arachosia, vigésima segunda provincia do império. Segundo Plinio (*Hist. nat.*, VI, 23, 35) a Arachosia era separada da India pelo rio Indo; correspondia ao país actualmente denominado Kandahar. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 245; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 133; Prásek, *G. M. P.*, I, p. 52; Weissbach, *K. I. A.*, p. 138; Nöldeke, *Geschichte der Perser und Araber zur Zeit der Sassaniden*, Leyden, 1879, p. 150, n. 1).

Haldita, n. p., pai de Arakha, dos da Armenia. (Spiegel, *A. P. K. I.*, p. 245; Tolman, *A. P. L. T.*, p. 134; Prásek, *G. M. P.*, II, p. 33; Weissbach, *K. I. A.*, p. 145).

Draya, n. c., *mar.* A expressão *tyaiy drayahyā*, sub

entendendo-se *dahyāva*, significa literalmente [*os distritos*] *que* [*são*] *no mar* (§ 6). Os distritos maritimos formavam a sétima provincia do império. H. Rawlinson (G. Rawlinson, *H. H.*, III, p. 592, 593) traduz aquela expressão: *aqueles que são do mar*, isto é, as ilhas. Segundo Spiegel (*A. P. K. I.*, p. 84) aquela expressão designa as ilhas do Mediterraneo sujeitas ao império. Weissbach und Bang (*A. P. K. I.*, p. 13) traduzem: *as ilhas do mar*, sem as determinar. King and Thompson (*S. I. B.* p. lxxii) conjecturam que aquela expressão designa as ilhas do golfo Persico. Tolman (*A. P. L. T.*, p. 5) traduz: *as terras que estão sobre o mar;* mas não as determina. Hoffmann-Kutschke (*A. P. K. I.*, p. 5) traduz: *as* [*ilhas*] *do mar*. Weissbach *K. I. A.*, p. 11 e 150) traduz: *os* [*habitantes*] *do mar*, e acrescenta que esta expressão designava uma provincia, particularmente a ilha de Chypre. Maspero (*H. A. P. O.*, p. 704) adopta a conjectura de Spiegel, e julga que a sétima provincia do imperio era constituída pelos povos que habitavam junto do Mediterraneo, entre os quais se contavam os Cilicios e os Chypriotas. Prásek (*G. M. P.*, I, p. 239) diz que Cyro, depois da conquista de Babilónia, organisou as terras adjacentes da Lydia em uma provincia administrativa *(tyaiy drayahyā)*, e colocou-a sob a autoridade dum governador persa, que residia em Daskyleion junto do Hellesponto. (Veja-se ainda Prásek, *G. M. P.*, II, p. 53 e n. 7 e 8).

ÍNDICE DO VOLUME V

Fascículo n.º 1 — Julho, 1911

Christovam Ayres. — D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos. p. I-IV.

I. — Actas e pareceres:

Sessão de 27 de julho de 1911, p. 1-7.

II. — Estudos documentos e noticias:

Carolina Michaëlis de Vasconcelos. — Novos Estudos sôbre Sá de Miranda, p. 9-230.
Luise Ey. — D. Carolina Michaëlis na íntimidade, p. 231-245.
J. Leite de Vasconcelos. — Carolina Michaëlis, p. 246-297.
Manuel Ramos. — A Senhora D. Carolina Michaëlis — a Educadora, p. 298-301.
Ricardo Jorge. — D. Carolina Michaëlis, p. 302-302*j*.

Fascículo n.º 2 — Agosto, Setembro e Outubro, 1911

I. — Estudos, documentos e noticias:

Henri Bourgeois. — Inscriptions tumulaires portugaises aux Pays-Bas, p. 303-318.
Gabriel Pereira. — Trechos portugueses dos seculos XIV e XV, p. 319-335.
Dr. Luís da Cunha Gonçalves. — O Capitalismo na sociedade romana, p. 335-350.

Pedro A. d'Azevedo. — A cópia mais antiga do Cancioneiro da Ajuda, p. 350-357.

Marquês de Avila e de Bolama. — A feira de Oeiras, em 1776, p. 357-365.

Sousa Viterbo. — As primeiras narrativas do descobrimento do Brazil, p. 366-376.

J. Bethencourt Ferreira. — O Museu da Ajuda e a invasão francesa, p. 376-380.

Conde de Azevedo e Silva. — Os sonetos de Camões, p. 381-398.

Fascículo n.º 3 — Novembro e Dezembro, 1911

I. — Actas e pareceres:

Sessão de 9 de novembro de 1911, p. 399-401.

José Leite de Vasconcelos. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Gonçalves Viana a sócio efectivo, p. 401-402.

Sessão de 23 de novembro de 1911, p. 403-405.

Sessão de 14 de dezembro de 1911, p. 406-410.

Pedro de Azevedo. — Parecer o relativo á candidatura a sócio correspondente do dr. Maximiano de Aragão, p. 410-412.

Christovam Ayres. — Parecer relativo á candidatura a sócio correspondente do sr. Constancio Roque da Costa, p. 413-415.

Christovam Ayres. — Parecer relativo à candidatura a associado provincial do sr. Manuel João Paulo Rocha, p. 415.

II. — Estudos documentos e notícias:

René Basset. — Notes sur la langue de la Guinée au XVe siècle, p. 417-422.

Brito Aranha. — O instituto histórico do Brasil — Alguns esclarecimentos acêrca dêste e de outros institutos literário-scientíficos do Brasil e da sua Biblioteca Nacional. Sua influência no desenvolvimento da cultura intelectual naquela ubérrima nação. — Documentos, pag. 422-448.

David Lopes. — Lezira e Leziria, p. 449-451.

Pedro de Azevedo. — Lordelo, no concelho de Monção em 1059, p. 451-456.

Brito Aranha. — A naturalidade de Cristovão Colombo p. 457-460.

Pedro de Azevedo. — O «Liber fidei» da mitra de Braga, p. 460-469.

Brito Aranha. — Acêrca do tomo XX do «Dicionário bibliográfico», p. 469-471.

Conde de Azevedo e Silva. — Sonetos de Camões, p. 471-496.

Francisco Maria Esteves Pereira — Inscrição de Dario, o Grande, rei da Persia, no rochedo de Bisutun, p. 497-555.

BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACTAS E PARECERES
ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

VOLUME VI

1912

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 11 de janeiro de 1912

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão, Christóvão Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Alfredo da Cunha, Brito Aranha, Cunha Gonçalves, Pedro de Azevedo e Carlos Bocage, correspondente da 1.ª Classe.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foi apresentado o manuscrito e o folheto do Sr. João Maria Ferreira, como refôrço á candidatura do autor.

Presentes foram também os livros dos Srs. Dr. Artur Montenegro, lente da Universidade de Coímbra, Vicente Almeida de Eça, lente da Escola Naval, e Silva Teles, lente da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo considerados titulos da candidatura dos seus autores.

Foi lido o parecer da secção de Jurisprudência favorável à publicação do manuscrito apresentado pelo sócio efectivo Sr. Veiga Beirão intitulado *Direito Comercial Português,* deliberando-se mandá-la imprimir.

Procedendo-se à votação do parecer favorável à candidatura a sócio efectivo do sócio correspondente Sr. Gonçalves Viana, foi aprovado por unanimidade.

O *Secretário* leu o seguinte trecho da carta dirigida em 3 de julho último pelo académico brasileiro Sr. José Veríssimo ao nosso consócio Sr. Lúcio de Azevedo, sôbre o assunto da aproximação das duas Academias, a brasileira e a nossa, para os efeitos da unificação da ortografia nos dois países:

«... V. deve ter recebido um número do *Jornal do Comercio* com um longo artigo meu sôbre a questão ortográfica. Presumo tê-la posto nos seus devidos termos, principalmente em relação aos dois casos português e brasileiro. Muito de indústria deixei manifesto que desde 1900 eu julgava necessária a colaboração das duas academias, isto é, dos dois povos de língua portuguesa, nessa obra de uniformisação e unificação ortográfica. Êsse artigo foi por deliberação unânime da Academia mandado inserir na sua Revista, como expressão do seu próprio pensamento.

«O grupo cuja adesão consegui fez votar duas importantes emendas à nossa reforma, que vencedoras nos aproximarão ainda mais da futura reforma portuguêsa e diminuirão notávelmente as divergências entre as duas: são quanto ao «s» intervocálico e o «z», em que nos pusemos inteiramente de acôrdo com os reformadores portugueses, e quanto ás consoantes geminadas em que os copiámos.»

«Já lhe disse em outra carta a sem-razão da Academia de Lisboa em queixar-se de que não a houvessemos convidado a colaborar connosco. Tanto maior sem-razão quanto, como noto naquele artigo dum eminente brasileiro e membro da Academia Portuguesa, o sr. Assis Brazil, partira a indicação dessa colaboração, a que ela parece não ligou importância. E, não lhe parece que o convite da velha e gloriosa Academia Portuguesa, com a sua autoridade de areópago da cultura da nossa língua, seria mais natural e pertinente que o da nossa nova e desautorizada associação? Dela para nós o convite teria toda a legitimi-

dade e procedência; de nós para ela poderia parecer impertinente».

O Sr. *Presidente* acentuou a vantagem da aproximação entre Portugal e o Brasil, sobretudo por ser realizada por intermédio da língua, expressão superior duma raça; — o culto da língua portuguesa no Brasil merece aos seus escritores e académicos particular carinho. Já Herculano dissera que se um dia a fatalidade fizesse desaparecer a nacionalidade portuguesa, ficaria no Brasil a nossa língua a perpetuar-nos através dos tempos. A nossa Academia só tinha a congratular-se pela sua aproximação da Academia Brasileira num assunto de tamanho alcance. A questão foi já levada à Assembleia geral que resolveu convidar a Academia a colaborar com a nossa na uniformisação da ortografia portuguesa.

O Sr. *Leite de Vasconcelos* ofereceu os seguintes seus trabalhos: *Da importância do latim, Inventário das moedas portuguesas na Biblioteca Nacional de Lisbôa,* e *Religiões da Lusitânia.*

O Sr. *Presidente* agradeceu a oferta frizando ser estes trabalhos mais uma prova de actividade intelectual do seu auctor e da sua proficiência scientífica.

O *Secretário* propôs, e foi aprovado, que o sr. Lopes de Mendonça fique encarregado de dirigir a comissão dos «Descobrimentos portugueses», afim de nela incluir os trabalhos que está dirigindo, da comissão nomeada para celebrar os centenários da tomada de Ceuta e de Afonso de Albuquerque; e que o mesmo académico escolhesse o paleógrafo que há de trabalhar naquela comissão.

Aplaudiu o oferecimento feito por êsse colega de dirigir gratuitamente essas publicações, que, como foi resolvido na ultima assembleia geral, por proposta sua, tem todo o cabimento nas que devem ser realizadas pela comissão dos descobrimentos.

O sr. *Lopes de Mendonça,* agradeceu a eleição, e expôs

o que a respectiva comissão delineava com respeito a Ceuta, isto é, publicar uma série de documentos diplomáticos, uma série de memórias, edições de trabalhos referentes ás relações de Portugal com Marrocos e tradução de textos relativos á conquista de Ceuta. Quanto ao centenário de Afonso de Albuquerque, não está o plano aínda assente, sendo, todavia, intuito da comissão convidar escritores nacionais e estranjeiros a colaborar na homenagem a prestar à vida e à obra do grande capitão português.

A propósito, referiu-se tambêm à necessidade de resolver pela melhor forma a questão da tipografia e publicações académicas.

Procedendo-se à eleição de cargos, foram eleitos: para presidente, o sr. Teixeira de Queiroz; vice-presidente, Lopes de Mendonça; e sendo reeleitos os membros que faziam parte do conselho administrativo, Srs. Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Coelho de Carvalho.

O Sr. *Presidente* referindo-se à morte de Gabriel Pereira, sócio desta Academia, teceu em palavras de justo aprêço o seu elogio. Tem ultimamente a Academia perdido alguns dos seus membros mais ilustres: foi Conseglieri Pedroso, professor de uma grande erudição e membro dos mais dedicados da Academia; foi Sousa Monteiro, secretário da Segunda Classe, notável pelo seu saber e gôsto artístico; foi Sousa Viterbo, poeta e erudito, de apurado critério literário; — agora é Gabriel Pereira, cuja perda é bem sensivel como investigador de história, como arqueólogo e como bibliófilo. Prestara-lhe já a Academia pela bôca do Secretário desta Classe a homenágem da sua saudade e do aprêço pela sua memória; mas a Classe quiz ir mais longe resolvendo consagrar-lhe a sua primeira reunião depois da morte de tão estimado consócio. Para a erudição portuguesa a perda de Gabriel Pereira, se não é irreparável, é muito para lamentar. Longos anos leva a formação de uma tão excepcional competência nos ramos especiais que Gabriel

Pereira versava. Havia 30 anos que o conhecera, em Évora, onde êle já lhe mostrara, devidamente classificadas, preciosidades arqueológicas que ia fazendo. Nesse capítulo do conhecimento, como no da erudição histórica e na bibliologia, toda a sua vida fôra consagrada em criar uma competência rara de adquirir, e que fazia com que êle, no seu lugar de bibliotecário, pudesse servir de valiosa informação e guia aos estudiosos. Poucas relações tivera com êle; mas essas poucas haviam bastado para radicar a sua estima por quem primava pela sua bondade, pelo seu amor aos livros, pela sua ternura pelas cousas do passado. Diferentes eram entre êles as afeições mútuas; êle orador vive com os escritôres seus contemporâneos, com os homens do presente; Gabriel Pereira comprazia-se em conhecer, em prescrutar os homens, as ideias, os sentimentos do passado.

Era um erudito, reunido a um poeta; porque do passado sabia fazer sobresair toda a poesia que o envolve; portanto, criava também; e a superioridade do espírito humano está nesse enlace da erudição com a criação, que deu a um Camões, a um Goethe, a culminância nas manifestações do génio humano. Gabriel Pereira não trabalhou como creador poético, é certo, mas dentro da esfera da erudição não se limitou a registar secamente os factos; deles tirou a lição e criou a vida.

Em seguida fizeram o elogio do finado académico os srs. Brito Aranha, que tratou da sua vida e obras, com grande número de indicações dos seus trabalhos históricos e arqueológicos, dando registo de opúsculos por êle publicados em número aproximado de 60; Leite de Vasconcelos que falou mais especialmente do arqueólogo e do bibliotecário, Pedro de Azevedo que dividiu o seu trabalho em duas partes: uma em que acompanhou a evolução do espírito de Gabriel Pereira na esfera dos seus estudos arqueológicos e históricos, desde que em 1869 freqùentava a aula

de diplomática onde tirou a carta de perito paleógrafo; e a segunda em que tratou do bibliotecário e inspector da Bibliotéca Nacional, referindo-se à sua acção e à sua obra dentro daquele estabelecimento, e fazendo em tudo justiça à boa orientação da sua inteligência e à excelência do seu carácter; Vítor Ribeiro que honrou a memoria do finado com palavras de louvor, sendo lidas pelo sr. Brito Aranha e pelo Secretário as comemorações escritas pelo sr. Gomes de Brito e Brito Rebêlo.

Estes estudos vão publicados, conjuntamente com esta acta.

Em seguida levantou-se a sessão em sinal de sentimento.

II

HOMENAGEM A GABRIEL PEREIRA

Discurso de Cristóvão Aires em nome da Academia das Sciências de Lisboa

Por deferência gentil do presidente da segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa, que está presente, venho, em nome desta e da Academia, dizer a Gabriel Pereira o adeus derradeiro. E faço-o com verdadeira mágua e com profunda saudade.

Perde a Academia das Sciências um dos seus mais prestimosos membros; perdem as lêtras portuguesas um dos seus cultores mais devotados; perde o país um homem de saber e um homem de bem; perdem, sobretudo, as bibliotecas e os arquivos do país a entidade que, evidentemente neste momento, representava o seu melhor e mais carinhoso amigo.

Ninguêm os conhecia mais a fundo; ninguêm melhor soubera exhumar os seus tesouros; ninguêm, como êle, consagrara em os aproveitar, em os organizar, em os valorizar, toda uma vida de dedicação e de trabalho!

Desde os cronistas que bordavam a história ao sabor dos grandes e dos poderosos, até aos modernos curiosos da história, — papagueadores uns do que, muitas vezes, sem a devida investigação prévia, fôra afirmado, improvisadores outros do que não buscaram estudar e esclarecer à luz do

documento imprescindível — a verdade histórica raramente tem sido procurada entre nós no seio fecundo dos arquivos, onde se pode dizer que, em muitos capítulos, jazem inéditos os fastos portugueses.

Da família intelectual de João Pedro Ribeiro, de Rivara e dos Basto, Gabriel Pereira foi o cabouqueiro que arrancou a pedra e o canteiro que a afeiçoou, para com ela se assentarem melhor os alicerces dos conhecimentos históricos, literários e artístico do país, e mais alto se erguer o seu monumental edifício.

Alentejano, nascido em Évora, cidade que guarda as tradições eruditas de André de Rezende, de Frei Manuel do Cenáculo, de Cunha Rivara, áquela bela capital duma província, que, de tantas civilizações que por ela passaram, guarda ainda grandiosos e sugestivos monumentos, e vestígios de toda a espécie, êle consagrou especialmente o seu estudo. Cada colunata de templo, cada cubelo de fortaleza, cada inscrição tumular, representavam para êle uma página, senão todo um capítulo, dum livro que sabia ler como ninguêm. Os seus *Estudos eborenses* são toda uma evocação luminosa dum passado de muitos séculos. Toda a sua vasta obra é uma resurreição!

Mas não foi apenas a sua região natal que lhe mereceu os cuidados do estudioso; como historiógrafo e arqueólogo, percorrera todo o país, em repetidas viagens de investigação. Conhecia todos os monumentos; conhecia todas as bibliotecas e arquivos; quási todos revolvera e aprofundára; na pedra, no bronze, na tela, no mármore, no pergaminho ou no papel, onde quer que estivesse um documento a inquirir, lá ia Gabriel Pereira decifrar-lhe a linguagem ou interrogar-lhe o segrêdo.

Inúmeros jornais, revistas numerosas, folhetos, livros, enciclopédias — são o repositório precioso de trabalhos seus, alguns de um grande alcance e incontestável valor.

Mão carinhosa que reùnisse a notícia de todos êsses

lavores prestaria à bibliografia portuguesa um serviço, e honraria a memória de quem hoje vimos aqui encerrar entre as lobregas paredes dum tumulo, mas que permanecerá vivo na nossa saudade, — memória que ensinaremos aos vindouros a amar e a respeitar como de alguêm que bem mereceu da Pátria pela sua dedicação ao trabalho, pelo seu amor à cultura, pelo seu empenho em nos mostrar quanto Portugal fôra grande e belo no passado, para que nos não esqueçamos jámais de, pelo menos, não desonrar as suas tradições.

Onde, porêm, era encantadora, comovente, admirável, a ácção de Gabriel Pereira era na sua missão de bibliotecário. Nunca conheci nada assim; e mais tenho trabalhado assíduamente em várias bibliotecas extranjeiras.

Costuma-se dizer de um homem que sabe muito, que é como «um livro aberto»; — pois de Gabriel Pereira se pode afirmar que era como que toda uma livraria aberta à curiosidade de todo o estudioso.

A sua paixão de bibliófilo nascera nele em Évora, no seio daquele verdadeiro tesouro nacional que é a sua biblioteca, e dos preciosos arquivos locais; — a sua paixão de arqueólogo vira-a brotar na atmosfera sugestiva daquela cidade de maravilhas, impregnada dos perfumes de tantas civilizações que ali floresceram, museu de preciosidades históricas, que, por assim dizer, resumem toda a história da nossa raça, caldeio de tantas raças estimáveis e estimadas nos anais da humanidade!

A Biblioteca e os Arquivos de Évora ninguêm os conhecia melhor do que Gabriel Pereira; as lendas, as tradições, a poesia da cidade de Sertório, de Geraldo sem pavor, do Manuelinho, ninguêm as sentia, ninguêm as narrava, ninguêm as comentava com mais enlêvo e conhecimento.

A Évora, seus encantos e seus amores, o foi arrancar António Enes para o trazer para a Biblioteca Nacional de Lisboa.

A sua direcção neste estabelecimento que, desde longos anos, maior atenção devia merecer aos poderes constituídos, marca época; e, posteriormente, como inspector, até agora que a morte o veio prostrar em pleno trabalho, a sua presença era a garantia segura dos estudiosos, ali onde a investigação, e até a mesma busca dos livros se tem de fazer, muitas vezes, como quem procura agulha em palheiro, ou a saída propícia dum labirinto sem luz!

Gabriel Pereira sabia onde paravam as espécies que os emmaranhados catálogos não logram às vezes apontar; se não sabia, tinha artes de as descobrir; não havia escaninho vedado ao seu zêlo. A sua erudição era tão grande que raro, bem raro, seria o assunto para o qual desde logo não indicasse as fontes mais lídimas ou os caminhos mais seguros. O seu saber era o património de todos.

Nunca foi, na Biblioteca de Lisboa, senão empregado superior, director e inspector; pois percorram-se os verbetes de todas as secções, e lá se encontrarão, sem conto, os que foram preenchidos pelo seu punho.

No arquivo trabalhou como qualquer estranho manuseador de manuscritos. Há meia duzia de dias, apenas, que o vi, absorto, num códice, horas seguidas, numa banca defronte da minha, naquele poço da Siberia, tão propício a esfriamentos, que é a sala dos manuscritos. Quem sabe se, naquela atmosfera regelada, os pés sôbre humidos ladrilhos, Gabriel Pereira, ao par de bem servir as letras, se não estava matando!...

Pobre amigo! Como a tua falta vai ali ser sentida por nacionais e extranjeiros, que às tuas tão raras aptidões apelavam, e que tantas vezes pronunciaram e publicaram o teu nome como o de um português que honrava a cultura do seu país! Como a tua correcção, a tua lealdade, a tua bondade encantadora hão de ali ser recordadas por quantos comtigo serviram, e de cujos olhos vejo correr lágrimas tão sentidas; como a sciência bibliográfica, a His-

tória, a Arte se hão de sentir viúvas de ti, que as amaste com tanto carinho e lhe dedicaste a vida inteira!

Na Academia das Sciências de Lisboa posso asseverar-te que tão estimado era o teu nome e tão respeitado o teu carácter, que de luto ela considera êste dia, em que lhe é arrebatado um dos seus sócios mais trabalhadores, mais ilustrados e mais probos. Não há muitos dias que das tuas mãos, hoje regeladas pela morte, recebi a dádiva de dois interessantes documentos para o «*Boletim da segunda classe*». — Já os teus olhos, para sempre extinctos, os não verão ali impressos; — mas, naquelas páginas, como nos anais da nossa corporação, por onde teem passado, e continuam passando, as individualidades mais altas do nosso país, ficará o teu nome a brilhar, agora mais luminoso; porque se a dôr humana nunca é mais viva do que sôbre uma sepultura aberta, a justiça dos homens nunca é tão completa como quando essa sepultura se cerra sôbre quem na vida representou alguma coisa de nobre, de útil e digno de respeito.

Descansa em paz, trabalhador indefeso, companheiro querido, espírito luminoso e culto, alma modesta e boa — descança em paz!

17 de dezembro de 1911.

Gabriel Pereira

Notas biográficas e bibliográficas

I

Render homenagem aos sócios mortos que deram na sociedade culta provas do seu saber e às boas letras prestaram serviços que não devem esquecer-se, é facto que nos cumpre registar e inscrevê-lo com louvor em os nossos anais académicos. Serei dos últimos e dos mais humildes e inúteis, nesse preito, pela falta de aptidão para o expressar com fráses brilhantes e comoventes, mas desculpem-me a insuficiência pela sinceridade com que vou fazê-lo despido de ouropeis que podem iludir e fascinar. Serei breve e conciso.

II

Conheci Gabriel Pereira, em Évora, entre os anos 1882 e 1883. Tinha ido àquela formosa e famosa cidade para investigações bibliográficas na sua riquíssima biblioteca e guiado por um amigo modesto, mas estudioso, que deu bons frutos das suas canseiras intelectuais à república das letras em mais de 4 dúzias de volumes, escritor, poeta e crítico e esmerilhador do passado, recebendo por isso aplausos merecidos na imprensa e nos meios cultos. Chamou-se António Francisco Barata. Guiado por êle, fui apresentado a Gabriel Pereira, que estava empregado na Secretaria da Misericórdia de Évora e ali estabeleci relações que perduraram, porque as mantive sem deslise.

GABRIEL PEREIRA

Naquela situação, em que não podiam realçar as prendas e os merecimentos de Gabriel Pereira, porque as ocultava em modéstia sem hipocrisia, mas que se realçavam cada vez em mais alto grau pela sôma de trabalhos úteis que ia amontoando e lhe valiam calorosos e justos elogios, êle afirmou as suas notáveis aptidões para investigador e organizador e esta fama lisonjeira e justa não se limitava às conversações íntimas da secretaria, porêm ecoavam fora para o bom crédito do funcionário, que era muito considerado na cidade.

Apesar de não ter tido então certa intimidade com êle, porque êle, pelo seu carácter retraído e de misantropo não se prestava a isso, reconheci todavia que era bom, franco, sincero e despido de vaidades, aprazendo-lhe ser prestável.

Reconheci também que era grande o seu merecimento e profunda a sua erudição, não revelando nem apregoando tais predicados. Fugia dessa ostentação que muitas vezes é basófia.

Nunca lhes fizera uma pergunta a que êle não satisfizesse com bonomia, prontidão e clareza, sinceramente, sem relêvo de fingimentos, para que se reconhecesse que sabia obsequiar sem esperar que lhe agradecessem a informação. Não esperava, nem tomava nota de que não lhe retribuíssem o favor, quando menos, com uma simples palavra de cortesia e gratidão.

III

Creio que as relações de Gabriel Pereira com o Barata dataram de Coímbra quando êle teve necessidade de permanecer ali alguns meses por ser encarregado de verificar os documentos e fazer a respectiva catalogação dos pergaminhos existentes no cartório da Universidade. Barata

vivera em Coímbra onde exercia profissão humilde semilhante à que exercera Reis Quita, o qual podia entrar aqui em comparação pelo muito que ambos padeceram. Na sua loja, em cuja porta se balouçava às brisas do Mondego o emblema caraterístico dessa profissão, Barata recebia numerosos fregueses, estudantes, lentes e industriais, e ora com a tesoura, ora com a navalha, nas mãos — parece-me que estou a vê-lo! — discreteava prendendo a atenção de quem o ouvia pela finura, pelo acêrto, pela ironia do seu discorrer, e por vezes recitava alguns versos compostos com certo mimo. Lembra-me que, entre os que iam ali e estimavam o Barata e depois o protegeram para o livrar daquela vida pouco animadora em que se definhava e em que pouco podia produzir em satisfação de seus ideais e de suas ambições, que não o deslustravam, de fugir do meio em que se arrastava na pobreza, contavam-se homens de alto valor nas sciências e nas letras, tais como os que tiveram nomes refulgentes: dr. Barjona de Freitas, Tomás Ribeiro, Aires de Campos, Martins de Carvalho e dr. Augusto Filipe Simões. Contudo, é preciso notar que o último, cuja morte trágica tão comovida e aflita deixou, pelo assim dizer, Coímbra inteira, e a pátria pela perda de um seu nobre filho, o último, repito, foi o seu amigo de sempre, concorrendo para que encontrasse melhor colocação consoante com os seus merecimentos.

Quando Gabriel Pereira viu aquele bom homem, tão aplicado às letras, tão laborioso e tão assíduo na biblioteca de Évora, estreitou com êle as suas relações e jámais deixou de o estimar e considerar. E tanto que, por ocasião do óbito de António Francisco Barata, ocorrido em março de 1910, no artigo que com tanto sentimento e com tão intensa saudade consagrou à sua memória para a honrar lia-se:

«A bibliografia de A. F. Barata é muito extensa, alguns escritos foram publicados com pseudónimos vários, para

dar que scismar aos bibliógrafos do futuro; outros em tiragem muito limitada, raridades logo à nascença.

«Trabalhou e produziu muito; trigo e joio, como sucede a todos mais ou menos; mas é incontestável que foi um raro exemplar de energia, vencendo misérias grandes, arcando com dificuldades pouco vulgares».

Quiz apresentar aqui estes dois nomes de trabalhadores invenciveis e beneméritos, porque a ambos me ligaram laços de boa e salutar camaradagem e a ambos estimei e respeitei.

IV

Évora não podia deixar de prezar e exaltar Gabriel Pereira. Era seu filho. Ali nascera em março de 1847, oriundo de família conhecida e tambêm estimada. Dai saíra para estudar em Setubal e depois em Lisboa, onde teve matricula na Escola Politécnica e na Escola Naval, mas onde não pôde por circunstâncias de família completar os cursos superiores. No entretanto, como seu honrado pai estava à frente duma escola estabelecida em Setubal, sob a forma de liceu, pela Câmara Municipal, nesse instituto esteve empregado como professor até que a mesma Câmara entendeu, por falta de recursos pecuniários, que não podia mantê-lo, porque eu não quero supor, nem o direi, que aquela obra de instrução que tanto falta em Portugal com bom critério fosse considerada desnecessária e inútil. Os seus estudos predilectos, já revelados em diversas tentativas literárias e históricas, eram a história e a arqueologia.

Voltando a Évora, deu largas a êsses estudos favoritos, que o atraíam e seduziam, e não poucos frutos saíram da sua aplicação, como se verá. Alcançando colocação na secretaria da Misericórdia de Évora, embora pudesse ter mais elevada aspiração, ali proseguiu nessa faina até que a reorganização da bibliotéca nacional de Lisboa o foi

surpreender com o convite para auxiliar os trabalhos dessa reorganização em que o julgavam competentíssimo e no que por sem dúvida não se iludiam.

Mas eu tenho de referir-me à estada de Gabriel Pereira em Lisboa e como se me afigura um passo mui interessante da sua vida pelas circunstâncias que ocoreram e qne me dão como uma grinalda bem trabalhada em que posso emoldurá-las, abrirei um parêntese que suponho não causará enfado.

Sabia que o meu ilustrado e erudito amigo, sr. Gomes de Brito, tivera relações íntimas com Gabriel Pereira quando estudantes e no maior vigor da mocidade, entre os dezoito e vinte anos, pedi-lhe por isso que me informasse dessas relações e eis que êle não só gentilmente me obsequiou com a narração que vou ler, mas tambêm levou a sua amabilidade a confiar-me a fotografia dum pequeno grupo de estudantes, aliás todos muito distíntos, que há mais de 40 anos freqùentavam as nossas escolas superiores e delas saíram aureolados honrando-as e entrando em carreiras diversas com habilitações para auxiliarem o progresso da pátria. É uma formosíssima página como o meu douto amigo sabe redigir e na qual se condensam alguns apontamentos sôbre factos e homens de Lisboa antiga desconhecidos das novas gerações, que bom é rememorar. Não é portanto uma carta banal de simples cortesia para obedecer aos preceitos da convivência social e conveniência pautada, em que se mascaram sentimentos íntimos que não podem revelar-se, mas é um depoìmento fidedigno de homem estudioso, que dispõe de recursos intelectuais variados e conhece bem Lisboa nova e velha, os seus monumentos, as suas belezas, os seus homens, o bom e o mau que se encontra nesta cidade, e que tem, na sua memória prodigiosa e na sua carteira particular de recordações e de estudos, notas diferentes para aproveitar nas ocasiões oportunas como a que se lhe ofereceu agora

No primeiro plano, da direita para a esquerda, sentados:
Rafael Bordalo Pinheiro, como lendo um jornal; Mariano Feio,
Manuel Bordalo Pinheiro e António Énes.
No segundo plano: Feliciano Bordalo Pinheiro, Gomes de Brito
e Gabriel Pereira

e lhe agradeço pelo éxito. Eu ganhei muito pelo brilho que o seu depoimento dá a êste meu humilde escrito.

Meu bom e presado amigo Brito Aranha:

Queres — porque a expressão de um teu desejo equivale para mim, bem o sabes, a uma ordem tua —; queres que eu acompanhe com algumas linhas singelamente explicativas a fotografia que te mostrei, e da qual pretendes fazer tirar cópia que acompanhe a tua saudosa e bem merecida homenagem à memoria, tão grata a todos os amigos das letras, daquele que entre nós passou, e se chamou Gabriel Vítor do Monte Pereira.

Contar a historia desta fotografia, onde o nosso Gabriel se acha retratado em todo o tão atraente quão mimoso frescor dos seus prováveis vinte anos, o mesmo é, na verdade, que recordar as saudosíssimas circunstâncias em que o conheci, e apesar da sua quási imediata saída de Lisboa, o fiquei contando por amigo até morrer.

Mas, meu bom e presado Amigo, começa aqui — e aínda não principiei! — o meu enleio... Precisar o ano em que esta fotografia foi tirada, é dizer quando começaram as nossas relações; é o ponto verdadeiro de partida, para de tudo contar a história. Ora, eis o que eu não posso fazer, por mais que solicite uma memória que nunca se afirmou portento.

Se eu não recaíra sob igual estigma ao que é, já agora, do comum de todos os humanos; se eu não fosse, como quási todos, um imprevidente em matéria de *memórias do passado,* teria mantido o meu Diário do comércio da vida com a mesma pontualidade com que os negociantes trazem escriturado o *Diário* das suas transacções. E semelhante ininterrupto cuidado, nesta e em tantas outras ocasiões, ai de mim! irremediávelmente reconhecido por tão salutar,

dar-me-ía o gôzo que António Feliciano de Castilho, bem advertido e *previdente*, pretendia proporcionar a seus filhos, quando os induzia a não deixarem caír no olvido da indiferença quanto lhes fosse acontecendo, mancebos, por êsses sarçais da vida em fora. — Escrevam, tomem nota, recomendava-lhes; olhem que é mocidade que engarrafam para a velhice!

Mas, emfim, o retrato do nosso Gabriel, em grupo com os seus seis amigos, aí está. E como a sua imagem o representa, como a alguns de nós, imberbe quási, e como o denunciava já a fisionomia impregnada de bondade, através a qual resumbrava um ar de reflexiva compostura que de toda sua pessoa fazia um modesto rapazinho, calado e comedido, não será difícil, dada a data do seu nascimento (1847), ajuìzar que êste retrato, e o caso que o motivou, se reportem aos anos de 1866 ou 1867, e que tudo se haja passado há quarenta e cinco, ou quarenta e seis anos, presumívelmente.

Isto assente, vou ao próprio caso.

Na então chamada «Praça da Alegria, debaixo», dum logradouro público, de que hoje poucos se lembrarão já, e que a Avenida da Liberdade pulverizou, morava, por êsse tempo, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, com sua esposa, e seus oito filhos; três senhoras, D. Maria Augusta, a futura grande artista, D. Filomena e D. Amelia, ainda meninas, e cinco rapazes, dos quais, Columbano e Tomás, pequenitos. D. Maria José, a segunda das quatro filhas dêste abençoado matrimónio, era já casada com seu primo Henrique Prostes, e moravam na rua da Fé.

O prédio, de provável e relativamente moderna construção, fazia frente à parede do Passeio Público do Rocio que formava o espaldar da monumental cascata. Compunha-se de loja, dois andares e, em remate, uma sacada, toucando-se com proporcionado frontão. Tinha três vãos de frontaria; sacadas no 1.º andar, no 2.º janelas de peitos.

Era todo pintado de verde, e entalava-se entre duas muito maiores propriedades; a da direita, já antiga, a da esquerda, da mesma época, talvez, da sua mais modesta, mas de não menos boa aparência. Bela e aparatosa construção, aquela propriedade foi a primeira que o alvião e o camartelo municipais, desta vez instrumentos autênticos do Progreso, atacaram e derrubaram, quando, num abrir e fechar de olhos, se meteu hombros à obra, já de tantos anos antes projectada, da Avenida da Liberdade.

Mas... reparo... Perdoa-me, prezado Amigo, a arqueológica divagação, que bem compreendes, decerto.

Manuel Maria Bordalo Pinheiro ocupava o 1.º andar do prédio, tendo tido na loja o seu laboratório de escultura. Nele, entre outras excelentes obras do seu consciencioso cinzel, modelou o prestante artista o busto de Camões, destinado a Macau, e fundido no Arsenal do Exército.

Uma escada interior comunicava o 1.º andar com a loja. Fechado o laboratório, quando o escultor se resolveu a trocar o cinzel pela paleta, instaláram-se no recinto os seus três filhos mais velhos; Feliciano, Rafael e Manuel. Aí estudavam, aí recebiam os amigos, aí reinava constante a alegria saudável da mocidade, descuidosa talvez, mas sinceramente ingénua.

Feliciano, afilhado do futuro primeiro visconde de Castilho, circunspecto e grave, escassamente contribuía para as ruidosas manifestações alegres que ecoaram naquele nunca esquecido recinto.

Manuel, por igual, também pouco se singularizava. Era um *franganote* que estava ainda para revelar o seu futuro entusiasmo pelas atraentíssimas lições de anatomia descritiva do grande Manuel Bento de Sousa.

Quem se avantajava, pois, quer no esfusiar da graça hilariante, quer no bramar oposicionista e revolucionário contra tudo que importasse preceitos e normas do viver social, pautados pelo convencionalismo das salas, era o

Rafael, o insubmisso Rafael, ora trovejando discursos demolidores, ora enchendo as caiadas paredes do aposento de desenhos a carvão, em que a tendência do caricaturista se denunciava já, como tantos de seus futuros desenhos presagiavam uma Revolução de que lhe não foi dado alcançar os effeitos.

Na conjuntura, os mais assíduos frequentadores desta *academia*, para não dizer «desta *república*», no sentido estudantino do vocábulo, eram, em primeiro lugar, o cultor ardente da sciência cabala, o visionário Mariano Cordeiro Feio, poço sem fundo no ocultismo, ocupado sempre, ou que tal parecia, em buscar a pedra-filosofal, incansável em explicar-nos, sem que nós o percebêssemos, valha a verdade, as misteriosas combinações dos números, expostas com a prodigiosa verbosidade de um iluminado, ou de um... possesso. Êste desditoso moço, porêm, que tinha pelo seu amigo Rafael uma dedicação frisando o fanatismo, e que devia de vir a ser um dos diversos colaboradores literários do futuro caricaturista, abrigava, sob o aspecto incoerente de um convulsionado, um coração e um talento que poucos tiveram ocasião de apreciar, no muito que os dois realmente valiam. A fortuna, que tão esquiva se lhe mostrou sempre, deixou-o saír dêste mundo sem lhe permitir que se visse tudo que podia. Henrique Prostes era de casa, e o único de todos nós que enfileirava já com os homens casados. Seguia-se-lhe António Enes, que rematou com um belo trabalho literário e histórico a sua freqùência do Curso Superior de Letras. A tese que escreveu, e defendeu com brilho, intitulava-se: — «*A Filosofia Religiosa do Egito*», e foi impressa em 1868. Inspirava-se esta elegante página da História antiga do Oriente, reveladora já do mago estílo do futuro jornalista e dramaturgo, no gôsto que por tais estudos introduzira, por então, o eminente Professor e distintíssimo orador Jaime Moniz, cujas lições concitavam, naquêle tempo, a atracção de toda Lisboa literária e culta.

Vinha a seguir o nosso Gabriel Pereira, que resolvera, afinal, deixar a carreira da marinha de guerra, que primeiro adoptara, e na qual decerto se singularizaria, que lhe não faltavam para tanto os requisitos; resolução de que a sua biografia nos revela o piedoso motivo. Fechava-se a jucunda lista dos íntimos dos Bordalos com o nome dêste, meu prezado Brito Aranha, teu grato amigo e admirador acérrimo. No grupo, eramos três os alumnos do Curso Superior de Letras; o Prostes, o Enes, como deixei dito, e eu. Mariano Feio fôra interno do Seminário de Santarêm, Gabriel Pereira estudara em Setubal, sob a direcção competentíssima de seu pai.

Não era, porêm, só na «*república*» da Praça da Alegria que todos estes mais persistentes frequentadores dela compareciam. Em cima, no 1.º andar, aos domingos, conversava-se, dançava-se, fazia-se música. Era numerosa e selectíssima a companhia, todos os quatro jovens amigos dos Bordalos eram admitidos a tomar parte nela, e cada qual se desempenhava consoante o mérito e os predicados.

Bordalo Pinheiro, pai, vivera, como é sabido, na convivência dos principais vultos do renascimento literário do nosso país. Pertencera à «Filomática». Verdadeiro coração de artista, o convívio que mais lhe agradava era o das belas-artes e o das boas-letras. Reviver as cativantes recordações da sua mocidade, impregnadas do intenso perfume das saudades que elas teem sempre o poder de inspirar a todo o coração sensível e fundamentalmente bem feito, constituía para êste exemplar pai de famílias uma necessidade, ao contemplar-se entre a sua abençoada prole. Desejando, com o tríplice instinto de progenitor, de amigo e de homem que vira de perto o mundo, e dêle recolhera a experiência e o são conselho, atraír seus filhos a carreiras que das letras dependessem, e por elas viessem a ocasiões de singularizar-se, não lhe foi difícil *inventar* um género

de entretêm para os rapazes, entre diversos de que, para os distrair com proveito, de freqüência lançava mão, que podia conciliar o seu próprio gôsto, dando-lhe a miragem do passado, com o que pretendia inocular em seus inteligentes filhos.

Foi assim que nasceram as celebres *Conferências scientíficas, literárias e históricas* da Praça da Alegria, de cada uma das quais a bela e elegantíssima caligrafia do bom Bordalo Pinheiro traçou o programa, afixado à porta do *salão* onde se realizaram. Está bem visto, e escuso advertí-lo, meu prezado Amigo, que a celebridade que acima atribuí aos ensaios oratórios dos jovens conferentes não ultrapassou o recinto onde foram executados. O *grande acontecimento* foi-o só para a roda de relações desta acolhedora família, e para os seus um tanto numerosos membros, de ambos os sexos. E todavia, meu prezado Brito Aranha, deixa-me, tu, que tão fervoroso aplauso consagras à justiça que se deve ao mérito, e que tens passado grande parte da tua tão cheia existência a comemorar na crónica das letras portuguesas que se chama *Dicionário Bibliográfico Português,* os triunfos scientíficos e literários de tantos de nossos compatriotas, deixa-me, prezado Amigo, afirmar aqui uma verdade: — a conferência que o tão simpático Mariano Feio produziu, tratando das *Artes, aplicadas ao teatro,* tanto quanto à minha pouquidade literária é permitido afirmá-lo, sem perigo de immodéstia, como apreciador, merecia ser divulgada, e lida por quem se prezasse de ter gôsto e coração, tão brilhante de conceituosos pensamentos, tão arrebatadora na forma foi aquela atraentíssima revelação do mérito verdadeiro de seu autor.

— Mas... onde se realizaram, então, essas celebres conferências? — perguntarás.

— Eu digo.

O fundo do antigo laboratório de escultura de Bordalo, pai, dava para o jardim do prédio. Aí, quando, como já

lembrei, o consciencioso artista resolveu trocar pelos pinceis o cinzel do escultor, é que êle fez construir o seu *atelier*. A maleável organização artística do velho gravador do *Panorama*, do figurinista elegante da ópera lírica, prestava-se com exuberante complacência a todas as modalidades.

Foi naquele *atelier* que nasceram alguns dos quadrinhos miniaturas, a que seu autor deu foros de prezadíssima novidade, foi ali, que êle pintou, figurando-a entrar na mansão da Glória, através um nimbo de celestial colorido, o retratinho daquela estrela que refulgiu nos céus da arte dramática nacional, tão cedo, e tão inopinadamente extinta, e se chamou Manuela Lopes Rey...

A sala das *famosas* conferências foi o privilegiado *atelier*. Nele, perante um obsequioso auditório de gentilíssimas damas e conceituados cavalheiros, escolhido por cada qual dos conferentes o tema que mais lhe agradou, discursaram, em sucessivas noites, que foram outras tantas ocasiões de festa, Feliciano e Rafael Bordalo, Mariano Feio, António Enes, H. Prestes, Gabriel Pereira, e êste teu amigo, meu bom e prezado Brito Aranha.

De três de tais conferências conservei memória, mais ou menos nítida; a de Mariano Cordeiro Feio, a que já me referi, a de Rafael Bordalo, e a do nosso Gabriel. A conferência dêste não se pode razoávelmente dizer que teve o brilhantismo da do poeta Mariano, e esteve bem longe da paixão que caracterizou quanto disse o enamorado Rafael. Nem o assunto escolhido por Gabriel, nem o seu temperamento permitiam devaneios. Em vez deles — e se achou compensação de valia — foi a conferência de um joven estudioso que vira já, clara e nítidamente, qual o seu futuro caminho, de tantos centos deles que na República das Letras se oferecem aos que nelas encontram desgôstos, prazer e glória.

Gabriel Pereira escolheu para objecto da sua conferência a *Antiguidade preistórica*, e das revelações escassas

que desta ainda agora temos, tirou assunto para eruditas e apropositadas reflexões, que anunciavam já o futuro observador seguro, e o artista, de que não teve o físico. Modesto, ao passo que pouco expansivo, as suas afirmativas, nascendo das suas convicções, saíam-lhe — é certo — caracterizadas pelo cunho do convencimento. As frases breves, porêm, um tanto sêcas e desligadas, pouco relêvo imprimiam à expressão e ao discurso. Em summa, sentiu-se, que se tinha em frente um estudioso, sincera e profundamente entregue a uma ordem definida de estudos, que bem poderiam vir a produzir um antiquário, um arqueólogo, um bibliófilo, um sábio, em fim, e dos mais considerados e cotados entre os severos cultores das sciências históricas. Foi aplaudido, como merecia, com aquela espécie de admiração respeitosa que não deixa de curvar-se perante o mérito irrecusável, principalmente quando a todos os merecimentos se alía o da juventude em flor. E se todos estes predicados o moço Gabriel tivesse o condão de os sobre-dourar com alguma animação mais, como se poderia deduzir daqueles olhos expressivos, que estás vendo, querido Amigo, nesse retrato, e de que até morrer conservou, ensombrado pelas bastas, negras e encaracoladas pestanas, o fulgoroso brilho, é bem de crer que muito mais profundo seria o efeito produzido pela sua douta conferência, entre a gentil pléiade de graciosas ouvintes que a ela assistiram.

Terminaram, porêm, as conferências famosas, resolvendo-se para logo *eternizar-lhes* a memoria. Fomos todos os conferentes ao *atelier* fotográfico do Moreira, estabelecido no terraço da rua do Alecrim, sôbre a muralha, e ali, agrupados ao ar livre, junto de um dos pavilhões, ali nos demos a nós próprios, no grupo que estás vendo, e de que tão amorávelmente conservo o meu exemplar, a certeza de que, enquanto o mundo fôr mundo, existirá a prova de que fomos, cada qual de nós, ao menos uma vez na vida,

colegas dos mais conceituados conferentes nossos compatriotas. — Falamos, e a ajuìzar pelas palmas e ovações com que foram, no final, coroadas cada uma das nossas conferências, devemos ter todos discursado extraordinária e eloqùentemente bem...

Tal é, meu bom, meu paciente Amigo, a *origem histórica* da resolução que motivou o grupo que aí vês, e da fotografia que o fará immortal...

Ai! O passado! O passado! Porque é que, nem metendo êste caso à bulha, nem rematando-lhe a narrativa com meia duzia de inofensivas ironias, salpicadas por um sorriso complacente, dedicado à recordação saudosa dêste inocente episódio da minha juventude; porque é que não comsigo, aínda assim, reprimir as lágrimas que me conturbam a vista, e me não deixam acabar, emfim, esta já, porventura, em demasia longa noticia?

É porque lágrimas são saudades, meu prezado Amigo, e se nem todos, através os anos conservamos a mesma desprendida uniformidade de ver e de querer — de querer principalmente — que tínhamos naqueles já longínquos tempos, nem por isso menos redivivas são as saudades que me ficaram de todos êles!...

E como a um de nós caberia ser o último a partir lá para onde nem saudades há modo já de cultivar, em mim veiu a recaír o encargo dêste afectuoso, dêste derradeiro «*adeus*», agora que se finou o que, de todos, conservaria intacta, sem a capitular de invaliosa bagatela de crianças, a lembrança da sua, aliás, tão literária, tão erudita, e tão bem arquitectada conferência; o bom, o prestável Gabriel Pereira. — Êle, que outra preocupação jámais teve, que não fôsse o estudar como continuaria a reùnir materiais para outras e sucessivas conferências; estudar, para saber; estudar para si, continuando a estudar também para os outros!...

Abraça e perdoa, meu prezado Amigo Brito Aranha, ao teu velho amigo, muito obrigado, e sempre muito verdadeiro admirador.

T. C. — Janeiro, 1912. *Gomes de Brito.*

A amável, elucidativa e extensa carta com que me honrou o meu ilustrado amigo sr. Gomes de Brito depois de confiar-me a fotografia, que será reproduzida em êste escrito, porque tem valor histórico, acrescentarei que os estudantes, que efectuaram as conferências na casa cedida pelo pai Bordalo, sob a protecção dêste bem conceituado artista, habilitaram-se para glorificar a pátria no engradecimento das boas letras e das boas artes. Eram sete, quási todos matriculados no antigo curso superior de letras e cinco deles foram prematuramente e infelizmente riscados da lista dos vivos. Eram Feliciano Bordalo Pinheiro, que subiu a oficial superior de artilharia; Mariano Feio, que brilhava pelo seu saber e pelo seu talento entre os professores de ensino particular e da escola de belas artes; António Ennes, que deixou o seu laureado nome ligado ao teatro nacional, à imprensa quotidiana e à administração superior das possessões portuguesas no ultramar; Rafael Bordalo Pinheiro que, por diversas formas, esteve empenhado no desenvolvimento da industria nacional e da arte; e Gabriel Pereira, de quem trato especialmente.

Os dois, que ainda restam felizmente vivos e ainda vigorosos a prestar serviços públicos, são: o dr. Manuel Maria Bordalo, Prostes Pinheiro, médico dos hospitais, em serviço efectivo no de S. José, como director do banco, que foi lente da escola médica cirúrgica de Goa e ainda é director do hospital colonial de Lisboa; e José Joaquim Gomes de Brito, conhecido nas letras pátrias pela sua cultura e pela sua erudição, funcionário superior na Câmara Municipal de Lisboa exercendo actualmente as funções de chefe da repartição do arquívo e das bibliotecas da mesma Câmara.

Gabriel Pereira entre a família Bordalo Pinheiro, aspirando aquele ambiente consolador e fortalecedor de amizade, de boa camaradagem da arte e da sciência, sentia se cheio de calor e luz, em terreno firme que não vacilava. Estudava com os estudantes e ganhava os aplausos de todos. Não pudera matricular-se no curso superior de letras pela mesma razão que o fizera interromper o curso na escola naval.

V

Gabriel Pereira colaborou, de 1877 para 1878, no *Universo ilustrado*, de Lisboa; e na *Gazeta setubalense*, de Setubal, e da série de artigos, interessantissimos, ali publicados, coordenou um opúsculo impresso em Évora, em 1879, que intitulou *Notas de arqueologia*, com os subtítulos: *Os castelos ou montes fortificados da Cola e Castro Verde, o dólmen furado da Candeeira, ruinas da Citânia de Briteiros*. 8.º de 73 pagg., e mais uma inumerada.

Nestas páginas, que se lêem com agrado e onde se revela não só o apurado gôsto pelos estudos arqueológicos, mas tambêm a consciência da investigação para não incorrer em inexactidões ou em afirmações que desvirtuem a narrativa e lhe tirem a autenticidade, fazendo com que os erros passem de uns escritores para outros sem a devida correcção. Logo, na pag. 8, citando o célebre antiquário eborense, tão apreciado dos eruditos, diz que êste na ância do seu patriotismo pendia para as crendices e não duvidou pôr nas suas obras qualquer afirmativa que o bom senso devia repelir e acrescenta:

«Muito maior glória seria para Rezende se não houvesse posto a sua notável erudição ao serviço de vãs e ridículas fantasias».

Na pag. 23 põe em dúvida certas afirmativas de arqueólogos, que logo que descobrem vestígios para guarnecer

lendas que não sofrem apreciação cordata, e escreve na singeleza do seu estilo;

«... desculpem-me o cavaco pessoal, não me recuso, nada me custa, dizer — não sei, ignoro — não gosto de aventar explicações ou fantasias; começo por desconfiar muito, custa-me a chegar à simples incerteza, e para atingir a certeza preciso de escada de muitos e firmes degraus».

Na pág. 30, referindo-se aos fins a que se destinavam os dólmens com abertura, o que é raro em Portugal e muito pouco descoberto em outras nações, tanto na Europa como na Ásia, onde existem alguns já estudados e descritos, escreve:

«Conjecturo sôbre o uso e fim da abertura, não aventurarei. Há espíritos que teem explicações para tudo e improvisam conjecturas brilhantes».

Gabriel Pereira não. Averiguava e se chegava a um resultado, que podia divulgar sem que o pudessem contrariar ou desmentir, não recuava. Revelava-o serenamente com a consciência, sem abalo.

Para demonstrar a consideração que lhe mereciam os beneméritos e eruditos, e a estima que lhe consagrava, e conhecendo de certo que os seus bons estudos já atraíam os aplausos deles, dedicou essas interessantes *Notas,* que citei, ao *atleta no trabalho,* ao *modêlo de cidadãos e de funcionários públicos,* que teve o nome glorioso de *Joaquim Heliodóro da Cunha Rivara,* que tão extraordinários e relevantes serviços prestou em Évora e na Índia portuguesa, para honra das sciências e das boas letras, honra e glória da pátria. Tributo de gratidão que por igual honrava o autor do opúsculo.

Passando a outra publicação. Na visita pelo *lindo sítio de Carnide,* que êle afectuosamente encarece lastimando os que não o apreciam como deviam, refere que foi ao extinto convento das terezinhas, pois estava confiado em que ali encontraria alguma cousa que lhe prendesse a

atenção, fora do vulgar. Conta pois como foi recebido pelas senhoras bastante idósas ali recolhidas e o exame ao presepe para o qual chamou a sua atenção gabando com frases de sincero louvor as figurinhas de impecável escultura que nele se depararíam.

Por serviço da imprensa eu tinha ido muito antes àquele extinto convento, a pedido de pessoa que se interessava pela existência das pobres senhoras recolhidas e pelo seu bem estar, com o intuito de averiguar o fundamento da desinteligência entre essas senhoras e outras estranjeiras, e de que não podia fazer uso sem me informar da veracidade da queixa. Fui também recebido amávelmente pelas ditas senhoras e tive nessa ocasião ensejo de ver e admirar o presepe e elas me disseram constar ali que era obra primorosa do célebre escultor Machado de Castro. Encontrando depois a Gabriel Pereira narrei-lhe o que occorrêra e dando-lhe a razão por que fôra ao extinto convento e o que as senhoras me tinham dito das admiráveis figurinhas do presepe. Êle, fitandó-me com aquele olhar de observador fino e sagaz, como de quem recebia uma informação que lhe agradava, observou-me que não podia certificar-me de que fôra obra de Machado de Castro, mas não faria objecção ao meu juizo.

Eu apenas retorqui que, em uma visita a um dos palácios dos Condes de Redondo, pessoa antiga na casa me afirmara que o célebre escultor Machado de Castro para ali fizera algumas figurinhas iguais nos primores do modelado como as que se admiravam em Carnide, posto viesse a saber-se que ali estiveram com êsse grande artista alguns dos seus discípulos que mais o honravam e que êle mais prezava.

Gabriel Pereira pertencia a diversas sociedades literárias e scientíficas e entre elas à Academia das Sciências de Lisboa, à associação dos arqueólogos, à comissão dos monumentos nacionais e a outras. Colaborou, além das

publicações que mencionei já, na *Revista arqueológica,* na *Arte portuguesa,* no *Ocidente,* no *Boletim da associação dos arqueólogos,* etc.

Por ocasião do centenário do egrégio historiador e publicista Alexandre Herculano foi Gabriel Pereira incumbido de organizar o número do *Boletim da associação dos arqueólogos* destinado inteiramente a essa comemoração, para a qual contribuía tão grande número de colectividades no país inteiro com entusiásmo. Efectivamente êle conseguiu uma colaboração apreciável para tal número. Aí vem (de pág. 28 a 31) uma notícia assignada por êle acêrca do códice importante existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e que pertencera a Manuel Severim de Faria, e depois a José Gomes Monteiro, o qual, logo que o adquiriu ofertou-o a Alexandre Herculano. Neste códice se declara que são apenas conhecidas três cópias.

Gabriel Pereira nota igualmente que, pela sua importância, o próprio Alexandre Herculano se refere a êste códice no volume III dos *Opúsculos,* a pág. 138, e transcreve o que o grande Mestre escreveu a êste respeito.

A última obra publicada pelo erudito académico e arqueólogo foi a que saíu sob o título *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa* (volume de mais de 300 páginas, in-8.º regular) e que compreende estudos que êle já tinha dado à estampa em varios períodos da sua laboriosa e utilíssima existência, tais como:

S. Domingos de Bemfica, de pág. 8 a 54 (1905);

O lindo sítio de Carnide, de pàg. 55 a 84 (1908);

Notícias de Carnide, de pág. 88 a 148 (1900);

A vila da Ericeira, de pág. 149 a 198 (1903-1905);

De Bemfica à quinta do Correio-Mor, de pág. 199 a 254 (1905);

Torres-Vedras, notas de arte e de arqueologia, de pág. 255 a 305 (1906).

Por falta de vagar para a confrontação minuciosa dos

opúsculos já divulgados, posto que em limitadas tiragens, com os estudos novamente impressos, não pude verificar as modificações e as emendas que êle lhes introduziu para os aperfeiçoar, no que creio sinceramente atendendo à sua consciência no escrever e em todos os actos da sua vida. Êle não se alongava em frases que não significam senão perda de tempo em as burilar, mas em factos bem averiguados que ficam e exemplificam. Parece-me que nêste livro deu testemunho brilhantíssimo do seu acrisolado amôr aos estudos históricos e arqueológicos e do seu patriotísmo levantando do pó do esquecimento e da censurável incúria que não póde deixar de lastimar-se, em que jazem para aí cousas que não deviam riscar-se da memória das gerações que vão passando e às quais não se proporciona a necessária cultura deixando-as caminhar entre ruinas!

Numa ou noutra passagem, nessas consoladoras páginas para quem ama o torrão natal, que tem visto por vezes tão gravemente convulsionado, Gabriel Pereira deixa os gritos comovedores da sua alma de bom e de sincero, como de censura que devia despertar os que adormecem ao pensar que as nações vivem sómente das glórias que se vão apagando. Ao descrever o seu atraente e elucidativo passeio pelas cercanias de Lisboa tem destas frases amargas mas verdadeiras:

«... êste terremoto (citando o de 1755) e a invasão dos franceses (1808) são motivos fundamentais para explicar o desaparecimento de muita cousa, uma rica mina para encobrir o desleixo, a estupidez, a mania de estragar que é muito da raça portuguesa». (Pág. 240).

Mais adiante:

«Em povoações onde o terremoto não foi tão destruidor apenas se sentiu, a transformação foi análoga. É que com verdade o português é bem fraco conservador». (Pág. 241).

Na biblioteca nacional, que lhe fôra muito bem confiada para sua inspecção superior, êle podia, com pesar o escrevo,

verificar as verdades que com tanto acêrto e tão singelamente deixou no seu livro.

Ainda mais adiante, quási no fim do mesmo livro citado, registando a sua visita a Tôrres Vedras, em que há cópia de notícias e apreciações de entendedor, lê-se o seguinte com respeito ao aspecto duma feira.

«A impressão geral é de atraso, de educação nula ou rudimentar; de trabalho mau com inferior alfaia, todavia gosto de ver o povo rural nestas feiras; é naturalmente são; um tanto brutal nos costumes, se ninguêm trata dêle! mas de bom fundo.

«Estamos longe daqueles campónios insolentes, turbulentos, cúpidos, eivados de alcoolismo, devastados por seitas ferozes, que preocupam em Alemanha, na Itália, na França a gente que pensa e vê alguma cousa». (Pág. 305).

Estas verdades amargas entram bem no ânimo das pessoas sensatas, que sentem não poderem dar-lhes remédio salvador. Conheço Tôrres Vedras e outras terras portuguesas onde o quadro popular de ignorância é igual. Mas, quem tem ido por essas terras em santa missão de propaganda de correcção e de ensino para o povo, que, se erra, é porque não lhe tem mostrado com acêrto e probidade o caminho da luz e do progresso!

Da consciência e da honradez com que serviu na biblioteca nacional de Lisboa existem vivas muitas e boas testemunhas, que deporão detidamente e lisonjeiramente para exaltar a memória de Gabriel Vítor do Monte Pereira; porêm do modo como êle sabia obsequiar os que necessitavam ali da sua benévola e ilustrada intervenção, resalvando a sua responsabilidade e a dos empregados naquele estabelecimento, contarei o seguínte. Um dia nas minhas pesquisas, não interrompidas há muitos e longos anos, disse-lhe que precisava de um livro raro dos reservados mas havia necessidade de que o exemplar saísse para a respectiva fotografia da imprensa nacional onde seria repro-

duzido o que indicasse e me servia para os meus trabalhos bibliográficos. Respondeu-me sem demora afirmativamente. Quem levou o livro, que era de fólio máximo com encadernação do século XVIII e pesado. Quem? Êle. Depois, disse-me que não o podia dar a pessoa alguma apesar da confiança que lhe mereciam e, era justa, os empregados da biblioteca. Quem depois o foi buscar à mesma Imprensa, depois do executado trabalho que determinara? Êle. Encontrei-o nessa ocasião com ar prasenteiro como se quisesse certificar-me que, prestando aquele serviço com incómodo, salvara do extravio um livro precioso.

Querem avaliar o carácter, o bom senso, a cordura na crítica, a simplicidade no estilo que empregou nos seus utilíssimos escritos, o valor da sua propaganda em benefício da cultura nacional, o amor enraízado que êle tinha ao torrão natal, o cuidado com que escrevia sem deslustre e nobremente, os seus processos lisos de escritura, a boa fé e a sinceridade que o guiavam e iluminavam, aqui ficam estas breves linhas que se me afiguram como se fossem de boa reprodução fotográfica.

Esta consagração era, portanto, necessária, impunha-se como exemplo e como incentivo. Porque perdemos um consócio de grandíssimo valor e um ardente amigo de Portugal.

VI

Eis a relação das obras de Gabriel Pereira de que tenho nota. É talvez incompleta, mas do certo é o que conheço de mais importante e constitue honrosíssima bagagem para êste escritor. Demonstra a actividade e um sentimento patriótico que o nobilita. Se tivéssemos muitos estudiosos e trabalhadores do seu feitío e da sua tenacidade, ganhariam sobremodo os estudos históricos. Ponho-a na ordem em que os fui coligindo nos meus apontamentos.

1. *Descrição da Peninsula iberica,* em quatro opúsculos.
2. *Biografia de Quinto-Sertorio por Plutarcho da Chironéa.*
3. *Notas de arqueologia. Os castelos ou montes fortificados da Cola e Castro Verde. O dolmen furado da Candieira. Ruinas da Citânia de Briteiros.*
4. *As ilhas do Atlantico. Chronica de Valentim Fernandes Alemão.*
5. *Diogo Gomes. As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores e Cabo Verde. Versão do latim.*
6. *Roteiros portugueses da viagem de Lisboa a India nos seculos* XVI *e* XVII. Lisboa, 1898, 8.º de 212 pág.
7. *Catalogo provisorio dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coímbra.* Coímbra, 1880, 8.º.
8. *Catalogo dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra.* 1881, 8.º de 125 pág.

Vê-se por estes dois opúsculos que Gabriel Pereira esteve em Coímbra um ano, pois nêste lapso de tempo deu para a impressão o primeiro catálogo, que chamou provisório, e no seguinte o definitivo, declarando-se nêle quem o redigira e aperfeiçoara.

De 1884 a 1896 começara êle noutra investigação histórica e arqueológica da terra natal, de utilidade e alcance, que lhe absorvia todo o tempo disponível de suas ocupações oficiais. Nesta colecção, que eu considero preciosa e está desde muito exausta no mercado da livraria, porque as tiragens não eram avultadas para não avolumar as despesas, contam-se 37 opúsculos que passo a registar:

9. 1. *O mosteiro da Nossa Senhora do Espinheiro,* 1884.
10. 2. *Evora romana. O templo. As inscrições,* 1885.

11. 3. *A casa-pia,* 1885.
12. 4. *Livros, azulejos e obras de arte,* 1886.
13. 5. *Bibliotheca publica. Noticias das colecções,* 1886.
14. 6. *Convento do Paraizo. Santa Clara e S. Bento,* 1886.
15. 7. *Belas-artes. Racksynski. Pintores eborenses,* 1886.
16. 8. *Vesperas da restauração,* (I), 1886.
17. 9. *Vesperas da restauração,* (II), 1887.
18. 10. *Brasão de Evora,* 1887.
19. 11. *A igreja de Santo Antão. Livros parochiais. Collegiada,* 1887.
20. 12. *O archivo municipal,* 1887.
21. 13. *A restauração em Evora,* 1887.
22. 14. *O archivo da Santa Casa da Misericordia de Evora,* (I), 1884.
23. 15. *O archivo,* etc., (II), 1888.
24. 16. *O archivo,* etc., (III), 1888.
25. 17. *Evora e o ultramar.* Baltazar Jorge e Mário Antonio Pessanha, 1888.
26. 18. *Assédios de Evora em 1663,* (I), 1889.
27. 19. *Assédios,* etc., (II), 1889.
28. 20. *Assédios,* etc., (III), 1890.
29. 21. *Assédios,* etc., (IV), 1890.
30. 22. *Os festejos de Evora em 1729,* 1890.
31. 23. *Évora nos Luziadas,* 1890.
32. 24. *Procissões eborenses,* 1890.
33. 25. *Exposições de arte ornamental,* 1890.
34. 26. *Antiguidades romanas em Evora e seus arredores.* 1891.
35. 27. *Roteiro dum eborense.* 1891.
36. 28. *Universidade de Evora,* 1892.
37. 29. *As caçadas. Primeira parte,* 1892.
38. 30. *Evora e o ultramar,* 1892.
39. 31. *Ibn Abdun,* 1893.

40. 32. *Os mouros*, 1893.
41. 33. *As caçadas. Segunda parte.* 1893.
42. 34. *Os estudantes.* 1893.
43. 35. *Versos eborenses do seculo* XVIII. 1894.
44. 36. *A volta do Cenaculo.* 1894.
45. 37. *As questões do pão.* 1896.

Estes opúsculos foram impressos no formato de 8.º grande em Évora na tipografia Minerva Eborense, entre os anos de 1884 a 1896, como já indiquei, e posso dizer que o bibliófilo Anibal Fernandes Tomás possuía a colecção completa na sua selecta e abundante biblioteca.

Na mesma época, durante a sua permanência naquela cidade, rica de recordações históricas, começou êle outra série, a que deu o título:

46. *Documentos historicos da cidade de Evora.*

Dêstes saíram apenas três fascículos ou partes, no formato de 4.º, compreendendo os séculos XII, XIII, XIV, XV e XVI, tendo porêm que suspender esta nova e importantíssima publicação por falecimento do editor e êle não ter recursos para a prosecução por conta própria, nem pensar em solicitar auxílio do govêrno que não lhe seria concedido, pois apresentariam logo o argumento de que a pobreza do tesouro — diga-se baixinho para não corarmos! — não dava para se abalançar a despesas com impressos, embora de reconhecida utilidade geral e de interesse incontestável para a instrução nacional.

Não podia progredir nesses estudos que tanto lhe agradavam, mas não arrefeceu no trabalho de investigação e nesse sentido, com a cooperação de outros editores que o favoreciam porque lhe reconheciam o alto valor literário e scientífico, continuou a escrever, e, tambêm empregando de vez em quando o saldo do seu bolsinho que não era

abundante, proseguiu nas impressões avulso enriquecendo as letras pátrias.

Relacionarei agora mais estas obras:

47. *S. Domingos de Bemfica.* 1905, 8.º.
48. *De Bemfica á quinta do Correio-Mor.* 1905, 8.º.
49. *Noticias de Carnide.* S. d., 8.º.
50. *O lindo sitio de Carnide.* S. d., 8.º.
51. *A vila de Ericeira.* 1903, 8.º.
52. *Monumentos nacionais. Conferencia.* 1902, 8.º.
53. *Noticia dos retratos em tela da biblioteca nacional de Lisboa,* S. d., 8.º.
54. *Museu nacional de belas-artes.* 1903, 8.º.
55. *Mestre Giraldo. Tratado das enfermidades das aves de caça.* Lisboa, 1909, 8.º, de 26 pág.
56. *Contos para operarios.*
57. *Os quadros e esmaltes da casa Palmela.*
58. *Os livros do côro dos extintos conventos.*

Brito Aranha.

Gabriel Pereira

Mal diria eu que, quando em 15 de Dezembro de 1911, ao descer da Biblioteca Nacional, apertei a mão a Gabriel Pereira, o fazia pela última vez, e que logo após dois dias, em 17, havia de acompanhar o seu cadáver ao cemitério!

Não é sem comoção que falo, visto que lidei com Grabiel Pereira na Biblioteca desde Janeiro de 1888 até Agosto de 1911; ainda que o não contava própriamente no número dos meus mais íntimos amigos, pois Gabriel não gostava de intimidades, e creio que só as usava com a família, tive nele entretanto um confrade amável, sempre dedicado e cortês.

Nascido em Évora, gloriosa cidade de monumentos vetustos, e filho de um professor de latim, Gabriel Pereira, trouxe do berço os germens que depois se desenvolveram e frutificaram no seu cérebro e no seu coração em amor das letras e das artes, e principalmente em gôsto de investigações aqueológico-paleográficas.

Numerosos e multigéneres são os trabalhos (livros, opúsculos, artigos) que deu a lume.

Se pela feição do seu génio (algo da moleza alentejana!), Gabriel Pereira não se demorava com um assunto, e mais se aprazia de discorrer por muitos, e ao de cima, as cousas da cidade natal mereceram-lhe, não obstante, particular cuidado: e d'entre o que publicou avultam sem dúvida os *Documentos históricos da cidade de Évora,* e os *Estudos Eborenses.*

Os *Documentos* constam de três partes: 1.ª, fascículo 1 a 9; 2.ª, fascículos 10 a 21; 3.ª, incompleta, fascículos 22 a 25 (pelo menos): os textos são copiados de arquivos

locais (da Câmara, da Misericordia, da Catedral), e bem assim da Biblioteca Nacional e da Tôrre do Tombo; mas o colector, como adopta ordem cronológica (sec. XII-XV), adicionou-lhes às vezes trechos de livros impressos, a fim de formar um *corpus* seguido.

Atenta a importância de Évora, a empresa de Gabriel Pereira tem o maior alcance, de mais a mais sendo certo que não abundam nos cartórios do Sul documentos antigos: quer para o conhecimento da vida municipal, quer para o dos costumes e do léxico do Alentejo, contém-se nesta colecção materiais muito valiosos.

Os *Estudos Eborenses* constituem trinta e seis opúsculos miscelâneos: antiguálhas romanas, notícias de edifícios religiosos e civis, de acontecimentos, de personagens, de festividades, de folganças; curiosas monografias que mostram como o autor amava a pátria e se impregnára do sentimento etnográfico do passado.

Sem pretender organizar aqui a lista completa das publicações de Gabriel Pereira, mencionarei todavia, por as ter tambem à mão, mais as seguintes, que estão fóra do plano propriamente eborense:

Arqueologia e descrições corográficas. — *Notas de archeologia,* 1879, onde menciona Cola, Castro-Verde, Citânia, e o dolmen da Candieira; *Lisboa e arredores,* 1902, resumo de uma inquirição do século XIII; *Torres Vedras,* notas d'Arte e Archeologia, Lisboa 1906; *Pelos suburbios e arredores de Lisboa,* 1910, volume de 308 pág., em que se reproduzem seis artigos publicados primeiro em folhetos.

Monumentos nacionais. — Com o título *de Monumentos nacionais,* I e II, deixou dois opúsculos em que se coligem decretos, alvarás, questionários, etc. Êste trabalho

relaciona-se com o ter desempenhado G. P. os cargos de membro e presidente do Conselho dos Monumentos.

Bibliotecas, arquivos e museus. — A Biblioteca Nacional, de que G. P. foi sucessivamente funcionário extraordinário, conservador, director e inspector, deve-lhe muitos opúsculos: *Bibl. Nacional de Lisboa,* I (1898) e II (s. d.; êste folheto teve 2.ª ed. em 1903), notícia sumária; *Retratos em telas,* s. d.; *Retratos gravados,* s. d.; *Archivo de Marinha,* 1901; *Archivo ultramarino,* 1902; *Album Cifka,* 1903; *Codices illuminados,* 1904; *Livros de côro,* 1904; *Cods.* 443 e 475 *da col. alcobacense,* 1910; *Livros preciosos,* 1910. Outros estabelecimentos: *Catálogo dos pergaminhos da Universidade de Coimbra,* com extractos de docs. 1 vol., 1880 (anteriormente havia publicado um *Catálogo provisório,* 1.ª parte); *Museu do Carmo,* 1900; *Museu de Bellas-Artes,* 1903; *Desenhos e Pinturas da Bibl. d'Evora,* 1903. De caracter geral: *Bibliothecas e archivos nacionais,* 1903.

Publicação de textos. — *Relações do descobrimento da Guiné, Açores, Madeira e Cabo Verde,* de Diogo Gomes (tradução do latim), s. d.; *As ilhas do Atlântico,* de Valentim Fernandes, s. d.; *Tratado das enfermidades das aves de caça,* de Mestre Giraldo, 1909; *Livro d'alveitaria,* tambem de Mestre Giraldo, 1909, separata da *Revista Lusitana,* XIII, 1-60. Este último é o principal dos textos publicados; e vem a pêlo dizer que a Sr.ª D. Carolina Michaëlis lhe consagrou na mesma *Revista,* XIII, 149-432, um notabilíssimo comentário filológico.

Trabalhos vários. — Traduções: do livro 3.º da *Geographia* de Estrabão (2 opúsculos), 1878-1880; da *Vida de Sertório* por Plutarco, 1878; de trechos de escritores latinos que se referem à Lusitânia, e da parte do *Itinerário*

de Antonino concernente ao território de Portugal, 1880; da *Invasão dos Normandos na Península Ibérica,* de Mooyer, 1876. A primeira e a segunda tradução foram feitas do francês; a terceira do latim; a quarta do alemão.

Alem d'estas obras, em que Gabriel Pereira nos aparece como erudito, que estuda históricamente o país, e procura tornar do domínio público os resultados a que chega, escreveu contos originais, e verteu do dinamarquês os de Andersen; e para cúmulo de prendas de espírito, desenhava com facilidade, e entendia de pintura.

Compreende-se que um indivíduo, possuidor das aptidões e conhecimentos necessários para executar tudo o que fica dito, exercesse com inconcussa probidade os lugares bibliotecais que exerceu.

De facto, rara sería a matéria, sôbre que um leitor o consultasse, em que Gabriel Pereira não ministrasse uma informação bibliográfica, levando mesmo em certos casos a sua deferência a ir êle próprio buscar os livros, — como eu observei muitas e muitas vezes. Parece que o estou vendo, com o seu passinho miúdo e pesado, ao longo dos extensos corredores do convento de S. Francisco, acompanhado por um consulente; de súbito parava ao pé de uma prateleira, dizia «cá está», e tomava radiante de prazer o volume desejado, para o entregar a quem lh'o solicitava.

O nosso chorado consócio supunha, e com razão, que se torna muito vantajoso, numa casa como a Biblioteca Nacional, que os respectivos dirigentes possuam instrução geral e vasta, para estarem em condições de poder acudir de pronto com ensinamentos a um estudioso que os deseje.

O único intuito de Gabriel Pereira na Biblioteca cifrava-se em a engrandecer por todas as maneiras, o que conseguia, ou, como fica dito, elucidando o público, ou

coordenando verbetes poligráficos e catálogos, de que nos legou grande quantidade, ou procurando o mais possível, com a aquisição contínua de livros novos, ou antigos, mas bons, pô-la ao correr da sciência, e ao nível dos estabelecimentos congéneres que lá fóra existem. A propósito declararei que, julgando eu que aos bibliotecários e conservadores incumbe, a cada um na sua especialidade (quando a tenham!), indicar aos chefes as necessidades da Biblioteca, freqùentemente indiquei a Gabriel Pereira livros que não havia, e que muito importaria que houvesse: e êle nunca deixou de os comprar, salvo em caso de fôrça maior.

*

Nesta sessão, em que a Academia das Sciências de Lisboa, com o pensamento nos méritos de Gabriel Pereira, os enumera, comemora e exalta, não devia eu ficar calado: e embora a minha voz seja débil, ao menos é sincera no afecto que traduz.

APENDICE

Relação de várias obras que por minha indicação a Biblioteca Nacional de Lisboa adquiriu no tempo de Gabriel Pereira

Albert (Maurice), Le culte de Castor et Pollux. — Alviella, L'idée de Dieu. — Amichen (G.), De Varrone et Isidoro Characeno C. Plinii in libris geogr. auctoribus primariis. — Anatole & Montaiglons, Fabliaux, 6 vols. — Ancona (D'), Il Tesoro di Brunetto Latino. — Aragão e Lima, Ode á tomada de Cayenna. — Arbois (D') de

JUBAINVILLE : Les noms Gaulois chez César ; Les premiers habitants de l'Europe, 2.ª ed., 2 vols. ; Deux manières d'écrire l'histoire. — *Archiv für lateinische Lexikologie.* — *Archiv für Religionswissenschaft.* — *Atlas antiquum.* — AVIENO, Ora maritima (ed. de Holder).

BABELON : Traité des monnaies grecques et rom. ; Monnaies de la république romaine ; Les origines de la monnaie. — BABELON & BLANCHET, Bronzes de la Bibl. Nationale. — BAHRFELDT, Münzkunde der römischen Republik. — BAILLY, Dict. grec-français. — BARRIÈRE-FLAVY, Sépultures barbares. — BARTSCH, Chrestomathie de l'ancien français. — BAUMEISTER, Denkmäler der klass. Altert. — BAYE (B. DE), Torques chez les Gaulois. — BÉDIER (J.), Les fabliaux. — BENOIT & GOELZER, Nouveau dict. lat.-français. — BERGER (H.), Die geographischen Fragmente des Eratosthenes. — BERLANGA, Hispaniae anteromanae syntagma. — BERTRAND : Archeolog. celtique ; La Gaule avant les Gaulois ; La relig. des Gaulois. — BESSO, Roma nei proverbi. — BEZZENBERGER, Ueber die A-Reihe der gotischen Sprache. — *Bibliotheca romanica.* — BIRMANN : Diction. allemand-fr. ; Diction. fr.-allemand. — BLANCHET : Nouveau manuel de Numism. du moyen âge et moderne ; Études de Numismatique, 2 vols. ; Les enceintes romaines de la Gaule ; Mélanges d'archéolog. gallo-romaine ; Monnaies gauloises, 2 volumes ; Tessères antiques ; Les trésors de monnaies romaines. — BLANCHET & VILENOISY, Guide pratique de l'antiquaire. — BLANT (LE) : L'épigraphie chrétienne en Gaule et dans l'Afrique romaine ; Les persécuteurs et les martyres aux premiers siècles ; Sur les graveurs d'inscriptions antiques. — BLASE, LANDGRAF, etc., Historische Grammatik der lat. Sprache. — BLAVIGNAC, La cloche. — BOETTICHER, Der Baumkultus der Hellenen. — BOISSIER, La fin du paganisme. — BONNET, La Philologie classique. — BORGHESI, Œuvres complètes, 10 vols. —

Bouché-Leclercq, Histoire de la divination dans l'antiquité. — Bouïnais & Paulus, Le culte des morts. — Boutkowski, Dictionnaire Numismatique.—Braz (Le), La légende de la mort chez les Bretons. — Breymann, Die phonetische Literatur. — Brugmann, Grundriss der vergleich. Gram. der indogerm. Sprachen. — Bücheler, Carmina Latina epigraphica.— *Byzantinische Zeitschrift,* vol. I, fasc. 3-4.

Cagnat: Épigraphie de La Moselle; Manuel d'Épigraphie; Sur les manuels profissionels des graveurs d'inscriptions romaines. — Cagnat & Goyau, Léxique des antiquités romaines. — Caillot, Clous. — Campaner y Fuertes, Indicador numismatico. — Carter, Epitheta deorum. — Carton, Le sanctuaire de Baal-Saturne. — Caspari, Martin von Bracara's Schrift *De correctione rusticorum.* — Castelo-Branco (Camilo), Noites de Lamego. — *Catálogo* do Museu de Madrid. — Catão: De rustica, ed. de Keil; Catonis praeter librum de Re rustica quae extant, ed. de Jordan. — Cesar, Commentarios, ed. de Dinter. — Child, The english & scottish pop. ballads. — *Chronologie de l'empire romain.* — Clairin (P.), De haruspicibus apud Romanos. — Codera, Numism. arabigo-española. — *Collectaneum,* manuscrito do convento de S. João de Tarouca. — Contren, Die Vanderungen der Kelten. — *Commentationes in honorem Mommseni.* — *Corpus inscriptionum Latinarum* (a maior parte da colecção). — Cortés y López, Diccion. de la España antigua, 3 vols. — Cosquin (Emmanuel), Contes lorrains, 2 vols. — Cumont, Textes et monum. de Mithra, 2 vols. — Cuno, Die Kelten.

Daremberg & Saglio, Diction. des antiq., muitos vols. (em publicação). — Darmesteter, Formation des mots composés. — Déchelette (Vid. Pic). — Déloche (Maximin), Le port des anneaux dans l'antiquité. — De-Marchi,

Il colto privato di Roma. — DENEFFE (DR.), La trousse d'un chirurgien gallo-romain. — DESSAU, Inscriptiones Latinae selectae. — DETLEFSEN: Die Geographie der Provinz Lusitanien; Die Geographie der tarraconensischen Provinz. — DE VIT, Onomasticon, 4 vols. — Diccionario arabico. — DUBOIS (MARCEL), Examen de la Géographie de Strabon.

ECK, Les deux cimetières gallo-romains. — EDRISI, Descripción de España (1901). — ELWORTHY (J. MURRAY), The evil eye. — ESPÉRANDIEU, Cachets d'oculistes romains. — EXSUPERANTIUS (IULIUS), ed. de Landgraf.

FALCHI, Vetulonia e la sua necropole antichissima. — *Festschrift zu Otto Hirschfelds sechzigsten Geburstage.* — FLORO: ed. de Halm; ed. de Rossbach. — FLOUET, Deux stèles de laraire. — FÖRSTMANN, Namenbuch, 2 vols. — FORRER, Biographical Dictionary of medallists, 5 vols. — FOUGÈRES (G.), La vie publique et privée des Gaulois et des Romains. — FRIEDERICHS (KARL), Matronarum monumenta.

GARDNER, The types of Greek coins. — GASSNER, Das altspanische Verbum. — GELLIUS (A.), Noctes Atticae. — *Geographi Latini:* Vid. RIESE. — GERSON DA CUNHA, Indo-Portuguese Numismatics. — GLINKA, Petit Mionnet de poche. — GNECCHI, Monete romane. — GOLDSCHMIDT, Zur Kritik des altgermanischen Elemente in Spanischen. — GOMME (G. L.), A dictionary of british Folk-Lore. — GORRA, Morfologia italiana. — *Grammatici Latini,* ed. de Keil. — GRIMM: Deutsche Mythologie, 4.ª ed., 3 vols.; Kleinere Schriften, 8 vols. — GRUEBER, Coins of the Roman republic, 3 vols. — GUIRAUD, Les assemblées provinciales.

HABERT, Poterie romaine parlante. — HABLER, Die Nord-und Westküste Hispaniens. — HARLEY, Moon-lore. — HEAD,

Hist. numorum. — HEBRA, Maladies de la peau. — HECATAEUS, De Hecataei fragmentis quae ad Hispaniam et Galliam pertinent, por Atenstaedt (1891). — HELBIG, L'épopée homérique expliq. par les monuments. — HERVIEUX, Fabulistes latins, 5 vols. — HILL, Historical Roman coins. — *Hispaniensi (de bello)*, ed. de Kübler. — HOFFMANN, Die Iberer im Westen und Osten. — HOLDER, Alt-celtischer Sprachschatz, vários volumes (em publicação). — HORNING, Historia do «C» latino. — HÜBNER: Exempla scripturae epigraphicae; La arqueologia de España [y Portugal]; Monumenta linguae Ibericae; Römische Herrschaft in Westeuropa; Ueber mecanische copieen von Inschriften.

IHM, Der Mutter- oder Matronenkultus (nos *Iahrbücher des Vereins von Alterthumsfreund im Rheinland.* — IMHOOF-BLUMER, Portraits sur les monnaies. — IMHOOF-BLUMER & O. KELLER, Tier und Pflanzenbilder auf Münzen. — IMHOOF-BLUMER & P. GARDNER, A numismatic commentary to Pausanias. — ITALICO (SILIO), Punica, ed. de Bauer.

JANET, État mental des hystériques. — JEANJAQUET, Sur l'origine de la conj. «que». — JORET, La légende de la rose. — JULLIAN (C.), Gallia. — JUSTINO, Epitoma, ed. de Rühl.

KAIBEL, Inscriptiones Graecae Siciliae et Italiae. — KIEPERT: Manuel de géographie ancienne; e um artigo sobre Etnografia da Iberia nos *Monatsberichte der königl. Akadem.*, p. 144. — KLUG, Dicc. etimologico allemão. — KOEHLER: Kleinere Schriften; Aufsätze über Märchen. — KORNEMANN, Die neue Livius-Epitome aus Oxyrrynchus. — KOERTING, Lateinisch-Romanisches Wörterbuch. — KRANER, L'armée romaine. — KRAUSE, De Romanorum hostiis. — KREMER, Zum Westgotischen. — KRIEG, Précis d'an-

tiquités romaines, trad. de Jail. — KUHN (ADALBERT), Die Herabkunft des Feuers. — KURTH, La frontière linguistique en Belgique.

LAFAYE, Les divinités d'Alexandrie. — LANG (ANDREW): Custom and Myth.; Myth. Ritual and Religion. — LAURAND, Style des discours de Cicéron. — LEGER (A.), Les travaux publics chez les Romains. — LEHMANN, Aberglaube und Zauberei (1898). — LEJAY, Inscriptions antiques de Côte d'Or. — LENORMANT, La monnaie dans l'antiquité, 3 vols. — LÉOTARD, Barbares établis dans l'empire romain. — LEROUX DE LINCY, Proverbes. — LIPPERT, Religionen der einfachen Culturvölker. — LIVIO (TITO), Ab urbe condita, ed. de Weissenborn.

MADVIG, L'état romain, 3 vols. — MARCIAL, ed. de Friedländer. — MARIGNAN (A): La médecine dans l'Église au VI siècle; Le triomphe de l'Église au IV siècle; La foi chrét. au IV siècle. — MARQUARDT, Le culte chez les Romains, 2 vols. — MAURY: Les fées et les légendes pieuses; Croyances et légendes. — MAXIMO (VALERIO), ed. de Halm. — MELA, De situ orbis, ed. de Frick. — MELTZER, Geschichte der Carthager. — MERLIN, Les revers monétaires de Nerva. — MEYER (K.), Der Aberglaube des Mittelalters. — MEYER-LUEBKE, Grammaire des langues romanes, vol. I. — MINERVINI, Saggio di osservazioni numismatiche. — MOMMSEN, Hist. romaine, t. IX, X, XI. — MONTELIUS: Les temps préhist. en Suède, trad. de Reinach; Antiquités de la Russie mérid., trad. do mesmo. — *Monumenta Germaniae historica* (os ultimos fasciculos). — MORTILLET, Formation de la nation française. — MUCH (M.), Die Kupferzeit in Europa. — MULLENHOFF, Deutsche Altert., 4 vols.

NEUMANN (F.), La filologia romanza. — NOE (LA), Fortification antique, 2 fascisculos.

Obsequens (Iulius), De Prodigiis, ed. de Oudendorp. — Ollerich (C.), Ueber die Vertretung dentaler Consonanz durch «u» im catalanischen. — Orosio, Adversum Paganos, ed. de Zangemeister.

Pape, Wörterbuch der griechischen Eigennamen. — Paris (Pierre), Diccionario de termos d'arte. — Paterculo, Hist. Rom., ed. de Hahn. — Paul, Silvula logogriphorum. — Pauly-Wissowa, Real-Encyclopädie, muitos vols. (em publicação). — Pausanias, Descripção da Grecia, ed. (inglesa) de Frazer. — Peter, Historicorum Romanorum fragmenta. — Pfeifer, Antike Münzbilder f. den Schulgebrauch. — Pfleiderer, Die Religion, ihr Wesen u. ihre Geschichte. — Phillips: Inscr. de Castellon; Über das iber. Alphabet; Celtas na Peninsula; Nomes ibericos do Sul da Gallia; Iberos na Península; Indiketen. — Pic-Déchelette, Le Hradischt de Stradonitz en Bohème. — Pineau (L), Le romancero scandinave. — Planta, Grammatik der oskisch-umbrischen Dialekte, 2 vols. — Plinio: Naturalis Historia, ed. de Detlefsen; e ed. de Mayhoff. — Pottier, Catalogue des vases antiques. — Preller, Römische Mythologie, 3.ª ed., 2 vols. — Prellwitz, Etymolog. Wb. der griech. Sprache. — Potzl, Pronuncia do latim. — *Prosopographia imperii Romani.*

Quicherat, Diction. français-latin.

Rada y Delgado, Bibliogr. munismat. española. — Ravennate, Cosmographia, ed. de Pinder & Parthey. — Reinach (Sal.): Esquisses archéologiques; Conseils aux voyageurs; Les chiens d'Esculape; La colonne Trajane; Antiquités nationales; Bronzes figurés; Catalogue du Musée de St. Germain; Epona; Guérisons miraculeuses d'Esculape; Manuel d'Épigraphie grecque. — Reinach (Th.), L'Histoire par les monnaies. — Renel, Cultes militaires. —

RÉNIER, Mélanges d'Épigraphie. — RÉVILLE: Prolég. de l'hist. des religions; Réligion du Méxique; La réligion à Rome sous les Sévères; Les religions des peuples non-civilisés. — *Revue Archéologique.* — *Revue des universités du Midi,* t. I (1895). — RIDGEWAY, The origin of metallic currency and weight standarts. — RIESE, Geographi Latini minores. — RICHTER, De deorum barbarorum interpretatione. — RITTER (C.), Declamações de Quintiliano. — RHYS, Lectures on the origin and crowth of religion. — ROENSCH, Itala und Vulgata. — ROSKOFF, Das Religionswesen. — ROSCHER, Lexicon der griech. u. röm. Mythologie, muitos volumes (em publicação). — ROUSSELOT, Les modifications phonétiques du language. — RUGGIERO: Dizion. di antichit. romane (em publicação); Sylloge epigraphica orbis Romani (em publicação).

SACAZE, Inscriptions des Pyrénées. — SALLUSTIO: ed. de Tussner; Historiarum reliquiae, ed. de Maurenbrecher. — SCHELER, Diccionario francês etimologico. — SCHIESS, Die römische «collegia funeraticia». — SCHRADER, Sprachvergleichung und Urgeschichte. — SCHUCHARDT, Schliemann's Ausgrabungen. — SCHUCHARDT (H.), Vokalismus, 3 vols. — SÉBILLOT, Les travaux publics dans les traditions et les superstitions. — SIRET, Les premiers âges du métal, 2 vols. — SKEAT, Dicc. etimolog. inglês. — SMITH, A diction. of Roman coins. — SOLINO, Collectanea, ed. de Mommsen. — SOUSA LOBO, Catalogo da collecção numismatica brasileira. — STEGMANN, Lateinische Schulgrammatik. — STEMPLINGER (E.), Strabons litterarhistorische Notizen. — STEVENSON, A Dictionary of Roman Coins. — STOKES, Urkeltischer Sprachschatz. — SUCHIER, Le français et le provençal. — SUDRE, Les sources du roman de Renard. — SUETONIO, ed. de Roth. — SVORONOS, Num. de la Crète ancienne.

Textes (Société des Anciens): muitos volumes. — THILE, Der illustrirte lat. Aesop. — THURNEYSEN: Sagen aus dem altem Ireland; Keltoromanisches. — THURSTON, Coins, Catalogue n.º 2: Roman, Indo-Portuguese, & Ceylon. — TIELE, Manuel de l'hist. des religions. — TOUR (H. DE LA), Jetons. — TOUTAIN, Les cultes païens. — TOZER (H. F.), Selections from Strabon.

VALERIO MAXIMO, ed. de Kempf. — VALMAGGI, Manuale storico bibliogr. di filologia classica. — VARRÃO, ed. de Keil. — VERGILIO, Obras, ed. de Benoist, 3 vols. — VIVES, Monedas arabigo-españolas. — VULIC (N.), Zum «Bellum Hispaniense».

WESTROPP, Primitiv symbolism. — WEX, Métrologie grecque et romaine. — WILSDORF, Fasti Hispaniarum Provinciarum. — WINDISCH, Irische Texte, 3 vols. — WISSOWA, Religion u. Kultus der Römer. — WOLF (F.), Historia de las literat. castellana y portug., con notas y adic. de Menéndez y Pelayo. — WOELFFLIN (E.): Das Wortspiel im Lateinischen; Lateinische und romanische Comparation; Die allitterierenden Verbindungen der lateinischen Sprache. — WREDE: Ueber die Sprache der Wandalen; Ueber die Sprache der Ostgoten.

Zeitschrift für romanische Philologie. — ZIMMERMANN, Quibus auctoribus Strabo usus sit, quaeritur.

*

É possivel que eu me equivoque, e indique como recomendada por mim alguma obra que o não fosse, ou que o fosse para outro estabelecimento público; em compensação, porem, deixo de indicar muitas que recomendei, e que de

facto vieram para a Biblioteca. E houve livros, como por exemplo o *Collectaneum* de S. João de Tarouca (manuscrito pergamináceo), que me deram grande trabalho a obter.

Por outro lado recomendei bastantes obras que não chegaram a comprar-se, não porque Gabriel Pereira as não julgasse úteis, mas porque nem sempre as circunstâncias pecuniárias da Biblioteca permitiam a compra. Uma vez, em 1905, estando em Florença, vi aí num livreiro numerosos manuscritos de autores latinos; e como a nossa Biblioteca é pobríssima neste genero, escrevi para Lisboa propondo a compra de alguns: e esta, pelo motivo indicado, não pôde também efectuar-se.

Naturalmente eu indicava de preferência livros que pertenciam ao circuito dos meus estudos, porque eram êsses os que eu conhecia melhor; todavia não se diga que êles eram só para meu uso, pois muitas outras pessoas os tem utilizado; lembro-me agora: de Adolfo Coelho, Alves Pereira, Campos (M. Joaquim de), David Lopes, Epifânio Dias, Esteves Pereira (Coronel), Ferreira Braga, Gonçalves Lopes, J. J. Nunes, José Maria Rodrigues, Lamas (Artur), Marques da Costa, Pedro de Azevêdo, Sant'Ana Marques, Teófilo Braga, Vargas (Manuel Francisco de), Vergilio Correia; e de estudantes dos Liceus e da Faculdade de Letras. O próprio Gabriel Pereira se serviu d'êles muitas vezes.

A par com obras impressas ou manuscritas, tambem se obtiveram no tempo de Gabriel Pereira para o Gabinete Numismático muitas moedas antigas (romanas, visigoticas, arábicas, portuguesas, etc.) cuja compra recomendei, e do mesmo modo outros objectos, tais como uma lucerna de bronze romana, aparecida em Sintra, uma cabrinha da mesma substância, que adquiri em Beja em 1899, uma anfora romana, que pertenceu ao Conselheiro Manuel de Assunção, figurinhas de metal, um anel, etc.

Se o referido Gabinete não se enriqueceu mais neste sentido, foi porque, com a fundação do Museu Etnológico, a minha atenção, como era natural, se voltou toda para êle, no que tocava à Arqueologia.

J. Leite de Vasconcellos.

Gabriel Pereira

Pela morte de Gabriel Pereira extinguiu-se a última individualidade que compunha o triumvirato que em 1887 começou a reger a Biblioteca Nacional de Lisboa, o Arquivo Nacional e as bibliotecas de Évora e Braga. Gabriel Pereira era de todos êles o mais silencioso e o mais tenaz, pelo que pôde em poucos anos transformar o estabelecimento, que dirigia, no modo em que aínda o visitamos, que para o nosso meio era o mais que se poderia exigir.

À prespicácia de António Enes devemos essa revelação.

Gabriel Vítor do Monte Pereira era um puro alentejano, no físico, no carácter e até no primeiro apelido. O alentejano pelo qual corre em abundância o sangue oriental é essencialmente melancólico, fatalista e aparentemente indolente. As suas paixões são tão extensas como as planícies da mesopotâmia em que vive, mas elas tão pouco se elevam acima da vida normal, como as ondulações das serras alentejanas, gastas pela erosão centenares de vezes milenar, se elevam acima do solo. Assim se caracterizava o extinto inspector das bibliotecas e arquivos que, de aparência indiferênte e sem manifestações externas do que lhe ia no íntimo, era na base de persistente sensibilidade.

Na casa paterna vamos achar o gérmen da direcção que tomou na sua carreira e como prova basta-nos um único sinal, uma só palavra. A seu irmão foi dado o nome de Sertório, dêsse italiano que comandou as hostes lusitanas e implantou pacíficamente a civilização romana no ocidente da península. Esta influência; a cidade natal repleta de memórias romanas ou pretendidas como tal; a demorada

residência em Setubal em face das misteriosas ruinas de Troia; a visita duma biblioteca valiosa, a mais importante da provincia; e por demais a convivência com Cunha Rivara nos últimos anos da vida dêste orientalista e com Augusto Filipe Simões, ambos professores e bibliotecários, principalmente com êste último, tudo contribuíu para o chamar aos estudos históricos e arqueológicos. Foi uma evolução serena sem lances dramáticos nem dificuldades. Apenas houve um episódio que pareceu ir arrancá-lo da cultura antiquária para a carreira de marinha, mas, não o conseguindo empolgar, aínda mais lhe veiu alargar o horizonte intelectual, corrigindo-lhe a cultura humanista com os conhecimentos das sciências naturais, que êle também prezava.

Todo o homem tem na vida um período em que se abandona às exigências da inteligência pura e aínda pouco provido de conteúdos ou conhecimentos ministrados pela experiência, julga podê-los substituir pelos produtos do próprio intelecto. É raro um homem de letras que não tenha tentado a versificação na sua mocidade, tentativa que êle depois, mórmente se perseverou nesse empenho e se vieram a público as suas produções, não venha depois a lamentar.

Sucedeu o mesmo a Gabriel Pereira, mas, como a sua natureza era essencialmente realista, mercê da sôma de conhecimentos já adquiridos que lastravam a fantasia do novel escritor, a sua pena enveredou pela prosa dos contos. E assim publicou um volume deles em 1876, trabalho que já não era estreia.

Gabriel Pereira só em 1887 se consagrou aos trabalhos biblioteconómicos, pois até então a sua carreira fôra de arquivista.

No nosso meio aínda insuficientemente culto não se conhecem bem as vantagens da diferenciação e da especialização. O espírito sintético é o que nos domina, pelo que

se julga que todo o homem de génio pode com a mesma competência gerir variadíssimos ramos da actividade humana. Até o século XVI ainda seria relativamente fácil achar espíritos enciclopédicos, mas, como desde então a sôma de conhecimentos obtidos tem aumentado extraordináriamente, a especialização tornou-se imprescindível.

A etnografia diz-nos que nos povos naturais o chefe é ao mesmo tempo sacerdote e médico, e nos primeiros séculos da nossa monarquia achamos com vulgaridade o exercício eclesiástico e a medicina reùnidos na mesma pessoa. Um exemplo ainda mais flagrante de indiferenciação nos vai oferecer a história da nossa Biblioteca Nacional. Êste estabelecimento criado para uso dos estudiosos foi pelo tempo adiante aberto a todas a idades. Reparou-se em 1903, sendo Gabriel Pereira já inspector, que esta promiscuìdade era nociva à juventude, e, conforme a legislação em uso em todas as bibliotecas, vedou-se a entrada aos menores de 15 anos, e aos leitores até os 18 anos só lhes foi facultado o uso de livros de estudo. Ao mesmo tempo foi limitada irreflectidamente a todo o público a consulta de romances extranjeiros e peças teatrais. Tudo isto ainda assim representava uma diferenciação útil, atendendo a que nas escolas se iam então vagorosamente estabelecendo bibliotecas especiais. Em 18 de março do ano que findou voltou a integração primitiva, o que demonstra que a diferenciação não foi entendida pelos novos burocratas.

Eu trouxe êste exemplo tirado da própria carreira do finado para mostrar que Gabriel Pereira foi desviado da sua profissão predilecta para ingressar em outra que até então o não tinha atraído, sem que o público ilustrado dêsse tempo tivesse levantado objeções.

Antes, porêm, de o irmos visitar na Biblioteca Nacional de Lisboa na pequena sala iluminada por duas janelas gradeadas, revestidas as paredes com estantes onde jazem volumosos paleótipos, entre êles a biblia de Gutenberg e

onde êle se encontra sentado numa vasta poltrona de couro a extrair verbetes de livros, como qualquer conservador, lembrarei a sua habilitação de arquivista.

No ano lectivo de 1869 frequentava Gabriel Pereira a aula de diplomática estabelecida na Torre do Tombo, sendo-lhe em 18 de agosto de 1876 passada a carta de perito em paleografia, para poder conferir e assinar as certidões que houvesse de passar dos diplômas e mais documentos lavrados no século XVIII e antecedentes em conformidade das disposições do alvará de 21 de fevereiro de 1801 [1].

Esta habilitação facilitou-lhe os trabalhos no Arquivo da Misericórdia de Évora, donde transitou para o Arquivo da Universidade de Coímbra, de que publicou em 1880 o catálogo de pergaminhos.

Á sua primeira publicação arqueológica, feita em 1875, seguiram-se durante todo êste período outras muitas, entre as quais avultam as traduções de autores clássicos que escreveram sôbre a Lusitania e os *Documentos históricos da cidade de Évora* começados em 1885 e terminados em 1891. Esta actividade tornou-o conhecido nos nossos meios scientíficos e provocou a sua entrada em 1887 para director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Á testa dêste estabelecimento e apesar da falta de preparação especial, logrou em pouco tempo graças ao seu viver beneditino dominar todo o material ali guardado e sem perturbações nem ostentações transformar melhorando-a fundamentalmente no sentido literal da palavra toda a organização da casa. A marcação dos livros que existia por letras de alfabeto foi substituída pela mais simples de algarismos. Os milhares de volumes ali existentes foram novamente catalogados e os respectivos verbetes impressos no inventário, trabalho já ha alguns anos concluído. Falta é certo o catálogo siste-

---

[1] *Registo de Mercês* de D. Luis, liv. 29, p. 220.

mático da Biblioteca, mas essa falta deve atribuír-se em grande parte aos seus sucessores.

Durante o período que vai de 1887 até 1902 nunca regateou nem ocultou os seus conhecimentos aos estudiosos que se lhe dirigiam, aos quais êle indicava as obras necessárias, não hesitando para mais rapidez em as ir buscar ao próprio local, sem auxílio de catálogos. Todas as obras que entravam eram por êle folheadas para as conhecer e recomendar como bom bibliotecario que era. Esta isenção, boa vontade e singeleza eram de tal forma apreciadas que a um académico ouvi uma vez em conversa com outro homem de letras classificar o extinto de *santo*. O santo era todavia à maneira do idealizado por Schopenhauer, sob influência da filosófica budica.

Não só os livros lhe mereciam afecto, afecto que êle prodigalizava aos que os consultavam fosse qual fosse o seu ideal religioso e político, os paineis que êle encontrou abandonados foram distribuídos ao longo das paredes e devidamente valorizados e dos quais publicou um catálogo. Os manuscritos da base da casa e os que deram ali entrada pela compra feita ao Marquês de Pombal, bem como os documentos das ordens religiosas, mereciam-lhe por igual a sua atenção, atenção tanto mais necessária que no estabelecimento escasseavam os paleógrafos, e os poucos que havia estavam aínda nos seus ensaios.

Á sombra de António Enes, quer presente, quer na Africa Oriental, quer como secretário de Estado, assim ia passando a sua direção na Biblioteca Nacianal, até que a sua vida de beneditino teve de modificar-se, pela morte do autor dos *Lazaristas* e pela de Lino de Assunção, sucessor no cargo de Inspector, poucos meses depois. Recaiu então nêle por seu turno êste cargo e em virtude da prolongada ausência do Bibliotecário-mor José de Azevedo Castelo Branco, ao tempo em missão diplomática na China, foi Gabriel Pereira obrigado a entender-se directamente com

os altos funcionários do Terreiro do Paço, para o que lhe minguava a inclinação, preferindo o convívio dos contínuos aos dos chefes.

A sua posição e ainda mais os seus merecimentos colocávam-no no primeiro plano da burocracia, lugar onde êle só figurava o indispensável. A Biblioteca Nacional continuava a atraí-lo e ali trabalhava e auxiliava os estudiosos, como se fosse simples empregado, e sempre em damno dos próprios estudos.

Como inspector das bibliotecas e arquivos, impendia-lhe a vigilância da Tôrre do Tombo, mas aqui raras vezes intervinha por circunstâncias especiais e para não melindrar os respectivos directores, e por isso a sua carreira não deixou rasto sensível. Nas poucas vezes que a freqùentava nunca perdia a ocasião de folhear largamente os códices que encontrava à disposição e de ler os documentos que estavam em serviço, fazendo sempre observações e comparações sôbre êles, que demonstravam a extensão dos seus conhecimentos. Essas lições eram, porêm, ministradas modestamente, sem pedantismo, nem sciência de parada.

O seu gôsto pelos documentos era tão grande que preferia tê-los juntos de si na secretaria a enviá-los como ordenava a lei para o Arquivo Nacional. Muitos dêsses documentos figuram, direi incidentalmente, na exposição ontem aberta na Biblioteca.

Bateu, porêm, a hora fatal em que tudo devia mudar.

Em 18 de março de 1911 foi assinada a reorganização das bibliotecas e arquivos e por meio dela entraram novos funcionários. Gabriel Pereira continuou nominalmente à testa dêsses estabelecimentos ou por um favor do acaso, ou pelo prestígio do seu nome repetido em tantas publicações, ou ainda talvez pela impossibilidade de lhe encontrar sucessor.

A permanência foi-lhe, porêm, um tormento, tendo de assistir ao ruir da sua obra de mais de vinte anos. Êsses

paineis que êle cuidadosamente estudou, êsses livros que êle consultara com inteligência, essas moedas, às quais êle decifrára as legendas, tudo êle viu desaparecer. Êle próprio teve de condenar à morte êsses quadros, êle próprio os teve de expulsar do seu gabinete.

Em março de 1898 escrevera Gabriel Pereira «Por tristíssimo incidente na minha vida tendo de passar uma temporada em Carnide, onde a amabilidade duma família excelente nos quís espairecer da fatalidade brutal que nos feriu... [1]; e no dia do Ano Bom de 1899, dia êste hoje consagrado à Fraternidade, continuou êle «Pairava em todos um sorriso bom; só eu pensava num menino, num adorável menino... luz que se apagou» [2].

Êste incidente nunca mais lhe permitiu gozar de saúde completa e teve por epílogo a reforma de 18 de março de 1910.

Se Gabriel Pereira tivesse falecido um ano antes de aquêle em que foi ceifado pela morte, eu não encontraria oportunidade de avançar mais uma palavra às que tenho referido, mas agora é necessário que o faça.

O que eu vou dizer não é um ataque ao aforismo animista do *parce sepultis,* mas uma justificação do carácter de Gabriel Pereira.

Caberia talvez aqui uma excursão pelo campo da crítica do conhecimento, para definir em que consiste a verdade, e determinar quais os limites do cognoscível e qual a espécie de cultura individual em que êsses princípios teem menor predomínio. Isto lograria apenas fazer-me perder o objectivismo de que não devo aqui saír.

Se se disser que Gabriel Pereira tinha política, eu oponho as próprias palavras do extinto a propósito da infanta D. Isabel Maria «que no Paço viu as discórdias insensatas

---

[1] *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa,* 1910, pag. 55.

[2] *Idem*, pag. 107.

entre pai e mãe, e na política encontrou o tumulto entre exaltadas individualidades, entre partidos raivosos, e conseguiu equilibrar-se desempenhando com superioridade o melindroso cargo de regente» [1]. Aqui está retratado o seu carácter de mosarabe, dêsses homens do sul da península que abrandaram e acalmaram os bárbaros do oriente que destruíram o governo gótico.

Gabriel Pereira poupava as superstições, como êle nos diz em certo lugar «Logo que cheguei, bebí água de Santo Alberto, que mandaram as freirinhas, em sua bilhinha de barro vermelho, com um ramo de murta florida preso na asa. É boa contra as febres... Agora há muitas águas virtuosas, mas os reclamos não chegam a epopeias» [2].

Gabriel Pereira, apesar de íntimo de fidalgos e de ricos, era amigo do povo, mas inimigo dos demagogos. Diz êle «Estamos longe daqueles camponios insolentes, turbulentos, cupidos, eivados de alcoolismo, devastados por seitas ferozes, que preocupam em Alemanha, na Itália, na França a gente que pensa e vê alguma cousa» [3]. Estas palavras foram escritas em 21 de agosto de 1904, entre os povos de Tôrres Vedras, a dois passos do Barro e Varatojo. Em 1910 reproduziu-as em volume.

O falecido inspector não era adverso aos quadros que se encontravam pela Biblioteca. Eu poderia aqui juntar muitas referências elogiosas a freiras, mas não o faço por brevidade [4]. Colijo porêm estes casos. A propósito de imagens de Jesus Cristo, ora lhe chama o *rosto e cabeça do divino Nazareno,* ora o *aspecto do sublime mestre* [5]. Sôbre um presépio escreveu êle em 1898, quando ainda não tinha sabido

---

[1] *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa,* pag. 33.
[2] *Idem,* pags. 104 e 105.
[3] *Idem,* pag. 305.
[4] *Idem,* pags. 66, 90, 93, 122 e 123.
[5] *Idem,* pag. 267.

«compreender o meio, o tempo, e com êle evolucionar», o seguinte: «Como isto chegou até nós, Santo Deus, atravessando estes tempos de progresso, de luzes, de leilões! bem ditas as santas senhoras freiras, tão singelas e honestas, que teem sabido conservar essa preciosidade» [1].

O gôsto artístico de Gabriel Pereira estava tão depravado aínda em 1906, que êle, a propósito de imagens de santos, disse: «Será bom reparar nestas obras d'arte, mormente agora por causa da invasão francesa de estatuetas e oleografias baratas» [2].

Portugal é um país de estragados, exclama Gabriel Pereira por duas vezes [3].

Nunca se puseram em dúvida os sentimentos religiosos do extinto e por isso não farei a demonstração deles na feição católica romana, limitando-me apenas a lembrar os lugares onde essas ideias se expuseram com franqueza a propósito da paixão de Cristo, da educação religiosa, das festas religiosas, da caridade e da oração [4].

Foi-me fácil manter a verdade das visões de Gabriel Pereira, mas não me é tão fácil defendê-lo documentalmente da sua intervenção, aliás passiva, na reforma de 18 de março. Á falta de provas, tenho de me servir de convincentes argumentos.

Segundo uma pessoa bem ao facto da génese do diplôma, Gabriel Pereira seguiu «passo a passo as várias fases do diplôma, deu-lhe por fim a redação definitiva com que êle saiu no *Diário do Govêrno*». Continua ainda o mesmo autor: «Não colaborei directamente com êle na reforma; êle com o director geral, e com alguns notáveis conhecedores do assunto, reduziram o meu plano aos recursos

---

1 *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa,* pag. 93.

2 *Idem*, pag. 268.

3 *Idem*, pags. 243, 286.

4 *Idem*, pags. 75, 95, 105, 119, 131, 274, 286 e 300.

actuais e à necessária transigência com o meio atrasado».

Gabriel Pereira, «conhecendo profundamente os tratados da especialidade, sabendo os resultados dos sistemas americano e alemão, entendeu que era tempo de tentar a experiência com o povo de Lisboa». Vemos agora aqui que Pereira também tinha ideias especiais sôbre a matéria, as quais, como se vai vêr, coíncidem com as do referido autor: «Era a mesma orientação conduzindo ao mesmo ponto de vista»; acentuo isto para que os eruditos de boa fé não continuem a atacar a remodelação da Biblioteca.

A verdade é que, fazendo o exame atento da lei, encontram-se algumas partes que denunciam conhecimento das condições da Biblioteca, partes que não repugna atribuír a um projecto de Gabriel Pereira, que recebêra ordem superior de democratizar aquele estabelecimento e que foram introduzidas no diplôma que mereceu a sancção presidencial.

Á obra da reorganização das bibliotecas e arquivos, juntou-se a de saneamento do pessoal, e nela interveio Gabriel Pereira, que «aceitou (não sou eu que falo) com prazer a honra e o encargo, porque êle, mais do que ninguêm, sofria com a desordem dos serviços, com o crime do sequestro do livro, com o abandôno de importantes coleções». Assim era, mas nesse caso a culpa era mais do que ninguêm dêsse «velho trabalhador [que] ocultava sob a sua tolerância e bondade» a «energia moral». Sim, êle foi director da Biblioteca Nacional, êle foi seu inspector e nunca lhe soube imprimir uma feição moderna, nem jugular os tremendos crimes que ali se praticavam! Êle que quís assinar o processo, só êle, «como presidente da comissão de sindicância, porque sabia que o seu passado e a sua respeitabilidade sciêntifica respondiam pela autenticidade das suas afirmações», nunca teve coragem de sanear aquêle pântano!

A chave destes enigmas encontra-se no seguinte período: Gabriel Pereira «assim entendia corresponder lealmente à confiança do governo, confiança sempre merecida e sempre mantida».

Êle assinava tudo, êle adivinhava todos os desejos dos seus algozes para não ter de abandonar a sua Biblioteca, que êle tinha reorganizado e modernizado, se não como as melhores do norte da Europa, pelo menos como o desprêzo pelos trabalhos intelectuais entre nós consentiam.

Eu disse já que Gabriel Pereira aceitou *com prazer a honra* de sindicar a Biblioteca Nacional. Pois bem poucos dias depois da data da nomeação para esta baixa missão, que é de 22 de março, assinou uma mensagem ao Director da Biblioteca, que acabava de ser demitido. Nessa mensagem, que é datada de 9 de abril de 1911, diz-se que o Dr. Cunha tinha «dignificado êste cargo, e no mais subido grau, não só como funcionario, no exercicio das tão ponderosas funções a êle inherentes, como pela austeridade do seu procedimento, como cidadão». Nela fala-se no «íntegro cumprimento dos seus deveres de Director, e na «imagem do íntegro dever sempre cumprido».

De tudo isto êle tomou a responsabilidade «respeitando disposições indiscutíveis», apondo o seu nome na mensagem, como o fez tambem o sr. Braamcamp Freire [1].

Gabriel Pereira vergou-se, esperando que atrás do vendaval viessem melhores dias para a Biblioteca, como efectivamente vieram, mas só para êle e representados na Morte!

Pedro de Azevedo.

---

[1] *Boletim da Sociedade de Bibliofilos Barbosa Machado*, I, pag. 121.

Gabriel Pereira

Associo-me de todo o coração às manifestações de pesar que acabam de ser proferidas nesta casa pela perda lamentavel do insigne bibliófilo e erudito bibliotecário Gabriel Pereira. A sua perda é uma perda enorme e sentem-o bem quantos precisavam freqùentar a Biblioteca Nacional no decurso das suas investigações e pesquizas literárias. Gabriel Pereira, tinha entre outras, uma alta virtude, um merecimento inapreciavel — a mais alta probidade profissional aliada à mais subida competência para o desempenho do cargo em que fôra tão justamente investido. Amigo dos livros, estudioso apaixonado, de erudição vastíssima, Gabriel Pereira entregava-se única e exclusivamente aos livros e à Biblioteca, de que foi um dos mais distintos e prestimosos directores. Conhecia a livraria pública como ninguem; via-se que o bibliotecário e os livros eram amigos íntimos, de trato afectuoso, e que a bem dizer mútuamente se procuravam e entendiam. Ninguem dos que teem, como nós todos aqui presentes, recorrido à consulta do rico pecúlio de livros e manuscritos da Livraria Nacional, poderá esquecer que, em todas as suas dúvidas, quando esgotados todos os recursos para se achar a ambicionada fonte documental, para fazer aparecer um livro que os empregados não achavam, era Gabriel Pereira o anjo redentor a cujas diligencias imediatas, a cujo fino tacto, a cuja memória ilimitada se devia o achado precioso, e de momento por vezes, da mais alta e proficua necessidade.

Gabriel Pereira ía êle próprio, corria os vastos depositos e corredores, subia os escadotes, tacteava quasi às es-

curas os volumes alinhados nas prateleiras, e os livros, à chamada inteligente daquele seu grande amigo, surgiam como por encanto, vinham ao seu encontro, ainda quando mãos ineptas os tivessem relegado do seu lugar proprio para erradas colocações, de onde, sem Gabriel, porventura nunca mais sairiam.

Mas não era só êste tacto do livreiro, do arrumador, que conhece os livros pelo formato e pela lombada, o que tanto elevava Gabriel Pereira no conceito e na estima de todos os que lidam nas consultas e investigações literarias. Tambêm o velho José Miguel, aquele inolvidavel guarda da Biblioteca, possuia, à força de longos anos de assídua permanência e de gosto e tacto especial, o faro peculiar do livreiro bibliófilo. Mas Gabriel Pereira, estava ligado aos seus livros, isto é, aos livros daquela grande biblioteca que bem de direito era mais sua que nossa, por um afecto íntimo, pelas relações mais estreitas. Conhecia-os a fundo, era o seu índice vivo. Investigador que o consultasse sôbre as suas dúvidas e desejos, colhia logo, dada com a simplicidade chã, com a lhaneza inexcedivel do seu temperamento plebeu, uma indicação nova e valíosa, um livro, um manuscrito, um documento que êle apontara num dos mil escaninhos da sua prodigiosa memória. Generoso e digno, conscio dos deveres da sua profissão, não negava nem regateava estes esclarecimentos, apesar de que, investigador e arqueólogo, êle tambêm, sem os sonegar, aproveitava os vastos conhecimentos adquiridos nos estudos que publicava a miudo, adoraveis de singeleza, fecundos de ensinamento, ricos pela consciênciosidade e solidez da documentação. Quanto me serviram os seus *Documentos históricos da cidade de Evora,* para a *História da Misericordia de Lisboa* e da *Beneficência pública.* Quantas informações lhe devo, a êsse devotado funcionário, que no decorrer dos mil variados serviços do seu elevado cargo, não olvidava nunca o estudo especial dêste e daquele investigador seu conhecido,

e apartava logo, apontava, indicava qualquer elucidação, qualquer elemento que pudesse aproveitar ao esclarecimento de um ponto duvidoso da história pátria, da arqueologia, dos grandes interesses literários, emfim, da sua geração.

Não é extremamente longa a sua bagagem literária, nem corresponde à vastidão e profundeza dos seus conhecimentos como bibliotecário e arquivista; mas do pecúlio enorme que êle prodigalisou aos outros, podendo, como tantos inqualificavelmente o fazem, reservar para si o fructo das suas investigações e da sua incessante e criteriosa leitura, dêsse pecúlio aproveitámos nós todos, aproveitou a literatura, aproveitou a arqueologia, aproveitaram a história literária, a história scientífica e artística, a biografia geral, a bibliografia e a sciência do livro, a arquivística, a nossa Patria intelectual, de que êle foi indiscutivelmente um dos mais leais, dos mais dedicados, dos mais valiosos e prestimosos servidores. Não ambicionava glórias, não pretendia acumulações de vencimentos, não o impelia a febre da ganância. Vivia feliz entre os seus livros, e estes lhe retribuiam em afectividade e ternura, com as suas revelações interessantes, o muito amor e carinho que êle, desde o começo da sua carreira, pela paixão inteligentemente dirigida do seu espirito claro, lhes dedicava. E toda a sua carreira, toda a sua vida, lhes dedicou.

Por tudo isto, na humilima parte que me toca neste reconhecimento colectivo, eu me associo às justas manifestações de pesar, que à 2.ª classe indeclinavelmente cumpria registar na acta de hoje, pela perda do nosso inolvidavel consócio.

Lisboa, 11 de janeiro de 1912.

Vítor Ribeiro.

Gabriel Pereira

I

Alcunhava um amigo meu a certos individuos, de vocações torcidas. Assim um era juiz que nascera para cabreiro, outro médico quando a natureza o havia fadado para ferrador; êste era alfaiate, mas a sua solercia estava denunciando que habil diplomata êle seria; aquele fizeram-no padre, cuja musculatura e instintos indicaram um carrejão. E como estes muitos outros.

Ás vezes por um nada se torce uma vocação, e se perde uma aptidão.

É o que ía acontecendo com o distinto homem de letras, cujo nome encima estas linhas.

Nascido em Évora de um desvelado e consciencioso professor e de uma senhora de alma puríssima, que estremecia os filhos como poucas, Gabriel Vítor do Monte Pereira, breve deixou perceber a clareza da inteligência com que a natureza o dotára.

O muito conhecido e profundo erúdito Dr. Cunha Rivara, íntimo amigo de seu pai, adivinhára nêle, quando aínda infante, os prenúncios de seriedade, e reflexão. Muitas vezes dizia ao seu amigo: êste pequeno já passeia de mãos atráz das costas como um homem que pensa!

Educado esmeradamente por seu inteligênte pai, passou a maior parte da sua infância e juventude na patria do numeroso Elmano, onde aquele dirigia, com superior critério, um liceu organizado pela Câmara Municipal da raínha do Sado.

Talvez que o aspécto do vasto e formoso lagamar que banha a cidade, e o movimento e bulício marítimo de tão excelente porto, despertassem na alma do professor a ideia de destinar o filho á vida do mar.

Efetivamente, concluidos os preparatórios, Gabriel Pereira, matriculava-se na Escola Naval e seguia o curso de marinha.

Esta resolução foi um golpe para a pobre mãe. Em quanto o pai jubilava mais e mais à proporção que o filho ía alcançando aprovação nas diversas disciplinas do curso, a triste mãe, não deixando de estimar os triunfos literarios do filho, sentia cada um dêles espessar-lhe, de ano para ano, o véu negro, que, desde o princípio dêsse curso, lhe começára a envolver o coração.

Quantas vezes pai e filho sonhariam que êste, deixando o remanso do Sado, como outrora o jovem Bocage, iria, qual o poeta, seguindo a esteira do Gama!

Quantas vezes o futuro marinheiro se figuraria já, vago e pensoso, debruçado da amurada, como o grande Camões, profundando o olhar na fosforescência do Oceano ou elevando-o à observação dos astros, emquanto:

Alta a noite escutava *o carpir fúnebre*
Do nauta que suspira por um tumulo
Na terra de seus pais...

e ouvindo gemer a lamentosa alcione, com ela gemeria a sua saudade?

Saudade dos pais e irmãos, dos colegas, dos amigos, da terra que lhe foi berço, daquela onde brincára infante!

Logo forte do seu dever, ter que castigar o negro perfido, ou o china refalsado, ao sibilar da zagaia, ou ao luzir do taifó, sem saber quando tornaria a abraçar os que lhe eram caros!

Estas ideias, que luziam com um brilho de nobreza no espirito do pai e do filho, cravavam se como um punhal

ervado no coração da triste mãe, e cada vez que êle ía a férias, não deixava de lhas manifestar.

Se a mãe amava o filho, êste adorava-a; na luta entre os desejos do pai, e a afeição da mãe venceu esta.

Gabriel Pereira, bom e fanático por ela, não a podendo ver sofrer mais, quasi no fim do curso, abandonou-o, dizendo adeus para sempre à vida do mar. Que não foi só êsse o motivo da sua resolução, me disse uma vez Gabriel Pereira, mas não acrescentando mais nada, eu não me aventurei a inquirí-lo a êsse respeito.

Quando o pai ancioso esperava a cada momento noticia dos exames finais, eis que recebe um telegrama de Coímbra, participando-lhe que o seu Gabriel se achava ali!

A mãe rejubilou, ergueu as mãos aos céus, agradecendo-lhes tão grande benefício. O pai carregou o sobrolho sentiu crisparem-se-lhe os nervos, e abandonou o filho ao seu destino.

Êste a tantas léguas do lar paterno, quasi exgotados os tenues recursos, empreendeu uma viagem, que êle suportou com verdadeiro estoicismo, para correr ao seio da mãe.

Pouco tempo durou o amuo paterno. Ao cabo de um mês o pai teve que aceitar os factos consumados, reconhecer a nova situação criada, e procurar para o filho posição, onde podesse desenvolver as suas aptidões e os conhecimentos adquiridos.

Gabriel Pereira começou a exercer o magistério no liceu de que seu pai era director, e, afastado dos estudos académicos, dedicou-se de alma e coração ao cultivo da história e da arquelogia nos seus variados ramos.

Algum tempo depois o liceu era extinto, e Gabriel Pereira e sua família voltavam para a capital do Alemtejo.

Évora, sua patria, abria o seio uberrimo às observações e pesquisas do jovem arquiólogo.

Alêm a anta, o dolmen, patenteam indubitaveis vestigios de um povo prehistorico; aqui a muralha de grandes en-

xilhares, as colúnas do vetusto templo, assinalam um marco da civilização romana; noutra parte um portal, uns azulejos indicavam-lhe a estancia dos muçulmanos; em torno os cubelos, as tôrres, as portas, as igrejas, os palacios vão lhe fazendo como que tatear os varios estádios da civilização portuguesa, desde o princípio da monarquia até os nossos dias.

Os arquivos, as bibliotecas atraem-no; os museus seduzem-no. Tudo investiga tudo coteja.

Mas Gabriel Pereira não se quêda só a contemplar Évora e arredores, os seus estudos vão-se alargando ao distrito, do distrito à provincia, desta às demais, e a pouco e pouco, de lápis na mão e carteira aberta, os seus passos se estendem pelo país, e quer desenhando varios motivos arquitetonicos, ornamentais e artisticos, quer tomando notas já históricas, já arqueológicas, reunirá emfim como poucos um vasto peculio, que facultará galhardamente aos que o consultarem.

Obtendo algum tempo depois um modesto emprego na secretaría da Misericordia de Évora teve ensejo, não só de profundar os seus estudos, organizando e salvando da ruína o importantissimo cartório daquela casa, mas tambêm de averiguar os bens dela, quasi perdidos, e fazer-lhe decuplicar os seus rendimentos. Empregados desta ordem e desta dedicação são hoje raros.

Neste lapso de tempo Gabriel Pereira foi assinalando a sua elevada competência com trabalhos que ilustraram o seu nome, e o fizeram estimar entre os eruditos dos diversos países. Em uma série de opúsculos, já hoje dificil de reunir, consignou grande parte do fruto das suas observações e estudos.

Primeiro apareceram as traduções dos grandes escritores da Grecia e Roma, que trataram da geografia da peninsula iberica sobresaindo Strabão, Plinio, Pomponio Mella, etc. Mais tarde, em um corpo de mais de trinta

fascículos sob a designação geral de *Estudos Eborenses,* descreveu os vários monumentos de Évora, e tratou de muitos pontos da sua história.

A Universidade de Coímbra, conhecedora dos meritos do distinto eborense, incumbiu-lhe a elaboração do índice provisorio dos dscumentos do seu arquivo, o qual se acha publicado, fazendo tambêm um estudo especial do célebre Livro Verde, etc.

A êsses trabalhos seguiu-se outro de maior alcance a publicação em fólio dos *Documentos de Evora* manancial abundante de elementos históricos da mais alta importância, para o conhecimento dos usos, custumes, das artes, do viver, do sentir dos nossos antepassados, feito com superior critério, e que abona no mais alto grau a disciplina e lucidês do seu espírito.

No entrementes ía-se desenfadando com outros escritos de imaginação tais como os *Contos de Andressen* e os *Cantos para operarios,* procurando assim entreter-lhes as horas de lazer com leituras amenas, convenientes ao espírito, e gratas ao coração, para evitar que os corroesse a lepra de doutrinas ilusórias e capciosas que os desnorteiam e prevertem sem utilidade pratica.

Apesar da sua assiduidade de trabalho, e da sua brilhante fôlha de serviços, Gabriel Pereira não teria recompensa condigna, se o acaso não tivesse aberto ensejo para ser elevado a um cargo importante um antigo amigo, conhecedor e apreciador dos seus dotes excecionais.

II

Pelo falecimento do notavel poeta e dramaturgo José da Silva Mendes Leal, vagou o cargo de Bibliotecário Mór, que êle ocupára durante muitos anos.

Depois de várias peripécias, que nos abstemos de men-

cionar, foi nomeado, para aquele importante cargo, Antonio Enes, cujo nome se tinha assinalado nas letras patrias por trabalhos de vária natureza muito apreciados.

Era também já muito conhecido nas lides políticas, o que o tornava mais nomeado ainda.

Não se tendo dedicado até aí a estudos bibliográficos mas desejando, como homem relativamente moço, imprimir nova ordem no estabelecimento a seu cargo, entendeu que o melhor era reformá-lo. Infelizmente a refórma abrangeu estabelecimentos, que até então tinham vida independente e tradições, cuja nobreza, elevação e esplendor lhe davam direito a não ser absorvidos por aquele, a quem os séculos não tinham ainda lustrado e iluminado a existência.

A refórma, quanto a mim, foi mal elaborada, inconveniente, abstrusa na fórma, e de resultados péssimos.

Quebrar tradições legítimas é sempre um êrro; é delas que vive um povo, é com elas que se evidencia a sua individualidade. Sem tradições, sem creações e instituições próprias e distintas das dos demais povos, a nação será o macaco das outras, a sua sombra, o seu reflexo. Mas é sina dos nossos reformadores.

Depois desta já se seguiram outras mais desastradas e insensatas do que a primeira, mas neste malfadado país o prurido das reformas não se extingue, e a voz dos que tem alguma competência é abafada, já porque seja preciso satisfazer compromissos políticos, que tudo dominam e estragam, já por que se queira obtemperar a vaidades balofas e espalhafatosas.

No meio porêm dos disparates, dos inconvenientes, dos atropêlos da citada reforma, uma das poucas coisas boas, que ela nos trouxe, foi a vinda de Gabriel Pereira para a Biblioteca Nacional de Lisboa.

Antonio Ribeiro dos Santos fôra o seu primeiro bibliotecário, mas, apesar das suas multíplices ocupações e trabalhos literários, ainda a tradição do seu nome se não

havia apagado naquela casa, e a ordem e o metodo seguidos nela, com pequenas modificações, eram o resultado da sua acção fecunda e ilustrada. Varios outros bibliotecários deixaram recordações honrosas naquela casa, nenhum porêm o excedeu, nem igualou.

Dispunha a biblioteca de empregados habilissimos, acima de toda a excepção, faltava porêm direcção superior que ligasse e desse ordem a todos êsses trabalhos, um tanto desconexos.

As coisas continuariam na mesma, porque Antonio Enes, todo entregue dali a pouco à política, à alta política, e até por longo tempo ausente do paíz, deixou de facto de exercer o cargo que lhe haviam confiado, como já havia sucedido com Mendes Leal.

Encontrava-me a êsse tempo em Évora por motivo de serviço, quando Enes encetou as suas instâncias com Gabriel Pereira, afim de o convencer a vir ocupar um lugar na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi grande a relutância do ilustrado eborense sobre tal convite.

Com quanto nos vissemos todos os dias, já passeando na praça, já em sua casa lendo, estudando ou discutindo qualquer assunto; já acompanhando-me á biblioteca, a diversos edificios, ou construcções, a casas particulares onde havia algumas curiosidades a observar, nada me dizia a tal respeito. Eu, porêm percebi, atravéz da sua habitual concentração, que havia qualquer coisa que lhe preocupava o espírito.

Foi por outras pessoas que vim a conhecer a causa daquela absorpção, e o proprio intermediário em tão delicada ocorrência. Falei-lhe levemente no caso, ouvi então da sua propria boca as razões e dúvidas que faziam com que o seu espírito não podesse resolver-se de pronto, sôbre uma tão completa mudança nos seus habitos largamente contraídos, e que vindo interromper a ordem dos seus estudos, obrigava a voltar a sua atenção para outra

série de trabalhos, embora de natureza correlativa aos anteriores.

Regressando, findo o meu serviço, daquela cidade, não soube que mais se passou neste caso, senão quando vi, pela nova organização das Bibliotecas e arquivos, que haviam triunfado as instancias de Antonio Enes, e o meu bom amigo havia sido colocado definitivamente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

O que foi a sua acção ilustrada nesse vasto e importantissimo estabelecimento literário, que três a quatro gerações haviam locupletado, dizem-no uma nova distribuìção dos seus grandes peculios, uma sensata disposição da imensidade de retratos e outras peças murais que revestem os seus longos corredores, e a reforma, — bem que ainda incompleta, — dos seus catálogos, e a publicação de alguns volumes do inventario do precioso tesouro, cuja direcção lhe fôra confiada, e o cuidado, zêlo e disvêlo empregados na sua conservação.

Seria talvez mais prático e util, para o publico consulente, a publicação dos catálogos da grande livraria, mas salve-se tudo da destruição e dilapidação por meio dos inventários, e reconheçamos êsse grande serviço. Pelo falecimento de Tomás Lino de Assunção, foi Gabriel Pereira promovido ao lugar de Inspector dos Arquivos e Bibliotecas, que, por favor de Antonio Enes e com pouca competência aquele exercia.

Deixou então o seu lugar de Director, que passou a ser exercido pelo dr. Xavier da Cunha, não menos digno e ilustrado, e cuja entrada na Biblioteca Nacional de Lisboa, havia sido obtida por efeito de um concurso público.

A sua nova colocação não lhe impediu que deixasse de continuar a prestar as suas atenções ao estabelecimento que havia dirigido, e, sempre de acôrdo, os dois erúditos e distintos homens de letras íam procurando melhorá-lo e locupletá-lo quanto e como podiam.

Esta harmonía e bôa correspondencia ficou evidenciada não só no cordeal banquete com que fôram solenizadas aquelas duas promoções, mas ainda na manifestação dirigida ao dr. Xavier da Cunha, quando foi exonerado do cargo que tão distintamente exercera. Não sei o que se passou no seu espírito desde aquela ocorrência até o seu desaparecimento dentre os vivos, e dentre os que o estimavam; podéra-o conjecturar pelos varios colóquios que por vezes tivemos, e por um certo sorriso quási epigramático, que em alguns dêsses momentos lhe aflorava aos labios, mas prefiro passar a outro assunto.

III

Não era só na Biblioteca Nacional que Gabriel Pereira empregava os seus momentos.

Além da consulta de dentro e de fora do país com que varias personalidades mais ou menos eminentes ou curiosas constantemente o assediavam, algumas das quais, fez o favor de me endossar, — ainda era solicitado para destrinçar dúvidas ou problemas bibliográficos, ou arqueológicos, ou para classificar e coordenar vastos acervos de monumentos artísticos, aglomerados em gabinetes particulares. Um dia que me encontrava no escritório do meu falecido e distinto amigo, o último duque de Palmela, como êle aguardasse a chegada de certo individuo com quem tinha de conferenciar, pediu-me para passar a outro gabinete contiguo ao seu.

Nesse gabinete havia uma grande quantidade de estampas de diversos tamanhos e natureza, gravuras, litografias, etc., recomendando-me que não alterasse certos grupos, que já estavam separados por Gabriel Pereira, que se havia prestado a organizar e dar conveniente disposição áquele importante depósito.

Era assim que êle se multiplicava e oferecia os recursos da sua inteligência e dos seus vastos conhecimentos áqueles que lhos demandavam. Terminarei estes ligeiros e despretenciosos apontamentos a respeito do eminente homem de letras cuja perda lamentâmos, com dois traços das nossas relações particulares, transcrevendo duas cartas onde a par da intimidade cordeal com que nos tratavamos, ressumbra sempre o sentimento do erúdito, do trabalhador indefesso, que deseja ver ligado o concurso de todos para o bom aproveitamento e desenvolvimento dos estudos.

Era em janeiro de 1887 no mais quente das nossas relações. Ainda na noite de Natal anterior, tinhamos estado na Sé, para ouvir umas *pastorelas* de Palestrina, que êle havia descoberto nos arquivos arquiepiscopais, e executadas por uma orquestra dirigida pelo amador entusiasta Esquivel. Eu havia dado um salto a Lisboa, para vir, ao menos, passar o dia de Ano Bom com a minha familia, e daqui devia seguir direito a Montemór-o-Novo, onde a Comissão, a que presidia, tinha de continuar os seus trabalhos.

De Lisboa expedi os meus cumprimentos de boas festas às pessoas que me distinguiam com a sua amizade, entre as quais se contava, alguns anos havia, o bom Gabriel Pereira. Eis a maneira como êle correspondeu ao meu cumprimento:

«Évora 10 janeiro 1887.

Caro amigo e Sr. B. R.

Recebi o seu bilhete de boas festas; sinceramente lhe desejo um anno optimo, com saude e alegria ou boa disposição de espirito, que é indispensavel para quem trabalha, labuta *et noli contristari!* Cá vamos indo por este janeiro fóra, entre papeis novos e velhos; nas horas vagas pensando principalmente na revolução! nas alterações de 1637-38, entenda bem; o diacho do folheto vai crescendo

demais, mas eu desejo juntar os documentos de cá, os municipaes, áquellas cartas que o D. Francisco Manuel trasladou na *Epanaphora politica.*

Recebi carta repleta de amabilidades do Sr. Gama Barros, que teve a bondade de me offerecer o seu livro; já o tenho de ha muito; assim que vi a noticia delle, mandei logo compra-lo; quando aqui esteve Delphim d'Almeida, ha um par de mezes, já elle estava sobre a minha mesa de trabalho; por signal que fallando desse livro me disse o Delphim que bom numero de socios da Academia não conhecia esse valente trabalho... Eu gosto muito do livro; é indispensavel a quem estuda historia e constituição social; é mais para nós que o Agostinho Thierry para os francezes.

O que o Sr. Gama Barros precisava era de sete buscadores como nós, em varios pontos do paiz, sete ou mais, quantos mais melhor seria, trabalhadores nas suas localidades, no *vivo,* na *fonte,* por assim dizer; ver o documento, e o edificio, o monumento, o sitio. Elle para vertice, para synthese superior.

Saudades ao nosso João Basto; não sei se elle agora tem todos os meus *serões.*

Um dia destes um cavalheiro de Montemor o novo, sabendo que eu tinha relações com V. fez-me o seguinte pedido, que eu recommendo por me parecer ser cousa de menor importancia.

É a respeito de um rapaz F... aprendiz de pedreiro e pretende ser alistado no corpo de sapadores.

Ahi fica o pedido para quando vier a Montemor.

A respeito dos conventos extinctos nada de novo: agora a fazenda trata de cobrança; as autoridades de politica, e a maioria da população da *matança*, do suino victorioso que espanca vacca, perú, caça, tudo: *sus imperator!*

Até á vista.

Seu amigo verdadeiro

Gabriel Pereira»

Alguns meses depois, contingencias do serviço público me obrigaram a sair de Lisboa, seguir para Lagos, afim de assumir o comando militar dessa praça e do regimento de infantaria 15, motivo porque tive de interromper estudos e trabalhos literários, desde anos encetados.

Poucos dias depois recebo a notícia do falecimento do notavel escritor francês Francisque Michel, o descobridor da *Chanson de Rolland,* que me havia honrado com provas de estima, e com cujo filho V. Roland Francisque Michel, autor do livro *Les portugais en France et les français en Portugal* eu tinha as mais estreitas relações de amizade.

Desejára escrever um artigo comemorativo do distinto escritor, mas nem na localidade havia Biblioteca provida de livros convenientes, nem os poucos que eu comigo tinha levado, me podiam servir neste caso especial. Tive por tanto que recorrer ao auxílio dos amigos. Um daqueles a quem me dirigi, e de cuja competência e prontidão mais fiava, era Gabriel Pereira. Escrevi-lhe, não sabendo ainda que já se havia transferido para Lisboa, e dias depois, acompanhando os apontamentos pedidos, recebia a seguinte e interessante carta.

«Lisboa 6 junho 87.

Amigo e Sr. B. Rebello

Recebi a sua carta, peço desculpa de não ter logo respondido. Estimo que se dê ahi bem, assim como sua familia.

Conheço Lagos. Não se esqueça de ir a Monchique, Alvor e á Senhora da Luz.

A costa algarvia, de Lagos em diante é notabilissima geologicamente. Parece-me que se chama *Nossa Senhora das*

Necessidades (1) uma ermida a pouca distancia da cidade, sobre o mar num pontal, d'ahi o olhar para poente para os lados do cabo de S. Vicente, mostra logo a variedade geologica pela diversidade de côr, de forma, de estratificação.

Nossa Senhora da Luz as formações de origem marinha, sedimentares, são rotas pelas diorites e basaltos. Em Monchique a diversidade da vegetação, tem origem na exposição, ou orientação dos terrenos, na elevação e na constituição. A Foya, é de *foyaite,* rocha especial; a Picota de granito.

Veja se sobe á Foya, é um panorama enorme. Em Monchique, em duas horas de caminho vê-se começar o castanheiro, que nos Pisões attinge um desenvolvimento esplendido e acabar, por que a cem metros abaixo da Foya, do cume, encontram-se os ultimos, que já não produzem castanha, só o ouriço rudimentar.

É no alto da Foya que se encontra o *rhododendron punicum,* a singular planta, arbusto virente, cuja migração parece ter seguido, e assim marcar os phenicios. Aparece tambem na Arrabida, e na Hespanha em alguns sitios do litoral do Mediterraneo, sempre nas elevações proximas do mar. Vestigios greco-romanos são ahi abundantes.

Ha ahi um sitio chamado Budens, que eu não visitei; fica proximo de Lagos, uma legoa talvez; em papeis de Cenaculo ha uma noticia de notaveis descobertas d'antigualhas ahi. Em Alvor muito, nos arredores de Portimão a cada passo. Estude uma especialidade — o compromisso maritimo (2).

Seu muito amigo e O.

Gabriel Pereira»

---

(1) Não é, mas sim *Nossa Senhora da Piedade,* e uma descrição rapida dos sitios mencionados nesta carta foi feita por mim em uns artigos insertos na soberba publicação *A Arte e a Natureza em Portugal.*

(2) Não o fiz porque os Estatutos que me apresentaram dessa

Pelo que se acaba de ver, apesar do tom familiar, rapido e despretencioso da correspondencia particular do notavel homem de letras, as suas cartas encerravam sempre espécies curiosas, que revelam os seus variados conhecimentos e erudição, tornando mais sentido e saudoso o seu desaparecimento.

Sempre prestadio a todos, poder-se hia talvez, notar alguma frouxidão no rigor da disciplina que é preciso manter no exercício de funções superiores, mas nem todos podem ser perfeitos.

Era sabio, prudente e dedicado, e teve a sorte de escapar a ser convertido em bolacha, a ser pintado no fundo de algum prato, ou a servir o seu nome de estampilha para qualquer nova composição de vinho ou xarope, como tem sucedido aos grandes homens do nosso tempo.

Brito Rebelo.

---

corporação, quando os pedi para examinar, eram os reformados no século XVIII, se me não engano, tendo perdido portanto a feição arcaica que devia despertar toda a curiosidade histórica.

III

Sessão de 25 de janeiro de 1912

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Cunha Gonçalves, David Lopes e Pedro de Azevedo.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Gonçalves Viana* agradece a sua eleição a sócio efectivo; sente que tamanha honra, que, no seu entender, representa também efectivos encargos, o encontre numa idade cançada; mas ainda assim empregará todos os esforços para corresponder à distinção que lhe era feita.

O Sr. *Presidente* lembrou que a homenagem da Academia ao distinto filologo não era só na esperança dos serviços que êle pode ainda prestar, e são muitos; mas também uma homenagem aos já prestados, e são valiosos.

Foram votados por unanimidade sócios correspondentes os Srs. Constâncio Roque da Costa e Maximiano de Aragão, e associado provincial o Sr. Manuel João Paulo Rocha.

O Sr. Dr. *Cunha Gonçalves*, fez uma substanciosa e erudita conferência sôbre as «Causas da criminalidade segundo a escola psico-patológica».

Diz que escolheu para assunto uma questão de direito para haver variedade; e que não vem dar novidade, mas apenas expôr um aspecto novo de uma questão tão velha como a humanidade.

Principiando por definir o conceito da causalidade, en-

carando-o sob os seus aspectos mecânico e finalístico, e adoptando êste último, o conferente passa a expôr as numerosas teorias apresentadas pelos escritores, que se encontram agrupados em escolas, tais como a clássica, a antropológica, a sociológica ou socialista e a moderna escola psicopatológica. Segundo esta escola, a criminalidade é o produto dum «temperamento criminoso», mais ou menos latente, mais ou menos expansivo.

Esta tése foi largamente demonstrada, directa e indirectamente, excluindo-se como causas do crime os chamados factores físicos e sociais: o atavismo, a epilepsia, a degenerescencia, o alcoolismo, a miséria, a ignorância, etc. Quanto a esta última, o conferente faz salientar que já há 2:000 anos Séneca proclamára perante a sociedade romana: «depois que aumentaram os doutos, faltam os bons», e que a expansão da instrução não tem sido acompanhada da diminuição da criminalidade. Em seguida, o conferente passa a definir o que é um «carácter», e afirma que a conduta é o carácter em acção, e a anormalidade do carácter manifesta-se pela anormalidade da conduta. Mostra depois como o indivíduo, sob a influência das impressões ordinárias, póde agir ou reagir de modo anti-social por ausência, deficiência ou morbidez de sentimentos, que lhe impede a ponderação dos seus actos em face do critério ético do ambiente social.

Nesta ordem de ideias, o conferente faz a classificação dos criminosos em três grupos e um quarto grupo mixto, e em seguida passa a demonstrar a necessidade de reformar o nosso regime penal, expurgando êste da orientação clássica do livre arbítrio e da responsabilidade moral, adoptando-se o critério scientífico da «responsabilidade social», em face do qual ninguem é irresponsável pelo crime, como ninguem é moralmente responsável, visto o determinismo das acções humanas. «A questão não é de saber se os criminosos são responsáveis, mas sim se êles são

perigosos». Condena o conferente o humanitarismo piégas que domina a sociedade, e contra o qual já se manifesta uma enérgica reacção, terminando por desejar que os «humanitarios» vejam que as vítimas dos crimes são... um pouco mais interessantes de que os criminosos!

O Sr. *Júlio de Vilhena,* felicitando o conferente pelo seu excelente trabalho, fez a êste um erudito comentário, concluindo por dizer que, realmente, ás Academias pertencia discutir e apurar ideias e princípios como os que acabavam de ser expostos.

O Sr. *Teixeira de Queiroz* também felicitou o conferente pelo seu estudo, fazendo uma lúcida análise das doutrinas expostas.

O Sr. *Pedro de Azevedo* referiu-se á chancelaria de D. Afonso IV, de que existem só dois livros, que apenas conteem documentos registados até ao ano de 1342, estando perdidos os outros que chegavam ao final do reinado daquêle soberano. Já em 1532, como se mostra por um inventário dêsse ano, havia só êsses livros. Com auxílio dêsses registos póde traçar-se, com algumas aproximações, o itinerário das numerosas viagens da côrte pelo país, desde Valença até Faro. Há ali cartas datadas de pequenas povoações como Lamas de Orelhão, Alverca, Vila Nova de Muhia, Aljazede, Murtede e Oeiras. Numa das fôlhas dum livro da chancelaria encontra-se desenhada a tinta vermelha a figura dum bobo. O estudo da chancelaria de D. Afonso IV é acompanhado de uma minuciosa lista dos documentos, com suas datas, lugares onde as cartas foram assinadas e fôlhas do respectivo livro, por meio da qual fácilmente se póde achar a residência da côrte numa determinada época.

O Sr. *Presidente* agradeceu a comunicação que, com o estudo do Sr. Cunha Gonçalves, será publicado no *Boletim* da Classe.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 22 de fevereiro de 1912

Presidente: O Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Cristóvão Aires, secretário da Classe; sócios correspondentes Srs. Cunha Gonçalves, David Lopes e Roque da Costa, e da 1.ª classe Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foram presentes — o trabalho do Sr. Dr. José Maria Rodrigues: *Dois versos dos Luzíadas,* que a Classe considerou como refôrço de candidatura a sócio correspondente do seu autor, e os trabalhos do Sr. Dr. Cunha Gonçalves: *Aspirações ilegítimas de um sudra, Uma burla fraternal, Acção cambiária* e *A navegação aérea em face do direito.*

Foi lida a representação que vai ser entregue aos poderes públicos, contra a supressão da tipografia académica, extinção das publicações subsidiadas, pela remodelação no processo da remuneração e pelo cerceamento nas respetivas verbas.

Foi lido pelo Sr. *Teixeira de Queiroz* o parecer relativo á candidatura do professor Sr. Silva Teles.

O Sr. *Pedro Azevedo* apresentou um índice completo dos nomes dos santos mencionados na secção dos *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica,* justificando com um exemplo a necessidade de tal trabalho para obter a data exacta dos documentos de cronologia duvidosa.

Relativamente a estes nomes, deu conta daqueles que

conservam as formas antigas, dos que foram substituídos por nomes mais próximos do latim e por outros de origem franceza.

Notou aínda a influência que tiveram os nomes dos santos para fazer esquecer os antigos nomes germânicos, influência que foi reforçada agora pela lei do Registo Civil, num artigo que não é demasiado claro.

O Dr. *David Lopes,* em nome do Dr. René Basset, sócio correspondente estranjeiro, apresentou um estudo para ser publicado no *Boletim* da classe. Intitula-se êsse estudo *Notes sur la langue de la Guinée au* XV *siècle,* e nêle trata de identificar os vocábulos dessa lingua, falada na costa da Mina, que se achou na obra de Eustache de la Fosse, mercador flamengo que em 1479-1480 visitou aquela costa.

O Sr. *Presidente* agradeceu o interesse pela Academia do erudito sócio estranjeiro Sr. René Basset, cujo estudo será publicado no *Boletim da 2.ª classe* [1].

O Sr. *Lopes de Mendonça,* referindo-se mais uma vez aos codices da Biblioteca Nacional de Lisboa relativos a Marrocos, dá noticia do texto autógrafo dum tratado de paz assinado em 8 de maio de 1538 entre o conde Redondo, capitão de Arzila, e Muley Abrahem, respectivamente plenipotenciários dos reis de Portugal e de Fez.

A existência deste tratado dá lugar a interessantes deduções históricas, sabido que êle foi quatro anos posterior á primeira consulta feita por D. João III com respeito á concessão de Safim e Azamor, e á projectada conquista de Marrocos pelo nosso monarca. Pelas cláusulas do tratado se deduz igualmente que a jurisdição portuguesa não se limitava ao ámbito das praças, mas estendia-se por um

[1] Este estudo foi publicado antecipadamente no n.º 3, de 1911, vol. v.

território do interior relativamente importante. Donde se conclue que ouve penetração da influência portuguesa, como outros documentos igualmente corroboram.

Dá tambêm sucinta noticia de vários documentos relativos a arquitectos portugueses ou ao serviço de Portugal, dos quais não teve conhecimento o saudoso académico Sousa Viterbo, para os incluir no seu *Dicionario dos Arquitectos*. Está pronto a fornecer essas notícias aos executores testamentários do ilustre extinto, a fim de as inserirem num suplemento, no intuito de aperfeiçoar aquela obra monumental e prestar culto á memória do benemérito autor.

O Sr. *Carlos Bucage* pôs em relêvo o interesse da comunicação feita pelo Sr. Lopes de Mendonça, e fez largas considerações para provar que realmente foi grande e eficaz a penetração dos portugueses em Africa, em vasta zona em redor de cada praça, e citou factos que mostram que aínda hoje existem vestigios da nossa influência naquelas regiões; prova da grande aptidão da nossa raça para assimilar e dominar aqueles povos.

O Sr. *Constancio Roque da Costa* agradeceu a sua eleição a sócio correspondente, prometendo trabalhar dentro da esféra dos estudos a que especialmente se tem dedicado.

O Sr. *Presidente,* referindo-se á morte do barão do Rio Branco, que aínda não há muito a Academia recebera no seu grémio, pôs em relevo a figura dêste eminente homem de Estado e propôs que se exarasse na acta um voto de sentimento, que a classe resolveu fosse comunicado ao govêrno do Brasil e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo sr. Francisco Teixeira de Queiroz àcêrca da candidatura do sr. Silva Teles

A caraterística dos estudos e tendências naturais do espírito do professor Silva Teles, consiste no interesse que ele manifesta por tudo quanto diga respeito ao globo que habitamos. Considerado isto dum modo absoluto, o mesmo é que abranger todo o saber conhecido, no que diz respeito à Terra como *habitat* do Homem e de todos os seres vivos; e equivale a conhecer o Homem e os seres vivos como possuidores da Terra. Por extensão natural se poderia ainda compreender nesta aspiração o conhecimento das sciências astronómicas, pelo muitíssimo que os astros influem na vida da Terra e o das sciências puras do espírito por serem produto nobre da nossa mente. Porém não vai tão longe a curiosidade do professor Silva Teles e até procura restringir-se, nas suas publicações, ao que se possa considerar geografia e história e até da história aproveita tão sómente o que o possa ajudar e esclarecer nos seus estudos geográficos visto ser para êle a geografia o estudo da superfície da Terra nas suas relações com os seres vivos e lhe pertence «fornecer elementos para conhecimento das condensações entre a Terra mineral e os fenómenos da vida».

Assim compreendido e restringido o assunto da sciência geográfica, que vasto campo não fica ainda à inteligência que a ele se aplicar!

Temos de estudar o globo nas suas relações com o nosso sistêma planetário e compreender-lhe os fenómenos de ordem física, química e dinâmica; temos de prescrutar êsse grande mistério até hoje não desvendado, e que talvez nunca o venha a ser, do modo como apareceu a Vida à superfície da Terra, e seguir-lhe a evolução e sustentação. E depois, num periodo mais tardío temos de apreciar a diferenciação da mesma vida nos seus aspectos múltiplos e no aparecimento do ser priviligiado que se chama Homem. Além disto necessário é conhecer as diferenças entre os homens, isto é, a complexa questão das raças humanas e procurar as rasões do interessantissimo facto da sua distribuição no globo. No período já positivo e que por método de estudo teremos de chamar histórico (assim é denominado, por existirem já elementos concretos) a investigação ainda se complica pela sua infinita variedade de aspectos. Temos a descrição e história da terra no conhecimento de factos geológicos, climatéricos, sobretudo e principalmente, o estudo do homem em relação à mesma Terra, nos tempos pre-históricos, proto-históricos e

própriamente históricos. Que infinita complexidade e como de cada vez mais se acrescentam os trabalhos, à medida que o engenho e o estudo do homem se aperfeiçoa!

É tão vasta a magnitude do assunto que me dá vontade de exclamar com o poeta, cantor do Lima, meu ilustre quási conterrâneo, Diogo Bernardes:

A sciencia humana mais aguda
É ignorancia cega ante a divina.

*
* *

Dos fenómenos do passado mais remoto trata o professor Silva Teles no seu livro — «A Concepção das Unidades Geográficas, Introdução à Antropo-geografia», trabalho que revela grande estudo e copioso saber e lhe serviu para tese de concurso à cadeira do Curso Superior de Lêtras, onde hoje é professor; e também o elucidativo folheto em que publica uma conferência realisada na Sociedade de Geografia, da qual, Silva Teles, é valioso ornamento, e que trata do conhecido e recente fenómeno sísmico — *O Terremoto de Messina e Régio.*

Dos seus proveitosos estudos sôbre climatologia e história actual dá sinal a sua *Transportação penal e colonização* em que ventila o grave probêma colonial português, acêrca dos degradados que desde séculos mandamos para Angola e dos grandes prejuisos que daí tem resultado para a vida económica do país; dá sinal também a sua introdução geográfica a um estudo que chama *Portugal* e que parecem páginas preleminares destinadas a precederem mais compendioso trabalho sôbre a história pátría; e ainda a sua pequena memória escrita em francês intitulada *Le regionalisme climatologique* em que duma forma didática concretisa as suas ideias àcêrca de climas, espalhada e defendida na sua *Concepção das unidades geográficas.*

Tem mais um pequeno folheto, bem escrito e estudado com grande sentimento de nacionalidade, intitulado *O Infante D. Henrique e a Renascença em Portugal* e que é uma conferência lida no Club Militar Naval, ilustre corporação a que Silva Teles pertence ou pertenceu como médico.

O dr. Silva Teles tem colaborado e colabora assiduamente em numerosas publicações de sciências médicas, geográficas e históricas nacionais e estrangeiras e em todas o seu nome e os seus trabalhos

são recebidos com o interesse que sempre deve merecer o apuro no saber e na forma por meio da qual a sciência se vulgariza.

Em virtude do que acabamos de dizer, sumariamente, dos méritos literários e scientíficos do professor Silva Teles, temos a honra de o apresentar, à Classe de Sciências e Letras da nossa Academia, como seu sócio correspondente.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1912.

Júlio de Vilhena.
Gama Barros.
Ramalho Ortigão.
Henrique Lopes de Mendonça.
José Ramos Coelho.
José Leite de Vasconcelos.
Teófilo Braga.
Cristóvão Aires.
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

Sessão de 14 de março de 1912

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe e os correspondentes Srs. Constâncio Roque da Costa, David Lopes, Pedro de Azevedo e Vitor Ribeiro, e da 1.ª Classe os Srs. Carlos Bocage e Oliveira Simões.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foi presente o livro de M.elle Ey, professora da língua portuguesa no Instituto Colonial e na Escola Comercial Superior, de Hamburgo — *Portuguese Conversation Grammar.*

O Sr. *David Lopes* propôs um voto de sentimento pelo falecimento de D. Eduardo Saavedra, sócio da nossa Academia, da Academia Espanola e da Academia de história, e senador do vizinho reino.

No campo especial dos estudos arábicos êle deixou alguns trabalhos importantes, como sejam: *La literatura aljamiada española,* Madrid, 1878; *La geografia de España del Edrisé,* Madrid, 1881, — a parte relativa a Portugal foi tambem publicada na *Revista Arqueológica,* I, pp. 49-52; *Estudio sobre la invacion de los arabes en España,* Madrid, 1892; e muitos outros artigos em publicações nacionais e estranjeiras.

O Sr. *Presidente* associou-se a êste voto, enaltecendo as qualidades de escritor e de académico de Eduardo Saavedra.

Resolveu-se que êste voto de sentimento fosse comunicado á Academia Espanhola e á Academia de História de Madrid, de que o ilustre finado era sócio.

Foi lido pelo Sr. Veiga Beirão o parecer favorável á eleição a sócio efectivo do Sr. Dr. Artur Montenegro, e pelo Sr. Lopes de Mendonça idêntico parecer para a eleição a sócio correspondente do Sr. Dr. José Maria Rodrigues.

O Sr. *Pedro de Azevedo* comunicou que, desempenhando-se da missão de que fôra encarregado em sessão de 25 de maio, procedera no Arquivo Nacional a buscas tendentes a achar alguns documentos que confirmassem por qualquer forma a notícia que havia de uma expedição portuguesa ás ilhas Canárias no tempo de D. Afonso IV, registada em cartas que o Sr. Dr. Canto publicára recentemente.

As pesquisas efectuadas nenhum resultado deram, em conseqüência da maior parte da chancelaria daquele soberano ter-se perdido e da impossibilidade de consultar com certa rapidez os pergaminhos dos cartórios eclesiásticos recolhidos naquele estabelecimento.

Apenas se pode fixar que, no dia que é indicado na carta dos mercadores florentinos como sendo o da partida da frota, estava em Lisboa D. Afonso IV. Foi encontrado, porêm, um documento de 1339, trêz anos antes da saída das galés que foram ás Canarias, pelo qual são perdoados alguns mercadores da vila *(sic)* de Lisboa, que faziam parte da tripulação de navios do rei, por os terem abandonado, procedimento que D. Afonso aprovou, para o que teria razões que nos são desconhecidas. Não deve portanto causar estranheza que as galés que foram até ás Canarias fossem tripuladas por italianos, provávelmente mercadores, porquanto as galés que D. Afonso IV armou para enviar ao rei de Castela, oferecido pelos mouros de Marrocos, tinham tambêm a bordo mercadores, como se lê no documento citado.

O Sr. *Lopes de Mendonça* felicitou o Sr. Pedro de Azevedo pelos seus interessantes achados, e o Sr. *Cristóvão Aires,* agradecendo-lhe o ter atendido ao seu pedido para

realizar na Torre do Tombo essas pesquisas, pôs em relêvo o interesse que êste académico continua mostrando pelos trabalhos da Academia.

O Sr. *Lopes de Mendonça* fez uma interessante comunicação sobre o manuscrito da Misericordia de Lisboa, intitulado *Hum breve tratado memorial das cousas que passaram em Afriqua do ano de 1508, pera qua especialmente das cousas que aconteceram em Arzila, feito por homem africano desejoso de não perder a fama dos nobres feitos e acontecimentos que na vila se fizeram pelos nobres capitães fidalgos oavaleiros almoquades em alguns dos outros lugares da Afriqua.* É uma cópia da obra de Bernardo Rodrigues, da qual outras cópias existem na Biblioteca Nacional de Lisboa, na do Porto e na da nossa Academia.

A análise, feita pelo Sr. Lopes de Mendonça, do trabalho da Misericordia corrobora o que a respeito dele conjecturara o Sr. Vitor Ribeiro, isto é, que foi sem sombra de duvida compulsado por Frei Luís de Sousa, para a elaboração dos *Anaís de D. João III,* que Frei Luís de Sousa recebeu, a 16 de maio de 1627, das mãos de D. Luís Lobo da Silveira. O códice contêm mesmo anotações de Frei Luís de Sousa.

A comissão nomeada pela Academia, para a comemoração do centenário da tomada de Ceuta, resolveu incluir na série das suas publicações esta obra de Bernardo Rodrigues, português de Arzila, testemunha presencial de muitos dos sucessos narrados, obra que abrange a história desta nossa praça, desde o ano de 1508 até ao de 1539, contendo além disso interessantes noticias sôbre o acontecido durante êsse período em outras praças portuguesas da costa de Marrocos.

Êste belo estudo, ouvido entre aplausos, será publicado no *Boletim* da Classe.

O Sr. *Vitor Ribeiro* declarou ter sido casual o achado do livro, cujo valor a princípio desconhecia. Felicita-se por

ter suscitado o magnífico estudo que acaba de ser lido pelo Sr. Lopes de Mendonça e chama a atenção para o facto de o antigo possuidor do livro Luís Lobo da Silveira ter militado em Marrocos, ser autôr de nobiliários e pae do primeiro conde de Sarzedas, genealogista exímio, que militou em Africa, em Ceuta e Tanger, onde foi governador geral, e elevado a conde em 1630 por Filipe II.

Não havendo mais de que tratar, foi encerrada a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Veiga Beirão acêrca da candidatura do Sr. Dr. Artur Montenegro a sócio efectivo

Senhores. — Foram presentes á vossa secção de Sciências Moraes e Jurisprudência diferentes obras do Dr. Artur Pinto de Miranda Montenegro para título a sócio da Academia das Sciências de Lisboa.

São essas obras, pela ordem cronológica, as seguintes:

Teoria da unidade e universalidade da falência (1894); *Do regímen dotal* (1895); *O antigo direito de Roma*, vol. I (1898); *Relatório acêrca do pagamento aos obrigacionistas do empréstimo de D. Miguel*, apresentado á Câmara dos Srs. deputados (1899); *Reformas de justiça* — Propostas de Lei apresentadas á Camara dos Srs. Deputados nas sessões de 22 e 23 de agosto de 1905.

Versam êsses trabalhos, principal se não exclusivamente, como dos seus títulos se infere, sôbre questões importantes de direito. Nem admira. Todos sabem, com efeito, que o Dr. Montenegro não só é Lente Catedrático da Faculdade de Direito, mas tambem exerceu, por duas vezes, o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. E assim foi que a atenção do Dr. Montenegro se volveu principalmente para a sciência que com tanta perseverança e dedicação tem cultivado.

O primeiro daqueles trabalhos refere-se a uma questão de direito internacional privado que tem preocupado fundadamente a jurisprudência em quási todos os países e que ainda não teve solução obrigatória para todos os Estados. Muito se poderá dizer a respeito dêste problema jurídico, mas não é por certo êste o lugar apropriado para o agitar e resolver. Bastar-nos há dizer que o Dr. Mon-

tenegro se inclina a favor da unidade e da universalidade da falência. Para chegar a esta conclusão considerou o assunto em si próprio e estudou as necessidades e as exigências da prática. No desenvolvimento do seu trabalho revela o autor não poucos conhecimentos de direito internacional, ramo de jurisprudência não muito cultivado entre nós, e mostra-se conhecedor de muitas disposições de jurisprudência e legislação comparadas.

Os conhecimentos revelados pelo autor neste seu trabalho deviam-lhe servir e não pouco de auxiliar na elaboração do parecer relativo ao chamado Empréstimo de D. Miguel, parecer que foi por êle apresentado como relator.

Na sua dissertação a respeito do regímen dotal, estuda êle a evolução dêsse sistema e em seguida faz um lúcido e desenvolvido estudo exegético das disposições do Código Civil Português a tal respeito. O melhor elogio ou antes a mais completa justiça que se pode fazer a êste trabalho é dizer haver sido consultado muitas vezes para solução das questões que a aplicação do regímen dotal tem suscitado.

O estudo da história do direito tem merecido também ao Dr. Montenegro desvelada atenção.

O Antigo direito de Roma, obra em via de publicação, pois que apenas conhecemos o seu volume I, é um precioso trabalho que vem até certo ponto preencher uma lacuna na literatura jurídica portuguesa. Depois de uma introducção geral descritiva do território e da população de Roma, inicia o Dr. Montenegro o estudo da primeira época do seu trabalho, que vai da fundação de Roma á Lei das doze táboas. Após uma introdução, assás erudita, em que, por assim dizer, se reconstituíram os elementos sociais que teriam de servir de meio ao desenvolvimento do direito, estudam-se separadamente as regras que dizem respeito á capacidade civil, á propriedade, á família e á sucessão. A prova do interesse que êste trabalho disperta está no desejo que a sua leitura excita de que a obra venha breve a completar-se.

No último trabalho a que nos temos referido — *Reformas de Justiça* — apresenta o seu autor diferentes trabalhos com respeito á magistratura judicial, ao júri, ao registo criminal e aos peritos, trabalhos todos dignos de muita consideração e que aqueles que quiserem pôr por obra reformas sôbre os assuntos ali versados terão necessáriamente de consultar.

Fora dos trabalhos apresentados a esta secção e a que nos acabamos de referir, temos notícia de outras publicações sôbre *liberdade de imprensa* que correm em separado e de diferentes artigos publicados no jornal *O Direito*.

O conjunto dos trabalhos a que o Dr. Montenegro se tem dedicado prova por certo que êle é um jurisconsulto de valor, mas a leitura de cada uma dessas publicações mostra mais que é um escritor, não só metódico mas claro e disserto.

O Dr. Montenegro é além de professor da Universidade de Coímbra, vogal do Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia e delegado da faculdade onde professa ao Conselho Superior de Instrucção Pública.

Por todos estes motivos, parece à vossa secção que o Dr. Artur Pinto de Miranda Montenegro está nas condições de ser eleito sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa.

Joaquim Coelho de Carvalho.
Júlio M. de Vilhena.
José Luciano de Castro.
Cristóvão Aires.
Henrique Lopes de Mendonça.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
José Leite de Vasconcelos.
Francisco Antonio da Veiga Beirão (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Henrique Lopes de Mendonça acêrca da candidatura do Sr. José Maria Rodrigues a sócio correspondente

São os *Lusíadas* a Biblia nacional, é Camões a espiritualizada quintessência da alma portuguesa. Tudo quanto respeita à prodigiosa epopeia e ao genial poeta tem para portugueses o devotado interesse que logram relíquias sagradas para os fervorosos crentes. Daí a simpática curiosidade com que percorri as páginas das duas obras do Sr. Dr. José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas* e *Camões e a Infanta D. Maria,* submetidas á apreciação da secção de literatura como título de candidatura do seu autor a sócio correspondente da 2.ª classe.

Numa e noutra se manifestam, a par de um apaixonado culto pelo maior dos épicos modernos, uma sólida erudição e um laborioso engenho, conjugados para a resolução de interessantes problêmas camonianos. Poderá ser que as conclusões não calem absolutamente em nosso espírito, e que por vezes nos pareça a substância poética alterada e deformada pela análise crítica. Possível é que tenhamos

passageiras tentações de apodar de quasi sacrílega uma ância de clareza, que se abalança a rasgar os nimbos caraterísticos do génio e dilue numa luz uniforme as anfractuosidades dum 'majestoso templo, aberto por mãos de Títan. Porventura nos ocorrerá por instantes à mente o ditame de mestre Horácio:

Haec amat obscurum, volet haec sub luce videri.

Nada disto porêm, que constitue simples questão de gôsto literário, afrouxa o valor scientífico dos trabalhos do Sr. Dr. Rodrigues, opulento repositório de investigações históricas, filológicas, geográficas, etnográficas, que dão a medida duma vastíssima erudição e dum paciente labor, o qual verdadeiramente se póde qualificar de beneditino, no mais alto sentido da palavra. Vê-se, sobretudo no trabalho, ainda incompleto, *Fontes dos Lusíadas,* como lhe são familiares as letras clássicas e modernas e como fere a seu talante todas as teclas da literatura nacional. Sob êsses pontos de vista, e deixando aos especialmente competentes o averiguar se acaso se deverá considerar exaustivo, como me parece, o trabalho sôbre as fontes em que o grande épico bebeu a sua inspiração, o que é certo é ser êsse trabalho repositorio copiosíssimo de saber, manancial riquíssimo de informações as mais variadas sôbre quantos assuntos tocou o poeta, embebido em toda a sciência do seu tempo.

No livro *Camões e a Infanta D. Maria* já a sentimentalidade romanêsca equilibra vantajosamente a rigidez do crítico. Estamos mergulhados numa deliciosa hipótese, que sobremaneira apraz a um temperamento dramático. A figura suave da Natércia esvai-se em nebulosidades de lenda, para dar lugar á austera e inupta princesa, última filha de D. Manuel, penhor dum consórcio que, a meu ver, ensombrou para todo o sempre o espírito de D. João III. A engenhosa hipótese do Sr. Dr. Rodrigues, argutamente estribada nos textos camonianos, abre horisontes novos para a biografia do poeta e ilumina de novos clarões a sua alma apaixonada. Agora, sim! que nos surge como o romântico bardo enlevado na luz deslumbrante duma estrela inatingível, absorvido no culto fervoroso de *um ser, que é mais que humano.* Agora, sim! que compreendemos bem claro as suas invetivas contra a Fortuna, que os *estados deseguala.* Agora é que, mais que nunca, a admirável personalidade do poeta, cheia de contrastes vigorosos, brigão e sentimental, volúvel em amoríos e constante no amôr, aventureiro e idílico, mavioso e cáustico, adverso a enredos e enredado na vida, cavaleiroso e pagão, mixto de D. Juan Tenorio e de Werther, embocando com igual mestria a tuba beli-

cosa e a agreste avena, agora é que essa complexa figura ostenta aos nossos olhos a chave dramática de toda a sua existência mundana, e assume, de preferência a qualquer outra individualidade histórica do nosso país, toda a envergadura teatral necessária para que um dramaturgo de pulso lhe insufle vida e movimento, na reconstituição do ambiente cortesanesco e heroico em que realmente se queimou essa alma de soldado, de amante e de poeta.

Ao Sr. Dr. José Maria Rodrigues devem agradecer a sugestão todos os espíritos apaixonados de ideal, todos os que buscam na história motivos de análise psicológica, matéria prima para criações dramáticas. Será mais uma lenda a acrescentar a outras muitas que envolvem a existência dos grandes génios e dos grandes heróis? Que importa, se ela pode transformar-se em foco de inspiração creadora, em nascente de futuras obras primas? O vulto de Camões ganha com ela a nossos olhos, e nada perde com mais essa ilusão a austeridade sêca da História. Como êle acaso sonhou, sonhemos nós tambem dando corpo ás suas visões. Ao ânimo ardente e idealista do máximo dos nossos poetas acomoda-se admirávelmente essa ambiciósa paixão, que seria o drama da sua vida inteira. Aceitemol-a pois como inconcussa verdade, compenetrados de outro preceito horaciano, que muito a propósito entremeia a minha prosa, visto tratar-se de um consumado latinista:

Aut famam sequere, aut sibi convenientia finge.

E, tendo-me desviado um pouco do meu assunto essencial, vem agora a pêlo acentuar a merecida reputação de que, como distinto humanista, goza o Sr. Dr. Rodrigues. Professor abalisado na Faculdade de Letras, de Lisboa, toda a gente sabe o quanto de há muito lhe deve a pedagogia portuguesa.

Por todos estes motivos, é minha opinião que a Academia se honrará, admitindo-o no número dos seus sócios correspondentes, e muito ganharão os nossos trabalhos com a sua valiosa cooperação.

Sala da Academia das Sciências, 14 de março de 1912.

Joaquim Coelho de Carvalho.
José Leite de Vasconcelos.
Cristóvão Aires.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Sessão de 28 de março de 1912

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe; correspondentes Srs. Conde de Azevedo e Silva, Constâncio Roque da Costa, David Lopes, Lúcio de Azevedo e Rodolfo Dalgado, da 1.ª Classe Sr. Carlos Bocage, e o correspondente estrangeiro Sr. Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Edgar Prestage* agradeceu a honra de ter sido eleito para representar a Academia nas festas da Sociedade Real de Londres, a mais alta corporação scientífica inglesa; aceita a nomeação com muito prazer e fará o possível para cumprir o seu mandato.

Participa ter encontrado casualmente o Sr. Bueno Rolf, licenciado em sciências, e incumbido pela Academia Real das Sciências da Suécia de procurar em Lisboa as observações magnéticas feitas no alto mar pelos antigos navegantes portugueses. Deu-lhe várias indicações; mas parecia-lhe conveniente que êle se pudesse entender com qualquer sócio da Academia, em nome da confraternidade académica. Numa carta, o Sr. Rolf explica-lhe a natureza dos seus estudos. Muito estimará que a Academia lhe possa dar os auxílios que deseja.

A Classe, decerto, conhece a série admirável de sonetos amorosos do E. B. Browning, intitulados *Sonets from the portuguese;* mas talvez não saiba a origem do título. A poetisa inglesa pensava em baptisar o livrinho: *Sonets from Bosnian;* mas o marido, lembrando-se da poesia dela in-

titulada *Catharine the Camoens*, alvitrou o título actual. Tais sonetos, escusado é dizer, nada teem com Portugal; mas, pelo título e sua origem, teem direito a figurar na Biblioteca da Academia, por isso oferece um exemplar que adquiriu em Londres. Igualmente oferece um estudo, embora pequeno, mas rigorosamente scientífico: *A imigração das aves*, por um observador conhecido, Mr. T. A. Coward, bem como um livro exaustivo, recentemente publicado sôbre a ocupação inglesa de Tanger, com várias ilustrações e plantas, por E. M. G. Routh.

Talvez interésse á Classe saber que Sir Clements Marckham (ex-presidente da Sociedade de Geografia de Londres), que costuma passar os invernos em Portugal, verteu para inglês, apesar dos seus mais de 80 anos, os *Colóquios* de Garcia da Horta.

Para outro assunto aínda queria chamar a atenção da Classe: em vários países são considerados de tanta importancia os registos paroquiais, que muitos dêstes livros teem sido impressos para conservar tais relíquias do passado e para facilitar o seu estudo. Não consta que em Portugal livro algum de assentos tenha sido publicado na íntegra; mas estimulado pelo que se tem feito lá fora nesta matéria, mandou copiar fielmente o primeiro livro do Registo da Igreja de Santa Cruz do Castelo. Começou por esta freguesia, pelas razões de ser ella das mais antigas freguesias, tendo sido fundada no tempo de Afonso Henriques, podendo ser considerada o coração de Lisboa, por conter no seu âmbito o Castelo de S. Jorge, os antigos paços reais e a Tôrre do Tombo. O livro contêm os termos dos batismos desde 1545 até 1628, dos casamentos e óbitos desde 1536 até 1628 e os nomes dos crismados em 1547 a 1574.

Neste extenso período há intervalos de anos sem termo nenhum, devido á falta de registos que, embora hoje encadernados num só volume, não estiveram sempre juntos. Com quanto sejam para lamentar tais lacunas, a existência

delas não tira o valor do livro; antes ministra um argumento a mais para a sua impressão, pois algumas fôlhas estão soltas e outras teem a tinta tão apagada, que, daqui a pouco, a não ser impresso, o registo ficaria inutilizado.

Entre os termos aparecem alguns de interesse literário e histórico. Lá encontramos nomeados várias vezes dois dos maiores prosadores do século XVI, e a mulher e filhos de outros, assim como fidalgos em destaque e oficiais da guarnição espanhola do tempo dos Filipes. Pede desculpa de não dar por ora os nomes dêsses indivíduos. Todo o segredo é necessário nestes assuntos, por causa das indiscrições de terceiro.

É espantoso o número de escravos de ambos os sexos, nem todos pretos, e não faltam judeus, mouros e filhos da igreja. O livro dá uma ideia do movimento da população de Lisboa no século XVI e nos princípios do seguinte, e regista a grande mortandade por ocasião das grandes pestes. Não tem dúvida em afirmar que é de subida importancia para a história e sôbre tudo para a demografia. O sócio desta academia e seu amigo Sr. Pedro de Azevedo teve a bondade de se dar ao trabalho enfadonho de conferir a cópia com o original, e prestar-se amávelmente a ser seu colaborador, caso a Academia autorize a publicação.

Tencionam os dois juntar uma introdução, notas e um índice de nomes, que são aos milhares. Esperam que a Academia aceite a sua proposta e tome a iniciativa da publicação dos livros de Registo de Santa Cruz, dando assim ás outras corporações do país um exemplo que pode ser frutífero.

Desejam que o referido livro seja publicado á parte e não nas *Memórias*, sendo possível que no futuro possam oferecer cópias dos registos de outras freguesias, formando assim uma série.

O Sr. *Presidente*, agradecendo a oferta dos livros e o interesse que o Sr. Edgar Prestage continua mostrando pela

Academia, confirmou a importância do manuscrito que acabava de ser apresentado e que iria, segundo a práxe, á respectiva secção para obter parecer. Quanto aos auxílios, que também entende devem ser prestados ao académico suéco o Sr. Routh, será o desejo do Sr. Prestage comunicado á 1.ª Classe.

O Sr. *Sebastião Rodolfo Dalgado,* sendo a primeira vez que assistia a uma sessão da segunda Classe, renova os seus agradecimentos já transmitidos por escrito, por ter sido eleito sócio correspondente, e toma a liberdade de submeter á apreciação da Academia, para o publicar, se julgar digno, o seu trabalho ácêrca da *Influência do vocabulário português em linguas asiáticas.*

Iniciou o trabalho há vinte e cinco anos, e em 1892 enviou da Índia uma Memória para ser apresentada ao Congresso dos Orientalistas que se devia realizar em Lisboa. Mas como o Congresso não se reuniu, a Memória não se publicou. Tratava-se nela sucintamente dos crioulos indo-portuguêses e de muitas palavras portuguêsas introduzidas em meia duzia de línguas indianas. Desde então tem continuado a trabalhar no assunto, com várias interrupções e superando diversas dificuldades, de modo que agora o estudo abrange mais de 40 línguas, isto é, todas as línguas cultas e algumas incultas da Índia, as principais do arquipélago malaio, a siamesa, a combejeana, a japonesa, o indo-inglês, o indo-francês, o chino-inglês ou Hidgen-English. O trabalho é precedido de uma extensa introdução, em que se mostra que a acção civilisadora de Portugal no Oriente foi muito mais intensa e duradoira do que geralmente se pensa, e que o argumento o mais convincente é a influência exercida pela língua portuguêsa, quer criando tantas línguas crioulas que ainda hoje subsistem em várias partes, quer transmitindo centenas de vocábulos ás línguas asiáticas. Deu também muitos esclarecimentos com respeito a cada uma dessas línguas e à natureza dos termos introdu-

zidos e às leis fonéticas a que obedecem. O vocabulário é seguido de um índice geral e de índices particulares, para que se conheçam de relance as palavras que cada língua adoptou.

Ha uns 20 anos um diário de Bombaim, *The Times of India*, encarecia a importância de se constituir uma lista de palavras portuguêsas introduzidas nas línguas indianas e indicava o nome do finado Dr. Gerson da Cunha como pessoa competente para tratar do assunto. Posteriormente o Dr. Hugo Schuchardt, que tantos trabalhos tem publicado sôbre os crioulos portuguêses e sôbre a difusão da nossa língua, também insistiu na conveniência de se elaborar já um glosário das palavras portuguêsas entradas nas línguas asiáticas. O Dr. Adolfo Coelho, referindo-se a uma memória do Sr. Gonçalves Viana, ácerca da influência do português no malaio, disse que essa memória lhe impunha a obrigação de completar o seu estudo, abrangendo outras línguas do arquipélago malaio. Mas êste senhor escreveu, alegando, por modestia, que não se julgava habilitado, declarando que havia quem já se tinha encarregado do trabalho.

O Sr. *Presidente* encareceu a importância do estudo que acabava de ser oferecido à Academia, e que seria submetido á apreciação da respectiva secção.

O *Secretário,* pondo em relêvo todo o alcance de trabalhos desta natureza, que melhor que nenhuns outros põem em evidencia a influência dos portuguêses nas longínquas regiões ultramarinas, onde tem dominado, mais pelo influxo do seu génio e carácter do que pelo seu poderio, felicitou-se por ver no seio da Academia pessoa tão competente em assuntos relativos ás línguas orientais; pois tinha a anunciar o oferecimento que á Academia ia ser feito pela sr.ª baroneza de Combarjua, do manuscrito deixado pelo seu marido, o finado barão de Combarjua, de um dicionário maratha-português. Decerto a Academia desejará publicar êsse trabalho, e ninguem mais autorizado

do que o Sr. Dalgado para nos dizer o valor daquele trabalho, a que o barão de Cambarjua consagrou longos anos da sua vida.

O Sr. *Lúcio de Azevedo* ocupa-se da carta do padre Antonio Vieira, em que êste se defende de certas alegações do conde da Ericeira no *Portugal restaurado,* e mostra que em essa apologia o ilustre jesuíta conscientemente se afastou da verdade. Cita as duas viagens de Vieira em missão diplomática á França e á Holanda, tendo a primeira por objetivo oferecer a esta República o resgate de Pernambuco a dinheiro, e a segunda conseguir a paz, já com o abandono definitivo desta colónia aos holandezes.

Nesta ocasião tinha a exercer em França uma missão particularmente delicada: tratava-se de promover o casamento do príncipe D. Teodósio com uma princeza francesa, a troca de uma aliança ostensiva; e neste caso D. João IV se retiraria para o Brasil, como depois se retirou D. João VI, entregando o govêrno do reino á pessoa que a côrte de París designasse.

Por último mostra ser falsa a alegação de Vieira, de que, estando em Haya, recebera cartas de Lisboa, ordenando-lhe que assumisse a embaixada, em substituição de Francisco de Sousa Coutinho. Pelo contrário, as ordens da côrte eram para que tanto êste como Vieira, seu sucessor, voltassem ao reino, por não estar o govêrno satisfeito com o caminho que tinham levado as negociações.

O Sr. *Carlos Bocage,* elogiando calorosamente a interessante comunicação que acabava de fazer o Sr. Lúcio de Azevedo, chama a atenção para a sua importância com relação a um ponto pouco conhecido da nossa história durante o meiado do seculo XVII: — a dupla corrente da opinião, a divergência de tendências e de aspirações que alternadamente se fizeram sentir. Uma delas, em grande parte sob a instigação da Companhia de Jesus, conduzia á transigência com a Hespanha, outra á resistência sem

treguas, advogada especialmente pelos nossos diplomatas conde da Vidigueira, depois marquês de Niza, e D. Francisco de Sousa Coutinho.

Foi sobretudo durante as negociações do Congresso de Munster que essas duas tendências mais se acentuaram, segundo demonstrou, citando vários factos.

Referiu-se em seguida ao projetado casamento da infanta D. Catarina com Luís XIV de França, e á influência exercida por esta última nação a favor do enlace da mesma princêsa com Carlos II de Inglaterra, enlace êste cuja influência na nossa política externa foi tão grande que aínda hoje o melhor documento em que se encontra consignado o compromisso da Inglaterra de defender o nosso domínio colonial contra qualquer agressão, é a clausula secreta do contrato do casamento de D. Catarina com Carlos II, aínda há poucos dias citado no parlamento português.

Lembra aínda que a política representada por esta aliança matrimonial, dadas as condições em que se realizou, e as sensatas conseqùências que teve, representa a boa inteligência entre as quatro potências ocidentais, Inglaterra, França, Espanha e Portugal, que aínda hoje póde ser aplicada com vantagem para todas elas.

O *Secretário,* pondo em relêvo a importância e interesse que estava tendo a sessão, notou que ela, como as demais que ultimamente se teem realisado, correspondia ao impulso pela presidencia dado aos trabalhos académicos, pelo interesse com que o Sr. Teixeira de Queiroz estava pugnando pela causa da Academia. Solicitava da presidência que fosse o Sr. Carlos Bocage convidado a converter a escrita a erudita exposição que acabava de fazer, e que tão brilhantemente completava o estudo apresentado pelo Sr. Lúcio de Azevedo.

O Sr. *Lopes de Mendonça* toma parte no tributo prestado á presidência pelo seu estremado zelo pelos assuntos da Academia, e põe em relêvo a dedicação e amor com que

o secretário da Classe tem impulsionado os trabalhos da Academia e defendido os seus interesses. Convida-o a acrescentar á exposição que a Academia faz da sua situação perante os golpes que últimamente lhe foram vibrados, uma nota de todos os trabalhos que estão em atraso, perdendo toda a oportunidade, pela falta de uma tipografia própria que vá acompanhando os trabalhos. Mostra a conveniência de se realizarem sessões públicas, e diz ter pronta uma conferência sobre a utilidade da tradição histórica, a propósito da celebração que a Academia pretende fazer dos centenários da tomada de Ceuta e de Afonso Albuquerque. Renova a sua iniciativa sobre a necessidade da Academia acabar com os preconceitos que até agora a tem impedido de prestar a devida homenagem ao talento e ao trabalho de duas ilustres escritoras que honram o país, as Sr.as D. Carolina Michaëlis e D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

O Sr. *Presidente,* concordando com as ideias apresentadas pelo Sr. Lopes de Mendonça, disse que na próxima assembléa geral trataria de ver se fixava para meados de abril a sessão pública para a realização da conferência do ilustre académico, e tributou ás duas insígnes escritoras a homenágem do seu apreço.

O *Secretário* disse que muito gostosamente satisfaria a indicação que pelo Sr. Lopes de Mendonça lhe era feita; felicitou a Academia pela conferência anunciada, e que decerto servirá de estímulo para outras; e associou-se ao preito rendido ás escritoras a que o ilustre académico se referiu, isso tanto mais gostósamente, quanto a uma delas rendeu já muito particular homenágem num número especial do *Boletim* da 2.a Classe que lhe consagrou, e a outra o prendem laços que escusado será lembrar.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 18 de abril de 1912

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão, Cristóvão Aires, secretário da Classe; e da 1.ª Classe, Srs. Alberto Girard e Virgílio Machado; e os correspondentes Srs. Cunha Gonçalves, David Lopes, José de Figueiredo, Pedro de Azevedo, Sebastião Dalgado e Vítor Ribeiro; correspondente estranjeiro Sr. Edgar Prestage e da 2.ª Classe Srs. Carlos Bocage e Oliveira Simões.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foram lidos: um ofício do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, agradecendo o voto de sentimento pela morte do barão do Rio Branco; um ofício da Real Academia de História de Madrid, agradecendo o voto de sentimento pela morte de D. Eduardo Saavedra e uma carta do Sr. Cristóvão Pinto, que acompanha a remessa do manuscrito do *Dicionário português-marata,* do falecido barão de Combarjua, no qual se põem em relêvo os merecimentos e os serviços dêste escritor.

Foi resolvido mandar para a respectiva secção êsse manuscrito, que consta de cinco grossos volumes, sendo indicado para dar parecer o sócio Sr. Rodolfo Sebastião Dalgado.

Foram eleitos, por unanimidade, sócio efectivo o Sr. Artur Montenegro, e sócios correspondentes os Srs. Silva Teles e José Maria Rodrigues.

Foram presentes os seguintes trabalhos: De mademoi-

selle Luísa Ey, a tradução em alemão, e em verso, da *Ceia dos cardeaes,* do Sr. Júlio Dantas; do Sr. Cunha Gonçalves, o 2.º volume do seu livro *Da compra e venda no direito comercial português;* do Sr. Pedro de Azevedo, *Documentos de Vairão* e *doença e morte de D. Pedro II;* do Sr. Vítor Ribeiro, *História da beneficência pública em Portugal*, *Um bom amigo de Portugal*: *Robert Coutners, sua traducção em francês,* e *Feitos de armas, de Brás Pessoa, Gaspar Pinto* e *Ricardo Franco;* e ainda um opúsculo da Sociedade Brasileira para animação da Agricultura: *Guia prático da indústria e comércio das frutas.*

Pelo Sr. *Teixeira de Queiroz* foi lido o parecer favorável á publicação do manuscrito oferecido pelo Sr. Edgar Prestage, cópia dos livros dos assentos da antiga freguesia de Santa Cruz do Castelo de Lisboa; pelo Sr. Gonçalves Viana, o parecer favorável à publicação da obra *Influência do vocabulário português em linguas asiaticas*, de Mons. Sebastião Dalgado, professor de sânscrito na Faculdade de Letras de Lisboa, e por Cristóvão Aires o parecer favorável á candidatura de sócio correspondente do Sr. Bento Carqueja.

O Sr. *Edgar Prestage* disse que depois de buscas infrutíferas nos cartórios das freguesias de Lisboa tivera a boa fortuna de encontrar em Santa Catarina, há mais de um ano, o termo de baptismo do eminente escritor português D. Francisco Manuel de Melo, guardando silencio sôbre o assunto, pois tencionava publicar o termo num estudo biográfico que tem quási pronto; mas visto que o seu amigo D. Jacinto O. Picon, da Real Academia Espanhola, ter já divulgado a notícia na sua edição da *Guerra da Catalunha,* julga de seu dever participar a descoberta á Academia. O termo é do teor seguinte: «Item o primeiro dya de dezembro de 608 anos, bautizei Francisco, filho de D. Luís de Melo e de D. Maria Mançuelos — padrinho Luis de Sousa e Dona Maior Manuel —». Em vista dêste termo é evidente o

engano dos biógrafos anteriores que deram D. Francisco Manuel de Melo como nascido em 1611.

O Sr. *Cunha Gonçalves* disse que, quando o nosso ilustre consócio Sr. David Lopes apresentou a iniciativa de celebrarmos o centenário da tomada de Ceuta fazendo-se a história, quanto possivel, completa das relações entre Portugal e Marrocos, iniciativa que foi calorosamente apoiada pela Academia, nomeando-se uma comissão para proceder a investigações históricas, prometêra êle auxiliar os trabalhos dessa comissão procedendo a iguais investigações no riquíssimo manancial que é a bibliotéca de Évora. Vinha hoje cumprir, parcialmente, essa promessa.

O tempo de que dispunha era pouco, e, por isso, andando a ver documentos pouco extensos cuja cópia coubesse nesse espaço de tempo, encontrou primeiro uma série de capitães de Alcacer, — simples nomes, mas que podem auxiliar ulteriores investigações, — e logo depois um documento intitulado «Carta notável de D. João Mascarenhas sôbre os serviços de seu pai D. Nuno» — Julgou a princípio, que êsse adjectivo «notável» seria exagerado; mas, quando terminou a sua leitura, verificou que essa carta era «notabilissima» por mais de um título. Notável por ser escrita, com todo o sabor da linguagem do século XVI, pelo célebre heróe do cêrco de Diu a respeito do não menos heroico defensor de Safim e Arzila. Notável por nos dar notícia da fundação da fortaleza de Aguer, a moderna Agadir, que ultimamente adquiriu uma inesperada celebridade histórica em virtude do conflito franco-alemão. Notável aínda por nos mostrar como, nesses tempos, havia portuguêses que, em serviço da pátria, não hesitavam em sacrificar a vida, a fortuna, a família, recebendo em paga, ás vezes, a mais negra ingratidão, — ao contrário de portuguêses de hoje, que, por serviços ás vezes problemáticos, exigem, impõem, ameaçam, para obterem recompensas do Estado.

A ingratidão dos reis da dinastia de Aviz, pelos ser-

viços de D. Nuno e de D. João Mascarenhas, justificam suficientemente o papel que êste último representou na crise nacional de 1580, entregando Portugal aos Felipes, que lhe prometiam, decerto, melhor prémio dos seus serviços.

É que D. João Mascarenhas, por ser um heroe, não deixava de ser um homem como os outros, e a todos dói a injustiça e a ingratidão. Mas, melhor do que as suas considerações, provará o que diz o documento que passa a ler.

A Academia tem ensejo de verificar que o documento lido é, de facto, muito notável.

D. Nuno Mascarenhas, depois de ter combatido, em Africa, quási toda a vida; depois de ter sustentado tropas e construido a fortaleza de Aguer e outras, á sua custa, sem os reis de Portugal lhe pagarem o que o Estado lhe devia; depois de ter estado cativo dos mouros, resgatando-se por 22:000 cruzados, pelos quais deu em refens dois filhos de 12 e 9 anos, sendo êste o proprio D. João Mascarenhas, e tendo aquele morrido envenenado, regressava a Portugal, quando sucumbiu num naufrágio em Vila Nova (de Portimão?).

O prémio que a sua família recebeu por tantos e tão relevantes serviços foi uma demanda de cinco anos com a Corôa, demanda que venceu, recebendo depois a viuva de D. Nuno, apenas, uma renda de 15 moios de trigo e D. João uma tença de mil réis, que vendeu para se poder armar e partir para a Índia, a combater os turcos!...

Diz êle ao prelado, a quem escreve, que não se admire de ver mal pagos os seus serviços, «porque lhe vem de herança serem os serviços estes e as satisfações est'outras».

O sr. *Lopes de Mendonça* agradeceu a valiosa contribuição dada pelo Sr. Cunha Gonçalves aos trabalhos da comissão de que é presidente; e o *Presidente* fez notar o interesse e a significação do documento.

O sr. *José de Figueiredo*, depois de agradecer a sua nomeação de sócio correspondente, ofereceu, em nome de Emile Bertaux, o seu estudo sobre a História da arte da Renascença, em Portugal, acentuando a importância dêste trabalho por ser o primeiro estudo de conjunto publicado sobre a *Historia da arte da Renascença em Portugal.*

Fez o elogio do sr. Emile Berteaux, acrescentando ter colaborado com êste ilustre crítico, tendo-lhe fornecido todos os elementos de que podia dispor, e que, por isso, diria quais os pontos, todos secundários, em que discordava daquele escritor, para que não lhe atribuam opiniões que lhe não pertencem. Frisou quais eram êsses pontos, falando em especial sôbre a escola de pintura de Lisboa, e acentuou depois a importância que tinha a afirmação que fazia Bertaux, no seu estudo, de que o «Cristo abençoando», da colecção Holmes, trazido da Abissínia por um oficial inglês em 1808, era obra de um português. A êsse propósito citou casos provando a ida de obras de arte e artistas portugueses para as colónias portuguesas e concluiu referindo ter no museu a seu cargo, dois quadros da primeira metade do seculo XVI, que indiscutívelmente foram feitos na Índia, ou por artistas que ali viveram. Provavam-no o carácter dos fundos e o processo especialíssimo da técnica do seu autor.

O sr. *Carlos Bocage* leu interessantes trechos do seu trabalho intitulado: «*Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida á Restauração — 1640–1649*», sendo ouvido com muito agrado. Disse o Sr. Carlos Bocage que, para satisfazer ao que prometera na sessão anterior, em vez de apresentar uma exposição escrita, que pouco mais poderia dizer do que se contêm no extracto já publicado com respeito à sessão desta Classe de 28 de março ultimo, lhe parecia preferível oferecer um trabalho mais desenvolvido como são estes seus *Subsídios.* Foi re-

solvido que se enviasse êsse trabalho à respectiva secção, a fim de obter parecer e ser publicado.

O *Secretário* encareceu a importância de trabalhos desta natureza, que ligam, explicando-os, os factos nacionais com o quadro geral da política das nações, derramando uma luz que a análise símples desses factos não bastaria para criar.

A propósito das guerras da Restauração em Portugal, lembrou que por morte do conde de S. Mamede ficára interrompida a tradução em francês de um seu trabalho sôbre o conde de Schomberg e outros oficiais estranjeiros ao serviço de Portugal naquela época, desenvolvimento dum trabalho anteriormente apresentado.

Dessa tradução chegaram a ser impressas algumas fôlhas, na antiga tipografia da Academia. Resolvera agora continuar a publicação, segundo antiga autorização da Academia; assim se tornaria êsse trabalho conhecido de outros países, entre êles da Alemanha, onde Schomberg nascera, da França onde fôra feito marechal, e da Inglaterra onde morrera na batalha de Boyne. Com cativante agrado acolheu a Classe esta notícia.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Rio de Janeiro 26 de Março de 1912. — Ex.mo Sr. Dr. Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, M. D. Secretário da Segunda Classe da Academia de Sciências de Lisboa. — Incumbe-me S. Ex.a o Sr. Conde de Afonso Celso, Presidente dêste Instituto, de manifestar por intermédio de V. Ex.a á ilustre Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisbôa, os sinceros agradecimentos desta Associação, pelas homenagens de pesar tributadas á memória do grande Brasileiro Sr. Barão do Rio Branco, saudoso Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro e membro dessa insigne corporação.

Estou ainda incumbido de agradecer a V. Ex.a a remessa do vol. v da *História Orgânica e Política do Exército Português* e dos

fascículos III e IV do vol. IV (Dezembro de 1910 e Janeiro de 1911), onde se lêem o brilhante parecer relativo á proposta do Barão do Rio Branco a sócio correspondente da Academia das Sciências e o resultado da votação dêsse parecer.

Foi muito desvanecido que o Sr. Conde de Afonso Celso viu transcrito no parecer da douta Comissão da Academia o discurso que pronunciou neste Instituto, em Janeiro de 1908, quando o Sr. Barão do Rio Branco tomou posse do cargo de Presidente.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração. — O 1.º Secretário Perpétuo, (a) *Maret Cirne.*

Meu caro Cristóvam Aires. Mui prezado e querido amigo. — No Boletim da 2.ª classe da nossa Academia (de Fevereiro e Março de 1911) li o primoroso parecer sôbre que recaíu a eleição, para seu sócio correspondente, do distincto professor de sânscrito no Curso Superior de Letras, Mons. Rodolfo Sebastião Dalgado, e nesse documento, de que é autor o Sr. Gonçalves Viana, foi lembrada a conveniência de imcumbir o dito Mons. Dalgado, entre outros trabalhos, da conclusão do Dicionário de S. A. Rau.

Esta valiosa indicação sugeriu-me a ideia de aproveitarmos para a Academia um outro valioso dicionário, quási completo, de português-marati, mas cujo talentoso autor faleceu na Índia sem lhe ter podido dar a última demão.

Refiro-me á obra composta pelo nosso eminente compatriota e distintíssimo homem de Letras, Tomás de Aquino Mourão Garcez Palha, 2.º barão de Cumbarjua, que V. e eu tão de perto e tão íntimamente conhecemos.

Muito gostaria eu de ir á próxima sessão da 2.ª classe para lhe apresentar essa obra e chamar para ela a sua douta consideração. Estando, porém, nas vésperas da minha viagem até á Índia, remeto ao seu cuidado essa obra, em cinco grossos volumes, manuscritos, rogando-lhe a fineza de dar conhecimento d'ela à mesma 2.ª classe, na qualidade de seu digníssimo Secretário.

Não são bem todos êsses cinco volumes que constituem o dicionário. Eu lhe digo: — O seu autor formulára primeiro um vocabulário da língua marati, e, com o andar dos tempos, passara a elaborar o dicionário. E como uma pequena parte dêste último trabalho não chegou a ser ultimada, que o pode ser com o aproveitamento dos elementos do vocabulário e com os retoques que demanda, tal é a razão por que lhe envio todos os cinco volumes.

Não ao meu querido Amigo, que soube apreciar, melhor que eu, os altos méritos do autor, mas para o conhecimento dos nossos consócios da 2.ª classe, tomarei a liberdade de dizer alguma coisa acêrca d'aquele homem e da sua valiosa obra.

Está claro que não me referirei a quaesquer serviços do barão de Cumbarjua, como funcionário público remunerado que foi, quer nos últimos anos da sua trabalhosa e amargurada vida, como inspector geral do ensino primário na Índia, quer nos primeiros anos da sua pujante juventude, como director da nossa extinta feitoria de Surrate; nem aos seus merecimentos ou trabalhos de jornalista e de homem público.

Fundamentalmente altruista, sem pensar jámais em intereses próprios, quer no sentido de vantagens materiais, quer no do brilho da sua personalidade, gostando de cooporar em benefício da sua terra com a sua riqueza intelectual e até com os seus haveres, que nesse tempo foram muitos, houve época em que Tomás Mourão era uma espécie de biblioteca, liceu ou fonte a que se compraziam de recorrer todos os que sentissem a necessidade duma lição ou conselho nas mais variadas manifestações de trabalho e em qualquer dos ramos da actividade social. E era, além disto, tão reflectido e ponderado nas suas maneiras de pensar, tão escrupuloso nos aspectos vários e particulares minúcias dum assunto, que parecia mais senhor dele do que os próprios que o versassem. Assim, eram procuradas com certo empenho as suas lúcidas apreciações sôbre os problemas correntes da administração do país e principalmente nas sessões do Conselho de Govêrno por funcionários da mais alta cotação no meio official. Impunha-se na sua conversação erudita aos mais sabedores; e todo êle próprio impunha também, aos mais refractários, probidade e seriedade de processos na execução de qualquer trabalho ou empreendimento; do que lhe provieram êsse geral respeito e consideração em que o tiveram todas as classes sociais, sem diferença de côres, de cultos ou de partidos.

As gerações novas não conhecem bem êsses tempos formosos em que um punhado de talentos distintos e fecundos em letras e sciências deixaram aí bom nome e belos produtos da sua esmerada cultura. Pois tanto estes, como todas as maiores capacidades do reino em literatura, poesia, sciências e administração, que estiveram na Índia durante vinte e tantos anos depois de 1867, em que o barão de Cumbarjua se votou a um trabalho incansável sem ser funcionário público ou profisional, prestavam a merecida homenagem ao seu mérito especialísimo. Tanto mais que Tomás Mourão, caracterizadamente desinteressado e modesto, mais se comprazia em labutar na penumbra,

habilitando e apresentando outros para o desempenho público de qualquer trabalho ou missão em serviço de uma causa útil, apesar de ser êle por vezes o seu iniciador, fomentador e melhor colaborador. E realmente foi também não sómente educador, mestre e impulsionador de muitas aptidões que ao depois, na imprensa, nas boas letras portuguesas e nas funções públicas se distinguiram, tanto na Índia como na metrópole, mas ainda um dos mais cordatos e prestigiosos *leaders* das classes dirigentes da sociedade da sua terra natal, e campeão decidido do progreso intelectual e moral da sua atrasada população hindu, a qual sempre o venerou com afecto, como seu patrono, e guia, nas suas legítimas aspirações á melhoria de suas condições sociais.

V. sabe muito bem cóm aquele homem, um dos restos preciosos das mais honrosas tradições portuguesas na Índia, estremecendo a um tempo o país do seu berço e a terra da metrópole, em mais de uma ocasião difícil se apresentou perante a suprema magistratura administrativa da província como o porta-voz das necessidades ou exigências da população, inspirando, para as conciliadoras soluções médias, que alvitrasse ou propusesse, entre as impaciências ou desânimos dum lado e as demasias intransigentes do outro, tão boas garantias de seriedade, de bom senso e de acêrto aos governados, como aos próprios governantes, que as bem recebiam.

Finalmente, Tomás Mourão, como homem público e amigo do seu país, como esmeradíssimo cultor das boas letras portuguesas, poeta e escritor de bons quilates, como lexicógrafo, como partidário entusiásta duma cuidada educação infantil em populações cristãs e hindus de sua terra, deixou muitos produtos do seu sempre honesto e consciencioso trabalho a mor parte inédito, mas de grande valor, tanto em português, como em marati e Konkani.

Nesta língua indígena do seu país compôs e ordenou mesmo trabalhos em desempenho duma comissão de serviço de que o govêrno da metrópole o incumbira em portaria régia de janeiro de 1890, no intuito de promover e derramar na nossa Índia a cultura e o ensino oficial da mesma língua mediante compêndios e métodos apropriados. E se o encargo do govêrno cessou dentro em pouco, o mesmo não sucedera com os trabalhos do autor, que proseguiu neles por amor da arte, da instrução e da língua vernácula do seu país.

No intuito de promover a coordenação de toda essa obra se constituíra aqui em Lisboa uma comissão de alguns compatrícios dele, dirigindo um apelo, a bem das letras e da instrução pública, á primeira Municipalidade da nossa Índia em Nova Goa, apelo do qual

os primeiros signatários foram V., o Conde de Nova Goa e o nosso mencionado consócio Mons. Dalgado.

Na Índia chegaram a iniciar-se as primeiras diligências, das quaes, porém, não houve mais notícia.

Deixe-me dizer-lhe que entre êsses diferentes trabalhos se encontra um catecismo de Doutrina Cristã, composto em Konkani, pelo jesuita P.e Tomás Estêvão, no século XVII, mas impresso em caracteres romanos e que Tomás Mourão reproduziu em caracteres devanágricos, obra que eu levo comigo para a Índia afim de vêr se alcanço introduzi-la ali, com o seu methodo de aprender a lêr e escrever a língua vernácula em caracteres devanágricos, para o ensino particular da infância, na população portuguesa e cristã.

Estou também no empenho de coligir e coordenar uns largos apontamentos mas bastantemente esparsos, que êle me confiou, e com os quais ele pretendia contribuir para o Congresso dos Orientalistas que em 1892 devia realizar-se em Lisboa e não se realizou, com uma Memória sôbre as «*Leis fonológicas que presidiram á formação do Índo-Português*», coordenação que, depois de pronta e ultimada, terei a satisfação de apresentar á Academia.

Esta carta tem em vista apenas o seguinte: —

Como na Academia já foi indicada a conveniência de incumbir a conclusão dum dicionário marati-português ao nosso consócio Mons. Dalgado, e como um outro trabalho em português-marati existe em manuscrito, organiazdo por Tomás Mourão, eu lembrava a V., o alvitre de aproveitar êste manuscrito, chamando para ele a atenção da Academia, tanto mais que sôbre o seu valor e aproveitamento pode pronunciar-se com competência o dito nosso consócio, Mons. Dalgado.

Se for julgado aproveitável, o mesmo Mons. Dalgado poderia ser incumbido de o rever e dar-lhe os últimos retoques, suprindo as lacunas que houvesse; e assim teriamos uma obra completa, isto é, um dicionário marati-português e português-marati.

V. dará a esta minha humilde lembrança o valor que lhe merecer. — Como sempre e com sincera consideração e antiga estima, confrade e amigo afect. e obg.do — Lisbôa 30 de março de 1912. — *Cristóvão Pinto.*

P. S. — Depois de concluída esta carta li com satisfação no *Diário de Notícias*, de 29 do corrente, que V., na sessão de quinta feira última, já tinha dado notícia da obra a que me refiro e que passo ás suas mãos, por parte da Ex.ma Sr.a Baronesa de Combarjua. Espero pois confiadamente que V., apresentando êsse trabalho á

2.ª classe, se interessará no sentido de o tornar aproveitável, como êle bem merece, pelo que em si muito vale e pelo grande valor intelectual do seu malogrado autor, que concorreu também com a sua prestantíssima e assídua colaboração para o Dicionário da nossa Academia, no tempo em que tanto se trabalhava para a sua organização.

Parecer redigido pelo Sr. Teixeira de Queiroz para que seja impressa por conta da Academia a cópia dos Livros dos assentos da antiga freguesia de Santa Crus do Castelo de Lisboa, apresentada pelo Sr. Edgar Prestage

Senhores. — Os manuscritos apresentados a esta Academia na sessão de 28 de Março do corrente ano pelo nosso solícito e valioso consócio Edgar Prestage são cópia dos livros dos assentos da antiga freguesia de Santa Cruz de Castelo de Lisboa e compreendem os registos paroquiais relativos a baptisados, crismas, casamentos e enterros durante um largo período de cêrca de noventa anos.

Quanto a nascimentos são estes registados em 373 fôlhas, escritas dum só lado e abrângem o período de 83 anos desde 8 de novembro de 1545 a 21 de outubro de 1628.

Apesar da redação ser na maioria dos casos deficiente, do exame dêsses documentos se deduzem considerações acêrca do estado civil dos individuos baptisados, alguns dos quaes são adultos e de condição servil, sendo a maioria, de recentemente nascidos, mencionando-se destes as ocupações de seus pais e dos padrinhos, não esquecendo o nome da parteira, como pessoa idónea para testemunhar do facto do nascimento.

São muitos os padres (que se denominam curas), que lançaram os assentos, e em regra os assinam. São todos portugueses e escrevem em português; a não ser na ultima parte, isto é, desde 20 de novembro de 1626 a 21 de outubro de 1628, em que a língua empregada é a espanhola e a assinatura do padre é simplesmente de *Capelan mayor,* cujo nome só nos é revelado num registo de casamento em que se assina: Diego Fernandes Marino de Lobera, que se diz cura por «su majestad» e residente no «Castillo» desta cidade de Lisbôa.

Quanto a crismas é pouco extenso o rol dos que procuravam êste sacramento de confirmação. Não se lhes menciona a idade,

nem há mudança de nome, como é permitido pela igreja católica e abrange apenas o período de dois anos (1547 e 1548) e estão escritos em 11 fôlhas dum só lado.

No que diz respeito a «matrimonios e recebimentos», como diz o título, há registos durante 92 anos, isto é, desde 26 de setembro de 1536 a 2 março de 1628 e estão lançados em 164 fôlhas escritas dum só lado. São curiosos êstes assentos cujo teor diverge conforme o seu redactor. Uns dizem receber os nubentes *à porta da igreja*, outros *à fáce da igreja* ou *in facie ecclesiae:* em alguns mencionam-se circunstâncias, que podem ser interpetrativas da forma como então se faziam os contratos de matrimónio. Alguns casamentos não foram realizados na igreja da freguesia, mas noutras e eram ali lançados por certidão apresentada. Estão neste caso bastantes dos assinados pelo cura espanhol já citado e daí parece deduzir-se que êsses nubentes fossem paroquianos, e que, talvez, por patriotismo, se furtassem a receber a benção nupcial de um padre estranjeiro. Devemos lembrar-nos que êsse sacerdote paroquiara ali cêrca de dois anos e em pleno reinado dos Filipes.

O registo dos defuntos enterrados na igreja de Santa Cruz do Castelo abrange também o período de 92 anos, desde outubro de 1536 a 15 de abril de 1628. Está escrito em 151 fôlhas dum só lado. Não são menos interessantes que os outros. Não são uniformes também na redacção, dependendo esta do cura que paroquiava a freguesia. Há-os de todas as formas: num não se diz o nome de quem lançou o registo, noutros apenas se diz o nome do defunto sem mais nada, noutros nem êsse nome se menciona dizendo-se apenas ser um homem, ser uma mulher, ser um menino, ser um escravo, ser uma velha, ser a mulher dum alfaiate. Em muitos menciona-se a circunstância valiosa de ter morrido com ou sem testamento, e quando o haja feito mencionam-se as disposições acêrca de *bens de alma.* Em alguns, poucos, se diz o lugar da igreja ou do adro em que foi enterrado, se era sacerdote, se era rico, se era pobre. Na abertura dum dos livros nota-se: «Defuntos que faleceram de este mal de que Deus nos guarde...» e como aí se nota grande desleixo ou pressa, pois nem o nome do morto se escreve, parece designar que grassava em Lisboa qualquer epidemia por êsse tempo. Há frases escritas em alguns registos que podem dar luz aos que estudem a historia do direito pátrio, pois dizem respeito à legislação em vigor na época.

Por estas ligeiras considerações e resumo, se pode reconhecer o valor da oferta feita pelo nosso ilustre consócio Edgar Prestage e, rendendo-lhe os nossos agradecimentos, sou de opinião e pro-

ponho que seja impresso por conta da nossa Academia o manuscrito em questão, nos termos em que foi solicitado, isto é, em volume separado, e não nas nossas memórias para assim ser mais fácilmente consultado por estranhos que sejam estudiosos.

Lisboa 15 de Abril de 1912.

Júlio de Vilhena.
Gama Barros.
Ramalho Ortigão.
Henrique Lopes de Mendonça.
José Ramos Coelho.
José Leite de Vasconcelos.
Teófilo Braga,
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

Parecer do Sr. Gonçalves Viana sobre a obra manuscrita «Influência do vocabulário português em linguas asiáticas» do Sr. Dr. Sebastião Rodolfo Dalgado

Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado apresenta à nossa Academia um trabalho de largo fôlgo, que talvêz nenhum outro sábio português, ou mesmo estranjeiro, poderia levar a cabo satisfatóriamente.

O tema dêste laborioso estudo é o exame individualizado e sistemático dos vocábulos portugueses adoptados num grande número de idiomas da Asia, falados por povos com quem temos estado em contacto, mais ou menos íntimo e directo, desde a época dos nossos descobrimentos e conquistas, a contar do século xv até o presente, com relação ao tempo, e de Ceilão ao Japão, pelo que respeita a espaço. É uma especialização glotológica de que o seu benemérito autor não encontrou exemplo, e para cujo desempenho teve de criar êle próprio o método, acomodado à exposição clara e persuasiva dos factos. Na realidade, até agora os orientalistas, os profissionais da sciência, teem de preferência aplicado as suas investigações aos vocabulários exóticos de várias proveniências, trazidos às línguas europeias, e não à influência por estas exercida nos idiomas vernáculos das outras partes do mundo.

Perfeitamente preparado por diuturna leitura e assimilação com-

pleta dos processos rigorosos da filologia comparada, revela o autor em todo o seu trabalho o conhecimento da literatura scientífica apropriada ao assunto, e o aproveitamento consciencioso dos factos tendentes a demonstrar cabalmente a sua tese — a considerável influência da civilização portuguesa nas várias manifestações das civilizações indígenas, quer estacionárias, quer progressivas. É tão avultado, com efeito, o número de palavras portuguesas adoptadas em tantos idiomas, de índoles diversas, como pertencentes a famílias diferentes e de variadíssimas estruturas gramaticais, que não podemos deixar de concluir que, pondo de parte gregos e romanos, nunca talvez povo algum, a não serem os árabes, logrou disseminar uma parcela do seu vocabulário por tão diversos campos, e por tal forma, sem prejuízo da integridade dêsses idiomas, quer as palavras neles recebidas o hajam sido por simples audição, quer artificialmente por transmissão literária, sobretudo litúrgica.

Acosta-se o benemérito e douto orientalista, para a divisão das línguas vernáculas, à sistematização empregada pelo afamado glotólogo inglês Roberto Cust, bem conhecido, além de outras obras, pelo seu exemplar escrito *The modern languages of East Indies*, Entendo que fez bem, conquanto esta divisão e suas caraterísticas não estejam em absoluta concordância com as teorias do abalizado filólogo, já falecido, Frederico Müller, talvez por uma parte antiquadas, e por outra pessoalíssimas, e apesar de também divergir da doutrina moderníssimamente sugerida por Finck sôbre a estrutura gramatical, que reduziu a oito tipos únicos, os quais abrangem morfológicamente todos os idiomas conhecidos, nas cinco partes do mundo.

Tenho por acertadíssima aquela eleição, com referência pelo menos aos idiomas asiáticos, campo único onde o autor fez as suas explorações.

Disse já que Monsenhor Rodolfo Dalgado teve de criar o método do seu trabalho, por não existir modêlo, mesmo aproximado, pelo qual se guiasse. Efectivamente, se pusermos de parte alguns estudos do Dr. Hugo Schuchardt sôbre os crioulos portugueses asiáticos, um de Aristides Marre e dois meus acêrca do malaio, dado à estampa o primeiro dêstes em 1896 na publicação votiva *Mélanges Charles de Harlez*, e o segundo no volume VIII da *Revista Lusitana* (1903-1905), precedido de um estudo incompleto do Dr. A. A. Fokker, e aínda o do Dr. Murakámi, que tem por objecto a persistência de vários vocábulos portugueses ou castelhanos no actual japonês; todos os outros idiomas da Índia, do extremo Oriente, do sul da Ásia e da Polinésia estavam por estudar na especialidade de que estou tratando, a assimilação de termos portugueses nessas línguas vernáculas.

Não expõe o autôr as leis fonológicas a que obedeceu cada um dos idiomas, ao aceitar os vocábulos portugueses, fundindo-os no seu léxico próprio, como eu tentei fazê-lo com referência ao malaio, tarefa bastante fácil, atenta a simplicidade da fonética desta família de línguas, à qual sem dificuldade se acomodaram as palavras portuguesas.

Pelo contrário, o estudo de todas as transformações a que tiveram de sujeitar-se essas palavras em idiomas de outras famílias seria trabalho em demasia árduo e longo, para que coubesse nos limites da obra cuja análise estou fazendo. No entanto, algumas das principais modificações apontou-as em resumo o douto escritor, e entre elas avulta a eliminação da sílaba inicial átona, que precede imediatamente a sílaba tónica dos polissílabos, principalmente se essa sílaba inicial é vogal, mas também, em alguns casos, quando ela principia por consoante. Este fenómeno é conhecido e freqùente na transmissão de vocábulos de uma a outra língua, se a transmissão se efectua auricularmente.

O valioso estudo que me coube o dever de examinar é precedido por uma introdução, em todos os pontos de vista do maior interêsse, e na qual o autor revela o vasto cabedal do seu saber neste importantíssimo ramo de sciência. Está redigida essa introdução com tal arte, que tanto póde aproveitar ao especialista, como ao simples leitor, desejoso de se instruir, tão clara e amena é nesse prefácio a exposição, sem que o severo rigor scientífico, porêm, fosse prejudicado com a singeleza da redacção.

Em toda a obra a vernaculidade portuguesa é observada com meticuloso escrúpulo, sem neologismos escusados, ou feições estranjeiradas; a não serem apenas as que vemos em alguns nomes étnicos, tais como *khmer, cashmirês,* os quais, a meu ver, poderiam vantajosamente sujeitar-se à nossa escrita, com as fórmas *cmer, caxemirês*, como os demais que o autor acertadamente aportuguesou, nacionalizando assim completamente a sua obra toda, que pelo seu valor e originalidade muito honra a nossa competêneia scientífica numa província do saber humano, que entre nós, infelizmente, conta poucos cultores autorizados, aínda que respeitados e considerados, como o são, em toda a parte, êsses poucos.

É, portanto, uma tese esta do maior interesse, como disse, não só para nós portugueses, como testemunho da nossa perdurável influência em nações e povos remotos com quem tratámos e tratamos, mas igualmente para todos os que fora de Portugal, com tamanho lustre e crédito no mundo scientífico, se ocupam do estudo da glotologia, em todos os seus multímodos aspectos.

Estou certo de que a publicação desta obra monumental obterá eco e aplauso entre os especialistas de todas as nações civilizadas e no público em geral, e redundará em glória para a nossa pátria e em merecido louvor para a nossa Academia e principalmente para quem, com o maior desinterêsse, amor, espírito verdadeiramente scientífico e acrisolado patriotismo, se abalançou à execução modelar de trabalho tam bem concebido, tão dificultoso e tão útil, num domínio até agora quási inexplorado.

Por todos estes motivos sou de parecer que o estudo magistral de que fiz sucinta análise apresenta todas as condições para que a sua publicação por conta da Academia das Sciências de Lisbôa seja autorizada, acrescentando-se com tal publicação o bom nome que o nosso instituto sempre tem conseguido adquirir e perpetuar.

Academia das Sciências de Lisbôa, 11 de abril de 1912.

Joaquim Teófilo Braga.
Henrique Lopes de Mendonça.
Francisco Teixeira de Queiroz.
José Duarte Ramalho Ortigão.
José Leite de Vasconcelos.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Cristóvão Aires acêrca da candidatura do Sr. Bento Carqueija a sócio correspondente

Ha muitos anos que foi proposta nesta Academia a candidatura a sócio correspondente do ilustre escritor e publicista Dr. Bento Carqueija.

Chegou o parecer a ser redigido por António de Serpa Pimentel e assinado por António Cândido, Conde de Valbom e José Dias Ferreira. Por que circunstâncias deixou de ser presente à votação êsse parecer? Ignoro. Sei que o encontrei na pasta da secretária da segunda Classe e que o mostrei ao nosso eminente consócio o Sr. Lopes de Mendonça quando êle lembrou essa candidatura, estranhando que tivesse entrado no número das preteridas. Resolveu-se então a iniciativa dela, e a secção das sciências económicas e administrativas deu-me honra de lavrar o respectivo parecer. Faço-o

com o prazer especial de quem é incumbido de remediar, embora tardiamente, uma injustiça. Ninguêm mais digno do que o Dr. Bento Carqueija de fazer parte desta corporação scientífica, pela forma austera e nobre por que tem honrado a sciência na sua cáthedra de professor, nas suas obras e na propaganda pela imprensa.

Das suas publicações estão presentes — *A Liberdade de Imprensa* (1893), *A doença das videiras*, (1894) *Le conflit deplomatique entre le Portugal et le Brèsil*, *O Futuro de Portugal — Questões económicas e sociaes* (1900), e *O capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal* (1908).

Estas duas ultimas obras, particularmente, representam a especialidade scientífica a que o estudo do Dr. Bento Carqueija tem consagrado a sua vida, criando nela uma autoridade incontestável e o aprêço dos homens cultos. A primeira delas foi inspirada na convicção de que o *O Futuro de Portugal* depende essencialmente do modo como forem resolvidos os múltiplos problemas de ordem social e económica.

Dêsses problemas versa o autor os da política portuguesa, da questão social, das finanças, da administração pública, do comércio, da indústria, da agricultura e das colónias, apresentando as soluções melhores para «vencer as dificuldades presentes, promover as prosperidades futuras e salvar a honra da pátria», na síntese de que necessário se tornam, em cada um dêsses problemas, pôr de parte velhas práticas nocivas, contribuindo todos, na esféra especial da sua actividade e da sua competência, para melhorar a vida nacional e a pôr ao abrigo de perigos. — O outro livro *O capitalismo Moderno* encara também a sua tese sob o ponto de vista nacional. É um brilhante capítulo da História Económica, em que se estudam, desde os tempos mais remotos, as origens do capitalismo moderno, e se prova que Portugal, tendo sido um importante repositório de riquezas acumuladas, «desempenhou, por vezes, um papel no movimento económico na Europa». — Interessantes trabalhos, perfeitamente documentados, e duma erudição despretenciosa e sã. Muitos são os que na vida social portuguesa se teem julgado, e se julgam ainda, habilitados a prover de remédio os males de que ela enferma; raros serão porêm os que tenham encarado os problemas vitais da nação com olhos de vêr e com a necessária preparação para os resolver; raros, talvez, os que nestes preciosos trabalhos tenham ido pelo menos buscar ensinamento e lição.

Dos outros trabalhos mais especiais, o que trata das doenças das videiras, pode ser tambêm considerado de alcance económico para o país, pois reùne conselhos práticos numa lição de propaganda, sôbre

a melhor fórma de combater essas doenças, que representam a depauperação duma das grandes riquezas do país. — A *Liberdade de imprensa* debate uma eterna questão em que todos erguem h' ' s a essa, realmente tão necessária, liberdade, mas poucos, bem poucos, a praticam, quer no abuso que dela fazem quer na repressão com que muitas vezes se põe cobro até mesmo ao seu legítimo exercício. — *O Conflito diplomático entre Portugal e o Brasil* trata dêsse nobre gesto, como é uso hoje dizer-se, dum oficial da marinha portuguesa, Augusto de Castilho, que há pouco fechou os olhos ao mundo, ao dar no Rio de Janeiro em 1894 asilo, nos navios do seu comando, aos revoltosos políticos, que corresponderam a êsse acto humanitário, evadindo-se de bôrdo para se irem reunir aos combatentes seus parciais. Em presença dêsse conflito o Dr. Bento Carqueija assumiu na imprensa a missão simpática de «evitar que o domínio das paixões fizesse nascer rancores entre os dois povos unidos pelos laços os mais fraternais e verdadeiramente seculares».

Outros trabalhos figuram na bibliografia do Dr. Bento Carqueija; mas não os temos presentes, nem necessários se tornam para justificar os direitos que assistem ao ilustre professor e economista para ter assento nesta Academia, que não deslustrará as suas seculares tradições de supremacia intelectual e scientífica em quanto constituir a sua corporação com individualidades de tão provado e reconhecido merecimento.

Lisboa 18 de abril de 1912.

Antonio Cândido.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
Cristóvão Aires (relator).

Sessão de 9 de maio de 1912

Presidente: Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe; da 1.ª classe Sr. Alberto Girard, correspondentes Conde de Azevedo, David Lopes, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo e Rodolfo Dalgado; correspondente estranjeiro Edgar Prestage, da 1.ª Classe Carlos du Bocage e Oliveira Simões.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Leite de Vasconcelos* participou à classe o falecimento do Sr. Oliveira Guimarães, abade de Tagilde, autor de muitos trabalhos: de história e arqueologia locais (concelho de Guimarães); extratos do cartório da Colegiada de Guimarães, publicados no *Arqueólogo Português; Vimaranis Monumenta Histórica,* coleção preciosa de documentos, a qual infelizmente ficou incompleta; e uma monografia sôbre *Tagilde.* O Sr. Oliveira Guimarães, além de escritor erudito, foi um dos sustentáculos da Sociedade de *Martins Sarmento,* e um dos colaboradores do Museu desta benemérita associação. Por tudo isto, o Sr. Leite de Vasconcelos, embora Oliveira Guimarães não fosse sócio da Academia, propôs se lançasse na acta um voto de condolência por êste falecimento, proposta que foi unanimemente aprovada.

O Sr. Dr. *José Maria Rodrigues* agradece a sua eleição a sócio correspondente.

O presidente Sr. *Lopes de Mendonça* acentua que a Academia é que tem de se honrar com o seu novo sócio,

pelas altas qualidades de inteligência e estudo que o exornam e que virão valorizar os trabalhos da corporação que o recebe com júbilo.

O Sr. *Presidente* apresenta os trabalhos do Sr. António Baião, que a Classe recebera como título de candidatura a sócio correspondente.

O Sr. *Edgar Prestage* oferece em nome do seu autor, padre C. Torrend, sócio correspondente da Academia, o opúsculo *Portugal de Amanhã,* no qual o autor declara que a maior parte das ideias ali expostas são de Léon Poinsard, na sua obra *Portugal Inconnu,* e o Sr. *David Lopes,* tambem oferece em nome do seu autor, o opúsculo *O Ensino do francês,* pelo método directo, na aprovação secundária.

O Sr. *Rodolfo Dalgado* lê uma erudita comunicação sôbre a palavra *ola,* que com muita frequência é empregada pelos nossos antigos escritores, especialmente com respeito às cousas do Malabar, e que da parte dos lexicógrafos portugueses não tem merecido o devido tratamento.

É de origem dravidica, e emprega-se em diversas acepções. Quando esteve em Ceilão, o Sr. Dalgado teve à mão duas *olas* em tamul, uma das quais ofereceu à Sociedade de Geografia e a outra oferece agora à Academia, para que, pelo especimen, se conheça o que é uma *ola* escrita.

O Sr. *Pedro de Azevedo* lê os sumários de vários documentos que se encontram em Londres no *Public Record Office,* relativos aos embaixadores que vieram a Portugal em negócios da Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos, documentos que não foram conhecidos pelo autor do *Quadro Elementar,* Visconde de Santarêm, e que completam em parte a obra de Rymer, e que deviam ser publicados.

O Sr. *Lopes de Mendonça* aplaude e agradece em nome da classe as duas interessantes comunicações que acabavam de ser lidas, e disse que era muito para acatar o

alvitre apresentado pelo Sr. Pedro de Azevedo para a publicação dos documentos a que se referiu, e que são de muita importância para a história. Mais uma vez isto faz sentir a impossibilidade em que a Academia foi colocada de continuar as suas publicações, porquanto êsses documentos podiam constituir volumes na valiosa série do *Corpo Diplomático*.

Em seguida o Sr. *Lopes de Mendonça* justifica com um trecho de Castanheda estes dois versos do seu drama *Afonso de Albuquerque:*

> E, forçado a irmanar o esplendor que me abarba,
> Ha dias empenhei tres pêlos desta barba

Conta Castanheda que Afonso de Albuquerque, não tendo com que pagar a um lascarim que lhe fora pedir a paga duma divida, «lançando mão à barba acabou de tirar quatro ou cinco cabelos, sem o querer fazer, e quando os viu mostrou que os tirara por sua vontade e por contentar o lascarim, os deu, dizendo que buscasse dinheiro sobre êles, porque não tinha outro melhor que dar». E assim o fez, realmente o lascarim, e obteve o dinheiro que desejava». — O Sr. Lopes de Mendonça tem este episódio como sendo a lenda geratriz do gesto célebre e teatral de D. João de Castro. E, a propósito, o ilustre académico traça um eloqùente e brilhante paralelo entre a individualidade do herói de Gôa e o herói de Diu, frisando o «culto de si próprio», que tanto preocupou D. João de Castro.

No *Boletim da Segunda Classe* serão publicados os três interessantes estudos lidos nesta sessão.

E não havendo mais do que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 23 de maio de 1912

Presidente: o Sr. Júlio de Vilhena.

Presentes: os sócios efectivos srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvão Aires, secretário da Classe; e os sócios correspondentes Srs. Cunha Gonçalves, David Lopes, José Maria Rodrigues, Júlio Dantas, Pedro de Azevedo, Roque da Costa, Sebastião Dalgado, e correspondente estrangeiro Sr. Edgar Prestage; da 1ª. Classe o Sr. Oliveira Simões.

Lída a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O *Secretário* disse que apenas tivera conhecimento da morte do eminente académico, sócio desta Academia, Menendez y Pelayo, telegrafara imediatamente em nome da classe ao ilustre ministro de Espanha em Portugal, marquês de Villalobar, apresentando áquela nação amiga a expressão do mais sentido pezar, e leu a resposta enviada pelo ministro.

«Cristóvão Aires — Secretário da Classe de letras da Academia das Sciências de Lisboa — En nombre del Gobierno de Su Magestad agradezco el pesame que por mi conducto dirige la Classe de Letras de la Academia de Ciencias de Lisboa á la España docta por la irreparable perdida que acabamos de sufrir con la muerte de nuestro Menendez Pelayo, siendo este un dia de luto imenso para nuestra patria. — El marqués de Villalobar».

O mesmo académico fez o elogio do extinto professor e homem de letras dizendo que fôra o legítimo representante do génio e maneira de ser da raça Espanhola, e que a sua morte não representava apenas um motivo de luto

nacional para a nação visinha, mas uma verdadeira perda para o mundo culto.

A Classe, aprovando a iniciativa do seu secretário, determinou lançar na acta um voto de sentimento por tão lamentável perda para as letras peninsulares.

Resolveu-se que o voto de sentimento fosse comunicado ao governo espanhol e às Academias Espanhola, e de História e de Sciências Morais e Políticas de Madrid.

Também o secretário deu conhecimento de uma carta do sócio sr. Lucio de Azevedo, em que vinha transcrito um trecho de uma outra do ilustre académico brasileiro, José Veríssimo em que se diz que alguns académicos brasileiros pensam enviar a Lisboa um dos seus para conferenciar com a comissão, e que êle fosse o comissário. Á vista disto precisava que informassem qual será a melhor época para mandarem alguem, e que tempo será preciso para liquidar as pequenas diferenças que existem.

O sr. *Leite de Vasconcelos* respondeu em nome da comissão do Dicionário de que é presidente, que essa comissão enviára recentemente à Academia Brasileira as suas conclusões; mas que com o maior prazer receberia os ilustres comissionados daquela douta corporação caso ainda ficassem algumas dúvidas a resolver, dependendo do número e natureza destas o tempo que a discussão podia levar. A época melhor para a vinda dos académicos brasileiros, seria depois das ferias que terminam em setembro.

O *Secretário* ficou de comunicar à Academia Brasileira o que acabava de ouvir.

O Sr. *Gonçalves Viana* disse que desejava fazer à Academia uma comunicação a respeito da discutida passagem de Gil Vicente «O carro á ré»; — mas não estando presente o Sr. Lopes de Mendonça, guardava-a para quando o ilustre académico a pudesse ouvir.

O Sr. *José Maria Rodrigues* leu um erudito e muito interessante estudo sôbre o «Campo elisio» dos *Lusiadas* (VIII, 3).

O texto corrente do poema diz, falando de Luso:

> Do Douro e Guadiana o campo ufano,
> Já dito Elisio, tanto o contentou,
> Que ali quiz dar aos já cansados ossos
> Eterna sepultura, e nome aos nossos.

Das quatro explicações que teem sido propostas para a palavra «elísio» (os campos elísios, no sentido próprio; campos que pela sua amenidade se podem chamar elísios: elísios, por alusão a Lisa ou Luso; elísios, do descendente de Noé, Elisa), todas oferecem dificuldades.

Provavelmente Camões escreveu «lísio», nome derivado de Lisa, e já empregado, por exemplo, por Manuel da Costa. A conjunção *e* entre «Douro e Guadiana», que só aparece desde o seculo XVII, deve substituir-se por *a*.

O Sr. *Presidente* elogiou o trabalho que a Classe acabava de ouvir, e que era mais uma prova da rara erudição do seu autor no que toca a assuntos camoneanos.

O Sr. *Constâncio Roque da Costa* disse que na sessão plenária de 8 de abril de 1912 do XVI Congresso Internacional dos Orientalistas, reunido na Aula da Universidade de Atenas, o Sr. Martin Fortris propôs que os governos de todos os países do ocidente, que teem interesses na China, fossem convidados a dirigir uma nota idêntica ao governo chinês, convidando-o a tomar conhecimento do *Manual internacional de transcrição dos sons da lingua mandarina,* publicado pela Imprensa Nacional de Paris, e a adoptar e promulgar um sistema de transcrição com equivalentes em letras latinas de todos os sons chineses, em conformidade com um modo de pronunciação bem determinado e oficialmente sancionado.

Sendo a língua mandarina falada em Macau, onde se ensina oficialmente na Repartição do Expediente Sinico, parece-lhe que seria de toda a conveniência que esta Academia procurasse fazer apreciar por pessoa competente a

importância do *Manual* de que se trata, a fim de aconselhar o governo português a aderir ou não à nota colectiva que naturalmente será solicitado a dirigir ao governo da China.

O Sr. *Gonçalves Viana* pediu a palavra para ponderar que transcrições scientíficas não faltam, a começar na afamada de Lepsio (Standard Alphabet, 1863). Notará, porêm, que Calléry, no seu interessante livro *Sistema Phoneticum Scripturae Sinicae,* louva como a todas preferível, a transcrição tradicional portuguesa, a qual é a adotada oficialmente para o anamita em França.

Isto é tanto mais importante quanto é sabido que, mesmo sem falarmos no padre Magalhães (seculo XVII), basta muito mais modernamente, mencionar o padre Gonçalves, a quem Calléry chama Praeclarissime Gonçalvi.

O Sr. *Júlio de Vilhena* disse que sendo o assunto de muito interesse e digno de estudo, conveniente seria nomear uma comissão que o estudasse e indicou para ela os nomes dos srs. Gonçalves Viana, David Lopes, Sebastião Dalgado e Constancio Roque da Costa, proponente, o que foi aprovado.

Não havendo mais de que tratar foi encerrada a sessão.

Sessão de 30 de maio de 1912

Presidente o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Antonio Cândido, Gonçalves Viana, Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos e Veiga Beirão; e correspondentes os Srs. José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo e Silva Teles.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O *Secretário* disse que oficiara ás Academias Espanholas comunicando o voto de sentimento lançado na acta da última sessão, pela morte de Menendez y Pelayo, e deu conhecimento do parecer enviado pelo Sr. Sebastião Dalgado relativo ao manuscrito do *Dicionário Português-Marata,* do finado barão de Combarjua, parecer que a Classe resolveu mandar á respectiva secção.

Foi lido pelo Sr. *Gonçalves Viana* o parecer relativo á candidatura da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

A propósito o Sr. *Veiga Beirão* explicou a razão porque não assinava o parecer, que segundo a letra e o espirito dos Estatutos lhe parecia que não eram elegíveis senão os homens.

Explicando também o seu voto, pois haviam assinado o parecer, falaram os Srs. *Presidente, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Julio de Vilhena* e *Cristóvão Aires,* ponderando que os Estatutos se referiam a sócios sem distinção de sexo; que embora no espírito da lei orgânica da Academia não pudesse estar, quando ela promulgada, o eleger senhoras, o tempo modificara por tal forma as circunstâncias e o meio, que hoje era possível o que não seria há 50 anos, tanto que viamos hoje uma senhora regendo uma cadeira

na Universidade de Coímbra, e senhoras teem sido condecoradas em Portugal com a ordem de S. Tiago e em França com a Legião de Honra; além disso, excepcionalíssimas eram as condições de talento e de saber das duas senhoras, pela Classe propostas, que a Academia só se tinha a honrar com a entrada delas no seu grémio.

Pelo Sr. *Presidente* foi lido o parecer que respeita á Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

O Sr. *Veiga Beirão* disse que deseja acentuar que a sua divergência era únicamente jurídica nada tendo com o alto aprêço em que tinha a reputação literária das duas senhoras propostas para sócias.

O *Secretário* leu o parecer relativo á candidatura do Sr. Vicente Almeida de Eça.

O Sr. *Silva Teles* agradeceu a sua eleição e referiu-se aos seus trabalhos geográficos no Algarve, que lhe deram ocasião de reconhecer que algumas das afirmações de Strabão relativas a essa província, que podiam parecer estranhas, são verdadeiras. Efectivamente, muitos pontos algarvios, hoje muito distantes do mar, seriam há alguns séculos povoações do litoral. Parece-lhe que a apreciação e a crítica do escritor que cita e de outros, no ponto de vista da localização de certas povoações por êles indicadas, devem ser feitas não só com a documentação histórica mas tambêm com os elementos scientíficos formados pela geografia moderna. Tão interessante assunto desenvolve-lo hia numa próxima sessão.

O Sr. *Presidente* disse que a Academia se honrava em contar no seu grémio um professor tão distinto e tomava nota da promessa que acabava de ouvir do desenvolvimento de tão importante tese.

Não havendo mais de que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Gonçalves Viana acêrca da candidatura da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a sócio correspondente

Cabe-nos a subida honra de prestarmos com o nosso voto à excelsa escritora, a Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a homenagem que todos os homens de letras de Portugal lhe devem pelo incansável zêlo, competência indiscutível, talento relevante e aturado estudo, que por tão dilatados anos tem consagrado à nossa língua, à nossa história literária, e em geral à filologia hispânica, mas nomeadamente à portuguesa.

Nenhum dos nossos consócios ignora quanto o ilustre nome da egrégia romanista é respeitado pelos seus confrades, quanto são acatadas as suas opiniões acêrca de qualquer ramo da filologia românica, bem como sôbre alguns dos vultos proeminentes da nossa literatura. Ocioso portanto seria encarecer perante a Academia tantos e tão justificados títulos de benemerência.

Manifestaram-se os talentos e o saber da insigne romanista desde 1876 com a obra, por tantos predicados meritória, intitulada *Studien zur romanischen Wortschöpfung;* e se num ou noutro ponto secundário a sua autora já hoje a não subscreveria sem comentário, fôrça é todavia confessar que, discípula do fundador da filologia românica, o venerando Frederico Diez, a escritora honrou o glorioso mestre de todos nós na execução daquele utilíssimo e valioso estudo. Em datas mais recentes tem continuado, quási sem interrupção, a consagrar o seu talento e a sua atenção os léxicos português e espanhol, do que são testemunhos evidentes, entre outros, os seguintes estudos, publicados em várias revistas portuguesas e estrangeiras: *Fragmentos etimológicos, Contribuição para o futuro dicionário etimológico,* na *Revista Lusitana; Estantígua,* na *Tradição; Studien zur romanischen Wortdeutung,* na *Miscelanea di Filologia* dedicada a Caix Canelo; *Enger, inçar,* e outros vários artigos, na *Zeitschrift für romanische Philologie.* Muito recentemente, no volume XIII da *Revista Lusitana,* vemos um ensaio seu, de grande importância, acêrca dos *Tratados de alveitaria e cetraria* de Mestre Giraldo, curiosíssimo escrito do século XIV, a todos os respeitos digno de atenta leitura. Êste ensaio termina com um sumário dos vocábulos de maior interêsse, os quais são nêle examinados e analisados em todos os seus aspectos, sobresaindo porém o etimológico, elaborado com o maior rigor scientífico. E não obstante êste rigor, os leitores profanos hão de percorrer com interêsse essas 212 páginas, com tamanha ameni-

dade e clareza é versado o assunto, que em outra pena seria árido e talvez fastidioso para a maioria das pessoas estranhas a estes estudos. Não cabe nesta exposição mais circunstanciada apreciação de tão magistral estudo, que só por si daria, perante os filólogos mais notabilizados, um lugar primacial a quem com tanto ânimo o empreendeu e tão cabalmente o executou.

Citaremos, entre outros copiosos trabalhos devidos à ilustre escritora, os seguintes sôbre variadíssimas especialidades da filolagia românica e da história literária:

A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas; Uma obra inédita do Condestável D. Pedro de Portugal; Vida e obras de Luís de Camões, tradução portuguesa da obra magistral de Guilherme Storck; *Portugiesische Literatur*, no *Grundris der romanischen Philologie; Estudos sôbre o romanzeiro peninsular*, *O Judeu Errante*, na *Revista Lusitana; Romances Velhos de Portugal*, na *Cultura Española; Pedro de Andrade Caminha*, *Notas aos sonetos anónimos*, na *Revue Hispanique; Mitteilungen aus portugiesischen Handschriften, Parnaso de Luís de Camões, Palmeirim de Inglaterra, Ein portugiesischer Weinachtsauto, Romanzen Studien, Ein Liederbuch des Königs Denis von Portugal, Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch*, na *Zeitschrift für romanische Philologie.*

Omitem-se nesta resenha sumária muitos outros estudos primorosos, cuja enumeração alongaria êste parecer, tão numerosa é a sua produção literária e scientífica.

As obras que se apresentam à nossa consideração e aprêço, como títulos de candidatura ao ingresso da sua autora no nosso grémio, são as que vamos citar: *Estudos sôbre o Romanceiro Peninsular; Investigações sôbre sonetos e sonetistas; O Cancioneiro da Ajuda; In Memoriam*, colaboração na publicação votiva *Antero do Quental*, e vários outros estudos notabilíssimos, dados à estampa no *Arquivo Histórico Português;* cada um dos quais, como as mais obras citadas, constituiria sem lisonja nem exagêro, e independentemente dos outros, título suficiente para favorável votação unânime, pois qualquer dêsses trabalhos revela tanta competência, tão cabal conhecimento dos assuntos tratados, tamanho escrúpulo, tão esmerada forma, tanto talento, tão profunda erudição e sinceridade, que se não pode dizer qual destas prendas nêles prevaleça a realçar-lhes a valia e a assinalar a doutíssima escritora.

Cremos haver indicado com estas justiceiras palavras quanto é necessário em abôno da candidatura duma senhora, cujo altíssimo espírito se tem consagrado com tamanho desvêlo e carinho e tão provada competência ao estudo das letras portuguesas, em que so-

bresai, com o maior relêvo, como vulto proeminente e sem competidor em muitos dos variadíssimos assuntos dos seus labores de crítica, de doutrina, de investigação consciencíosa, todos êles de incontestável autoridade, o nome de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Somos, portanto, de parecer que seja eleita como sócio correspondente dêste douto instituto a ilustre escritora, não só com fundamento nas obras apresentadas como sobrado título, mas igualmente pelo valor de tantas outras, que a nenhum homem de letras é lícito desconhecer, tão justamente elas são apreciadas em toda a parte. Pagaremos assim uma dívida de há muito contraida pela nossa pátria para com uma das glórias mais autênticas da nossa época.

Academia das Sciências de Lisboa, 29 de maio de 1912.

R. A. de Bulhão Pato
José Ramos Coelho
José Leite de Vasconcelos
Júlio M. de Vilhena
J. Fernandes Costa
Henrique Lopes de Mendonça
Jaime Moniz
Joaquim Coelho de Carvalho
Gama Barros
António Candido
Teófilo Braga
Teixeira de Queirós
Cristóvão Aires
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Teixeira de Queiroz acêrca da candidatura da Ex.ma Sr.a D. Maria Amália Vaz de Carvalho a sócio correspondente

Decidiu a segunda classe da nossa academia, sôb proposta do seu sócio efectivo, Lopes de Mendonça, que como preito excepcional, fossem convidadas as notáveis escritoras, D. Maria Amália Vaz de Carvalho e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a fazerem parte da nossa corporação. É homenagem esta, ao talento e ao trabalho comprovado, com assenso e aplauso da opinião ilustrada e bem fez

esta douta sociedade em abrir, pela primeira vez na sua vida secular, as suas portas a duas senhoras que no labor das lêtras portuguesas teem demonstrado subida cultura, cada uma por fórma diferente.

Coube-me a honrosa missão de relatar o parecer, sôbre que deve recair a votação estatutária, àcêrca da primeira dessas escritoras e faço-o com o natural receio de não cumprir bem o que me ordenam e com desvanecimento natural pela delicadêsa da escolha. Tentarei o bosquejo rápido da obra dêsse escritor raro, que apesar do seu nome feminino é um dos maiores e mais disciplinados do nosso tempo. A sua disciplina, porêm, é um pouco dispersa; porque é uma criação expontânea saida duma das mais copiosas leituras que temos conhecido. Expliquemos o aparente paradoxo: D. Maria Amália tem mais de quarenta anos de leitura abundante, permanente e seleta; mas êsse seu estudo, aproveitado por uma inteligência agudíssima e por uma memória excepcional, tem sido dirigido mais por curiosidade intensa do que por método preconcebido. Ela lê sempre e lê de tudo — jornais nacionais e estranjeiros, revistas literárias e scientíficas, romances, poemas, peças de teatro, obras de crítica, obras de história e de filosofia; interessa-se pelos graves assuntos religiosos, pela política vária, pela educação geral. Para conhecer e aproveitar do método scientífico dos naturalistas, teve como expositor e mestre um grande amigo, que foi do mesmo passo um grande médico, que a instruia nas teorias fisiológicas da evolução natural, da transformação dos organismos através da vida de gerações, para com êstes primórdios compreender por paridade as mudanças históricas da sociedade, em toda a obra do pensamento e da acção, sempre num progresso e desenvolvimento gradual.

Não conhecemos espírito com mais nobre ambição de saber, de averiguar para responder ás instantes interrogações da sua alma anciosa. Não é um propósito de ostentação ou vaidade externa, é antes e principalmente, uma necessidade de consolo próprio. E como tem uma facilidade de leitura abundante e a sua memória lhe seja fiel, acumulou em si um saber verdadeiramente excepcional e uma cultura rara. O exemplo e a prova de tudo isto encontra-se nos seus livros, que encantam não só pela nobreza do estilo, mas também pela variedade dos aspectos nas ideias e nos sentimentos. Num parecer académico, por tradição resumido, não se póde dar a resenha da obra vasta de D. Maria Amália; mas os ledores portugueses que tenham acompanhado êste coração e êste cérebro desde a *Primavera de Mulher*, saudada pelos primeiros poetas do tempo em que apareçeu, até à *Vida do Duque de Palmela*, teem de me dar razão. O seu

primeiro livro de prosa, é denunciador duma firmêsa de estilo e de pensar, que para os entendidos devia logo denunciar o escritor másculo, que depois firmou a sua reputação na crítica literária e filosófica, na crónica, e na história. *Os Arabescos,* dedicado a seu marido, o Celini do verso português nas *Miniaturas* e nos *Noturnos,* tem páginas de excepcional belêsa e dum admirável entusiasmo. Essas duas almas superiores, Gonçálves Crêspo e D. Maria Amália, teriam combinado os assuntos; porêm foi ela que escreveu o livro. É denunciativo duma grande fôrça intrínseca o modo como ela, ainda joven, se defronta com gigantes como Miguel Angelo e Victória Colonna, Goëthe, Savanarola e Renan. Para compreender o primeiro, que foi na grande época da renascença italiana imenso escultor, arquitéto, pintor e bom poeta era necessário, como ela mesma pressente «penetração e sagacidade apuradíssima de crítico e de poeta». Pois ligando esta alma sombriamente bíblica, com a misteriosa, recatada e ungida alma de Victória Colonna, dá-se um embate dos mais elevados aspectos psicológicos. O filho espiritual de Dante que foi Miguel Angelo sofreu e gosou (nas almas de *élite* são equivalentes êstes estados) a ação fascinadora da enclausurada viuva do marquês de Pescára; e apesar de tardia essa paixão, que lhe veiu aos 50 anos por uma mulher que tinha 35, durou-lhe até ao fim da sua longa vida e nunca esmoreceu êsse fogo no seu peito de brazido. Lá o dizem os sonetos que deixou dedicados a Victória Colona.

Outro estudo que emparelha com o precedente, se o não sobreleva, é o de Jerónimo Savanarola, alma gêmea do sublime escultor de Moisés. O ardente dominicano, tribuno religioso que da cátedra sagrada fizera barbacan donde atirava sôbre a sociedade corrupta do seu tempo, tem na pêna eloquente e moça de D. Maria Amália um intérpretre apaixonado. Desde rapaz fôra um austero e sombrio contemplador das grandes figuras dos profetas bíblicos. Duma melancolia grandiosa e desolada, consumira-se na chama ardente do bem; republicano e patriota, falava com ira da lascivia duma sociedade ébria de luxo e de prazer. Quando fugira da casa paterna para se esconder num convento de Bolonha, levava no íntimo do coração a dôce memória de sua mãe, querida imágem que nunca o abandonou na vida de luta ardente, contra os déspotas, contra os costumes dissolutos, a favor da liberdade, tal como Isaias prègando a regeneração do povo nas ruas de Jerusalem. Aquela sua palavra duma eloquência incendiada era temida de príncipes e dos grandes que o vinham escutar atraídos por fôrça intrínseca e dominadora. A fogueira raivosamente acêsa por Alexandre Borgia queimou o mí

sero corpo do frade iluminado; mas o seu espírito continuou a viver para anatematisar todos os despotas.

Os outros dois estudos que compõem os *Arabescos*, um sôbre um episódio da vida de Goëthe, do qual louva o génio, e o outro àcêrca de Renan, do qual admira o estilo de mestre na prosa, entram no grande número de trabalhos críticos da nossa escritôra durante mais de trinta anos. Á forte curiosidade da sua alma não tem escapado qualquer dessas nobres figuras que nos tempos modernos tenham concorrido para o progresso humano. Escritores, políticos, sábios, e grandes humanitários de ambos os sexos, que tenham realisado na vida qualquer obra de bem, de virtude ou de talento, todos tem passado no seu campo visual com a análise e o aplauso que mereceram. De todos os acontecimentos que no mundo se tenham dado nas duas ou tres últimas décadas, se tem ocupado D. Maria Amália nas suas crónicas. São impressões colhidas em leituras rápidas e comentadas com um vasto saber adquirido; são notas fixadas àcêrca desta nossa época tormentosa, revolucionária, duma por enquanto incompreendida transformação social. Os volumes *Alguns homens do meu tempo, Crónicas de Valentina* (pseudónimo usado por D. Maria Amália) *Pelo mundo fóra*, *Em Portugal e no Estrangeiro, Figuras de hoje e de hontem*, *Cérebros e Corações, Ao correr do tempo*, *No meu cantinho*, *Impressões da história* são outros tantos estudos dispersos, perpetuados em livros.

Ha, porêm, um assunto que tem merecido á escritora portuguesa especial favor, mesmo carinhoso enlevo, e que ela cuida com elevação e entusiasmo. É o problema da educação da mulher e das crianças. Nos tempos modernos, filósofos e publicistas teem compreendido que só pela educação cívica, pela instrução bem ordenada as nações se podem engrandecer. A senhora D. Maria Amália tem posto em relêvo, que, nêsse vasto assunto, o capítulo mais importante, senão o valiosíssimo, é o que diz respeito ás creanças que hão de ser esposas e mães. No que escreveu a este respeito mostra-se feminista de boa lei, sem pieguices nem exageros e com um bom senso admirável. *As nossas filhas* (cartas ás mães) e as *Cartas a Luisa (Moral, Educação e Costumes)* são os dois livros em que mais especialmente discute a função da mulher na sociedade e na família, o modo como vae errada a sua educação, a maneira de transformar espíritos fúteis em esposas, dignas companheiras do homem moderno, obreiro duma sociedade democratisada pela sciência, e libertando assim a alma feminina da servilidão em que tem vivido, sem pretenções a masculinidades ridículas e desnecessárias. No livro *As nossas filhas* toma a creança quási no berço, acompanha-a na sua integração na

sociedade como elemento de prosperidade social: critica a educação dos conventos e colégios, dá conselhos àcêrca da escolha das mestras para a educação caseira. São dois livros de proveitosa leitura pelo bom senso com que estão escritos e pela moral prática, que nêles se aprende.

A obra geralmente considerada de maior tomo, das saídas da pena da senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho é a *Vida do Duque de Palmela,* D. Pedro de Sousa Holstein. É a maior pela vastidão concreta do assunto, pela grave condensação do trabalho, porém só poderia ser escrita, como está, depois do largo convívio dos modernos mestres da história taes como Macauley, Mommessem, Carlyle, Niebuhr, A. Thierry, Guizot, Herculano e outros, cuja freqüência, os seus estudos críticos anteriores denunciam. Nêsses tres grossos volumes, compostos com o fim de pôr na verdade, que andava bastante deturpada por escritores tendenciosos uns e ignorantes outros, a ação dum homem que exerceu larga e fecunda influência no advento das instituições parlamentares em Portugal, mostra a escritora uma análise cuidadíssima da época em que se passam os factos e seus antecedentes, mas feita com documentação nova e escolhida, e com são critério para dar a razão do que afirma. A propósito, ou melhor, concomitantemente com a biografia familial, política e social do primeiro Duque de Palmela faz a história do período em que êle agiu, na Europa e em Portugal. Procura minuciosa e lucidamente as causas dos acontecimentos, assentando-as no estudo dos caratéres e obras dos homens eminentes do tempo — escritores, publicistas, estadistas e generais; aponta erros cometidos e louva factos dignos de elogio pelo patriotismo, abnegação, coragem dos seus agentes.

D. Pedro de Sousa Holstein, o biografado, é objecto de cuidadoso estudo na história pregressa da família desde sua heroica avó, D. Isabel Juliana, que apenas saída da puberdade, mostra caráter enérgico e inquebrantavel, resistindo á vontade do marquês de Pombal, que violentamente a casára com um filho seu, e deles se viu depois na necessidade de tratar com Roma o divórcio, para de novo ambos se casárem, ela com o eleito do seu coração, D. Alexandre de Sousa, no estado de intangibilidade primitiva.

É um drama íntimo, interessantíssimo, escrito e documentado com lucidez e rigor. O futuro duque é depois acompanhado na adolescencia, nos seus triunfos de homem elegante amado por mulheres celebradas, especialmente pela Staël, que (apesar de contestados êsses amôres) lhe dedicou fervoroso afecto, como no livro se revela em cartas suas; e tambem é seguido nos seus estudos do mundo político euro-

peu, feitos sôbre a matéria viva dos homens nos salões e nas chancelarias. Como espírito, D. Pedro, sofre transformações dependentes do estado constantemente perturbado da sociedade, no que já se percebia que, as velhas instituições e as velhas fórmulas, se desconjuntavam ao impulso da Revolução Francêsa. Por causa do bem da sua pátria, que defendia, sentia-se ora acarinhado, ora repelido nas côrtes de Londres, de Paris, de Viena e de Madrid onde exerceu missões diplomáticas. Foi-o egualmente em Lisboa, na Bemposta e em Belem, onde era recebido com friesa ou com entusiásmo consoante o geito das intrigas palacianas e consoante sopravam os ventos políticos, vendo-se mais do que uma vez na necessidade de se exilar voluntariamente da côrte para o estrangeiro ou para o Calharis, com o fim de deíxar passar a onda adversa. Foi sempre o homem desejado e o homem abocanhado, o seu temperamento de combatente passava por entre os acontecimentos com altivez nobre, que muitos julgavam desdem, outros egoismo e até covardia. Porêm dos seus aparentes naufrágios políticos o duque emergiu sempre salvo pela sua indomavel vontade e pelo critério sagaz aplicado aos acontecimentos.

Na revolução constitucional portuguesa teve ele papel primacial. Desde que abandonou o ministério de que fazia parte convidado por D. João VI, já regressado do Brazil, e se refugiou em Londres, pondo-se depois á frente dos emigrados portugueses em Inglaterra, até ao momento felicissimo em que após a expedição do Algarve subiu o Tejo com a esquadra comandada por Napier, que êle inventára, a sua vida de revolucionário político é das mais acidentadas. Teve períodos de grande favor perante os seus companheiros de degrêdo que o consideráram como um protector e um chefe, teve outros em que o malsinaram pelo julgarem orgulhoso e desdenhador dos humildes. O seu convivio em Londres com a melhor gente da côrte, gerava rivalidades e suspeitas injustificadas, porque, D. Pedro de Sousa, nunca perdia de vista os seus fins políticos, que os patriotas do depósito de Plymouth não podiam conhecer nas suas particularidades, pois eram trabalhos diplomáticos. O mesmo se deu com o próprio imperador, que umas vezes o incumbia de missões da mais transcendente importância para a causa de sua filha, outras o afastava de seu colaborador, o que êle foi sempre e dos mais valiosos.

A empresa patriótica dos ideólogos vintistas, filhos da grande Revolução, tinha de consolidar-se; mas não era a homens ingénuos e sem experiencia da vida social das côrtes europeias, onde tudo se combinava e decidia, que o seu exito podia ser confiado. A crise dinástica portuguesa, que se manifestára agudissima com o pacto

entre D. Carlota Joaquina e seu filho Miguel, havia de ser resolvida, como o foi, não só pela fôrça das armas, mas tambem pela hábil diplomacia de Palmela. A conquista da liberdade em Portugal contou homens dedicadíssimos, que eram grandes cérebros e grandes corações! Mencionam-se administradores sensatos como Silva Carvalho; jurisconsultos de largas vistas, como Mousinho da Silveira; generais valorosos como Vila-Flôr, o intrepido Vila-Flôr que na conquista dos Açôres, mostra simplicidade tão grande na vitória, que se assemelha aos fundadores da antiga república romana; e o engenhoso e audaz João Carlos de Saldanha, que, com o encanto da sua pessoa e o despreso da própria vida em lances arriscadíssimos, insuflava brio nos mais tímidos, animava ao combate os valorosos. Além dêstes militares, não póde ser esquecido êsse lendário homem de honra e de coragem, Sá da Bandeira, que denominaram o Bayard português, tipo de heroicidade desprendida de fórmulas, que a todos se impunha. Era muitíssimo para o triumfo da causa do progresso e da liberdade; mas não era tudo. Um laço para atar as vontades dispersas foi-o o Imperador; e o homem que conquistou as indispensáveis simpatias dos govêrnos estrangeiros e arranjou, em momentos de crédito escasso, dinheiro para soldos e materiais de guerra foi Palmela. Este, com o seu espírito ductil, a sua larga experiência dos homens e das chancelarias, completou a obra de D. Pedro IV que tinha o prestígio do nascimento e a bravura do caracter. Quem atentamente percorrer as páginas da *Vida do duque de Palmela* encontrará a demonstração do que afirmo. E tambêm reconhecerá pela lógica concatenação dos factos, pela descrição, feita com grande segurança de pêna e de raciocínio, do estado do espírito europeu, como Portugal se integrou no movimento geral das modernas ideias políticas. O triunfo da épica luta foi selado com a temerária marcha do valente Vila-Flor, partindo do Algarve, através do Alemtejo até Lisboa, com um reduzido número de soldados, por entre o exército miguelista, dez vezes superior. Desde êsse dia ficou assente que, nos destinos desta nação portuguesa, por grandes que sejam as suas perturbações, ainda não terminadas, nós havemos de caminhar firmes ao lado da civilização moderna.

Não foi menos inquieto o período histórico desde a vitória em 1834 até 1852, dentro do qual morreu o duque de Palmela. Continuou a luta entre patriotas ardentes, talvez insofridos e insatisfeitos; o que nos arranjou a fama de ingovernaveis. Nem o espírito generoso de Manuel Passos, nem o senso claro de Sá da Bandeira, nem a iluminação jurídica de Mousinho e Borges Carneiro, nem o saber histórico de Herculano e o espírito de arte de Garrett, nem a calma

parlamentar de Palmela, nem finalmente os esforços sinceros de tantos patriotas podéram tranquilisar a insasiável alma portuguesa. As revoltas militares sucediam-se os tumultos do povo; a rainha enérgica mas voluntariosa, arranja um homem para um govêrno de força, António Bernardo da Costa Cabral e o norte do país responde-lhe com uma revolução. Assim temos vivido e assim continuaremos a procurar por todas as fórmas a solução do nosso problema político, não deixando nunca de progredir na nossa vida social. Os estrangeiros acham-nos interessantes, dignos de estudo e estudam-nos; nós continuamos num estado latente de revolução, que, como todas as coisas humanas, há-de ter seu termo, e fio que a calma indispensavel à prosperidade da nação, será encontrada.

Eis o pálido resumo da vasta obra da senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho. Incompleto e imperfeito resultou da leitura que dos seus livros tenho feito, acompanhando-a com o interêsse que deve merecer um tão alto espírito. Em virtude disso tenho a honra de propôr á segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa, que seja aprovada a sua candidatura a sócio correspondente.

Lisboa, 23 de maio de 1912.

Raimundo A. de Bulhão Pato.
Júlio M. de Vilhêna.
José Ramos Coelho.
José Leite de Vasconcelos.
Henrique Lopes de Mendonça.
J. Fernandes Costa.
Jaime Moniz.
Joaquim Coelho de Carvalho.
Gama Barros.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
António Candido.
Teófilo Braga.
Cristóvão Aires.
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

Parecer relativo à candidatura de Vicente Almeida de Eça

De 38 publicações dêste ilustre escritor, capitão de mar e guerra, e lente de Direito Internacional e de História Marítima na Escola Naval, Vicente Almeida de Eça, foram apresentados á nossa Classe vinte e quatro, entre livros, folhêtos e separatas, como títulos de candidatura; naturalmente por se acharem esgotados, não foram apresentados os outros, que são aliás bem conhecidos dos estudiosos, principalmente *Luís de Camões marinheiro, Do Direito da pesca marítima, Abalroamentos no mar, Portugal marítimo comtemporâneo, O marinheiro português através da história, A obra scientífica do Visconde de Santarém,* e outros estudos, orações, conferências, comunicações que marcam ètapes da actividade intelèctual e da exuberância de erudição do autor. Mas as que foram oferecidas à nossa apreciação consideramo-las título bastante para a candidatura do autor a sócio correspondente desta Academia.

O Sr. Vicente Almeida de Eça é um marinheiro, na acepção completa desta palavra; o Portugal marítimo tem nele o seu crónista; as nossas colónias e conquistas que se deveram à nossa marinha de guerra, e a ela devem hoje ainda grande parte do seu prestígio, são para êle objecto de particular devoção. Na sua cátedra de professor nas suas orações, nos seus escritos, o fervoroso amor pelas nóssas tradições navais e coloniais dá-lhe os têmas mais belos e a eloqùencia mais sugestiva.

Nos vinte e quatro opúsculos presentes resaltam-nos os titulos: — *O mar, História Marítima, Viagens e descobrimentos marítimos, Viagens e descobrimentos dos portugueses, Viagens e descobrimentos terrestres, O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos portugueses.* Na mesma esfera de idêas e sentimentos, vém outros estudos que se relacionaram com a história marítima, principalmente portuguesa: a cartografia, questões ultramarinas, os vultos eminentes da nossa acção colonial, etc.

Assim temos as monografias: — *A cartografia marítima portuguesa e os seus antecedentes, Niassa Português, Esbôço geográfico-histórico dos territórios portugueses entre a India e o Niassa, Sá da Bandeira, O Almirante José Baptista de Andrade.* Concomitantemente surgem

as questões de direito internacional relacionadas com os assuntos coloniais e marítimos: —*Alguns problemas actuais no direito da guérra marítima, Delimitação das fronteiras terrestres, As pescas marítimas em Portugal, Missão Portuguesa no Congreeso de Saint-Nazaire e Nantes, Relatório da missão a Bordeus no congresso internacional de pescas em setembro de 1910.*

Outros títulos nos surgem, que à primeira vista parecem indicar assuntos destacados da série que deixamos indicada, mas que no fundo tem a prendê-lo o mesmo fio de interesse pelas cousas que respeitam ao mar, e ás tradições marítimas portuguesas: — *A companhia dos guarda marinhas e a sua bandeira* é um pretexto para dar noticia da organização dnm pessoal marítimo desde tempos remotos, do mesmo modo a *Nota sôbre os estabelecimentos de instrução naval em Portugal* serve para fazer a história da organização do ensino naval no nosso país desde a *Escóla de Sagres;* — *A abertura dos portos do Brazil* é o epitalámio das núpcias de Portugal com êsse ridente empório de àlêm-mar, donde saiu depois um império e mais tarde uma poderosa república, com cujas relações de toda a ordem tanto temos de nos orgulhar e desvanecer; — a conferência *Causas políticas das invasões francesas,* tem por fim principal mostrar-nos como toda a ambição de Napoleão conquistando-nos eram — o pôrto de Lisboa e a nossa esquadra: a nossa esquadra, que lhe servia de núcleo para a reconstituição da que perdera em Trafalgar; o pôrto de Lisboa, que lhe serviria de novo centro de operações navais para a invasão de Inglaterra, de que não desistira ainda, ou pelo menos para a resistência ao poder naval britânico, sem cuja destruição êle bem entendia que não poderia ter sossêgo.

Sempre, em tudo, a alma do marinheiro, essa imagem mais aproximada da alma da Pátria, que o marinheiro alargou e engrandeceu, e que ainda hoje tanto contribue para a conservar íntegra e respeitada.

A história de tudo que se relaciona com a acção marítima portuguesa representa o que há de mais fundamental e de mais belo na missão de Portugal, na marcha da civilização. Por isso os trabalhos do Sr. Vicente Almeida de Eça são dos que se lêem com entusiasmo, pois representam um tributo de gratidão prestado aos que, lutando e morrendo, tornaram a Pátria maior, e lhe deram um destino alto e nobre na história da humanidade.

A Academia acolhendo êste escritor e professor distinto no seu grémio, não só presta homenagem a um trabalhador indefesso e a um homem de verdadeiro saber, mas cria, por essa forma, estímulos aos que se dedicam e se dedicarão de futuro a trabalhos da mesma

natureza, com a honestidade e a proficiência com que estes teem sido realisados, num esfôrço contínuo e ininterruto.

Lisboa, 25 de janeiro de 1912.

Raimundo de Bulhão Pato.
Gama Barros.
António Candido.
Júlio M. de Vilhéna.
Ramos Coelho.
Fernandes Costa.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
Francisco Beirão.
Cristóvão Aires (relator).

Sessão de 13 de junho de 1912

Presidente: sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. António Cândido, Gonçalves Viana, Leite Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Esteves Pereira, dr. José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo e Sebastião Dalgado.

Foram comunicados os ofícios da Real Academia de História e da Real Academia das Sciências Morais e Políticas, de Madrid, agradecendo o voto de sentimento pela morte de Mendez y Pelayo.

Na ausência do sr. Ramos Coelho, o secretário leu e foi aprovado o parecer daquele academico, favoravel à publicação da obra do sr. Carlos Bocage, intitulada: *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal, em seguida á restauração.*

Foram votados sócios correspondentes as senhoras D. Carolina Micaelis de Vasconcelos e D. Maria Amalia Vaz de Carvalho e o sr. Vicente Almeida de Eça.

Foi lido pelo sr. *Sebastião Dalgado*, sendo aprovado pela classe, o parecer relativo ao *Dicionário Português-Marata* do finado barão de Combarjua.

Ficou o secretário encarregado de proceder ás necessárias diligências para se obter a última parte, correspondente ás letras R até Z, que não foi presente à Academia e que se supõe ter o Barão de Combarjua levado para a India, quando de Portugal regressou áquele Estado.

Também se discutiu se seria preferivel solicitar a publicação dêste trabalho da Imprensa Nacional de Gôa, caso se dessem quaisquer dificuldades na Imprensa Nacional

de Lisboa, onde aliás existe não só tipo competente como pessoa habilitada para a composição do marata, ficando também o secretário encarregado de apurar êsse assunto.

O *Presidente* comunicou ter-lhe sido participada a vinda a Lisboa do ilustre académico brazileiro sr. José Verissimo para tratar com a Academia, em nome da Academia Brazileira, do assunto da ortografia; leu o parecer favoravel à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do escritor francês Jean Finot, director da *Revue*, e disse que assistira, em harmonia com o convite recebido, representando a Academia, à sessão solene na véspera realisada na Associação dos Advogados de Lisboa, para o elogio do finado jurisconsulto dr. Alves de Sá, nosso consócio, comemoração em tudo digna, não só da memoria que se consagrava como da corporação que a promoveu e do jurisconsulto que proferiu o elogio.

O sr. *Veiga Beirão,* na qualidade de presidente daquela Associação, agradeceu à Academia e ao seu presidente o terem-se associado à homenagem prestada a quem havia sido uma glória do fôro português.

O sr. *Gonçalves Viana* propôz um voto de sentimento, unanimamente aprovado pela Classe, pela morte de Frederico Passy, cujas qualidades enalteceu, resolvendo a Classe que êsse voto fosse comunicado à Academia Francesa e à familia do finado, — e leu uma interessante comunicação em que justifica a forma «caro» do verso de Gil Vicente: «ora venha o caro á ré», como representando a forma veneziana do vocábulo toscano «carro», no sentido da interpretação que lhe dá o sr. Lopes de Mendonça como termo náutico.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer do Sr. Ramos Coelho acêrca da obra do Sr. Carlos Roma du Bocage «Subsidios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração»

Intitula-se a obra que o sr. Carlos Roma du Bocage apresenta à Academia das Sciências de Lisboa, com o fim de ser por ela publicada, *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração.*

Abrange esta obra os anos de 1640 a 1649, período importantíssimo da nossa emancipação política, e não só tem por objecto o memorável feito que a proclamou gloriosamente, mas também as mais célebres das negociações diplomáticas que procuraram firmá-lo, chamando em auxílio de Portugal as nações da Europa inimigas do seu poderoso inimigo, a Espanha.

Para elucidar o leitor a respeito dos acontecimentos de que vai tratar, abre o sr. Bocage a sua obra com a análise resumida da história de Espanha desde os reis Fernando e Isabel até Filipe IV, concluindo como, do estabelecimento da dinastia da Casa de Austria nêsse país, pela subida ao trono do imperador Carlos V, veio a íntima união das duas corôas, e como a França e várias nações, inquietas por tão grande poder, se juntaram para lho contrastar, já por meio das armas, já por meio da diplomacia, e arrancar à Espanha as Flandres, o Milanês, as duas Sicílias, Portugal e a Catalunha, para o que ajudou bastante o mau governo dos sucessores de Carlos V, e principalmente o de Filipe IV.

Este capítulo necessário, e que se pode considerar, conforme se disse, preliminar dos factos que o autor vai desenvolver, completa-se com o que tem por matéria a situação geral dos estados da Europa quando se realizou a Restauração, no qual se mostra, de um lado, a importância da Espanha e da Casa de Austria, e, do outro, a da França com os seus aliados, na magna contenda que então se debatia, conhecida pelo nome de Guerra dos Trinta Anos, a que só pós fim a celebre paz de Westphália.

Tendo a França diligenciado favorecer-nos, favorecendo a sua política, desde muito antes de 1640, primeiro com o bom acolhimento que deu ao Prior do Crato na causa da sucessão do trono, por morte do cardeal-rei D. Henrique, depois com os emissários que mandou ao Reino para alentar e levantar o nosso país contra a dominação estrangeira, e sendo as relações entre Portugal e França as mais

valiosas e as que se estenderam durante todo o período da obra do autor, é dessas relações que ele trata sobretudo, para o que há ainda outra razão: a influência que a côrte francêsa, como poderoso centro das negociações do seu partido, exercia sobre os seus aliados onde tinhamos mais ou menos interêsses, incluindo os próprios Países Baixos, embora êstes, quanto ás colónias, representassem por si mesmos, para nós, um papel da maior consideração, papel que ainda está pedindo historiador competente.

A amplitude que o autor concedeu às nossas relações com a França proporcionou-lhe ensejo de avaliar a história nacional à luz da verdadeira crítica, como, por exemplo, quando judiciosamente defende a nossa primeira embaixada (a do monteiro-mór Francisco de Melo e António Coelho de Carvalho) que prova ter alcançado da côrte de Paris o mais que se podia alcançar, e o que então nos era mais útil, ponto em que os escritores contemporâneos dos factos, e mesmo alguns posteriores, manifestaram falso critério amesquinhando-a e censurando-a. Outros exemplos são: a maneira por que trata as embaixadas do marquês de Nisa, D. Vasco Luís da Gama; as propostas de Portugal para os futuros casamentos do príncipe D. Teodósio com a duquesa de Montpensier, e da princesa D. Joana com o duque da Saboya, e com o próprio Luís XIV; e principalmente a obscura missão do padre António Vieira a França, que inesperadamente nos aparece com uma face de todo diversa da que se lhe assinava.

A firmeza da política de Richelieu, continuada por Mazarino, e a frouxidão da guerra em Portugal, além da incerteza no manejo dos negócios, são postos em confronto acertadamente; e dêste resalta a menos justiça das nossas queixas contra França, cuja complicação de interêsses externos e internos a manietavam tanto, que se tornava inadmissivel exigir dela que os sacrificasse e se sacrificasse à nossa causa. Por último as suspeitas do autor, no tocante às alternativas da côrte de Lisboa na questão da liga formal entre Portugal e França, alternativas que nos levaram a pedi-la com empenho, e a descurá-la quando no-la queriam conceder, oferecem, à vista dos factos e da crítica do autor, certas probabilidades que nos deixam o espírito tristemente perplexo.

Tratando especialmente da França, como se disse, o sr. Bocage não deixa de prestar atenção às nossas relações com os outros países, cuja aliança nos convinha, porque, além de descrever a embaixada do padre Inácio Mascarenhas à Catalunha, se refere à de Inglaterra de D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão, à de Dinamarca e Suecia de Francisco de Sousa Coutinho, à dos Paises

Baixos de Tristão de Mendonça, e à de Roma do bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, assim como aos nossos ministros enviados ao congresso da paz que então se discutia, isto é: a Rodrigo Botelho de Morais, que foi para a assembleia dêle reunida em Osnabruck, e a Luís Pereira de Castro e Francisco de Andrade Leitão, destinados à outra assembleia, a principal, efeituada em Munster, ministros nunca admitidos por causa da tenaz oposição da Espanha.

Para levar a cabo a sua interessante obra foi o sr. Bocage mais feliz em França do que em Portugal, pelo pequeno número de publicações diplomáticas que possuimos, em comparação das que conta aquele país, o que é bem sabido e o autor com razão lembra e relembra; mas, apesar disso, tirou êle dos poucos meios que lhe proporcionou a nossa literatura respectiva bom partido, suprindo em parte os documentos que não tinha com a maneira de encarar os factos e de avaliá-los, para o que se fiou, sempre que pôde, mais nos documentos do que nas publicações contemporâneas, muita vez indignas de crédito, as quaes aproveitou só subsidiáriamente, e ainda com parcimónia. Assim cumpre hoje escrever a história merecedora dêste nome, e, por falta disso, está quáse toda por escrever a nossa. Nem admira, atenta a limitadissima protecção que teem merecido aos govêrnos de Portugal os arquivos nacionais e as indagações nos estrangeiros, que de uma e outra coisa se não deve prescindir, conforme o presente estudo novamente demonstra.

Por tudo que fica dito merece pois a obra do sr. Bocage ser publicada pela Academia, no que se prestará um serviço relevante ás nossas letras.

Lisboa, 2 de Junho de 1912.

Gama Barros.
José Leite de Vasconcelos.
Ramos Coelho (relator).

Parecer
do Sr. Sebastião Dalgado, aprovado pela respectiva secção, acêrca do «Dicionário Português-marata» do Barão de Cumbarjua

Dois idiomas vernáculos se praticam em Gôa: o concani e o marata, ambos pertencentes à família indo-árica e muito aparentados entre si, como o português e o castelhano, pôsto que muitos filólogos, actuados pelas similaridades vocabulares, considerem o concani como dialecto do marata.

O concani é a língua materna e falada da população indígena e, a mais, língua escrita, geralmente em caracteres romanos, dos cristãos que não sabem português. Tem literatura antiga, posterior à dominação portuguesa, pouco conhecida actualmente, e moderna, não muito importante, e alguns periódicos, publicados fora de Goa. Não há nenhuma escola pública no território português para o seu ensino; mas não faltam livros escolares, antigos e modernos, em português e inglês.

O marata ou, vernáculamente, *marāthí*, é a língua escrita e literária da classe hindu, isto é, não cristã, que nela redige a sua correspondência epistolar, comercial e até oficial. Tem dois alfabetos: *devanágarī* ou *bālbodh*, para a instrução de crianças, para a impressão tipográfica e para documentos públicos; e *modí* ou cursivo, para o trato particular.

O marata ocupa, pela sua importância, o segundo lugar entre os idiomas gáuricos ou neo-áricos; abrange uma vasta área, desde Goa até ao rio de Damão, confinando por léste com as línguas telúgu e canaresa; é falada por 18.237:899 indivíduos, conforme o censo inglês de 1901, que nele inclui o concani do território britânico; é muito cultivado, tem escolas primárias em toda a parte, e possui uma rica literatura, sendo a mais antiga, que é poética e religiosa, do século XIII.

Em Gôa, para a interpretação dos textos maratas, há um língua do estado e empregados nas administrações das Novas Conquistas e junto dos tribunais judiciais. E para o ensino da língua, há cadeira anexa ao liceu nacional, cuja aprovação é necessária aos que se destinam à profissão de advogado, e escolas primárias oficiais em várias localidades das Novas Conquistas, como Sanquelim, Sanguêm, Pondá, Quepêm, alêm de muitas particulares por todo o território.

Todavia, para o estudo do marata por via do português não há senão duas gramáticas, deficientes e antiquadas, que não podem entrar em confronto, por exemplo, com a de Ganpatraráo Navalkar em inglês: uma por Suriaji Ananda Rau e outra por Filipe Néri Pires.

O referido Suriaji, que foi língua do estado e professor de marata, tinha composto um dicionário marata-português que, em virtude do parecer favorável da comissão nomeada pelo governador geral, começou a imprimir-se, por conta do estado, na Imprensa Nacional de Nova Goa. Mas, pelo falecimento do autor, só saiu à luz o primeiro tomo, que termina em a letra *th* do alfabeto devanagárico, e assim a obra ficou truncada por metade.

Iniciara-se em Bardês a publicação, em fascículos, de outro dicionário análogo, mas suspendeu-se há pouco, segundo me informaram, temporáriamente. Igual sorte teve o dicionário marata explicado na mesma língua, que se publicava, também em fascículos, em Pondá.

Mas o marata possui os melhores dicionários de todos os idiomas modernos: marata-inglês e inglês-marata, compostos em condições excepcionalmente favoráveis de numerosa e adequada colaboração e de liberal auxílio pecuniário, por James Molesworth e Thomas Candy, que neles consumiram longos anos para produzir léxicos modelares.

Não havendo em português livros apropriados com relação ao marata, o finado Barão de Cumbarjua, que possuia vasta ilustração e era dotado de poderosas faculdades de trabalho, empreendeu a composição dum dicionário português-marata, impulsionado pelo desejo patriótico de preencher em parte esta grande lacuna e de promover a instrução da classe hindu.

Como porêm uma empresa desta natureza demanda sempre estudo aturado, labores prolongados e cooperação constante, especialmente não sendo materna a língua, e o autor pretendia fazer, quanto de si dependesse, uma obra esmerada, segundo se depreende das três sucessivas cópias do dicionário, mas esteve por muitos anos deslocado do meio onde com menos dificuldade poderia levar a cabo a sua tarefa, o seu dicionário ficou em manuscrito de 650 fôlhas, distribuidas em três volumes.

Quanto à sua organização, acho que a obra não deixa muito a desejar. Está registado quási todo o vocabulário português, tal como aparece nos dicionários manuais, à excepção dos advérbios derivados dos adjectivos, por serem desnecessários. As acepções mais notáveis são discriminadas e explicadas em português, como o fez Candy em inglês. As correspondências maratas, pelo que pude julgar, são na generalidade exactas, dadas em vocábulos coloquiais e literários, em expressões possivelmente simples e não por perífrases.

A parte marata está escrita, com excelente caligrafia, sómente em alfabeto *bālbodh*, não podendo por isso fazer uso do livro os que não conhecem os caracteres devanagáricos. Mas não podia ser de outro modo; os hindus de Goa não estão habituados a ler marata em transcrição scientífica, e a reprodução duma mesma palavra ou frase em ambos os alfabetos poderia ter cabimento num pequeno vocabulário, mas não num livro já de si volumoso.

Do que levo dito se vê evidentemente a grande utilidade, para não dizer a necessidade, de se publicar o dicionário português-marata do Barão de Cumbarjua; pois a obra é de alto valor lexicológico,

de suma vantagem aos estudantes de marata em geral e em particular à classe hindu, que constitui a metade da população de Goa; é a primeira no seu género, e não é de esperar que haja outra por longo tempo.

A sua impressão far-se hia mais cómodamente na Índia, por exemplo, na Imprensa Nacional de Nova Goa, que possui os tipos necessários e pessoal sabedor da língua marata. Mas também a Imprensa Nacional de Lisboa, pelo que me informam, poderia, sem grandes dificuldades, encarregar-se do trabalho, que, escusado é dizer, será muito demorado.

Há porêm um inconveniente, que reputo algo grave: o manuscrito não está completo. Faltam os vocábulos portugueses da letra *M*, o que é o menos, e falta a parte correspondente às letras desde *R* até *Z*, isto é, um quarto da obra.

Creio que o consócio Sr. Cristóvão Pinto, na sua interessante carta em que, em nome da família do autor, ofereceu o dicionário à Academia, faz referência ao extravio do quarto volume do manuscrito, e sugere que se pode reparar a perda com os materiais que se encontram nas cópias anteriores.

Não me parece, por mais dum motivo, que a tarefa seja tão fácil como se afigura à primeira vista; porque não se trata de mera trasladação duma pequena porção, como seria a da letra *M*. As duas cópias anteriores, formando cada uma um volume, não se acham tão bem desenvolvidas como a última, que abrange quatro volumes; e porisso, pela simples extractação, não se guardaria a harmonia com o corpo da obra. Além disto, a primeira cópia é muito deficiente, assim pela supressão de grandes porções de vocabulário português, que muito interessam, como pela omissão dos significados maratas de numerosas palavras. E a segunda deixa em branco, bem como a primeira, as folhas da letra *V* desde a dição «vestuário» até ao fim.

Não sendo possível recuperar o volume extraviado, o que não tomo por certo, nem sendo fácil reconstituir integralmente o original que falta, a não ser por via de alguns colaboradores do autor, que não conheço, ou tem de se publicar o material existente em três volumes, suprindo a letra *M*, ou tem de se deixar ficar a obra em manuscrito, sem nenhum proveito do público a que se destina.

Parece-me que mais vale pouco que nada. A Academia resolverá como melhor entender.

Lisboa, 18 de Maio de 19 12.

SEBASTIÃO RODOLFO DALGADO.

*

A secção de literatura da Academia das Sciências de Lisboa concorda com o parecer do Dr. Sebastião Rodolfo Dalgado acêrca do *Dicionário Português-Marata* do Barão de Cumbarjua.

Lisboa, 31 de maio de 1912.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.
FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIROZ.
TEÓFILO BRAGA.

Parecer redigido pelo Sr. Teixeira de Queiroz acêrca da candidatura do Sr. Jean Finot a sócio correspondente

Enviou o distinto publicista francês Jean Finot à nossa Academia, uma parte das suas obras com oferecimento assás lisonjeiro para esta corporação, o que demonstra o subido conceito em que somos tidos no estrangeiro.

São quatro esses volumes, alguns popularizados na Europa culta por meio de traduções em diversas línguas e numerosas edições; e outros, ainda recentemente publicados, não desmerecem os primeiros, antes lhe realçam o valor. Cabe-me a honra de dar parecer ácêrca dos livros oferecidos considerando-os como título à candidatura de Jean Finot. Antes do seu recebimento, já eu conhecia o valor intelectual do director da *Revue* e pelo que dêle tinha lido, a minha opinião era que a secular Academia das Sciências de Lisboa muito se honraria em ter no número dos seus sócios, êste nome laureado. Porêm, depois que em leitura seguida apreciei o valor da obra de Jean Finot, mais radicadamente se acentuou essa convicção. Vou expor o resultado do meu estudo.

O valioso colaborador da *Bibliothèque de philosophie contemporaine* tem-na dotado com três trabalhos de valor, hoje conhecidos em todo o mundo culto, e êsses trabalhos são três dos volumes que nos foram enviados: *La Philosophie de la longivité, Le préjugé des races*, e o *Préjugé et problème des sexes*. Em todos êstes volumes predomina uma ideia generosa de libertação do espírito humano e de exaltação da sua parte afectiva.

A *Philosophie de la longivité* é livro de *consolação* e as doze edições que já conta e o prémio que lhe foi conferido pela *Academia de Sciências Morais e Políticas de França* aquilatam o seu alto mérito. Está traduzido em quasi todas as línguas europeias e o seu exito pode ser explicado pelo interêsse e paixão com que o seu autor acompanha o estudo dêste problema da vida fisiológica. Procura êle afastar da mente humana o terror da morte, não só dando conselhos para o prolongamento da vida terrena do nosso corpo, na forma agradável em que o conhecemos; mas ainda procurando fazer-nos acreditar que essa vida se prolonga após o desaparecimento mundanal com a integração na vida do universo. Não é grande consolação para a nossa individualidade egoista; mas no estudo minucioso da nossa evolução orgânica, chega o autor a introduzir-nos no espírito a convicção de que a morte é uma consequência natural da vida e consegue tirar-nos, como êle diz, «o terror da morte que envenena a vida». Basta que o autor, fundado em estatísticas e opiniões de sábios, médicos e naturalistas, nos afirme com provas que a média da vida pode ser acrescentada, observados que sejam os conselhos da higiene moderna, além do limite até hoje assinalado, para ser êste um livro utilíssimo e de consolação, como lhe chamei. Além disto cura duma grande tristeza a alma humana: além de diminuir em nós o terror da morte, tira-nos o desgosto da velhice, que é morte antecipada. Com as ideias, actualmente muito espalhadas, de Elias Metchnikoff nos seus *Études sur la nature humaine*, de acordo com a filosofia optimista dêste sábio russo, que trabalhou no laboratório Pasteur, Finot dá-nos a animosa opinião de que há duas espécies de velhice, uma precoce e curável como qualquer doença, outra difinitiva sim, porêm muito afastada e que, sendo o termo natural da vida, é pelo nosso organismo aceite sem receio, quasi agradavelmente, como remate natural de evolução orgânica. O nosso último sopro consciente é o final dum discurso que se pronuncia no meio de aplausos e portanto bem recebido pela nossa alma, mais satisfeita ainda do que resignada. Será assim? Cada um o sentirá por si. Todos os minuciosos trabalhos, estudos, e considerações aproveitados de homens eminentes, filósofos e naturalistas, que Jean Finot recolhe para nos provar o prolongamento da vida, além da morte física, para nos dizer que o nosso corpo é imortal, se condensam no pensamento de Santo Agostinho, aproveitado para epígrafe dêste livro, «que o nosso corpo é tambêm uma criação divina». Aqueles a quem o sonho da imortalidade da alma enleva, devem sentir acrescentado o seu pecúlio de consolação, sabendo que aquilo que tanto amaram, como foi o corpo, agente de

paixões, também não desaparecerá apesar de se evaporar a consciência do existir.

O segundo livro de Jean Finot na ordem cronológica é *Le préjugé des races* a que chamaremos livro de *generosidade*. Entende o autor que a ideia de dividir os homens em categorias, ou melhor em grupos naturaes, é mal fundada scientíficamente. Como todos sabem, esta idea, na sua fórma actual, é relativamente moderna e um fruto de aturados estudos de sábios naturalistas. Pela comparação feita entre os animais vivos, estudados na longa série que êles fórmam, reconheceu-se que, pelo menos, para comodidade de estudo era necessário formar agrupamentos. É questão debatida e não sufficientemente resolvida, se essa separação dos animais em classes, ou grupos, é um facto natural ou artificial, visto ser difícil nos encontros ou limites dos aglomerados, não se poder com facilidade marcar o ponto de diferenciação. Em todo o caso os naturalistas admitem essas classificações e sôbre elas é que assenta o estudo da zoologia. Quanto à espécie humana, as mesmas dúvidas tem sido apontadas para a dividir em agrupamentos de raças, ainda que esteja assente que diferenças grandes existam entre os diversos núcleos de seres humanos espalhados à superficie do glôbo. Essas diferenças são patentes, reaes e efectivas, se compararmos uns com os outros, os indivíduos característicos de cada raça humana. É o mesmo que se dá com os indivíduos que caracterizam as espécies animais. A questão é complexa e não nos compete a nós, que pertencemos a uma secção da Academia denominada de letras, defini-la; mas apênas assinalá-la para continuarmos a apreciação da obra de Finot. Ora é na consideração da dificuldade scientífica de caracterizar os agrupamentos humanos, que o autor se funda para dizer que não há divergência entre os homens, que possa ser uma base para diferenciação. Não é para discutir o ponto debatido entre os naturalistas que Jean Finot armazena os seus argumentos, mas sim para dêles tirar consequências sociais e humanitárias. Tem-se visto que os homens duma raça, que se julga superior, tratam com injustiça e até crueldade aqueles que pertencem aos outros grupos. A censura vem directa a nós, os brancos, que temos sido deshumanos para com os amarelos, os acobreados e principalmente contra os negros. Entende que não há fundamento, nem filosófico nem scientífico, para tal proceder e censura-o acremente. Esta idêa de raças tem sido o motivo de grandes abominações. Não é só o desprêzo atual dos brancos pelos amarelos, que já tiveram uma requintada civilização anterior e quiçá mãe da nossa e que actualmente pensam em reivindicar o seu lugar ao sol da civilização moderna; mas é o ódio

votado aos índios na América e aos negros na África. Por extensão tem sido patrocinada a injusta idéa das diferenças entre povos, até para desmerecer alguns habitantes da Europa: os brancos já fazem distinção entre si, arrogando-se algumas nações, nossas irmãs pela côr e pelo sangue, o direito de desprezarem, subjugarem e até explorarem aqueles que consideram mais fracos. Impròpriamente se tem aplicado a denominação de raças aos agrupamentos humanos do continente europeu, adequando-se aos brancos o que se tinha dito só dos diferenciados pela côr. São divisões histórica e étnicamente mal fundadas, certamente; mas que se justificam sob o ponto de vista político, que é o que predomina nos aglomerados humanos chamados nações.

Ora é contra a suposta nobreza de sangue, que faz com que os homens se tiranisem e odeiem, que Jean Finot se revolta fazendo cerrada propaganda a favor de todos os oprimidos. É pela solidariedade humana que êle pugna. Por isso lhe chamamos ao seu livro, livro de generosidade. E denominamo-lo assim por nos parecer que êle não consegue destruir os argumentos com que os antropologistas fundamentam a doutrina das raças humanas. Compara êle, elemento a elemento, as diferenças apontadas pelos sábios, não vendo parcelarmente que as dissimilhanças de órgãos, de cabêlos, de côr e de caracteres psicológicos sejam razão fundamental para o que afirmam. Porêm o conjunto dessas diferenças, reunidas num todo, é que dá à doutrina a base scientífica, e sob êsse ponto de vista não se pode negar que ha separações consideráveis entre os homens, que habitam o nosso glôbo. A criação da linguagem, as tendências religiosas, o progresso scientífico caracterizam suficientemente os povos para os separar e são confirmação *à posteriori* dos argumentos puramente anatómicos e fisiológicos. Porêm sob o ponto de vista da generosidade e grandeza da alma humana, que devia ser outra que não tem sido, o livro de Jean Finot é não sómente simpático, mas duma grande elevação moral.

De *justiça* é o terceiro volume da *Biblioteca de filosofia contemporânea* intitulado *Préjugé et problème des sexes*, livro que julgamos dos três o melhor. É o mais completo compêndio de dados e argumentos àcêrca do valor e função social da mulher. Acompanha o seu autor o interessante problema feminino, hoje tão debatido, em todos os seus aspectos e nas suas fases. Seguindo a mesma orientação, mas com melhores fundamentos scientíficos, do livro àcêrca das raças, procura apagar as barreiras que separam os dois sexos, elevando socialmente e dignificando o lar doméstico, base de toda a organização social, em que se possa atingir a felicidade,

que nos é permitida sôbre a terra. Entre o homem e a mulher não há diferença, diz-nos, o que nós emendarêmos, concordando em que não a deve haver em relação ao nosso destino comum. Não podemos nós, os homens, separar-nos da mulher, somos seus companheiros de sempre e para sempre, o valor dum será sempre o valor do outro.

Faz o autor a dolorosa história da mulher perante as diversas civilizações, e encontra-a sempre numa sujeição que muitas vezes é escravatura, cruel e rude; apela para a consciência humana, pedindo a libertação daquela que nos é tão querida, libertação que principalmente consiste em que o homem não considere a sua companheira como um objecto de prazer. A sensualidade, a luxùria tem degradado a mulher e portanto enfraquecido êste grande valor social. Mesmo na Grécia e em Roma, onde tanto valeram as cortesãs, estas criaturas nunca concorreram para o bem geral. Entre os negros, a mulher é inferior aos animaes domésticos; os amarelos, e acobreados fazem dela objecto de comércio; e entre nós, os brancos? Temos outras fórmulas de viver, uma sociabilidade mais perfeita certamente, é mais digna a sua situação; mas não é aquela que a sciência aconselha. Se não podemos acompanhar Jean Finot nos seus desejos de quasi atribuir à mulher um génio criador igual ao do homem, acompanhamo-lo de certo no que êle préga em bem dela, para a igualarmos a nós na equivalência do papel social que exerce. Temos razões de ordem fisiológica, que o ilustrado autor do *Prejugé et problème des sexes* muito bem conhece; porque todas aponta no seu valioso trabalho, (ainda que pretende refutá-las,) para podermos afirmar que apesar de considerarmos a mulher igual ao homem sob o ponto de vista jurídico e social, entendemos que ela nunca poderá arrogar-se a mesma iniciativa no cultivo das sciências e das artes e mormente no grave exercício de funções sociais. As restrições estão-lhe assinaladas, umas na sua história, outras no funcionamento do seu próprio organismo. Dizer que a inferioridade da mulher na produção intelectual provêm da tirania que os homens sôbre ela tem exercido, tirando-lhe assim a fôrça intrínseca para o trabalho do cérebro, é afirmar uma hipótese; mas não demonstrar uma tése. Calcular que a mulher, libertada dêsse preconceito antigo, poderá exercer na mais alta governação do Estado as mesmas funções que o homem tem exercido e continuará a exercer, é negar a evidência para quem estuda a organização feminina e a sua altíssima função de maternidade. Tem havido grandes sábios, grandes génios artísticos, e grandes capacidades políticas femininas? Certamente: mas o seu número é tão diminuto diante do algarismo masculino, que,

a sujeição em que a mulher tenha vivido, não pode explicar suficientemente a disparidade. Nos últimos capítulos dêste volume o seu autor reconhece e por certo modo corrige as ousadas e calorosas afirmações do começo, assentando em que os dois sexos são diferentes e lhes competem funções, até certo ponto diversas no convívio da humanidade.

Êste final tem belas páginas a favor da mulher, páginas de grande valor intelectual e educativo e de grande justiça. Tudo que diz ácêrca do casamento, «santificado e confirmado (palavras suas) pelos poderes religioso e civil,» são dignas de ser lidas, como refutação das doutrinas revolucionárias, que pretendem ver na anulação do casamento um sinal da queda da tirania burguesa e religiosa. A mulher nova, que Jean Finot nos descreve tomando em todo o movimento social, scientífico e político, um papel muito próximo do do homem, é uma criação simpática, ainda que não possa ter completa realização.

Em todo o caso consideramos êste, um livro de justiça pelo que pugna a favor da mulher, que o homem moderno tem obrigação de dignificar, valorizando-a como elemento primário na organização do mundo.

O quarto volume, oferecido a esta Academia, intitula-se *Français et Anglais*. É trabalho de carácter puramente político. Nêle se estuda com abundância de provas, tiradas de autores britânicos, a situação não muito desafogada da Inglaterra, perante o mundo, principalmente em frente dos Estados Unidos da América do Norte e da Alemanha. É doloroso, confessamo-lo com sincera mágua, ler a longa exposição, que Jean Finot, um amigo e admirador da Inglaterra, faz dos mal esactuais da grande nação que há mais dum século tem conservado a hegemonia do mundo, sob o ponto de vista da riqueza e da sua política prudente e hábil.

Apareceu-lhe do outro lado do Atlântico um inimigo económico, que é o próprio filho do seu esfôrço e do seu trabalho. Os factos do engrandecimento colossal dos Estados Unidos da América do Norte são evidentes e avaliam-se por meio dos sêcos números das estatísticas; o coetaneo estacionamento e quiçá depressão que se encontra nos primeiros ramos da indústria inglesa pela mesma forma se expõem. O país soberbo de poderio, o primeiro colonizador do mundo em todas as idades da Terra, o verdadeiro sucessor dos romanos, espalhando por todo o orbe, com processos mais racionais do que os antigos, a sua civilização, sente-se ferido na raiz da sua vida. São os seus próprios filhos que o reconhecem, o apregoam e o estudam para ver se, nas latentes energias

nacionais, ainda podem encontrar remédio para tamanho mal. Os estrangeiros também o reconhecem e alguns lho dizem com desdem cruel.

É êste um resultado da civilização e do progresso da sciência, mas nem por isso deixa de ser doloroso para aquêle que sofre no seu bem estar e no seu orgulho de raça forte. As sciências da natureza, com as suas descobertas maravilhosas, que vão acordar ao interior da terra que habitamos forças, que aí existem adormecidas, transformará o mundo, arruinará esta civilização política artificial que nos domina no presente. Por isso onde o génio do homem aparecer com maior ímpeto nos progresssos scientíficos é que se erguerá o estandarte da vitoria. A Alemanha e os Estados Unidos da América do Norte são hoje os dois paises onde as descobertas scientíficas melhor tem sido aproveitadas para o seu engrandecimento material. Todos os olhos que vêem claro, vêem assim, e não se podem conservar ilusões acêrca do futuro. A história sentimental do mundo, com todos os seus preconceitos não poderá modificar o que há de suceder indubitávelmente; isto é, que aquêle que mais souber será o triunfador.

Jean Finot acredita, e é êste o remédio que preconiza para tal calamidade, que uma inteligência íntima entre a Inglaterra e a França poderá aproveitar às duas nações, conservando-lhes a influência sôbre o mundo. Influência intelectual e moral é possível, por tempo limitado; mas predomínio económico é já impossivel; porque a onda alterosa da indústria e do comércio americano e do alemão caminha hoje com tão grande força e velocidade, que nos quer parecer não haver já obstáculos que a possam deter. O poderio da riqueza, como factor social é anónimo, e portanto o caso das nacionalidades políticas para nada vale no rude problema. A civilização materialista que vem da América serve admirávelmente os egoismos grosseiros da humana natureza, e como à força bruta se dá actualmente o papel de árbitro no conflito mundial, é evidente que serão aos mais ricos e aos mais bem armados de instrumentos de agressão, que pertencerá a vitória.

A união da Inglaterra e da França poderão retardar os acontecimentos; porém o que não poderão conseguir é evitar o resultado final que será o predomínio daqueles que possuirem as melhores armas para vencer. E êsses são actualmente os norte-americanos e os alemães, unidos num pacto que não precisou, nem ser combinado, nem escrito para existir.

Tal o resumo dos trabalhos enviados pelo ilustre director da *Revue* Jean Finot e que, por serem valiosos, entendemos lhe devem

garantir o direito que tem a sócio correspondente estrangeiro da Segunda Classse da Academia das Sciências de Lisboa, o que temos a honra de vos propôr.

Lisboa, 11 de junho de 1912.

Cristóvão Aires.
Francisco Beirão.
Coelho de Carvalho.
António Candido.
Gama de Barros.
José Leite de Vasconcelos.
A. R. Gonçalves Viana.
Teófilo Braga.
Henrique Lopes de Mendonça.
José Ramos Coelho.
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

Sessão de 27 de junho de 1912

Presidente: sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Alberto Girard, da primeira classe, e Cristóvão Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Esteves Pereira, dr. José Maria Rodrigues, Julio Dantas, Melo Lopes, Sebastião Dalgado, Pedro de Azevedo e Oliveira Simões, da primeira classe.

Foi votado sócio correspondente estrangeiro o sr. Jean Finot, director da *Revue* de Paris.

O sr. *Gonçalves Viana* comunicou com sentimento à classe o falecimento recente do grande filologo inglês Henrique Sweek, reitor da Universidade de Oxonia. O nome dêste eminente sábio começou a ser vantajosamente conhecido pelo seu trabalho monumental, publicado em 1876 (?) *A History of English sounds,* que vinte anos depois foi reeditado com muita simplificação, mas cuja leitura para os profanos é muito laboriosa, porque na larga exemplificação adoptou o sistema de transcrição, inventado por Bell, que exige estudo especial.

Henrique Sweet, assim como o Principe Z. Luciano Bonaparte, estudou a pronuncia portuguesa, e quási pelo mesmo tempo, 1883, publicou êle, orador, na România, o seu estudo intitulado *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise,* e ambos os filologos se amparam no seu trabalho para defenderem os seus. Henrique Sweet tem outros escritos valiosissimos, e entre eles o *Dicionário Anglo-Saxão,* e outros de mais largo alcance, sôbre o estudo geral de linguas.

Propõe, portanto, à classe que à Universidade de Oxonia envie a nossa Academia sentido pezame por tal perda, consignando-se na acta um voto de sentimento.

O sr. *Lopes de Mendonça* a propósito do termo náutico «carro», ou «caro», faz uma comunicação citando passagens em que se encontram não só aquelas formas mas também a forma «cairo». Não deseja entrar em explanações filológicas para que se considera incompetente, mas, apesar da auctoridade scientifica do sr. Gonçalves Viana e da que merece como perito o sr. Pratt, que no *Diário de Notícias* se referiu ao assunto, é ainda sua convicção que a forma legitima é «carro», atribuindo as variantes a negligência ortográfica ou aberrações prosodicas. Para fundamentar esta opinião, apresenta vários argumentos resultantes do hábito vulgar no seculo XVI de não duplicar as consoantes *r* e *s*, da existência quási constante da forma «carro», em todos os vocabulários e tratados náuticos portugueses e do predominio desta forma na actualidade entre os nossos mareantes. Em todo o caso, oferece aos competentes estes subsídios, para se poder chegar a uma conclusão definitiva sem apego pertinaz à opinião que defende.

O sr. *Gonçalves Viana*, sôbre a interessantissma comunicação do sr. Lopes de Mendonça, acêrca do vocábulo tão debatido «caro» ou «carro» do afamado verso vicentino, disse ocorrer-lhe ponderar que se apresentam três formas, todas citadas na comunicação «caro», «càrro» e «cairo», e todas elas existentes ainda, como temos visto pela discussão que êsse verso suscitou. A menção feita por Jal da forma grega «károion», de que o latim medieval «carium» não é mais que uma transcrição acomodada, sugere-lhe uma pequena observação. A pronunciação do vocábulo grego, na idade média, devia de ser a que o grego moderno lhe atribue, isto é, «carion». Ora a reversão do *i* postónico à silaba predominante, que vemos em «cavaleiro», comparada ao latim barbaro «cabalarium», dava-se no

grego antigo e deu-se no médio; assim de «cárion» deduziu-se a forma «cairon», que é uma das três citadas; «cairo», é aportuguesamento: e só resta, não apenas averiguar se tal forma subsistiu ou subsiste em outras linguas ou dialectos romanicos, mas também qual delas seja ou fosse a primordial em português, e só um atento exame de toda a nossa antiga literatura adequada o poderá decidir autorizadamente.

O sr. *presidente* pôs em relevo a importância destas comunicações que muito particularmente interessam à Academia, à qual está mais especialmente incumbido o estudo da lingua patria.

O sr. *David Lopes* disse que procedendo a averiguações na escrita da Academia, conseguiu determinar a verba gasta com o *Dicionario,* verba que é de 38:679$674 réis, a redacção, revisão e cópia; e de 10 contos pela compra do manuscrito de Ramalho a Alexandre Herculano, ou sejam 48:679$674 réis, o que mostra não ter custado 80 contos como ultimamente se afirmou.

O sr. *presidente* agradeceu as informações dadas pelo sr. David Lopes, em nome da comissão do *Dicionario*, e disse que com o vasto material reunido na Academia, poderia essa comissão levar a bom exito a publicação do *Dicionario*, visto estar removida a dificuldade que impedia de se realisar êsse «desideratum», isto é, a dificuldade da ortografia.

O sr. *Leite de Vasconcelos* disse que estando a terminar a impressão do terceiro e último volume da obra *As religiões da Lusitania,* ia ler à classe uma das secções do livro: *Vestigios do paganismo.* Citou muitos casos da conservação de restos gentílicos nas tradições populares, no onomastico e na Igreja. A propósito observou que se muitas das superstições, lendas, costumes e nomes que existem presentemente, se podem relacionar com documentos que conhecemos da Lusitania, outros não se podem; mas evidentemente

pelo seu carácter, e estranheza, em meio das crenças católicas, proveem dos tempos pagãos.

O sr. *presidente* aplaudiu em nome da classe tão interessante estudo.

O sr. *Lopes de Mendonça* disse que visto estar presente o sr. Julio Dantas, lhe parecia interpretar os sentimentos da classe pelo zêlo e actividade por êste academico provados nos assuntos relativos ás bibliotecas e arquivos hoje a seu cargo, prestando assim relevantes serviços às letras e às sciências. Associaram-se a esta manifestação, com palavras de louvor, os srs. Teixeira de Queiroz, Cristóvão Aires e Gonçalves Viana.

O sr. *Julio Dantas* agradeceu o voto de congratulação com que a Academia o honrou e em especial as palavras de louvor pronunciadas pelo sr. presidente e pelos academicos srs. Lopes de Mendonça, Gonçalves Viana e Cristóvão Aires. Considera tanto mais generosas essas palavras, quanto é certo que os serviços que na inspecção das bibliotecas possa ter prestado representam apenas o cumprimento dos seus deveres de funcionário e o desejo de corresponder à confiança com que o governo o distinguiu. Relata em seguida as providências que tem promovido durante o período ainda curto de exercício do seu cargo, tendentes quer a defender e a conservar as colecções das nossas Bibliotecas e Arquivos, quer a enriquece-las com novas e valiosas incorporações.

Refere os resultados que a inspecção obteve com as providências adoptadas para o regresso das espécies emprestadas a estabelecimentos do Estado e a particulares, e dos livros desviados por roubo e já apreendidos em diversas livrarias da capital. Justifica essas medidas de defesa indispensáveis. Em seguida, fala da colecção dos manuscritos do nosso ministro em Londres no tempo de D. Miguel, dr. António Ribeiro Saraiva, que acabam de ser adquiridos em Bruxelas por proposta sua, ao subdito

inglês sir Weri; da livraria de Fialho de Almeida; da incorporação na Biblioteca Nacional, da livraria da Mitra, de S. Vicente, cerca de dez mil volumes que requisitou á comissão executiva da Lei da Separação, entre os quais há vários iluminados do seculo XVII, (hinários e livros de côro), um chirotipo valioso, um volumoso manuscrito musical do maestro Marcos Antonio Portugal, história, literatura, arte monásticas e abundante teologia litúrgica e dogmatica.

Refere os motivos porque propôs ao govêrno a integração da livraria de Mafra no quadro das bibliotecas eruditas e a imediata transfêrencia dos iluminados e dos incunábulos da mesma livraria para a Biblioteca Nacional; relata as providências por êle tomadas no sentido da incorporação, no Arquivo Nacional, conforme preceituam as leis de 1860 e 1861, dos manuscritos do arquivo capipitular da Sé de Braga, riquissimo cartório onde se encontram monumentos paleográficos dos seculos X, XI, XII e XIII, que Herculano não conheceu, e que constituem riquezas notáveis a acumular na publicação academica *Portugaliae Monumenta Historica;* alude às livrarias de casas congreganistas que, com autorização da respectiva comissão jurisdicional, vão ser incorporadas, e ás providências adoptadas pelo orador para entrar na posse dos manuscritos de Campolide, entre os quais se contam os documentos políticos do padre Castelo, um *dossier* importante para o estudo da pedagogia jesuitica, cartas de D. Miguel, etc., que, em qualquer hipotese, teem de reverter plenamente para o Estado.

Referindo-se ao serviço das trocas internacionais, a cargo da inspecção, relata as providências que julgou conconveniente adoptar para que se cumprisse em todas as suas disposições a carta de lei de 1888, que decretou a adesão à convenção de Bruxelas, porquanto, sendo sete os paises convencionados, apenas trocamos a fôlha oficial com

os Estados Unidos e com a Belgica, não permutando as publicações oficiais porque os ministérios e os estabelecimentos deles dependentes os não enviam à inspecção geral.

Alude ainda ao cuidado que está a merecer-lhe o estudo dos assuntos referentes à catalogação da Biblioteca Nacional, ao saneamento de livros, à organização de serviços, ao funcionamento do curso de bibliotecário-arquivista, etc.

Não havendo mais de que tratar encerrou-se a sessão.

IV

ESTUDOS E DOCUMENTOS

As causas da criminalidade segundo a nova Escóla Psico-Patológica

As causas do crime e os seus remédios constitúem um dos mais passionantes, difíceis e melindrosos problemas da humanidade, em todos os países e em todos os tempos. E não admira; porque, sempre e em toda a parte, ao lado do Bem existiu o Mal. Não é possível imaginar um sem o outro.

Não é fácil averiguar qual dos dois princípios é mais antigo. Nas velhas teogonias, os espíritos do bem e do mal parecem ter brotado conjuntamente do cáos, coexistindo sempre, numa luta incessante e eterna, ora vencidos, ora vencedores. Segundo a Biblia hebráica, não existia ainda êste mundo, e já no Céu houvéra um crime político: a revolta dos Anjos Maus contra Deus, a revolução republicana comandada por Lucifer contra a monarquia absoluta de Jehovah! Criado o homem, praticava êste logo os crimes de desobediência e furto, ao qual seguiu um fratricídio!

Cousa singular: os princípios do bem e do mal, que pareciam inerentes a duas entidades distintas, convergiram e incarnáram-se ambos no homem. Assim se explica que nenhum de nós é incapaz de praticar o mal; nenhum cri-

minoso, por mais endurecido, é insusceptivel de realizar actos em que se revela uma estranha e surpreendente bondade.

Nesta dualidade da alma e da condição humana parecem fundamentar-se as teorias da prevenção do crime e da regeneração do delinqùente pela pena, pelo trabalho e pela educação... E só isto basta para se vêr quanto é interessante a investigação da causalidade criminal.

Esta investigação, passando da sua fase puramente empírica, fase que durou séculos e à qual correspondeu um sistêma penal, em que a brutalidade e a atrocidade da punição sobrelevavam, em regra, a barbaridade ou o malefício do delicto, — entrou na sua fase scientífica, iniciada pelo célebre Beccaria, e proseguida brilhantemente pelas escólas clássica, antropológica, sociológica e psico-patológica.

Antes de mais, porêm, convém definir o conceito da causalidade, conceito sôbre que se verifica, infelizmente, uma singular confusão, mercê das duas concepções diversas, para não dizer opostas, formuladas pelos filósofos: uma, puramente mecânica; outra, finalística ou orgânica.

A concepção mecânica, formulada por Demócrito, parcialmente adoptada por Epicuro, celebrada nos versos admiráveis de Lucrécio, seguida por Descartes, teve a sua mais perfeita expressão no sistêma de Spinoza.

A concepção orgânica e finalística é a seguida por todos os metafísicos, desde Aristóteles até Rosmini.

O determinismo mecânico funda-se todo na identificação dos conceitos de *causa* e *condição,* identificação que se revela nos chamados *sofismas de causa,* tais como: *sine hoc, ergo propter hoc; cum hoc, ergo propter hoc; post hoc, ergo propter hoc.*

Ora, se a realidade se reduz a uma série de factos, nós temos de distinguir o eficiente do facto, o agente do acto, o princípio da acção da própria acção; e portanto, temos

de vêr no princípio da acção a *causa*, e, nas circunstâncias que acompanham, facilitam, provocam ou modificam a acção, as *condições* desta. Falando com propriedade, só o *sine qua non* se pode chamar *condição;* pois as circunstâncias acidentais, que podem existir ou não, são apenas coeficientes, um instrumento mais ou menos secundário.

Isto posto, notarei que a investigação das causas e condições da criminalidade foi possível sómente após a negação do livre arbítrio, da metafísica e da escolástica, que orientavam a escóla clássica e se acham ainda impregnadas nas legislações e nos espíritos de todos os países, e grande damno fazem à bôa administração da justiça penal e ao progresso da sciência.

Substituído o livre arbítrio pelo determinismo, dividiram-se os pensadores em duas escólas, chamadas *antropológica* e *sociológica*, e dentro delas surgiram as mais variadas doutrinas sôbre as causas do delicto...

Assim, para Albrecht o delicto deriva da *anormalidade biológica;* para Lombroso, do *atavismo* e da *epilepsia;* para Dally, Maudsley e outros, de uma *especial nevrose;* para Morel, Féré, Sergi, Zucarelli e outros, da *degenerescência;* para Lizst, Benedikt, Vargha, etc., da *neurastenia;* para Lafargue, Loria, Bebel, etc., de *causas económicas;* para Colajanni, do *atavismo psíquico* e das *influências económicas;* para Lacassagne, Tarde, Manouvrier, Topinard, etc., de *causas sociais complexas;* para Vaccaro, da *inadaptação jurídica;* emfim, para Enrico Ferri de *factores conjuntos:* antropológicos, cósmicos e sociais.

Esta variedade de opiniões, se prova a alta complexidade do problêma, também deixa ver como elas são, ou demasiadamente unilaterais, ou abstratas e vagas, ou eivadas de um eclectismo inadmissível, visto aplicar-se o conceito de factor ou causa a circunstâncias fortuitas ou acidentais, que nem mesmo se podem considerar *condições* do crime, isto é, elementos constantes e necessários para a sua manifestação.

Nem o atavismo, nem a nevrose, nem a epilepsia, nem a degenerescência, podem explicar o crime, embora com êste possam coexistir. Se é certo que o crime é produto de um factor antropológico, êste factor não é de ordem física ou orgânica, mas sim de origem psicológica. Não há o *homem delinquente* de Lombroso, caraterizado por anomalias morfológicas exteriores; há um *temperamento criminoso,* mais ou menos latente, mais ou menos expansivo, que é a causa do crime.

Esta teoria novíssima, fundada nos trabalhos de psicólogos eminentes, como Malapert, Sergi, Morselli, Ribot, Paulhan, Levy, Weylandt, Stewart, e outros, constitue hoje a orientação da chamada *escola psico-patológica,* representada por Marucci, del Greco, Ingegnieros e outros, e que é verdadeiramente a *terceira escola* ou o terceiro ramo da *escola positiva,* cujas doutrinas se vão impondo de tal sorte, que o próprio Ferri não pôde deixar de reconhecer que a *etologia criminal*, ou a sciência do temperamento e carácter criminoso é a coroação da obra scientífica iniciada pela antropologia e proseguida pela sociologia criminal, da qual o mesmo Ferri é o mais brilhante representante e cultor.

A existência de um carácter ou temperamento criminoso verifica-se directa e indirectamente, isto é, excluíndo-se como causas do crime os chamados factores sociais e físicos, ou seja o ambiente.

É bem sabido que, para muitos escritores, o delicto é produto das iniquidades sociais; e as fontes primárias da delinqùência são a miséria e a ignorância. Numa sociedade bem organizada, numa sociedade abastada e culta, a torrente negra do crime dissecar-se-ia completamente, comquanto ela nunca estivesse sequer diminuída na história de todos os tempos.

Lacassagne encontrou até uma engenhosa analogia: «o micróbio delinqùente é um elemento destituído de impor-

tância, se não encontra um terreno propício à sua cultura, isto é, o ambiente social». Mas a isto já Ferri respondêra que «nenhum terreno pode gerar micróbios por geração espontânea»; e eu acrescentarei que, embora os micróbios possam surgir por espontânea geração, não é forçoso que eles sejam *patogéneos*.

A prática quotidiana demonstra, pelo contrário, que também entre as classes abastadas e cultas se desenvolve o morbo criminoso, manifestando-se, às vezes, em processos escandalosíssimos e revelando-se à luz do sol vergonhas inauditas de indivíduos que tinham vivido sempre nas altas esféras da finança e da cultura intelectual. Em compensação e em flagrante contraste, nas mais baixas camadas sociais, encontram-se indivíduos dotados de uma honestidado proverbial e verdadeiramente heroica; pessoas que se não deixam arrastar ao delicto nem pela mais supina ignorância, nem pela miséria mais esquálida em que contínuamente vivem.

Tem-se objectado a isto que, pelo menos, o número dos delictos é maior nas classes pobres do que nas classes remediadas e abastadas; mas êste facto, só aparentemente exacto, deriva, simplesmente, da circunstância ponderosa de os pobres serem muito mais numerosos do que os ricos; e também de os ricos terem muito mais recursos e meios de ocultarem o seu delicto ou de escaparem à sancção penal.

A afirmação de que o factor económico é a causa única do crime, feita por Turati em 1883, quando apareceram os primeiros escritos de Garófalo e Lombroso, fôra immediatamente refutada por Ferri, que, a êsse tempo, não era ainda socialista. Mais tarde, abandonando a sua orientação de antropólogo, que via em todo o crime o efeito de uma predisposição, Ferri passou ao exagêro de atribuír a criminalidade ao regime económico actual, preconizando os seus célebres *sucedâneos penais* e subordinando todos os

interêsses sociais à repressão da criminalidade, como se a sociedade não tivesse outro fim que não seja a luta contra o delicto, e como se todos os cidadãos, em cada hora da sua vida, fossem víctimas de atentados contra a sua pessoa, a sua honra ou os seus bens!

Mas, o mesmo Ferri já reconhecêra que, de entre 100 indivíduos vivendo na miséria, só 5 eram criminosos; e os restantes 95 preferiam a fome, a mendicidade e o suicídio. E, já depois de socialista, apesar de afirmar que o regime colectivista seria uma sucursal do paraíso na terra, não pôde deixar de confessar que, ainda sob êsse regime, subsistiriam as formas agudas da nevrose criminal e da loucura.

Com efeito, tem-se exagerado muito a acção do chamado *factor económico* do crime. Fornasari, tendo estudado minuciosamente as vicissitudes económicas da Itália desde 1873 até 1890, verificou que os factores sociais em geral e o factor económico em especial não bastam para explicar os crimes, visto que estes não só variam em relação a tais factores, uns inversamente, outros directamente, e outros de maneira indiferente, mas essa relação está longe de ser fixa, constante, inegável.

O factor económico não influe de modo nenhum nos delictos contra a segurança do Estado, contra os bons costumes, contra a religião, nas calúmnias, injúrias e difamações, e em todos os delictos derivados da inveja, da vingança, do ciúme, da intolerância, da vaidade, da preguiça, etc. Só nos crimes contra a propriedade é que a curva da delinqüência segue, com notável regularidade, a curva das variações económicas; mas, como afirma bem Van Kan, num estudo sobre as *Causas económicas da criminalidade,* isso não é devido a ser o delicto produto exclusivo do factor económico, mas sim ao facto de ser êste factor a mais móvel, a mais variável de todas as circunstâncias que podem influir no crime.

Se o delicto é uma revolta contra as iniquidades sociais, contra os privilégios, estranha revolta é essa, que atinge simultâneamente os tiranos e os oprimidos, os ricos invejados e os companheiros de desventura, que são os que fornecem o maior contingente de víctimas nos crimes de sangue ou ofensas corporais.

Mas não é a iniquidade económica a causa do crime. A immensa maioria da classe operária não é torturada pela fome, senão que pela cubiça. Hoje em dia, exceptuadas as épocas de crise, cada vez mais raras, toda a gente encontra meio de viver pelo seu trabalho; e se é certo existir a miséria absoluta, ela conduz, em regra, à mendicidade e não ao delicto. É a cubiça, é a desproporção entre as ambições e os meios de as satisfazer, e, em grande parte, é o horror ao trabalho, *típico* dos criminosos, que leva os proletários ao furto e ao roubo, e os burguêses e nobres à falsificação de cheques e testamentos, à quebra fraudulenta, à burla, ao abuso de confiança. Uma perfeita e egualitária partilha das riquezas nunca impediria o crime, porque não deixariam de existir homens física e psicológicamente desiguais, uns trabalhadores, outros preguiçosos; uns modestos, outros ambiciosos; uns económicos, outros perdulários; uns bons, outros maus; uns capazes, outros doentes, aleijados, incapazes!

O proletariado é uma condição económica permanente, que não tem nada de *anormal* para os que a ela estão habituados; e constitue um estado de desequilíbrio sómente para os que não querem trabalhar, ou, trabalhando, não logram satisfazer as suas ambições, levados pelo espírito de emulação a respeito das classes superiores. Mas êsse desequilibrio pode existir, por uma razão análoga, nas classes abastadas, se substituírmos a palavra *salário* pela palavra *renda* ou *vencimento;* e, portanto, se o delicto se manifesta em todas as classes, é porque não há necessidade de uma especial condição económica, senão que de *uma*

particular conformação ou *deformação psíquica,* que é a ausência ou diminuição daquilo que o ilustre Garófalo chama os *instintos de probidade e piedade.*

A miseria, finalmente, não nos explica os crimes de sangue; pelo contrário, a repugnância por tais crimes encontra-se, com igual intensidade, nas altas, como nas baixas camadas sociais. Todos os criminalistas estão hoje de acôrdo em que o bem-estar material exalta os instintos vitais; mas, em vez de produzir a paz e a fraternidade, aumenta os atentados contra as pessoas e os bons costumes. A miseria, emfim, não explica a incessante reincidência dos grandes bandidos que, às vezes, com um só roubo praticado em banco ou ourivesaria, ficam tendo largos meios de subsistência.

Tem-se pretendido tambêm atribuír a criminalidade ao alcoolismo, havendo até quem o considere uma das suas causas principais.

Que o hábito da embriaguez, desmoralizando quem a êle se abandona, colocando-o num estado de relativa incapacidade física e mental, pode contribuír para o crime, é inegável.

Mas ha que observar o exagêro que de tais influências se tem feito. O álcool tem sido o *bode emissário* de muitas culpas que lhe não pertencem. Os que dão ao álcool uma tal importância, como factor do crime, dificilmente nos explicarão os diversos efeitos da embriaguez conforme os indivíduos. É bem conhecida e eloquente a expressão popular: *tem mau vinho, tem o vinho alegre, tem vinho triste.* Ha ébrios que refinam em expansões afectuosas; outros que só provocam desordens e se tornam irritáveis, ferozes, perigosos.

O ministro francês, Vallé, no seu relatório de 1900, querendo lançar à conta do alcoolismo o incremento da criminalidade em França, viu-se forçado a reconhecer que, desde 1870, as condenações por embriaguez tinham dimi-

nuído, passando de 92.482, de 1870 a 1875, a 58.979 de 1896 a 1900, ao passo que os crimes tinham aumentado em muito maior proporção. Doutro lado, os departamentos franceses em que a criminalidade e a reincidência são mais intensas eram precisamente aqueles onde os delictos de embriaguez são menos freqùentes.

A embriaguez, portanto, só excita ao crime aqueles que teem um temperamento violento, mau, latentemente criminoso. Demais, a embriaguez ou o alcoolismo, sendo um vicio das classes pobres, não dá a razão da criminalidade das classes ricas ou médias. Não há, pois, uma relação de causalidade necessária e regular entre o alcoolismo e o crime, a não ser indirecta, isto é, como excitante de uma psicopatia congénita ou hereditária, ou geradora de degenerescências mentais, que nem todas conduzem ao crime.

Pelo que toca à educação e à instrução, os factos não são menos eloqùentes em demonstrar que o crime é devido, exclusivamente, a uma predisposição dos indivíduos.

A educação pode, decerto, aperfeiçoar um carácter, tornar mais delicados os sentimentos já existentes; mas não pode tirar alguma cousa do nada. É preciso que haja, para o bem, como para o mal, uma certa receptividade; e não é raro ver-se um filho honesto de pai criminoso, e vice-versa, um filho criminoso de pais honestissimos, que fazem todos os possíveis esforços para o educar e conduzir pelo caminho do bem.

Os verdadeiros criminosos são completamente desprovidos de senso moral; e, porisso, absolutamente inadaptáveis. Nenhuma penitenciaria, nenhum meio, brando ou violento, os pode regenerar; porque o defeito está radicado no cérebro, e o melhor processo de a sociedade se livrar de tais féras é... separar-lhes a cabeça dos ombros!

Em regra, a educação só tem eficácia no período de formação do organismo físico-psíquico; mas, ainda nesse período, existem numerosos indivíduos cujas tendências

anti-sociais são tão fortes, que tornam vã e inútil a obra educativa. «Quando a tendência é favorável ao saber e à virtude, não ha necessidade de especiais processos pedagógicos — diz Cesca, nos seus *Principios de pedagogia geral* —; o desenvolvimento intelectual e moral do joven cumpre-se por si; pelo contrário, se a disposição é anormal, psicopática, conduzindo ao egoísmo, ao vício, ao império da animalidade sobre a humanidade, a educação é ineficaz e nula... Contra a natureza ela nada pode».

Os loucos morais teem o prazer do mal; para eles, a consciência é cousa que não existe; nunca lhe ouviram a voz; se, ao princípio, ela gaguejou alguma tímida censura, acabou por emudecer de todo; e, porisso, no calão das prisões, ela é designada por uma palavra aterradora: a *Muda!*

A educação pode dar, quando muito, um verniz hipócrita e superficial, que disfarça mal o fundo; na primeira ocasião, êsse fundo aparece em toda a sua hediondez, às vezes sem motivo correspondente à atrocidade do delicto, pois a futilidade do motivo é até um dos característicos do criminoso-nato. O indivíduo anti-social fica sempre o mesmo, qualquer que seja a classe a que pertença; e já Tácito dizia, há mais de 2:000 anos: *corruptio optimi pessima!*

Quanto à instrução, principalmente a instrução alfabética, é um grave êrro supôr que ela tem alguma força moralizadora. Víctor Hugo disse algures que «abrir uma escola era fechar uma prisão»; mas Víctor Hugo era apenas um poeta; estava longe de ser um filósofo e ainda menos um criminologista. Há mais de 2.000 anos, Séneca proclamára, perante a sociedade romana, muito menos instruída do que a actual: «depois que aumentaram os doutos, faltam os bons».

De facto, hoje, todos os criminalistas dignos de tal nome são unânimes em reconhecer que a instrução, quando

muito, diminúe certos crimes, mas desenvolve muitos outros, criando necessidades, ambições e revoltas em indivíduos que, no estado de ignorância, as não sentiriam...

A instrução, longe de ser *moralizadora,* contribúe, pelos maus livros e maus jornais, para a desmoralização; e longe de libertar da miséria, não poucas vezes a ela conduz, pela substituição de um ofício lucrativo por estudos práticamente inúteis.

As estatísticas provam que a criminalidade cúpida é, principalmente, a criminalidade dos instruidos, emquanto que os delictos de sangue predominam entre os iletrados.

Nem mesmo, porêm, se pode afirmar que a instrução atenua os crimes de sangue; pois, se tais crimes não se realizam para roubar, são frequentemente determinados por motivos intelectuais: o fanatismo político.

Não são os analfabétos que praticam os regicídios e os demais atentados de origem política; não é entre os analfabetos que se recrutam os anarquistas da propaganda pelo facto; não são os analfabetos que pregam as mais dissolventes e perigosas doutrinas tendentes à destruição da sociedade!...

A Itália, onde a instrução começou a difundir-se desde 1860, tem visto proporcionalmente aumentar, de modo pavoroso, a criminalidade, especialmente nas classes instruídas. Na Espanha, onde a proporção de analfabetos representa dois terços da população, a participação dos mesmos na criminalidade é inferior a metade. Não falarei da França, onde o progresso da criminalidade fez manter a pena de morte, que se pretendia abolir, sendo a maioria dos grandes criminosos pessôas instruidas. É bastante elucidativo a êste respeito o capítulo em que Gustavo Le Bon, no seu belo livro *Psicologia Política,* trata dos progressos da criminalidade, mencionando até um manifesto em que uma meiga e excelente doutora fazia a propaganda do *apachismo,* aterradora religião à qual fôra convertida, segundo narrava, por um jovem bandido!

A instrução, só por si, não moraliza os indivíduos; torna-os até mais perigosos e origina *especialidades* criminosas, como infelizmente até em Portugal se pode observar.

Não tem mais eficácia a religião ou o ensino religioso, comquanto seja um facto innegável e verificado em todos os países e em todas as religiões, que o clero é a classe que dá um mínimo contingente à criminalidade, sendo aliás esta devéras elevada nas profissões liberais. Mas o ensino religioso, para ser útil, deve ser acompanhado da *emoção;* e como se pode esperar esta naquêles que, por um defeito de organização psíquica, teem uma sensibilidade muito inferior à normal, e até completamente nula? Nem o temor das penas eternas pode constituír um freio, seja porque a imprudência, a imprevidência, a leviandade são características do criminoso, seja porque a religião, pelo menos a católica, ensina que o arrependimento à hora da morte resgata uma inteira vida criminosa, o que é um princípio dissolvente.

Quanto à influência dos factores físicos ou do ambiente cósmico-telúrico, também não pode ser admitida como determinante do crime. As estatísticas teem sido, quáse sempre, mal interpretadas; e tais interpretações não são aplicáveis a todos os países. Por exemplo, segundo Lombroso e Laschi, as revoluções e movimentos populares são mais freqüêntes no verão do que no inverno. Ora a história de Portugal demonstra precisamente o contrário, e o nosso clima não é diverso do da Itália. Basta recordar as datas: 1 de dezembro, 28 de janeiro, 31 de janeiro, 1 de fevereiro, 5 de outubro, etc. Afirma-se que, no inverno, aumentam os delictos contra a propriedade e diminúem os delictos de sangue; mas isto é uma méra suposição, não corroborada pelos factos, nem é regra aplicável a todos os países.

A asserção de que é necessário o ambiente chega a ser tão banal, como a de se dizer que é precisa uma estrada para se caminhar. Decerto que o homem isolado não pode

atentar contra a pessôa, a honra ou os bens doutrem; mas pode suicidar-se, o que já é manifestação de fraqueza de espírito.

O ambiente poderia chamar-se causa do delicto, se devesse ser sempre anormal para originar o crime; mas nós vemos todos os dias o mesmíssimo ambiente social e físico facilitar, indiferentemente, a actividade honesta de uns e a actividade criminosa de outros. O delicto não é formado de uma absurda mistela de elementos, como a pólvora que o pirotécnico fabríca misturando o nitro, o enxôfre e o carvão. O crime é precedido duma volição, que se produz num cérebro; e êste não é um elemento; mas é tudo.

Para que as impressões se convertam em sensações, estas em motivos, e êstes em vontade e acção, devem passar através dum cérebro ou de uma psicologia individual. Se o cérebro é normal, teremos um facto normal; se o cérebro é anormal, o facto será anormal. Dir-se-á talvez que o cérebro é um produto do ambiente; mas são tais todos os cérebros, e não apenas os dos delinqùentes. Nenhuns nascem por geração espontânea; e o homem sente, pensa, age tal como a natureza, mãe ou madrasta, o produziu.

Demais, ninguem pode contestar que, no decurso dos séculos, o ambiente tem melhorado muito; todavia, não tem melhorado a moralidade. Porisso, também não tem diminuído a criminalidade, que apenas se tem transformado, em parte, de brutal em fraudulenta, o que prova que o ambiente social não cria, nem destróe; sómente modifica, dentro de certos limites, as tendências criminosas.

Os indivíduos nascem criminosos, como nascem poetas; mesmo os chamados *criminosos acidentais* ou *ocasionais* são produtos da sua predisposição. «O crime acidental, diz H. Joly, tem uma causa, e esta causa é o próprio homem, que o cometeu. É essencial uma predisposição, sem a qual todo o homem sucumbiria em idênticas circunstâncias, o

que não acontece. Idênticas impressões produzem diversas conseqüências conforme as pessoas. É preciso um estado mental especial, estado diferente do comum dos homens. No criminoso de ocasião êsse estado é fácil de definir: é um homem normalmente equilibrado, mas tendo uma consciência elástica. O seu espírito discerne perfeitamente o bem do mal; mas a sua consciência julga os actos com excessiva indulgência e uma complacência indelicada. No criminoso acidental existe o mesmo equilíbrio normal, ao qual acresce a rectidão de consciência; mas é um impulsivo, a reflexão nunca chega a tempo para regular os actos e reprimir as paixões sempre prontas a desencadear-se. São *homens-touros*, que arremetem à menor excitação. Outras vezes, são caractéres fracos, sugestionáveis, que se deixam arrastar por falsos amigos e a sua consciência só desperta quando o crime está cometido.

O germe funesto do crime, que, às vezes, se desenvolve em idade precocíssima, outras vezes só se manifesta em idade avançada. Dá-se isto com indivíduos aparentemente honrados; mas, como diz Ribot, nêsses homens os instintos selvagens, os desejos indomáveis e sanguinários apenas adormecem e não dormem. Um momento chega em que a besta humana irrompe com furia! Acontece, pois, com o micróbio do crime o mesmo que se dá com certas moléstias, que estão incubadas no organismo durante largos anos, e só aparecem numa idade avançada, quando os elementos que serviam de defesa contra a predisposição hereditária não teem já a primitiva actividade. É freqüênte vêr-se isto com os tuberculosos e os heredo-sifilíticos.

Finalmente, como já disse, o factor antropológico não pode ser atribuído ao atavismo, nem à epilepsia, nem à degenerescência puramente física.

O atavismo, denunciado por caratéres somáticos ou anomalias morfológicas externas, não explica todas as formas da delinqüência, especialmente as formas evolutivas,

tanto mais que há selvagens dotados de um génio extremamente brando e tímido. Eu estive 4 anos em África; e, durante êsse tempo, só se deu um caso de assassinato entre pretos. Eram os brancos, aliás muito menos numerosos, os que davam maior contingente à criminalidade.

Que a raça, com a sua psicologia especial, influe sôbre a natureza e até sôbre a freqüência dos crimes, é um facto incontestável. Na Índia, os assassinatos são muito mais raros do que na Europa. Entre os judeus há mais criminosos contra a propriedade do que contra as pessoas. No Brasil observa-se igual fenómeno. A criminalidade da Russia europeia é diversa da da Russia asiática, predominando nesta os crimes de sangue, devido à psicologia feroz dos tártaros.

Não se pode admitir a existência de um *tipo criminoso,* caracterizado por especiais anomalias anatómicas; não tanto porque haja homens honestos com idênticas anomalias, pois nem todos os chamados *honestos* o são na realidade, estando uns simplesmente *ausentes* da cadeia, e outros não tiveram ainda ensejo de manifestar o seu temperamento ou só cometem delictos em avançada idade; mas porque há criminosos que tais anomalias não possúem e até são duma organização perfeita, sob o ponto de vista estético, podendo servir de modelos aos pintores e escultores. Tal é, por exemplo, o sinistro garôto, chamado Albert Bacquet, descrito por Bataille e Laurent como um «querubim dos vitrais de uma igreja», ou «menino do côro, dos que desfolham rosas nas procissões...».

As laboriosas investigações de Marro, Penta, Thompson, Ferri, Manouvrier e outros vieram demonstrar, de modo cabal, que as anomalias morfológicas nos delinqùentes serviam, apenas, para os integrar na grande família degenerativa de Morel, mas não podem ser havidas como um expoente da criminalidade.

É por isso que Lombroso se viu forçado a acrescentar

ao atavismo a *epilepsia;* às anomalias anatómicas as de ordem patológica. Mas não foi feliz; visto estar hoje provado que a epilepsia não se encontra na generalidade dos delinqùentes, senão que apenas em alguns criminosos acidentais ou passionais, pois nem todos os *violentos* podem ser classificados como epilépticos, nem todos os epilépticos são criminosos.

O criminoso, emfim, não deve ser havido sempre como um produto da degenerescência física, pois, em numerosos casos, os caractéres degenerativos podem constituir um progresso ou méro efeito da adaptação dos indivíduos às condições do ambiente, como o demonstrou Grassi na sua *Crítica da fisiologia zoológica* e tambêm Gina Lombroso, filha talentosa do insigne e célebre autor do *Uomo delinquente,* no seu interessante livrinho sôbre as *Vantajens da degenerescência.* Encontramos, a cada passo, indivíduos que são, fisicamente, uns degenerados, mas dotados de uma elevada têmpera moral, de um génio extremamente pacífico e cheio de resignação, absolutamente incapazes do mais insignificante acto criminoso, seja de que espécie fôr.

O criminoso é um degenerado, mas sob o aspecto psicológico e moral. O delicto é um acto; e todo o acto é resultante de um processo psicológico activo. A actividade anormal é produzida por um anormal funcionamento do cérebro.

Não quer isto dizer que haja uma psicologia específica do criminoso, mas cada criminoso tem a sua: a do homicida não é igual à do invertido sexual ou do estuprador; nem a do paranóico igual à do cleptómano; o suicida diverge do salteador; o impulsivo, do tímido; o vagabundo, do falsário, ou do ladrão de cofres fortes. Há, pois, *diversos tipos* em relação com as anomalias psicopáticas, que formam o carácter e desviam a conduta individual para o crime.

O carácter (estáticamente) é a resultante complexiva da actividade psíquica individual. A conduta é o carácter em

acção; e a anormalidade do carácter manifesta se pela anormalidade da conduta.

Sob a influência das impressões ordinárias, o indivíduo pode agir ou reagir de modo anti-social, por ausência, deficiência ou morbidez de sentimentos, que lhe impede a ponderação dos seus actos em face do critério ético do ambiente social. Esta falta absoluta ou deficiência relativa de senso moral pode coexistir, ou não, com perturbações intelectuais e degenerescência física.

Outras vezes, o acto delictuoso deriva do facto de o indivíduo não avaliar bem o grau de adaptação da sua conduta às condições de existência social, devido a perturbações intelectuais.

Finalmente, o acto delictuoso é devido à deficiência ou perturbação das funções volitivas, ao desequilíbrio entre o poder dinamogenético das excitações e o poder refreador dos centros inibidores, donde resulta que o acto é reflexo, e, portanto, *irreflectido*.

Em resumo, a acção criminosa não se realiza se não houvér um desequilíbrio da actividade psicológica em relação ao ambiente moral; desequilíbrio que pode ser permanente, transitório ou acidental e se manifesta como deficiência de senso moral, ou perturbação inteléctual ou insuficiente resistência aos impulsos.

Estas anormalidades da conduta individual é que são os micróbios a que se refere Lacassagne, os quais podem encontrar, ou não, no ambiente social o terreno favorável à sua expansão.

Poderá parecer, talvez, que, fazendo a classificação dos modos anormais da actividade psíquica, eu admito a clássica teoria da divisão da alma humana em três faculdades autónomas: inteligência, sensibilidade e vontade. Não. Esta divisão não tem o menor fundamento scientífico. O conceito da personalidade psíquica é unitário; mas isto não impede que os modos principais da actividade psíquica sejam três,

tendo desigual importância. É êste o critério que orienta os trabalhos dos eminentes psicólogos Morselli, Fouillée e Malapert.

Do exposto resulta que as classificações empíricas dos criminosos, até hoje apresentadas, devem ser substituídas pela classificação scientífica que os separa em três grupos ou *tipos puros,* a saber: *distimios* ou amorais, *disnoésicos* ou dementados, e *disbulicos* ou fracos de vontade, aos quais pode acrescer um quarto grupo composto de *tipos combinados.*

Esta classificação mostra-nos, desde logo, a instante necessidade de reformar o nosso regime penal, baseado no livre arbítrio e na responsabilidade moral, regime cuja negregada influência se manifesta até em leis recentes, tão distanciadas do critério scientífico que as deveria informar.

Com efeito, em face do determinismo psicológico, ninguem é livre, ou responsável pelas suas acções: nem o homem de juízo, nem o louco, nem o criminoso, nem o idiota. Como nota bem Ingegnieros, é tão pouco livre o homem de génio quando descobre ou inventa, como o delinqùente quando mata ou viola: o primeiro não pôde evitar a descoberta, como o segundo não pôde deixar de matar ou estuprar.

É preciso, pois, banir para sempre a ideia da responsabilidade moral, que é o núcleo fundamental do sistêma punitivo hodierno, ideia que só tem servido, de um lado, para a exploração do sentimentalismo piégas do público, dos magistrados e dos jurados, furtando-se à merecida punição criminosos confessos e verdadeiramente temíveis; e doutro lado, dando-se à pena o carácter de vingança, o que importa manifestação de inferior moralidade social, ao mesmo tempo que a torna injusta, pois que admite erróneamente no delinqùente a perfeita e antecipada consciência do seu crime e a livre vontade de o executar.

Acresce que a pena é ineficaz como intimidação preven-

tiva do delicto; e, como meio de correcção, é contraproducente, segundo a lúcida demonstração feita por Ferri.

Tem-se afirmado, é certo, que as novas teorias criminais tendem a favorecer o criminoso, desarmando a sociedade, pois que a negação da responsabilidade terá como conseqùência lógica a absolvição ou a libertação de todos os delinqùentes. Mas é um erro!

Pelo contrário, demonstrar a irresponsabilidade do delinqùente não significa recusar à sociedade o direito de se defender; é apenas substituír o critério subjectivo ou espiritualista por um critério objectivo e racional.

A questão, com efeito, não é de saber se os criminosos são responsáveis, mas sim se eles são perigosos. Filosóficamente, todo o criminoso é irresponsável; mas todo o criminoso é absolutamente responsável sob o ponto de vista social, como diz bem Gustave Le Bon, porque, sob pena de perecer, uma sociedade deve defender-se, sem se prender com subtilezas metafísicas. «Pouco importa, afirma Rémy de Gourmont, que o criminoso tenha procedido com inteira consciência ou com inconsciência: êle é igualmente perigoso num, como noutro caso, e deve ser expulso da sociedade para a qual é um perigo... Loucos e semi-loucos devem ser igualmente condenados. Ninguêm deve escapar à responsabilidade social... Sem a responsabilidade social, nenhuma civilização é possível».

As penas, portanto, teem de ser reguladas pela temibilidade do criminoso e não pela sua maior ou menor responsabilidade. «Se eu fosse legislador, diz algures o Dr. Bard, de Genebra, não hesitaria em fazer da semi-loucura uma circunstância agravante do crime, porque os semi-loucos são, de todos os criminosos, os mais perigosos para a sociedade». Se o fim da pena é obstar a que o delinqùente possa reincidir na sua conduta anti-social, segue-se que a repressão não deve adaptar-se ao delicto, mas sim ao criminoso, como uma realidade perigosa concreta.

Dêste modo, a posição jurídica dos delinqùentes modifica-se muito; porque, fundando-se a repressão na temibilidade em vez de se basear nas falsas ideias do livre arbítrio e da responsabilidade, a loucura, a semi-loucura, a embriaguez e outros supostos fundamentos de irresponsabilidade, ou supostas atenuantes do crime, passam a ser, apenas, motivos para a sociedade se defender energicamente de tais perigos, porque «antes de filosofar, temos de viver».

O pavoroso incremento da criminalidade em França, — havendo uma proporção de 30 por cento em assassinatos e 100 por cento no total dos delictos, num período de 5 anos, — é justamente atribuído por Gustavo Le Bon ao princípio da responsabilidade e ao moderno humanitarismo, que é uma das mais nocivas formas da imbecilidade!

Voltando, porêm, à classificação dos criminosos da escola psico-patológica, é fácil ver a correlação que existe entre a mesma classificação e as necessidades práticas da repressão.

O conceito clínico e o conceito jurídico estão de acordo quanto à necessidade de punir mais severamente os delinqùentes cujos crimes são produtos de um estado físico-psíquico irremediável; tais são os amorais congénitos ou adquiridos, os loucos incuráveis, os disbulicos permanentes (epilépticos, alcoólicos crónicos, impulsivos incuráveis).

Os delinqùentes habituais corrigiveis, os loucos curáveis, os impulsivos com inibição educável, devem ter uma repressão média.

Emfim, os delinqùentes de ocasião, os criminaloides, os arrastados por um impeto passional ou fugaz obscurecimento do intelecto ou os que delinqùem por ignorância da natureza delictuosa de certos actos, terão de ser sujeitos a uma repressão mínima.

A penalidade é assim graduada conforme a temibilidade fôr máxima, média ou mínima e o criminoso fôr incorrígivel ou susceptivel de regeneração.

Esta repressão, porêm, não se poderá alcançar por meio de cárceres e degredos; porque, como justamente observa ainda Gustavo Le Bon, «as nossas ideias humanitárias transformaram êstes em verdadeiras vilegiaturas e aqueles em luxuosos palácios, onde o conforto excede, de um modo revoltante, o que se encontra nos lares de honestos operários e burgueses. Daí resulta que muitos criminosos reincidem no inverno únicamente para encontrarem nas prisões, durante 6 meses, todos os confortos, todos os luxos, menos o da liberdade, à custa do Estado paternal e carinhoso»!

É porisso que já em França se recomeçou a aplicar a pena de morte, e se reclamam para os *apaches* as penas físicas do chicote e das varadas, que tão excelentes resultados teem dado na Inglaterra e na Dinamarca. Entre nós, creio que se pensa em abolir as Penitenciarias, que muitos, de lágrimas ao canto do ôlho, classificam de «fábrica de tuberculosos» ou «fábrica de loucos», abusando-se assim do já apontado sofisma de causa: *post hoc, ergo propter hoc!* Oxalá os *humanitarios* abram os olhos e vejam que as víctimas dos crimes são... um pouco mais interessantes do que os criminosos!

Dr. Luís da Cunha Gonçalves.

Sócio correspondente.

A chancelaria de D. Afonso IV

Ao cabo de algumas tentativas conseguiu estabelecer-se no seculo XII em Portugal uma monarquia nacional, que teve por fundador um príncipe de origem germânica, pertencente a uma família domiciliada em França, não sendo estranho a êsse acontecimento valioso para nós a ordem de Cluny.

O primeiro rei bateu moeda, usou brazão, teve chanceleres e expediu cartas de foral ou de liberdades a numerosas povoações.

Ardentes polémicas se teem levantado em torno de D. Afonso I, por motivo de várias lendas de que êle é heroi e que não passam senão de adaptações ou localizações de outras na pessoa do nosso primeiro rei. A batalha de Ourique, com a aparição de Cristo a D. Afonso é uma repetição da batalha de Clavijo em que interveiu o apostolo S. Tiago. Estas transferências de acções encontram-se com freqùência entre nós. Basta apontar os milagres da Rainha Santa, que se encontram na vida da Rainha Isabel da Hungria. Creio tambêm que na história de D. Inês de Castro há pormenores lendários.

Á batalha de Ourique prende-se a lenda da origem das armas reais portuguesas que, últimamente sob a influência conjugada das armas brasileiras e do emblema da Sociedade de Geografia de Lisboa onde não é difícil reconhecer a esfera de D. Manuel, sofreram uma modificação. O progresso das sciências naturais desterrou a intervenção constante da divindade nos casos materiaes e porisso a

lenda das armas de D. Afonso Henriques perdeu todo o sobrenatural. É certo, porêm, que êle usou um distintivo que perdurou nas armas de seus sucessores e que veiu a tornar-se tambêm o escudo do povo português, mas como são mudos os documentos em geral sôbre as origens dos símbolos heráldicos, muito especialmente no nosso caso, apenas hipóteses se podem formular, pelo que julgo que não será despropositado crêr que elas foram trasidas da Palestina pelo Conde Henrique que aí se demorou de 1103 a 1105, numa época em que se generalizou o uso dos brazões nas regiões do Oriente durante as lutas dos Crusados pela redenção do túmulo de Cristo. Não seria portanto inoportuno pensar que o Conde governador de Portugal usasse os besantes, que segundo a tradição representam o preço da venda da liberdade de Jesus no seu escudo, posto que o símbolo na verdade não fôsse muito guerreiro, mais cabendo a um mercador de que a um militar o seu uso.

Apesar de já haver um chanceler na côrte de D. Afonso Henriques, de quem sabemos o nome, não consta que haja livros de registo dêste rei. O primeiro livro que possuimos é de seu neto D. Afonso II.

Em D. Afonso III começa definitivamente o útil emprego dos registos cancelários, mas desgraçadamente as coleções foram muito desbastadas no decorrer dos séculos e apenas podemos contar como integrais as de D. João III e seus sucessores.

Para uma pesquisa que recentemente fiz na chancelaria de D. Afonso IV foi-me necessário ler todos os diplomas emanados da cúria dêste soberano e que se encontram registados.

Recolhi por esta forma um avultado material útil para o estudo da acção administrativa dêste soberano e que não obstante a sua aridês julgo conveniente que seja conhecida das pessoas competentes.

A notícia mais antiga da chancelaria de D. Afonso IV é datada de 20 de dezembro de 1532. Consta isso de um inventário que foi publicado no *Arquivo Histórico Português,* vol. III [1].

Diz-se aí: «Recebeo mays quatro lyvros do tempo del Rey dom Affonso o 4., a saber: hũ de Inquyrições, que tem de folhas iicvj, encadernado com tavoas; e outro de Semtenças, que tem de folhas cento ix; e outro, que fala dos Foros que el rey tem, que tem de folhas Riij; e outro, que tem de folhas, cento e hũa. Todos tres encadernados, cubertos de pergaminho».

Dos quatro livros conservam-se ainda hoje três. O de inquirições com as suas 206 fôlhas é contado como o primeiro das inquirições de D. Afonso IV. O livro das sentenças com 109 fôlhas perdeu-se, mas em seu lugar acham-se dois livros. O primeiro com 145 fôlhas tem o título seguinte escrito no seculo XVI: «Livrode cousas que perteencem ha cidade do porto e see e cabido della davenças e concertos que fizeram com el Rey dom affonso ho 4.º». O segundo contêm 162 fôlhas e refere-se ao mesmo assunto. Estes dois livros são mencionados com o mesmo número de fôlhas num inventário de 1521, estando descritos como de marca pequena e versam, como já se colige pelo título, sôbre processos e sentenças [2].

Resta o livro dos foros e um outro que tem 101 fôlhas. São estes os que constituem a chancelaria de D. Afonso IV, onde tem os números III e IV, sendo o I e o II preenchidos indevidamente com os que transcrevem os concertos entre el-rei e a Sé do Porto.

---

[1] Reproduzido no *Boletim das Bibliotecas e Arquivos,* IV, 1906, pag. 180.

[2] Idem, pag. 172.

Entremos agora no estudo permenorizado dêsses dois livros.

O livro III especialmente consagrado aos foros tem no começo a seguinte rubrica. «Livro dos foros dEl Rey Dom Afonso o quarto de todalas possissões e herdades que El deu A fforo de lo tempo que conpeçou A Reynar en deante». A ultima folha que é a 43 está bastante mutilada.

Em 24 de janeiro de 1814 Francisco Nunes Franklin, que era ajudante do escrivão da Tôrre do Tombo, tendo encontrado no arquivo duas fôlhas de um livro da chancelaria de D. Afonso IV juntou-as a êste códice. Essas duas fôlhas tinham os números 83 e 90 em letra do seculo XIV e hoje tem os numeros 44 e 45. Não se sabe, porêm, se faziam parte primitivamente dêste livro e neste caso temos perdidas outras 45 fôlhas, ou se pertenciam a outro livro sendo nesse caso a perda muito maior.

D. Afonso IV sucedeu em 7 de janeiro de 1325 a D. Dinis, mas é só de 3 de fevereiro o primeiro registo da chancelaria.

A carta mais recente registada neste livro é de 19 de março de 1336.

A povoação mais septentrional onde chegou neste periodo o rei com a sua côrte é Valença, a povoação mais ao sul visitada por D. Afonso IV é Faro e a mais proxima da fronteira oriental é Monsaraz. A unica comarca em que não encontro nenhum diploma assinado pelo rei é Trás-os-Montes.

Mesmo em pequenas localidades como Alverca, Bemfica e Vila Nova de Muia o rei demorava-se o tempo suficiente para serem lavrados diplomas.

Em apenso vão lançados os lugares donde foram expedidas cartas reais, com a indicação das datas e das fôlhas do livro da chancelaria, para maior comodidade dos futuros investigadores.

Não é inutil registar que a fôlhas três do códice encontra-se desenhada a tinta vermelha a figura, creio eu, de um bôbo provido de cauda e com a cabeça armada de um barrete donde pende um guizo.

O livro IV é mais volumoso que o seu parceiro, pois abrange 101 fôlhas.

A sua execução não é tão cuidada como o primeiro, nem é como este em duas colunas. Os registos são de várias mãos e nem sempre neles, como é de regra no livro anterior, se vê o emprego da letra minúscula de códice. Ao passo que o livro III foi escrito com sossêgo, êste nota-se que foi traçado com rapidês e é provavel em virtude dêstes indícios, que acompanhasse a côrte nas suas várias residências, emquanto o outro se conservava num local único. A matéria daquele exigia mais cuidado em virtude de ser assunto fiscal, ao passo que neste de assuntos políticos e administrativos o rigor da transcrição não era tão necessário.

Assim como o livro III, também me parece que no seu estado actual não representa o livro IV o que era primitivamente, posto que no século XVI já tivesse o número de fôlhas que hoje conta. As primeiras vinte e quatro fôlhas e as últimas oito destoam bastante do que está no interior.

As fôlhas do interior estão divididas em quatro anos, que vem a ser das eras de 1376 a 1379. Estas datas leem-se em grandes maiúsculas no alto das fôlhas 24, 34, 45 e 53 v.

O livro IV contêm documentos desde 20 de janeiro de 1334 até 10 de outubro de 1342. Achamos aqui povoações da comarca de Trás-os-Montes que faltavam no livro III. São elas Lamas de Orelhão e Vila Flor.

As pequenas povoações de Aljazede, Cintra, Montargil, Murtede e Oeiras receberam a visita real como mostram

os fechos dos diplomas. Como indiquei no vol. III, assim em apenso vai a resenha do liv. IV.

Os dois livros abrangem, portanto, só o período que vai de 3 de fevereiro de 1325 até 10 de outubro de 1342. Quási metade do reinado de D. Afonso IV nos fica por esclarecer em virtude desta falta de registos. Maiores perdas sofreram outras chancelarias do que esta, pelo que nos devemos ainda dar por satisfeitos em conservar estes restos.

Pedro de Azevedo.

LIVRO III

Data		*Povoação*	*Fôlha*
4 março	1363	Beja	1
26 »	»	Estremôs	»
10 abril	»	Évora	1 v.
26 março	»	Estremôs	»
12 abril	»	Évora	»
3 fevereiro	»	Santarem	»
15 abril	»	Évora	2
30 »	»	»	»
15 maio	»	Santarem	2 v.
2 »	»	Évora	»
1 »	»	»	3
24 »	»	Coimbra	»
18 julho	»	Lisboa	»
19 »	»	»	»
20 »	»	»	3 v.
16 »	»	»	4
2 setembro	»	»	»
17 agosto	»	»	»
18 janeiro	1364	»	4 v.
31 julho	»	»	»
» »	»	»	»
7 agosto	»	»	»
8 »	»	»	4 v., 5
3 julho	1363	»	5
22 janeiro	1364	Santarem	»
15 »	»	Lisboa	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
26 março	1364	Coimbra	5 v.
3 abril	»	»	»
7 março	»	»	»
16 abril	»	»	3
28 »	»	»	6
12 »	»	»	»
28 maio	»	Santarem	»
12 junho	»	Lisboa	6
16 março	»	Coimbra	»
8 maio	»	»	6 v.
6 »	»	»	»
20 »	»	Santarem	»
18 junho	1364	Lisboa	6 v.
20 »	»	»	»
15 julho	»	»	7
11 »	»	»	»
8 agosto	»	»	»
14 »	»	»	»
15 »	»	»	7 v.
27 »	»	»	»
29 »	»	»	8
2 setembro	»	»	»
13 »	»	»	»
6 fevereiro	»	»	8 v.
4 outubro	»	»	»
23 »	»	Santarem	8 v., 9.
24 »	»	»	»
30 maio	»	Torres Vedras	»
18 agosto	»	Lisboa	9 v.
10 novembro	»	Coímbra	»
26 dezembro	»	»	»
31 »	»	»	»
9 janeiro	1365	Coímbra	»
12 »	»	»	»
25 novembro	1364	»	10
14 »	»	»	»
2 dezembro	»	»	»
29 novembro	»	»	»
10 janeiro	1365	»	»
27 »	»	»	10 v.
23 »	»	»	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
30 janeiro	1365	Coimbra	10 v.
3 janeiro	»	»	»
7 março	»	Estremôs	»
10 janeiro	»	Coimbra	11
19 »	»	»	»
21 abril	»	Lisboa	»
4 »	»	»	11 v.
24 »	»	»	»
15 maio	»	»	»
12 »	»	»	»
17 »	»	»	»
10 junho	»	»	»
17 »	»	»	»
17 setembro	»	»	»
6 outubro	»	»	»
9 maio	»	»	12
26 »	»	»	»
27 »	»	»	»
3 junho	»	»	»
4 abril	»	»	12 v.
8 junho	»	»	»
17 »	»	»	»
3 julho	»	»	»
4 »	»	Santarem	»
16 »	»	Lisboa	13
19 agosto	»	»	»
28 »	»	»	»
30 maio	»	»	»
30 setembro	»	»	13 v.
5 novembro	»	»	»
11 fevereiro	»	»	»
24 abril	»	»	14
27 maio	»	»	»
3 junho	1366	Santarem	»
4 »	»	Lisboa	14 v.
9 »	»	Santarem	»
8 julho	»	Coimbra	»
26 agosto	»	Lisboa	»
10 setembro	»	»	15
7 »	»	»	»
29 outubro	»	»	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
15 novembro	1867	Lisboa	15 v.
29 julho	»	Coímbra	»
15 novembro	»	»	»
2 agosto	»	Lisboa	»
8 fevereiro	»	Estremôs	»
13 »	»	»	16
11 »	»	Vila Viçosa	»
12 »	»	Terena	»
15 »	»	Monsaraz	»
27 março	»	Faro	16 v.
5 maio	»	Arraiolos	»
27 »	»	Santarem	»
21 junho	»	Lisboa	»
30 »	»	»	»
2 julho	»	»	17
8 »	»	»	17, 17 v.
4 »	»	»	17 v.
21 »	»	»	18
26 »	»	»	»
29 março	»	Loulé	»
27 julho	»	Lisboa	»
28 »	»	»	»
11 agosto	»	»	18 v.
19 »	»	»	18 v. 19
17 »	»	»	19
12 setembro	»	»	»
11 »	»	»	»
19 »	»	Coímbra	19 v.
14 outubro	»	Lisboa	»
19 »	»	»	»
18 novembro	»	Santarem	»
9 dezembro	»	»	20
3 novembro	»	Coímbra	»
3 fevereiro	»	Lisboa	»
20 fevereiro	1368	Santarem	20 v.
12 março	»	»	»
20 abril	»	»	»
25 maio	»	»	21
5 junho	»	»	»
20 junho	1364	Lisboa	»
30 »	1368	Porto	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
11 julho	1368	Gaia	21 v.
13 »	»	»	»
21 »	»	Guimarães	»
11 agosto	»	Gaia	»
31 julho	»	Vila Nova de Muhia	22
10 agosto	»	Valença	»
27 »	»	Porto	»
4 fevereiro	»	Leiria	22 v.
14 setembro	»	Porto	»
24 »	»	Gaia	23
26 »	»	»	»
8 outubro	»	Coímbra	23, 23 v.
11 »	»	»	23 v.
4 setembro	»	Gaia	23 v., 24
17 outubro	»	Tentugal	24
19 »	»	Coímbra	24, 24 v.
25 »	»	»	24 v.
12 novembro	»	Santarem	»
5 outubro	»	»	25
19 dezembro	»	»	»
23 »	»	»	25, 25 v.
11 janeiro	1369	»	25 v.
31 »	»	»	26
18 janeiro	»	Santarem	26
27 fevereiro	»	Lisboa	»
28 »	»	Redondo	26 v.
25 »	»	Évora	26 v., 27
3 março	»	»	27
26 fevereiro	»	»	27 v., 28
8 março	»	Lisboa	28
31 »	»	Évora	»
28 abril	»	Santarem	28 v.
26 »	»	»	»
21 maio	»	»	29
29 março	»	Evora	»
26 maio	»	Santarem	»
29 »	»	»	»
28 »	»	»	29 v.
6 outubro	»	Lisboa	»
24 junho	»	»	»
28 »	»	»	30

Data		*Povoação*	*Fôlha*
27 julho	1369	Lisboa	30
3 agosto	»	»	»
7 setembro	»	»	30 v.
24 »	»	Coímbra	»
14 agosto	»	Lisboa	»
27 novembro	»	Santarem	31
29 »	»	Veiros	»
10 fevereiro	1370	Estremôs	»
30 outubro	1369	Belmonte	»
15 janeiro	1370	Estremôs	31 v.
10 fevereiro	»	»	31 v., 32
11 »	»	»	32
13 »	»	»	»
22 »	»	Monsaraz	»
18 »	»	Terena	32 v.
6 março	»	Beja	»
9 março	1370	Beja	32 v.
18 »	»	»	»
23 »	»	»	»
30 »	»	Alcaçovas	33
19 abril	»	Évora	»
10 outubro	1369	Lisboa	»
15 abril	1370	»	»
16 »	»	»	33 v.
18 »	»	Évora	»
5 julho	»	Lisboa	»
11 »	»	»	33 v., 34
21 agosto	»	»	34
14 fevereiro	»	Estremôs	34 v.
1 junho	»	Lisboa	»
16 julho	»	Bemfica	»
24 »	»	Lisboa	»
27 »	»	»	»
29 »	»	»	35
13 outubro	»	Coímbra	»
31 »	»	Belmonte	»
28 julho	»	Lisboa	»
23 setembro	»	»	»
10 abril	1371	»	»
14 dezembro	1369	»	35 v.
28 julho	1370	»	»

Data			*Povoação*	*Fôlha*
23	agosto	1370	Lisboa	35 v.
15	»	»	»	»
21	»	»	»	»
22	setembro	»	»	36
19	»	»	»	»
3	outubro	1369	»	»
21	setembro	1370	»	»
12	outubro	»	»	36 v.
15	outubro	»	»	»
15	setembro	»	»	»
20	março	»	»	»
9	novembro	»	»	37
»	»	»	Alemquer	»
23	»	»	Santarem	»
12	»	»	Lisboa	»
27	»	»	Santarem	»
23	abril	»	»	37 v.
2	janeiro	1371	»	»
19	março	1370	Lisboa	37 v., 38
19	janeiro	1371	Estremôs	38
11	maio	»	Santarem	»
14	»	»	»	»
12	abril	»	Évora	38 v.
10	janeiro	»	Lisboa	»
	junho	»	»	»
16	»	»	»	39
18	»	»	»	»
3	»	»	Alverca	»
30	junho	»	Lisboa	»
8	julho	»	»	39 v.
9	»	»	»	»
16	»	»	Bemfica	»
3	agosto	»	Lisboa	»
4	»	»	»	»
21	»	»	»	40
27	fevereiro	1372	Santarem	41
4	março	»	»	»
1	outubro	1371	Coímbra	»
28	junho	1372	Lisboa	»
4	»	»	»	41 v.
25	»	»	»	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
18 julho	1372	Lisboa	41 v.
22 agosto	»	»	42
8 setembro	»	»	»
18 »	»	»	»
28 »	»	Torres Vedras	»
1 outubro	»	Óbidos	42 v.
19 agosto	»	Lisboa	»
2 março	»	Santarem	42 v., 43
8 maio	1373	Lisboa	43
6 »	»	»	43 v.
19 março	1374	Santarem	44, 44 v.
22 setembro	1373	Coímbra	45
6 dezembro	»	Estremôs	»

LIVRO IV

8 fevereiro	1374	Santarem	3
14 »	»	»	3 v.
27 »	»	»	4
24 »	»	Évora	4 v.
13 (fevereiro?)	»	Santarem	»
15 março	»	»	5
8 fevereiro	»	»	»
7 »	?	Estremôs	5 v.
19 março	1374	Santarem	6
15 novembro	1373	Coímbra	7
30 março	1374	Santarem	7 v.
17 agosto	1373	Guarda	8
16 abril	1374	Santarem	8 v.
» »	»	Torres Vedras	9
24 »	»	Lisboa	9 v.
7 maio	»	Santarem	10
6 »	»	Lisboa	10 v.
10 »	»	»	»
22 »	»	Santarem	»
2 abril	»	»	»
16 maio	»	»	12
4 junho	»	Montargil	»
27 »	»	Lisboa	12 v.

Data		*Povoação*	*Fôlha*
16 julho	1374	Lisboa	13
25 junho	»	»	13 v.
16 julho	»	»	14
2 junho	»	Santarem	»
3 agosto	1373	Guarda	14 v.
29 »	1374	Lisboa	15
5 »	»	Évora	»
17 setembro	1374	Lisboa	»
5 outubro	»	»	15 v.
23 dezembro	1372	Coímbra	»
17 janeiro	1375	Lisboa	16
1 fevereiro	1375	»	16 v.
4 »	»	Evora	17
2 março	»	»	»
5 abril	1374	Santarem?	»
8 março	1375	Évora	17 v.
29 »	»	Lisboa	»
28 »	»	»	18
12 abril	»	Évora	»
16 novembro	1373	Coímbra	18 v.
14 »	»	»	19
16 »	»	»	»
5 fevereiro	1374	Santarem	»
8 »	»	»	19 v.
16 abril	»	»	20
4 junho	»	»	»
20 agosto	»	Lisboa	20 v.
5 novembro	»	»	»
24 dezembro	»	»	»
16 janeiro	1375	»	21
5 maio	»	Évora	»
20 janeiro	1372	Coímbra	21 v.
17 maio	1375	Lisboa	»
12 junho	»	»	22
13 março	»	»	22 v.
15 novembro	»	»	»
10 abril	»	»	23
4 dezembro	»	Lamas de Orelhão	23 v.
26 »	»	Vila Flôr	»
2 janeiro	1376	Lisboa	24
9 »	»	»	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
11 fevereiro	1376	Lisboa	24 v.
22 »	»	»	»
13 março	»	»	25
30 janeiro	1375	»	»
27 março	»	»	25 v.
15 abril	»	»	»
27 março	1376	»	26
7 abril	»	»	»
9 »	»	Coimbra	26 v.
10 »	1367	Lisboa	27 v.
25 maio	»	»	28
23 »	»	Coimbra	»
29 »	»	Lisboa	28 v.
21 julho	1375	»	»
24 julho	»	»	29
20 »	»	»	»
6 »	»	Santarem	»
20 junho	»	Coimbra	29 v.
6 »	»	»	»
21 maio	»	»	30
1 agosto	»	»	»
5 »	»	Lisboa	»
3 »	»	»	»
25 julho	»	»	»
11 agosto	»	»	»
12 agosto	»	»	30 v., 31
7 »	»	»	30 v.
15 »	»	Cintra	»
20 »	»	Lisboa	»
14 »	»	»	31
20 »	»	»	»
1 »	»	»	31 v.
4 »	»	»	»
1 setembro	»	»	»
9 »	»	»	32
8 »	»	»	»
31 agosto	»	»	»
1 setembro	»	»	»
7 agosto	»	»	32 v.
8 setembro	»	»	»
18 setembro	1376	»	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
8 novembro	1374	Lisboa	32 v.
9 dezembro	1376	Santarem	33
1 janeiro	1377	Lisboa	»
2 agosto	1376	»	»
23 março	1377	»	33 v.
13 janeiro	»	Santarem	34
20 »	»	Lisboa	»
13 fevereiro	»	Santarem	»
4 »	»	»	34 v.
8 »	»	»	»
19 março	»	»	»
27 abril	»	»	35
25 »	»	»	»
23 dezembro	1376	»	35 v.
7 junho	1377	Lisboa	36
3 »	»	»	»
2 julho	»	»	36 v.
1 »	»	»	»
22 »	»	Oeiras	37
17 »	»	Cintra	»
27 »	»	Lisboa	»
30 abril	1375	»	37 v.
27 junho	1377	»	»
28 »	»	»	»
21 junho	»	»	38
29 julho	»	»	»
3 agosto	»	»	38 v.
23 julho	»	»	»
2 agosto	»	»	»
31 julho	»	»	39
5 agosto	»	»	»
12 »	»	»	39 v.
12 »	»	»	»
20 agosto	1377	»	»
3 julho	»	»	»
7 setembro	»	Leiria	40
14 agosto	»	Lisboa	»
10 abril	1375	»	40 v.
14 outubro	1377	»	»
6 »	»	Coimbra	41
23 novembro	»	Lisboa	»

Data		*Povoação*	*Fôlha*
3 agosto	1377	»	41, 41 v.
5 »	»	»	41 v.
3 »	»	»	»
4 janeiro	»	Santarem [1]	»
25 janeiro	1378	Lisboa	45
1 fevereiro	»	»	»
18 janeiro	»	»	45 v.
12 maio	»	Santarem	46
3 janeiro	»	Lisboa	46 v.
7 julho	»	»	»
3 »	»	»	»
5 »	»	»	47
4 »	»	»	»
26 junho	»	»	»
9 julho	»	»	48
8 »	»	»	»
14 »	»	»	48 v.
20 »	»	»	»
12 »	»	»	49
10 »	»	»	»
18 »	»	»	»
20 agosto	»	Santarem	»
30 »	»	Lisboa	49 v.
18 »	»	»	»
12 julho	»	»	»
15 »	»	»	50
28 setembro	»	»	»
25 janeiro	1379	»	50 v.
7 setembro	1378	»	51
27 »	»	Évora	51 v.
24 »	»	»	»
6 dezembro	»	Estremoz	52
16 fevereiro	1379	Lisboa	53 v.
17 »	»	»	»
12 março	»	Santarem	54
19 setembro	1378	Lisboa	54 v.
20 »	»	»	55, 55 v.
26 »	»	»	56 v.

[1] As folhas 42 a 44 não pertencem a livros de chancelaria.

Data		*Povoação*	*Fôlha*
4 janeiro	1378	Lisboa	57, 57 v., 58
31 agosto	»	»	58
30 dezembro	1377	»	58 v.
11 janeiro	1378	»	59, 59 v.
18 »	»	»	59 v., 60
7 março	»	»	60 v.
14 »	»	»	61
14 maio	1379	»	61 v.
13 novembro	1373	Coimbra	62
15 fevereiro	1378	Lisboa	»
1 fevereiro	»	»	62 v.
4 janeiro	»	»	63
30 outubro	1373	Coimbra	63 v.
11 janeiro	1378	Lisboa	64
25 »	»	»	64 v.
26 agosto	1377	»	65
30 dezembro	»	»	65 v.
16 janeiro	1379	»	66
1 fevereiro	1378	»	»
13 novembro	1373	Coimbra	66 v.
30 maio	1379	Santarem	67 v.
29 junho	»	Lisboa	68 v.
24 maio	»	»	69 v.
7 março	»	»	»
30 junho	»	»	70
1 julho	»	»	70 v.
6 »	»	»	»
10 »	»	»	»
8 julho	1379	Lisboa	71
9 »	»	»	71 v.
14 junho	»	»	»
19 »	»	»	72
26 »	»	»	73
21 julho	»	Oeiras	»
24 »	»	Lisboa	73 v.
1 agosto	»	»	»
2 »	»	»	74
6 »	»	»	74 v.
15 março	»	Beja	»
12 agosto	»	Lisboa	75
17 »	»	»	75 v.

Data		*Povoação*	*Fôlha*
24 agosto	1379	Lisboa	76
30 »	»	»	77
26 abril	»	Santarem	79
28 agosto	»	Lisboa	79, 80
21 »	»	»	80
22 setembro	1373	Coimbra	80 v.
21 »	1379	»	81
10 outubro	»	»	»
9 »	»	»	81 v.
1 setembro	»	Lisboa	»
22 outubro	»	Murtede	82
3 agosto	1373	Guarda	»
28 outubro	1379	Coimbra	82 v.
5 novembro	»	»	»
30 outubro	»	»	83
20 novembro	»	»	»
18 »	»	»	83 v.
4 dezembro	»	»	84
10 julho	»	Lisboa	84 v.
6 desembro	»	Coimbra	85
1 »	»	»	85 v.
16 dezembro	»	»	86
14 »	»	»	»
18 »	»	Aljazede	86 v.
9 janeiro	1380	Coimbra	87
23 »	»	»	87, 88
16 »	»	»	87 v.
14 »	»	»	88
15 dezembro	1379	»	88 v.
28 janeiro	1380	»	»
28 maio	1374	Santarem	89
30 janeiro	1380	Coimbra	89 v.
6 fevereiro	1379	Lisboa	91, 92
10 novembro	»	Coimbra	93 v.
26 fevereiro	1380	»	94
27 »	»	»	94 v., 95
1 março	»	»	95 v.
20 »	»	»	96 v.
30 »	»	»	»
17 agosto	1379	Lisboa	97
4 abril	1380	Coimbra	97 v.

Data		*Povoação*	*Fôlha*
16 abril	1380	Coímbra	27 v.
20 »	»	»	»
24 »	»	»	»
15 maio	»	»	98
6 julho	»	»	98 v.
12 »	»	»	99
11 maio	»	«	99 v.
2 setembro	»	Porto	100 v.
3 outubro	»	Coimbra	100
9 »	»	»	101
10 »	»	»	»

Os santos dos «Diplomata et Chartae»

O estudo dos calendários portuguêses é matéria completamente nova e sôbre a qual ainda nada há feito, apenas João Pedro Ribeiro compilou no tomo II das suas *Dissertações* as festas de alguns santos, mas não tentou entrar no árduo assunto das listas de santos variáveis de diocese para diocese e dentro da própria diocese sujeitas a mudanças conforme o tempo. Êste estudo é, porêm, valioso, e vem a propósito aqui mencionar que um erudito o sr. Taillan procurou pela vida dum santo determinar a data exacta do primeiro documento publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Pelo que diz respeito á península é conhecido o fragmento dum remoto índice gótico de santos [1]. O rito mosarabe possuía o seu calendário próprio [2].

Nos documentos transcritos na publicação académica são mencionados ou melhor invocados os santos que eram celebrados nos mosteiros do velho Portucale até 1100. Por aqueles antigos monumentos ficam expulsos definitivamente muitos nomes com que a piedade dos nossos antepassados pretendia enriquecer o agiológio português, por meios aliás muito ingénuos, mas que não deixam de dificultar a história da introdução do cristianismo na península.

---

[1] Stamm-Heyne, *Ulfilar*, 11.ª edição F. Wrede *Bibl. der ältesten deutschen Literaturdenkmäler* I, 1908.

[2] *Missale mixtum secundum regulam beati Isidori dictum mozarabes*, Roma, 1755, p. LXXXVII. Êste calendário não é porêm, antigo, pois nele encontra-se entre outros santos modernos, S. António,

Os santos nacionais são muito raros, a não se lhes juntar piedosos varões, mas também em número limitado, doutras partes da Hispânia.

Em compensação uma santa portuguesa tão venerada ainda hoje em Portugal como é Quitéria ou Guitéria em antigo português, não é conhecida nos nossos primeiros documentos. Essa virgem é festejada na Gasconha aos 22 de maio com o nome de Quitière e Aquitière [1].

S. Martinho e S. Frutuoso são celebrados nos contratos, aquele numerosas vezes e este apenas em dois lugares. Todavia, se o S. Martinho é o de Braga, se o de Tours, não discutirei. Quanto a S. Frutuoso, é notável que a celebre Mumadona, na doação ao mosteiro de Guimarães datada de 959, entre numerosos livros menciona os seguintes: *sub una cortex regula beati pacomii passionarii Ambrosii. Benedicti. Isidori et Fructuosi et regula puellarum et alium libellum quod continet id est regulas Benedicti, Isidori et Fructuosi* e mais adiante *Libella quod continet uita beatis martini episcopi* [2]. Nesta ocasião ainda a mesma senhora doou a Guimarãis o livro «*Institutionum beati effrem*».

S. Isidoro, além do que vai dito acima, é referido ainda outra vez com S. Leandro [3]. Em 1095, havia na vila de Eixo um mosteiro de Santo Isidoro [4]. Santo Agostinho é mencionado duas vezes [5]. S. Bento também é mencionado duas vezes e numa delas fala-se na sua regra [6].

Os santos mais invocados são: André, Estêvão, João Batista, Julião, Lourenço, Mamede, Martinho, Miguel, Paio, Paulo, Pedro, Romão, Tomé, Tiágo e Vicente.

---

[1] Giry, *Manuel de Diplomatique*, p. 306.
[2] *P. Man. Hist. Dipl.*, p. 47.
[3] Id., p. 428.
[4] Id., p. 488.
[5] Id., pp. 45, 252.
[6] Id., pp. 330, 407.

As santas mais invocadas são apenas três: Cristina, Eulália e Maria.

Além dos que registei, aponto ainda os seguintes nomes dos santos que tinham menor veneração: Aciscio, Adrião, Bartolomeu, Cipriano, Cláudio, Clemente, Cosme, Cristóvão, Cucufato, Donato, Fagundo, Félix, Filipe, Genesia, Hipólito, João Evangelista, Jorge, Judas, Julião, Justo, Lucas, Marcos, Mateus, Matias, Máximo, Miliano, Pastor, Primitivo, Saturnino, Sebastião, Silvestre, Simão, Sixto, Tadeu, Tirso, Torcato, Valeriano, Veríssimo.

As santas mencionadas são as seguintes: Águeda, Basilissa, Cecília, Comba, Doroteia, Emerenciana, Eufémia, Eugénia, Inês, Júlia, Justa, Leocadia, Lucrécia, Mafalda, Marinha, Marta, Natália, Rufina, Sabina, Iria (Santarêm), Tecla e Vitória.

O estudo dos nomes dos santos impõe-se-nos por variadas razões. A principal é para o conhecimento da cultura medieval, pois que é desta que arranca toda a civilização moderna. É também muito notável a observação que no culto dos santos as superstições se vão amontoando pelos séculos adiante e não nos aparecem de chofre, o que se explica pela vulgarização cada vez mais intensa das celebridades cristãs.

Uma outra face curiósa dos nomes dos santos encontra-se nas alterações linguisticas.

Umas vezes os nomes dos santos são substituídos por formas doutras línguas, mas na maioria dos casos as palavras vulgares são retocadas ficando mais próximas da língua mãe, o latim.

Em antigo português tinhamos *Andreu, Cosmo, Fipo* e *Jurjo,* ao passo que a língua moderna tem *André, Cosme, Filipe* e *Jorge,* palavras onde bem se conhece a origem francesa. A estes nomes ainda devem acrescer *Gens* e *Vicente,* de que não conheço os correspondentes antígos. Vicente é de origem catalã, como

Llorente sendo respectivamente derivados de *Vincentius* e *Laurentius*.

Um outro nome que se encontra num documento autógrafo de 868 vem estabelecer um problema que eu não pretendo resolver. Nesse documento fala-se em *santa Mafada,* rainha da Germânia que faleceu em 968. Ha aqui pois um êrro de data do nosso documento, a não ser que houvesse uma outra santa do mesmo nome anterior a 868.

O sr. Tomás já demonstrou em 1902 que o nome Mafalda provêm de Matilde, mas equivocou-se julgando que a mulher de D. Afonso Henriques foi quem introduziu aquele nome entre nós [1].

Outros nomes apresentam-se-nos no nominativo e vem a ser: *Judas, Lucas, Marcos, Mateus e Matias.* Este último deu em galêgo *Macias* ou *Mancias* e no antigo português *Bacias.* Dizia-se antigamente tambêm *Luca* e *Marco.*

Ao genetivo pertence *Tomé,* ao lado de *Tomás,* por ex. S. Tomás de Aquino.

Os restantes nomes proveem do acusativo.

Alguns dêstes possuem duas formas, como Bento e Benedito, João e Joanne, Martins e Martinho, Paio e Pelaio, Pedro e Pero, Adrião e Adriano. Umas são de origem latina mais directa, outras são hipocoristicos ou abreviaturas familiares, outros são de origem espanhola.

Temos um nome que tem varias formas em português, consoante a sua proveniência. *Jacobus* deu no ocidente da peninsula *Yago,* que se conserva velado entre nós nas palavras *Santiago* e *Tiago,* ao par do francês *Jacques,* do catalão *Jaime,* do italiano *Jácome* (Giacomo) e do inglês *James.* Por um acidente ainda não explicado, junta-se-lhes *Diôgo,* que provêm foneticamente de *Didacus.*

Muitos nomes foram completamente substituídos pelos originais latinos. São êles: *Bertolomeu, Cibrão, Croio, Fins*

---

[1] *Rev. Lusitana,* VIII, p. 222.

(Felix), Gião (Julião), Palos (Paulo), Sadorninho, Bastião e Savaschão, Brissos (Veríssimo).

Os nomes femininos não são tão numerosos, nem tão ricos em divergências como os masculinos, ainda que alguns há bastante deformados, como *Inês, Iria* ou *Irene, Comba, Doroteia* que se diz que deu *Dordia, Olalha* e *Ovaia* de *Eulalia.*

Alguns deles em nada divergem do latim, como são: *Cristina, Eugénia, Júlia, Natalia, Rufina, Sabina, Vitória.*

Os nomes que apontei são tirados únicamente dos contratos que se encontram no nosso país até o ano de 1100. Se não fosse esta limitação, estaria em medida de apresentar maior número de exemplos do que os apresentados.

A influência dos nomes dos santos foi grande em todos os países cristãos, a ponto de em todos êles os nomes indígenas primitivos desaparecerem quási por completo.

A nossa lei do registo civil no art. 143.º impõe, caso notável, os nomes cristãos de preferência. O seu teor é o seguinte: «O nome próprio será livremente escolhido de entre os que se encontram nos diferentes calendários, ou de entre os que usaram as personagens conhecidas na história, e não deverá confundir-se com nomes de familias, nem com os de cousas, qualidades, animais, ou análogos».

A crítica, desgraçadamente humorística, dêste artigo foi já feita na efémera revista *Lvmen* pelo sr. Joaquim Madureira, onde demonstrou que o artigo era assás confuso e que na base descansa no arbítrio.

Nós não sabemos afinal o que são os *diferentes calendários,* podendo muito bem acontecer que o nome dum santo da igreja ortodoxa grêga seja recusado pelo oficial do registo por abstruso. A designação de nomes de personagens conhecidas na história é muito vaga. O mesmo artigo proíbe o uso de nomes que se confundam com os de família, tais como: *Aires* e *Gomes.* Todavia uma parte dos nossos antigos nomes prestava-se a esta confusão e ainda hoje se dá o caso de muitos nomes de família serem

exactamente iguaes aos nomes próprios. Eu conheci um individuo chamado Lino António Roberto.

Com a proibição do uso de nomes de cousas, qualidades, animaes ou analogos desaparecem palavras graciósas como *Rosa, Felicíssimo, Lopo, Urraca,* etc.

A burocratização, êsse cancro do catolicismo, ainda penetrou numa lei tão útil como a do registo, a qual era inteiramente desconhecida na nossa Igreja medieval.

O estudo do onomástico, de que os nomes dos santos constitue apenas uma parcela, não é pois uma matéria frívola e a que só podem dedicar-se os espíritos desocupados. Vimos já que ela é valiosa para os estudos históricos e que o direito moderno absorvendo inteiramente o velho registo paroquial faz levantar uma série de questões de que no futuro terão de debater-se nos tribunais.

Seguem-se agora as listas dos nomes de santos colhidos dos *Portugaliae Monumenta Histórica,* na sua secção *Diplomata et Chartae.*

Pedro de Azevedo.

NOMES DE SANTOS

Aciscio — 45, 154, 207, 270.
Adrião — 3, 45, 159, 170, 249, 260.
Agostinho — 45, 252, 393.
Ambrosio — 47.
André — 4, 5, 45, 55, 70, 117, 119, 169, 195, 208, 214, 215, 219, 241, 249, 252, 259, 260, 272, 311, 315, 330, 426, 475, 500, 564.
Bartolomeu — 43, 45, 207, 245, 249, 252, 260, 269, 306, 311, 330, 461.
Bento — 47, 330, 407.
Cipriano — 45, 75, 207, 208, 248, 252, 259, 261, 270, 399.
Cláudio — 260,
Clemente — 30, 100, 109.
Cosme [1] — 3, 36, 165, 170, 171, 221, 239, 249, 261, 262, 291, 292, 330, 358, 375, 379, 394, 412.

---

[1] Cósmade.

Cristóvão — 4, 7, 8, 43, 45, 55, 78, 117, 119, 168, 182, 185, 261, 277, 330, 339, 374, 382, 418, 419, 426, 432, 458, 485, 509, 531, 561.
Cucufato — 30, 43, 54, 277.
Damião — 3, 36, 165, 221, 239, 249, 261, 262, 375, 379, 394, 412.
Donato — 3, 17, 117, 214.
Estêvão — 16, 32, 161, 227, 245, 249, 259, 260, 277, 330, 384, 399 434, 445, 463, 470, 483, 534, 551, 564.
Fagundo — 45, 207, 245, 270.
Félix — 45, 46, 197, 249, 261, 262, 277, 287, 327, 330, 367, 368, 440, 457, 467.
Filipe — 45, 245, 249, 252, 266, 311.
Frutuoso — 12, 47.
(San)galis — 277, 405.
Genesio — 93, 96, 252, 335.
Hipólito — 306.
Isidoro — 47, 428, 488, 489.
João Baptista — 1, 16, 18. 31, 36, 39, 41, 45, 46, 72, 75, 80, 91, 92, 117, 169, 187, 195, 196, 201, 207, 214, 239, 245, 249, 252, 257, 258, 259, 260, 261, 269, 270, 272, 273, 274, 277, 281, 282, 296, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 315, 318, 326, 330, 340, 344, 345, 349, 361, 366, 370, 380, 389, 390, 391, 396, 398, 399, 408, 413, 421, 426, 428, 432, 435, 438, 439, 441, 445, 447, 450, 455, 457, 467, 474, 475, 477, 481, 482, 483, 490, 498, 499, 500, 502, 507, 514, 516, 517, 527, 533, 534, 539, 543, 544, 545, 547, 551, 554, 555.
João Evangelista — 139, 145.
Jorge — 32, 45, 48, 51, 72, 92, 261, 306, 330, 505.
Judas — 45, 207, 249, 252, 269, 311.
Julião — 45, 63, 141, 154, 161, 230, 249, 258, 260, 317, 492, 493, 538, 553, 563.
Justo — 45, 59, 245, 355.
Landro — 428.
Lourenço — 3, 7, 207, 226, 228, 245, 249, 252, 260, 270, 273, 306, 534.
Lucas — 139, 145.
Mamede — 1, 5, 8, 14, 15, 17, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 35, 37, 39, 43, 46, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 68, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 109, 112, 136, 141, 154, 162, 192, 197, 205, 207, 219, 231, 250, 258, 260, 261, 277, 290, 308, 330, 331, 359, 384, 401, 435, 503, 524, 529, 554, 558 [1].

[1] Talvez coubesse entrar adiante o nome *Emanuel* (Jesus Cristo) o que

Marcos — 139.
Martinho — 5, 7, 8, 10, 11, 16, 18, 31, 32, 35, 36, 40, 42, 45, 47, 49, 52, 54, 55. 66, 67, 70, 75, 79, 85, 89, 100, 101, 103, 105, 108, 116, 117, 122, 129, 135, 136, 138, 139, 141, 146, 150, 154, 156, 168, 170, 177, 181, 182, 193, 194, 198, 199, 205, 207, 208, 214, 227, 235, 245, 247, 249, 252, 259, 260, 261, 262, 263, 270, 271, 273, 275, 279, 287, 290, 306, 313, 330, 343, 349, 350, 353, 363, 364, 374, 392, 393, 399, 404, 426, 427, 428, 442, 458, 475, 476, 481, 482, 483, 487, 495, 499, 523, 539.
Mateus — 45, 139, 252, 311, 385.
Matias — 252.
Maximo — 20, 145, 195.
Miguel — 3, 4, 5, 6, 7, 16, 19, 31, 70, 71, 79, 98, 114, 117, 138, 140, 145, 155, 170, 181, 198, 201, 205, 208, 214, 249, 252, 258, 261, 262, 277, 279, 315, 330, 336, 372, 399, 428, 464, 506, 507, 508, 543, 514.
(E)milano — 227, 538.
Paio — 1, 2, 3, 14, 15, 16, 21, 48, 52, 63, 64, 66, 68, 72, 78, 79, 80, 81, 88, 90, 91, 96, 100, 109, 117, 137, 182, 195, 207, 231, 245, 249, 252, 258, 270, 277, 326, 330, 333, 346, 401, 417, 490, 524, 529, 538, 554, 558.
Pastor — 45, 245.
Paulo — 6, 36, 45, 70, 116, 117, 141, 149, 150, 152, 154, 161, 169, 177, 182, 187, 192, 198, 201, 207, 208, 214, 226, 227, 235, 239, 245, 247, 249, 252, 269, 272, 277, 279, 286, 294, 308, 311, 315, 330, 336, 354, 359, 375, 376, 379, 381, 385, 388, 390, 394, 395, 412, 416, 426, 444, 468, 470, 475, 481, 482, 517, 518, 550, 552, 556.
Pedro — 4, 6, 8, 16, 18, 36, 45, 70, 91, 116, 117, 141, 149, 150, 152, 154, 158, 161, 169, 177, 182, 192, 194, 198, 201, 207, 208, 214, 215, 226, 227, 229, 286, 293, 294, 299, 308, 311, 315, 330, 332, 333, 336, 338, 343, 354, 355, 359, 360, 365, 368, 371, 375, 376, 379, 380, 381, 392, 393, 394, 395, 398, 405, 409, 410, 412, 414, 416, 420, 425, 426, 444, 445, 455, 458, 460, 462, 464, 469, 470, 474, 475, 480, 481, 482, 483, 490, 494, 496, 499, 503, 505, 517, 518, 521, 526, 528, 531, 533, 534, 548, 550, 551, 552, 553, 555, 556, 557, 561.
Primitivo — 45, 207, 245, 270, 277.

---

não fiz por só ter recolhido nos meus apontamentos as páginas 161, 177, 194, 235, 247, 279, 431.

Romão — 45, 136, 139, 152, 157, 207, 245, 249, 252, 258, 259, 260, 270, 281, 290, 307, 312, 390, 396, 406, 407, 479, 506.
Salvador — 1. 3, 4, 5, 8, 14, 16, 17, 22, 41, 42, 46, 48, 51, 53, 62, 70, 71, 75, 91, 92, 93, 95, 104, 105, 116, 117, 120, 122, 123, 136, 139, 141, 145, 146, 149, 150, 152, 154, 155, 158, 161, 169, 170, 175, 181, 182, 185, 187, 192, 195, 198, 200, 201, 206, 205, 907, 208, 209, 216, 215, 226, 227, 239, 242, 245, 248, 249, 251, 252, 258, 259, 260, 261, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 276, 275, 277, 281, 304, 308, 309, 311, 312, 315, 320, 326, 330, 336, 337, 366, 349, 354, 360, 362, 366, 371, 372, 373, 375, 384, 385, 388, 389, 392, 399, 405, 408, 416, 423, 427, 429, 432, 440, 444, 449, 451, 453, 465, 466, 471, 475, 478, 486, 487, 488, 507, 517, 518, 527, 552, 566.
Sant'Iago — 1, 7, 9, 12, 16, 27, 45, 100, 109, 117, 126, 137, 141, 145, 164, 187, 199, 201, 205, 207, 214, 239, 245, 249, 252, 258, 260, 262, 269, 277, 290, 311, 312, 346, 353, 372, 388, 392, 399, 409, 420, 426, 485, 513, 515, 518.
Saturnino — 45, 207, 270, 330.
Sebastião — 45, 154.
Silvestre — 123.
Simão — 45, 249, 252, 269, 311, 378.
Sixto — 3.
Tadeu — 45, 252.
Tirso — 45, 246, 252, 267, 513, 518, 533.
Tomé — 4, 12, 13, 45, 100, 109, 117, 169, 177, 182, 207, 208, 214, 229, 245, 249, 252, 259, 272, 277, 311, 315, 317, 318, 325, 336, 351, 367, 446, 497.
Torcato — 45, 138, 226, 262.
Valeriano — 45.
Verissimo — 20, 113, 145, 195, 260, 261.
Vicente — 11, 65, 66, 68, 78, 100, 109, 115, 116, 120, 141, 145, 146, 149, 150, 152, 154, 170, 177, 187, 194, 215, 235, 239, 245, 247, 252, 279, 339, 363, 385, 392, 395, 400, 442, 452, 469, 487, 528, 549.

NOMES DE SANTAS

Águeda — 207, 245, 252, 270.
Basilissa — 45, 141, 154, 249.
Cecilia — 252.
Comba — 72, 92, 117, 207, 252, 270, 281, 290, 307, 312, 390, 396.
Cristina — 4, 10, 23, 45, 116, 117, 126, 158, 181, 182, 194, 207, 208 214, 245, 252, 256, 258, 259, 268, 270, 277, 293, 294, 308, 524.

Dorotea — 207, 245, 252, 270.
Emerenciana — 45.
Eufémia — 194, 245, 249, 252, 420, 461, 462.
Eugénia — 245, 281, 290, 307, 312, 390, 396.
Eulalia — 4, 7, 8, 9, 12, 33, 34, 35, 42, 45, 48, 50, 51, 53, 65, 68, 70, 79, 90, 201, 205, 206, 207, 226, 236, 245 249, 252, 260, 261, 270, 277, 306, 308, 312, 334, 335, 386, 388, 397, 405, 529, 539.
Inês — 45.
Júlia — 20, 145, 195.
Justa — 45, 529.
Leocadia — 4, 45, 48, 252, 261.
Lucrécia — 262, 330.
Maria 1, 3, 4, 5, 11, 13, 16, 22, 41, 42, 47, 48, 51, 53 ,56, 62, 71, 75, 78, 85, 86, 92, 93, 95, 104, 117, 118, 120, 122, 123, 132, 138, 141, 147, 152, 155, 161, 170, 181, 187, 194, 195, 198, 205, 206, 207, 214, 215, 218, 226, 227, 231, 239, 248, 249, 251, 252, 253, 258, 261, 262, 269, 270, 272, 274, 275, 277, 279, 283, 286, 290, 303, 304, 306, 308, 309, 311, 312, 315, 326, 329, 332, 333, 334, 336, 339, 344. 349, 354, 359, 366, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 379, 381, 382, 385, 389, 390, 392, 393, 394, 395, 396, 398, 399, 400, 402, 405, 406, 408, 410, 411, 415, 416, 417, 420, 421, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 431, 432, 434, 439, 444, 445, 449, 450, 451, 452, 461, 463, 464, 465, 468, 469, 470, 475, 476, 478, 479, 481, 484, 485, 488, 489, 491, 492, 494, 495, 496, 497, 501, 503, 505, 506, 507, 508, 516, 518, 527, 530, 531, 534, 536, 538, 539. 546, 568, 550, 551, 552, 553, 555, 556, 560, 561.
Mafalda — 8.
Marinha — 8, 16, 181, 182, 252, 249, 258, 260, 262, 319, 320, 321, 324, 384, 480.
Marta — 19, 262, 457,
Natalia — 3, 45, 159, 170, 249,
Rufina — 45,
Sabina — 260, 290,
Sanctairene — 94, 419.
Tecla — 85, 87, 170, 201, 207, 245, 252, 270,
Vitória — 45.

Sôbre a expedição às Canárias em 1341

Na sessão da 2.ª classe da Academia que se realizou em 25 de maio de 1911 [1], o meu amigo o sr. Cristóvão Aires apresentou uma publicação do Dr. Eugénio do Canto, que reproduz mais uns monumentos do século XIV que lançam intensa luz sôbre as navegações portuguesas no Oceano, anteriores às que o Infante D. Henrique impulsionou. A apresentação foi acompanhada de referências ao empenho que tivera Consiglieri de fazer pesquisas com êsse objecto no Arquivo Nacional, o que não lhe permitira a morte prematura, e por isso me convidava, interpretando os sentimentos da classe, a proceder naquele estabelecimento a êsse trabalho. A estas palavras de incentivo acrescentou ainda outras uma das nossas autoridades no campo das investigações, o sr. Lopes de Mendonça.

Satisfazendo êsse convite, venho agora dar conta das pesquisas a que procedi e que por forma alguma ou pelo menos muito escassamente veem satisfazer o desejo que os nossos precários centros scientíficos alimentavam de ver confirmadas por um documento existente em Portugal, e ainda acrescidas, as notícias que correm impressas sôbre as operações portuguesas durante o século XIV nas lendárias ilhas Afortunadas, a que se dá hoje o nome de Canárias, denominação esta ja conhecida de Plínio e que por certo era ignorada dos primitivos habitantes das ilhas.

Êste assunto já fôra ventilado pelo académico Joaquim José da Costa de Macedo nas memórias datadas de 1819,

---

[1] *Boletim da Segunda Classe,* IV, pag. 409.

1835 e 1843, que nelas publicara os documentos agora reproduzidos pelo benemérito açoriano, estando eu certo que aquêle académico batera bem todas as possibilidades de produzir novos documentos em favor da prioridade de Portugal na matéria das navegações do Atlântico. Todavia, como é sempre necessário, em qualquer campo que seja, não adormecer sôbre as vantagens adquiridas, empreendi de nôvo as pesquisas que, depois de Costa de Macedo, o Visconde de Santarêm e o General Brito Rebelo tinham com inteligência efectuado.

É um lugar comum de todos os escritores e cronistas a menção da falta de memorias dos antigos portugueses que manejavam com mais ardor a espada, do que lançavam mão à pena para referirem os seus estrondosos feitos aos vindouros. Talvez haja aqui exagero na modéstia e de que a culpa recaia antes na falta de conservação das antigas memórias. Não tenho encontrado até agora nenhum cuidado especial nem mesmo modernamente na guarda dos cartórios, a não ser na Ordem de Santiago, segundo um regimento do tempo de D. João II. Só o que se vê na história dos nossos arquivos e livrarias, até o tempo de hoje, é desordem e destruição.

Não há muito que num arquivo pertencente ao Ministério das Finanças, por motivo de obras, os maços de documentos que nele se encontravam eram lançados de um ponto para outro colocado muito abaixo e, como as cordas não podiam resistir ao choque, rompiam-se, indo-se espalhar os papeis em volta.

Um outro arquivo nada ficava a invejar às ilhas do Pacífico quanto à frequência das aves que nele entravam pelas vidraças partidas.

Na nossa Biblioteca Nacional estiveram ainda há pouco empilhados centos e centos de volumes rasgados e inteiros e de maços que os operários que ali trabalhavam transportaram em padiolas duns lugares para outros, com o

cuidado que merecem os materiais da argamassa. Se isto sucede hoje aos nossos olhos em Portugal, não é para admirar acontecesse o mesmo nos séculos passados.

O Arquivo Nacional também passou por períodos aflitivos, para não falar em tempos modernos, e por isso as suas colecções são incompletas, quer por assim já darem entrada nele, quer por ali serem maltratadas.

Entrarei agora no assunto. Da base antiga da Tôrre do Tombo apenas hà dois corpos que podem ministrar qualquer subsídio ao meu intento. Das aquisições mais recentes, entradas depois de 1834, alêm de nelas não ser muito provável o achado de qualquer informação, o estado em que se encontram, umas sem índices, outras com estes incompletos, só no fim de contínua consulta de milhares de pergaminhos durante anos se alcançaria qualquer resultado. Todavia seria um belo trabalho a catalogação do cartório completo dum mosteiro, como por exemplo o de S. Vicente de Fora, com os seus documentos desde o século XII até 1834, devidamente sumariados, a darem-nos os nomes dos indivíduos que viviam nas propriedades do mosteiro e a fazerem-nos a história dum prédio durante quinhentos e seiscentos anos. Trabalhos positivos desta espécie provocam o sentimento da solidariedade nacional, sentimento que nós chamamos patriotismo e que para se robustecer precisa não só da forma.

Os dois corpos do Arquivo Nacional que apontei são as chancelarias e as *Gavetas*. Êste último corpo, pelo seu freqùente manuseamento, não oferece novidades, por isso não o consultei.

Restava-me, pois, o exame da chancelaria de D. Afonso IV.

O meu trabalho tomou aqui duas faces, um cronológico e outro real. No cronológico apontei as datas de todos os documentos registados, o que me deu a nota do que possuíamos da chancelaria do rei e do que nos faltava.

Por esta forma achei que temos documentos registados desde o comêço do reinado até 10 de outubro da era de 1380 (1342). O estudioso achará numa anterior comunicação minha a inventariação completa das cartas de D. Afonso IV registadas nas chancelarias, com a notícia dos lugares donde elas foram expedidas. Esta relação vai agora servir-me.

No primeiro de julho do ano da encarnação de 1341, ano e dia que calculados pelo sistema florentino, que necessáriamente usaria o autor da carta, coincidem com os respectivos do nascimento de Christo, partiram de Lisboa duas naus providas por el-rei de Portugal de todo o necessário para uma larga viajem, as quais regressaram em novembro. São só as datas extremas que me aproveitam. Pretendo agora saber, porquanto o escritor não no-lo diz, se o rei esteve presente à saída da expedição, se não importante pelo número das velas, pelo menos notável pelo objectivo, ou onde demorara êle por ocasião do regresso dos baixeis. Observo, porêm, que, ainda que o soberano não se encontrasse em Lisboa, isso não seria argumento para a falta de fundamento da expedição.

A relação que fiz, e que foi tema duma anterior comunicação, diz-me que D. Afonso IV esteve sempre no sul de Portugal nos primeiros oito mêses do ano de 1341 e os restantes nas margens do Mondego.

A tabela que formei é a seguinte:

janeiro: 16, 25 (Lisboa)
fevereiro: 6, 16, 17 (Lisboa)
março: 7 (Lisboa), 12 (Santarêm), 15 (Beja)
abril: 26 (Santarêm)
maio: 14, 24 (Lisboa), 30 (Santarêm)
junho: 14, 19, 26, 29, 30 (Lisboa)
julho: 1, 6, 8, 9, 10 (Lisboa), 21 (Oeiras), 24 (Lisboa)
agosto: 1, 2, 6, 12, 17, 21, 24, 28, 30 (Lisboa)

setembro: 1, 21 (Coimbra)
outubro: 9, 10, 18 (Coimbra), 22 (Murtede), 28, 30 (Coímbra)
novembro: 5, 20 (Coimbra)
dezembro: 1, 4, 6, 14, 15, 16, (Coimbra), 18 (Aljazede).

Em 1 de julho estava o rei em Lisboa assistindo, portanto, à partida da frota. Mesmo que nos faltasse uma carta expedida nesse dia, as datas de outros dias próximos nos confirmariam nessa suspeita. No regresso dela em novembro estava o rei em Coimbra e de lá não saiu quando lhe foi transmitida a nova, porque bem podia receber os nautas e os mercadores no castelo daquela cidade e ali ouvir-lhes os pormenores dos feitos.

A oportunidade da expedição filia-se no enfraquecimento do poder mahometano motivado pela batalha do Salado, travada em 29 de outubro do ano anterior. D. Afonso IV, que era mais combativo que seu poético pai, pretendeu com êste movimento, sabendo os mares do Atlântico desimpedidos de navios africanos, achar talvez os limites do império marroquino e quem sabe, tambêm, buscar aquele aliado cristão, por que o Infante D. Henrique tanto se esforçou por encontrar. Adiante faço outra hipótese.

Para a cronologia foi satisfatória a minha pesquisa, mas esta não valerá no caso mais valioso, que consistiria no achado dum documento que nos demonstrasse irrefragavelmente a existência da expedição. Na falta dele servir-me hei de analogias.

Na carta dos mercadores florentinos datada de 1341 assevera-se que as naus enviadas por D. Afonso IV transportavam florentinos, genoveses, castelhanos, alêm de vários instrumentos bélicos. A nacionalidade dos passageiros e tripulação, conforme nela se diz, era variada em relação ao número de navios, o que seria de esperar em atenção ao fim piedoso que se tinha em vista. A expedição teria

talvez o carácter duma pequena cruzada, seria sugerida pelos dizeres de Plínio, e destinada a conhecer também melhor as ilhas que anteriores navegadores haveriam já encontrado. O rendimento porém obtido é natural que não chegasse a cobrir as despesas da frota.

Cabe agora reproduzir aqui uns documentos datados de 13 de fevereiro de 1377 (1339), que nos mostram mercadores como tripulantes de navios reais.

«Don Affonso pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarue A uos Alcaide e Juizes por mjn en Lixbõa e a todalas outras Justiças dos meus Reynos saude. Sabede que eu Segurey per mha carta Johane mirãao mercador uezinho dessa vila de lixbõa pera estar perante mjn a todo conprimento de dereito per Razon que dizian que fora na mha frota por cabedel na galee Santaliffonsso e que fogira e nõ ffezera o que deuera en meu seruiço. E el uẽo perdante mjn pela dita segurança. E disse me que queria prouar que ffezera bõa obra e qual conpria en meu seruiço e que a mengoa nom fora en el. E eu Recebio ao prouo. E el deu sas testemunhas. As quaaes eu mandey preguntar per Ruy faffez meu vassalo e per francisco Lourenço meu scrivã. E uista a enquerição que foy filhada sobre esto Achey con os do meu consselho que o dito Johan mirãao fez bõa obra e qual deuia en meu seruiço. E por en tenho por ben e mandouos que o non prendades nen lhy façades nenhũu desaguysado per essa Razon. E mando que lhy façades logo entregar todalas cousas que lhy per essa Razon tẽedes filhadas. Vnde al non façades. En testemonho desto lhy dei ésta mha carta. Dante en Santaren treze dias de ffeuereiro. El Rey o mandou per Affonso steuẽez e per Mestre pedro das Leyes seu vassalo. francisco Lourenço a ffez. Era M.ª CCC.ª lxxvij. anos. Afonso steuẽez. Magister petrus uidit.

Outra tal carta ouue Johã da Rosa mercador vezinho de lixbõa Dante no dito dia

Outra tal carta ouue Martin lopiz mercador vezinho da dita vila. Dante no dito dia...

Outra tal carta ouue Lourenço ffernandiz mercador vezinho da dita vila. Dante no dia...

Outra tal carta ouue Afonso ramos mercador vezinho da dita vila. Dante no dia...

Outra tal carta ouue Nicolaao pirez vezinho na dita vila. Dante no dia e... [1]»

Estas cartas de seguro datadas de fevereiro de 1339 referem-se indubitávelmente a tripulantes das naus que D. Afonso IV armara contra o rei de Castela, com o qual estava em guerra desde 1336, guerra que só terminou em junho ou julho de 1339, para começarem as hostilidades com os africanos.

Trazendo a público os seguros concedidos a mercadores de Lisboa que se escusavam de servir nas galés, é apenas intento meu mostrar qual era a profissão dos tripulantes da frota real, tripulantes que iam combater os inimigos da pátria, ainda que cristãos, provavelmente como corsários.

Não repugna, portanto, admitir que as galés que vogaram até às Canárias fossem guarnecidas com interesse comercial por mercadores italianos e castelhanos e na sua maioria, provávelmente, por portugueses. O laço religioso e comercial unia os tripulantes, o que era já bastante forte.

Além da carta dos florentinos, ainda temos uma missiva

---

[1] *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV, fl. 34,

de D. Afonso IV ao papa datada de Montemor o Novo, a 12 de fevereiro, sem indicar o ano, mas que se julga ser o de 1345. Os registos das chancelarias já não atingem esta data e por isso me falece um meio valioso de contraprovar a sua autenticidade, que em todo o caso me parece indiscutível.

O resultado das minhas pesquisas resume-se portanto:

1.º Que D. Afonso IV se encontrava em Lisboa, quando do pôrto desta cidade saiu a expedição destinada às Canárias;

2.º Que não repugna aceitar em face de vários documentos, que a tripulação da frota que velejou até às Canárias fosse composta de estranjeiros, provávelmente mercadores, e que por isso a expedição tivesse também carácter comercial ainda que não pacífico, como era habitual na Idade-Média.

Pedro de Azevedo.

Os "Sucessos de Arzila" e Fr. Luiz de Sousa

O mss. da Misericordia de Lisboa, intítulado «Hum breve tratado memorial das couzas que passarão em Afriqua do anno 1508 pera qua espicialmente das couzas que acontecerão em Arzilla f^to^ por hum homẽ africano dezeiozo de não se perder a fama dos nobres feitos e acontecimentos q̃ na uilla se fizerão pelos nobres capitais fidalgos caualeiros almoquadẽs em algũs dos outros lugares de afriqua», é mais uma cópia da obra de Bernardo Rodrigues, da qual existem três treslados na Biblioteca Nacional de Lisboa, um na Academia das Sciências e um (ao que parece pelo catálogo respectivo) na Biblioteca Municipal do Pôrto. Pondo de parte as divergências de texto entre esses diversos códices, que, à excepção do último, se acham atualmente depositados nesta academia, cumpre-me chamar a atenção sôbre o que torna especialmente notavel o da Misericordia.

A minha análise corrobora absolutamente o que a respeito dele conjecturava o nosso consócio sr. Victor Ribeiro. Foi, sem sombra de dúvida, o exemplar compulsado por Fr. Luís de Sousa para a elaboração dos *Annaes de El-rei D. João III.* Entre as numerosas notas exaradas no anterosto, avulta a seguinte, que individualiza um dos antigos proprietarios do códice: «Do sñor dom Luis Lobo da silveyra». E logo abaixo, em caligrafia que, pelo cotejo com o fac-simile inserto na edição dos «*Annaes*» de 1844, não sofre dúvida ser a autêntica do notável dominico, acha-se a seguinte cota: «Veo a minha mão em 16 de Mayo 627. fr. Luis de Sousa».

Ora, segundo se vê pelas transcrições, feitas no prólogo

daquela edição, dos apontamentos deixados pelo autor, foi a 11 de maio de 1627 que êle recebeu em Madrid o encargo verbal, transmitido pelo marquês de Castello Rodrigo, de escrever a vida de D. João III. E logo a seguir vem um apontamento, que transcrevo na íntegra: «Mandou-me Dom Luys Lobo hum livro de mão das cousas de Africa, encadernado em pasta: prometeo mandar-me dar muyta papelada que seu filho Dom Rodrigo tem em Portugal».

Bastaria êste confronto para a identificação do códice, se os nímiamente suspeitosos não lhe pudessem apôr ainda duas objecções. A primeira diz respeito à encadernação. Ela tem a superfície de couro, lavrado a ferro, e parece ser da primitiva, visto que a fôlha interna de defesa é dobra da do ante-rosto, onde se acham as notas referidas. Poderá aplicar-se-lhe a classificação de pasta? Não era lícito que a tal respeito cincasse o mestre da língua que era Sousa. E de feito, Bluteau define: «*Capa de pasta nos livros, i. e.* de papelão coberta de coiro» e o Dicionário da Academia Hespanhola, v. *Pasta:* «Forro de los libros que se hace de cartones cubiertos con pieles brunidas y, por lo común, jaspeadas».

A outra objecção provêm de que no mesmo borrador dos apontamentos sa acha, à margem do apontamento transcrito, a seguinte cota: «Tornei-lho logo, porque tem outro tal Alvaro Pires de Tavora». Mas esta objecção, em vista dos restantes argumentos, nada prova contra a identificação do códice. Podia o douto frade, durante alguns dias que o teve em seu poder, tê-lo enriquecido com as notas de sua letra que nele se acham, ou, o que é mais provável, mudaria de tenção e não o devolveria ao seu dono, ou por instâncias dêste, ou por ter reconhecido a superioridade desta cópia à de Álvaro Pires de Távora, a qual, diga-se incidentalmente, se verifica ter sido compulsada para a elaboração da «Vida dos varões illustres

de apellido Tavora», recopilada pelo mesmo Álvaro Pires de Távora, onde é citada sob a designação de *Crónica ou história de Arzila* a pag. 13 a 25.

Que o códice de que tratamos continuou a ser compulsado por Fr. Luís de Sousa, parece confirmá-lo outro apontamento seu, que transcrevo ainda da edição dos *Annaes:* «O livro de mão de Dom Luiz Lobo, das cousas de Africa, me não serve mais que desdo mêo em diante, que he o do capitolo 69 em diante, sendo inda Capitão o Conde de Borba em Arzilla, e Dom Anrique de Meneses em Tanger». Efectivamente, êste capítulo 69 do que constitue própriamente a segunda parte da obra corresponde ao ano de 1521, no fim do qual começou a reinar D. João III. Logo às primeiras linhas dêsse capítulo, referindo-se às incursões dos almogavares mouros, diz o autor: «pois sendo asi comum neste anno de 21 o foi muito mais», etc. Esta segunda parte prolonga-se ainda até ao seu último capítulo com o govêrno do conde de Borba, começando em seguida a terceira parte com o govêrno de António da Silveira.

Estão pois decididamente confirmadas as conjecturas do sr. Vítor Ribeiro, a quem cabe a honra dêste descobrimento, e deve a Academia folgar com as suas conseqüências. Resolveu a comissão, nomeiada para a comemoração do centenário da tomada de Ceuta, incluir na série das suas publicações a primeira edição da obra de Bernardo Rodrigues, de cujas cópias, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Academia das Sciências e na Biblioteca Municipal do Pôrto, eu tivera a ventura de lhe dar notícia. Essa obra, devida a um nativo português de Arzila, testemunha presencial de muitos dos sucessos narrados, abrange a história da nossa praça de Arzila desde o ano de 1508 até ao de 1539, contendo além disso interessantes notícias sôbre o acontecido durante êsse período em outras praças portuguêsas da costa de Marrocos. Es-

crita com presuntiva imparcialidade e com suficiente clareza, se não elegância de linguagem, revela no seu autor um espírito escrupuloso na procura das fontes de informação, impregnado de amor à verdade, e não destituído duma cultura geral, adquirida antes na experiência própria e em leituras ocasionais do que em metódicos estudos. Sob estes pontos de vista, tem certamente vantagem ao seu contemporâneo Gaspar Correia, cuja obra oferece com a sua um certo paralelismo. Provado como fica, pela multiplicidade das cópias até hoje encontradas, pelo muito que nela beberam escritores de valia, o grande aprêço em que era tida essa obra, mal se compreende que houvesse atravessado cêrca de três seculos e meio sem lograr as honras da impressão. Vai resgatá-la da injusta carceragem da letra manuscrita a Academia das Sciências de Lisboa, divulgá-la para a comunicação universal de que é digna, se acaso, o que para glória da República não será de prever, não se atalharem à Academia os recursos legitimamente seus que nessa emprêsa empregará. Para dirigir o trabalho de impressão, enriquecer de valiosas notas proprias o texto e coligir todas as que aos eminentes membros da comissão sugerir a leitura, conta a Academia com a especial erudição e com o devotado talento dum dos nossos exímios consócios, o sr. David Lopes. Mas agora, graças ao descobrimento do sr. Vítor Ribeiro, que a minha sucinta análise não fez mais que corroborar, a edição crítica dos «Sucessos de Arzila» (que assim é de ordinario denominado o códice) tem mais uma honrosa e inesperada colaboração: nada mais nada menos que a dum grande colega nosso, que só não foi um dos mais ilustres académicos porque a sua morte, ocorrida ha quási três seculos, se anticipou mais de um seculo à nascença da Academia. Refiro-me ao prestigioso autor da *Historia de S. Domingos,* da *Vida do arcebispo,* dos *Annaes de D. João III.* Com efeito, Fr. Luís de Sousa, durante o

tempo que teve em seu poder o exemplar do seu amigo D. Luís Lobo da Silveira, escreveu à margem de certas paginas alguns apontamentos, infelizmente poucos, os quais, sendo de quem são, concorrerão altamente para opulentar o projectado livro. É uma exumação esta a um tempo erúdita e romanesca, pois que será dado aos leitores conversar com o espírito do mavioso dominicano, apanhando-lhe, por assim dizer, o pensamento em flagrante.

Razão tinha eu pois, creio, para confiar no regozijo com que seria acolhida pelos meus ilustres confrades a notícia que tenho a honra de lhes comunicar.

Henrique Lopes de Mendonça.

Nota sôbre as duas missões diplomáticas do Padre António Vieira a França e a Holanda

Na celebre carta apologética ao conde da Ericeira, da Baía, em 23 de maio de 1682, António Vieira pretendeu justificar-se, e o fez largamente, de certas asserções do *Portugal restaurado* que reputava ofensivas da sua reputação intelectual, e em menoscabo dos serviços prestados a D. João IV e à causa da restauração.

Se bem que muito conhecida a carta e a obra a que se refere, para melhor inteligência destas notas, transcreverei o trecho sôbre que versa a contestação do padre Vieira.

«E para que os negócios pudessem tomar melhor forma, depois de várias conferências que houve entre os maiores ministros, mandou S. M. a França o Padre António Vieira da Companhia de Jesus, sujeito em que concorríam todas as partes necessárias para ser contado pelo maior prégador do seu tempo; porêm como o seu juizo era superior e não igual aos negócios — «nesta adversativa se encontra o hervado da seta desfechada ao antigo prégador régio» — muitas vezes se lhe desvaneceram, por querer trata-los mais subtilmente do que as compreendiam os principes e ministros, com quem comunicou muitas de grande importância» [1].

O orgulho de Vieira, o seu génio impetuoso não lhe consentiam receber sem repulsa a ironia, que lhe depreciava as qualidades de arguto político, nas quais tinha por ventura mais vaidade que nas de orador, teólogo ou mis-

---

[1] *Port. Rest.*, Parte I, liv. X, tomo 2 p. 241 da edição de 1751.

sionario. Velho, abandonado de proteções e de amigos, desterrado, se bem que voluntariamente, para o longínquo país da sua infância, onde menos lhe eram sensíveis os desenganos, Vieira levantou-se a vindicar a reputação ofendida, com o ardor e belicoso espírito dos tempos em que, nos púlpitos do Maranhão, do Pará ou de Lisboa, fazia a crítica dos costumes e combatia os adversários da sua política, dizendo dali o que hoje escreveria no jornal. E não ocultarei que, como exímio jornalista, na carta a que me refiro, não hesitou, para bem da sua causa, em se desviar da verdade, com a vista em mais fácil triunfo.

Pode ser também que a memoria de septuagenário lhe fôsse infiel, e que o longo periodo de quási quarenta anos, decorrido entre os acontecimentos e a data em que sôbre êles era instigado a depôr, lhe delisse as impressões, fazendo que, de reminiscências vagas e alguma fantasia, reconstruisse o passado de modo consolador para as suas ambições desenganadas.

Não insistirei sôbre o conteúdo de um documento histórico e literário mais que muito conhecido, ainda mesmo daqueles que não cultivam por hábito constante as boas letras. Cuidarei apenas de esclarecer uns pontos da dita carta, em que as falhas de memória se manifestam de modo evidente. Trata-se de uma das viagens que fez à Holanda e à França em missão diplomática, por ordem de D. João IV. «O fundamento porque S. M. me mandou a estas côrtes (diz êle) foi porque não estava satisfeito dos avisos pouco coerentes que lhe faziam os dois embaixadores, e quiz que em uma e outra parte me informasse do estado de nossas coisas com toda a certeza, sinceridade e desengano, o que os embaixadores não faziam» [1]. E acrescenta não ter

[1] Carta ao Conde da Ericeira, no tomo III das *Obras inéditas*, edição de 1857, e no tomo II das *Cartas*, p. 224, edição ilustrada.

levado a seu cargo negócio algum mais que a dita informação, e que logo voltou a Portugal a informar de bôca a S. M.

A qual das viagens, — que como se sabe foram duas, a primeira em fevereiro de 1646, a outra em agosto do ano seguinte —, se referem estas palavras? Pelo texto do *Portugal restaurado,* à segunda sem duvida alguma; mas no intuito do jesuita com mais razão à primeira, se bem que mencione achar-se o facto consignado «entre os três navios do Varejão mandados a França, e a partida do Guisa [1] para Napoles», o que se deu em 1647. E digo assim porque, se o objecto da viagem foi o acima designado, *sem nenhum outro encargo,* mais adiante escreve Vieira: «Mandou-me S. M. que Deus haja a Munster para dar a D. Luís de Portugal, eleito embaixador àquele congresso, as noticias que lhe podiam faltar das coisas do reino, e êle consultar e deliberar comigo as resoluções». Podia-se pensar que lhe fossem transmitidas as ordens para Paris ou para Haia, mas em seguida áquelas palavras transcritas imediatamente continua: «Estava eu embarcado em uma nau inglesa em Paço d'Arcos, etc.», o que me parece excluir qualquer dúvida sôbre o momento em que lhe foi confiada a missão.

A circunstância de ter êle voltado *logo* a Portugal, como diz, também deixa entender que à primeira viagem se referia, pois, chegando em 20 de fevereiro a Paris, e em 18 de abril à Haia, em julho estava de volta, como se vê de uma carta de António Moniz de Carvalho, encarregado de negócios em França, ao Marquês de Niza [2].

---

[1] Nas edições impressas lê-se *Niza* em vez de *Guisa* por ignorância do copista.

[2] «Francisco de Sousa Coutinho me avisou que o padre António Vieira partia para esse reino a fazer nele as advertencias e diligencias que convinham». Paris 29 de julho de 1646. Biblioteca Eborense. Codice CVI, 2–7.

A outra viagem foi mais longa, e não podia Vieira dizer que voltou *logo,* pois tendo saido do reino a 10 de agosto de 1647, sómente partiu de Haia mais de um ano depois, em 31 do mesmo mês de 1648.

Não duvido que entre as instruções secretas, que em qualquer das missões levou, estivesse a de verificar até que ponto seriam exactas as informações dos embaixadores; mas já sabemos que na segunda tinha o encargo ostensivo de acompanhar a D. Luís de Portugal ao congresso de Munster, onde aliás nunca foi, além de outro, muito mais importante, o do abandono de Pernambuco aos holandeses, a troco da paz. Esse não o ousa declarar, e pelo contrário a todo o transe o demite de si.

Debalde porêm tenta esquivar-se. Depõe contra êle uma carta do rei, de 9 de novembro de 1647, ao marquês de Niza, na qual se lê: «O padre Antonio Vieira levou ordem — repare-se nestes termos —, para Francisco de Sousa Coutinho fazer conveniencias á Holanda, restituindo-lhe Pernambuco sem nenhuma condição mais que da paz com este reino, e *se isto não bastar não terão remedio as coisas de Holanda*» [1]. Da sua parte ficou em extremo satisfeito o embaixador Francisco de Sousa Coutinho com a vinda de Vieira, a respeito da qual assim escrevia ao marquês de Niza: «Muito me alvoroça V. E. com a vinda do padre Antonio Vieira, que é certo que o caminho é só por França, mas que o fim da viagem é aqui. D'ela argúo que é carta viva e que manda S. M. concertar os holandeses *da forma* que pudermos» [2]. Atenda-se quanto esta linguagem contradiz o asserto de Vieira, de que os embaixadores *queriam antes agradar que entristecer,* como alega na carta apolo-

---

[1] Biblioteca Nacional, Cod. 7162, fundo antigo.

[2] 28 de setembro de 1647, Biblioteca Nacional, Codice 1:748, fundo antigo.

gética. A ocasião era a de maior risco para a independência nacional, havia pouco reconquistada. Castela, com o seu poderio, ainda grande, ameaçava-nos à porta; a Holanda extorquia-nos a maior parte do património ultramarino. Para ocorrer ao perigo da Europa era preciso a todo o custo tratar pazes com esta potência. Já em momento de grave perigo Francisco de Sousa Coutinho oferecera os territórios reavidos no Brasil, sem que a proposta espontânea do embaixador fosse na côrte repudiada. Os Estados Gerais exigiam, como garantia do acordo, a Baía ou a Ilha Terceira. D. João IV e os seus conselheiros ficaram aterrados com a notícia disso, vinda da Holanda. Foi nessa conjunctura que se decidiu a viagem de António Vieira. ¿Tão enfraquecida teria êle depois a memória, que semelhantes factos dela por inteiro se apagassem?

Outro encargo o levou também a Paris «onde fui para o que V. Ex.ª sabe» misteriosamente, escreve êle ao marquês de Niza, encargo de que só por conjecturas nos é lícito averiguar: provavelmente o de insistir pelo casamento do principe D. Teodósio com uma princeza de França, sôbre que desde 1643, a côrte de Lisboa negociava [1]. Colige-se de uma carta de Francisco de Sousa Coutinho, quando em 1651, achando-se então em França, tratava do mesmo assunto. «Juro-lhe a V. M. — dizia a D. João IV — pela fé de um homem de bem, se a comissão que trouxe o padre António Vieira a Paris me achara nela, que se não houvera de executar sem primeiro replicar a V. M., como disse ao mesmo Vieira logo que m'a comunicou.» [2].

A repulsa de Coutinho vinha por certo das condições em que o enlace se propunha. Quais elas fossem sabe-

---

[1] *Quadro Elementar*, T. 4, p. 56.

[2] Citado na *Vida do padre António Vieira*, T. 4 das *Obras* de João Francisco Lisboa, p. 722.

mo-lo da minuta de uma representação do marquês de Niza ao regente, depois rei D. Pedro II, encontrada por Silva Tulio nos papéis da Casa de Niza, e a qual, embora não sendo do punho do marquês, nem por êle assinada, se pode julgar não despida de autênticidade. Principia desta maneira: «O marquez de Niza representa a V. A. que estando a primeira vez por embaixador ordinario em França, passou áquelle reino o padre Antonio Vieira, com uma instrucção toda escripta da letra do secretario Pedro Vieira da Silva, em que S. M. ordenava a elle suplicante buscasse logo ao cardeal Mazarino, e lhe dissese que S. M. levaria gosto de casar o principe D. Theodosio, que está em gloria, com Mademoiselle de Longavilla, e que poderia logo vir com ella o duque seu pae, a quem S. M. largaria o governo do reino, para o governar emquanto o principe não tivesse idade, e com a rainha e infantes se passaria a viver no Brazil, com o titulo de rei d'aquelle estado; e acabando elle supplicante de ler a instrucção respondeu ao mesmo Padre Antonio Vieira que não era elle o vassallo, que havia de entregar o reino de Portugal aos francezes e tira-lo a el-rei de Portugal D. João, e que antes cortaria as mãos do que assignar tal tratado» [1].

A dúvida que a êste documento se pode opôr é que, quando da primeira embaixada do marquês, e primeira viagem de Vieira, não o encontrou êste em Paris, estando o embaixador em caminho para o reino, com licença. Mas a confusão era possivel, tantos anos passados sôbre o caso; e, como prova subsidiária, temos uma carta de Mazarino ao duque de Longueville, na qual, evidentemente por informações secretas de Lisboa, refere que o rei de Portugal se achava disposto a renunciar à corôa, e entregar o reino a quem a rainha Ana de Austria determinasse, com

[1] Transcrito por João Francisco Lisboa. Obras, T. 4, p. 719.

tanto que fosse pessoa de sangue real e assegurasse ao príncipe seu filho a sucessão por meio de um casamento. O grande Condé, os duques de Orléans e de Longueville eram os indigitados. Por vagas que fossem as informações do cardeal, positivo é o facto revelado nestas suas palavras: «A caminho vem um jesuita expressamente para esta negociação» [1]. A carta é de 4 de Outubro de 1647; António Vieira chegou a Paris no dia 10.

Não parece pois duvidosa a intervenção dêle, nem dúvidas pode haver sôbre o carácter nocivo da negociação, assaz definido na expressão citada do marquês de Niza, que *cortaria as mãos antes que assignar tal tratado*. Idênticas palavras atribue ao marquês o *Portugal Restaurado,* embora sem descobrir o motivo, e dizendo apenas serem exorbitantes algumas promessas feitas ao cardeal [2]. Neste ponto não toca António Vieira na sua defesa, pelo que tudo leva a supôr que foi verdadeiro o dito, e o caso seria o mesmo.

Com êle se deve relacionar o propósito, tradicional na dinastia, e realizado por D. João VI, de buscar refúgio no Brasil quando se visse no reino ameaçado.

Não são novos estes factos, mas convinha recorda-los, para acentuar que se não poderá aplicar a esta segunda viagem de António Vieira, imposta por tão graves circunstâncias, a alegação de que só para verificar as informações dos embaixadores tinha ido a França e Holanda; e a êles por ventura aludia o Conde da Ericeira na ironia do *juizo superior e não igual aos negócios,* que tanto ofendeu o jesuita.

Vejamos agora quanto á viagem antecedente. O régio emissário saiu de Lisboa em 1 de fevereiro de 1646, para

---

[1] Documento pela primeira vez publicado no livro de Jules Tessier: *Le chevalier de Jant, relations de France avec le Portugal au temps de Mazarin,* Paris 1877, p. 319.

[2] T. 2, p. 169, da edição citada.

se encontrar em Paris com o marquês de Niza, ainda então conde da Vidigueira. Para êste levava despachos, como é natural, mas tinha também outra missão a cumprir: alcançar do cardeal Mazarino que o mandasse acompanhar de um agente, incumbido de apoiar perante os Estados Gerais as propostas da côrte de Lisboa. Além disso, tinha de solicitar em Ruão de certos judeus, naturais ou oriundos de Portugal, créditos monetários para as avultadas despesas que com a guerra e as negociações diplomáticas se faziam. Sôbre o que ia fazer à Holanda elucida-nos uma carta do rei ao embaixador em França: «Passaram tanto adeante — diz — as inquietações de Pernambuco, que resolvi mandar á Holanda o padre Antonio Vieira assistir e ajudar a Francisco de Sousa Coutinho. Concorrem neste religioso tantas partes e tantas noticias das coisas do Brazil, em que nasceu e se creou, etc.» [1]. O engano de se atribuir ao padre nacionalidade brasileira provêm evidentemente do fundo conhecimento que demonstrava ter daquela colonia, senão que talvez êle próprio a inculcasse. De toda a maneira levam tais palavras a supôr não seria a parte dêle insignificante, por mais que assim o queira insinuar, nas resoluções relativas ao Brasil. Desta vez incumbia-lhe oferecer o resgate de Pernambuco, a dinheiro, sacrifício final a que o govêrno de Lisbôa se resignava, por se libertar do inimigo distante, e poder consagrar os recursos todos à defesa do reino contra Castela. E assim fica egualmente excluida a primeira viagem.

Muito haveria desfalecido a memória do religioso diplomáta, que na Haia, conforme diz um documento da Inquisição [2] «vestido de vermelho e com chispos de prata

[1] 18 de Janeiro de 1646. Biblioteca Nacional, Codice 7:162, fundo antigo.

[2] *Quem é o padre Vieira e os seus procedimentos*, Ms. da Biblioteca Nacional, Codice 1:532, fundo antigo.

nos sapatos» [1], era figura notável ao lado do embaixador, para tantos factos relevantes esquecer.

Mas até aqui a própria importância das negociações, o preceito do segredo profissional podiam ser invocados como razão do que omite. O que porêm se não compadece com igual explicação, é aquilo que diz alêm da verdade. Refere êle que, estando a tratar da entrega de Pernambuco, isto é, na segunda viagem, recebera cartas de el-rei que ordenavam se retirasse Francisco de Sousa Coutinho e assumisse êle Vieira a embaixada; e, como o maço das cartas lhe viesse sobrescritado, o que deu inquietação ao embaixador, sem l'has mostrar declarou trazerem ordens para êle próprio voltar a Lisboa. Em seguida, «por estarem os navios promptos, em o porto de Amsterdam — são palavras suas — me despedi e fui embarcar dentro de duas horas». «A S. M. — continua — representei que não usara a patente porque aquelles negocios não eram conformes ao meu habito». Ora os factos passaram-se de maneira mui diferente.

A entrega de Pernambuco, preconisada por Vieira e bem aceita do rei, encontrava clamorosa oposição, em muitos dos conselheiros e na opinião pública em geral. Para excitar esta última, muito contribuiam os protestos dos colonos, que haveres, socego e vidas sacrificavam, para se conservarem súbditos de um rei que os queria abandonar. Por outra parte, as negociações na Holanda não progrediam, e a cada proposta nossa respondiam delongas, e novas exigências feitas pelos Estados. Ultimamente o debate era sôbre Angola de onde os holandêses haviam de tirar os negros para a cultura de Pernambuco, que lhes cediamos. Debalde Vieira, que a sua imaginação viva e impaciente carácter incapacitavam para a diplomacia, anunciava para dentro

---

[1] ¿Chispas? *Chispo* era um sapato polido e alto que usavam as mulheres garridas.

em pouco o desfecho da questão. «Ainda para as materias de Holanda não é clássico o padre António Vieira», comentava a êsse respeito, em carta ao marquês de Niza, Francisco de Sousa Coutinho, mais experiente e manhoso [1].

De súbito, a 30 de agosto de 1648, pelas dez da noite, chegam cartas do reino, que mandam retirar o embaixador. Mas a êste é que vinham dirigidas, e não ao assessôr jesuita, que devia retirar-se tambêm. A embaixada ficaria a cargo de D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato, que D. João IV queria aproveitar na sua diplomacia.

Nada se passou como diz António Vieira. Êle e o embaixador consultaram sôbre o procedimento a seguir. Contra as ordens recebidas, Francisco de Sousa Coutinho deixou-se ficar em Haia. O padre partiu em vinte e quatro horas para Lisboa, onde, por temporais, só chegou a 15 de outubro. Na carta que o mandava regressar dizia-lhe o rei: «Ver-vos-ei com Francisco de Sousa, que para os negocios ficam a D. Luiz, que fazer não sois necessario [2]».

Outra carta, que já não encontrou a Vieira na Holanda, trazia-lhe uma reprimenda, a propósito de certa tentativa sua de interessar a França e a Suécia em um projecto de companhia comercial contra a república inimiga, e insistia ainda no assunto da volta: «E posto que conforme as ordens que se vos tem despachado, tenho por certo sereis partido para o reino» etc. [3]. Não há pois dúvidas sôbre qual fôsse a vontade do rei.

---

[1] 31 de agosto de 1648, Biblioteca Nacional. Codice 1:748, Codice 1:749, fundo antigo.

[2] Trancripto na carta de Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza, de 6 de Setembro de 1648. Biblioteca Nacional. Codice 1:749, fundo antigo.

[3] 6 de setembro de 1638. Biblioteca Nacional. Codice 7:162.

Chegando a Lisboa, Vieira, bem acolhido por D. João IV, tratou de compôr as divergências por efeito da embaixada em que com pouca felicidade tomara parte. Mas todas as opiniões lhe foram contrárias, e as propostas que fez rejeitadas, no conselho do Estado. Não se poderá o ilustre jesuita ilibar de, pelo menos, ter ardentemente advogado a cessão à Holanda de uma parte avultada dos domínios portugueses. Isso é ponto de há muito assente na história. O que me parece não se ter até aqui mostrado é que êle, em sua defesa, e mais ainda por vanglória, houvesse desfigurado com tanto aprumo a verdade.

J. Lucio de Azevedo.

Ola

Ola é um termo oriental, com muita freqùência empregado pelos nossos antigos escritores, que trataram das coisas da Ásia em geral e do Malabar em particular. E, posto que umas vezes o definam com muita precisão, e outras indiquem com suficiente clareza os seus sentidos e sugiram a sua procedência, os lexicógrafos portugueses não lhe dão, pela maior parte, o devido tratamentto.

O *Dicionário Contemporâneo* omite totalmente o vocábulo. O do sr. Cândido de Figueiredo regista *olla* como termo antigo inédito e como sinónimo de «ollaria», e em abonação cita três passos do *Tombo do Estado da Índia,* por Simão Botelho. Morais (2.ª edição) diz que *ola* é «palmeira», e em prova aduz à frase «folha de ola». Vieira diz que é «espécie de palmeira», e Lacerda diz que é «palmeira, folha de palmeira». Bluteau, de ordinário mais correcto, dá por significado de *ola* ou *olla* «folha da palma, na India».

Algumas edições modernas do dicionário de Morais derivam, pela autoridade de D. Francisco de S. Luís [1], *ola* do hebraico *hholeh,* «folha», do verbo *hhalah,* «subir ao alto». Mas não explicam como é que uma palavra da Palestina peregrinou para a Índia, a fim de denotar um objecto privativo dessa região. Outros dicionaristas se contentam com observar, como de costume, que é termo asiático, denominação demasiado vaga e genérica.

Ora, quanto à etimologia, não há dúvida que *ola* é de

---

[1] *Glossário dos Vocábulos Portugueses derivados das línguas orientais.*

origem dravídica, como nota o sr. Gonçalves Viana, nas sua *Apostilas aos Dicionários Portugueses: ōla* em malayálam, língua do Malabar, *ōlai* (pronúncia-se *olei*) em tamul, «fôlha de qualquer espécie de palmeira».

A qualidade de fôlha e seus usos são designados por palavras compostas, como em malayálam: *panōla,* «folha de palmeira brava», *tennōla,* «fôlha de coqueiro»; em tamul: *ōlakkuḍai,* «sombreiro de fôlhas de palmeira»; *olaieḷuthugirathu,* «escrever carta em uma fôlha de palmeira; *ōlaiāl,* «portador de tal carta»; *paṭṭolai,* ordem régia, mandado de magistrados; receita médica: qualquer coisa escrita, de ditado, sôbre tal fôlha».

O vocábulo passou ao canarês e ao túlu, pertencentes à mesma família, na forma de *wōlu* e com os significados «fôlha de palmeira brava para escrever, ou antes, inscrever, carta inscrita em semelhante fôlha». *Wōlupustaka,* composto híbrido, «livro de olas».

E nesta derivação estão perfeitamente de acôrdo os nossos cronistas, que *una voce* atribuem ao vocábulo, como logo veremos, proveniência malábrica.

Quanto à sematologia, sem muita dificuldade se depreende, dos numerosos textos à nossa disposição, que a dição *ola* se emprega em três acepções distintas e bem definidas, como já observaram Yule & Burnell, no seu *Glossário de vocábulos anglo-indianos,* com relação às *Lendas* de Gaspar Correia.

Primeiramente, *ola* é fôlha (ou ramo, conforme Garcia da Orta) de palmeira em geral e em especial de coqueiro, verde ou sêca, de lacínias soltas ou entretecidas, que tem vários usos e serventias. Neste sentido, o termo é corrente em indo-português, e pelos nossos escritores é uniformemente empregado no singular, como nome colectivo.

João de Barros (1552) diz: «Toda a maes pouoação (de Calecut) era de madeira cuberta de hum genero de folha de palma a que elles chamão ōla». «(Déc. 1.ª, IV, 7).

«Elle (fogo) foi apagado, como outro que já d'ante tambẽ fora posto nas casas do arrabalde, que são cubertas de ola, materia em que elle tomou boa posse». (2.ª, v, 11). «E as casas cubertas de olla como geralmente se usa naquellas partes» (Malaca). (2.ª, vi, 2).

Simão Botelho (1554): «O dito senhor tem (em Goa) hũa casa pequena d'ola na cordoarya, que seruem de meterem nela o cayro e linho quando se ffaz algũa obra». (*Tombo*, pág. 126).

Gaspar Correia (1561): «Humas casas e repartimentos para as mercadorias cubertas com ola, folhas das palmeiras sequas bem tecidas, que ficão a modo de telhado». (Liv. i, pág. 122). «Casas cubertas d'ola, que he a folha das palmeiras». (Pág. 184). «E acenderem fogo com muyta ola que pera isso hauião de leuar, e com fogo posto queimarem as nossas naos». (Pág. 303). «As paredes com sua armação cuberta d'ola secca, que muyto veda agoa». (Pág. 407). «Auia hum barqueiro que tinha cuidado do mar, que chamão mocadão, que tinha cuidado de mandar pelos rios almadias e barcas buscar canas, e paos, e ola sequa para cobrir as naos». (Liv. ii, pág. 80).

Garcia da Orta (1563): «Dos ramos (a que chamamos olla em Malabar) cobrem as casas e navios». (Col. xvi).

Gabriel Rebêlo (1560): «O geral de casas (em Maluco) será pouco mais que duas braças em comprido, e hũa e quasi meia de largo, baixas á feição de moimentos e duas aguas cubertas d'ola das Nipeiras *(Nipa fruticans)*, cujas folhas durão muito, e ardem mal» [1].

O viajante inglês Fryer (1673) tambêm alude ao tecto de *olas:* «The houses are low and thatched with ollas of the Cocoe-Trees» [2].

---

[1] *Informação das Cousas de Maluco*, ed. da Academia das Sciências, pág. 152.

[2] *A New Account of East Indies*, in *Hobson-Jobson*.

Em segundo lugar, *ola* é tira da fôlha tenra de palmeira brava *(Borassus flabellifer)* ou de palmeira de sombreiros *(Corypha umbraculifera)*, preparada para nela se escrever ou inscrever, como nós nos servimos de papel. Também neste sentido, pode-se abonar o vocábulo com muitas autoridades nacionais e estranjeiras.

Castanheda (1551): «Dera hũa carta pera elRey de Portugal assinada per ele (Rei de Calicut) e escrita por Diogo diaz em hũa ola que he folha de palmeira, em que custumão de escrever as cousas que hão de durar muyto». (Liv. I, cap. XXIV).

João de Barros: «Todo o Gentio da India, principalmente o que jaz entre os dous muy grandes e celebrados rios Indo e Gange, as cousas que querem encomendar á memoria por escriptura: he em hũas folhas de palma a que elles chamão olla, de largura de dous dedos, e o comprimento segundo a cousa de que querem tratar». (Déc. 1.ª, IX, 3).

Gaspar Correia: «O que escreueu o escriuão dElRey, que por seu proprio oficio costumão fazer sempre suas olas, que são folhas de palmeira, que he seu papel em que escreuem, riscado com hum ponção de ferro, que pera isso trazem». (Liv. I, págg. 212-213). «Guardaria todo quanto nas olas dizia; o que tambem se escreueu nas olas». (Pág. 181).

Rumphius, botânico holandês (1690): «Ola peculiariter Malabaris dicta, et inter alia *Papyri loco adhibetur*» [1].

Claudius Buchanan (1806): «Many persons had their ollahs in their hands, writing the sermon in Tamil shorthand» [2].

Emerson Tennent (1847): «The preparation of olas,

---

[1] *Herbarium Amboinense*, in *Hobson-Jobson*.

[2] *Christian Researches* in *Asia*, in *Hobson-Jobson*.

which is the term applied to them when so employed (as substitutes for paper)» [1].

Finalmente, ola significa «escrita feita na fôlha de palmeira», como *papel* designa muitas vezes em português «papel escrito ou impresso». Neste caso, *ola* pode ser uma carta, uma petição, uma ordem, um contrato, um tratado, uma escritura, uma composição literária; e muitas *olas* destas, quando juntadas ou ligadas, formam um livro.

Gaspar Correia: «Que de todo o que assentasse com ElRey, delle tomasse ollas por elle assinadas e pelos do conselho, segundo seo costume». (Liv. I, pág. 180). «Lhe mandou sua ola por elle assinada». (Pág. 196). «Do que se fizerão olas assinadas por todos, que todo assi compraria e pesaria nas compras e vendas». (Pág. 298). «Mandou suas olas a chamar suas gentes pera logo hir guerrear Cochym». (Pág. 425). «Mandou sua ola de agradecimentos aos moradores de São Thomé». (Liv. IV, pág. 132).

Diogo do Couto (1602): «Mas tem estes (Naires) hũa cousa, que como se enfadão dellas, lhe dão hũa ola como carta de repudio pera fazerem de si o que quizerem». (Déc. 7.ª, X, 11).

João Ribeiro (1685): «Escreveo huma ola ao Modeliar, em que lhe avisava, estava em campo, como lhe tinha dito o faria». (Liv. I, cap. VII). «Afeando-lhe por huma ola, que lhe escreveo, serem tão obedientes a seu inimigo... Recebida a ola no posto em que tinhão alojado». (*Fatalidade hist.*, liv. II, cap. X).

Conquista do Reyno de Pegú (c. 1600): «Os Talepos que assim se chamão os Sacerdotes em Pegú, dão illustre testemunho, affirmando que nos seus livros (os quaes se

[1] *Ceylon, An Account of the Island*, 5.ª ed., pág. 110.

chamão olas) tinhão muytos annos antes escrito que aquelle Reyno seria assolado». (Cap. XIII).

A escrita era conhecida na Índia, com muita probabilidade, em princípios do 8.º século antes de Cristo. Segundo as investigações paleográficas do Dr. Bühler, abalisado sanscritólogo, é de orígem semítica, do tipo fenício, semelhante à da estela moabita, introduzida por via de Mesopotâmia. Mas nem então, nem por muito tempo depois, foi empregada para fins literários, e o saber sagrado continuou a ser transmitido oralmente, como meio mais ortodoxo. Os mais antigos documentos que possuímos são as incrições lapidares do célebre imperador Axoca, do 3.º século antes da era vulgar, as quais já apresentam numerosos cambiantes gráficos.

A remodelação, a sistematização e a adaptação dos caracteres semíticos à fonética indo-árica deram em resultado, no 5.º século antes de Cristo, o alfabeto conhecido pelo nome de *bráhmī*. É dêste que derivam todos os alfabetos modernos, incluindo os dravídicos, por mais divergentes que ao presente pareçam. O mais importante é o *nágarī* («urbano» ou *devanágarī* («da cidade de Deus»), no qual principalmente estão exarados os monumentos literários da língua sânscrita.

Duas espécies de material estavam em voga para a escrita: tiras de casca de bétula ou vidoeiro e fôlhas de palmeira ou *olas*. O uso do primeiro começou no Panjab, onde abundam florestas de bétula, nas fraldas do Himálaia, e dali se extendeu à Índia central. O seu emprêgo é antiquíssimo, pois Quinto Cúrcio atesta que os índios dele se serviam no tempo de Alexandre.

O primeiro exemplar de manuscrito sânscrito em *ola*, que conhecemos, pertence ao 5.º século; conserva-se no Japão, e há um *fac-simile* na biblioteca Bodleiana de Oxford. O romeiro chinês Hiouen Thsang refere que o

uso de ola era comum no 7.º século, e uma lâmina ou placa de cobre, que deve datar pelo menos do 1.º século, imita a forma de ola. E como havia também imitações em ouro, os nossos cronistas deram-lhes o nome de «olas de ouro». «E a **ola de ouro**, que he huma folha ao modo de lamina de ouro». *Conquista do Reyno de Pegú,* cap. XIII.

O uso de tinta no 2.º século antes de Cristo consta duma inscrição búdica, e é muito provável que tenha sido empregada no 4.º século antes de Cristo, segundo se depreende dos escritos de Nearco e de Quinto Cúrcio. Escrevia-se, e escrevem actualmente muitas pessoas, com pêna de caniço, chamada *kalama*, do grego *kálamos*, conquanto não falte termo vernaculo, *lekhana* ou *lekani*.

O papel foi introduzido pelos árabes, e desde então tem sido muito usado para manuscritos, especialmente no norte da Índia, onde a tinta tem sido invariávelmente empregada, caindo em desuso as fôlhas de palmeira. Mas no sul, onde um estilo ou ponteiro serve para traçar as letras, as olas ainda hoje estão em voga, mesmo para a correspondência epistolar. Emerson Tennant, que foi governador de Ceilão em 1837, diz: «Os livros dos singaleses são formados hoje, como foram nos séculos passados, de **olas** ou tiras de fôlhas tenras de palmeira brava ou de palmeira de sombreiros». *Op. cit.,* I, pág. 512).

Duarte Barbosa (1516), sem mencionar o nome de *ola,* descreve minuciosamente o ofício dos escribas da côrte de Calecut nos seguintes termos: «ElRey de Calecut tem continuadamente em seus paços muytos escripuões, que estaom assentados ha hũu canto longe dele; escripuem estes sobre hũu poyo todalas cousas asy da fazenda delRey, como de justiça, e governança do regno, e escripuem em hũas folhas de palmeira cumpridas e tesas, com hũu penam de fero sem tinta; fazem suas letras em riscas, asy talhadas como as nosas, e has direitas como nós; cada hũu destes por onde quer que anda, tras hũu molho destas

folhas escriptas debaixo do braço, e ha pena de ferro na mam, e por isso loguo são conhecidos: ha hy sete ou outo escripuães mais privados delRey, que são homeins muy honrados, e estaom sempre diante delRey com as penas na mam, e molho de folhas em branquo, asinadas por ElRey nos começos, ho qual quando quer dar ou fazer algũa cousa de que se ha de fazer prouisam, dis ha cada hũu destes sua tençom e eles ha scripuem, começando do sinal delRey pera baixo», etc. (*Livro,* pág. 315).

Quando, em 1886, estive em Ceilão, como vigário geral da missão portuguesa, vieram parar às minhas mãos duas *olas*, escritas em tamul, que se fala em uma parte da ilha. Ofereci uma, há alguns anos, à Sociedade de Geografia de Lisboa, e agora tenho a honra de oferecer a outra, truncada dum pequeno pedaço, à biblioteca da Academia, para que pelo espécime se conheça *de visu* o que seja a *ola* escrita. O assunto é de pouca importância; é representação duma mulher, que se queixa do seu pároco. Está traduzida em português.

Sebastião Rodolfo Dalgado.

Novos documentos sôbre a aliança anglo-portuguesa na Idade-Média

A fundação do estado de Portugal e a conservação dele tem sido sempre para a maioria dos nossos escritores objecto de certo pasmo, motivando-as uns na protecção divina, opinião que hoje tem poucos adeptos, outros, e êsses são os que de maior nomeada gozam, fundando-as na qualidade da raça, e atribuindo-lhe assim faculdades misteriosas. Ambas as correntes saem porêm fora do campo da sciência.

A origem do estado, que não deve confundir-se com a origem da língua, nem com os característicos antropológicos do povo português, tem explicação fácil, da qual não andou longe Herculano repelindo a teoria lusitana.

Alêm da origem do estado português, que data com poucas diferenças cronológicas da dos outros estados cristãos da península, levanta-se a questão, e esta é que tem impressionado vivamente os espíritos especulativos, da prolongada manutenção dele, ao passo que os estados irmãos, como Navarra, Aragão, Leão e Granada, foram absorvidos por Castela ou Espanha castrense. O problema está menos na origem de Portugal do que na sua independência durante oito séculos, quando a tendência geral é a absorpção dos pequenos estados pelos grandes.

A moderna geografia política, que trata comparativamente da origem e vida dos estados, tem possibilidade de nos explicar scientificamente o caso que se refere a Portugal. As obras de Ratzel e Schone, posto que não dêem pormenorizada notícia do que nos interessa especialmente, fornecem-nos porêm princípios essenciais.

Vejamos, pois.

A fracção dum povo, que está colocada pelos efeitos da conquista, ou por qualquer outra circunstância, no espaço de terra que é ponto de passagem dumas regiões para outras, tende a desligar-se do grosso principal da nacionalidade e a manter-se numa certa flutuação entre duas influências. A república do Panamá, criada pelos capitalistas norte-americanos, é o exemplo mais moderno que se possa citar dessa lei.

Portugal é certo que não foi criado por influências extrapeninsulares, mas foram estas que lhe aumentaram as fronteiras do norte para o sul e lhe protegem a existência. Aragão, que repete no oriente a situação do Estado português, não pôde conservar a sua independência, por ser um país mais acessível aos habitantes do grande planalto peninsular do que aos seus vizinhos do norte e também por estar fora duma passagem internacional por onde lhe entrassem auxiliares.

Portugal, ao contrário de Aragão, foi mais favorecido pelas influências externas.

Os povos do norte da Europa, costeando a parte ocidental da península hispânica quando procuravam attingir o Mediterrâneo, provocaram a indiferença dos habitantes dessas praias para com os restantes moradores da Hispania. Os portucalenses habituaram-se então a ver nos normandos, nos cruzados e finalmente nos ingleses, aliados naturais que lhes aumentavam o território e lhes mantinham a independência.

Todavia nunca a Inglaterra auxiliou Portugal em acrescentar os seus territórios, mesmo coloniais, e até por vezes foi hostil ao engrandecimento do aliado à custa de Espanha. O *statu quo ante* é o princípio da Gran-Bretanha nas suas relações com Portugal.

O estudo das relações diplomáticas de Inglaterra e Portugal é de muita necessidade, e na obra de Rymer encon-

tram-se os tratados celebrados entre as duas potências. Recentemente na *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes* os srs. Mirot e Deprez [1] extrataram de documentos de contas, que se encontram em Londres no *Public Record Office,* todas as notícias das embaixadas inglesas no período de 1327 a 1450, correspondente á guerra dos cem anos, que ilustram considerávelmente a colecção de Rymer e não foram conhecidos pelo autor do *Quadro Elementar,* vol. XIV.

Nesse trabalho achei menção de várias embaixadas inglesas a Portugal de que vou dar conta.

O mais antigo embaixador ali mencionado é Filipe de Burton, que veio em fins de 1345 a Espanha e a Portugal em missão secreta. Dois anos depois seguiu-o Ricardo de Saham também para negócios secretos.

Em 1387 é o cavaleiro Guilherme de Faryngton que sai da pátria e vem tratar do auxílio prestado por umas galés, conforme constava do tratado entre ambas as potências.

Em 1422 vem a Portugal em negócios secretos o Dr. Guilherme Lynwode.

Finalmente em 1424 o Dr. Gentil vem em missão junto dos reis de Portugal, Castela, Aragão e Navarra.

O Arquivo Nacional não possue o original nem cópia do mais antigo tratado entre as duas potências celebrado por D. Fernando, mas guarda os originais dos tratados assinados no tempo de D. João I.

Num códice que se encontra nas Gavetas (18, maço 7, n.º 28) acham-se copiados alguns tratados e outros documentos diplomáticos, trabalho que foi ordenado por Antão Martins, que era ao tempo escrivão real e cónego da Sé de Lisboa. Êste eclesiástico chegou a bispo do Pôrto e foi cardeal [2].

---

[1] Anos 1898 a 1900.

[2] João Pedro Ribeiro nas *Dissertações,* v, pág. 188, cita-o de 1429 a 1447. Em 1442 era cardeal do título de S. Chrysógono.

Alguns dêstes documentos foram publicados por Soares da Silva na história de D. João I e daí ou da Tôrre do Tombo os cita o Visconde de Santarêm, que contava publical-os no *Corpo Diplomático Português*.

Seria de grande conveniência que estas valiosas peças e as outras mais recentes sofressem nova impressão, ficando por esta forma ao alcance de todos e não continuando a estar ocultas em publicações difíceis de adquirir e até de consultar.

A verba de que dispõe o Arquivo Nacional, que é anualmente de 900$000 réis para publicação de documentos, seria mais que suficiente para uma empresa desta ordem, tanto mais que aquele estabelecimento não a aplica no objecto a que é destinada no orçamento, ficando todos os anos sem emprêgo mais de metade dela.

Seguem-se os sumários dos novos documentos publicados na *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*.

Pedro de Azevedo.

1345-1346, 8 novembro-13 novembro. — Conta de Filipe de Burton, enviado em missão secreta «*ad partes Ispanie et Portegalie*», em Tôrres. — (Bundle, 312, n.º 18).

(Cartas de credencial de 8 de novembro. — Os outros embaixadores eram André de Offord e Ricardo de Saham. *Rymer*, R. E., III, I, 62).

1347, 13 maio-24 dezembro. — Conta de Ricardo de Saham, enviado «*versus regem Castelle et Portugalie et versus villam de Majorico*, para negócios secretos. — (Bundle 312, n.º 27).

1387, 28 janeiro-12 novembro. — Conta de Guilherme

de Faryngton, cavaleiro, enviado a Portugal «ad prosequendum versus regem Portugalie pro certis galeis versus partes Anglie habendum ad custus ipsius regis Portugalie in guerris domini nostri regis per certum tempum inveveniendum, juxta formam quorundam tractatuum inter dictos reges nuper habitorum». Travessia de Plymouth a Portugal. Despesa 292 libras. — (Bundle 319, n.º 27).

1422, 3 março-14 setembro. — Conta de mestre Guilherme Lynwode, doutor em leis «missi in ambassiata regis versus regem Portingal in comitiva Thome Baronis de Carrewe ex mandato regis Henrici V nuper regis Anglie, patris regis nunc Henrici VI, in secretis negociis ipsius nuper regis ibidem expediendis». Ordenado 20 soldos por dia. Receitas 40 libras. Despesas, 202 libras, 13 soldos, 4 dinheiros. — (Bundle 322, n.os 1 e 2).
Rymer, IV, IV, 47).

1424-1425, 28 julho-15 março. — Conta de mestre João Gentil, doutor em leis, «tam de receptis denariorum quam de vadiis suis nuper transeuntis in quodam viagio per ipsum facto de mandato regis et consilii sui versus reges de Portingale, Chastelle, Lyone, Aragone, Cecilie et Navarre pro certis causis dictum dominum regem et consilium suum moventibus». Ida e volta. Londres. Receitas 66 libras, 14 soldos, 4 dinheiros. Despesas 230 libras, 16 soldos e 8 dinheiros [1]. Ordenado, 20 soldos por dia. — (Bundle 322, n.º 8).

---

[1] Correspondendo ao seu tradicionalismo, os ingleses conservam ainda hoje como abreviatura de *pound*, L. (libra); de *shilling*, s. (solidus, soldo, sou); de *penny*, d. (denarius, dinheiro). Nas medidas de capacidade o *quarter* e *bushel* (boisseau) correspondem aos nossos vocábulos medievais: quarteiro e búsio.

O campo «ja dito Elisio» dos Lusiadas

Explicando ao catual as figuras representadas nas bandeiras da capitânia, Paulo da Gama diz-lhe, apontando para a primeira:

> Este que ves he Luso, donde a fama
> O nosso Reino Lusitania chama.
> .....
> Parece vindo ter ao ninho Hispano,
> Seguindo as armas que contino usou;
> Do Douro, Guadiana o campo ufano,
> Ja dito Elisio, tanto o contentou,
> Que ali quis dar aos ja cansados ossos
> Eterna sepultura, e nome aos nossos,
>
> (VIII, 2, 7-8; 3, 3-8).

O primeiro reparo que oferece êste texto, reproduzido das edições de 1572, é a falta de ligação entre as palavras *Douro* e *Guadiana,* falta que Faria e Sousa pretende justificar, dizendo que o poeta quis deixar bem determinado que o território onde foi sepultado Luso, é o que fica entre aqueles dois rios, com exclusão do da margem direita do Douro e do da esquerda do Guadiana [1].

---

[1] No en esta (Provincia de Entre Duero i Miño), sino entre la del Duero, i Guadiana, fue enterrado nuestro Rey Luso. Descubrese, que este es el pensamiento del Poeta en el modo con que dispuso la clausula del verso 5. no poniendo conjuncion entre el Duero i Guadiana, como parece pedirlo la orden comun de hablar: porque a hazerlo assi, se pudiera entender el campo de una, i otra parte de cada uno de essos rios: pero como entiende solamente el que està entre ellos, escusò la conjuncion, por mostrar que no se dilatara a unas i otra

Apesar disto, a edição de 1669 [1] introduziu a conjunção *e* entre os nomes dos dois rios e ficou sendo esta a lição corrente.

¿Escreveria realmente Camões: *Do Douro e Guadiana?* ¿Deverá manter-se o texto na sua forma primitiva? ¿Ou será possível outra explicação?

Mas a principal dificuldade está na interpretação que deve dar-se à palavra *elísio*.

¿Porque qualifica assim o poeta o campo, a região, que se estende do Douro ao Guadiana?

a) Para uma grande parte dos comentadores, o poeta quis localizar entre os dois rios os *campos elísios* da mitologia greco-romana.

Esta opinião, que é, sem dúvida, a que melhor se conforma com a letra do texto — se êste não foi alterado —, aparece já esboçada em uma nota da edição de 1584, a afamada edição dos *piscos*.

Eis o que aí se diz: «Elysio he hum logar onde morão as almas dos justos, porque as almas dos boõs hião aos campos Elysios, como se apartauão dos corpos. Algũs dizem chamarense assi as ilhas Fortunadas, que sam as Canareas. Estão tambem os campos Elysios em Beocia, no campo Thebano. Tambem os ha em Arcadia e em Espanha, aonde jaz Luso, de quem os portugueses decendem».

O autor desta nota sabia com certeza que, entre os vários lugares em que os antigos colocavam os campos elísios, figurava a Bética, mas não a Lusitânia; adoptou por isso a fórmula ambígua — *em Espanha, aonde jaz Luso,* — em

margenes, sino ¦a lo que se vè entre las¦ dos interiores» (*Lusiadas... Comentadas* (sic) *por Manuel de Faria i Sousa. Madrid 1639.* T. III, 379-380).

[1] *Obras de Luis de Camões... Com os argumentos do licenciado João Franco Barreto; e por elle emendadas em esta nova impressão. Lisboa... 1669.* Cf. Gomes de Amorim, *Os Lusiadas,* t. II, pag. 102 (Lisboa, 1889).

que a oração do *aonde* tanto pode ser restritiva, como simplesmente explicativa, isto é, tanto pode significar: *na região da Espanha onde jaz Luso, na Lusitânia,* como: *na Espanha, na qual jaz Luso,* não se precisando portanto a parte da Espanha em que ficavam aqueles campos.

Manuel Correia é mais explícito, como se vê por estas passagens do seu extenso comentário a VIII, 3: «De commũ consentimento de todos os Cosmografos está assentado ser Europa a mais fermosa e mais abundante parte do mundo... E porque Espanha faz ventagem a todas as demais partes de Europa, e das de Espanha, na fertilidade, bondade de terra e todas as mais cousas necessárias para a vida, a melhor e mais excelente terra é Andaluzia e Estremadura: daqui vierão os antiguos a dizer que nesta parte estauão os campos Elysios, onde os bemauenturados, depois de passados desta vida, hião repousar e usar de perpetua felicidade... Nesta materia dos campos Elysios... varião os Autores porque huns quiserão que fossem em Thebas, como Licophronta; Philostrato em Bretanha; Herodoto em Egypto; outros no concauo da Lua e outros e os mais em Espanha... Outros que estreitando mais o negocio disserão que nos campos de Andaluzia... O que o nosso Camoens quer aqui he que, vendo Luso os campos do Douro e Guadiana, que no tempo antiguo forão chamados Elysios, lhe contentarão tanto, que se deixou ficar nelles [1]».

Apesar do seu longo arrazoado, Manuel Correia não justifica o poeta, pois não cita nenhum autor que houvesse colocado os campos elísios entre o Douro e Guadiana.

Excogitando tudo o que se poderia dizer para explicar êste passo do poema — e depois dêle pouco mais se tem dito —, Faria e Sousa observa a respeito da opinião

---

[1] *Os Lusiadas... Commentados pelo Licenciado Manuel Correa.* Lisboa, 1613.

corrente até o seu tempo: «Resta provar, que (los campos Elisios) fueron en Portugal; in esso no porfiaremos, ya que estos campos, i el Ofir de que Salomon llevava el oro, se han buelto el Homero de las ciudades, queriendo los cada una de Europa, o España alomenos, por suyos, i pensando provarlo, cosa vanissima. Digo solamente que nuestro Poeta llama a aquellos campos bañados del Duero, i del Guadiana, Elisios».

¿Mas em que autoridade se baseou Camões, para lhes dar tal nome? ¿Quem, antes dêle, tinha já chamado *elísio* ao *campo ufano,* que se estende do Douro ao Guadiana? E que se não trata duma invenção do poeta, dum conceito que êle fosse o primeiro a apresentar, mostram-no claramente as palavras *Ja dito Elisio,* se assim foram escritas.

Apesar de haver afirmado que não porfiaria em provar que os campos elísios dos antigos foram em Portugal, Faria e Sousa não resiste à tentação de querer mostrar que, para Homero, êsses campos se achavam efectivamente nesta parte da península ou, mais precisamente, na região que muitos séculos depois se havia de chamar a província de Entre Douro e Minho [1].

E adoptando a estranha opinião, já apresentada por alguns escritores da Península, ou que nela viveram, de

---

[1] «Todas estas señas que Homero dà, son del Reyno de Portugal con mas propriedad que de ningun otro: i particularmente se vèn en la Provincia de Entre Duero i Miño; puesto que no con poca en la de Lisboa. Pero como acà tenemos màs cerca aquella mayor, i primera seña con que entra Homero, pues dize, que estos campos estan en el fin de la tierra, que se deve entender el Promontorio, o cabo llamado Finis terrae, que en Galicia es compañero del Artabro:... i la Provincia de Entre Duero e Miño es tan asida a la de Galicia, que fue parte suya, tanto que tambien se llamò Galicia, parece estar claro que ella com essa seña en la frente de la parte del Norte, i con las otras de templada, fertil y deliciosa,... es el verdadero campo Elisio».

que Homero tinha vindo a Hespanha e aqui havia colhido *de visu* os elementos para a descrição do *campo elisio* [1], que se encontra no l. IV da *Odisseia,* escreve:

«Consta de algunos Autores, i singularmente de nuestro docto Ayres Barbosa que, viniendo a España, (Homero) se entretuvo por aquellas partes de Portugal, llevado de su amenidad, i de reconocer los vestigios que por ellas avian dexado sus naturales, i principalmente Ulisses . . . i por ventura que en ellas compuso parte de su segundo Poema».

A autoridade de Aires Barbosa, — o célebre humanista

---

[1] Lúcio Marineo Sículo, professor em Salamanca nos fins do século XV, escreve: «El Homero, padre de todas las sciencias, como hombre que bien conoscia la fertilidad y sanidad de España, dixo: que en ella biuiã los hombres muy largo tiempo y que auia buenos mantenimientos y muchos. En fin diziendo que en España eran los campos Eliseos, cantò unos versos en griego» . . . *De las cosas memorables de España. Alcalá de Henares,* 1539. Fl. iij. «Esta vinda de Homero assenta o Mestre Florião do Campo alguns anos antes dos que himos contando: e afirma ser esta vinda sua em companhia de um contratador Grego chamado Mentes. E se o nome deste Grego não he irmão da historia, sabemos por sua relação que Homero se namorou summamente da terra, que elle assombra com este nome geral de Andaluzia, por nos não dar trabalho em trazer Homero a Lusytania. No que me parece bem gastar poucas palavras, pois nos faltam Auctores, sobre cuja fé as fundar». Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana. Parte primeira.* L. I, cap. 25.

Sôbre o conhecimento que Homero mostra da Hespanha, diz E. Buchholz: «Kaum erkennbar sind bei Homer Spuren einer Kenntniss Spaniens und Italiens. Andeutungen des ersteren hat man in der Schilderung des im äussersten Westen, am Rande des Okeanos gelegenem Elysions finden wollen, namentlich in den vom Okeanos herüberwehendem Westewinden, welche den Menschen Kühlung bringen. Wie unsicher und verschwommen indess jene Vorstellung vom Elysion sei, bedarf keiner weiteren Erörterung». *Die homerischen Realien.* T. I, 1.ª p., pag. 257, Leipzig, 1871.

Mas Victor Bérard, no seu monumental trabalho *Les Phéniciens et l'Odyssée,* vaí mais longe e sustenta brilhantemente a tése de Estrabão, enunciada na passagem transcrita na nota seguinte.

aveirense, que na sua cátedra de Salamanca tanto contribuìu para o renascimento dos estudos clássicos na Península — seria decisiva, se êle afirmasse que o *campo elísio* da *Odisseia* ficava na Lusitânia.

Então já não seria de estranhar que Camões empregasse a expressão — *ja dito Elísio* —, referindo-se ao território situado entre o Douro e o Guadiana. De estranhar seria, pelo contrário, que êle, se conhecesse a opinião de Aires Barbosa, deixasse de a aproveitar nos *Lusíadas*.

Mas Faria e Sousa cita o afamado professor de Salamanca apenas para lhe fazer dizer que Homero *se entretuvo por aquellas partes de Portugal*, e cita-o sem indicar a obra ou obras em que tal opinião se lêsse.

É que, a meu ver, o pouco escrupuloso comentador dos *Lusíadas* se serviu apenas desta referência de Fr. Bernardo de Brito, no já citado l. I, cap. 25, da *Monarchia Lusitana:* «Vindo (a Hespanha), Homero se namorou tanto do famoso rio Goadiana e dos campos vizinhos á sua corrente, que dalli, diz o nosso Poeta Ayres Barbosa, tomou motivo pera fingir os campos Elysios».

E Fr. Bernardo de Brito, que pertencia a uma escola de pseudo-historiadores, cuja falta de escrúpulos é bem conhecida, indica a poesia de Aires Barbosa, em que se baseia, apenas por estas vagas palavras: *In quodam poemate.*

Não conheço nenhuma composição poética do douto professor, em que se leia o que lhe atribue quer Faria e Sousa, quer Fr. Bernardo de Brito; mas é muito natural que êle se conformasse com Estrabão, que colocava o *campo elisio* de Homero na região que, a noroeste, confina com o curso inferior do Guadiana, isto é, na Bética, ou, mais precisamente, na parte desta chamada a Turdetânia [1].

---

[1] No capítulo relativo a esta parte da Espanha, diz o ilustre geógrafo grego: «Homerus vero, multa canens et multarum rerum

O monge alcobacense tiraria daí pretexto para dizer que *Homero se namorou dos campos vizinhos à corrente do Guadiana,* nos quais se podiam incluir os da margem direita, que aliás Estrabão expressamente exclue da Turdetânia [1], e Faria e Sousa, que era um fervoroso adepto da escola a que pertencia Fr. Bernardo de Brito, ampliaria ou, melhor, transformaria os primitivos dizeres de Aires Barbosa, atribuindo-lhe a opinião de que Homero estivera em Portugal.

Mas suponhamos que Aires Barbosa escreveu o que lhe fazem dizer, quer Fr. Bernardo de Brito, quer Faria e Sousa, isto é, que Homero estivera nas margens do Guadiana ou percorrera Portugal: o que se não mostra é que êle afir-

---

praeditus notitia, occasiones suggerit cogitandi se ne horum quidem inscium fuisse locorum» (*Strabonis Geografica. Graece cum versione reficta... Curantibus C. Müllero et F. Dübnero. Parisiis, editore A. F. Didot,* 1853. T. I, p. 123). Daqui a lenda de que Homero veiu a Espanha, que aliás o proprio Estrabão exclue, quando atribue a informação dos fenícios o conhecimento que o poeta grego tinha da Turdetânia. E faz isto precisamente na mesma passagem em que coloca nesta parte da Espanha o Ἠλύσιον πεδίον de Homero.

«Proinde Homerus, quum sciret tot expeditiones ultima Hispaniae attigisse, et eorum locorum opulentiam atque alia bona Phoenicibus indicantibus cognovisset: ibi piorum sedes et campum Elysium finxit, ubi Proteus Menelaum inculturum ait (*Od.* Δ, 563):

> Sed te, qua terrae postremus terminus exstat,
> Elysium in campum coelestia numina ducent,
> quem Rhadamanthus habet: qua vita facillima multo
> ducitur: haud operit campos nive Juppiter istos,
> hiberno tempus neque multum prorogat anno:
> nulli imbres: spirat semper grata aura Favoni,
> missaque ab oceano nimios demitigat aestus.

Propria enim est hujus regionis bona aeris constitutio, ac Favonii bonus flatus, quum sit occidua illa terra et tepida: et sita ea est ad fines terrae, ubi et inferos fingi diximus» (*Ibid* p. 124).

[1] «Supra oram maritimam quae est intra Anam fluvium, sita est Turdetania, quam Baetis fluvius perfluit. Hanc versus occasum et septentrionem determinat Anas fluvius» (*Ibid.,* p. 116).

masse que os campos elísios da mitologia ficassem entre o Douro e o Guadiana.

Se qualquer dos dois escritores se pudesse para isso firmar na sua autoridade, não perderia a ocasião de o fazer.

Um tradutor e comentador inglês dos *Lusíadas,* W. J. Mickle, procurou no século XVIII justificar Camões com a autoridade de Estrabão, o que, diz ele, é suficiente para um poeta. «In this assertion our author has the authority of Strabo, a foundation sufficient for a poet» [1].

Bastaria isto, com efeito, se Estrabão colocasse o Ἠλύσιον πεδίον de Homero na região cujos limites Camões fixou por uma forma tão precisa.

Mas não menos preciso é o geógrafo grego a respeito da parte da Ibéria em que êle supõe que Homero localizou aquele *campo.* Trata-se da Turdetânia, que fica a sudeste do Guadiana, e não da Lusitânia, compreendida entre este rio e o Douro.

A opinião de que o poeta, em VIII, 3, quis falar dos *campos elísios* da mitologia tem continuado a aparecer em muitas edições dos *Lusíadas.* É freqùente esta nota, que tem passado dumas para outras:

«Campos Elísios... Uns os poem nas partes de Andaluzia e outros em Beocia, junto da cidade de Thebas».

Mas o que se não mostra é que antes de Camões houvesse quem os colocasse na região que se estende do Douro ao Guadiana [2].

---

[1] *The Lusiad; or, the discovery of India... Dublin,* 1791. Vol. II, pag. 316.

[2] É certo que em uma poesia latina — *De vita aulica ad Speratum Martianum Ferrariam* —, publicada por André de Resende em 1533, se usa da expressão *Elysias sedes,* aplicada a Portugal, mas faz-se isto em termos tais, que Camões não quereria reproduzir a ideia no seu poema.

Resende, que residiu algum tempo em Bruxelas, em casa do embaixador português junto de Carlos V, queixa-se da atmosfera de

b) Ha quem tenha procurado evitar a dificuldade, dizendo que a frase *campo elísio* não está tomada no sentido próprio, mas no figurado.

É o que se lê, por exemplo, na edição dos *Lusíadas,* publicada pelo Dr. Fernandes Pinheiro *(Rio de Janeiro, s. d.):* «Chamado *campo elísio* de sua amenidade, visto como os antigos denominavão o paraiso de *campos elysios*».

Mas, neste caso, Camões ter-se-ia servido de outras expressões, como, por exemplo, *o campo que bem pode dizer-se elísio,* etc. *Já dito elísio* significa que já houve quem lhe désse este nome e lho désse no sentido próprio.

c) Outra explicação a que se tem recorrido, foi pela primeira vez apresentada por Faria e Sousa, nestes termos: «No sin algun fundamento se pudiera entender que aquel campo no se llamò Elisio, como los otros gloriosos campos de los Poetas, por su amenidad, sino Lisios (o Elisios que sea), tomando el nombre del sepultado Lisa, que assi llamaron muchos a Luso... I de llamarse Lisio o Elisio a aquel hermoso pedaço de nuestro Reyno, resultaria a todo èl nombre de Lusitania, o Lisitania».

Isto é: *Elísio,* neste passo dos *Lusíadas,* está por *Lísio,* nome derivado de *Lisa.*

---

mentiras e de adulações que ali o rodeava e contando o que se passava á mesa, diz, entre outras cousas:

> Adcumbo at vescor tacitus, servoque loquenteis.
> Tum vero audire est mendacia mille referri.
> Ille, ut aduletur, qua Lusitania nostra est,
> Iam vocat Elysias sedes, iam moenia divum,
> Ille suas memorat pugnas . . .

Isto é: no meio das mil mentiras que se dizem á mesa e que Resende ouve em silencio, não falta quem, por lisonja, chame a Portugal *Elysias sedes.*

Não seria, por certo, desta passagem que o poeta se autorizaria, para escrever as palavras *Já dito elísio* e com elas designar o *ninho seu paterno,*

Nesta ordem de ideias se filia tambêm a explicação de W. Storck:

«*Elysium* (Wohnplatz der Seligen) = das port. Landgebiet zwischen Douro und Guadiana (Elysien, Lusien)» [1]. Quer dizer: se o poeta coloca os campos elísios na Lusitania, é por causa da semelhança da palavra *elísio* com *lúsio*, derivada de Luso [2].

Mas Camões coloca ou não coloca os campos elísios entre o Douro e o Guadiana?

No caso afirmativo, para nada precisava do trocadilho *elísio* e *lísio* (ou *lúsio*).

No caso negativo, para que chamaria inexactamente *elísios* a esses campos? De Luso, dar-lhes-ia o nome de *lusos* (ou *lúsios*), e de Lisa, o de *lisios* (ou *lisos*), mas nunca o de *elísios*.

d) Outra explicação, mencionada tambem por Faria e Sousa: *Elisio* vem de Elissa, bisneto de Noé, e que alguns dizem ter sido o fundador de Lisboa. «I aun creemos que pudo tambien esse nombre deduzirse de Elissa, hijo de Javan, que era hijo de Jafet; pues otros Autores (como Goropio Becano Hermat. lib. 9) quieren que este Elissa fuesse el

---

[1] *Die Lusiaden*, pag. 464. Do adjectivo *Lusius* usou o Dr. Diogo de Brito, em um epigrama dirigido ao irmão, Fr. Bernardo de Brito, e que antecede a *Monarchia Lusitana, primeira parte.*

Erige labentem populum, jam jam erige, namque
(Rex Alphonsus ait) Lusia fama perit.

[2] Uma variante desta explicação, que Faria e Sousa atribue a um suposto Correia Montenegro, mas que foi evidentemente forjada por ele proprio, é a seguinte: «Los Griegos dixeron Lysia de Lysis, que significa solucion; i constituyeron los campos Elisios adonde imaginavam que ivan las almas de los justos... Desta voz Lysia se llamaron los moradores de aquella comarca, Lysitae, i la Provincia toda Lysitania, i el campo de Alvalade Lysio, o Elysio, i la ciudad de Lisboa Lysipolis, o Elysipolis... Esto dize Montenegro, confessando que no lo halló en Autor alguno».

fundador de Lisboa, de que pudo difundirse el nombre a la Provincia en general, i con particularidad a aquellos campos».

A este respeito bastará observar: 1.º) que a lenda da fundação de Lisboa por Elisa parece ser posterior a Camões [1]; 2.º) que este, mesmo que já a conhecesse, não fez uso dela, pois nos *Lusíadas* o fundador de Lisboa é Ulisses.

e) Mas, se para a palavra *elísio* de VIII, 3, 6, não ha uma interpretação aceitavel, ocorre a pergunta: Não se daria qualquer alteração no texto? Teria o poeta escrito, não *elísio*, mas outra palavra, que depois fosse substituida por aquela?

É o que agora cumpre discutir.

Dando a origem da palavra *Lusitânia*, no canto III, est. 21, diz Camões que ela deriva

> De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
> Filhos foram, parece, ou companheiros,
> E nela então os incolas primeiros.

A *Lusitânia*, repare-se, deriva de Luso ou Lisa [2]. Embora dê a preferência á forma *Lusitânia*, Camões considera-a indistintamente derivada dos dois nomes. Para êle, a palavra derivada de Lisa, isto é, Lisitânia, funde-se,

---

[1] O primeiro que a apresentou foi, creio eu, Goropio Becano, citado por Faria e Sousa. E fê-lo em uma obra póstuma, *Hermathena*, publicada com outras, em Antuerpia, no ano de 1580, sob o título: *Opera Joannis Goropii Becani, hactenus in lucen non edita*. Vid. pag. 229. Ha um exemplar na biblioteca da Academia. Becano tinha pertencido á casa da rainha D. Leonor, mulher de D. Manuel e depois de Francisco I.

[2] Camões tinha presentes estas notas de A. de Resende ao poema *Vincentius*: «Tam a Luso, quam a Lysa, regio nomen adcepit. Et a Luso quidem Lusitania dicta est. A Lysa vero Lysitania. Utroque enim modo adpellatur». «A Luso, unde Lusitania dicta est, Lusiadas adpellavimus Lusitanos, et a Lysa Lysiadas».

por assim dizer, com Lusitânia, embora Luso e Lisa sejam entidades diferentes.

No canto VIII, est. 3, porêm, é só Luso que dá o nome á Lusitânia.

> Este que vês é Luso, donde a fama
> O nosso reino Lusitânia chama

Mas, assim como no canto III, Lusitânia deriva de Luso ou Lisa, assim tambem aqui podia Camões ter chamado *lísio* ao campo situado entre o Douro e Guadiana, entre os rios que delimitavam a provincia romana da Lusitânia [1].

E o termo já tinha sido usado pelo célebre humanista e jurisconsulto Manuel da Costa, o *Subtil*.

Em um poemeto que êle publicou em Coimbra, no ano de 1552 [2], encontram-se estas frases: *Lysio rege, Lysiorum insignia regum, Lysiis musis, Lysiis finibus,* etc. [3].

A meu ver, Camões teria escrito *lísio* e depois ou uma

---

[1] «Nos fins do reinado de Augusto, ou nos principios do de Tiberio, em virtude de uma divisão que se fez da Hispania, constituiu-se uma «provincia romana» denominada *Lusitania*... Ficava comprehendida entre as fronteiras da Betica e da Tarraconense, e o curso do Doiro, desde as bôcas do Guadiana até o Promontorio Sagrado e a foz do Doiro, com o mar por limite occidental... A Lusitania romana continha toda a região portuguesa de entre Doiro e Guadiana». Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, t. I, pag. XXII-XXIII.

[2] *De nuptiis Eduardi Infantis Portugalliae atque Isabellae Illustrissimi Theodosii Brigantiae Ducis germanae Carmen heroicum.* Encontra-se reproduzido no *Corpus illustrium poetarum lusitanorum* do Padre Reys, t. I, pag. 283-309.

[3] Diogo de Teive preferiu, nas suas poesias, a forma *Lysus*.

«Ut... vacua possit horrea Implere Lysa» — diz ele na *Institutio Sebastiani Principis*, publicada em Salamanca no ano de 1558.

E talvez este adjectivo contribuisse para de *Luso* se formar o patronímico ou gentílico *luso*, que suponho ter sido empregado a primeira vez por Camões. Ao *lísio* de Manuel da Costa corresponde o *lúsio* de Diogo de Brito, já citado.

emenda desastrada, feita no manuscrito por mão estranha, ou um erro de imprensa teria alterado a verdadeira lição.

Talvez um simples êrro de imprensa, como o que deve existir no verso anterior, em que o poeta teria escrito *Do Douro ao Guadiana* [1], indicando assim toda a extensão do *campo lísio*, da Lisitânia (= Lusitânia), ou, sem artigo, *Do Douro a Guadiana,* como em IV, 28, 3:

> Ouviu-o o monte Artabro e Guadiana
> Atrás tornou as ondas de medroso:

e em VIII, 29,8:

> Na gente, assi feroz como infinita,
> Que entre o Tartesso e Guadiana habita [2].

Em conclusão: suponho que os versos 5-6 da est. 3, canto VIII, dos *Lusíadas,* se devem ler:

> Do Douro *a* Guadiana o campo ufano,
> Já [3] dito *lísio*, tanto o contentou . . .

Dr. José Maria Rodrigues.

---

[1] Cf., por exemplo, *Lusíadas*, II, 55:

> . . . Nunca se verá tão forte peito
> Do Gangetico mar ao Gaditano,
> Nem das boreais ondas ao estreito etc.

A lição *Douro ao* (ou *a*) *Guadiana* evitaria muito melhor do que *Douro, Guadiana,* o inconveniente que Faria e Sousa nota em *Douro e Guadiana,* na passagem transcrita na primeira nota.

[2] A omissão do artigo antes de *Guadiana* explica-se, creio eu, pela forma *Odiana,* tão freqùente ainda no século XVI, em que, na audição, tendia a desempenhar o papel de artigo o *O* inicial da palavra, não se dizendo por isso *o Odiana. Odiana* como *Odesseixe, Odeleite, Odeáxere,* etc., são, como se sabe, palavras compostas, em que as primeiras duas sílabas significam *rio.* Outra forma começa por *G: Guadiana, Guadalquibir, Guadalete,* etc.

[3] *Já* neste caso, com a significação de *agora* ou *daí por diante.* Segundo o contexto, *já* pode indicar, como é sabido, tanto o passado, como o presente e até o futuro.

As barbas dos heroes indiáticos

Houve tempo em que estiveram em moda os paralelos históricos. Agárrava-se numa personalidade em destaque dos modernos tempos, e tratava-se de a meter à fôrça nos moldes onde fôra vasado um heroi da antiguìdade clássica. Quando não cabia ou deixava grandes vasios, apontavam-se quando muito de relance as incongruências de conformação. Foi insígne neste inofensivo quebra-cabeças o português Francisco Soares Toscano, medindo os seus patrícios ilustres pelo estalão de Plutarco. Hoje em dia não se tomam demasiadamente a sério estas alfaiatarias pitorescas, postas em voga pelos entusiastas da Renascença.

No entretanto, momentos há em que os paralelos ocorrem naturalmente, como me tem sucedido sempre que medito naquele feito cantado e recantado das barbas de D. João de Castro; e agora particularmente, ao relê-lo num livro recente devido à pêna brilhante do sr. Manuel de Sousa Pinto, que à anedota dedica um capítulo relativamente extenso [1].

Quando há cinco anos se representou o meu drama *Afonso de Albuquerque*, já dado à estampa desde 1898, houve um crítico (nem sequer me lembra qual) que me mimoseou com pecuínhas irónicas a propósito dos dois versos que, numa passagem do 3.º acto, eu pusera na bôca do heroi:

> E, forçado a irmanar o esplendor que me abarba,
> Há dias empenhei três pêlos desta barba.

---

[1] *Dom João de Castro (1500-1548)*, por Manoel de Sousa Pinto. — Lisboa, Livr. Férin, 1912. — Cap. VIII, *O Celebrado Penhor*.

Censurava-me o Aristarco por eu ter espoliado a D. João de Castro dum dos mais memoráveis episódios da sua nobilíssima biografia (o mais memorável até para o vulgo), afim de o integrar na epopeia albuquerquiana. Por motivos que não veem para o caso, abstive-me por então de dar o devido trôco à ferroada. Vem hoje a talhe de fouce a referência ao incidente, não como retruque, mas como refôrço à indicação do caso análogo, sucedido com Albuquerque, e citado pelo sr. Sousa Pinto, a pag. 112 do seu interessante livro. Autoriza-o o juvenil escritór com o testemunho de João Pinto (*aliás*, provavelmente, Pedro) Ribeiro, segundo o qual Albuquerque, ao ser-lhe pedida esmola por um soldado e não tendo dinheiro disponível, «correu a mão pelas barbas e, tirando alguns cabelos delas deu-o, ao soldado para que os fosse empenhar, e remediasse sua falta, que êle soube guardar, e o Albuquerque desempenhar».

Não conheço a passagem citada, e não me veio pois dela a sugestão para os criticados versos. Bebi-a em fonte mais pura, por mais antiga, e a variante da versão parece indicar-me não ter sido a mesma que serviu ao douto Ribeiro. A anedota vem na obra de Castanheda (liv. III, cap. CLV), narrada pela seguinte forma:

«Vindo outra vez a ele hũ lascarī cõ grãde necessidade segundo mostraua a pedirlhe algũ soldo do que lhe era diuido, não lho podendo ele dar polo não ter rogoulhe que por algũs dias ho buscasse emprestado por seus amigos. E escusandose ho lascarim, dizẽdo q̃ ho não achaua sem penhor, & que não tinha outro que desse se não suas armas, q̃ lho desse ele, & lançãdo mão á barba acertou de tirar quatro ou cĩco cabelos sem ho q̃rer fazer, & quando os vio mostrou que os tirara por sua vontade & por cõtentar ho lascarim, deulhos dizendo que buscasse dinheiro sobrelles, porq̃ não tinha outro penhor que lhe dar. E ho lascarim muyto ledo leuou os cabelos, & achou dinheiro

sobreles com que suprio sua necessidade. E o que tinha os cabelos ẽ penhor, sabendo q̃ ho gouernador tinha dinheiro foylhe dizer q̃ os desempenhasse: o que ele fez muyto ledo, & lhe fez merce por dar ho dinheiro sobre os seus cabelos».

Eis o episódio na sua nativa simplicidade, ingénuamente pormenorizado, lenda geratriz do gesto celebrado de D. João de Castro. Nenhum dos outros cronistas da Ásia, que eu saiba, dele faz menção. Mas não é lícito pô-lo em dúvida, porque o abona um historiador digno de crédito, e porque as minúcias realistas que o revestem destroem todas as suspeitas de forjadura. O silêncio dos restantes cronistas, incluindo Gaspar Correia, testemunha visual de quàsi todos os feitos de Albuquerque, prova apenas a escassa importância que êste último deu ao seu acto, gesto espontâneo e comesinho, acaso ainda colhido por Castanheda talvez da bôca de alguma das poucas personagens envolvidas na scena.

O que parece verosímil é que a anedota vogasse na tradição oral entre os portugueses do Oriente. Por uma instintiva intuìção, o povo fixa na memória as nótulas, cuja importância porventura lhe escapa, mas que representam traços característicos na figura dos seus herois. Tudo leva pois a crer que por via da tradição oral chegasse aos ouvidos de D. João de Castro o episódio, na aparência insignificante, da vida do seu grande antecessor. E no momento em que se viu em dificuldades financeiras, recorreu à imitação amplificada do seu gesto.

Aqui é que resalta bem nítido o paralelo. Está-se a vêr Albuquerque, de improviso colhido pela exigência do lascarim, meditando na melhor forma de sair do aperto, a passar a mão delgada e magra pela barba «muyto branca, comprida que lhe chegava à cinta». (G. Correia, *Lendas,* tit. II, pag. 460). Parece-nos divisar-lhe o sorriso, ao sentir entre os dedos esguios os quatro ou cinco pêlos

alvejantes desenraizados. Ocorrera-lhe de súbito o expediente do penhor simbólico. Confia no valor que lhe empresta o seu próprio prestígio. Deposita-o nas mãos do estarrecido lascarim, menos confiado sem dúvida na solubilidade da dívida. Mais tarde, obtido o dinheiro, singelamente compensa os prestamistas que naqueles fios brancos, emblema de sua honra, viram a segurança dos cabedais. E, sem dar mais importância ao caso, nem sequer pensa em legá-lo por documento público à admiração dos pósteros.

No rosto de D. João de Castro, quando em assunto de maior monta quis aproveitar o exemplo do seu gigantesco antecessor, eu não diviso o sorriso que imàginei enxergar na bôca de Albuquerque, «homem de muitas graças e motes», no dizer de Barros (Dec. II, liv. X, cap. VIII), «conversavel à gente», como afirma Correia (*Lendas,* t. II, pag. 460), que «tinha graça em tudo o que dizia», segundo Castanheda (*História,* liv. III, cap. CLV). O sorriso desmancharia em Castro a hierática majestade da compostura. Não sorriem, creio, os herois de Plutarco; mas riem à solta os semideuses de Homero. Neste confronto se revela já a diferença entre os dois ínclitos capitães portugueses.

Necessitado de recursos para o levantamento da fortaleza de Diu, D. João de Castro consultou as suas reminiscencias clássicas para lhe indicarem o procedimento dos grandes varões da antiguìdade em semelhante lance. A primeira ideia que lhe ocorreu era duma brilhante teatralidade: exhumar o cadáver de seu filho, sacrificado às glórias da pátria, e empenhar êsses ossos venerandos para segurança da dívida. Êsses ossos não estavam porêm suficientemente descarnados ainda, para que a repugnância do aspecto o não fizesse desistir do intento. Foi então que lhe acudiu à lembrança, se é que a princípio não a tinha posto de lado para evitar a coima de imitador, a anedota de

Albuquerque. Eu estou a ver a cerimónia augusta do corte das próprias barbas. É presumível que à tesoura se desse a categoría de relíquia sagrada. E, com todo o respeito devido à memória do heroi, creio qua êle não deixaria de proceder à tonsura com um ritual adequado.

Segue-se a redacção da carta aos vereadores, juízes e povo da muito nobre e sempre leal cidade de Goa, documento que não desluziria nas páginas de Tito Lívio. Com que carinho êle arredondaria aqueles periodos congestionados de devoção cívica! Com que profundo regozijo êle anteveria os aplausos arrancados à posteridade pela leitura daquele trecho nas páginas selectas duma futura heroigrafia! Não que no íntimo êle confie exclusivamente na eficácia do emblemático penhor. Homem prático apesar de tudo, êle tem o cuidado de o reforçar com abonação mais tangivel aos palpos da agiotagem: a provisão para o que o tesoureiro da Goa vá saldando a dívida com os rendimentos dos cavalos. Mas neste ponto a isenção da cidade sobrelevou a expectativa do governador: os seus procuradores coligiram uma soma importante, e devolveram nobremente os dois penhores. Não necessitavam deles para cumprir um dever de patriotismo.

Em todo o caso, ficava de pé um valioso trôço das andas, com que a estatura de D. João de Castro avultaria na história. Não se atribuam estas minhas reflexões a propositos de irreverencia com respeito ao ínclito governador. Ninguêm mais do que eu reconhece as qualidades eminentes do seu carácter: o amor pátrio acendrado, a probidade intemerata, a irredutível energia, a inconcussa coragem, a exemplar abnegação. E já que fui conduzido ao paralelo dos dois máximos capitães da India Portuguesa, direi até que num ponto importante êle se avantaja a Albuquerque: a cultura de espírito. Não que ela fosse insignificante neste último. Pelo contrário. A leitura das suas cartas revela comtudo mais uma intuìção verdadeira-

mente genial do que a vastidão dos conhecimentos scientíficos, os quais não me parece excederem em muito a média da gente culta da sua época. É o que não sucede com D. João de Castro, o qual em toda a sua importantíssima obra literária nos aparece um autêntico sábio, manifestando sobretudo em cosmografia, letras clássicas, humanidades, uma sólida erudição digna de o irmanar aos mais abalisados espiritos do seu tempo. Mas a perfeição suprema não é dêste mundo. O conhecido aforismo de Terêncio não exclue nem herois, nem santos. São homens. E, como homens, sujeitos a fraquesas. Não é muito que nessa soberba figura do triunfador de Diu eu reconheça, em alto grau, a pécha de que apenas se divisam leves resquicios no conquistador de Goa e Malaca: o vaidoso gôsto de pousar para a posteridade.

De Afonso de Albuquerque, a êste propósito, se podem citar as insinuações algo maliciosas de Barros (dec. II, liv. VII, cap. I) sôbre os leões de ferro dos paços de Malaca, que o grande capitão ambicionaria para grandeza do seu triunfo, ou por trofeu da sua sepultura, e os aneis de diamantes e rubís, enviados a Rui de Pina para que êste na sua crónica memorasse condignamente seus feitos. O prurido de imitação de Alexandre, e sobretudo do Cid, também é perceptível na biografia de Albuquerque. Mas Alexandre Magno foi sempre o supremo modêlo clássico dos grandes conquistadores, até Napoleão Bonaparte. E quanto ao Cid, a sua lenda anuvia-se perante a epopeia real do excelso capitão português.

A pécha é aliás comum à grande maioria dos homens superiores, os quais nunca perdem de vista a carta de guia para a imortalidade. E afinal, é êsse porventura o estímulo mais nobre das suas acções.

Mas em D. João de Castro êste culto de si próprio tocava as raias da megalomania. É difícil deixar de o enxergar envolto na chlamyde aurata ou na tunica ostrina.

Não dá um passo que não seja em hábito de cerimónia. Não faz um gesto que não se preste à estatuaria. E à fôrça de representar perante os evos, o artifício de gala passou a constituír segunda natureza, como sucede aos actores que consumiram a melhor parte do fogo vital, conforme a pitoresca expressão francesa, a queimar os tablados.

A anedota das barbas é exemplo frizante, sobretudo pelo confronto com o seu modelo. Mais retumbante testemunho é porêm o triunfo à romana, por êle organizado no seu regresso de Diu para Goa. Não o calunio com esta afirmação. Ela está patente no depoimento coevo de Gaspar Correia (*Lendas*, tit. IV, pag. 588). Eis as formais palavras do ingénuo cronista: «... e á sesta feyra, vinte e dous do mês, o Governador veo á cidade que lhe fez o recebimento per esta maneira ordenado *pelo mesmo Governador, que mandou que assy fosse*». As palavras grifadas foram riscadas no manuscrito original, com tinta diferente, por alguêm desejoso de velar aos olhares zombeteiros esta fragilidade característica do heroi. Rodrigo Felner respeitou-as porêm na edição da Academia. Bem haja, por não ter sacrificado a verdade a escrúpulos chauvinistas.

Se D. João de Castro vivesse na nossa época de febricitante jornalismo, afigura-se-me que muito daria que fazer à reportagem. As colunas dos periódicos abarrotariam de entrevistas com o heroi da Índia, e as portas da sua casa regorgitariam de jornalistas, que são os Plutarcos do presente. Á falta deles, o ínclito português não desprezou quaisquer adubos para cultivar a própria fama. O sorriso, que esta inofensiva preocupação nos desperta, não deslustra a enorme consideração que nos merece a sua fulgente memória.

Henrique Lopes de Mendonça.

Um verso de Gil Vicente

Ora venha o car(r)o à ré

Ao ler o último fascículo da *Revue de Dialectologie Romane,»* encontrei nêle um interessantíssimo artigo de Paulo Barbier, intitulado *Quelques mots français avec* br *ou* bu. Com a epígrafe *bragot* diz-se ali: — Il faut comparer à *bragot* l' italien *bragotti* noté pur Diez (1660): «certains cordages liés au carro et à la penne de l'antenne».

A menção do vocábulo *carro,* que deu ocasião a discussão animada e erudita entre o nosso consócio o sr. Henrique Lopes de Mendonça, a sr. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e os srs. Oscar Pratt e Lopes Vieira, a propósito de um verso de Gil Vicente, no Auto da Barca do Inferno,

Ora venha o car(r)o à ré

despertou em mim a curiosidade de buscar num bom dicionário veneziano a palavra *caro,* com um só *r,* visto que é êste um dos raros dialectos itálicos em que a distinção, quer proferida, quer escrita, entre consoantes singelas e consoantes dobradas se não observa, e no qual conseguintemente a palavra toscana *carro* adquiriu a forma *caro*, como *terra, bello* nêle se dizem e se escrevem *tera*, *belo.*

Possuo o excelente dicionário veneziano de José Boério, denominado *Dizionario del Dialetto Veneziano,* 2.ª edição, 1856.

Na palavra *caro* lêmos o seguinte:

— «Caro, detto in terminologia di marina: Carro, La parte grossa dell' antenna, che risguarda la prora. — *Far*

el caro de la vela, Fare il carro colla vela, si dice Quando si fa passare l'antenna colla vela attaccata da una parte all'altra dell'albero — Far di carro penna dicono i nostri Marinai quando fioriscono la vela, cioè abbassano la penna dell' antenna e in conseguenza il carro s'alza. V. *dar de brazzo*, in *Brazzo*».

Procurando em *Brazzo* a locução citada encontra-se no mesmo dicionário esta explicação: *Dar o butar de brazzo.* «Espressione marin[aresca]. Si dice quando si fa passar l'antenna colla vela spiegata da una parte all'altra dell'albero. — *Dar de brazzo senza la vela, Fare il carro a secco*, dicesi Quando da una parte all'altra dell'albero si fa passare l'antenna senza chesia spiegata la vela». —

Depreendo do que deixo indicado que não é necessário corrigir o verso, duplicando o *r* de *caro,* visto ser esta última a forma legítima veneziana, a qual teria assim mesmo passado à linguagem náutica portuguesa, com outros vários vocábulos da mesma natureza que recebemos de Veneza, e entre os quais citarei mais dois, *coxia (corsia)* e *gávea (gabia).*

Quanto à hipótese de que seja freqùente a confusão entre *r* e *rr* nas línguas hispânicas, levava-me muito longe o tentar rejeitá-la, para que o faça agora aqui.

Apontam-se as formas triviais *carranca,* portuguesa e a castelhana *arañar*, comparada à portuguesa *arranhar.* Nesta última, *arañar,* influíu sem dúvida o substantivo *araña;* e quanto a *carranca*, creio ser inadmissível dar-lhe como étimo *cara.* A isto me referi nas *Apostilas aos Dicionários Portugueses* (tomo I, p. 241-244), e fiz menção da palavra sanscrítica *karaṇka,* «crânio, cabeça», usada ainda hoje na India para denominar, com outro termo *(tāmbūla-karaṇka)* a caixa do bétele, feita de um *côco*, nome de fruto, que lhe pusemos porque o seu aspecto, conforme João de Barros (Década III, cap. VII) se parece com uma cara feia, figura ou carantonha monstruosa. É possível

que da Índia trouxessem os portugueses o termo, e a possibilidade tornar-se há em quási certeza, se o vocábulo português não figurar em textos anteriores aos fins do século XV; isto para não repetirmos o equívoco, que em tempos se deu com as palavras *varanda*, *tanque*, *chapa*, que já cá existiam na Península Hispânica antes de nós entrarmos em convivência com os Indios orientais, em alguns idiomas dos quais se nos deparam formas análogas e com significações a bem dizer idênticas, casos que devemos considerar fortuitos.

Outra palavra em que *rr* corresponde a *r* singelo em castelhano, *carregar*, comparado a *carricare*, *cargar*, sofreu indubitávelmente a influência do vocábulo *carro;* e talvez em tempos modernos, visto que a forma antiga era igual à castelhana, dissilábica, *cargar*, que ainda se observa nos substantivos rizotónicos verbais *carga*, *cargo*, e seus derivados *encargo*, *descargo*, *descarga*, etc.

Em outra ocasião tomarei a liberdade de tratar de mais alguns vocábulos em que *r* medial alterna com *rr*, procurando explicá-los e justificá-los.

A. R. Gonçalves Viana.

Sôbre o termo náutico «carro»

A minha incompetência na matéria não me permite entrar a fundo na discussão filológica suscitada pelo meu douto colega Gonçálves Viana, sôbre o debatido termo marítimo *Carro* ou *Caro*. Tratei do assunto sob o ponto de vista náutico, e receio sempre que me vão à mão com o *Ne sutor ultra crepidam* de Apelles. No entanto, sempre acrescentarei que o vocábulo apresenta em Jal *(Glossaire Nautique)* as seguintes formas diversas: *Car* (baixo latim, genovês, italiano, espanhol, francês, provençal), *care* (francês), *carium* (baixo latim e genovês), *carre* (francês), *cart* (francês), *carro* (italiano e português), *carnal* e *carnau* (francês antigo). A maioria destas variantes justifica porventura mais a adopção da forma *caro* em português, sobretudo se se aceitar a etimologia proposta pelo mesmo Jal, do grego Κάροῖον, que êle traduz *corne de l'antenne*, o que se me afigura corresponder antes à parte que, em certas antenas, como a carangueja, tendo a forma de meia lua para se adaptar ao mastro, recebe entre os mareantes portugueses a denominação de *boca de lobo*. A ser assim, põe-me esta significação de reserva a respeito da etimologia do sábio arqueólogo francês, visto *carro* ter uma significação totalmente diferente.

As alegações do sr. Gonçálves Viana, àcêrca da forma veneziana do termo, combinadas com as informações dadas no *Diário de Notícias* pelo sr. Oscar de Pratt, conduzem também à preferência da forma *caro*, que com efeito aparece nas edições de Gil Vicente, no verso que deu origem à já célebre discussão. Devo contudo advertir que a

forma mais usual entre os marinheiros portugueses é a que gemina o *r*, dando-lhe o som áspero, e identificando a palavra, prosódica e ortográficamente, ao vocábulo *carro*, cuja acepção como meio de transporte terrestre é vulgaríssima. Isto até já me sugeriu uma tímida hipótese etimológica, que tenho de pôr de banda, atendendo à existência de vocábulo idêntico no baixo latim, onde creio não se pode dar a mesma identificação: a de que se aplicasse por analogia a designação à parte da verga, que roda em torno do mastro.

Como quer que seja, é sob a forma *carro* que a palavra é registada nos vocabulários náuticos e tratados técnicos portugueses. Cito, por exemplo, o *Dicionário de Marinha* de J. P. de Amorim (1841), pág. 87, *Preceitos de construção de Navios*, por Sousa Sarmento (1789), pág. 110, *Novo dicionário de marinha de guerra e mercante* de A. G. de Freitas (1855), pág. 126, *Tratado do aparelho dos navios*, por J. de Sousa Bandeira, pág. 107. E que esta forma data já do século XVI, prova-o o estar consignada em documentos dessa época, insertos nos meus *Estudos sôbre navios portugueses nos séculos XV e XVI* (vid. pág. 89 e 102).

A variante ortográfica em livros ou documentos dêsse século não me parece suficiente para aceitar a variante prosódica. É vulgaríssimo fugir-se em escritos quinhentistas à duplicação das consoantes *r* e *s*, determinada pela etimologia ou pela prosódia. A cada passo se encontra em tais documentos *tera* por *terra*, *gera* por *guerra*, *tore* por *torre*, *paso* por *passo*. Invoco para o provar o testemunho autorizado dos ilustres paleógrafos que fazem parte da nossa assembleia. Nada mais admissível portanto do que a hipótese de ter Gil Vicente escrito *caro* em vez de *carro*, conforme o hábito do tempo, e não o ter o compositor corrigido por falta de conhecimento do termo náutico.

É certo que o *r* duplo era muita vez substituido pelo *R*

maiúsculo, ainda quando medial. Mas o que porventura prevalecia era o hábito vicioso a que acima me refiro.

A circunstância, alegada pelo sr. Pratt, que tem incontestável autoridade de perito, de alguns mareantes pronunciarem a palavra com o *r* brando, correspondendo ao *r* simples ortográfico, não invalida, quanto a mim, a persistência tradicional do *r* duplo ou áspero na palavra portuguesa. Pode ser uma aberração prosódica, comparável à que fez, por exemplo, evolucionar a palavra *cárrega* para *carga,* ou à que, em sentido contrário, nos faz geralmente dar o som áspero ao *r* singelo de *paróquia.*

Com todo respeito devido ao meu erudito confrade sr. Gonçálves Viana, estou pois ainda persuadido que a forma genuina do vocábulo português é *carro* e não *caro,* e que nesta conformidade deve ser corrigido o texto de Gil Vicente.

Para mais completa elucidação do caso, citarei uma passagem do livro inédito de Bernardo Rodrigues sôbre Arzila, confrontando as diversas cópias que tenho presentes. A passagem, como se acha no códice 940 da Biblioteca Nacional, é a seguinte do capítulo XI: «a Fusta vendo os Navios, e conhecendo serem os da noute passada alargou o cairo, e cortou largo na volta de Arzilla». Vê-se pois aqui a nova forma *cairo,* reproduzida na passagem correspondente do códice 916 da mesma Biblioteca, e da cópia da Misericórdia de Lisboa. No códice de Academia, considerado o mais perfeito de todos, comquanto não seja o mais completo, aparece a forma *carro,* como me afirmou o sr. David Lopes, que o tem em seu poder para publicação. O códice 295 da Bibliotéca Nacional, que parece o mais antigo de todos e que está lamentavelmente deteriorado, insere a forma *caro,* na passagem que por fortuna ainda consegui discernir a folhas 38, entre os destroços do papel esfacelado pela tinta e pela carcoma. Ora, sendo esta última cópia visivelmente do século XVI, como denun-

cia o caràcter da letra, esta variante poderia explicar-se pela falta de escrúpulo habitual na época, ao qual acima aludi.

Devo porêm declarar com lealdade que essa negligência ortográfica não é comum a êste códice, no qual ao *r* dobrado corresponde sempre o sinal caligráfico semelhante ao do *R* maiúsculo. Nêle portanto a forma *caro* parece ter sido propositadamente adoptada. Mas ainda resta a suspeita de infidelidade do copista, corroborada, quanto a mim, pelo aparecimento das variantes do vocábulo nos outros códices. Na maioria dêles, a forma *cairo*, que o sr. Pratt já acusou, se bem me recordo, explico-a eu por má leitura de *carro*, e confusão do copista com o vocábulo importado do Oriente pelos nossos navegadores para designar a fibra téxtil do côco, usada desde então na cordoaria europeia. Essa variante, se acaso ainda subsiste, é corruptela evidente.

Afirmei a minha convicção, quanto à genuinidade da forma *carro*. Mas, como a ela não tenho teimoso aferro, apresento aos competentes em filologia os subsidios que se me depararam para completa elucidação do caso. A eles o relego, reservando-me para noutra ocasião discutir as autorizadas considerações de ordem técnica, apresentadas no *Diário de Notícias* pelo sr. Pratt, e com as quais, na sua generalidade, devo já declarar a minha concordância.

Henrique Lopes de Mendonça.

Uma peça inedita de Sophocles

Não pode a Academia desinteressar-se dos grandes factos literários que importam á cultura universal dos clássicos. De um dêsses factos tive há dias conhecimento pela leitura dum jornal, e, como êle pode ter passado despercebido aos meus consócios, apresso-me a comunicá-lo com regozijo á Academia.

O Fundo de Exploração do Egito é uma sociedade britânica que, por iniciativa particular e com capitais de particulares, acode ás investigações scientíficas que dão a razão do seu título. Grandes teem sido os serviços prestados por essa agremiação, cuja existência honra e engrandece o seu país, não só á egitologia, mas tambêm ás letras clássicas, com a ressurreição de numerosos textos, sepultados há séculos nos monumentos faraónicos e dados á luz nos curiosíssimos volumes dos *Oxyrynchus Papyri*. Ainda há tres anos ela enriqueceu o repertório helénico com extensos fragmentos duma tragédia perdida de Eurípides, *Hypsipyla*, fundada naquela lenda da ilha de Lemnos, em que as mulheres, por vingança do seu desamparo, trucidaram numa noite todos os homens. Outros notáveis textos se teem descoberto, entre êles de Bachylides, de Calimacho, do poéta cínico Cercidas, etc. Mas um novo e transcendente achado devem os letrados á nobre instituição. Anunciou-o na sua última sessão o Dr. Hunt. Nada mais nada menos do que o texto quási completo dum drama satírico de Sophocles, representando um aspecto ainda quási desconhecido do seu génio. É sabido que as tragédias gregas se agrupavam em trilogias, às quais se seguia um drama satírico, peça mais ligeira em que o côro

era formado por sátiros e em que a tensão trágica do espírito dos espectadores era aliviada por scenas de comédia. Dessas peças apenas se conserva um especímen integral: o *Cyclope* de Eurípides. De Éschylo e Sophocles sómente nos restam do género farrapos truncados, citações de gramáticos ou críticos. Pois agora preencheu-se em grande parte a lacuna, com relação a êste último. Conseguiu-se, juntando pacientemente fragmentos mutilados, reconstituir cêrca de 400 versos, que devem formar mais de metade da obra, atendendo á extensão habitual do drama satírico.

Intitula-se esta peça os *Ichnentas* ou Pesquisadores: notável coincidência de título, que parece referir-se aos eruditos modernos! Baseia-se no mito familiar das façanhas de Hermes na infância: o furto do gado de Apolo e a invenção da lira.

Logo na fala de introito, Apolo anuncia a perda do seu gado e promete alvíçaras a quem lho deparar. Para essa empresa se oferece Sileno, com o seu cortejo de Sátiros, e eil-os que partem ao faro do furto. São os Pesquisadores, que dão o nome ao drama. Dentro em pouco descobrem vestígios do gado, que os levam á entrada duma gruta. Aí porêm ficam suspensos de uma toada misteriosa, que vem do interior da terra. É Hermes que se entretêm a dedilhar na lira, nova conquista sua. Animados por Sileno, os Sátiros resolvem-se a reclamar a entrada. Aparece uma ninfa, a qual declara ser a ama do filho recemnascido de Zeus, criança de espantosa precocidade no desenvolvimento físico e no talento. Conta-lhes a invenção da lira, mas opõe uma negativa formal á acusação de roubador do gado. Os Sátiros contudo não se convencem: vários indícios, e sobretudo os vestígios denunciadores, os fazem perseverar na imputação. É Apolo quem, reaparecendo, põe termo á disputa, aceitando as provas fornecidas por Sileno e pelos Sátiros e reconhecendo-lhes portanto direito á prometida recompensa.

É neste ponto que se interrompe o papirus. É provável que em seguida Hermes surgisse na scêna, e abrandasse as iras de Apolo com a oferta da lira, conforme a narrativa do hino homérico.

A peça é por conseguinte, como o *Cyclope* de Eurípides, a símples dramatização de um curto episódio, acomodado a uma exhibição satírica. Prestam-lhe o elemento cómico as figuras grutescas de Sileno e dos Sátiros, cuja imitação de cães na pista da caça lhe dá um relêvo hilariante. Toda ela tem o cunho sofocleano, embora divirja na forma e no têma das outras obras conhecidas do poeta.

Juntamente com êste texto, encontraram-se alguns fragmentos de uma tragédia, cujo assunto se prende com a lenda troiana, escritos pelo mesmo copista e revelando aos olhos da crítica a identidade do autor. Apesar de pequenos, dão importância a êsses fragmentos certas particularidades de técnica dramática.

Parece-me justo que uma corporação scientífica e literária, da índole e com a autoridade da nossa, se congratule pelo precioso subsídio acrescentado ao espólio do grande trágico da Grécia. E aproveito a conjuntura para lembrar ao nosso zeloso bibliotecário quanto seria conveniente que entrassemos em relações com o Fundo de Exploração do Egito, se é que não as temos já, afim de adquirir, mediante troca com as nossas publicações, os volumes da valiosa coleção que, com o nome de *Oxyrynchus Papiri,* se publica sob os auspicios daquela benemérita colectividade. Será uma contribuìção importantíssima para o estudo dos helenistas de Portugal.

H. Lopes de Mendonça

Sonetos de Camões

Nova edição, com texto e notas, cuidadosamente estudada e contendo só destes poemas a que logicamente se podem attribuir ao poeta.

(Continuação de pag. 496 do vol. v)

CCXVI

Oh! quanto melhor é o supremo dia
Da mansa morte, que o do nascimento!
Quanto melhor um unico momento
Que livra de annos tantos de agonia!

De alcançar outro bem cesse a porfia;
Cesse todo applicado pensamento
De tudo quanto dá contentamento,
Pois só contenta ao corpo a terra fria.

O que do seu fez Deus seu despenseiro
Tem mais estreita conta que lhe dar,
E até parece então rico o ovelheiro.

Triste de quem no dia derradeiro
Tem o suor alheio por pagar,
Pois a alma ha de vender pelo dinheiro!

No terceiro e no undecimo versos tendem as nossas leves emendas a equilibrar a metrificação e evitar hiatos inadmissiveis, sobretudo a pouca distancia de elisões, como a do primeiro verso, que expressamente indicam o proposito que tinha o poeta de os evitar

CCXVII

Como podes, ó cego peccador,
Estar em teus errores tão isento,
Sabendo que esta vida é só um momento,
Se compara com a eterna fôr?

Não cuides tu que o justo Julgador
Deixará tüas culpas sem tormento,
Nem que passando vae o tempo lento
Do dia de horrendissimo pavor.

Não gastes horas, dias, mezes, annos
Em seguir de teus damnos a amizade,
De que depois resultem piores damnos.

E pois de teus enganos a verdade
Conheces, deixa já tantos enganos,
Pedindo a Deus perdão com humildade.

Resultem é mais correcto, no undecimo verso, do que *resultam.*

CCXVIII

Verdade, amor, razão, merecimento
Qualquer alma farão segura e forte;
Porêm fortuna, caso, tempo e sorte
Têm do confuso mundo o regimento!

Effeitos mil revolve o pensamento
E não sabe a que causa se reporte;
Mas sabe que o que é mais que vida e morte,
Não se alcança de humano entendimento.

Doutos varões darão razões subidas;
Mas são experiencias mais provadas
E portanto é melhor ter muito visto.

Pois coisas ha que passam sem ser cridas,
E coisas cridas ha sem ser passadas;
Mas o melhor de tudo é crer em Christo.

Supprimimos, no decimo verso, o artigo *as,* sendo assim escusado supprimir uma syllaba na palavra *experiencias,* e o duodecimo parece-nos na forma em que o damos mais bem equilibrado.

CCXIX

De Babel sobre os rios nos sentámos,
De nossa doce patria desterrados,
As mãos na face, os olhos derribados,
Com saudades de ti, Sião, chorámos.

Os orgãos nos salgueiros pendurámos,
Em outro tempo bem de nós tocados;
Outro era elle, por certo; outros cuidados!
Mas por deixar saudades os deixámos.

Aquelles que captivos nos traziam,
Por cantigas alegres perguntavam:
«Cantae, nos dizem, hymnos de Sião».

Sobre tal pena, pena tal nos dão,
Pois tyrannicamente pretendiam
Que cantassem aquelles que choravam.

Vem tambem este soneto em nome do infante D. Luiz, mas a sua forma é incontestavelmente camoniana.

CCXX

Sobre os rios do reino escuro, quando
Tristes, quaes nossas culpas o ordenáram,
Lagrimas, nossos olhos derramáram,
Por ti, Sião divina, suspirando.

Os que iam nossas almas infestando,
De continuo em error, as captiváram,
E em vão por nossos psalmos perguntáram,
Que tudo era silencio miserando.

Dizendo estamos: «Como cantaremos,
As acceitas canções a Deus benino,
Quando a contrarios seus obedecemos?»

Mas já, Senhor só santo, determino,
Deixando viciosissimos extremos,
Os cantos proseguir de amor divino.

CCXXI

Em Babylonia sobre os rios, quando
De ti, Sião sagrada, nos lembrámos,
Alli com grã saudade nos sentámos,
O bem perdido, miseros, chorando,

Os instrumentos musicos deixando,
Nos estranhos salgueiros pendurámos,
Quando aos cantares que já em ti cantámos
Nos estavam imigos incitando.

Ás esquadras dissémos inimigas:
«Como hemos de cantar em terra alheia
As cantigas de Deus, sacras cantigas»?

Se a lembrança eu perder, que me recrêa
Cá n'estas penosissimas fadigas,
Oblivioni detur dextra mea».

Manda a logica que se leia *dissémos*, e não *dizemos*, no verso nono.

CCXXII

Aponta a bella aurora, luz primeira
Que a grã nova nos deo do claro dia.
Vesti-vos, corações, já de alegria
E recebei da vida a mensageira.

Da humana redempção nasce a terceira;
Alegra-te, divina monarchia,
Da terra terás cedo a companhia,
Do cèo verás tambem a nossa feira.

De tal obra se espanta a natureza;
Confuso fica de temor o inferno,
Vendo a que nasce isenta da defêsa.

Lei geral era posta desde eterno;
Mas o Senhor, da lei toda limpeza
Para o sacrario seu guardou materno.

CCXXIII

Porque a terra no céo agasalhasse,
O céo na terra Deus agasalhou;
Lá não cabendo, cá se accomodou,
Porque lá, de cá vindo, se alargasse.

Porque o homem a ser Deus por Deus chegasse,
Por o homem a ser homem Deus chegou;
Seu divino poder tanto humanou,
Porque o humano em divino se tornasse.

Vêde bem o que deo e recebeo;
Não se perca um bem tanto da memoria:
Deo-nos a vida, a morte padeceo.

Trocou por nossa pena a süa gloria;
Deo-nos o triumpho que elle mereceo,
Porque amor foi autor desta victoria.

De cá vindo, deve ser preferido a *de cá indo,* no fim da primeira quadra.

CCXXIV

— Que estilla a arvora sacra? — Um licôr santo.
— E para quem? — Para o genero humano.
— Que faz d'elle? — Um remedio soberano.
— Para que? — Para a culpa e triste pranto.

— Que intenta? — Reduzir Lusbel a espanto.
— Porquê? — Porque co'um pouco fez grão damno.
— Que foi? — A morte deo com um engano.
— Tanto poude? — O seu odio poude tanto.

— Quem a ella sobe? — Quem do ceo desceo.
— A que desce? — A subir a creatura.
— Que quiz da terra? — Só leval-o ao céo.

— É escada p'ra tal fim? — É a mais segura.
— Quem o obrigou? — De amor só se venceo.
— Que amava este Feitor? — Süa feitura.

O segundo, o quinto, o oitavo, o nono, o duodecimo e o decimo quarto versos taes como os apresentamos aqui, tornam supportavel

este soneto que os manuscriptos nos trouxeram excessivamente desequilibrado e incorrecto.

CCXXV

Arma, ó tu unicamente triümphante,
Propugnaculo só de nossas vidas,
Por quem foram ganhadas as perdidas
Com que o Tartaro horrendo andava ovante;

Siga-se esta bandeira militante
Por quem são taes victorias conseguidas,
Por quantas almas, d'ella divertidas,
No Ponente erram cá, lá no Levante!

Arvore, ó tu sublime e marchetada,
De branco e carmesim, de oiro embutida,
Dos rubís mais preciosos esmaltada,

E dos tropheos mais claros guarnecida;
Á vida a morte vimos em ti dada,
Para que em ti se desse á morte a vida!

Oh arma unicamente só triumphante, o primeiro verso deste soneto, que figura nas edições antigas e na de Juromenha, é de tal modo cacophónico e incorrecto, que julgamos apocrypha a sua redacção a qual sem duvida foi deturpada pelos copistas. No primeiro terceto, a inversão que introduzimos evita o intoleravel hiato *ó á*.

CCXXVI

Aos homens houve alguem que poz espanto
E o poz a toda a humana natureza,
Que de homem teve o ser, de anjo a pureza,
Porque antes que nascesse era já santo.

Propheta foi na mãe; e, emfim, foi tanto,
Que entre os nascidos houve a mór alteza,
Que da luz, sem a ver, vio a grandeza,
Tendo por trompa o Verbo sacrosanto.

Aquella Voz foi elle sonorosa,
No concavo dos orbes resonante
E que a carne inculpavel baptisou;

Quem do mór Pae ouvio a voz amante,
Quem a subtil pergunta industriosa
Com sincera resposta socegou.

Na forma em que damos o primeiro verso obedece mais aos preceitos da metrica e ás leis da harmonia do que a que vem nas outras edições. Todos estes sonetos sacros e a maior parte daquelles com que Faria e Sousa enriqueceu, ou julgou enriquecer o thesouro camoniano, nos foram por elle transmittidos num estado muito mais imperfeito que os das primeiras edições, que geralmente lhes são muito superiores.

CCXXVII

Vós só podeis, sagrado evangelista,
Angelico, abrazado seraphim,
Na scïencia mais alto cherubim,
Do que é mais sabio amor ser coronista;

Divina e real aguia, cuja vista
Vio o que é sem principio, o que é sem fim,
De Jacob mais querido Benjamim,
Quem mais campêa de Joseph na lista.

Apostolo, propheta e patriarcha,
Ao principe dos ceos o mais acceito,
Que em seio dormindo então mais via.

A quem o mesmo Deus por irmão marca,
Quem por filho da virgem tão perfeito,
Em corpo e em alma goza o claro dia.

Modificámos, por obvios motivos, os dois ultimos versos, accrescentando apenas a preposição *em* no decimo quarto.

CCXXVIII

Como louvarei eu, Seraphim Santo,
Tanta humildade, tanta penitencia,
Castidade, e pobreza, e paciencia,
Com este meu inculto e rudo canto?

Argumento que ás musas põe espanto,
Que faz muda a grandiloqua eloquencia,
Imagem que a divina providencia
De si viva em vós fez para bem tanto!

Fostes de santos uma rara mina;
Almas de mil a mil ao ceo mandastes
Do mundo, que perdido reformastes.

E não roubaveis só com a doutrina
As vontades mortaes, mas a divina,
Pois os seus rubis cinco lhe roubastes.

Supprimimos, na segunda quadra, a interjeição *oh*, que não servia alli senão para tirar elegancia á phrase e harmonia ao verso.

CCXXIX

Ditosas almas, que ambas juntamente
Ao ceo de Venus e de Amor voastes,
Onde um bem, que tão breve cá lograstes,
Estaes logrando agora eternamente;

Aquelle estado vosso tão contente,
Que só por durar pouco triste achastes,
Por outro mais contente já o trocastes,
Onde sem sobresalto o bem se sente.

Ah! triste de quem vive tão cercado,
Na amorosa fineza, de um tormento
Que a gloria lhe perturba mais crescida!

Triste, pois me não vale o soffrimento,
E amor para mais damno me tem dado,
Para tão duro mal, tão larga vida!

No primeiro terceto, é muito mais euphonica a versão que adoptámos, do que *Triste de quem cá vive.*

CCXXX

Contente vivi já, vendo-me isento
D'este mal de que a muitos queixar via;
Chamam-lhe amor; mas eu lhe chamaria
Discordia e sem razão, guerra e tormento.

Enganou-me co'o nome o Pensamento.
Quem com tal nome não se enganaria?
Agora tal estou, que temo o dia
Em que venha a faltar-me o soffrimento.

Com desesperação e com desejo
Me paga o que por elle estou passando,
E inda está do meu mal mal satisfeito.

Pois, sobre tantos damnos inda vejo,
Para dar-me outros mil um olhar brando,
E para os não curar, um duro peito.

Preferivel é *o dia* a *um dia,* no verso setimo

CCXXXI

Deixa, Apollo, o correr tão apressado;
Não sigas essa nympha tão ufano,
Pois não te leva Amor, leva-te o engano
Com sombras de algum bem a mal dobrado.

E quando seja Amor, será forçado;
E, se forçado for, será teu damno.
Um parecer não queiras, mais que humano,
Em um silvestre adorno ver tornado.

Não percas, por um vão contentamento,
A vista que te faz viver contente;
Modera em teu favor o pensamento;

Porque menos mal é, tendo-a presente,
Soffrer süa crueza e seu tormento,
Que sentir süa ausencia enternamente.

Pois não te leva Amor. Este terceiro verso fica mais harmonico sem o artigo *o* antes de *amor.*

CCXXXII

Vi queixosos de amor mil namorados
E nenhuns inda vi com seus louvores;
E aquelle que mais chora o mal de amores
Vejo menos fugir de seus cuidados.

Se das dores de Amor sois mal tratados,
Porque tanto buscaes de amor as dores?
E se tambem as tendes por favores,
Porque d'ellas fallaes como aggravados?

Não queiraes alegria achar algũa
No amor, porque é composto de tristeza,
Na fortuna que acheis mais agradavel.

N'ella e n'elle achei sempre a mesma lua,
Em quem nunca se vio outra firmeza
Que não seja a de ser sempre mudavel.

CCXXXIII

Se lagrimas choradas de verdade
O marmore abrandar podem mais duro,
Porque as minhas, que nascem de amor puro,
Um coração não rendem á piedade?

Por vós perdi, senhora, a liberdade,
E nem da propria vida estou seguro;
Rompei d'esse rigor o forte muro;
Não passe tanto ávante a crueldade.

Ao prezar de desprezos dae já fim;
Não vos chamem cruel, nome devido
A quem se ri de quem como eu vos ama.

Abrandae esse peito endurecido
Pelo que toca a vós, já não por mim,
Que eu aventuro a vida e vós a fama.

É para notar a incorrecção com que este soneto vem reproduzido no Ms. de Luiz Franco, a ponto de não ser possivel admittir tal

documento, sem grandes reservas e hesitações, como comprovativo e fidedigno, *Como eu vos ama*, deve ser preferido a *suspira e ama*, tanto pelo sentido, como pela metrificação.

CCXXXIV

Já me fundei em vãos contentamentos,
Quando d'elles vivi tudo enganado
De um fantastico bem e de um cuidado,
De que só cuidam cegos pensamentos

Passava dias, horas e momentos,
D'esse enleio d'amores tão pagado,
Que tinha só por bemaventurado
Quem só por elles mais bebia os ventos.

Mas agora que já cahi na conta,
Desengana-me quanto me enganava;
Que tudo o tempo dá, tudo descobre.

O amor mais cauteloso menos monta;
Que é de gostos mais rico, eu ignorava,
Aquelle que de amores é mais pobre.

CCXXXV

Em uma lapa toda tenebrosa,
Adonde bate o mar com furia brava,
Sobre uma mão o rosto, vi que estava
Uma nympha gentil, mas cuidadosa.

Igualmente que linda, lastimosa,
Aljofar dos seus olhos distillava.
O mar, os seus furores aplacava
Com ver coisa tão triste e tão formosa.

Alguma vez na horrivel penedia
Os bellos olhos punha com brandura,
Bastante a desfazer sua dureza.

Com angelica voz, assim dizia:
«Ah! que falta mais vezes a ventura
Onde sobeja mais a natureza»!

Seguimos, para o verso 13 a versão de Rodrigues: é *falta*, e não *falte*, que deve alli ler-se.

CCXXXVI

Se em mim, doce alma, vive mais lembrança
Que aquella só da gloria de querer-vos,
Eu perca todo o bem que logro em ver-vos,
E de ver-vos tambem toda a esperança!

Veja-se em mim tão rustica esquivança,
Que possa indigno ser de conhecer-vos;
E quando, em mór empenho de aprazer-vos,
Vos offenda, se em mim houver mudança.

Confirmado estou já nesta certeza;
Examine-me vossa crueldade,
Exprimente-se em mim vossa dureza,

Conhecei ja de mim tanta verdade,
Pois, em penhor e fé d'esta pureza,
Tributo vos fiz ser o que é vontade.

A nossa variante do primeiro verso, por ter uma forma mais correcta e harmonica, deve ser preferida á que vem nas edições anteriores.

CCXXVII

Qual tem a borboleta por costume
Que, elevada na luz da accesa vella,
Dando vae voltas mil, que até que n'ella
Se queima agora, agora se consume:

Tal eu correndo vou p'ra o vivo lume
D'esses olhos gentis, Aonia bella,
E abrazo-me, por mais que com cautella
Livrar-me a parte racional presume.

Conheço o muito a que se atreve a vista,
O quanto se levanta o pensamento,
E como vou morrendo claramente.

Porém, não quer Amor que lhe resista,
Nem a minha alma o quer, que em tal tormento
Qual em gloria maior está contente.

Tal eu correndo vou p'ra o vivo lume sôa melhor e é forma mais correcta que as das outras edições.

CCXXXVIII

Lembranças de meu bem, doces lembranças,
Que tão vivas estaes nesta alma minha,
Não queiraes mais de mim, se os bens que tinha
Em poder vedes todos de mudanças.

Ai! cego Amor! Ai! mortas esperanças,
De que eu em outro tempo me mantinha!
Agora deixareis quem vos sostinha,
Acabarão co'a vida as confianças!

Co'a vida acabarão, pois a ventura
Me roubou n'um momento aquella gloria,
Que quando tão grande é, tão pouco dura.

Oh! se após o prazer fôra a memoria!
Ao menos, estivera a alma segura
De ganhar-se com ella mais victoria.

Em nome de Martim de Castro vinha tambem este soneto n'um manuscripto, mas pode tomar-se como sendo de Camões pela delicadeza do pensamento e pureza da forma.

CCXXXIX

Formosos olhos, que cuidado daes
Á mesma luz do sol mais clara e pura;
Que sua esclarecida formosura
Com tanta gloria vossa atraz deixaes;

Se por serdes tão bellos, desprezaes
A firmeza de amor que vos procura,
Pois tanto vêdes, vêde que não dura
O vosso resplandor quanto cuidaes.

Colhei, colhei do tempo fugitivo
E de vossa belleza o doce fructo,
Que em vão fóra de tempo é desejado.

E a mim, que por vós morro e por vós vivo,
Fazei pagar a Amor o seu tributo,
Contente de por vós lh'o haver pagado.

Bello soneto, e de forma genuinamente camoniana.

CCXL

Têm feito os olhos n'este apartamento
Um mar de saüdosa tempestade,
Que pode dar saudades á saudade,
Sentimentos ao proprio sentimento.

Em dôr vae convertido o soffrimento,
Em pena convertida a pïedade;
A razão, tão vencida da vontade,
Que escravo faz do mal o entendimento.

A lingua não alcança o que a alma sente;
E assim, se alguem quizer em alguma hora
Saber que coisa é dôr não compreendida,

Parta-se do seu bem, porque exprimenta
Que antes de se partir, melhor lhe fôra
Partir-se do viver para ter vida.

Tambem se encontram em nome de Pedro da Cunha num manuscripto. *Que pode dar saudade a saüdade*, é como vem nas edições anteriores o terceiro verso, devendo assim a palavra *saudade* pronunciar-se de duas maneiras diversas para que o verso fique certo.

CCXLI

A peregrinação de um pensamento,
Que dos males fez habito e costume,
Tanto da triste vida me consume,
Quanto cresce na causa do tormento.

Leva a dôr de vencida ao soffrimento;
Mas a alma está, de entregue, tão sem lume,
Que enlevada no bem que haver presume,
Não faz caso do mal que está de assento.

De longe receei se me valêra
O perigo que tanto á porta vejo,
Quando não acho em mim coisa segura.

Mas já conheço — oh! nunca o conhecêra! —
Que entendimentos presos do desejo
Não têm remedio mais que o da ventura.

Tambem vinha este soneto em nome de Martim de Castro, segundo diz Faria e Sousa.

CCXLII

Acho-me da fortuna salteado;
O tempo vae fugindo presuroso,
Deixando-me da vida duvidoso
E cada instante mais desesperado.

Trocou-se o meu descuido em tal cuidado,
Que adonde a gloria é mais, é mais penoso;
Nem vivo de perder-me receoso,
Nem de poder ganhar-me confiado.

Qualquer ave, nos montes mais agrestes,
Qualquer fera, na cova repousando,
Tem horas de alegrias; eu, todas tristes.

Vós, saüdosos olhos que o quizestes
(Pois com tormento Amor me está pagando)
Chorae, como o que vêdes, o que vistes.

O mesmo diz Faria e Sousa deste soneto. *Adonde,* no sexto verso, é preferivel a *d'onde.*

CCXLIII

Se no que tenho dito vos offendo,
Não é pretenção minha de offender-vos,
Que inda que não pretenda merecer-vos,
Não vos desmerecer sempre pretendo.

Mas é meu fado tal, segundo entendo,
Que por quanto ganhava em entender-vos,
Não me deixa até agora conhecer-vos,
Por a mim proprio me ir desconhecendo.

Os dias ajudados da ventura
A cada qual de si dão desenganos,
E a alguns outros sóe dal-o a desventura

Qual destas sirva a mim, dirão os damnos
Ou gostos que estiver, em quanto dura
Esta vida, tão larga em poucos annos.

Em nome de Alvaro Vaz, poeta desconhecido, vem tambem este soneto n'um manuscripto. *Pretenção,* na repetição intencional de palavras em que o poeta insiste, fica melhor do que *a intenção,* no segundo verso.

CCXLIV

Doce contentamento já passado,
Em que todo o meu bem só consistia,
Quem vos levou de minha companhia,
E me deixou de vós tão apartado?

Quem cuidou que se visse n'este estado,
N'aquellas breves horas de alegria,
Quando minha ventura consentia
Que de enganos vivesse meu cuidado?

Fortuna minha foi cruel e dura
Aquella que causou meu perdimento,
Com a qual ninguem pode ter cautella.

Nem se engane nenhuma creatura,
Que não pode nenhum impedimento
Fugir do que lhe ordena a sua estrella.

Preferimos, na phrase final, accrescentar, antes de *sua,* o artigo *a,* por dar mais força ao verso.

CCXLV

Sempre, cruel senhora, recei,
Medindo vossa grã desconfiança,
Que désse em desamor vossa tardança
E que me perdesse eu, pois vos amei.

Perca-se, emfim, já tudo o que esperei,
Pois n'outro amor já tendes esperança,
Tão patente será vossa mudança,
Quanto eu encobri sempre o que vos dei.

Dei-vos vida e alma, dei-vos o sentido,
De tudo o que em mim ha vos fiz senhora;
Prometteis e negaes o mesmo amor.

Agora tal estou, que, de perdido,
Não sei por onde vou; mas alguma hora
Vos dará tal lembrança grande dôr.

Démos ao nono verso, com as proprias palavras do texto, uma forma mais correcta que a dos manuscriptos.

CCXLVI

Se a fortuna inquïeta e mal olhada,
Que a justa lei do ceo comsigo infama,
A dece vida que ella mais desama
Me concedêra honesta e repousada;

Podéra ser que a musa alevantada
Com luz de mais ardente e viva flamma
Fizéra ao Tejo, lá na patria cama,
Adormecer, co'o som da lyra amada.

Porém, pois o destino trabalhoso,
Que me escurece a musa fraca e lassa,
Lonor de tanto preço não sustenta;

A vossa, de louvar-me pouco escassa,
Outro sujeito busque valeroso,
Tal qual em vós ao mundo se apresenta.

Vindo a palavra *inquïeta,* no verso primeiro, dividida em quatro syllabas, seria impossivel suppôr que o poeta só attribuisse duas a

quieta, a tão breve distancia. Por isso julgámos indispensavel dar ao terceiro verso a forma em que o apresentamos.

CCXLVII

Este amor que vos tenho, limpo e puro,
De pensamento vil nunca tocado,
Em minha tenra edade começado,
Tel-o dentro n'esta alma só procuro.

De haver n'elle mudança estou seguro,
Sem temer nenhum caso ou duro fado,
Nem o supremo bem ou baixo estado,
Nem o tempo presente, nem futuro.

A bonina, alva flôr, asinha passa;
Tudo por terra o inverno ou estio deita;
Só para meu amor é sempre Maio.

Mas ver-vos para mim, senhora escassa,
E que essa ingratidão tudo me engeita,
Traz este meu amor sempre em desmaio.

A bonina e a flôr, que dá Juromenha não se explica, no nono verso, nem pela euphonia, nem mesmo pelo bom senso.

CCXLVIII

A formosura d'esta fresca serra,
A sombra d'estes verdes castanheiros,
O manso caminhar d'estes ribeiros,
Donde toda tristeza se desterra;

O rouco som do mar, a estranha terra,
O descahir do sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,
E das nuvens pelo ar a branda guerra;

Emfim, tudo o que a rara natureza
Com tanta variedade nos off'rece,
Me está, se não te vejo, magöando.

Sem ti, tudo me enoja e me aborrece;
Sem ti, perpetuamente estou passando
Nas móres alegrias mór tristeza.

O segundo verso não vem certo na edição de 1668 nem nas subsequentes; mas os sonetos daquella edição são em geral mais perfeitos que os que Faria e Sousa accrescentou.

CCXLIX

Sustenta meu viver uma esperança
Derivada de um bem tão desejado,
Que quanto n'ella estou mais confiado,
Mór duvida me põe qualquer mudança.

E quando inda este bem na mór pujança
De seus gostos me tem mais enlevado,
Me atormenta então ver eu, que alcançado
Será por quem de vós não tem lembrança.

Assim que n'estas redes enlaçado,
Apenas dando a vida, sustentando
Uma nova materia a meu cuidado;

Suspiros d'alma tristes arrancando,
Dos silvos d'uma pedra acompanhado,
Estou materias tristes lamentando.

No terceiro verso, *quando* deve evidentemente ser substituido por *quanto*. Em vez de *apenas dou a vida*, preferimos, no primeiro terceto, *apenas dando a vida*.

CCL

Já não sinto, senhora, os desenganos
Com que minha affeição sempre tratastes,
Nem ver o galardão que me negastes,
Merecido por fé, de ha tantos annos!

A magoa chóro só, só chóro os damnos
De ver por quem, senhora, me trocastes;
Mas sem tal caso vós só me vingastes
De vossa ingratidão, vossos enganos.

Dobrada gloria dá qualquer vingança
Que o offendido requeira do culpado,
Quando se satisfaz com causa justa.

Mas eu de vossos males e esquivança,
De que agora me vejo bem vingado,
Não a quizéra tanto á vossa custa.

Na primeira quadra, *ha tantos annos,* deve ir precedido da preposição *de,* e no primeiro terceto que *o offendido requeira,* é muito preferivel a *que o offendido torna.*

CCLI

Que pode já fazer minha ventura
Que seja para meu contentamento,
Ou como fazer devo fundamento
De coisa que o não tem nem é segura?

Que pena pode ser tão certa e dura
Que possa ser maior que meu tormento,
Como recëará meu pensamento
Os males, se com elles mais se apura?

Como quem se costuma de pequeno
Com peçonha a criar por mão sciente,
Da qual depois este uso o tem seguro;

Assim, de acostumado co'o veneno,
O hábito de soffrer meu mal presente
Me faz não sentir já nada o futuro.

Supprimindo *ou,* fica o verso septimo muito mais elegante. O undecimo e o decimo terceiro, que vêem errados no texto, ficam assim certos e equilibrados.

CCLII

Quando cuido no tempo que contente
Vi as perolas e neve, rosas e oiro
Como quem vê por sonhos um thesouro,
Parece tenho tudo aqui presente.

Mas tanto que se passa este accidente,
E vejo o quaõ distante de vós mouro,
Temo quanto imagino por agouro,
Porque de imaginar tambem me ausente.

Já foram dias em que por ventura
Vos vi, senhora, se assim dizer posso
Co'o coração seguro, e estar sem medo.

Agora em tanto mal não me assegura
A propria fantasia e o nojo vosso:
Eu não posso entender este segredo.

No segundo verso deve ler-se *rosas*, e não *rosa*. É claro tambem que, no decimo, *se assim dizendo posso* nem é grammatical nem dá o verso certo. O undecimo deve levar a orthographia e a ponctuação que lhe demos, para fazer sentido.

CCLIII

Quando, senhora, quiz amor que amasse
Essa grã perfeição e genlileza,
Logo deo por sentença que a crueza
Em vosso peito amor accrescentasse.

Determinou que nada me apartasse,
Nem duro desfavor nem aspereza,
Mas que em minha rarissima firmeza
Vossa isenção cruel se executasse.

E, pois aqui tendes offerecida
Esta alma vossa a vosso sacrificio,
Acabae de fartar vossa vontade.

Não lhe alargueis, senhora, mais a vida;
Acabará morrendo em seu officio,
Süa fé defendendo e lealdade.

Duro desfavor, e não *desfavor cruel*, é o que deve ler-se na segunda quadra, visto que lá temos mais abaixo *isenção cruel*. No primeiro terceto *aqui tendes*, simples inversão de duas palavras, evita um hiato e dá um magnifico verso.

CCLIV

Eu vivia de lagrimas isento,
N'um engano tão cego e deleitoso,
Que, em que outro amante fosse mais ditoso,
Não valiam mil glorias um tormento.

Vendo-me possuir tal pensamento,
De nenhuma riqueza era invejoso;
Vivia bem, de nada recëoso,
Com doce amor e doce sentimento.

Cobiçosa a Fortuna me tirou
D'este meu tão contente e alegre estado,
E passou-se este bem, que nunca fôra.

Em troco do qual bem só me deixou
Lembranças, que me matam a cada hora,
Trazendo-me á memoria o bem passado.

É preferivel *cego,* no segundo verso, visto a palavra *doce* vir repetida no oitavo. É indispensavel accrescentar *a,* no penultimo, para a perfeita metrificação do endecassyllabo.

CCLV

Indo o triste pastor todo embebido
Na sombra de seu doce pensamento,
Taes queixas espalhava ao leve vento,
Com brando suspirar, da alma sahido:

«A quem me queixarei. cego, perdido,
Pois nas pedras não acho sentimento?
Com quem fallo? A quem digo meu tormento,
Que onde mais clamo, sou menos ouvido?

Ó bella nympha, porque não respondes,
E olhar-me tanto porque me encareces?
Porque exiges que sempre me querelle?

Ah! quanto mais te busco, mais te escondes;
Quanto mais mal me vês, mais te endureces,
Assim que co'o mal cresce a causa d'elle»!

Com brando suspirar, em vez de *co'um brando*, sôa melhor e é como deve ler-se, no fim da primeira quadra. O primeiro terceto, na forma que adoptámos, é mais euphonico e mais bem ponctuado.

CCLVI

De um tão feliz engenho, produzido
De outro, que o claro sol não vio maior,
É trazer coisas altas no sentido,
Todas dignas de espanto e de louvor.

Museo foi antiquissimo escriptor,
Philosopho e poeta conhecido,
Discipulo do musico amador,
Que co'o som teve o inferno suspendido.

Este poude abalar o monte mudo,
Cantando aquelle mal que eu já passei
Do mancebo de Abydo mal sizudo.

Agora, contam já, segundo achei,
Tasso e o nosso Boscan, que disse tudo,
Dos segredos que move o cego rei.

«A Dom Simão da Silveira, em resposta de outro seu, pelos mesmos consoantes, mandando-lhe perguntar quem fôra o primeiro poeta que fizera sonetos». É esta a menção que trazia este soneto no manuscripto, mas que não parece concordar com o assumpto d'elle.

No principio do primeiro terceto, é claro que, em vez de *pode*, como pretende Juromenha, deve ler-se *poude*, visto que se refere a Orpheo.

CCLVII

Dizei, senhora, da belleza idêa,
Para fazerdes o vosso aureo crino,
Onde fostes buscar esse oiro fino?
De que escondida mina ou de que veia?

Dos vossos olhos essa luz phebêa,
Esse respeito, de um imperio dino,
Alcançastel-os com saber divino,
Ou com encantamentos de Medêa?

De que escondidas conchas escolhestes
As perlas preciosas orientaes
Que fallando mostraes no doce riso?

Pois vos formastes tal como quizestes
Vigiae-vos de vós, não vos vejaes;
Fugi das fontes: lembre-vos Narciso.

Esse aureo faz errado o segundo verso, nas edições anteriores. Preferimos, no fim da segunda quadra, *alcançaste-los* a *se os alcançastes*, pois, com esta forma, seria indispensavel que o poeta primeiro tivesse novamente escripto: *dizei-me.*

CCLVIII

Na ribeira de Euphrates assentado,
Discorrendo me achei pela memoria
Aquelle breve bem, aquella gloria
Que em ti, doce Sião, tinha passado.

Da causa de meus males perguntado
Me foi: «Como não cantas a alta historia
De teu passado bem e da victoria
Que sempre de teu mal has alcançado?

Não sabes que a quem canta se lhe esquece
O mal, inda que grave e rigoroso?
Canta pois, e não chores d'essa sorte».

Respondi com suspiros: «Quando cresce
A muita saüdade, o pïedoso
Remedio é não cantar, senão a morte».

Como não cantas a alta historia. Só assim fica certo o verso sexto.

CCLIX

Chorae, nymphas, os fados poderosos
D'aquella soberana formosura.
Onde foram parar? Na sepultura,
Aquelles reaes olhos graciosos!

Oh! bens do mundo, falsos e enganosos,
Que mágoas para ouvir, que tal figura
Jaza sem resplandor na terra dura,
Com tal rosto e cabellos tão formosos!

Das outras que será! Pois poder teve
A morte sobre coisa tanto bella,
Que ella eclipsava a luz do claro dia.

Mas o mundo não era digno d'ella,
Por isso mais na terra não esteve;
Ao céo subio, que já se lhe devia.

A ponctuação deste soneto vem muito defeituosa em todas as edições, a ponto de o tornar quasi incomprehensivel.

CCLX

Senhora já d'esta alma, perdoae
De um vencido de amor os desatinos,
E sejam vossos olhos tão beninos
Com este puro amor que d'alma sahe.

A minha pura fé sómente olhae
E vê de meus extremos se são finos;
E, se de alguma pena forem dinos,
Em mim, senhora minha, vos vingae.

Não seja a dôr que abraza o triste peito
Causa por onde pêne o coração
Que tanto em firme amor vos é sujeito.

Guardae-vos do que alguns, dama, dirão,
Que, sendo raro em tudo vosso objecto,
Possa morar em vós ingratidão.

No penultimo verso, é claro que a palavra *objecto* só póde rimar com *sujeito* pronunciando-se *objeito*, como os quinhentistas fariam.

Não julgámos porém dever assim escrevel-a, preferindo a orthographia que já figura na edição de Rodrigues, de 1772.

CCLXI

Quem vos levou de mim, saudoso estado,
Que tanta sem razão comigo usastes?
Quem foi, porquem tão presto me deixastes,
Esquecido de todo o bem passado?

Trocastes-me um descanso em um cuidado
Tão duro, tão cruel, qual me ordenastes;
A fé que tinheis dado, me negastes,
Quanto mais n'ella estava confiado.

Vivia sem receio deste mal;
Fortuna, que tem tudo á sua mercê,
Amor, com desamor, me revolveo.

Bem sei que n'este caso nada val
Que quem nasceo chorando, bem justo é
Que pague com chorar o que perdeo.

É evidente que a repetição de *negastes* nas duas quadras deve provir de erro de copia, e *deixastes* está de per si indicado para substituir aquella palavra na primeira dellas.

No penultimo verso *bem justo é*, vale mais que *justo é*.

CCLXII

Diversos casos, varios pensamentos
Me trazem tão confuso o entendimento,
Que em nada já vejo contentamento,
Senão quando se vão contentamentos.

Em varios casos, varios sentimentos
Succedem, por mostrar ao fundamento
Que é o bem que se deseja todo vento,
Pois pinta haver descanso em vãos intentos.

Vê-se em grandes discursos o desejo;
Quando os tempos occasiões ajudam,
Não ha coisa impossivel a um cuidado.

O injusto com o justo é já trocado;
Os duros montes seus assentos mudam;
Eu só não posso ver meu mal mudado!

Neste lindo soneto, é necessaria para a elegancia do verso a transposição de *já vejo*, no terceiro, em logar de *vejo já*. *Que é o que se deseja tudo vento*, é verso a que falta uma syllaba. Não é admissivel, quanto ao decimo verso, que *mudam* rime com a palavra identica no penultimo. Quanto ao duodecimo, basta escrevel-o como nós o fizémos, alterando apenas a forma da preposição *com*, para elle ficar certo.

CCLXIII

Doce sonho süave e soberano,
Se por mais longo tempo me durára!
Ah! quem de sonho tal nunca acordára,
Pois havia de ver tal desengano!

Ah! deleitoso bem! Ah! doce engano!
Se por mais largo espaço me enganára!
Se então a vida misera acabára,
De alegria e prazer morrêra ufano!

Ditoso não estando em mim, pois tive
Dormindo o que acordado ter quizéra.
Olhae com que me paga meu destino!

Emfim, fóra de mim ditoso estive;
Em mentiras ter dita razão era,
Pois sempre nas verdades fui mofino.

CCLXIV

Diana prateada, esclarecia
Com a luz que do claro Phebo ardente,
Por ser de natureza transparente,
Em si, como em espelho, reluzia.

Cem mil milhões de graças lhe influia,
Quando me appareceo o resplandente
Raio de vosso aspecto, differente
Em graça e puro amor do que soía.

Eu, vendo-me tão cheio de favores,
E tão propinquo a ser de todo vosso,
Louvei a hora feliz e a noite escura,

Pois n'ella déstes côr a meus amores;
D'onde collijo claro que não posso
De dia para vós já ter ventura.

O primeiro verso, em Juromenha, e noutras edições que o copiaram servilmente, traz *esclarecida,* o que evidentemente é lapso de copia. *Resplandente* é superior a *excellente,* e o verso oitavo ganha muito com a forma que aqui lhe damos. *Louvei a hora feliz*, em vez de *a hora clara,* tanto mais que *claro* repete-se ainda no penultimo verso.

CCLXV

Em quanto Phebo os montes accendia
Do ceo, com luminosa claridade,
Por conservar illesa a castidade,
Na caça o tempo Delia despendia.

Venus, que então de furto descendia,
Por captivar de Anchises a vontade,
Vendo Diana em tanta honestidade,
Quasi zombando d'ella lhe dizia:

«Tu vaes com tüas redes na espessura,
Os fugitivos cervos enredando,
Mas as minhas enredam o sentido.

— Melhor é, respondia a Deusa pura,
Nas redes leves cervos ir tomando,
Que tomar-te a ti n'ellas teu marido».

CCLXVI

Se de vosso formoso e lindo gesto
Nasceram lindas flores para os olhos,
Que para o peito são duros abrolhos
Em mim se vê mui claro e manifesto;

Pois vossa formosura e vulto honesto,
Em os ver, de boninas vi mil molhos;
Mas, se meu coração tivera antolhos,
Não vira em vós seu damno o mal funesto:

Um mal visto por bem, um bem tristonho,
Que me traz enlevado o pensamento
Em mil, porém diversas fantasias,

Nas quaes eu ando sempre e sempre sonho;
E vós não cuidaes mais que em meu tormento,
Em que fundaes as vossas alegrias.

Eu ando sempre é muito preferivel a *eu sempre ando* no verso duodecimo.

CCLXVII

N'um tão alto logar de tanto apreço
Este meu pensamento posto vejo,
Que desfallece n'elle inda o desejo,
Vendo quanto por mim o desmereço.

Quando esta tal baixeza em mim conheço,
Acho que cuidar n'elle é grão despejo
E que morrer por elle me é sobejo
E mór bem para mim do que mereço.

O mais que natural merecimento
De quem me causa um mal tão duro e forte
O faz que vá crescendo de hora em hora.

Mas eu não deixarei meu pensamento,
Porque inda que este mal me cause a morte,
Un bel morir tutta la vita honora.

Preferimos *apreço* a *preço*, no primeiro verso. No decimo terceiro, *cause* é mais logico e mais correcto que *causa*. O ultimo é um verso de Petrarca.

CCLXVIII

Quantas penas, Amor, quantos cuidados,
Quantas lagrimas tristes sem proveito,
De que mil vezes olhos, rosto e peito,
Por ti cego, me viste já banhados;

Quantos mortaes suspiros derramados
Do coração portanto a ti sujeito,
Quantos males, em fim, tu me tens feito,
Todos foram em mim bem empregados.

A tudo satisfaz, confesso-te isto,
Uma só vista angelica, amorosa,
De quem me captivou minha ventura!

Oh! sempre para mim hora ditosa,
Que posso temer já, pois tenho visto,
Com tanto gosto meu, tanta brandura?

Do decimo verso julgamos preferivel esta variante, pela frouxidão que encerra a de Juromenha e tambem para evitar assim a repetição, a tão breve distancia, de *branda* e *brandura*. *Confesso-te isto*, no fim do verso nono, é expressão pobre e pouco feliz.

CCLXIX

O tempo tudo acaba, anno, mez, hora,
As forças, a arte, a manha, a fortaleza;
O tempo acaba a fama co'a riqueza,
O tempo o mesmo tempo de si chora;

O tempo tudo acaba e vê onde mora
Qualquer ingratidão, qualquer dureza;
Mas não pode acabar minha tristeza
Em quanto não quizerdes vós, senhora.

O tempo o claro dia torna escuro,
E o mais ledo prazer em chôro triste,
Tornando a tempestade em grã bonança;

Mas de vel-o abrandar não 'stou seguro
O peito de diamante, onde consiste
A pena ou o vão prazer d'esta esperança.

Chegou-nos este soneto verdadeiramente estropiado, e só com as correcções que lhe fizémos se torna elle comprehensivel e verosimil, não se podendo todavia affirmar que seja de Camões.

CCLXX

Posto me tem fortuna em tal estado,
E em tal modo a seus pés me tem rendido!
Não tenho que perder, já de perdido,
Nem tenho que mudar, já de mudado.

Todo o bem para mim está acabado:
E d'aqui dou o viver já por vivido,
Que, onde o mal assim é tão conhecido;
Tambem o viver mais será escusado.

Se me basta querer, a morte quero,
Que bem outra esperança não convem,
E curarei um mal com outro mal.

E, pois do bem tão pouco bem espero,
Já que o mal este só remedio tem,
Não me culpem em que'rer remedio tal.

E em tal modo a seus pés. Este segundo verso vem muito incorrecto em Juromenha, assim como tambem o sexto e o septimo, que não têem alli quantidade de syllabas sufficiente. No quinto, é preferivel *todo o bem* a *todo bem.*

CCLXXI

Ja nos não fére amor com arco forte
E as settas tem lançadas sobre a terra;
Como soía, já nos não faz guerra
E a que nos faz agora é de outra sorte.

Co'os olhos pelos olhos nos dá morte,
E, querendo acertar o que não erra,
Os vossos escolheo, em quem se encerra
Mais bem do que bem ha do sul ao norte.

Concede-vos Amor tão grão poder
Que vós livre sejaes do seu e isenta;
(Apagou-se a candeia; ai! da consoante).

Assim, Feliza, se vos não contenta,
Não irei co'o soneto por dëante,
Que é sonho o que a poesia representa.

Para o primeiro verso, não vemos outra forma preferivel á nossa, visto que no terceiro o poeta a emprega egualmente por symetria. O verso quinto de Juromenha tem uma syllaba a menos, como tambem o oitavo; porém mais syllabas tem alli e nas outras edições o undecimo, que conta pelo menos treze! O duodecimo e o ultimo têem este mesmo numero de syllabas, e tudo isto constitue, como se pode suppor, um *monstro horrendo,* que, tal como nol-o apresentam, não poderia de modo algum ser attribuido a Camões. *Não vades,* claro está, deve ser substituido por *não irei,* visto que foi o poeta quem interrompeo o soneto, e não a sua interlocutora.

CCLXXII

Todas as almas tristes se mostravam
Pela piedade do Feitor divino,
Onde, ante seu aspecto tão benino,
O devído tributo lhe pagavam.

Meus sentidos então livres estavam,
Que até ahi foi constante o seu destino,
Quando uns olhos de que eu não era dino
A furto da razão me salteavam.

A nova vista me cegou de todo;
Nasceu do descostume esta extranheza
Da tão süave e angelica presença.

Para remediar-me não ha ahi modo?
Oh! porque fez a humana natureza
Entre os nascidos tanta differença?

Não têem o numero sufficiente de syllabas os versos terceiro, decimo e undecimo. No decimo terceiro, em vez de *huma,* que daõ Juromenha e as edições que o copiaram, é claro que deve ler-se *humana.* Este soneto é extrahido do manuscripto de Luiz Franco, o qual, como já dissémos, vem cheio de incorrecções e é muito suspeito

CCLXXIII

Senhora minha, se de pura inveja
Amor me tolhe a vista delicada,
A côr de rosa e neve semeada
E dos olhos a luz que o sol deseja;

Não me pode tolher que vos não veja
N'essa alma, que elle mesmo vos tem dada,
Onde vos terei sempre debuxada,
Por mais cruel imigo que me seja.

N'ella vos vejo, e vejo que não nasce
Em bello e fresco prado deleitoso,
Senão flor que dá cheiro a todo a serra.

Os lirios tendes n'uma e n'outra face;
Ditoso quem vos vir, mas mais ditoso
Quem os tiver, se ha tanto bem na terra!

Vem este soneto com a menção seguinte: a uma dama muito fulva e muito córada.

CCLXXIV

Contas que traz Amor com meus cuidados,
Me fazem contas dar do meu tormento;
São contas com que lucta o pensamento,
Contando mágoas tristes, duros fados.

Contas crueis serão, se mal contados
Os meus serviços forem, cujo intento
É sempre fazer conta em fundamento,
Em contar-se por bem afortunados.

Se em sahindo cá fóra assim vos vejo,
Contas, do peito em lagrimas tornadas,
Á causa d'este effeito ide sem pejo.

E lá direis que sois gotas salgadas
D'esse infinito mar do meu desejo,
Que accende o fogo em que vós sois forjadas.

Com que luta é preferivel, para evitar um verso frouxo e errado. No verso undecimo deve ler-se *á causa,* e não *a cousa. Vós,* antes de

sois, é palavra indispensavel, pois de outro modo, o verso fica só com dez syllabas.

CCLXXV

Formosa mão, que o coração me aperta,
Se a vontade me tem em si sujeita,
Tão doce esta se mostra contrafeita!
Quando será que a veja cara e certa?

Meu repouso sonhado a dôr desperta;
Inteira é a pena; a gloria é tão suspeita,
Que vella em sonhos eu, que me aproveita,
Se quando estou acordado me é encoberta?

Manhosamente amor me favorece
Com mostras de algum bem cheio de engano,
Um bem, que pouco dura, e mais empece;

Porque, tornando a vir o desengano,
Acordando-me o mal que me adormece,
Faça fugir o bem e dóbre o damno.

Esta tão doce se mostra é certamente um erro de copiá, que Juromenha não notou e é phrase que deve ser invertida pela forma em que a apresentamos. A segunda quadra está incorrectissima no manuscripto de Luiz Franco, e teve de ser modificada.

CCLXXVI

De tantas perfeições a natureza
Formou, dama gentil, vossa figura,
Que sois deusa no mundo em formosura
E divina na graça e gentileza.

De modo, que tal é vossa lindeza,
Tal a graça que em vós tanto se apura,
Que não ha dama em si tanto segura,
Que ante essa vossa cuide ter belleza.

A natureza humana se esmerou
Em vos formar tão linda e graciosa,
Quão graciosa e linda vos formou.

E, para vos fazer mais gloriosa,
Depois de vos formar, logo jurou
De não fazer mais coisa tão formosa.

CCLXXVII

De amores por uma inclita donzella
Ferido o mesmo deus d'amor se vio.
E preso em fim, por mais que resistio,
Que a tudo vence e rende a força d'ella.

Jamais o mundo vio dama tão bella;
Com ella a natureza repartio
A graça com que ao mesmo Amor ferio,
Laços com quem não val força ou cautella.

Oh! rara e nunca vista formosura,
Formosura bastante a subjugar
O mesmo deus d'amor tão soberano!

Olhae se poderá d'um fraco humano
A força, a força tal muito durar,
Quando a do proprio Amor tão pouco dura.

De amores de uma inclita donzella, se lê no primeiro verso deste soneto extrahido do manuscripto de D. Cecilia de Portugal; mas tendo este verso uma syllaba a menos, deve ler-se *por uma inclita donzella.* No septimo verso, escapou sem duvida a palavra *Amor,* sem a qual elle está incompleto, e *vale* deve ser substituido por *val* no oitavo, para que fique certo. É tambem indispensavel alterar o duodecimo, por causa da insistencia exagerada com que alli se repete a palavra força.

CCLXXVIII

Em um batel que com doce meneio
O bonançoso Tejo dividia,
Vi bellas damas, ou melhor diria,
Bellas estrellas, com um sol no meio.

As delicadas filhas de Nerêo,
Com mil cantos de placida harmonia,
Allegravam a bella companhia,
Que, se eu não érro, por honral-as veio.

Ó formosas Nereidas, que cantando
Lograes aquella vista tão serena.
Que a vida em tantos males quer trazer-m'a,

Dizei-lhe que olhe que se vae passando
O curto tempo, e que a tão longa pena
O espirito está prompto, a carne enferma.

As emendas ou variantes introduzidas nos versos segundo, quarto, sexto, septimo, decimo, undecimo, decimo terceiro e decimo quarto são indispensaveis, em vista dos erros de grammatica ou de metrificação d'este soneto extrahido do manuscripto de Franco.

CCLXXIX

Que fiz, Amor, porque tão mal me tratas,
Não sendo todo teu, que mal me queres?
Que se por teu me tens, porque me feres
E a minha triste vida desbaratas?

Se com a fera nympha te contractas,
E de süas esp'ranças não differes,
A quem me queixarei do que fizeres?
Que vida me darás, se tu me matas?

E tu, honra? E tu, despïedosa fama,
Respondes com mortal esquecimento?
Não tens sequer a tanta fé respeito?

Mas já que tu não queres ver quem te ama,
Não vindo, não terás conhecimento
De quem sempre continuo por ti chama!

Mais um soneto dos do manuscripto de Franco, dados a publico por Juromenha n'um tal gráo de incorrecção, que bem forçoso é extirpar-lhe os grosseiros erros, alguns dos quaes se vê claramente provirem de lapsos de copia. Assim, em Juromenha, o primeiro, o nono, o undecimo e duodecimo versos não chegam a sel-o, tão deturpados nos apparecem; o que não impede que assim foram reproduzidos nas seguintes edições, que julgáram ter assim enriquecido o thesouro camoniano!

(Continua).

Conde de Azevedo da Silva.

Maria Amalia Vaz de Carvalho

(Retrato a oleo por Veloso Salgado)

HOMENAGEM

Do nome consagrado de Maria Amália Vaz de Carvalho, lustre da sua geração, pouco ha a dizer que não esteja dito. A Academia das Sciências de Lisboa, escolhendo-a para o seu grémio, prestou-lhe a devida homenagem.

A sua aparição nas letras portuguesas, quando era ainda uma criança de dezanove anos, foi, a par de uma surpresa, — tão moça ela era —, uma revelação e um acontecimento.

E desde então, festejada e enaltecida pelos espiritos mais cultos do seu tempo, a evolutiva maturação da sua forte individualidade literária tem sido acompanhada de um carinhoso e merecido aprêço.

As suas raras faculdades, expandindo-se em formas diversas do engenho literário, dão à sua obra uma riqueza e abundância, que bastariam para firmar o nome de escritores diversos, se vários a subscrevessem. — Poetisa, crítica de arte, jornalista, pedagoga, historiadora, o seu espírito impressionável tem caminhado, com a vertiginosa

rapidez com que a humanidade viveu o meio século da sua existência, ao par de todo o pensamento humano; e raros terão atingido o supremo grau da sua erudição.

Sem se enfronhar numa especialização, que limitaria o interesse do grande público, a imperiosa curiosidade da sua inteligência e a assimilação prodigiosa do seu talento, levando-a a campos diversos da actividade literária, deixam o seu nome ligado a uma obra enorme, a mais moderna, a mais vivida da sua geração.

Nascida em plena florescência do romantismo literário em Portugal, tendo passado os primeiros anos conscientes da sua vida num ambiente que havia de estimular as faculdades inteligentes do seu coração e do seu espírito, a sua primeira obra, *Primavera de Mulher,* nasce espontânea, irrefletidamente, dessas circunstâncias, com a avidez e a necessidade com que borbulha, à flor da terra, o manancial cristalino de uma nascente de agua. A Maria Amália nada foi ensinado; faltaram-lhe aqueles mestres, tantas vezes atrofiantes e esterilisadores, que todos nós guardamos entre as recordações da nossa infância.

Desde pequenina, a sua alma desabrochou no mais íntimo contacto com a de sua mãe, original e superior individualidade, cheia de ilustração e de talento, típico produto do exaltado romantismo do seu tempo.

Para essa foi a companheira devotada de cada

minuto da vida; por ela teve aquêle fervoroso sentimento de amor filial que, avesinha inconsciente, ela canta na sua *Primavera de Mulher*, de forma a assombrar já, perante a sua meninice, os homens de letras de então.

E desde essa época reveladora, o seu espírito, ávido de saber, sôfrego, ancioso, começou a formar-se a si próprio, numa leitura constante de tudo em que brilhasse um raio de luz ou de verdade, retido pela mais prodigiosa memória que alguem possa conceber.

Pinteus, decantado reduto da poetisa, velho solar que ela celebrisou, a par do nome de seu pai, José Vaz de Carvalho, — figura interessantíssima também —, adquiriu foros de centro de atração literária. Lá lhe foram beijar a pequenina mão alguns mestres; de lá conheceu o delicioso poeta, que veiu mais tarde a ser o companheiro da sua vida, Gonçalves Crespo.

Marca êsse casamento a segunda *étape* da sua carreira literária.

Na vida retirada e solarenga da sua primeira mocidade revelou-se apenas a poetisa; mas ficava lançada, pelo seu triunfo, uma generosa semente, que havia de germinar na totalidade fecunda da sua obra, de tão diversos aspectos.

Foi depois de casada que ela adquiriu os seus foros de profissional, entregando-se de vez às lides jornalísticas, e começando a fazer no Brasil, com as suas correspondências literárias, a reputação

famosa que hoje lá tem, e que ali excede, se é possível, aquela que possue entre nós.

O seu salão de Santa Catarina, à similhança dos célebres salões femininos da França, foi e é o *rendez-vous* favorito dos intelectuais; honram-se de o frequentar as mais brilhantes figuras literárias, todos os consagrados artistas, quem quer que tenha um grande nome em Portugal.

É nesse ambiente cultíssimo que o seu talento atinge o grau supremo, toma relêvo, se desentranha pródigo e criador.

E quando Gonçalves Crespo a deixa viúva, com dois filhos pequenos, ela educa-os com a mais extremosa dedicação; é com seu insano trabalho que lhes proporciona o possível bem estar de uma feliz existência.

A riqueza da sua produção manifesta-se, pela fôrça das circunstâncias, pródiga e incessante; e desta fase, decisiva da sua maneira de ser, ficam as suas mais nítidas impressões de crítica literária, em que não tem émulo em Portugal; e, — como obra cuidada de reconstituição histórica, género que ainda não abordara —, a *Vida do Duque de Palmela*, precioso documento todo repassado do seu feminino perfume.

Nas quatro decadas da sua carreira de escritora, hoje no apogeu, o seu nome, decorado pelas crianças, bemdito pelas mães, favorito das mulheres portuguesas e brasileiras, para quem ainda ninguem deveras escrevera, tem tido em volta de

si aquêle ambiente de consagração e de ternura, que só logram obter os raros, os eleitos.

E nem por isso Maria Amália deixou nunca de ser a mais simples, a mais bondosa, a mais singela, a mais doce, entre as mulheres portuguesas.

Nos seus belos olhos luminosos, muitas vezes, o fulgor do génio é embaciado pelas lágrimas que a dôr humana, nas suas ramificações infinitas, lhe vai levar a cada passo; tão intensa é a comunhão da sua alma com o sofrimento dos humildes, dos desditosos, dos pequeninos.

Quem um dia sentiu a doce carícia da sua voz, quem viu de perto, em toda a sua soberania, a bondade inegualável da sua alma, fica prêso para sempre, mais do que ao seu talento e ao seu saber, a quanto tem de infinitamente santo, simples e doce essa fulgurante e rara encarnação de Mulher.

Cristóvam Aires.

A marqueza de Alorna

A SOCIEDADE E A LITERATURA DO SEU TEMPO

CAPÍTULO I

O nascimento de Leonor de Almeida. — Seu avô Pedro de Almeida nas guerras da sucessão de Espanha. O seu govêrno da Índia. Sucessos que o assinalaram. — O título de marquês de Alorna. — Sua avó a marquesa de Távora D. Leonor no terremoto. Versos que ela inspírou — A marquesa de Távora D. Leonor na Índia. — Festas pomposas. — Tragédia de Corneille. — O teatro de Pangin. — Influências atávicas do carácter de Leonor de Almeida. — Influências directas. — O atentado contra D. José. — A prisão dos fidalgos. — O tribunal da inconfidência. — A sentença. — O cadafalso de Belem. — A morte da marquesa de Távora. — Com que altiva elegancia ela sofre a execução. — A carnificina de 13 de janeiro de 1759. — José Maria Távora. — Duelo de morte entre Pombal e a nobreza da côrte. — A política pombalina. — A ferocidade de todos os condutores de homens. — Como é que na brandura do carácter português conseguem destoar vigorosamente os típos de fôrça. — Lógica medonha da situação. — A marquesa de Alorna na Junqueira. — A marquesa de Alorna e Leonor de Almeida em Chelas.

Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre, conhecida na literatura portuguesa pelo seu título de marquesa de Alorna, nasceu em Lisboa aos 13 de outubro de 1750.

Foi seu pai D. João de Almeida Portugal, segundo marquês de Alorna, quarto conde de Assumar, veador da casa real, comendador da ordem de Cristo, e capitão de cavalaria na côrte. Foi sua mãe D. Leonor de Lorena, quarta filha dos terceiros marqueses de Távora. É das mais ilustres a ascendência de D. Leonor. Mas não é sómente pelo sangue e pela antiguidade que se recomenda a sua família. A futura marquesa de Alorna tem de quem

opulentamente herdar a beleza feminina, o carácter viril e o extraordinário talento.

Sem nos perdermos nos meandros de uma remota e complicada genealogia, e indicando, a quem se interessa por esses estudos a notícia que acompanha a edição completa das obras da marquesa, mandada fazer por suas filhas, basta remontar à origem do título de Alorna, que data do meiado do século XVIII, para vermos como êle foi nobremente conquistado pelo avô da nossa biografada.

D. Pedro de Almeida, que mais tarde foi marquês de Castelo Novo e herdeiro de seu pai, teve o título de conde de Assumar (3.º), a comenda de S. Cosme, de S. Damião e de Cristo e mais bens da corôa e ordem [1]. Distinguiu-se desde os vinte e dois anos como bravo militar e como capitão inteligente e hábil.

Nas guerras da sucessão de Espanha D. Pedro militou sob as ordens do marquês das Minas, e comandou um corpo à frente do qual se bateu como um valente na batalha de Saragoça. Depois tão nobremente se portou na de Vila Viçosa, que na participação escrita da batalha, o marechal austriaco Staremberg cita-o como um dos cinco mestres de campo generais que mais denodo e mais bravura manifestaram no combate.

Feitas as tréguas e assentes os preliminares do futuro tratado, foi a D. Pedro que se confiou a custosa missão de reconduzir a Portugal, sob a má vontade disfarçada ou clara dos espanhoes, o corpo de tropas que havia tomado parte, debaixo do comando directo do conde da Atalaia, nas duas batalhas de Saragoça e de Vila Viçosa.

Esta retirada, que não vem ao caso narrar aqui, foi uma

---

[1] *Memórias históricas e genealogicas dos grandes de Portugal,* por D. António Caetano de Sousa. Nestas memórias se encontra a genealogia da família de Távora, de Assumar, etc.

verdadeira odisseia, que deixou lembrado nos fastos da história portuguesa o nome fidalgo de D. Pedro de Almeida. Em tão delicada conjuntura o moço general revelou não sómente a coragem ingénita da sua raça mas o tino, a prudência, a rasão clara que são raros em curtos anos, que infelizmente se íam tornando rarissimo na casta a que êle pertencia.

Tais provas da mocidade indicavam eloqùentemente o seu nome para futuros serviços prestados à pátria. Estava esta numa das horas mais sombrias da sua degeneração lenta e dolorosa, num dêstes lances de angústia inconsolável que de há três séculos para cá tanta vez a têem posto a pique de subverter-se em abismo, que se não sabe bem aonde vai, se ao mar sem fundo, se ao pantano lodoso.

Em 1747 foi D. Pedro de Almeida, avô de Leonor, nomeado governador da Índia, num dos momentos mais crítico daquela nossa tão ilustre quanto descurada possessão.

O estado da Índia chegára nesse lance ao mais miserável extremo de abjecção e abandono. Um *deficit* formidável; o govêrno desorganizado e sem prestígio; desfalque na receita dos tributos, grave diminuição no comércio; paralisia em todos os orgãos, de corrupção em todas as células dêsse corpo em que, por um momento, tinha circulado o mais puro, o mais generoso sangue português. A província fôra invadida pelos *maratas,* a raça indomável e feroz, da qual os europeus tremiam, e que só a ferrea dominação inglesa, mixto da astúcia e fôrça, de traição e de energia, conseguiu definitivamante amordaçar.

D. Pedro de Almeida não teve medo à implacável, à selvagem e impetuosa bravura dessa casta de bandidos, e afrontando com supremo valor o poder *marata* correu ao assalto da fortaleza de Alorna, já que encontrára perdida, ao chegar à Índia, a de Pondá que pouco havia, nos tinha pertencido. Não foi sem resistência que a praça

de Alorna foi tomada aos maratas; os portugueses sofreram grandes perdas, e muitos oficiais sacumbiram naquele primeiro assalto das nossas armas, que o desleixo tinha enfraquecido e embotado.

Aproveitando, porêm, com a sua costumada habilidade, o prestígio readquirido pelo nome português, na vitória que fôra renhida e bravamente disputada pelos contrários, o marquês de Castelo Novo tomou logo, quási sem resistência, as fortalezas de Bicholim, Avara, Tyracol e Bary [1].

A notícia destas vitórias excitou verdadeiro entusiásmo em Portugal. Estava por um fio a conservação dessas tristes reliquias do poder português na Índia. Se o marquês de Castelo Novo não se apossasse com tão feliz e pronta bravura de umas poucas de praças cobiçadas pelo inimigo, sustendo assim a roda de uma fortuna que tão contrária nos ía sendo, quem sabe se o que possuimos ali seria ainda hoje nosso! A êste homem notável pela decisão do carácter, e pela arte com que executava os seus planos arrojados, se deve porventura a conservação do nosso poder no Oriente.

D. João V recompensou o general vitorioso com o título de marquês de Alorna, que lhe foi concedido por um decreto muito honroso em 9 de novembro de 1750.

Leonor de Almeida comemorava com justo desvanecimento e invocava com o ligítimo orgulho os heroes da sua raça. Vê-se que tinha rasão. Não era sómente pelos serviços de ante-câmara, ou pelas manhas de destros cortezãos, que os seus maiores tinham ascendido á grande posição que nobremente gosavam.

No mesmo ano de 1750, data do nascimento da ilustre

---

[1] Estas praças, que fazem parte das *Novas Conquistas*, ainda hoje pertencem à corôa portuguesa. Alorna fica na provincia de Pangim, Está edificada a fortaleza sôbre o rio Mhaporá, que ali toma o nome de Alorna. Terá hoje 1:668 habitantes, 308 fogos e 63 praças de guarnição.

mulher cuja vida tentâmos escrever, partia também para o palacio dos vice-reis da Índia outro ascendente seu, o marquês de Távora, pai de sua mãe. Estava êste predestinado, não à celebridade do heroismo, brilhante e prestigiosa, mas à outra, que fica mais profundamente gravada nas almas, que inspira a universal simpatia, que gera as piedosas lendas... à celebridade do martírio.

A marquesa de Távora D. Leonor, esposa dêste novo vice-rei e avó da marquesa de Alorna, fôra uma das fulgurantes belezas da côrte de D. João V, tão rica em formosuras, ou provocadoras e sensuais, ou deliciosamente sugestivas de místicos arrebatamentos de alma. Era natural que assim fôsse; essas mulheres eram indispensável ornato de uma côrte, cuja pompa lembrava a de uma satrapia oriental, cujos requintes galantes, cujo fausto devoto, cujo fanatismo violento e pagão, constituiam o espanto da Europa culta do tempo. Ninguem entendia como tão extraordinários contrastes se podiam fundir num todo único. Mafra e Odivelas, as devoções a Nossa Senhora, os amores com a cigana Margarida do Monte, o ajoelhamento permanente diante de côrte de Roma a pedir-lhe bençãos, indulgências, privilégios, patriarcado, e a crónica apimentada que baixinho se repetia em todo o reino, tudo isto era tão extravagante que se perdia a cabeça na contemplação de tais prodigios.

Mas a marquesa de Távora conservou-se impecável no meio deletério e estonteante em que a devoção era um sensualismo mais doce, mais requintado que os outros, e o amor, precisava da sombra sonora e fresca dos claustros, do cheiro do incenso, das flores expirantes entre vélas do altar...

Por um dêstes segredos de toucador, de que as privilegiadas não confiam de ninguem o segredo precioso, conservou-lhe ela formosa até aos cinquenta e cinco anos. Sabe-se isso, porque no ano do terremoto, em que contava

justamente essa idade, Teodoro de Almeida escreveu um mau poema, *Lisboa destruida,* no qual se refere à sua rara formosura. Nesse poema, que só viu a luz em 1803, porque o seu autor, é claro, não se atreveu a publica-lo em vida de D. José I, há uma vinheta em que se vê a miniatura da marquesa D. Leonor, e diz a tradição que era um retrato fidelissimo em que o artista se esmerou a rogos do poeta. Estão com ela a filha condessa de Atouguia, a nora, marquesa de Távora e uma neta.

Camilo, que é a fonte, fonte inexgotável e genuina, de onde tirámos estas informações, acrescenta naquela sua frase cunhada em oiro de Lei:

«O congregado Theodoro de Almeida não extrema a marqueza velha das mais novas, quanto a belleza:

Neste ponto avistaram de repente
Junto a si tres matronas mui formosas.

«O certo é que a marqueza aos cincoenta e cinco anos era ainda uma esbelta senhora, com o aprumo juvenil e o garbo da mocidade sadia e alegre. Ás maneiras fidalgas e altivez de raça ajuntava a superioridade do espirito, essa segunda fidalguia que devia tornal-a odiosa á estupidez de suas primas.»

Um dos mil poetas detestáveis daquele tempo dedicou á marquesa de Távora uns versos em que lhe celebrava o denodo na ocasião de embarcar para a Índia, de onde voltou justamente um ano antes do terramoto, para morrer da trágica maneira que sabemos [1].

---

[1] Como specimen do estilo do tempo e do abismo ou antes tremedal imundo em que caíra a poesia na pátria de Sá de Miranda, de Ferreira e de Camões, aí vão os versos que caracterizam uma época:

Vae, oh formosa heroina,
Do mar essas ondas sulca,

Em Goa os marqueses de Távora celebraram com festas pomposas ao gosto da época, mas espiritualizadas por um toque de talento que então não era vulgar, a aclamação de D. José I — o rei sob cujo poder êles tinham de vir a sofrer tão afrontosa morte!

O espírito da gentil e orgulhosa vice-rainha desentra-

Que, se és Venus na belleza
Venus nasceu das espumas,

Se és Divindade, não temas
Da salgada agua a furia,
Que até impera nos mares
Immortal a formosura.

Vae ser de Thetis inveja,
Ser de Neptuno ventura,
Das sereyas lindo encanto.
Das nymphas formosas injuria.

Os tritões e as Napeyas
Sendo alegres testemunhas,
A nau — carroça; tu — Deusa,
Passeia as ondas ceruleas.

Vae que é pequeno hemispherio,
Um só mundo ás luzes tuas,
E quem em um só não cabe
Juntamente o outro busca.

São do sol os diamantes
Producção brilhante e sua;
Se produz lá um sol tantos
Tres que farão? Conjectura.

Vae examinar o oriente
De onde sae a luz mais pura,
Verás do teu nascimento
Belo esplendor, copia justa.
.....
.....

Vae! conheça o mundo todo,
Mais alto poder divulga,
Que o sexo que em ti domina,
O sangue que em ti circula.

(C. Castello Branco, *Noites de insomnia*).

nhou-se em graciosas invenções que revelavam a sua cultura superior. Nessas festas quiz ela manifestar aos estrangeiros a magnificência, um tanto ôca as mais das vezes fitícia quási sempre, do génio português. No teatro, mandado construir pela marquesa na capital da Índia, e que foi edificado dentro do paço de Pangim, houve durante três dias representações de gala. No primeiro representou-se em francês a peça de Corneille *Porus vaincu par Alexandre.* Dos seis personagens da peça cinco eram franceses e um português; e haver naquela época uma senhora da côrte freirática de D. João V que soubesse apreciar com lúcido critério o valor literário do nome de Corneille, indica da sua parte uma ilustração desproporcinada com o seu triste meio. Só ela tinha, porêm, ali essa cultura fenomenalmente rara, poisque o auditório não entendia palavra... «*mas foi a representação feita com tão vivas expressões, que ajudados de um summario em portuguez, que a senhora marqueza tinha mandado traduzir da opera, todos saíram satisfeitos e agradados da novidade, nunca até ao presente vista em Goa*[1]».

Quem talhou os costumes e dirigiu o guarda roupa foi a própria marquesa, porque respeitando a côr local, porque a tragédia se passava na Índia, seguiu o rigor dos trajos opulentíssimos, assistindo ela própria a todos os preparativos e trabalhos. Depois da tragédia houve baile e ceia opípara oferecida ás fidalgas de Gôa. Na noite seguinte representou-se uma opera portuguesa desempenhada por curiosos, em que entraram os Correias de Sá, irmãos do visconde de Asseca. E esta festa seguiram-se outras em que a vice-rainha continuou a exibir as suas faculdades

---

[1] *Anual Indico Lusitano* dos sucessos mais memoráveis e das acções particulares do primeiro ano do Felicissimo governo do il.mo e ex.mo sr. Francisco de Assis de Távora, marquês de Távora.

inventivas e a alta compreensão que possuia da grande vida e do luxo inteligente.

Nos intervalos dessas festas, ou no remate delas, mandava distribuir fartas esmolas pelas famílias fidalgas decaídas na miséria, «relíquias dos antigos potentados da Asia arruinados pela dissipação; e durante os quatro anos do seu vice-reinado subsidiava com mezadas os que não podiam vir ao paço receber as esmolas. Esses mendigos envergonhados eram os legitimos representantes da India portugueza» [1].

Tinha um defeito a marquesa de Távora: era soberba da sua estirpe em grau inadmissível. Ás suas ironias desdenhosas de fidalga se atribuiu grande parte do odio que o marquês de Pombal mais tarde manifestou cruamente aos seus. Mas êsse pecaminoso orgulho, de que se contam mil anedotas típicas, transformou-se na fôrça estoica com que suportou o martírio, depurou-se na energia inquebrantável com que recebeu a morte e a tortura moral que a precedeu, sem dobrar nem envilecer a sua bela cabeça aristocrática.

*

Neste nosso tempo de alta civilização inteletual em que as noções mais complicadas da sciência humana penetram, por meio da extrema vulgarização das ideias, até nos espíritos menos preparados por uma forte educação técnica para as receberem; nêste nosso tempo — quem póde ignorar as influências poderosas que a hereditariedade exerce na formação de um organismo?

De um lado a energia indomável do animo da marquesa de Távora, o seu amor pelas especulações da inteligência ou pelas graças e encantos da literatura; o fino orgulho

[1] Camilo Castelo Branco.

de raça que a exalta, a sua capacidade extraordinária de sofrer, com altiva resignação, a injusta fortuna: por outro lado a valentia heroica de D. Pedro de Almeida, a sua superioridade de inteligência e de carácter manifestada em acidentados lances, reflectir-se hão, com as mudanças inevitáveis de circunstancias e de meio, na fisionomia de Leonor de Almeida, marquesa de Alorna.

Mas não sómente influências atávicas tinham de actuar eficazmente no seu espírito; outra fôrça ainda mais enérgica, ainda mais directa e positiva havia de exercer a sua acção dominante nêsse temperamento delicado e resistente, enérgico e flexível, capaz de dobrar-se com a graça pendida de uma flor, e de reagir com intemerata coragem de uma alma de antiga tempera.

A infância de Leonor de Almeida foi obumbrada pela tragédia histórica que, numa espécie de rubra nuvem de sangue, envolveu toda a sua bela, florescente e poderosa família e a fulminou com raio sinistro.

Não contariamos aqui essa catastrofe por demais conhecida, se não atribuissemos, tanto a ela em si como ás circunstancias impressionadoras que a revestiram, uma influência decisiva no espírito de Leonor de Almeida. As sombrias ramificações dêsse drama enlaçaram estreitamente o destino da nossa heroina.

Á sombra densissima que a cingiu desde a infancia; ás lagrimas maternas que lhe regaram a cabeça infantil e deliciosamente linda; ao horror mil vezes lembrado do suplício dos seus; à crudelissima e longa clausura dêsse pai adorado, com quem ela viveu em íntima comunhão espíritual; às tristezas da sua adolescência, que buscára na poesia um refúgio abençoado, um volutuoso anestesiante das torturas da alma; à disciplina fèrrea a que ela sujeitou o seu alto entendimento — a todas estas circunstancias romanescas e dolorosas deveu ela de certo o seu talento singular. As duas qualidades predominantes desta

inteligência de mulher são o vigor quási viril do pensamento experimentado, e a extrema cultura adquirida em longos anos de prisão. Resistiu ao desespero pelo trabalho e pelo estudo; resistiu ao tédio mortal pela curiosidade viva das cousas, que a teve sempre em comunicação simpática com o mundo exterior.

Foi, portanto, a desgraça dos seus, o género especial e trágico e grandioso dessa desgraça imerecida, que fez dela a mulher forte, desenganada e triste que a vemos ser desde os quinze anos!

*

Uma noite, a 3 de setembro de 1758, espalhava-se pela cidade o lugubre boato de que el-rei D. José, voltando de não sei que misterioso passeio nocturno a caminho da Ajuda, fôra vítima de uma tentativa de regicídio, de que muito a custo escapára com vida.

Deveu-se o insucesso parcial da criminosa emboscada ao facto de el-rei, sentindo-se ferido pelo primeiro tiro, disparado (dizem), pelo duque de Aveiro ou pelo seu criado José Miguel, se lembrar de repente de que o cirurgião mór do paço morava na Junqueira, e ordenar, portanto, ao cocheiro que retrocedesse naquela direcção.

Morava ali perto o marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha, para cuja casa D. José quiz ir, e que, alucinado de surpreza e de terror, recebeu, e deitou na sua própria cama o rei ferido.

Os conspiradores, distríbuidos em diversos lugares e todos a cavalo, esperaram debalde por D. José, que uma intuição, que direis milagrosa, salvára da morte, contrariando os planos tenebrosos dos seus inimigos.

Justamente na ocasião em que êste crime, gravissimo hoje e verdadeiramente sacrílego naquêle tempo, se perpetrava, o marquês de Pombal pedia ao destino um pretexto

que o justificasse e favorecesse na guerra com que êle ambicionava pôr ponto ao poder ilimitado, à soberba arrogância da fidalguia portuguesa. Estadista á maneira de Richelieu, de Cromwel, de Frederico II, de Bismarck, o sangue derramado, as torturas impostas, as lágrimas choradas eram-lhe pequeno obstáculo à linha recta da sua implacável e bronzea vontade.

Vendo a nação devastada pelas plantas parasitas que lhe sugavam toda a seiva, a sua ambição foi salva-la custasse embora muito cara a salvação.

O que a história nos conta dessa hora sinistra da vida de Portugal, assombra e enoja a um tempo. Charnecas desertas e incultas, enormes extensões de terrenos despovoados, destruidas as manufaturas da Covilhã, do Fundão, de Bragança, de todas as cidades onde os cristãos novos — agora expulsos pela inquisição — tinham feito da sua energia, da sua inteligência, do seu trabalho, do seu amor pelo ganho, instrumento de riqueza para êste país desgraçado; caminhos impraticáveis tornando impossível o tráfego comercial e o transporte de mercadorias ou pessoas [1]; o exército sem disciplina, sem decoro, onde os soldados e até os oficiaes subalternos faziam mister de criados dos seus superiores, servindo-lhes à mesa, e executando os mais humilhantes ofícios, quando não pediam como mendigos andrajosos pelas ruas das cidades mais populosas [2]; a terça parte do solo nacional possuido pela Igreja, e a sentir-se em todo o país a tríplice e funesta influência do clero devasso, ignorante e cubiçoso da nobreza da côrte, ociosa e insolente, e da inquisição ameaçadora, que, na caça ferós ao judeu, tinha aniquilado todas as actividades produtoras, tinha expulsado do país todas as fôrças vivas, tinha que-

---

[1] *Testamento político de D. Luís da Cunha.*

[2] Costigan, *Sketches of society and manners.*

brado e destruido todas as energias fecundas. O jesuita embrutecendo, a inquisição queimando os resistentes e depravando sob a influência do seu terror os ânimos que a cobardia dobrava servilmente, tinham feito de Portugal e da Hespanha dois paises mortalmente condenados.

Comercialmente, eramos uma reles feitoria de Inglaterra, que pelo tratado de Methwen nos enfeudava sem defeza aos seus interesses. Espiritualmente, eramos a mina extincta de que Roma extraiu cento e oitenta milhões de cruzados a troco de privilégios cultuais [1], de canonizações de santos [2], de bulas especiaes para diversos usos. Bandos capitaneados pelos primeiros fidalgos da côrte, o duque de Cadaval, o marquês de Cascais, os condes de Aveiro e de Óbidos, traziam Lisboa em permanente susto e permanente sobresalto, espancando as rondas, matando as auctoridades que lhes resistiam [3], travando entre si bulhas de que muitas vezes resultavam mortes e gravissimos ferimentos. Sob a tirania e o livre arbítrio da realeza, e sob o ôco beatério da nobreza e do povo, havia o desenfreamento dos mais baixos instinctos, a brutalidade mais soez, a devassidão mais desbragada. O exemplo partindo de alto alastrava com vertiginosa rapidez por todas as camadas sociais eivadas da mesma ignorância e submersas no mesmo embrutecimento. O *abêtissez-vous* de Pascal, aplicado pelos jesuitas

---

[1] A capela real metropolitana e depois a patriarcal, podendo celebrar festas com pompa igual à do Vaticano. Os beneficiados poderem usar meias duma certa côr. Uma colegiada na capela real com seis dignidades, dezoito conegos e doze beneficiados.

Requerimento de Alexandre Gusmão a el-rei D. João V. Ineditos. Os padres poderem rezar três missas em dia de finados.

[2] El-rei D. João V conseguiu elevar á categoria de santos da côrte do céu Luís Gonzaga, Estanislau Kotska, João Francisco Regus Vicente de Paula, Camilo Lellis.

[3] Tableau de Lisbonne. O cavaleiro de Oliveira. Camilo Castelo Branco.

e pela inquisição, fôra o único meio que a Igreja tinha encontrado para receber o seu baluarte ameaçado. A Península ibérica fôra o teatro escolhido para essa horrenda experiência, que fazia da mutilação do pensamento uma arma política, e perdoava o desenfreamento audaz dos instinctos brutais, comtanto que a consciência não tentasse despertar sequer do seu adormecimento e do seu ignóbil torpôr...

O marquês de Pombal encontrou êste quadro horrendo e grotesco ao tomar posse do país que pretendia regenerar na volta da sua longa permanência em Londres e em Viena. Na Inglaterra é claro que Pombal não aprendeu nenhum dos processos da política liberal a que esse robusto país deve a integridade da sua duração e a solidez da sua grandeza, mas viu — e com que humilhação melancólica para um coração português! — o que era ali a aristocracia comparada ao que estava sendo entre nós!

Para o confirmar na idéa que ela de certo lhe inspirou, bastou-lhe assistir ao formar da brilhante e formidável oposição contra o poder corruto de Walpole, porque não foi num periodo glorioso da vida política de Inglaterra que Pombal ali viveu. É provável que êle observasse de perto com o seu olhar de miope, tão espirituoso e penetrante, as notáveis e características figuras que constituem essa colisão famosa [1]. Pitt, o futuro lord Chattam, tinha então trinta anos e já pronunciára contra o ambicioso ministro, agarrado ao poder como a ostra à concha, alguns dêsses belos discursos clássicos e pomposamente teatrais que tão viva impressão produziram no seu auditório político. Carteret, conde de Grenville, formosa figura de estadista e de erudito, falando todas as línguas mortas e vivas, inclusivamente o português, brilhava então deslumbradoramente na scena

[1] Macaulay, *Essays*.

política pela coragem, pela ambição nobre, pela eloquência declamatória ou pela agudeza e agilidade do debate parlamentar. Chesterfield era o tipo consumado da elegância cortezã, do gosto cultivado e fino das maneiras galantes. Garrick acabava de estreiar-se, e logo adorado, adulado pela aristocracia londrina fazia chorar o seu patrício auditório interpretando na scena Shakespeare, como mais tarde o fará convulsivamente rir arremedando nas salas a figura e os modos estranhos, tão cómicamente dolorosos, de Samuel Jhonson, então desconhecido aínda. Pope vivia no pé de perfeita igualdade com a alta sociedade elegante e política do tempo, mas literariamente era então uma excepção única. Em Inglaterra, como em Portugal, aquele periodo era da mais desoladora esterilidade literária, mas aí era apenas o intervalo entre duas fases brilhantes. Desaparecêra a geração de Addisson, de Prior de Steele, de Congreve, de Foe, de Swift, mas íam aparecer Goldsmith, Fielding, Burke, Colilins, Thompson, e outros mais.

E em todo o caso a Sebastião José de Carvalho e Melo era indiferente que a literatura estivesse ou não numa fase gloriosa. O que devia impressiona-lo, indigna-lo ali, pela triste comparação a que se via forçado, era a vida intensa, o alto valor social e moral, a utilidade e a força dessa classe aristocrática, que na Inglatera nunca aceitou privilégios a que não estivessem ligados graves e austeros deveres cívicos, ao passo que nada havia mais estéril, mais imbuido da sua falsa importância, mais perturbador da órdem e do equilíbrio nacional do que a nossa nobreza degenerada, vivendo, salvas excepções rarissimas que podem apontar-se, dos bens da corôa, da munificência régia e dos abusos e privilégios; voluntárimente ignorante e gabando-se de o ser, reduzida, pela paz prolongada e pela inércia em que o país caira nos braços do jesuita manhoso, ou sob o látego do inquisidor cruel, aos oficios de ante câmara e ás manhas e intrigas da côrte.

D. Luís da Cunha, um dos privilegiados, mas um dos raros que ilustravam a sua classe, melhor do que ninguem poz o dedo nas misérias que Portugal chamára sobre si nêsse periodo sombrio da sua existência nacional.

O ministro de D. José, que D. Luís da Cunha [1] indicára como o mais apto para dar algum remédio a tantos males, aproveitou, portanto, o ensejo que a nobreza lhe dava para travar com ela a terrível luta em que a final foi vencido pelo destino e por ela...

É por esta ordem de considerações que o cadafalso de Belem, erguendo-se diante dos nossos olhos, tristes sim, mas conhecedores das circunstâncias que o explicam e da crueldade semibarbara dos costumes e da jurisprudência do tempo, não se nos afigura um facto isolado, sem outra significação alêm da que lhe dá o nosso humanitarismo sentimental da actualidade.

Devemos, portanto, emudecendo a infinita piedade que nos confrange o coração, contemplar as vítimas que ali vieram expirar, á luz de um critério que não é de hoje. Devemos considerá-las, infelismente, como acusados políticos da peior espécie, réus do maior dos crimes, do que envolvia todos os outros, poisque no tempo de D. José, — o qual foi o representante mais genuino e mais puro entre nós, dêsse absolutismo monárquico que em toda a Europa ocidental precedeu e como que preparou, sem o prever nem presentir, o regimen moderno, — o rei era ao mesmo tempo o pai, o emissário divino, a figura inviolável, impecável e sagrada, cuja mão ungia, cuja dominação exaltava, cujo serviço era tão honroso e glorioso como o do próprio Deus.

Não basta, porêm, ver sómente êste aspecto do complexo

---

[1] No seu *Testamento político* D. Luís da Cunha aconselha a D. José que chame para seu ministro a Sebastião José de Carvalho.

assunto. E necessário acrescentar que o julgamento dos fidalgos mais directamente suspeitados, a execução do duque de Aveiro e dos desventurados e porventura inocentes Távoras, o aparato inaudito de que êsse acto de tirania se revestiu, as prisões em que tantos inocentes, reconhecidos por tais, foram apanhados na rêde tenebrosa duma política implacável, tudo isto, na perspectiva longínqua em que o pensador hoje o contempla, não é mais que um lugubre, um terrivel e sangrento episódio dêsse duelo de morte, que o marquês de Pombal, o último português que soube o que era *ter vontade,* travou furiosamente com uma ordem de cousas em que êle via a desgraça de Portugal.

Aqueles desgraçados expiavam, ali, não sómente o seu crime, supôsto em todos, dizem alguns, real — em quási todos, asseveram outros, — mas principalmente, e é esta a face cruel mas terrivelmente lógica do facto, os crimes longos, os crimes imperdoáveis duma casta inteira, contra a qual se insurgia o espírito impiedoso de Pombal, atribuíndo-lhe o estado de decadência da nação, que êle ambicionava erguer como um novo Lazaro do chão da morte...

¿Tinha rasão o marquês em atribuir completamente à fidalguia e à fradaria portuguesa a desgraça em que achava êste país?

Não tinha. Os frades e os fidalgos ignorantes, soberbos e ociosos eram já produtos e não causas duma decadência moral e intelectual, que vinha de longe, de muito longe; deviam os seus defeitos a circunstâncias talvez fatalmente consubstanciadas no próprio destino de Portugal, talvez feitas da própria essência do seu organismo.

Mas o marquês tinha a sciência do seu tempo, o que não se lhe deve levar a mal, porque, como tão bem diz um grande pensador, o debil alcance da inteligência humana, e a brevidade da nossa vida comparada à lentidão do desenvolvimento social, conservam-nos a imaginação, sobretudo no que respeita às ideias políticas, inteiramente sob

a dependência estreita do meio em que habitâmos. «A cabeça mais forte da antiguidade, o grande Aristoteles, de tal modo foi dominado pelo seu século, que não pôde conceber uma sociedade sem ter por base a escravidão [1]».

Assim também o marquês de Pombal, não conhecendo o recente segredo das leis sociológicas, julgava que a reconstrução duma sociedade é um acto de pura mecânica. Desbravar o terreno, ou deitar por terra as edificações carunchosas que o atravancavam, transportar para longe o entulho que se amontoára dessas ruinas em grande, e proceder imediatamente, livre de obstáculos e de peias, ao seu trabalho de arquitecto namorado da ordem rectilínea e da simétrica regularidade, parecia-lhe uma tarefa tão legítima quanto realizável. ¿Que fossem instituíções ou fossem homens os que embaraçavam a sua obra, que lhe importava? Para êle eram simplesmente obstáculos. Tinha uma concepção das cousas muito diversa da que hoje reina. Nunca lhe poderia entrar na cabeça que a sociedade fôsse, como o indivíduo, um organismo. Não percebia que, da dissolução a que o corpo social tinha chegado, podiam surgir, em resultado de irredutiveis leis orgânicas novas combinações e novas formas de vida, mas nunca operar-se aí uma cura radical, uma transformação impossível.

Os factos provaram-lhe ainda em vida, na sua dolorosa, na sua angustiada velhice, que êle errára nas apreciações e nos pontos de vista. Mas o desmoronamento, quási completo na parte política, administrativa e moral da sua obra, não o pôde esclarecer ainda assim a respeito das causas que o determinaram.

Ainda pela consciência e pelo entendimento humano não passára aquele abalo violento, sob a influência do qual nós todos pensamos hoje, tanto amigos como adversários do novo regimen.

---

[1] Comte, *Cours de philosophie positive.*

O marquês, não estava em suficiente avanço do seu século para compreender que os fenómenos políticos se regulam, como os outros, por leis naturais!

A reconstrução civilista e burguêsa que êle sonhara tinha de realizar-se, não no carcomido, no gasto, no anémico Portugal, mas nas outras nações latinas, depois da luta intensa e prolongada contra o regimen anterior, depois da demolição longa e laboriosa, feita pela escola negativa e crítica do século, depois dum interregno de desordem, no meio do embate, sem método preconcebido, de contradictórias fôrças inconscientes, porque nenhum progresso político ou social deixou de ser precedido por êsse período de cáos e de surda germinação. É êle que prepara a nova ordem de cousas, favorecendo dum lado o desenvolvimento dos elementos que virão a constitui-la, estimulando por outro as faculdades reorganizadoras da sociedade pela experiência cruel dos males da anarquia [1].

*

Tão favorável era então o ensejo para que a mão asperrima de Pombal caísse com todo o seu pêso enorme sôbre a nobreza mais alta da côrte, — que houve muito quem aventasse a hipótese de que tal emboscada não existira, ou antes fôra simulada pelo astuto ministro.

Á posteridade, porêm, não parecem duvidosos, nem o atentado contra D. José, nem a culpabilidade do duque de Aveiro.

O embaixador francês, que a êsse tempo estava em Lisboa, dizia para a sua côrte que o duque de Aveiro — carácter imperioso e duro, espécie de reliquia feudal perdida num tempo que já não estava em harmonia com as suas altivas pretensões, e num país onde o feudalismo existira

[1] Comte, *Cours de philosophie positive.*

nas ideias sem nunca ter existido própriamente nas instituíções — que o duque de Aveiro era formalmente detestado.

Nascera filho segundo, e fôra destinado para a mitra; mas a loucura amorosa do irmão mais velho, cuja fuga para Espanha com D. Maria da Penha de França, casada com Luís de Almada, deu brado naquele tempo, fê-lo logo marquês de Gouveia, e duque de Aveiro mais tarde, quando, contra uma nobre família de Espanha, ganhou a demanda que disputava à sua casa os bens e os títulos daquele ducado.

A boa fortuna exaltara-lhe a soberba, fizera-lhe do orgulho indomável uma arma perigosa. Irritavam-no até à epilepsia as audacias reformadoras e niveladoras do ministro e a subserviência e docilidade do reí. Tentou, portanto, matando êste, aniquilar o ilimitado podêr daquele.

Pelo contrário a família Távora, verdadeiramente típica da lhana e afável fidalguia portuguêsa, apenas intratável em questões de precedência de tratamento, de formas, etc., era estimada e querida em Portugal.

Mas à veia satírica da espirituosa marquesa não escapara a fraqueza mais flagrante do ministro de D. José, aquela ancia de provar com documentos a sua fidalguia, o que não é deveras permitido a um homem que em tanta maneira excedia o nivel do seu tempo, e cujo alto espírito o devia pôr ao abrigo de tais aberrações de entendimentos mediocres.

Ficaram na tradição os chasques de prosapia orgulhosa com que ela se desforçava da decadência do poder da sua raça, e do advento dessa outra potência irresistível de que Sebastião José de Carvalho foi um dos mais genuinos e mais célebres e prestigiosos representantes, e que êle no entanto parecia renegar com as suas ideias acêrca da própria fidalguia.

Desta loquacidade mordás de mulher ofendida à cumpli-

cidade do nefando regicídio vai um abismo, e conquanto a história dê uma causa mais íntima, mais justificável quási à suposta cumplicidade dos Távoras, pois se contou, e escreveu, que a marquesa filha tinha as boas graças do rei, e êsse escandalo causava a desolação de sua honesta sogra, ainda assim um triste ponto de interrogação subsiste em face dêsse processo misterioso, mais instaurado e vencido para meter espanto e terror a uma dada ordem social, do que escrupulosamente conduzido para levar a luz duma convicção inabalável à consciência dos que assistiram ao desenvolvimento das suas peripecias tremendas.

Durante alguns dias de suspensão e de indeterminada angustia ecoou vagamente no público a notícia do crime, sem que um passo sómente fôsse dado para a busca e prisão dos réus. Todos êles foram colhidos com extraordinária facilidade, quando Sebastião José de Carvalho, acordando de súbito do fingido torpor em que pareceu ficar paralizado, mais uma vez demonstrou por um golpe de irresistivel mestria a sua implacável vontade e a sua fôrça pronta e sagás.

Depois de três mêses dum dêsses soturnos silencios, cortados de anciedade sombria, que tanta vez precedem os cataclismos da natureza e os da sociedade, no dia 13 de setembro de 1758 foram cercadas as casas do marquês de Távora, D. Francisco de Assís, o vice-rei da Índia das festas teatrais e das pomposas cerimonias, do conde de Atouguia D. Jerónimo de Ataíde, do conde de Obidos D. Manuel de Assís Mascarenhas, de D. Manuel de Sousa Calharís, do conde de Vila Nova, Manuel de Távora, do desembargador António da Costa Freire, de muitas outras pessoas suspeitas, de todos os jesuitas do reino, e afinal, o que principalmente importa para a nossa história, do marquês de Alorna, D. João de Almeida Portugal, pai de Leonor, gentil e diserto cavaleiro de vinte e cinco anos, que fôra ou estava para ser nomeado embaixador em París,

e cujo crime baldadamente se procura em todos os documentos do célebre e crudelíssimo processo.

O duque de Aveiro, de todos aquele em quem incontestavelmente recáem as mais graves suspeitas de haver perpetrado o crime, ou de o ter feito executar por mandatários seus, estava na sua quinta de Azeitão, nessa Cintra da Outra Banda, onde as grandes famílias portuguesas do século XVII e do século XVIII tinham tão lindas, pitorescas, majestosas e artísticas vivendas, hoje reduzidas a ruinas abandonadas, a ruinas ignobeis, que nenhum luar de saudade espiritualiza e doura, de que nenhum culto reverente consagra a tradição melancólica.

Diz-se que êle se preparava para fugir, tendo sabido do movimento de tropas que se notara em Aldeia Galega, por onde inesperadamente passára um corpo de cavalaria, e tambêm das prisões de Lisboa, cuja notícia soára com a ropidez misteriosa com que os casos graves se propagam.

De todos aqueles a quem o ministro omnipotente desejou prender só um lograra escapar, José Policarpo de Azevedo, cuja tragica odisseia Camilo Castelo Branco há de narrar com a sua linguagem de tão máscula e inimitável elegância, de tão grave e impressionadora tristeza.

O marquês de Alorna não soube nunca a que fatalidade inexplicável devera o achar-se envolvido no horrendo trama. O duque de Chatelet na *Viagem em Portugal,* que fez muitos anos depois dos acontecimentos, e em que miudamente se refere a muitos actos da administração de Pombal, diz que foi atribuida a cumplicidade do marquês ao facto, aliás absolutamente inocente, de êle haver emprestado uma espingarda de caça ao filho do duque de Aveiro, que no próprio dia do atentado contra a vida do rei lha tinha pedido.

¿Mas quem não vê hoje, na distância em que estamos, que o fim de Pombal era muito diverso daquele que então lhe atribuiam as suas vítimas desgraçadas?! O que êle

queria era castigar, humilhar, amordaçar, inutilizar, vencer essa fidalguia da côrte, que a cada instante se erguia como um obstáculo, como um tropeço diante dos seus planos de audás reformador da sociedade portuguesa. Áspero de génio, inflexivel de vontade, de natureza cruel como todos os condutores de homens (nem com índole diversa êles o seriam), pouco se importava com a inocência ou com a culpa dêsses fidalgos arrogantes, que ousavam defrontar-se com êle em permanente oposição. O que pretendia era destruí-los de vez, ou emudecer para sempre os que por ventura lograssem escapar à vindicta da lei.

O marquês de Alorna, generoso, altivo e franco, falando alto e bom som com a sua hombridade de fidalgo, e sabendo o que dizia porque tinha ilustração e talento, raros então na sua classe — com certeza que devia ser dos mais notórios na oposição ao homem que todos julgavam *inimigo da nobreza*, e pronto a cercear-lhe os privilegios e as regalias. Pagou com uma prisão de dezoito anos êsse crime de rebeldia mental.

Enquanto se efectuava em Azeitão a captura do poderoso duque de Aveiro, e na côrte a dos outros suspeitos, reinava em Lisboa um terror súbito, resurgido após três meses de espectativa já quási adormecida, porque tinham aparecido afixados em todas as esquinas dois decretos, um dos quais datado de 9 de dezembro, em que se narrava, na emfática e declamatória linguagem do tempo, o atentado de que el-rei nosso senhor tinha por milagre escapado, anunciando-se exposta às vistas do público, na cocheira do paço, a carruagem onde el-rei ía quando lhe foram disparados os tiros; e outro, datado de 13 do mesmo mês, em que se tomavam as mais vexatórias disposições para que os culpados não pudessem fugir, ordenando várias precauções administrativas e políticas, que a tirania do tempo de sobejo legalizava.

No dia 14 de dezembro foi presa e conduzida ao con-

vento das Grilas a marquesa de Távora D. Leonor; a marquesa D. Teresa, nora desta e amada pelo rei a ponto de a poupar impudentemente em todo o processo, foi conduzida para o convento das comendadeiras de Santos, onde se conservou com uma tença regia, e rodeada de cómodos e confortos até à morte.

A duquesa de Aveiro foi para o Rato [1], a condessa de Atouguia para Marvila; a marquesa de Alorna e as suas duas filhas, crianças adoráveis de seis e sete anos foram para Chelas.

Criou-se uma junta ou tribunal chamado da *inconfidência,* presidido pelos três secretários de estado, e o lúgubre processo correu envolto em profundo segrêdo, conhecendo-se apenas que seguia o seu curso pelas prisões que vinham de vez em quando sobresaltar Lisboa, fazer tremer de horror a mais qualificada fidalguia da côrte, e povoar de altos dignitários e de cortezãos, outrora valídos, os fortes do Tejo e os cárceres do estado.

Ainda hoje se não sabe o que no seio da junta se passou. Previu-se porêm, desde logo que ía mais longe, do que primitivamente se podera supor, o alcance e a significação dêsse processo, eivado da terrível pecha de todos os processos políticos em que os réus já vão responder ao tribunal préviamente sentenciados. Tal foi o sistema do absolutismo triunfante em todas as fáses da sua história, em todos os pontos em que o seu poder se exerceu; tal foi o sistema do jacobinismo violento da convenção, e do *comité de salut public* na França revolucionária, e o sistema da França napoleonica, no processo do joven duque de Enghin — o sangue de Condé!

---

[1] Chegou esta, para comer um duro pão regado com lagrimas, a ser creada das freiras e andar descalça, vestida de chita, como a última das mendigas.

*

A 13 de janeiro de 1759, por uma madrugada nevoenta e triste «por entre castellos pardacentos de nuvens esfumaradas, que a espaços saraivavam bategas de aguaceiros glaciaes», a cadeirinha da marquesa de Távora D. Leonor chegou ao largo de Belêm, onde se erguia o cadafalso em que toda a sua família ía expirar.

O fúnebre cortejo constava primeiramente dum esquadrão de dragões, em seguida dos ministros criminais que tinham julgado o proceso iníquo, e que vinham a cavalo, uns com a toga, outros de capa e volta. O corregedor da côrte atrás dêsses era quem precedia a caixa negra entre dois padres, onde a marquesa se dirigia ao suplicio.

Alas de tropa cercavam o prestito.

«Á volta do tablado postaram-se os juizes do crime, aconchegando as capas das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas que rolavam e vinham jofrar espumas no parapeito do cais. Havia uma escada que subia para o patibulo. A marqueza apeou-se da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degrau da escada, e confessou-se por espaço de cincoenta minutos. Entretanto martellava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se pregos necessarios á segurança dos postes, aparafusavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu entre os dois padres a escada, na sua natural attitude altiva, direita, com os olhos fitos no espectaculo dos tormentos. Trajava de setim escuro, fitas nas madeixas grisalhas, diamantes nas orelhas e n'um laço dos cabelos (tinha sido presa ao saír dum baile na embaixada ingleza), envolta n'uma capa alvadia roçagante.

«Assim tinha sido presa um mez antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camisa nem o lenço do pescoço.

«Receberam-na três algozes no topo da escada, e mandaram-na fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida.

«Depois, mostraram-lhe um a um os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miudo como haviam de morrer seu marido, seus filhos e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o masso de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as tesouras, as aspas em que se haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos, e explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostraram e o modo como ella repuxava e estrangulava ao desandar do arrocho. A marqueza então succumbiu, chorou muito anceada, e pediu que a matassem depressa. O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar n'um banco de pinho no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou devagar, horrendamente devagar. Ella sentou-se. Tinha as mãos amarradas e não podia compor o vestido que caíra mal. Ergueu-se e com um movimento do pé concertou a orla da saia. O algoz vendo-a; e ao pôr-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço, — *não me descomponhas* — disse ela, e inclinou a cabeça que lhe foi decepada pela nuca de um só golpe [1]».

Fazemos a longa transcrição do suplício da marquesa, porque, depois de Camilo ter deixado fundida em bronze esta escultura de soberbo horror, parecia-nos artístico sacrilégio qualquer tentativa de imitação ou de aproximação. Isto que aí fica escrito é definitivo, é inultrapassável. Ao lê-lo as carnes arrepiam-se, e aquele vento de que fala a escritura passa sôbre as nossas cabeças, pondo-nos os cabelos em pé.

A carniceria continuou lenta, medonha, infindável, sob o nevoeiro sinistro e o plumbeo céu triste e calado.

---

[1] Camilo Castelo Branco.

Depois da marquesa de Távora, o primeiro a morrer entre suplícios foi José Maria de Távora, o filho segundo dela, creança de vinte e um anos, mimoso pagem louro, cuja beleza de Efebo comovia os corações mais duros. Levava o seu lindo traje preto de cortezão, e meias de sêda côr de pérola. Supremo requinte de graciosa e juvenil garridice!

Quantos sonhos em flôr desabrochariam sob aquela fronte de adolescente...

Front pâli sous des baisers de femme,

... que tanta vez se iluminára com a esperança da glória ou se espiritualizara de fugaz melancolia em caprichosos e vagos devaneios de *Cherubin*.

E no emtanto êle, que não conhecia nem de nome a maldade ou o odio, teve o seu corpo aspado, quebrado, esmigalhado pelos ferozes instrumentos do mais bárbaro suplício, em castigo dum crime que não sonhára em cometer.

Atrás dêle morreu o irmão mais velho, o marquês Luís Bernardo, esposo daquela a quem a crónica escandalosa do tempo atribuía a cumplicidade num adultério régio.

Depois o conde de Atouguia, seu cunhado, e os três réus vilões, que apareceram, descalsos, em mangas de camisa, e que até ali, na promiscuidade do sangue e do suplício tiveram, como insignia que os separasse dos seus fidalgos companheiros, aquele ignóbil desalinho que parecia roubar-lhes à morte a dignidade...

Depois dum intervalo em que os carrascos descansaram, seguiu-se o suplício do marquês de Távora Francisco de Assís, o velho general encanecido no serviço público, e do duque de Aveiro, talvez de todos o único culpado, e por fim o de António Álvares Ferreira, o sacrílego executor do crime pelo qual todos morriam, o que dera na sagrada pessoa de el-rei nosso senhor, — à hora em que êle regressava ao paço da Ajuda depois duma nocturna excursão de

galhofeiro e amoroso Jupiter — o tiro que lhe havia rasgado a preciosa carne do seu braço.

Durou dez horas o nefando espectáculo a que uma turba enorme, mosqueada de medonhas caras negras de olhos fuzilantes, assistia com mórbida, perversa e brutal curiosidade.

*

Estremece-nos a alma de piedade e de pavor ao relembrar que há século e meio apenas era, não direi sómente permitido, mas, o que é mais, sancionado pela jurisprudência humana tamanho acervo de inolvidáveis horrores. E isto não só neste canto da península, neste limite extremo da Europa, afastado então de todo o convivio scientífico com o resto do mundo, mas ainda na própria França, onde pela mesma época, pouco mais ou menos, a canivetada de Damiens — um doido! — em Luís XV era castigada por um suplício muito mais atrós, se em tal inferno pode haver gradações, e pelo menos muito mais fecundo em requintadas invenções de horror, porque nas feridas abertas a tenazes rubras, até chumbo derretido lhe deitaram, esquartejando-lhe depois o miserável corpo atado a quatro cavalos robustos incessantemente chicoteados pelos algozes praguejantes [1]. ¿E sabem quem ali, naquela cidade onde reinava o idílio *pompadour* e as graças pastoris de Watteau e de Bernis assistia ao medonho espectáculo canibalesco? Era nas janelas da praça de Grève, alugadas por alto preço, toda a nobreza e toda a alta finança. Era *la cour et la ville* em pêso, que viera, com a ferocidade que tanto aproxima as civilizações apodrecidas da barbarie extrema, saciar-se perversamente daquela tortura e daquele horror!... Nesse ponto, Portugal *menos civilisado,* deixára à ignóbil turba-multa das praças e das vielas o privilégio

[1] Michel Chevalier, *Le marquis de Pombal. Revue des deux mondes.*

de tão doce vista! A França não! Eram as suas marquesas de altos penteados voluptuosos, de riso cristalino, o riso que ecoava pelos salões esplendidos de Versailles, que íam ali cevar-se de sensações violentas e de fremitos de agonia! Eram as suas financeiras opulentas, as suas actrizes afamadas, a *élite* intelectual daquele mundo falso e garrido, que aplaudia a tragedia repugnante e atrocissima, achando já sem sabor para o seu gosto embotado a inspiração soberba do Cid ou as ardentes objurgações de Hermione e de Fedra...

*

Os adversários do marquês de Pombal atribuem *exclusivamente* ao ministro de D. José a culpa desta execução, que fez naquele tempo estremecer de horror a Europa, sobretudo porque eram da mais alta fidalguia os executados; mas o historiador imparcial terá de reconhecer que, embora a índole naturalmente dura do marquês não recebesse do trágico acontecimento a impressão que ela devia inspirar-lhe, embora lhe houvesse sido possível obstar à morte cruel de alguns dos padecentes, a verdade é que a responsabilidade do espantoso caso cabe tanto ao ministro e ao rei, que não perdoaram, como aos juizes abominávelmente subservientes que subscreveram a sentença e julgaram o processo, como ao tempo, aos costumes relaxados e crueis simultâneamente, à completa incapacidade que ainda então havia em todos os povos, de dar à *vida humana* à *dor humana* a suprema importância que nós hoje, bem mais felizes, aprendemos a dar-lhe.

¿Tão duro como era Pombal, tão inflexivel e energico de vontade como êle, podia um ministro de hoje mesmo ao abrigo da lei escrita, permitir tais crimes?

Não deminuiu talvez a sôma de bem e de mal arbitráriamente dividido pela humanidade, mas diminuiu dum modo extraordinário a possibilidade em que ela está de ex-

pandir à vontade os seus instintos crueis. Se, como diz Spenser, o progresso se faz muito mais sentir na inteligência que na moral, em todo o caso a inteligência domina bastante o homem social para amordaçar permanentemente nela a fera primitiva. Se não lucra o princípio abstracto da moral, lucra certamente e muitissimo a civilização, a vida do homem, a segurança dos indivíduos, a ordem das sociedades.

Quem, pois, tentar arrancar ao livro do passado uma das suas páginas e convertê-la em história, não poderá fazer juizos absolutos, nem sujeitar a um critério que não seja relativo os acontecimentos e os homens que descrever e julgar. O tempo estabelece entre os mesmos factos passados em momentos diversos as diferenças mais profundas.

O crime de hoje pode ter sido a razão de estado de hontem. A crueldade implacável dum homem do antigo regimen não tem a significação e o valor que as nossas actuais ideias lhe dão. O passado está cheio de factos que para nós são crimes e que foram nele heroicidades. ¿ Que lista enormissima de algozes, desde Torquemada, não conta a inquisição, e no entanto foram criminosos todos êsses homens que obedeceram ou julgaram obedecer a uma lei de salvação pública e de polítita suprema? Quantas execuções sumárias, quantas crueldades ináuditas e atrozes não ordenaram Gama, Albuquerque, Pacheco e Pizarro, os nossos heroes peninsulares! ¿E mereciam êsses homens sentar-se então no banco de ignominia em que hoje se punem crimes tais?

Deve notar-se, entre parentesis, que sendo a fraqueza de vontade um dos característicos da alma portuguesa, os homens que entre nós mais destacam, é pela dureza de aço do seu querer que se distinguem! Exemplos: o infante D. Henrique, que deixou morrer o irmão em Fez, mas não cedeu um apice do que entendia necessário à grandeza da patria que ilustrou; todos os capitães *terriveis* que acabamos

de citar, e cuja vida está cheia de actos duma suprema e implacável fôrça; finalmente Pombal em quem a *vontade* é positivamente a faculdade predominante.

De resto não se pode ser político, isto é, exercer esta imoral sciência, que nenhum esfôrço de coração, nenhuma alta aspiração espiritualista conseguirá tornar nobre e bela, senão escravizando sob a pressão duma energia bronzea as fraquezas que nos circundam!

Foi sempre êste o sistema dos grandes políticos.

Luís XI foi um dos principes a quem a França mais deveu. Aniquilou o feudalismo, destruiu o poder dos grandes vassalos, cuja indisciplina selvagem se opunha à centralização e à grandeza da pátria francesa! Quantos crimes na vida de Luís XI, que a posteridade se não atreveu a julgar com demasiado rigor, vendo que êle obedecia a uma razão poderosa do bem pátrio e de salvação civilizadora, vendo sobretudo que se êle matou perseguiu e rebaixou os poderosos, levantou os humildes, e protegeu contra a tirania dos grandes o seu *pobre povo* oprimido!

D. João II fez julgar também — com que irrisório julgamento! — o duque de Bragança, e apunhalou o duque de Viseu, e no entanto Portugal considera-o um grande rei, e Izabel a Católica chamava-lhe o *homem*, achando nele, por excelência, o tipo da energia e da prudência regia.

Todas as execuções de Rechelieu foram feitas, como as de Pombal, ao abrigo da jurisprudência do seu tempo. Chalais, Marillac, Montmorency, Bouteville, todos responderam perante tribunais criados para o caso, de comissões e juntas nomeadas à maneira do tribunal da inconfidência, e todos foram implacávelmente sacrificados à política monarquica e centralizadora do ministro.

Anular o terrível efeito da dispersão de fôrças políticas do país, robustecer a monarquia, destruíndo a nobreza, poder intermediário entre ela e o povo, e que a neutraliza muitas vezes, preparar *inconscientemente*, pelo advento e a

exaltação da classe média, a democracia de hoje — e é esta a obra que durou de tantas empreendidas pelo marquês de Pombal — tal foi a sua missão, superior nalguns pontos à sua própria vontade, da qual êle nem sempre teve a consciência definida e clara.

Rechelieu também teve um único fim: crear a monarquia una, poderosa, que depois foi a de Luís XIV. ¿Também êle — e quem lho havia de vaticinar que o não indignasse furiosamente? — foi um predecessor terrível do terrível Robespierre, um preparador inconsciente da revolução burguêsa de 89, e nesse ponto as ideias dos dois ministros e o resultado final da sua obra parecem-se imensamente.

No entanto Rechelieu e Pombal morreram sem remorsos do que haviam feito, julgando ter obedecido à divisa que era de ambos: *Salus populi suprema lex est.*

Esta mesma doutrina atroz, mas como nenhuma eficaz, salvou a França, pelo *terror*, da invasão estranjeira, da desmembração e da ruina.

¿Quem pode aplaudir os medonhos crimes do *terror?* ¿E quem não sabe que o povo francês lhe deveu a salvação?

A linha recta, a inflexibilidade terrível, a implacável resolução são os predicados e também os defeitos dêsses políticos sombrios, dêsses sinistros estadistas — para quem o fim justifica todos os meios — e o indivíduo em si não passa dum zero, e só tem importância a sociedade, exactamente como para a implacável natureza só tem valor a espécie.

Não nos espanta por isso conquanto nos encha o coração de lagrimas, essa execução dos fidalgos, que está na lógica da ferrea política pombalina.

Mais nos repugnam — porque não tiveram a mínima influência política, — as longas clausuras, as lentas dores inflingidas friamente em dezoito longos anos de prisão a tantos inocentes!

O marquês de Alorna foi um dêles, e em Chelas a esposa e as duas pequeninas filhas, agradeciam a Deus, de

mãos postas, diante do altar onde a extrema piedade ortodoxa duma, e o poetico instincto religioso das outras as prostravam, a graça infinita que Deus lhes fazia, em conservar ao menos com vida, embora no desamparo e no frio, e na privação de tudo, embora nas masmorras da Junqueira, aquele querido ausente, que podia, tão bem como os outros, ter expirado em tratos no cadafalso de Belêm. É a sombra tenebrosa e gigantesca dêsse cadafalso, em cuja história, por isso mesmo, nos demorámos tanto, que vai enublar a mocidade, que vai exaltar intensamente a viva imaginação de Leonor de Almeida, a heroína dêste livro.

CAPÍTULO II

Leonor em Chelas. — Antiguidade e origem dêste convento. — Vida conventual. — As cartas do marquês de Alorna a sua mulher. — Não são escritas com sangue. — Correspondência entre Leonor e o pai. — O incidente entre Leonor e o arcebispo de Lacedemónia. — Versão correcta e autentica dêste incidente que anda desfigurado nas biografias de Leonor. — Estudos. — Leitura dos filósofos franceses. — Lutas de Leonor com o pai, a mãi, a condessa do Vimieiro. — O esquecimento do passado e do presente procurado no estudo. — Confiança que Leonor tem no pai. — Festas de Chelas. — Outeiros. — Representação de Atália. — Intermedios jocosos. — Coragem e alegria de Leonor através de todo o seu infortunio. — O problema religioso. — Ilusões simpáticas do espirito de Leonor. — O marquês de Alorna condena Voltaire a ser queimado. — Admirável resposta de Leonor. — Discussões acesas de Leonor com os confessores do convento. — Lutas de consciência. — Antagonismo entre Leonor e o seu meio. — Fantasticos projectos de salvar seus pais. — Cartas a Luís XV e a Voltaire. — Mau francês e optimos sentimentos. — Controversias literárias e poeticas entre o marquês de Alorna e Leonor. — Bom senso e bom gosto do marquês. — O que Leonor diz a respeito do amor. — A Zamparini e várias anecdotas da côrte. — O marquês de Gouveia e Maria de Almeida. — Entusiasmo com que Leonor antevê a factura existência dos seus no campo. — Influência de Rousseau. — Dois projectos de casamento para Leonor. — Retrato dum fidalgo ignorante. — Versos de Chelas. — Os sonhos de Leonor. — O principe azul. — Morte do rei que vem libertar a família de Alorna.

Como no anterior capítulo foi dito, a 14 de dezembro de 1758 entravam a marquesa de Alorna e suas filhas Leonor e Maria, no convento de Chelas. Fica, como se

sabe, nos subúrbios de Lisboa êste mosteiro, ao qual frei Luís de Sousa consagra longos períodos de que citaremos os que seguem:

«Junto á cidade de Lisboa, ao norte della, em distancia de quasi uma legua, ha um vale por copia de quintas e frescura de hortas e pomares assaz deleitoso, que chamam Valle de Chellas. Havia nelle pelos annos em que vamos, de 1223, uma igreja tão antiga na primeira fundação que, sem haver quem disso duvidasse, se referia ao tempo em que a primitiva igreja florescia com favores do céu e perseguições da terra, porque sendo regada com rios de sangue de infinitos martyres, que cada hora padeciam, tomava forças do mesmo ferro e fogo com que era perseguida, e ía crescendo e pullando, e tomando posse do mundo. Assim é cousa certa que deram occasião a se fundar esta igreja os gloriosos martyres S. Felix e Santo Adriano, porque padecendo ambos em tempo de Diocleciano imperador, animosa e santamente pela fé, Felix em Gerona de Catalunha, aonde veiu buscar o martyrio, fugindo da cidade Scilitana em que nascera, e da de Cesaria em Africa, onde seus paes o creavam no estudo, e Adriano sendo martyrisado em Nicomedia de Bithinia, por varios casos, e em tempos differentes, vieram as santas relyquias de ambos, com muitas doutros companheiros do martyrio aportar neste vale, e no logar da igreja onde naquelle tempo chegava o mar, que agora lhe fica longe quasi meia légua. Foram os mártires conhecidos pela relação de quem os acompanhava, mas logo reconhecidos e reverenciados por meio de esclarecidos milagres que obraram.

«Edificou-lhes igreja a devoção de Lisboa, e foram honrados nella debaixo do nome de S. Felix, ou porque padeceu em terras de Hespanha, ou porque foi o primeiro em chegar ao valle; e em testemunho da grande antiguidade ficou com o nome quasi trocado no povo, chamando-se S. Pero Fins de Achelas.

«Na entrada dos mouros, que depois succedeu, de crer é que o medo e a confusão que por castigo do ceu opprimia os animos, usaria do remedio mais facil para salvar as santas reliquias, que era enterral-as no mesmo lugar e encomendal-as aos mesmos santos [1].

. . . . . .

«Lançados os mouros de Lisboa pelo braço e valor de el-rei D. Affonso Henriques, purificadas as igrejas que ainda havia em pé, e reedificadas pouco a pouco as que estavam em ruina, foi povoada esta de frades, o que se vê das provisões e outros instrumentos autenticos do cartorio della, que particularmente vimos, notámos e cotámos» [2].

Parece que os mouros reconquistando Lisboa aos leoneses expulsaram de Chelas seus habitantes, e converteram a igreja em mesquita, porquanto el-rei D. Afonso Henriques, tratando de purificar e restituir ao culto divino vários templos que os infieis tinham profanado, fôra um dêles o convento de Chelas, sendo celebrante o bispo de Lisboa D. João Peculiar, e assistindo o soberano à cerimónia da purificação e ao descobrimento e transladação das reliquias que estavam em duas caixas de mármore, as quais foram colocadas na capela mór, de modo que ficaram servindo de altares de S. Félix e de Santo Adrião [3].

Primeiramente foi o convento duplex, e povoado pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Deixou depois de ser duplex, e só nele ficaram religiosas; não se sabe, porêm, o ano em que isto sucedeu.

O que, porêm, de tudo que acêrca dêle se escreveu pode com certeza deduzir-se, é que êste convento de Chelas é dos mais antigos e memoráveis das imediações de Lisboa.

A porta principal da entrada é dum lindo gosto ma-

---

[1] Frei Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos.*

[2] Idem.

[3] Manuel Bernardes Branco, *Hist. das ordens monásticas em Port.*

nuelino. O convento vasto, mas sem nenhuma beleza de arquitectura digna de nota. O côro em 1883 ainda se podia considerar um pequeno museu[1] onde se encontravam várias obras artísticas, tais como quadros, jarras de merecimento, imagens de prata, loiças do Japão, etc.

*

Não se recomendavam pela austeridade da clausura nem pelo ascetismo contemplativo das monjas os conventos do século XVIII em toda a Europa ocidental.

Passára havia muíto o tempo dos milagres, das visões místicas, da *loucura da cruz*. Já ninguêm se supliciava em martírios duma pungitiva delícia, na expiação de grandes paixões terrenas, ou na esperança ardente duma sonhada bemaventurança. Um frigido sopro passára, esterilizante e devastador, pelas almas e pelas consciências do tempo.

Leonor de Almeida não teve, pois, a sentir ali uma pressão que em parte alguma já existia nessa época. Pelo contrário; seria doce e calma a vida conventual para quem não tivesse lá dentro um desgosto a minar-lhe a existência.

Reflecte-se uma espécie de suavidade íntima, de alegria transcendente no rosto das mulheres consagradas desde a mocidade à vida do claustro ou às missões da caridade. Despindo as tumultuosas paixões e as intermitentes alegrias humanas, elas despem tambêm a faculdade de se interessarem, de se entristecerem, de vibrarem ao influxo dos sentimentos mundanos.

Apagado nas almas o sombrio ascetismo mediévico, essa nevrose de que o mundo cristão sofreu tão intensamente durante séculos, ficou a doce calmaria conventual a substituí-lo. As rezas variádas, as minuciosas práticas do culto, o cultivo caprichoso das mais lindas e cheirosas flores, a

[1] Manuel Bernardes Branco, *Hist. das ordens monásticas em Port.*

producção geitosíssima de flores artificiais, de paramentos ricamente bordados, de doces em que se exibia a fantasia colectiva de cada convento, as distracções inocentes que dava a cada uma êste trabalho, para todos proveitoso, a tagarelice natural a pobres mulheres ignorantes sem responsabilidade de árduos deveres nem compreensão nítida do seu sacrifício, as visitas à grade de parentes e amigos enchiam ali o monótono giro dos dias e dos anos.

O século XVIII tinha também os seus *outeiros,* as suas *eleições,* as suas festas de locutórios e de igreja.

Acudiam poetas às solemnidades do *abadessado* e, desde Filinto até Bocage, quantos ali fizeram brilhar o seu engenho, glosando motes, improvisando sonetos, repetindo quadras e decimas amaneiradas e requintadas. Os filhos segundos das primeiras casas do país interrompiam então as tropelias de toureiros, as arruaças nocturnas com que se deleitavam em assustar o burguês pacífico, e vinham também espreitar sob o véu que a meio lhes ocultava o rosto, os lindos olhos coriscantes, os rubros lábios risonhos, as morenas faces penugentas como pêssegos, das suas primas e parentes, as lindas noviças, as doces raparigas destinadas ao serviço de Deus, por não haver cá fora quem as quizesse sem dote, ou por não consentirem as famílias que elas deslustrassem a sua altiva prosápia em casamentos menos dignos da preclara origem do seu nome.

Era um tempo estranho êste. A crença primitiva embotára-se nas almas, deixando ainda nos lábios o seu vocabulário especial, a sua técnologia sagrada. Ninguêm se revoltava ainda abertamente contra os abusos dum regimen religioso e político que, degenerando da sua nobre origem, tinha conservado os defeitos e perdido as grandes qualidades que o haviam feito longamente viver; ninguêm se revoltava em palavras, mas as obras correspondiam ao relaxamento de toda a disciplina, à tibieza crescente de toda a fé.

Leonor de Almeida, dentro do convento de Chelas, pôde, mercê dessa transformação completa da disciplina conventual, ler, pensar, instruir-se, formar uma concepção pessoal do mundo e da vida, sem que ninguêm ousasse intervir no fôro íntimo da sua juvenil consciência.

Ninguêm, engano-me. Intervinham amiudadas vezes o pai, a mãe, a amiga mais querida de Leonor, a condessa de Vimieiro, Teresa de Melo Breiner, a quem ela, em versos e cartas, chama poeticamente e arcadicamente à moda do tempo, a sua Tirce. Mas a todos estes ela iludia com hábeis sofismas, ou contradizia com rigorosos argumentos. O mais penetrante espírito com que o seu se correspondia era o do pai, o marquês de Alorna, muito mais ilustrado, muito mais inteligente que o vulgar da sua classe e do seu meio, mas imbuìdo de muitos dos preconceitos de ambos.

Temos felizmente à vista parte das cartas inéditas dirigidas por Leonor de Almeida ao marquês seu pai, e por elas podemos reconstruir a vida das três senhoras no convento de Chelas, modificando e corrigindo com a publicação de documentos autenticos alguns dos erros que se notam no prólogo às obras poéticas da marquesa, publicadas em seis volumes no ano de 1844.

Nesse prólogo, que não trás nome de autor, mas no qual se sente a inspiração da filha da marquesa de Alorna, D. Henriqueta, então dama camarista da senhora D. Maria II, se diz que o marquês de Alorna, pai de Leonor, escrevia à esposa do seu cárcere da Junqueira, tendo por tinta o próprio sangue. Exagêro romanesco êste, que se acha desmentido no prefácio do folheto escrito pelo próprio marquês de Alorna, e publicado mais tarde pelo presbítero José de Sousa Amado, sob o título que damos em nota [1].

[1] *As prisões da Junqueira durante o ministerio do marquês de Pombal*, escritas ali mesmo pelo marquês de Alorna, uma das suas vítimas.

Citemos o período que explica e esclarece êste ponto importante da vida do prisioneiro:

«Naquelas prisões, onde por tanto tempo gemeu a innocencia e o merecimento, os presos eram privados de tinteiros, talvez pelo receio de se relacionarem uns com os outros, ou com suas familias. O autor, porem, desta memoria excogitou um meio que muito bem lhe surtiu, para haver tinta; e foi lavar os pés das cadeiras que lhe deram pintadas de vermelho, com o vinagre que lhe ia ao jantar».

Foi com esta tinta, dum roseo desmaiado, que temos à vista, que o marquês escrevia à mulher e à filha.

Sem serem própriamente as clássicas masmorras de séculos mais crueis do que êste, que ainda o era tanto, os cárceres da Junqueira eram suficientemente escuros e lobregos e infectos para que não seja necessário acrescentar à sua história tenebrosa a lenda do sangue usado como tinta pelos prisioneiros desgraçados.

Em algumas das celas em que os presos viviam — como, por exemplo, na do marquês — tão debil era a claridade do dia que penetrava por uma estreita fresta, que a luz tinha de estar perpetuamente acesa para que os infelizes que ali habitavam pudessem escrever ou ler ou remendar os seus miseráveis andrajos [1]. Por falta de tratamento e de curativo ali enlouqueceu o conde de S. Lourenço, ali morreram o conde de Obidos e o conde da Ribeira. Ali sofreu inocente, a mais atrós miseria D. Martinho de Mascarenhas, o filho do duque de Aveiro, conhecido entre os presos pelo *Marquezito,* e a cuja caridade engenhosa, a cuja bondosa solicitude o pai de Leonor tanto deveu na sua enclausuração. O marquês de Alorna foi, porêm, dos poucos que suportaram em plena integridade mental, e sem

[1] *As prisões da Junqueira durante o ministerio do marquês de Pombal*, escritas ali mesmo pelo mesmo marquês de Alorna, uma das suas vítimas.

grandes sofrimentos físicos êsse período tenebroso e cruel, êsse período de tormentosa perseguição que durou dezoito anos.

As cartas de Leonor, e algumas do marquês, que tivemos a fortuna de ler, revelam os finos quilates dêsse carácter de fidalgo, fiel à religião em que se criára, e na qual achou conforto e fôrça para o longo suplício; fiel á instituição monarquica a cujos abusos devia a sua imensa desgraça e a dos seus, coerente consigo próprio, como se não pode ser nas épocas de transição tais como aquela em que a filha vai desenvolver-se e vai viver. O marquês de Alorna viajára, vira a côrte de França no seu ainda absoluto esplendor de etiqueta e luxo; comparára as cousas lá de fora com as nossas, e percebia a fundo a abjecta decadência em que a patria tinha caído.

No prefácio das obras, já citado, vem a narração do incidente ligeiramente cómico havido entre Leonor e o arcebispo de Lacedemónia, mas em circunstâncias que as cartas que temos à vista contradizem.

Nem o arcebispo ameaçou Leonor com as iras do marquês de Pombal, nem a condenou a dois anos de clausura ainda mais estreita do que já era a sua; nem tão pouco a gentil poetisa de Chelas lhe deu a resposta *corneliana* de que reza o prefácio. Foi muito mais pacifica e muito menos romanesca a sua entrevista com o prelado. Ouçam-na tal qual ela a narra a seu pai, em uma das suas cartas:

«Chegou meu irmão a Lisboa bem galante e estimabilissimo, não obstante as melhoras de minha mãe, o ar frígido e coado das grades meteu medo ao medico e não houve remedio de condescender com os desejos que ela tinha de o ver. Passados três dias de meu irmão estar em Lisboa fez que, muito impaciente de ver minha mãe, obtivesse um tacito consentimento da prelada, entrasse com um barril de água, que lhe custou, mas deu tudo de barato. Jantou comnosco, tivemos um dia de folga, todos

juntos, e saíu meu irmão à noite, segundo o costume conventual, o qual admite aqui infinitas pessoas com qualquer pretexto. Minha mãe estava fora da cama, muito contente com o filho, e nós igualmente com o irmão, nem por sombras imaginavamos que isto seria prejudicial a coisa nenhuma. Entretanto as freiras, furiosas contra nós, davam conta aos prelados, com o aspecto mais horroroso que é possível, e no dia seguinte veio a aia da prioresa chamar-me a mim e à mana, da parte do arcebispo da Lacedemonia. A primeira cousa que me lembrou foi responder que não queria lá ír. Mas permitiu Deus que minha mãe julgasse o contrário, e fomos ambas, eu e a mana. Ao entrar na grade apresentaram-se-nos dois homens; um dêles valia por um esquadrão, era uma baleia de rebuço em um capote de baêta usada, um daqueles cónegos que pasma *à l'aspect d'une soupe* e sem mais cumprimento com as pupilas se assentaram os nossos dois prelados. Este gordo era o inspector, e o arcebispo, de menor volume, disse: V. Ex.as podem estar a seu gôsto. Senta-mo-nos, escarrou êle, tossiu e se *rengorgeant* na cadeira, principiou: — Sua majestade, a quem constou o atentado que hontem cometeram seu irmão e v. ex.as, violando a clausura, me manda repreender a v. ex.as ásperamente, e é servido ordenar que v. ex.as não tornem à grade até segunda ordem, e que andem vestidas honestamente, e que as suas criadas se reformem nestes oito dias, passados os quais, se o não fizerem, tem a prelada ordem para serem expulsas. Eu e a mana ouvimos em silencio, modestamente, estes quatro versos, e acabada uma grande prelenga que êle fez sôbre as imunidades da clausura, respondi eu que o nome augusto de sua majestade bastava para que pessoas que tinham sido educadas com honra olhassem só com respeito quaisquer ordens, e que eu segurava a s. ex.a que elas seriam executadas com fidelidade e prontidão. Porêm, que o nome *atentado* era tão honrroroso que depois de protestarmos a nossa

obdiente submissão restava ainda pôr na sua verdadeira luz o pretendido *atentado* e convertê-lo numa acção generosa, digna da piedade dos nossos legisladores, e além disso conforme às liberdades que eram concedidas a minha mãe. Pintei-lhe com côres bastantemente vivas um filho que despreza o trabalho mais penoso para consolar uma mãe aflicta, e satisfazendo com o seu cansaço as apertadas leis da clausura. Disse-lhe que havia uma multidão de casos identicos, e que só *dezesseis anos* de pezares sem esperança de alívio davam motivo a que abusassem do nosso estado as nossas acusadoras... A respeito de vestidos os nossos não foram invejados senão por limpos, e o arcebispo mesmo se riu das respostas filosóficas *(sic)* que lhe dei e da prontidão com que me quiz logo vestir de côr à sua escolha, achando-me muito honrada, que el-rei se dignasse dar ordens em uma materia que eu muitas vezes deixava ao arbítrio do mercador... A reforma das creadas consiste em dois covados de cassa postos na cabeça. Considere v. ex.ª que dificuldades e que casos fazem rodar um arcebispo de Lisboa aqui, chamar-nos, repreender-nos, e no fim dizer-nos que não necessitavamos de enfeites *porque somos muito bonitas.* Ria-se meu querido pai, e olhe para estas cousas como merecem» [1].

Esta citação dá o estílo epistolar de Leonor de Almeida, que sómente ousámos alterar na pontuação e na ortografia, poisque ambas são muito difeituosas. Viva e pronta na replica, animosa na crise, sem covardia de genero nenhum, nem moral, nem física, e usando com facilidade e graça a fraseologia peculiar do seu tempo em que a *filosofia* intervêm a propósito de tudo. Contamos por inteiro a anecdota por não ser inteiramente conforme à que se conta no prefácio das obras poéticas da marquesa de Alorna, e por esta

[1] Correspondência inédita.

última versão ter sido inalterávelmente repetida por todos os biógrafos que se teem ocupado da nossa poetiza [1].

*

Nos dezoito anos do seu cativeiro a primeira e mais querida ocupação de Leonor de Almeida consiste no estudo e na leitura incessante de todos os livros que lhe vem parar às mãos. Não preside a essa leitura nem método rigoroso, nem critério seguro. Em Portugal, e naquele tempo não o havia nem nos melhores espíritos.

Muita vez Leonor se entusiasma por um autor que não merece êsse preito, muita vez mistura à lista de grandes mestres em literatura ou em filosofia, um nome absolutamente medíocre; outras vezes, falando de autores mais célebres, deixa entrever que os compreende mal, ou que não os compreende de todo.

Mas a sêde de saber devorante, angustiosa, intensa e viva, como uma paixão que é nela absorvente, ilude-lhe deliciosamente os longos anos, os intermináveis dias da sua estreita e monotona clausura.

Leonor estuda latim e com singular aproveitamento; estuda o francês, o italiano, o inglês, o alemão; chega a estudar o árabe! Aprende e cultiva a música, canta no côro as belas melopeias sacras da liturgia católica e conventual, e na grade, no locutório, nos serões da abadessa as cançonetas italianas com letra de Metastásio, as árias dos compositores do tempo, franceses e italianos.

Por conselho do Dr. Inácio Tamagnini, seu médico e seu amigo, põe-se um belo dia a estudar lógica, declarando ao pai que «não basta a logica natural, que isso não é

---

[1] António Augusto Teixeira de Vasconcelos; Camilo Castelo Branco, no *Dicionário Universal;* D. António da Costa, na *Mulher em Portugal,* etc., etc.

mais que um caminho andado para a saber, e por melhores que sejam as disposições, se a arte nos não diz que cousa é *proposição logica,* se nos não faz conhecer que cousa é *idéa da imaginação* ou do *entendimento,* quais são os erros que nos vem dos sentidos e quaes da auctoridade, que cousa é crítica, o que são as idéas simples ou complexas, o *syllogismo,* o *maior,* o *menor,* a *conclusão,* antimema, dilemma, soryte, etc., nada d'isto revela a natureza [1]».

Portanto, ei-la que lê com afinco o professor Félice, o padre Teodoro, e Wolfio, e Verney e Port Royal, aconselhando estes autores e estes livros ao *Marquezito* de Gouveia, companheiro de cárcere do Marquês de Alorna, e que êste sonhára dar mais tarde por marido a D. Maria de Almeida, a encantadora e fina irmã de Leonor, tão letrada ou quási tão letrada como ela, e para agradar à qual não bastam a nobreza, a elegância patrícia, a formosura viril, é tambêm indispensável a *filosofia* e a lógica!

A respeito dêste novo estudo compreendido sob os conselhos do bom médico, a quem o Marquês de Alorna manda agradecer da Junqueira, a vida e a conservação da martirizada esposa, e a educação intelectual da sua talentosa filha, eis como o pai lhe responde inteiramente ao corrente do assunto versado:

«Parece-me muito bem o estudo da logica, de que depende tudo quanto cabe no discurso humano, e muito particularmente a poesia e a rethorica.

«D'esta ultima arte tambem seria conveniente que visses algum tratado.

«N'esta materia bem sabes que te tenho fallado ha muito tempo. A logica que algum dia te inculquei foi de Port Royal. Não conheço a de Mr. Félice, mas como n'essa materia não se pode inventar nada de novo tudo vem a

---

[1] Correspondência inédita de Leonor de Almeida.

dar no mesmo, com mais ou menos impertinencia. É estudo algum tanto fastidioso, principalmente para os que têem mais logica natural, mas os d'esta casta em pouco tempo o poderão devorar, e melhor é que se não dilatem n'elle com excesso, porque n'esta materia o demorado artificio faz algum damno á boa natureza. Esta casta de lição tem um certo tempo em que consiste a sua conveniencia, e da mesma fórma que é muito proveitoso ter regras para se não equivocar com falsas apparencias, como succede muitas vezes aos poetas, tambem o espirito sophistico não presta para nada.»

No meio dos seus estudos mais enfadonhos, as horas de distração são tomadas pela leitura.

Pede licença ao pai para ler Rousseau [1] e Condillac, e Diderot, e Voltaire: decora Racine e Corneille, e ainda mais, Crébillon tambêm, a quem a França chamou por muito tempo o seu Sofocles! Lê Pope, lê Boileau, lê Cervantes. Tudo que lê a encanta, sem grande crítica, sem muita finura de percepção, sem um pensamento de síntese a que tanta leitura se subordine, mas devorada de curiosidade, e justificando o dito de Fontenelle de que *basta a curiosidade para alimentar a existência..*

De vez em quando, as influências de que já falamos e a superstição implacável do seu meio, congregam-se numa espécie de conspiração contra essa insaciável sêde de saber que fatalmente ha de ir minando nela a integridade e a pureza da sua fé católica, a sua ingenuidade de menina e moça, e transformando-a numa creatura em absoluta desproporção, em mal disfarçado antagonismo com a sociedade hipócrita e beata, ignorantíssima e formalista até ao fanatismo e à demência em que ela pelo seu nascimento e posição será chamada mais tarde a viver.

---

[1] Correspondência inédita.

Então, da alma fogosa e irrequieta de Leonor sáem palavras quentes de viva eloqüência, defendendo o acesso dêsse *mundo interior* cujas visões a distráem, cujas maravilhas a enlevam, cujos prazeres puramente espirituais a trazem absorta e esquecida da vida real tão pungente e tão lugubremente solitária!...

Não, isso é que ela não consente que lhe roubem, essa vida fictícia que ela edificou com os seus livros, com os seus poetas, com os seus filósofos, com os amigos dilectos da sua inteligência ávida e curiosa!

Nem os pedidos assustados da querida mãe, que ela envolve em carícias, em cuidados, em requintes de filial meiguice; nem os conselhos prudentes dêsse pai a quem a sua alma se confessa com tão inefável e incansável ternura de todos os instantes, com quem o seu espírito tanto se compraz em conversar livremente, nem as cartas e as súplicas da amiga, entre todas preferida, a demovem do seu plano.

E êste plano é bem próprio dêsse século literário que tanto viveu pelo espírito, e que embora em Portugal não irradiasse os esplendores intelectuais que teve lá fora, ainda assim nos deu aqui alguns representantes típicos da ância de saber, de prescrutar, de sondar, de conhecer que é como que o seu cunho inconfundível e profundo. Consiste em estudar sempre, em estudar tudo, em fugir pelos interesses vivos da inteligência às anciedades extenuantes da vida quotidiana, em esquecer o presente real e concreto, pelas distrações violentas que a uma imaginação tão irrequieta e tão ardente oferecia o mundo infinito da erudição, da poesia e da arte!

E depois é necessário não esquecer que Leonor de Almeida tinha no passado um fantasma sanguinolento e trágico: o cadafalso de Belêm! Tinha no presente um pesadelo lúgubre a entenebrecer-lhe a existência, sempre que por um momento a abandonava o seu estranho sonambu-

lismo de erudita e de poetisa: o cárcere em que o pai ia consumindo hora a hora a sua virilidade florente e bela! Tinha permanentemente a pairar como nuvem lúgubre e prenhe de tempestades essa incerteza do seu destino, êsse pavor do desconhecido que o capricho e a tirania dum homem onipotente podia transformar em eterna clausura rigorosa e inquebrantável [1].

Por isso, segundo mil vezes o repete, o estudo é a disciplina que ela impoz ao espírito para o furtar ao desespero, é o seu *alibi* artificialmente inventado, com que ela se furta às visões tenebrosas que lhe enchem de angústia a mocidade.

Muito orgulhosa, muito *viva,* muito rica de energia e de fôrça espontanea, tendo uma destas organizações fadadas para o movimento, para a luta, para o desdobramento magnífico de maravilhosas faculdades complexas, ela sente quanto lhe é fácil sucumbir logo que, defrontando com o seu próprio destino, o contemple face a face, na trágica realidade que o reveste.

E por isso foge de si própria, e por isso pede ao pai com eloqùência sentida, que a deixe estudar, ler, trabalhar, para não sofrer muito, para não caír vencida a meio do seu caminho áspero e duro!

«Minha mãe diz que sempre que abre os livros que v. ex.ª sabe que eu tenho, lhes encontra uma blasphemia. É certo que o seu modo de fallar *(sic)* que é inteiramente diverso da excessiva devoção de minha mãe póde produzir êste effeito. Enfim, eu que me limito sempre ao que v. ex.ªs podem querer, procuro modelar o horror d'esta melancholica inacção com a lição que me é permitida. Leio todas as manhãs Bourdaloue ou Fénélon, e depois d'isto

[1] Correspondência inédita. Refere-se às constantes ameaças de a fazerem freira, que lhe vem aos ouvidos, trazidas por várias pessoas.

historia, poemas, logica, metaphysica, physica. São as materias de que gosto e creio que me são permittidos os livros em que me instruo, porque nenhum d'elles deixa de ser nomeado por v. ex.ª.

«A historia natural faz as minhas delicias, e se v. ex.ª me privar d'isto, seguro que me priva d'aquillo que mais me recreia. Concluindo, estou prompta para queimar mr. Buffon e todos os que me vierem á mão d'essa especie».

O pai que é, como já dissemos, um homem de sólido bom senso, que tem a prudência dos pais, aguçada pela inteligência do meio em que a filha terá de viver, não desanima e continua a aconselhar!...

Uma vez, por exemplo, escreve-lhe depois de lhe falar largamente dum refutador de Voltaire, e a respeito das obras dêste:

«... N'isto é que me fundo, segundo o que alcança o meu entendimento, para pretender que tu não leias muitas obras de Voltaire. A maior parte são dignas de fogo, assim como o teem sido das censuras da Igreja, e por esse motivo até as que não teem embaraço devem ser lidas com cautela. Este auctor é tido justamente pelo mais prejudicial que tem havido ha muito tempo, por ser catholico, e depois d'isto não tanto pela sua sabedoria como pela sua grande arte de fallar. Com effeito não será facil encontrar-se outra maior, mas ao mesmo tempo nem sei que houvesse nunca mais mal empregada, porque uma grande parte das suas obras, bem se póde dizer affoitamente que comprehendem quanto ha de peior na escola do deismo, do materialismo, do desaforo e da mais *alta patifaria*. Falla em differentes logares como nunca fallou um infiel nem hereje contra a igreja romana. Procura sempre com o maior cuidado occultar ou destruir quanto n'ella houver de edificativo, e exagera quanto póde o que se lhe tem visto de debil e humano. Essas cousas que a todos devem fazer horror, são muito nocivas aos juizos novos, vivos e

femeninos, e sem embargo de destituidas de provas, e ás vezes oppostas ás mais leves luzes naturaes, são ditas com expressões tão engenhosas que o demonio depara, e proferidas de um modo tão deliberado que fazem muitas vezes grande impressão, principalmente em quem for mais sensivel á força do consoante. Mas não é só Voltaire o auctor pernicioso de quem tu deves ter cuidado de fugir; ha outros tambem modernos de que te deves igualmente precatar, e contra os quais a lição de Bourdaloue e de Fénélon não é certamente preservativo bastante.

«O teu entendimento, tambem pódes ter a certeza que não basta, porque não houve até agora nenhum que fosse livre de tentação e de illusão; mas alem d'isto a minha conta tambem se funda em que muito maior será o proveito litterario que vocês tirem dos livros que lhe não podem preverter o coração e o juizo, do que d'esses que, por conta da moda e de um appetite cego, se arriscam a resultar-lhe grande damno. No que toca a historia natural ninguem no mundo com razão a póde condemnar. É das lições mais indifferentes que póde haver, mas sobre a de mr. Buffon, e só no que respeita a anatomia, me parece que não convem a uma pessoa do teu estado pela liberdade philosophica que tomou, etc. [1]».

Ao que Leonor, já se vê, se submete na aparência. Logo, porêm, que o conflito se declara abertamente, ela ilude a vontade dos que a cercam ou lhe resiste com pertinácia invencível, embora envolta nas formas do mais cerimonioso respeito, da mais formal submissão.

É que realmente sem êsse forte derivativo do estudo, que é nela uma ideia fixa, seria incomportável o seu destino [2].

«Em vinte e dois annos que já conto não se acha pa-

[1] Correspondência inédita.
[2] Idem.

ciencia nem philosophia bastante para soffrer inalteravelmente tanto damno sem a esperança do futuro [1].» «Estes dias (o dia dos annos da mãe) em que se renovam as memoraveis idéas que temos do passado, parece-me que trazem comsigo um peso formidavel».

E esta ideia de distraír-se violentamente para esquecer, aparece mil vezes sob diversas formas, mas sempre expressa com sinceridade espontânea.

O seu temperamento, diz ela, é muito melancólico. «Quando estou divertida não sinto nada; quando rezo, e sou tão miseravel que me não diverte isso nada, soffro infinitamente».

—«O que me custa é considerar a nossa infelicidade. É ver preso, opprimido, pobre e tão distante a v. ex.ª, é ver como se desbaratam todas as idéas de felicidade que minha mãe formou, e a impossibilidade que desgraçadamente tenho para poder desempenhar os meus desejos a beneficio de meus paes. *Estas são as causas das montanhas que tenho sobre o peito, e dos meus desfallecimentos* [2]».

É contra esta tristeza medonha que a sua impressionável e ardente imaginação reage com insólita vivacidade. E sem afetação nem fingimento, assim como descreve ao pai as torturas que a pungem longe dêle, tambêm lhe narra as distrações com que ilude ou anestesia o seu sofrer.

Nas noites de inverno reúnem-se no quarto duma. Cantam, dançam, dizem versos, falam em literatura, recitam poesias italianas.

Outras vezes há no convento exames dos respectivos estudos que teem versado.

Leonor, mais erudita e sisuda, dá conta dos primeiros oito séculos da história eclesiástica. (!) Maria, aquela doce e poética Maria que Filinto Elísio crismara em Daphne,

---

[1] Correspondência inédita.

[2] Idem.

como crismara Leonor em Alcipe, é examinada em poesia e em música!

Na eleição da abadessa acodem aos outeiros de Chelas, já celabrado por ter enclausuradas as duas lindas, discretas e infelizes filhas do marquez de Alorna, os poetas do tempo, os fidalgos tafues parentes de ambas, os belos espíritos curiosos daquela estéril quadra literária, Garção, Filinto, etc.

E Leonor, alegre e vivaz, atira-lhes da janela para o pátio em que êles se atropelam curiosos e ávidos de vê-las, os motes alambicados, os conceitos *preciosos,* ao estilo do tempo.

— Alcipe, venha mote! clamam de baixo os vates freiráticos.

E *Alcippe,* e a irmã *Daphne* e a companheira *Amaryllis* (!) respondem infatigáveis, e as décimas chovem, e entrelaçam-se os *acrosticos,* e o soneto desdobra-se monotono e falsamente majestoso, com o seu remate, que pretende ser conceituoso e que é banal, como toda essa poesia dos outeiros e dos saraus poéticos do nosso século XVIII tão vazio de pensamento e tão pobre de forma.

Um dos encantos com que Alcipe deslumbra o seu auditório consiste na memória prodigiosa que ela possue e que manifesta, repetindo a décima galanteadora ou o alambicado soneto, mal o seu autor acaba de improvisa-lo.

Há uma vibração de intensa alegria na descrição incorreta, desordenada, sem relêvo plástico, mas cheia de vida, que Leonor faz ao pai dêsses dias de agitação, de festa, de comoção literária.

Vê-se que ela foi feita para brilhar, para gosar acremente e violentamente da vida, — não da vida feita pelos obscuros e ásperos deveres quotidianos, que dessa triumfam sòmente os temperamentos contrários ao de Leonor de Almeida, os que aceitam as tarefas monotonas com resignação inquebrantável e o pêso do destino adverso

com passiva tranquilidade, os que sabem enfastiar-se com coragem e aborrecer-se com fleugma heroica, — mas da outra, da mais brilhante, que se compõe de dias felizes e noites vitoriosas, da que embriaga o espírito, da que excita perigosamente os sentidos, da que exalta em agudos espasmos a imaginação e a fantasia...

Leonor não tem, infelizmente para ela, os salões esplêndidos duma côrte artística e literária como aqueles em que brilharam Vitória Colona ou Margarida de Navarra, madame de Lafayete ou a Marquesa de Sévigné...

Não tem um centro de polida e graciosa conversação em que se toquem ao de leve, polvilhando-os de oiro, os assuntos mais fúteis e os mais áridos, os mais técnicos e os mais gerais, como aquele que, no seu tempo, em París se substituía à própria côrte de Versailles, e acabava por ofuscal-a absolutamente, aquele em que a parisiense sua contemporânea, se vingava com brilho incomparável da longa obscuridade a que a mulher fôra condenada, no qual ela surgia envolvida nos mais subtis encantos da inteligência, e nas mais deslumbradoras pompas da beleza e da elegância, raínha voluptuosa dum mundo que a arte iluminava com a sua luz azul, que a literatura impregnava do seu capitoso encanto, e onde até a filosofia se fazia ligeira, acessível e risonha para que ela a assimilasse, a propagasse, a compreendesse e lhe rendesse culto [1].

E emquanto lá fora a apoteose da mulher se celebra magníficamente, ostentosamente, no meio do requintado luxo duma época de sensualismo espiritualizado — é muito obscuramente, no ridículo outeiro dum convento do extremo da península, que esta creatura, feita para brilhar na mais ampla e mais elevada esfera, se deleita em mos-

---

[1] *La femme au dix-huitième siècle.* Goncourt. *Les origines de la France contemporaine.* Taine. Memorias. Cartas, correspondências do tempo.

trar o seu inquieto espírito, borboleta embriagada pelo néctar duma falsa poesia.

¿Mas que importa o scenário, se ela o transfigura com a sua imaginação de chama? ¿Se ela o enfeita com todas as pompas do seu espírito de sonhadora? ¿Se ela consegue ali conhecer o intenso gôso de ser admirada, de todos o mais forte, o mais entontecedor para certos organismos de excepção?

Numa das oito noites consagradas à *festa da eleição* Leonor representa com Maria de Almeida, sua irmã, algumas scenas da tragédia de Racine *Atalia*. Atalia é Maria de Almeida. Eis como ela a descreve:

—«A mana ficou linda. Estava de donaire (Athalia de donaire!) com um vestido de uma especie de velilho que se usa agora (porque a pragmatica vae-se profanando fortemente), com o fundo côr de rosa e prata, com listas negras para fazer a rainha viuva, um véu do tal velilho branco e prata, penteadas de plumas côr de rosa e negras.

«Eu ía vestida de um velilho azul claro e prata, com listas azul ferrete, que é a côr que me fica melhor. O meu vestido foi copiado de uma estampa do summo sacerdote, e tinha barbas que me chegavam á cintura[1]».

Depois desta grave tragédia racineana, houve ainda um intermédio jocoso em que Leonor reaparece vestida de *frialeira*[2], com gibão côr de rosa e prata, mantéu verde e saia arregaçada, côr de rosa, branca, côr de fogo e prata[3].

No baile que se seguiu à representação, todas as noviças de Chelas queriam dançar com as duas irmãs. É que elas são deveras lindas e deliciosas de espírito, graça, gentilesa

---

[1] Correspondência inédita.

[2] Camponesa de Frielas.

[3] Correspondência inédita.

e veia cómica. Leonor com o seu belo rosto altivo, duma correcção que não exclue o mimo, a bôca finamente e espirituosamente recortada numa linha rubra e sinuosa, o cabelo opulentíssimo que se levanta nos voluptuosos penteados do tempo, ou que se espraia em ondas pelas espáduas esculturais, inspirando à irmã versos entusiástas [1]; Maria, mais pálida, mais melancólica, de olhar estranho e doce, e cuja voz celebrada por Filinto [2] é a delícia dos serões de Chelas, como será mais tarde a delícia dos saraus aristocráticos de Lisboa, onde ela aparecerá envolta no misterioso véu de etérea graça com que se cobrem aquelas que a morte tem de colher em flor!...

*

No dia dos anos do pai, mesmo preso e distante como está, da mãe doente e triste, ou de qualquer das duas irmãs, há festa em Chelas para obedecer ao tradicional costume antigo, cuja memória não deve quebrar-se.

A iniciativa engenhosa de Leonor é que faz tudo. De dia vai ela própria para a cozinha, arregaça as mangas, põe a nú os seus braços de deusa duma plástica impecável e duma brancura lirial, e rola as finas massas, e bate as alvas espumas, e manipula os saborosos cozinhados e faz ela própria o jantar com a elegante majestade com que lavavam roupa as princesas de Homero. Depois, findos os trabalhos grosseiros do dia, vestem ambas belos vestidos de setim côr de laranja ou côr de rosa, que elas próprias cortaram e fizeram, de que inventaram ou executaram os bordados ou as rendas, e convidando alguma amiga preferida, ou mesmo descendo ao locutório e recebendo algum

[1] Obras da Marquesa de Alorna, tomo I.
[2] Obras de Filinto Elísio.

amigo dilecto, partilham com êles do seu pequenino banquete. Á noite dançam, cantam, tocam, riem até que o uso conventual as obrigue ao socêgo da noite.

Quanta vitalidade, que poderoso optimismo bebido nas suas belas e pacificadoras leituras, as filhas de Alorna não manifestam nesta reacção contra a injusta fortuna e o bárbaro destino!

Não são languidas heroínas dum romantismo bastardo, são duas organizações perfeitas, de pronta e viva sensibilidade, tão acessíveis à dor como ao prazer, tão capazes de sofrerem com violência como de gosarem com arrebatamento.

No meio da sua miséria, das suas iniquidades, da tirania negra que pesava sôbre as almas e sôbre os corpos, da superstição que nublava os horizontes, era optimista e forte o século XVIII; e os seus filhos não teriam obrado tão altas maravilhas, se a vontade fôsse neles amolecida e doente como nos seus descendentes miseráveis! A *sensiblerie* começava, é certo, a ser moda em França, e a formular-se em livros, em tratados filosóficos, em tiradas trágicas, em quadros simbólicos, etc., etc. Mas a emotividade vibrante, esta estranha doença moderna, que nos faz tão fracos, tão susceptíveis, dum melindre tão mórbido ante as próprias dores e as alheias, não existia ainda. Foi o produto duma lenta evolução que então começava. Os defeitos grandíssimos e as grandíssimas qualidades de que o passado se reveste aos nossos olhos, vem justamente dessa ausência quási absoluta de sentimentalismo e de ternura.

É isto que o faz ao mesmo tempo duro como o granito e resistente e forte como êle. Despreza a vida humana, é verdade; mas não se enternece diante das suas próprias dores, o que é um grande bem e quási que uma virtude.

Ás grades de Chelas acodem os amigos mais queridos

da família de Alorna. Garção é um dêles[1], e Filinto Elísio é outro. Nas obras do erudito escritor e nas da futura Marquesa de Alorna encontram-se as poesias que entre si trocavam os dois. Uma vez doente, e julgando-se perto da morte, Leonor consagra a Francisco Manuel do Nascimento um soneto, que ela apelida ao termina-lo:

Do rouco cysne a voz talvez extrema[2].

É Filinto quem lhe pôs o nome poético de Alcipe que ela nunca mais deixou de usar nos seus versos. A amíga mais querida, é, como já dissemos, a condessa de Vimieiro, D. Tereza de Melo Breiner, a auctora da *Osmia,* e irmã de Pedro de Melo Breiner, tambêm grande amigo das enclausuradas senhoras. Tamagnini, o conde dos Arcos, Pedro Inácio Quintela, administrador da casa de Alorna, Frei Alexandre da Silva, depois bispo de Malaca, eis os outros amigos a quem, na truncada mas preciosa correspondência que a Marquesa de Fronteira nos confiou, Leonor de Almeida se refere com mais freqùência.

Não é natural que fossem muito mais numerosos os seus visitantes do tempo em que estar fora da privança de el-rei e do primeiro ministro constituía um crime, quanto mais viver sob o permanente castigo que ambos teimavam em infligir a esta família desventurada.

Os dezoito anos de cativeiro de Leonor não teem, pois, peripécias interessantes ou dramáticas. Os únicos acontecimentos desta existência conventual, monótona e triste, é dentro do espírito da nossa heroína que temos de os procurar. Teem um interesse de psicologia, não teem nenhum outro. O corpo dela, preso dentro das grades dum convento, não pode sequer mover-se para alcançar

---

[1] Teófilo Braga, *Hist. de literatura.*

[2] *Poesias da Marquesa de Alorna*, tomo I.

a saude que naquele meio asfixiante a ia de todo abandonando [1].

Mas nunca o seu espírito repousa, pois que mil problemas das mais diversas ordens e procedências se movem e agitam dentro dêle.

Um dêsses problêmas, o mais sério para uma consciência sincera e lúcida daquela época, era o religioso. Leonor de Almeida que, com o volver dos anos, se fez estreitamente devota e intransigentemente aristocrática, era áquele tempo ledora assídua da enciclopédia, das obras de Alembert, Diderot, Helvetius, Rousseau, etc., etc. Muita vez ilude e torneia a dificuldade de conciliar esta leitura com as ordens expressas que tem do pai, apresentando só um lado das doutrinas em que se embebe, ou um aspecto dos livros que quotidianamente folheia, mas é de ver que num espírito de mulher, acessível às influências externas — e sempre espelho que reflete e não luz que irradia — estas leituras aturadas haviam de produzir o seu effeito natural.

Nesta fase activa e interessante da sua vida espiritual, Leonor partilha com muitos espíritos do seu século, educados na tradição católica, uma doce e simpática ilusão.

Ela pretende conciliar o racionalismo filosófico com a religião bebida na infância. Quer amar um Deus corrigido pela razão, uma religião mondada de superstições e de abusos, uma Bíblia que Voltaire houvesse préviamente aprovado, um evangelho em que o *Vicaire Savoyard* não encontrasse crítica alguma que apontar.

A *sã filosofia*, que estava então no seu fulgurante início, patrocinada pelos reis, pelos príncipes, pelos bispos e pelos grandes, não fôra ainda levada ao seu termo lógico por Saint-Just e Robespierre... A velha sociedade julgava possível subsistir, inteira, hierárquica, em pleno gôso dos seus preconceitos, riquezas, privilégios e excepções, des-

[1] Correspondência inédita.

moronados ao vento da ironia voltaireana, os alicerces seculares em que acentava o seu domínio positivo.

Não admira que uma criança inteligente e sonhadora, tendo tido ocasião de perceber a baixesa moral a que a superstição levara êste pais, tivesse a mesma ilusão que então deslumbrava tantos entendimentos luminosos...

Leonor sentia-se permanentemente sob a censura disfarçada ou clara dos que mais intimamente privavam com ela. O próprio pai, esclarecido como era, sentia medo ao perceber os assomos de independência espiritual que ela deixava transparecer nos conceitos, que naturalmente derivava de cada uma das suas leituras.

Vejâmos as cartas com que Leonor respondia às observações prudentes e cautelosas dêste amigo do seu coração, com quem o seu espírito melhor se entendia.

«Eu li muitas vezes as *Reflexões* de mr. de Bossuet, li parte da obra de l'Abbadie, que me fatigou, mas que tornarei a ler com mais gosto. Fóra d'isto tenho lido quanto achei a favor da religião, com desejo de fortificar a doutrina com que me crearam. Agora ha muito tempo que me privo d'essas leituras, de proposito, julgando que uma cousa superior a todas as rasões humanas escusa d'ellas; e tratando de nutrir o meu coração de virtudes que teem por fundamento esta crença, cultivo o entendimento com os conhecimentos proprios para um genio curioso, sem esperar d'aqui mais fructo que o de livrar-me da ociosidade e arruinar de alguma sorte a força da melancolia.

«Jamais entrou nos motivos da minha applicação algum espirito de singularidade e uma vaidade *gentilica* como v. ex.ª lhe chama, incompativel com a modestia de que desejo animar as minhas acções. Gosto de saber quanto cabe nas minhas forças, mas antes quero ser ignorante do que indocil [1]».

[1] Correspondência inédita.

E noutra carta sôbre o mesmo assunto a que volta freqùentemente, revelando bem a importância que êle tem para o marquês de Alorna, solícito conselheiro de sua filha, e talvez, como é natural do seu sexo, do seu tempo e da sua raça, um pouco aterrado ante uma superioridade feminina, a que êle não percebe aplicação prática de espécie alguma:

«Sobre Voltaire não acho que dizer, porque v. ex.ª entende da materia melhor do que eu. Sobre a controversia sou prohibida a fallar por todos os principios, e até devo a S. Paulo a obrigação de me escusar o meu parecer absolutamente. Comtudo elle é reputado como um grande philosopho e como o assombro d'este seculo. Eu me lastimo dos seus erros, mas não posso deixar de confessar a v. ex.ª que me vieram as lagrimas aos olhos quando vi que v. ex.ª lhe dava sentença de queima. ¿De que servem homens queimados, meu querido pai? ¿Por ventura reconhecem eles a verdade na fogueira? ¿Não é Deus só quem deve pôr termo aos nossos dias? ¿Se Deus soffre os homens miseraveis sobre a terra, que direito teem os outros homens para os não soffrer? Eu conheço que v. ex.ª tem muita virtude e muito juizo para decidir bem, mas eu que sou mulher, com o coração muito pequeno, quando se falla em matar sempre me afflijo pelo sentenciado, seja quem fôr. Não está mais na minha mão!

«Deus terá piedade da minha fraqueza se não é boa, em consequencia do preceito — de amar o proximo como a mim mesma; — queira Deus que eu não diga alguma tolice que desagrade a v. ex.ª, mas copiei o meu sentimento, e disfarça-lo parecer-me-ía peior [1]».

Este trecho é duma incomparável nobreza e até duma simplicidade eloqùente e *sentida,* bem rara no estílo de Leonor de Almeida e da geração sua contemporânea em

[1] Correspondência inédita.

Portugal. Bastava êle para justificar o que no anterior capítulo escrevemos sôbre a concepção errada e cruel que acêrca da justiça havia naquele tempo entre nós, até nos espíritos mais cultos.

O marquês de Alorna tem direito a ser contado entre um dêles, e no entanto, de animo leve, numa carta à filha escrita do cárcere, onde agonizou dezoito anos, vítima da prepotência régia e da justiça da lei, vê-se que êle condemna à *pena de queima* êsse Voltaire que defendeu Calas, e que fez ouvir a sua voz eloqùente e viva, a sua voz que tinha azas e azas de fogo, em prol de todas as vítimas da iniquidade humana, da iniquidade social, da iniquidade religiosa!

Tão pouco preço se dava então à vida do homem e ao seu sofrimento. Tão impiedosa e dura era a alma em que a superstição imprimira a sua negra influência, e que a tirania criára aos seus peitos de fera! *The milk of human kindness,* êsse leite da bondade humana, de que fala o poeta inglês, não corria certamente nas veias de nossos maiores. Foi êste século que melhor do que tudo o sentiu, o criou, o fez jorrar em mananciais permanentes da alma da humanidade, amolecida por tantas dores!... É bem verdade, e já aqui mesmo o repetimos, que pagámos com uma porção de energia êsse acrescentamento das nossas faculdades afectivas; mas abençoado o contrato que nos fez bons, muito embora nos deixasse mais fracos...

A questão religiosa vê-se que é, a par de outras que teem relação com a sua superioridade literária, a origem de maiores tormentos para o espírito de Leonor de Almeida. É tão curiosa esta fase da sua vida íntima, que não resistimos a transcrever algumas das cartas que mais a esclarecem:

«Vou-me restabelecendo com os esforços da medicina e da philosophia; uma sem outra me seriam inuteis. Leio moderadamente, porque assim o preciso para viver, e *apenas*

largo os livros não acho em redor de mim senão contradicções que me tyrannizam. A verdade e v. ex.ª, que são os objectos que me obrigam a estudar, são quem me consola das perdas que faço, talvez, na opinião dos outros. A maior parte das pessoas com quem fallo estão sempre de parecer contrario ao meu, e aquellas que concordam commigo ou não m'o confessam ou são tambem vitimas dos caprichos dos outros. As sciencias são um nome vago, insignificante, e ellas em si mesmas são reputadas como um meio de ostentação; os melhores entendem que ellas servem como um meio para saber argumentar, e não lhe vêem o fim com que eu as olho, de nos procurarem a felicidade e regularem os costumes. Hontem tive varios argumentos com o confessor de minha mãe, que sendo homem de infinito proposito e bom coração, está entestado das ideias vulgares a respeito dos philosophos modernos, e não admitte absolutamente nenhum principio honesto na applicação fora do que serve unicamente para a salvação eterna. Tudo inutiliza. Chama á poesia sciencia de pagãos, á matemática sciencia de loucos, á physica, meio de estabelecer nova religião; emfim prognostica que d'aqui a dez annos seguramente haverá alguma seita ou uma total *transtornação* do christianismo. Esforcei-me inutilmente para provar que os philosophos, ainda que erravam em muita cousa, não eram, comtudo, incompativeis com o christianismo sublime. E que a natureza que elles profundavam, era aquella obra magnifica, que mais que todas provava a existencia de Deus; que elles olhavam com respeito as suas leis, de que Deus era o auctor, e que Jesus Christo não veio senão aperfeiçoar. Inexoravel a todas as consequencias que eu tirava d'estes principios tão verdadeiros, recorreu ao ordinario meio dos que tẽem sistema e não tẽem rasão, encheu de nomes injuriosos os escriptores mais celebres d'este seculo e ás injurias e gestos apostolicos deu o valor de convicções. Pretendia tirar argumentos contra Newton e outros herejes da sua irreligião, e nunca pôde

admittir o principio de que em materia scientifica vale mais o dito dum sabio hereje, do que o de um santo ignorante.

«Eis aqui os homens de mais juizo e de maiores luzes que por cá temos!

«Eu que não quero, nem levemente, affastar-me da sujeição que devo á Igreja e ás ideias de meus pais, quero que v. ex.ª me diga o que crê a respeito d'estes pontos, em que os argumentos caíram, e que minha mãe não pode decidir, porque não estudou nem ao menos leu nada sôbre estas materias. Sendo a minha razão livre como todas, a natureza e a ternura me persuadem que só admitta o que meu pae admittir.

«Disse eu que a conquista da America tinha sido um attentado contra a especie humana, porque a conversão d'aqueles povos devia ser menos obra de cães de fila, espada e artilheria espanhola, que da razão e da brandura; que Mahomet persuadira a mentira com ferro e fogo, e Jesus Christo a verdade por meio da sua cruz e da missão dos seus apostolos, que não havia direito nenhum que permittisse tirarem-se as terras a seus proprios donos, para se darem aos tyrannos que as conquistaram. E que a bula em que se fazia aos americanos a honra de os admittir na especie humana era escusada, porque elles antes disso já eram homens. Diziam-me que devo crer que tudo isso foram obras meritorias.

«Os homens que sacrificam por principios de religião fazem-me lembrar os sacrificios de Osiris, de Saturno, de Hercules, de Marte, e tanto fanatismo me parece uma coisa como outra.

«Não me absolveu o confessor porque eu lhe disse isto, e o de minha mãe, a quem fui fallar para me dizer os termos em que havia de ficar para me absolverem, disse mil *arengas*, das quais vim a colligir que elle, no fundo, estava nos meus principios, e que o não queria confessar para o não levarem ao santo officio.

«Eu, que não tenho medo do santo officio, como não tenho medo da sem-razão e dos erros, quero saber se hei de mudar de opinião, porque o confessor me reservou a absolvição até minha total emenda. O peccado que eu confessava era o de ter dito diante de pessoas menos applicadas o meu sentimento nestas materias.

«Lembrando-me ao mesmo tempo o texto de S. Paulo, em que nos recommenda *não escandalizar* os fracos, esta imprudencia me attrahiu toda esta arenga que me tem aborrecido, porque quanto mais medito menos saída lhe acho. Os confessores são quasi todos ignorantes e gente a quem nunca exporei as minhas duvidas.

«Torquemada e outros inquisidores são no meu conceito Nero e Caligula, Cromwell [1] e outros monstros dêstes.

«Isto dizem que é peccado; será, mas é de razão e de piedade! V. ex.ª é meu pai, tem mais sciencia que os frades, e tem-me mais amor, para desejar o meu verdadeiro bem. Prouvera a Deus que me podesse confessar, escusava-me o trabalho de aturar estes piedosos preoccupados, ignorantes e fanat... este nome é prohibido. Perdôe-me v. ex.ª enfada-lo com estas impertinencias, mas só com v. ex.ª é que me entendo, meu querido pai.

«Disse eu que todos os philosophos assentaram que a terra se movia; dizem-me que eu disse uma blasphemia, porque Copernico foi condemnado e Galileu obrigado a desdizer-se.

«Disse que o clima era origem da côr negra nos homens, e que a povoação da America era um mysterio incomprehensivel, e provei estas duas proposições. Responderam-me que a maldição de Cham e não *viagens imaginarias* eram a solução. Tudo isto é ridiculo para quem tem

---

[1] A alusão a Cromwell mostra bem claramente a ignorância do tempo, e a sua falta de critério histórico. Cromwel equiparado a Caligula e a Nero! Compare-se esta ideia acêrca do grande *protector* inglês, com o retrato dêste feito por Carlyle!

lido como eu, e o partido de calar-me que eu tomo ha muito tempo, se basta para tranquilizar-me aparentemente, consterna-me porque receio que minha mãe apprehenda alguma coisa que a afflija; e assim tome v. ex.ª o trabalho de a tranquilizar sobre os meus principios, e de dizer o que quer que eu faça. Todas estas cousas compadeço eu com a pureza do christianismo. Eu olho para o evangelho e para os apostolos como meus mestres, tudo quanto os contradiz não admitto, e a Igreja nossa mãe a respeito e a olho com a mais submissa veneração. Contudo os homens são sempre homens, e assim os considero. Se eu podesse escrever quanto me lembra, v. ex.ª veria que abomino as questões, e que a docilidade é o que mais me agrada. Porem, cada um dá diversa interpretação aos termos em que argumento, e quando digo *razão, verdade, amor da ordem*, entendem-me *systema, ensino* e *transtornação;* neste termo soffrerei eternamente um martirio quasi incomportavel...[1]»

Esta carta dá-nos em flagrante realidade a lucta que nesse tempo se tratava em muitas almas piedosas e elevadas, que compreendendo a pureza inefável do cristianismo, e vendo-o interpretado por um sacerdócio ou fanático até à loucura, ou ignorante até à surdidez boçal, não sabiam conciliar contradicções tão violentas como afligidoras.

Leonor de Almeida não conta senão os combates de consciência duma pobre mulher isolada, talvez um pouco puerilmente vaidosa da sua incompleta sciência, bebida em leituras truncadas, sem método e sem guia; mas que eloqùência sublime tem essa lucta obscura quando a relacionamos com tudo que a consciência humana tem sofrido para se resgatar do cativeiro em que jazeu presa longos séculos! Com que piedosa ternura, nós as almas libertas dêste tempo, devemos contemplar os que padeceram suplícios sem conto para que a verdade relativa que hoje é nossa posse atin-

[1] Correspondência inédita.

gisse enfim a sua alforria e o seu império! Quantos martires expiaram em fogueiras, em húmidas masmorras infectas, em morticínios crudelíssimos, em hecatombes abomináveis, a aspiração que tiveram à liberdade da sua consciência, à integridade do seu pensamento, à expansão inteira da sua independência mental! E os que tinham nascido nobres e francos e sinceros, e se corromperam e degradaram rastejando na sombra corrupta da hipocrisia e da mentira, porque lhes faltava a heroicidade com que se afronta o martírio, ou porque os amolecia a sensibilidade estranha dos que sentem a própria vida identificada a outras vidas?!

E os que sofreram como Leonor a luta ingente, a luta dolorosa entre as doutrinas bebidas no leito maternal, sugeridas com infinito amor por lábios de mel e olhos de inefável brandura, e sentiram irromper da lições dos livros ou da observação dos factos, ou da lógica triunfante do espírito reflectido e lúcido, a verdade que não pode ser nem desmentida nem dominada, a verdade que batisa como água lustral, que queima como o fogo do céu, que pulverisa como raio destruindo os edifícios erguidos pelos sofismas da hipocrisia ou pela imaginação ignara das multidões?!

E grande, é imensa a dívida que contraímos com êsses que sofreram para que nós conhecessemos a tranquila beatitude e a serena alegria da consciência libertada!

E não são pueris as queixas de Leonor logo que nos lembrarmos que para pensar livremente, tudo que então valia um pouco em Portugal ou teve de fugir, ou teve de degradar-se pela mentira!

Filinto, Ribeiro Sanches, Garção, Bocage, José Anastácio da Cunha, e tantos e tantos outros lá estão a provar que o receio do confessor pusilamine não era uma desculpa vã!

E no entanto devemos confessar que quem estava na

lógica da sua crença eram os que discutiam acremente com a juvenil *livre-pensadora* de Chelas!

Não havia conciliação possível entre o velho e o novo credo.

Não se tratava do evangelho livremente comentado pelo espírito individual, tratava-se da Igreja, poder político e poder social, ao mesmo tempo que era poder religioso, e cujos dogmas definidos, rigorosamente formulados, por um clero que, depositário da verdade, a tinha traído em benefício dos seus interesses, formava hoje um corpo que ou havia de triunfar inteiro ou inteiro caír.

O confessor da marquesa de Alorna, profetizando para dali a alguns anos o cataclismo supremo em que a velha sociedade se afundasse, revelava um tino, uma previdência e uma penetração bem raras no clero português daquela época, e muito superior, em todo o caso, à filosofia optimista e à incoerência anti-católica da sua contendora juvenil.

Com certeza que a esta carta comovedora, escrita ao pai, e que é como a confissão palpitante duma alma sincera, e que busca entre agonias a verdade e a luz, o marquês, mais lógico consigo próprio e com a educação que lhe tinha modelado e formado a inteligência, respondeu pondo-se francamente do lado da autoridade e da tradição contra a indisciplina da filha e a *vaidade gentílica* do seu entendimento.

Mas não se limitou a esta escaramuça entre ela e os dois confessores a inquietação da consciência de Leonor.

A amiga Tereza de Melo Breiner escreveu-lhe, lamentando a sua indocilidade aos conselhos da Igreja, e mais duma vez ou a chistosa ironia ou a grave reflexão de Leonor dá lugar a conflictos entre ela e a mãe, ou a amiga, ou os frades que a cercam.

A erudita reclusa conhece os textos dos doutores, as opiniões de S. Paulo, de Santo Agostinho, de Tertuliano,

as conclusões dos concílios, as matérias sôbre que versam as diversas bulas, e confunde não raro os seus adversários, mostrando-se muito mais instruida do que êles nos assunptos que debatem em perpétuas controvérsias.

Mais uma carta sôbre o mesmo assunto, e com respeito à condessa do Vimieiro: «Já vejo que v. ex.ª tem curiosidade sobre o que diz Tirce[1] a respeito dos philosophos. Na realidade, esta estimavel amiga, o unico defeito que tem é a tenacidade em certos pontos, e persuadida uma vez de que a philosophia era o movel das minhas acções, independente de outros principios mais sagrados, é impossivel arrancar-lhe dos miolos esta preoccupação. Na carta que ha mais tempo me escreveu e a que deu origem a graça de D. Alexandre[2], discutia largamente esses pontos, e eu dei a resposta que então me pareceu rasoavel e digna de mim e d'ela»... «A consideração que eu faço dos inferiores, o desprezo das acções más commettidas por fidalgos, o odio á injustiça e a contradicção que isto tem com o systema de certa fidalguia ridicula que governa o mundo, são pontos críticos, e quem vê por outro modo as cousas não me dá as desculpas, nem a rasão que eu mereço. Tirce (condessa de Vimieiro), que é uma santa, parece-lhe muito a propo-

---

[1] Era assim que Leonor chamava à amiga Tereza.

[2] Refere-se a um caso assim narrado noutra carta: «Alexandre de Sousa, que é uma das pessoas mais vivas que eu conheço, estando comnosco (na grade) deram Ave-Marias ao tempo que elle estava merendando. Fez varias caretas celebres pelo descommodo de largar o prato, poz-se de joelhos, enguliu o bocado, etc., e finalmente não concluiu a manobra senão depois d'ellas rezadas e tudo acabado. Cada uma das pessoas que ali estava, disse sua graça sobre a falta de devoção, e eu em tom de justificação ironica, respondi: «O sr. D. Alexandre bem sabe que Deus quer que o adorem em *espirito e verdade*, que olha só para o culto interno, e que o mais são *formulas* para nós, com que elle não se dignou fazer cumprimento. Eu julguei ter-me explicado bem, mas foi o contrario que succedeu. Creio que S. Paulo não acharia na minha proposição a minima liberdade».

sito que todas as cousas vão adubadas de phrases misticas, — eu que amo a religião e que a respeito muito para introduzi-la a torto e a direito, e que tudo que n'esta parte póde parecer uma affectação me aborrece muito, emquanto tenho rasão não cito livros santos. Como não sou hereje, nem tenho tentações contra a fé, escuso de fazer a minha protestação a cada instante, contentando-me com captivar o coração com as verdades do envangelho sem dar d'isso contas a ninguem. Agradam-me as cousas como são e prescindo de exterioridades equivocas. Tirce tem tido por isto uma grande inquietação, querendo quasi para seu socego, que eu lhe reze o *credo* em cada carta. O meu genio já v. ex.ª o conhece e não é para ceder senão á ternura. A rasão alheia é como a minha, e por isso não me desvio do que julgo bem feito por motivo nenhum. Escrevi a primeira carta na qual, sem abaixar o meu estylo a condescendências aborreciveis, cuidei de explicar-me segundo o systema da nossa santa religião, nos termos mais simples que me foi possivel, e na boa intenção de tranquilizar a minha querida amiga e de salvar-me da idéa injuriosa que talvez ella tenha da minha submissão aos philosophos. Fallei com uma pessoa instruida, e desafio S. Paulo para que ache na minha carta uma palavra condemnavel. Que effeito teve? Nenhum.

«Ficou Tirce como d'antes, porem calada. Torna outra vez a entender commigo, e verá v. ex.ª pelas minhas cartas com que fundamento. Eu quasi que estou tomando o partido de me calar. Na ultima carta dizia cousas muito mais christãs que em nenhuma das que remetto a v. ex.ª, mas estou certa que não ha de bastar cousa nenhuma.»

Mas não é sómente a sua leitura dos filósofos e enciclopedistas, de Alembert, a quem ela chama *o carácter mais amável* [1], de Voltaire, que ela considera o *maior dos ho-*

[1] Correspondência inédita.

mens do século[1] de Rousseau, *o génio filosófico o mais raro e o mais estranho*[2], de Diderot, *menos encantador que de Alembert, mas tão estimável como êle*[3]; não é sómente a sua intimidade com os grandes escritores do tempo, que a põe em antagonismo permanente com o seu meio.

É tambêm a sua qualidade de poetiza, de *mulher de letras,* bicho raro para a época, que de todo se esquecera ou de todo ignorava que tivesse havido no século XVI uma floração encantadora de latinistas, de eruditas e de literatas em torno da poetica figura da princeza D. Maria, nessa côrte de D. Manuel, que foi uma das mais brilhantes da Renascença. O talento feminino foi sempre para o homem de todas as épocas e de todas as nações uma anomalia repugnante, uma monstruosidade inquietadora.

O talento que é quási sempre o exagero esplendido duma faculdade da imaginação ou duma espécie da sensibilidade, não se contenta fácilmente com a obscuridade da vida doméstica.

Na transformação completa que a democracia imprimiu à sociedade moderna, o talento da mulher, se é de escritora ou de artista, pode tomar à forma especial dum produto cotado no mercado como outro qualquer; e sendo assim hoje, o homem inteligente e ilustrado, se não aplaude a mulher que trabalha pelo cérebro, chega ao menos a compreender que o tolher-lhe o direito de trabalhar seria um criminoso abuso da sua força.

Na Inglaterra contemporânea centenas de mulheres escampam à miseria e à perdição pelo trabalho. São romancistas, são jornalistas, escrevem nas Revistas, colaboram em publicações especiais, publicam relações de viagens,

---

[1] Correspondência inédita.
[2] Idem, idem.
[3] Idem, idem.

monografias de sciência ou de arte, pequenos tratados de economia doméstica, etc. A França do século XIX conta entre os seus mais altos espíritos e mais robustos escritores duas mulheres, uma das quais ganhou com a pena manejada pela sua pequena mão nervosa a quantia modesta, mas apetecivel dum milhão!

Basta para emudecer a vaidosa prosápia de qualquer burguês desdenhoso da actualidade esta cifra, e a apresentação daqueles factos incontestáveis.

Mas o Portugal do século XVIII, que a mão poderosa de Pombal tentava em vão arrancar ao mais abjecto obscurantismo, à mais completa inanidade mental, e que apenas sob êste valente impulso dava alguns sinais de galvanizada energia nas indústrias práticas, nas sciências positivas, o Portugal sem poesia, sem arte, sem elegância mundana, o Portugal dos fidalgos analfabétos e arruaceiros, dos gordos capelães hipócritas e devassos, dos parasitas, dos bobos, das velhas condessas beatas que expiavam a banhos de água benta os pecados galantes da mocidade, o Portugal em que soou o riso de Tolentino degradante e cómico, de que Filinto fugiu assombrado, em que Bocage não achou lugar, e onde êle chorou e blasfemou até morrer de libertinagem, de tedio e de agonia, o Portugal asfixiante e meio bárbaro do tempo não tinha lugar que oferecesse a uma mulher escritora, a uma mulher de talento superior e de alto e desanuveado critério.

O seu meio ou havia de escorraçá-la a golpes de grosseiro escárneo, ou havia de impor-se-lhes, calando-a humilhando-a, vencendo-a.

Percebiam isto muitos dos que a cercavam. Percebia-o a própria Leonor, e como é seu hábito, hábito encantador e que enternece como uma flor azul, nascida entre as fendas duma agreste rocha — não é a doçura a faculdade predominante dêste temperamento — é ao pai que ela confessa mais êste conflito do seu destino.

Ouçamos o que numa carta lhe diz:

«Depois de ter estudado, como v. ex.ª sabe e com o fim unico da minha felicidade, formei um pequeno plano para as minhas acções, que sendo conforme com as intenções dos meus queridos paes, eu pudesse contentar-me tambem e pratica-lo livremente. Meditei as minhas obrigações a respeito de Deus, da sociedade, de mim mesma; avaliei quanto me era possivel, o estado do mundo, e principalmente o da minha terra, e resultou d'aqui assentar fixamente que eu não podia ter uma hora de socego, se me lembrasse um só dia de escrever para o publico. Que a este só serviam verdades disfarçadas ou mentiras positivas, que a liberdade (idolo do meu entendimento) seria uma vitima infeliz das maximas extranhas da minha terra, e que se queria ter fortuna com ella servisse o jugo da opinião posto pelas tolas de edade, pelas ignorantes de titulo, e por outros individuos similhantes, a que eu chamo em segredo baixa plebe.

«Cuidei de distinguir bastantemente o caracter das pessoas com quem fallo, e com quem estabeleço muito acauteladamente as minhas relações litterarias, debaixo da inspecção adoravel da minha querida mãe. Assentei que o numero havia de ser muito pequeno, e com effeito o é. Mas fixo este, tudo aquillo que não contradiz a idéa que eu tenho da virtude e da felicidade, que são para mim o mesmo, livremente o pratico e com isso me recreio. Assentando fixamente que os meus versos não encontram o parecer de nenhuma das pessoas a quem os mostro, de quem quero o premio, ora os dirijo a um, ora a outro dos tres amigos nossos que me entendem; e gosto de o fazer assim, porque me agradaram os inglezes bons e os allemães, onde vejo este methodo estabelecido, como um meio para facilitar e accender mais a imaginação. O gosto da moralidade tambem me persuade a isto, porque mais facilmente se offerecem reflexões, supondo que alguem me escuta do que fallando

só. Parece-me alem d'isto que o meu trabalho não é uma honra, nem uma lisonja que faço áquelles homens, mas sómente um signal da minha gratidão pelo que elles contribuem para o meu adiantamento com as suas conversações, com os seus livros, e com a emulação que me dão com as suas obras. Nenhum d'elles estima essas cousas vãs que só têem valor entre os que sabem pouco. Filinto é um caracter original para a nossa terra. Conhece bem que a felicidade está em si, que lhe não vem das honras que lhe fazem os fidalgos, não os distingue senão pela virtude ou pelos talentos. É um philosopho incapaz de sujeitar-se a lisonjas, nem de gabar-se das que recebe. V. ex.ª o conhecerá, e verá que dista muito da idéa que v. ex.ª fórma. N'este termo, achando, quasi de portas a dentro, quanto era necessario para me occupar agradavelmente para aqui é que escrevo, não quero que me leia ninguem que possa reparar no que digo, porque quero fallar o que entendo e o que me inspiram a rasão e a virtude[1].»

Descontando no que a fraseologia do tempo tem de especial, de afectado — e é isto justamente que lhe imprime data — vê-se que os sentimentos de Leonor estão a par do que mais elevado e nobre havia no seu século. Não aceita da crença em que a educaram senão a puríssima moral e a requintada essência evangélica; dos preconceitos sociais que bebeu com o leite destaca lucidamente tudo que há neles de exagerado e iníquo.

Nós que fomos educados sob um regimen absolutamente oposto ao que naquela época reinava, só pelo raciocínio conseguiremos dar um verdadeiro apreço a esta independência dum espírito de mulher, que a tirania das ideias e a dos costumes não logrou acobardar, nem vencer.

Duma das fantasias mais simpáticas do romanesco es-

---

[1] Correspondência inédita.

pírito de Leonor encontramos na correspondência inédita vários documentos.

Imaginou dirigir-se a Luís XV, a Voltaire, a diversos personagens influentes da côrte de França e interessá-los pela causa de seu pai. Não podemos afirmar que as cartas atingissem o seu destino, ou mesmo que elas chegassem a ser enviadas áqueles a quem são dirigidas, mas não resistimos à tentação de transcrever alguns trechos dos rascunhos encontrados. Aqui estão em primeiro lugar passagens da carta dirigida a Luís XV. O francês é defeituoso. Hoje, qualquer rapariga educada pelos novos métodos, escrevia mais correctamente. Mas que entusiasmo pelos seus essas cartas traduzem!

«*Sire. Avec le plus profond respect, avec la plus douce espérance dans ces vertus qui ont acquis à Votre Mageste le glorieux titre de Bien aimé si propre à faire la douce attente des malheureux, je viens oh grand roi, faire retentir mes plaintes devant votre trône auguste*.....

.....

«*Une malheureuse fille de vingt deux ans, vous demande, Sire, avec des larmes, la protection pour un père et une famille que pendant l'espace de quatorze ans ont épuisé tous l'horreur du destin le plus rigoureux*.....

.....

«*Je suis prisionière depuis l'âge de huit ans avec ma mère et ma sœur. Dans le temps où je commençais à goûter le délicieux plaisir d'être au sein de ma famille, je fus arrachée des bras paternels; je vis traîner mon malheureux pêre dans un afreux cachot.*

«*Les frères, la mère, le père de celle qui m'a donné le jour, deux oncles, je le sai vu tous expirer dans le plus honteux tourment.*

«*Mon cœur affligé par ces blessures qui saignent toujours a nourri dans le malheur les précieuses connaissances des biens qu'on m'enleva. Chaque jour m'apporte un nouveau*

trait, chaque instant où je considère ma famille avec les marques honteuses de l'infidélité, tout mon sang bouillonne, je me sens mourir avec les désirs impuissants de faire voir l'innocence et l'honneur de ceux qui me l'ont fait connaître dès le berceau.»

Não é menos interessante nem menos romanesca nos intuitos a carta a Voltaire do que a carta dirigida a Luis XV por intervenção dum dos seus ministros.

Ao rei de França Leonor pedia a intercessão poderosa junto dos poderes da terra para libertar seu pai. A Voltaire ela pede a rectificação de apreciações que mais tarde lançarão a sombra duma negra suspeita sôbre a inocência da sua família estremecida.

E sempre a mesma ância de reabilitação, é sempre a mesma actividade incansável de espírito, e sempre, ai de nós! o mesmo francês laborioso e terrível!

«C'est au défenseur de l'infortuné Calas que je porte mes plaintes. Um cœur navré par la douleur, enflammé par la gloire, et charmé par vos écrits sublimes, m'inspire un désir ardent de justifier devant les yeux d'un sage, ma famille trop honnête pour endurer la calomnie.

«C'est de vous, monsieur, que je me plains; c'est monsieur de Voltaire, cet homme illustre qui brave les préjugés, cet ami du genre humain qu'avec la même plume dont il défend le juste opprimé répand le poison de l'opprobe sur des innocents parce qu'ils n'eurent pas le bonheur de naître en France. Votre siècle de Louis XV vient de tomber dans les mains d'une jeune infortunée, que dans la catastrophe du Portugal est envellopée avec sa famille dès son plus bas âge.

«C'est moi, monsieur, la petite fille des marquis de Tavora.

«Ces illustres malheureux, morts dans un échafaud, n'ont point purgé la honte attachée au crime mais subi avec de l'honneur et du courage des revers de son sort.

«Ah monsieur! Si vous n'êtes point ému à la vue du

tableau effrayant de nous même, que penserai-je de la philosophie?

«*Quel homme de bronze aurait pû écrire ce que vous dites, après avoir connu les secrets ressorts de notre chute.*

«*Savez vous que mon grand père a été l'objet de la haine du premier ministre? Savez-vous que ma grande mère après son retour des Indes orientales, n'avait jamais vû le moine que l'ont fait son confesseur? La moindre connaissance, le moindre soupçon des malheurs que menaçaient mon Roi et ma patrie aurait obligé mes parents à verser volontairement jusqu'à la dernière goutte de son sang? S'il était possible que l'on pût concevoir cet horrible projet dans ma famille, un seul l'aurait pensé, que les autres, renouvellant les cruautés anciennes, eussent, comme Brutus, fait mourir leurs enfants mêmes.*

«*Les préjugés sont trop puissants dans le pays que m'a vue naître, et celui de l'honneur*[1] *était le partage de ma famile. L'amour du Roi, la paix de la société, et le bien être de la famille, occupaient dans ce temps de tenèbres les cœurs de mes parents.*

«*Quand la maligne ambition, ce fléau du genre humain, d'accord avec l'envie, nous plongea dans le sein de l'amertume, la nature avec tous les charmes, la grandeur, cette charmante folie des humains, étaient notre partage. Les êtres les mieux partagés par la nature, étaient aussi les mieux assortis par la fortune. Des époux jeunes et amoureux, des femmes jolies et honnêtes, des pères tendres, tout nous promettaient un bonheur inaltérable, quand l'orage vint tomber sur nos têtes. Je fus arrachée des bras de mon père à l'âge*

---

[1] Como nesta simples frase se vê bem a leitora assídua da enciclopédia e dos filósofos e moralistas do século XVIII! Que longe ela coloca Leonor de Almeida do ideal devoto e mediévico a que ela porventura julga ser ainda fiel! A honra *um preconceito* é da disciplina de Voltaire e não da moça educada pelos moldes épicos da cavalaria antiga.

de huit ans, avec ma plus jeune sœur, et ma mère; quel tableau horrible! Dans cet âge heureux des plaisirs et de l'amour, arrachée des bras d'un jeune époux le plus aimable, qui joignait à la félicité d'être sage, et d'avoir des lumières qu'il avait puisées en France, les grâces de la figure! Un jeune homme aimable, un homme de lettres et de probité, fut arraché de ses bras, dans une nuit funeste, et dans le même jour elle se vit sans époux et sans père!»

*

Como o marquês de Alorna fôsse grande entendedor em literatura, um dos assuntos freqùentemente versados entre a filha e o pai era o da poesia. O marquês admirava francamente o engenho de Leonor; achava *maravilhosas* as suas odes, *admiráveis* os seus sonetos, e entre os dois travam-se engenhosas palestras sôbre letras.

«O que me parece que te tem atrazado muito, — escreve-lhe elle um dia, — é a demasiada critica, e uma especulação excessiva da natureza e gosto verdadeiro dos poemas, juntamente com a preoccupação dilatada a favor do verso solto. Se não fosse isso, e o demasiado trabalho e melancolia que te fizeram adoecer, terias a estas horas composto cousas prodigiosas e talvez de grande vulto.

«O bem que tem é que ainda estás a tempo de reparar o perdido. Se te quizeres dar ás obras morais, no gosto de Pope e mais poetas moralistas, farás maravilhas, com que todos fiquem espantados e te resulte grande nome.

«O que fizeres á imitação de Camões ha de ser muito agradavel a todos, desviando-te ao mesmo tempo do amoroso, que n'este grande auctor se mostra com demasia. Eu entendo que este genero lamuriento foi uma das cousas que mais deitou a perder e desacreditou a poesia. O que ella agora, para se estabelecer no conceito de tanta gente que lhe é contraria, necessita mais que tudo, é que haja poetas

que preguem em verso como S. Paulo, como Seneca, etc., e a *uma mulher da tua ordem e da tua creação é a quem isso compete mais que a ninguem*».

O preconceito aristocrático, que é no marquês de uma fôrça indestrutível, manifesta-se em mil frases caracteristicas no género da última citada; aqui vai outra ainda mais frisante, que arrancâmos a outra carta.

— «... Não ha duvida que o conde de Tarouca era ás vezes algum tanto empolado, mas tambem é certo que aquelles a quem a natureza não deu uma certa expressão eloquente a idéas fóra do commum, não querem nunca achar naturalidade onde encontram qualquer elevação, e tudo querem reduzir ao seu modo de fallar e pensar rasteiro. Não digo isto a respeito de nenhuma pessoa determinada, e só acrescento que quando encontrares algum d'estes amantes da natureza (por naturalidade), será bom que examines que tal é o seu estylo, e se o achares pertencente á classe baixa podes ter por suspeitoso tudo que lhe ouvires a respeito de elevações, principalmente de auctor contemporaneo!»

Sôbre questões de técnica poética discutem, não raras vezes, os dois eruditos correspondentes. Que lição para os que perdem a coragem e o animo à menor contrariedade da vida, não dá êste homem no vigor da virilidade, enclausurado, perseguido, cheio de privações crudelíssimas, separados de todos os seus, e esta mulher em viço de anos, bela, nobilíssima, prometida a uma existência de alegria e luxo, encerrada desde a infância num triste convento, e tendo, apesar disso, suficiente liberdade de espírito, suficiente heroicidade de ânimo para se entreterem em discussões literárias, em controvérsias intelétuais, em comentários eruditos às respetivas leituras, em matérias enfim que os afastassem a ambos da contemplação do seu atroz destino sem esperança.

Leonor é pela poesia solta sem auxílio da rima, o mar-

quês contradiz neste ponto eruditamente o gôsto de sua filha.

— «É certo que vendo-te ha tempos infinitos não fazer outra cousa senão odes alatinadas, gabando cada vez mais esta casta de obra até te mostrares de todo encantada a seu respeito, tive receio de que ai ficasses para sempre, e que nunca mais te podessem reduzir a intentar outra especie de composições. D'este modo não tem duvida nenhuma que perderias infinito d'aquella galanteria e grande arte de agradar que todos te admiram, porque a maior parte da gente, entrando n'ella inumeraveis poetas, não estão a favor da soltura do verso, nem é natural que admittam as tais odes senão se forem poucas, e attendendo a muitas outras cousas mais agradaveis da mesma auctora. As ditas odes, vista a sua natureza, tambem me fazem temer do teu genio, que te não separasses nunca d'ellas, e com isso tinha tambem medo que certas imperfeições nas tuas producções, em lugar da emenda fossem sempre a crescer!... Alem d'isto ficarias d'esse modo sem nunca chegares a ter de todo a rima ás tuas ordens, como acham todos preciso para um poeta dizer em verso tudo que quizer, e sem cuja posse em tal grau não póde ser admittido no dia de hoje nos primeiros assentos do Parnaso. O verso solto com as circumstancias que tu dizes é admiravel, confesso que d'esse modo não lhe faz a rima nenhuma falta, mas da fórma que tu o pintas ai é que está a maior difficuldade, e para a sua fabrica haverá muitas mais prisões e quebradoiro de cabeça. Que a rima dá força a infinitas cousas que sem ella seriam semsabores, não tem duvida nenhuma. Será preoccupação, mas da fórma que todos estão encasquetados a favor d'essa difficuldade apparente, necessita o verso solto para agradar um tal caracter que serão sem comparação em maior numero os versos rimados que possam parecer excellentes. A dita difficuldade sempre se exigiu na poesia, e assim parece preciso para

supprir a sublimidade que nem sempre se póde encontrar, principalmente nas obras mais compridas. Entre os antigos a diabrura dos pés ainda era de mais trabalho...

«Veremos as odes de Laura e Petrarcha [1]. Entendo que serão excellentes e sobre o amor platonico não haveria pouco que dizer. Creio que o teu é d'essa casta (o que ela celebrava n'uma ode em que se fingia Petrarcha ou Laura), mas como a maior parte do mundo está a este respeito de um materialismo terrivel, por essa rasão estou pelo que já disse, e acho preciso evitar-se tudo a que pela malignidade das gentes se póde dar uma má interpretação».

Leonor é que se não deixa facilmente convencer. Apesar do bom senso e do gôsto apurado do pai, ela cheia da sua razão, defende-se enérgicamente.

«Diz v. ex.ª que eu estou em termos de tresler em materia de poesia, quando eu entendo que nunca estive em melhores termos do que estou presentemente.

«Será talvez demasiada presumpção, porem, se v. ex.ª me conhecer bem, verá que, o que eu disse não é o effeito de uma sujeição servil aos antigos dos quaes me desgostam infinitas cousas. É certo que as odes de Horacio me agradam infinitamente, e que sempre me agradaram cousas similhantes na nossa lingua. Bem vejo que a rima é um adorno muito bonito, porém desnecessario em muitos casos quando a medida é certa e o verso por si harmonioso. As odes pedem um certo vôo que não soffre a mínima sujeição, e a das consoantes é lei forte que

> Maudit soit le premier dont la verve insensée
> Dans ces bornes étroits renferma la pensée.

«Não se encontrará facilmente uma ode rimada que seja boa, e eu aconselhava a todos que as fizessem assim, que

---

[1] As de Leonor de Almeida, publicadas nas suas obras completas.

lhe chamassem cantigas, versos ou cousas, como chama um galante poeta da nossa terra a todas as suas composições. V. ex.ª não é d'este parecer, e é esta a minha unica desconsolação, porque a não ter esta rasão de descontentar-me, todas as mais estão da minha parte. V. ex.ª bem sabe que cada palavra ou contém uma idéa simples ou complexa, ou se desvia ou se dirige ao todo do discurso. Não é possivel que em todas as palavras das rimas se ache uma concordancia admiravel com o desenho do poeta, e em tendo de quebrar o discurso no fim do verso, já se rebate o vôo e sublimidade que exige esta sorte de poema; nascem idéas novas, constrange-se a mente, não corre como de fonte o tal licor de Castalia, e só n'uma lingua em que as palavras tenham muitas rimas consentirei que as odes sejam rimadas. O poeta distingue tanto a poesia da rima que sendo o verso cheio, harmonioso, livre e de palavras puras não prova menos recreio nos que chamâmos soltos que nos rimados. O ponto está em que as idéas sejam claras, poeticas e bem formadas; o desenho regular e sublime segundo o genero em que escreve. Estou vendo que v. ex.ª não ha de gostar nada do meu poema da *Morte,* porque é feito em verso solto. Nem o exemplo de Camões, de João Franco! e de outros me poderão resolver a rimar a tal obra, porque a auctoridade que um e outro se arrogaram de fallar latim á portugueza não é para se imitar. A esta hora está v. ex.ª fazendo muito escarneo da minha sufficiencia, porém eu tendo, graças a Deus, uma vontade bastantemente docil, o meu entendimento tem muito pouca sujeição, e diz *Almeno* [1] que eu sempre digo a torto e a direito quanto quero».

Eis como ela responde ao que o pai lhe diz a respeito de quanto é necessário a uma mulher evitar assuntos amorosos que se prestem a interpretações malignas.

---

[1] O dr. Inácio Tamagnini.

— «O que eu comprehendo sempre do amor, o que me obrigou a fazer versos sobre alguns assumptos ternos, vem a ser que o amor é o vinculo suavissimo e a primeira virtude da natureza humana; sempre o considerei só digno das grandes almas, e tal qual o pinta ou o exige Platão. Só este appareceu aos meus olhos, e se ha alguma cousa criminosa ou perigosa de que se não deva fallar, não é isso que eu entendo quando fallo de Laura e Petrarcha. Estes dois amantes do seculo XIII, gabados pela innocencia e constancia do seu amor e dos seus costumes, pareceram-me dignos de os louvar nos meus versos, e como um auctor francez supoz Laura poetisa, e não apparecem os versos que ella fez, as duas odes são de Laura.

«Uma suppondo Petrarcha ausente na sua embaixada da Hespanha, outra simplesmente explicando os seus sentimentos em resposta a uma canção d'elle».

Ainda a respeito do amor, leiâmos êste trecho de outra carta tão singularmente característico do tempo, e não precisando de data para que um crítico o reconheça imediatamente como pertencendo ao nosso alambicado século XVIII.

— «Vejo o que v. ex.ª me diz sobre o amor. Este sentimento ou paixão que domina o mundo, segundo tenho observado, creio que assim como o somno foge das palpebras molhadas de lagrimas, assim elle se desvia dos corações occupados dos grandes trabalhos. Eu tenho lido e meditado muito para ignorar absolutamente o que seja a natureza, e v. ex.ª verá nos meus *serões*, o meu coração sem algum véu. Mas verá igualmente a minha antipathia por tudo isso. Eu tenho um gosto nimiamente metaphysico (frase impagavel), quasi tudo me desgosta e me fatiga fóra dos discursos e dos exercicios da alma. Simplesmente sou apaixonada de platonismo, e creio que os corações candidos não poderiam nunca admittir outras idéas a respeito do amor. Mas tudo isto se passa em mim em rasão de dis-

curso, e jámais tomarei interesse particular n'estas materias, que não seja dirigido pela rasão de uns paes que sabem unicamente o que me convem. Eu tenho bastante reserva nas minhas idéas; ninguem sabe de que partido eu sou em certas cousas em que a decisão é perigosa, póde v. ex.ª descançar n'esta materia».

De resto não havia nenhuma afetação de falsa inocência, de modéstia hipócrita nas relações estabelecidas por escrito entre a filha e o pai. Leonor não é uma *inocente*. Conhece pela sua leitura a vida, nem parece que na educação daquêle tempo houvesse o cuidado exagerado e às vezes contraproducente que hoje há em livrar as raparigas de todo o conhecimento real das cousas.

A prova do que dizemos é que Leonor, no intento de distraír o pai, conta-lhe as anedotas *salgadas* do tempo, que de fóra penetram até ela através das grades de Chelas.

— «Uma cousa que tem feito grande bulha e em que nunca falei a v. ex.ª é na celebre actriz que exhauriu os bolsos de todos os casquilhos e veiu pôr á viola a nossa terra, porque tendo (segundo entendo) pouquissimo merecimento, sabe encantar a todos e tem dado assumpto a todas as palestras; muito verso, muita apologia, muita satyra, porem tudo junto é papel para aquentar camisas, e fica com muito hourada serventia. A tal *madama* chama-se Zamperini, não é demasiadamente bonita, canta muito bem, e dizem que declama excelentemente; mas para crer isto precisa-se fé, pois tudo quanto dizem é muito afastado das regras d'essa arte, que as necessita como qualquer outra. Dizem que é muito affectada, nimiamente desembaraçada, e outras circumstancias que impõem para os ignorantes da nossa terra. O nosso Ignacio Quintella tem desembolsado os seus cabedaes, o Anselmo da Cruz, o condinho de Oeiras ao principio, e um circulo grande de adoradores que aparecem pintados numa satyra que lhe

fizeram [1]. É de um caracter muito singular. Com todas quantas bugiarias pôde aprender no theatro engana a todos... Eu já estou enfastiadissima de Zamperini, mas não quiz deixar de lhe dar estas noticias que têem interessado toda a nossa terra».

Êste trecho e outros similhantes sôbre o valído da imperatriz da Russia, sôbre as pieguices freiráticas que ela se não cansa de repelir, etc., etc., dá a nota da intimidade que havia entre Leonor e o pai. Êste acompanha-a sempre com o mais prudente conselho, com a admiração mais estimulante, com a bondade mais perfeita. O amor do pai, pode chamar-se a única grande alegria moral que Leonor recebe durante os anos de cativeiro.

*

Referimo-nos já por mais de uma vez a D. Martinho de Mascarenhas, filho do duque de Aveiro, e encarcerado na Junqueira com o marquez de Alorna.

O pai de Leonor planeára que ao saír da sua prisão lhe daria a mão de sua filha mais nova D. Maria de Almeida; e êste projeto, que não foi levado a efeito, pois que nunca D. Maria I restituiu os seus títulos e honras ao filho do homem que tinha tentado assassinar seu pai, enche no convento de Chelas de romanesca alegria as três enclausuradas senhoras.

As duas poetisas — Maria tambêm escrevia versos e tem uma graça indescritivel de expressão nas suas cartas — muito letradas ambas como se sabe, batisaram de Tancredo o marquezito de Gouveia [2], acrescentando que só no

---

[1] Nas *Noites de Insomnia* Camilo refere-se a esta satira.

[2] É assim chamado tanto na correspondência inédita de Leonor de Almeida, como nas *Prisões da Junqueira,* do marquez de Alorna

heroi do Tasso haviam encontrado as qualidades cavaleirescas que distinguiam o caráter do joven fidalgo português.

Leonor escrevia-lhe de Chelas: «Meu estimado mano. — Dou a v. ex.ª os parabens do dia de hoje e lhe seguro que a sua vida me interessa imediatamente à de meus pais, pelo dobrado motivo do seu merecimento e por depender dela o contentamento da pessôa mais amável que eu conheço neste mundo. V. ex.ª pode julgar-se o homem mais feliz do mundo todo; os sentimentos que premeiam os seus ferros e os cuidados que v. ex.ª tem no meu triste pai [1], devem suavisar todas as amarguras. Neste *vale de lágrimas* (como diz a Salve-Raínha), não era possível uma aliança tão linda sem se merecer por desgostos tais como o nosso. Que dias tão alegres nos tem preparado o infortúnio! Alegre-se v. ex.ª e consolemo-nos mutuamente até que Deus quebre obstáculos tão tiranos». E outra vez no meio de uma carta dirigida ao pai: «E v. ex.ª, mano Tancredo, não me esquece um instante. V. ex.ª que é o estimável companheiro de meu pai, tem parte com êle em todos os nossos pensamentos».

Quando a doença de D. José bastante pronunciada para tornar provável a sua morte próxima dá alguma remota esperança de liberdade à infeliz família de Alorna, Leonor com a sua habitual expansão, escreve ao pai pintando-lhe os quadros de felicidade familiar, que a fantasia lhe representa. «Vamos, como diz o mano Tancredo para o Vimieiro, para Almeirim [2]; a nossa sociedade, até Deus olhará para ela com gôsto. Nunca a virtude se há de desviar dela e a liberdade fará toda a sua delicia» [3]. «As ideias em tumulto não sofrem nenhuma ordem, quando escrevo — acrescenta Leonor na desordenada alegria com que a desnorteia a

---

[1] Vide *Prisões da Juuqueira.*

[2] Propriedade da casa de Alorna.

[3] Como isto está datado.

esperança, ou o pronúncio de uma próxima libertação. «O coração cheio de sentimento e num tremor de impaciencia desacomoda-se para escrever. Nada me contentava agora senão voar e entrar como um pintasilgo por essas janelas para conversar com v. ex.ª Que gôsto teria em vos vêr? Já lá estou... Vejo a v. ex.ª alegre, e num cárcere, quási sem luz, descórado, magro e com toda a impressão dos seus trabalhos... Será assim, meu querido pai? Melhor fôra que v. ex.ª viésse aqui aonde eu me acho. Só, em uma pequena casa, rodeada de livros, escrevendo com as lágrimas nos olhas o que me não cabe no coração. Achar-me-ía uma célebre figura com um roupão côr de fogo, forrado de peles escuras, o capuz na cabeça, sem pós, despenteada, com toda a desordem de quem sente infinitas saúdades. Que me diz v. ex.ª ao delírio desta carta?... Se v. ex.ª visse o apetite, o alvoroço e as saúdades com que eu estou, tudo acharia pouco. Devéras, meu querido pai, o coração avistando a méta desejada corre com uma velocidade atrás dela, que nem o tempo incansável pode alcançál-o... Diga v. ex.ª ao mano Tancredo que a condessa está convidada para madrinha da mana, para que tudo seja completo».

A ideia de viver com os pais no campo (em Almeirim) lisonjeia-lhe estranhamente a imaginação educada por Jean Jacques Rousseau, que então andava revelando os encantos da simplicidade, os encantos da natureza às frivolas raínhas dos salões de Paris.

E toda imbuída das máximas da filosofia reinante de que eram propagandistas os seus autores queridos escreve ao pai, o velho fidalgo que achava Voltaire digno de queima:

«Eu cuidei que ainda tinham algum poder sobre v. ex.ª os attractivos de uma côrte brilhante, e que a gloria, que de um certo modo se entende ligada á ostentação podia ser alguma tentação para v. ex.ª que perdeu o tempo melhor da sua vida no seio dos desastres *(sic)*. Vejo que não falta

nada a v. ex.ª, meu querido pae, e que avalia a felicidade segundo a philosophia, que dá mais valor a ser homem que a ser fidalgo, e isto que concorda inteiramente com os meus principios dá-me um gosto inexplicavel. Não aspira v. ex.ª senão a uma vida occulta e tranquilla, aspira a provar todo o preço da sua existencia, aspira a todas as delicias do coração sensivel, e eu não aspiro senão a procurar-lh'as e a gostar com v. ex.ª os prazeres que se ignoram no tumulto da côrte. Diz v. ex.ª que se esqueceu que poderia ser grande doutor se aproveitasse todo esse tempo», e eu digo que tudo quanto v. ex.ª podesse adquirir não produzia mais do que v. ex.ª possue na disposição em que se acha.

«E agora vou fallar com o mano Tancredo. Pode v. ex.ª segurar-lhe que a sua linda noiva gostou summamente das novas que elle dá do que sabe. Estimou muito que soubesse as duas linguas italiana e franceza. Riu com a medicina, desejando mais que elle antes fosse physico do que medico».

O perfume avelhantado de todas as cartas de Leonor é que é o seu encanto supremo para o crítico. Como elas pertencem pelo estilo ao tempo de que são datadas!... E como a par disso elas teem o cunho individual da mulher que as escrevia, tão diversa das mulheres portuguesas da sua classe, tão namorada de erudição a ponto de parecer muitas vezes um poucochinho pedante. Mas essa leve tintura de pedantismo deve ser-lhe perdoada se a considerarmos a natural reação de um espírito inteligente e culto contra a boçalidade que distinguia a sua classe e a sociedade de que ela fazia parte muito a seu pezar. Os que pretendem conhecer a fundo a ignorância do tempo em que destacaram excepções raríssimas, leiam as descrições da sociedade portuguêsa no tempo de D. Maria I, feitas por estranhos sempre mais capazes de verem bem aquilo que vêem pela primeira vez [1]. Ela mesmo dá mais de uma vez

[1] Costigan, Beckford, Chatelêt, *Tableau de Lisbonne.*

ao pai nas suas cartas exemplos dessa boçalidade que a desespera. Eis um delles:

«Estavamos na grade com as primas S. Migueis e outras pessoas de confiança, de sorte que uma d'ellas estava cantando algumas cançonetas, cuja letra era de Metastasio, e caíndo naturalmente a conversação sobre a galanteria d'este poeta, disse o Principal Botto em tom de doutor, que o Metastasio não fizera mais que copiar Tibullo e Catullo, os quaes não andavam pelas mãos de todos, e por essa razão nos admiravamos tanto das belezas de Metastasio, porém elle que as achára já na lingua latina *traduzidas do grego*, não fizera mais do que roubar-lhes o pensamento para as pôr nas suas obras. Eis aqui como por cá se falla, meu pae, e se v. ex.ª viesse havia de ouvir muitas d'estas. A uns que o estabelecimento das Vestaes fôra formado segundo a idéa das Virgens do Evangelho, a outros que as almas felizes eram conduzidas por *Jupiter* aos Elyseus — mil frioleiras d'aquelles mesmos que têem a confiança de criticarem as mulheres que podiam manda-los jogar o pião com os rapazes de escola [1]».

Outras vezes fala dos desdens que pela *mulher aplicada* — é esta a frase do tempo — teem e manifestam os rapazes fidalgos, os que levam a vida em arruaças, façanhas de picaria, guitarradas nocturnas, orgias de baixo nível. Beckford mais de uma vez se refere ao gôsto de freqùências baixas que há nos moços da fidalguia portugaêsa, os quais se não pejam de ter por amigos os picadores, os boleeiros, os lacaios, etc., com quem dançam o fado, e se associam para as grossas pancadarias. Tudo que se lê com respeito à casta aristocrática em Portugal, revela claramente como ela voluntáriamente abdicou, abastardando-se, anulando-se, embrutecendo nas convivências de parasitas, bôbos e igno-

---

[1] Correspondência inédita.

rantes de má laia... Tolentino é recebido nas grandes casas pelos lados mais degradantes do seu caráter, pela veia de pedinte e de adulador, que tão negramente macúla o seu estro admirávelmente cómico. A aristocracia, à qual sómente restavam os privilégios adquiridos sem nenhuma das virtudes ou das heróicas façanhas que os haviam justificado, havia fatalmente de desaparecer da scena social logo que abolidos esses privilégios e disperso aos quatro ventos o património que os representava, ela aparecesse tal qual era, tal qual uma educação corrutora e péssima a tinha feito lentamente, salvas raras excepções que destacam com pitorêsco relêvo, e que por isso mesmo não constituem regra.

Leonor de Almeida percebia tudo isto. A sua inteligência mais vigorosa do que feminilmente delicada, não lhe deixava a respeito da sua classe em Portugal qualquer ilusão consoladora.

É por isso que tão ardentemente busca distanciar-se do *meio* em que nasceu e em que pensa terá de viver, é por isso que estuda infatigávelmente, protestando por êste modo contra a ignorância que a invade como uma maré lodosa e turva.

Duas vezes, durante o cativeiro de Leonor de Almeida, tiveram seus pais o projeto de a casar, como naquele tempo se casava por conveniência de família, por alto interesse de raça.

Um dos noivos que para ela desejaram foi D. João de Bragança, o futuro duque de Lafões, de quem fallaremos mais tarde, já velho áquêle tempo, e que então, receioso da tirania política de Pombal, andava casquilhando e brilhando pelas côrtes de Viena e de Versailles.

A êste projeto um tanto fantasioso, e que parece não ter sido sólidos alicerces, poz ponto o bom senso incontestável de Leonor e do marquês.

O outro noivo que quizeram dar-lhe, e com êste se

adiantaram bastante as negociações, que felizmente Leonor de Almeida conseguiu malograr a final, era D. Brás da Silveira, filho primogénito, de D. Nuno de Távora, o qual, por ser irmão segundo do marquês de Távora, estava na prisão da Junqueira juntamente com o marquês de Alorna. Uma filha de D. Nuno de Távora, casára com o conde da Redinha, e êste enlace de uma sua parenta próxima com o filho do perseguidor da sua família inteíra, desgostava profundamente D. Leonor de Almeida. A sua principal objeção ao casamento preconisado por seus pais, era ficar em virtude dêle cunhada do conde da Redinha. Isto é que o ânimo cavalheiroso e tão ultrajado de Leonor não podia aceitar livremente.

A propósito destes seus parentes Silveiras fez Leonor nas cartas ao pai um espirituoso e expressivo retrato que não deve ficar eternamente inédito, porque representa mais que uma individualidade, a final de contas obscura, representa a figura típica do fidalgo português, enfatuado, ignorante e ridículo. O retratado é D. Bernardo da Silveira, irmão daquêle que os marqueses de Alorna desejavam para noivo de sua filha.

Ouçâmos, pois, esta num dos seus raros momentos de *verve* endiabrada e natural.

«O caracter da família dos Silveiras é cousa muito celebre. Parecem-me fidalgos de provincia. O primo Bernardo é um d'aquelles que se pintam, e eu o pintára se v. ex.ª me desse licença para dar quatro gargalhadas à custa do meu futuro cunhado, sem que isso ofendesse as minhas obrigações, mas fallar com meu pai é pensar alto, e vou dizendo:

«É um mocetão pela figura do mano, mas de cara muito peior, comtudo, persuadido da sua gentileza, crê piamente que andam nos seus ferros todas as bellezas do mundo e toma um ar de satisfação muito celebre que faz rir.

«Com o desembaraço de collegial julga-se sábio, e zomba das bellas letras de que não entende nada, celebrando

sempre a profundidade dos auctoros de direito canonico, e os toiros, qualquer d'estas cousas muito interessante em uma companhia de senhoras.

«Não crê na applicação das mulheres, e trata-nos sempre com ar de superioridade e de ignorantes, fatigando-se com explicações e pequenas historias bastantemente impertinentes.

«Como a tia Maria tem assoprado muito a vaidade d'este e abusado da paciencia, molleza e bondade do outro, observa-se uma certa altivez que vistos ambos, parece o primo Bernardo um sogro, que me faz obsequios, porque intenta casar seu filho commigo, e o outro um enteado, sem confiança com o padrasto. Eu e a mana, defronte d'estes dois individuos, tambem nos podiam pintar, e se acaso se vê na minha cara, a variedade de cousas que me passam pela cabeça tambem haveria de que rir. A tia Maria, em ar de Sybilla Cumea, trata-me com o maior carinho, e eu correspondo como devo, mas estou muito costumada a reflectir para não distinguir o que é, do que parece. Do primo Braz (o futuro noivo) dará minha mãe noticias, mas eu não posso fiar de ninguem esta anecdota.

«Para agradar á sua noiva, que é applicada, começa agora os seus estudos, por um jardim botanico e umas estufas».

Quando o pae teima em apresentar a Leonor de Almeida as vantagens sociaes do casamento com D. Braz da Silveira, ella responde-lhe com melancholia impressionadora:

«Estou nas fataes circunstâncias de ter que decidir-me, com um susto inexplicavel e com o mais vivo desejo de acertar e de ser util aos interesses de v. ex.as Se me pertence a gloria de ir com as minhas anciosas diligencias libertal-os pereçam todos os systemas em que eu tinha fundado a minha felicidade propria, e será uma sorte assás digna de satisfazer-me aquella em que eu poder servir o meu querido pae, e procurar o inteiro restabelecimento de

minha mãe. Nada mais me pode obrigar ao sacrificio da minha liberdade, e a tomar o trabalhoso encargo de mãe de familia. O coração e o pensamento todo occupado das minhas perdas e das minhas acquisições apresenta-me como um desastre o sair dos braços da minha mãe, da casa de v. ex.ª, para outra desconhecida, onde me não leva nenhum principio dos que a natureza n'estes laços poderia apresentar. O rapaz é um homem sem estudos; que julgará dos meus? Tem uma irmã alliada com o algoz que abomino. Como poderei eu ver de perto similhante gente? Mas representa meus avós (é filho de um tio direito da marqueza de Alorna); trabalha na liberdade de minha mãe, annuncia vagamente a de v. ex.ª! Se me conseguir... oh! meu querido pae, tomára antes de separar-me d'esta casa, abraçar n'ella a v. ex.ª, tomára que v. ex.ª viesse aqui ensinar-me qual é o meu dever. V. ex.ªs ambos é que melhor do que eu poderiam remediar tantas preplexidades. Eu não sei o que digo, não sei o que faço, vivo em uma escuridade impenetravel... Deus me soccorra, e me faça atinar com o que for melhor...».

Felizmente para a nossa biografada, o pai não teimou em dar-lhe para marido um homem que Leonor não respeitava nem amava, e a somnambula gentil do cláustro de Chelas continuou a lêr, a sonhar, a instruír-se, a reflectir na plena liberdade do seu indisciplinado e ardente espírito.

Pena é que não tenhamos outras revelações do que ela então pensava e sentia, além das que encontrâmos nas suas cartas ao pai. Por muita confiança que aos vinte e vinte e quatro anos se tenha nos pais, nunca é a eles que uma alma juvenil se confessa inteiramente.

Os versos de Leonor feitos em Chelas e publicados no primeiro volume das suas obras, são ainda menos reveladores do que as suas cartas.

Pelo modo de versejar, Leonor pertence inteiramente

nesta primeira fase da sua vida à escóla pseudo-clássica do século XVIII, no que ela tem de mais falso e de peior.

Uma terminologia enfadonha, uma quantidade incontável de nomes e de alusões mitológicas — não da bela mitologia grega tão naturalista, tão profunda nos seus símbolos, tão ladina nas suas encarnações humanas, — mas de uma falsa mitologia, dentro da qual se não lobrigava uma ideia única, e que abonando em favor da erudição de Leonor, diz muito pouco do seu coração e da sua sensibilidade.

O que, porêm, temos das suas belas cartas, de sobejo nos deixa perceber quantos sonhos se abrigariam naquela ardente imaginação de rapariga.

Tancredo — o infeliz filho do duque de Aveiro, a que estava reservado um destino tão nêgro — era o príncipe azul de Maria de Almeida. Leonor havia de fantasiar mil vezes o seu. Não sabia donde êle tinha de surgir um dia, mas estava certa de que viria na hora própria e de que não seria parecido com nenhum daqueles que os interesses de família por mais de uma vez tinham tentado impôr-lhe.

Para *êle* cuidava com esméro da sua formosura singular em que tantas vezes ingénuamente se revê, com adorável garridice; para *êle* adorna o seu espírito de todas as graças, de todas as riquezas, de todos os encantos... Será bravo como um heroe; há nela a paixão *corneliana* de todas as grandezas épicas; mas será tambêm cultivado como um sábio, eloqùênte como um poeta, e profundo como um filósofo.

Bayard e Voltaire encarnados num só homem. Conversará com discreta graça dos mil assuntos que a preocupam; terá as aspirações que ilustram o seu tempo, presentirá todas as grandes inovações de que ela antevê com secreto enlêvo a próxima alvorada.

Nos cláustros húmidos e melancólicos do seu mosteiro escondido, Leonor evoca essa figura maravilhosa que não

encontrará de certo jámais, e nessa evocação mágica se consola de todas as lutuosas tristezas da realidade.

Os que nunca viveram pela imaginação não podem conceber o que seja êste dom milagroso com que ela enriquece os seus eleitos. Não sabem que na pobrêsa, na solidão, na clausura, é possível ser-se feliz quando se possue a chave de oiro dêsse país das quiméras a que sobem os que teem azas!

E dêsse vago somnambulismo de poetisa, de erudita e de fantasista adorável despertou um dia de súbito Leonor de Almeida ao sentir dobrar funebremente todos os sinos de Lisboa, anunciando a morte de um rei, a morte do rei que esmagára todos os seus.

CAPITULO III

Morte de el-rei. — É despedido brutalmente o marquês de Pombal. — Soltura dos presos da Junqueira. — O marquês de Alorna na portaria de Chelas. — Orgulho do marquês. — Seus esforços para uma pronta reabilitação que alcançou. — Retirada da família de Alorna para Almeirim. — Desilusões de Leonor. — Antagonismo moral do pai e da filha. Reacção desbragada do reinado de D. Maria I. — O ministério da rainha. — Angeja. — Vila Nova. — Martinho de Melo. — O cardeal da Cunha. — Tancredo e Maria de Almeida. — Desgosto do marquês de Alorna. — A côrte de D. Maria I. — A rainha e sua loucura. — O rei. — O príncipe do Brasil. — O confessor da rainha arcebispo de Tessalónica e o seu leigo. — Os marqueses de Marialva e a sua principesca hospitalidade. — Festas típicas da sua casa. — Os Penalvas. — Várias figuras do tempo. — O duque de Lafões e o mestre Gluk. — Pitoresco da vida portuguesa, mas falta de influência feminina. A castidade da rainha e o teatro. — Do estado lastimável a que êle desceu. — Farças, entremeses tragédias. — Conflicto entre Leonor de Almeida e o seu meio. — Casamento que a liberta dêsse meio. — O conde de Oeynhausen. — Cerimónia do seu baptisado. — Testemunha ocular que a narra minuciosamente. — O sermão do frade dominicano. — Oposição do marquês de Alorna ao casamento da filha. — Desobediência de Leonor e seu casamento com o conde alemão. — Referência de Bocage a Alcipe.

A 24 de fevereiro de 1777 morria el-rei D. José, e na manhã dêsse mesmo dia, quando o marquês de Pombal,

segundo o costume, se encaminhava para os quartos em que o seu régio amo agonizava, tolhia-lhe o passo o cardeal da Cunha, dizendo-lhe em tom altaneiro: «V. ex.ª já não tem nada que fazer aqui».

Nesta frase desdenhosa resume-se uma das mais monstruosas ingratidões da história. O cardeal fôra uma criatura do marquês; para ter chegado ao fastígio do poder que occupava agora, não tivera outra recomendação além da que lhe dava, naquele tempo, o prestígio do seu nome. Como êsse nome, ainda assim, era o de Távora, o cardeal teve a baixeza de o renegar, só por julgar que isso seria um requinte de côrte feita ao seu poderoso protector [1]. De resto, vaidoso e ignorante, a sua Bibliotéca, composta de onze mil volumes, inspirava ao conde da Ponte o conhecido chiste das *onze mil virgens;* e nada mais nulo do que a sua figura de estadista improvisado por um capricho do marquês de Pombal, que tão cruelmente expiou a fraqueza de ter confiado nele, ou o cálculo de o ter querido como inofensivo companheiro de govêrno.

Formulou-se desde logo um programa completo de reacção, que rápidamente se poz em prática em seguida à morte de el-rei.

O primeiro sintoma dessa reacção impudente e súbita foi a desatenciosa frieza com que o marquês, hontem omnipotente, começou de ser tratado por todos aqueles que se haviam curvado em abjecta adulação ante os excessos do seu poder e os abusos da sua auctoridade.

Uma parte, e a mais louvável do programa dos novos conselheiros da rainha, consistia em abrir de par em par as portas dos cárceres em que jaziam desesperadas as vítimas da política pombalina e do ódio de D. José.

Imagine-se a alegria, o férvido entusiasmo de Leonor

---

[1] Latino Coelho, *História política e militar de Portugal,* etc.

de Almeida, quando a notícia de que íam ser finalmente soltos, depois dum cativeiro de dezoito anos, todos os sobreviventes da tragédia de Belêm, soou através das grades que a separavam do mundo, sem, contudo, a terem alheado de nenhum dos seus interesses.

Era uma hora da noite quando o marquês apareceu no locutório de Chelas, onde o estavam esperando a chorar de convulsa alegria os filhos e a mulher. Figure-se o que seria o encontro dos dois esposos! Tinham-se separado havia dezoito anos sem se tornarem mais a ver, nem sequer de longe. A ela tinham-lhe arrancado dos braços um gentil cavaleiro, na flor da mocidade, esbelto, airoso, desempenado e forte; êle deixava uma mulher lindissima, que a maternidade fizera mais adorável sem a ter feito menos bela, e cujos olhos, dum azul de violeta, cujos louros cabelos abundantes, cuja fisionomia idealmente fina vemos magistralmente reproduzida no retrato esplendido que dela existe ainda [1]. Que mudança nos dois! O marquês vinha curvo, cansado, envelhecido e triste. As faces trazia-as precocemente avincadas pelas meditações dolorosas; nos olhos havia-se-lhe apagado o fogo da temerária juventude; os cabelos, outr'ora elegantemente polvilhados à moda da côrte, vinham brancos sim, mas embranquecidos pelo martirio. Por sôbre ela haviam rodado pesadamente, lentamente, os dias da separação e da clausura; mas os vestígios duma notável beleza ainda se não haviam de todo apagado nesse rosto que a alegria de ver o seu adorado ausente purpureava agora.

Nenhum requinte de garridice cortezã restava ao infeliz prisioneiro, para quem Leonor de Almeida — sabendo que as suas cartas eram interceptadas e lidas antes de serem entregues — pedia a quem as lesse, empregando as frases

[1] Em Bemfica, na casa dos marqueses de Fronteira.

da mais terna súplica «uma capa de baeta ao menos que o resguardasse dos rigores do frio no seu húmido cárcere [1]».

Mas, velho como estava, lá dentro ardia a mesma chama impetuosa de orgulho. Não queria aceitar a clemência régia como uma esmola voluntária, senão como um preito justo, uma restituíção devida a quem muito a merecia.

Por isso, longe de se dar por satisfeito com a amnistia concedida a quási todos os presos políticos do tempo de D. José, vê-lo-hemos em breve começar essa demanda longa e complicada da sua completa reabilitação judicial, requerendo, acompanhado pelo conde de S. Lourenço, D. João Ansberto de Noronha, e por tres irmãos do marquês Francisco Assis de Távora, a nomeação duma junta de magistrados para pronunciarem acêrca da sua inocência ou culpabilidade. E enquanto êsse tribunal, que, por ordem da rainha, não tardou a constituír-se, demorou o seu parecer, o marquês recusou-se formalmente a ficar na côrte.

Repugnáva-lhe o papel de perdoado, a êle que se reputava vítima dum julgamento iníquo. Foi, portanto, com a família estremecida para o vale de Almeirim, onde possuia uma das suas mais formosas quintas.

*

As cartas de Leonor, que até aqui nos tinham acompanhado e amplamente informado, faltam-nos neste momento. Só por intuição poderemos reconstruir os sentimentos novos, as emoções deliciosas, as surprezas melancólicas de que o espírito e o coração dela forma o teatro já agora silencioso.

Mais tarde, falando de Almeirim, ela procura descre-

---

[1] Correspondência inédita.

vê-lo com as frouxas tintas de que dispunha a poesia falsa do seu tempo:

Nem porticos marmoreos, nem columnas
Que cinzelasse em Paros mão perita,
Ha de achar n'este sitio: altos pinheiros
Formam de espessa rama o nosso tecto,
E gramínea alcatifa nos off'rece,
Para pensar logar accommodado.
Uma fonte serena ali murmura,
E mil vezes afoita a phantasia,
Cuida ouvir revolver-se dentro d'agua
A Naiade gentil que lhe preside.
Se agita o vento as cannas buliçosas,
Se da serra um rochedo assusta a vista,
Mythologicos sonhos me recordam,
Ora aquella que a dor petrificára,
Ora a Nimpha medrosa e fugitiva
Que o pudor converteu em verde junco [1].

Mas é provável que nessa hora singular da sua mocidade, hora de ardentes esperanças, de violenta reacção contra a desgraça que por tantos anos perseguiu todos os seus, hora rubra, iluminada de todas as vivas côres duma imaginação de poeta, Leonor não tivesse uma perdilecção muito pronunciada pelos pinheiros agudos, nem pelos buliçosos canaviais da sua solitária Almeirim.

Só amam verdadeiramente o repouso no seio da natureza aqueles a quem a vida frustrou todas as promessas feitas, e que dela cessaram de esperar seja o que for.

Leonor esperava ainda muito do mundo; êle devia-lhe uma famosa desforra. Enquanto lha não desse ou a não persuadisse a poder de desilusões de que era um devedor insolúvel, Leonor não queria nem descanço nem solidão.

O que elá provavelmente ambicionava agora, já cansada

[1] Obras poéticas da marquesa de Alorna, tom. II. *Epístola em resposta ao conde de Ega, Aires de Saldanha.*

de regras conventuais e de rezas e de misticismo, era mover-se, agitar-se, viver em toda a plenitude, e toda a exuberante energia da sua mocidade, em todas as faculdades do seu curioso e irrequieto espírito. Era participar da alegria dos outros, de que tantos anos estivera exilada; era falar com gente moça, despreocupada e feliz; ouvir os discretos galanteios e as floridas frases namoradas dos rapazes do seu tempo, e manifestar a graciosa agudeza do seu entendimento em práticas líterárias e eruditas com os celebrados engenhos da época; era resvalar gentilmente entre finos requebros galantes, nos minuetes dos esplendidos saraus, acompanhada por um par preferido; era mostrar enfim a olhos que soubessem apreciar e ver, a sua impecável formosura peninsular, os seus grandes olhos luminosos e ardentes onde se reflectia tanta exaltação, tanta espiritualidade e tanta vida.

O duque de Châtelet, que fez a sua viagem a Lisboa justamente no ano em que as filhas do marquês de Alorna deixaram o convento de Chelas (1777), fala do abatimento em que as havia posto a longa reclusão nestes termos precisos: *Vi duas raparigas que tinham entrado para a prisão, acompanhando os pais, ainda na primeira infância e que saíam com dezenove e vinte anos parecendo quarenta.* (*Voyage en Portugal du duc de Châtelet*).

Ora a verdade é que não pareciam ter quarenta nem tinham vinte. Leonor tinha vinte e seis anos; tinha vinte e cinco a irma, e não podiam parecer muito mais velhas, porque, posterior á data a que se refere o duque de Châtelet, é o retrato da nossa biografada que ainda hoje se admira numa das salas da magnifica vivenda dos marqueses de Fronteira, em Bemfica, e nesse retrato a beleza imperial de Leonor resalta com expressão admirável. Não era sómente uma mulher bonita, era uma mulher encantadora. Tinha a sagacidade crítica, o espirito leve e sarcástico, e a observação nítida e profunda dum moralista. Nas suas

poesias contaminadas, é certo pelas pechas da escola pseudo-clássica, em que fôra educada e à qual subordinava o seu nativo engenho, cheias de alusões mitológicas indispensáveis ao tempo, revela-se no entanto um belo poder descriptivo e uma força de reflexão viril. Mais tarde a educação que lhe deram as víagens e o conhecimento da literatura estrangeira completaram e aperfeiçoaram o seu talento, e ela foi entre nós, como a Stael em França, uma espécie de iniciadora, de reveladora do pensamento e da poesia do Norte, que nos eram inteiramente desconhecidos.

Em Almeirim, nessa espécie de entre-acto no meio de dois dramas diversissimos, Leonor sonhou de certo com os triunfos que o seu talento lhe ía conquistar, e com as delícias que lhe daria ao saír da clausura a intimidade da família, agora completa. É tão natural êste sentimento, que nem o mais scéptico espírito masculino seria capaz de esquivar-se-lhe.

Mas não tardou que uma nuvem, prenuncio de muita tempestade interna, ameaçasse de avolumar-se sôbre a fronte da juvenil poetiza.

O seu pai, o seu querido pai, o confidente da sua sombria mocidade, o amigo com quem ela desabafava todos os seus pensamentos, ainda os mais ocultos, o juiz continuamente invocado para julgar os seus versos, para aconselhar as suas leituras, o espírito a que ele chamava irmão do seu, e com o qual se comprazia em alar-se pelos livres espaços da abstracção e da filosofia — que diverso lhe aparecia do que ela tinha imaginado em longas horas de idealisadora e da inspirativa saudade! Que diferente dessa figura ideal que ela se tinha deliciado em criar na solidão do seu quarto de Chelas, quando lhe escrevia envolta num roupão de seda côr de fogo, com os belos cabelos soltos, e feliz por sentir-se uma heroina de romance, ou uma gentil figura, digna da história pelo infortunio e pela grandeza da resignação.

Oh! o marquês não mudára; era o mesmo homem rígido, inteiro, coerente que sempre fôra; seguia a lógica do seu destino, e mais nada. É certo que êle recebera, pelas suas leituras juvenis, o influxo das ideias que provindas da Inglaterra liberal de 1688 e divulgadas pela França, filosófica e investigadora de Bayle, de Montesquieu, de Voltaire, irrompiam para nós através da espessa nuvem de preconceitos que nos separavam do mundo, e se iam insinuando subtilmente nos espíritos mais aptos para as acolherem. O marquês de Alorna pertencera áquele número, bastante avultado, de fidalgos inteligentes, mas duma inteligência restricta, que aceitavam até certo limite, — imposto por êles — as novas ideias em ebulição, contanto que elas não passassem da esféra puramente abstracta para o campo dos factos definitivos e das leis reformadoras. Queria, é certo, distinguir-se, pelo pensamento livre, e pelo critério desassombrado [1] dessa plebe beata ou hipocrita, dissoluta ou besti-

---

[1] Uma vez, tendo-se extraviado uns papeis do marquês, Leonor escreve-lhe:

«Bem quizera eu não achar nada que receiar nos papeis que estão na mão do M. (Marquez de Pombal), mas não sei tranquillisar-me lembrando-me que poderão ser os que pertencem aos estudos de v. ex.ª Não sei sobre que seriam; mas os objectos que principiavam a interessar unicamente o mundo litterario quando v. ex.ª se prendeu, e que certamente já interessariam v. ex.ª, são perigosos de tratar em um paiz despotico onde o capricho é unicamente a lei que servimos.

«A politica que principiava a apurar-se muito com o favor da philosophia é hoje o objecto que mais interessa os philosophos e em que os politicos machiavelicos mais receiam instruir-se. Dizer que os principes são protectores das leis, que o seu poder é restricto por ellas, que a justiça não consiste em opprimir, mas em manter e conservar os direitos de cada individuo que compõe a sociedade, são blasphemias, e o philosopho que as pronunciar deverá occultar o seu nome para abrigar-se das iras do ministerio. Tanto nos governa o capricho».

ficada, que então enxameava ociosa e resmungando avemarias pelas portarias dos conventos de Lisboa, ou pelos pátios da fidalguia opulenta que a alimentava das migalhas dos seus banquetes, ou das rações do seu refeitório; mas não admitia que essa plebe se emancipasse pela educação, e se fizesse povo pelo trabalho, pela força e pela consciência dos seus direitos e deveres.

Depois vira o espírito das novas ideias encarnado no homem que êle entre todos odiava, e tinha razão para odiar, no algoz da sua família, no perseguidor da sua casta. A burguezia, que para o marquês de Alorna era representada pelo procurador oficioso, pelo boticário esguio e grotesco, pelo escrevente *pedinchão*, pelo físico condescendente e mesureiro, por toda a caterva de aduladores e de parasitas que se atropelavam nas ante-camaras patrícias, e de cuja falange retardatária, Tolentino — infelizmente um deles, mas um deles com génio — fez depois a satira brilhante e a descrição pungitivamente exacta, a burguesia emancipára-se, levantára-se, enriquecêra, civilizára-se, creára industrias e comércio e grandes lavouras [1] e manufácturas florescentes sob a inteligente protecção de Pombal.

A Igreja, auxiliar e amiga da aristocracia em todo o antigo regime, fôra despojada de grande parte dos seus privilégios e imunidades pela mão poderosa do grande inimigo de Alorna. O marquês de Pombal implantava ideias revolucionárias, servindo-se das armas do mais intransigente absolutismo. Esta contradicção fundamental da sua obra é que a condenou a ser passageira e efémera. No espírito do pai de Leonor todo êste espectaculo contemporâneo produziu o natural retrocesso que mais tarde se produziu também em França no espírito da nobreza momentaneamente subjugada e namorada pelas generosas concepções da filosofia do século XVIII, e que essas mesmas

[1] *Recordações de Jacome Raton — História de Portugal*, etc.

concepções executadas e levadas até às suas conseqüências lógicas encheram de justificado pavor.

Leonor, que saía do convento cheia das belas máximas propagadas pelos filósofos da enciclopédia, e que julgava seu pai inteiramente convertido às mesmas doutrinas de liberdade e de filosofia, teve ao primeiro contacto real com o espírito endurecido do desenganado fidalgo, uma verdadeira e cruel decepção.

Entre o pai e a filha cavou-se então um abismo moral que nunca mais foi transposto. Eles que tão bem se tinham combinado por escrito, em generalidades vagas sôbre a inanidade das grandezas, sôbre os prazeres da filosofia, sôbre o pouco valor das convenções sociais; êles que tinham ambos dissertado tão largamente sôbre o muito que o bem dos povos sobrelevava ao bem dos imperantes [1] e sôbre outros temas igualmente favoritos da filosofia declamatória e vaga do século — eil-os que se achavam agora divergentes em quási todas as matérias que versaram. A desgraça e os desenganos dum levavam-no impetuosamente arrastado por uma corrente contrária áquela que impelia Leonor, vibrante de aspirações e de sonhos, para um futuro mais desassombrado de convenções estreitas, mais livre de superstições e de tiranias.

O marquês de Alorna voltára completamente a ser o fidalgo devoto e ferrenhamente aristocrático, com assomos violentos de revolta feudal, que deixára de ser por momentos, durante o tempo em que «perfidas leituras de philosophos dignos de queima» [2] o tinham afastado do bom caminho. Aceitava até às suas conseqüências extremas os principios da reacção que tumultuava impudente e feroz desde o paço, em que o rei e a rainha viviam ajoelhados no oratório, até à rua; desde os camarins forrados de ta-

---

[1] Correspondência inédita.

[2] Idem.

peçarias de Arras, em que as damas da côrte tocavam no cravo musicas de Haydn, de Gluck e de Jomelli, até à taverna em que as rameiras e os mendigos cantavam ao som do violão nacional as sátiras populares em que figuravam

Marquês, Mendonça e Mansilha [1].

os poderosos de hontem, hoje vituperados e cuspidos sem dó.

Comandava essa reacção desbragada o novo ministério da rainha, em que Angeja e Vila Nova da Cerveira representava a aristocracia soberba, intransigente e cubiçosa, consumada na arte da cortezania e da lisonja; em que a figura enigmática de Martinho de Melo se destacava pela inteligência cultivada e fina, pela mordacidade ironica, pelo conhecimento profundo das civilizações estranhas de que se penetrára largamente em França, na Inglaterra, e na Holanda, pela hábil dissimulação com que ocultava, sob a aparência dum fiel servidor da causa da nobreza, um espírito de radical e de livre pensador, capaz no fundo de continuar a obra de Pombal, se o scepticismo não fosse um corrosivo, um dissolvente do carácter e da vontade.

Ao pé dêle Aires de Sá e Melo, ministro da guerra e dos estrangeiros, mas com vocação frustrada para conego da patriarcal, não se cansava de recomendar à tropa que rezasse quotidianamente o terço, beijava a manga de cada frade que encontrasse no caminho, e benzia-se tantas vezes ao ouvir missa que era o espanto e a distracção cómica de quem lhe ficava ao pé.

Quanto ao jogo de xadrês complicado e subtil da diplomacia europeia, era letra morta para o devoto ministro, que de resto, na arte da guerra era tão profano como na de negociador.

---

[1] Cantigas contra o marquês de Pombal, fr. Manuel de Mendonça, dom abade de Alcobaça, parente do marquês, e fr. José de Mansilha, seu confidente e amigo.

O cardeal da Cunha completava êste banal ministério, ao qual devia incumbir o gigantesco encargo de continuar, aperfeiçoando-a, a obra da regeneração portuguesa, iniciada pelo grande ministro de D. José. Já que não podiam nem queriam continuá-la, houve uma empreza, a de restituir ao cemitério da história o Lazaro que a poderosa mão do grande ministro galvanizara temporariamente, e em que concordavam com perfeita unanimidade o orgulho duns, a habilidade de outros, a demência e a ignorância do maior número.

Para o marquês de Alorna, essa reacção, uma das mais repentinas e violentas, tinha ainda um grande defeito. Era branda em demasia.

Ao seu ulcerado espírito só satisfaria cabalmente a condenação de Pombal a penas tão duras como as que êle infligira aos mais conceituados membros da velha nobreza, e a reabilitação da memória dos que tinham sido imolados ao que êle supunha um infernal enredo do ministro de D. José. Queria, alêm disso, que os sobreviventes fossem restaurados em todas as suas honras e todos os seus haveres.

Que a sua própria inocência lhe fosse reconhecida pela junta congregada pela rainha, isso tinha êle por certo, e assim se realizou a breve trecho.

Em maio de 1777 expediu a soberana um decreto em que se declarava o marquês de Alorna puro de toda a culpa de inconfidência, restituindo-o às honras que por direito e nascimento lhe pertenciam [1].

Não ficava, porêm, ainda satisfeito o orgulho do marquês. Uma pretensão tinha a mais, que muito perto do coração lhe tocava. Vinha a ser a restituição dos bens, honras e títulos da casa de Aveiro ao malogrado primogénito do

---

[1] Latino Coelho, *História política e militar de Portugal*, etc.

duque, D. Martinho de Mascarenhas, conhecido entre os presos da Junqueira pelo *marquesito*.

Nem Latino, o qual explica larga e minuciosamente as diligências que o marquês de Alorna empregou para êste fim, nem outros escritores que temos lido, como Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, etc., conhecem os motivos particulares que determinaram o marquês de Alorna a meter-se ousadamente em tão dificil empreendimento. O leitor, porêm, já pelo capítulo precedente conhece êsses motivos. A filha mais nova do marquês de Alorna fôra prometida em casamento ao ex-marquês de Gouveia.

*

Neste ponto permita-se que abrâmos um parêntesis para contar até ao fim a lúgubre história de D. Martinho de Mascarenhas.

A instâncias do marquês de Alorna, que desde a sua saída da prisão não descansava neste assunto, subiu à raínha uma *representação* de que Latino Coelho [1] extracta os principais articulados, e em que o filho do duque de Aveiro se propunha comprovar que não podia ser infamado pela culpa de seu pai, aduzindo que era immune da pêna hereditária por ser *nobilíssimo*, como descendente de régio tronco. Êste *memorial* parece haver sido firmado por um letrado de fama áquele tempo na côrte de D. Maria, chamado Francisco da Costa. E diz Latino que, ou porque o causídico fôsse fogoso de índole, ou porque a tardança no bom despacho da raínha azedára os ânimos do defensor e do mandante, o caso é que o advogado de Gouveia propugnára com veementes razões os direitos do seu cliente.

«Trazendo em seu auxilio a constituição de Arcadio, provava com juridicos fundamentos que não cabia aos filhos

[1] Latino Coelho, *Historia politica e militar de Portugal*, etc.

antenatos ao delicto a infamia pelos crimes paternos. E agitando e resolvendo em sentido liberal o mais grave problema dos publicistas, a origem da regia auctoridade, reproduzia em ousadas affirmações a doutrina de S. Thomás e do padre João de Mariana, de que a suprema potestade no povo residia e d'elle era transferida condicionalmente para que a podesse reassumir e exercer quando a salvação do estado o reclamasse [1]».

Concluía o advogado que os grandes de Portugal não podiam ser sujeitos à pena de infâmia pelos delitos de seus maiores [2].

O tom da doutrina, a segurança das asserções, a soberana e imperativa altivez de tal súplica, respiravam, segundo assevéra o historiador já citado, por um lado a aristocrática altivez dessa nobreza da côrte que Pombal esmagára por algum tempo, e cujo orgulho agora renascia mais ulcerado e mais violento, por outro lado a revolucionária doutrina da soberania nacional que principiava a insinuar-se nos espíritos mais adiantados.

O caso é que, no testemunho de muitos contemporâneos bem informados, tais como o príncipe de Raffadali, que era ao tempo ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, do cavalheiro de Pollon, ministro plenipotenciário da Sardenha na mesma côrte, do autor das *Cartas de Lisboa* extratadas no *Jornal de Murr,* e de outros mais sentiu-se a raínha profundamente ofendida pelo desacato à régia autoridade que nesse *memorial* era feito, e chegou a manifestar o seu formal desagrado ao marquês de Alorna, o qual, segundo o seu costume, se retirou azedado para as suas propriedades longe da côrte.

Confirmando as suas asserções àcêrca do desrespeitoso *memorial,* Latino Coelho publíca por extenso o edital do

---

[1] Latino Coelho, *Historia politica e militar de Portugal,* etc,

[2] Idem, *ibidem.*

intendente geral de policia, datado de 13 de março de 1781, *mandando recolher todos os exemplares de varios papeis satyricos em prosa e em verso, e de um extenso arrazoado em favor de Martinho de Mascarenhas* [1].

---

[1] No referido edital a representação em favor de D. Martinho é acusada de conter um agregado *de doutrinas erroneas, falsas, sediciosas e tendentes a suggerir maximas repugnantes... e a indispor e contaminar os animos de pessoas menos instruídas, para as alienar por este detestavel modo do respeito, obediencia e submissão que devem ter ás leis e aos soberanos legisladores d'ellas, os quaes tendo recebido o poder supremo immediatamente de Deus, que os collocou no throno, e a quem sómente são responsaveis das suas acções, não reconhecem no temporal, em caso algum, qualquer que elle seja, superior sobre a terra.*

Êste edital, autêntico como é, bastava para nos edificar sôbre o espírito que respirava a *representação* do ex-marquês de Gouveia.

Não podemos, comtudo, conciliar êstes factos irrefutáveis com o que sôbre o mesmo assunto relata no n.º 8 das suas *Noite de insomnia* Camilo Castelo Branco. Dá êle uma cópia da *representação* feita à raínha D. Maria I pelo infeliz D. Martinho, representação eloquente, mas rastejando pelo excesso da submissão e da humildade, e acrescenta que foi seu autor o maior jurisconsulto do tempo, o grande Paschoal José de Mello, e que o mais profundo e glacial silêncio foi a resposta da piedosa soberana a tão submissa e eloquente *representação*. Não nos atrevemos a destrinçar qual dos dois brilhantes e bem informados escritores se enganou. Afigura-se-nos, em vista das provas aduzidas por Latino Coelho, o qual parece ter ignorado a hipótese apresentada por Camilo, que a verdade completa está do lado do autor da *Historia politica e militar de Portugal no seculo XVIII*. É também possível que o primeiro projeto do *memorial* fôsse escrito, a pedido do marquês de Alorna, por Paschoal José de Mello, e que êste, conhecendo bem o espírito de intensa e vigorosa reacção que presidia ao govêrno de D. Maria I, não quizesse, em benefício do seu cliente, empregar frases que não fossem da mais ortodoxa submissão ao poder absoluto da monarquia. É natural também que o marquês de Alorna, descontente com essa humildade extrema, que feria os seus brios de fidalgo um poucochinho rebelde, encarregasse mais tarde Francisco da Costa de *apimentar* um pouco mais o *memorial*, e no cumprimento dessa obrigação o causídico, educado na

Foram, portanto, absolutamente baldados todos os esforços mais ou menos habeis empregados pelo impetuoso marquês de Alorna.

O noivo de Maria de Almeida, o Tancredo dos sonhos heroicos e romanescos das reclusas de Chellas, não participou do amplo favor com que, a impulsos e sob a influência dos grandes da côrte, Angeja, Vila Nova da Cerveira, Marialva, etc., e aproveitados destratamente os melindres de consciência da fraca e desgraçada raínha, se proclamou judicialmente em alvarás expedidos em diversas épocas a inocência dos implicados no terrível processo, exceptuando o duque de Aveiro, sua descendência e os três subalternos seus cumplices.

A certeza dolorosa de que seriam baldadas as suas diligências com o fim de reabilitar e de restaurar na perdida jerarquia a D. Martinho de Mascarenhas, parece haver obumbrado e entrestecido ainda mais profundamente o espírito já sobejamente melancólico do marquês. Recorreu desde então mais freqùêntemente à solidão das suas quintas e herdades. Muito curioso de sciências matemáticas e de astronomia, a sua principal diversão era o estudo dos corpos celestes. Numa das composições mais felizes de Leonor de Almeida, a imitação da *Primavera,* de Thompson, refere-se ela por êste modo aos estudos de seu pai:

Quando lá n'essa Tempe solitaria
No tranquillo Almeirim as musas honras,
Ou nas rochas de Almada os céus estudas.
Lá, combatendo a turba de incertezas,
Ignorado, a teus pés vês os systemas
Que a Newton e a Descartes deram fama
. . . . . .

---

tradição liberal da jurisprudência portuguêsa, empregaria então as frases que tão mal soantes parecem ter sido aos ouvidos da raínha, habituados á lisonja mais abjecta.

*

Quando o marquês permanecia algum tempo em Lisboa, não deixavam de concorrer às suas salas as figuras mais notáveis da côrte de D. Maria I, que por aliança ou parentêsco estavam todas estreitamente ligadas cem a ilustre casa de Alorna. Visitávam-no também com freqùência os estrangeiros famosos que por aqui passavam, e os diplomatas que aqui representavam suas respectivas côrtes. Só infelizmente não brilhava entre os frequentadores desses saraus elegantes e falados por tanta maneira o infeliz que havia sido noivo de D. Maria de Almeida. É para nós, cronista, um verdadeiro enigma esta espécie de abandono em que D. Martinho se deixau subverter. Como pode conciliar-se a amisade que o marquês de Alorna lhe votava, o seu porfiado interesse em salval-o, com a resolução que o levou a conceder a mão de Maria, a prometida noiva do ex-marquês de Gouveia, ao conde da Ribeira Grande?

É bem provável que a irmã de Leonor, em quem as mais doces virtudes da alma feminina — a piedade e o desinteresse — parecem ter florescido suavemente, quizesse ser fiel no desamparo e na miséria áquele que lhe tinham permitido que amasse, quando havia a fundada esperança de que a corôa de noivado por êle oferecida tivesse o esplendor soberbo de uma corôa ducal. Mas fôsse qual fôsse o motivo que actuou no ânimo do marquês de Alorna, o caso é que êle ajustou o casamento de sua filha com o conde da Ribeira Grande, e que Maria se submeteu em silêncio.

O romance daqueles puros amores foi cortado em flôr, justamente na hora em que a figura, para nós apagada, quási indistincta de D. Martinho, devia tornar-se trágicamente interessante para uma mulher inteligente, romanesca e namorada.

O marquês de Gouveia desapareceu. Sumiu-se na onda nêgra da miséria. Diz Camilo Castelo Branco que o sustentou até 1804, data em que morreu numa humilde casinha de Buenos Aires, a bolsa do conde de Óbidos, do próprio marquês de Alorna, e finalmente de D. João VI. Timbraram em socorrêl-o pecuniáriamente, livrando-lhe o corpo das agonias da fome, já que não podiam ou não queriam livrar-lhe a alma das angústias lancinantes com que a teimosa memória havia de infernál-a.

Educado, como o eram os fidalgos do seu tempo, na ignorância das cousas positivas e do trabalho redentor, o infeliz não soube reagir. Restavam-lhe três caminhos a seguir: o da revolta aberta contra a iniquidade da instituição que o esmagava, o do labor que o emancipasse das esmolas com que os da sua casta o manietaram e humilharam, ou o da abjecta submissão à injustiça que lhe faziam. Foi o terceiro que êle escolheu!

Tancredo era no fim de contas um mediano heroi!

Maria de Almeida, essa, como dissemos, casou. Nas raras cartas dela que temos à vista, respira-se, a par de uma elegância e de uma graça feminina verdadeiramente encantadora, a melancolia dolente e vaga da alma que se sente ferida na mais delicada e secreta fibra das suas azas. Morreu moça, mas estremecida pelos que a conheceram. Leonor tem lamentos inconsoláveis na sua musa um pouco ingrata para lhe chorar a morte prematura. Não era feliz, dizia ela com resignação suavíssima talvez lembrada das quiméras da sua poética mocidade; mas consolavam-na a musica, os versos e os filhinhos que deixou na primeira infância.

A sua voz era formosa nas salas de Lisboa, os seus versos são celebrados por Filinto, para quem ela é a formosa Daphne. Desta figura inteiramente ignorada pela história, apenas entrevista pela crónica do seu tempo, resalta para nós, que lográmos através das suas cartas

conhecel-a um pouco, um encanto estranho, uma doçura indizível, como que um pertinaz aroma de graça aérea e casta.

Na nossa infatigável busca de documentos que nos fizessem penetrar na intimidade de Leonor de Almeida, topámos, sem querer, com êste pobre idílio ignorado, cujo remate é de uma tão insondável e silenciosa tristeza!...

Que nos seja perdoado o termo-nos demorado respirando o perfume que dêle se exhala, como de uma violeta esquecida entre as fôlhas de velino de um livro de orações.

*

Dissémos que frequentavam a casa de Alorna as figuras principais da côrte. É azado, portanto, o ensejo para fazer uma rápida resenha dessa côrte ainda fulgurante, ainda opulenta, e que foi a última digna desse nome, a um tempo ôco e brilhante, que nós possuímos.

Não era bela a raínha que lhe presidia, mas um viajante inglês, tão admirável observador como Horácio Walpole e tão fino *dilettant* como êste, que ao tempo estava em Lisboa, declarava que era verdadeiramente impressionadora a gentil majestade do seu porte, a nobre expressão bondosa e ao mesmo tempo imperativa da sua fisionomia.

De entendimento limitado e educação deplorávelmente defeituosa, essa pobre raínha foi uma mártir do seu alto destino. Nascêra para ser uma excelente e cuidadosa esposa e mãe; teve de governar, em crise de transição tempestuosa e difícil, um país na sua generalidade ainda meio bárbaro.

De um lado a piedade filial, que foi nela uma virtude acrisolada, ordenáva-lhe que respeitasse absolutamente as decisões, por violentas que fossem, com que D. José assinalou o seu reinado enérgico; por outro lado uma reacção desenfreada, tomando as aparências de justiça, e usando

das armas que a Igreja põe na mão dos seus ministros, impelia-a para o caminho da mais irreverente demolição de todo o reinado precedente. Persuadiam-na a que castigasse aqueles que o pai tinha amado; que reabilitasse os que o pai considerou como seus assassinos; que desfizesse as sentenças que o pai confirmára; e ora lhe pintavam com vivas côres o rei que a antecedeu a arder nas chamas do inferno, pelo mal que tinha feito à fidalguia e aos ministros da Igreja, ora lhe representavam com côres não menos vivas a sua futura condenação a penas iguais, se não desfazia toda a obra iníqua, ideada por Pombal, e que D. José deixára executar. Esta luta foi dolorosa, foi cruel demais para o cérebro fraco da infeliz raínha. Endoideceu!

Ouviam-na passar pelos vastos corredores do paço rompendo os ares desesperadamente com a sua queixa ululante, com o uivo trágico da sua loucura! Os gritos que ela soltava, agudos, dilacerantes, gritos de alma penada, que implora o fim da negra expiação, ecoávam lugubremente pelas salas da Ajuda ou de Queluz.

Beckford, que lh'os ouviu, compára-os aos trágicos lamentos estrídulos que as abóbadas do castelo de Berkeley repercutiram quando a Eduardo II foi infligida a mais crua e torturante das mortes [1].

Ai Jesus! Ai Jesus! gritava ela na amargura infinita da sua agonia, julgando vêr do meio de uma chama enorme que lhe incendiava o quarto, lambendo com milhares de línguas de púrpura a cama em que ela se debatia, surgir o pai tal como o representa a estátua do Terreiro do Paço, mas nêgro, calcinado, feito em carvão, enquanto uma multidão de fantasmas horrendamente desfigurados — os fantasmas de Belem — o empurravam para baixo, para o

[1] Recollections of an excursion to the monastery of Alcobaça and Batalha by the author of *Wathek*.

inferno, para o eterno fogo que nunca se consome, para a chama perpétua que nunca se apaga[1]. Que trágicas visões shakespereanas as dessa pobre mulher fanática, instrumento e vítima dos reaccionários que a enlouqueceram! As suas noites sem sono ou cortadas de pesadelos atrocíssimos, as lutas acerbas da sua consciência sem bussola e solicitada ardentemente para contrários lados, as palavras crueis dos seus conselheiros tão implacáveis no ódio, tão exigentes na vingança, as incertezas em que se debatia o seu obscuro entendimento, tudo faz dela a vítima expiatória de crimes cuja razão de Estado nunca chegou a penetrar.

O historiador alemão Henrique Schaeffer, a quem se deve uma das melhores histórias de Portugal que possuímos, o benévolo Beckford, que tão íntimamente simpatisou com a alma portuguêsa, o maledicente mas penetrante Costigan, o duque de Châtelet, que na sua estada em Lisboa frequentou o paço e conviveu com a gente mais grada da côrte, todos são unânimes no juíso favorável que àcêrca da raínha formulam por bem diversas maneiras.

«A rainha, diz Châtelet, é uma mulher verdadeiramente digna de estima e respeito. Não possue, porém, um só dos predicados que constituem uma grande rainha. Ninguem é mais caridoso e mais compassivo do que ella. Mas estas excellentes qualidades são viciadas pela mal entendida e excessiva devoção. O confessor (seria sempre elle?) obriga-a a despender em devotos e penitentes exercicios o tempo que sem damno da sua salvação poderia consagrar á felicidade dos seus povos».

Escrevendo isto o duque de Châtelet não sabia que D. Maria I, a infeliz e trágica raínha, quando passava assim as horas prostrada ante o altar do Deus terrível, tinha como objecto único o alcançar à força de orações

[1] O mesmo volume atrás citado.

ardentes, de humildes súplicas, de rezas intermináveis a salvação, não da sua própria alma, mas da alma dêsse pai que adorava, e que lhe pintavam como a presa dos castigos do Eterno. Em vão lhe diziam que era inexpiável o crime dêsse rei que perseguíra os servos da Igreja e os grandes vassalos da monarquia; ela, piedosa e doce mulher, teimava em persuadir-se, embora pouco ortodoxamente, de que as sentenças vingadoras e implacáveis do Deus de Israel se podem temperar pela ternura humilde das nossas súplicas e pela ardente e copiósa torrente das nossas lágrimas; que a chama deslumbradora e terrível do Sinai se volvêra, para nós, christãos, no dolente e inefável espectáculo dos suplícios do Calvário!

Por isso chorava e rezava contínuamente nos degraus do altar, pedindo a Deus o perdão do pai que tanto amára, do pai em quem não queria nem podia vêr um condenado sem esperança.

«A misericordia e a justiça, dizia Beckford, que são o lemma com tanta impropriedade escripto na bandeira do santo officio, poderiam applicar-se com verdade irrefragavel a esta princeza boa e virtuosa».

A decent fresh looking woman, chamava-lhe Costigan, o menos cortezão de todos. Pois até essa frescura física murchou, desapareceu no combate interno em que a razão da infeliz raínha sossobrou finalmente.

*

Aquêle que podia ser seu guia moral, seu companheiro e seu amparo, não passava de uma das mais grotescas se não da mais grotesca figura da sua côrte.

É ainda a Costigan que vamos pedir a descrição do marido que a política portuguêsa impoz à desventurada mulher. «Ao pé de D. Pedro III, diz o espirituoso observador irlandez, o proprio rei Carlos III de Hespanha, tão

celebre pela fealdade, póde ser considerado um verdadeiro Adonis. O desalinhado aspecto da cabelleira loura sempre á banda, o olhar azul claro parado e estupido, as feições asperas, grosseiras e desharmonicas, tudo lhe dava o estonteado aspecto — a elle, coitado, que nem vinho provava — de um velho inglez vencido pela quasi completa ebriedade [1]».

Vivia, de resto, a rezar, encerrado na sua devoção estreita, formalista, sem generosidade e sem ideal, como uma ostra na sua rude concha.

Não tinha mesmo sequer uma hora para se informar àcêrca das cousas públicas, que não perceberia, é certo, pois que todo o seu dia se passava no seu oratório particular, na capela ou nas festas religiosas, que em Portugal ostentavam naquele tempo o maior luzimento e a mais soberba pompa. Eram elas o assombro dos viajantes estrangeiros, ainda os mais cultos e bem informados, que nem no Vaticano tinham visto cousa que se comparasse à belleza, majestade e perfeição com que na capela da raínha se executavam as musicas de Jomellí, de Perez, de Haydn e de outros mestres igualmente célebres [2].

Quando el-rei acordava dêsse estranho sonambulismo místico, em que a existência se lhe esvaía, tinha a mais puéril credulidade para tudo que lhe diziam os homens da nobreza que o cercávam e que eram os chefes da aristocracia.

O abade Garnier, cura da igreja de S. Luís, que então

---

[1] As for king Peter, our tawny king of Spuin, with his monstrous nose is quite an Adonis when compared to him. He has very hard features joined to a foolish look, and wears a very ill combed wig generally to one side, and though he never tastes wine yet to my mind he has altogether very much the appearance of a stupid old guzzling englishman about two third drunk. — Costigan, *Sketches of society and manners*.

[2] Beckford.

vivia em Lísboa, e cujas cartas intercetadas no *Gabinete da abertura* são fonte preciosa de informação àcêrca dos acontecimentos contemporâneos, poisque o abade tinha a aguda faculdade observadora peculiar ao seu estado, diz de D. Pedro III isto mesmo, acrescentando que a raínha, cujo espírito é muito justo, mais circunspecta nas suas falas, mais moderada, mais prudente e esclarecida nas opiniões, não se deixa tão facilmente arrastar pelo que ouve em torno de si aos interesseiros aulicos, que, não podendo convencel-a, por isso mesmo a enlouqueceram. O duque de Châtelet, êsse julga D. Pedro devoto até ao fanatismo; sombrio e silencioso, constantemente ocupado em preces e procissões.

Como é, pois, que tal rei podia ser um conselheiro eficaz e rasoável para a consciência tímida, nutrida de escrúpulos devotos e alanceantes da infeliz filha de D. José I?!

Ao pé da raínha e do rei, de quem esboçámos os lineamentos vagos, aparece uma formosa figura que a morte espreita já, com a caprichosa preferência que a tem quási sempre atraído para os primogénitos de Bragança.

É a figura do príncipe do Brazil, D. José. O marquês de Pombal estremecia e educára políticamente êste moço, em quem antevia porventura o contínuador enérgico e eficaz da obra que êle sonhára, e da qual chegára a realizar as edificações fundamentais.

Dizia-se, e há cartas de Leonor de Almeida a seu pai, escritas de Chelas, que se referem com segurança a êste projecto, que a ideia fixa do marquês de Pombal consistia em fazer promulgar em vida de D. José a lei salica em Portugal, tornando nulos os direitos de D. Maria I, e determinando assim que ao rei, seu instrumento passivo, sucedesse o rei, seu discípulo inteligente.

É muito possível que se tal houvesse sucedido o primeiro acto do príncipe fôsse expelir de si o velho conselheiro de seu avô, o velho sustentáculo de uma política

reformadora e enérgica. O marquês quereria continuar a dominar absolutamente, fazendo render o serviço feito; o juvenil monarca teria a natural sêde do mando, que é uma das mais nobres ambições viris, e o conflicto não poderia evitar-se entre ministro e rei.

Assim o vimos recentemente num exemplo famoso, e as leis da história variam pouco nas suas consequências e na sua marcha. Também Guilherme II era discípulo e querido discípulo de Bismarck, e sabemos como êle tratou o grande chanceler da Alemanha unificada e poderosa.

Não se pode, porêm, saber ao certo se esta idea germinou no espírito do marquês de Pombal, ou se gratuitamente lhe foi atribuída pelos seus inimigos, para mais o indisporem com a raínha D. Maria I. O que se pode afirmar é que Pombal tinha comunicado ao príncipe do Brazil os seus dois odios dominantes, as duas paixões supremas que moveram toda a sua política: o ódio ao inglês e o ódio ao jesuíta. Êle sabia que a manha subtil e insinuante de um, e a fôrça brutal e triunfante de outro tinham de minar e destruír esta fraca nação.

Inspirára-lhe igualmente o seu amor do progresso material, e a sua repugnância pela educação fradesca, que punha Portugal a cem leguas de atrazo em relações às outras nações européas.

Afastado dos negócios o grande ministro de D. José, o príncipe do Brazil via com desespero curvada de novo em atitude de abjecta subserviência diante do gabinête inglês a côrte de sua mãe.

O objecto da sua grande admiração era José II, imperador de Austria, com quem se correspondia através do duque de Lafões, o qual durante a sua longa permanencia em Viana privára íntimamente com o imperador e com os primeiros personagens da sua luzida côrte, uma das mais namoradas de arte que ainda brilharam no mundo.

O que o príncipe do Brazil mais admirava em José II

era a sua concepção moderna, civilista e centralisadora do Estado, eram as suas refórmas eclesiásticas e pedagógicas empreendidas e realizadas contra o que êle, imperador, classificava nas suas cartas como a *dominação dos fakirs e dos ullemas*, e tendo por fim roubar à tribu de Levi o monopólio da inteligência humana [1]; era o seu combate eficaz contra o ultramontanismo, contra os abusos de autoridade das congregações religiosas, enfim o seu amor da liberdade religiosa e do progresso industrial, tão raros num soberano.

Vendo a natureza ociosa e a fradaria estulta, que ambos tinham concluído a sua missão histórica, e que, portanto, só podiam ser um tropeço e um obstáculo manterem êste pobre país na ignorância e na inercia, vendo a nossa inferioridade militar, que êle se não cansava de atribuír à dominação do clero, fatalmente debilitadora da energia de uma raça, outr'ora heróica, o príncipe do Brazil sonhava com uma transformação tão radical no sentido religioso, social e económico, como essa a que o imperador austríaco estava sujeitando o amalgama de povos que constituiam o seu vasto e desordenado império, que antes dêle se tornára um verdadeiro Estado teocrático à moda antiga [2].

Não é que José II fôsse um liberal no sentido moderno da palavra. O século XVIII não teve príncipes liberais. Nem José II, nem Frederico da Prussia, nem Catarina o foram. Foi, porêm, o século em que os imperantes tentaram introduzir reformas radicais na administração dos respectivos Estados usando, para estabelecer essas reformas revolucionárias, das armas que o absolutismo levado aos seus extremos limites lhes fornecia a todos. A rápida reacção que no espírito de uns se operou, a inutilidade dos esforços

---

[1] *Histoire de l'Autriche depuis la mort de Marie Therèse jusqu'à nos jours.*

[2] *Histoire de l'Autriche*, etc.

dos outros, a tempestade medonha que a boa vontade da maior parte desencadeou na Europa, mais uma vez vieram confirmar a lei moral de que no mundo é indispensável a harmonia entre os meios e os fins, e a lei histórica de que não pode vingar nem fructificar pacíficamente uma revolução vinda de cima.

A crise por que então passou o mundo para que nêle florescesse a liberdade política é a mesma, pouco mais ou menos, que hoje atravessâmos para que se melhorem e modifiquem as condições económicas do maior número. E assim como então havia reis e imperadores filósofos que queriam dar à burguezia como um favor outorgado, o que ela exigia como um direito irrefragável, assim hoje há, no ápice do edifício social o papa, e mais abaixo os estados e soberanos que querem atender ao mal estar das classes desvalidas, e conceder-lhes como regalías aquilo que êles proclamam como imprescriptivel obrigação. Nem a burguezia do século XVIII nem o quarto estado do século XIX aceitam o favor partindo de cima. Uma conquistou o seu lugar; o outro conquistál-o-há mais tarde, e muito sangue e muitas catástrofes individuais e colectivas foram e serão o preço sagrado da conquista. Será ámanhã inútil a intervenção dos poderes estabelecidos, como foi então efémera a obra revolucionária dos reis, como José e Frederico, de ministros como Pombal.

Do programa de José II, que tanto cativára o nosso príncipe do Brazil, se disse que era a antecipação de tudo que mais tarde e durante a Revolução fez a assembleia constituinte. É que tanto a França de 1789 como o imperador da Austria obedeciam ao mesmo ideal de razão pura, proclamado pela filosofia do século.

Não admira que essa abstracção encantadora seduzisse tão completamente o nosso pobre príncipe [1].

---

[1] Beckford.

Os que falavam com êle íntimamente percebiam sem custo o doloroso desdem que as cousas da sua terra, voltadas, desde a morte de Pombal, ao antigo estado, lhe produziam no avançado espírito.

Pensava em libertar o seu país e a sua raça do jugo de um fanatismo esterilisante, reflectido nas ideias e nos factos, desde a religião até à economia, mas a morte, que teimou em prostrál-o na flor dos anos, não lhe deixou pôr em execução os seus projectos grandiosos, poupando-o à triste decepção que aguarda todos os que julgam opôr eficazmente a vontade individual ao fatalismo irreductivel das correntes históricas que promanam de remota origem. Assim também o doce visionário que se chamou Pedro V, morreu antes de ter cumprido as esperanças que sôbre êle edificára esta nação *messiânica,* que há tanto tempo espera debalde por um salvador providencial...

*

A morte do príncipe do Brazil, causada por um ataque de bexigas, as quais, segundo então se murmurou, não foram logo cuidadosamente tratadas, mais contribuiu ainda para lançar o espírito da já alucinada raínha num inferno de agonias. O príncipe tinha o seu partido na côrte, mas tinha também contra si toda a coorte magna dos conservadores, dos reacionários, dos fanáticos que tremiam do seu espírito de iniciativa, da sua alta concepção da política de um povo, da sua preocupação do ensino civilista e da administração, de tudo que fazia dêle a antítese da rotina pachorrenta, que era o lema da sua côrte.

Não pode dizer-se que houvesse crime na sua morte, mas há quem assegure que não houve tanta solicitude no tratamento da doença quanta seria necessária para salvar esta vida preciosa.

Entre os que faziam oposição às tendências anti-jesuíti-

cas, e às aspirações generosas e liberais do príncipe D. José, avulta uma das figuras mais pitorescas da côrte de D. Maria I, o seu confessor, fr. Inácio de S. Caetano, mais conhecido pela dignidade de arcebispo de Tessalónica.

Começára por jornaleiro, assentou praça de soldado, e foi cabo de infanteria em Chaves; dalí vestiu a estamenha fradesca, e, feitos os votos, cursou o que então se chamavam as *artes* no colégio de Nossa Senhora dos Remédios, em Évora, onde florescia, em todo o seu falso esplendor, a filosofia desnaturadamente apelidada de aristotélica.

Não era, pois, inteiramente analfabéto, como teem querido dizer, êsse frade obeso, jovial, de ótimo humor, que o marquês de Pombal julgou suficientemente inofensivo para fazer dêle o confessor da então princesa D. Maria. Logo que esta subiu ao trono, fr. Inácio foi elevado à dignidade archi-episcopal, à de grande inquisidor e principalmente à de primeira influência no govêrno.

Acusam-no os que então o viram de perto — e é um dêles o observador irlandês a que mais de uma vez nos temos socorrido pela sua ampla informação, e pela sua mordacidade inteligente — de parecer engordar de farto e satisfeito no meio dos desastres da nação que os bons patriotas julgavam ameaçada de tornar breve a ser uma província de Hespanha.

Beckford, todavia, que viveu na mais estreita intimidade com o arcebispo, fez dêle um retrato encantador pela chanternidade, pela despreocupação das grandezas, pela tolerância boníssima, pelo encanto pitoresco da sua conversação risonha e maliciosa.

¿Não era um austero; quem o podia ser naquêle meio? Não desdenhava, apesar da suprema dignidade do seu cargo, o prazer, aliás platónico, de perseguir com chocarrices de antigo furriel, pelas alamedas de bucho de Queluz — satíro pesado e folgasão — as nínfas ligeiras e nem sempre crueis que constituíam o alegre rebanho das aça-

fatas. O seu tiro certeiro contra as fraquezas do próximo que cruamente observáva não se distinguia pelos requintes da caridade evangélica.

Mas a verdade tambêm é que era honrado, é que, sendo inquisidor, nunca se aprouve em perseguir nem odiar, e tendo um poder absoluto no ânimo da raínha contrabalançou, enquanto viveu, as tendências ferozmente reacionárias e cruelmente odientas dos ministros do tempo, empenhados em destruir a obra de Pombal, em não deixar penetrar no baluarte assediado da sociedade portuguesa as ideias que lá fóra eram propagadas com insistência e acolhidas com avidez, e em restabelecer, na sua antiga dominação soberba, a teocracia e a nobreza associadas na mesma obra de retrocesso político e social.

Deve-se ao arcebispo de Thessalónica o não terem logo os jesuitas reassumido a primitiva influência. E se depois, considerações pessoais — porque não era um austero — o fizeram afrouxar na oposição ao ultramontanismo e à grande fidalguia ambiciosa que já começava a detestál-o e a minar-lhe o poder, o certo é que foi sempre mal visto da cúria româna, a cujas pretensões e exigências abusivas não cessou de tenazmente opôr-se [1].

Quando êle aparece acampanhado do leigo *besuntão,* que é seu cozinheiro, seu creado de quarto, seu secretário e confidente, curvam-se diante dos dois em atitude de abjecta adulação, chegando mesmo a ajoelhar-se reverentes ante o arcebispo, os mais altos personagens da côrte. Todos apre-

---

[1] «Le confesseur de la reine, le dur scholastique, instruit de l'aversion que la grande noblesse concevait à son égard, commence à se montrer plus favorable aux intérêts des seigneurs, et quelques grandes maisons cessent de tenir sur ce prélat les propos désavantageux qu'elles affectaient de publier. Mais il aura beau faire, il est en mauvaise odeur à la cour de Rome, instruite par ces nonces qu'il est opposé aux opinions ultramontaines». Carta do abade Garnier para Simonin, 27 de maio de 1777. Gabinête da abertura.

sentam *memoriais* e súplicas; uns pedem lugares, outros promoções, alguns, mais astuciosos, a simples benção de que o arcebispo com a sua grossa malícia fradesca finge não ser pródigo.

E êle, com aspecto desprezador, sem se enternecer, nem se lisonjear, atravessa todo êste mundo de aduladores brazonados com a compostura de um homem que houvesse nascido em berço de oiro. O leigo, na ausência do arcebispo, é o objecto de quási iguais respeitos e cumprimentos.

São proverbiais as respostas sarcásticas de uma ironia acerada, de uma agudeza epigramática verdadeiramente flageladora com que o confessor da raínha retribuia as lisonjas dos nobres pretendentes que o cercavam. É que sob o aspecto grosseiro e chão, havia nêle um observador finório, que sabia ler por detraz dos cumprimentos requintados, das frases cortezãs, das elegantes reverências, a cobiça vil dos aspirantes de rendosas prebendas, e o desdem íntimo com que se vingava da cruel necessidade de o adular essa nobreza orgulhosa do seu sangue, que o absolutismo dos dois últimos reinados havia envilecido tão sordidamente.

Por isso o arcebispo fugindo às pompas da côrte, às solemnidades do conselho, a *êsse mulherio de escada acima* que lhe punha a cabeça em água, e que nem mais nem menos era do que a raínha e as infantas, só se sentia à vontade nos seus aposentos particulares, com um capote sujo e cheio de remendos, um leitão assado na mesa, e a franqueza mais risonha e mais solta na palavra e no olhar...

O leigo contava-lhe então quantos condes lhe haviam beijado a manga e quantos tocado o escapulário, e quantos nobres lhe tinham perguntado pela sua saúde preciosa, e quantos lhe tinham feito respeitosas mesuras, e o prelado ria, ria em plena alegria de frade obeso e glutão, que saboreia em liberdade, de envolta com as vitualhas de um

bom jantar, a cómica baixeza dos cortezãos vistos por dentro...

Uma virtude christã, a da piedade, doura e idealisa esta grosseira figura de frade. Enquanto êle viveu, a raínha não conheceu os tormentos que mais tarde infligiram à sua consciência de devota e ao seu coração de filha... O inquisidor mór era pela tolerância absoluta contra o fanatismo odiento e militante; o confessor da raínha era pelo esquecimento do passado contra os que pretendiam fazer de vingança o seu lema de govêrno. Não tem, pois, razão a história em maltratar quem se recomenda num meio corrupto e cruel por esta divina virtude da caridade e do perdão.

*

Em torno da família real e dos seus apendices mais próximos, tais como o ministério, o confessor, etc., reúne-se uma côrte ainda brilhante, apesar dos golpes com que a mutilára a mão implacável do ministro de D. José.

Os duques de Lafões e de Cadaval, os marqueses de Angeja e de Marialva figuram entre os primeiros, e ao pé dêles enfileirávam-se opulentos titulares, marqueses, condes, viscondes na posse de gloriosos nomes tradicionais e representando todos antigas casas, ainda não decaídas da sua primitiva opulência e grandeza, e que contribuiam para dar à vida palaciana um tom de tradicional magestade hoje perdida.

Era celebrada a hospitalidade portuguesa mesmo entre os que mais acremente censuravam os nossos defeitos de raça.

Á mesa do marquês de Marialva, um dos mais lindos tipos de fidalgo, um dos mais perfeitos exemplares da velha nobreza, espécie de patriarca universalmente querido e respeitado desde o paço real até à rua, e que durante o

proconsulado pombalino fôra o desvelado protector de todos os fracos, logrando muitas vezes alcançar a clemencia régia para os mais ameaçados pela cólera do ministro — à mesa do marquês de Marialva assentavam-se quotidianamente dezenas de convivas; das cozinhas do seu palácio saíam por dia *trezentas* rações distribuídas entre a plebe parasita da capital; o pátio cheio de seges, de estrume e de lacaios, lembrando, no dizer malicioso de Beckford, um pátio de mala-posta, conduzia ao célebre picadeiro, onde o velho marquês se divertia em assombrar os amigos com os prodígios da sua destra e famosa equitação.

Subia-se dali para os vastos aposentos, onde uma quantidade enorme de relógios — engraçada mania do marquês — marcavam em gentís minuetes, ou em figurações engenhosas, as horas que íam passando alegremente, ora a vêr as curiosidades da Índia e da Itália, que cobriam as mesas ricamente envolvidas em damasco e veludo vermelho, ora a escutar as agudas notas da voz de Policarpo, um dos primeiros tenores da capela da raínha, que se acompanhava a si próprio tocando harpa, e que deliciáva os ouvintes com essa arte admirável, que foi o culto artístico, quási exclusivo, do nosso século XVIII.

De vez em quando uma porta que se abria, logo fechada, deixava entrever nas salas interiores uma adorável figura de mulher, de olhos languidos e feiticeiros, olhos de portuguêsa, a quem um grupo de creanças cercava como grinalda de flores vivas, e que trazia à memória do erúdito estrangeiro, que porventura a lobrigáva rápidamente, uma esplendida alegoria de Rubens ou de Veronese [1].

Para a grande sala dos banquetes em dia de mais pomposo ceremonial as pesadas travessas de prata cinzelada, em que lourejam os leitões e as grandes peças de caça,

---

[1] Beckford.

são trazidas por um longo séquito de escudeiros e de capelães, no peito de muitos dos quais brilha a cruz de Cristo ou de Aviz [1]. Êste modo de ser servido à mesa tem um ar inteiramente feudal, e transporta a imaginação dos estrangeiros para os dias do passado, em que os chefes guerreiros são servidos como reis pelos nobres seus vassalos.

Um dia, no fim de um dêsses banquetes a que se assenta um grupo da mais fina flôr da nobreza de Portugal, correm todos a ouvir um missionário que reconta terríveis milágres em que a cólera de Deus e a sua vingança se manifestam medonhamente. A marquesa, os filhos e as filhas escutam com anciosa avidez a história milagrosa e terrível. A noite vem caíndo lentamente. Ninguêm se atreve a pedir luz, e a voz do missionário continúa trágica, cavernosa, falando das cóleras divinas e dos tremendos castigos do Eterno... Assim o banquête da vida portuguêsa, de uma tão naturalista alegria, foi interrompido pela aparição do lívido fanatismo, e o seu riso de caveira paralisou todas as nossas energias, e o seu sopro esterilisador queimou a vasta seára das nossas esperanças, que verdejava ao sol de Deus.

*

Com essa tremenda superstição das cousas sacras, que tão funesta impressão exerceu no espírito da nossa raça, conciliava muita vez a fidalguia não só os mais soltos costumes, mas tambêm o mais risonho paganismo cristão, e o mais desenfreado carnaval de alegria. E senão vejamos esta scena característica.

Pelos terraços do palácio Marialva, onde metade da família está ocupada em rezar ladaínhas e terços, e outra

---

[1] The huge massy dishes were brought up by a long train of gentlemen and chaplains several of them decorated with the orders of Christ and Avis. (Beckford).

metade em tocar à guitarra as voluptuosas *modinhas* que Beckford adorava, brilha de repente a luz trémula e fugaz dos archotes e das lanternas.

Ouve-se a bulha dos remos caíndo na água perto das varandas que dão sôbre o Tejo, e de um escaler de cincoenta remadores que aproa ao cais, sái o velho fidalgo acompanhado do filho D. José e seguido por uma multidão estranha e pitoresca de músicos, de poetas, de troureiros, de lacaios, de frades, de anões, de negros, de creanças de ambos os sexos fantásticamente vestidas.

Vem de uma romaria ao altar de um santo que fica da outra banda do Tejo. Rompe a marcha um corcundinha anão soprando uma minúscula trombeta; ao corcunda segue-se um figurão alto, velho, desazado, gingão, que se pavoneia muito contente no seu uniforme vistoso, e que já, em não sei qual ilha remota, fez o papel de governador. Um frade de catadura feroz, mais alto do que Sansão, dois capuchinhos carregados com cestos enormes de misteriosas provisões vem logo atrás. Aparecem em seguida dois tipos não menos característicos: um boticário esguio, esgrouviado, esquálido, cadavérico e trajando luto pesado; e uma espécie de improvisador meio pateta, o bobo indispensável ao fidalgo português, que atira versos destemperados e quadras sem nexo aos curiosos que acodem de dentro do palácio às varandas para assistirem ao desfilar da estranha, da pitoresca procisão, cuja retaguarda é ainda composta da turbamulta gritadora dos barqueiros e dos creados, acarretando gaiolas de passaros, lanternas, cestos de fruta, ramos de flores, não sabemos que mais!

Vê-se bem que vida intensa, ainda então peculiar à raça portuguesa, apesar de toda a sua triste decadência, se traduzia nêste voltar da festa tão pitoresco, tão alegre e tão doidamente ruidoso!

*

Ao lado desta casa de fidalgo português, em quem as tradições antigas teem uma preponderância acentuada, os Penalvas, mais cultos, mais letrados, dão às suas festas um cunho de arte cosmopolita.

Na capela tocam-se as músicas mais escolhidas; na livraria aberta ostentam-se as mais raras e mais antigas edições de clássicos portugueses e antigos; quadros das escólas italiana e flamenga enchem as paredes dos vastos salões; flores exóticas e flores dos nossos jardins enfeitam os vasos antigos da Índia e do Japão; as senhoras não aparecem, é certo, mas os académicos, os artistas de mais nota, as ilustrações de todo o género, trocam alí, em conversação animada, ideas que vem lá de fóra e começam a cativar os espíritos mais cultos da nação.

No meio da festa, em que fraternisam os homens da inteligência e os homens da nobreza, sob o teto hospitaleiro dos marqueses de Penalva, travam-se aqui e alí conversações parciais, confidências a meia voz...

O conde de S. Lourenço conta animadamente a sua viagem à Itália, as impressões de arte que alí colheu, os cardiais com quem conversou...

O estrangeiro, que atentamente o escuta, mal sabe que a longa cláusura da Junqueira determinou no cérebro do nobre prisioneiro a alucinação que consiste em julgar ter vivido uma vida inteira cheia de viagens, de sensações, de prazeres completamente imaginários... Passa dalí para narrar a sua estada no congresso de Aix la Chapelle, a missão que ali representou... As palavras do alucinado fidalgo excitam um movimento de simpatia piedosa em quem o escuta. Foram os tratos da prisão que lhe causaram aquela estranha perturbação mental.

O cérebro sofre, o orgulho, o belo orgulho da raça,

êsse ninguêm lh'o pôde amortecer! Há poucos dias atirou para o lugar mais recôndito e mais secreto do paço com a sua chave de camarista, julgando-se mal recebido pela raínha. Não é vulgar tamanho desprendimento nêsse tempo de vil subserviência ao capricho do monarca.

O conde de Vila Nova, futuro marquês de Abrantes, tem como S. Lourenço uma mania, mas muito menos interessante.

O seu gôsto mais violento consiste em vestir opa vermelha e andar atrás do Santíssimo, de campainha na mão. Não há namorado tão cioso da sua bela como Vila Nova da sua campaínha [1]. Não admite que outro lhe toque, que mão profana a faça vibrar. As paroquias que cercam o seu palácio nunca deixam que o sagrado viático seja conduzido a qualquer enfermo sem prévio aviso feito a Vila Nova, que abala presuroso a empunhar a vibrante campaínha. E agita-a cheio de convicção, ou seja noite alta, ou faça frio de gelar os ossos ao mais intrépido, ou cáia a pino sôbre a cabeça dos transeuntes o sol do nosso ardente meio dia de julho, ou êle tenha de subir aos últimos andares de um miserável casebre, ou de descer ao covil subterrâneo da mais imunda miséria.

Ali, no meio da festa, Vila Nova volta anciosamente a cabeça a cada movimento desusado com receio de que hesitem em transmitir-lhe o aviso que porventura lhe seja enviado das duas ou três paroquias de que êle é humilde servo e sacristão oficioso.

Quem é aquêle velho elegante, afectado, garrido, com ademanes e donaires de pisa-flores, carmim nas faces e *moscas* sublinhando o sorriso inteligente e o agudo olhar brilhante?...

É o duque de Lafões, o fundador da nossa academia, um tipo de *grand seigneur* cosmopolita — à maneira do

[1] Beckford.

príncipe de Ligne, seu contemporâneo e de certo seu amigo, — que durante o reinado de D. José se conservára longe de Portugal, viajando na Europa, brilhando nas côrtes de Versailles e de Vienna, conhecido de toda a alta sociedade europêa como *duque* ou *príncipe* de Bragança, convivendo com reis e com poetas, com artistas e princesas, com homens de gosto e homens de Estado, com *dandys* e com pensadores...

Para se saber como êle patrocina as artes basta apontar o que êle foi entre nós para o abade Correia da Serra e mais colegas seus da academia; o que foi em Vienna para o nosso abade Costa, de que mais tarde falaremos, e para Gluck, o famoso compositor, o carácter intratável que lhe consagra a partitura da sua ópera *Helena e Páris* com uma dedicatória, que faz tanta honra à fina inteligência aberta e penetrante do duque, apta a compreender e estudar estas questões de arte de uma subtileza tão delicada, como ao grande artista que nela formúla todo um programa de estética hoje realizado e então entrevisto apenas.

Citarei algumas palavras dessa dedicatória:

Queixando-se da incompetência e da audacia da crítica do tempo que condena o método do compositor sem sequer se penetrar dos princípios que a êle presidem, Gluck conclúe dêste modo:

«Julgaram-se auctorisados a pronunciar-se ácerca de *Alceste* depois de ensaios mal dirigidos e peior executados; calcularam n'uma sala o effeito que a opera produziria n'um theatro; é com a mesma sagacidade que em uma cidade da Grecia quizeram n'outro tempo julgar a alguns passos de distancia o effeito de estatuas esculpidas para serem collocadas sobre columnas altissimas.

«Um d'esses delicados amadores que concentram a alma inteira nos ouvidos achou uma aria demasiado aspera, um trecho em extremo accentuado ou mal *preparado* sem conhecer que, *dentro da situação em que estava* essa aria, esse trecho era o sublime da expressão e formava o mais feliz contraste. Um harmonista pedante nota uma negligencia engenhosa ou um erro de impressão, e apres-

sa-se em denunciar um e outro como peccados irremissiveis contra os mysterios da harmonia...

«É certo que não são mais felizes as outras artes, e que não é para ellas a crítica nem mais justa, nem mais esclarecida. Vossa Alteza adivinha facilmente a rasão d'isto. *Quanto mais se procura conscienciosamente a perfeição e a verdade mais necessarias se tornam na arte a precisão e a exactidão...*».

Vê se por êste rápido trecho, que não amplificámos mais por não ser o ensejo oportuno, como, entre o duque e o grande mestre revolucionário, deviam ser frequentes e familiares as relações artísticas; vê-se como o *maestro* confia na inteligência crítica do fidalgo, e que estreita comunhão de ideais havia entre um e outro [1].

O duque voltára a Portugal depois de ter saboreado lá fóra o que tinha de mais requintado a civilisação e a alta cultura das primeiras capitais do mundo. Tentára transplantar para aqui alguma cousa do muito que admirára e vira, e de feito é a êle que se deve a fundação da academia e a protecção generosa e inteligente aos trabalhos de naturalistas e de sábios seus contemporâneos.

Ao lado desta figura de uma tão alta e tão refinada elegância, que pode bem equiparar-se à de um Richelieu, à de um príncipe de Ligne, à de um dos muitos que lá fóra reúniam aos privilégios herdados do nascimento as graças adquiridas numa cultura variadíssima e numa educação dada pelos centros mais esplendidos da vida intelectual — a sociedade portuguesa do tempo oferece-nos uma infinidade de outras figuras secundárias que se destacam ou pelo ridículo ou pelas afectações características do seu papel social.

Monsenhor de Aguilar, conego da patriarcal, um perso-

---

[1] Gluck e Piccini. Desnoiterres, *The present state of music in Germany*, etc., by the doctor Burney.

nagem do tempo, aparece saltitante, chilreador, e murmurando a ouvidos indulgentes segredos *voltaireanos* contra a Igreja católica, de que vive e que explorá [1].

A influência fradesca imprimia em Portugal o sêlo da ignorância beata... A plebe, dissoluta e soez, adorava as procissões que contentavam as suas moderadas exigências estéticas e religiosas, e acudia fremente e douda de entusiásmo às touradas, onde o seu amor, o seu culto da força, era brutalmente acariciado. Não precisava de mais nada para ser feliz.

A nobreza, essa, livre do jugo de Pombal, reassumia a arrogância antiga, governava no paço e nas secretarías do Estado, cuidava em manter o povo na ignorância que o tinha curvo, submisso diante dos seus abusos e caprichos, e discutia seriamente os milágres de vários santos, e as tricas engenhosas de Belzebuth...

Beckford a propósito conta a história da conversão de uma velha inglesa tísica, cujo corpo é levado à sepultura pelas mãos patrícias de Assecas, S. Lourenço, Marialvas, etc., todos extasiados pelo milágre dessa conversão inesperada, enquanto Acciaoli, o núncio, esfrega as mãos de contente, dá estalinhos com os dedos, e faz figas ao Diabo, lançando-lhe em rosto o roubo da alma da velha inglesa que o cão tinhoso já julgava ter nas garras... «Feliz ingleza! exclama um dos do nobre sequito. No outro mundo teve entrada no paraizo, e n'este teve a subida honra de ser levada á cova por homens da alta nobreza! Onde houve já ventura assim?»

É verdade que debaixo desta fraseologia ôca e piegas, a história secreta tem mil anedotas típicas dos costumes do tempo que não condizem com tamanho zêlo pelo culto sagrado... Mas a Igreja é cheia de mansidão e indulgências; os mosteiros, como o de Alcobaça e outros, regor-

---

[1] Beckford, *Sketches of Spain and Portugal.*

gitam de quanto a abundância tem de mais pantagruélico, e a sciência da vida de mais requintado e comodo...

Não há onde melhor se coma e onde mais veluptuosamente se saboreie o lado material da existência que nesses retiros em que a carne devia ter-se espiritualizado até ao renunciamento absoluto e ao sacrifício supremo de tudo. Tanto o contraste entre o que se pratica e o que se préga é frisante naquela época...

O padre Teodoro de Almeida revira os olhos, faz esgares hipócritas e visagens devotas, e pronuncia discursos seráficos que o inglês, um pouco scéptico, de onde colhemos êstes quadros classifica de *first rate of hypocritical cant.*

Não é possível nomear cada uma das figuras que desfilam diante do nosso olhar, fotografadas em flagrante realidade pelos observadores do tempo. São os aduladores fléxiveis, subtis, maleáveis, com meneios de reptil e graças serpentinas; é a anãsinha Rosa, garrida e sentimental, acompanhando a rainha, que morre por ela, para todos os lados e fazendo parte integrante da côrte que não ousa rir-se daquela anomalia; é o bobo João da Falperra, esgueirando-se habilmente por todas as portas que encontra abertas, e inspirando ao conhecido *leigo* do arcebispo de Tessalonica, tão famoso pelos epigramas e agudezas, êste dito tambêm famoso:

«Na côrte penetram facilmente homens de merito superior, santos e bobos. Os primeiros desaprendem logo tudo que sabem; os santos fazem-se martyres; e os bobos são os que unicamente prosperam!»

Os fidalgos moços adoram a convivência do baixo povo, diante do qual se sentem à vontade, sem que a própria ignorancia os humilhe. Ha nas ruas de Lisboa serenatas e guitarradas, em que os filhos das primeiras casas acompanham os seus creados e os amigos dêstes; o conde de Vila Nova abre na noite de S. Pedro, à multidão da capital, os seus jardins iluminados com lanternas venezianas, e no baile

que desenrola sob as árvores a sua desenfreada alegria de *kermesse* flamenga, os herdeiros de casas principescas misturam-se jovialmente com a escuma das vielas e becos da cidade [1].

E pitoresca, animada, característicamente nacional esta vida, mas falta-lhe, a espiritualisá-la suavemente a influência da mulher então menos que nula, e a cultura geral, que é deficiente e incompletíssima. Ha homens de primeira classe, talvez, mas segue-se-lhes logo, sem intermédio algum, a massa ignorante e brutal onde não penetrára ainda um raio de luz civilizadora.

*

A castidade da rainha não permite que uma única mulher pise as tábuas do proscénio. Depois da quadra luxuosa e pomposissima em que a história do teatro português, no dizer curiosamente documentado do eminente escritor Teófilo Braga, excede em grandeza a dos melhores teatros do mundo e tem ligados à sua fama o nome dos mais célebres arquitectos, como Simão Caetano Nunes e Inácio de Oliveira; dos melhores pintores e scenógrafos, como Servandoni, disputado à côrte de Portugal pelas côrtes de França, Inglaterra e Polonia, Bibiena, Azzolini; de compositores como Cimarosa Paisiello, Piccini, Jomelli; de cantores como Caffarelli e Gizziello [2], — depois do curto mas extraordinário esplendor das representações da *Opera do Tejo* ou *Teatro dos Paços da Ribeira,* reduzido a ruinas pelo terremoto no próprio ano em que D. José o tinha

---

[1] Beckford, Costigan e outros.

[2] Teófilo Braga. *História do teatro português do século* XVIII. Burney, *Present state of music in Germany states and the United Provinces.* Burney fala com entusiasmo de Gizziello, a quem chama *musical phenomenon.*

mandado executar pelos artistas mais brilhantes do tempo, e onde sob a direcção do maestro napolitano David Perez cantaram os *Castrati* mais célebres (um dos quais foi presenteado por el-rei, depois de executar uma *cantata* de Jomelli com uma galinha de oiro cercada de vinte e quatro pintainhos também de oiro), — depois dêsse período de luxo, de extravagante luxo artístico, que tão pungente contraste faz com a miséria dos tempos e dos povos — o teatro nacional, sob o reinado de D. Maria, tem apenas para encarnar as suas criações mais ideais alentados mocetões de faces azues, de barba, que declamam em grossa voz avinhada as suas queixas de amores ou cantam em antipático falsete as suas árias e motetes. Noiva gentilmente envolta em véus virginais, princeza viuva coberta dos crepes do seu luto, joven namorada fugindo à cubiça dum velho tutor libidinoso, donzela de régio tronco perseguida pelo ódio dum tirano feroz, Andromaca ou Ifigénia, Zaira ou Inês de Castro, Medéa ou a *Esposa Perseana,* todas as heroínas da tragédia ou do melodrama, da comédia ou da opera teem fatalmente de ser representadas pelos mesmos latagões membrudos, de atlética musculatura e voz que em vão se esforça para ter notas aflautadas. A arte chegára a este apuro lamentável, e depois de ter sido no tempo de D. João V e D. José decorativa, espetaculosa e cesarista, mais feita, é verdade, para o regalo dos sentidos do que para a educação da alma, eil-a que se tornava agora burlesca no aspecto e nas intenções...

Nos teatros da Rua dos Condes e do Salitre frequentados pela alta aristocracia, e num dos quais a condessa de Pombeiro, loira, branca, diáfana, aparece uma noite, seguindo o exemplo que então davam a rainha e todas as damas *du bel air,* acompanhada por anãsinhas pretas, que no fundo do camarote sublinham com tregeitos e esgares cómicos, mais divertidos do que a peça, a mímica dos desgraçados actores, e dão uma espécie de scenário africano à beleza

do norte, aéria e fina da juvenil patrícia portuguesa[1]; nos teatros da Rua dos Condes e do Salitre representam-se longas tragi-comédias *arregladas* do italiano e do francês, entremeses também copiados ou traduzidos — perdida a tradição do teatro admirável de Gil Vicente e das farças e comédias do Judeu e de outros, em que a vida portugueza se retrata como num espelho ainda mal polido, mas já fiel em dar o contorno e a expressão.

Acabaram as noites febris da Cecilia Rosa, da Zamperini, das irmãs Pagnietti, da Todi, da Cecilia Aguiar; a *embezerrada* melancolia beata dos régios personagens distinge em tudo, até no divertimento que mais devia popularizar-se e do qual se podia fazer um elemento de educação e de civilização.

De vez em quando uma farça de Nicolau Luís os *Maridos peraltas,* o *Viajante;* uma comédia arranjada ou feita por Manuel de Figueiredo o *Fidalgo da sua propria casa,* o *Dramatico afinado,* a *Mulher que o não parece,* o *Passaro bisnau;* um entremês anónimo, *Fantasticas basofias, lograções e calotes de D. Harpia*, as *Desordens dos Paraltas,* os *Casadinhos,* o *Entremez da assembleia do Isque,* de Leonardo Pimenta e Antas, e outras produções cómicas genuinamente nossas, conseguem arrancar da entristecida e degenerada alma popular uma forte explosão de riso alegre e sadio. Mas são raras e abandonadas pela fidalguia da côrte essas noites de gaudio plebeu e português de lei, em que aparece a punição risonha dos ridículos da moda, executada pelos cómicos que saíram do povo, e que a êle pertencem como o excentrico Nicolau Luís.

Nos teatros régios continua a tradição palaciana das operas e oratórias, umas portuguesas, como *Gli Orte Esperide,* de Jerónimo Francisco de Lima, como *Il Natali de*

---

[1] Beckford, *Sketches of Portugal.*

Giove, de João Cordeiro da Silva, como *Angelica*, de João de Sousa Carvalho, o mestre de Marcos Portugal, outras italianas, de Piccini e de Perez.

Nos outros teatros, a gravidade sonsa e mazorra da Arcadia impunha à paciência dos espectadores a longa e fastidiosa melopeia das tragédias, que a dubia erudição de Francisco José Freire arranca à pobre e desfigurada antiguidade de que o seu século ignora completamente o espírito. É a *Medea* e o *Edipo* de Seneca, a *Hecuba* de Eurípides, a *Iphygenia em Aulide*, o *Mithridates* de Racine, que Filinto traduz no seu português pedregoso e durissimo, os *Scytas* e o *Mafoma* de Voltaire, e *Alexandre na India*, o *Tamerlão na Persia*, o *Pharamundo na Bohemia*, e as *Rigorosas leis da amizade cumpridas em Olympiade* de Metastasio, a *Mais heroica virtude* ou *Zenobia em Armenia* do mesmo, e *Constantino o grande*, ou a *Ambição castigada por si mesma*, e o *Radamisto*, de Crébillon; são dezenas de tragi-comedias, de tragédias, de melodramas, em que a nota do fastidioso predomina atrozmente, em que os costumes portugueses, a alma portuguesa, o passado português nunca ou rarissimas vezes transparecem.

O teatro italiano de Goldoni e Metastasio, o teatro francês do século XVII, Voltaire e Crébillon, a Grecia inteiramente desfigurada por traduções inábeis, eis o que alimenta o nosso teatro nacional, freqùentado pela fidalguia ou patrocinado pela realeza.

*

Eis aqui os traços gerais (em que a cronologia nem sempre é rigorosamente respeitada, mas cujo espírito nos parece verdadeiro, pois foi colhido com escrupulo nos documentos do tempo) da sociedade que Leonor de Almeida conheceu e teve de aceitar ao saír do tranquilo remanso de Chelas e da paragem deliciosa de Almeirim. E esta socie-

dade com os seus efeitos de luz e sombra, os seus tons brutais, a sua separação completa entre os gostos íntimos e as representações oficiais que a arte traduz, os seus preconceitos esmagadores, a sua ignorância profunda, que a surpreendeu, e que de certo lhe desagradou irresistivelmente. Que lugar tinha ela, a erudita, a elegante poetiza nesse *meio* em que alguns homens apenas destacavam, e em que Bocage ía aparecer como um fenómeno imprevisto, de que Filinto fugira indignado, em que a inteligência tinha apenas um papel secundário, ou quando muíto ociosamente decorativo? Não lhe era permitido sequer dizer o que pensava, porque o seu tempo estava justamente naquela transição crítica, e perigosa em que a hipocrisia se alia ao fanatismo, e em que a palavra serve apenas para ocultar o que o espírito cogita... As amigas afastavam-se porventura assustadas, humilhadas, daquela mulher viril que bebêra nas dores nobremente suportadas a sciência amarga da vida, e que amando com entusiasmo os prazeres do espírito não pode, por mais que nisso empregue patéticos esforços, subordinar-se a um *meio* de estupidês ou de futilidade.

Cada frase de Leonor era um conceito, e o chilrear inocente e pueril de crianças que não sabiam o que era sofrer, lutar, dominar-se e vencer-se, não podia de certo agradar ao seu entendimento viril e profundamente cultivado.

Os homens — tão inferiores a ela pela inteligência, pela instrução, pela energia antiga — olhavam-na sorrindo com êsse sorriso insuportavelmente complacente, que êles se dignam opor ao mistério irritante dum grande espírito de mulher.

Achavam-na provávelmente deslocada no seu país e no seu tempo, e riam-se dela, raivosos de a não poderem desprezar...

O pai olhava-a inquieto, divergente de cada uma das

suas opiniões avançadas e ardentemente expostas com aquele calor que as suas cartas manifestam, menos terno do que fôra na ausência, menos admirador do que o deixava entrever em frases escritas que ela relembrava com saudade.

Onde é que estavam as queridas ilusões que Leonor com tanto amor nutrira? Que pena para o observador e para o moralista, que ela não tenha deixado num *jornal,* como então tantas mulheres escreviam em França, numa correspondência como as que tornam imortais tantos nomes femininos que de outro modo a obscuridade subvertêra — que pena que ela não nos tenha deixado a confidência das amarguras que nessa crise da vida a sua alma suportou!

Ha um jornal publicado muito recentemente por uma joven artista russa, morta na flor da vida, que exprime com extraordinaria intensidade essa dor singular da mulher em completa desarmonia com o seu destino, com o seu *meio,* com o tempo em que vive!

Essas agonias requintadas que tão poucas teem sofrido, e que só uma aristocracia diminuta de almas femininas pode experimentar, Leonor de Almeida sofreu-as todas e sofreu-as em viril silêncio estoico! Apenas percorrendo os versos que ela fez depois de saír de Chelas, e de certo antes de casar (é deficientíssima em datas e esclarecimentos cronológicos a edição das obras da marquesa), encontramos neles um éco da profunda melancolia qua a devora. Mas são tão pouco símples os versos daquele tempo, é tão exagerada e tão artificial qualquer das suas formas, que essa expressão de tristeza não conseguiria comover-nos se a não relacionassemos com verdadeiras dores suportadas nesse período pela alma de Leonor de Almeida.

É tão cortado de desilusões o presente que ela sonhara feliz até ao êxtase, até ao arrebatamento, que a poetiza tem saudades das tristezas de Chelas; ao menos a essas doirava-as a divina esperança, fada da mentira, cuja missão

é enganar-nos sempre, amolecendo-nos a alma, roubando-nos a viril coragem do desespero absoluto:

Ideias minhas, multidão de ideias,
Que algum dia da citara eu fiava,
Vinde trazer-me as horas que eu passava
Ao som de menos rispidas cadeias.

Bem que tristes, de paz as horas cheias
Saturno no seu corpo as sepultava
No feliz tempo em que eu inda ignorava
Que havia para mim outras mais feias.

Ide colher aos ermos tenebrosos
Os ais que lá deixei menos sentidos
Para modelo dêstes tão queixosos.

Talvez que esses antigos meus gemidos,
Com que eu domava os monstros furiosos,
Hoje abrandem meus fados desabridos.

E ainda noutro soneto da mesma época correspondendo à mesma sorte de impressões:

Sei que o prazer qual fragil planta dura,
Que o progresso do tempo traz mudanças,
E que alegria é sempre mal segura.

Troco assumptos ditosos, por lembranças
Basta a meus hinos gloria sem ventura,
Honra, virtude e *murchas esperanças.*»

Mas se esta velada confissão não bastasse para nos guiar nas nossas investigações íntimas, teriamos em todo o caso o seu casamento.

Entre tantos fidalgos portugueses que freqùentavam a sua casa (alguns dos quais, infelizmente para ela, corresponderiam por demais ao retrato típico que ela traça de Bernardo da Silveira) um estranjeiro, o conde de Oeynhausen Grovemburgo, que ela quer, que ela escolhe, quem contra vontade do pai, que nem sequer lhe assiste ao ca-

samento, ela aceita para marido. Ha mais claro indício do desgosto que, entre os da sua raça e da sua terra, lhe inundou a alma ambiciosa, exigente, perigosamente exaltada pelo belo?

*

No prefácio das obras de Leonor de Almeida a que mais duma vez nos temos referido vem a genealogia do conde de Oeynhausen traçada com escrupuloso esmero pelas suas descendentes. De feito o conde descendia duma casa nobilissima da Alemanha; era primo co-irmão do conde de Schaumbourg-Lippe, o que o não privava de pertencer a essa procissão inumerável de fidalgos pobres, que então enxameiavam por todas as côrtes do mundo, e que ofereciam o seu braço de soldado a todos os que dêle precisassem para combater qualquer causa, fosse ela qual fosse, contanto que rendesse para viver, e viver bem.

Leonor de Almeida, escrevendo ao pai do convento de Chelas, ainda, é certo, em tempo do marquês de Pombal, referia-se desdenhosamente a êsse bando de nobres aventureiros, que atrás do conde de Lippe tinham penetrado tambêm em Portugal e ocupado muitos dos importantes postos do exercito, agora um tanto estrangeirado como de todo estrangeiro era o seu comandante em chefe.

Citemos, como é nosso costume, a frase textual de Leonor: — «Creio que tem logar aqui a reflexão assás commum de que o maior despotismo cava o precipicio em que se despenha. Estamos a pique de nos engulirem os ingleses ou os castelhanos. Os melhores soldados são os descontentes, e restam para a frente dos nossos exercitos um estranho (o conde de Lippe) e *varios bonecos* que representam por arames como os da comedia! Bons successores dos nossos guerreiros honrados!».

O caso é que um dos tais *bonecos* a que Leonor se re-

fere aqui, é o conde de Oeynhausen. Este, na côrte de Portugal, que a esta hora se recomendava pela cegueira da superstição e pelo requinte do beaterio baboso, entendeu que o melhor meio de fazer caminho era tornar-se catolico.

Por uma felicidade, que nem sempre um narrador consciencioso dos factos do passado topa no seu caminho, fomos deparar no livro do malicioso irlandez Costigan, contemporâneo do conde de Oeynhausen em Portugal, com cerimonia imponente e luxuoso do seu batismo.

O conde de Oeynhausen era respeitado na côrte pelos seus talentos militares e pelo seu bom senso e conhecimento do mundo, e estas qualidades pessoais, juntas à circunstância de pertencer, pelo nascimento, a uma família de principes, levavam a rainha a ser madrinha do novo neófito do catolicismo.

Na capela da Ajuda compareceu, pois, para êsse fim, a rainha D. Maria I, acompanhada pelo principe seu marido, aquela figura caricatural de que já demos esboço imperfeito. Ao pé dos dois via-se Angeja, o primeiro ministro, obeso, escuro, com baixo aspecto de onzeneiro judeu e cercado ali mesmo de adulações e cumprimentos que há pouco convergiam todos para a figura majestosa e imponente do exilado ministro de D. José. A figurinha esperta, movediça, maliciosa de Martinho de Melo, lança em torno de si os golpes rápidos do seu vivissimo olhar, enquanto Aires de Sá, magro, emaciado, com um grande livro de *Horas* na mão, nem repara no que se passa em torno dêle, tão do coração se entrega às rezas e orações ferventes que aquela cerimonia sugere ao seu espírito de católico, tão ardentemente fixa o olhar extático nas imagens que resplendem sôbre o altar, e nas cerimónias rituais celebradas junto dêle. O conde da Ponte, camarista de el-rei e coronel de infanteria, perfila-se perto do principe, com a sua face de eunucho, onde não transparece o menor vestígio de barba. Endoudeceu-lhe há pouco a mulher, que conveniências de

família tinham forçado a um casamento odioso, e vinga-se dela, do destino que o flagelou com secretas amarguras, do mundo que o não poupa a epigramas e alusões empeçonhadas e a conjecturas cruelmente indiscretas, fazendo da vida um assumpto de *rabelaiseana* gargalhada, sendo em cada festa aquele conviva que põe todos os outros em convulsões de riso, tendo um dito, uma resposta, um repente, um chiste para cada acontecimento, para cada indivíduo, para cada circunstância, para cada tragédia que passa... O alvo favorito dos seus epigramas e ironias é o cardeal da Cunha, empavezado agora, na sua balofa nulidade, com a importância adquirida na sombra do grande marquês. Foi o conde da Ponte quem, como já dissemos, visitando a livraria do cardeal, composta de onze mil volumes, fez notar ao bibliotecário que tinha ali sua eminência para servi-lo nem menos de onze mil virgens!

Aos olhos de Costigan, — o soldado aventureiro doido pela força, como os da sua raça, — destaca-se a figura marcial do marquês das Minas, «nascido para homem de guerra e homem de brio», mas tendo naquele meio, degenerado e tão hostil aos fortes, adquirido defeitos que lhe deslustram a instinctiva nobreza da alma. Superior a muitos dos seus compatriotas pela inteligência, pela energia e pela instrução, contava-se que êle não duvidára entrar numa conspiração urdida no paço, em que os primeiros fidalgos da côrte se tinham munido de *facas de ponta,* para assassinarem o marquês de Pombal, caso êle tentasse reter nas mãos o poder que a morte do rei fatalmente lhe arrancava...

A voz do frade dominicano, que se levanta estrondosa, acordando os écos da capela, arrancava Costigan à contemplação das diversas figuras da côrte, salientes por esta ou aquela qualidade mais característica, e levava-o a concentrar todo o seu poder de atenção nessa espécie de eloqüência.

O frade extasiava-se ante o mérito daqueles que consagram a existência à conversão de herejes e de infieis. Lembrava quanto era extensa, enorme, incontável a lista dos convertidos às verdades da nossa santa religião. O seu santo patriarca, S. Domingos, outra cousa não fizera em toda a sua santissima vida senão converter ímpios e infieis em quási todos os países da Europa, entre os ruins albigenses, os protestantes da Alemanha e da França, os judeus e mouros de Portugal, isto sem usar modo algum de força ou compulsão, como êle prégador afirmava ao seu pio auditório, mas sómente com os estupendos milagres que operava, e com o flamejante raio da sua palavra poderosa. Desde êsses remotos tempos até agora não houvera principe nem monarca tão zeloso em animar as conversões à Santa Igreja como Sua Fidelissima Majestade ali presente, por cujos méritos Nosso Senhor e Nossa Senhora a haviam de recompensar amplamente com a paz e prosperidade neste mundo e uma corôa de gloria no outro.

— «Deixae, continuava elle, deixai que as innumeraveis conversões presenceadas por esta augusta côrte, desde o feliz accesso ao throno de Sua Magestade a Rainha, confirmem a verdade do que eu digo — deixae que os sombrios huguenotes da França, os réprobos hereges da Inglaterra, os seguidores allemães do cruel Calvino e do impio Luthero, os quaes têem sido em numero incalculavel baptisados dentro d'estas paredes, declarem quão ferveroso e ardente tem sido o zelo de Sua Magestade em os fazer renunciar aos seus erros abominaveis, em se professarem filhos doceis e humildes da unica Igreja infallivel que existe sobre a terra.

«Oh! que eu não tenha a voz de um milheiro de anjos (exclama em tom mais férvido o inflammado prégador) para reconhecer dignamente a bondade da Providencia em nos enviar tão excelsa rainha, e para agradecer ao meu glorioso patriarca S. Domingos por me haver inspirado a mim

o mais humilde, o mais indigno dos seus filhos, com eloqüência, com argumentos, com rhetorica bastante, para reduzir e vencer o poderoso raciocinio e as bem elaboradas objecções do nobre neophyto que estamos a ponto de admittir no seio da santa Igreja vizivel.»

Neste momento apareceu o neófito, estando já tudo preparado para a cerimónia de o batisarem. Ao pé da pia batismal estava el-rei e a rainha, e os olhos de ambos os régios personagens se arrazaram de lagrimas no momento da piedosa celebração.

Tão depressa ela concluiu, a rainha, dirigindo-se graciosamente ao católico recem-nato, enxugou com o seu próprio lenço de cambraia e rendas algumas gotas de água benta que tinham caído sôbre os bofes da sua camisa, dizendo-lhe «que esperava que isso o não constipasse, pois que era uma especie de agua que nunca fazia mal a ninguem». A côrte inteira seguiu-se a cumprimentá-lo amávelmente, enquanto as lindas vozes da capela real se erguiam para o alto num *Te Deum* magistralmente executado, que completava a augusta, a pomposa, a fidalga ceremónia.

*

Em 1779, dois anos depois da sua saída de Chelas, e poucos dias depois do batismo do conde de Oeynhausen, Leonor dava-lhe a mão de esposa, surda à voz do pai, que se levantava arrebatada e violenta contra esta escolha imprevista, esquecida dos mil protestos que havia feito ao marquês de lhe obedecer sempre em tudo, e principalmente no magno assunto do seu casamento, sem atender à pobreza do fidalgo alemão, que estava em completa desproporção com a nobreza do seu nome, e às dificuldades que por êste motivo o futuro fatalmente lhe guardava.

Sem documentos autenticos e positivos que nos ilucidem acêrca das impressões de Leonor ao deixar o convento e

ao entrar no mundo e na família, não podemos contudo deixar de atribuir a um desgosto profundo de tudo que em torno de si vira, esta resolução tão estranha e rápida. O conhecimento íntimo do seu caracter é suficiente elemento para esta conclusão, que afoutamente perfilhamos.

Os conflictos entre o pai e a filha seria necessário uma profunda ignorância da psicologia de ambos para os não agourar desde logo; o antagonismo entre ela e o *meio* social em que ia viver ressalta naturalmente da leitura das suas belas e generosas cartas, e da análise documentada da sociedade estranha do seu tempo. Que melhor meio de fugir a tão grandes dificuldades do que êsse casamento que ia roubá-la por muito tempo, talvez para sempre, à influência esterilisante e deprimente da sociedade portuguesa, à rispida autoridade, out'ora tão querida, de seu ulcerado pai?

Numa epístola sua a um amigo, Bocage, mais tarde, referindo-se a êsse gosto dos paises estranjeiros, de que Leonor dá agora a manifestação primeira, lamenta-se de não poder seguir-lhe o exemplo, planeia tambêm fugir ao *meio* asfixiante que o envolve. Ele tambêm:

> ... Como a grande, a magestosa Alcipe
> Com pejo de existir cá onde há morte,
> Ousára demandar no afouto adejo
> Plagas imensas onde tudo é vida.

Mas Bocage, mais infeliz que a poetiza portuguesa, morreu amarrado ao ignóbil poste da sua miséria, tendo as mais das vezes de contentar-se com a plebe dos botequins para lhe dar aquele nectar inebriante do aplauso ruidoso e sincero, sem o qual a sua alma não podia viver. Foram êsses botequins o teátro mais freqùente dos raptos do seu sublime e independente espírito. Leonor fugiu para longe, gosou, conheceu, teve todas as sensações exquisitamente delicadas, que um entendimento como era o dela precisava

para se desenvolver. A flor, porêm, daquela viçosa fé nas ideias novas, que as suas cartas tão encantadoramente revelam, murchou de todo no ar artificial das côrtes europeias que freqùentou. A Leonor que volta é bem diversa daquela que partiu. E bem pode dizer-se que a fase mais interessante da sua vida acaba aqui! Mas literáriamente o progresso do seu talento é incontestável.

Como a Stael, ela trouxe a Portugal, de volta da Alemanha, a revelação da profunda literatura do norte, então totalmente desconhecida por nós, e o seu gosto faz-se tão seguro e tão firme que é ela quem muito mais tarde revela Herculano a si próprio, e o induz a seguir a carreira das letras, segundo a confissão, feita pelo eminente historiador, que trasladamos para aqui:

«Áquella mulher extraordinária, a quem só faltou outra patria que não fosse esta pobre e esquecida terra de Portugal para ser uma das mais brilhantes provas contra as vãs pretensões da superioridade excessiva do nosso sexo, é quo eu devo incitamento e protecção litterária, quando ainda no verdor dos anos dava os primeiros passos na estrada das letras [1].»

D. Maria Amalia Vaz de Carvalho [2].

---

[1] *Panorama,* 3.º volume, 2.ª serie, artigo sôbre a marquesa de Alorna.

[2] O que se publica aqni da Marquesa de Alorna é o princípio dum longo e documentado estudo que a auctora tinha projectado e por varias razões, alheias da sua vontade, não poude completar.

D. Maria Amália Vaz de Carvalho

Pelo seu talento, pela dignidade do seu caracter, e pela sua confraternal oficiosidade, a Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho conquistou, há muito, um lugar eminente entre os mais eminentes escritores portugueses. E por isso a Academia das Sciências de Lisboa, com aplauso da geral opinião, concedeu-lhe a honra, que meretissimamente lhe competia, de a inscrever na lista dos seus sócios.

Filho de um país que a Sr.ª D. Maria Amália tanto ama, e onde se fala a mesma língua, que em suas mãos é uma fonte perene de harmonia; tendo tambêm a honra de pertencer àquela douta corporação (posto que sem modestia me reconheça pelo mais obscuro dos seus membros), nada me parece mais justo e mais natural, do que, no próprio boletim da Academia, dedicar algumas linhas a essa delicada figura de mulher, a propósito do seu último livro *Coisas d'agora.*

Como senhora da sociedade, o nome da Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho deve ser acatado principalmente por dois motivos. Primeiro, porque numa época decadente, em que o Atila do calão invade os salões e os parlamentos, e em que as damas, por via de regra, só falam de modas e de *sports*, a Sr.ª D. Maria Amália não macúla os seus lábios com plebeismos grosseiros, e sendo o avêsso de uma *bas-bleu,* prefere a todas as conversações as que evocam a belesa tranquila das estatuas, a factura sólida e brilhante, em que os escritores de raça engastam, como joalheiros, pérolas do mais belo oriente. Segundo, porque vivendo num tempo, em que ser jornalista, ser mestra,

ser guarda-livros, ter qualquer profissão remunerada, em fim, longe de ganhar o respeito, atrai o desdem sôbre a mulher que a exerça, a ilustre escritora educou sempre os seus filhos com o dinheiro adquirido pelo seu labor quotidiano. Escreve artigos para jornais brasileiros e portugueses; tira a lume interessantes livros sôbre assuntos vários; esculpe no Paros do seu estilo a figura majestosa do Duque de Palmela, e tudo isto sem queixas, sem lamentos, apesar da sua saúde precária, antes com uma espécie de orgulho na alma da mulher, que se acha satisfeita só com a ideia de não ser apenas um brinquedo, um dixe de prateleira, mas uma creatura capaz de manter-se a si e aos seus pelo exercício de um mister, que concorre para a afirmação e desenvolvimento das qualidades mais finas — a inteligência, a sensibilidade e a ternura.

*

Depois da morte da Sr.ª D. Maria Krus de Brito do Rio, que tinha um *salão* quási exclusivamente político; depois de terem falecido tambêm as Sr.ªs Duquesa de Palmela, Condessa de Lumiares e Condessa de Ficalho, o único *salão,* que há hoje em Lisboa, é a salinha da casa, que a Sr.ª D. Maria Amália habita na travessa de Santa Catarina. Com efeito, sem receio de errar, pode afirmar-se que mais ninguêm recebe na sociedade lisbonense; e a Sr.ª D. Maria Amália, recebendo personagens ilustres, não o faz com o intuito de se regosijar, vendo-se rodeada por elas. Não. A gloriosa escritora não conhece essa vaidade egoista. A sua casa é assiduamente freqùentada pelas senhoras mais espirituosas e elegantes da primeira sociedade, e por homens como o Conde de Sabugosa, António Cândido (estes vão lá todos os dias), Teixeira de Queirós, Cristóvão Aires, D. António de Lencastre, e outros igual-

mente distintos nas letras e nas sciências; e ninguêm saiu alguma vez de lá descontente ou magoado, porque a dona da casa só tem em vista o prazer dos seus hospedes e a arte de os dirigir, não se interessa senão pelo que os pode interessar, não maldiz, nem consente que se maldiga, seja de quem fôr.

Em uma das paredes da pequena sala, onde circundada de flores vive a insigne escritora partuguesa, existe um magnifico retrato seu, pintado por Veloso Salgado. Por mais veridica e por mais comovente que seja essa linda tela, o que o grande mestre a meu ver não conseguiu, foi traduzir, por ser intraduzivel, toda a expressão dos olhos que iluminam uma fisionomia complexa e mobil, em que veem reflectír-se as ardentes paixões da sua inteligência moderadas pela infinita bondade do seu coração.

Sim. A Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho possue um talento vigoroso de poeta, que jogava — e de que maneira! — com as belas rimas de ouro de que fala Teofilo Gautier. Deixou que essa fonte de poesia cantasse dentro de seu peito e fecundasse a sua inteligência; mas, para que ela não a invadisse completamente, e ficasse reinando como senhora absoluta, manteve sempre uma admiravel ponderação entre os impulsos dos seus sentimentos, e as averiguações do seu espírito crítico. Os dois cavalos de Platão, subjugados e dominados por uma vontade forte, conduzem para um mesmo fim, emparelhados em tiro, e em passo certo, o enlace harmonioso da sua razão e do seu coração. Mas... falemos do volume *Coisas d'agora*.

*

É muito raro que um livro composto de peças destacadas conserve uma certa unidade. Todavia alguns há que a conservam, como êste, que a Sr.ª D. Maria Amália Vaz

de Carvalho, há poucos meses, deu à estampa, em que a unidade procede menos das relações que ligam as coisas, do que do estado de espírito em que são tratadas. Todos os capítulos do livro trazem o mesmo cunho, revelam a mesma alma: uma alma um pouco triste, muito sã, resistente e bem temperada, menos atenta aos pretextos que lhe sugerem assuntos, do que aos abalos íntimos que êles lhe suscitam: uma alma de homem toda impregnada de *humanidade,* que a vida não terá poupado talvez, mas a quem as experiências e provações não lograram obliterar do coração a natural benevolência e o *optimismo* original.

Antes de mais nada cumpre dizer que, escrevendo a palavra *optimismo,* por nenhuma forma pretendo referir-me ao optimismo dos que vivem fartos de riquesa e de felicidades, mas ao optimismo que sustenta de pé os resignados e os animosos. Porque a diferença entre os dois é profundíssima. Nada há que tanto escandalise e exaspere, como o optimismo beatífico, parvo, hilariante, dos egoistas e insensiveis, a que os factos opõem desmentidos de tal ordem, que êle só serve para sublinhar as crueldades da vida. O homem imperturbávelmente satisfeito com os espectáculos que contempla, parece então uma espécie de monstro obtuso e estúpido, um aparelho registador, que não executa as suas funções.

O contrário sucede com aquele, que sem ignorar as miserias do nosso destino, procura em si e em torno de si motivos e razões para o suportar. Êsse tal prepara-se simplesmente para cumprir a sua obrigação de homem, e carece de uma grande dose de vontade para seguir a sua rota de onda em onda, depois de ter verificado, uma vez pelo menos, em que abismos de dôr se há de engolfar, avançando no langor dos anos.

A Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho conhece-os, mediu-os com os seus olhos, como provam os capítulos intitulados *Duros tempos,* e *As irmãsinhas dos pobres;* e

como não pode deixar-se levar pela perigosa atracção de tais abismos, o que faz? Contra a violência, que ela diz ser «esteril e sáfara como a mentira», a eminente escritora aconselha «a doçura de Cristo que venceu o duro mundo antigo»; e, quando deplora a desumanidade de tirar aos pobres velhos de Campolide o conforto, que lhes davam as suas *irmãzinhas,* dizendo-lhes que «Deus é bom, e que no céu os últimos serão os primeiros», exalta a Caridade, virtude de preço inestimável ensinada ao homem pelo mesmo Jesus, e que, junta à Razão e à Belesa reveladas pela Grecia, constituem a fôrça, a graça e a doçura da nossa vida.

E estas ideias apregôa a Sr.ª D. Maria Amália, convencida de que hão de converter-se um dia em realidades, e convencendo todos os que lêem os seus períodos deliciosos.

No volume *Coisas d'agora* há estudos magistrais sôbre Lord Byron, Dickens, Rousseau e Chateaubriand; há um retrato maravilhosamente verdadeiro, observado e intuitivo ao mesmo tempo; um retrato, como poucos sabem fazer, vivo pelo testemunho familiar, pelo gesto e pelo gosto surpreendido, pela alma subitamente desvendada. É o da Rainha Senhora D. Maria Pia.

Há páginas soberbas de homenagem ao inclito varão, que foi o Barão do Rio Branco, e à «mulher de grande coração e grande engenho, que escolheu para si o lindo nome de Carmen Dolores!». Enfim... o livro reune tudo o que durante um certo período mais impressionou a autora, e nele se vê claramente o método do seu espírito.

Naquele cérebro tão radioso, tão inteligente e instruido, naquela espectadora de tantas cousas, a impressão desperta não só emoções e reflexões, mas lembranças, analogias, pontos de vista sôbre o futuro. Um capítulo intitulado *Prégadores e jornalistas* é a evocação do passado pelo presente. É Jeremias e Ezequiel amaldiçoando, profetizando, lançando anatemas e gritos, nas ruas de Jerusalêm;

é Pedro, o Eremita, excitando a fé e as cobiças do homem na guerra contra o Turco; é Savanarola querendo reformar a Igreja e queimando as obras primas da Arte Antiga. E em numerosos artigos dêste e de outros volumes anteriores é uma incomparável mistura de ontem e hoje, de erudição e de impressão, de política e de sciência, de poesia e de pensamento.

Em Portugal e no Brasil, para onde escreve, há mais de trinta anos, a Sr.ª D. Maria Amália é considerada como uma escritora muito penetrante, eloqùentissima e — digamos o termo — quási universal. Nenhum assunto lhe escapa, nenhum excede o seu belo engenho e compreensão. Pelo contrário. Sôbre toda a questão filosófica, política, histórica, literária, moral, até mesmo scientífica, a Sr.ª D. Maria Amália lança o seu olhar a um tempo perscrutador e envolvente, a sua formosa inteligência a um tempo analítica e generalizadora, a sua frase simples, larga, abundante e ritmica, as suas belas imagens ricas e poderosas, que muitas vezes tomam proporções de símbolos.

Tudo isto reluz com intenso brilho no volume *Coisas d'agora,* cujos capítulos II e VI recomendo em especial às senhoras portuguesas e brasileiras que leiam pausadamente, e ponderem na importância da sua doutrina.

José António de Freitas.

Preito e menagem

Manter a delicadeza do sexo sem resvalar no preciosismo, é milagre de equilíbrio dificilmente realizado por uma pena de mulher. Dois dedos de talento em cérebro feminino é raro não escorrerem sôbre as meias umas lambugens de azul. Quando não se enxergam vislumbres de tintura, é sinal de que o talento transcendeu a bitola da mediocridade.

Ora, no Portugal literário, existe hoje um admirável exemplo de tal prodígio. A sr.ª D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, minha eminente colega, reúne todas as qualidades de um verdadeiro homem de letras, sem excluír as características de sentimento melindroso, que o primeiro homem perdeu quási de todo com a lendária costela.

Neste meu remanso de Cintra, não tenho a geito os elementos precisos para auxiliar a memória na elucidação da minha afirmativa. Mas encontro na paizagem ambiente uma viva imagem desse fulgurante talento.

É doce e aveludada a vegetação que se entremeia no alpestre das penedias. A fauce tôrva das ribanceiras espiritualiza-se em melancolias de folhagens e sorrisos de flores. O verde translúcido das faias amacia pelo contraste a severa envergadura dos cedros. A luz esbate-se de copa em copa até se coar em dilúculo pela renda dos fetos arboreos, dilectos da sombra. A própria neblina embota a aspereza dos contornos. A austeridade meditativa da serra dilue-se na amenidade sentimental da floresta. Tapae os olhos para o que de estultamente alambicado derramou por aqui a mão de construtores pretenciosos ou ignaros, e

sentireis uma harmonia inexcedivel de força e de graça, como se a seiva exuberante rompesse do coração da natureza para dulcificar as agruras do pensamento.

Assim me aparece o privilegiado espírito da sr.ª D. Maria Amalia. Se entre as damas portuguesas a sr.ª D. Carolina Michaëlis atinge as culminâncias da erudição, nenhuma poderá disputar o primado literário à ilustre viuva de Gonçalves Crespo. Por isso me orgulho de ter iniciado a vitória sôbre um arcáico preconceito masculino. Foram as minhas humildes mãos as primeiras que, para os escancarar deante das insígnes escritoras, se arrojaram aos batentes académicos, que em França cerraram na cara de Madame Curie.

Não sei se a glória de ambas aumentou com o acesso; mas a mim, favoreceu-me com seus reflexos, a que ávidamente me achego, como indigente que sou.

Henrique Lopes de Mendonça.

Maria Amália Vaz de Carvalho

Coisas de agora

O seu nome e a sua arte são tão conhecidos no Brazil como em Portugal, e num e noutro igualmente admirados. Mas, se todo o Brazil conhece a grande escritora, só Portugal, e ali mesmo apenas os *happy few,* conhecem a encantadora mulher.

Para mim foi, é e há-de ser sempre um insolúvel problema como ela escreve e sabe *de omne re scibile.*

É extraordinário como ela penetra a vida, os sentimentos, o modo de ser de países que nunca viu, de povos entre os quais não viveu.

Não é apenas erudição de livraria que ela tem. O seu miraculoso poder de simpatia fa-la compreender e assimilar as idiosincrasias das raças, os sentimentos e os preconceitos.

O Francês, em geral, é invariavelmente francês — chame-se êle Saint Beuve ou Jules Lemaitre. O Inglês é sempre inglês. E o Português, por via de regra, nunca deixa de ser — francês.

A sr. D. Maria Amália Vaz de Carvalho sabe encarar a França, os seus homens e as suas coisas, sob o ponto de vista francês, as coisas e os homens de Inglaterra, sob o ponto de vista inglês, e adoptará de certo o ponto de vista português se algum dia se lembrar de escrever sôbre as gloriosas revoluções de Caracas, ou o liberal Govêrno da República haitiana.

A par desta flexibilidade de espírito, desta adaptabilidade do pensar, o brilho e a vivacidade do seu estilo tão rico e fácil, traduzindo igualmente a mais pungente dôr, a graça mais fantasista, a ironia mais feroz, fazem desta senhora um dos mestres modernos da língua portuguesa.

E custa a acreditar que tudo isso venha dêsse franzino corpo de mulher pálida e friorenta, que passa os dias recebendo os seus amigos reclinada numa *chaise longue*, coberta de peles.

Cada vez que eu entro nessa sala da travessa de Santa Catarina, a que preside um fidalgo gôsto, e onde tem passado tudo quanto Portugal tem produzido de ilustre nos últimos trinta anos e muito do que tem nos últimos vinte anos ilustrado o Brasil — e lembram-me agora os nomes de Eduardo Prado e de Olavo Bilac — cada vez que eu entro nessa sala, encontro a sr.ª D. Maria Amália a exalar o último suspiro. Mas não me dá cuidado. Há mais de trinta anos que eu assisto a essa agonia. Maria Amália — assim falamos dela, os ditosos que ela honra com a sua amisade e que lhe retribuem esta amisade com afetuosa veneração—recebe-nos com voz plangente. ¿Pose? Juro que não. Se alguêm detesta a afectação e a pose é Maria Amália. A verdade é que aquele corpo franzino e friorento é apenas um pretexto para aquele ardente e vigoroso espírito. O espírito está dormindo, — o corpo extenuado sofre.

Assim que eu lhe começo a falar de outra cousa que não seja a doença mortal de que ela vive — e viverá, se Deus quiser, largos e bons anos — o espírito acorda. E, como é raro sermos da mesma opinião, Maria Amália contradiz-me, excita-se, e eu assisto embasbacado ao brilhante fogo de vistas da sua palavra viva e fantasista — paradoxos, ironias, graça boa e sarcasmos ferinos. Ilumina-se lhe o olhar, revive-lhe o semblante, tal como Salgado a fixou

numa das melhores, senão a melhor, das suas telas magistrais. Senta-se numa *chaise-longue,* os pés no chão, e já duas ou três vezes em trinta anos consegui que ela se puzesse de pé. E então, cheia de vida, de energia, de graça, Maria Amália tem trinta anos. Nunca teve nem há-de ter outra idade.

Os seus escritos são muita vez repassados de uma suave melancolia. Assim é também — dizem — a sua conversa quando encontra almas compassivas. Mas eu não tenho êsse dom. E comigo ela é sempre a amazona combativa, cuja amisade me honra e me tranquiliza.

Neste seu último livro, porêm, há em todo êle um véu ligeiro de melancolia, como que uma saudade que transparece mesmo através das mais finas ironias, de alguns crueis sarcasmos. Sente-se nêle aquela «apagada e vil tristeza» de que já Camões se queixava em fins do século XVI, e que é o sintoma característico das nacionalidades que vão morrer.

Adiante!

O que a mim me fez tristeza foi sentir nesse livro a grande mudança que se operou em nós todos.

Era eu pouco mais que uma criança quando me apresentaram a Gonçalves Crespo. Como todo o bom português o meu alpinismo reduzia-se a algumas curtas ascensões ao Pindo. Conhecer Gonçalves Crespo foi para mim um deslumbramento. Acolheu-me o poeta com o seu sorriso fascinador e convidou-me para sua casa — a mesma casa da travessa de Santa Catarina. Um dia apresentou-me a sua mulher. Já então ela estava na *chaise-longue,* mas era diferente o motivo. Não era um livro que ia ver a luz — embora fosse um pequenino poema.

Dali a curto praso o fino burilador do verso português morria, e durante algum tempo deixei de ver Maria Amália completamente absorvida na sua dôr.

Nos seis incomparáveis versos da dedicatória dos No-

cturnos, Crespo deixou à posteridade o retrato moral da mulher — que a escritora fala por si.

«A ti, ó boa e rara e fiel amiga,
A mais santa e a melhor das companheiras,
A ti, ó flor mimosa e alma antiga,
Doce premio que ris ao meu cansaço,
A ti, ó meu Conselho.. »

Mas não há aço por mais fino, nem dôr por mais aguda e mais sagrada, que o tempo não embote. Sem fortuna pessoal, Maria Amália trabalhou para viver e educar primorosamente os filhos. Revelou-se a *alma antiga* que Crespo tão bem conhecia. Retomou interesse na vida, reabriu as portas da sua casa hospitaleira aos amigos de seu marido, que eram os seus, e a pequena sala de Santa Catarina tornou-se um *salon* literário, sem preciosidade ridícula, uma espécie de capelinha intelectual na sociedade lisboeta pouco dada a exercícios espirituais. A parte feminina era representada por meia dúzia de senhoras, quási todas da primeira nobreza de Portugal, quási todas havidas justamente como as mais belas dêsse tempo, todas inteligentes e espirituosas. O sexo a que por autonomasia se chama forte, tinha ali Olíveira Martins, o grande polígrafo, o patologista social que tão sagazmente adivinhou e descreveu a doença de que Portugal enfermava e que se revelou finalmente numa febre eruptiva, mas não contagiosa, em que pese ao amor próprio dos micróbios que a produzem; Sousa Monteiro, o erudito escritor de prosa e verso; Carlos Lobo de Ávila, o mais scintilante, o mais agudo, o mais prometedor dos estadistas portugueses; Sousa Martins, o professor eloqùente sôbre todos; o Conde de Ficalho que lembrava um dêsses grandes senhores romanos do século IV, elegante e culto, filosófo, escritor, lavrador, artista, «sportman» e político, conversador sem rival, desdenhoso e scético; Eça de Queiroz, cujos romances são

uma apoteose da alma portuguesa; o Conde de Arnoso, figura admirável e simpática que a história há de registrar, — todos êles já mortos! Dos vivos era o Conde de Sabugosa, o poeta e prosador que o Brasil conhece, o vivo representante de um passado grande, coração de ouro e alma estóica; era António Cândido, o mais artista dos oradores; era Eduardo Burnay, sábio professor, cheio de talento e de espírito; era Teixeira de Queiroz de quem então se falava como republicano; era Ramalho Ortigão, êsse brilhante D'Artagnan da prosa, moço há já não sei quantos anos, mas sempre igualmente moço, tão moço hoje como quando eu era pequeno, — a diferença é que eu então era mais moço que êle e hoje toda a gente dirá que eu sou o mais velho dos dois.

Naquelas conversas, que duravam às vezes até às duas da madrugada, cada um atirava às mãos cheias, pródigamente, perdulàriamente, talento e graça que dariam para volumes. Ninguem se atrevia a *pontificar* como dizia Oliveira Martins: caía-lhe logo em cima a troça dos outros, a boa troça portuguesa. E essa reunião de sábios e de escritores, de fidalgos e de estadistas, era a cousa menos guindada e menos pedante, a mais natural e mais alegre, que pode haver no mundo. E Maria Amália era a rainha dessa côrte do talento e da graça.

Hoje, dos que estão vivos, não sei se ainda haverá algum que não inveje a sorte dos que morreram.

Eu hoje olho para isso como para uma cousa a que não tivesse assistido, e que me tivesse contado o outro *Eu*, que lá esteve e que vi desaparecer.

O salão de Maria Amália, tão simples, despretencioso e rutilante, foi na sociedade portuguesa como um dêsses clarões vivos que dá uma luz prestes a apagar-se.

Lá está na mesma parede o soberbo pastel de El-Rei D. Carlos representando *A resposta do Inquisidor*. Vem-nos ainda abrir a porta a mesma Custódia, ou a mesma Mar-

tinha, as velhas e dedicadas criadas que sentem vagamente que há na sua ama qualquer cousa que a põe acima de todos nós — o talento que elas não percebem e a *alma antiga* que elas adoram. E lá está sobretudo a *rara e boa e fiel amiga,* que foi prémio e conselho do poeta e que é uma glória de Portugal. ¿ Mas os cortesãos dessa rainha da Inteligência — que é feito dêles? Uns mortos; outros, dispersos...

Está lá tudo — só lá faltamos nós.

Coisas de agora!

Santo Tirso. [1]

[1] Êste artigo é transcrito do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

D. Maria Amália Vaz de Carvalho [1]

Há na Academia Francesa, junto das cadeiras dos quarenta imortais, uma cadeira imaginária a que se chamou — *le quarante et unième fauteuil.*

Nela se sentaram idealmente Descartes, Pascal, Molière, Rousseau, Diderot, Beaumarchais, Balzac, M.mes de Sevigné, de Staël, de Girardin, George Sand e muitos outros a quem o preconceito, o ódio, ou a intriga excluiram da célebre corporação.

Em Lisboa, na sala do antigo Convento de Jesus, essa cadeira era de há muito ocupada por D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

Lembro-me que foi depois de uma das sessões ordinárias da Academia às quais El-Rei D. Luís presidia assíduamente dirigindo com atenta solicitude as discussões, e demorando-se no final de cada serão em palestras prolongadas, ora com Silva Tulio acêrca dos *Estudos da Língua Materna*, que êste académico publicára; ora com Tomás Ribeiro, confidenciando interpretações de frases de Shakes-

---

[1] O belo estudo que vai lêr-se é transcrito para aqui, do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, publicado no dia 23 de agosto de 1912.

Há três anos que, por melindres de consciência que respeitamos sem os discutir, o Sr. Conde de Sabugosa deu a sua demissão de sócio efectivo desta Academia, onde o brilhante escritor, o investigador erudito do nosso passado histórico, o trabalhador escrupuloso, o camarada leal, tinha um lugar de grande relêvo, e onde a sua falta insubstituível deixou a mais profunda mágoa e uma inapagável saudade.

peare; ora com Tomás de Carvalho, a respeito das publicações académicas; ora com Latino Coelho inquirindo sôbre os progressos do Dicionário, lembro-me que foi numa noite, depois do aparecimento de um livro em prosa, que vinha revelar uma nova face do talento vivaz da autora da *Primavera de Mulher* e das *Vozes do Ermo* que o régio Presidente, dirigindo-se, com a sua voz um pouco velada, e o sorriso interrogador dos olhos, claros a um dos *confrades*, sugeriu que a Academia devia integrar-se com a aquisição daquela individualidade feminina.

E pouco depois, no final de uma das sessões solenes, naquela majestosa livraria onde se reunia em grande gala a flôr da intelectualidade portuguesa, e a gente do mundo elegante, encaminhou-se directamente à sua candidata, manifestando-lhe o desejo de a ver ocupar um lugar na bancada da frente, entre académicos.

Desde êsse momento ficou preenchida a cadeira imaginária.

Mas... se a muitos espíritos mais lúcidos e progressivos seduzia a ideia da admissão de uma sócia, ao que aliás a letra dos estatutos se não opunha, a outros acudiram logo os argumentos mais ou menos velhos e estafados que durante muito tempo serviram, e ainda hoje servem, para estorvar a entrada de mulheres nas corporações scientíficas, literárias e académicas, ou fosse no claustro pleno da Universidade, ou nas profissões liberais, ou nas ordens militares honoríficas, ou nos cenáculos das letras.

E confundindo o *feminismo* então já nascente e as suas ridículas heroínas, as *sufragistas,* com o direito que assiste à mulher superior de conquistar pelos seus méritos os lugares em competência com o homem, encolhiam os ombros com ares levemente desdenhosos, e sem se atreverem a contrariar de frente a insinuação cavalheirosa do letrado Presidente, opunham a fôrça tão poderosa nas nossas sociedades — a resistência passiva.

Correram anos.

Entretanto, em cada um, com regularidade fecunda, ia aparecendo no horizonte da nossa literatura um novo volume da infatigável escritora.

Foram as — *Cartas a Luisa* e as — *Cartas a uma Noiva* — em que se agitam tantos assuntos de interesse feminino, e tantos problemas que dizem respeito aos deveres da mulher e à luta para reivindicar os seus direitos; foram os — *Contos aos nossos filhos* — que levaram a muita imaginação infantil um bando multicôr de quimeras aladas; foram — *As nossas filhas* — breviário para educação das mãis.

Intercalando-se nestes livros tendentes a dirigir e a orientar os movimentos da alma feminina, esfusiavam os folhetins do *Jornal do Comércio*, scintilantes de ironia, e foi publicado o livro intitulado *Arabescos,* em que se definia já a sua capacidade para a literatura histórica.

*

Sainte Beuve, Taine, Renan, essa trindade do pensamento que ensinou a raciocinar a França durante a segunda metade do século XIX, e assentou as bases da crítica literária naquele período, teve neste canto da Península a sua genuina representante na autora dos livros que se intitulam — *Alguns homens do meu tempo, Em Portugal e no estrangeiro*, *Crónicas de Valentina, Pelo mundo fora, Figuras de hoje e de ontem,* etc., etc.

O fervilhar de ideias que tem agitado os cérebros da época em que tem vivido, e o turbilhão de paixões que tem sacudido os *corações* neste tempo de tão desordenadas ventanias sentimentais tem-na interessado, e dêsse interesse nasce o livro a que chamou *Cérebros e corações.*

Assistindo curiosa a todas as lutas da inteligência, a todos os espectáculos do pensamento, a todas as manifesta-

ções de arte que tem explodido por essa Europa, e como observadora vigilante, olhando do fundo da sua *chaise-longue, ao canto* daquela sala verdadeiro *bureau d'esprit* onde, sem rótulo de preciosismo, tantas ideias se tem crusado e tantas notabilidades, indígenas ou de arribação, se tem encontrado, vai tomando com a sua pena febril notas que, depois de coligidas, formam êsse precioso livro que intitulou *No meu cantinho.*

E porque o seu intelecto não cristalizou empedernido, e a sua crítica progride paralelamente ao movimento que a filosofia contemporânea com os Bergson, com os Nietzsche, com os Ruskin, com os Barrés e outros, imprimiu ao pensamento moderno, a evolução manifesta-se nela produzindo os livros que se intitulam: *Impressões de História* e *Pelo correr do tempo.*

Quem ler cada um dos volumes a que acabamos de nos referir, terá uma impressão do que seja o método crítico das suas faculdades que sabem envolver a mais enfadonha filosofia no véu ligeiro de um estilo maleável e apresenta-la numa linguagem de transparência cristalina que a torna fácilmente compreensível.

E quem ler todos os seus livros, que já são uns dezasete, poderá, como na série dos *Lundis* de Sainte Beuve, fazer o balanço das ideias do nosso tempo.

Já por mais de uma vez tenho cedido ao impulso de escrever acêrca dêste vulto feminino tão intelectualmente decorativo.

Não repetirei portanto o que em outros lugares já disse falando da sua individualidade.

Mas não resisto a transcrever alguns períodos em que Ramalho Ortigão no prólogo das *Crónicas de Valentina* tão bem caracteriza o talento literário de D. Maria Amália Vaz de Carvalho, a quem se dirige dizendo:

«V. possue em mais alto gráo do que qualquer outro escriptor portuguez as mais finas qualidades de um critico:

a paciente laborosidade de uma analyse commovida e terna, a visão de todos os pormenores compensadores, e de todas as concordancias attenuantes no conflicto dos sentimentos, a viva comprehensão dos mais diversos estados d'alma, a vibratilidade nervosa da sympathia, o dom culminante de querer bem. O seu estylo é o mais apropriado ao seu methodo. Caldeado em toda a especie de substancias propicias á malleabilidade, flexivel e serpenteante, elle segue as sinuosidades do pensamento até á construcção da phrase perfeita, que é a phrase viva, viva da realidade artistica que tem dentro, lucida, sonora e trepidante».

Era assim que Ramalho se expressava julgando a escritora, quando ainda a sua obra era a apreciação de factos e de ideias, ao passo que aqueles se iam dando no tempo, e estas desabrochando na atmosfera intelectual da Europa.

Mas, depois uma outra obra, um corpo homogéneo formado de três grossos volumes veiu revelar que essa escritora repentista possuia as qualidades essenciais de um historiador: a concepção filosófica, as faculdades generalizadoras, a virtualidade da observação, a crítica dos factos e o sentido do pitoresco nos acessórios da narração.

Essa obra é a *Vida do Duque de Palmela.*

*

Tem uma história êsse livro.

Á porta do n.º 11 da travessa de Santa Catarina apeava-se, ainda há poucos anos, freqùentes vezes, a Duquesa de Palmela, neta do famoso diplomata, à hora em que tinha acabado o trabalho no *atelier* de escultura, seu refúgio artístico, ou no Paço o seu serviço de Camareira Mór, ou a inspeção às Cosinhas Económicas, criação sua, que generosamente amava.

Vinha ali na confiança segura de que saíria com o espírito retemperado. É que nessa casa de Santa Catarina, como no salon da *rue de Belle-Chasse,* onde Mademoiselle de Lespinasse teve o condão de atrair e conservar fiel a fina flôr dos espíritos cultos do seu tempo, D. Maria Amália Vaz de Carvalho conhece e cultiva o segredo da sociabilidade e da conversa, sentindo e fazendo realçar o merecimento de cada um, e esquecendo completamente o seu.

Uma tarde a Duquesa, quando já se despedia, no prolongar da retirada, que era uma das suas maneiras características, encostada a um móvel, com o geito um quási nada indolente, que dava tanto encanto à sua figura patrícia, sempre envolta em sedas moles de pregas artisticamente dispostas como túnica de estátua, falou, a propósito não sei de quê, nos apontamentos auto-biográficos do avô, que possuia inéditos no seu arquivo.

E, ou porque já trouxesse reservadamente êsse desígnio esboçado mas não formulado, ou porque no improviso da conversa lhe ocoresse a possibilidade da realização de um projeto que há muito afagava, expôs o desejo que tinha de que êsses apontamentos servissem de núcleo a um trabalho sôbre a individualidade política e social do seu glorioso antepassado.

Então, quási tímidamente e com aquele sorríso infantil que era tão seu, formulou a esperança de que a sua interlocutora, de quem conhecia tantos medalhões históricos — Victoria Colonna, Savanarola, Dom Sebastião, e ainda os primeiros capítulos sôbre a Marquesa de Alorna — quizesse realizar o seu sonho.

Maria Amália, porêm, trazia nesse tempo entre os dedos o trabalho sôbre a famosa Alcipe. Hesitou em interrompê-lo. Mas a sociedade em que tinha nascido e em que viveu D. Pedro de Sousa, a época e a scena em que representou tão dominante papel, o fulgor do

seu talento, todo o prestígio dessa individualidade tão aristocráticamente personalizada estavam-lhe anunciando um assunto atraente para a sua imaginação e para o seu estudo.

Com a vivacidade meridional e a fantasia nervosa que são as suas feições espirituais predominantes, começou então logo a indicar como se poderia escrever a obra, como se deveria esboçar a época, tratar os personagens, colorir os episódios... e insensivelmente ia demonstrando que ninguêm melhor indicado para realizar êsse plano do que ela própria.

Quando nesse fim de tarde trotava ligeiro para o largo do Rato o *coupé* forrado de setim preto, sôbre cujo fundo tão bem se destacava a cabeça, já por êsse tempo empoada pelos anos, da neta do grande Duque, nessa cabeça sorria a satisfação de ter atingido a sua quimera. Ela própria que em mármore executara já as figuras de Sá da Bandeira, o Bayard português, e de Alexandre Herculano, o historiador, dois monumentos seus, ia saboreando o prazer de ter lançado as bases dêsse outro monumento em prosa que havia de fixar na história a figura do diplomata do período liberal.

Ao mesmo tempo, em Santa Catarina, desenhavam-se na imaginação da escritora as linhas gerais do arquitetónico pedestal, e os contornos da estátua do Duque de Palmela.

E assim foi lançada a primeira pedra dessa obra que se intitula modestamente — *A Vida do Duque de Palmela,* e que em vez da biografia de um indivíduo é a reconstituição de uma época.

E que época!

Isso a que chamamos o período constitucional, e que é a repercussão neste canto ocidental dos golpes ciclópicos com que o Destino arrasara o antigo regimen em França: isso que é como que uma das ondas concêntricas chegando

atenuada à periféria da Europa; isso que é o efeito em cérebros portugueses dos filtros perturbantes que tinham fermentado na retorta metafísica e idealista da enciclopédia, e que haviam sido importados nas mochilas dos soldados de Napoleão; êsse período torna-se entre nós de difícil narração pelo emaranhado da sua trama, e desencontrados movimentos dos personagens que nesse drama representam. São êles: o Imperador, o Infante D. Miguel, a Raínha, Mousinho da Silveira, o legislador, Terceira, Saldanha, Sá da Bandeira, os generais prestigiosos — Silva Carvalho, o financeiro — e, entre todos, se não o mais inteligente, seguramente o mais perspicaz e eficazmente útil na consolidação do trono da Raínha — o diplomata Duque de Palmela.

É biografando-o que Maria Amália faz a história da época em que êle influiu.

E, não com o intúito pueril de amenizar a narrativa, mas porque o assunto é sugestivo, e a pena fértil de colorido, enriquece êsse livro com episódios românticos, lances apaixonados, notícias da sociedade mundana, retratos de figuras acessórias, e até caricaturas espirituosas.

A história da mãi do Duque, D. Izabel Juliana, êsse heróico *bichinho de conta,* que lutou com o terrível Marquês de Pombal, e que, casada à fôrça com o filho dêste, conservou o seu corpo puro través de três anos de matrimónio nunca consumado, para se unir mais tarde a Dom Alexandre de Sousa, única Paixão da sua vida; a romântica exaltação amorosa, inspirada pelo prestigioso D. Pedro a Madame de Staël que, para se apoderar da sua alma, apagou todas as reservas, e dêle fez o Oswald da sua *Corinne;* a vida em Itália, o «salão» da Condessa de Albany, a influência de Alfieri, as relações com Humboldt, Gay Lussac e outros, a sua entrada nas salas da aristocracia inglesa, os retratos tão vivos de Bocage, de Tolentino, da roda boémia e da roda fidalga em que

um e outro poetaram, o escôrço de Rivarol e do seu espírito; o Congresso de Viena, a Côrte no Rio de Janeiro, etc., etc., dão ao primeiro volume uma vida que interessa e prende a atenção do leitor como um romance, e ao mesmo tempo lhe fazem compreender o estado da Europa, e da política portuguesa, durante e após a invasão francesa.

Entre todos é belo o retrato do Duque, de quem nos explica a personalidade pelas heranças atavicas, e a alma pela natureza do cadinho em que ela se fundiu. E é como se víssemos a sua cabeça que havia de ser a cabeça da nossa epopeia moderna, com a sua fisionomia expressiva, o seu olhar azul e perfurante, a fina bôca espirituosa que se ajeita no riso alegre da mocidade, ou no altivo desdem da ironia leve.

Nos outros dois volumes, cuja leitura é tão instrutiva para portugueses que desejem conhecer a história de ontem, encontram-se páginas que Macaulay assinaria e Michelet não engeitaria.

A crise dinástica; o miguelismo; a emigração e o seu chefe Palmela; a Ilha Terceira; o cêrco do Pôrto, são capítulos que mereceram a um grande parlamentar uma mensão especial por ter aprendido neles história contemporânea.

Mas o que mais revela o seguro pulso no manejar da pena é o terceiro volume, tão difícil de executar, porque não é já em estrofes de prosa que se há de cantar a epopeia nacional, mas quási elegíacamente descrever o *acordar do sonho* em que como sempre a Liberdade devora os próprios filhos, em que aparecem os violentos antagonismos de interesse, em que começam as efémeras durações de ministério tão características e sintomáticas das doenças graves do organismo social. É a história da Revolução de Setembro; é a derrota do Carlismo; é a revolta dos Marechais; é Costa Cabral; é a Maria da Fonte; é a Patuleia...; a intervenção inglesa e a morte de Palmela.

Essa obra, onde há muito que aprender, porque, embora se ocupe de uma geração que passou, apresenta tantíssimos motivos de meditação aos contemporâneos, pois a História, como a Natureza nas estações do ano, repete-se e renova-se constantemente, devia, para estar ao alcance de todas as classes, ser reeditada numa edição popular largamente espalhada em Portugal, e no Brasil, onde se lê muito e se lê bem.

E assim todos os leitores, além da lição ùtil e passatempo agradável, teriam a noção dos motivos pelos quais a autora desta obra é socia da Academia *par droit de conquête*.

Conde de Sabugosa.

Parecer redigido pelo Sr. Teixeira de Queiroz àcêrca da candidatura da Ex.ma Sr.a D. Maria Amália Vaz de Carvalho a sócio correspondente

Decidiu a segunda classe da nossa academia, sôb proposta do seu sócio efectivo, Lopes de Mendonça, que como preito excepcional, fossem convidadas as notáveis escritoras, D. Maria Amália Vaz de Carvalho e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a fazerem parte da nossa corporação. É homenagem esta, ao talento e ao trabalho comprovado, com assenso e aplauso da opinião ilustrada e bem fez esta douta sociedade em abrir, pela primeira vez na sua vida secular, as suas portas a duas senhoras que no labor das lêtras portuguesas teem demonstrado subida cultura, cada uma por fórma diferente.

Coube-me a honrosa missão de relatar o parecer, sôbre que deve recair a votação estatutária, àcêrca da primeira dessas escritoras e faço-o com o natural receio de não cumprir bem o que me ordenam e com desvanecimento natural pela delicadêsa da escolha. Tentarei o bosquejo rápido da obra dêsse escritor raro, que apesar do seu nome feminino é um dos maiores e mais disciplinados do nosso tempo. A sua disciplina, porêm, é um pouco dispersa; porque é uma criação expontânea saida duma das mais copiosas leituras que temos conhecido. Expliquemos o aparente paradoxo: D. Maria Amália tem mais de quarenta anos de leitura abundante, permanente e seleta; mas êsse seu estudo, aproveitado por uma inteligência agudíssima e por uma memória excepcional, tem sido dirigido mais por curiosidade intensa do que por método

preconcebido. Ela lê sempre e lê de tudo — jornais nacionais e estranjeiros, revistas literárias e scientíficas, romances, poemas, peças de teatro, obras de crítica, obras de história e de filosofia; interessa-se pelos graves assuntos religiosos, pela política vária, pela educação geral. Para conhecer e aproveitar do método scientífico dos naturalistas, teve como expositor e mestre um grande amigo, que foi do mesmo passo um grande médico, que a instruia nas teorias filosóficas da evolução natural, da transformação dos organismos através da vida de gerações, para com êstes primórdios compreender por paridade as mudanças históricas da sociedade, em toda a obra do pensamento e da acção, sempre num progresso e desenvolvimento gradual.

Não conhecemos espírito com mais nobre ambição de saber, de averiguar para responder às instantes interrogações da sua alma anciosa. Não é um propósito de ostentação ou vaidade externa, é antes e principalmente, uma necessidade de consolo próprio. E como tem uma facilidade de leitura abundante e a sua memória lhe seja fiel, acumulou em si um saber verdadeiramente excepcional e uma cultura rara. O exemplo é a prova de tudo isto encontra-se nos seus livros, que encantam não só pela nobreza do estilo, mas tambêm pela variedade dos aspectos nas ideias e nos sentimentos. Num parecer académico, por tradição resumido, não se póde dar a resenha da obra vasta de D. Maria Amália; mas os ledores portugueses que tenham acompanhado êste coração e êste cérebro desde a *Primavera de Mulher*, saudada pelos primeiros poetas do tempo em que apareceu, até à *Vida do Duque de Palmela,* teem de me dar razão. O seu primeiro livro de prosa, é denunciador duma firmêsa de estilo e de pensar, que para os entendidos devia logo denunciar o escritor másculo, que depois firmou a sua reputação na crítica literária e filosófica, na crónica, e na história. *Os Arabescos,* dedicado a seu marido, o Celini do verso português nas *Miniaturas* e

nos *Noturnos,* tem páginas de excepcional belêsa e dum admirável entusiasmo. Essas duas almas superiores, Gonçálves Crêspo e D. Maria Amália, teriam combinado os assuntos; porêm foi ela que escreveu o livro. É denunciativo duma grande fôrça intrínseca o modo como ela, ainda joven, se defronta com gigantes como Miguel Angelo e Victória Colonna, Goëthe, Savanarola e Renan. Para compreender o primeiro, que foi na grande época da renascença italiana imenso escultor, arquitéto, pintor e bom poeta era necessário, como ela mesma pressente «penetração e sagacidade apuradíssima de crítico e de poeta». Pois ligando esta alma sombriamente bíblica, com a misteriosa, recatada e ungida alma de Victória Colonna, dá-se um embate dos mais elevados aspectos psicológicos. O filho espiritual de Dante que foi Miguel Angelo sofreu e gosou (nas almas de *élite* são equivalentes êstes estados) a ação fascinadora da enclausurada viuva do marquês de Pescára; e apesar de tardia essa paixão, que lhe veiu aos 50 anos por uma mulher que tinha 35, durou-lhe até ao fim da sua longa vida e nunca esmoreceu êsse fogo no seu peito de brazido. Lá o dizem os sonetos que deixou dedicados a Victória Colonna.

Outro estudo que emparelha com o precedente, se o não sobreleva, é o de Jerónimo Savanarola, alma gêmea do sublime escultor de Moisés. O ardente dominicano, tribuno religioso que da cátedra sagrada fizera barbacan donde atirava sôbre a sociedade corrupta do seu tempo, tem na pêna eloquente e moça de D. Maria Amália um intérpretre apaixonado. Desde rapaz fôra um austero e sombrio contemplador das grandes figuras dos profetas bíblicos. Duma melancolia grandiosa e desolada, consumira-se na chama ardente do bem; republicano e patriota, falava com ira da lascivia duma sociedade ébria de luxo e de prazer. Quando fugira da casa paterna para se esconder num convento de Bolonha, levava no íntimo do coração a doce memória de

sua mãe, querida imágem que nunca o abandonou na vida de luta ardente, contra os déspotas, contra os costumes dissolutos, a favor da liberdade, tal como Isaias prègando a regeneração do povo nas ruas de Jerusalem. Aquela sua palavra duma eloqüência incendiada era temida de príncipes e dos grandes que o vinham escutar atraídos por fôrça intrínseca e dominadora. A fogueira raivosamente acêsa por Alexandre Borgia queimou o mísero corpo do frade iluminado; mas o seu espírito continuou a viver para anatematisar todos os déspotas.

Os outros dois estudos que compõem os *Arabescos,* um sôbre um episódio da vida de Goëthe, do qual louva o génio, e o outro àcêrca de Renan, do qual admira o estilo de mestre na prosa, entram no grande número de trabalhos críticos da nossa escritora durante mais da trinta anos. À forte curiosidade da sua alma não tem escapado qualquer dessas nobres figuras que nos tempos modernos tenham concorrido para o progresso humano. Escritores, políticos, sábios, e grandes humanitários de ambos os sexos, que tenham realisado na vida qualquer obra de bem, de virtude ou de talento, todos tem passado no seu campo visual com a análise e o aplauso que mereceram. De todos os acontecimentos que no mundo se tenham dado nas duas ou três últimas décadas, se tem ocupado D. Maria Amália nas suas crónicas. São impressões colhidas em leituras rápidas e comentadas com um vasto saber adquirido; são notas fixadas àcêrca desta nossa época tormentosa, revolucionária, duma por enquanto incompreendida tranformação social. Os volumes *Alguns homens do meu tempo, Crónicas de Valentina* (pseudónimo usado por D. Maria Amália), *Pelo mundo fóra, Em Portugal e no Estrangeiro, Figuras de hoje e de hontem, Cérebros e Corações, Ao correr do tempo, No meu cantinho, Impressões da história* são outros tantos estudos dispersos, perpetuados em livros.

Há, porêm, um assunto que tem merecido à escritora

portuguesa especial favor, mesmo carinhoso enlevo, e que ela cuida com elevação e entusiasmo. É o problema da educação da mulher e das crianças. Nos tempos modernos, filósofos e publicistas teem compreendido que só pela educação cívica, pela instrução bem ordenada as nações se podem engrandecer. A senhora D. Maria Amália tem posto em relêvo, que, nêsse vasto assunto, o capítulo mais importante, senão o valiosíssimo, é o que diz respeito às creanças que hão de ser esposas e mães. No que escreveu a êste respeito mostra-se feminista de boa lei, sem pieguices nem exageros e com um bom senso admirável. *As nossas filhas* (cartas às mães) e as *Cartas a Luisa (Moral, Educação e Costumes)* são os dois livros em que mais especialmente discute a função da mulher na sociedade e na família, o modo como vai errada a sua educação, a maneira de transformar espíritos fúteis em esposas, dignas companheiras do homem moderno, obreiro duma sociedade democratisada pela sciência, e libertando assim a alma feminina da servilidão em que tem vivido, sem pretenções a masculinidades ridículas e desnecessárias. No livro *As nossas filhas* toma a creança quási no berço, acompanha-a na sua integração na sociedade como elemento de prosperidade social: critica a educação dos conventos e colégios, dá conselhos àcêrca da escolha das mestras para a educação caseira. São dois livros de proveitosa leitura pelo bom senso com que estão escritos e pela moral prática, que nêles se aprende.

A obra geralmente considerada de maior tomo, das saídas da pena da senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho é a *Vida do Duque de Palmela,* D. Pedra de Sousa Holstein. É a maior pela vastidão concreta do assunto, pela grave condensação do trabalho, porêm só poderia ser escrita, como está, depois do largo convívio dos modernos mestres da história tais como Macauley, Mommessem, Carlyle, Niebuhr, A. Thierry, Guizot, Herculano e outros, cuja freqùência, os seus estudos críticos anteriores denun-

ciam. Nêsses três grossos volumes, compostos com o fim de pôr na verdade, que andava bastante deturpada por escritores tendenciosos uns e ignorantes outros, a ação dum homem que exerceu larga e fecunda influência no advento das instituições parlamentares em Portugal, mostra a escritora uma análise cuidadíssima da época em que se passam os factos e seus antecedentes, mas feita com documentação nova e escolhida, e com são critério para dar a razão do que afirma. A propósito, ou melhor, concomitantemente com a biografia familial, política e social do primeiro Duque de Palmela faz a história do período em que êle agiu, na Europa e em Portugal. Procura minuciosa e lucidamente as causas dos acontecimentos, assentando-as no estudo dos caratéres e obras dos homens eminentes do tempo — escritores, publicistas, estadistas e generais; aponta erros cometidos e louva factos dignos de elogio pelo patriotismo, abnegação, coragem dos seus agentes.

D. Pedro de Sousa Holstein, o biografado, é objecto de cuidadoso estudo na história pregressa da família desde sua heroica avó, D. Isabel Juliana, que apenas saída da puberdade, mostra caráter enérgico e inquebrantavel, resistindo à vontade do marquês de Pombal, que violentamente a casára com um filho seu, e deles se viu depois na necessidade de tratar com Roma o divórcio, para de novo ambos se casárem, ela com o eleito do seu coração, D. Alexandre de Sousa, no estado de intangibilidade primitiva.

É um drama íntimo, interessantíssimo, escrito e documentado com lucidez e rigor. O futuro duque é depois acompanhado na adolescência, nos seus triunfos de homem elegante amado por mulheres celebradas, especialmente pela Staël, que (apesar de contestados êsses amôres) lhe dedicou fervoroso afecto, como no livro se revela em cartas suas; e também é seguido nos seus estudos do mundo político europeu, feitos sôbre a matéria viva dos homens nos salões e nas chancelarias. Como espírito, D. Pedro,

sofre tranformações dependentes do estado constantemente perturbado da sociedade, no que já se percebia que, as velhas instituìções e as velhas fórmulas, se desconjuntavam no impulso da Revolução Francêsa. Por causa do bem da sua pátria, que defendia, sentia-se ora acarinhado, ora repelido nas côrtes de Londres, de Paris, de Viena e de Madrid onde exerceu missões diplomáticas. Foi-o igualmente em Lisboa, na Bemposta e em Belem, onde era recebido com friesa ou com entusiásmo consoante o grito das intrigas palacianas e consoante sopravam os ventos políticos, vendo-se mais do que uma vez na necessidade de se exilar voluntariamente da côrte para o estrangeiro ou para o Calharis, com o fim de deixar passar a onda adversa. Foi sempre o homem desejado e o homem abocanhado, o seu temperamento de combate passava por entre os acontecimentos com altivez nobre, que muitos julgavam desdem, outros egoísmo e até covardia. Porêm dos seus aparentes naufrágios políticos o duque emergiu sempre salvo pela sua indomavel vontade e pelo critério sagaz aplicado aos acontecimentos.

Na revolução constitucional portuguesa teve ele papel primacial. Desde que abandonou o ministério de que fazia parte convidado por D. João VI, já regressado do Brazil, e se refugiou em Londres, pondo-se depois à frente dos emigrados portugueses em Inglaterra, até ao momento felicissimo em que após a expedição do Algarve subiu o Tejo com a esquadra comandada por Napier, que êle inventára, a sua vida de revolucionário político é das mais acidentadas. Teve períodos de grande favor perante os seus companheiros de degrêdo que o consideráram como um promotor e um chefe, teve outros em que o malsinaram pelo julgarem orgulhoso e desdenhador dos humildes. O seu convivio em Londres com a melhor gente da côrte, gerava rivalidades e suspeitas injustificadas, porque, D. Pedro de Sousa, nunca perdia de vista os seus fins políticos,

que os patriotas do depósito de Plymouth não podiam conhecer nas suas particularidades, pois eram trabalhos diplomáticos. O mesmo se deu com o próprio imperador, que umas vezes o incumbia de missões da mais trascendente importância para a causa de sua filha, outras o afastava de seu colaborador, o que êle foi sempre e dos mais valiosos.

A empresa patriótica dos ideólogos vintistas, filhos da grande Revolução, tinha de consolidar-se; mas não era a homens ingénuos e sem experiência da vida social das côrtes europeias, onde tudo se combinava e decidia, que o seu exito podia ser confiado. A crise dinástica portuguesa, que se manifestára agudíssima com o pacto entre D. Carlota Joaquina e seu filho Miguel, havia de ser resolvida, como o foi, não só pela fôrça das armas, mas também pela hábil diplomacia de Palmela. A conquista da liberdade em Portugal contou homens dedicadíssimos, que eram grandes cérebros e grandes corações! Mencionam-se administradores sensatos como Silva Carvalho; jurisconsultos de largas vistas, como Mousinho da Silveira; generais valorosos como Vila-Flôr, o intrepido Vila-Flôr que na conquista dos Açores, mostra simplicidade tão grande na vitória, que se assemelha aos fundadores da antiga república romana; e o engenhoso e audaz João Carlos de Saldanha, que, com o encanto da sua pessoa e o despreso da própria vida em lances arriscadíssimos, insuflava brio nos mais tímidos, animava ao combate os valorosos. Além dêstes militares, não póde ser esquecido êsse lendário homem de honra e de coragem, Sá da Bandeira, que denominaram o Bayard português, tipo de heroicidade desprendida de fórmulas, que a todos se impunha. Era muitíssimo para o triumfo da causa do progresso e da liberdade; mas não era tudo. Um laço para atar as vontades dispersas foi-o o Imperador; e o homem que conquistou as indispensáveis simpatias dos govêrnos estrangeiros e arranjou, em momentos de crédito

escasso, dinheiro para soldos e materiais de guerra foi Palmela. Êste, com o seu espírito ductil, a sua larga experiência dos homens e das chancelarias, completou a obra de D. Pedro IV que tinha o prestígio do nascimento e a bravura do caracter. Quem atentamente percorrer as páginas da *Vida do duque de Palmela* encontrará a demonstração do que afirmo. E tambêm reconhecerá pela lógica concatenação dos factos, pela descrição, feita com grande segurança de pêna e de raciocínio, do estado do espírito europeu, como Portugal se integrou no movimento geral das modernas ideias políticas. O triunfo da épica luta foi selado com a temerária marcha do valente Vila-Flôr, partindo do Algarve, através do Alemtejo até Lisboa, com um reduzido número de soldados, por entre o exército miguelista, dez vezes superior. Desde êsse dia ficou assente que, nos destinos desta nação portuguesa, por grandes que sejam as suas perturbações, ainda não terminadas, nós havemos de caminhar firmes ao lado da civilização moderna.

Não foi menos inquieto o período histórico desde a vitória em 1834 até 1852, dentro do qual morreu o duque de Palmela. Continuou a luta entre patriotas ardentes, talvez insofridos e insatisfeitos; o que nos arranjou a fama de ingovernaveis. Nem o espírito generoso de Manuel Passos, nem o senso claro de Sá da Bandeira, nem a iluminação jurídica de Mousinho e Borges Carneiro, nem o saber histórico de Herculano e o espírito de arte de Garrett, nem a calma parlamentar de Palmela, nem finalmente os esforços sinceros de tantos patriotas podéram tranquilisar a insasiável alma portuguesa. Ás revoltas militares sucediam-se os tumultos do povo; a rainha enérgica mas voluntariosa, arranja um homem para um govêrno de fôrça, António Bernardo da Costa Cabral e o norte do país responde-lhe com uma revolução. Assim temos vivido e assim continuaremos a procurar por todas as fórmas a solução do nosso problema político, não deixando nunca de progredir na

nossa vida social. Os estrangeiros acham-nos interessantes, dignos de estudo e estudam-nos; nós continuamos num estado latente de revolução, que, como todas as coisas humanas, há de ter seu termo, e fio que a calma indispensavel à prosperidade da nação, será encontrada.

Eis o pálido resumo da vasta obra da senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho. Incompleto e imperfeito resultou da leitura que dos seus livros tenho feito, acompanhando a com o interêsse que deve merecer um tão alto espírito. Em virtude disso tenho a honra de propôr à segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa, que seja aprovada a sua candidatura a sócio correspondente.

Lisboa, 23 de maio de 1912.

Raymundo A. de Bulhão Pato.
Júlio M. de Vilhêna.
José Ramos Coelho.
José Leite de Vasconcelos.
Henrique Lopes de Mendonça.
J. Fernandes Costa.
Jaime Moniz.
Joaquim Coelho de Carvalho.
Gama Barros.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
António Candido.
Teófilo Braga.
Cristóvão Aires.
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

D. Maria Amália Vaz de Carvalho

De quasi todos os bons escritores é justo dizer-se que valem mais do que a sua obra, ainda que a relação dos seus livros seja substancial, copiosa e variada; e, em alguns, a desproporção entre o valor mental e o trabalho exposto chega a ser flagrante. Do que sabiam e podiam apenas uma pequena parte veio á luz; e succede muitas vezes que não foi a melhor, a de mais préstimo: ou porque esta o leitor a não compreenderia; ou porque, havendo correntes indiferentes ou adversas, se entendeu que não valeria muito a pena contraresta-las e sofre-las, principalmente hoje que a discussão de tudo é aspera e bravia como nunca foi...

E tambêm é verdadeíro o conceito oposto.

Ha escritores que parecem e são superiores aos seus livros. Excitados pela febre de produzir, ou impelidos pela necessidade de trabalhar, faltaram ao preceito da sabedoria antiga, não interpondo à elaboração da sua obra e à sua apresentação definitiva o espaço recomendado para o seu maior aperfeiçoamento, até ao ponto em que ele podesse ser atingido. Esses tais sabiam menos do que inculcam.

Da Senhora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, que a nossa Academia, honrando-se, inscreveu há pouco no livro de oiro dos seus sócios, o primeiro conceito é que é inteiramente exacto.

A bibliografia dos seus escritos é extensíssima; correm mundo, firmados pelo seu nome ilustre e consagrado, dezenas de volumes; desde a *Primavera de Mulher*, publicada

em 1867, e encarecida, na edição desse ano, pela alta apreciação dos dois gloriosos poetas, Castilho e Tomás Ribeiro, até ao último livro seu saído há pouco, e que foi com tanto entusiasmo e alvoroço acolhido (não valendo mais, valendo muitissimo, que tantos outros da insigne escritora), é verdadeiramente assombroso o que ella tem produzido! A sua obra literaria tem correspondido soberbamente às brilhantes promessas da sua florente, auspiciossima estreia, aclamada pelos maximos espíritos da época; e o visconde de Castilho, Mendes Leal, Andrade Corvo, Latino Coelho, o conde de Casal Ribeiro, Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato, Tomás Ribeiro, Tomás de Carvalho, e tantos outros que constituiam a *élite* intelectual do tempo, como raras vezes se terá constelado outra nas letras portuguesas, ficariam satisfeitos se vissem hoje como os horoscopos pronunciados nesse velho palacio de Pinteus, onde se fez ao genio nascente da juvenil Senhora a mais esplendida saudação, tinham sido todos confirmados e excedidos todos!

Contos, livros de educação, livros de crítica, perfis exatos de personagens nacionais e estrangeiros, anotações inteligentissimas, dia a dia, aos acontecimentos produzidos dentro e fóra do país, biografias eruditas como a da *Marqueza d'Alorna*, livros de história profunda e seria como a *Vida do Duque de Palmela,* que erguendo em alto e formosíssimo pedestal o monumento devido a um dos principais vultos que Portugal teve no seculo XIX, apregoará ao mesmo tempo, com os relevantes merecimentos do grande estadista, a rara capacidade e os singularissimos talentos de quem a planeou, estudou e escreveu... eis, em suma, o que a sua obra é! E ainda passo em claro a sua luzente contribuição dada à imprensa literária doutro tempo, e aqueles espirituosissimos folhetins com que a sua graça, genuinamente portuguesa, acompanhava os sucessos correntes da nossa vida social, adejando elegantemente sobre todos eles, polvilhando-os com o oiro desfeito da sua ironia

alada e leve, sempre muito proxíma da justiça, nunca contraria à essencial bondade.

Refiro-me à bondade do espírito: à que respeita sempre, em todas as apreciações e em todas as conjunturas, as susceptibilidades e os melindres da dignidade humana; à que procura e levanta, de preferência, nas doutrinas e nos sistemas o seu aspecto moral; à que afere o valor de todas as causas pelo seu mérito artístico, altruista, ou geralmente util; à que defende com denodo e lisura tudo que exalta o espírito moderno, no que ele tem de nobre e superior, ou pode reverter em proveito e glória da nossa patria ou da nossa espécie; à que, na ordem puramente philosophica, antepõe sempre a verdade às ilusões convencionais: mas reconhece os interesses, *quasi direitos,* da ilusão pacificadora em detrimento das meias verdades que torturam a inteligencia de hoje, e tanta vez dilaceram, degradam e perdem a consciência e o coração... É a esta rara bondade, de que se ilumina tudo que esta Senhora escreve, que se faz referencia aqui; à outra, à que tem apertos de alma ante cada desgraça individual ou collectiva, e lagrimas prontas para todo o infortunio, seja qual for a causa ou a víctima, e sacrificios de boa vontade, e valedores, quando lhe são requeridos ou ela os pode fazer: essa tem-na tambêm e em sumo grao. Mas tal bondade não entra nos quadros académicos. Excede-os, para ter cabimento ahi. Pode exorna-los, isso sim; que até como decoração do espírito a virtude do coração é cousa excelentissima.

O talento desta eminente escritora é dos mais privilegiados que aí se tem manifestado e provado nas letras do nosso país; o seu trabalho, colossalmente grande. Causa admiração, quasi assombro, ver como à sua organisação franzina, e à sua saude melindrosa e debilíssima, tem sido possivel o milagre duma produção mental tão aturada e

vasta! Em Portugal e no Brasil, no Brasil principalmente, para onde escreve ha mais de trinta anos, o seu nome é merecidamente objecto dum culto quasi fanático. É que a grande escritora envia para lá, para a enorme república sul-americana, tão progressiva, tam extraordináriamente culta, a última impressão literária do que se produz no velho mundo, e num estilo encantador e claro, e com uma crítica sempre larga e sempre justa. O seu espírito elegante e profundo tem sido, através do Atlantico, e desde longa data, como o mensageiro alado e fiel da cultura ocidental, levando e depondo lá toda a flor preciosa que desabrocha e sorri (ai! bem raramente agora) nas outrora florescentes e sugestivas literaturas da Europa!

Mas volto a dizer que o seu labor incessante e a sua extensa bibliografia não dão a medida certa, exacta, do seu verdadeiro merecimento. Vale muito mais do que mostra. Nem todo o oiro fino que se amealhou nos tesouros da sua meditação, nem todos os frutos da sua leitura foram exteriorisados, escritos, patentes ao público. É até possível que o melhor tenha ficado retido, inédito, por conselho e ponderação da sua lúcida consciência.

Falei da sua leitura. É verdadeiramente prodigiosa! Vê-se no que ela tem escrito, sem nunca fazer ostentoso alardo de erudição, que a curiosidade intelectual mais intensa e aguda a tem levado ao estudo paciente e aturado da literatura de todos os povos, da história de todas as nações, da arte em todas as idades; e que os melhores livros antigos e modernos lhe são familiares à força de os ler, reler e meditar. Oliveira Martins, que foi um dos seus grandes admiradores e amigos, dizia que a memória desta Senhora, ricamente provida, era a melhor biblioteca moderna que se podia conhecer e consultar. E foi em Pinteus, neste palácio dos seus avós, vetusto, amplo e triste, e na sua primeira mocidade, êrma de distrações, e em que o duro travor da vida primeiro se lhe anunciou, quando, em geral,

apenas se conhece da vida a flor, a ilusão e o sonho; foi ali, nesse logar afastado, que entrou com ela nos domínios da literatura, porque as terras, como todas as cousas, teem também os seus imprevistos destinos; foi ali que a sua ardente curiosidade literária começou, e se desenvolveu, e se desenharam as brilhantes promessas do seu peregrino talento, com tanta glória cumpridas até hoje!

Nesta paizagem sem grandes relevos, em que há montes de graciosas curvas, mas faltam as altas cumeadas, absortas, por assim o dizer, na divina abstração do silêncio, e para onde a alma foge, e onde a alma se dilue, habituou-se-lhe o espírito à vida do pensamento, à vida interior, à meditação fecunda de tudo que as suas leituras lhe sugeriam.

E esta marca profunda ficou; nada a desfez depois. Através da sua conversa, que antigamente era faiscante de *verve*, cheia de graça inesperada, com *boutades* finas e felizes, que faziam o encanto e o regalo do seu mundo, e, ultrapassando-o, o gyro de toda a Lisboa — e hoje, sem ter perdido inteiramente o seu *espirito* doutro tempo, assumiu nova forma, não menos interessante, na incertesa melancolica destes dias, na visivel decadência de todos os ideais de outrora, na ausência temporária ou eterna de tantas inteligências e caracteres que a cercavam, na forçada intuspecção dos seus estados dalma, que espelham e reflectem quanto se passa na nossa terra e fóra dela: através da sua conversa toda a agudesa, toda a profundidade do seu pensamento se revelam, e surpreendem quem a ouve! Não que saia gostosamente da conversa trivial, dos assuntos vulgares e correntes de cada dia, e que deixe de procurar sempre os que mais interessam à pessoa com que fala. Mas se esta lhe merece confiança, e tem a subtil habilidade de a provocar, contradizendo as suas convicções ou contrariando os seus modos de ver, então toda a riqueza encoberta pela modestia ou pela indiferença se desvela logo, e mostra-se tão admirável na imensa instrução adquirida,

como na soberana razão que a domina, e na lógica, firme e segura, que a move. E às vezes sucede que a discussão se ilumina subitamente com um dêstes conceitos que são synteses admiraveis, perfeitas, resumindo em si, como se concentram os raios da luz num brilhante, ideias e factos dispersos, e, para a maior parte das inteligências, despercebidos ou desconexos.

Não é fácil, mesmo a quem conheça toda a sua obra, marcar as influências dominantes exercidas sobre a sua consciência artística e literária.

A epoca em que a sua inteligência se desatou e abriu, era excecionalmente espiritual. Os interesses do espírito estavam ao de cima. A literatura era nobre nos seus processos, generosa nos seus intuitos. A história, ou a escrevesse Guizot, Mommsen ou Michelet, era uma grande lição do passado, irradiando esplendidamente para o presente e para o futuro. A poesia, ou voasse livremente pelo vago das alturas incomprehensiveis e insubsistentes, ou se reduzisse, como uma arte preciosa, ao esmero lapidar das formas, era sempre a sublimação dos corações e das almas; ainda a fanfarra triumfal do romantismo, toda em instrumentos de oiro, soava no mundo a última música sublime dos grandes ideais e das grandes ilusões. O romance não tinha descido, pela mão de Zola, ao muladar infecto de todas as baixesas sociais; ao contrário disso, o que povoava o pensamento e a imaginação eram os personagens quasi reais, e de vida intensa, de Balzac, e as aérias figuras, feítas de poesia e sonho, de George Sand. A política tinha então estes temas, que eram sonhos bons, nobilitantes, e em grande parte realisados hoje: a redenção da Polónia, a ressurreição da Grecia, a unificação da Italia, a nacionalização das raças. O mundo estava assim... Era o melhor ambiente das almas em formação, e desse ambiente se impregnou a ilustre Senhora, objecto deste artigo.

E às correntes dêsse tempo, e à filosofia que as animava, conservou-se sempre fiel: sem deixar de seguir simpaticamente, aclamando-as, ou combatendo-as, as correntes seguintes no seu movimento vertiginoso, e tanta vez desconcertado e louco.

A continuidade da sua evolução mental despertou-lhe a faculdade primacial de julgar e criticar os homens e as suas obras; e disto faz o seu labor constante e a sua nobre especialidade. Os seus estudos críticos, felizmente a salvo, porque foram reunidos em numerosos volumes, hão de ser lidos sempre com proveito e admiração. Ninguem exerce a sua profissão literária com mais probidade, com mais larguesa, com melhor compreensão de tudo, com animo mais imparcial e justo. E não é só nas literaturas latinas, de entendimento fácil para nós, que se exemplificam e provam estas soberanas qualidades; nas literaturas do Norte, estranhas ao nosso génio simplista e claro, é que elas se mostram ainda em maior luz: na alemã, em que o talento à força de alto ou de profundo, tanta vez toca as raias duma zona de demência; na scandinava, de penetração cerrada, de nebulosa atmosfera, em que é dificílimo destacar as ideias dos seus simbolos; da russa, menos custosa de perceber, na sua morbidês e nas suas contradições, porque sempre a illuminam alguns raios de claridade ocidental... É vêr a extensa, soberba galeria das figuras que o seu pincel ou o seu escopro desenhou ou pôs de pé... Apontarei sómente algumas: a de Carlyle, que ninguem compreendeu e definiu melhor nas obscuridades, cortadas de deslumbramentos, da sua obra de historiador e de filósofo; a de Nietzche, que nunca a atraiu, reconhecendo-lhe todavia as hercúleas faculdades, assombradas embora pela loucura que pairava sempre, mais ou menos próxima, sobre o seu cérebro desequilibrado; a de Wagner, esse profundo Shakespeare da Música, de quem traçou em linhas claras o genio criador, a existência sempre atormentada, a psicologia

original e poderosa, o destino interessantissimo na vida e depois da morte; a de Henrik Ibsen, a quem consagrou algumas das suas mais eloquentes e notáveis páginas, seguindo-o desde a Noruega, onde provou o acido travor das maiores amarguras, (negado quando era discutido, mas quasi sempre asfixiado pelo silêncio que o cercava, espesso e mortal) até à luminosa Italia, onde ao calor fecundante da *alma mater* de toda a inspiração e de toda a arte, sob a carícia do seu lindo ceo e a um beijo da sua luz desabrocharam em flor esplendida as obras fundamentais do seu altissimo espírito: *Brand, Peer Gynt, Imperador e Galileu,* com os quais elle *creou um mundo de pensamentos e doutrinas, mundo verdadeiramente assombroso, e não inferior ao de Goethe,* segundo o dizer da grande escritora...

Da sua vasta obra critica parece depreender-se que os escritores que maior acção teem tido sobre ella, e que compulsa e consulta com maior freqùência e gôsto, são Sainte-Beuve, a mais luminosa e completa inteligência de quantos fizeram do julgamento das obras do espírito a sua profissão literária, e H. Taine, que se lhe segue, mais profundo na análise, mais admirável na expressão, tendo por vezes as *frases que ficam*, mas menos feliz nas visões do conjunto e na sistematização das doutrinas, porque ao seu poder, excessivanente esmerilhador e analítico, não correspondia sempre a sintese que ele procurava. E não escrevendo em nome de nenhuma filosofia, não tendo o *parti pris* de escola alguma, e sendo dotada da faculdade de entender todos os espíritos, todos os temperamentos que estuda ou observa, ainda os mais divergentes, ainda os mais singulares, ainda os mais exoticos, o seu talento crítico não encontra fácilmente outro a que se compare.

Sob êste aspecto a ilustre discípula de Sainte-Beuve honra o mestre insigne; e por um lado excede-o talvez: tem a mais (parece-me) a impersonalidade necessaria à funcção de julgadora, o dom de compreender os espíritos

mais diversos do seu, a possibilidade de se impressionar com a leitura e a arte mais estranhas; e professando uma tolerancia nativa, de ordem intelectual, apurada ainda pela sua sciência de evolução humana, quasi sempre os seus juizos são exactos e verdadeiros. No seu último livro, *Cousas d'agora*, a soberba e bela figura de Chateaubriand, que Lemaitre não viu como devia ver, (como Sainte-Beuve tambêm a não compreendeu, do mesmo modo que não compreendeu Balzac, Musset e, desde certo tempo, Victor Hugo) aparece-nos esculpida com cinzel magistral, numa amplitude de grande verdade e de grande arte, em que resaiem em toda a luz as qualidades dêsse homem de genio, e ficam na sombra a que pertencem, na sombra de que não devem emergir, os defeitos literarios ou pessoais, que aliás foram sem influência na sua obra. E praticou uma boa e nobre acção. Não tem a humanidade tantos homens do valor de Chateaubriand no seu passado, que possa indiferentemente baixa-los, alguns furos que seja, do pedestal em que os veneramos, canonisados já na admiração e no culto de muitas gerações sucessivas.

Na sua monumental *Vida do Duque de Palmela*, talvez a mais duradoura produção do seu espírito e do seu trabalho, obra que deu a êste país a consciencia dum passado bem próximo, que é preciso entender no que foi e no que revelou, mas que poucos compreendiam até que foram publicados os tres volumes sobre a vida do eminente diplomata D. Pedro de Souza Holstein — o seu processo evidenceia o inteiro conhecimento dos methodos empregados pelos melhores historiadores modernos; e, ora como Michelet, supre, com as visões certas do seu talento, a insuficiência dos documentos sobre que trabalha; ora, como Ranke, desenha à maravilha perfis e quadros surpreendentes de verdade, luminosos e sugestivos; ora, como Macaulay, seu modelo de predilecção, toma a forma discur-

siva e eloquente, que convêm mais à ordem de factos ou considerações que tem de expor e relacionar. E em todo o seu trabalho crítico e histórico, nos livros que tem escrito, nos artigos soltos que tem publicado, uma generosidade fidalga, inteligente e ilimitada se manifesta sempre. Efeito do seu optimismo reflectido, das experiências que tem adquirido na lição do passado, e da sua fé obstinada nos progressos e destinos altos da nossa espécie! Parece que se lhe gravou no cerebro aquele luminoso conceito de Goethe, segundo o qual a apreciação dos homens e das cousas, para ser perfeita, há de resultar egualmente da *justiça* e da *bondade*: os dois olhos de toda a visão crítica completa!

O estilo das suas obras, é sempre acomodado aos assuntos que versa: flexível e duma plasticidade notável; musical e embalador se a pena lhe deslisa suavemente à mercê da inspiração, cortado em frases curtas quando o pensamento requer essa forma de expressão mais intensa. Perfeitamente moderno: nem clássico, porque não ha espírito menos clássico do què o seu, nem de propositada revolta contra o gosto, a côr e o boleio da frase portuguesa. Construe e contorna harmoniosamente o período; e nunca se lhe nota uma asperesa no ritmo, um salto ou quebra na sequência lógica da sua ideia, ou da justa expressão correlativa. Como o estilo de George Sand fazia aos nervos, no dizer de Stuart-Mill, a impressão duma sinfonia de Haydn ou de Mozart, a linguagem da Sr.ª D. Maria Amalia dá-nos a nós, na maior parte dos seus escritos, a impressão de suavidade e frescura das composições do imortal autor da *Norma* e da *Sonambula*.

São os problemas da história e as grandes questões da Arte e da Moral que a preocupam acima de tudo. Dessa matéria fina é que se entretece a trama preciosa dos seus livros. A natureza exterior não tem grande parte na sua

obra. A paisagem na sua variedade infinita; a planície extensa e florida, illuminada e ondeante, em que tudo brilha e reverbera aos raios do sol criador, ou palco temeroso em que o nevoiro e a tempestade representam as suas orgias trágicas; os montes com o seu relevo tam diverso, e com as suas mutações sucessivas, sob a inconstante influência da luz; o mar imenso, cheio de pavores; o ramalhar das arvores, abraçadas e sacudidas pelo nordeste; as sombras profundas; o encanto da solidão; o mistério das florestas: estes e outros acidentes da natureza fisica não a impressionam quanto seria conveniente para que nada faltasse na rica paleta das suas tintas.

Em compensação possue como raros a expressão exacta das ideias, dos estados de alma, das impressões da arte, dos mais delicados sentimentos do coração, dos mais complicados pensamentos do espírito. E vale mais o que lhe tocou em partilha. Perceber e reflectir o mundo da consciência nos seus aspectos infinitamente interessantes e deslumbradores, é mais do que traduzir pela palavra escrita os encantos e maravilhas do mundo que nos envolve.

Na hora alta que atravessamos, é a grande poesia humana, a inexaurível poesia dalma, vista na história ou sondada e sentida hoje, a que mais profundamente interessa. A outra, toda exterior, limitada e fixada em categorias definidas, será sempre, na sua infinita reprodução, a maior consolação, o mais inefável regalo do espírito. Não se usurpa nem diminue a sua missão nobremente educadora. Mas nesta quadra em que vivemos, na obsessão de tantos problemas morais, no tormento e anciedade de tanta dúvida dolorosa, são os prospectos da alma eternamente indecifrável, mais belos que as paizagens da natureza ou mais formidáveis que a lucta enfurecida dos elementos, que sobrelevam a tudo na arte e na literatura. Este período é essencialmente psychológico; os que se lhe seguirem sel-o hão ainda mais; e, por seu lado, em evolução paralela, a

linguagem segue e seguirá o mesmo rumo sem perder de todo, é claro, a sua expressão pitoresca, que será sempre um dos seus grandes recursos e um dos seus maiores encantos.

Traçando a biografia ou delineando o perfil da Senhora D. Maria Amália fala-se sempre do seu salão, do salão de Santa Catarina. Ele foi realmente o único centro da nossa sociabilidade literária no último quartel do século passado e nos primeiros anos do século actual. Outros teem havido em Lisboa, mas de índole muito diferente: propriamente um salão à similhança de alguns que a França tem e teve desde o século XVII, não houve quem entre nós o formasse e soubesse manter senão esta distintissima Senhora. É que em verdade muitas e raras condições são precisas para juntar e harmonisar, na convivência de algumas horas, interessando-os e entretendo-os, homens de letras e artistas, homens da política e do mundo, todos mais ou menos dedicados às cousas do espírito, mas divididos e separados na diversidade da sua procedência, na acentuada variedade do seu modo de sentir e da sua acção social. E a Senhora D. Maria Amália reune-as todas.

Escusado é dizer que não era um salão político. Esboçavam-se em conversa plácida os assuntos do dia, e, naturalmente, a política ocupava as atenções do maior número: mas sempre de passagem, sem muito calor, sem nenhum azedume, e encarada pelo aspecto moral, que tinha ou não tinha, e muitas vezes pelo seu lado cómico, que era fácil destacar e pôr em relevo.

Como a ilustre dona da casa não tinha partido que preferisse, e lhe sobrava o fino tacto superior para orientar a conversa, e usava, se era preciso, dêsse poder singular, nunca sucedeu que se inflamasse muito qualquer tema dessa natureza trazido à discussão.

Também não era um cenáculo; não se professava ali

culto, absorvente e exclusivo, por uma filosofia, por uma escola literária, ou por nomes *representaiivos* das correntes dominantes cá dentro ou fóra do país. A superioridade da educação e do talento: eis a única condição requerida para o ingresso naquele salão, que, formado sem plano, por afinidades mentais, e principalmente pela atração e pelo prestígio da ilustre Senhora que o presidia, não excluia outras relações, principalmente as antigas, qualquer que fosse a sua gerarquia social.

Não citarei nomes. Direi sómente que quasi todos os homens que valeram ou significaram alguma cousa nos últimos quarenta anos passaram por ali, e que as celebridades literárias do Brasil e outros países, de alta distinção, literatos, artistas de reputação mundial, diplomatas, solicitaram a honra de ser admitidos naquela casa; e não era de certo pela sua sumptuosidade (tudo era ahi sóbrio, elegante e modesto), mas porque o espírito, a sciência e a arte da sociedade portuguesa tinham naquele recinto a sua representação e o seu devido culto.

Uma característica bem singular tinha esse salão. Aos salões em que os interesses do espírito reunem homens de certo valor intelectual ou mundano, preside em geral uma Senhora de alto prestígio e de fino tacto social (M.me Sablé, M.me Geofrin, M.elle d'Espinasse, M.me Recamier), sob a égide protectora da qual se juntam pessoas de caracter, temperamento e gôsto deseguais, e cuja unificação se faz por um milagre dêsse prestígio individual e dêsse bom senso prático: e essas qualidades bastam para que se obtenha o desejado efeito.

Em Santa Catarina eram as mesmas qualidades que produziam a unidade, o acordo, o bem estar de todos; e todavia a dona da nobre e hospitaleira casa podia hombrear com os maiores em talento e cultura literária, em vivacidade e scintilação de espírito.

Terminando um estudo admirável sôbre M.me Recamier,

Sainte-Beuve responde aos que perguntaram se ela *tinha espírito. Elle avait au plus haut degré, non cet esprit qui songe a briller pour lui même mais celui qui sent et met en valeur l'esprit des autres.* É o segredo da Senhora D. Maria Amália. As mais brilhantes qualidades do seu talento, os recursos da sua leitura constante e variada, a sua autoridade literária adquirida com sucesso e glória, tudo isto desaparecia por um acto da sua vontade, para só transparecer a discrição, a bondade, a delicadesa, a solicitude duma dona de casa atentissima a tudo: ou só se manifestavam em rápidos momentos para reacender uma conversa que amortecia, ou para a desviar às vezes, com um simples dito de graça oportuna, no sentido que mais conviesse ao interesse e ao gôsto geral.

Hoje o seu salão é pálida imagem do que foi. A morte levou muitos dos que eram *habitués* daquela casa; a vida dispersou quasi todos os restantes; apenas alguns fieis doutro tempo se reunem ainda naquela casa de tão belas tradições, mantendo, vivo e perene, o culto da grande Senhora, que a doença, à saudade, a melancolia dêstes tempos quasi imobilisaram na sua *chaise longue*, e onde arde ainda, e brilha com o fulgor de sempre, um dos maiores espíritos que conheceu a terra portuguesa.

Pelas janelas da sala entra a claridade do sol poente, dourando-a com luz suave, e revestindo de leve tinta melancólica as paredes de que pendem os quadros e os retratos, à hora em que a Senhora D. Maria Amália recebe os que um fervoroso afecto ou uma imperiosa atração espiritual leva assiduamente à sua presença. Quasi sempre tem aberto nas mãos o último livro que a mais recente nota bibliográfica anuncia e recomenda. Fechado o livro, interrompida a leitura, principia a conversa onde a coloca o interesse, a curiosidade ou a competência de quem chega; e os principais factos do dia, as últimas ideias ou teorias em circulação, as novidades sensacionais da literatura, da

arte e da política são analisadas e discutidas levemente, despretenciosamente, parecendo, tão natural e modesto é o tom em que tudo isto é dito, que não é um espírito de mestre que dirige e anima a conversa!

Aprende-se sempre no seu convívio. Sob a sua influência, melhora-se sempre. E quem ali vai uma vez deseja voltar, atraido pelo encanto daquele formosissimo espírito, de tão altas cousas impregnado, e daquele pequeno e simpático recinto, em que vivem a vida da saudade as recordações de antigos tempos mais felizes!

António Cândido.

Bibliografia
de D. Maria Amália Vaz de Carvalho

Primavera de mulher (poema), 1867.
Vozes do ermo (versos), 1876.
Serões no campo.
Mulheres e creanças (Notas sôbre educação), 1880-1887.
Contos e phantasias, 1880.
Contos para os nossos filhos, 8 edições.
Arabescos, 1880.
Um conto, 1885.
Cartas a Luiza (Moral, educação e costumes), 1886.
Alguns homens do meu tempo (Impressões literárias), 1889.
As chronicas de Valentina, 1890.
Cartas a uma noiva.
Pelo mundo fora, 1896.
Arte de viver na sociedade ou manual da vida elegante, 4 edições.
Vida do Duque de Palmela, 3 vol., 1898-1903.
Em Portugal e no extrangeiro (Ensaios críticos), 1899.
Figuras de hontem e de hoje, 1902.
Cerebros e corações, 1903.
As nossas filhas (Cartas às mães), 2 edições, 1905-1906.
Ao correr do tempo, 1906.
No meu cantinho (Homens. Factos. Ideias), 1909.
Duqueza de Palmela (In memoriam), 1910.
Impressões de Historia, 1911.
Cousas de agora, 1913.

Jornais em que colaborou ou colabora:

Diario Popular (Lisboa).
Jornal Commercio (Lisboa).
Reporter (Lisboa).
Artes e Letras (Lisboa).
Actualidade (Porto).
Commercio do Porto.
Paiz (Rio de Janeiro).
Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), em que escreve há 34 anos.

ÍNDICE DO VOLUME VI

Fascículo n.º 1 — Janeiro a Junho, 1912

I. — Actas e pareceres.

Sessão de 11 de janeiro de 1912, p. 1-6.

II. — Homenagem a Gabriel Pereira.

Cristóvão Aires. — Discurso em nome da Academia das Sciências de Lisboa, p. 7-11.
Brito Aranha. — Gabriel Pereira. — Notas biográficas e bibliográficas, p. 12-37.
J. Leite de Vasconcellos. — Gabriel Pereira, p. 38-42*j*.
Pedro de Azevedo. — Gabriel Pereira, p. 43-53.
Vitor Ribeiro. — Gabriel Pereira, p. 54-56.
Brito Rebello. — Gabriel Pereira, p. 57-70.

III. — Sessão de 25 de janeiro de 1912, p. 71-73.

Sessão de 22 de fevereiro de 1912, p. 74-76.
Francisco Teixeira de Queiroz. — Parecer àcêrca da candidatura do sr. Silva Teles, p. 77-79.
Sessão de 14 de março de 1912, p. 80-83.
Veiga Beirão. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. Dr. Artur Montenegro a sócio efectivo, p. 83-85.
Henrique Lopes de Mendonça.—Parecer àcêrca da candidatura do sr. José Maria Rodrigues a sócio correspondente, p. 85-87.

Sessão de 28 de março de 1912, p. 88–95.
Sessão de 18 de abril de 1912, p. 96–106.
Teixeira de Queiroz. — Parecer para que seja impressa por conta da Academia a cópia dos Livros dos assentos da antiga freguesia de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, apresentada pelo Sr. Edgar Prestage, p. 106–108.
Gonçalves Viana. — Parecer sôbre a obra manuscrita *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas* do Sr. Dr. Sebastião Rodolfo Dalgado, p. 108–111.
Cristóvão Aires. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. Bento Carqueija a sócio correspondente, p. 111–113.
Sessão de 9 de maio de 1912, p. 114–116.
Sessão de 23 de maio de 1912, p. 117–120.
Sessão de 30 de maio de 1912, p. 121–122.
Gonçalves Viana. — Parecer àcêrca da candidatura da S.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a sócio correspondente, p. 123-125.
Teixeira de Queiroz. — Parecer àcêrca da candidatura da Ex.ma Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho a sócio correspondente, p. 125–132.
Cristóvão Aires.—Parecer relativo à candidatura de Vicente Almeida de Eça, p. 133–135.
Sessão de 13 de junho de 1912, p. 136–137.
Ramos Coelho.—Parecer àcêrca da obra do Sr. Carlos Roma du Bocage *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*, p. 138–140.
Sebastião Dalgado. — Parecer aprovado pela respectiva secção àcêrca do *Dicionário português-marata* do barão da Cumbarjua, p. 140–144.
Teixeira de Queiroz. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. Jean Finot a sócio correspondente, p. 144–151.
Sessão de 27 de junho de 1912, p. 152–157.

IV. — Estudos e documentos.

Luís da Cunha Gonçalves. — As causas da criminalidade segundo a nova Escola Psico-Patológica, p. 159–179.
Pedro de Azevedo. — A chancelaria de D. Afonso IV, p. 180–199.
Pedro de Azevedo. — Os santos dos *Diplomata et Chartae*, p. 200–209.

Pedro de Azevedo. — Sôbre a expedição às Canárias em 1341, p. 210-217.

Henrique Lopes de Mendonça. — Os «Sucessos de Arzila» e Fr. Luís de Sousa, p. 218-222.

J. Lucio de Azevedo. — Nota sôbre as duas missões diplomáticas do padre António Vieira a França e a Holanda, p. 223-233.

Sebastião Rodolfo Dalgado. — Ola, p. 234-241.

Pedro de Azevedo. — Novos documentos sôbre a aliança anglo portuguesa na Idade-Média, p. 242-246.

Dr. José Maria Rodrigues. — O campo «já dito Elisio» dos Lusíadas, p. 247-259.

Henrique Lopes de Mendonça. — As barbas dos heroes indiáticos, p. 260-266.

A. R. Gonçalves Viana. — Um verso de Gil Vicente, p. 267-269.

Henrique Lopes de Mendonça. — Sôbre o termo náutico carro», p. 270-273.

H. Lopes de Mendonça. — Uma peça inedita de Sophocles, p. 274-276.

Conde de Azevedo da Silva. — Sonetos de Camões (continuação), p. 277-312.

Fascículo n.º 2 — Julho a Dezembro, 1912

Estudos, documentos e noticias:

Christovam Ayres. — Homenagem, p. I-IV.

D. Maria Amália Vaz de Carvalho. — A marqueza de Alorna (A sociedade e a literatura do seu tempo), p. 413-459.

José António de Freitas. — D. Maria Amália Vaz de Carvalho, p. 460-465.

Henrique Lopes de Mendonça. — Preito e menagem, p. 466-467.

Santo Tirso. — Maria Amalia Vaz de Carvalho (Coisas de agora), p 468-473.

Conde de Sabugosa. — D. Maria Amália Vaz de Carvalho, p. 474-483.

Teixeira de Queiroz. — Parecer àcêrca da candidatura da Ex.ma S.a D. Maria Amália Vaz de Carvalho a sócio correspondente, p. 484-493.

António Cândido. — D. Maria Amália Vaz de Carvalho, p. 494-508.

Bibliografia, p. 509.

607789

P
Sci
A

Academia das Ciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes, Politicos e Bellas Letras (Segunda Classe)
Boletim. v.5-6 (1911-12)

DATE	NAME OF BORROWER

University of Toronto Library
Physical & Applied Sci. Serials
DO NOT REMOVE THE CARD FROM THIS POCKET
STORAGE
Acme Library Card Pocket
LOWE-MARTIN CO. LIMITED